

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Fazenda
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

BALANÇO GERAL

2009

Yeda Rorato Crusius
Governadora do Estado

Ricardo Englert
Secretário de Estado da Fazenda

Roberval da Silveira Marques
Contador e Auditor-Geral do Estado

DEMONSTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ÍNDICE	Pág.
1. AUTARQUIAS	
1.1 Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul - DAER	09
1.2 Superintendência de Portos e Hidrovias- SPH	35
1.3 Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS	57
1.4 Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore - IGTF	85
1.5 Instituto Rio Grandense do Arroz - IRGA	105
1.6 Orquestra Sinfônica de Porto Alegre - OSPA	131
1.7 Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG	151
1.8 Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados - AGERGS	173
1.9 Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN	197
2. FUNDAÇÕES	
2.1 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS	221
2.2 Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas p/ Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras e Altas Habilidades do RS - FADERS	243
2.3 Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC	267
2.4 Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE	289
2.5 Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha - FETLSVC	311
2.6 Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO	333
2.7 Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde - FEPPS	355
2.8 Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler - FEPAM	377
2.9 Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RS - FASE	399
2.10 Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN	423
2.11 Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS	447
2.12 Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH	469
2.13 Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão - FCPRTV	491
2.14 Fundação Teatro São Pedro - FTSP	515

DEMONSTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ÍNDICE	Pág.
2.15 Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul - FZB	539
2.16 Fundação de Esporte e Lazer do RS - FUNDERGS	561
2.17 Fundação Proteção do RS - PROTEÇÃO	583
2.18 Universidade Estadual do RS - UERGS.....	603

DEMONSTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

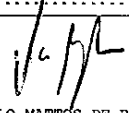
ÍNDICE	Pág.
3. SETOR EMPRESARIAL	
3.1 Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A. - BANRISUL	627
3.2 Banrisul - Armazéns Gerais S.A. - BAGERGS	757
3.3 Banrisul S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	777
3.4 Banrisul S.A. -Administradora de Consórcios	799
3.5 Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS	823
3.6 Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS - PROCERGS	859
3.7 Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	881
3.8 Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul - CEASA/RS	929
3.9 Companhia Administradora da ZPE do Rio Grande do Sul - ZOPERG-RS	943
3.10 Companhia de Indústrias Eléctro-Químicas - CIEL	961
3.11 Companhia de Habitação do Estado do RS - COHAB "em liquidação"	979
3.12 Companhia Operadora de Mineração - COM	993
3.13 Companhia Riograndense de Mineração - CRM	1005
3.14 Companhia de Gás do Estado do RS - SULGÁS	1037
3.15 Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP	1057
3.16 Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Eléctrica - CEEE - GT	1075
3.17 Companhia Estadual de Distribuição de Energia Eléctrica - CEEE - D	1165
3.18 Companhia Estadual de Energia Eléctrica Participações - CEEE - Par	1259
3.19 Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas - CORAG	1343

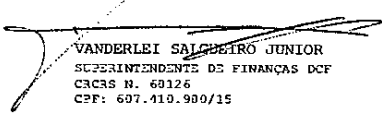
**Departamento Autônomo
de Estradas de Rodagem
do Rio Grande do Sul
DAER**

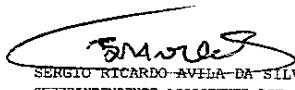


RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA TRIBUTARIA	137.276,40	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	118.679.921,68
RECEITA PATRIMONIAL	5.910.878,67	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.545.013,44
RECEITA DE SERVIÇOS	41.222.455,50	SOMA.....	219.224.935,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	236.405,75	TOTAL.....	219.224.935,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69.137.783,29	DESPESA CAPITAL	
SOMA.....	116.644.799,61	INVESTIMENTOS	230.138.131,56
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	102.580.135,51	SOMA.....	230.138.131,56
TOTAL.....	219.224.935,12	TOTAL.....	449.363.066,68
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENACAO DE BENS	19.700,00		
SOMA.....	19.700,00		
DEFICIT	332.698.567,07		
TOTAL.....	449.363.066,68		
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	116.644.799,61	DESPESAS CORRENTES.....	219.224.935,12
RECEITAS DE CAPITAL.....	19.700,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	230.138.131,56
DEFICIT.....	332.698.567,07	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	449.363.066,68	TOTAL.....	449.363.066,68

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


VICENTE PAULO MATTOS DE BRITTO PEREIRA
DIRETOR GERAL
CPF: 010.016.717/91


VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS DCF
CARGO N. 60126
CPF: 697.419.909/15


SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ASSISTENTE DCF
CARGO N. 46408
CPF: 416.428.990/20

EXERCÍCIO DE 2009	DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM	RFPE006/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N.6
R\$		

ÓRGÃO: 35 - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

U.O.: 35.01 - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
26	TRANSPORTE	262.539.328,07	91.719.314,52	354.258.642,59
26.0122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		60.809.725,18	60.809.725,18
26.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		60.809.725,18	60.809.725,18
26.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES	922.382,55		922.382,55
26.0130.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL	922.382,55		922.382,55
26.0181	POLICIAMENTO		8.837.273,85	8.837.273,85
26.0181.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL		8.837.273,85	8.837.273,85
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	261.616.945,52	22.072.315,49	283.689.261,01
26.0782.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		443.659,06	443.659,06
26.0782.0361	CONSTRUCAO DE RODOVIAS	151.959.394,72	905.020,51	152.864.415,23
26.0782.0362	CONSERVACAO E MANUTENCAO DE RODOVIAS	109.657.550,80		109.657.550,80
26.0782.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL		20.723.635,92	20.723.635,92
28	ENCARGOS ESPECIAIS		26.077.968,73	26.077.968,73
28.0061	ACAO JUDICIARIA		26.077.968,73	26.077.968,73
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		26.077.968,73	26.077.968,73
TOTAL DA U.O. =>		262.539.328,07	117.797.283,25	380.336.611,32

U.O.: 35.33 - ENCARGOS GERAIS DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

10	SAUDE		3.800.651,77	3.800.651,77
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		3.800.651,77	3.800.651,77
10.0302.0335	OPERACOES ESPECIAIS		3.800.651,77	3.800.651,77
26	TRANSPORTE		65.225.803,59	65.225.803,59
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		64.292.195,48	64.292.195,48
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		64.292.195,48	64.292.195,48
26.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		933.608,11	933.608,11
26.0846.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		933.608,11	933.608,11
TOTAL DA U.O. =>			69.026.455,36	69.026.455,36

TOTAL DO ÓRGÃO =>		262.539.328,07	186.823.738,61	449.363.066,68
-------------------	--	----------------	----------------	----------------

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

VICENTE PAULO MATTOS DE BRITTO PEREIRA
DIRETOR GERAL
CPF: 010.016.717/91

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS DCF
CONTADOR CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ASSISTENTE DCF
CONTADOR CRCRS N. 46408

EXERCÍCIO DE 2009

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RFP8009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADESANEXO N. 7
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	SAUDE		3.800.651,77	3.800.651,77
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		3.800.651,77	3.800.651,77
10.0302.0335	OPERACOES ESPECIAIS		3.800.651,77	3.800.651,77
26	TRANSPORTE	262.539.328,07	156.945.118,11	419.484.446,18
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL		60.809.725,18	60.809.725,18
26.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		60.809.725,18	60.809.725,18
26.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES	922.382,55		922.382,55
26.0130.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL	922.382,55		922.382,55
26.0181	POLICIAMENTO		8.837.273,85	8.837.273,85
26.0181.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL		8.837.273,85	8.837.273,85
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		64.292.195,48	64.292.195,48
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		64.292.195,48	64.292.195,48
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	261.616.945,52	22.072.315,49	283.689.261,01
26.0782.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		443.659,06	443.659,06
26.0782.0361	CONSTRUCAO DE RODOVIAS	151.959.394,72	905.020,51	152.864.415,23
26.0782.0362	CONSERVACAO E MANUTENCAO DE RODOVIAS	109.657.550,80		109.657.550,80
26.0782.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL		20.723.635,92	20.723.635,92
26.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		933.608,11	933.608,11
26.0846.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		933.608,11	933.608,11
28	ENCARGOS ESPECIAIS		26.077.968,73	26.077.968,73
28.0061	ACAO JUDICIARIA		26.077.968,73	26.077.968,73
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		26.077.968,73	26.077.968,73
TOTAL GERAL =>		262.539.328,07	186.823.738,61	449.363.066,68

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

V. L. / H.
VICENTE PAULO MATTOS DE BRITTO PEREIRA
DIRETOR GERAL
CPF: 010.015.717/91

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS DCF
CONTADOR CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ASSISTENTE DCF
CONTADOR CRCRS N. 46408

EXERCÍCIO DE 2009

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

ANEXO N.8

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
10	SAUDE	3.800.651,77		3.800.651,77
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	3.800.651,77		3.800.651,77
10.0302.0335	OPERACOES ESPECIAIS	3.800.651,77		3.800.651,77
26	TRANSPORTE	307.916.151,48	111.568.294,70	419.484.446,18
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL	57.653.827,56	3.155.897,62	60.809.725,18
26.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	57.653.827,56	3.155.897,62	60.809.725,18
26.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES		922.382,55	922.382,55
26.0130.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL		922.382,55	922.382,55
26.0181	POLICIAMENTO		8.837.273,85	8.837.273,85
26.0181.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL		8.837.273,85	8.837.273,85
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	64.292.195,48		64.292.195,48
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	64.292.195,48		64.292.195,48
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	185.036.520,33	98.652.740,68	283.689.261,01
26.0782.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		443.659,06	443.659,06
26.0782.0361	CONSTRUCAO DE RODOVIAS	103.831.393,64	49.033.021,59	152.864.415,23
26.0782.0362	CONSERVACAO E MANUTENCAO DE RODOVIAS	80.668.335,78	28.989.215,02	109.657.550,80
26.0782.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL	536.790,91	20.186.845,01	20.723.635,92
26.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	933.608,11		933.608,11
26.0846.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	933.608,11		933.608,11
28	ENCARGOS ESPECIAIS	26.077.968,73		26.077.968,73
28.0061	ACAO JUDICIARIA	26.077.968,73		26.077.968,73
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	26.077.968,73		26.077.968,73
TOTAL GERAL =>		337.794.771,98	111.568.294,70	449.363.066,68

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

VICENTE PAULO MATTOS DE BRITTO PEREIRA
DIRETOR GERAL
CPF: 010.016.717/91

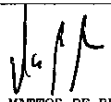
VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS DCF
CONTADOR CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

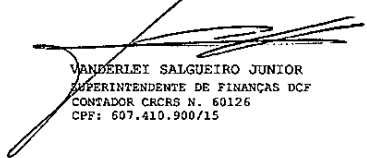
SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ASSISTENTE DCF
CONTADOR CRCRS N. 46408

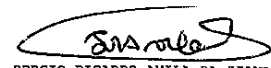
EXERCÍCIO DE 2009	DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM	RFPE025/00001
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	ANEXO N.9
		R\$

FUNÇÕES	SAUDE	TRANSPORTE	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM	3.800.651,77	419.484.446,18	26.077.968,73	449.363.066,68
SOMA.....	3.800.651,77	419.484.446,18	26.077.968,73	449.363.066,68
TOTAL.....	3.800.651,77	419.484.446,18	26.077.968,73	449.363.066,68

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


VICENTE PAULO MATTOS DE BRITTO PEREIRA
DIRETOR GERAL
CPF: 010.016.717/91


VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS DCF
CONTADOR CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15


SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ASSISTENTE DCF
CONTADOR CRCRS N. 46408

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	118.914.332,00	116.644.799,61	2.269.532,39-
1100.00.00.0000	RECEITA TRIBUTARIA	90.070,00	137.276,40	47.206,40
1120.00.00.0000	TAXAS	90.070,00	137.276,40	47.206,40
1121.00.00.0000	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	48.420,00	122.334,62	73.914,62
1121.99.00.0000	OUTRAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	48.420,00	122.334,62	73.914,62
1121.99.99.0000	DIVERSAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	48.420,00	122.334,62	73.914,62
1122.00.00.0000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	41.650,00	14.941,78	26.708,22-
1122.99.00.0000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	41.650,00	14.941,78	26.708,22-
1122.99.99.0000	DIVERSAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	41.650,00	14.941,78	26.708,22-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	7.235.142,00	5.910.878,67	1.324.263,33-
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	1.492.000,00	1.393.916,78	98.083,22-
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	1.380.000,00	1.384.040,20	4.040,20
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	1.380.000,00	1.384.040,20	4.040,20
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	1.380.000,00	1.384.040,20	4.040,20
1312.00.00.0000	ARRENDAMENTOS	0,00	576,22	576,22
1312.99.00.0000	OUTROS ARRENDAMENTOS	0,00	576,22	576,22
1312.99.99.0000	DIVERSOS ARRENDAMENTOS	0,00	576,22	576,22
1319.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	112.000,00	9.300,36	102.699,64-
1319.01.00.0000	TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	112.000,00	9.300,36	102.699,64-
1319.01.03.0000	TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS	112.000,00	9.300,36	102.699,64-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	21.260,00	9.215,76	12.044,24-
1322.00.00.0000	DIVIDENDOS	30,00	2.002,21	1.972,21
1322.02.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	30,00	2.002,21	1.972,21
1322.02.99.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	30,00	2.002,21	1.972,21
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	21.230,00	6.209,23	15.020,77-
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	21.230,00	6.209,23	15.020,77-
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	21.230,00	6.209,23	15.020,77-
1329.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	1.004,32	1.004,32
1329.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	1.004,32	1.004,32
1329.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	1.004,32	1.004,32
1330.00.00.0000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	5.598.000,00	4.449.219,86	1.148.780,14-
1333.00.00.0000	RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES-DIREITOS DE USO DE BENS PUBLICOS	198.000,00	103.499,21	94.500,79-
1333.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES - DIREITOS DE USO DE BENS PUBLICOS	198.000,00	103.499,21	94.500,79-
1333.99.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES DE USO	198.000,00	103.499,21	94.500,79-
1339.00.00.0000	DEMAIS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES	5.400.000,00	4.345.720,65	1.054.279,35-
1339.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES	5.400.000,00	4.345.720,65	1.054.279,35-
1339.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES	5.400.000,00	4.345.720,65	1.054.279,35-
1390.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	123.882,00	58.526,27	65.355,73-
1390.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	123.882,00	58.526,27	65.355,73-
1390.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS PATRIMONIAIS	123.882,00	58.526,27	65.355,73-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	41.465.680,00	41.222.455,50	243.224,50-
1600.03.00.0000	SERVICOS DE TRANSPORTE	38.704.000,00	37.869.141,27	834.858,73-
1600.03.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE TRANSPORTE	38.704.000,00	37.869.141,27	834.858,73-
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	2.755.300,00	3.340.899,17	585.599,17
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	2.755.300,00	3.340.899,17	585.599,17
1600.14.00.0000	SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO	2.000,00	787,51	1.212,49-
1600.14.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO	2.000,00	787,51	1.212,49-
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	4.380,00	11.627,55	7.247,55
1600.99.01.0000	SERVICOS PARA UTILIZACAO E COMERCIALIZACAO DAS FAIXAS DE DOMINIO	4.380,00	11.627,55	7.247,55
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	162.000,00	236.405,75	74.405,75
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	162.000,00	236.405,75	74.405,75
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	162.000,00	236.405,75	74.405,75
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	162.000,00	236.405,75	74.405,75
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	162.000,00	236.405,75	74.405,75
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69.961.440,00	69.137.783,29	823.656,71-
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	69.657.750,00	47.853.757,96	21.803.992,04-
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	69.657.750,00	47.853.757,96	21.803.992,04-
1919.15.00.0000	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO DE TRANSITO	68.500.000,00	46.755.232,63	21.744.767,37-
1919.15.99.0000	DIVERSAS MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO DE TRANSITO	68.500.000,00	46.755.232,63	21.744.767,37-
1919.28.00.0000	MULTAS DECORRENTES DA OPERACAO DO TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS E CARG	1.157.750,00	1.098.525,33	59.224,67-
1919.28.99.0000	DIVERSAS MULTAS DECORRENTES DA OPERACAO DO TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIR	1.157.750,00	1.098.525,33	59.224,67-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	302.190,00	90.018,62	212.171,38-
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	12.100,00	7.410,04	4.689,96-
1921.06.00.0000	INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	2.000,00	385,95	1.614,05-
1921.06.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	2.000,00	385,95	1.614,05-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	10.100,00	7.024,09	3.075,91-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	10.100,00	7.024,09	3.075,91-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	290.090,00	82.608,58	207.481,42-
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	290.090,00	82.608,58	207.481,42-
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	290.090,00	82.608,58	207.481,42-
1930.00.00.0000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA	0,00	10.700,33	10.700,33
1931.00.00.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	0,00	10.700,33	10.700,33
1931.99.00.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	0,00	10.700,33	10.700,33
1931.99.01.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	0,00	10.700,33	10.700,33
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	1.500,00	21.183.306,38	21.181.806,38
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	1.500,00	21.183.306,38	21.181.806,38
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	10.715.515,14	10.715.515,14
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	10.467.788,18	10.467.788,18
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	1.500,00	3,06	1.496,94-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	4.000.000,00	19.700,00	3.980.300,00-
2200.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS	0,00	19.700,00	19.700,00
2210.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	0,00	9.200,00	9.200,00
2219.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	0,00	9.200,00	9.200,00
2219.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	0,00	9.200,00	9.200,00
2219.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	0,00	9.200,00	9.200,00
2220.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	10.500,00	10.500,00
2229.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	0,00	10.500,00	10.500,00
2229.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS IMOVEIS	0,00	10.500,00	10.500,00
2229.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS IMOVEIS	0,00	10.500,00	10.500,00
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00-
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00-
TOTAL.		122.914.332,00	116.664.499,61	6.249.832,39-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Vk/Pk
VICENTE PAULO MATTOS DE BRITTO PEREIRA
DIRETOR GERAL
CPF: 010.016.717/91

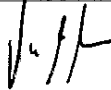
VANERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS DCF
CONTADOR CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

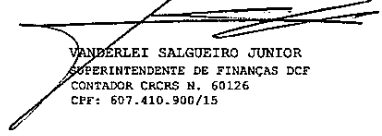
Sergio Ricardo
SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ASSISTENTE DCF
CONTADOR CRCRS N. 46408


EXERCÍCIO DE 2009	DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA	RFPE026/00001 ANEXO N.11 R\$
-------------------	---	------------------------------------

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM			
DOTAÇÕES INICIAIS	249.675.753,50	339.823.682,00	589.499.435,50
CRÉDITOS ESPECIAIS	706.800,00	1.846.774,00	2.553.574,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	63.969.642,11	154.245.815,49	218.215.457,60
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	48.340.600,74	111.169.301,26	159.509.902,00
AUTORIZADA	266.011.594,87	384.746.970,23	650.758.565,10
REALIZADA	219.224.935,12	230.138.131,56	449.363.066,68
DIFERENÇA	46.786.659,75	154.608.838,67	201.395.498,42
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			589.499.435,50
CRÉDITOS ESPECIAIS			2.553.574,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			218.215.457,60
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			159.509.902,00
AUTORIZADA			650.758.565,10
REALIZADA			449.363.066,68
DIFERENÇA			201.395.498,42

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


VICENTE PAULO MATTOS DE BRITTO PEREIRA
DIRETOR GERAL
CPF: 010.016.717/91


VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS DCF
CONTADOR CRCRS N. 69126
CPF: 607.410.906/15

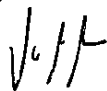

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ASSISTENTE DCF
CONTADOR CRCRS N. 46408

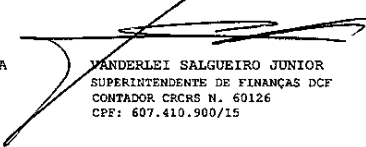
R E C E I T A			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA TRIBUTARIA	90.070,00	137.276,40	47.206,40
RECEITA PATRIMONIAL	7.235.142,00	5.910.878,67	1.324.263,33-
RECEITA DE SERVICOS	41.465.680,00	41.222.455,50	243.224,50-
TRANSFERENCIAS CORRENTES	162.000,00	236.405,75	74.405,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69.961.440,00	69.137.783,29	823.656,71-
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	118.914.332,00	116.644.799,61	2.269.532,39-
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENACAO DE BENS	0,00	19.700,00	19.700,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	4.000.000,00	19.700,00	3.980.300,00-
SOMA	122.914.332,00	116.664.499,61	6.249.832,39-
DEFICIT DE PREVISÃO	527.844.233,10	332.698.567,07	195.145.666,03-
TOTAL	650.758.565,10	449.363.066,68	201.395.498,42-

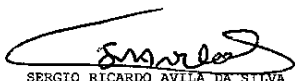
D E S P E S A			
TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	649.804.991,10	449.363.066,68	200.441.924,42-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	953.574,00	0,00	953.574,00-
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	650.758.565,10	449.363.066,68	201.395.498,42-
TOTAL	650.758.565,10	449.363.066,68	201.395.498,42-

- (1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

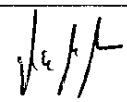

VICENTE PAULO MATTOS DE BRITTO PEREIRA
DIRETOR GERAL
CPF: 010.016.717/91

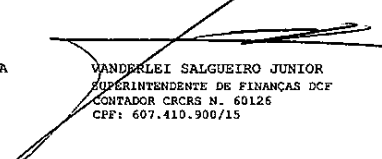

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS DCF
CONTADOR CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

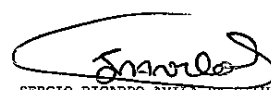

SERGIO RICARDO AVILLA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ASSISTENTE DCF
CONTADOR CRCRS N. 46408

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		SAUDE	3.800.651,77
RECEITA TRIBUTARIA	137.276,40	TRANSPORTE	419.484.446,18
RECEITA PATRIMONIAL	5.910.878,67	ENCARGOS ESPECIAIS	26.077.968,73
RECEITA DE SERVICOS	41.222.455,50	SOMA.....	449.363.066,68
TRANSFERENCIAS CORRENTES	236.405,75		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69.137.783,29	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
SOMA.....	116.644.799,61	REALIZAVEL	8.734.482,90
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	67.016.761,55
ALIENACAO DE BENS	19.700,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	46.361.650,83
SOMA.....	19.700,00	DEPOSITOS	20.594.098,28
TOTAL.....	116.664.499,61	DIVERSOS	1.007.786,37
		SOMA.....	143.714.779,93
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		TOTAL.....	593.077.846,61
REALIZAVEL	1.739.786,12	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	75.341.581,64	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	19.830.401,23	INTRAGOVERNAMENTAIS	233.433,00
DEPOSITOS	24.076.472,06	SOMA.....	233.433,00
DIVERSOS	1.241.741,49		
SOMA.....	122.229.982,54	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
TOTAL.....	238.894.482,15	CAIXA	2.153,50
		BANCOS C/DISPOSICAO	4.311.085,96
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	69.140.542,06
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS	
INTRAGOVERNAMENTAIS	385.355.359,13	VINCULADOS	0,00
SOMA.....	385.355.359,13	BANCOS, C/VINCULADAS	16.769,90
		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	6.979.789,76
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		SOMA.....	80.450.341,18
CAIXA	29.981,77		
BANCOS C/DISPOSICAO	1.810.447,34		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	44.813.730,19		
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS			
VINCULADOS	79.760,63		
BANCOS, C/VINCULADAS	44.341,54		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	2.733.518,04		
SOMA.....	49.511.779,51		
TOTAL.....	673.761.620,79	TOTAL.....	673.761.620,79

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


VICENTE PAULO MATOS DE BRITTO PEREIRA
DIRETOR GERAL
CPF: 010.016.717/91

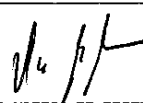

WANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS DCF
CONTADOR CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15


SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ASSISTENTE DCF
CONTADOR CRCRS N. 46408

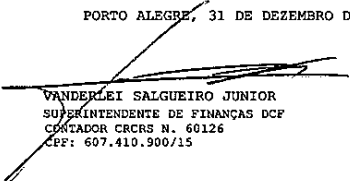
ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	2.153,50	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	8.926.256,55
BANCOS C/DISPOSICAO	4.311.085,96	CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	701.054,00
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	69.140.542,06	LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	7.980,00
SOMA.....	73.453.781,52	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	228.328,65
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	61.435,89
BANCOS, C/VINCULADAS	16.769,90	AUXILIO FUNERAL A PAGAR	20.775,88
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	6.979.789,76	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	8.232.902,95
SOMA.....	6.996.559,66	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	1.310,44
REALIZÁVEL		PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	72.647.589,55
DEVEDORES	888.784,50	EMPREENHEIROS A PAGAR	3.188.415,07
RESPONSÁVEIS POR PAGAMENTOS IRREGULARES	617.679,60	DIARIAS A PAGAR	2.326,72
DEPOSITOS JUDICIAIS	31.982.465,62	FGTS A RECOLHER	29.675,61
SOMA.....	33.488.929,72	DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	18.833,53
TOTAL.....	113.939.270,90	SENTENÇAS JUDICIAIS A PAGAR	9.108,73
		AJUDAS DE CUSTO VENCIDAS A PAGAR	5.871,31
ATIVO PERMANENTE		REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	1.363.626,75
BENS DA ENTIDADE		SOMA.....	95.445.491,63
BENS MOVEIS	27.508.947,62	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
BENS IMOVEIS	25.606.725,07	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	11.581.807,56
SOMA.....	53.115.672,69	CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	1.000.000,00
PARTICIPAÇÕES		LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	1.372,03
PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	61.350,00	INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	1.535.251,67
SOMA.....	61.350,00	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	97,71
CRÉDITOS		TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A LIQUIDAR	699,00
DEVEDORES POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	81.338,91	EMPREENHEIROS A LIQUIDAR	5.688.457,78
DEVEDORES POR LOCACAO	456,89	DIARIAS A LIQUIDAR	3.251,03
CREDITOS P/FUTURO AUMENTO CAP EM EMPR SOB CONTROLE DO ESTADO	18.171,38	SENTENÇAS JUDICIAIS A PAGAR	334,33
CREDITOS POR PAGAMENTOS INDEVIDOS	78.688,05	REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	25.216,92
DEVEDORES POR CONSIGNACOES	11.282,87	SOMA.....	19.836.488,03
DEVEDORES POR EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	546.573,38	DEPÓSITOS	
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVIÇOS	593.605.038,22	DEPOSITOS	11.622.726,59
DEVEDORES PELO REEMBOLSO DE PROVENTOS	8.935,56	SOMA.....	11.622.726,59
VALES-PEDAGIO A RECEBER	832.257,40	DIVERSOS	
SOMA.....	595.182.742,66	ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	170.745,15
DÍVIDA ATIVA		OUTROS CREDORES	472.866,21
DIVIDA ATIVA DE PAGAMENTOS INDEVIDOS	57.325,23	SOMA.....	643.611,36
DIVIDA ATIVA DE PRESTACAO DE SERVIÇOS	62.959.723,40	TOTAL.....	127.548.317,61
SOMA.....	63.017.048,63	PASSIVO PERMANENTE	
DIVERSOS		DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	2.841.459,67	DEBITOS PARCELADOS	52.617.114,21
ALMOXARIFADOS	597.488,37	SOMA.....	52.617.114,21
SOMA.....	3.438.948,04	TOTAL.....	52.617.114,21
TOTAL.....	714.815.762,02	SOMA DO PASSIVO REAL	180.165.431,82
SOMA DO ATIVO REAL	828.755.032,92	SALDO PATRIMONIAL	
ATIVO COMPENSADO		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		ATIVO REAL LÍQUIDO	648.589.601,10
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	3.196,98	SOMA.....	828.755.032,92
RESPONSÁVEIS POR ALMOXARIFADOS	597.488,37	PASSIVO COMPENSADO	
RESPONSÁVEIS POR DIARIAS	225.062,54	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
DEPOSITOS BANCARIOS C/FGTS NÃO OPTANTES	46.108,46	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	3.196,98
RESPONSÁVEIS POR AJUDA DE CUSTO	6.895,53	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	597.488,37
SOMA.....	878.751,88	DIARIAS A COMPROVAR	225.062,54
VALORES DE TERCEIROS		FGTS NÃO OPTANTES	46.108,46
CAIXA DE CAUCOES EM TITULOS E VALORES	726.884.386,75	AJUDA DE CUSTO A COMPROVAR	6.895,53
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	4.814.705,75	SOMA.....	878.751,88
SOMA.....	731.699.092,50	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		CAUCOES EM TITULOS E VALORES	726.884.386,75
RESPONSÁVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	17.760.581,23	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	4.814.705,75
AVAIS CONCEDIDOS	1,85	SOMA.....	731.699.092,50
PROCESSOS JUDICIAIS	153.403.715,34	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
SOMA.....	171.164.298,42	CONVENIOS EM EXECUCAO	17.760.581,23
TOTAL.....	903.742.142,80	CREDORES POR AVAIS	1,85
		ACOES JUDICIAIS	153.403.715,34
		SOMA.....	171.164.298,42
		TOTAL.....	903.742.142,80

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
TOTAL GERAL.....	1.732.497.175,72	TOTAL GERAL.....	1.732.497.175,72


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



VICENTE PAULO MATTOS DE BRITTO PEREIRA
DIRETOR GERAL
CPF: 010.016.717/91



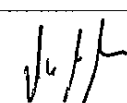
VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS DCF
CONTADOR CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15



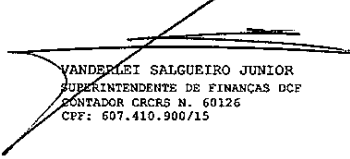
SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ASSISTENTE DCF
CONTADOR CRCRS N. 46408

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTÁRIA	137.276,40	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	118.679.921,68
RECEITA PATRIMONIAL	5.910.878,67	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.545.013,44
RECEITA DE SERVIÇOS	41.222.455,50	SOMA.....	219.224.935,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	236.405,75	DESPESAS DE CAPITAL	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69.137.783,29	INVESTIMENTOS	230.138.131,56
SOMA.....	116.644.799,61	SOMA.....	230.138.131,56
RECEITAS DE CAPITAL		TOTAL.....	449.363.066,68
ALIENAÇÃO DE BENS	19.700,00		
SOMA.....	19.700,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	ANULAÇÃO DO REGISTRO BENS CRED VALORES	
SOMA.....	0,00	FASE AQUIS/FORMAÇÃO	13.569,04
TOTAL.....	116.664.499,61	RECEBIMENTOS DE CRÉDITOS POR PAGAMENTOS	
		INDEVIDOS	8.280,90
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		RECEBIMENTO DE CRÉDITOS POR PRESTAÇÃO	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE		DE SERVIÇOS	41.639,54
AQUISIÇÃO OU FORMAÇÃO	2.841.459,67	RECEBIMENTO DE CRÉDITOS PELO REEMBOLSO	
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS	1.527.534,88	DE PROVENTOS	37.222,19
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS IMOVEIS	46.564,00	RECEBIMENTO DE CRÉDITOS DECORRENTES DE	
AQUISIÇÃO DE BENS DE ALMOXARIFADO	2.326,38	VALES-PEDAGIO	910.210,00
SOMA.....	4.417.884,93	SOMA.....	1.010.921,67
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
BAIXA DE DÉBITOS PARCELADOS	4.658.277,30	BAIXA DE CRÉDITOS POR IMPUTAÇÃO DE	
INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS POR PAGAMENTOS		RESPONSABILIDADE	6.705,30
INDEVIDOS	19.479,17	TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	1.590.907,49
TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	1.590.907,49	BAIXA DE BENS MOVEIS	56.811,27
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	135.975,36	BAIXA DE BENS IMOVEIS	1,64
INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS POR EMPRÉSTIMOS		BAIXA DE CRÉDITOS POR PRESTAÇÃO DE	
CONCEDIDOS	35.376,72	SERVIÇOS	6.670.621,28
INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS POR PRESTAÇÃO DE		BAIXA DE CRÉDITOS PELO REEMBOLSO DE	
SERVIÇOS	97.785.148,12	PROVENTOS	8.494,10
INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS PELO REEMBOLSO DE		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	3.487.805,49
PROVENTOS	28.467,89	SOMA.....	11.821.346,57
INCORPORAÇÃO DE BENS DE ALMOXARIFADO	3.424.199,85	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS DECORRENTES DE		PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
VALES-PEDAGIO	27.617,70	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	
SOMA.....	107.705.449,60	INTRAGOVERNAMENTAIS	233.433,00
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO		SOMA.....	233.433,00
PATRIMÔNIO FINANCEIRO		TOTAL.....	462.428.767,92
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		RESULTADO PATRIMONIAL	
INTRAGOVERNAMENTAIS	385.355.359,13	SUPERAVIT VERIFICADO	151.714.425,35
SOMA.....	385.355.359,13	TOTAL.....	614.143.193,27
TOTAL.....	614.143.193,27		

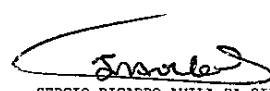
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



VICENTE PAULO MATTOS DE BRITTO PEREIRA
DIRETOR GERAL
CPF: 010.016.717/91



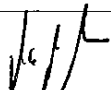
VANDELEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS DCF
CONTADOR CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15



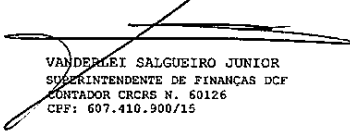
SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ASSISTENTE DCF
CONTADOR CRCRS N. 46408

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	6.396.014,78-	24.924.392,74	22.394.150,97	8.926.256,55-
CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	0,00	1.680.763,99	979.709,99	701.054,00-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	3.385,41-	14.463,39	9.868,80	7.980,00-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	2.381.964,01-	92.636,54	2.246.271,90	228.328,65-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	673.496,72-	60.431,56	672.492,39	61.435,89-
AUXILIO FUNERAL A PAGAR	18.130,97-	21.603,30	18.958,39	20.775,88-
PIS E PASEP A RECOLHER	865.231,94-	0,00	865.231,94	0,00
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	6.446.627,06-	3.611.037,59	1.824.761,70	8.232.902,95-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	1.100,00-	1.340,44	1.130,00	1.310,44-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	51.789.471,08-	20.858.118,47	0,00	72.647.589,55-
EMPREITEIROS A PAGAR	18.085.241,36-	22.602.841,87	37.499.668,16	3.188.415,07-
DIARIAS A PAGAR	1.740,65-	2.326,72	1.740,65	2.326,72-
FGTS A RECOLHER	14.053,91-	29.675,61	14.053,91	29.675,61-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	49.211,29-	18.833,53	49.211,29	18.833,53-
SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	906,09-	9.108,73	906,09	9.108,73-
AJUDAS DE CUSTO VENCIDAS A PAGAR	0,00	5.871,31	0,00	5.871,31-
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	394.096,27-	1.408.135,85	438.605,37	1.363.626,75-
SUBTOTAL.....	87.120.671,54-	75.341.581,64	67.016.761,55	95.445.491,63-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	21.094.714,64-	11.581.807,56	21.094.714,64	11.581.807,56-
CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	2.190.385,48-	1.000.000,00	2.190.385,48	1.000.000,00-
LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	7.398,39-	1.372,03	7.398,39	1.372,03-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	18.912,28-	1.535.251,67	18.912,28	1.535.251,67-
CONTRIBUICOES E TRANSFERENCIAS A LIQUIDAR	479.204,88-	0,00	479.204,88	0,00
FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	0,00	0,00	0,00	0,00
AUXILIO FUNERAL A LIQUIDAR	827,42-	0,00	827,42	0,00
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	3.416,90-	97,71	3.416,90	97,71-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A LIQUIDAR	69,28-	699,00	69,28	699,00-
EMPREITEIROS A LIQUIDAR	22.520.640,24-	5.688.457,78	22.520.640,24	5.688.457,78-
DIARIAS A LIQUIDAR	1.571,41-	3.251,03	1.571,41	3.251,03-
SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	0,00	334,33	0,00	334,33-
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	50.596,71-	19.130,12	44.509,91	25.216,92-
SUBTOTAL.....	46.367.737,63-	19.830.401,23	46.361.650,83	19.836.488,03-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	8.140.352,81-	24.076.472,06	20.594.098,28	11.622.726,59-
SUBTOTAL.....	8.140.352,81-	24.076.472,06	20.594.098,28	11.622.726,59-
DIVERSOS				
ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	166.659,37-	38.073,73	33.987,95	170.745,15-
OUTROS CREDORES	242.996,87-	1.203.667,76	973.798,42	472.866,21-
SUBTOTAL.....	409.656,24-	1.241.741,49	1.007.786,37	643.611,36-
TOTAL.....	142.038.418,22-	120.490.196,42	134.980.297,03	127.548.317,61-


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



VICENTE PAULO MATTOS DE BRITTO PEREIRA
DIRETOR GERAL
CPF: 010.016.717/91



VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS DCF
CONTADOR CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15



SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ASSISTENTE DCF
CONTADOR CRCRS N. 46408

EXERCÍCIO DE 2009	DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM	RFPE017/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA		
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
R\$		

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	219.224.935,12
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	118.679.921,68
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	49.653.466,32
3.1.90.03	PENSOES	823.121,99
3.1.90.03.0303	PENSIONISTAS - CIVIL	754.415,60
3.1.90.03.0304	13º VENCIMENTO - PENSIONISTAS CIVIS	68.706,39
3.1.90.09	SALARIO-FAMILIA	482.363,29
3.1.90.09.0904	SALARIO FAMILIA - ATIVOS CIVIL	482.363,29
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	39.737.945,25
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	16.566.002,63
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	2.753.389,04
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	6.006.336,89
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	10.658.577,48
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	2.802.348,31
3.1.90.11.1108	JETON	951.290,90
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	449.092,01
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	258.744,31
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	190.347,70
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	83.882,72
3.1.90.16.1601	GRATIFICACOES - PESSOAL CIVIL	83.882,72
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	7.990.514,00
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	7.985.109,94
3.1.90.91.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	5.404,06
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.405,88
3.1.90.92.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	625,61
3.1.90.92.1107	OUTRAS VANTAGENS	496,83
3.1.90.92.9601	RESSARCIMENTO	5.283,44
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	80.141,18
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	80.141,18
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	69.026.455,36
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	68.367.490,43
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	4.075.294,95
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	7.658.024,28
3.1.91.13.1311	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/INATIVOS - RPPS	4.192.321,42
3.1.91.13.1313	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICE - INATIVOS	52.441.849,78
3.1.91.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	658.964,93
3.1.91.92.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	658.964,93
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.545.013,44
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	100.545.013,44
3.3.90.05	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	3.150,00
3.3.90.05.0502	ENCARGOS COM ASSISTENCIA MEDICA	3.150,00
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	210.762,94
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	210.762,94
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	7.732.775,43
3.3.90.14.1401	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL	2.807.817,50
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	4.916.756,42
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	6.596,95
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	1.604,56
3.3.90.22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	28.000,00
3.3.90.22.2203	ENCARGOS INCIDENTES SOBRE PAGAMENTOS EFETUADOS COM ATRASO	28.000,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	16.452.211,15
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	94.215,34
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	85,65
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	5.526.631,23
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	15.027,83
3.3.90.30.3007	EXPLOSIVOS E MUNICOES	62.370,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	249.909,57
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	2.500,00
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	19.210,09
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	869.998,97
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	5.600,00
3.3.90.30.3015	PROFECAO E PROFILAXIA	6.548,26
3.3.90.30.3017	MATERIA-PRIMA	123,81
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	1.487,42
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	95.414,59
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	10.330,56
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLÓGICOS	11.991,73
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	13.663,04
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	63.216,59
3.3.90.30.3029	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	12.807,00
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	329.164,95
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	363.627,72
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	1.266.069,18
3.3.90.30.3034	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	32,00
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	8.399,00
3.3.90.30.3037	AQUISICAO DE ASFALTO PARA CONSERVACAO DE RODOVIAS	6.181.672,40
3.3.90.30.3039	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	1.242.114,22
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	723.542,25
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	586.762,14
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	104.313,37
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	32.466,74
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	1.648.704,92
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	1.648.704,92
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	53.829,11
3.3.90.36.3606	TAREFEIROS	1.090,00
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	1.500,00
3.3.90.36.3613	LIMPEZA E HIGIENE	6.996,20
3.3.90.36.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	15.981,41
3.3.90.36.3615	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	26.960,00
3.3.90.36.3616	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	1.301,50
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	997.401,88
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	350.642,57
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	577.535,95
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	69.223,36
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	49.755.971,86
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	542.506,05
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	1.987.733,27
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	15.021,90
3.3.90.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	134.668,05

EXERCÍCIO DE 2009	DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM	RFPE017/00002
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA		
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
R\$		

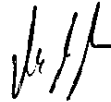
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	1.640,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	192,99
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	1.271.544,88
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	42.400,87
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	14.301.997,64
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	374.049,69
3.3.90.39.3926	SEGUROS	65.288,63
3.3.90.39.3928	CARTORIO	8.322,46
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	232.180,45
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	233.943,10
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	555.125,29
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	598.825,26
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	14.600,00
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	122.510,78
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	13.231,65
3.3.90.39.3939	MEDICINA	200,00
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	4.650,30
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	762.994,10
3.3.90.39.3944	CARGA, DESCARGA, EMPACOTAMENTO E PESAGEM	610,00
3.3.90.39.3948	MULTAS	6.246,99
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	5.525,02
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	63.000,00
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	28.872,30
3.3.90.39.3956	REBOQUE	630,00
3.3.90.39.3958	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS	2.476,56
3.3.90.39.3960	RECUPERACAO DE MATERIAIS	1.060,00
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	7.810,50
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	873.713,68
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	34.418,17
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	24.051,00
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	194.157,84
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	5.044,04
3.3.90.39.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	14.759,62
3.3.90.39.3990	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	27.001.594,27
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	26.608,00
3.3.90.39.3992	SERVICOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL	147.646,91
3.3.90.39.3993	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.119,60
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	171.803,13
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	31.783,13
3.3.90.41.4107	ATENDIMENTO DE CRECHE (DAER)	140.020,00
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	2.060.564,82
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	2.060.564,82
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	8.159.288,45
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	340.663,05
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	7.725.956,96
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	9.102,89
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	62.299,06
3.3.90.47.4711	LICENCA PARA O EXERCICIO PROFISSIONAL	20.646,00
3.3.90.47.4717	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	97,69
3.3.90.47.4718	IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSAO DE BENS IMOVEIS	522,80
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	1.293.003,67
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	1.293.003,67
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	2.442.359,61
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	2.378.273,34
3.3.90.91.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	64.086,27
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.767.398,40
3.3.90.92.0803	AUXILIO FUNERAL	25.577,16
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	1.968,51
3.3.90.92.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	148.844,05
3.3.90.92.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	2.150,10
3.3.90.92.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	5.270,73
3.3.90.92.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	2.450,00
3.3.90.92.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	7.279,75
3.3.90.92.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	2.109,40
3.3.90.92.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	5.083,00
3.3.90.92.3301	LOCACAO DE VEICULOS	50.655,73
3.3.90.92.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	33.006,04
3.3.90.92.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	2.540,00
3.3.90.92.3701	LIMPEZA E HIGIENE	27.899,50
3.3.90.92.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	2.615,00
3.3.90.92.3901	AGUA E ESGOTO	75.128,37
3.3.90.92.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	376.985,54
3.3.90.92.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	838,13
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELETRICA	77.838,54
3.3.90.92.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.468.962,32
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	1.356.328,33
3.3.90.92.3929	COMUNICACAO	19.103,89
3.3.90.92.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	38.562,00
3.3.90.92.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	510,00
3.3.90.92.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	317,41
3.3.90.92.3934	SERVICOS GRAFICOS	60,78
3.3.90.92.3948	MULTAS	255,38
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	4.100,56
3.3.90.92.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	244,58
3.3.90.92.3990	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	11.129,32
3.3.90.92.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	760,00
3.3.90.92.3992	SERVICOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL	16.343,87
3.3.90.92.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	240,41
3.3.90.92.9305	INDENIZACOES	2.240,00
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.044.245,82
3.3.90.93.9301	AJUDA DE CUSTO	99.642,36
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	2.911.177,08
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	33.256,83
3.3.90.93.9312	RESSARCIMENTO DE DESPESAS MEDICO-HOSPITALARES	169,55
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	230.138.131,56
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	230.138.131,56
4.4.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	1.820.509,60
4.4.40.42	AUXILIOS	1.820.509,60
4.4.40.42.4201	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	1.820.509,60

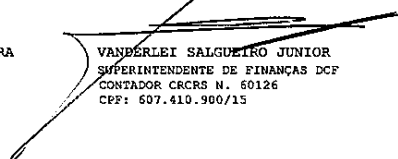
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	228.317.621,96
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	207.805.452,46
4.4.90.51.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	1.517.271,10
4.4.90.51.5104	INICIO DE OBRAS PUBLICAS	4.198.281,66
4.4.90.51.5105	PROSSEGUIMENTO E/OU CONCLUSAO DE OBRAS PUBLICAS	197.063.027,47
4.4.90.51.5109	AQUISICAO DE ASFALTO PARA A CONSTRUCAO DE RODOVIAS	4.920.332,40
4.4.90.51.5111	TAXAS VINCULADAS A OBRAS RODOVIARIAS	106.539,83
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.309.002,88
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	311.000,00
4.4.90.52.5203	ARMAMENTO	787.878,70
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	7.329,63
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	885.139,00
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	6.390,00
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	13.724,71
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	26.621,60
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	2.795,00
4.4.90.52.5227	PLACAS	1.400,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	2.265.502,24
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	1.222,00
4.4.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	15.645.095,12
4.4.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	15.645.095,12
4.4.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	147.094,11
4.4.90.92.5105	PROSSEGUIMENTO E/OU CONCLUSAO DE OBRAS PUBLICAS	1.168,98
4.4.90.92.9329	INDENIZACAO PELA DESAPROPRIACAO DE BENS PARA USO COMUM DO POVO	145.925,13
4.4.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	410.977,39
4.4.90.93.9315	INDENIZACAO PELA DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS PARA USO DO ESTADO.	107.955,67
4.4.90.93.9329	INDENIZACAO PELA DESAPROPRIACAO DE BENS PARA USO COMUM DO POVO	303.021,72
TOTAL GERAL ==>		449.363.066,68


* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	118.679.921,68
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	100.545.013,44
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	219.224.935,12
INVESTIMENTOS	=>	230.138.131,56
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	230.138.131,56
TOTAL GERAL	=>	449.363.066,68

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 VICENTE PAULO MATTOS DE BRITTO PEREIRA
 DIRETOR GERAL
 CPF: 010.016.717/91


 VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
 SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS DCF
 CONTADOR CRCRS N. 60126
 CPF: 507.410.900/15


 SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
 SUPERINTENDENTE ASSISTENTE DCF
 CONTADOR CRCRS N. 46408

EXERCÍCIO DE 2009		DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM							RFPE039/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							RS
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
35 DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM	118.679.921,68		100.545.013,44	230.138.131,56				449.363.066,68	
TESOURO-LIVRES	118.679.921,68		41.530.563,35	171.968.504,57				332.178.989,60	
PROPRIOS DA AUTARQUIA			54.777.430,08	16.204.607,51				70.982.037,59	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			3.599.556,68	8.761.883,29				12.361.439,97	
CONVENIOS			162.000,00	118.280,00				280.280,00	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUCÃO			475.463,33	33.084.856,19				33.560.319,52	
TOTAL	118.679.921,68		100.545.013,44	230.138.131,56				449.363.066,68	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

VICENTE PAULO MATOS DE BRITO PEREIRA
 DIRETOR GERAL
 CPF: 010.016.717/91

VANDELZEI SALGUEIRO JUNIOR
 SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS DCF
 CONTADOR CRCRS N. 60126
 CPF: 607.410.300/15

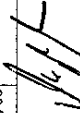
SERGIO RICARDO AMILA DA SILVA
 SUPERINTENDENTE ASSISTENTE DCF
 CONTADOR CRCRS N. 46408

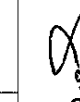
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA										TOTAL	
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
10 SAÚDE	3.800.651,77											3.800.651,77
TESOURO-LIVRES	3.800.651,77											3.800.651,77
26 TRANSPORTE	106.888.755,91		98.102.653,83	214.493.036,44								419.484.446,18
TESOURO-LIVRES	106.888.755,91		39.088.203,74	156.323.409,45								302.300.369,10
PROPRIOS DA AUTARQUIA			54.777.430,08	16.204.607,51								70.982.037,59
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			3.599.556,68	8.761.883,29								12.361.439,97
CONVENIOS			162.000,00	118.280,00								280.280,00
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			475.463,33	33.084.856,19								33.560.319,52
28 ENCARGOS ESPECIAIS	7.990.514,00		2.442.359,61	15.645.095,12								26.077.968,73
TESOURO-LIVRES	7.990.514,00		2.442.359,61	15.645.095,12								26.077.968,73
TOTAL	118.679.921,68		100.545.013,44	230.138.131,56								449.363.066,68

RESUMO

TESOURO-LIVRES	118.679.921,68		41.530.563,35	171.968.504,57								332.178.989,60
PROPRIOS DA AUTARQUIA			54.777.430,08	16.204.607,51								70.982.037,59
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			3.599.556,68	8.761.883,29								12.361.439,97
CONVENIOS			162.000,00	118.280,00								280.280,00
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			475.463,33	33.084.856,19								33.560.319,52
TOTAL	118.679.921,68		100.545.013,44	230.138.131,56								449.363.066,68

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 VICENTE PAULO MATOS DE BRITTO PEREIRA
 DIRETOR GERAL
 CPF: 010.016.717/91

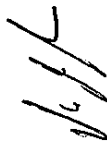

 SÉRGIO RICARDO AVILA DA SILVA
 SUPERINTENDENTE ASSISTENTE DCF
 CONTRADOR CRCSS N. 46408

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

ANEXO 16

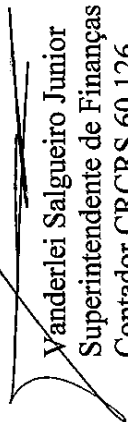
R\$

DESIGNAÇÃO	DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA						POSIÇÃO EM 31-12-2009
	AUTORIZAÇÕES		MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009		Resgate		
	LEI	DATA	31-12-2008	Passivas		Ativas	
Débitos Parcelados							
Com o Ministério da Fazenda - PASEP							
Termo de Parcelamento de / /	XX	XX	57.275.391,51		4.658.277,30		52.617.114,21
Com o Instituto Nacional do Seguro Social	XX	XX	0,00				0,00
Obs: Os valores estão inscritos em Dívida Ativa na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.							
Total	XX	XX	57.275.391,51		4.658.277,30		52.617.114,21

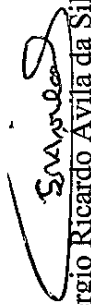


Vicente Paulo Mattos de Brito Pereira
Diretor-Geral
CIC 010.016.717-91

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.



Vanderlei Salgueiro Junior
Superintendente de Finanças DCF
Contador CRCRS 60.126
CIC 607.410.900-15



Sergio Ricardo Avila da Silva
Superintendente Assistente DCF
Contador CRCRS 46.408
CIC 416.428.990-20



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 31.12.2009

Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101, de 04.05.2000, e considerando, ainda, o disposto no Decreto Federal 20.910, de 06.01.1932, e no Parecer 01/03, de 21.11.2003, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto 46.778, de 03.12.2009, e a Instrução Normativa CAGE 02/09, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:

a) Prescrição dos saldos de empenhos inscritos em Restos a Pagar Processados, no valor de R\$17.428,86 (Dezessete mil, Quatrocentos e vinte e oito reais e Oitenta e seis centavos) cujos empenhos foram emitidos entre 01.01.2008 até 31.12.2008.

b) Anulação das despesas inscritas em Restos a Pagar Não-Processados, no valor de R\$ 8.971.290,23 (Oito milhões, Novecentos e setenta e um mil, Duzentos e noventa reais e Vinte e três centavos), cujos empenhos foram emitidos entre 01.01.08 até 31.12.2008, executado de forma automática pelo Sistema de Administração Financeira do Estado, restando ser reempenhados a conta do orçamento em que forem reconhecidas posteriormente.

c) Estorno de empenhos não liquidados, no valor de R\$ 27.949.435,76 (Vinte e sete milhões, Novecentos e quarenta e nove mil, Quatrocentos e trinta e cinco reais e Setenta e seis centavos), emitidos em 2009, excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa do tesouro.

VICENTE PAULO MATTOS DE BRITO PEREIRA
DIRETOR GERAL
CIC 010.016.717-91

YANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS DCF
CONTADOR CRCRS 60.126
CIC 607.410.900-15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
Superintendente Assistente DCF
CONTADOR CRCRS 46.408
CIC 416.428.990-20

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

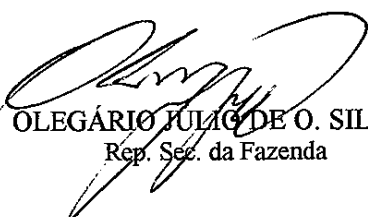
DAER - INFORMAÇÕES -----Fls. 75

REF. EXP. 3.684/10.0

PARECER Nº 151

A Comissão de Controle, com base nos exames realizados, conclui que os balanços orçamentários, financeiro e patrimonial do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, relativos ao exercício de 2009, foram elaborados de acordo com a Lei nº 4.320/64, de 17/03/64 e Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

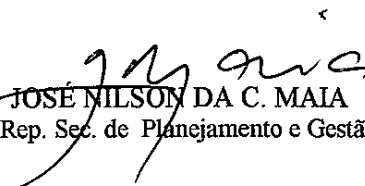
Comissão de Controle, em 12/03/2010



OLEGÁRIO JULIANO DE O. SILVA
Rep. Sec. da Fazenda



NILSON CAYICHIONE SOLANO
Rep. Sec. Infra-Estrutura e Logística



JOSÉ NILSON DA C. MAIA
Rep. Sec. de Planejamento e Gestão



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
REGISTRO.....	: RS-060126/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 607.410.900-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 08.02.2010 as 17:02:15.

Válido até: 28.02.2010.

Código de Controle: 75174.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
REGISTRO.....	: RS-046408/O-1
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 416.428.990-20

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 08.02.2010 as 17:00:09.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 75173.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

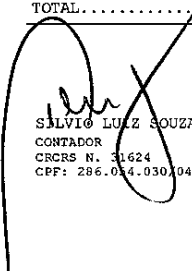
Superintendência de Portos e Hidrovias

SPH

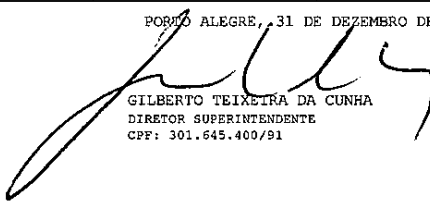


RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	3.610.743,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.692.443,39
RECEITA DE SERVIÇOS	2.340.626,76	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.020.657,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.284.715,49		
SOMA.....	19.236.086,22	SOMA.....	58.713.100,74
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	39.477.014,52	TOTAL.....	58.713.100,74
TOTAL.....	58.713.100,74	DESPESA CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	635.049,59
ALIENACAO DE BENS	199.250,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	3.443,65
SOMA.....	199.250,00	SOMA.....	638.493,24
DEFICIT	39.916.257,76	TOTAL.....	59.351.593,98
TOTAL.....	59.351.593,98		
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	19.236.086,22	DESPESAS CORRENTES.....	58.713.100,74
RECEITAS DE CAPITAL.....	199.250,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	638.493,24
DEFICIT.....	39.916.257,76	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	59.351.593,98	TOTAL.....	59.351.593,98

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



SÁLVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CRCRS N. 31624
CPF: 286.034.030/04



GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 301.645.400/91

EXERCÍCIO DE 2009	SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS	RFPE006/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N.6
		RS

ÓRGÃO: 36 - SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS
--

U.O.: 36.01 - ADMINISTRACAO CENTRAL-SPH

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
26	TRANSPORTE		19.597.537,60	19.597.537,60
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL		10.826.748,95	10.826.748,95
26.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		10.826.748,95	10.826.748,95
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL		30.052,95	30.052,95
26.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		30.052,95	30.052,95
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO		8.740.735,70	8.740.735,70
26.0784.0336	PORTOS INTERIORES E HIDROVIAS		8.740.735,70	8.740.735,70
28	ENCARGOS ESPECIAIS		24.293.000,94	24.293.000,94
28.0061	ACAO JUDICIARIA		24.293.000,94	24.293.000,94
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		24.293.000,94	24.293.000,94
TOTAL DA U.O. =>			43.890.538,54	43.890.538,54

U.O.: 36.33 - ENCARGOS GERAIS DA SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	SAUDE		1.563.924,25	1.563.924,25
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		1.563.924,25	1.563.924,25
10.0302.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.563.924,25	1.563.924,25
26	TRANSPORTE		13.897.131,19	13.897.131,19
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		13.730.507,08	13.730.507,08
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		13.730.507,08	13.730.507,08
26.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		166.624,11	166.624,11
26.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		166.624,11	166.624,11
TOTAL DA U.O. =>			15.461.055,44	15.461.055,44

TOTAL DO ÓRGÃO =>			59.351.593,98	59.351.593,98
-------------------	--	--	---------------	---------------

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 31624
CPF: 286.054/030/04

GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 301.645.400/91

EXERCÍCIO DE 2009	SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS	RFPE009/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	SAUDE		1.563.924,25	1.563.924,25
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		1.563.924,25	1.563.924,25
10.0302.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.563.924,25	1.563.924,25
26	TRANSPORTE		33.494.668,79	33.494.668,79
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL		10.826.748,95	10.826.748,95
26.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		10.826.748,95	10.826.748,95
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL		30.052,95	30.052,95
26.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		30.052,95	30.052,95
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		13.730.507,08	13.730.507,08
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		13.730.507,08	13.730.507,08
26.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		166.624,11	166.624,11
26.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		166.624,11	166.624,11
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO		8.740.735,70	8.740.735,70
26.0784.0336	PORTOS INTERIORES E HIDROVIAS		8.740.735,70	8.740.735,70
28	ENCARGOS ESPECIAIS		24.293.000,94	24.293.000,94
28.0061	ACAO JUDICIARIA		24.293.000,94	24.293.000,94
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		24.293.000,94	24.293.000,94
TOTAL. GERAL. =>		0,00	59.351.593,98	59.351.593,98

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CONTADOR CECIS N. 31624
CPF: 286.054/030/04

GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 301.645.400/91

EXERCÍCIO DE 2009	SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS	RFPE029/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
10	SAUDE	1.563.924,25		1.563.924,25
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	1.563.924,25		1.563.924,25
10.0302.0335	OPERACOES ESPECIAIS	1.563.924,25		1.563.924,25
26	TRANSPORTE	32.473.280,78	1.021.388,01	33.494.668,79
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL	10.826.748,95		10.826.748,95
26.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	10.826.748,95		10.826.748,95
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL	30.052,95		30.052,95
26.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	30.052,95		30.052,95
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	13.730.507,08		13.730.507,08
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	13.730.507,08		13.730.507,08
26.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	166.624,11		166.624,11
26.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	166.624,11		166.624,11
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	7.719.347,69	1.021.388,01	8.740.735,70
26.0784.0336	PORTOS INTERIORES E HIDROVIAS	7.719.347,69	1.021.388,01	8.740.735,70
28	ENCARGOS ESPECIAIS	24.293.000,94		24.293.000,94
28.0061	ACAO JUDICIARIA	24.293.000,94		24.293.000,94
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	24.293.000,94		24.293.000,94
TOTAL GERAL =>		58.330.205,97	1.021.388,01	59.351.593,98

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

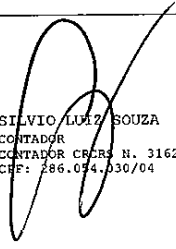
SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 31624
CPF: 286.054.030/04

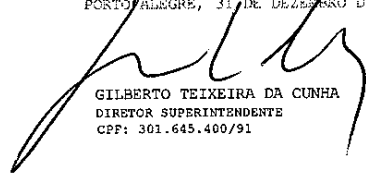
GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 301.645.400/91

EXERCÍCIO DE 2009	SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES		RFPE025/00001 ANEXO N.9 RS
-------------------	--	--	----------------------------------

FUNÇÕES	SAUDE	TRANSPORTE	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS	1.563.924,25	33.494.668,79	24.293.000,94	59.351.593,98
SOMA.....	1.563.924,25	33.494.668,79	24.293.000,94	59.351.593,98
TOTAL.....	1.563.924,25	33.494.668,79	24.293.000,94	59.351.593,98

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CONTADOR CREA N. 31624
CPF: 286.054.030/04


GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 301.643.400/91

EXERCÍCIO DE 2009

SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

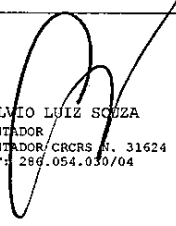
RFPE023/00001

ANEXO N. 10

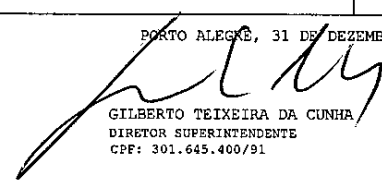
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	5.951.338,00	19.236.086,22	13.284.748,22
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	2.181.707,00	3.610.743,97	1.429.036,97
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	2.129.000,00	2.143.977,55	14.977,55
1312.00.00.0000	ARRENDAMENTOS	2.129.000,00	2.143.977,55	14.977,55
1312.99.00.0000	OUTROS ARRENDAMENTOS	2.129.000,00	2.143.977,55	14.977,55
1312.99.99.0000	DIVERSOS ARRENDAMENTOS	2.129.000,00	2.143.977,55	14.977,55
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	52.707,00	1.466.766,42	1.414.059,42
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	0,00	477.761,48	477.761,48
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	477.761,48	477.761,48
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	0,00	477.761,48	477.761,48
1329.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	52.707,00	989.004,94	936.297,94
1329.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	52.707,00	989.004,94	936.297,94
1329.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	52.707,00	989.004,94	936.297,94
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	3.439.477,00	2.340.626,76	1.098.850,24-
1600.06.00.0000	SERVICOS PORTUARIOS	2.889.079,00	2.171.391,71	717.687,29-
1600.06.99.0000	DIVERSOS SERVICOS PORTUARIOS	2.889.079,00	2.171.391,71	717.687,29-
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMNISTRATIVOS	12.700,00	8.566,28	4.133,72-
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	12.700,00	8.566,28	4.133,72-
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	537.698,00	160.668,77	377.029,23-
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	537.698,00	160.668,77	377.029,23-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	330.154,00	13.284.715,49	12.954.561,49
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	10.154,00	6.991,78	3.162,22-
1915.00.00.0000	MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	10.000,00	6.991,66	3.008,34-
1915.99.00.0000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	10.000,00	6.991,66	3.008,34-
1915.99.01.0000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	10.000,00	6.991,66	3.008,34-
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	154,00	0,12	153,88-
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	154,00	0,12	153,88-
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	154,00	0,12	153,88-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	300.000,00	744.154,54	444.154,54
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	300.000,00	744.154,54	444.154,54
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	300.000,00	744.154,54	444.154,54
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	300.000,00	744.154,54	444.154,54
1930.00.00.0000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA	20.000,00	56.436,81	36.436,81
1932.00.00.0000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	20.000,00	56.436,81	36.436,81
1932.99.00.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS	20.000,00	56.436,81	36.436,81
1932.99.01.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	20.000,00	56.436,81	36.436,81
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	12.477.132,36	12.477.132,36
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	12.477.132,36	12.477.132,36
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	4.143.693,92	4.143.693,92
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	8.332.061,18	8.332.061,18
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	0,00	1.377,26	1.377,26
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	199.250,00	199.250,00
2200.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS	0,00	199.250,00	199.250,00
2210.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	0,00	199.250,00	199.250,00
2219.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	0,00	199.250,00	199.250,00
2219.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	0,00	199.250,00	199.250,00
2219.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	0,00	199.250,00	199.250,00
TOTAL		5.951.338,00	19.435.336,22	13.483.998,22

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CONTADOR/CRCRS N. 31624
CPF: 286.054.030/04

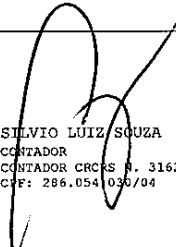


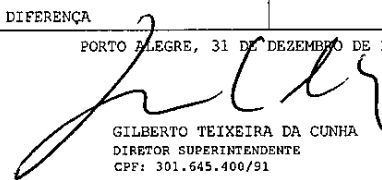
GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 301.645.400/91

EXERCÍCIO DE 2009	SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA	RFPE026/00001 ANEXO N.11 R\$
-------------------	---	------------------------------------

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS			
DOTAÇÕES INICIAIS	62.142.444,00	515.384,00	62.657.828,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	104.000,00	0,00	104.000,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	24.125.000,00	508.171,08	24.633.171,08
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	17.737.171,08	237.553,00	17.974.724,08
AUTORIZADA	68.634.272,92	786.002,08	69.420.275,00
REALIZADA	58.713.100,74	638.493,24	59.351.593,98
DIFERENÇA	9.921.172,18	147.508,84	10.068.681,02
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			62.657.828,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			104.000,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			24.633.171,08
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			17.974.724,08
AUTORIZADA			69.420.275,00
REALIZADA			59.351.593,98
DIFERENÇA			10.068.681,02

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 31624
CPF: 286.054.030/04


GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 301.645.400/91

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	2.181.707,00	3.610.743,97	1.429.036,97
RECEITA DE SERVIÇOS	3.439.477,00	2.340.626,76	1.098.850,24-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	330.154,00	13.284.715,49	12.954.561,49
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	5.951.338,00	19.236.086,22	13.284.748,22
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENACAO DE BENS	0,00	199.250,00	199.250,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	199.250,00	199.250,00
SOMA	5.951.338,00	19.435.336,22	13.483.998,22
DEFICIT DE PREVISÃO	63.468.937,00	39.916.257,76	23.552.679,24-
TOTAL	69.420.275,00	59.351.593,98	10.068.681,02-

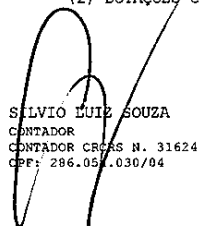
D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	69.316.275,00	59.351.593,98	9.964.681,02-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	104.000,00	0,00	104.000,00-
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	69.420.275,00	59.351.593,98	10.068.681,02-
TOTAL	69.420.275,00	59.351.593,98	10.068.681,02-

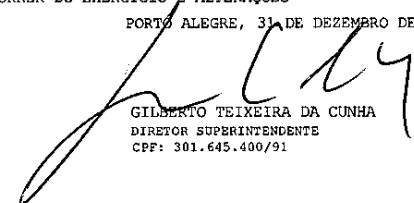
(1) DOTAÇÕES ORIGINALS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



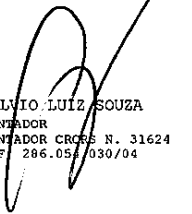
SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CONTADOR CRÉAS N. 31624
CPF: 286.057.030/04



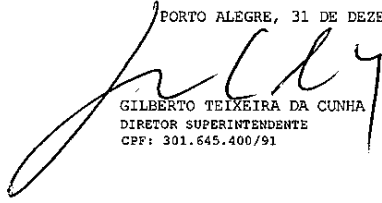
GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 301.645.400/91

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		SAUDE	1.563.924,25
RECEITA PATRIMONIAL	3.610.743,97	TRANSPORTE	33.494.668,79
RECEITA DE SERVICOS	2.340.626,76	ENCARGOS ESPECIAIS	24.293.000,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.284.715,49	SOMA.....	59.351.593,98
SOMA.....	19.236.086,22	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
RECEITAS DE CAPITAL		REALIZAVEL	1.759.702,78
ALIENACAO DE BENS	199.250,00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	37.782.967,76
SOMA.....	199.250,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	12.631.611,28
TOTAL.....	19.435.336,22	DEPOSITOS	11.136.346,17
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		DIVERSOS	364.962,05
REALIZAVEL	880.264,66	SOMA.....	63.675.590,04
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	29.117.593,87	TOTAL.....	123.027.184,02
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	538.331,12	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
DEPOSITOS	11.252.774,34	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
DIVERSOS	511.691,94	INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00
SOMA.....	42.300.655,93	SOMA.....	0,00
TOTAL.....	61.735.992,15	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		CAIXA	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		BANCOS C/DISPOSICAO	5.953.437,12
INTRAGOVERNAMENTAIS	66.195.598,70	APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	
SOMA.....	66.195.598,70	IMEDIATA	0,00
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	2.782.697,65
CAIXA	0,00	BANCOS, C/VINCULADAS	708.707,06
BANCOS C/DISPOSICAO	1.448.131,95	SOMA.....	9.444.841,83
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		TOTAL.....	132.472.025,85
IMEDIATA	0,00		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	2.785.029,27		
BANCOS, C/VINCULADAS	307.273,78		
SOMA.....	4.540.435,00		
TOTAL.....	132.472.025,85		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



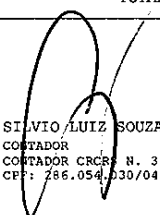
SÍLVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CONTADOR CRCS N. 31624
CPF: 286.057.030/04



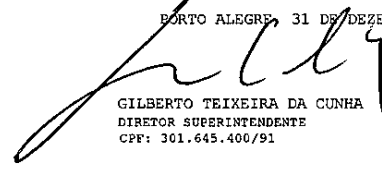
GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 301.645.400/91

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	5.953.437,12	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	895.812,88
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	2.782.697,65	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	387.405,86
SOMA.....	8.736.134,77	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	7.710.184,41
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	31.639.127,34
BANCOS, C/VINCULADAS	708.707,06	FGTS A RECOLHER	92.620,65
SOMA.....	708.707,06	DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	60,44
REALIZÁVEL		SOMA.....	40.725.211,58
DEVEDORES	243.476,34	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.593.843,84	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	2.420.668,31
SOMA.....	1.837.320,18	SOMA.....	2.420.668,31
TOTAL.....	11.282.162,01	DEPÓSITOS	
ATIVO PERMANENTE		DEPOSITOS	8.284.676,12
BENS DA ENTIDADE		SOMA.....	8.284.676,12
BENS MOVEIS	2.174.732,42	DIVERSOS	
BENS IMOVEIS	11.306.313,68	ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	16.160,16
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	53.872,40	OUTROS CREDORES	449.360,76
SOMA.....	13.534.918,50	SOMA.....	465.520,92
PARTICIPAÇÕES		TOTAL.....	51.896.076,93
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	879,84	PASSIVO PERMANENTE	
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	48.818,88	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
SOMA.....	49.698,72	DEBITOS PARCELADOS	2.883.233,55
CRÉDITOS		SOMA.....	2.883.233,55
CREDITOS POR PAGAMENTOS INDEVIDOS	713.394,59	TOTAL.....	2.883.233,55
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	230.431.789,47	SOMA DO PASSIVO REAL	54.779.310,48
SOMA.....	231.145.184,06	SALDO PATRIMONIAL	
DÍVIDA ATIVA		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
DÍVIDA ATIVA DE IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	304.599,11	ATIVO REAL LÍQUIDO	234.551.855,92
DÍVIDA ATIVA DE SERVICOS PORTUARIOS	30.182.913,90	SOMA.....	289.331.166,40
SOMA.....	30.487.513,01	PASSIVO COMPENSADO	
DIVERSOS		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	1.912.087,19	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	4.078,50
ALMOXARIFADOS	919.602,91	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	919.602,91
SOMA.....	2.831.690,10	BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	0,02
TOTAL.....	278.049.004,39	ADIANTAMENTOS DE NUMERARIO DE DIARIAS A COMPROVAR	1.693,46
SOMA DO ATIVO REAL	289.331.166,40	SOMA.....	925.374,89
ATIVO COMPENSADO		CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		RESPONSABILIDADES P/VALORES EM CONSIGNACAO	41.180.956,72
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	4.078,50	CAUCOES EM TITULOS E VALORES	656.849,37
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	919.602,91	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	193.948,71
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	0,02	SOMA.....	42.031.754,80
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS DE NUMERARIO DE DIARIAS	1.693,46	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
SOMA.....	925.374,89	ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	24.861.918,24
VALORES DE TERCEIROS		SOMA.....	24.861.918,24
RESPONSAVEIS P/VALORES EM CONSIGNACAO	41.180.956,72	TOTAL.....	67.819.047,93
CAIXA DE CAUCOES EM TITULOS E VALORES	656.849,37		
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	193.948,71		
SOMA.....	42.031.754,80		
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS			
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	24.861.918,24		
SOMA.....	24.861.918,24		
TOTAL.....	67.819.047,93		
TOTAL GERAL.....	357.150.214,33	TOTAL GERAL.....	357.150.214,33

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



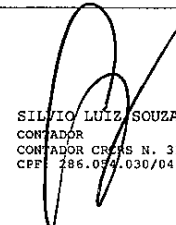
SÍLVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CONTADOR CRCB N. 31624
CPF: 286.054.030/04



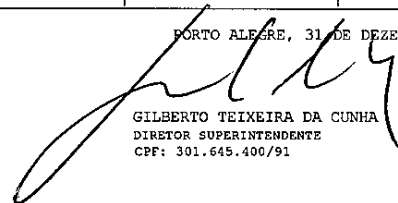
GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 301.645.400/91

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	3.610.743,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.692.443,39
RECEITA DE SERVIÇOS	2.340.626,76	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.020.657,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.284.715,49	SOMA.....	58.713.100,74
SOMA.....	19.236.086,22	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	635.049,59
ALIENAÇÃO DE BENS	199.250,00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	3.443,65
SOMA.....	199.250,00	SOMA.....	638.493,24
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	59.351.593,98
SOMA.....	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
TOTAL.....	19.435.336,22	RECEBIMENTOS DE CREDITOS POR PAGAMENTOS	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		INDEVIDOS	58.745,35
AMORTIZAÇÃO DE DEBITOS PARCELADOS	3.443,65	RECEBIMENTO DE CREDITOS POR PRESTACAO	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE		DE SERVIÇOS	4.937.786,29
AQUISIÇÃO OU FORMAÇÃO	29.750,00	RECEBIMENTO DE DIVIDA ATIVA DE SERVIÇOS	
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS	581.228,51	PORTUARIOS	38.419,10
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS IMOVEIS	24.071,08	SOMA.....	5.034.950,74
SOMA.....	638.493,24	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		VARIAÇÕES PASSIVAS	
VARIAÇÕES ATIVAS		INSCRIÇÃO DE DEBITOS PARCELADOS -	
INSCRIÇÃO DE CREDITOS POR IMPUTACAO DE		PRINCIPAL E ATUALIZAÇÃO	117.951,82
RESPONSABILIDADE	3.619,11	BAIXA DE CREDITOS POR IMPUTACAO DE	
INCORPORAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOC EM EMPR		RESPONSABILIDADE	3.569,72
DIVERSAS	2.505,95	BAIXA DE PARTICIPAÇÕES SOC EM EMPR	
INSCRIÇÃO DE CREDITOS POR PAGAMENTOS		S/CONTROLE DO ESTADO	109,74
INDEVIDOS	46.801,67	BAIXA DE CREDITOS POR PAGAMENTOS	
TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	2.299.550,10	INDEVIDOS	279,78
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	0,14	TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	2.299.550,10
INSCRIÇÃO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE		BAIXA DE BENS MOVEIS	32.525,01
SERVIÇOS	6.643.927,16	BAIXA DE BENS IMOVEIS	0,01
INCORPORAÇÃO DE BENS DE ALMOXARIFADO	939.452,63	BAIXA DE CREDITOS POR PRESTACAO DE	
INSCRIÇÃO DE DIVIDA ATIVA DE SERVIÇOS		SERVIÇOS	12.580.084,32
PORTUARIOS	30.245.253,60	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	393.127,79
SOMA.....	40.181.110,36	BAIXA DE DIVIDA ATIVA DE SERVIÇOS	
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO		PORTUARIOS	23.920,60
PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SOMA.....	15.451.118,89
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
INTRAGOVERNAMENTAIS	66.195.598,70	PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SOMA.....	66.195.598,70	SOMA.....	0,00
TOTAL.....	126.450.538,52	TOTAL.....	79.837.663,61
		RESULTADO PATRIMONIAL	
		SUPERAVIT VERIFICADO	46.612.874,91
		TOTAL.....	126.450.538,52

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



SÍLVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CONTADOR CRERS N. 31624
CPF: 286.059.030/04



GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 301.645.400/91

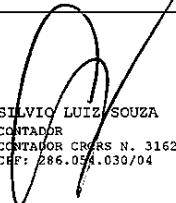
EXERCÍCIO DE 2009

SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTERFPE034/00001
ANEXO N.17

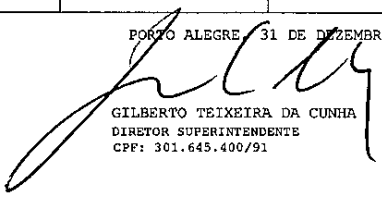
R\$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	456.831,70-	3.112.884,85	2.673.903,67	895.812,88-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	1.224.036,38-	386.883,14	1.223.513,66	387.405,86-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	10.194.984,75-	1.268.722,79	3.753.523,13	7.710.184,41-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	37.424.555,39-	24.256.422,00	30.041.850,05	31.639.127,34-
FGTS A RECOLHER	90.106,67-	92.620,65	90.106,67	92.620,65-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	70,58-	60,44	70,58	60,44-
SUBTOTAL.....	49.390.585,47-	29.117.593,87	37.782.967,76	40.725.211,58-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	14.513.948,47-	538.331,12	12.631.611,28	2.420.668,31-
SUBTOTAL.....	14.513.948,47-	538.331,12	12.631.611,28	2.420.668,31-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	8.168.247,95-	11.252.774,34	11.136.346,17	8.284.676,12-
SUBTOTAL.....	8.168.247,95-	11.252.774,34	11.136.346,17	8.284.676,12-
DIVERSOS				
ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	17.233,14-	914,96	1.987,94	16.160,16-
OUTROS CREDORES	301.557,89-	510.776,98	362.974,11	449.360,76-
SUBTOTAL.....	318.791,03-	511.691,94	364.962,05	465.520,92-
TOTAL.....	72.391.572,92-	41.420.391,27	61.915.887,26	51.896.076,93-

PORTO ALEGRE 31 DE DEZEMBRO DE 2009



SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CONTADOR CRERS N. 31624
CPF: 286.054.039/04



GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 301.645.400/91

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	58.713.100,74
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.692.443,39
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	34.231.387,95
3.1.90.03	PENSORES	108.548,39
3.1.90.03.0303	PENSIONISTAS - CIVIL	108.548,39
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	7.175.572,20
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	1.921.249,39
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	2.855.373,42
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	1.812.383,62
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	573.823,89
3.1.90.11.1108	JETON	12.741,88
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	2.501.939,13
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	1.876.646,15
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	625.292,98
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS-PESSOAL CIVIL	926.746,73
3.1.90.16.1602	HORA EXTRA	926.746,73
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	23.404.639,00
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	23.404.639,00
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.548,74
3.1.90.92.1104	GRATIFICACOES	25.098,48
3.1.90.92.1108	JETON	909,60
3.1.90.92.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	540,66
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	87.393,76
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	87.393,76
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	15.461.055,44
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	15.460.145,38
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	1.730.548,36
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	632.287,06
3.1.91.13.1311	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/INATIVOS - RPPS	1.016.640,02
3.1.91.13.1313	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICE - INATIVOS	12.080.669,94
3.1.91.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	910,06
3.1.91.92.1313	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICE - INATIVOS	910,06
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.020.657,35
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	9.020.657,35
3.3.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	448.582,03
3.3.90.04.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	448.582,03
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	11.412,41
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	11.412,41
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	70.186,72
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	31.130,16
3.3.90.14.1404	DIARIAS DE VIAGEM POR ADIANTAMENTO DE NUMERARIO	25.614,40
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	13.442,16
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	744.414,41
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	171.002,99
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	237.972,52
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	10.593,09
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	1.688,00
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	1.145,45
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	162.873,83
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	5.278,20
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	2.083,10
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	1.158,80
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	771,12
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	12.954,96
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	93.642,13
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	27.893,02
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	15.357,20
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	41.095,76
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	7.143,58
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	33.952,18
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	34.550,00
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	34.550,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.885.773,45
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	309.043,06
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	2.576.730,39
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.047.233,09
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	176.726,23
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	30.052,95
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	13.361,00
3.3.90.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	3.256,48
3.3.90.39.3906	DRAGAGEM	1.021.388,01
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	11.560,00
3.3.90.39.3910	CONCURSOS PUBLICOS	103.000,00
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	543.714,85
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	1.434,80
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	320.954,95
3.3.90.39.3925	RECEPCOES E HOMENAGENS	1.500,00
3.3.90.39.3926	SEGUROS	25.216,74
3.3.90.39.3928	CARTORIO	2.777,19
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	19.120,73
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	11.738,00
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	180.804,83
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	17.951,00
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	13.757,20
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	11.107,12
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	1.126,24
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	6.599,41
3.3.90.39.3939	MEDICINA	30,00
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	440,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	42.032,14
3.3.90.39.3948	MULTAS	670,95
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	6.000,00
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECACAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	10.552,60
3.3.90.39.3956	REBOQUE	119.900,00
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	1.509,90
3.3.90.39.3968	QUIMICA	27.504,42
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NAO SERVIDORES	22.214,73
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	69.048,17
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	42.689,77

EXERCÍCIO DE 2009

SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS

RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	1.075,00
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	21.729,24
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	162.891,44
3.3.90.39.3993	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.797,00
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	15.707,74
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	15.707,74
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	250.255,77
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	250.255,77
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	82.940,37
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	63.762,33
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	374.921,04
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	125.221,90
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	125.221,90
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	888.361,94
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	888.361,94
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	374.921,76
3.3.90.92.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	25.894,91
3.3.90.92.0803	AUXILIO FUNERAL	4.920,29
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	1.725,87
3.3.90.92.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	2.623,81
3.3.90.92.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	779,10
3.3.90.92.3701	LIMPEZA E HIGIENE	24.377,72
3.3.90.92.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	213.954,88
3.3.90.92.3901	AGUA E ESGOTO	10.224,19
3.3.90.92.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	39,36
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELETRICA	38.550,98
3.3.90.92.3923	PEDAGIOS	76,40
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	23.542,37
3.3.90.92.3926	SEGUROS	84,55
3.3.90.92.3929	COMUNICACAO	600,00
3.3.90.92.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	120,00
3.3.90.92.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	2.052,00
3.3.90.92.3934	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	3.400,00
3.3.90.92.3968	QUIMICA	259,00
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	5.867,39
3.3.90.92.3980	TELEFONIA MOVEL	3.591,14
3.3.90.92.3984	LIMPEZA E HIGIENE	708,00
3.3.90.92.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	550,00
3.3.90.92.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	5.110,80
3.3.90.92.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	5.869,00
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	638.493,24
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	635.049,59
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	635.049,59
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	24.071,08
4.4.90.51.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	14.900,00
4.4.90.51.5104	INICIO DE OBRAS PUBLICAS	9.171,08
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	610.978,51
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	475,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	34.100,00
4.4.90.52.5218	EMBARCACOES E/OU EQUIPAMENTOS PARA EMBARCACOES	26.850,00
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	1.670,35
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	4.737,20
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	38.338,50
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	6.360,46
4.4.90.52.5234	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE SINALIZACAO NAUTICA	498.447,00
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	3.443,65
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	3.443,65
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	3.443,65
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	3.443,65
TOTAL GERAL ==>>>		59.351.593,98

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS => 49.692.443,39
 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA => 0,00
 OUTRAS DESPESAS CORRENTES => 9.020.657,35
 TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES => 58.713.100,74

INVESTIMENTOS => 635.049,59
 INVERSÕES FINANCEIRAS => 0,00
 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA => 3.443,65
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA => 0,00
 TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL => 638.493,24
 TOTAL GERAL => 59.351.593,98

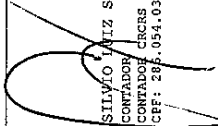
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

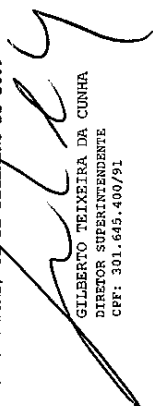
SILVIO LUIZ SOUZA
 CONTADOR
 CONTADOR/CRCRS N. 31624
 CPF: 788.054.030/04

GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 301.645.400/91

EXERCÍCIO DE 2009		SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS							RFPE039/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							RS
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGENCIA	TOTAL	
36 SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS	49.692.443,39		9.020.657,35	635.049,59		3.443,65		59.351.593,98	
TESOURO-LIVRES	49.692.443,39		3.162.356,66	498.447,00				53.353.247,05	
PROPRIOS DA AUTARQUIA			4.836.912,68	136.602,59		3.443,65		4.976.958,92	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			1.021.388,01					1.021.388,01	
TOTAL	49.692.443,39		9.020.657,35	635.049,59		3.443,65		59.351.593,98	

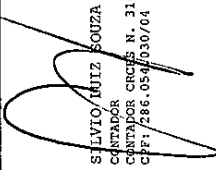
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

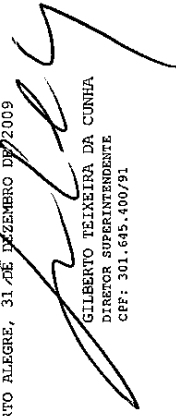

 SILVANO LUIZ SOUZA
 CONTADOR
 CONTADOR CRCRS N. 31624
 CPF: 286.054.030/04


 GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 301.645.409/91

EXERCÍCIO DE 2009		SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS							RFPE040/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							RS
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
10 SAUDE	1.563.924,25							1.563.924,25	
TESOURO-LIVRES	1.563.924,25							1.563.924,25	
26 TRANSPORTE	24.723.880,14		8.132.295,41	635.049,59		3.443,65		33.494.668,79	
TESOURO-LIVRES	24.723.880,14		2.273.994,72	498.447,00		3.443,65		27.496.321,86	
PROPRIOS DA AUTARQUIA			4.836.912,68	136.602,59				4.976.958,92	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	1.021.388,01		1.021.388,01					1.021.388,01	
28 ENCARGOS ESPECIAIS	23.404.639,00		888.361,94					24.293.000,94	
TESOURO-LIVRES	23.404.639,00		888.361,94					24.293.000,94	
TOTAL	49.692.443,39		9.020.657,35	635.049,59		3.443,65		59.351.593,98	
RESUMO									
TESOURO-LIVRES	49.692.443,39		3.162.356,66	498.447,00				53.353.247,05	
PROPRIOS DA AUTARQUIA			4.836.912,68	136.602,59		3.443,65		4.976.958,92	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			1.021.388,01					1.021.388,01	
TOTAL	49.692.443,39		9.020.657,35	635.049,59		3.443,65		59.351.593,98	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 SÍLVIO LUIZ SOUZA
 CONTADOR
 CONTADOR CRCRS N. 31624
 CPF: 286.054/030/04

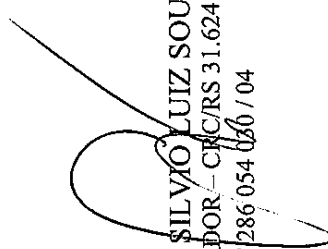

 GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 301.645.400/91

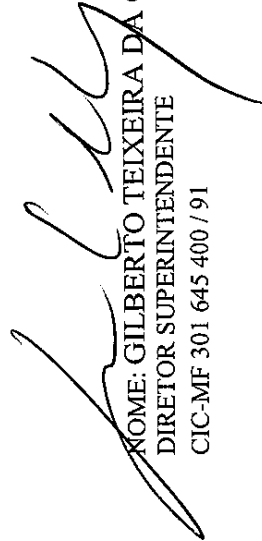
SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS - SPH

ANEXO 16

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							R\$
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES	LEI	DATA	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009	Mutações Patrimoniais da Despesa Amortização	POSIÇÃO EM 31-12-2009	
					Variações Patrimoniais		
					Passivas		
					Ativas		
Débitos Parcelados							
conta 206270009							
Com o Ministério da Fazenda - PASEP							
Termo 11080.013362/2002	27/09/02			117.951,82	Sem movimento	2.883.233,55	
Termo de Parcelamento de / /							
Total				117.951,82	Sem movimento	2.883.233,55	

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.


 NOME: SILVANO LUIZ SOUZA
 CONTADOR - CRC/RS 31.624
 CIC-MF 286 054 030 / 04


 NOME: GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CIC-MF 301 645 400 / 91



ENTIDADE: SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DE 2009

- 1 - Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101 de 04.05.00, e considerando ainda, o disposto no Decreto Federal 20.910 de 06.01.32, e no parecer 01/03, de 21.11.03, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto 46.778 de 03/12/09 e a Instrução Normativa CAGE 02/09, de 08.12.09, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:
- a) Prescrição dos saldos de empenhos inscritos em Restos a Pagar referentes aos exercícios anteriores a 2005, no valor de R\$2.143.693,85
 - b) Anulação das despesas inscritas Restos a Pagar Não Processados, no valor de R\$149.848,24, cujos empenhos foram emitidos entre 01.01.2005 e 31.12.2008; e
 - c) Estorno de empenhos não liquidados emitidos em 2009, no valor de R\$1.005.169,04 excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa.


SILVIO LUIZ SOUZA
Contador CRCRS nº 31.624-0
CIC 286 054 030 / 04


GILBERTO TEIXEIRA DA CUNHA
Diretor-Superintendente
CIC 301 645 400 / 91

SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS
COMISSÃO DE CONTROLE

PARECER N° 001 / 2010

No uso de suas atribuições delegadas pela Lei Estadual nº 4.478 de 09 de janeiro de 1.963, Art. 39, Letra "g", manifesta-se esta Comissão de Controle sobre o Balanço Geral da Superintendência de Portos e Hidrovias, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Os documentos que compõe o Balanço Patrimonial, Financeiro, Orçamentário e Demonstrações das Variações Patrimoniais e além de outros demonstrativos, foram elaborados em conformidade com a Legislação em vigor.

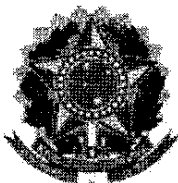
Em face do exame dos documentos aludidos, pode-se constatar que considerados os aspectos Legais, Formais e ressalvados os aspectos Técnicos, Operacionais e Administrativos que por ventura vierem a ser destacados pela Contadoria e Auditoria Geral do Estado e pela Fiscalização do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, consideramos os mesmos em condições de serem remetidos à consideração superior.

Porto Alegre, 25 de Janeiro de 2010.


Paulo Ricardo Araújo Irmão
Representante da Secretaria da Fazenda


Léo Humberto B. Bisognin
Representante da Secretaria de Infra-Estrutura e Logística


Cláudio Da Costa Gonçalves
Secretário - SPH

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: SILVIO LUIZ SOUZA
REGISTRO.....	: RS-031624/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 286.054.030-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 12.01.2010 as 15:12:28.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 74084.

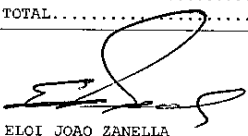
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

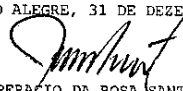
**Instituto de Previdência do
Estado do Rio Grande do Sul
IPERGS**

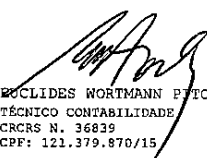


RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.277.202.741,03	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.499.305,32
RECEITA PATRIMONIAL	29.452.793,65	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.194.497.586,34
RECEITA DE SERVIÇOS	2.938.750,02		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.191.141,97	SOMA.....	6.227.996.891,66
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTARIA	4.877.622.046,86	TOTAL.....	6.227.996.891,66
SOMA.....	6.221.407.473,53	DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	6.589.418,13
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	6.589.418,13	DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	6.227.996.891,66	INVESTIMENTOS	310.354,70
RECEITAS DE CAPITAL		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.002.140,00
ALIENAÇÃO DE BENS	13.618,42	SOMA.....	3.312.494,70
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	497.736,43	TOTAL.....	9.901.912,83
SOMA.....	511.354,85		
DEFICIT	9.390.557,98		
TOTAL.....	9.901.912,83		
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	6.221.407.473,53	DESPESAS CORRENTES.....	6.227.996.891,66
RECEITAS DE CAPITAL.....	511.354,85	DESPESAS DE CAPITAL.....	3.312.494,70
DEFICIT.....	9.390.557,98	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	6.231.309.386,36	TOTAL.....	6.231.309.386,36

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 ELOI JOAO ZANELLA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 053.747.740/34


 JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
 DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
 CPF: 081.159.900/00


 EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
 TÉCNICO CONTABILIDADE
 CRCRS N. 36839
 CPF: 121.379.870/15

ÓRGÃO: 40 - REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RPPS/RS

U.O.: 40.01 - ADMINISTRACAO				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		53.869.027,87	53.869.027,87
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		53.869.027,87	53.869.027,87
04.0272.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		53.869.027,87	53.869.027,87
TOTAL DA U.O. =>			53.869.027,87	53.869.027,87

U.O.: 40.02 - ANTIGOS SERVIDORES				
09	PREVIDENCIA SOCIAL	29.068.838,31	5.178.390.741,00	5.207.459.579,31
09.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	29.068.838,31	5.170.570.441,19	5.199.639.279,50
09.0272.0309	GESTAO DA PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	29.068.838,31	5.170.570.441,19	5.199.639.279,50
09.0274	PREVIDENCIA ESPECIAL		7.820.299,81	7.820.299,81
09.0274.0309	GESTAO DA PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL		7.820.299,81	7.820.299,81
28	ENCARGOS ESPECIAIS		173.632.737,62	173.632.737,62
28.0061	ACAO JUDICIARIA		173.632.737,62	173.632.737,62
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		173.632.737,62	173.632.737,62
TOTAL DA U.O. =>			5.352.023.478,62	5.381.092.316,93

U.O.: 40.33 - ENCARGOS GERAIS DO IPERGS PREVIDENCIA				
04	ADMINISTRACAO		15.326,06	15.326,06
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		15.326,06	15.326,06
04.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		15.326,06	15.326,06
TOTAL DA U.O. =>			15.326,06	15.326,06

TOTAL DO ÓRGÃO =>		29.068.838,31	5.405.907.832,55	5.434.976.670,86
-------------------	--	---------------	------------------	------------------

ÓRGÃO: 41 - FUNDO DE ASSISTENCIA A SAUDE - FAS/RS

U.O.: 41.01 - ADMINISTRACAO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	SAUDE		50.069.747,70	50.069.747,70
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL		27.156.192,11	27.156.192,11
10.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		27.156.192,11	27.156.192,11
10.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		22.913.555,59	22.913.555,59
10.0272.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		22.913.555,59	22.913.555,59
28	ENCARGOS ESPECIAIS		8.713.592,02	8.713.592,02
28.0061	ACAO JUDICIARIA		8.713.592,02	8.713.592,02
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		8.713.592,02	8.713.592,02
TOTAL DA U.O. =>			58.783.339,72	58.783.339,72

U.O.: 41.02 - ASSISTENCIA MEDICA

10	SAUDE		734.393.801,13	734.393.801,13
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		734.393.801,13	734.393.801,13
10.0302.0303	GESTAO DA SAUDE DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUA		734.393.801,13	734.393.801,13
TOTAL DA U.O. =>			734.393.801,13	734.393.801,13
TOTAL DO ÓRGÃO =>			793.177.140,85	793.177.140,85

EXERCÍCIO DE 2009

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS

RFPE006/00003

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N.6


R\$

ÓRGÃO: 42 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

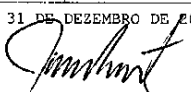
U.O.: 42.01 - ADMINISTRACAO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		772.768,27	772.768,27
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		772.768,27	772.768,27
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		772.768,27	772.768,27
09	PREVIDENCIA SOCIAL		2.382.806,38	2.382.806,38
09.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		2.382.806,38	2.382.806,38
09.0272.0309	GESTAO DA PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL		2.382.806,38	2.382.806,38
TOTAL DA U.O. =>			3.155.574,65	3.155.574,65
TOTAL DO ÓRGÃO =>			3.155.574,65	3.155.574,65

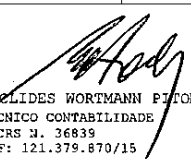
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34



JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

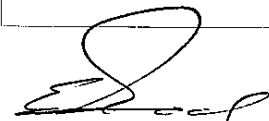


EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

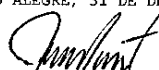
EXERCÍCIO DE 2009	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS	RFPE009/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		54.657.122,20	54.657.122,20
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		772.768,27	772.768,27
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		772.768,27	772.768,27
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		53.884.353,93	53.884.353,93
04.0272.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		53.869.027,87	53.869.027,87
04.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		15.326,06	15.326,06
09	PREVIDENCIA SOCIAL	29.068.838,31	5.180.773.547,38	5.209.842.385,69
09.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	29.068.838,31	5.172.953.247,57	5.202.022.085,88
09.0272.0309	GESTAO DA PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	29.068.838,31	5.172.953.247,57	5.202.022.085,88
09.0274	PREVIDENCIA ESPECIAL		7.820.299,81	7.820.299,81
09.0274.0309	GESTAO DA PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL		7.820.299,81	7.820.299,81
10	SAUDE		784.463.548,83	784.463.548,83
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL		27.156.192,11	27.156.192,11
10.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		27.156.192,11	27.156.192,11
10.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		22.913.555,59	22.913.555,59
10.0272.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		22.913.555,59	22.913.555,59
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		734.393.801,13	734.393.801,13
10.0302.0303	GESTAO DA SAUDE DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL		734.393.801,13	734.393.801,13
28	ENCARGOS ESPECIAIS		182.346.329,64	182.346.329,64
28.0061	ACAO JUDICIARIA		182.346.329,64	182.346.329,64
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		182.346.329,64	182.346.329,64
TOTAL GERAL =>		29.068.838,31	6.202.240.548,05	6.231.309.386,36

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ELOI JORO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34



JORGE PECACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

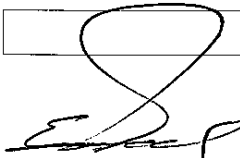


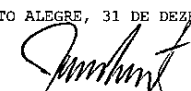
EUCLIDES WORTMANN P. TOMBO
TÉCNICO CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

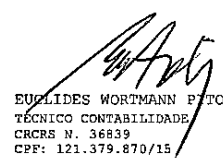
EXERCÍCIO DE 2009	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS	RFPE029/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
R\$		

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	54.657.122,20		54.657.122,20
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	772.768,27		772.768,27
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	772.768,27		772.768,27
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	53.884.353,93		53.884.353,93
04.0272.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	53.869.027,87		53.869.027,87
04.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	15.326,06		15.326,06
09	PREVIDENCIA SOCIAL	5.209.842.385,69		5.209.842.385,69
09.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	5.202.022.085,88		5.202.022.085,88
09.0272.0309	GESTAO DA PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	5.202.022.085,88		5.202.022.085,88
09.0274	PREVIDENCIA ESPECIAL	7.820.299,81		7.820.299,81
09.0274.0309	GESTAO DA PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	7.820.299,81		7.820.299,81
10	SAUDE	784.463.548,83		784.463.548,83
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL	27.156.192,11		27.156.192,11
10.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	27.156.192,11		27.156.192,11
10.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	22.913.555,59		22.913.555,59
10.0272.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	22.913.555,59		22.913.555,59
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	734.393.801,13		734.393.801,13
10.0302.0303	GESTAO DA SAUDE DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	734.393.801,13		734.393.801,13
28	ENCARGOS ESPECIAIS	182.346.329,64		182.346.329,64
28.0061	ACAO JUDICIARIA	182.346.329,64		182.346.329,64
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	182.346.329,64		182.346.329,64
TOTAL GERAL =>		6.231.309.386,36	0,00	6.231.309.386,36

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 ELOI JOAO ZANELLA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 053.747.740/34


 JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
 DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
 CPF: 081.159.900/00


 EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
 TÉCNICO CONTABILIDADE
 CRCRS N. 36839
 CPF: 121.379.870/15

EXERCÍCIO DE 2009

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES

RFPE025/00001

ANEXO N.9

R\$

FUNÇÕES	ADMINISTRACAO	PREVIDENCIA SOCIAL	SAUDE	ENCARGOS ESPECIAIS
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO				
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RPPS/RS	53.884.353,93	5.207.459.579,31		173.632.737,62
FUNDO DE ASSISTENCIA A SAUDE - FAS/RS			784.463.548,83	8.713.592,02
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO				
RIO GRANDE DO SUL	772.768,27	2.382.806,38		
SOMA.....	54.657.122,20	5.209.842.385,69	784.463.548,83	182.346.329,64
TOTAL.....	54.657.122,20	5.209.842.385,69	784.463.548,83	182.346.329,64

EXERCÍCIO DE 2009

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES


RFPE025/00002

ANEXO N.9


R\$

FUNÇÕES	TOTAL			
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO				
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RPPS/RS	5.434.976.670,86			
FUNDO DE ASSISTENCIA A SAUDE - FAS/RS	793.177.140,85			
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO				
RIO GRANDE DO SUL	3.155.574,65			
SOMA.....	6.231.309.386,36			
TOTAL.....	6.231.309.386,36			

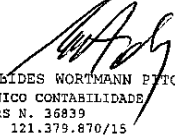
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34



JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00



EUCIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	1.450.266.905,00	1.343.785.426,67	106.481.478,33-
1200.00.00.0000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	1.405.242.735,00	1.277.202.741,03	128.039.993,97-
1210.00.00.0000	CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.405.242.735,00	1.277.202.741,03	128.039.993,97-
1210.29.00.0000	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO	781.458.991,00	637.539.296,99	143.919.694,01-
1210.29.07.0000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - ATIVO CIVIL	451.379.211,00	417.119.980,66	34.259.230,34-
1210.29.08.0000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - ATIVO MILITAR	35.123.094,00	31.837.825,33	3.285.268,67-
1210.29.09.0000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - INATIVO CIVIL	145.747.220,00	120.340.820,85	25.406.399,15-
1210.29.10.0000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - INATIVO MILIT	36.082.054,00	5.590.465,90	30.491.588,10-
1210.29.11.0000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - PENSIONISTA C	82.251.323,00	49.566.026,57	32.685.296,43-
1210.29.12.0000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - PENSIONISTA M	14.389.593,00	32.603,42	14.356.989,58-
1210.29.13.0000	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DO DEFICIT ATUARIAL	16.486.496,00	13.051.574,26	3.434.921,74-
1210.99.00.0000	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	623.783.744,00	639.663.444,04	15.879.700,04
1210.99.49.0000	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA SERVIDORES VINCULADOS REGIME PREV PROPRI	616.692.284,00	619.810.647,20	3.118.363,20
1210.99.99.0000	DIVERSAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	7.091.460,00	19.852.796,84	12.761.336,84
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	13.263.802,00	29.452.793,65	16.188.991,65
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	1.607.356,00	2.720.909,40	1.113.553,40
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	1.607.356,00	2.720.909,40	1.113.553,40
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	1.607.356,00	2.720.909,40	1.113.553,40
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	1.607.356,00	2.720.909,40	1.113.553,40
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	11.656.446,00	26.731.884,25	15.075.438,25
1321.00.00.0000	JUROS DE TITULOS DE RENDA	589.888,00	197.181,35	392.706,65-
1321.99.00.0000	OUTROS JUROS DE TITULOS DE RENDA	589.888,00	197.181,35	392.706,65-
1321.99.99.0000	DIVERSOS JUROS DE TITULOS DE RENDA	589.888,00	197.181,35	392.706,65-
1322.00.00.0000	DIVIDENDOS	118.378,00	126.370,92	7.992,92
1322.01.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	118.378,00	126.370,92	7.992,92
1322.01.99.0000	DIVIDENDOS DE SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	118.378,00	126.370,92	7.992,92
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	10.948.180,00	26.408.331,98	15.460.151,98
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	10.948.180,00	26.408.331,98	15.460.151,98
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	10.948.180,00	26.408.331,98	15.460.151,98
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	628.080,00	2.938.750,02	2.310.670,02
1600.02.00.0000	SERVICOS FINANCEIROS	340.661,00	252.191,03	88.469,97-
1600.02.99.0000	DIVERSOS SERVICOS FINANCEIROS	340.661,00	252.191,03	88.469,97-
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	287.419,00	2.686.558,99	2.399.139,99
1600.13.07.0000	SERVICOS DE FOTOCOPIAS OU COPIAS HELIOGRAFICAS	0,00	9.941,52	9.941,52
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	287.419,00	2.676.617,47	2.389.198,47
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.132.288,00	34.191.141,97	3.058.853,97
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	516.618,00	667.626,55	151.008,55
1918.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	61.618,00	39.902,14	21.715,86-
1918.99.00.0000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	61.618,00	39.902,14	21.715,86-
1918.99.01.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS - DIVERSOS	61.618,00	39.902,14	21.715,86-
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	455.000,00	627.724,41	172.724,41
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	455.000,00	627.724,41	172.724,41
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS	455.000,00	627.724,41	172.724,41
1920.00.00.0000	RECURSOS	455.000,00	627.724,41	172.724,41
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	30.615.670,00	29.523.342,79	1.092.327,21-
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	0,00	495,04	495,04
1921.06.00.0000	INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	0,00	211,26	211,26
1921.06.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	0,00	211,26	211,26
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	0,00	283,78	283,78
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	0,00	283,78	283,78
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	30.615.670,00	29.522.847,75	1.092.822,25-
1922.10.00.0000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS DE PREVID	30.615.670,00	28.427.063,46	2.188.606,54-
1922.10.99.0000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS DE PREVID	30.615.670,00	28.427.063,46	2.188.606,54-
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	1.095.784,29	1.095.784,29
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	1.095.784,29	1.095.784,29
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	4.000.172,63	4.000.172,63
1990.02.00.0000	RECEITAS DE ONUS DE SUCUMBENCIA DE ACOES JUDICIAIS	0,00	1.890,38	1.890,38
1990.02.02.0000	RECEITAS DE ONUS DE SUCUMBENCIA	0,00	1.890,38	1.890,38
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	3.998.282,25	3.998.282,25
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	1.115.106,94	1.115.106,94

EXERCÍCIO DE 2009

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

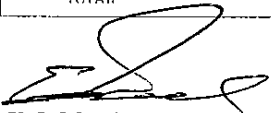
RFPE023/00002

ANEXO N. 10

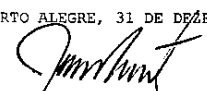
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	2.183.581,57	2.183.581,57
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	0,00	699.593,74	699.593,74
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	2.274.298,00	511.354,85	1.762.943,15-
2200.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS	1.710.100,00	13.618,42	1.696.481,58-
2220.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	1.710.100,00	13.618,42	1.696.481,58-
2229.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	1.710.100,00	13.618,42	1.696.481,58-
2229.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS IMOVEIS	1.710.100,00	13.618,42	1.696.481,58-
2229.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS IMOVEIS	1.710.100,00	13.618,42	1.696.481,58-
2300.00.00.0000	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	564.198,00	497.736,43	66.461,57-
2300.70.00.0000	OUTRAS AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	564.198,00	497.736,43	66.461,57-
2300.70.02.0000	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS - EM CONTRATOS	564.198,00	497.736,43	66.461,57-
7000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	4.019.220.146,00	4.877.622.046,86	858.401.900,86
7200.00.00.0000	RECEITA DE CONTRIBUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	4.019.220.146,00	4.877.622.046,86	858.401.900,86
7210.00.00.0000	CONTRIBUICOES SOCIAIS INTRA-ORCAMENTARIAS	4.019.220.146,00	4.877.622.046,86	858.401.900,86
7210.29.00.0000	CONTRIBUICOES PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO	3.726.567.076,00	4.611.420.028,25	884.852.952,25
7210.29.01.0000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - ATIVO CIVIL	647.609.506,00	570.532.368,79	77.077.137,21-
7210.29.02.0000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - ATIVO MILITAR	70.246.188,00	90.396.327,42	20.150.139,42
7210.29.03.0000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - INATIVO CIVIL	189.434.981,00	139.516.868,62	49.918.112,38-
7210.29.04.0000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - INATIVO MILITAR	72.164.109,00	11.497.314,16	60.666.794,84-
7210.29.05.0000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - PENSIONISTA CIVIL	120.588.937,00	0,00	120.588.937,00-
7210.29.06.0000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - PENSIONISTA MILIT	28.706.195,00	0,00	28.706.195,00-
7210.29.13.0000	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DO DEFICIT ATUARIAL	2.597.817.160,00	3.799.477.149,26	1.201.659.989,26
7210.99.00.0000	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS INTRA-ORCAMENTARIAS	292.653.070,00	266.202.018,61	26.451.051,39-
7210.99.49.0000	CONTRIBUICAO PATRONAL ASSISTENCIA MEDICA SERVIDORES VINCULADOS REG PREV PROPR	292.653.070,00	266.202.018,61	26.451.051,39-
TOTAL		5.471.761.349,00	6.221.918.828,38	750.157.479,38

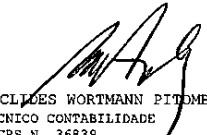
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34



JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00



EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

EXERCÍCIO DE 2009

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

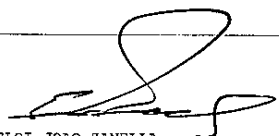
RFPE026/00001

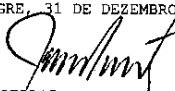
ANEXO N.11

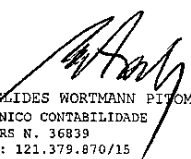
R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO			
DOTAÇÕES INICIAIS	4.541.393.434,00	400.000,00	4.541.793.434,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	955.288.290,46	0,00	955.288.290,46
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	12.238.290,46	0,00	12.238.290,46
AUTORIZADA	5.484.443.434,00	400.000,00	5.484.843.434,00
REALIZADA	5.434.976.670,86	0,00	5.434.976.670,86
DIFERENÇA	49.466.763,14	400.000,00	49.866.763,14
FUNDO DE ASSISTENCIA A SAUDE - FAS/RS			
DOTAÇÕES INICIAIS	918.995.796,00	5.384.932,00	924.380.728,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	200.000,00	2.900.000,00	3.100.000,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	3.100.000,00	0,00	3.100.000,00
AUTORIZADA	916.095.796,00	8.284.932,00	924.380.728,00
REALIZADA	789.864.646,15	3.312.494,70	793.177.140,85
DIFERENÇA	126.231.149,85	4.972.437,30	131.203.587,15
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL			
DOTAÇÕES INICIAIS	5.587.187,00	0,00	5.587.187,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	0,00	0,00	0,00
AUTORIZADA	5.587.187,00	0,00	5.587.187,00
REALIZADA	3.155.574,65	0,00	3.155.574,65
DIFERENÇA	2.431.612,35	0,00	2.431.612,35
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			5.471.761.349,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			958.388.290,46
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			15.338.290,46
AUTORIZADA			6.414.811.349,00
REALIZADA			6.231.309.386,36
DIFERENÇA			183.501.962,64

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34


JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00


EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.405.242.735,00	1.277.202.741,03	128.039.993,97-
RECEITA PATRIMONIAL	13.263.802,00	29.452.793,65	16.188.991,65
RECEITA DE SERVIÇOS	628.080,00	2.938.750,02	2.310.670,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.132.288,00	34.191.141,97	3.058.853,97
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	4.019.220.146,00	4.877.622.046,86	858.401.900,86
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	5.469.487.051,00	6.221.407.473,53	751.920.422,53
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENACAO DE BENS	1.710.100,00	13.618,42	1.696.481,58-
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	564.198,00	497.736,43	66.461,57-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	2.274.298,00	511.354,85	1.762.943,15-
SOMA	5.471.761.349,00	6.221.918.828,38	750.157.479,38
DEFICIT DE PREVISÃO	943.050.000,00	9.390.557,98	933.659.442,02-
TOTAL	6.414.811.349,00	6.231.309.386,36	183.501.962,64-

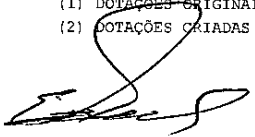
D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	6.414.811.349,00	6.231.309.386,36	183.501.962,64-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	6.414.811.349,00	6.231.309.386,36	183.501.962,64-
TOTAL	6.414.811.349,00	6.231.309.386,36	183.501.962,64-

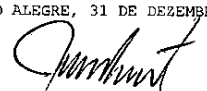
(1) DOTACÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTACÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

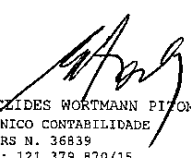
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34



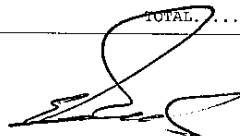
JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00



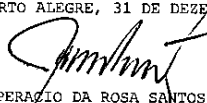
EUCLIDES WORTMANN PINOMBO
TÉCNICO CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ADMINISTRACAO	54.657.122,20
RECEITA DE CONTRIBUICOES	1.277.202.741,03	PREVIDENCIA SOCIAL	5.209.842.385,69
RECEITA PATRIMONIAL	29.452.793,65	SAUDE	784.463.548,83
RECEITA DE SERVICOS	2.938.750,02	ENCARGOS ESPECIAIS	182.346.329,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.191.141,97	SOMA.....	6.231.309.386,36
REC CORRENTES INTRA-ORCAM	4.877.622.046,86		
SOMA.....	6.221.407.473,53	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
RECEITAS DE CAPITAL		REALIZAVEL	2.592.708.917,52
ALIENACAO DE BENS	13.618,42	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.040.661.896,81
AMORTIZACAO EMPRESTIMOS	497.736,43	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	210.949,60
SOMA.....	511.354,85	SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	329.289,60
TOTAL.....	6.221.918.828,38	DEPOSITOS	1.990.866.340,07
		DIVERSOS	8.302.979,85
		SOMA.....	7.633.080.373,45
		TOTAL.....	13.864.389.759,81
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
REALIZAVEL	2.407.977.184,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.164.292.972,08	INTRAGOVERNAMENTAIS	15.111.255,94
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.795.099,40	SOMA.....	15.111.255,94
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	522.320,80		
DEPOSITOS	2.016.597.529,09	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
DIVERSOS	9.972.649,25	CAIXA	0,00
SOMA.....	7.601.157.754,62	BANCOS C/DISPOSICAO	5.450.099,81
TOTAL.....	13.823.076.583,00	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	11.168.682,71
		BANCOS, C/VINCULADAS	2.527.950,07
		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	0,00
		SOMA.....	19.146.732,59
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS			
INTRAGOVERNAMENTAIS	194.727,64		
SOMA.....	194.727,64		
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
CAIXA	0,00		
BANCOS C/DISPOSICAO	44.684.834,28		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	28.404.870,99		
BANCOS, C/VINCULADAS	2.286.732,43		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	0,00		
SOMA.....	75.376.437,70		
TOTAL.....	13.898.647.748,34	TOTAL.....	13.898.647.748,34

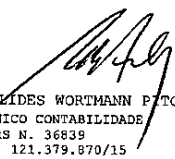
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 052.747.740/34



JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00




EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

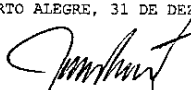
ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	5.450.099,81	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.232.145,57
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	11.168.682,71	LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	31.336,10
SOMA.....	16.618.782,52	ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS, A PAGAR	3.330,49
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		CONDOMINIOS DE IMOVEIS DA ENTIDADE, A PAGAR	3.255,30
BANCOS, C/VINCULADAS	2.527.950,07	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	425.823,24
SOMA.....	2.527.950,07	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	902.881,77
REALIZÁVEL		PIS E PASEP A RECOLHER	8.529.816,64
APLICACOES FINANCEIRAS	353.096.492,07	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A	
DEVEDORES	2.312.670,30	RECOLHER	26.733,53
DEPOSITOS JUDICIAIS	4.790.173,60	FOLHAS DE PENSOES A PAGAR	693.467,67
SOMA.....	360.199.335,97	BENEFICIOS DE PREVIDENCIA SOCIAL A PAGAR	27.747,33
TOTAL.....	379.346.068,56	PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	1.735.438.450,43
ATIVO PERMANENTE		HONORARIOS MEDICOS A PAGAR	1.388,81
BENS DA ENTIDADE		SERVICOS HOSPITALARES CLINICOS E	
BENS MOVEIS	2.461.295,71	LABORATORIAIS A PAGAR	83.942,50
BENS IMOVEIS	88.738.337,28	FGTS A RECOLHER	17.846,41
SOMA.....	91.199.632,99	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	232,77
PARTICIPAÇÕES		FORNECEDORES DE ORTESES E PROTESES	416,84
PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB		REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	5.451.022,77
CONTROLE DO ESTADO	1.856.585,94	SOMA.....	1.752.869.838,17
PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS EM EMPRESAS		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
DIVERSAS	349.544,63	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	521.485,55
SOMA.....	2.206.130,57	ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS A LIQUIDAR	3.964,16
CRÉDITOS		CONDOMINIOS DE IMOVEIS DA ENTIDADE A	
DEVEDORES POR LOCACAO	8.133.632,04	LIQUIDAR	4.734,45
CREDITOS POR PAGAMENTOS INDEVIDOS	8.160.147,81	INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	1.166,92
DEVEDORES POR CONTRIBUICOES		FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	33.071,46
PREVIDENCIARIAS	319.448.997,81	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A	
DEVEDORES POR FINANCIAMENTOS		LIQUIDAR	16,00
HABITACIONAIS CONCEDIDOS	31.031.718,39	FOLHAS DE PENSOES A LIQUIDAR	108,71
DEVEDORES POR CONSIGNACOES	54.805.570,18	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A LIQUIDAR	5.387,94
DEVEDORES POR EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	13.755,12	BENEFICIOS DE PREVIDENCIA SOCIAL A LIQUIDAR	4.654,89
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	8.520.566,73	PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	841.736,14
DEVEDORES POR CONTRIBUICOES - IPE SAUDE	125.918.688,43	SERVICOS HOSPITALARES CLINICOS E	
DEVEDORES POR CONSIGNACOES IPE-SAUDE	20.525.172,18	LABORATORIAIS A LIQUIDAR	30.442,01
SOMA.....	576.558.248,69	FGTS A LIQUIDAR	0,01
DÍVIDA ATIVA		SENTENÇAS JUDICIAIS A PAGAR	18.164,04
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	2.057.511.717,72	REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	173.476,12
SOMA.....	2.057.511.717,72	SOMA.....	1.638.408,40
DIVERSOS		SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE		SERVIÇO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS	
AQUISICAO OU FORMACAO	50.370,00	PREVIDENCIARIOS	357.676,00
BENS DE VENDA	14.046.153,36	SOMA.....	357.676,00
ALMOXARIFADOS	158.498,91	DEPÓSITOS	
SOMA.....	14.255.022,27	DEPOSITOS	731.846.042,22
TOTAL.....	2.741.730.752,24	SOMA.....	731.846.042,22
SOMA DO ATIVO REAL	3.121.076.820,80	DIVERSOS	
SALDO PATRIMONIAL		ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	2.679.336,96
SITUAÇÃO LÍQUIDA		OUTROS CREDITOS	2.866.195,63
PASSIVO REAL DESCOBERTO	10.960.129.592,60	SOMA.....	5.545.532,59
SOMA.....	14.081.206.413,40	TOTAL.....	2.492.257.497,38
ATIVO COMPENSADO		PASSIVO PERMANENTE	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
RESPONSÁVEIS POR ALMOXARIFADOS	158.498,91	DEBITOS PARCELADOS	79.736.069,08
SOMA.....	158.498,91	DIVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS	68.711.513,99
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		SOMA.....	148.447.583,07
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	1.676.942.700,81	RESERVAS TÉCNICAS	
SEGUROS PARA COBERTURA DE RISCOS	51.766.027,65	RESERVAS ATUARIAIS	11.440.501.332,95
VALORES PENDENTES PENSOES INTEGRAIS	129.375.070,03	SOMA.....	11.440.501.332,95
VALORES MEDICOS HOSPITALARES A PROCESSAR	70.700.398,73	TOTAL.....	11.588.948.916,02
SOMA.....	1.928.784.197,22	SOMA DO PASSIVO REAL	14.081.206.413,40
TOTAL.....	1.928.942.696,13	PASSIVO COMPENSADO	
		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	158.498,91
		SOMA.....	158.498,91
		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES	
		DIVERSAS	
		ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	1.676.942.700,81
		CONTRATOS DE SEGURO PARA COBERTURA DE	
		RISCOS	51.766.027,65

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		PENSOES INTEGRAIS	129.375.070,03
		MEDICOS HOSPITALARES	70.700.398,73
		SOMA.....	1.928.784.197,22
		TOTAL.....	1.928.942.696,13
TOTAL GERAL.....	16.010.149.109,53	TOTAL GERAL.....	16.010.149.109,53

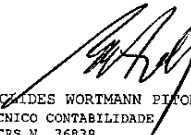
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34



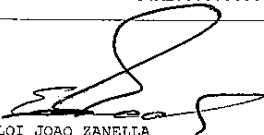
JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.158.900/00

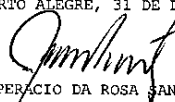


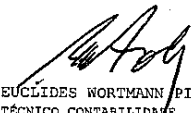
EUCIDES WORTMANN PICOMBO
TÉCNICO CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
REC CORRENTES INTRA-ORCAM	4.877.622.046,86	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.499.305,32
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.277.202.741,03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.194.497.586,34
RECEITA PATRIMONIAL	29.452.793,65	SOMA.....	6.227.996.891,66
RECEITA DE SERVIÇOS	2.938.750,02	DESPESAS DE CAPITAL	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.191.141,97	INVESTIMENTOS	310.354,70
SOMA.....	6.221.407.473,53	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	3.002.140,00
RECEITAS DE CAPITAL		SOMA.....	3.312.494,70
ALIENACAO DE BENS	13.618,42	TOTAL.....	6.231.309.386,36
AMORTIZACAO EMPRESTIMOS	497.736,43	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
SOMA.....	511.354,85	RECEBIMENTO DE CREDITOS POR	
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS	251.794,72
SOMA.....	0,00	SOMA.....	251.794,72
TOTAL.....	6.221.918.828,38	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	3.002.140,00	INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS -	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE		PRINCIPAL E ATUALIZACAO	82.738.209,08
AQUISICAO OU FORMACAO	50.370,00	BAIXA DE BENS DE VENDA	14.370.005,53
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	253.517,55	BAIXA DE CREDITOS POR LOCACAO	111.927,68
SOMA.....	3.306.027,55	BAIXA DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		S/CONTROLE DO ESTADO	3.075,97
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR	
BAIXA DE DEBITOS PARCELADOS	79.458.999,04	DIVERSAS	18.691,96
INCORPORACAO DE BENS DE VENDA	14.046.153,36	BAIXA DE CREDITOS POR FINANCIAMENTOS	
INSCRICAO DE CREDITOS POR LOCACAO	2.512.467,71	HABITACIONAIS	17.835.905,09
INCORPORACAO DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR		INSCRICAO DE DIVIDA FUNDADA INTERNA -	
S/CONTROLE DO EST	326.725,38	CONTRATOS	5.621.031,35
INSCRICAO DE CREDITOS POR PAGAMENTOS		TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	63.090.482,64
INDEVIDOS	636.598,10	BAIXA DE BENS MOVEIS	117.435,77
INSCRICAO DE CREDITOS POR CONTRIBUIÇÕES		BAIXA DE CREDITOS POR EMPRESTIMOS	
PREVIDENCIARIAS	14.016.954,20	CONCEDIDOS	14.930,50
INSCRICAO DE CREDITOS POR FINANCIAMENTOS		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	183.380,75
HABITACIONAIS	1.992.907,61	CONSTITUICAO DE RESERVAS ATUARIAIS	11.440.501.332,95
INSCRICAO DE CREDITOS DE CONSIGNATARIOS	24.647.473,49	SOMA.....	11.624.606.409,27
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	63.090.482,64	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	98.111,39	PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INSCRICAO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
SERVICOS	385.772,54	INTRAGOVERNAMENTAIS	15.111.255,94
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	152.836,10	SOMA.....	15.111.255,94
REVERSAO DE RESERVAS ATUARIAIS	9.247.960.816,35	TOTAL.....	17.871.278.846,29
INSCRICAO DE DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	402.890.999,98		
INSCRICAO DE CRED POR CONTRIBUIC PREVIDENC			
PARA O IPE-SAUDE	28.329.901,72		
INSCRICAO DE CREDITOS DE CONSIGNATARIOS			
IPE-SAUDE	4.258.488,32		
SOMA.....	9.884.805.687,93		
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO			
PATRIMÔNIO FINANCEIRO			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS			
INTRAGOVERNAMENTAIS	194.727,64		
SOMA.....	194.727,64		
TOTAL.....	16.110.225.271,50		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	1.761.053.574,79		
TOTAL.....	17.871.278.846,29	TOTAL.....	17.871.278.846,29

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 ELOI JOAO ZANELLA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 053.747.740/34


 JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
 DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
 CPF: 081.159.900/00


 EUCLIDES NORTMANN PITOMBO
 TÉCNICO CONTABILIDADE
 CRCRS N. 36839
 CPF: 121.379.870/15

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	2.375.332,55-	2.702.957,74	3.846.144,72	1.232.145,57-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	30.897,70-	62.233,80	61.795,50	31.336,10-
ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS, A PAGAR	846,97-	3.357,41	873,89	3.330,49-
CONDOMINIOS DE IMOVEIS DA ENTIDADE, A PAGAR	1.581,63-	4.480,88	2.807,21	3.255,30-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	354.175,07-	700.450,36	628.802,19	425.823,24-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	7.853,40-	903.343,13	8.314,76	902.881,77-
AUXILIO FUNERAL A PAGAR	4.362,56-	21.812,80	26.175,36	0,00
PIS E PASEP A RECOLHER	3.292.542,45-	19.309.552,97	14.072.278,78	8.529.816,64-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	8.536,12-	52.341,89	34.144,48	26.733,53-
FOLHAS DE PENSOES A PAGAR	813.829,43-	4.352.341,39	4.472.703,15	693.467,67-
BENEFICIOS DE PREVIDENCIA SOCIAL A PAGAR	160.574,47-	175.012,73	307.839,87	27.747,33-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	1.616.166.670,03-	3.116.242.815,24	2.996.971.034,84	1.735.438.450,43-
HONORARIOS MEDICOS A PAGAR	554,44-	1.388,81	554,44	1.388,81-
SERVICOS HOSPITALARES CLINICOS E LABORATORIAIS A PAGAR	1.831.803,14-	1.888.081,94	3.635.942,58	83.942,50-
FGTS A RECOLHER	15.559,43-	33.405,84	31.118,86	17.846,41-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	0,00	232,77	0,00	232,77-
FORNECEDORES DE ORTESES E PROTESES	0,00	416,84	0,00	416,84-
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	4.173.643,51-	17.838.745,54	16.561.366,28	5.451.022,77-
SUBTOTAL.....	1.629.238.762,90-	3.164.292.972,08	3.040.661.896,81	1.752.869.838,17-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	54.258,60-	678.176,55	210.949,60	521.485,55-
ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS A LIQUIDAR	0,00	3.964,16	0,00	3.964,16-
CONDOMINIOS DE IMOVEIS DA ENTIDADE A LIQUIDAR	0,00	4.734,45	0,00	4.734,45-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	0,00	1.166,92	0,00	1.166,92-
FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	0,00	33.071,46	0,00	33.071,46-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	0,00	16,00	0,00	16,00-
FOLHAS DE PENSOES A LIQUIDAR	0,00	108,71	0,00	108,71-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A LIQUIDAR	0,00	5.387,94	0,00	5.387,94-
BENEFICIOS DE PREVIDENCIA SOCIAL A LIQUIDAR	0,00	4.654,89	0,00	4.654,89-
PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	0,00	841.736,14	0,00	841.736,14-
SERVICOS HOSPITALARES CLINICOS E LABORATORIAIS A LIQUIDAR	0,00	30.442,01	0,00	30.442,01-
FGTS A LIQUIDAR	0,00	0,01	0,00	0,01-
SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	0,00	18.164,04	0,00	18.164,04-
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	0,00	173.476,12	0,00	173.476,12-
SUBTOTAL.....	54.258,60-	1.795.099,40	210.949,60	1.638.408,40-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	164.644,80-	522.320,80	329.289,60	357.676,00-
SUBTOTAL.....	164.644,80-	522.320,80	329.289,60	357.676,00-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	706.114.853,20-	2.016.597.529,09	1.990.866.340,07	731.846.042,22-
SUBTOTAL.....	706.114.853,20-	2.016.597.529,09	1.990.866.340,07	731.846.042,22-
DIVERSOS				
ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	2.061.777,54-	3.096.360,53	2.478.801,11	2.679.336,96-
OUTROS CREDORES	1.814.085,65-	6.876.288,72	5.824.178,74	2.866.195,63-
SUBTOTAL.....	3.875.863,19-	9.972.649,25	8.302.979,85	5.545.532,59-
TOTAL.....	2.339.448.382,69-	5.193.180.570,62	5.040.371.455,93	2.492.257.497,38-

EXERCÍCIO DE 2009

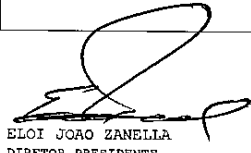
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

RFPE034/00002
ANEXO N.17

RS

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	

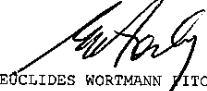
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ELOI JORO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34



JORGE PEBACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00



EUCLIDES WORTMANN PITOMEO
TÉCNICO CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	6.227.996.891,66
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.499.305,32
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	33.483.979,26
3.1.90.09	SALARIO-FAMILIA	91.741,55
3.1.90.09.0902	SALARIO FAMILIA - INATIVOS CIVIL	4.049,33
3.1.90.09.0904	SALARIO FAMILIA - ATIVOS CIVIL	87.692,22
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	22.900.972,50
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	8.173.664,75
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	2.416.815,93
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	5.303.591,87
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	6.356.722,72
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	631.228,37
3.1.90.11.1108	JETON	18.948,86
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	279.808,03
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	126.857,50
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	152.950,53
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	8.499.931,41
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	8.499.931,41
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	944.643,70
3.1.90.92.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	12.927,09
3.1.90.92.1103	13- VENCIMENTO	2.368,54
3.1.90.92.1104	GRATIFICACOES	20.629,65
3.1.90.92.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	2.528,96
3.1.90.92.1108	JETON	6.850,23
3.1.90.92.9601	RESSARCIMENTO	899.339,23
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	766.882,07
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	766.882,07
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	15.326,06
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	15.326,06
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	15.326,06
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.194.497.586,34
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	6.194.497.586,34
3.3.90.01	APOSENTADORIAS E REFORMAS	3.894.223.254,20
3.3.90.01.0101	FERROVIARIOS - RESPONSABILIDADE DO ESTADO	12.424.210,59
3.3.90.01.0102	INATIVOS - MILITAR	735.989.483,28
3.3.90.01.0106	13° VENCIMENTO - INATIVOS MILITARES	63.212.445,95
3.3.90.01.0107	INATIVOS - CIVIL	2.838.557.961,49
3.3.90.01.0108	13° VENCIMENTO - INATIVOS CIVIS	244.039.152,89
3.3.90.03	PENSOES	1.254.996.393,76
3.3.90.03.0302	PENSIONISTAS - MILITAR	276.514.407,32
3.3.90.03.0303	PENSIONISTAS - CIVIL	881.963.560,74
3.3.90.03.0304	13° VENCIMENTO - PENSIONISTAS CIVIS	73.256.513,90
3.3.90.03.0305	13° VENCIMENTO - PENSIONISTAS MILITARES	23.261.911,80
3.3.90.05	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	2.046.423,60
3.3.90.05.0504	PECULIO FACULTATIVO	2.046.423,60
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	134.857,20
3.3.90.08.0802	AUXILIO RECLUSAO	60.390,80
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	37.624,46
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	36.841,94
3.3.90.09	SALARIO-FAMILIA	145.384,14
3.3.90.09.0902	SALARIO FAMILIA - INATIVOS CIVIL	145.384,14
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	19.024,20
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	17.160,48
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	1.863,72
3.3.90.27	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS,SEGUROS E SIMILARES	56.394,08
3.3.90.27.2702	ENCARGOS DE RISCO SOBRE FINANCIAMENTO HABITACIONAL	56.394,08
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	380.359,59
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	1.200,00
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	23.820,96
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	2.184,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	68.588,67
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	3.970,00
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	2.213,80
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	6.260,20
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	5.320,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	11.665,70
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	75.571,04
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	175.331,22
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	4.234,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	10.684,57
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	5.219,61
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	5.464,96
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	12.967,00
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	12.967,00
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	123.666.406,65
3.3.90.36.3610	SERVICOS MEDICOS	123.662.806,65
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	3.600,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.320.504,85
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	689.004,15
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	631.500,70
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	489.607.033,60
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	220.064,76
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	569.454,08
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORDES	20.034,40
3.3.90.39.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	220.057,94
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	92.019,85
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	578.788,86
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	372.122,85
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	77.117,91
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	5.784.496,45
3.3.90.39.3926	SEGUROS	24.240,84
3.3.90.39.3928	CARTORIO	16.088,00
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	1.432.938,39
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	180.122,13
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	44.818,00
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	5.857,00
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	53.842,55
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	9.309,61
3.3.90.39.3939	MEDICINA	466.351.260,11

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	449.274,72
3.3.90.39.3945	ENCARGOS SOBRE LOCAÇÃO DE IMOVEIS DE RENDA - IPERGS	106.384,07
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	2.204,78
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	595.762,38
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	1.600,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	262.292,14
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	3.682,22
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	39.147,35
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	14.936,10
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	493.214,25
3.3.90.39.3987	ENCARGOS COM ASSISTENCIA MEDICA	11.585.901,86
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	45.645,02
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	45.645,02
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	63.856,50
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	63.856,50
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	61.545.663,42
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	60.242,78
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	61.419.096,65
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	36.898,56
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	10.423,53
3.3.90.47.4718	IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSAO DE BENS IMOVEIS	11.001,90
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	80.424,42
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	80.424,42
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	173.846.398,23
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	173.846.398,23
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	183.819.138,66
3.3.90.92.0101	FERROVIARIOS - RESPONSABILIDADE DO ESTADO	19.273,85
3.3.90.92.0102	INATIVOS - MILITAR	6.836.553,40
3.3.90.92.0106	13º VENCIMENTO - INATIVOS MILITARES	1.112.129,16
3.3.90.92.0107	INATIVOS - CIVIL	44.495.680,95
3.3.90.92.0108	13º VENCIMENTO - INATIVOS CIVIS	5.570.519,05
3.3.90.92.0504	PECULIO FACULTATIVO	286.383,32
3.3.90.92.2702	ENCARGOS DE RISCO SOBRE FINANCIAMENTO HABITACIONAL	7.206,30
3.3.90.92.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	405,53
3.3.90.92.3610	SERVICOS MEDICOS	18.343.844,22
3.3.90.92.3701	LIMPEZA E HIGIENE	48.579,76
3.3.90.92.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	3.552,34
3.3.90.92.3901	AGUA E ESGOTO	11.134,34
3.3.90.92.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	9.011,68
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELETRICA	6.516,97
3.3.90.92.3921	LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	5.217,52
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	666.643,46
3.3.90.92.3929	COMUNICACAO	206.804,91
3.3.90.92.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	2.620,00
3.3.90.92.3939	MEDICINA	100.591.856,45
3.3.90.92.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	54,68
3.3.90.92.3945	ENCARGOS SOBRE LOCAÇÃO DE IMOVEIS DE RENDA - IPERGS	2.133,34
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	22.280,49
3.3.90.92.3987	ENCARGOS COM ASSISTENCIA MEDICA	4.909.715,10
3.3.90.92.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	3.702,00
3.3.90.92.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	7.286,96
3.3.90.92.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	353,64
3.3.90.92.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	33.049,48
3.3.90.92.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	10.857,64
3.3.90.92.4901	AUXILIO TRANSPORTE	410,96
3.3.90.92.9309	RESSARCIMENTO DE DESPESA MEDICO-HOSPITALAR A SEGURADOS DO IPERGS	605.361,16
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	8.476.772,65
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	1.709,30
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	128.407,27
3.3.90.93.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	771,91
3.3.90.93.9309	RESSARCIMENTO DE DESPESA MEDICO-HOSPITALAR A SEGURADOS DO IPERGS	8.345.884,17
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	3.312.494,70
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	310.354,70
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	310.354,70
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	310.354,70
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	147.900,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	7.632,00
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	39.700,64
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	1.845,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	100.498,00
4.4.90.52.5232	AQUISICAO OU DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	12.779,06
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	3.002.140,00
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	3.002.140,00
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	3.002.140,00
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	3.002.140,00
TOTAL GERAL ==>>		6.231.309.386,36

* RESUMO *


PESSOA E ENCARGOS SOCIAIS	=>	33.499.305,32
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	6.194.497.586,34
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	6.227.996.891,66

INVESTIMENTOS	=>	310.354,70
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	3.002.140,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	3.312.494,70
TOTAL GERAL	=>	6.231.309.386,36

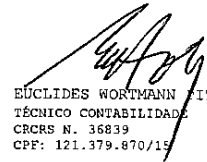


ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

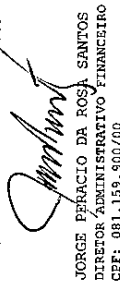


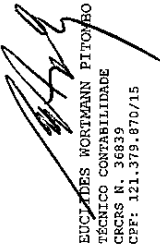
EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS										REPE039/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO										R\$
EXERCÍCIO DE 2009	ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								TOTAL
		PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
	40 REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RPPS/RS	1.554.262,76		5.433.422.408,10						5.434.976.670,86
	PROPRIOS DA AUTARQUIA	1.554.262,76		5.433.422.408,10						5.434.976.670,86
	41 FUNDO DE ASSISTENCIA A SAUDE - FAS/RS	31.413.487,00		758.451.159,15	310.354,70			3.002.140,00		793.177.140,85
	PROPRIOS DA AUTARQUIA	31.413.487,00		758.451.159,15	310.354,70			3.002.140,00		793.177.140,85
	42 INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	531.555,56		2.624.019,09						3.155.574,65
	PROPRIOS DA AUTARQUIA	531.555,56		2.624.019,09						3.155.574,65
	TOTAL	33.498.305,32		6.194.497.586,34	310.354,70			3.002.140,00		6.231.309.386,36

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 ELOI JOAO ZANELLA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 053.747.740/34


 JORGE FERRACIO DA ROSA SANTOS
 DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
 CPF: 081.159.900/00

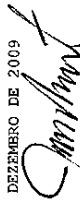

 EUCIDES MORTMANN PITOMBO
 TÉCNICO CONTABILIDADE
 CRCRS N. 36839
 CPF: 121.379.870/15

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS										RFPE040/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCAO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDORAMENTO DAS FONTES DE RECURSO										R\$
EXERCICIO DE 2009	ESPECIFICACAO	GRUPOS DE DESPESA								TOTAL
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA	RESERVA DE CONTINGENCIA	TOTAL	
	04 ADMINISTRACAO	2.085.818,32		52.571.303,88						54.657.122,20
	PROPRIOS DA AUTARQUIA	2.085.818,32		52.571.303,88						54.657.122,20
	09 PREVIDENCIA SOCIAL			5.209.842.385,69						5.209.842.385,69
	PROPRIOS DA AUTARQUIA			5.209.842.385,69						5.209.842.385,69
	10 SAUDE	22.913.555,59		758.237.498,54	310.354,70				3.002.140,00	784.463.548,83
	PROPRIOS DA AUTARQUIA	22.913.555,59		758.237.498,54	310.354,70				3.002.140,00	784.463.548,83
	28 ENCARGOS ESPECIAIS	8.499.931,41		173.846.398,23						182.346.329,64
	PROPRIOS DA AUTARQUIA	8.499.931,41		173.846.398,23						182.346.329,64
	TOTAL	33.499.305,32		6.194.497.586,34	310.354,70				3.002.140,00	6.231.309.386,36
RESUMO										
	PROPRIOS DA AUTARQUIA	33.499.305,32		6.194.497.586,34	310.354,70				3.002.140,00	6.231.309.386,36
	TOTAL	33.499.305,32		6.194.497.586,34	310.354,70				3.002.140,00	6.231.309.386,36

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ELOI JORO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34



JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 061.159.900/00



EUGÊNES MORTMANN PITTAMBO
TÉCNICO CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO 16

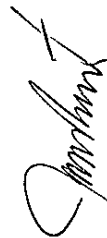
R\$

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA									
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSICÃO EM 31-12-08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2008			POSICÃO EM 31-12-2009		
	LEI	DATA		Variações		Resgate			
				Passivas	Ativas				
Débitos Parcelados Com o Ministério da Fazenda - PASEP	MP-38	14/05/2002	79.458.999,04	3.279.210,04		3.002.140,00	79.736.069,08		
Termo de Parcelamento de 26/09/2002									
TESOURO DO ESTADO			63.090.482,64	5.621.031,35	-0-	-0-	68.711.513,99		
Total			142.549.481,68	8.900.241,39	-0-	3.002.140,00	148.447.583,07		

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009



ELOI JOÃO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CIC-MF 053.747.740/34



JORGE PERÁCIO DA R. SANTOS
DIRETOR ADM. FINANCEIRO
CIC-MF 081.159.900/00



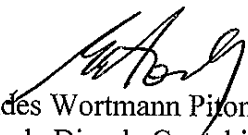
EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
CHEFE DA DIV. DE CONTABILIDADE
TEC. CONT. CRCRS 36.839

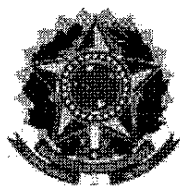
DIRETORIA FINANCEIRA
DIVISÃO DE CONTABILIDADE
GABINETE
OF.N.º 001/2010

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2010.

A Divisão de Auditoria da CAGE:

Deixamos de remeter o parecer da Delegação da CAGE, tendo em vista que nesta data encaminhamos a referida Delegação, cópia do Balanço Geral para parecer, em conformidade com a Circular CAGE 02/2009. Assim que o parecer for elaborado remeteremos a Vossa Senhoria.


Euclides Wortmann Pitombo
Chefe da Div. de Contabilidade
Tec.Contabil CRCRS 36.839

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
REGISTRO.....	: RS-036839/O-6
CATEGORIA.....	: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF.....	: 121.379.870-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 25.01.2010 as 11:20:01.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 74595.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Instituto Gaúcho de
Tradição e Folclore
IGTF**



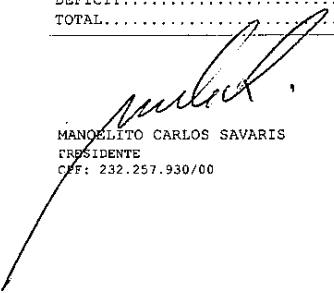
EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO INST GAUCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE
 DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

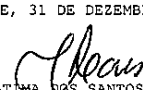
 RFE035/00001
 ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	750,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	795.352,40
RECEITA DE SERVIÇOS	1.375,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.087,04
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.605,59	SOMA.....	871.439,44
SOMA.....	37.730,59	TOTAL.....	871.439,44
DEFICIT	833.832,85	DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	871.563,44	INVESTIMENTOS	124,00
		SOMA.....	124,00
		TOTAL.....	871.563,44
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	37.730,59	DESPESAS CORRENTES.....	871.439,44
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	124,00
DEFICIT.....	833.832,85	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	871.563,44	TOTAL.....	871.563,44

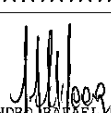
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



MANOELITO CARLOS SAVARIS
 PRESIDENTE
 CPF: 232.257.930/00



JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
 CONTADORA
 CRCRS N. 62422
 CPF: 566.164.140/00



LEANDRO RAFAEL HAAG
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 736.563.430/15

EXERCÍCIO DE 2009	FUNDAÇÃO INST GAUCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE	RFE006/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N.6
RS		

ÓRGÃO: 62 - FUNDAÇÃO INSTITUTO GAUCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE

U.O.: 62.01 - FUNDAÇÃO INSTITUTO GAUCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE - IGTF

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	CULTURA			
13.0122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.192,41	851.141,54	852.333,95
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		851.141,54	851.141,54
13.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ	1.192,41	851.141,54	851.141,54
13.0391.0283	PATRIMONIO CULTURAL	1.192,41		1.192,41
				1.192,41

TOTAL DA U.O. =>

1.192,41

851.141,54

852.333,95

U.O.: 62.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDAÇÃO INSTITUTO GAUCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE

13	CULTURA		19.229,49	19.229,49
13.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		19.229,49	19.229,49
13.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		19.229,49	19.229,49

TOTAL DA U.O. =>

19.229,49

19.229,49

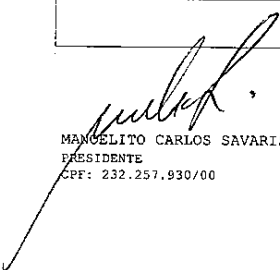
TOTAL DO ÓRGÃO =>


1.192,41

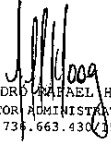
870.371,03

871.563,44

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 MANOELITO CARLOS SAVARIS
 PRESIDENTE
 CPF: 232.257.930/00


 JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
 CONTADORA
 CRCRS N. 62422
 CPF: 566.164.140/00


 LEANDRO RAFAEL HAAG
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 738.663.430/15

EXERCÍCIO DE 2009

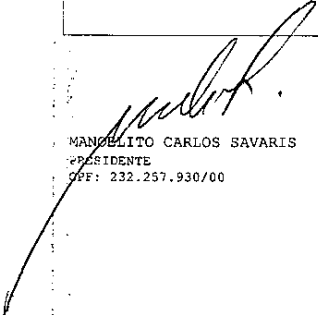
FUNDAÇÃO INST GAUCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE

RFPE009/00001


PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADESANEXO N. 7
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	CULTURA	1.192,41	870.371,03	871.563,44
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL		851.141,54	851.141,54
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		851.141,54	851.141,54
13.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		19.229,49	19.229,49
13.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		19.229,49	19.229,49
13.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ	1.192,41		1.192,41
13.0391.0283	PATRIMONIO CULTURAL	1.192,41		1.192,41
TOTAL GERAL =>		1.192,41	870.371,03	871.563,44

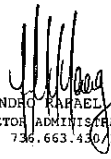
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00



JUSSARA DE FÁTIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

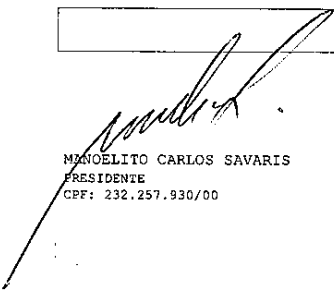



LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.663.430/15


EXERCÍCIO DE 2009	FUNDAÇÃO INST GAUCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE	RPPE029/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
13	CULTURA	871.563,44		871.563,44
13.0122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	851.141,54		851.141,54
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	851.141,54		851.141,54
13.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	19.229,49		19.229,49
13.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	19.229,49		19.229,49
13.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ	1.192,41		1.192,41
13.0391.0283	PATRIMONIO CULTURAL	1.192,41		1.192,41
TOTAL GERAL =>		871.563,44	0,00	871.563,44

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 MANOELITO CARLOS SAVARIS
 PRESIDENTE
 CPF: 232.257.930/00


 JUSSARA DE FÁTIMA DOS SANTOS SOARES
 CONTADORA
 CRCRS N. 62422
 CPF: 566.164.140/00


 LEANDRO RAFAEL HAAG
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 736.653.430/15

FUNÇÕES	CULTURA	TOTAL		
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO INSTITUTO GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE	871.563,44	871.563,44		
SOMA.....	871.563,44	871.563,44		
TOTAL.....	871.563,44	871.563,44		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Manoelito
MANOELITO CARLOS SAVARIS
 PRESIDENTE
 CPF: 232.257.930/00

Jussara
JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
 CONTADORA
 CRCRS N. 62422
 CPF: 566.164.140/00

Leandro
LEANDRO RAFAEL HAAG
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 736.463.430/15

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO INST GAUCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

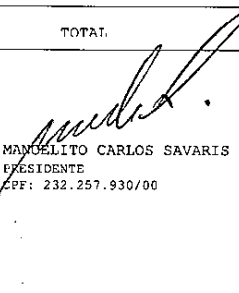
RFPE023/00001

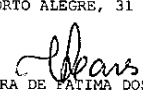
ANEXO N. 10

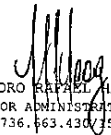
RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	34.000,00	37.730,59	3.730,59
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	14.000,00	750,00	13.250,00-
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	6.000,00	0,00	6.000,00-
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	6.000,00	0,00	6.000,00-
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	6.000,00	0,00	6.000,00-
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	6.000,00	0,00	6.000,00-
1390.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	8.000,00	750,00	7.250,00-
1390.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	8.000,00	750,00	7.250,00-
1390.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS PATRIMONIAIS	8.000,00	750,00	7.250,00-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVIÇOS	18.000,00	1.375,00	16.625,00-
1600.01.00.0000	SERVIÇOS COMERCIAIS	18.000,00	1.225,00	16.775,00-
1600.01.02.0000	SERVIÇOS COMERCIALIZAÇÃO LIVROS; PERIÓDICOS; MATERIAIS ESCOLARES; DE PUBLICID	18.000,00	1.225,00	16.775,00-
1600.04.00.0000	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	0,00	150,00	150,00
1600.04.99.0000	DIVERSOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	0,00	150,00	150,00
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.000,00	35.605,59	33.605,59
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	2.000,00	35.605,59	33.605,59
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	2.000,00	35.605,59	33.605,59
1990.99.02.0000	ANULAÇÃO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	35.254,89	35.254,89
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	2.000,00	350,70	1.649,30-
TOTAL		34.000,00	37.730,59	3.730,59

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00


JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00


LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.463.430/35

EXERCÍCIO DE 2009

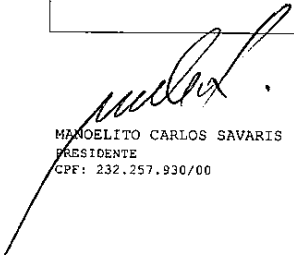
FUNDAÇÃO INST GAUCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA


RFPE026/00001
ANEXO N.11


R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDAÇÃO INSTITUTO GAUCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE			
DOTAÇÕES INICIAIS	1.006.303,00	21.000,00	1.027.303,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	0,00	0,00	0,00
AUTORIZADA	1.006.303,00	21.000,00	1.027.303,00
REALIZADA	871.439,44	124,00	871.563,44
DIFERENÇA	134.863,56	20.876,00	155.739,56
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			1.027.303,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			0,00
AUTORIZADA			1.027.303,00
REALIZADA			871.563,44
DIFERENÇA			155.739,56

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00


JUSSARA DE FÁTIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00


LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.663.436/15

R E C E I T A

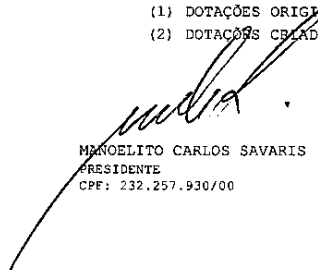
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	14.000,00	750,00	13.250,00-
RECEITA DE SERVIÇOS	18.000,00	1.375,00	16.625,00-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.000,00	35.605,59	33.605,59
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	34.000,00	37.730,59	3.730,59
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	34.000,00	37.730,59	3.730,59
DEFICIT DE PREVISÃO	993.303,00	833.832,85	159.470,15-
TOTAL	1.027.303,00	871.563,44	155.739,56-

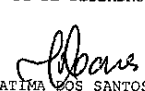
D E S P E S A


TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	1.027.303,00	871.563,44	155.739,56-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	1.027.303,00	871.563,44	155.739,56-
TOTAL	1.027.303,00	871.563,44	155.739,56-

- (1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

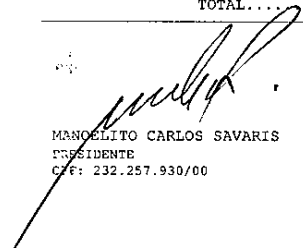

MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00


JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00



LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.663.430/15

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	RS	TÍTULOS	RS
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		CULTURA	871.563,44
RECEITA PATRIMONIAL	750,00	SOMA.....	871.563,44
RECEITA DE SERVIÇOS	1.375,00	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.605,59	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	58.802,61
SOMA.....	37.730,59	DEPOSITOS	215.806,77
RECEITAS DE CAPITAL		DIVERSOS	0,00
TOTAL.....	37.730,59	SOMA.....	274.609,38
TOTAL.....	37.730,59	TOTAL.....	1.146.172,82
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	13.076,27	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
DEPOSITOS	228.160,99	INTRAGOVERNAMENTAIS	
DIVERSOS	0,00	SOMA.....	0,00
SOMA.....	241.237,26	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
TOTAL.....	278.967,85	BANCOS C/DISPOSICAO	4.974,83
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	16.978,17
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		SOMA.....	21.953,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	874.676,04		
SOMA.....	874.676,04		
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
BANCOS C/DISPOSICAO	5.001,83		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	9.480,10		
SOMA.....	14.481,93		
TOTAL.....	1.168.125,82	TOTAL.....	1.168.125,82

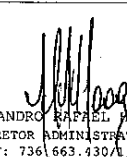
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



MANOELITTO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00



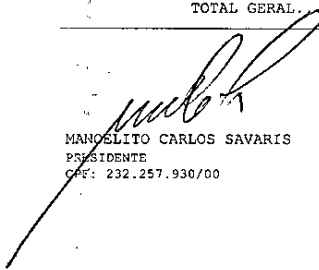
JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00




LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.663.430/11

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	4.974,83	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.150,32
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	16.978,17	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	7.789,97
SOMA.....	21.953,00	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A	
TOTAL.....	21.953,00	RECOLHER	22.975,00
ATIVO PERMANENTE		SOMA.....	31.915,29
BENS DA ENTIDADE		DEPÓSITOS	
BENS MOVEIS	85.385,22	DEPOSITOS	105.234,38
BENS IMOVEIS	161.370,31	SOMA.....	105.234,38
SOMA.....	246.755,53	DIVERSOS	
DIVERSOS		OUTROS CREDORES	1.358,60
BENS DE VENDA	14.065,21	SOMA.....	1.358,60
ALMOXARIFADOS	44.607,96	TOTAL.....	138.508,27
SOMA.....	58.673,17	SOMA DO PASSIVO REAL	138.508,27
TOTAL.....	305.428,70	SALDO PATRIMONIAL	
SOMA DO ATIVO REAL	327.381,70	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
ATIVO COMPENSADO		ATIVO REAL LIQUIDO	188.873,43
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SOMA.....	327.381,70
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	44.607,96	PASSIVO COMPENSADO	
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
ENTIDADE	14.065,21	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	44.607,96
SOMA.....	58.673,17	BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	14.065,21
VALORES DE TERCEIROS		SOMA.....	58.673,17
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	2,95	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
SOMA.....	2,95	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	2,95
TOTAL.....	58.676,12	SOMA.....	2,95
TOTAL GERAL.....	386.057,82	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES	
		DIVERSAS	
		SOMA.....	0,00
		TOTAL.....	58.676,12
		TOTAL GERAL.....	386.057,82


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00



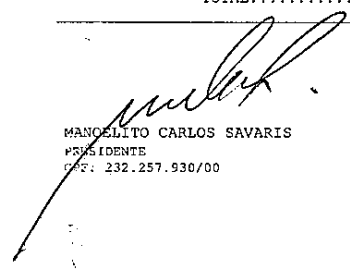
JUSSARA DE FÁTIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00



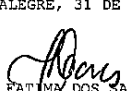
LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.463.430/15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	750,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	795.352,40
RECEITA DE SERVIÇOS	1.375,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.087,04
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.605,59	SOMA.....	871.439,44
SOMA.....	37.730,59	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	124,00
SOMA.....	0,00	SOMA.....	124,00
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	871.563,44
SOMA.....	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
TOTAL.....	37.730,59	SOMA.....	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS	124,00	VARIAÇÕES PASSIVAS	
SOMA.....	124,00	BAIXA DE BENS DE VENDA	3.264,59
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE BENS MOVEIS	848,54
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	13.767,59
INCORPORAÇÃO DE BENS DE VENDA	3.595,63	SOMA.....	17.880,72
TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	7.993,00	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	54,00	PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INCORPORAÇÃO DE BENS DE ALMOXARIFADO	19.309,29	SOMA.....	0,00
SOMA.....	30.951,92	TOTAL.....	889.444,16
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO		RESULTADO PATRIMONIAL	
PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SUPERAVIT VERIFICADO	54.038,39
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			
INTRAGOVERNAMENTAIS	874.676,04		
SOMA.....	874.676,04		
TOTAL.....	943.482,55	TOTAL.....	943.482,55

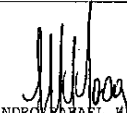
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



MARCELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00



JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00



LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.663.430/15

EXERCÍCIO DE 2009

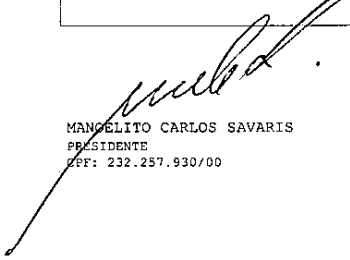
FUNDAÇÃO INST GAUCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE


RFPE034/00001
ANEXO N.17


R\$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	17.753,49-	1.111,51	17.714,68	1.150,32-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	8.365,97-	0,00	576,00	7.789,97-
CONTRIBUIÇÕES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	51.522,17-	11.964,76	40.511,93	22.975,00-
SUBTOTAL.....	77.641,63-	13.076,27	58.802,61	31.915,29-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	92.880,16-	228.160,99	215.806,77	105.234,38-
SUBTOTAL.....	92.880,16-	228.160,99	215.806,77	105.234,38-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	1.358,60-	0,00	0,00	1.358,60-
SUBTOTAL.....	1.358,60-	0,00	0,00	1.358,60-
TOTAL.....	171.880,39-	241.237,26	274.609,38	138.508,27-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


MANGELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00


JUSSARA DE EXTIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

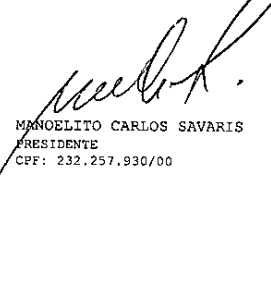

LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.669.430/15

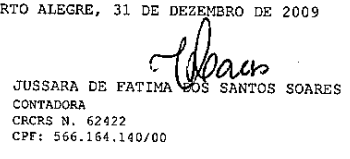
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	871.439,44
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	795.352,40
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	776.122,91
3.1.90.09	SALARIO-FAMILIA	3.729,27
3.1.90.09.0904	SALARIO FAMILIA - ATIVOS CIVIL	3.729,27
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	716.090,99
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	347.791,38
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	99.916,04
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	138.874,80
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	128.404,77
3.1.90.11.1108	JETON	1.104,00
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	56.302,65
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	56.302,65
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	19.229,49
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	19.229,49
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	19.229,49
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.087,04
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	76.087,04
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	1.659,10
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	364,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.034,80
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	260,30
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	52.507,02
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	2.092,41
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	14.845,95
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	6.150,00
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	690,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	16.152,55
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	11.898,71
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	677,40
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	1.572,00
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	1.572,00
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	13.746,88
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	13.746,88
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	6.602,04
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	6.602,04
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	124,00
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	124,00
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	124,00
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	124,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	124,00
TOTAL GERAL =====>		871.563,44

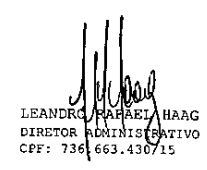
* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	795.352,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	76.087,04
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	871.439,44
INVESTIMENTOS	=>	124,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	124,00
TOTAL GERAL	=>	871.563,44

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 MANOELITO CARLOS SAVARIS
 PRESIDENTE
 CPF: 232.257.930/00


 JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
 CONTADORA
 CRCRS N. 62422
 CPF: 566.164.140/00


 LEANDRO RAFAEL HAAG
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 736.663.430/15

EXERCÍCIO DE 2009	FUNDAÇÃO INST GAUCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE										R\$
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO										
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA										TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
62 FUNDAÇÃO INSTITUTO GAUCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE	795.352,40		76.087,04	124,00							871.563,44
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDAÇÃO	795.352,40		74.634,33								869.986,73
TOTAL	795.352,40		76.087,04	124,00							871.563,44

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

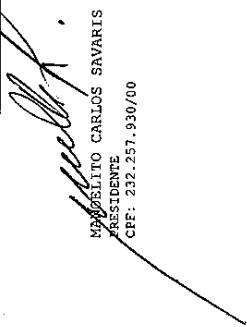
Carvalho
 MARCELO CARLOS SAVARIS
 PRESIDENTE
 CPF: 232.257.930/00

Santos
 JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
 CONTADORA
 CRCRS N. 82422
 CPF: 566.164.140/00

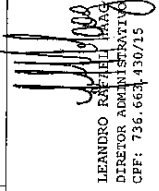
Leandro
 LEANDRO FETTEL MANG
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 7361663.430/15

EXERCÍCIO DE 2009		FUNDAÇÃO INST GAUCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE							RFPE040/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							R\$
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
13 CULTURA	795.352,40		76.087,04	124,00				871.563,44	
TESOURO-LIVRES PRÓPRIOS DA FUNDAÇÃO	795.352,40		74.634,33 1.452,71	124,00				869.986,73 1.576,71	
TOTAL	795.352,40		76.087,04	124,00				871.563,44	
RESUMO									
TESOURO-LIVRES PRÓPRIOS DA FUNDAÇÃO	795.352,40		74.634,33 1.452,71	124,00				869.986,73 1.576,71	
TOTAL	795.352,40		76.087,04	124,00				871.563,44	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 M^o MANOELITO CARLOS SAVARIS
 PRESIDENTE
 CPF: 232.257.930/00


 JUSSARA DE FÁTIMA DOS SANTOS SOARES
 CONTADORA
 CRCRS N. 62422
 CPF: 566.164.140/00


 LEANDRO RAFAEL HAAG
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 736.663.430/15



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA
IGTF - FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE

FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA									
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009.				POSIÇÃO EM 31-12-09	
	LEI	DATA		Variações		Ativas	Amortização	Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas					
Débitos Parcelados									
Com Ministério da Fazenda - PASEP									
Termo de Parcelamento									
Com Instituto Nacional de Seguro Social - INSS									
Total									

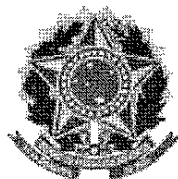
SEM MOVIMENTO

(Assinatura)
LEANDRO RAFAEL FARIAS
DIRETOR ADMINISTRATIVO

CIC -MF736.863.430/15

(Assinatura)
MARCIELITO CARLOS SAVARIS
DIRETOR-PRESIDENTE
CIC -MF232.257.930/00

(Assinatura)
JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CRC-RS 062422-00 TC
CIC -MF566.164.140/00

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
REGISTRO.....	: RS-062422/O-0
CATEGORIA.....	: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF.....	: 566.164.140-00

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 12.02.2010 as 15:27:16.

Válido até: 28.02.2010.

Código de Controle: 75396.

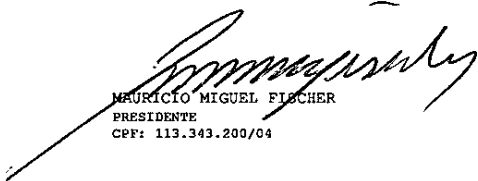
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Instituto Rio Grandense do Arroz
IRGA



RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA TRIBUTARIA	33.335.004,70	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.066.510,67
RECEITA PATRIMONIAL	877.535,12	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.925.153,80
RECEITA INDUSTRIAL	41.550,00		
RECEITA DE SERVICOS	5.677.074,53	SOMA.....	34.991.664,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	864.828,03		
SOMA.....	40.795.992,38	SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	5.804.327,91
TOTAL.....	40.795.992,38	TOTAL.....	40.795.992,38
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	5.804.327,91	DESPESA CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	2.221.086,96
ALIENACAO DE BENS	10.000,00	INVERSOES FINANCEIRAS	483.056,85
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	20.321,19
SOMA.....	10.000,00	SOMA.....	2.724.465,00
TOTAL.....	5.814.327,91	SUPERAVIT	3.089.862,91
		TOTAL.....	5.814.327,91
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	40.795.992,38	DESPESAS CORRENTES.....	34.991.664,47
RECEITAS DE CAPITAL.....	10.000,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	2.724.465,00
DEFICIT.....	0,00	SUPERAVIT.....	3.089.862,91
TOTAL.....	40.805.992,38	TOTAL.....	40.805.992,38

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



MAURÍCIO MIGUEL FLECHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

Olalía Souza
OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2009	INSTITUTO RIOGR DO ARROZ	RFPE006/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N.6
R\$		

ÓRGÃO: 38 - INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ

U.O.: 38.01 - INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ

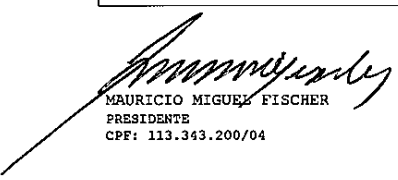
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
20	AGRICULTURA	3.004.154,94	33.574.547,49	36.578.702,43
20.0122	ADMINISTRACAO GERAL	3.004.154,94	8.268.926,59	11.273.081,53
20.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.004.154,94	5.924.685,97	8.928.840,91
20.0122.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		2.344.240,62	2.344.240,62
20.0131	COMUNICACAO SOCIAL		799.615,94	799.615,94
20.0131.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		799.615,94	799.615,94
20.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		7.406.666,87	7.406.666,87
20.0273.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		406.424,15	406.424,15
20.0273.0335	OPERACOES ESPECIAIS		7.000.242,72	7.000.242,72
20.0571	DESENV CIENTIFICO		6.836.902,54	6.836.902,54
20.0571.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		6.836.902,54	6.836.902,54
20.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO		7.682.592,42	7.682.592,42
20.0573.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		7.682.592,42	7.682.592,42
20.0692	COMERCIALIZACAO		2.559.521,94	2.559.521,94
20.0692.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		2.559.521,94	2.559.521,94
20.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA		20.321,19	20.321,19
20.0843.0335	OPERACOES ESPECIAIS		20.321,19	20.321,19
28	ENCARGOS ESPECIAIS		369.080,63	369.080,63
28.0061	ACAO JUDICIARIA		369.080,63	369.080,63
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		369.080,63	369.080,63
TOTAL DA U.O. =>		3.004.154,94	33.943.628,12	36.947.783,06

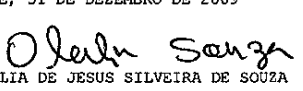
U.O.: 38.33 - ENCARGOS GERAIS DO INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ

20	AGRICULTURA		165.440,52	165.440,52
20.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		165.440,52	165.440,52
20.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		165.440,52	165.440,52
28	ENCARGOS ESPECIAIS		602.905,89	602.905,89
28.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		602.905,89	602.905,89
28.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		205.556,60	205.556,60
28.0302.0335	OPERACOES ESPECIAIS		397.349,29	397.349,29
TOTAL DA U.O. =>			768.346,41	768.346,41

TOTAL DO ÓRGÃO =>		3.004.154,94	34.711.974,53	37.716.129,47
-------------------	--	--------------	---------------	---------------

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04


OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2009

INSTITUTO RIOGR DO ARROZ

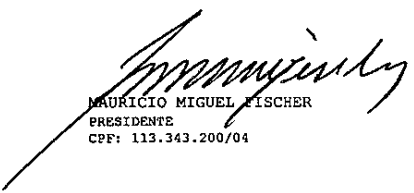
RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
 DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES


ANEXO N. 7
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
20	AGRICULTURA	3.004.154,94	33.739.988,01	36.744.142,95
20.0122	ADMINISTRACAO GERAL	3.004.154,94	8.268.926,59	11.273.081,53
20.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.004.154,94	5.924.685,97	8.928.840,91
20.0122.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		2.344.240,62	2.344.240,62
20.0131	COMUNICACAO SOCIAL		799.615,94	799.615,94
20.0131.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		799.615,94	799.615,94
20.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		165.440,52	165.440,52
20.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		165.440,52	165.440,52
20.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		7.406.666,87	7.406.666,87
20.0273.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		406.424,15	406.424,15
20.0273.0335	OPERACOES ESPECIAIS		7.000.242,72	7.000.242,72
20.0571	DESENV CIENTIFICO		6.836.902,54	6.836.902,54
20.0571.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		6.836.902,54	6.836.902,54
20.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO		7.682.592,42	7.682.592,42
20.0573.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		7.682.592,42	7.682.592,42
20.0692	COMERCIALIZACAO		2.559.521,94	2.559.521,94
20.0692.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		2.559.521,94	2.559.521,94
20.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA		20.321,19	20.321,19
20.0843.0335	OPERACOES ESPECIAIS		20.321,19	20.321,19
28	ENCARGOS ESPECIAIS		971.986,52	971.986,52
28.0061	ACAO JUDICIARIA		369.080,63	369.080,63
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		369.080,63	369.080,63
28.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		602.905,89	602.905,89
28.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		205.556,60	205.556,60
28.0302.0335	OPERACOES ESPECIAIS		397.349,29	397.349,29
TOTAL GERAL =>		3.004.154,94	34.711.974,53	37.716.129,47

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



MAURÍCIO MIGUEL FISCHER
 PRESIDENTE
 CPF: 113.343.200/04



OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
 CONTADORA
 CRCRS N. 37048
 CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2009

INSTITUTO RIOGR DO ARROZ

RFPE029/00001

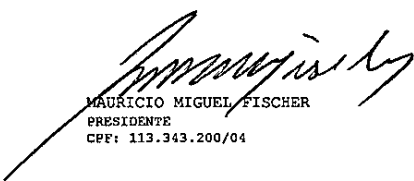
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

ANEXO N.8

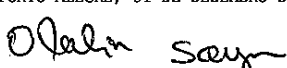
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
20	AGRICULTURA	36.486.142,95	258.000,00	36.744.142,95
20.0122	ADMINISTRACAO GERAL	11.273.081,53		11.273.081,53
20.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	8.928.840,91		8.928.840,91
20.0122.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO	2.344.240,62		2.344.240,62
20.0131	COMUNICACAO SOCIAL	799.615,94		799.615,94
20.0131.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO	799.615,94		799.615,94
20.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	165.440,52		165.440,52
20.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	165.440,52		165.440,52
20.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	7.406.666,87		7.406.666,87
20.0273.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	406.424,15		406.424,15
20.0273.0335	OPERACOES ESPECIAIS	7.000.242,72		7.000.242,72
20.0571	DESENV CIENTIFICO	6.578.902,54	258.000,00	6.836.902,54
20.0571.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO	6.578.902,54	258.000,00	6.836.902,54
20.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	7.682.592,42		7.682.592,42
20.0573.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO	7.682.592,42		7.682.592,42
20.0692	COMERCIALIZACAO	2.559.521,94		2.559.521,94
20.0692.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO	2.559.521,94		2.559.521,94
20.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	20.321,19		20.321,19
20.0843.0335	OPERACOES ESPECIAIS	20.321,19		20.321,19
28	ENCARGOS ESPECIAIS	971.986,52		971.986,52
28.0061	ACAO JUDICIARIA	369.080,63		369.080,63
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	369.080,63		369.080,63
28.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	602.905,89		602.905,89
28.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	205.556,60		205.556,60
28.0302.0335	OPERACOES ESPECIAIS	397.349,29		397.349,29
TOTAL GERAL =>		37.458.129,47	258.000,00	37.716.129,47

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



MAURÍCIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

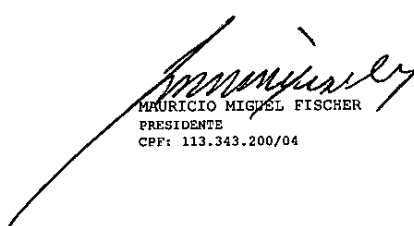


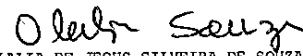
OLÁLIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2009	INSTITUTO RIOGR DO ARROZ	RFPE025/00001
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	ANEXO N.9
		R\$

ÓRGÃOS	FUNÇÕES	AGRICULTURA	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ		36.744.142,95	971.986,52	37.716.129,47
SOMA.....		36.744.142,95	971.986,52	37.716.129,47
	TOTAL.....	36.744.142,95	971.986,52	37.716.129,47

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 MAURICIO MIGUEL FISCHER
 PRESIDENTE
 CPF: 113.343.200/04


 OLALLA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
 CONTADORA
 CRCRS N. 37048
 CPF: 348.297.170/68

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	51.534.533,00	40.795.992,38	10.738.540,62-
1100.00.00.0000	RECEITA TRIBUTARIA	42.388.038,00	33.335.004,70	9.053.033,30-
1120.00.00.0000	TAXAS	42.388.038,00	33.335.004,70	9.053.033,30-
1122.00.00.0000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	42.388.038,00	33.335.004,70	9.053.033,30-
1122.99.00.0000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	42.388.038,00	33.335.004,70	9.053.033,30-
1122.99.99.0000	DIVERSAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	42.388.038,00	33.335.004,70	9.053.033,30-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	250.000,00	877.535,12	627.535,12
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	250.000,00	156.889,21	93.110,79-
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	250.000,00	155.536,71	94.463,29-
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	250.000,00	155.536,71	94.463,29-
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	250.000,00	155.536,71	94.463,29-
1312.00.00.0000	ARRENDAMENTOS	0,00	1.352,50	1.352,50
1312.99.00.0000	OUTROS ARRENDAMENTOS	0,00	1.352,50	1.352,50
1312.99.99.0000	DIVERSOS ARRENDAMENTOS	0,00	1.352,50	1.352,50
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	720.645,91	720.645,91
1322.00.00.0000	DIVIDENDOS	0,00	65,67	65,67
1322.01.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	0,00	65,67	65,67
1322.01.99.0000	DIVIDENDOS DE SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	0,00	65,67	65,67
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	0,00	720.580,24	720.580,24
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	720.580,24	720.580,24
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	0,00	720.580,24	720.580,24
1400.00.00.0000	RECEITA AGROPECUARIA	4.700.000,00	0,00	4.700.000,00-
1410.00.00.0000	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	4.700.000,00	0,00	4.700.000,00-
1410.01.00.0000	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	4.700.000,00	0,00	4.700.000,00-
1410.01.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DA PRODUCAO VEGETAL	4.700.000,00	0,00	4.700.000,00-
1500.00.00.0000	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	41.550,00	41.550,00
1520.00.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	0,00	41.550,00	41.550,00
1520.29.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	0,00	41.550,00	41.550,00
1520.29.99.0000	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	0,00	41.550,00	41.550,00
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	4.196.495,00	5.677.074,53	1.480.579,53
1600.01.00.0000	SERVICOS COMERCIAIS	3.935.754,00	4.835.819,65	900.065,65
1600.01.03.0000	SERVICOS DE COMERCIALIZACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS	3.935.754,00	4.834.979,65	899.225,65
1600.01.99.0000	DIVERSOS SERVICOS COMERCIAIS	0,00	840,00	840,00
1600.07.00.0000	SERVICOS DE ARMAZENAGEM	10.741,00	0,00	10.741,00-
1600.07.99.0000	SERVICOS DE ARMAZENAGEM	10.741,00	0,00	10.741,00-
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	250.000,00	141.293,09	108.706,91-
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	250.000,00	141.293,09	108.706,91-
1600.17.00.0000	SERVICOS AGROPECUARIOS	0,00	649.716,79	649.716,79
1600.17.99.0000	DIVERSOS SERVICOS AGROPECUARIOS	0,00	649.716,79	649.716,79
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	0,00	50.245,00	50.245,00
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	0,00	50.245,00	50.245,00
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	864.828,03	864.828,03
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	170.195,93	170.195,93
1911.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	0,00	37.565,03	37.565,03
1911.99.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	0,00	37.565,03	37.565,03
1911.99.01.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	0,00	37.565,03	37.565,03
1913.00.00.0000	MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	0,00	132.222,91	132.222,91
1913.99.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	0,00	132.222,91	132.222,91
1913.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	0,00	132.222,91	132.222,91
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	407,99	407,99
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	201,96	201,96
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	0,00	201,96	201,96
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	0,00	206,03	206,03
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	206,03	206,03
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	165.748,01	165.748,01
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	0,00	26.304,54	26.304,54
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	0,00	26.304,54	26.304,54
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	0,00	26.304,54	26.304,54
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	0,00	139.443,47	139.443,47
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	139.443,47	139.443,47
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	139.443,47	139.443,47
1930.00.00.0000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA	0,00	184.800,72	184.800,72
1931.00.00.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	0,00	184.800,72	184.800,72
1931.99.00.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	0,00	184.800,72	184.800,72
1931.99.01.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	0,00	184.800,72	184.800,72
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	344.083,37	344.083,37
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	344.083,37	344.083,37

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	343.879,51	343.879,51
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	0,00	203,86	203,86
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	1.500.000,00	10.000,00	1.490.000,00-
2200.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS	1.500.000,00	10.000,00	1.490.000,00-
2220.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	1.500.000,00	10.000,00	1.490.000,00-
2229.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	1.500.000,00	10.000,00	1.490.000,00-
2229.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS IMOVEIS	1.500.000,00	10.000,00	1.490.000,00-
2229.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS IMOVEIS	1.500.000,00	10.000,00	1.490.000,00-
TOTAL.		53.034.533,00	40.805.992,38	12.228.540,62-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Maurício Miguel Fischer

MAURÍCIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

Olalia de Jesus Silveira de Souza

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2009

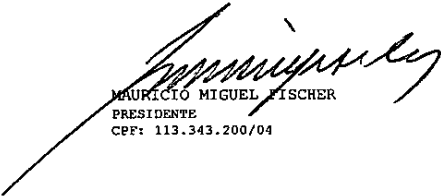
INSTITUTO RIOGR DO ARROZ
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

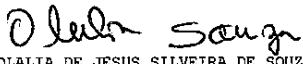
RFPE026/00001
ANEXO N.11

R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ			
DOTAÇÕES INICIAIS	44.421.603,00	8.612.930,00	53.034.533,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	668.119,10	360.000,00	1.028.119,10
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	1.028.119,10	0,00	1.028.119,10
AUTORIZADA	44.061.603,00	8.972.930,00	53.034.533,00
REALIZADA	34.991.664,47	2.724.465,00	37.716.129,47
DIFERENÇA	9.069.938,53	6.248.465,00	15.318.403,53
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			53.034.533,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			1.028.119,10
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			1.028.119,10
AUTORIZADA			53.034.533,00
REALIZADA			37.716.129,47
DIFERENÇA			15.318.403,53

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


MAURÍCIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04


OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA TRIBUTARIA	42.388.038,00	33.335.004,70	9.053.033,30-
RECEITA PATRIMONIAL	250.000,00	877.535,12	627.535,12
RECEITA AGROPECUARIA	4.700.000,00	0,00	4.700.000,00-
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	41.550,00	41.550,00
RECEITA DE SERVICOS	4.196.495,00	5.677.074,53	1.480.579,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	864.828,03	864.828,03
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	51.534.533,00	40.795.992,38	10.738.540,62-
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENACAO DE BENS	1.500.000,00	10.000,00	1.490.000,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	1.500.000,00	10.000,00	1.490.000,00-
SOMA	53.034.533,00	40.805.992,38	12.228.540,62-
TOTAL	53.034.533,00	40.805.992,38	12.228.540,62-

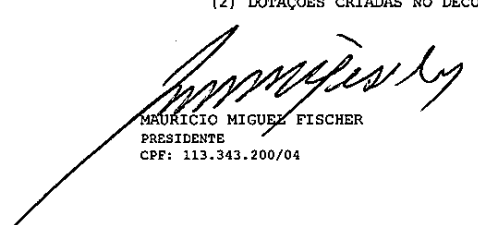
D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	53.034.533,00	37.716.129,47	15.318.403,53-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	53.034.533,00	37.716.129,47	15.318.403,53-
SUPERAVIT DE EXECUÇÃO	0,00	3.089.862,91	3.089.862,91
TOTAL	53.034.533,00	40.805.992,38	12.228.540,62-


(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



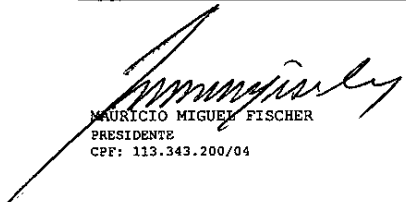
MAURÍCIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04




OLÁLIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		AGRICULTURA	36.744.142,95
RECEITA TRIBUTARIA	33.335.004,70	ENCARGOS ESPECIAIS	971.986,52
RECEITA PATRIMONIAL	877.535,12	SOMA.....	37.716.129,47
RECEITA INDUSTRIAL	41.550,00	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
RECEITA DE SERVICOS	5.677.074,53	REALIZAVEL	387.824,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	864.828,03	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.918.689,23
SOMA.....	40.795.992,38	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.193.513,26
RECEITAS DE CAPITAL		SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	2.297,13
ALIENACAO DE BENS	10.000,00	DEPOSITOS	4.463.666,79
SOMA.....	10.000,00	SOMA.....	7.965.990,96
TOTAL.....	40.805.992,38	TOTAL.....	45.682.120,43
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
REALIZAVEL	495.371,16	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.822.677,18	INTRAGOVERNAMENTAIS	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	2.587.764,25	SOMA.....	0,00
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	3.032,68	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
DEPOSITOS	4.244.153,50	CAIXA	132,34
SOMA.....	9.152.998,77	BANCOS C/DISPOSICAO	183.878,88
TOTAL.....	49.958.991,15	APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		IMEDIATA	9.029.098,87
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	2.092.665,13
INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS	
SOMA.....	0,00	VINCULADOS	816.039,80
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		BANCOS, C/VINCULADAS	738.722,46
CAIXA	218,55	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	812.282,09
BANCOS C/DISPOSICAO	35.770,80	SOMA.....	13.672.819,57
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		TOTAL.....	59.354.940,00
IMEDIATA	6.043.162,35		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	1.930.527,08		
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS			
VINCULADOS	809.820,35		
BANCOS, C/VINCULADAS	1.000,00		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	575.449,72		
SOMA.....	9.395.948,85		
TOTAL.....	59.354.940,00		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



MAURÍCIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04



OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	132,34	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	368.544,13
BANCOS C/DISPOSICAO	183.878,88	CONVENIOS E REPASSES SUJEIROS A COMPROVACAO	129.995,28
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	13.279,33
IMEDIATA	9.029.098,87	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	21.678,40
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	2.092.665,13	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	4.824,14
SOMA.....	11.305.775,22	PIS E PASEP A RECOLHER	60.653,68
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS			171.252,88
VINCULADOS	816.039,80	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	8.647,55
BANCOS, C/VINCULADAS	738.722,46	FGTS A RECOLHER	3.187,34
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	812.282,09	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	191.934,82
SOMA.....	2.367.044,35	DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	21,92
REALIZÁVEL		SOMA.....	974.019,47
DEVEDORES	1.949,25	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
RESPONSÁVEIS POR PAGAMENTOS IRREGULARES	13,15	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.626.813,37
DEPOSITOS JUDICIAIS	23.779,94	CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	200.000,00
SOMA.....	25.742,34	INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	735.670,88
TOTAL.....	13.698.561,91	FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	20.000,00
ATIVO PERMANENTE		FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	5.200,00
BENS DA ENTIDADE		FOLHA DE JETON	80,00
BENS MOVEIS	8.154.457,19	SOMA.....	2.587.764,25
BENS IMOVEIS	41.480.624,90	SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	31.718,88	SERVIÇO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS	
SOMA.....	49.666.800,97	PREVIDENCIARIOS	3.032,68
PARTICIPAÇÕES		SOMA.....	3.032,68
PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB		DEPÓSITOS	
CONTROLE DO ESTADO	5.662,03	DEPOSITOS	250.422,50
PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS EM EMPRESAS		SOMA.....	250.422,50
DIVERSAS	814,87	TOTAL.....	3.815.238,90
SOMA.....	6.476,90	PASSIVO PERMANENTE	
CRÉDITOS		DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
DEVEDORES POR IMPUTACAO DE		DEBITOS PARCELADOS	
RESPONSABILIDADE	352.966,00		1.611.863,27
DEVEDORES POR LOCACAO	1.265,51	SOMA.....	1.611.863,27
TRIBUTOS A RECUPERAR	0,01	TOTAL.....	1.611.863,27
DEVEDORES POR OPERACOES MERCANTIS	1.469.429,00	SOMA DO PASSIVO REAL	5.427.102,17
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	4.177.101,79	SALDO PATRIMONIAL	
DEVEDORES PELO REEMBOLSO DE PROVENTOS	1.820,04	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
CREDITOS POR VENDA A PRAZO DE BENS	20.709.209,28	ATIVO REAL LIQUIDO	87.938.099,27
SOMA.....	26.711.791,63	SOMA.....	93.365.201,44
DÍVIDA ATIVA		PASSIVO COMPENSADO	
DIVIDA ATIVA DE IMPUTACAO DE		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
RESPONSABILIDADE	3.279,49	DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	23.779,94
DIVIDA ATIVA DE PAGAMENTOS INDEVIDOS	8.298,20	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	5,40
SOMA.....	11.577,69	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	85.550,13
DIVERSOS		BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	4.698.036,93
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE		SOMA.....	4.807.372,40
AQUISICAO OU FORMACAO	1.307.495,38	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
BENS DE VENDA	1.876.946,83	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	417.927,66
ALMOXARIFADOS	85.550,13	SOMA.....	417.927,66
SOMA.....	3.269.992,34	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
TOTAL.....	79.666.639,53	DIVERSAS	
SOMA DO ATIVO REAL	93.365.201,44	ACOES DA ENTIDADE	6.476,90
ATIVO COMPENSADO		SOMA.....	6.476,90
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		TOTAL.....	5.231.776,96
RESPONSÁVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	23.779,94		
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	5,40		
RESPONSÁVEIS POR ALMOXARIFADOS	85.550,13		
RESPONSÁVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	4.698.036,93		
SOMA.....	4.807.372,40		
VALORES DE TERCEIROS			
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	417.927,66		
SOMA.....	417.927,66		
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS			
CAIXA DE ACOES DA ENTIDADE	6.476,90		
SOMA.....	6.476,90		
TOTAL.....	5.231.776,96		

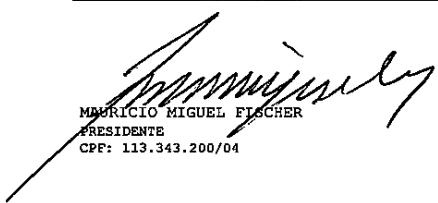
EXERCÍCIO DE 2009

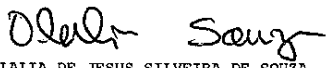
INSTITUTO RIOGR DO ARROZ
BALANÇO PATRIMONIAL

RFPE032/00002
ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
TOTAL GERAL.....	98.596.978,40	TOTAL GERAL.....	98.596.978,40

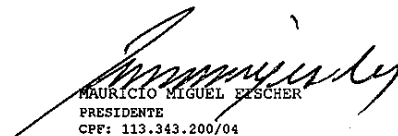
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

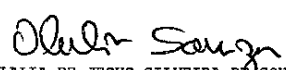

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTÁRIA	33.335.004,70	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.066.510,67
RECEITA PATRIMONIAL	877.535,12	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.925.153,80
RECEITA INDUSTRIAL	41.550,00	SOMA.....	34.991.664,47
RECEITA DE SERVIÇOS	5.677.074,53	DESPESAS DE CAPITAL	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	864.828,03	INVESTIMENTOS	2.221.086,96
SOMA.....	40.795.992,38	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	483.056,85
RECEITAS DE CAPITAL		OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	20.321,19
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	SOMA.....	2.724.465,00
SOMA.....	10.000,00	TOTAL.....	37.716.129,47
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
SOMA.....	0,00	ANULAÇÃO DO REGISTRO BENS CRED VALORES	
TOTAL.....	40.805.992,38	FASE AQUIS/FORMAÇÃO	7.433,55
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		SOMA.....	7.433,55
AMORTIZAÇÃO DE DÉBITOS PARCELADOS	20.321,19	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE		VARIAÇÕES PASSIVAS	
AQUISIÇÃO OU FORMAÇÃO	1.307.495,37	BAIXA DE BENS DE VENDA	3.888.595,85
PRODUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS DE VENDA	483.056,85	TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	569.534,00
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS	494.452,19	BAIXA DE CRÉDITOS POR OPERAÇÕES	109,54
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS IMOVEIS	419.139,40	MERCANTIS	
SOMA.....	2.724.465,00	BAIXA DE CRÉDITOS POR PRESTAÇÃO DE	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		SERVIÇOS	2.803.279,39
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	150.539,70
INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS POR IMPUTAÇÃO DE		BAIXA DE CRÉDITOS POR VENDA A PRAZO DE	
RESPONSABILIDADE	324.169,37	BENS	665.489,51
INCORPORAÇÃO DE BENS DE VENDA	3.063.356,95	SOMA.....	8.077.547,99
TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	569.534,00	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS POR PRESTAÇÃO DE		PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SERVIÇOS	2.531.794,71	SOMA.....	0,00
INCORPORAÇÃO DE BENS DE ALMOXARIFADO	161.072,13	TOTAL.....	45.801.111,01
SOMA.....	6.649.927,16	RESULTADO PATRIMONIAL	
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO		SUPERÁVIT VERIFICADO	4.379.273,53
PATRIMÔNIO FINANCEIRO		TOTAL.....	50.180.384,54
SOMA.....	0,00		
TOTAL.....	50.180.384,54		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



MAURÍCIO MIGUEL ESCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04



OLÁLIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2009

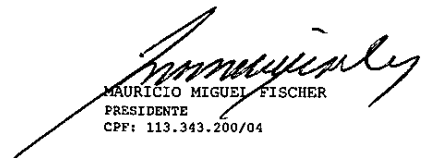
INSTITUTO RIOGR DO ARROZ
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

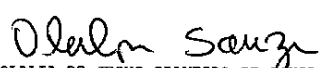
RFPE034/00001
ANEXO N.17

R\$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	448.566,60-	1.107.123,80	1.187.146,27	368.544,13-
CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	120.000,00-	145.995,28	136.000,00	129.995,28-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	10.922,60-	13.279,33	10.922,60	13.279,33-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	15.639,03-	21.678,40	15.639,03	21.678,40-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	0,00	18.546,30	13.722,16	4.824,14-
PIS E PASEP A RECOLHER	45.942,67-	60.653,68	45.942,67	60.653,68-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	186.302,23-	172.212,88	187.262,23	171.252,88-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	357,32-	9.339,93	1.049,70	8.647,55-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	146.860,60-	33.919,42	180.780,02	0,00
FGTS A RECOLHER	2.755,62-	3.187,34	2.755,62	3.187,34-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	92.261,11-	235.720,82	136.047,11	191.934,82-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	423,74-	0,00	401,82	21,92-
FOLHA DE JETON A PAGAR	0,00	1.020,00	1.020,00	0,00
SUBTOTAL.....	1.070.031,52-	1.822.677,18	1.918.689,23	974.019,47-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.080.591,01-	1.626.813,37	1.080.591,01	1.626.813,37-
CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	18.411,33-	200.000,00	18.411,33	200.000,00-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	0,00	735.670,88	0,00	735.670,88-
FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	13.722,70-	20.000,00	13.722,70	20.000,00-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	960,00-	0,00	960,00	0,00
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A LIQUIDAR	800,73-	0,00	800,73	0,00
PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	33.919,42-	0,00	33.919,42	0,00
DIARIAS A LIQUIDAR	0,01-	0,00	0,01	0,00
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	43.848,06-	5.200,00	43.848,06	5.200,00-
FOLHA DE JETON	1.260,00-	80,00	1.260,00	80,00-
SUBTOTAL.....	1.193.513,26-	2.587.764,25	1.193.513,26	2.587.764,25-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	2.297,13-	3.032,68	2.297,13	3.032,68-
SUBTOTAL.....	2.297,13-	3.032,68	2.297,13	3.032,68-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	469.935,79-	4.244.153,50	4.463.666,79	250.422,50-
SUBTOTAL.....	469.935,79-	4.244.153,50	4.463.666,79	250.422,50-
TOTAL.....	2.735.777,70-	8.657.627,61	7.578.166,41	3.815.238,90-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


MAURÍCIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04


OLÁLIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	34.991.664,47
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.066.510,67
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	16.298.164,26
3.1.90.01	APOSENTADORIAS E REFORMAS	7.000.242,72
3.1.90.01.0107	INATIVOS - CIVIL	7.000.242,72
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	7.208.527,49
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	2.734.754,23
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	3.353,21
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	2.296.691,75
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	1.796.192,71
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	333.275,59
3.1.90.11.1108	JETON	44.260,00
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	1.681.023,34
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	1.656.159,31
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICIO - FGTS	24.864,03
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	315.327,00
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	315.327,00
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	93.043,71
3.1.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	93.043,71
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	768.346,41
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	762.220,34
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	596.779,82
3.1.91.13.1311	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/INATIVOS - RPES	30.205,52
3.1.91.13.1313	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICE - INATIVOS	135.235,00
3.1.91.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.126,07
3.1.91.92.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	6.126,07
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.925.153,80
3.3.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.330.442,15
3.3.50.43	SUBVENCOES SOCIAIS	1.330.442,15
3.3.50.43.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	1.330.442,15
3.3.80.00	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	319.255,00
3.3.80.41	CONTRIBUICOES	319.255,00
3.3.80.41.4105	ORGANISMOS INTERNACIONAIS	319.255,00
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	16.275.456,65
3.3.90.04	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	265.820,76
3.3.90.04.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	265.820,76
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	46.675,57
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	46.675,57
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	368.361,85
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	258.179,27
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	123,68
3.3.90.14.1404	DIARIAS DE VIAGEM POR ADIANTAMENTO DE NUMERARIO	101.309,17
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	8.749,73
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	1.525.149,05
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	22.537,33
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	23.019,72
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	333.045,05
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	2.191,68
3.3.90.30.3007	EXPLOSIVOS E MUNICOES	17.472,40
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	23.363,64
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	87.523,10
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	34.474,20
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	143.367,42
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	14.933,18
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	14.361,00
3.3.90.30.3020	SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	10.029,50
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	16.906,80
3.3.90.30.3023	ADUBOS E/OU FERTILIZANTES	118.808,88
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	37.440,10
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	10.045,51
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	27.520,57
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	49.271,59
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	416.102,75
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	113.964,33
3.3.90.30.3034	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAC	4.424,30
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	4.346,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	137.959,13
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	7.980,00
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	100.826,74
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	29.152,39
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	670.544,27
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	670.544,27
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	78.120,85
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	8.810,00
3.3.90.36.3613	LIMPEZA E HIGIENE	69.127,15
3.3.90.36.3615	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	183,70
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.369.970,21
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	674.959,72
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	1.591.172,54
3.3.90.37.3704	SERVICOS TECNICOS	103.837,95
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	7.052.328,47
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	168.011,42
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	843.315,94
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	16.416,53
3.3.90.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	6.692,76
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	33.460,80
3.3.90.39.3909	SERVICOS PRESTADOS PELOS CHCS - DETRAN	783,69
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	337.149,85
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	653.962,58
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	143.234,58
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	67.073,34
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	12.300,40
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	162.005,01
3.3.90.39.3925	RECEPCOES E HOMENAGENS	3.034,20
3.3.90.39.3926	SEGUROS	94.654,30
3.3.90.39.3928	CARTORIO	426,20
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	134.256,13
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	124.073,83
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	144.324,29

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	33.423,53
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	24.149,59
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	97.671,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	46.191,51
3.3.90.39.3937	LEVANTAMENTO, PROSPECCAO E ANALISE DE DADOS	21.660,00
3.3.90.39.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	5.356,36
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	106.480,05
3.3.90.39.3946	PROFILAXIA VEGETAL E/OU ANIMAL	42.099,38
3.3.90.39.3948	MULTAS	327,74
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	501,50
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECCAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	10.136,23
3.3.90.39.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	11.190,00
3.3.90.39.3968	QUIMICA	16.794,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	237.351,08
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	16.232,41
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	1.440,00
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	1.774,60
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	1.105,00
3.3.90.39.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	5.924,00
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	8.898,80
3.3.90.39.3992	SERVICOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL	3.418.445,84
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	121.805,52
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	121.805,52
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	575.351,24
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	75.988,40
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	406.424,15
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	19.378,96
3.3.90.47.4706	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	6.961,79
3.3.90.47.4710	ENCARGOS COM FUNRURAL	66.567,94
3.3.90.47.4711	LICENCA PARA O EXERCICIO PROFISSIONAL	30,00
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	49.606,01
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	49.606,01
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	316.495,12
3.3.90.92.3901	AGUA E ESGOTO	4.637,48
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	99,99
3.3.90.92.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	9.422,56
3.3.90.92.9305	INDENIZACOES	301.506,89
3.3.90.92.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	828,20
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.697.268,60
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	10.858,15
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	2.355.323,30
3.3.90.93.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	331.087,15
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	2.724.465,00
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	2.221.086,96
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	2.221.086,96
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	1.237.924,37
4.4.90.51.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	115.241,29
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	347.740,46
4.4.90.51.5104	INICIO DE OBRAS PUBLICAS	774.942,62
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	983.162,59
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	80.870,00
4.4.90.52.5206	ACAMPAMENTO E CAMPANHA	3.756,71
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	34.990,00
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	25.595,18
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	125.240,70
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	144.636,44
4.4.90.52.5216	TRATORES, EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E AGRICOLAS	329.458,00
4.4.90.52.5218	EMBARCACOES E/OU EQUIPAMENTOS PARA EMBARCACOES	5.500,00
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	7.452,00
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	5.629,00
4.4.90.52.5221	MOVEIS E/OU MATERIAIS PARA ALOJAMENTO	1.900,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	38.133,31
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	136.619,69
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	23.916,56
4.4.90.52.5232	AQUISICAO OU DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	19.465,00
4.5.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	483.056,85
4.5.90.00	APLICACOES DIRETAS	483.056,85
4.5.90.62	AQUISICAO DE PRODUTOS PARA REVENDA	483.056,85
4.5.90.62.6201	FORMACAO DE ESTOQUES	483.056,85
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	20.321,19
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	20.321,19
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	20.321,19
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	20.321,19
TOTAL GERAL =====>		37.716.129,47

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS => 17.066.510,67
 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA => 0,00
 OUTRAS DESPESAS CORRENTES => 17.925.153,80
 TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES => 34.991.664,47

INVESTIMENTOS => 2.221.086,96
 INVERSOES FINANCEIRAS => 483.056,85
 AMORTIZACAO DA DÍVIDA => 20.321,19
 RESERVA DE CONTINGENCIA => 0,00
 TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL => 2.724.465,00
 TOTAL GERAL => 37.716.129,47

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Olalía Souza

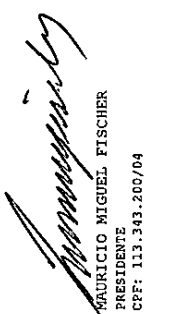
OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

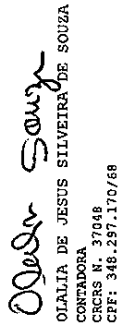
Maurício Fischer

MAURÍCIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

EXERCÍCIO DE 2009		INSTITUTO RIOGR DO ARROZ							REPE039/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							RS
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
38 INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ	17.066.510,67		17.925.153,80	2.221.086,96	483.056,85	20.321,19		37.716.129,47	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	17.066.510,67		17.925.153,80	2.221.086,96	483.056,85	20.321,19		37.716.129,47	
TOTAL	17.066.510,67		17.925.153,80	2.221.086,96	483.056,85	20.321,19		37.716.129,47	

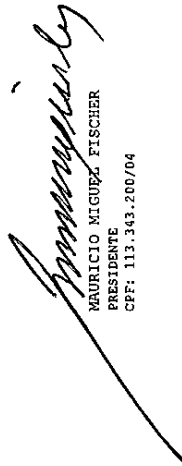
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

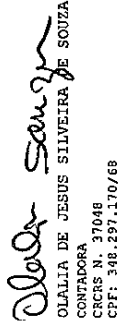

 MAURICIO MIGUEL FISCHER
 PRESIDENTE
 CPF: 113.343.200/04


 OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
 CONTADORA
 CRCRS N. 37048
 CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2009		INSTITUTO RIOGR DO ARROZ							RFPE040/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							R\$
ESPECIFICAÇÃO	PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
20 AGRICULTURA	16.094.524,15		17.925.153,80	2.221.086,96	483.056,85	20.321,19		36.744.142,95	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	16.094.524,15		17.925.153,80	2.221.086,96	483.056,85	20.321,19		36.744.142,95	
28 ENCARGOS ESPECIAIS	971.986,52							971.986,52	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	971.986,52							971.986,52	
TOTAL	17.066.510,67		17.925.153,80	2.221.086,96	483.056,85	20.321,19		37.716.129,47	
RESUMO									
PROPRIOS DA AUTARQUIA	17.066.510,67		17.925.153,80	2.221.086,96	483.056,85	20.321,19		37.716.129,47	
TOTAL	17.066.510,67		17.925.153,80	2.221.086,96	483.056,85	20.321,19		37.716.129,47	

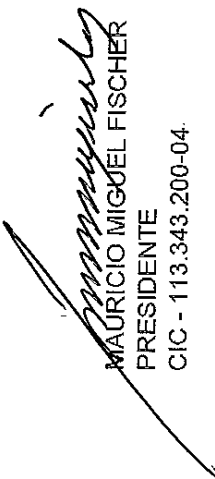
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

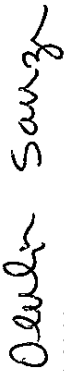

 MAURICIO MIGUEL FISCHER
 PRESIDENTE
 CPF: 113.343.200/04


 OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
 CONTADORA
 CRCRS N. 37048
 CPF: 348.297.170/68

INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009.			POSIÇÃO EM 31-12-09
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas		
Débitos Parcelados							-
Com Ministério da Fazenda - PASEP			1.632.184,46			20.321,19	1.611.863,27
Termo de Parcelamento							-
Com Instituto Nacional de Seguro Social - INSS							-
							-
							-
Total			1.632.184,46	-	-	20.321,19	1.611.863,27


 MAURÍCIO MIGUEL FISCHER
 PRESIDENTE
 CIC - 113.343.200-04.


 OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
 CONTADOR- CRCRS - 037048
 CIC -348.297.170-68

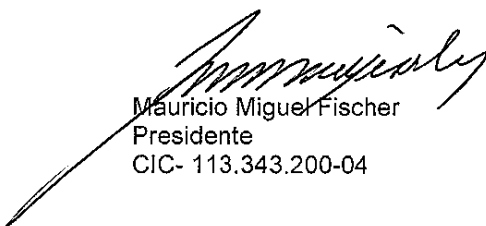


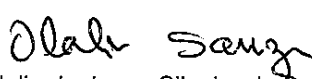
INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DE 2009.

- 01- Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101, de 04.05.00, e considerando, ainda, o disposto no Decreto federal 20.910, 06.01.32, e no Parecer 01/03, de 21.11.03, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, foi expedido o Decreto 46.778, de 03 de dezembro de 2009, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:
- a) Anulação das despesas inscritas Restos a Pagar Não-Processados, no valor de **R\$ 331.923,69** (Trezentos e trinta e um mil, novecentos e vinte e três reais e sessenta e nove centavos), cujos empenhos foram emitidos entre 01.01.05 e 31.12.08;
 - b) Ficou retido na Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, o valor de **R\$ 54.303.955,83** (Cinquenta e quatro milhões, trezentos e três mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos), referente à Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.


Maurício Miguel Fischer
Presidente
CIC- 113.343.200-04


Olalia de Jesus Silveira de Souza
Contador – CRCRS – 037048
CIC- 348.297.170-68



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AGRONEGÓCIO
INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ

COMISSÃO DE CONTROLE

PARECER

A Comissão de Controle, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 18, da Lei nº 533/48, examinou as peças contábeis que compõem o Balanço Geral do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), referente ao exercício de 2009.

O exame constitui-se basicamente no acompanhamento da execução orçamentária, revisões de documentos de Caixa, Contratos e Registros Contábeis, os quais nos foram encaminhados para análise e parecer.

Portanto, com base nos exames realizados, a Comissão é de parecer que as Demonstrações Contábeis, lidas em Conjunto com Notas Explicativas que as acompanham, devidamente ressalvadas as eventuais irregularidades, tanto as de ordem administrativa quanto operacional, que possam vir a ser apontadas, através de auditoria da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado e do Tribunal de Contas do Estado, bem como quaisquer situações no âmbito contábil, financeiro e patrimonial não trazidas ao conhecimento desta Comissão, representam adequadamente a posição Patrimonial e Financeira do Instituto Rio Grandense do Arroz, em 31 de dezembro de 2009.

Sala de Sessões da Comissão de Controle.

Porto Alegre, 27 de janeiro de 2010.

Renato Antônio de Freitas,
Rep. Sec. da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio.

Vinícius Bruschi de Fraga,
Rep. Sec. do Planejamento e Gestão.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
REGISTRO.....	: RS-037048/O-6
CATEGORIA.....	: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF.....	: 348.297.170-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 20.01.2010 as 13:53:22.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 74397.

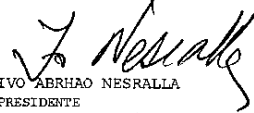
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Orquestra Sinfônica de
Porto Alegre
OSPA**

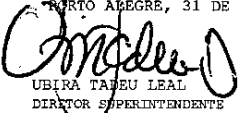


RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA DE SERVIÇOS	88.161,80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.176.703,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	29.359,22	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	913.252,12
SOMA.....	117.521,02	SOMA.....	9.089.955,59
DEFICIT	8.981.348,28	TOTAL.....	9.089.955,59
TOTAL.....	9.098.869,30	DESPESA CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	6.080,00
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.833,71
		SOMA.....	8.913,71
		TOTAL.....	9.098.869,30
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	117.521,02	DESPESAS CORRENTES.....	9.089.955,59
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	8.913,71
DEFICIT.....	8.981.348,28	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	9.098.869,30	TOTAL.....	9.098.869,30


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



IVO ABRHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20



UBIRA TABEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 160.798.660/53



FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

ÓRGÃO: 57 - FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE

U.O.: 57.01 - FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE - OSPA


CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	CULTURA		7.416.667,51	7.416.667,51
13.0392	DIFUSAO CULTURAL		7.416.667,51	7.416.667,51
13.0392.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		7.048.071,24	7.048.071,24
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS		368.596,27	368.596,27
28	ENCARGOS ESPECIAIS		442.446,75	442.446,75
28.0061	ACAO JUDICIARIA		442.446,75	442.446,75
28.0061.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		442.446,75	442.446,75
TOTAL DA U.O. =>			7.859.114,26	7.859.114,26


U.O.: 57.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE


13	CULTURA		1.239.755,04	1.239.755,04
13.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		1.067.400,00	1.067.400,00
13.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.067.400,00	1.067.400,00
13.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		169.521,33	169.521,33
13.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		169.521,33	169.521,33
13.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		2.833,71	2.833,71
13.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		2.833,71	2.833,71
TOTAL DA U.O. =>			1.239.755,04	1.239.755,04

TOTAL DO ÓRGÃO =>			9.098.869,30	9.098.869,30
-------------------	--	--	--------------	--------------

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 IVO ABRHAO NESRALLA
 PRESIDENTE
 CPF: 001.078.320/20



 UBIRA TADEU LEAL
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 164.798.660/53

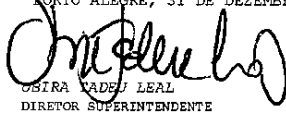

 FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
 CONTADORA
 CRCRS N. 57056
 CPF: 632.214.890/72


EXERCÍCIO DE 2009	FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE	RFPE009/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO		ANEXO N. 7
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	CULTURA		8.656.422,55	8.656.422,55
13.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		1.067.400,00	1.067.400,00
13.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.067.400,00	1.067.400,00
13.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		169.521,33	169.521,33
13.0302.0139	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		169.521,33	169.521,33
13.0392	DIFUSAO CULTURAL		7.416.667,51	7.416.667,51
13.0392.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		7.048.071,24	7.048.071,24
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS		368.596,27	368.596,27
13.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		2.833,71	2.833,71
13.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		2.833,71	2.833,71
28	ENCARGOS ESPECIAIS		442.446,75	442.446,75
28.0061	ACAO JUDICIARIA		442.446,75	442.446,75
28.0061.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		442.446,75	442.446,75
TOTAL GERAL =>		0,00	9.098.869,30	9.098.869,30

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 IVO ABRHAO NESRALLA
 PRESIDENTE
 CPF: 001.078.320/20



 JOSIRA VADELI LEAL
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 164.798.660/53

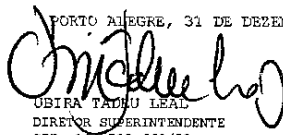

 FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
 CONTADORA
 CRCRS N. 57056
 CPF: 632.214.890/72


EXERCÍCIO DE 2009	FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE	RFPE029/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
R\$		

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
13	CULTURA	8.656.422,55		8.656.422,55
13.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	1.067.400,00		1.067.400,00
13.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	1.067.400,00		1.067.400,00
13.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	169.521,33		169.521,33
13.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	169.521,33		169.521,33
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	7.416.667,51		7.416.667,51
13.0392.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	7.048.071,24		7.048.071,24
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS	368.596,27		368.596,27
13.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.833,71		2.833,71
13.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	2.833,71		2.833,71
28	ENCARGOS ESPECIAIS	442.446,75		442.446,75
28.0061	ACAO JUDICIARIA	442.446,75		442.446,75
28.0061.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	442.446,75		442.446,75
TOTAL GERAL =>		9.098.869,30	0,00	9.098.869,30

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 IVO ABRHAO NESRALLA
 PRESIDENTE
 CPF: 001.078.320/20



 UBIRA TADIU LEAL
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 164.798.660/53

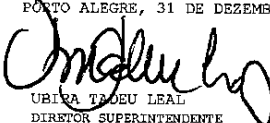

 FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
 CONTADORA
 CRCRS N. 57056
 CPF: 632.214.890/72


EXERCÍCIO DE 2009	FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	RFPE025/00001 ANEXO N.9 R\$
-------------------	--	-----------------------------------

ÓRGÃOS	FUNÇÕES	CULTURA	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL	
PODER LEGISLATIVO PODER JUDICIARIO MINISTERIO PUBLICO DEFENSORIA PUBLICA PODER EXECUTIVO FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE		8.656.422,55	442.446,75	9.098.869,30	
	SOMA.....	8.656.422,55	442.446,75	9.098.869,30	
TOTAL.....		8.656.422,55	442.446,75	9.098.869,30	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


IVO ABRHÃO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20


UBIRA TEÓFILO LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53


FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

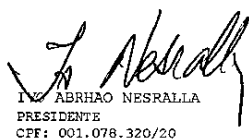
RFPE023/00001

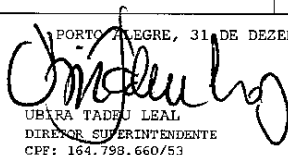
ANEXO N. 10

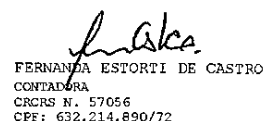
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	100.000,00	117.521,02	17.521,02
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVIÇOS	100.000,00	88.161,80	11.838,20-
1600.01.00.0000	SERVIÇOS COMERCIAIS	0,00	129,14	129,14
1600.01.02.0000	SERVIÇOS COMERCIALIZAÇÃO LIVROS; PERIÓDICOS; MATERIAIS ESCOLARES; DE PUBLICID	0,00	129,14	129,14
1600.19.00.0000	SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	100.000,00	88.032,66	11.967,34-
1600.19.99.0000	DIVERSOS SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	100.000,00	88.032,66	11.967,34-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	29.359,22	29.359,22
1920.00.00.0000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	3.082,26	3.082,26
1921.00.00.0000	INDENIZAÇÕES	0,00	25,80	25,80
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZAÇÕES	0,00	25,80	25,80
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZAÇÕES	0,00	25,80	25,80
1922.00.00.0000	RESTITUIÇÕES	0,00	3.056,46	3.056,46
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	3.056,46	3.056,46
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUIÇÕES	0,00	3.056,46	3.056,46
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	26.276,96	26.276,96
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	26.276,96	26.276,96
1990.99.02.0000	ANULAÇÃO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	22.145,92	22.145,92
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	0,00	4.131,04	4.131,04
TOTAL		100.000,00	117.521,02	17.521,02

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


IVAN ABRACHO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20


UBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53


FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA


RFPE026/00001

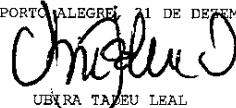
ANEXO N. 11


R\$

TÍTULOS	DESPEZA CORRENTE	DESPEZA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE			
DOTAÇÕES INICIAIS	8.627.924,99	12.500,00	8.640.424,99
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	1.121.600,00	500,00	1.122.100,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	402.027,63	0,00	402.027,63
AUTORIZADA	9.347.497,36	13.000,00	9.360.497,36
REALIZADA	9.089.955,59	8.913,71	9.098.869,30
DIFERENÇA	257.541,77	4.086,29	261.628,06
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			8.640.424,99
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			1.122.100,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			402.027,63
AUTORIZADA			9.360.497,36
REALIZADA			9.098.869,30
DIFERENÇA			261.628,06

PORTO ALEGRE, 01 DE DEZEMBRO DE 2009


IVO ABRHÃO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20


UENIRA TAVEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53


FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA DE SERVIÇOS	100.000,00	88.161,80	11.838,20-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	29.359,22	29.359,22
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	100.000,00	117.521,02	17.521,02
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	100.000,00	117.521,02	17.521,02
DEFICIT DE PREVISÃO	9.260.497,36	8.981.348,28	279.149,08-
TOTAL	9.360.497,36	9.098.869,30	261.628,06-


D E S P E S A

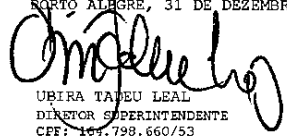
TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	9.360.497,36	9.098.869,30	261.628,06-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	9.360.497,36	9.098.869,30	261.628,06-
TOTAL	9.360.497,36	9.098.869,30	261.628,06-


(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 IVO ABRHAO NESRALLA
 PRESIDENTE
 CPF: 001.078.320/20


 UBIRA TADEU LEAL
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 469.798.660/53


 FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
 CONTADORA
 CRCRS N. 57056
 CPF: 632.214.890/72

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		CULTURA	8.656.422,55
RECEITA DE SERVIÇOS	88.161,80	ENCARGOS ESPECIAIS	442.446,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	29.359,22	SOMA.....	9.098.869,30
SOMA.....	117.521,02	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
RECEITAS DE CAPITAL		REALIZAVEL	2.394,00
TOTAL.....	117.521,02	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	28.867,67
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	255.730,93
REALIZAVEL	0,00	SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	200,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	789.921,52	DEPOSITOS	1.662.932,69
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00	SOMA.....	1.950.125,49
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	409,10	TOTAL.....	11.048.994,79
DEPOSITOS	1.730.776,52	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
SOMA.....	2.521.106,14	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
TOTAL.....	2.638.627,16	INTRAGOVERNAMENTAIS	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		SOMA.....	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
INTRAGOVERNAMENTAIS	8.492.516,07	BANCOS C/DISPOSICAO	13.922,10
SOMA.....	8.492.516,07	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	140.632,80
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		SOMA.....	154.554,90
BANCOS C/DISPOSICAO	1.796,12	TOTAL.....	11.203.549,69
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	70.610,34		
SOMA.....	72.406,46		
TOTAL.....	11.203.549,69		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


Ivo Abranches
IVO ABRHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

Ubirajara Leal
UBIRAJARA LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

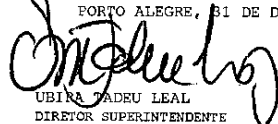
Fernanda Estorti de Castro
FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	13.922,10	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	31.820,96
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	140.632,80	PIS E PASEP A RECOLHER	8.162,13
SOMA.....	154.554,90	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	156.527,53
REALIZÁVEL		PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	568.148,08
DEPOSITOS JUDICIAIS	5.394,00	FGTS A RECOLHER	126,02
SOMA.....	5.394,00	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	17.227,67
TOTAL.....	159.948,90	REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	7.909,13
ATIVO PERMANENTE		SOMA.....	789.921,52
BENS DA ENTIDADE		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
BENS MOVEIS	509.771,72	SOMA.....	0,00
BENS IMOVEIS	125.160,57	SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
SOMA.....	634.932,29	SERVIÇO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	408,10
PARTICIPAÇÕES		SOMA.....	408,10
PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	312,61	DEPÓSITOS	
SOMA.....	312,61	DEPOSITOS	252.758,14
TOTAL.....	635.244,90	SOMA.....	252.758,14
SOMA DO ATIVO REAL	795.193,80	TOTAL.....	1.043.087,76
SALDO PATRIMONIAL		PASSIVO PERMANENTE	
SITUAÇÃO LÍQUIDA		DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
PASSIVO REAL DESCOBERTO	649.067,03	DEBITOS PARCELADOS	401.173,07
SOMA.....	1.444.260,83	SOMA.....	401.173,07
ATIVO COMPENSADO		TOTAL.....	401.173,07
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		SOMA DO PASSIVO REAL	1.444.260,83
PROCESSOS JUDICIAIS	224.280,65	PASSIVO COMPENSADO	
SOMA.....	224.280,65	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
TOTAL.....	224.280,65	SOMA.....	0,00
TOTAL GERAL.....	1.668.541,48	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
		ACOES JUDICIAIS	224.280,65
		SOMA.....	224.280,65
		TOTAL.....	224.280,65
		TOTAL GERAL.....	1.668.541,48


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



IVO ASERHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20




UBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53



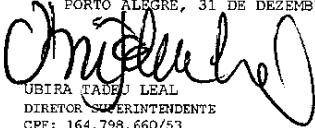
FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA DE SERVIÇOS	88.161,80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.176.703,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	29.359,22	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	913.252,12
SOMA.....	117.521,02	SOMA.....	9.089.955,59
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
SOMA.....	0,00	INVESTIMENTOS	6.080,00
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	2.833,71
SOMA.....	0,00	SOMA.....	8.913,71
TOTAL.....	117.521,02	TOTAL.....	9.098.869,30
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	2.625,61	SOMA.....	0,00
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	6.080,00	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SOMA.....	8.705,61	VARIAÇÕES PASSIVAS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS -	
VARIAÇÕES ATIVAS		PRINCIPAL E ATUALIZACAO	7.780,34
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	6.521,10	SOMA.....	7.780,34
SOMA.....	6.521,10	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO		PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SOMA.....	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		TOTAL.....	9.106.649,64
INTRAGOVERNAMENTAIS	8.492.516,07		
SOMA.....	8.492.516,07		
TOTAL.....	8.625.263,80		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	481.385,84		
TOTAL.....	9.106.649,64	TOTAL.....	9.106.649,64


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



IVO ABRHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20



UBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53



FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	2.000,00-	31.820,96	2.000,00	31.820,96-
PIS E PASEP A RECOLHER	3.645,98-	8.162,13	3.645,98	8.162,13-
CONTRIBUIÇÕES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	20.640,45-	156.527,53	20.640,45	156.527,53-
PRECATÓRIOS JUDICIAIS A PAGAR	0,00	568.148,08	0,00	568.148,08-
FGTS A RECOLHER	80,00-	126,02	80,00	126,02-
FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS CONTÍNUOS	2.501,24-	17.227,67	2.501,24	17.227,67-
REQUISICÃO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	0,00	7.909,13	0,00	7.909,13-
SUBTOTAL.....	28.867,67-	789.921,52	28.867,67	789.921,52-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
PRECATÓRIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	255.730,93-	0,00	255.730,93	0,00
SUBTOTAL.....	255.730,93-	0,00	255.730,93	0,00
SERVICO DA DÍVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	200,00-	408,10	200,00	408,10-
SUBTOTAL.....	200,00-	408,10	200,00	408,10-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	184.914,51-	1.730.776,52	1.662.932,89	252.758,14-
SUBTOTAL.....	184.914,51-	1.730.776,52	1.662.932,89	252.758,14-
TOTAL.....	469.713,11-	2.521.106,14	1.947.731,49	1.043.087,76-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Ivo Abranches Nesralla
IVO ABRHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

Ubirajara Leal
UBIRAJARA LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

Fernanda Estorti de Castro
FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	9.089.955,59
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.176.703,47
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	6.939.782,14
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	6.356.551,22
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	4.122.579,04
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	896.189,29
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	1.202.080,42
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	135.702,47
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	131.909,62
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	130.832,89
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICIO - FGTS	1.076,73
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	451.321,30
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	451.321,30
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	1.236.921,33
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	1.236.921,33
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	169.521,33
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	1.067.400,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	913.252,12
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	913.252,12
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	7.206,79
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	6.823,84
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	382,95
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	368.596,27
3.3.90.36.3601	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	368.596,27
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	25.897,88
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	25.897,88
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	399.956,96
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	325,40
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	1.552,80
3.3.90.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	10.600,00
3.3.90.39.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	81.826,08
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	12.600,00
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	1.222,44
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	38.000,00
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	34.662,85
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	1.750,00
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	16.920,00
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	17.857,00
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	21.530,15
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	12.832,83
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	13.325,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	13.497,55
3.3.90.39.3944	CARGA, DESCARGA, EMPACOTAMENTO E PESAGEM	65.308,00
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	4,10
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NAO SERVIDORES	18.130,71
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	18.899,05
3.3.90.39.3981	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	13.643,00
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	5.270,00
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	9.700,50
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	9.700,50
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	91.597,96
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	28.026,43
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	57.029,18
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	2.084,59
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	3.281,32
3.3.90.47.4711	LICENCA PARA O EXERCICIO PROFISSIONAL	1.176,44
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	10.295,76
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	10.295,76
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	8.913,71
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	6.080,00
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	6.080,00
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.080,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	6.080,00
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.833,71
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	2.833,71
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.833,71
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	2.833,71
TOTAL GERAL ==>		9.098.869,30

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	8.176.703,47
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	913.252,12
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	9.089.955,59
INVESTIMENTOS	=>	6.080,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	2.833,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	8.913,71
TOTAL GERAL	=>	9.098.869,30

IVO ABRHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

UBIRA TAREU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS Nº 57056
CPF: 632.214.890/72

EXERCÍCIO DE 2009		FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE							RP039/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							R\$
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
57 FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE	8.176.703,47		913.252,12	6.080,00		2.833,71		9.098.869,30	
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDAÇÃO	8.176.703,47		879.401,99 33.850,13	6.080,00		2.833,71		9.088.939,17 9.930,13	
TOTAL	8.176.703,47		913.252,12	6.080,00		2.833,71		9.098.869,30	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Ivo Abrão Nesralia
 IVO ABRÃO NESRALIA
 PRESIDENTE
 CPF: 001.078.320/20

Ubirajara Tadui Leal
 UBIRAJARA TADUI LEAL
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 157.798.660/53

Fernanda Estorti de Castro
 FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
 CONTADOR
 CRCS N. 57056
 CPF: 632.214.890/72

EXERCÍCIO DE 2009										FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE		REPE040/00001	
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO										R\$			
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA									RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL		
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA							
13 CULTURA	7.734.256,72		913.252,12	6.080,00		2.833,71					8.656.422,55		
TESOURO-LIVRES PRÓPRIOS DA FUNDAÇÃO	7.734.256,72		679.401,99 33.850,13	6.080,00		2.833,71					8.616.492,42 39.930,13		
28 ENCARGOS ESPECIAIS	442.446,75										442.446,75		
TESOURO-LIVRES	442.446,75										442.446,75		
TOTAL	8.176.703,47		913.252,12	6.080,00		2.833,71					9.098.869,30		
RESUMO													
TESOURO-LIVRES PRÓPRIOS DA FUNDAÇÃO	8.176.703,47		879.401,99 33.850,13	6.080,00		2.833,71					9.058.939,17 39.930,13		
TOTAL	8.176.703,47		913.252,12	6.080,00		2.833,71					9.098.869,30		

PORTO ALEGRE, 04 DE DEZEMBRO DE 2009

Ubirajara Leal
 UBIRAJARA LEAL
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 164.798.660/53

Ivo Abranches Nesralin
 IVO ABRANCHES NESRALIN
 PRESIDENTE
 CPF: 001.078.320/20

Fernanda Estorti de Castro
 FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
 CONTÁBIL
 CRCSP N. 57056
 CPF: 632.214.890/72



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE

ANEXO 16

R\$

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE INTERNA									
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009			POSIÇÃO EM 31-12-2009		
	LEI	DATA		Variações Patrimoniais		Mutações Patrimoniais da Despesa			
				Passivas	Ativas			Amortização	
Débitos Parcelados									
Com o Ministério da Fazenda - PASEP	8748/93	1993	396.018,34	7.780,34		2.625,61	401.173,07		
Termo de Parcelamento de / /									
Total			396.018,34	7.780,34		2.625,61	401.173,07		

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.

Ubiray Tadeu Leal

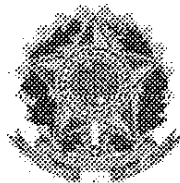
NOME: Ubiray Tadeu Leal
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CIC-MF 164798660-53

Ivo A Nestralla

NOME: Ivo A Nestralla
PRESIDENTE
CIC-MF 001078320-20

Fernanda Estorti de Castro

NOME: Fernanda Estorti de Castro
CONTADOR - CRC/RS 57.056
CIC-MF 632214890/72

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
REGISTRO.....	: RS-057056/O-5
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 632.214.890-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 18.01.2010 as 17:17:20.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 74324.

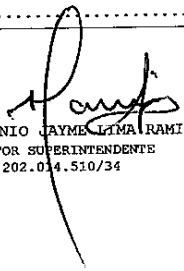
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Superintendência do
Porto de Rio Grande
SUPRG**

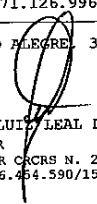


RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	25.072.646,80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.559.416,40
RECEITA DE SERVIÇOS	31.131.900,46	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	48.636.919,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	955.150,73		
SOMA.....	57.159.697,99	SOMA.....	70.196.335,53
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	13.036.637,54	TOTAL.....	70.196.335,53
SOMA.....		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	13.036.637,54
DEFICIT	13.967.298,78	DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	71.126.996,77	INVESTIMENTOS	899.713,46
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	30.947,78
		SOMA.....	930.661,24
		TOTAL.....	13.967.298,78
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	57.159.697,99	DESPESAS CORRENTES.....	70.196.335,53
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	930.661,24
DEFICIT.....	13.967.298,78	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	71.126.996,77	TOTAL.....	71.126.996,77

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34



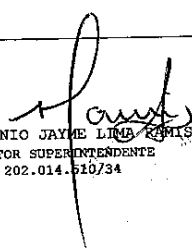
JORGE LUIS LEAL DA ROSA
CONTRADOR
CONTRADOR CACRS N. 27304
CPF: 146.454.590/15

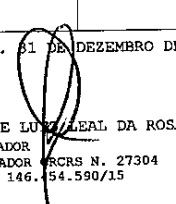
EXERCÍCIO DE 2009	SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE	RFPE006/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N.6
R\$		

ÓRGÃO: 43 - SUPERINTENDENCIA DO PORTO DE RIO GRANDE

U.O.: 43.01 - SUPERINTENDENCIA DO PORTO DE RIO GRANDE				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA		1.925.919,23	1.925.919,23
19.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		1.925.919,23	1.925.919,23
19.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.925.919,23	1.925.919,23
26	TRANSPORTE	31.603.052,27	36.063.242,75	67.666.295,02
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL		763.338,24	763.338,24
26.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		763.338,24	763.338,24
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	31.603.052,27	35.299.904,51	66.902.956,78
26.0784.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		18.098.714,65	18.098.714,65
26.0784.0364	PORTO DO RIO GRANDE - PORTAL LOGISTICO DO MERCOSUL	31.603.052,27	17.201.189,86	48.804.242,13
28	ENCARGOS ESPECIAIS		55.435,06	55.435,06
28.0061	ACAO JUDICIARIA		55.435,06	55.435,06
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		55.435,06	55.435,06
TOTAL DA U.O. =>		31.603.052,27	38.044.597,04	69.647.649,31
U.O.: 43.33 - ENCARGOS GERAIS DA SUPERINTENDENCIA DO PORTO DE RIO GRANDE				
26	TRANSPORTE		1.479.347,46	1.479.347,46
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		1.180.324,15	1.180.324,15
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.180.324,15	1.180.324,15
26.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		299.023,31	299.023,31
26.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		149.060,17	149.060,17
26.0302.0335	OPERACOES ESPECIAIS		149.963,14	149.963,14
TOTAL DA U.O. =>			1.479.347,46	1.479.347,46
TOTAL DO ÓRGÃO =>		31.603.052,27	39.523.944,50	71.126.996,77

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

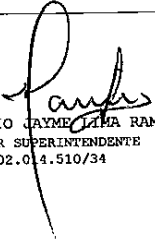

 ANTONIO JAYME LIMA RAMOS
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 202.014.510/34



 JORGE LUIS LEAL DA ROSA
 CONTADOR
 CONTADOR CRCRS N. 27304
 CPF: 146.454.590/15

EXERCÍCIO DE 2009	SUPERINTENDÊNCIA PORTO DE RIO GRANDE	RFPE009/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA		1.925.919,23	1.925.919,23
19.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		1.925.919,23	1.925.919,23
19.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.925.919,23	1.925.919,23
26	TRANSPORTE	31.603.052,27	37.542.590,21	69.145.642,48
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL		763.338,24	763.338,24
26.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		763.338,24	763.338,24
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		1.180.324,15	1.180.324,15
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.180.324,15	1.180.324,15
26.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		299.023,31	299.023,31
26.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		149.060,17	149.060,17
26.0302.0335	OPERACOES ESPECIAIS		149.963,14	149.963,14
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	31.603.052,27	35.299.904,51	66.902.956,78
26.0784.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		18.098.714,65	18.098.714,65
26.0784.0364	PORTO DO RIO GRANDE - PORTAL LOGISTICO DO MERCOSUL	31.603.052,27	17.201.189,86	48.804.242,13
28	ENCARGOS ESPECIAIS		55.435,06	55.435,06
28.0061	ACAO JUDICIARIA		55.435,06	55.435,06
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		55.435,06	55.435,06
TOTAL GERAL =>		31.603.052,27	39.523.944,50	71.126.996,77

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34


JORGE LUIS LEAL DA ROSA
CONTADOR
CONTADOR CRCAS N. 27304
CPF: 146.454.590/15

EXERCÍCIO DE 2009	SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE	RFPE029/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	1.925.919,23		1.925.919,23
19.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	1.925.919,23		1.925.919,23
19.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	1.925.919,23		1.925.919,23
26	TRANSPORTE	69.145.642,48		69.145.642,48
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL	763.338,24		763.338,24
26.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	763.338,24		763.338,24
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	1.180.324,15		1.180.324,15
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	1.180.324,15		1.180.324,15
26.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	299.023,31		299.023,31
26.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	149.060,17		149.060,17
26.0302.0335	OPERACOES ESPECIAIS	149.963,14		149.963,14
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	66.902.956,78		66.902.956,78
26.0784.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	18.098.714,65		18.098.714,65
26.0784.0364	PORTO DO RIO GRANDE - PORTAL LOGISTICO DO MERCOSUL	48.804.242,13		48.804.242,13
28	ENCARGOS ESPECIAIS	55.435,06		55.435,06
28.0061	ACAO JUDICIARIA	55.435,06		55.435,06
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	55.435,06		55.435,06
TOTAL GERAL =>		71.126.996,77	0,00	71.126.996,77

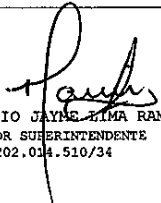
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

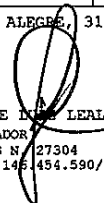
ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 202.014.510/34

JORGE LUIZ REAL DA ROSA
 CONFADOR
 CONTADOR OBCRS N. 27304
 CPF: 146.494.590/15

FUNÇÕES	CIENCIA E TECNOLOGIA	TRANSPORTE	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
SUPERINTENDENCIA DO PORTO DE RIO GRANDE	1.925.919,23	69.145.642,48	55.435,06	71.126.996,77
SOMA.....	1.925.919,23	69.145.642,48	55.435,06	71.126.996,77
TOTAL.....	1.925.919,23	69.145.642,48	55.435,06	71.126.996,77

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 202.014.510/34


 JORGE LUAL DA ROSA
 CONTADOR
 CRCRS N.º 27304
 CPF: 146.454.590/15

EXERCÍCIO DE 2009

SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

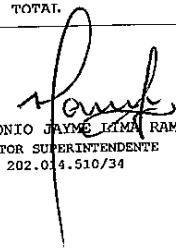
RFPE023/00001

ANEXO N. 10


R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	84.868.542,00	57.159.697,99	27.708.844,01-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	36.242.385,00	25.072.646,80	11.169.738,20-
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	26.502.385,00	24.862.996,21	1.639.388,79-
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	18.000,00	3.019,63	14.980,37-
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	18.000,00	3.019,63	14.980,37-
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	18.000,00	3.019,63	14.980,37-
1312.00.00.0000	ARRENDAMENTOS	26.484.385,00	24.859.976,58	1.624.408,42-
1312.99.00.0000	OUTROS ARRENDAMENTOS	26.484.385,00	24.859.976,58	1.624.408,42-
1312.99.99.0000	DIVERSOS ARRENDAMENTOS	26.484.385,00	24.859.976,58	1.624.408,42-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	9.740.000,00	209.650,59	9.530.349,41-
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	9.740.000,00	209.650,59	9.530.349,41-
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	9.740.000,00	209.650,59	9.530.349,41-
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	9.740.000,00	209.650,59	9.530.349,41-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	37.777.657,00	31.131.900,46	6.645.756,54-
1600.06.00.0000	SERVICOS PORTUARIOS	37.393.657,00	31.131.900,46	6.261.756,54-
1600.06.99.0000	DIVERSOS SERVICOS PORTUARIOS	37.393.657,00	31.131.900,46	6.261.756,54-
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	384.000,00	0,00	384.000,00-
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	384.000,00	0,00	384.000,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.848.500,00	955.150,73	9.893.349,27-
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	2.348.500,00	0,00	2.348.500,00-
1915.00.00.0000	MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	2.348.500,00	0,00	2.348.500,00-
1915.99.00.0000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	2.348.500,00	0,00	2.348.500,00-
1915.99.01.0000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	2.348.500,00	0,00	2.348.500,00-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	244.748,97	244.748,97
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	0,00	12,48	12,48
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	0,00	12,48	12,48
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	0,00	12,48	12,48
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	0,00	244.748,49	244.748,49
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	244.748,49	244.748,49
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	244.748,49	244.748,49
1930.00.00.0000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00-
1932.00.00.0000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00-
1932.99.00.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00-
1932.99.01.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00-
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	500.000,00	710.389,76	210.389,76
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	500.000,00	710.389,76	210.389,76
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	710.389,76	710.389,76
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	500.000,00	0,00	500.000,00-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	13.554.080,00	0,00	13.554.080,00-
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	13.554.080,00	0,00	13.554.080,00-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	13.554.080,00	0,00	13.554.080,00-
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	13.554.080,00	0,00	13.554.080,00-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	13.554.080,00	0,00	13.554.080,00-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	13.554.080,00	0,00	13.554.080,00-
TOTAL		98.422.622,00	57.159.697,99	41.262.924,01-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34



JORGE LUIZ NEAL DA ROSA
CONTADOR
CONTADOR OACRS N. 27304
CPF: 146.54.590/15

EXERCÍCIO DE 2009

SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

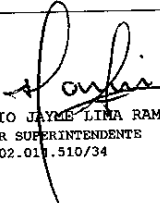
RFPE026/00001

ANEXO N.11

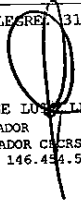
R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
SUPERINTENDENCIA DO PORTO DE RIO GRANDE			
DOTAÇÕES INICIAIS	57.640.974,00	40.781.648,00	98.422.622,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	32.125.695,71	1.650.000,00	33.775.695,71
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	3.002.000,00	9.043.695,71	12.045.695,71
AUTORIZADA	86.764.669,71	33.387.952,29	120.152.622,00
REALIZADA	70.196.335,53	930.661,24	71.126.996,77
DIFERENÇA	16.568.334,18	32.457.291,05	49.025.625,23
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			98.422.622,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			33.775.695,71
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			12.045.695,71
AUTORIZADA			120.152.622,00
REALIZADA			71.126.996,77
DIFERENÇA			49.025.625,23

PORTO ALEGRE 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.011.510/34



JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR
CONTADOR CACRS N. 27304
CPF: 146.424.590/15

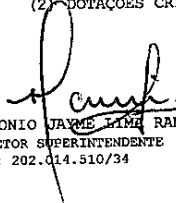
R E C E I T A			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	36.242.385,00	25.072.646,80	11.169.738,20-
RECEITA DE SERVIÇOS	37.777.657,00	31.131.900,46	6.645.756,54-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.848.500,00	955.150,73	9.893.349,27-
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	84.868.542,00	57.159.697,99	27.708.844,01-
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.554.080,00	0,00	13.554.080,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	13.554.080,00	0,00	13.554.080,00-
SOMA	98.422.622,00	57.159.697,99	41.262.924,01-
DEFICIT DE PREVISÃO	21.730.000,00	13.967.298,78	7.762.701,22-
TOTAL	120.152.622,00	71.126.996,77	49.025.625,23-

D E S P E S A			
TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	120.152.622,00	71.126.996,77	49.025.625,23-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	120.152.622,00	71.126.996,77	49.025.625,23-
TOTAL	120.152.622,00	71.126.996,77	49.025.625,23-


(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



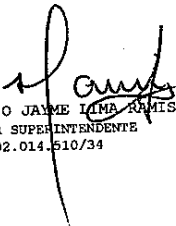
ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34



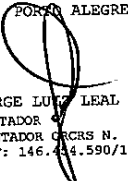
JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 27304
CPF: 146.454.590/15

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		CIENCIA E TECNOLOGIA	1.925.919,23
RECEITA PATRIMONIAL	25.072.646,80	TRANSPORTE	69.145.642,48
RECEITA DE SERVIÇOS	31.131.900,46	ENCARGOS ESPECIAIS	55.435,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	955.150,73	SOMA.....	71.126.996,77
SOMA.....	57.159.697,99	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
RECEITAS DE CAPITAL		REALIZAVEL	32.309,49
TOTAL.....	57.159.697,99	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.730.433,92
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	3.717.227,34
REALIZAVEL	0,00	SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	2.009,55
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	7.318.110,96	DEPOSITOS	21.507.664,12
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	29.086.709,58	DIVERSOS	2.840.533,35
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	4.377,53	SOMA.....	32.830.177,77
DEPOSITOS	21.187.867,25	TOTAL.....	103.957.174,54
DIVERSOS	1.423.104,25	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
SOMA.....	59.020.169,57	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	0,00
TOTAL.....	116.179.867,56	INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		SOMA.....	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	0,00	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	BANCOS C/DISPOSICAO	3.020.823,28
SOMA.....	0,00	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	122.307.769,99
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		BANCOS, C/VINCULADAS	303.514,36
BANCOS C/DISPOSICAO	807.737,98	SOMA.....	125.632.107,63
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	107.389.611,07	TOTAL.....	229.589.282,17
BANCOS, C/VINCULADAS	5.212.065,56		
SOMA.....	113.409.414,61		
TOTAL.....	229.589.282,17		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



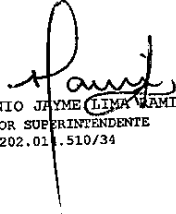
ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34



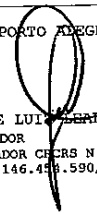
JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR
CONTADOR ORCRS N. 27304
CPF: 146.444.590/15

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	3.020.823,28	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	398.994,24
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	122.307.769,99	LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	22.818,81
SOMA.....	125.328.593,27	INDENTIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	4.054.408,58
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	1.705.053,96
BANCOS, C/VINCULADAS	303.514,36	PIS E PASEP A RECOLHER	47.359,52
SOMA.....	303.514,36	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	1.342.591,59
REALIZÁVEL		FGTS A RECOLHER	156.834,46
DEVEDORES	51.603,58	SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	6.298,50
DEPOSITOS JUDICIAIS	131.742,92	SOMA.....	7.734.359,66
SOMA.....	183.346,50	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
TOTAL.....	125.815.454,13	SERVICO DE PARCELAMENTO DE DEBITOS	1.841,57
ATIVO PERMANENTE		FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	29.808.904,91
BENS DA ENTIDADE		INDENTIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	10.000,00
BENS MOVEIS	5.117.936,72	PIS E PASEP A LIQUIDAR	36.831,38
BENS IMOVEIS	36.132.921,32	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	113.092,85
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	388.444,59	DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	336,12
SOMA.....	41.639.302,63	SOMA.....	29.971.006,83
PARTICIPAÇÕES		SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS		SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	2.367,98
DIVERSAS	1.361,75	SOMA.....	2.367,98
SOMA.....	1.361,75	DEPÓSITOS	
DÍVIDA ATIVA		DEPOSITOS	3.806.528,84
DIVIDA ATIVA DE SERVICOS PORTUARIOS	5.488.442,49	SOMA.....	3.806.528,84
SOMA.....	5.488.442,49	DIVERSOS	
DIVERSOS		OUTROS CREDORES	393.350,71
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	561.665,60	SOMA.....	393.350,71
ALMOXARIFADOS	1.069.175,86	TOTAL.....	41.907.614,02
SOMA.....	1.630.841,46	PASSIVO PERMANENTE	
TOTAL.....	48.759.948,33	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
SOMA DO ATIVO REAL	174.575.402,46	DEBITOS PARCELADOS	1.252.708,05
ATIVO COMPENSADO		SOMA.....	1.252.708,05
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		TOTAL.....	1.252.708,05
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	3.536,00	SOMA DO PASSIVO REAL	43.160.322,07
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	1.069.175,86	SALDO PATRIMONIAL	
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	4.268,25	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
RESPONSAVEIS POR AJUDA DE CUSTO	3.038,00	ATIVO REAL LIQUIDO	131.415.080,39
SOMA.....	1.080.018,11	SOMA.....	174.575.402,46
VALORES DE TERCEIROS		PASSIVO COMPENSADO	
CAIXA DE CAUCOES EM TITULOS E VALORES	8.527.612,58	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	1.669.825,10	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	3.536,00
SOMA.....	10.197.437,68	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	1.069.175,86
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		DIARIAS A COMPROVAR	4.268,25
RESPONSAVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	848.869,00	AJUDA DE CUSTO A COMPROVAR	3.038,00
SEGUROS PARA COBERTURA DE RISCOS	37.586,88	SOMA.....	1.080.018,11
SOMA.....	886.455,88	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
TOTAL.....	12.163.911,67	CAUCOES EM TITULOS E VALORES	8.527.612,58
		BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	1.669.825,10
		SOMA.....	10.197.437,68
		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
		CONVENIOS EM EXECUCAO	848.869,00
		CONTRATOS DE SEGURO PARA COBERTURA DE RISCOS	37.586,88
		SOMA.....	886.455,88
		TOTAL.....	12.163.911,67
TOTAL GERAL.....	186.739.314,13	TOTAL GERAL.....	186.739.314,13

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



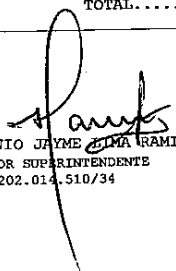
ANTONIO JAYME LIMA VAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.011.510/34




JORGE LUIS LERAL DA ROSA
CONTADOR
CONTADOR CERS N. 27304
CPF: 146.458.590/15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	25.072.646,80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.559.416,40
RECEITA DE SERVIÇOS	31.131.900,46	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	48.636.919,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	955.150,73	SOMA.....	70.196.335,53
SOMA.....	57.159.697,99	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	899.713,46
SOMA.....	0,00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	30.947,78
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	SOMA.....	930.661,24
SOMA.....	0,00	TOTAL.....	71.126.996,77
TOTAL.....	57.159.697,99	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		RECEBIMENTO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	57.159.634,15
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	561.665,60	SOMA.....	57.159.634,15
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	220.414,93	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	117.632,93	VARIAÇÕES PASSIVAS	
AQUISICAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	1.500.224,12	INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS - PRINCIPAL E ATUALIZACAO	113.153,24
SOMA.....	2.399.937,58	BAIXA DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR DIVERSAS	1.385,50
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	11.946,01
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE CREDITOS POR EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	201.985,11
BAIXA DE DEBITOS PARCELADOS	28.747,78	BAIXA DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	5.461.733,03
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	11.946,01	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	1.477.334,59
INSCRICAO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	57.159.634,15	SOMA.....	7.267.537,48
INSCRICAO DE DIVIDA ATIVA DE SERVICOS PORTUARIOS	5.488.442,49	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SOMA.....	62.688.770,43	SOMA.....	0,00
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		TOTAL.....	135.554.168,40
SOMA.....	0,00		
TOTAL.....	122.248.406,00	TOTAL.....	135.554.168,40
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	13.305.762,40		
TOTAL.....	135.554.168,40		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ANTONIO JAYME ELMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34



JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 27304
CPF: 146.454.590/15

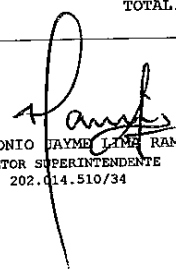
EXERCÍCIO DE 2009

SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTERFPE034/00001
ANEXO N.17

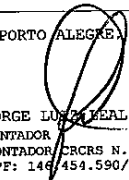
RS

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	547.320,19-	2.614.098,62	2.762.424,57	398.994,24-
CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	0,00	826.000,00	826.000,00	0,00
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	0,00	22.818,81	0,00	22.818,81-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	4.566.936,46-	557.936,88	1.070.464,76	4.054.408,58-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	28.971,31-	1.703.981,53	27.898,88	1.705.053,96-
PIS E PASEP A RECOLHER	0,00	87.550,57	40.191,05	47.359,52-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	3.338,47-	1.342.591,59	3.338,47	1.342.591,59-
FGTS A RECOLHER	0,00	156.834,46	0,00	156.834,46-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	116,19-	0,00	116,19	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	0,00	6.298,50	0,00	6.298,50-
SUBTOTAL.....	5.146.682,62-	7.318.110,96	4.730.433,92	7.734.359,66-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
SERVICO DE PARCELAMENTO DE DEBITOS	2.100,00-	1.841,57	2.100,00	1.841,57-
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	3.158.349,44-	28.924.607,66	2.274.052,19	29.808.904,91-
CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	826.000,00-	0,00	826.000,00	0,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	573.075,15-	10.000,00	573.075,15	10.000,00-
PIS E PASEP A LIQUIDAR	42.000,00-	36.831,38	42.000,00	36.831,38-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	0,00	113.092,85	0,00	113.092,85-
DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	0,00	336,12	0,00	336,12-
SUBTOTAL.....	4.601.524,59-	29.086.709,58	3.717.227,34	29.971.006,83-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	0,00	4.377,53	2.009,55	2.367,98-
SUBTOTAL.....	0,00	4.377,53	2.009,55	2.367,98-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	4.126.325,71-	21.187.867,25	21.507.664,12	3.806.528,84-
SUBTOTAL.....	4.126.325,71-	21.187.867,25	21.507.664,12	3.806.528,84-
DIVERSOS				
OUTROS CREDITORES	1.810.779,81-	1.423.104,25	2.840.533,35	393.350,71-
SUBTOTAL.....	1.810.779,81-	1.423.104,25	2.840.533,35	393.350,71-
TOTAL.....	15.685.312,73-	59.020.169,57	32.797.868,28	41.907.614,02-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34



JORGE LUIZ MEIAL DA ROSA
CONTADOR
CONTADOR/CRCRS N. 27304
CPF: 146.454.590/15

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	70.196.335,53
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.559.416,40
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	20.080.068,94
3.1.90.01	APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.794.322,33
3.1.90.01.0107	INATIVOS - CIVIL	1.794.322,33
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	9.705.955,98
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	2.875.762,57
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	209.628,34
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	475.849,06
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	1.515.272,32
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	4.629.443,69
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	4.282.778,11
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	3.244.189,29
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	1.038.588,82
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	3.823.409,09
3.1.90.16.1602	HORA EXTRA	3.290.885,20
3.1.90.16.1603	ABONO PECUNIARIO	532.523,89
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	55.435,06
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	55.435,06
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	131.596,90
3.1.90.92.0107	INATIVOS - CIVIL	131.596,90
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	286.571,47
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	286.571,47
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	1.479.347,46
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	1.467.842,62
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	386.793,07
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	1.081.049,55
3.1.91.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	11.504,84
3.1.91.92.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	11.504,84
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	48.636.919,13
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	48.636.919,13
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	125.171,64
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	124.814,97
3.3.90.14.1408	DIARIAS POR RESSARCIMENTO	356,67
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	1.480.267,16
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	23.582,08
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	433.152,21
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	3.291,30
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	48.387,15
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	17.321,35
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	468.056,08
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	2.432,72
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	54.928,80
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLÓGICOS	1.960,00
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	6.972,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	39.668,27
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	95.545,60
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	278.811,45
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	6.158,15
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	87.287,66
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	3.804,00
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	10.644,50
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	72.839,16
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	12.944,00
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	12.944,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	938.180,32
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	938.180,32
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	44.374.045,11
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	467.309,44
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	763.338,24
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	17.391,80
3.3.90.39.3906	DRAGAGEM	29.770.000,00
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	175.245,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	242.700,00
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	813.851,83
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	296.644,53
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	107.607,12
3.3.90.39.3923	PEDAGOGOS	1.600,89
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	2.019.600,82
3.3.90.39.3925	RECEPCOES E HOMENAGENS	4.900,00
3.3.90.39.3926	SEGUROS	78.048,94
3.3.90.39.3928	CARTORIO	4.000,00
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	94.587,74
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	2.060.485,50
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	1.238.456,75
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	53.151,71
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	34.664,67
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	105.592,60
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	15.290,00
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	4.861,06
3.3.90.39.3937	LEVANTAMENTO, PROSPECCAO E ANALISE DE DADOS	1.460.856,41
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	4.090,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	220.697,95
3.3.90.39.3946	PROFILAXIA VEGETAL E/OU ANIMAL	7.728,00
3.3.90.39.3948	MULTAS	2.363,18
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	11.000,00
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECCAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	4.664,40
3.3.90.39.3955	MAO-DE-OBRA SUPLETIVA	3.590.797,72
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NAO SERVIDORES	22.010,39
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	147.323,33
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	19.775,98
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	162.069,20
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	79.178,63
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	272.161,28
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	67.561,00
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	67.561,00
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	657.938,15
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	584.954,11
3.3.90.46.4603	ETAPAS DE ALIMENTACAO	72.984,04

EXERCÍCIO DE 2009

SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE

RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

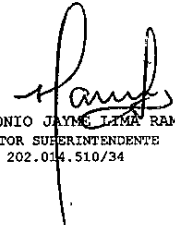
R\$

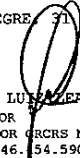
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	632.384,19
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	11.487,40
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	618.955,86
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.940,93
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	180.165,78
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	180.165,78
3.3.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS	40.503,08
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS	40.503,08
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	40.471,04
3.3.90.93.9301	AJUDA DE CUSTO	3.096,22
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	37.274,94
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	99,88
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	930.661,24
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	899.713,46
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	899.713,46
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	660.739,53
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	660.739,53
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	238.973,93
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	1.700,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	55.874,55
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	1.724,50
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	106.135,94
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	7.392,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	16.567,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	36.091,94
4.4.90.52.5230	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	5.474,00
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	8.014,00
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	30.947,78
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	30.947,78
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	30.947,78
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	30.947,78
TOTAL GERAL ==>		71.126.996,77

RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	21.559.416,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	48.636.919,13
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	70.196.335,53
INVESTIMENTOS	=>	899.713,46
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	30.947,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	930.661,24
TOTAL GERAL	=>	71.126.996,77

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.044.510/34


JORGE LUIZ ZEVAL DA ROSA
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 27304
CPF: 146.454.590/15

EXERCÍCIO DE 2009

REFE039/00001

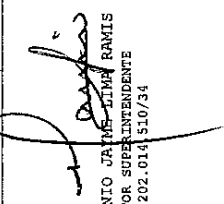
SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE

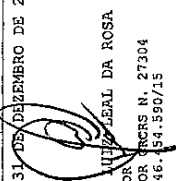
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R\$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
43 SUPERINTENDENCIA DO PORTO DE RIO GRANDE	21.559.416,40		48.636.919,13	899.713,46		30.947,78		71.126.996,77
PROPRIOS DA AUTARQUIA	21.559.416,40		48.636.919,13	899.713,46		30.947,78		71.126.996,77
TOTAL	21.559.416,40		48.636.919,13	899.713,46		30.947,78		71.126.996,77

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 ANTONIO JAIME LIMA RAMIS
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 202.014.510/34


 JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
 CONTADOR
 CONTADOR CRCS N. 27304
 CPF: 146.54.590/15

EXERCÍCIO DE 2009		SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE										RPFC040/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDORRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA										R\$
ESPECIFICAÇÃO		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL			
19 CIENCIA E TECNOLOGIA		1.925.919,23							1.925.919,23			
PROPRIOS DA AUTARQUIA		1.925.919,23							1.925.919,23			
26 TRANSPORTE		19.578.062,11		48.636.919,13	899.713,46		30.947,78		69.145.642,48			
PROPRIOS DA AUTARQUIA		19.578.062,11		48.636.919,13	899.713,46		30.947,78		69.145.642,48			
28 ENCARGOS ESPECIAIS		55.435,06							55.435,06			
PROPRIOS DA AUTARQUIA		55.435,06							55.435,06			
TOTAL		21.559.416,40		48.636.919,13	899.713,46		30.947,78		71.126.996,77			
RESUMO												
PROPRIOS DA AUTARQUIA		21.559.416,40		48.636.919,13	899.713,46		30.947,78		71.126.996,77			
TOTAL		21.559.416,40		48.636.919,13	899.713,46		30.947,78		71.126.996,77			

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

ANTONIO JAYNE LIMA RAMIS
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 202.014.510/34

JORGE LUIZ PERAL DA ROSA
 CONTADOR
 CONTADOR CFCERS N. 27304
 CPF: 146.154.590/15


SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE


ANEXO 16

R\$

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009			POSIÇÃO EM 31-12-2009
	LEI	DATA		Resgate	Variações		
					Passivas	Ativas	
Débitos Parcelados							
Com o Ministério da Fazenda - PASEP			1.168.302,59	113.153,24	26.738,23	2.009,55	1.252.708,05
Termo de Parcelamento 11050/001148/02							
Com o Instituto Nacional do Seguro Social							
Total	0,00	0,00	1.168.302,59	113.153,24	26.738,23	2.009,55	1.252.708,05

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.


ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF-MF 202014510-34

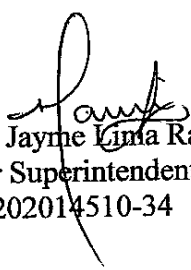

JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
 CONTADOR - CRC/RS 27304/0
 CPF-MF 146.454.590/15


SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE

EXERCÍCIO DE 2009

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que não existe Comissão de Controle e nem Conselho Curador nomeados para exame das contas da SUPRG.


Antonio Jayme Lima Ramis
Diretor Superintendente
CPF 202014510-34


Jorge Luiz Zeal da Rosa
Contador CRC/RS 27304/0
CPF 146.454.590/15

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
REGISTRO.....	: RS-027304/O-4
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 146.454.590-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 10.12.2009 as 16:24:06.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 73122.

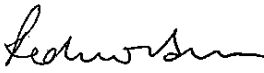
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

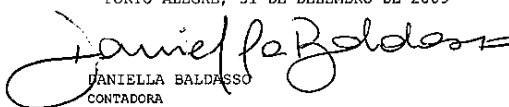
**Agência Estadual de
Regulação dos Serviços
Públicos Delegados
AGERGS**



RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA TRIBUTARIA	12.513.859,30	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.050.770,94
RECEITA PATRIMONIAL	18.582,20	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	3.862,76
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.356.578,48	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.587.446,70
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.007,91		
SOMA.....	13.936.027,89	SOMA.....	8.642.080,40
TOTAL.....	13.936.027,89	SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	5.293.947,49
RECEITAS DE CAPITAL		TOTAL.....	13.936.027,89
ALIENACAO DE BENS	161,00	DESPESA CAPITAL	
SOMA.....	161,00	INVESTIMENTOS	33.551,60
TOTAL.....	13.936.188,89	AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.716,62
		SOMA.....	36.268,22
		SUPERAVIT	5.257.840,27
		TOTAL.....	13.936.188,89
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	13.936.027,89	DESPESAS CORRENTES.....	8.642.080,40
RECEITAS DE CAPITAL.....	161,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	36.268,22
DEFICIT.....	0,00	SUPERAVIT.....	5.257.840,27
TOTAL.....	13.936.188,89	TOTAL.....	13.936.188,89

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
CONSELHEIRO-PRESIDENTE
CPF: 176.117.840/72


DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

EXERCÍCIO DE 2009	AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERV PUBL DELEG RS	RFPE006/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N.6
		RS

ÓRGÃO: 39 - AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO RS

U.O.: 39.01 - AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		7.885.005,60	7.885.005,60
04.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES		7.885.005,60	7.885.005,60
04.0130.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		6.836.975,30	6.836.975,30
04.0130.0318	REGULACAO DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS		1.048.030,30	1.048.030,30

TOTAL DA U.O. =>			7.885.005,60	7.885.005,60
------------------	--	--	--------------	--------------


U.O.: 39.33 - ENCARGOS GERAIS DA AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS
--

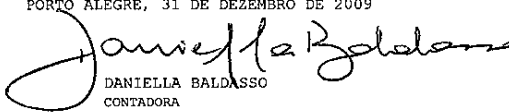
04	ADMINISTRACAO		793.343,02	793.343,02
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		688.363,00	688.363,00
04.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		688.363,00	688.363,00
04.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		104.980,02	104.980,02
04.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		104.980,02	104.980,02

TOTAL DA U.O. =>			793.343,02	793.343,02
------------------	--	--	------------	------------

TOTAL DO ÓRGÃO =>			8.678.348,62	8.678.348,62
-------------------	--	--	--------------	--------------

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

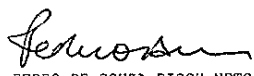

 PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
 CONSELHEIRO-PRESIDENTE
 CPF: 176.117.840/72


 DANIELLA BALDASSO
 CONTADORA
 CRCRS N. 68911
 CPF: 406.532.260/04

EXERCÍCIO DE 2009	AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS	RFPE009/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		8.678.348,62	8.678.348,62
04.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES		7.885.005,60	7.885.005,60
04.0130.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		6.836.975,30	6.836.975,30
04.0130.0318	REGULACAO DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS		1.048.030,30	1.048.030,30
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		688.363,00	688.363,00
04.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		688.363,00	688.363,00
04.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		104.980,02	104.980,02
04.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		104.980,02	104.980,02
TOTAL GERAL =>		0,00	8.678.348,62	8.678.348,62

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

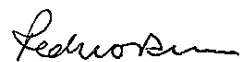

 PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
 CONSELHEIRO-PRESIDENTE
 CPF: 176.117.840/72


 DANIELLA BALDASSO
 CONTADORA
 CRCRS N. 68911
 CPF: 406.532.260/04

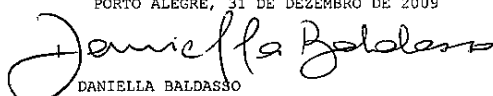
EXERCÍCIO DE 2009	AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS	RFPE029/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	7.717.075,50	961.273,12	8.678.348,62
04.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES	6.923.732,48	961.273,12	7.885.005,60
04.0130.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	6.828.975,30	8.000,00	6.836.975,30
04.0130.0318	REGULACAO DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS	94.757,18	953.273,12	1.048.030,30
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	688.363,00		688.363,00
04.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	688.363,00		688.363,00
04.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	104.980,02		104.980,02
04.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	104.980,02		104.980,02
TOTAL GERAL =>		7.717.075,50	961.273,12	8.678.348,62

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
CONSELHEIRO-PRESIDENTE
CPF: 176.117.840/72

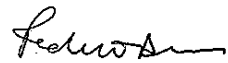



DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

EXERCÍCIO DE 2009	AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	RFPE025/00001 ANEXO N.9 R\$
-------------------	--	-----------------------------------

FUNÇÕES	ADMINISTRACAO	TOTAL		
ÓRGÃOS PODER LEGISLATIVO PODER JUDICIARIO MINISTERIO PUBLICO DEFENSORIA PUBLICA PODER EXECUTIVO AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO RS SOMA.....	 8.678.348,62 8.678.348,62	 8.678.348,62 8.678.348,62		
TOTAL.....	8.678.348,62	8.678.348,62		


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

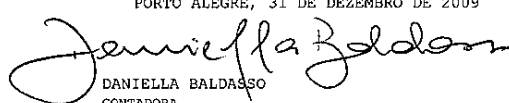

 PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
 CONSELHEIRO-PRESIDENTE
 CPF: 176.117.840/72


 DANIELLA BALDASSO
 CONTADORA
 CRCRS N. 68911
 CPF: 406.532.260/04

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	14.916.537,00	13.936.027,89	980.509,11-
1100.00.00.0000	RECEITA TRIBUTARIA	13.185.140,00	12.513.859,30	671.280,70-
1120.00.00.0000	TAXAS	13.185.140,00	12.513.859,30	671.280,70-
1122.00.00.0000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	13.185.140,00	12.513.859,30	671.280,70-
1122.99.00.0000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	13.185.140,00	12.513.859,30	671.280,70-
1122.99.99.0000	DIVERSAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	13.185.140,00	12.513.859,30	671.280,70-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	28.953,00	18.582,20	10.370,80-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	28.953,00	18.582,20	10.370,80-
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	28.953,00	18.582,20	10.370,80-
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	28.953,00	18.582,20	10.370,80-
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	28.953,00	18.582,20	10.370,80-
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.690.444,00	1.356.578,48	333.865,52-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	1.690.444,00	1.356.578,48	333.865,52-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	1.690.444,00	1.356.578,48	333.865,52-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	1.690.444,00	1.356.578,48	333.865,52-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	1.690.444,00	1.356.578,48	333.865,52-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.000,00	47.007,91	35.007,91
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	6.000,00	15.797,73	9.797,73
1911.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	6.000,00	9.737,28	3.737,28
1911.99.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	6.000,00	9.737,28	3.737,28
1911.99.01.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	6.000,00	9.737,28	3.737,28
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	6.060,45	6.060,45
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	6.060,45	6.060,45
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	0,00	6.060,45	6.060,45
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.000,00	1.829,26	170,74-
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	0,00	662,49	662,49
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	0,00	662,49	662,49
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	0,00	662,49	662,49
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	2.000,00	1.166,77	833,23-
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	2.000,00	1.166,77	833,23-
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	2.000,00	1.166,77	833,23-
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	4.000,00	29.380,92	25.380,92
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	4.000,00	29.380,92	25.380,92
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	27.260,21	27.260,21
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	4.000,00	2.120,71	1.879,29-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	161,00	161,00
2200.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS	0,00	161,00	161,00
2210.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	0,00	161,00	161,00
2219.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	0,00	161,00	161,00
2219.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	0,00	161,00	161,00
2219.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	0,00	161,00	161,00
TOTAL.		14.916.537,00	13.936.188,89	980.348,11-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
CONSELHEIRO-PRESIDENTE
CPF: 176.117.840/72


DANIELLA BALDUINO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

EXERCÍCIO DE 2009

AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA


RFPE026/00001

ANEXO N.11

R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DC			
DOTAÇÕES INICIAIS	14.716.537,00	200.000,00	14.916.537,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	261.383,35	0,00	261.383,35
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	22.000,00	0,00	22.000,00
AUTORIZADA	14.955.920,35	200.000,00	15.155.920,35
REALIZADA	8.642.080,40	36.268,22	8.678.348,62
DIFERENÇA	6.313.839,95	163.731,78	6.477.571,73
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			14.916.537,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			261.383,35
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			22.000,00
AUTORIZADA			15.155.920,35
REALIZADA			8.678.348,62
DIFERENÇA			6.477.571,73

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
CONSELHEIRO-PRESIDENTE
CPF: 176.117.840/72



DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA TRIBUTARIA	13.185.140,00	12.513.859,30	671.280,70-
RECEITA PATRIMONIAL	28.953,00	18.582,20	10.370,80-
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.690.444,00	1.356.578,48	333.865,52-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.000,00	47.007,91	35.007,91
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	14.916.537,00	13.936.027,89	980.509,11-
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENACAO DE BENS	0,00	161,00	161,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	161,00	161,00
SOMA	14.916.537,00	13.936.188,89	980.348,11-
DEFICIT DE PREVISÃO	239.383,35	0,00	239.383,35-
TOTAL	15.155.920,35	13.936.188,89	1.219.731,46-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	15.155.920,35	8.678.348,62	6.477.571,73-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	15.155.920,35	8.678.348,62	6.477.571,73-
SUPERAVIT DE EXECUÇÃO	0,00	5.257.840,27	5.257.840,27
TOTAL	15.155.920,35	13.936.188,89	1.219.731,46-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009




PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
CONSELHEIRO-PRESIDENTE
CPF: 176.117.840/72




DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ADMINISTRACAO	8.678.348,62
RECEITA TRIBUTARIA	12.513.859,30	SOMA.....	8.678.348,62
RECEITA PATRIMONIAL	18.582,20	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.356.578,48	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	418.311,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.007,91	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	341.164,36
SOMA.....	13.936.027,89	DEPOSITOS	1.121.433,17
RECEITAS DE CAPITAL		DIVERSOS	244,57
ALIENACAO DE BENS	161,00	SOMA.....	1.881.153,86
SOMA.....	161,00	TOTAL.....	10.559.502,48
TOTAL.....	13.936.188,89	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	434.183,77	INTRAGOVERNAMENTAIS	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	360.027,63	SOMA.....	0,00
DEPOSITOS	1.107.873,21	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
DIVERSOS	244,57	BANCOS C/DISPOSICAO	17.639,30
SOMA.....	1.902.329,18	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	34.161.862,50
TOTAL.....	15.838.518,07	BANCOS, C/VINCULADAS	0,00
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	232.299,40
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		SOMA.....	34.411.801,20
INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00		
SOMA.....	0,00		
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
BANCOS C/DISPOSICAO	17.581,93		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	28.535.017,29		
BANCOS, C/VINCULADAS	2.061,59		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	578.124,80		
SOMA.....	29.132.785,61		
TOTAL.....	44.971.303,68	TOTAL.....	44.971.303,68

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
 CONSELHEIRO-PRESIDENTE
 CPF: 176.117.840/72

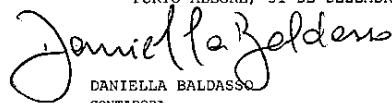

 DANIELLA BALDASSO
 CONTADORA
 CRCRS N. 68911
 CPF: 406.532.260/04

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	17.639,30	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	30.366,40
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	34.161.862,50	LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	27.401,70
SOMA.....	34.179.501,80	ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS, A PAGAR	8.690,22
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	53.821,30
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	232.299,40	SOMA.....	120.279,62
SOMA.....	232.299,40	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
TOTAL.....	34.411.801,20	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	178.296,67
ATIVO PERMANENTE		INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	164.731,70
BENS DA ENTIDADE		PIS E PASEP A LIQUIDAR	11.513,14
BENS MOVEIS	1.125.800,69	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	5.486,12
SOMA.....	1.125.800,69	SOMA.....	360.027,63
DIVERSOS		DEPÓSITOS	
ALMOXARIFADOS	42.091,88	DEPOSITOS	45.655,20
BENS SINGULARES	880,00	SOMA.....	45.655,20
SOMA.....	42.971,88	DIVERSOS	
TOTAL.....	1.168.772,57	SOMA.....	0,00
SOMA DO ATIVO REAL	35.580.573,77	TOTAL.....	525.962,45
ATIVO COMPENSADO		PASSIVO PERMANENTE	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	934,45	DEBITOS PARCELADOS	236.303,88
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	42.091,88	SOMA.....	236.303,88
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	2.139,89	TOTAL.....	236.303,88
SOMA.....	45.166,22	SOMA DO PASSIVO REAL	762.266,33
VALORES DE TERCEIROS		SALDO PATRIMONIAL	
CAIXA DE CAUCOES EM TITULOS E VALORES	27.356,00	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	4.155,49	ATIVO REAL LÍQUIDO	34.818.307,44
SOMA.....	31.511,49	SOMA.....	35.580.573,77
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		PASSIVO COMPENSADO	
PROCESSOS JUDICIAIS	16.395,59	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
SOMA.....	16.395,59	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	934,45
TOTAL.....	93.073,30	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	42.091,88
		DIARIAS A COMPROVAR	2.139,89
		SOMA.....	45.166,22
		CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
		CAUCOES EM TITULOS E VALORES	27.356,00
		BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	4.155,49
		SOMA.....	31.511,49
		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
		ACOES JUDICIAIS	16.395,59
		SOMA.....	16.395,59
		TOTAL.....	93.073,30
TOTAL GERAL.....	35.673.647,07	TOTAL GERAL.....	35.673.647,07

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009




PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
CONSELHEIRO-PRESIDENTE
CPF: 176.117.840/72

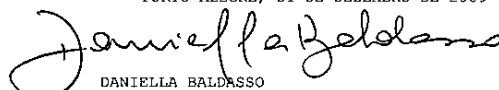


DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.513.859,30	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.050.770,94
RECEITA PATRIMONIAL	18.582,20	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	3.862,76
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.356.578,48	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.587.446,70
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.007,91	SOMA.....	8.642.080,40
SOMA.....	13.936.027,89	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	33.551,60
ALIENACAO DE BENS	161,00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	2.716,62
SOMA.....	161,00	SOMA.....	36.268,22
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	8.678.348,62
SOMA.....	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
TOTAL.....	13.936.188,89	SOMA.....	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	2.716,62	VARIAÇÕES PASSIVAS	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	96.509,94	INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS -	
SOMA.....	99.226,56	PRINCIPAL E ATUALIZACAO	6.605,86
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	11.026,15
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS MOVEIS	60.987,21
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	11.026,15	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	32.691,94
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	42.965,57	SOMA.....	111.311,16
INCORPORACAO DE BENS SINGULARES	570,00	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
SOMA.....	54.561,72	PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO		SOMA.....	0,00
PATRIMÔNIO FINANCEIRO		TOTAL.....	8.789.659,78
SOMA.....	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	
TOTAL.....	14.089.977,17	SUPERAVIT VERIFICADO	5.300.317,39
		TOTAL.....	14.089.977,17

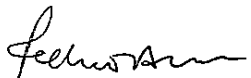
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

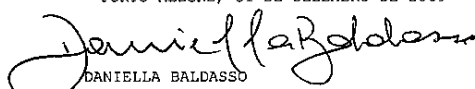

PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
CONSELHEIRO-PRESIDENTE
CPF: 176.117.840/72


DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	62.375,19-	205.888,84	237.897,63	30.366,40-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	25.837,45-	27.401,70	25.837,45	27.401,70-
ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS, A PAGAR	8.887,33-	8.690,22	8.887,33	8.690,22-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	0,00	116.475,99	116.475,99	0,00
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS E PASEP A RECOLHER	0,00	11.398,63	11.398,63	0,00
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	0,00	64.191,77	10.370,47	53.821,30-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	7.307,64-	136,62	7.444,26	0,00
SUBTOTAL.....	104.407,61-	434.183,77	418.311,76	120.279,62-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	202.212,72-	178.296,67	202.212,72	178.296,67-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	116.475,99-	164.731,70	116.475,99	164.731,70-
PIS E PASEP A LIQUIDAR	11.968,56-	11.513,14	11.968,56	11.513,14-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	10.370,47-	0,00	10.370,47	0,00
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	136,62-	5.486,12	136,62	5.486,12-
SUBTOTAL.....	341.164,36-	360.027,63	341.164,36	360.027,63-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	59.215,16-	1.107.873,21	1.121.433,17	45.655,20-
SUBTOTAL.....	59.215,16-	1.107.873,21	1.121.433,17	45.655,20-
DIVERSOS				
ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	0,00	229,85	229,85	0,00
OUTROS CREDORES	0,00	14,72	14,72	0,00
SUBTOTAL.....	0,00	244,57	244,57	0,00
TOTAL.....	504.787,13-	1.902.329,18	1.881.153,86	525.962,45-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
CONSELHEIRO-PRESIDENTE
CPF: 176.117.840/72


DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	8.642.080,40
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.050.770,94
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	4.257.427,92
3.1.90.09	SALARIO-FAMILIA	12.533,33
3.1.90.09.0904	SALARIO FAMILIA - ATIVOS CIVIL	12.533,33
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	3.770.220,77
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	2.655.221,72
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	280.382,39
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	561.797,83
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	272.818,83
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	128.084,75
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	128.084,75
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	150.560,55
3.1.90.92.9601	RESSARCIMENTO	150.560,55
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	196.028,52
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	196.028,52
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	793.343,02
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	793.343,02
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	104.980,02
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	688.363,00
3.2.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	3.862,76
3.2.90.00	APLICACOES DIRETAS	3.862,76
3.2.90.22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	3.862,76
3.2.90.22.2211	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	3.862,76
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.587.446,70
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	3.587.446,70
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	31.167,24
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	12.426,55
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	18.740,69
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	27.120,68
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	770,00
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	4.277,26
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	2.248,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.804,74
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	257,06
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	173,80
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	2.900,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	8.464,54
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	2.327,13
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	1.336,15
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	246,00
3.3.90.30.3034	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	316,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	93.860,45
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	44.188,98
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	11.904,97
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	37.766,50
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	386.800,27
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	386.800,27
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	187.355,85
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	44.814,03
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	99.020,53
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	43.521,29
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.176.435,40
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	847.988,67
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	24.072,70
3.3.90.39.3905	CORRECAO MONETARIA SOBRE CONSIGNACOES, RETENCOES E OUTROS DEPOSITOS	1.401,13
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	11.559,47
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	61.575,66
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	325.396,67
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	15.376,36
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	162.600,47
3.3.90.39.3926	SEGUROS	1.881,61
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	64.427,05
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	5.909,73
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	24.423,82
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	331,00
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	14.372,79
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	360,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	33.255,00
3.3.90.39.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	138.650,32
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	146.770,31
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	15.204,76
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	204,00
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NÃO SERVIDORES	2.439,10
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	230.019,16
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	14.944,69
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	24,60
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	9.550,00
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	2.000,00
3.3.90.39.3994	DESPESAS DE HOSPEDAGEM - DECRETO 24.846/76	21.696,33
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	12.000,00
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	12.000,00
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	12.440,08
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	12.440,08
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	131.702,47
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	131.702,47
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	8.975,27
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	8.975,27
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.215,99
3.3.90.92.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	450,69
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELETRICA	418,42
3.3.90.92.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	135,00
3.3.90.92.3980	TELEFONIA MOVEL	2.211,88
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	516.373,00
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	103,34
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	515.569,66
3.3.90.93.9313	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ENSINO E TREINAMENTO	700,00
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	36.268,22
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	33.551,60

EXERCÍCIO DE 2009

AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS

RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

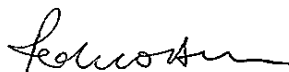
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	33.551,60
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	33.551,60
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	379,98
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	1.257,62
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	1.186,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	5.906,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	5.140,00
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	382,00
4.4.90.52.5232	AQUISICAO OU DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	19.300,00
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.716,62
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	2.716,62
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.716,62
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	2.716,62
TOTAL GERAL ==>>		8.678.348,62

* RESUMO *

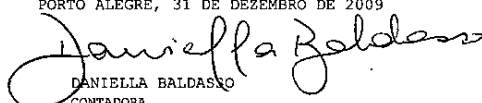
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS => 5.050.770,94
 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA => 3.862,76
 OUTRAS DESPESAS CORRENTES => 3.587.446,70
 TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES => 8.642.080,40

INVESTIMENTOS => 33.551,60
 INVERSÕES FINANCEIRAS => 0,00
 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA => 2.716,62
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA => 0,00
 TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL => 36.268,22
 TOTAL GERAL => 8.678.348,62



PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
CONSELHEIRO-PRESIDENTE
CPF: 176.117.840/72

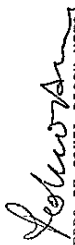
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009




DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

EXERCÍCIO DE 2009		AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERV PUBL DELEG RS							RFPE039/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							RS
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	RESERVA DE CONTINGENCIA	TOTAL	
39 AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO RS	5.050.770,94	3.862,76	3.587.446,70	33.551,60		2.716,62		8.678.348,62	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	5.050.770,94	3.862,76	2.626.173,58	33.551,60		2.716,62		7.717.075,50	
CONVENIOS			961.273,12					961.273,12	
TOTAL	5.050.770,94	3.862,76	3.587.446,70	33.551,60		2.716,62		8.678.348,62	


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



 PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
 CONSELHEIRO-PRESIDENTE
 CPF: 176.117.840/72


 JANIELLA BALDASSO
 CONTADORA
 CRCRS N. 68911
 CPF: 406.532.260/04

EXERCÍCIO DE 2009		AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS							REFE040/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							RS
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
04 ADMINISTRACAO	5.050.770,94	3.862,76	3.587.446,70	33.551,60		2.716,62		8.678.348,62	
PROPRIOS DA AUTARQUIA CONVENIOS	5.050.770,94	3.862,76	2.626.173,58 961.273,12	33.551,60		2.716,62		7.717.075,50 961.273,12	
TOTAL	5.050.770,94	3.862,76	3.587.446,70	33.551,60		2.716,62		8.678.348,62	
RESUMO									
PROPRIOS DA AUTARQUIA CONVENIOS	5.050.770,94	3.862,76	2.626.173,58 961.273,12	33.551,60		2.716,62		7.717.075,50 961.273,12	
TOTAL	5.050.770,94	3.862,76	3.587.446,70	33.551,60		2.716,62		8.678.348,62	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
 CONSELHEIRO-PRESIDENTE
 CPF: 176.117.840/72


 DANIELLA BALDAÇO
 CONTADORA
 CRCRS N. 68911
 CPF: 406.532.260/04

AGERGS – AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO 16

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009			POSIÇÃO EM 31-12-09
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas		
Débitos Parcelados							-
Com Ministério da Fazenda – PASEP Termo de Parcelamento de 30/09/02			232.414,64	6.605,86		2.716,62	236.303,88
Com o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS							-
							-
							-
							-
Total			232.414,64	6.605,86	-	2.716,62	236.303,88

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.

Reinhart
 PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
 CONSELHEIRO-PRESIDENTE
 CIC 176.117.840/72

Daniella Baldasso
 DANIELLA BALDASSO
 CONTADOR CRCRS 68.911/O-0
 CIC 406.532.260-04



Recibo do Sacado



Sacado :	DANIELLA BALDASSO R MAESTRO SALVADOR CAMPANELLA, 244/701 - JARDIM ITU SABARA 91220-390 PORTO ALEGRE - RS	RS-068911/O-0 CX. PT.:
----------	--	-------------------------------

Local de Pagamento					PAGÁVEL QUALQUER AG. BANCÁRIA ATÉ O VCTO		Vencimento	31.03.2010
Cedente							CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - R\$	
Data do Documento		No. do Documento		Espécie Doc.	Acerte	Data de Processamento	Agência/Código Cedente	
06.01.2010		RS-068911/O		DS	N	06.01.2010	0010-8/74.055-1	
Uso do Banco		Carteira	Espécie Moeda	Quantidade	Valor		Nosso Número	
		18	R\$				13591717000643219	
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente)							(-) Desconto/Abatimento	
ANUIDADE 2010 - CONTADOR - GUIA PARA PAGAMENTO EM COTA ÚNICA							(-) Outras Deduções	
PAGAMENTO ATÉ 31-01-2010 R\$ 299,00							(+/-) Mora/Multa	
PAGAMENTO ATÉ 28-02-2010 R\$ 313,00							(+/-) Outros Acréscimos	
PAGAMENTO ATÉ 31-03-2010 R\$ 326,00							(=) Valor Cobrado	
NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO.								
INSTRUÇÃO AO BANCO: NÃO RECEBER VALORES DIFERENTES DOS CONSTANTES NESTA GUIA.								

Autenticação Mecânica

Recortar Aqui

		001-9	00190.00009 01359.171707 00643.219181 4 45580000000000							
Local de Pagamento							PAGÁVEL QUALQUER AG. BANCÁRIA ATÉ O VCTO		Vencimento	31.03.2010
Cedente							CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - R\$		Agência/Código Cedente	
Data do Documento		No. do Documento		Espécie Doc.	Acerte	Data de Processamento	0010-8/74.055-1			
06.01.2010		RS-068911/O		DS	N	06.01.2010	Nosso Número			
Uso do Banco		Carteira	Espécie Moeda	Quantidade	Valor		13591717000643219			
		18	R\$		X		(=) Valor do Documento			
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente)							(-) Desconto/Abatimento			
ANUIDADE 2010 - CONTADOR - GUIA PARA PAGAMENTO EM COTA ÚNICA							(-) Outras Deduções			
PAGAMENTO ATÉ 31-01-2010 R\$ 299,00							(+/-) Mora/Multa			
PAGAMENTO ATÉ 28-02-2010 R\$ 313,00							(+/-) Outros Acréscimos			
PAGAMENTO ATÉ 31-03-2010 R\$ 326,00							(=) Valor Cobrado			
NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO.										
INSTRUÇÃO AO BANCO: NÃO RECEBER VALORES DIFERENTES DOS CONSTANTES NESTA GUIA.										
Sacado							DANIELLA BALDASSO R MAESTRO SALVADOR CAMPANELLA, 244/701 - JARDIM ITU SABARA 91220-390 PORTO ALEGRE - RS		RS-068911/O-0 CX. PT.:	
Sacador/Avalista									Código de Baixa:	

Autenticação Mecânica



Ficha de Compensação

29/01/2010 - BANCO DO BRASIL - 08:16:27
325271767 0008
OUVIDORIA BB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: JOAO C BALDASSO *
AGENCIA: 2797-9 CONTA: 4.313-3

=====

BANCO DO BRASIL
=====

00190000090135917170700643219181445580000000000	
NR. DOCUMENTO	12.904
NOSSO NUMERO	13591717000643219
CONVENIO	01359171
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILI	
AGENCIA/COD. CEDENTE	0010/00074055
DATA DE VENCIMENTO	31/03/2010
DATA DO PAGAMENTO	29/01/2010
VALOR DO DOCUMENTO	299,00
VALOR COBRADO	299,00

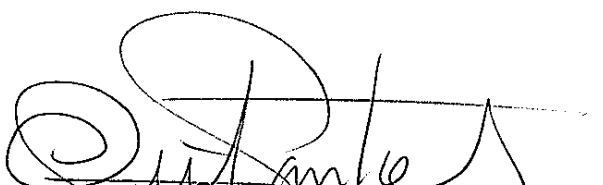
=====

NR. AUTENTICACAO	7.177.EE1.135.CF7.6B4
------------------	-----------------------


PARECER DO CONSELHO SUPERIOR

O Conselho Superior da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 12 da Lei 10.931, de 09 de janeiro de 1997, com alterações introduzidas pela Lei 11.292, de 23 de dezembro de 1998, e com base no artigo 3º, inciso I, alínea “e” do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 39.061, de 27 de novembro de 1998, aprova o Balanço Geral da AGERGS relativo ao exercício financeiro de 2009.


Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2010.



GERTRUDES PELISSARO DOS SANTOS
Conselheira



EDMUNDO FERNANDES DA SILVA
Conselheiro



PEDRO BISCH NETO
Conselheiro-Presidente



GUILHERME SOCIAS VILLELA
Conselheiro



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: DANIELLA BALDASSO
REGISTRO.....	: RS-068911/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 406.532.260-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 11.02.2010 as 08:17:20.

Válido até: 10.08.2010.

Código de Controle: 75296.

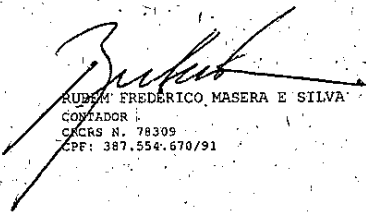
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Departamento Estadual
de Trânsito
DETRAN**

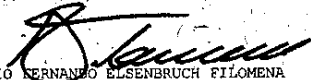


RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA TRIBUTÁRIA	448.067.043,92	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.257.361,00
RECEITA DE SERVIÇOS	48.946.290,07	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	270.986.056,84
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.782.960,78		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	38.133.613,17	SOMA.....	285.243.417,84
SOMA.....	541.929.907,94	SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	256.686.490,10
TOTAL.....	541.929.907,94	TOTAL.....	541.929.907,94
		DESPESA CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	3.536.304,80
		SOMA.....	3.536.304,80
		SUPERAVIT	253.150.185,30
		TOTAL.....	541.929.907,94
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	541.929.907,94	DESPESAS CORRENTES.....	285.243.417,84
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	3.536.304,80
DEFICIT.....	0,00	SUPERAVIT.....	253.150.185,30
TOTAL.....	541.929.907,94	TOTAL.....	541.929.907,94


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91



SERGIO FERNANDO ELSENBURCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15



CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

EXERCÍCIO DE 2009	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	RFPE006/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N.6
		RS

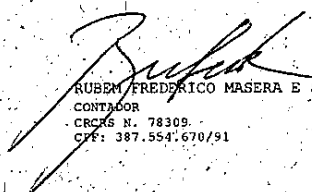
ÓRGÃO: 44 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

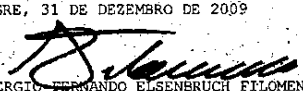
U.O.: 44.01 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

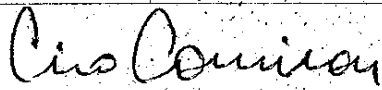
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO		283.145.450,97	283.145.450,97
04.0122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		282.448.571,56	282.448.571,56
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		282.448.571,56	282.448.571,56
04.0125	NORMATIZAÇÃO FISCALIZAÇÃO		233.349,14	233.349,14
04.0125.0292	SOCIEDADE RESPONSÁVEL = TRANSITO EM DEFESA DA VIDA		233.349,14	233.349,14
04.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		463.530,27	463.530,27
04.0846.0335	OPERAÇÕES ESPECIAIS		463.530,27	463.530,27
06	SEGURANÇA PÚBLICA		3.448.858,91	3.448.858,91
06.0131	COMUNICAÇÃO SOCIAL		3.448.858,91	3.448.858,91
06.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		3.448.858,91	3.448.858,91
TOTAL DA U.O. =>			286.594.309,88	286.594.309,88

U.O.: 44.33 - ENCARGOS GERAIS DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO		1.928.907,20	1.928.907,20
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTÁRIO		1.928.907,20	1.928.907,20
04.0272.0335	OPERAÇÕES ESPECIAIS		1.928.907,20	1.928.907,20
06	SEGURANÇA PÚBLICA		256.505,56	256.505,56
06.0302	ASSIST. HOSP./AMBULATORIAL		256.505,56	256.505,56
06.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		251.700,33	251.700,33
06.0302.0335	OPERAÇÕES ESPECIAIS		4.805,23	4.805,23
TOTAL DA U.O. =>			2.185.412,76	2.185.412,76
TOTAL DO ÓRGÃO =>			288.779.722,64	288.779.722,64

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
 CONTADOR
 CRCRS N. 78309
 CPF: 387.554.670/91

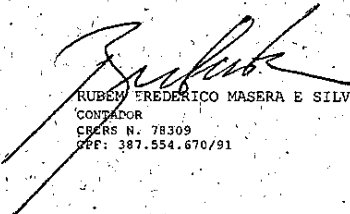

 SERGIO FERNANDO EISENBRUCH FILOMENA
 PRESIDENTE
 CPF: 296.047.370/15

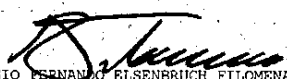

 CIRO LUIZ COMIRAN
 DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
 CPF: 210.198.600/06

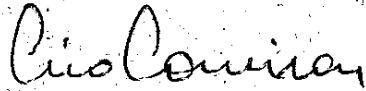
EXERCÍCIO DE 2009	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	RFPE009/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		285.074.358,17	285.074.358,17
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		282.448.571,56	282.448.571,56
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		282.448.571,56	282.448.571,56
04.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		233.349,14	233.349,14
04.0125.0292	SOCIEDADE RESPONSAVEL = TRANSITO EM DEFESA DA VIDA		233.349,14	233.349,14
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		1.928.907,20	1.928.907,20
04.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.928.907,20	1.928.907,20
04.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		463.530,27	463.530,27
04.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		463.530,27	463.530,27
06	SEGURANCA PUBLICA		3.705.364,47	3.705.364,47
06.0131	COMUNICACAO SOCIAL		3.448.858,91	3.448.858,91
06.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		3.448.858,91	3.448.858,91
06.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		256.505,56	256.505,56
06.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		251.700,33	251.700,33
06.0302.0335	OPERACOES ESPECIAIS		4.805,23	4.805,23
TOTAL GERAL =>		0,00	288.779.722,64	288.779.722,64

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

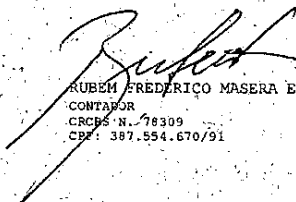

RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CPERS N. 78309
CPF: 387.554.670/91

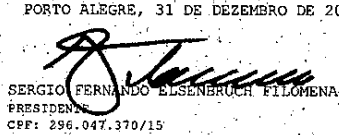

SERGIO FERNANDO ELSENBURCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

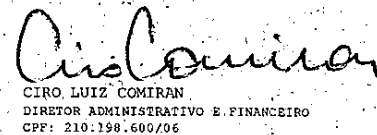

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	283.024.224,17	2.050.134,00	285.074.358,17
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	280.398.437,56	2.050.134,00	282.448.571,56
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	280.398.437,56	2.050.134,00	282.448.571,56
04.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO	233.349,14		233.349,14
04.0125.0292	SOCIEDADE RESPONSAVEL = TRANSITO EM DEFESA DA VIDA	233.349,14		233.349,14
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	1.928.907,20		1.928.907,20
04.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	1.928.907,20		1.928.907,20
04.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	463.530,27		463.530,27
04.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	463.530,27		463.530,27
06	SEGURANCA PUBLICA	3.705.364,47		3.705.364,47
06.0131	COMUNICACAO SOCIAL	3.448.858,91		3.448.858,91
06.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.448.858,91		3.448.858,91
06.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	256.505,56		256.505,56
06.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	251.700,33		251.700,33
06.0302.0335	OPERACOES ESPECIAIS	4.805,23		4.805,23
TOTAL GERAL =>		286.729.588,64	2.050.134,00	288.779.722,64

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
 CONTADOR
 CRCRS N. 78309
 CPF: 387.554.670/91


 SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
 PRESIDENTE
 CPF: 296.047.370/15

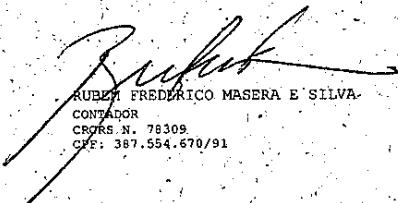

 CIRO LUIZ COMIRAN
 DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
 CPF: 210.198.600/06





EXERCÍCIO DE 2009	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO		RFPE025/00001
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES		ANEXO N.9
			R\$

FUNÇÕES	ADMINISTRACAO	SEGURANCA PUBLICA	TOTAL
ÓRGÃOS			
PODER LEGISLATIVO			
PODER JUDICIARIO			
MINISTERIO PUBLICO			
DEFENSORIA PUBLICA			
PODER EXECUTIVO			
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	285.074.358,17	3.705.364,47	288.779.722,64
SOMA.....	285.074.358,17	3.705.364,47	288.779.722,64
TOTAL.....	285.074.358,17	3.705.364,47	288.779.722,64

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

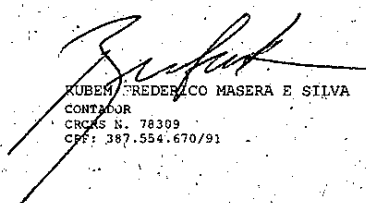

 RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
 CONTADOR
 CRORES N. 78309
 CPF: 387.554.670/91

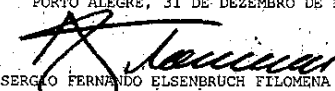

 SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
 PRESIDENTE
 CPF: 296.047.370/15



 CIRO LUIZ COMIRAN
 DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
 CPF: 210.198.600/06

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	574.600.000,00	541.929.907,94	32.670.092,06-
1100.00.00.0000	RECEITA TRIBUTARIA	496.600.000,00	448.067.043,92	48.532.956,08-
1120.00.00.0000	TAXAS	496.600.000,00	448.067.043,92	48.532.956,08-
1122.00.00.0000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	496.600.000,00	448.067.043,92	48.532.956,08-
1122.99.00.0000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	496.600.000,00	448.067.043,92	48.532.956,08-
1122.99.99.0000	DIVERSAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	496.600.000,00	448.067.043,92	48.532.956,08-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	36.000.000,00	48.946.290,07	12.946.290,07
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0,00	10.443.496,23	10.443.496,23
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0,00	10.443.496,23	10.443.496,23
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	36.000.000,00	38.502.793,84	2.502.793,84
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	36.000.000,00	38.502.793,84	2.502.793,84
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.000.000,00	6.782.960,78	5.217.039,22-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	12.000.000,00	6.782.960,78	5.217.039,22-
1764.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	12.000.000,00	6.782.960,78	5.217.039,22-
1764.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	12.000.000,00	6.782.960,78	5.217.039,22-
1764.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	12.000.000,00	6.782.960,78	5.217.039,22-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.000.000,00	38.133.613,17	8.133.613,17
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	25.000.000,00	24.639.843,61	360.156,39-
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	25.000.000,00	24.639.843,61	360.156,39-
1919.15.00.0000	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO DE TRANSITO	25.000.000,00	24.407.593,99	592.406,01-
1919.15.99.0000	DIVERSAS MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO DE TRANSITO	25.000.000,00	24.407.593,99	592.406,01-
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	232.245,42	232.245,42
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	0,00	232.245,42	232.245,42
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	0,00	4,20	4,20
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	4,20	4,20
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	137.591,83	137.591,83
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	0,00	2.305,91	2.305,91
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	0,00	2.305,91	2.305,91
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	0,00	2.305,91	2.305,91
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	0,00	135.285,92	135.285,92
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	135.285,92	135.285,92
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	135.285,92	135.285,92
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	5.000.000,00	13.356.177,73	8.356.177,73
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	5.000.000,00	13.356.177,73	8.356.177,73
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	8.783.786,94	8.783.786,94
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	15.980,00	15.980,00
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	5.000.000,00	4.556.410,79	443.589,21-
TOTAL		574.600.000,00	541.929.907,94	32.670.092,06-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91


SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

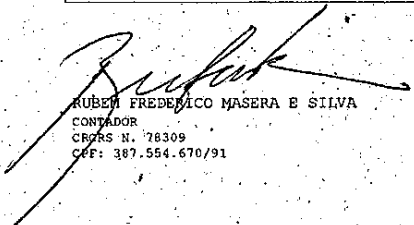

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

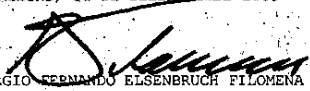
EXERCÍCIO DE 2009	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA	RFPE026/00001 ANEXO N.11
-------------------	--	-----------------------------


R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO			
DOTAÇÕES INICIAIS	316.893.381,00	5.400.000,00	322.293.381,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	12.369.432,00	0,00	12.369.432,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	2.169.432,00	0,00	2.169.432,00
AUTORIZADA	327.093.381,00	5.400.000,00	332.493.381,00
REALIZADA	285.243.417,84	3.536.304,80	288.779.722,64
DIFERENÇA	41.849.963,16	1.863.695,20	43.713.658,36
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			322.293.381,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			12.369.432,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			2.169.432,00
AUTORIZADA			332.493.381,00
REALIZADA			288.779.722,64
DIFERENÇA			43.713.658,36

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
 CONTADOR
 CREA N. 78309
 CPF: 387.554.670/91


 SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
 PRESIDENTE
 CPF: 296.047.370/15


 CIRO LUIZ COMIRAN
 DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
 CPF: 210.198.600/06

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA TRIBUTÁRIA	496.600.000,00	448.067.043,92	48.532.956,08-
RECEITA DE SERVIÇOS	36.000.000,00	48.946.290,07	12.946.290,07
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.000.000,00	6.782.960,78	5.217.039,22-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.000.000,00	38.133.613,17	8.133.613,17
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	574.600.000,00	541.929.907,94	32.670.092,06-
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	574.600.000,00	541.929.907,94	32.670.092,06-
TOTAL	574.600.000,00	541.929.907,94	32.670.092,06-

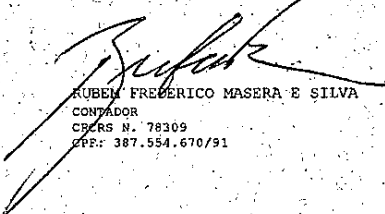
D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	332.493.381,00	288.779.722,64	43.713.658,36-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	332.493.381,00	288.779.722,64	43.713.658,36-
SUPERAVIT DE EXECUÇÃO	242.106.619,00	253.150.185,30	11.043.566,30
TOTAL	574.600.000,00	541.929.907,94	32.670.092,06-


(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CPERS N. 78309
CPF: 387.554.670/91



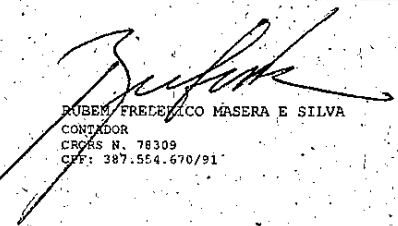
SERGIO FERNANDO ELSENBURCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15



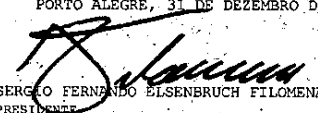
CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ADMINISTRACAO	285.074.358,17
RECEITA TRIBUTARIA	448.067.043,92	SEGURANCA PUBLICA	3.705.364,47
RECEITA DE SERVICOS	48.946.290,07	SOMA.....	288.779.722,64
TRANSFERENCIAS CORRENTES	6.782.960,78	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	38.133.613,17	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.392.604,87
SOMA.....	541.929.907,94	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	22.086.054,51
RECEITAS DE CAPITAL		DEPOSITOS	194.834.777,69
		DIVERSOS	487.587,71
TOTAL.....	541.929.907,94	SOMA.....	243.801.024,78
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		TOTAL.....	532.580.747,42
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	24.186.343,94	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	6.907.084,76	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
DEPOSITOS	190.023.228,79	INTRAGOVERNAMENTAIS	233.962.125,99
DIVERSOS	532.225,57	SOMA.....	233.962.125,99
SOMA.....	221.648.883,06	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
TOTAL.....	763.578.791,00	BANCOS C/DISPOSICAO	16.899.383,26
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	76.958.632,01
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		BANCOS, C/VINCULADAS	270.263,90
INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	12.612.884,05
SOMA.....	0,00	SOMA.....	106.741.163,22
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		BANCOS C/DISPOSICAO	18.292.838,74
BANCOS C/DISPOSICAO	18.292.838,74	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	83.688.511,49
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	83.688.511,49	BANCOS, C/VINCULADAS	19.576,90
BANCOS, C/VINCULADAS	19.576,90	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	7.704.318,50
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	7.704.318,50	SOMA.....	109.705.245,63
SOMA.....	109.705.245,63	TOTAL.....	873.284.036,63
TOTAL.....	873.284.036,63	TOTAL.....	873.284.036,63

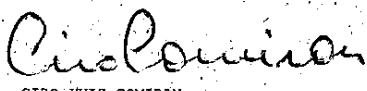
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CROAS N. 78309
CPF: 387.554.670/91



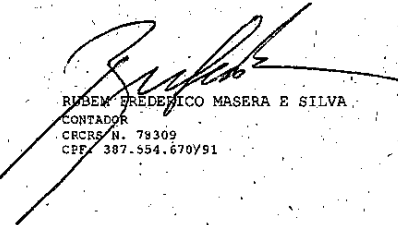
SERGIO FERNANDO EISENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.570/15

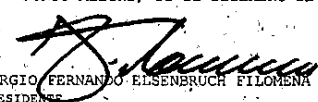



CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANÇOS C/DISPOSIÇÃO	16.899.383,26	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	518.789,72
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - SIAC	76.958.632,01	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES A PAGAR	6.547,96
SOMA	93.858.015,27	CONTRIBUIÇÕES A SEGURIDADE SOCIAL A	
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		RECOLHER	447.794,58
BANÇOS, C/VINCULADAS	270.263,90	HONORÁRIOS MÉDICOS A PAGAR	1.829.027,65
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - SIAC	12.612.884,05	FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS CONTÍNUOS	8.076.592,40
SOMA	12.883.147,95	DIÁRIAS VENCIDAS A PAGAR	20.257,08
TOTAL	106.741.163,22	REQUISICÃO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	1.029,69
ATIVO PERMANENTE		REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR A PAGAR -	
BENS DA ENTIDADE		CUSTAS JUDICIAIS	10,10
BENS MOVEIS	6.888.198,74	SOMA	10.900.049,18
SOMA	6.888.198,74	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
DIVERSOS		FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	3.979.828,92
BENS CRÉDITOS E VALORES EM FASE DE		CONVÊNIOS E REPASSES COM COMPROVAÇÃO PREVIA	30.000,00
AQUISIÇÃO OU FORMAÇÃO	119.173,00	LOCAÇÕES DE IMÓVEIS A LIQUIDAR	56.955,66
ALMOXARIFADOS	460.955,01	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES A LIQUIDAR	1.207,77
SOMA	580.128,01	PIS E PASEP A LIQUIDAR	400.000,00
TOTAL	7.468.326,75	CONTRIBUIÇÕES A SEGURIDADE SOCIAL A	
SOMA DO ATIVO REAL	114.209.489,97	LIQUIDAR	120.000,00
ATIVO COMPENSADO		FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS CONTÍNUOS	2.826.797,13
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	9.349,20
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	1.159,65	REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR -	
RESPONSÁVEIS POR ALMOXARIFADOS	460.955,01	CUSTAS JUDICIAIS	109,88
RESPONSÁVEIS POR DIÁRIAS	25.813,50	SOMA	7.424.248,56
SOMA	487.928,16	DEPÓSITOS	
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		DEPÓSITOS	24.940.251,25
PROCESSOS JUDICIAIS	57.666,71	SOMA	24.940.251,25
RESPONSÁVEIS PELA GUARDA DE TÍTULOS		DIVERSOS	
DIVERSOS	774.153,44	OUTROS CREDORES	103.128,46
SOMA	831.820,15	SOMA	103.128,46
TOTAL	1.319.748,31	TOTAL	43.367.677,45
		SOMA DO PASSIVO REAL	43.367.677,45
TOTAL GERAL	115.529.238,28	SALDO PATRIMONIAL	
		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
		ATIVO REAL LÍQUIDO	70.841.812,52
		SOMA	114.209.489,97
		PASSIVO COMPENSADO	
		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
		ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	1.159,65
		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	460.955,01
		DIÁRIAS A COMPROVAR	25.813,50
		SOMA	487.928,16
		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES	
		DIVERSAS	
		ACÓES JUDICIAIS	57.666,71
		RESPONSABILIDADE SOBRE GUARDA DE TÍTULOS	774.153,44
		SOMA	831.820,15
		TOTAL	1.319.748,31
		TOTAL GERAL	115.529.238,28

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009.

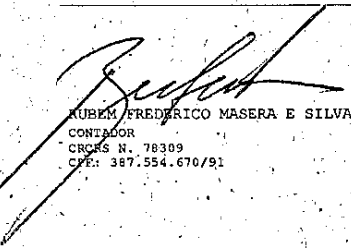

RIBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCR4 N. 79309
CPF: 387.554.670/91


SERGIO FERNANDO ELSENERUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

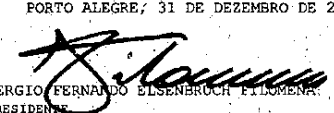

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTÁRIA	448.067.043,92	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.257.361,00
RECEITA DE SERVIÇOS	48.946.290,07	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	270.986.056,84
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.782.960,78	SOMA.....	285.243.417,84
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	38.133.613,17	DESPESAS DE CAPITAL	
SOMA.....	541.929.907,94	INVESTIMENTOS	3.536.304,80
RECEITAS DE CAPITAL		SOMA.....	3.536.304,80
SOMA.....	0,00	TOTAL.....	288.779.722,64
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
SOMA.....	0,00	ANULAÇÃO DO REGISTRO BENS CRED VALORES	
TOTAL.....	541.929.907,94	FASE AQUIS/FORMACAO	5.686,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		SOMA.....	5.686,00
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
AQUISIÇÃO OU FORMAÇÃO	119.173,00	VARIAÇÕES PASSIVAS	
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS	3.439.131,80	TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	46.443,00
SOMA.....	3.558.304,80	BAIXA DE BENS MOVEIS	652.522,99
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	365.765,59
VARIAÇÕES ATIVAS		SOMA.....	1.064.731,58
TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	46.443,00	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	23.960,00	PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INCORPORAÇÃO DE BENS DE ALMOXARIFADO	251.203,35	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	
SOMA.....	321.606,35	INTRAGOVERNAMENTAIS	233.962.125,99
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO		SOMA.....	233.962.125,99
PATRIMÔNIO FINANCEIRO		TOTAL.....	523.812.266,21
SOMA.....	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	
TOTAL.....	545.809.819,09	SUPERAVIT VERIFICADO	21.997.552,88
		TOTAL.....	545.809.819,09


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91



SERGIO FERNANDO EISENROCH FILDOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15



CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

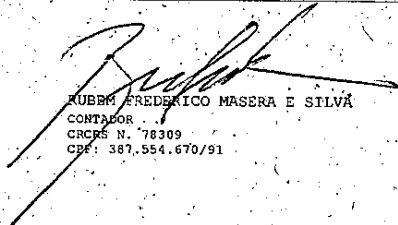
EXERCÍCIO DE 2009

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTERPPE034/00001
ANEXO N.17

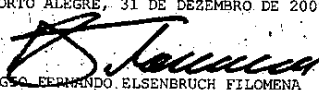
R\$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	146.862,88-	2.327.510,22	1.955.583,38	518.789,72-
CONVENIOS E REPASSES COM COMPROVACAO				
PREVIA	0,00	23.048,19	23.048,19	0,00
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	16.847,59-	0,00	16.847,59	0,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	580,12-	253.543,24	247.575,40	6.547,96-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	0,00	15.010,80	15.010,80	0,00
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A				
RECOLHER	923.209,11-	502.881,05	978.295,58	447.794,58-
HONORARIOS MEDICOS A PAGAR	3.580.392,72-	1.836.083,65	3.587.448,72	1.829.027,65-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	8.434.949,96-	19.207.257,48	19.565.615,04	8.076.592,40-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	0,00	20.257,08	0,00	20.257,08-
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	3.467,73-	742,13	3.180,17	1.029,69-
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A PAGAR -				
CUSTAS JUDICIAIS	0,00	10,10	0,00	10,10-
SUBTOTAL.....	13.106.310,11-	24.186.343,94	26.392.604,87	10.900.049,18-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.998.255,53-	3.979.828,92	1.998.255,53	3.979.828,92-
CONVENIOS E REPASSES COM COMPROVACAO				
PREVIA	30.000,00-	30.000,00	30.000,00	30.000,00-
LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	0,00	56.955,66	0,00	56.955,66-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	505.229,98-	1.207,77	505.229,98	1.207,77-
FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	15.010,80-	0,00	15.010,80	0,00
PIS E PASEP A LIQUIDAR	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A				
LIQUIDAR	69.260,42-	120.000,00	69.260,42	120.000,00-
HONORARIOS MEDICOS A LIQUIDAR	7.056,00-	0,00	7.056,00	0,00
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	19.977.115,13-	2.310.923,78	19.461.241,78	2.826.797,13-
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	1.290,45-	8.058,75	0,00	9.349,20-
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR -				
CUSTAS JUDICIAIS	0,00	109,88	0,00	109,88-
SUBTOTAL.....	22.603.218,31-	6.907.084,76	22.086.054,51	7.424.248,56-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	29.751.800,15-	190.023.228,79	194.834.777,69	24.940.251,25-
SUBTOTAL.....	29.751.800,15-	190.023.228,79	194.834.777,69	24.940.251,25-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	58.490,60-	532.225,57	487.587,71	103.128,46-
SUBTOTAL.....	58.490,60-	532.225,57	487.587,71	103.128,46-
TOTAL.....	65.519.819,17-	221.648.883,06-	243.801.024,78	43.367.677,45-


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCES N. 78309
CPF: 387.554.670/91



SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 295.047.370/15



CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	285.243.417,84
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.257.361,00
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	12.013.905,78
3.1.90.09	SALARIO-FAMILIA	43.048,39
3.1.90.09.0904	SALARIO FAMILIA - ATIVOS CIVIL	43.048,39
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	11.789.223,35
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	8.496.216,31
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	696.066,81
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	1.093.565,40
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	959.818,43
3.1.90.11.1108	JETON	543.556,40
3.1.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS	167.639,20
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS	167.639,20
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	13.994,84
3.1.90.92.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	592,34
3.1.90.92.1108	JETON	13.402,50
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	2.243.455,22
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	2.243.455,22
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	314.548,02
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	1.909.187,94
3.1.91.13.1311	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/INATIVOS - RPPS	19.719,26
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	270.986.056,84
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	270.986.056,84
3.3.90.04	CONTRATAÇAO POR TEMPO DETERMINADO	2.954.886,67
3.3.90.04.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	2.954.886,67
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	357.836,33
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	341.688,88
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	16.147,45
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	2.274.274,49
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	967.840,00
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	1.179,00
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	159.224,82
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.001.307,99
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	3.538,00
3.3.90.30.3013	MANUTENÇ., IDENTIFICAC., UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	31.817,29
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	8.000,00
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	1.095,85
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	23.776,00
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	17.490,00
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	57.362,78
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	1.642,76
3.3.90.33	PASSAGENS E/OU DESPESAS COM LOCOMOCAO	297.393,80
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	186.690,40
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	41.381,66
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	69.321,74
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	30.901.673,19
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	30.901.673,19
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	27.928.787,87
3.3.90.36.3604	FRESOS E INTERNADOS	258.497,53
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	27.670.290,34
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	722.053,01
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	722.053,01
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	195.980.597,85
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	26.191,98
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	3.868.821,05
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	20.030,10
3.3.90.39.3909	SERVICOS PRESTADOS PELOS CHCS - DETRAN	97.219.661,89
3.3.90.39.3910	CONCURSOS PUBLICOS	182.682,00
3.3.90.39.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	2.343,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	73.605,52
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	87.404,65
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	276.899,34
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	153.023,20
3.3.90.39.3923	FEDAGIOS	7.178,00
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	32.216.242,54
3.3.90.39.3926	SEGUROS	47.065,24
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	40.496.146,16
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	35.454,27
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	58.168,74
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	134.566,36
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	351.333,80
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	12.969.203,26
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	31.047,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	639.641,44
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	275,87
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	6.648.399,30
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	1.450,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	382.895,08
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	43.368,06
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	5.600,00
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	1.900,00
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO,	130.067,08
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	130.067,08
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	8.483.229,32
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS, - SERVICOS DE TERCEIROS	6.130.717,74
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	2.340.610,48
3.3.90.47.4715	MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	11.901,10
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	82.311,90
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	82.311,90
3.3.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS	295.891,07
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS	295.891,07
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	534.736,79
3.3.90.92.3611	HONORARIOS	59.133,06
3.3.90.92.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	30.282,56
3.3.90.92.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	945,50
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	87.777,15
3.3.90.92.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	546,03
3.3.90.92.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	354.364,39
3.3.90.92.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	1.688,10

EXERCÍCIO DE 2009

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

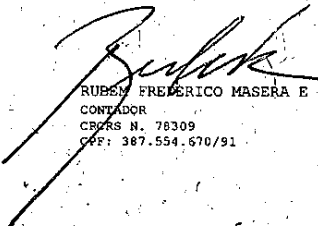
R\$


CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	42.317,47
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	18.307,82
3.3.90.93.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	24.009,65
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	3.536.304,80
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	3.536.304,80
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	3.536.304,80
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.536.304,80
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	2.017.400,00
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	238,00
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	87,89
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	5.190,00
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	166,00
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	247.492,50
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	1.160,50
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	15.303,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	1.248.955,10
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	312,00
TOTAL GERAL =====>		288.779.722,64


* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	14.257.361,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	270.986.056,84
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	285.243.417,84
INVESTIMENTOS	=>	3.536.304,80
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	3.536.304,80
TOTAL GERAL	=>	288.779.722,64

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


RUBEN FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CPRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91


SERGIO FERNANDO ELSENBURCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15


CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

EXERCÍCIO DE 2009

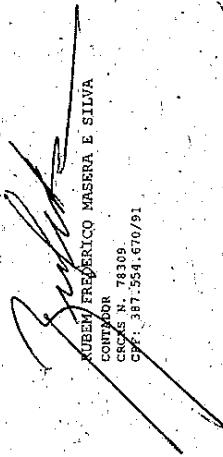
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

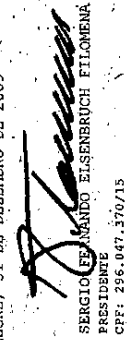
REFE039/00001

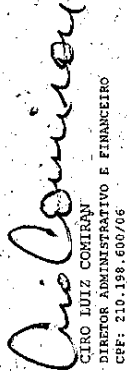
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUINDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			
44 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	14.257.361,00		270.986.056,84	3.536.304,80				288.779.722,64	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	14.257.361,00		270.953.322,84	1.518.904,80				286.729.588,64	
CONVENIOS			32.734,00	2.017.400,00				2.050.134,00	
TOTAL	14.257.361,00		270.986.056,84	3.536.304,80				288.779.722,64	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
 CONTADOR
 CRCAS N. 78309
 CPF: 387.554.670/91

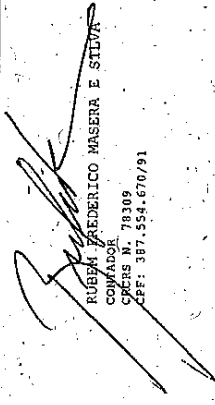

 SERGIO FERNANDO EISENBRUCH FILOMENA
 PRESIDENTE
 CPF: 296.047.370/15

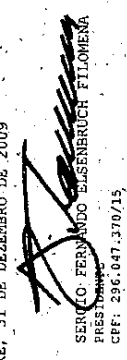

 CIRO LUIZ COMIRAN
 DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
 CPF: 210.198.600/06

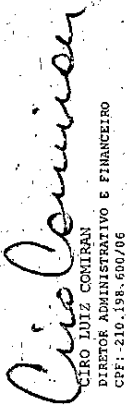
EXERCÍCIO DE 2009 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO REPE040/00001
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO R\$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGENCIA	
04 ADMINISTRACAO	14.000.855,44		267.537.197,93	3.536.304,80				285.074.358,17
PROPRIOS DA AUTARQUIA CONVENIOS	14.000.855,44		267.504.463,93	1.518.904,80				283.024.224,17
			32.734,00	2.017.400,00				2.050.134,00
06 SEGURANCA PUBLICA	256.505,56		3.448.858,91					3.705.364,47
PROPRIOS DA AUTARQUIA	256.505,56		3.448.858,91					3.705.364,47
TOTAL	14.257.361,00		270.986.056,84	3.536.304,80				288.779.722,64
RESUMO								
PROPRIOS DA AUTARQUIA CONVENIOS	14.257.361,00		270.953.322,84	1.518.904,80				286.729.588,64
			32.734,00	2.017.400,00				2.050.134,00
TOTAL	14.257.361,00		270.986.056,84	3.536.304,80				288.779.722,64

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
 COMISSARIO
 CPERS N. 78309
 CPF: 387.554.670/91

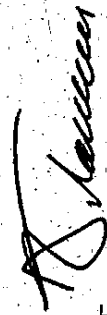

 SERGIO FERNANDO EUSEBRUCH FLOMENA
 PRESIDENTE
 CPF: 296.047.370/15


 CIRO LUIZ COMIRAN
 DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
 CPF: 210.198.600/06

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA									
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSICÃO EM 31-12-08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009.				POSICÃO EM 31-12-09	
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa			
			Passivas	Ativas	Amortização				
Débitos Parcelados									
Com Ministério da Fazenda - PASEP									
Termo de Parcelamento									
Com Instituto Nacional de Seguro Social - INSS									
Total									

SEM MOVIMENTAÇÃO



NOME

DIRETOR-PRESIDENTE

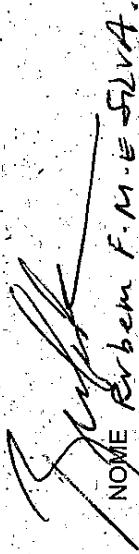
CIC -MF000 000 000/00



NOME

DIRETOR

CIC -MF000 000 000/00



NOME

CONTADOR

CIC -MF000 000 000/00

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER Nº CA/01-2010

No uso das atribuições delegadas pela Lei Estadual n.º 10.847, de 20 de agosto de 1996, art. 8º, o Conselho de Administração do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS manifesta-se, através de seus membros abaixo, sobre o Balanço Geral desta Autarquia relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Os documentos que compõem os Balanços Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, além de outros demonstrativos, foram elaborados de conformidade com a legislação em vigor.

Os documentos aludidos, considerados nos aspectos legais, formais, operacionais, administrativos e financeiros, apresentam a situação patrimonial e financeira da Autarquia, estando aptos a serem encaminhados para auditoria dos órgãos competentes.

Porto Alegre, 03 de março de 2010.



Sérgio Fernando Eisenbruch Filomena,
Presidente.



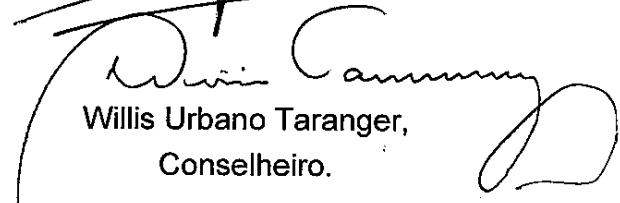
Elder Jacinto Fin,
Conselheiro.



Francisco José Salatino Tubelo,
Conselheiro.



Hildebrando Antônio Sanfelice,
Conselheiro.



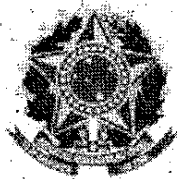
Willis Urbano Taranger,
Conselheiro.



Carlos Alberto Witt,
Conselheiro.



Paulo Renato Biacchi Rodrigues,
Conselheiro.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	RUBEM FREDÉRICÓ MASERA E SILVA
REGISTRO.....	RS-078309/O-3
CATEGORIA.....	CÓNTADOR
CPF.....	387.554.670-91

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 01.02.2010 as 17:41:43.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 74923.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

FUNDAÇÕES

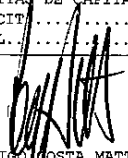


**Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado do Rio Grande do Sul
FAPERGS**

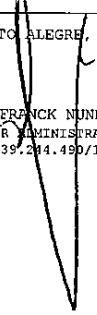


RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	132.017,79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.096.029,91
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.440.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.887.403,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.486.367,63		
SOMA.....	6.058.385,42	SOMA.....	11.983.433,59
DEFICIT	5.930.746,45	TOTAL.....	11.983.433,59
TOTAL.....	11.989.131,87	DESPESA CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	5.698,28
		SOMA.....	5.698,28
		TOTAL.....	11.989.131,87
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	6.058.385,42	DESPESAS CORRENTES.....	11.983.433,59
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	5.698,28
DEFICIT.....	5.930.746,45	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	11.989.131,87	TOTAL.....	11.989.131,87

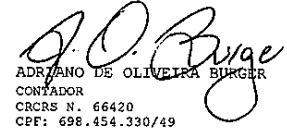
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.332.160/15



JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.244.490/15




ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

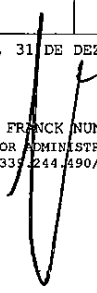
EXERCÍCIO DE 2009	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS	RFPE006/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N.6
		RS


ÓRGÃO: 51 - FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

U.O.: 51.01 - FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RGS - FAPERGS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA		11.989.131,87	11.989.131,87
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		1.693.113,95	1.693.113,95
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.693.113,95	1.693.113,95
19.0571	DESENV CIENTIFICO		10.296.017,92	10.296.017,92
19.0571.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI		10.296.017,92	10.296.017,92
TOTAL DA U.O. =>			11.989.131,87	11.989.131,87
TOTAL DO ÓRGÃO =>			11.989.131,87	11.989.131,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 RODRIGO COSTA MATTOS
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 264.532.160/15


 JONI FRANCK NUNES COSTA
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 338.244.490/15

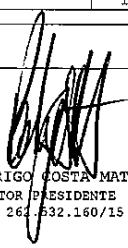

 ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
 CONTADOR
 CRCRS N. 65420
 CPF: 698.454.330/49

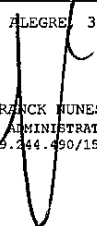
EXERCÍCIO DE 2009	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS	RFPE009/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

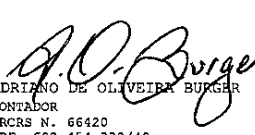
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA		11.989.131,87	11.989.131,87
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		1.693.113,95	1.693.113,95
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.693.113,95	1.693.113,95
19.0571	DESENV CIENTIFICO		10.296.017,92	10.296.017,92
19.0571.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI		10.296.017,92	10.296.017,92

TOTAL GERAL =>		0,00	11.989.131,87	11.989.131,87
----------------	--	------	---------------	---------------

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 261.532.160/15


JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.244.490/15


ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS

RFPE029/00001


DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

ANEXO N.8

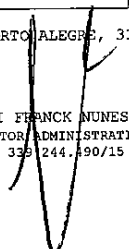
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	10.656.894,05	1.332.237,82	11.989.131,87
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.693.113,95		1.693.113,95
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.693.113,95		1.693.113,95
19.0571	DESENV CIENTIFICO	8.963.780,10	1.332.237,82	10.296.017,92
19.0571.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	8.963.780,10	1.332.237,82	10.296.017,92
TOTAL GERAL =>		10.656.894,05	1.332.237,82	11.989.131,87

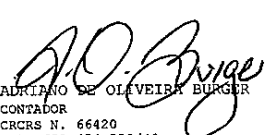
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.532.160/15



JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.244.890/15



ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES


RFPE025/00001

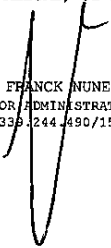
ANEXO N.9

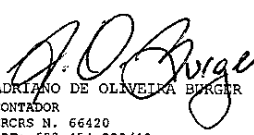
R\$

FUNÇÕES	CIENCIA E TECNOLOGIA	TOTAL		
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADOC				
DO RIO GRANDE DO SUL				
SOMA.....	11.989.131,87 11.989.131,87	11.989.131,87 11.989.131,87		
TOTAL.....	11.989.131,87	11.989.131,87		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.532.160/15


JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 338.244.490/15


ADRIANO DE OLIVEIRA BERGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA


RFPE023/00001

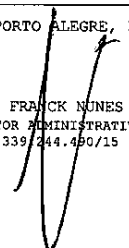
ANEXO N. 10

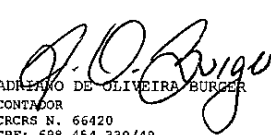
RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	6.656.551,00	6.058.385,42	598.165,58-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	5.000,00	132.017,79	127.017,79
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	5.000,00	132.017,79	127.017,79
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	5.000,00	132.017,79	127.017,79
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	0,00	131.479,88	131.479,88
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	0,00	131.479,88	131.479,88
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	5.000,00	537,91	4.462,09-
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	5.000,00	537,91	4.462,09-
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	6.525.551,00	4.440.000,00	2.085.551,00-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	6.525.551,00	4.440.000,00	2.085.551,00-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	6.525.551,00	4.000.000,00	2.525.551,00-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	6.525.551,00	4.000.000,00	2.525.551,00-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	6.525.551,00	4.000.000,00	2.525.551,00-
1764.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	440.000,00	440.000,00
1764.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	440.000,00	440.000,00
1764.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	440.000,00	440.000,00
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	126.000,00	1.486.367,63	1.360.367,63
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	121.000,00	1.222.045,45	1.101.045,45
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	1.000,00	758,52	241,48-
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	1.000,00	758,52	241,48-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	1.000,00	758,52	241,48-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	120.000,00	1.221.286,93	1.101.286,93
1922.01.00.0000	RESTITUICOES DE CONVENIOS	70.000,00	982.678,27	912.678,27
1922.01.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES DE CONVENIOS	70.000,00	982.678,27	912.678,27
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	50.000,00	238.608,66	188.608,66
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	50.000,00	238.608,66	188.608,66
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	5.000,00	264.322,18	259.322,18
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	5.000,00	264.322,18	259.322,18
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	264.322,18	264.322,18
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	5.000,00	0,00	5.000,00-
	TOTAL	6.656.551,00	6.058.385,42	598.165,58-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 261.532.160/15


JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.244.490/15


ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA


RFPE026/00001

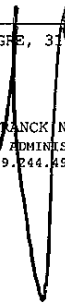
ANEXO N.11

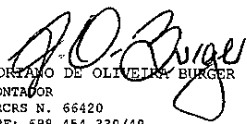
RS

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL			
DOTAÇÕES INICIAIS	19.805.812,00	90.500,00	19.896.312,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	209.689,03	0,00	209.689,03
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	0,00	60.000,00	60.000,00
AUTORIZADA	20.015.501,03	30.500,00	20.046.001,03
REALIZADA	11.983.433,59	5.698,28	11.989.131,87
DIFERENÇA	8.032.067,44	24.801,72	8.056.869,16
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			19.896.312,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			209.689,03
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			60.000,00
AUTORIZADA			20.046.001,03
REALIZADA			11.989.131,87
DIFERENÇA			8.056.869,16

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.332.160/15


JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.244.490/15


ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

R E C E I T A


TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	5.000,00	132.017,79	127.017,79
TRANSFERENCIAS CORRENTES	6.525.551,00	4.440.000,00	2.085.551,00-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	126.000,00	1.486.367,63	1.360.367,63
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	6.656.551,00	6.058.385,42	598.165,58-
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	6.656.551,00	6.058.385,42	598.165,58-
DEFICIT DE PREVISÃO	13.389.450,03	5.930.746,45	7.458.703,58-
TOTAL	20.046.001,03	11.989.131,87	8.056.869,16-

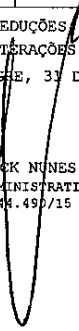
D E S P E S A

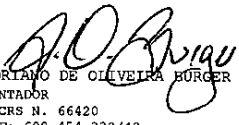
TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	20.046.001,03	11.989.131,87	8.056.869,16-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	20.046.001,03	11.989.131,87	8.056.869,16-
TOTAL	20.046.001,03	11.989.131,87	8.056.869,16-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.532.160/15


JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.244.497/15

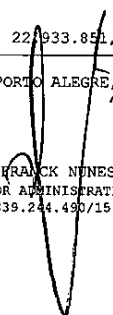

ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		CIENCIA E TECNOLOGIA	11.989.131,87
RECEITA PATRIMONIAL	132.017,79	SOMA.....	11.989.131,87
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.440.000,00	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.486.367,63	REALIZAVEL	15.392,42
SOMA.....	6.058.385,42	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.056.206,32
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00
TOTAL.....	6.058.385,42	DEPOSITOS	169.688,54
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		DIVERSOS	7.706,27
REALIZAVEL	44.543,54	SOMA.....	2.248.993,55
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.963.184,66	TOTAL.....	14.238.125,42
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
DEPOSITOS	172.014,34	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
DIVERSOS	7.706,27	INTRAGOVERNAMENTAIS	
SOMA.....	5.187.448,81	SOMA.....	0,00
TOTAL.....	11.245.834,23	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		CAIXA	4.261,44
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		BANCOS C/DISPOSICAO	23.237,05
INTRAGOVERNAMENTAIS	7.323.003,64	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	2.871.883,05
SOMA.....	7.323.003,64	APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS	
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		VINCULADOS	5.796.103,65
CAIXA	39.653,47	BANCOS, C/VINCULADAS	240,51
BANCOS C/DISPOSICAO	28.068,29	SOMA.....	8.695.725,70
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	2.533.141,28	TOTAL.....	22.933.851,12
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS			
VINCULADOS	1.763.909,70		
BANCOS, C/VINCULADAS	240,51		
SOMA.....	4.365.013,25		
TOTAL.....	22.933.851,12		

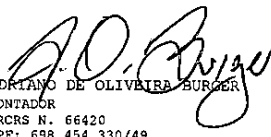
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.532.160/15




JONI KRAACK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.244.490/15




ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	4.261,44	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	37.229,79
BANCOS C/DISPOSICAO	23.237,05	AUXILIOS SUJEITOS A COMPROVACAO	4.761.236,90
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	2.871.883,05	AUXILIOS NAO SUJEITOS A COMPROVACAO	5.100,00
SOMA.....	2.899.381,54	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	81.000,00
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	56.634,59
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS		PIS E PASEP A RECOLHER	707,92
VINCULADOS	5.796.103,65	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A	
BANCOS, C/VINCULADAS	240,51	RECOLHER	14.026,72
SOMA.....	5.796.344,16	FGTS A RECOLHER	7.248,74
REALIZÁVEL		SOMA.....	4.963.184,66
DEPOSITOS JUDICIAIS	43.416,27	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
SOMA.....	43.416,27	SOMA.....	0,00
TOTAL.....	8.739.141,97	DEPÓSITOS	
		DEPOSITOS	10.532,46
ATIVO PERMANENTE		SOMA.....	10.532,46
BENS DA ENTIDADE		DIVERSOS	
BENS MOVEIS	563.579,64	SOMA.....	0,00
BENS IMOVEIS	163.113,12	TOTAL.....	4.973.717,12
SOMA.....	726.692,76	SOMA DO PASSIVO REAL	4.973.717,12
PARTICIPACOES		SALDO PATRIMONIAL	
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
CONTROLE DO ESTADO	1.166,70	ATIVO REAL LIQUIDO	5.082.803,72
SOMA.....	1.166,70	SOMA.....	10.056.520,84
CRÉDITOS		PASSIVO COMPENSADO	
DEVEDORES POR IMPUTACAO DE		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
RESPONSABILIDADE	569.335,65	DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	25.669,41
TRIBUTOS A RECUPERAR	1.137,24	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	6.000,00
SOMA.....	570.472,89	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	19.046,52
DIVERSOS		BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	7.224.704,50
ALMOXARIFADOS	19.046,52	TITULOS EM PODER DE TERCEIROS	1.166,70
SOMA.....	19.046,52	DIARIAS A COMPROVAR	770,51
TOTAL.....	1.317.378,87	SOMA.....	7.277.357,64
SOMA DO ATIVO REAL	10.056.520,84	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
ATIVO COMPENSADO		BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	11.473,96
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SOMA.....	11.473,96
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	25.669,41	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES	
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	6.000,00	DIVERSAS	
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	19.046,52	AUXILIOS A COMPROVAR	35.529.043,89
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA		BENS EM PROCESSO DE	
ENTIDADE	7.224.704,50	SINDICANCIA-ALMOXARIFADO	37.943,20
RESPONSAVEIS PELA POSSE DE TITULOS	1.166,70	RESPONSABILIDADE SOBRE GUARDA DE TITULOS	3.889,21
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	770,51	SOMA.....	35.570.876,30
SOMA.....	7.277.357,64	TOTAL.....	42.859.707,90
VALORES DE TERCEIROS			
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	11.473,96		
SOMA.....	11.473,96		
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS			
RESPONSAVEIS POR AUXILIOS	35.529.043,89		
RESPONSAVEIS POR BENS EM PROCESSO DE			
SINDICANCIA-ALMOXARIFADO	37.943,20		
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE TITULOS			
DIVERSOS	3.889,21		
SOMA.....	35.570.876,30		
TOTAL.....	42.859.707,90		
TOTAL GERAL.....	52.916.228,74	TOTAL GERAL.....	52.916.228,74

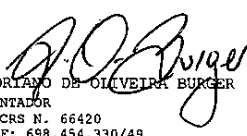
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.532.160/15




JONI FRANK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.244.490/15



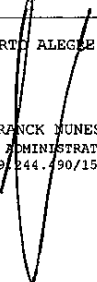
ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	132.017,79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.096.029,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.440.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.887.403,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.486.367,63	SOMA.....	11.983.433,59
SOMA.....	6.058.385,42	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	5.698,28
SOMA.....	0,00	SOMA.....	5.698,28
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	11.989.131,87
SOMA.....	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
TOTAL.....	6.058.385,42	SOMA.....	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS	5.698,28	VARIAÇÕES PASSIVAS	
SOMA.....	5.698,28	BAIXA DE PARTICIPAÇÕES SOC EM EMPR	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		S/CONTROLE DO ESTADO	58,14
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	18.693,28
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	103,88	SOMA.....	18.751,42
INCORPORAÇÃO DE BENS DE ALMOXARIFADO	14.069,17	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
SOMA.....	14.173,05	PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO		SOMA.....	0,00
PATRIMÔNIO FINANCEIRO		TOTAL.....	12.007.883,29
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		RESULTADO PATRIMONIAL	
INTRAGOVERNAMENTAIS	7.323.003,64	SUPERAVIT VERIFICADO	1.393.377,10
SOMA.....	7.323.003,64	TOTAL.....	13.401.260,39
TOTAL.....	13.401.260,39		

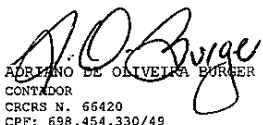
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 267.532.160/15



JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.244.490/15



ADRIANO DE OLIVEIRA BORGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49


EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTERFPE034/00001
ANEXO N.17

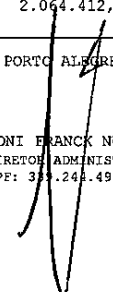
R\$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	6.829,41-	37.229,79	6.829,41	37.229,79-
AUXÍLIOS SUJEITOS A COMPROVAÇÃO	1.688.960,96-	4.761.236,90	1.688.960,96	4.761.236,90-
AUXÍLIOS NÃO SUJEITOS A COMPROVAÇÃO	291.600,00-	5.100,00	291.600,00	5.100,00-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES A PAGAR	0,00	81.000,00	0,00	81.000,00-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	47.264,23-	56.634,59	47.264,23	56.634,59-
PIS E PASEP A RECOLHER	792,88-	707,92	792,88	707,92-
CONTRIBUIÇÕES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	13.636,08-	14.026,72	13.636,08	14.026,72-
FGTS A RECOLHER	7.122,76-	7.248,74	7.122,76	7.248,74-
SUBTOTAL.....	2.056.206,32-	4.963.184,66	2.056.206,32	4.963.184,66-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL.....	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	8.206,66-	172.014,34	169.688,54	10.532,46-
SUBTOTAL.....	8.206,66-	172.014,34	169.688,54	10.532,46-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	0,00	7.706,27	7.706,27	0,00
SUBTOTAL.....	0,00	7.706,27	7.706,27	0,00
TOTAL.....	2.064.412,98-	5.142.905,27	2.233.601,13	4.973.717,12-

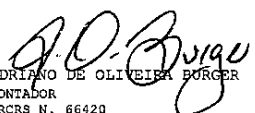
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.532.160/15



JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 322.242.490/15



ADRIANO DE OLIVEIRA BERGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

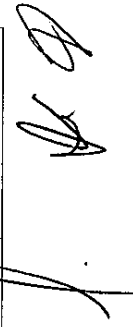
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	11.983.433,59
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.096.029,91
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.096.029,91
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	778.785,99
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	629.220,57
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	66.168,51
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	52.798,40
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	30.598,51
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	236.234,64
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	2.243,73
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	5.117,85
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	159.539,73
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	69.333,33
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	9,28
3.1.90.92.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	9,28
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	81.000,00
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	81.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.887.403,68
3.3.20.00	TRANSFERENCIAS A UNIAO	509.057,71
3.3.20.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	509.057,71
3.3.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	509.057,71
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	9.984.057,87
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	1.684,00
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	1.684,00
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	11.355,41
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	11.355,41
3.3.90.18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	3.496.500,00
3.3.90.18.1801	BOLSAS DE ESTUDOS	3.496.500,00
3.3.90.20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	5.896.172,11
3.3.90.20.2001	CONCESSAO DE SUBVENCoes A PESQUISADORES	5.896.172,11
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	11.404,34
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	900,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.657,33
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	326,33
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	1.096,46
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	4.939,22
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	485,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCCAO	38.610,31
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	9.690,00
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	28.920,31
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	312.072,72
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	1.925,81
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	9.460,57
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	2.829,60
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	569,40
3.3.90.39.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	14.949,37
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	5.084,52
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	96,62
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	101.449,15
3.3.90.39.3926	SEGUROS	269,83
3.3.90.39.3928	CARTORIO	323,14
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	9.575,60
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	14.083,21
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	23.923,00
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	6.192,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	7.259,00
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	18.212,76
3.3.90.39.3939	MEDICINA	396,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	52.801,27
3.3.90.39.3948	MULTAS	713,75
3.3.90.39.3975	GINASTICA LABORAL	13.068,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	18.399,45
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEIS	1.890,87
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	1.151,80
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	6.950,00
3.3.90.39.3993	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	498,00
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	10.000,00
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	10.000,00
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	154.195,38
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	154.195,38
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	8.647,99
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	6.666,47
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.981,52
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	13.046,58
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	13.046,58
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	30.069,03
3.3.90.92.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	380,00
3.3.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	29.689,03
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	300,00
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	300,00
3.3.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	394.288,10
3.3.91.20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	394.288,10
3.3.91.20.2001	CONCESSAO DE SUBVENCoes A PESQUISADORES	394.288,10
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	5.698,28
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	5.698,28
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	5.698,28
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.698,28
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT. FILMOT. E MUSEUS	224,05
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	4.208,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	1.266,23
TOTAL GERAL ==>		11.989.131,87

EXERCÍCIO DE 2009		FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS							RFPE039/00001
		DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO							RS
ESPECIFICAÇÃO		GRUPOS DE DESPESA							TOTAL
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
51 FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		1.096.029,91		10.887.403,68	5.698,28				11.989.131,87
TESOURO-LIVRES		1.096.029,91		488.615,16					1.584.645,07
PROPRIOS DA FUNDAÇÃO				102.770,60	5.698,28				108.468,88
CONVENIOS				1.332.237,82					1.332.237,82
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUIÇÃO				8.963.780,10					8.963.780,10
TOTAL		1.096.029,91		10.887.403,68	5.698,28				11.989.131,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

EXERCÍCIO DE 2009		FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS							RFPE040/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							R\$
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	1.096.029,91		10.887.403,68	5.698,28				11.989.131,87	
TESOURO-LIVRES	1.096.029,91		488.615,16					1.584.645,07	
PROPRIOS DA FUNDAÇÃO			102.770,60	5.698,28				108.468,88	
CONVENIOS			1.332.237,82					1.332.237,82	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			8.963.780,10					8.963.780,10	
TOTAL	1.096.029,91		10.887.403,68	5.698,28				11.989.131,87	
RESUMO									
TESOURO-LIVRES	1.096.029,91		488.615,16					1.584.645,07	
PROPRIOS DA FUNDAÇÃO			102.770,60	5.698,28				108.468,88	
CONVENIOS			1.332.237,82					1.332.237,82	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			8.963.780,10					8.963.780,10	
TOTAL	1.096.029,91		10.887.403,68	5.698,28				11.989.131,87	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



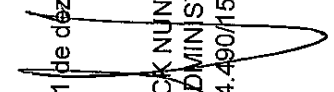
NOME DA ENTIDADE


FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FAPERGS

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009.			POSIÇÃO EM 31-12-09
	LEI	DATA		Variações	Mutações Patrimoniais da Despesa		
					Passivas	Ativas	Amortização
Débitos Parcelados							-
Com Ministério da Fazenda - PASEP							-
Termo de Parcelamento							-
Com Instituto Nacional de Seguro Social - INSS							-
							-
							-
Total			-	-	-	-	-


 RODRIGO COSTA MATTOS
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF 262.532.160/15

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.


 JONI FRANCK NUNES COSTA
 DIRETOR-ADMINISTRATIVO
 CPF 339.244.490/15


 ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
 CONTADOR - CRC/R\$ 66.420
 CPF 698.454.330/49

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FAPERGS**

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DE 2009.

- 01- Anulação de Restos a Pagar Processados no valor de R\$264.322,18, correspondente a despesas que não seriam mais pagas.
- 02- Os saldos contábeis das contas de Depósitos Judiciais não foram atualizadas em virtude de estarem zerados. Mas, não foi possível, neste exercício, levá-los a despesas pois, não havia dotação orçamentária para tal.
- 03- Existe divergência entre as quantidade de bens de consumo, informados pela Comissão de Inventário 2009 e pelo Almoxarifado. Logo, há incerteza quanto aos valores contábeis em almoxarifado.



RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 262.532.160/15



JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF 339 244 490/15



ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR – CRC/RS 66.420
CPF 698 454 330/49



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FAPERGS

RESOLUÇÃO CS N.º 01/2010

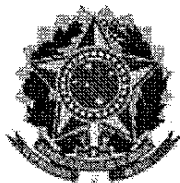
APROVAÇÃO, Ad referendum, do Conselho Superior, o Balanço Geral de 2009.

Profa. Dra. Themis Reverbel da Silveira, Vice-Presidente do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, aprova, *Ad referendum*, do Conselho Superior, o Balanço Geral referente ao exercício de 2009.

Porto Alegre, 11 de março de 2010.

Atenciosamente

Themis Reverbel da Silveira
Vice-Presidente do Conselho Superior da FAPERGS

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
REGISTRO.....	: RS-066420/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 698.454.330-49

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 18.01.2010 as 16:55:34.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 74320.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas
para Pessoas Portadoras de
Deficiência e de Altas
Habilidades no RS**

FADERS



RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA DE SERVIÇOS	39.365,22	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.542.323,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	137.747,78	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.070.783,53
SOMA.....	177.113,00	SOMA.....	8.613.107,48
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	8.435.994,48	TOTAL.....	8.613.107,48
SOMA.....		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	8.435.994,48
DEFICIT	8.757.029,74	DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	8.934.142,74	INVESTIMENTOS	297.035,57
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	23.999,69
		SOMA.....	321.035,26
		TOTAL.....	8.757.029,74
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	177.113,00	DESPESAS CORRENTES.....	8.613.107,48
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	321.035,26
DEFICIT.....	8.757.029,74	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	8.934.142,74	TOTAL.....	8.934.142,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Aracy Maria da Silva Ledo
ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

Andre Luis Martinez Correa
ANDRE LUIS MARTINEZ CORREA
CONTADOR
CPF: 919.598.290/68

EXERCÍCIO DE 2009	FUND DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT.	RFPE006/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N.6
R\$		

ÓRGÃO: 55 - FUNDAÇÃO DE ARTIC. E DESENV. DE POLITICAS PUBLICAS PARA PPD E PPAH NO RGS-FADERS

U.O.: 55.01 - FUNDAÇÃO DE ARTIC. E DESENV. DE POLITICAS PUBLICAS PARA PPD E PPAH NO RGS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
11	TRABALHO		63.194,60	63.194,60
11.0061	AÇÃO JUDICIÁRIA		63.194,60	63.194,60
11.0061.0335	OPERAÇÕES ESPECIAIS		63.194,60	63.194,60
14	DIREITOS DA CIDADANIA	4.949,34	8.841.999,11	8.846.948,45
14.0122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		8.443.870,43	8.443.870,43
14.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		8.443.870,43	8.443.870,43
14.0367	EDUCAÇÃO ESPECIAL		298.046,25	298.046,25
14.0367.0301	PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS		298.046,25	298.046,25
14.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	4.949,34	42.079,56	47.028,90
14.0422.0301	PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	4.949,34	42.079,56	47.028,90
14.0573	DIF CONHEC CIENTÍFICO		58.002,87	58.002,87
14.0573.0301	PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS		58.002,87	58.002,87

TOTAL DA U.O. =>		4.949,34	8.905.193,71	8.910.143,05
------------------	--	----------	--------------	--------------

U.O.: 55.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDAÇÃO DE ARTIC. E DESENV. DE POLITICAS PUBLICAS PARA PPD E				
14	DIREITOS DA CIDADANIA		23.999,69	23.999,69
14.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		23.999,69	23.999,69
14.0846.0335	OPERAÇÕES ESPECIAIS		23.999,69	23.999,69

TOTAL DA U.O. =>			23.999,69	23.999,69
------------------	--	--	-----------	-----------

TOTAL DO ÓRGÃO =>		4.949,34	8.929.193,40	8.934.142,74
-------------------	--	----------	--------------	--------------

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Deacy Maria da Silva Ledo
 DEACY MARIA DA SILVA LEDO
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 224.200.450/68

Andre Luis Martinez Correa
 ANDRE LUIS MARTINEZ CORREA
 CONTADOR
 CPF: 919.598.290/68

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT

REPE009/00001

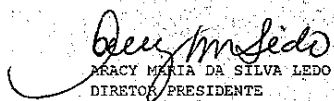
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
 DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

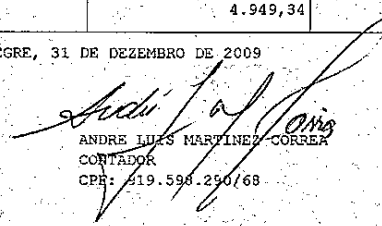
ANEXO N. 7

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
11	TRABALHO		63.194,60	63.194,60
11.0061	ACAO JUDICIARIA		63.194,60	63.194,60
11.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		63.194,60	63.194,60
14	DIREITOS DA CIDADANIA	4.949,34	8.865.998,80	8.870.948,14
14.0122	ADMINISTRACAO GERAL		8.443.870,43	8.443.870,43
14.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		8.443.870,43	8.443.870,43
14.0367	EDUCACAO ESPECIAL		298.046,25	298.046,25
14.0367.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		298.046,25	298.046,25
14.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	4.949,34	42.079,56	47.028,90
14.0422.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	4.949,34	42.079,56	47.028,90
14.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO		58.002,87	58.002,87
14.0573.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		58.002,87	58.002,87
14.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		23.999,69	23.999,69
14.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		23.999,69	23.999,69
TOTAL. GERAL. =>		4.949,34	8.929.193,40	8.934.142,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



 MARCY MARIA DA SILVA LEDO
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 224.200.450/68

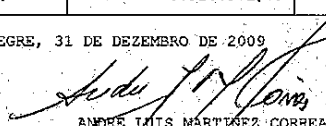

 ANDRE LUIZ MARTINEZ-CORREA
 CONTADOR
 CPF: 419.598.250/68

EXERCÍCIO DE 2009	FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT	RFPE029/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
R\$		

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
11	TRABALHO	63.194,60		63.194,60
11.0061	ACAO JUDICIARIA	63.194,60		63.194,60
11.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	63.194,60		63.194,60
14	DIREITOS DA CIDADANIA	8.857.778,19	13.169,95	8.870.948,14
14.0122	ADMINISTRACAO GERAL	8.443.870,43		8.443.870,43
14.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	8.443.870,43		8.443.870,43
14.0367	EDUCACAO ESPECIAL	296.706,30	1.339,95	298.046,25
14.0367.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	296.706,30	1.339,95	298.046,25
14.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	47.028,90		47.028,90
14.0422.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	47.028,90		47.028,90
14.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	46.172,87	11.830,00	58.002,87
14.0573.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	46.172,87	11.830,00	58.002,87
14.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	23.999,69		23.999,69
14.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	23.999,69		23.999,69
TOTAL GERAL ==>		8.920.972,79	13.169,95	8.934.142,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

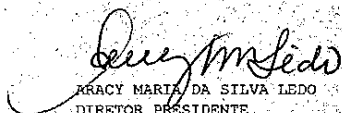

 ARACY MARIA DA SILVA LEDO
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 224.200.450/68

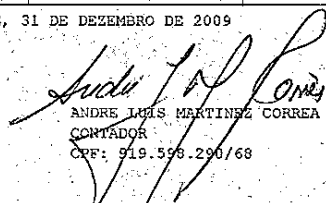

 ANDRE LUIS MARTINEZ CORREA
 CONTADOR
 CPF: 919.598.290/68

EXERCÍCIO DE 2009	FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	RFPE025/00001 ANEXO N.9 R\$
-------------------	--	-----------------------------------

ÓRGÃOS	FUNÇÕES	TRABALHO	DIREITOS DA CIDADANIA	TOTAL
PODER LEGISLATIVO PODER JUDICIÁRIO MINISTERIO PUBLICO DEFENSORIA PUBLICA PODER EXECUTIVO FUNDAÇÃO DE ARTIC. E DESENV. DE POLITICAS PUBLICAS PARA PPD E PPAH NO SOMA.....		63.194,60 63.194,60	8.870.948,14 8.870.948,14	8.934.142,74 8.934.142,74
TOTAL.....		63.194,60	8.870.948,14	8.934.142,74

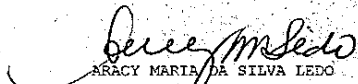
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

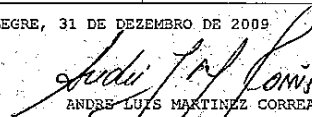

 PRACY MARIA DA SILVA LEDO
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 224.200.450/68


 ANDRE LUIS MARTINEZ CORREA
 CONTADOR
 CPF: 919.598.290/68

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	90.000,00	177.113,00	87.113,00
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	40.000,00	39.365,22	634,78-
1600.16.00.0000	SERVICOS EDUCACIONAIS	40.000,00	39.365,22	634,78-
1600.16.99.0000	DIVERSOS SERVICOS EDUCACIONAIS	40.000,00	39.365,22	634,78-
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	50.000,00	0,00	50.000,00-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	50.000,00	0,00	50.000,00-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	50.000,00	0,00	50.000,00-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	50.000,00	0,00	50.000,00-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	50.000,00	0,00	50.000,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	137.747,78	137.747,78
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	137.747,78	137.747,78
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	0,00	137.747,78	137.747,78
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	137.747,78	137.747,78
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	137.747,78	137.747,78
TOTAL		90.000,00	177.113,00	87.113,00

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



 ARACY MARIA DA SILVA LEDO
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 224.200.450/68

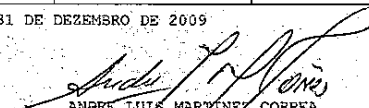

 ANDRE LUIS MARTINEZ CORREA
 CONTADOR
 CPF: 619.598.250/68

EXERCÍCIO DE 2009	FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA	RFPE026/00001 ANEXO N.11
		R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO DE ARTIC. E DESENV. DE POLITICAS PUBLICAS PARA PPD E PF			
DOTAÇÕES INICIAIS	7.763.952,00	1.174.000,00	8.937.952,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	1.580.726,11	0,00	1.580.726,11
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	202.746,11	795.000,00	997.746,11
AUTORIZADA	9.141.932,00	379.000,00	9.520.932,00
REALIZADA	8.613.107,48	321.035,26	8.934.142,74
DIFERENÇA	528.824,52	57.964,74	586.789,26
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			8.937.952,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			1.580.726,11
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			997.746,11
AUTORIZADA			9.520.932,00
REALIZADA			8.934.142,74
DIFERENÇA			586.789,26

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 GRACY MARIA DA SILVA LEDO
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 224.200.450/68


 ANDRE LUIS MARTINEZ CORREA
 CONTADOR
 CPF: 519.598.290/68

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA DE SERVIÇOS	40.000,00	39.365,22	634,78-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.000,00	0,00	50.000,00-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	137.747,78	137.747,78
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	90.000,00	177.113,00	87.113,00
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	90.000,00	177.113,00	87.113,00
DEFICIT DE PREVISÃO	9.439.932,00	8.757.029,74	673.902,26-
TOTAL	9.520.932,00	8.934.142,74	586.789,26-

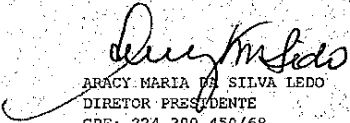
D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	9.520.932,00	8.934.142,74	586.789,26-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	9.520.932,00	8.934.142,74	586.789,26-
TOTAL	9.520.932,00	8.934.142,74	586.789,26-

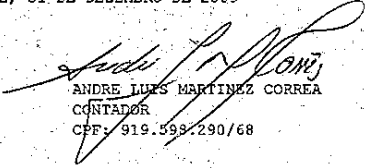
(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ARACY MARIA DE SILVA LEDO
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68



ANDRE LUIS MARTINEZ CORREA
CONTADOR
CPF: 919.599.290/68

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		TRABALHO	63.194,60
RECEITA DE SERVIÇOS	39.365,22	DIREITOS DA CIDADANIA	8.870.948,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	137.747,78	SOMA.....	8.934.142,74
SOMA.....	177.113,00	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
RECEITAS DE CAPITAL		REALIZAVEL	6.164,56
TOTAL.....	177.113,00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	375.961,38
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	292.809,28
REALIZAVEL	8.311,33	DEPOSITOS	1.464.993,18
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	956.527,23	DIVERSOS	0,00
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00	SOMA.....	2.139.928,40
DEPOSITOS	1.462.496,81	TOTAL.....	11.074.071,14
DIVERSOS	0,00	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
SOMA.....	2.427.335,37	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
TOTAL.....	2.604.448,37	INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		SOMA.....	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
INTRAGOVERNAMENTAIS	8.612.386,43	BANCOS C/DISPOSICAO	1.402,35
SOMA.....	8.612.386,43	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	172.411,78
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		BANCOS, C/VINCULADAS	0,00
BANCOS C/DISPOSICAO	6.086,74	SOMA.....	173.814,13
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	11.793,78	TOTAL.....	11.247.885,27
BANCOS, C/VINCULADAS	13.169,95		
SOMA.....	31.050,47		
TOTAL.....	11.247.885,27		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Aracy Maria da Silva Ledo
ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

André Luis Martinez Correa
ANDRÉ LUIS MARTINEZ CORREA
CONTEBÓR
CPF: 919.598.290/68

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSIÇÃO	1.402,35	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	234.684,39
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	172.411,78	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	260.253,46
SOMA.....	173.814,13	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	92.859,62
REALIZÁVEL		PRECATÓRIOS JUDICIAIS A PAGAR	331.748,79
DEVEDORES	3.500,00	FGTS A RECOLHER	41.994,36
DEPOSITOS JUDICIAIS	126.026,11	SOMA.....	961.540,62
SOMA.....	129.526,11	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
TOTAL.....	303.340,24	SOMA.....	0,00
ATIVO PERMANENTE		DEPÓSITOS	
BENS DA ENTIDADE		DEPOSITOS	71.287,15
BENS MOVEIS	950.443,07	SOMA.....	71.287,15
BENS IMOVEIS	203.498,67	DIVERSOS	
SOMA.....	1.153.941,74	ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	185,00
PARTICIPAÇÕES		SOMA.....	185,00
PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	2.979,45	TOTAL.....	1.033.012,77
SOMA.....	2.979,45	PASSIVO PERMANENTE	
CRÉDITOS		DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
DEVEDORES POR EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	6.165,15	DEBITOS PARCELADOS	35.394,70
SOMA.....	6.165,15	SOMA.....	35.394,70
DIVERSOS		TOTAL.....	35.394,70
ALMOXARIFADOS	17.351,40	SOMA DO PASSIVO REAL	1.068.407,47
SOMA.....	17.351,40	SALDO PATRIMONIAL	
TOTAL.....	1.180.437,74	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
SOMA DO ATIVO REAL	1.483.777,98	ATIVO REAL LÍQUIDO	415.370,51
ATIVO COMPENSADO		SOMA.....	1.483.777,98
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		PASSIVO COMPENSADO	
RESPONSÁVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	10.695,25	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	624,50	DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	10.695,25
RESPONSÁVEIS POR ALMOXARIFADOS	17.351,40	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	624,50
RESPONSÁVEIS POR DIARIAS	1.534,07	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	17.351,40
SOMA.....	30.205,22	DIARIAS A COMPROVAR	1.534,07
VALORES DE TERCEIROS		SOMA.....	30.205,22
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	59.821,09	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
SOMA.....	59.821,09	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	59.821,09
TOTAL.....	90.026,31	SOMA.....	59.821,09
TOTAL GERAL.....	1.573.804,29	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
		SOMA.....	0,00
		TOTAL.....	90.026,31
		TOTAL GERAL.....	1.573.804,29

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Gracy Maria da Silva Ledo
GRACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

André Luis Martinez Correa
ANDRÉ LUIS MARTINEZ CORREA
CONTADOR
CPF: 919.598.290/68

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA DE SERVIÇOS	39.365,22	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.542.323,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	137.747,78	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.070.783,53
SOMA.....	177.113,00	SOMA.....	8.613.107,48
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
SOMA.....	0,00	INVESTIMENTOS	297.035,57
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	23.999,69
SOMA.....	0,00	SOMA.....	321.035,26
TOTAL.....	177.113,00	TOTAL.....	8.934.142,74
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
AMORTIZAÇÃO DE DEBITOS PARCELADOS	23.999,69	SOMA.....	0,00
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS	94.789,85	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS IMOVEIS	202.245,72	VARIAÇÕES PASSIVAS	
SOMA.....	321.035,26	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	85.652,16
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		SOMA.....	85.652,16
VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	14,00	SOMA.....	0,00
INCORPORAÇÃO DE BENS DE ALMOXARIFADO	84.280,79	TOTAL.....	9.019.794,90
SOMA.....	84.294,79	RESULTADO PATRIMONIAL	
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SUPERAVIT VERIFICADO	175.034,58
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	8.612.386,43	TOTAL.....	9.194.829,48
SOMA.....	8.612.386,43		
TOTAL.....	9.194.829,48		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Gracy Maria da Silva Ledo
GRACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

André Luis Martínez Correa
ANDRÉ LUIS MARTÍNEZ CORREA
CONTADOR
CPF: 919.598.290/68

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTERFPE034/00001
ANEXO N.17

R\$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	26.756,42-	234.684,39	26.756,42	234.684,39-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	233.589,92-	255.240,07	228.576,53	260.253,46-
PIS E PASEP A RECOLHER	6.336,35-	0,00	6.336,35	0,00
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	76.728,00-	92.859,62	76.728,00	92.859,62-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	0,00	331.748,79	0,00	331.748,79-
FGTS A RECOLHER	37.564,08-	41.994,36	37.564,08	41.994,36-
SUBTOTAL.....	380.974,77-	956.527,23	375.961,38	961.540,62-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	292.809,28-	0,00	292.809,28	0,00
SUBTOTAL.....	292.809,28-	0,00	292.809,28	0,00
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	73.783,52-	1.462.496,81	1.464.993,18	71.287,15-
SUBTOTAL.....	73.783,52-	1.462.496,81	1.464.993,18	71.287,15-
DIVERSOS				
ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	185,00-	0,00	0,00	185,00-
SUBTOTAL.....	185,00-	0,00	0,00	185,00-
TOTAL.....	747.752,57-	2.419.024,04	2.133.763,84	1.033.012,77-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Aracy Maria da Silva Ledo
ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

Andre Luis Martinez Correa
ANDRE LUIS MARTINEZ CORREA
CONTADOR
CPF: 419.598.298/68

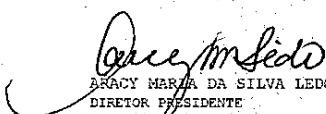
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	8.613.107,48
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.542.323,95
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	6.542.128,28
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	4.851.947,32
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	3.767.585,49
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	349.994,59
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	114.517,04
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	376.087,87
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	243.762,33
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	1.579.976,46
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	8.589,54
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	101.210,58
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	1.068.176,63
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	375.088,45
3.1.90.13.1306	OUTRAS CONTRIBUICOES PATRONAIS	26.912,26
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	63.194,60
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	63.194,60
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	47.009,90
3.1.90.92.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	47.009,90
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	195,67
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	195,67
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	195,67
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.070.783,53
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	2.070.783,53
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	44.156,81
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	44.156,81
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	33.656,10
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	33.656,10
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	119.808,92
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	9.697,74
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	14.051,77
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	58.045,31
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	1.157,63
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	5.213,28
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	1.633,25
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	1.018,00
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	2.073,20
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	17.264,34
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	9.654,40
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	19.249,88
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	17.000,00
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	552,40
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	1.697,48
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	15.702,00
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	15.702,00
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	501.635,75
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	42.324,55
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	2.886,31
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	1.276,00
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	7.212,39
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	34.278,57
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	60.116,19
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	42,00
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	28.573,14
3.3.90.39.3926	SEGUROS	600,32
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	37.292,21
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	52.490,87
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	13.485,00
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	4.702,00
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	13.258,00
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	4.050,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	6.089,80
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	250,00
3.3.90.39.3939	MEDICINA	4.000,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	102.332,26
3.3.90.39.3948	MULTAS	236,59
3.3.90.39.3960	RECUPERACAO DE MATERIAIS	2.185,00
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	2.040,00
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NAO SERVIDORES	150,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	33.966,06
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	5.115,42
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	3.280,00
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	1.955,00
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	2.336,52
3.3.90.39.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	4.590,00
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	30.521,55
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.092.589,14
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	1.092.589,14
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	53.406,75
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	43.690,99
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	9.114,96
3.3.90.47.4717	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	600,80
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	165.814,65
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	165.814,65
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	11.593,58
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELETRICA	11.593,58
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	13.169,95
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	13.169,95
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	321.035,26
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	297.035,57
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	297.035,57
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	202.245,72
4.4.90.51.5106	INSTALACOES, EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS INCORPORAVEIS A IMOVEIS	202.245,72
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	94.789,85
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	3.173,35
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	503,50
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	13.510,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	74.145,00
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	3.458,00

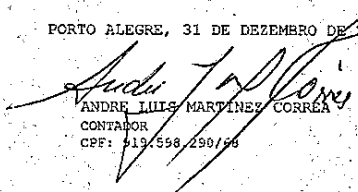
EXERCÍCIO DE 2009	FUND DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT	RFPE017/00002
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.6.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	
4.6.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	23.999,69
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	23.999,69
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	23.999,69
TOTAL GERAL =====>		8.934.142,74

* RESUMO *		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	6.542.323,95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	2.070.783,53
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	8.613.107,48
INVESTIMENTOS	=>	297.035,57
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	23.999,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	321.035,26
TOTAL GERAL	=>	8.934.142,74

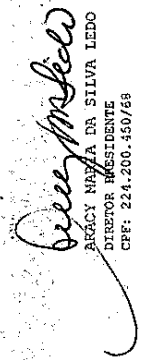
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

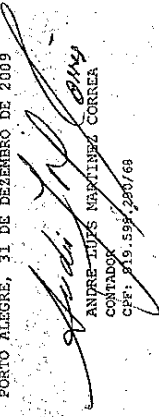

GRACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68


ANDRE LUIS MARTINEZ CORREA
CONTADOR
CPF: 419.598.290/98

EXERCÍCIO DE 2009		FUNDO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT DESENVOLVIMENTO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO							RPPE039/00001
		GRUPOS DE DESPESA							R\$
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
55 FUNDACAO DE ARTIC. E DESENV. DE POLITICAS PUBLICAS PARA FPD E FPAH NO RGS-FADERS	6.542.323,95		2.070.783,53	297.035,57		23.999,69		8.934.142,74	
PRÓPRIOS DA FUNDACAO			25.686,55					25.686,55	
CONVENIOS			13.169,95					13.169,95	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	6.542.323,95		2.031.927,03	297.035,57		23.999,69		8.895.286,24	
TOTAL	6.542.323,95		2.070.783,53	297.035,57		23.999,69		8.934.142,74	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 MARCY MARCIA DA SILVA LEDO
 DIRETOR RESPONSÁVEL
 CPF: 224.200.450/69


 ANDRÉ LUIS MARTINS CORREA
 CONTADOR
 CPF: 819.594.280/68

EXERCÍCIO DE 2009	FUNDO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTI										REFE040/00001 R\$
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO										
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA										TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
11 TRABALHO	63.194,60										63.194,60
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUIÇÃO	63.194,60										63.194,60
14 DIREITOS DA CIDADANIA	6.479.129,35		2.070.783,53	297.035,57		23.999,69					8.870.948,14
PROPRIOS DA FUNDAÇÃO			25.686,55								25.686,55
CONVENIOS			13.169,95								13.169,95
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUIÇÃO	6.479.129,35		2.031.927,03	297.035,57		23.999,69					8.832.091,64
TOTAL	6.542.323,95		2.070.783,53	297.035,57		23.999,69					8.934.142,74
RESUMO											
PROPRIOS DA FUNDAÇÃO			25.686,55								25.686,55
CONVENIOS			13.169,95								13.169,95
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUIÇÃO	6.542.323,95		2.031.927,03	297.035,57		23.999,69					8.895.286,24
TOTAL	6.542.323,95		2.070.783,53	297.035,57		23.999,69					8.934.142,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Aracy Maria da Silveira Leão
 ARACY MARIA DA SILVEIRA LEÃO
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 224.200.450/68

André Luís Martinez Correa
 ANDRÉ LUIS MARTINEZ CORREA
 CONTADOR
 CPF: 519.598.259/68

FADERS

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2008			POSIÇÃO EM 31-12-09
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais Da	
				Passivas	Ativas	Despesa Amortização	
Débitos Parcelados							-
Com Ministério Da Fazenda - PASEP			59.394,39	-	-	23.999,69	35.394,70
Termo De Parcelamento			-	-	-	-	-
Com Instituto Nacional De Seguro Social - INSS			-	-	-	-	-
			-	-	-	-	-
			-	-	-	-	-
TOTAL			59.394,39			23.999,69	35.394,70

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Aracy Maria da Silva Ledo

ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

André Luiz Martinez Corrêa

ANDRÉ LUIZ MARTINEZ CORRÊA
CONTADOR
CPF: 919.598.290/68



Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social
FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E DE ALTAS HABILIDADES NO RIO GRANDE DO SUL
FADERS

PARECER

O Conselho Curador da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul – FADERS, instituído de acordo com o disposto no decreto 41.766 de 06 de agosto de 2002, nomeado pela Excelentíssima Senhora Governadora, conforme ato publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 10 de janeiro de 2008, considerando as atribuições constantes do art. 4º da Lei 11.666 de 06 de setembro de 2001, emite parecer favorável à aprovação quanto ao aspecto econômico-financeiro do Balanço Geral do exercício de 2008.

Porto Alegre, 12 de março de 2009


Atilio Brunetto
Presidente


José Júlio Santos Medeiros


Iracema Cavalheiro Bastos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS
PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E DE ALTAS HABILIDADES NO RIO GRANDE DO SUL
- FADERS -

Ofício nº. 061/2010 – GAB

Porto Alegre, 15 de março de 2010

Senhor(a),

Enviamos a Vossa Senhoria cópia do único Parecer exarado pelo Conselho Curador da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS) no exercício de 2009, atendendo determinação constante no item 47 do Cronograma das Atividades de Encerramento do Exercício Financeiro de 2009 previsto na Circular CAGE 02/2009.

Pedimos escusa pela protocolização intempestiva do documento ora acostado.

Informamos que os Balanços e demais demonstrativos previstos na Lei Federal nº. 4.320/64 foram devidamente enviados na data aprazada, carecendo, no entanto, da aprovação do Conselho Curador, em razão do término do mandato de seus membros em 09 de janeiro de 2010, sem que fosse providenciada a recondução ou substituição dos mesmos, que inclusive solicitaram dispensa da condição de Curadores desta Fundação (Vide documentos anexos).

Por fim, ressaltamos os inexitosos esforços envidados para o restabelecimento do referido Conselho.

Atenciosamente,


Aracy Maria da Silva Lêdo
Diretora-Presidente
Roberto Machado Salaberry
Diretor Administrativo
FADERS

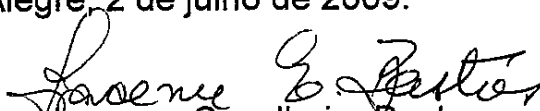
À(o) Senhor(a)
Chefe da Divisão de Informações Legais e Gerenciais – DILEG/CAGE
Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul
Porto Alegre/RS

Exma. Sra, Araci Maria da Silva Ledo.
M.Da. Presidente da FADERGS.

Os abaixo firmados, Iracema Cavalheiro Bastos, Atílio Brunetto e José Julio Santos Medeiros, integrantes titulares do Conselho Curador dessa Fundação, impossibilitados de continuar prestando seus serviços no citado Conselho, pela presente requerem suas dispensas da condição de Curadores.

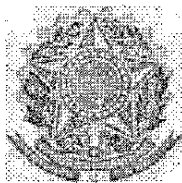
Isso posto e sendo o presente em caráter irrevogável, aguardam deferimento.

Porto Alegre, 2 de julho de 2009.


Iracema Cavalheiro Bastos


Atílio Brunetto


José Julio Santos Medeiros

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ANDRE LUIS MARTINEZ CORREA
REGISTRO.....	: RS-075374/O-8
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 919.598.290-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 08.01.2010 as 09:34:19.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 73947.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação de Ciência e Tecnologia CIENTEC



RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	254.812,08	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.078.586,94
RECEITA DE SERVICOS	6.570.153,04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.292.146,26
TRANSFERENCIAS CORRENTES	35.000,00	SOMA.....	23.370.733,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	373.270,77	TOTAL.....	23.370.733,20
RECEITA DE SERVICOS INTRA-ORÇAMENTARIOS	14.340,94	DESPESA CAPITAL	
SOMA.....	7.247.576,83	INVESTIMENTOS	1.088.483,48
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	16.123.156,37	AMORTIZACAO DA DIVIDA	413.294,83
TOTAL.....	23.370.733,20	SOMA.....	1.501.778,31
RECEITAS DE CAPITAL		TOTAL.....	24.872.511,51
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	38.000,00		
SOMA.....	38.000,00		
DEFICIT	17.586.934,68		
TOTAL.....	24.872.511,51		
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	7.247.576,83	DESPESAS CORRENTES.....	23.370.733,20
RECEITAS DE CAPITAL.....	38.000,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	1.501.778,31
DEFICIT.....	17.586.934,68	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	24.872.511,51	TOTAL.....	24.872.511,51

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Luiz Augusto Pereira
LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20

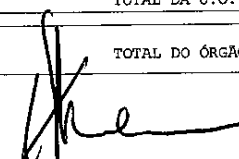
Dalva Maria Krause Kempf
DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTÁBIL
CRCRS N. 21028
CPF: 003.636.420/72

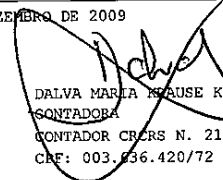
EXERCÍCIO DE 2009	FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA	RFPE006/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N.6
		R\$

ÓRGÃO: 52 - FUNDACAO DE CIENCIA E TECNOLOGIA

U.O.: 52.01 - FUNDACAO DE CIENCIA E TECNOLOGIA - CIENTEC				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	1.538.649,53	22.764.814,78	24.303.464,31
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		22.090.160,59	22.090.160,59
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		22.090.160,59	22.090.160,59
19.0572	DESENV TECNOL ENGENHARIA	1.538.649,53	674.654,19	2.213.303,72
19.0572.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	1.538.649,53	674.654,19	2.213.303,72
28	ENCARGOS ESPECIAIS		569.047,20	569.047,20
28.0061	ACAO JUDICIARIA		155.752,37	155.752,37
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		155.752,37	155.752,37
28.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		413.294,83	413.294,83
28.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		413.294,83	413.294,83
TOTAL DA U.O. =>		1.538.649,53	23.333.861,98	24.872.511,51
TOTAL DO ÓRGÃO =>		1.538.649,53	23.333.861,98	24.872.511,51

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 LUIZ AUGUSTO PEREIRA
 PRESIDENTE
 CPF: 160.579.960/20


 DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
 CONTADORA
 CONTADOR CRERS N. 21028
 CPF: 003.636.420/72

EXERCÍCIO DE 2009


FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA

RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADESANEXO N. 7
R\$

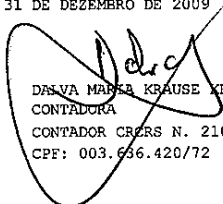
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	1.538.649,53	22.764.814,78	24.303.464,31
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		22.090.160,59	22.090.160,59
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		22.090.160,59	22.090.160,59
19.0572	DESENV TECNOL ENGENHARIA	1.538.649,53	674.654,19	2.213.303,72
19.0572.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	1.538.649,53	674.654,19	2.213.303,72
28	ENCARGOS ESPECIAIS		569.047,20	569.047,20
28.0061	ACAO JUDICIARIA		155.752,37	155.752,37
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		155.752,37	155.752,37
28.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		413.294,83	413.294,83
28.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		413.294,83	413.294,83
TOTAL GERAL =>		1.538.649,53	23.333.861,98	24.872.511,51

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE

CPF: 160.579.960/20



DANIELA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CONTADOR CREERS N. 21028
CPF: 003.636.420/72

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA

RFPE029/00001

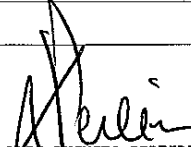
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

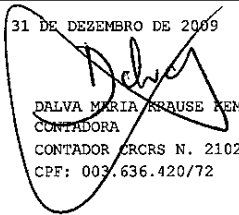
ANEXO N.8

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	22.833.194,35	1.470.269,96	24.303.464,31
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL	22.090.160,59		22.090.160,59
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	22.090.160,59		22.090.160,59
19.0572	DESENV TECNOL ENGENHARIA	743.033,76	1.470.269,96	2.213.303,72
19.0572.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	743.033,76	1.470.269,96	2.213.303,72
28	ENCARGOS ESPECIAIS	569.047,20		569.047,20
28.0061	ACAO JUDICIARIA	155.752,37		155.752,37
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	155.752,37		155.752,37
28.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	413.294,83		413.294,83
28.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	413.294,83		413.294,83
TOTAL GERAL =>		23.402.241,55	1.470.269,96	24.872.511,51

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20

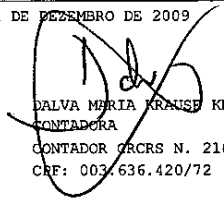

DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CONTADOR CRCRS N. 21028
CPF: 003.636.420/72

EXERCÍCIO DE 2009	FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA	RFPE025/00001
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	ANEXO N.9
		R\$

FUNÇÕES	CIENCIA E TECNOLOGIA	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
ÓRGÃOS			
PODER LEGISLATIVO			
PODER JUDICIARIO			
MINISTERIO PUBLICO			
DEFENSORIA PUBLICA			
PODER EXECUTIVO			
FUNDACAO DE CIENCIA E TECNOLOGIA	24.303.464,31	569.047,20	24.872.511,51
SOMA.....	24.303.464,31	569.047,20	24.872.511,51
TOTAL.....	24.303.464,31	569.047,20	24.872.511,51

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 LUIZ AUGUSTO PEREIRA
 PRESIDENTE
 CPF: 160.579.960/20


 DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
 CONTADORA
 CONTADOR CRCRS N. 21028
 CPF: 003.636.420/72

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	8.246.695,00	7.233.235,89	1.013.459,11-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	100.000,00	254.812,08	154.812,08
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	100.000,00	79.296,68	20.703,32-
1319.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	100.000,00	79.296,68	20.703,32-
1319.01.00.0000	TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	100.000,00	79.296,68	20.703,32-
1319.01.03.0000	TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS	100.000,00	79.296,68	20.703,32-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	175.515,40	175.515,40
1322.00.00.0000	DIVIDENDOS	0,00	364,93	364,93
1322.01.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	0,00	364,93	364,93
1322.01.99.0000	DIVIDENDOS DE SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	0,00	364,93	364,93
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	0,00	175.150,47	175.150,47
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	0,00	175.150,47	175.150,47
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	0,00	175.150,47	175.150,47
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	6.750.000,00	6.570.153,04	179.846,96-
1600.12.00.0000	SERVICOS TECNOLOGICOS	6.500.000,00	6.517.253,04	17.253,04
1600.12.99.0000	DIVERSOS SERVICOS TECNOLOGICOS	6.500.000,00	6.517.253,04	17.253,04
1600.20.00.0000	SERVICO DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	250.000,00	52.900,00	197.100,00-
1600.20.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	250.000,00	52.900,00	197.100,00-
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.246.695,00	35.000,00	1.211.695,00-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	1.246.695,00	35.000,00	1.211.695,00-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	1.246.695,00	35.000,00	1.211.695,00-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	1.246.695,00	35.000,00	1.211.695,00-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	1.246.695,00	35.000,00	1.211.695,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	150.000,00	373.270,77	223.270,77
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	3.000,00	16.957,43	13.957,43
1918.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	14.659,10	14.659,10
1918.99.00.0000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	14.659,10	14.659,10
1918.99.01.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS - DIVERSOS	0,00	14.659,10	14.659,10
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	3.000,00	2.298,33	701,67-
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	3.000,00	2.298,33	701,67-
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	3.000,00	2.298,33	701,67-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	125.000,00	40.334,13	84.665,87-
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	10.000,00	10.114,14	114,14
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	10.000,00	10.114,14	114,14
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	10.000,00	10.114,14	114,14
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	115.000,00	30.219,99	84.780,01-
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	115.000,00	30.219,99	84.780,01-
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	115.000,00	30.219,99	84.780,01-
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	22.000,00	315.979,21	293.979,21
1990.21.00.0000	RECEITA DE PREMIOS DE SEGUROS	0,00	16.817,00	16.817,00
1990.21.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DE PREMIO DE SEGUROS	0,00	16.817,00	16.817,00
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	11.066,74	11.066,74
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	11.066,74	11.066,74
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	22.000,00	288.095,47	266.095,47
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	20.000,00	234.313,66	214.313,66
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	52.831,54	52.831,54
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	2.000,00	950,27	1.049,73-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	655.000,00	38.000,00	617.000,00-
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	655.000,00	38.000,00	617.000,00-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	655.000,00	38.000,00	617.000,00-
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	655.000,00	38.000,00	617.000,00-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	655.000,00	38.000,00	617.000,00-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	655.000,00	38.000,00	617.000,00-
7000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	14.340,94	14.340,94
7600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS INTRA-ORCAMENTARIOS	0,00	14.340,94	14.340,94
7600.22.00.0000	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS INTRA-ORCAMENTARIOS	0,00	14.340,94	14.340,94
7600.22.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS INTRA-ORCAMENTARIOS	0,00	14.340,94	14.340,94
TOTAL		8.901.695,00	7.285.576,83	1.616.118,17-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

EXERCÍCIO DE 2009

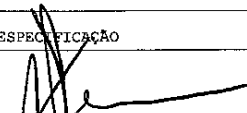
FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

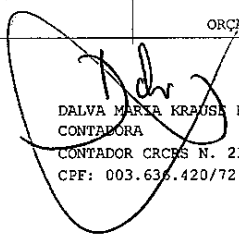
RFPE023/00002

ANEXO N. 10

RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
--------	---------------	--------	------------	-----------


LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20


DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CONTADOR CRCES N. 21028
CPF: 003.636.420/72

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

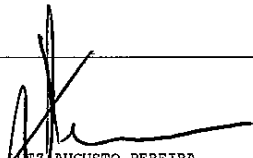
RFPE026/00001

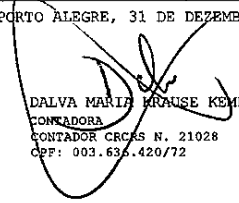
ANEXO N.11

R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO DE CIENCIA E TECNOLOGIA			
DOTAÇÕES INICIAIS	25.591.482,00	1.500.000,00	27.091.482,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	3.176.227,18	1.201.490,12	4.377.717,30
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	764.458,24	98.332,23	862.790,47
AUTORIZADA	28.003.250,94	2.603.157,89	30.606.408,83
REALIZADA	23.370.733,20	1.501.778,31	24.872.511,51
DIFERENÇA	4.632.517,74	1.101.379,58	5.733.897,32
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			27.091.482,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			4.377.717,30
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			862.790,47
AUTORIZADA			30.606.408,83
REALIZADA			24.872.511,51
DIFERENÇA			5.733.897,32

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20


DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTRADORA
CONTADOR CRCAS N. 21028
CPF: 003.635.420/72

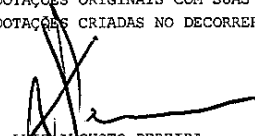
R E C E I T A			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	100.000,00	254.812,08	154.812,08
RECEITA DE SERVIÇOS	6.750.000,00	6.570.153,04	179.846,96-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.246.695,00	35.000,00	1.211.695,00-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	150.000,00	373.270,77	223.270,77
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	14.340,94	14.340,94
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	8.246.695,00	7.247.576,83	999.118,17-
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	655.000,00	38.000,00	617.000,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	655.000,00	38.000,00	617.000,00-
SOMA	8.901.695,00	7.285.576,83	1.616.118,17-
DEFICIT DE PREVISÃO	21.704.713,83	17.586.934,68	4.117.779,15-
TOTAL	30.606.408,83	24.872.511,51	5.733.897,32-

D E S P E S A			
TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	30.606.408,83	24.872.511,51	5.733.897,32-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	30.606.408,83	24.872.511,51	5.733.897,32-
TOTAL	30.606.408,83	24.872.511,51	5.733.897,32-

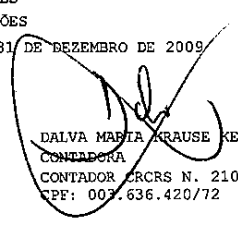
(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



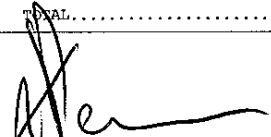
LUÍZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20



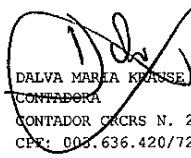
DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 21028
CPF: 007.636.420/72

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		CIENCIA E TECNOLOGIA	24.303.464,31
RECEITA PATRIMONIAL	254.812,08	ENCARGOS ESPECIAIS	569.047,20
RECEITA DE SERVICOS	6.570.153,04	SOMA.....	24.872.511,51
TRANSFERENCIAS CORRENTES	35.000,00	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	373.270,77	REALIZAVEL	793.250,00
REC CORRENTES INTRA-ORCAM	14.340,94	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.062.421,25
SOMA.....	7.247.576,83	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.107.138,59
RECEITAS DE CAPITAL		SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	22.879,99
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	38.000,00	DEPOSITOS	3.513.898,23
SOMA.....	38.000,00	DIVERSOS	260.739,16
TOTAL.....	7.285.576,83	SOMA.....	7.760.327,22
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		TOTAL.....	32.632.838,73
REALIZAVEL	1.135.850,00	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.481.864,69	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	436.469,18	INTRAGOVERNAMENTAIS	1.349,21
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	0,00	SOMA.....	1.349,21
DEPOSITOS	3.519.485,97	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
DIVERSOS	268.946,30	CAIXA	21.785,82
SOMA.....	6.842.616,14	BANCOS C/DISPOSICAO	29.374,91
TOTAL.....	14.128.192,97	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	1.854.898,01
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		VINCULADOS	1.468.516,03
INTRAGOVERNAMENTAIS	17.871.501,17	BANCOS, C/VINCULADAS	0,00
SOMA.....	17.871.501,17	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	490.174,44
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		SOMA.....	3.864.749,21
CAIXA	8.242,99		
BANCOS C/DISPOSICAO	124.411,34		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	850.111,78		
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS			
VINCULADOS	2.700.259,23		
BANCOS, C/VINCULADAS	0,00		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	816.217,67		
SOMA.....	4.499.243,01		
TOTAL.....	36.498.937,15	TOTAL.....	36.498.937,15

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



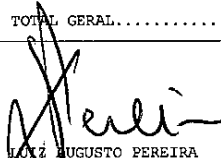
LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20

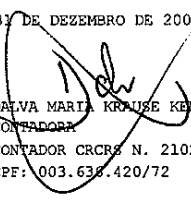


DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CONTADOR CRCRS N. 21028
CPF: 003.636.420/72

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	21.785,82	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	264.175,04
BANCOS C/DISPOSICAO	29.374,91	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	5.320,44
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	1.854.898,01	PIS E PASEP A RECOLHER	13.332,39
SOMA.....	1.906.058,74	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	218.410,04
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		FGTS A RECOLHER	115.154,21
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	1.468.516,03	REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	45.197,97
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	490.174,44	SOMA.....	661.590,09
SOMA.....	1.958.690,47	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
REALIZÁVEL		FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	258.280,76
DEVEDORES	311,38	CONTRIBUICOES E TRANSFERENCIAS A LIQUIDAR	22.302,40
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.010.362,07	FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	133,65
SOMA.....	1.010.673,45	PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	6.347.435,81
TOTAL.....	4.875.422,66	SOMA.....	6.628.152,62
ATIVO PERMANENTE		SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	
BENS DA ENTIDADE		SOMA.....	0,00
BENS MOVEIS	14.123.307,30	DEPÓSITOS	
BENS IMOVEIS	3.626.654,37	DEPOSITOS	113.042,83
SOMA.....	17.749.961,67	SOMA.....	113.042,83
PARTICIPAÇÕES		DIVERSOS	
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	88.207,81	OUTROS CREDORES	28.608,09
SOMA.....	88.207,81	SOMA.....	28.608,09
CRÉDITOS		TOTAL.....	7.431.393,63
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	421.747,10	PASSIVO PERMANENTE	
SOMA.....	421.747,10	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
DIVERSOS		DEBITOS PARCELADOS	1.291.714,53
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO ALMOXARIFADOS	65.288,51	SOMA.....	1.291.714,53
SOMA.....	228.997,11	TOTAL.....	1.291.714,53
SOMA DO ATIVO REAL	23.429.624,86	SOMA DO PASSIVO REAL	8.723.108,16
ATIVO COMPENSADO		SALDO PATRIMONIAL	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	70.820,43	ATIVO REAL LÍQUIDO	14.706.516,70
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	228.997,11	SOMA.....	23.429.624,86
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	33.930,60	PASSIVO COMPENSADO	
RESPONSAVEIS PELA POSSE DE TITULOS	242.333,80	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
SOMA.....	576.081,94	DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	70.820,43
VALORES DE TERCEIROS		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	228.997,11
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	267.069,30	BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	33.930,60
SOMA.....	267.069,30	TITULOS EM PODER DE TERCEIROS	242.333,80
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		SOMA.....	576.081,94
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	4.328.490,48	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
BENFEITORIAS EM IMOVEIS DE TERCEIROS	2.494.115,56	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	267.069,30
SEGUROS PARA COBERTURA DE RISCOS	733.929,00	SOMA.....	267.069,30
SOMA.....	7.556.535,04	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
TOTAL.....	8.399.686,28	DIVERSAS	
TOTAL GERAL.....	31.829.311,14	ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	4.328.490,48
		CONTRAPARTIDA DE BENFEITORIAS EM IMOVEIS DE TERCEIROS	2.494.115,56
		CONTRATOS DE SEGURO PARA COBERTURA DE RISCOS	733.929,00
		SOMA.....	7.556.535,04
		TOTAL.....	8.399.686,28
		TOTAL GERAL.....	31.829.311,14

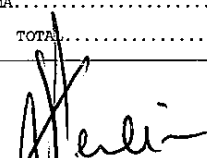
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 LUIZ AUGUSTO PEREIRA
 PRESIDENTE
 CPF: 160.579.960/20

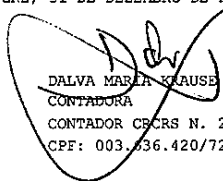

 DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
 CONTADOR
 CONTADOR CRCRS N. 21028
 CPF: 003.636.420/72

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
REC CORRENTES INTRA-ORCAM	14.340,94	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.078.586,94
RECEITA PATRIMONIAL	254.812,08	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.292.146,26
RECEITA DE SERVICOS	6.570.153,04	SOMA.....	23.370.733,20
TRANSFERENCIAS CORRENTES	35.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	373.270,77	INVESTIMENTOS	1.088.483,48
SOMA.....	7.247.576,83	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	413.294,83
RECEITAS DE CAPITAL		SOMA.....	1.501.778,31
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	38.000,00	TOTAL.....	24.872.511,51
SOMA.....	38.000,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES	
SOMA.....	0,00	FASE AQUIS/FORMACAO	54.247,81
TOTAL.....	7.285.576,83	RECEBIMENTO DE CREDITOS POR PRESTACAO	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		DE SERVICOS	2.434.295,11
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	413.294,83	SOMA.....	2.488.542,92
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
AQUISICAO OU FORMACAO	65.288,51	VARIAÇÕES PASSIVAS	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	997.714,97	INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS -	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	25.480,00	PRINCIPAL E ATUALIZACAO	122.464,51
SOMA.....	1.501.778,31	TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	350.056,04
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BALXA DE BENS MOVEIS	18.979,51
VARIAÇÕES ATIVAS		BALXA DE CREDITOS POR PRESTACAO DE	
INCORPORACAO DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR		SERVICOS	69.513,17
S/CONTROLE DO EST	36.561,80	BALXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	568.679,72
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	350.056,04	SOMA.....	1.129.692,95
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	8.970,34	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
INSCRICAO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE		PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SERVICOS	2.445.756,01	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	602.067,99	INTRAGOVERNAMENTAIS	1.349,21
SOMA.....	3.443.412,18	SOMA.....	1.349,21
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO		TOTAL.....	28.492.096,59
PATRIMÔNIO FINANCEIRO		RESULTADO PATRIMONIAL	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	17.871.501,17	SUPERAVIT VERIFICADO	1.610.171,90
INTRAGOVERNAMENTAIS	17.871.501,17	TOTAL.....	30.102.268,49
SOMA.....	17.871.501,17		
TOTAL.....	30.102.268,49		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20



DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CONTADOR CRCRS N. 21028
CPF: 003.636.420/72

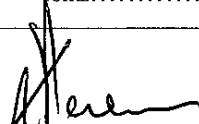
EXERCÍCIO DE 2009

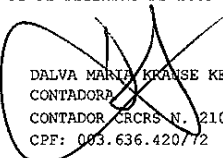
FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTERFPE034/00001
ANEXO N.17

RS

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	242.831,88-	1.084.089,55	1.062.746,39	264.175,04-
CONTRIBUIÇÕES E TRANSFERÊNCIAS A PAGAR	20.895,16-	0,00	20.895,16	0,00
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	642.907,97-	5.680,53	643.268,06	5.320,44-
PIS E PASEP A RECOLHER	17.345,52-	13.332,39	17.345,52	13.332,39-
CONTRIBUIÇÕES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	210.065,93-	218.410,04	210.065,93	218.410,04-
FGTS A RECOLHER	108.100,19-	115.154,21	108.100,19	115.154,21-
REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	0,00	45.197,97	0,00	45.197,97-
SUBTOTAL.....	1.242.146,65-	1.481.864,69	2.062.421,25	661.590,09-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	907.989,71-	258.280,76	907.989,71	258.280,76-
CONTRIBUIÇÕES E TRANSFERÊNCIAS A LIQUIDAR	0,00	22.302,40	0,00	22.302,40-
FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	360,09-	133,65	360,09	133,65-
PRECATÓRIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	6.390.472,23-	155.752,37	198.788,79	6.347.435,81-
SUBTOTAL.....	7.298.822,03-	436.469,18	1.107.138,59	6.628.152,62-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS				
	22.879,99-	0,00	22.879,99	0,00
SUBTOTAL.....	22.879,99-	0,00	22.879,99	0,00
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	107.455,09-	3.519.485,97	3.513.898,23	113.042,83-
SUBTOTAL.....	107.455,09-	3.519.485,97	3.513.898,23	113.042,83-
DIVERSOS				
OUTROS CREDITORES				
	20.400,95-	268.946,30	260.739,16	28.608,09-
SUBTOTAL.....	20.400,95-	268.946,30	260.739,16	28.608,09-
TOTAL.....	8.691.704,71-	5.706.766,14	6.967.077,22	7.431.393,63-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 JOÃO AUGUSTO PEREIRA
 PRESIDENTE
 CPF: 160.579.960/20


 DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
 CONTADORA
 CONTADOR CRCRS N. 21028
 CPF: 003.636.420/72

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	23.370.733,20
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.078.586,94
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	17.078.586,94
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	12.601.235,81
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	9.116.619,31
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	945.688,05
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	565.368,97
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	1.970.278,66
3.1.90.11.1108	JETON	3.280,82
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	3.897.771,55
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	16.040,17
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	2.864.649,51
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	1.017.081,87
3.1.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS	571.026,22
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS	571.026,22
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.553,36
3.1.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS	8.553,36
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.292.146,26
3.3.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	260.285,61
3.3.50.43	SUBVENCOES SOCIAIS	260.285,61
3.3.50.43.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	260.285,61
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	6.031.860,65
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	20.766,00
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	3.426,00
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	17.340,00
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	148.967,56
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	110.614,71
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	38.352,85
3.3.90.18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	12.550,68
3.3.90.18.1801	BOLSAS DE ESTUDOS	12.550,68
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	638.431,61
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	4.818,10
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	1.755,90
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	55.622,79
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	27.296,23
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	99.498,19
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	2.121,40
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	2.152,50
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	189.824,51
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	1.540,00
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	9.044,00
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLÓGICOS	196.493,50
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	662,40
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	16.808,36
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	3.968,30
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	14.090,47
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	12.734,96
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	158.419,43
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	39.160,74
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	30.268,45
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	88.990,24
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	14.268,15
3.3.90.35.3501	AUDITORIA	14.268,15
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.000,00
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	1.000,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.231.635,65
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	622.258,08
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	609.377,57
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.040.747,58
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	151.096,42
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	46.102,05
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	95.961,98
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	328.760,75
3.3.90.39.3923	PEDAGOGOS	2.353,30
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	310.522,99
3.3.90.39.3925	RECEPCOES E HOMENAGENS	3.908,00
3.3.90.39.3926	SEGUROS	8.378,23
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	28.581,05
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	18.888,20
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	90.827,29
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	10.256,34
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	69.727,75
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	7.399,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	20.761,00
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	550,00
3.3.90.39.3939	MEDICINA	45.658,66
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	386.814,12
3.3.90.39.3948	MULTAS	601,06
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	632,38
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	5.636,00
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECCAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	59.079,29
3.3.90.39.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	7.456,20
3.3.90.39.3968	QUIMICA	91.502,99
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	92.188,12
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	7.854,82
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	3.608,88
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	10.209,66
3.3.90.39.3981	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	109.938,75
3.3.90.39.3993	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	25.492,30
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	30.146,83
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	30.146,83
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.321.266,32
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	1.321.266,32
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	179.252,30
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	122.000,00
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	12.635,77
3.3.90.47.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	44.616,53
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	111.459,47
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	111.459,47

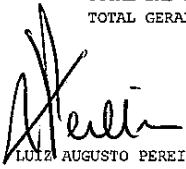
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.612,52
3.3.90.92.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	373,72
3.3.90.92.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	106,60
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	817,26
3.3.90.92.3929	COMUNICAÇÃO	116,92
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	462,94
3.3.90.92.3980	TELEFONIA MOVEL	391,24
3.3.90.92.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	584,44
3.3.90.92.3984	LIMPEZA E HIGIENE	15,58
3.3.90.92.4601	AUXILIO-REFEICAO	743,82
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	119.340,55
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	7.377,80
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	111.962,75
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	1.501.778,31
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	1.088.483,48
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.088.483,48
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	25.480,00
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	14.350,00
4.4.90.51.5106	INSTALACOES, EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS INCORPORAVEIS A IMOVEIS	11.130,00
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.063.003,48
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	41.400,00
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	1.033,90
4.4.90.52.5211	MAQUINAS DE ESCREVER, SOMAR, CALCULAR, CONTABILIDADE E REPRODUCAO	210,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	922.597,86
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	6.342,47
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	5.463,00
4.4.90.52.5217	VEICULOS DE TRACAO PESSOAL OU ANIMAL	965,00
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	560,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	588,75
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	67.760,88
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	454,00
4.4.90.52.5232	AQUISICAO OU DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	15.627,62
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	413.294,83
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	413.294,83
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	413.294,83
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	379.619,81
4.6.90.71.7113	OUTROS DEBITOS PARCELADOS	33.675,02
TOTAL GERAL ==>		24.872.511,51

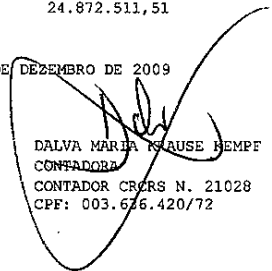
* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS => 17.078.586,94
 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA => 0,00
 OUTRAS DESPESAS CORRENTES => 6.292.146,26
 TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES => 23.370.733,20

INVESTIMENTOS => 1.088.483,48
 INVERSÕES FINANCEIRAS => 0,00
 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA => 413.294,83
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA => 0,00
 TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL => 1.501.778,31
 TOTAL GERAL => 24.872.511,51


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



 LUIZ AUGUSTO PEREIRA
 PRESIDENTE
 CPF: 160.579.960/20


 DALVA MARIA KRAUSE BEMPF
 CONTADOR
 CONTADOR CRERS N. 21028
 CPF: 003.676.420/72

EXERCÍCIO DE 2009		FUNDO DE CIENCIA E TECNOLOGIA							REPE039/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							R\$
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
52 FUNDAÇÃO DE CIENCIA E TECNOLOGIA	17.078.586,94		6.292.146,26	1.088.483,48		413.294,83		24.872.511,51	
TESOURO-LIVRES	16.858.903,98		759.745,46			379.619,81		17.998.269,25	
PROPRIOS DA FUNDACAO	219.682,96		5.037.373,29	204.942,77		33.675,02		5.495.674,04	
CONVENIOS			495.027,51	883.540,71				1.378.568,22	
TOTAL	17.078.586,94		6.292.146,26	1.088.483,48		413.294,83		24.872.511,51	

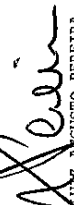
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

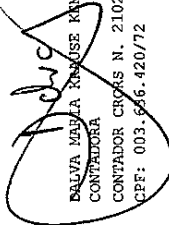

DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTRADORA
CPF: 003/636.420/72


LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20

EXERCÍCIO DE 2009		FUNDE DE CIENCIA E TECNOLOGIA							REFE040/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							RS
ESPECIFICAÇÃO	PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	16.922.834,57		6.292.146,26	1.088.483,48				24.303.464,31	
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDACAO CONVENIOS	16.703.151,61 219.682,96		759.745,46 5.037.373,29 495.027,51	204.942,77 883.540,71				17.462.897,07 5.461.999,02 1.378.568,22	
28 ENCARGOS ESPECIAIS	155.752,37					413.294,83		569.047,20	
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDACAO	155.752,37					379.619,81 33.675,02		535.372,18 33.675,02	
TOTAL	17.078.586,94		6.292.146,26	1.088.483,48		413.294,83		24.872.511,51	
RESUMO									
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDACAO CONVENIOS	16.858.903,98 219.682,96		759.745,46 5.037.373,29 495.027,51	204.942,77 883.540,71		379.619,81 33.675,02		17.998.269,25 5.495.674,04 1.378.568,22	
TOTAL	17.078.586,94		6.292.146,26	1.088.483,48		413.294,83		24.872.511,51	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


LUIZ AUGUSTO PEREIRA
 PRESIDENTE
 CPF: 160.579.960/20


DALVA MARIA KNÄUSE KNÄUFF
 CONTADORIA
 CONTADOR CRCAS N. 21028
 CPF: 003.666.420/72

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSICÃO EM 31-12-08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009.			POSICÃO EM 31-12-09
	LEI	DATA		Mutações Patrimoniais da Despesa	Variações		
					Passivas	Ativas	
Débitos Parcelados							
Com Ministério da Fazenda - PASEP			1.501.813,00	122.464,51		379.619,81	1.244.657,70
Termo de Parcelamento							
59 meses/1999 a 2001			300.806,00	24.378,54		76.012,46	249.172,08
60 m-jan/02 a jun/07			1.143.999,50	93.430,06		289.196,18	948.233,38
60 m-jul/07 a dez/07			57.007,50	4.655,91		14.411,17	47.252,24
Com Pref POA-Taxa de Lixo							
36 meses/1991 a 2007			80.731,85			33.675,02	47.056,83
Total			1.582.544,85	122.464,51	-	413.294,83	1.291.714,53

Luiz Augusto Pereira
 Luiz Augusto Pereira
 PRESIDENTE
 CIC160 579 960-20

Maria Carolina Cirio
 Maria Carolina Cirio
 SUP. ADMINIST.-FINANCEIRO
 CIC 404724770-72

D. C. S.
 Dalva Maria Krause Kempf
 CONTADOR-CRC/RS 21028.0-2
 CIC 005'636 420-72

RESOLUÇÃO Nº 001/CC/2010

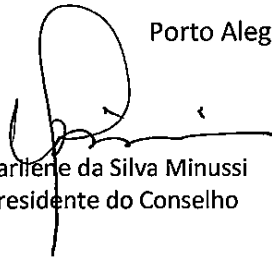
O Conselho Curador da Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 21.874 de 1972 e alterações posteriores e, ainda pela letra “b” do artigo 2º do Regimento Interno do Conselho;

- a) Considerando o exame em documentos, livros, papéis e balancetes da administração financeira e a situação de caixa e valores em depósitos em 31-12-2009;
- b) Considerando as demonstrações contábeis do exercício findo em 31-12-2009, compostas das peças contábeis do Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais;
- c) Considerando o exame realizado no Balanço Anual e nos Inventários, em sessões contidas nas Atas 1210 a 1212.

RESOLVE:

Aprovar as Demonstrações Contábeis do Balanço Anual da Fundação de Ciência e Tecnologia de 31-12-2009, elaborado de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com a legislação pertinente.

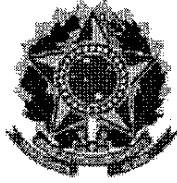
Porto Alegre, 10 de março de 2010.



Mariene da Silva Minussi
Presidente do Conselho



Daniel Pires Bueno
Conselheiro

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
REGISTRO.....	: RS-021028/O-2
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 003.636.420-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 27.01.2010 as 09:10:55.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 74730.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

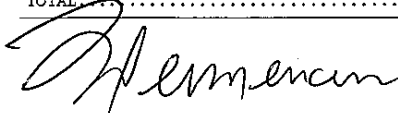
**Fundação de Economia e
Estatística Siegfried
Emanuel Heuser**

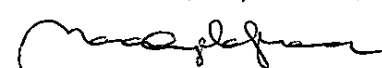
FEE

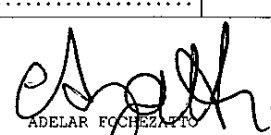


RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	5.360,89	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.247.020,27
RECEITA INDUSTRIAL	17.939,80	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.704.934,60
RECEITA DE SERVIÇOS	168.763,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.983,16	SOMA.....	34.951.954,87
RECEITA DE SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIOS	355.980,72		
SOMA.....	556.027,57	TOTAL.....	34.951.954,87
DEFICIT	34.937.951,30	DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	35.493.978,87	INVESTIMENTOS	542.024,00
		SOMA.....	542.024,00
		TOTAL.....	35.493.978,87
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	556.027,57	DESPESAS CORRENTES.....	34.951.954,87
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	542.024,00
DEFICIT.....	34.937.951,30	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	35.493.978,87	TOTAL.....	35.493.978,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 JORGE LUIZ HENNEMANN
 COORDENADOR NÚCLEO DE CONTABILIDADE
 CRCRS N. 38240
 CPF: 217.626.600/59


 NORA ANGELA G KRAEMER
 DIRETORA ADMINISTRATIVA
 CPF: 217.200.610/68


 ADELAR FOCHEZATTO
 PRESIDENTE
 CPF: 400.874.760/53

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA

RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N.6

R\$

ÓRGÃO: 53 - FUNDACAO DE ECONOMIA E ESTATISTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER

U.O.: 53.01 - FUNDACAO DE ECONOMIA E ESTATISTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	40.000,00	35.353.660,08	35.393.660,08
04.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	40.000,00	24.266.072,62	24.306.072,62
04.0121.0289	PESQUISAS SOCIOECONOMICAS E INFORMACOES			
	ESTATISTICAS	40.000,00	24.266.072,62	24.306.072,62
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		11.087.587,46	11.087.587,46
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		11.087.587,46	11.087.587,46
28	ENCARGOS ESPECIAIS		100.318,79	100.318,79
28.0061	ACAO JUDICIARIA		100.318,79	100.318,79
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		100.318,79	100.318,79
TOTAL DA U.O. =>		40.000,00	35.453.978,87	35.493.978,87
TOTAL DO ÓRGÃO =>		40.000,00	35.453.978,87	35.493.978,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Jorge Luiz Hennemann
 JORGE LUIZ HENNEMANN
 COORDENADOR NÚCLEO DE CONTABILIDADE
 CRCRS N. 38240
 CPF: 217.626.600/59

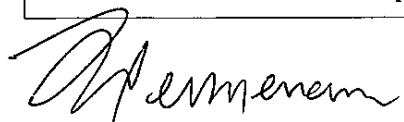
Nora Angela G Kraemer
 NORA ANGELO G KRAEMER
 DIRETORA ADMINISTRATIVA
 CPF: 217.200.610/68

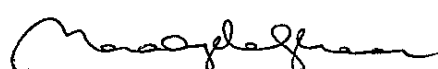
Adelar Fozhezatto
 ADELAR FOZHEZATTO
 PRESIDENTE
 CPF: 400.874.760/53

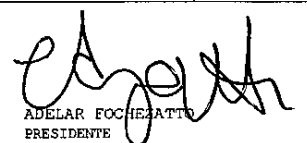
EXERCÍCIO DE 2009	FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA	RFPE009/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	40.000,00	35.353.660,08	35.393.660,08
04.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	40.000,00	24.266.072,62	24.306.072,62
04.0121.0289	PESQUISAS SOCIOECONOMICAS E INFORMACOES			
	ESTATISTICAS	40.000,00	23.288.084,62	23.328.084,62
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		11.087.587,46	11.087.587,46
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		11.087.587,46	11.087.587,46
28	ENCARGOS ESPECIAIS		100.318,79	100.318,79
28.0061	ACAO JUDICIARIA		100.318,79	100.318,79
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		100.318,79	100.318,79
TOTAL GERAL =>		40.000,00	35.453.978,87	35.493.978,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 JORGE LUIZ HENNEMANN
 COORDENADOR NÚCLEO DE CONTABILIDADE
 CRCRS N. 38240
 CPF: 217.626.600/59

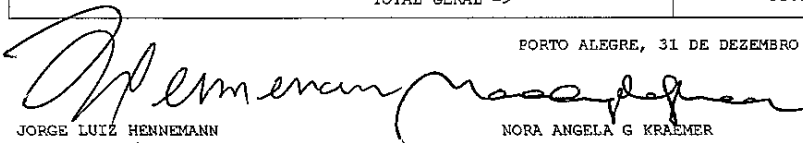

 NORA ANGELA G. KRAEMER
 DIRETORA ADMINISTRATIVA
 CPF: 217.200.610/68


 ADELAR FOCHERATTO
 PRESIDENTE
 CPF: 400.874.760/53

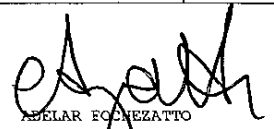
EXERCÍCIO DE 2009	FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA	RFPE029/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
R\$		

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	35.294.742,08	98.918,00	35.393.660,08
04.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	24.207.154,62	98.918,00	24.306.072,62
04.0121.0289	PESQUISAS SOCIOECONOMICAS E INFORMACOES			
	ESTATISTICAS	24.207.154,62	98.918,00	24.306.072,62
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	11.087.587,46		11.087.587,46
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	11.087.587,46		11.087.587,46
28	ENCARGOS ESPECIAIS	100.318,79		100.318,79
28.0061	ACAO JUDICIARIA	100.318,79		100.318,79
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	100.318,79		100.318,79
TOTAL GERAL =>		35.395.060,87	98.918,00	35.493.978,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

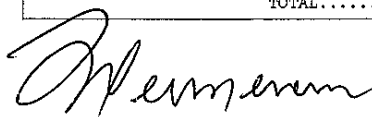

 JORGE LUIZ HENNEMANN
 COORDENADOR NÚCLEO DE CONTABILIDADE
 CRCRS N. 38240
 CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G KRAEMER
 DIRETORA ADMINISTRATIVA
 CPF: 217.200.610/68

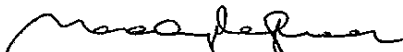

 ABELAR F. ZATZ
 PRESIDENTE
 CPF: 400.574.760/53

FUNÇÕES	ADMINISTRACAO	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL	
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO DE ECONOMIA E ESTATISTICA				
SIEGFRIED EMANUEL HEUSER	35.393.660,08	100.318,79	35.493.978,87	
SOMA.....	35.393.660,08	100.318,79	35.493.978,87	
TOTAL.....	35.393.660,08	100.318,79	35.493.978,87	

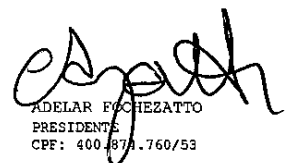
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59



NORA ANGELA G. KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68



ADELAR F. SCHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.871.760/53

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	619.000,00	200.046,85	418.953,15-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	13.000,00	5.360,89	7.639,11-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	13.000,00	5.360,89	7.639,11-
1322.00.00.0000	DIVIDENDOS	0,00	176,43	176,43
1322.02.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	0,00	176,43	176,43
1322.02.99.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	0,00	176,43	176,43
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	11.800,00	4.846,01	6.953,99-
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	10.000,00	4.846,01	5.153,99-
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	10.000,00	4.846,01	5.153,99-
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	1.800,00	0,00	1.800,00-
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	1.800,00	0,00	1.800,00-
1329.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.200,00	338,45	861,55-
1329.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.200,00	338,45	861,55-
1329.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.200,00	338,45	861,55-
1500.00.00.0000	RECEITA INDUSTRIAL	24.000,00	17.939,80	6.060,20-
1520.00.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	24.000,00	17.939,80	6.060,20-
1520.29.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	24.000,00	17.939,80	6.060,20-
1520.29.99.0000	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	24.000,00	17.939,80	6.060,20-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	512.000,00	168.763,00	343.237,00-
1600.22.00.0000	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	512.000,00	168.763,00	343.237,00-
1600.22.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	512.000,00	168.763,00	343.237,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.000,00	7.983,16	62.016,84-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	60.000,00	2.982,12	57.017,88-
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	6.000,00	723,20	5.276,80-
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	6.000,00	723,20	5.276,80-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	6.000,00	723,20	5.276,80-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	54.000,00	2.258,92	51.741,08-
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	54.000,00	2.258,92	51.741,08-
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	54.000,00	2.258,92	51.741,08-
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	5.001,04	4.998,96-
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	10.000,00	5.001,04	4.998,96-
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	5.001,04	4.998,96-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	258.000,00	0,00	258.000,00-
2200.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS	10.000,00	0,00	10.000,00-
2210.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00-
2219.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00-
2219.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00-
2219.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00-
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	248.000,00	0,00	248.000,00-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	248.000,00	0,00	248.000,00-
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	248.000,00	0,00	248.000,00-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	248.000,00	0,00	248.000,00-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	248.000,00	0,00	248.000,00-
7000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	355.980,72	355.980,72
7600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS INTRA-ORCAMENTARIOS	0,00	355.980,72	355.980,72
7600.22.00.0000	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS INTRA-ORCAMENTARIOS	0,00	355.980,72	355.980,72
7600.22.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS INTRA-ORCAMENTARIOS	0,00	355.980,72	355.980,72
TOTAL		877.000,00	556.027,57	320.972,43-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCS N. 38249
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G. KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

ADELAR FICHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 480.874.760/53

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

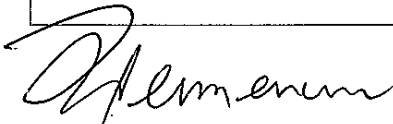
RFPE026/00001

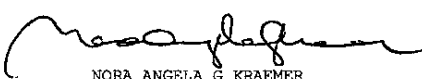
ANEXO N.11

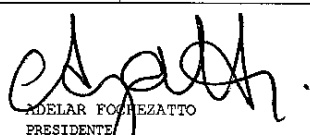
R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO DE ECONOMIA E ESTATISTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER			
DOTAÇÕES INICIAIS	32.923.471,00	368.000,00	33.291.471,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	3.155.000,00	510.000,00	3.665.000,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	50.000,00	0,00	50.000,00
AUTORIZADA	36.028.471,00	878.000,00	36.906.471,00
REALIZADA	34.951.954,87	542.024,00	35.493.978,87
DIFERENÇA	1.076.516,13	335.976,00	1.412.492,13
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			33.291.471,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			3.665.000,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			50.000,00
AUTORIZADA			36.906.471,00
REALIZADA			35.493.978,87
DIFERENÇA			1.412.492,13

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59


NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/66


ADELAR FOZ DE ZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.800.760/53

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	13.000,00	5.360,89	7.639,11-
RECEITA INDUSTRIAL	24.000,00	17.939,80	6.060,20-
RECEITA DE SERVIÇOS	512.000,00	168.763,00	343.237,00-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.000,00	7.983,16	62.016,84-
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	355.980,72	355.980,72
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	619.000,00	556.027,57	62.972,43-
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	0,00	10.000,00-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	248.000,00	0,00	248.000,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	258.000,00	0,00	258.000,00-
SOMA	877.000,00	556.027,57	320.972,43-
DEFICIT DE PREVISÃO	36.029.471,00	34.937.951,30	1.091.519,70-
TOTAL	36.906.471,00	35.493.978,87	1.412.492,13-

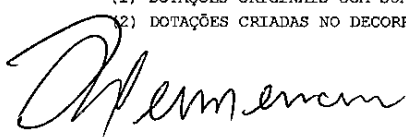
D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	36.906.471,00	35.493.978,87	1.412.492,13-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	36.906.471,00	35.493.978,87	1.412.492,13-
TOTAL	36.906.471,00	35.493.978,87	1.412.492,13-


(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

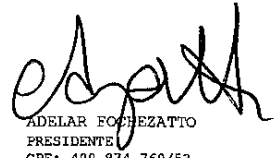
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



JORGE LUIZ HENEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59



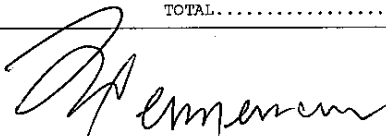
NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68




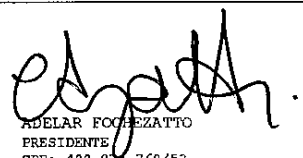
ADELAR FOCHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.874.760/53

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ADMINISTRAÇÃO	35.393.660,08
RECEITA PATRIMONIAL	5.360,89	ENCARGOS ESPECIAIS	100.318,79
RECEITA INDUSTRIAL	17.939,80	SOMA.....	35.493.978,87
RECEITA DE SERVIÇOS	168.763,00	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.983,16	REALIZAVEL	7.744,57
REC CORRENTES INTRA-ORCAM	355.980,72	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.029.226,72
SOMA.....	556.027,57	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.013.347,90
RECEITAS DE CAPITAL		DEPOSITOS	6.704.942,26
TOTAL.....	556.027,57	SOMA.....	9.755.261,45
TOTAL.....	556.027,57	TOTAL.....	45.249.240,32
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
REALIZAVEL	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.225.593,05	INTRAGOVERNAMENTAIS	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	380.000,00	SOMA.....	0,00
DEPOSITOS	6.719.740,71	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
SOMA.....	10.325.333,76	BANCOS C/DISPOSICAO	48.738,35
TOTAL.....	10.881.361,33	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	530.858,34
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		SOMA.....	579.596,69
REALIZAVEL	0,00		
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.225.593,05		
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	380.000,00		
DEPOSITOS	6.719.740,71		
SOMA.....	10.325.333,76		
TOTAL.....	10.881.361,33		
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS			
INTRAGOVERNAMENTAIS	34.277.730,98		
SOMA.....	34.277.730,98		
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
BANCOS C/DISPOSICAO	101.317,22		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	568.427,48		
SOMA.....	669.744,70		
TOTAL.....	669.744,70		
TOTAL.....	45.828.837,01	TOTAL.....	45.828.837,01

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

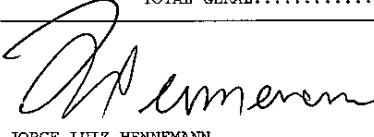

 JORGE LUIZ HENNEMANN
 COORDENADOR NÚCLEO DE CONTABILIDADE
 CRCRS N. 38240
 CPF: 217.626.600/59


 NORA ANGELA S KRAEMER
 DIRETORA ADMINISTRATIVA
 CPF: 217.200.610/68

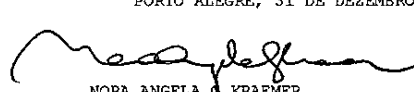

 ADELAR FOCHEZATTO
 PRESIDENTE
 CPF: 400.874.760/53

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	48.738,35	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	252.868,33
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	530.858,34	LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	176,00
SOMA.....	579.596,69	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	1.263.894,39
REALIZÁVEL		PIS E PASEP A RECOLHER	19.019,32
DEPOSITOS JUDICIAIS	9.303,40	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	479.563,34
SOMA.....	9.303,40	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	6,75
TOTAL.....	588.900,09	PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	1.174.098,99
ATIVO PERMANENTE		FGTS A RECOLHER	148.606,71
BENS DA ENTIDADE		SOMA.....	3.338.233,83
BENS MOVEIS	1.788.079,36	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
BENS IMOVEIS	2.526.911,10	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	380.000,00
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	134.329,49	SOMA.....	380.000,00
SOMA.....	4.449.319,95	DEPÓSITOS	
PARTICIPAÇÕES		DEPOSITOS	116.413,35
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	13.031,69	SOMA.....	116.413,35
SOMA.....	13.031,69	TOTAL.....	3.834.647,18
CRÉDITOS		SOMA DO PASSIVO REAL	3.834.647,18
CREDITOS P/FUTURO AUMENTO CAP EM EMPR SOB CONTROLE DO ESTADO	1.117,63	SALDO PATRIMONIAL	
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	50.353,99	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
SOMA.....	51.471,62	ATIVO REAL LÍQUIDO	1.659.717,11
DIVERSOS		SOMA.....	5.494.364,29
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO ALMOXARIFADOS	380.000,00	PASSIVO COMPENSADO	
SOMA.....	391.640,94	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
TOTAL.....	4.905.464,20	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	11.640,94
SOMA DO ATIVO REAL	5.494.364,29	SOMA.....	11.640,94
ATIVO COMPENSADO		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		VANTAGENS REMUNERATORIAS DOS SERVIDORES A IMPLANTAR	1.062.392,67
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	11.640,94	ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	430.756,75
SOMA.....	11.640,94	ACOES JUDICIAIS	46.710,54
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		CONTRATOS DE SEGURO PARA COBERTURA DE RISCOS	2.095.000,00
VANTAGENS REMUNERATORIAS DE SERVIDORES A IMPLANTAR	1.062.392,67	SOMA.....	3.634.859,96
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	430.756,75	TOTAL.....	3.646.500,90
PROCESSOS JUDICIAIS	46.710,54		
SEGUROS PARA COBERTURA DE RISCOS	2.095.000,00		
SOMA.....	3.634.859,96		
TOTAL.....	3.646.500,90		
TOTAL GERAL.....	9.140.865,19	TOTAL GERAL.....	9.140.865,19


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59



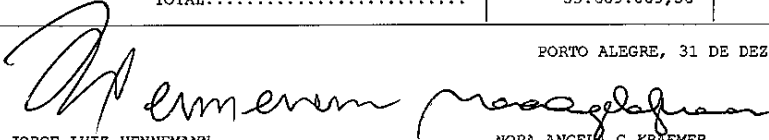
NORA ANGELA C. KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

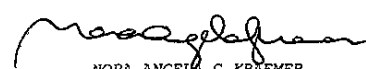


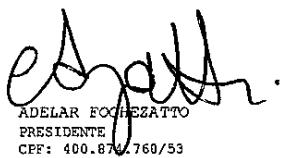
ADELAR FOZHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.874.760/53

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	5.360,89	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.247.020,27
RECEITA INDUSTRIAL	17.939,80	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.704.934,60
RECEITA DE SERVIÇOS	168.763,00	SOMA.....	34.951.954,87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.983,16	DESPESAS DE CAPITAL	
REC CORRENTES INTRA-ORCAM	355.980,72	INVESTIMENTOS	542.024,00
SOMA.....	556.027,57	SOMA.....	542.024,00
RECEITAS DE CAPITAL		TOTAL.....	35.493.978,87
SOMA.....	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	RECEBIMENTO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	56.876,72
SOMA.....	0,00	SOMA.....	56.876,72
TOTAL.....	556.027,57	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	380.000,00	BAIXA DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR S/CONTROLE DO ESTADO	12.288,95
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	162.024,00	BAIXA DE BENS MOVEIS	88.515,92
SOMA.....	542.024,00	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	37.408,90
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		SOMA.....	138.213,77
VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	45.283,92	SOMA.....	0,00
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	30.593,52	TOTAL.....	35.689.069,36
SOMA.....	75.877,44		
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	34.277.730,98		
SOMA.....	34.277.730,98		
TOTAL.....	35.451.659,99		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	237.409,37		
TOTAL.....	35.689.069,36	TOTAL.....	35.689.069,36

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 JORGE LUIZ HENNEMANN
 COORDENADOR NÚCLEO DE CONTABILIDADE
 CRCRS N. 38240
 CPF: 217.626.600/59


 NORA ANGELA G KRAEMER
 DIRETORA ADMINISTRATIVA
 CPF: 217.200.610/68


 ADELAR FOCHEZATTO
 PRESIDENTE
 CPF: 400.874.760/53

EXERCÍCIO DE 2009

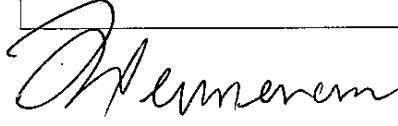
FUND DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

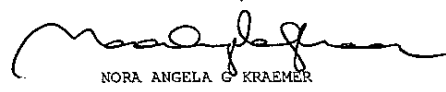
RFPE034/00001
ANEXO N.17

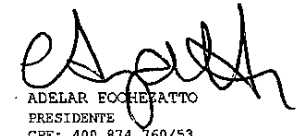
R\$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	345.832,11-	252.868,33	345.832,11	252.868,33-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	150,00-	176,00	150,00	176,00-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	1.102.790,26-	1.263.894,39	1.102.790,26	1.263.894,39-
PIS E PASEP A RECOLHER	16.956,46-	19.019,32	16.956,46	19.019,32-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	428.385,16-	479.563,34	428.385,16	479.563,34-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	11,13-	6,75	11,13	6,75-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	112.807,60-	1.061.458,21	166,82	1.174.098,99-
FGTS A RECOLHER	134.934,78-	148.606,71	134.934,78	148.606,71-
SUBTOTAL.....	2.141.867,50-	3.225.593,05	2.029.226,72	3.338.233,83-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	0,00	380.000,00	0,00	380.000,00-
PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	1.013.347,90-	0,00	1.013.347,90	0,00
SUBTOTAL.....	1.013.347,90-	380.000,00	1.013.347,90	380.000,00-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	101.614,90-	6.719.740,71	6.704.942,26	116.413,35-
SUBTOTAL.....	101.614,90-	6.719.740,71	6.704.942,26	116.413,35-
TOTAL.....	3.256.830,30-	10.325.333,76	9.747.516,88	3.834.647,18-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CPCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

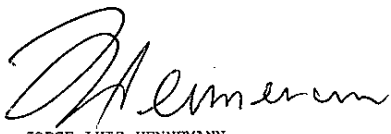


NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68


ADELAR FOCHEATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.874.760/53

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	34.951.954,87
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.247.020,27
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	32.247.020,27
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	24.264.872,58
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	23.876.157,98
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	387.304,60
3.1.90.11.1108	JETON	1.410,00
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	7.881.828,90
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	19.518,06
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	550.753,19
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	6.066.765,72
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	1.244.791,93
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	100.318,79
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	100.318,79
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.704.934,60
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	2.704.934,60
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	17.924,00
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	17.924,00
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	10.024,91
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	10.024,91
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	72.124,14
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	874,65
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	8.710,90
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	4.012,00
3.3.90.30.3017	MATERIA-PRIMA	8.398,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	6.908,04
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	26.630,55
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	16.590,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	20.275,28
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	10.429,52
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	9.845,76
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.360,00
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	3.360,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	144.281,36
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	85.459,48
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	58.821,88
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.093.290,90
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	33.889,12
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	8.543,03
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	2.671,08
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	28.696,93
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	109.205,78
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	1.826,00
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	35.861,36
3.3.90.39.3926	SEGUROS	2.281,87
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	30.075,45
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	28.329,52
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	12.660,03
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	14.204,50
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	33.158,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	1.801,50
3.3.90.39.3937	LEVANTAMENTO, PROSPECCAO E ANALISE DE DADOS	106.246,53
3.3.90.39.3939	MEDICINA	6.093,36
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	189.219,21
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	154,89
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	12.770,01
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEIS	220,63
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	4.500,00
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	68.811,10
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	1.362.071,00
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	343.654,01
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	672,00
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	242.815,40
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	3.487,77
3.3.90.47.4705	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	8.707,24
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	4.349,61
3.3.90.47.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	83.495,26
3.3.90.47.4717	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	126,73
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	542.024,00
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	542.024,00
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	542.024,00
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	542.024,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	380.000,00
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	1.590,00
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	9.318,00
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	224,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	150.892,00
TOTAL GERAL ==>		35.493.978,87

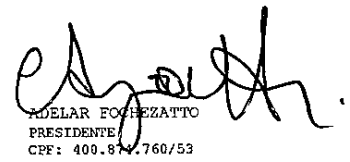
* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	32.247.020,27
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	2.704.934,60
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	34.951.954,87
INVESTIMENTOS	=>	542.024,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	542.024,00
TOTAL GERAL	=>	35.493.978,87

 PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68



ADELAR FOCHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.874.760/53

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDORRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
53 FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGRIED EMANUEL HEUSER	32.247.020,27		2.704.934,60	542.024,00				35.493.978,87	
TESOURO-LIVRES	32.247.020,27		2.194.147,10	443.106,00				34.441.167,37	
PROPRIOS DA FUNDAÇÃO			510.787,50	98.918,00				953.893,50	
CONVENIOS								98.918,00	
TOTAL	32.247.020,27		2.704.934,60	542.024,00				35.493.978,87	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Jorge Luiz Hennemann

JORGE LUIZ HENNEWMANN
COORDENADOR NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.625.600/59

Adelar Foz de Zatto

ADELAR FOZ DE ZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.844.160/53

EXERCÍCIO DE 2009										FUNDECONOMIA E ESTATÍSTICA		R\$		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEQUENDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO										R\$		R\$		
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA									TOTAL	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	INVERSÕES FINANCEIRAS	TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	INVERSÕES FINANCEIRAS	TOTAL					
04 ADMINISTRACAO	32.146.701,48		2.704.934,60	542.024,00										35.393.660,08
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDACAO CONVENIOS	32.146.701,48		2.194.147,10 510.787,50	443.106,00 98.918,00										34.340.848,58 953.893,50 98.918,00
28 ENCARGOS ESPECIAIS	100.318,79													100.318,79
TESOURO-LIVRES	100.318,79													100.318,79
TOTAL	32.247.020,27		2.704.934,60	542.024,00										35.493.978,87
RESUMO														
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDACAO CONVENIOS	32.247.020,27		2.194.147,10 510.787,50	443.106,00 98.918,00										34.441.167,37 953.893,50 98.918,00
TOTAL	32.247.020,27		2.704.934,60	542.024,00										35.493.978,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

JORGE HUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NUCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

MORA ANGELA G KRÄMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

ROSELAR FORTALEZA
PRESIDENTE
CPF: 400.870.760/53




Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
 Siegfried Emanuel Heuser

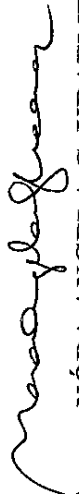
Centro de Recursos – Núcleo de Contabilidade

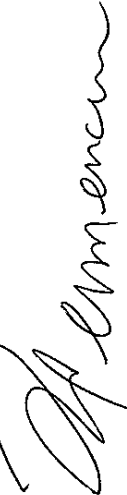
ANEXO 16

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA						
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSICÃO EM 31.12.08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009		POSICÃO EM 31.12.2009
	LEI	DATA		Passivas	Ativas	
Débitos Parcelados						
Com o Ministério da Fazenda - PASEP			.X.	.X.	.X.	0,00
Termo de Parcelamento de / /						
Com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS			.X.	.X.	.X.	.X.
TOTAL			.X.	.X.	.X.	0,00

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009


ADELAR FOCHEZATTO
 PRESIDENTE
 CIC-MF 400874760-53


NÓRA ANGELA G. KRAEMER
 DIRETORA ADMINISTRATIVA
 CIC-MF 217200610-68


JORGE LUIZ HENNEMANN
 CONTADOR - CRC/RS 38.240
 CIC-MF 217626600-59

CONSELHO CURADOR

RESOLUÇÃO Nº 01/2010

O CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser no uso das atribuições que lhe são conferidas pela letra “b”, do artigo 13, do Estatuto desta Fundação, aprovado pelo Decreto nº 22.971, de 04 de janeiro de 1974, e pela letra “b” do artigo 2º, inciso II e letra “a” do artigo 3º, do Regime Interno deste Conselho.

Considerando o exame realizado no Balanço Anual da Fundação, conforme o consignado na Ata de Reunião Ordinária nº 01/2009, realizado na presente data, bem como as manifestações registradas nas atas relativas às reuniões em que examinaram e analisaram os documentos referentes ao exercício de 2009.

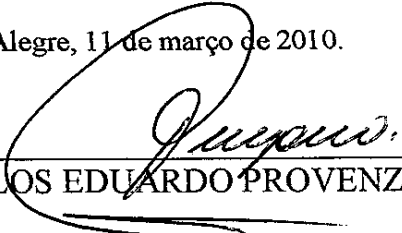
Considerando que o Balanço Anual representa adequadamente a posição patrimonial e financeira desta Fundação, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior e,

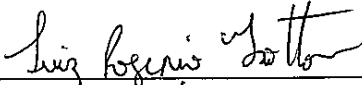
Considerando que a Fundação vem cumprindo com as finalidades para as quais foi criada.

RESOLVE:

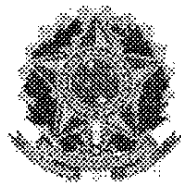
APROVAR o Balanço Anual da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE, concernente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, bem como as contas apresentadas por sua administração.

Porto Alegre, 11 de março de 2010.


CARLOS EDUARDO PROVENZANO


LUIZ ROGÉRIO ISOTTON


GERSON PÉRICLES TAVARES DOYLL

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: JORGE LUIZ HENNEMANN
REGISTRO.....	: RS-038240/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 217.626.600-59

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 29.01.2010 as 15:02:27.

Válido até: 28.07.2010.

Código de Controle: 74854.


Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Fundação Escola Técnica
Liberato Salzano Vieira da Cunha
FETLSVC**

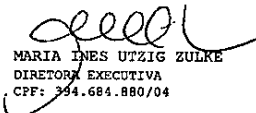


RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	RS
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	151.584,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.678.266,68
RECEITA DE SERVIÇOS	3.240.498,12	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.023.040,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	224.663,91		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	1.044.465,14	SOMA.....	24.701.306,69
SOMA.....	4.661.211,37	TOTAL.....	24.701.306,69
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	20.040.095,32	DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	20.040.095,32
DEFICIT	21.617.530,71	DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	26.278.742,08	INVESTIMENTOS	1.532.901,53
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	44.533,86
		SOMA.....	1.577.435,39
		TOTAL.....	21.617.530,71
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	4.661.211,37	DESPESAS CORRENTES.....	24.701.306,69
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	1.577.435,39
DEFICIT.....	21.617.530,71	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	26.278.742,08	TOTAL.....	26.278.742,08

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68



MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDO ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA

RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N.6

R\$

ÓRGÃO: 56 - FUNDAÇÃO ESCOLA TECNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA

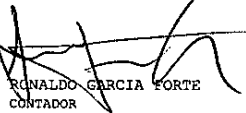
U.O.: 56.01 - FUNDAÇÃO ESCOLA TECNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA

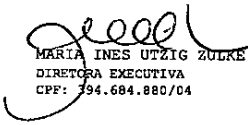
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
12	EDUCACAO	200.000,00	26.034.208,22	26.234.208,22
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL		3.500.675,37	3.500.675,37
12.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		3.500.675,37	3.500.675,37
12.0363	ENSINO PROFISSIONAL	200.000,00	22.357.397,99	22.557.397,99
12.0363.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		20.502.131,82	20.502.131,82
12.0363.0360	EDUCACAO PROFISSIONAL COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO	200.000,00	1.855.266,17	2.055.266,17
12.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		176.134,86	176.134,86
12.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		176.134,86	176.134,86
TOTAL DA U.O. =>		200.000,00	26.034.208,22	26.234.208,22

U.O.: 56.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDAÇÃO ESCOLA TECNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
12	EDUCACAO		44.533,86	44.533,86
12.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		44.533,86	44.533,86
12.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		44.533,86	44.533,86
TOTAL DA U.O. =>			44.533,86	44.533,86

TOTAL DO ÓRGÃO =>		200.000,00	26.078.742,08	26.278.742,08
-------------------	--	------------	---------------	---------------

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68



MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

EXERCÍCIO DE 2009	FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA	RFPE009/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
12	EDUCACAO	200.000,00	26.078.742,08	26.278.742,08
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL		3.500.675,37	3.500.675,37
12.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		3.500.675,37	3.500.675,37
12.0363	ENSINO PROFISSIONAL	200.000,00	22.357.397,99	22.557.397,99
12.0363.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		20.502.131,82	20.502.131,82
12.0363.0360	EDUCACAO PROFISSIONAL COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO	200.000,00	1.855.266,17	2.055.266,17
12.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		220.668,72	220.668,72
12.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		220.668,72	220.668,72
TOTAL GERAL ->		200.000,00	26.078.742,08	26.278.742,08

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


RONALDO GARCIA FORTE
 CONTADOR
 CRCRS N. 42565
 CPF: 263.844.770/68


MARIA INES UTZIG ZULKE
 DIRETORA EXECUTIVA
 CPF: 364.684.880/04

EXERCÍCIO DE 2009

FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA

RFPE029/00001

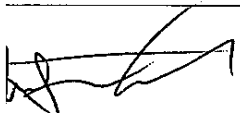
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

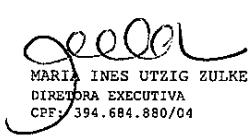
ANEXO N.8

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
2	EDUCACAO	25.181.506,14	1.097.235,94	26.278.742,08
2.0122	ADMINISTRACAO GERAL	3.500.675,37		3.500.675,37
2.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.500.675,37		3.500.675,37
2.0363	ENSINO PROFISSIONAL	21.460.162,05	1.097.235,94	22.557.397,99
2.0363.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	20.502.131,82		20.502.131,82
2.0363.0360	EDUCACAO PROFISSIONAL COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO	958.030,23	1.097.235,94	2.055.266,17
2.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	220.668,72		220.668,72
2.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	220.668,72		220.668,72
TOTAL GERAL =>		25.181.506,14	1.097.235,94	26.278.742,08

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



 ONALDO GARCIA FORTE
 CONTADOR
 CRC N. 42565
 CPF: 263.844.770/68



 MARIA INES UTZIG ZULKE
 DIRETORA EXECUTIVA
 CPF: 394.684.880/04

EXERCÍCIO DE 2009	FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	RFPE025/00001 ANEXO N.9 R\$
-------------------	--	-----------------------------------

FUNÇÕES	EDUCACAO	TOTAL		
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO ESCOLA TECNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	26.278.742,08	26.278.742,08		
SOMA.....	26.278.742,08	26.278.742,08		
TOTAL.....	26.278.742,08	26.278.742,08		

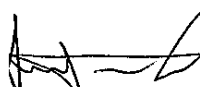
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68


MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	3.041.012,95	3.616.746,23	575.733,28
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	105.721,00	151.584,20	45.863,20
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	30.000,00	25.309,19	4.690,81-
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	30.000,00	25.309,19	4.690,81-
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	30.000,00	25.309,19	4.690,81-
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	30.000,00	25.309,19	4.690,81-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	75.721,00	126.275,01	50.554,01
1322.00.00.0000	DIVIDENDOS	0,00	51,50	51,50
1322.02.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	0,00	51,50	51,50
1322.02.99.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	0,00	51,50	51,50
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	75.721,00	126.223,51	50.502,51
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	71.045,00	104.230,95	33.185,95
1325.01.05.0000	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO RECURSO VINCULADO-MDE-FNDE	4.676,00	21.992,56	17.316,56
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	4.676,00	21.992,56	17.316,56
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	4.676,00	21.992,56	17.316,56
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	2.836.718,00	3.240.498,12	403.780,12
1600.12.00.0000	SERVICOS TECNOLOGICOS	4.000,00	0,00	4.000,00-
1600.12.99.0000	DIVERSOS SERVICOS TECNOLOGICOS	4.000,00	0,00	4.000,00-
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	200.000,00	180.174,82	19.825,18-
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	200.000,00	180.174,82	19.825,18-
1600.16.00.0000	SERVICOS EDUCACIONAIS	2.632.718,00	3.060.323,30	427.605,30
1600.16.99.0000	DIVERSOS SERVICOS EDUCACIONAIS	2.632.718,00	3.060.323,30	427.605,30
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	50.873,95	0,00	50.873,95-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	50.873,95	0,00	50.873,95-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	50.873,95	0,00	50.873,95-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	50.873,95	0,00	50.873,95-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	50.873,95	0,00	50.873,95-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.700,00	224.663,91	176.963,91
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	1.600,00	6.387,46	4.787,46
1918.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	100,00	0,00	100,00-
1918.99.00.0000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	100,00	0,00	100,00-
1918.99.01.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS - DIVERSOS	100,00	0,00	100,00-
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	1.500,00	6.387,46	4.887,46
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	1.000,00	6.387,46	5.387,46
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	1.000,00	6.387,46	5.387,46
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	500,00	0,00	500,00-
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	500,00	0,00	500,00-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	45.600,00	114.879,24	69.279,24
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	45.600,00	114.879,24	69.279,24
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	45.600,00	114.879,24	69.279,24
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	45.600,00	114.879,24	69.279,24
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	500,00	103.397,21	102.897,21
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	1.481,28	1.481,28
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	1.481,28	1.481,28
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	500,00	101.915,93	101.415,93
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	101.342,97	101.342,97
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	500,00	572,96	72,96
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00-
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00-
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00-
7000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	10.000,00	1.044.465,14	1.034.465,14
7900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	10.000,00	1.044.465,14	1.034.465,14
7920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	10.000,00	1.044.465,14	1.034.465,14
7921.00.00.0000	INDENIZACOES INTRA-ORCAMENTARIAS	10.000,00	1.044.465,14	1.034.465,14
7921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES INTRA-ORCAMENTARIAS	10.000,00	1.044.465,14	1.034.465,14
7921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES INTRA-ORCAMENTARIAS	10.000,00	1.044.465,14	1.034.465,14
TOTAL		4.451.012,95	4.661.211,37	210.198,42

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009




RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68




MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.890/04

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO ESCOLA TECNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA			
DOTAÇÕES INICIAIS	25.513.940,95	1.530.000,00	27.043.940,95
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	813.000,00	563.100,00	1.376.100,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	846.100,00	132.000,00	978.100,00
AUTORIZADA	25.480.840,95	1.961.100,00	27.441.940,95
REALIZADA	24.701.306,69	1.577.435,39	26.278.742,08
DIFERENÇA	779.534,26	383.664,61	1.163.198,87
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			27.043.940,95
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			1.376.100,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			978.100,00
AUTORIZADA			27.441.940,95
REALIZADA			26.278.742,08
DIFERENÇA			1.163.198,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


RONALDO GARCIA FORTE
 CONTADOR
 CRCRS N. 42565
 CPF: 263.844.770/68


MARIA INES UTZIG ZULKE
 DIRETORA EXECUTIVA
 CPF: 394.684.880/04

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	105.721,00	151.584,20	45.863,20
RECEITA DE SERVIÇOS	2.836.718,00	3.240.498,12	403.780,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.873,95	0,00	50.873,95-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.700,00	224.663,91	176.963,91
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	10.000,00	1.044.465,14	1.034.465,14
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	3.051.012,95	4.661.211,37	1.610.198,42
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00-
SOMA	4.451.012,95	4.661.211,37	210.198,42
DEFICIT DE PREVISÃO	22.990.928,00	21.617.530,71	1.373.397,29-
TOTAL	27.441.940,95	26.278.742,08	1.163.198,87-


D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	27.441.940,95	26.278.742,08	1.163.198,87-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	27.441.940,95	26.278.742,08	1.163.198,87-
TOTAL	27.441.940,95	26.278.742,08	1.163.198,87-

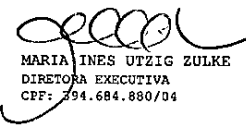
(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009




RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68




MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 594.684.880/04

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		EDUCAÇÃO	26.278.742,08
RECEITA PATRIMONIAL	151.584,20	SOMA.....	26.278.742,08
RECEITA DE SERVIÇOS	3.240.498,12	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	224.663,91	REALIZAVEL	98.053,90
REC CORRENTES INTRA-ORCAM	1.044.465,14	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.462.327,73
SOMA.....	4.661.211,37	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	202.039,55
RECEITAS DE CAPITAL		SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	862,28
TOTAL.....	4.661.211,37	DEPOSITOS	5.223.030,59
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		DIVERSOS	125.077,87
REALIZAVEL	99.079,09	SOMA.....	7.111.391,92
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.653.270,51	TOTAL.....	33.390.134,00
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.000.525,12	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	923,52	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
DEPOSITOS	5.237.223,79	INTRAGOVERNAMENTAIS	
DIVERSOS	124.907,93	SOMA.....	0,00
SOMA.....	8.115.929,96	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
TOTAL.....	12.777.141,33	BANCOS C/DISPOSICAO	19.761,62
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	3.975.903,65
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS	
INTRAGOVERNAMENTAIS	22.117.889,88	VINCULADOS	741.744,31
SOMA.....	22.117.889,88	BANCOS, C/VINCULADAS	4.848,87
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	10.290,50
BANCOS C/DISPOSICAO	9.622,78	SOMA.....	4.752.548,95
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	2.132.567,54	TOTAL.....	38.142.682,95
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS			
VINCULADOS	1.092.723,42		
BANCOS, C/VINCULADAS	2.447,50		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	10.290,50		
SOMA.....	3.247.651,74		
TOTAL.....	38.142.682,95		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

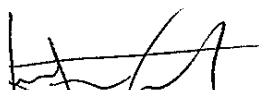

RONALDO GARCIA FORTE
ENFADADOR
RCRS N. 42565
PF: 263.844.770/68



MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	19.761,62	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	52.859,90
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	3.975.903,65	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	849.056,27
SOMA.....	3.995.665,27	PIS E PASEP A RECOLHER	18.470,34
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	274.978,45
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	741.744,31	CORRECAO MONETARIA DE CAUCOES	13.736,23
BANCOS, C/VINCULADAS	4.848,87	PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	1.805.890,85
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	10.290,50	FGTS A RECOLHER	147.919,45
SOMA.....	756.883,68	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	40.573,81
REALIZÁVEL		SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	0,03
DEVEDORES	1.958,58	SOMA.....	3.203.485,33
DEPOSITOS JUDICIAIS	130.094,51	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
SOMA.....	132.053,09	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	898.328,76
TOTAL.....	4.884.602,04	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A LIQUIDAR	264,00
ATIVO PERMANENTE		ESTAGIARIOS - RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	26.801,75
BENS DA ENTIDADE		FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	75.130,61
BENS MOVEIS	3.075.052,63	SOMA.....	1.000.525,12
BENS IMOVEIS	2.382.465,28	SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
SOMA.....	5.457.517,91	SERVIÇO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	923,52
ARTICIPAÇÕES		SOMA.....	923,52
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	12.509,24	DEPÓSITOS	
SOMA.....	12.509,24	DEPOSITOS	222.128,33
RÉDITOS		SOMA.....	222.128,33
DEVEDORES POR LOCACAO	26.793,78	DIVERSOS	
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	902.943,92	SOMA.....	0,00
SOMA.....	929.737,70	TOTAL.....	4.427.062,30
DIVERSOS		PASSIVO PERMANENTE	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO ALMOXARIFADOS	658.241,27	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
SOMA.....	793.370,61	DEBITOS PARCELADOS	443.646,20
TOTAL.....	7.193.135,46	SOMA.....	443.646,20
SOMA DO ATIVO REAL	12.077.737,50	TOTAL.....	443.646,20
ATIVO COMPENSADO		SOMA DO PASSIVO REAL	4.870.708,50
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SALDO PATRIMONIAL	
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	362.853,61	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	135.129,34	ATIVO REAL LIQUIDO	7.207.029,00
SOMA.....	497.982,95	SOMA.....	12.077.737,50
VALORES DE TERCEIROS		PASSIVO COMPENSADO	
CAIXA DE DEPOSITOS EM TITULOS E VALORES	94.387,88	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	56.886,86	DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	362.853,61
SOMA.....	151.274,74	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	135.129,34
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		SOMA.....	497.982,95
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	1.728.203,09	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
PROCESSOS JUDICIAIS	2.084.725,22	DEPOSITOS EM TITULOS E VALORES	94.387,88
SOMA.....	3.812.928,31	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	56.886,86
TOTAL.....	4.462.186,00	SOMA.....	151.274,74
TOTAL GERAL.....	16.539.923,50	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
		ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	1.728.203,09
		ACOES JUDICIAIS	2.084.725,22
		SOMA.....	3.812.928,31
		TOTAL.....	4.462.186,00
		TOTAL GERAL.....	16.539.923,50


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 VALDO GARCIA FORTE
 DIRETOR
 Nº N. 42365
 263.844.770/68



 MARIA INES UTZIG ZULKE
 DIRETORA EXECUTIVA
 CPF: 394.684.880/04

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	151.584,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.678.266,68
RECEITA DE SERVIÇOS	3.240.498,12	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.023.040,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	224.663,91	SOMA.....	24.701.306,69
REC CORRENTES INTRA-ORCAM	1.044.465,14	DESPESAS DE CAPITAL	
SOMA.....	4.661.211,37	INVESTIMENTOS	1.532.901,53
RECEITAS DE CAPITAL		OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	44.533,86
SOMA.....	0,00	SOMA.....	1.577.435,39
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	26.278.742,08
SOMA.....	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
TOTAL.....	4.661.211,37	ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		FASE AQUIS/FORMACAO	1.664,00
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	44.472,62	RECEBIMENTO DE CREDITOS POR LOCACAO	25.045,97
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE		RECEBIMENTO DE CREDITOS POR PRESTACAO	
AQUISICAO OU FORMACAO	658.241,27	DE SERVICOS	333.469,77
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	221.238,70	SOMA.....	360.179,74
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	648.844,64	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SOMA.....	1.572.797,23	VARIAÇÕES PASSIVAS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR	
VARIAÇÕES ATIVAS		DIVERSAS	194,71
INSCRICAO DE CREDITOS POR LOCACAO	39.366,12	TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	58.351,56
INCORPORACAO DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR		BAIXA DE BENS MOVEIS	333.648,76
DIVERSAS	4.769,00	BAIXA DE CREDITOS POR PRESTACAO DE	
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	58.351,56	SERVICOS	573,30
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	105.985,71	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	260.407,58
INSCRICAO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE		SOMA.....	653.175,91
SERVICOS	441.059,39	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	360.602,94	PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SOMA.....	1.010.134,72	SOMA.....	0,00
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO		TOTAL.....	27.292.097,73
PATRIMÔNIO FINANCEIRO		RESULTADO PATRIMONIAL	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		SUPERAVIT VERIFICADO	2.069.935,47
INTRAGOVERNAMENTAIS	22.117.889,88	TOTAL.....	29.362.033,20
SOMA.....	22.117.889,88		
TOTAL.....	29.362.033,20		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



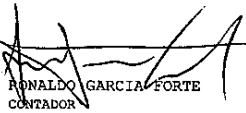
ARNALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRC N. 42565
CPF: 263.844.770/68



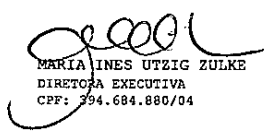
MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	58.862,21-	151.549,09	157.551,40	52.859,90-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	832.217,46-	849.056,27	832.217,46	849.056,27-
PIS E PASEP A RECOLHER	17.245,69-	18.470,34	17.245,69	18.470,34-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	267.198,68-	274.978,45	267.198,68	274.978,45-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	0,00	1.261,70	1.261,70	0,00
CORRECAO MONETARIA DE CAUCOES	14.095,29-	0,00	359,06	13.736,23-
ESTAGIARIOS E MONITORES A PAGAR	14.452,71-	0,00	14.452,71	0,00
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	1.634.211,84-	176.134,86	4.455,85	1.805.890,85-
FGTS A RECOLHER	137.710,10-	147.919,45	137.710,10	147.919,45-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	36.449,51-	33.900,32	29.776,02	40.573,81-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	99,06-	0,00	99,06	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	0,00	0,03	0,00	0,03-
SUBTOTAL.....	3.012.542,55-	1.653.270,51	1.462.327,73	3.203.485,33-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	180.934,47-	898.328,76	180.934,47	898.328,76-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A LIQUIDAR	1.261,70-	264,00	1.261,70	264,00-
ESTAGIARIOS - RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	7.105,94-	26.801,75	7.105,94	26.801,75-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	12.737,44-	75.130,61	12.737,44	75.130,61-
SUBTOTAL.....	202.039,55-	1.000.525,12	202.039,55	1.000.525,12-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	862,28-	923,52	862,28	923,52-
SUBTOTAL.....	862,28-	923,52	862,28	923,52-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	207.935,13-	5.237.223,79	5.223.030,59	222.128,33-
SUBTOTAL.....	207.935,13-	5.237.223,79	5.223.030,59	222.128,33-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	169,94-	124.907,93	125.077,87	0,00
SUBTOTAL.....	169,94-	124.907,93	125.077,87	0,00
TOTAL.....	3.423.549,45-	8.016.850,87	7.013.338,02	4.427.062,30-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68



MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	24.701.306,69
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.678.266,68
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	20.678.266,68
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	15.376.555,23
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	9.295.632,36
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	1.179.605,42
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	1.665.854,28
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	2.841.118,06
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	392.764,68
3.1.90.11.1108	JETON	1.580,43
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	4.976.963,09
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	198.508,42
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	3.540.399,96
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	1.238.054,71
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	323.568,04
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	323.568,04
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.180,32
3.1.90.92.1108	JETON	1.180,32
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.023.040,01
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	4.023.040,01
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	34.203,53
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	34.203,53
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	4.085,20
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	4.085,20
3.3.90.18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	27.243,00
3.3.90.18.1802	ASSISTENCIA SOCIAL A ESTUDANTES	27.243,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	350.208,30
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	11.700,00
3.3.90.30.3008	ESPORTES E/OU RECREACAO	2.211,10
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	13.240,59
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	4.926,40
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	34.595,12
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	175.527,22
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	433,56
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	559,68
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	33.190,96
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	28.358,90
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	44.994,77
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	470,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	9.852,90
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	9.852,90
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	15.600,00
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	15.600,00
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	218.000,00
3.3.90.36.3615	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	2.000,00
3.3.90.36.3619	ESTAGIARIOS E MONITORES	216.000,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	675.283,16
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	344.045,41
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	331.237,75
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.495.090,02
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	144.000,00
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	4.507,80
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	11.052,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	45.704,59
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	228.000,00
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	108.000,00
3.3.90.39.3926	SEGUROS	3.674,96
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	17.531,65
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	15.445,00
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	110.198,73
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	3.115,00
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	42.000,00
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	25.774,11
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	2.230,00
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	8.012,80
3.3.90.39.3939	MEDICINA	5.600,00
3.3.90.39.3947	HABILITACAO E/OU CAPACITACAO PROFISSIONAL	170,00
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	10.051,01
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	111.527,68
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NAO SERVIDORES	9.452,48
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	72.000,00
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	2.700,00
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	69.574,80
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	1.434.967,41
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	9.800,00
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	20.927,53
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	20.927,53
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	162.021,09
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	560,00
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	154.557,09
3.3.90.47.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	5.640,00
3.3.90.47.4711	LICENCA PARA O EXERCICIO PROFISSIONAL	1.264,00
3.3.90.48	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	1.200,00
3.3.90.48.4805	AUXILIO A ESTUDANTES	1.200,00
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	9.325,28
3.3.90.92.3701	LIMPEZA E HIGIENE	8.660,14
3.3.90.92.3929	COMUNICACAO	665,14
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	1.577.435,39
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	1.532.901,53
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.532.901,53
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	1.283.029,66
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	1.283.029,66
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	249.871,87
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	45.000,00
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	57.854,82
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	6.622,60
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	2.055,25
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	45.922,28
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	89,00

EXERCÍCIO DE 2009

FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA

RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

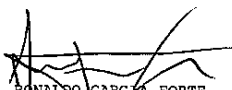
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	2.257,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	84.285,00
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	1.110,00
4.4.90.52.5232	AQUISIÇÃO OU DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	4.576,92
4.4.90.52.5233	MATERIAL DIDÁTICO	99,00
4.6.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	44.533,86
4.6.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	44.533,86
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	44.533,86
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	7.727,86
4.6.90.71.7112	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDÊNCIA SOCIAL	36.806,00
TOTAL GERAL =====>		26.278.742,08


* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS => 20.678.266,68
 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA => 0,00
 OUTRAS DESPESAS CORRENTES => 4.023.040,01
 TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES => 24.701.306,69

INVESTIMENTOS => 1.532.901,53
 INVERSÕES FINANCEIRAS => 0,00
 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA => 44.533,86
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA => 0,00
 TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL => 1.577.435,39
 TOTAL GERAL => 26.278.742,08


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

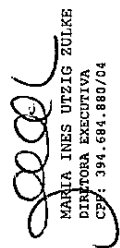

 RONALDO GARCIA FORTE
 CONTADOR
 CRCRS N. 42565
 CPF: 263.844.770/68


 MARIA INES UTZIG ZULKE
 DIRETORA EXECUTIVA
 CPF: 394.684.880/04

EXERCÍCIO DE 2009		FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA							RFPE039/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							R\$
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
56 FUNDAÇÃO ESCOLA TECNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	20.678.266,68		4.023.040,01	1.532.901,53		44.533,86		26.278.742,08	
PROPRIOS DA FUNDAÇÃO			2.313.021,86	449.871,87				2.762.893,83	
CONVENIOS			14.206,28	1.083.029,66				1.097.235,94	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	20.678.266,68		1.695.811,77			44.533,86		22.418.612,31	
TOTAL	20.678.266,68		4.023.040,01	1.532.901,53		44.533,86		26.278.742,08	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 RONALDO GARCIA FORTE
 CONTADOR
 CRCRS N. 42565
 CPF: 263.844.770/68



 MARIA INES UTZIG ZULKE
 DIRETORA EXECUTIVA
 CPF: 394.684.880/04

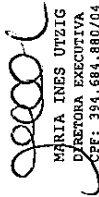
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

GRUPOS DE DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA						RESERVA DE CONTINGÊNCIA	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	INVERSÕES FINANCEIRAS	TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA				
12 EDUCAÇÃO										
PROPRIOS DA FUNDACAO	20.678.266,68		4.023.040,01	1.532.901,53		44.533,86				26.278.742,08
CONVENIOS			2.313.021,96	449.871,87						2.762.893,83
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	20.678.266,68		14.206,28	1.083.029,66						1.097.235,94
			1.695.811,77			44.533,86				22.418.612,31
TOTAL	20.678.266,68		4.023.040,01	1.532.901,53		44.533,86				26.278.742,08
RESUMO										
PROPRIOS DA FUNDACAO										
CONVENIOS			2.313.021,96	449.871,87						2.762.893,83
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	20.678.266,68		14.206,28	1.083.029,66						1.097.235,94
			1.695.811,77			44.533,86				22.418.612,31
TOTAL:	20.678.266,68		4.023.040,01	1.532.901,53		44.533,86				26.278.742,08

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


RONALDO GARCIA FORTE
 CONTADOR
 CRCRS N. 42565
 CPF: 263.844.770/68


MARIA INES UTZIG ZULKE
 DIRETORA EXECUTIVA
 CPF: 394.684.880/04

FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA

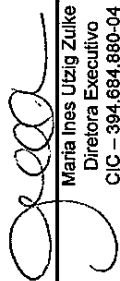
CNPJ N° 91683474/0001-30

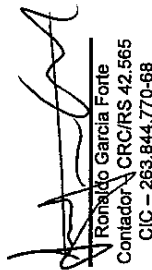
ANEXO 16

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009		RESGATE	POSIÇÃO EM 31-12-09
	N°	DATA	POSIÇÃO EM 31-12-08	VARIAÇÕES		
				PASSIVAS		
				ATIVAS		
DÉBITOS PARCELADOS						
MINISTÉRIO DA FAZENDA-PASEP	TERMO	14/05/02	R\$ 421.362,02		R\$ 7.666,62	R\$ 413.695,40
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	11/93	12/04/93	R\$ 66.756,80		R\$ 36.806,00	R\$ 29.950,80
TOTAL			R\$ 488.118,82	R\$ -	R\$ 44.472,62	R\$ 443.646,20

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009


 Maria Ines Utzig Zuilke
 Diretora Executiva
 CIC - 394.684.880-04


 Ronaldo Garcia Forte
 Contador CRC/RS 42.565
 CIC - 263.844.770-68



NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO 2009

1. A CONTA PATRIMONIAL Nº 206270000 – DIVIDA FUNDADA INTERNA E O ANEXO 16 QUE COMPÕE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2009 DA FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA, NÃO APRESENTOU OS VALORES DE SUA ATUALIZAÇÃO PASSIVA, DEVENDO PARA UMA ANÁLISE PRECISA DA SITUAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DESTA CONTA, EM 31.12.2009, LEVAR EM CONSIDERAÇÃO O QUE SEGUE :

ANÁLISE	VALOR APRESENTADO	VARIAÇÃO PASSIVA	VALOR CORRETO
206270009 PESSOA:888397 PASEP	R\$ 413.695,40	R\$ 20.094,38	R\$ 433.789,78
206270009 PESSOA:905178 INSS	R\$ 29.950,80	R\$ 1.048,77	R\$ 30.999,57
	R\$ 443.646,20	R\$ 21.143,15	R\$ 464.789,35

DESTACAMOS QUE TAL AJUSTE, ESTARÁ SENDO PROCESSADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2010.

2. PRECATÓRIOS – CONTA : 3.08.54.0110: FORAM CORRIGIDOS PELO FATOR DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, CONTIDO NO SITE DA JUSTIÇA DO TRABALHO, NO SEGUINTE ENDEREÇO ELETRÔNICO:
<http://www.trt4.gov.br> ;

3. PROCESSOS JUDICIAIS – CONTA : 3.08.54.0135:

3.1- CREDOR : 248 - ATUALIZADOS PELA VARIAÇÃO DO IGPM NO PERÍODO ;

3.2-CREDOR : 885207-

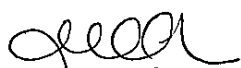
3.2.1. AÇÕES CÍVIS - ATUALIZADOS PELA VARIAÇÃO DO IGPM NO PERÍODO ;

3.2.2. AÇÕES TRABALHISTAS - ATUALIZADOS PELA VARIAÇÃO DO IGPM NO PERÍODO ADICIONADOS DO PERCENTUAL DE 12% A.A. ;

3.3-CREDORES INDIVIDUALIZADOS - ATUALIZADOS PELA VARIAÇÃO DO IGPM NO PERÍODO ADICIONADOS DO PERCENTUAL DE 12% A.A. ;

4. AS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS – CONTA CONTÁBIL Nº 2.05.22.0054, FORAM ATUALIZADOS COM BASE NO VALOR DE MERCADO DAS AÇÕES EM PODER DA ENTIDADE, CONFORME COTAÇÃO DO MERCADO A VISTA DA BOVESPA - FECHADO EM 29 DE DEZEMBRO DE 2009, NO SEGUINTE ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://www.bovespa.gov.br>.

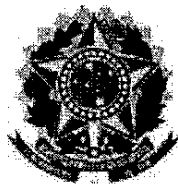
NOVO HAMBURGO, 31 DE DEZEMBRO DE 2009.



**MARIA INÊS UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF Nº. 394.684.880-04**



**RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRC/RS Nº 42.565**



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: RONALDO GARCIA FORTE
REGISTRO.....	: RS-042565/O-5
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 263.844.770-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 10.02.2010 as 12:34:47.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 75259.

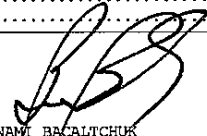
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Fundação Estadual de
Pesquisa Agropecuária
FEPAGRO**

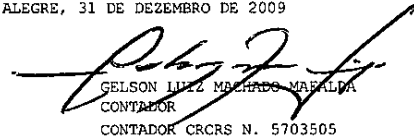


RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	760.718,03	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.127.372,99
RECEITA AGROPECUARIA	455.959,82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.862.606,04
RECEITA INDUSTRIAL	99.963,96		
RECEITA DE SERVIÇOS	714.474,24	SOMA.....	5.989.979,03
TRANSFERENCIAS CORRENTES	339.804,00	TOTAL.....	5.989.979,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.477,77	DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	3.565.798,92
RECEITA DE SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTARIOS	34.782,29		
SOMA.....	2.424.180,11	DESPESA CAPITAL	
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	3.565.798,92	INVESTIMENTOS	1.489.226,44
TOTAL.....	5.989.979,03	SOMA.....	1.489.226,44
RECEITAS DE CAPITAL		SUPERAVIT	3.624.423,56
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	5.113.650,00	TOTAL.....	8.679.448,92
SOMA.....	5.113.650,00		
TOTAL.....	5.113.650,00		
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	2.424.180,11	DESPESAS CORRENTES.....	5.989.979,03
RECEITAS DE CAPITAL.....	5.113.650,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	1.489.226,44
DEFICIT.....	0,00	SUPERAVIT.....	3.624.423,56
TOTAL.....	7.537.830,11	TOTAL.....	11.103.629,03

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



BENAMI BERKALITCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04



GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 5703505
CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2009

FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC

RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N.6

RS

ÓRGÃO: 68 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUARIA

U.O.: 68.01 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUARIA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	2.584.225,09	4.375.692,41	6.959.917,50
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		2.732.105,33	2.732.105,33
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.732.105,33	2.732.105,33
19.0571	DESENV CIENTIFICO	2.584.225,09	1.601.154,49	4.185.379,58
19.0571.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.577.035,74	1.577.035,74
19.0571.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO			
	APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	2.584.225,09	24.118,75	2.608.343,84
19.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO		2.160,00	2.160,00
19.0573.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO			
	APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI		2.160,00	2.160,00
19.0602	PROMOCAO PRODUCAO ANIMAL		40.272,59	40.272,59
19.0602.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO			
	APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI		40.272,59	40.272,59
20	AGRICULTURA	97.467,25		97.467,25
20.0604	DEFESA SANITARIA ANIMAL	97.467,25		97.467,25
20.0604.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO			
	APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	97.467,25		97.467,25
TOTAL DA U.O. =>		2.681.692,34	4.375.692,41	7.057.384,75

U.O.: 68.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUARIA

19	CIENCIA E TECNOLOGIA		421.820,72	421.820,72
19.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		357.936,36	357.936,36
19.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		357.936,36	357.936,36
19.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		63.884,36	63.884,36
19.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		63.884,36	63.884,36

TOTAL DA U.O. =>

421.820,72

421.820,72

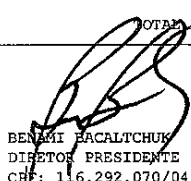
TOTAL DO ÓRGÃO =>

2.681.692,34

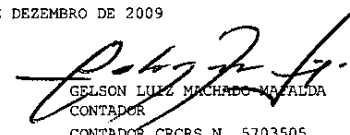
4.797.513,13

7.479.205,47

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



BENAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04



GELSON LUIZ MACHADO MARALIDA
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 5703505
CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2009

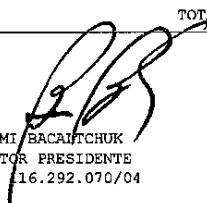
FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC

RFPE009/00001

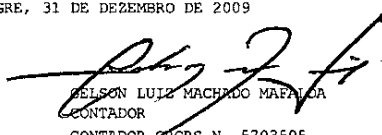
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADESANEXO N. 7
RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	2.584.225,09	4.797.513,13	7.381.738,22
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		2.732.105,33	2.732.105,33
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.732.105,33	2.732.105,33
19.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		357.936,36	357.936,36
19.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		357.936,36	357.936,36
19.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		63.884,36	63.884,36
19.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		63.884,36	63.884,36
19.0571	DESENV CIENTIFICO	2.584.225,09	1.601.154,49	4.185.379,58
19.0571.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.577.035,74	1.577.035,74
19.0571.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	2.584.225,09	24.118,75	2.608.343,84
19.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO		2.160,00	2.160,00
19.0573.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI		2.160,00	2.160,00
19.0602	PROMOCAO PRODUCAO ANIMAL		40.272,59	40.272,59
19.0602.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI		40.272,59	40.272,59
20	AGRICULTURA	97.467,25		97.467,25
20.0604	DEFESA SANITARIA ANIMAL	97.467,25		97.467,25
20.0604.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	97.467,25		97.467,25
TOTAL GERAL =>		2.681.692,34	4.797.513,13	7.479.205,47

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



BENAMI BACAITCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 16.292.070/04



NELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 5703505
CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2009

FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC

RFPE029/00001

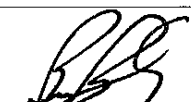
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

ANEXO N.8

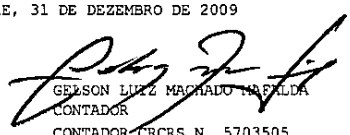
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	5.985.472,51	1.396.265,71	7.381.738,22
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL	2.732.105,33		2.732.105,33
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.732.105,33		2.732.105,33
19.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	357.936,36		357.936,36
19.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	357.936,36		357.936,36
19.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	63.884,36		63.884,36
19.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	63.884,36		63.884,36
19.0571	DESENV CIENTIFICO	2.789.113,87	1.396.265,71	4.185.379,58
19.0571.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.577.035,74		1.577.035,74
19.0571.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	1.212.078,13	1.396.265,71	2.608.343,84
19.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	2.160,00		2.160,00
19.0573.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	2.160,00		2.160,00
19.0602	PROMOCAO PRODUCAO ANIMAL	40.272,59		40.272,59
19.0602.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	40.272,59		40.272,59
20	AGRICULTURA		97.467,25	97.467,25
20.0604	DEFESA SANITARIA ANIMAL		97.467,25	97.467,25
20.0604.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI		97.467,25	97.467,25
TOTAL GERAL =>		5.985.472,51	1.493.732,96	7.479.205,47

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



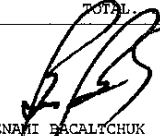
BENAMI BACALICHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04

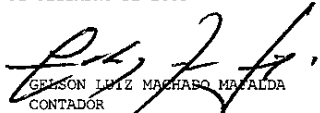


GEISON LUIZ MACHADO MACIEL
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 5703505
CPF: 293.861.950/20

FUNÇÕES	CIENCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	TOTAL
ÓRGÃOS			
PODER LEGISLATIVO			
PODER JUDICIARIO			
MINISTERIO PUBLICO			
DEFENSORIA PUBLICA			
PODER EXECUTIVO			
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA			
AGROPECUARIA	7.381.738,22	97.467,25	7.479.205,47
SOMA.....	7.381.738,22	97.467,25	7.479.205,47
TOTAL.....	7.381.738,22	97.467,25	7.479.205,47

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 BENAMI BACALTCHUK
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 116.292.070/04


 GELSON LUIZ MACHADO MACALDA
 CONTADOR
 CONTADOR CRCRS N. 5703505
 CPF: 295.861.950/20

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	3.007.238,80	2.389.397,82	617.840,98-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	15.000,00	760.718,03	745.718,03
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	0,00	50.000,00	50.000,00
1312.00.00.0000	ARRENDAMENTOS	0,00	50.000,00	50.000,00
1312.99.00.0000	OUTROS ARRENDAMENTOS	0,00	50.000,00	50.000,00
1312.99.99.0000	DIVERSOS ARRENDAMENTOS	0,00	50.000,00	50.000,00
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	15.000,00	710.568,03	695.568,03
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	15.000,00	710.568,03	695.568,03
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS VINCULADOS	15.000,00	710.568,03	695.568,03
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	15.000,00	710.568,03	695.568,03
1390.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	150,00	150,00
1390.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	150,00	150,00
1390.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	150,00	150,00
1400.00.00.0000	RECEITA AGROPECUARIA	1.353.000,00	455.959,82	897.040,18-
1410.00.00.0000	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	700.000,00	160.330,85	539.669,15-
1410.01.00.0000	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	700.000,00	160.330,85	539.669,15-
1410.01.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DA PRODUCAO VEGETAL	700.000,00	160.330,85	539.669,15-
1420.00.00.0000	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	650.000,00	295.628,97	354.371,03-
1420.01.00.0000	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	650.000,00	295.628,97	354.371,03-
1420.01.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	650.000,00	295.628,97	354.371,03-
1490.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	3.000,00	0,00	3.000,00-
1490.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	3.000,00	0,00	3.000,00-
1490.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS AGROPECUARIAS	3.000,00	0,00	3.000,00-
1500.00.00.0000	RECEITA INDUSTRIAL	58.962,00	99.963,96	41.001,96
1520.00.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	58.962,00	99.963,96	41.001,96
1520.21.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E VETERINARIOS	0,00	63.053,96	63.053,96
1520.21.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E VETERINARIOS	0,00	63.053,96	63.053,96
1520.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	58.962,00	36.910,00	22.052,00-
1520.99.01.0000	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	58.962,00	36.910,00	22.052,00-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	437.000,00	714.474,24	277.474,24
1600.01.00.0000	SERVICOS COMERCIAIS	0,00	1.769,50	1.769,50
1600.01.02.0000	SERVICOS COMERCIALIZACAO LIVROS; PERIODICOS; MATERIAIS ESCOLARES; DE PUBLICID	0,00	1.769,50	1.769,50
1600.17.00.0000	SERVICOS AGROPECUARIOS	79.000,00	2.034,00	76.966,00-
1600.17.99.0000	DIVERSOS SERVICOS AGROPECUARIOS	79.000,00	2.034,00	76.966,00-
1600.22.00.0000	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	5.000,00	2.850,45	2.149,55-
1600.22.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	5.000,00	2.850,45	2.149,55-
1600.23.00.0000	SERVICO DE REGISTRO DE MARCAS, DE PATENTES E DE TRANSFERENCIAS DE TECNOLOGIA	3.000,00	0,00	3.000,00-
1600.23.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE REGISTRO DE MARCAS, DE PATENTES E DE TRANSFERENCIA TECNO	3.000,00	0,00	3.000,00-
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	350.000,00	707.820,29	357.820,29
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	350.000,00	707.820,29	357.820,29
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.123.276,80	339.804,00	783.472,80-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	1.123.276,80	339.804,00	783.472,80-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	1.073.276,80	339.804,00	733.472,80-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	1.073.276,80	339.804,00	733.472,80-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	1.073.276,80	339.804,00	733.472,80-
1764.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	50.000,00	0,00	50.000,00-
1764.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTUICOES PRIVADAS	50.000,00	0,00	50.000,00-
1764.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	50.000,00	0,00	50.000,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.000,00	18.477,77	1.522,23-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	307,01	307,01
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	0,00	179,32	179,32
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	0,00	179,32	179,32
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	0,00	179,32	179,32
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	0,00	127,69	127,69
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	127,69	127,69
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	127,69	127,69
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	20.000,00	18.170,76	1.829,24-
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	20.000,00	18.170,76	1.829,24-
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	4.464,79	4.464,79
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	20.000,00	13.705,97	6.294,03-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	17.899.816,00	5.113.650,00	12.786.166,00-
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	17.899.816,00	5.113.650,00	12.786.166,00-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	17.899.816,00	5.113.650,00	12.786.166,00-

EXERCÍCIO DE 2009

FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA


RFPE023/00002

ANEXO N. 10

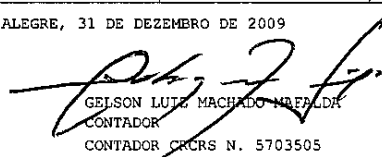
RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	17.899.816,00	5.113.650,00	12.786.166,00-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	17.899.816,00	5.113.650,00	12.786.166,00-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	17.899.816,00	5.113.650,00	12.786.166,00-
7000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	0,00	34.782,29	34.782,29
7600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS INTRA-ORÇAMENTARIOS	0,00	34.782,29	34.782,29
7600.22.00.0000	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS INTRA-ORÇAMENTARIOS	0,00	34.782,29	34.782,29
7600.22.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS INTRA-ORÇAMENTARIOS	0,00	34.782,29	34.782,29
TOTAL		20.907.054,80	7.537.830,11	13.369.224,69-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



BENAMI BACALCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04



GELSON LUTE MACHADO NEFFELDT
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 5703505
CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2009

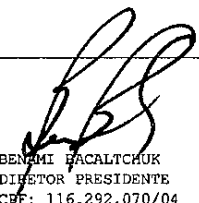
FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11

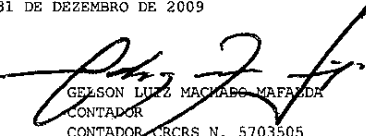
RS

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUARIA			
DOTAÇÕES INICIAIS	7.892.142,55	21.993.448,25	29.885.590,80
CRÉDITOS ESPECIAIS	119.250,00	338.195,58	457.445,58
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	1.098.832,77	1.405.442,92	2.504.275,69
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	92.367,50	2.997.621,58	3.089.989,08
AUTORIZADA	9.017.857,82	20.739.465,17	29.757.322,99
REALIZADA	5.989.979,03	1.489.226,44	7.479.205,47
DIFERENÇA	3.027.878,79	19.250.238,73	22.278.117,52
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			29.885.590,80
CRÉDITOS ESPECIAIS			457.445,58
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			2.504.275,69
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			3.089.989,08
AUTORIZADA			29.757.322,99
REALIZADA			7.479.205,47
DIFERENÇA			22.278.117,52

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



BENAMI FACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04



GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 5703505
CPF: 293.861.950/20

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	15.000,00	760.718,03	745.718,03
RECEITA AGROPECUARIA	1.353.000,00	455.959,82	897.040,18-
RECEITA INDUSTRIAL	58.962,00	99.963,96	41.001,96
RECEITA DE SERVIÇOS	437.000,00	714.474,24	277.474,24
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.123.276,80	339.804,00	783.472,80-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.000,00	18.477,77	1.522,23-
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	0,00	34.782,29	34.782,29
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	3.007.238,80	2.424.180,11	583.058,69-
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	17.899.816,00	5.113.650,00	12.786.166,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	17.899.816,00	5.113.650,00	12.786.166,00-
SOMA	20.907.054,80	7.537.830,11	13.369.224,69-
DEFICIT DE PREVISÃO	8.850.268,19	0,00	8.850.268,19-
TOTAL	29.757.322,99	7.537.830,11	22.219.492,88-

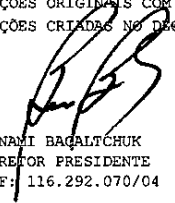
D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	29.590.300,49	7.455.086,72	22.135.213,77-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	167.022,50	24.118,75	142.903,75-
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	29.757.322,99	7.479.205,47	22.278.117,52-
SUPERAVIT DE EXECUÇÃO	0,00	58.624,64	58.624,64
TOTAL	29.757.322,99	7.537.830,11	22.219.492,88-

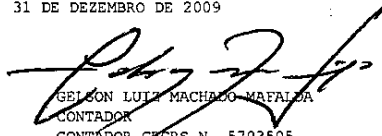
(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



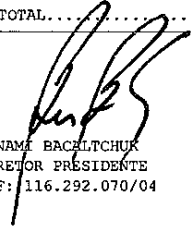
BENAMI BAÇALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04



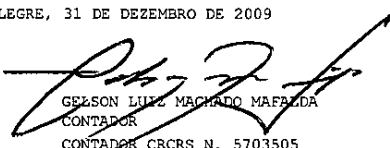
GEILSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 5703505
CPF: 293.861.950/20

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	RS	TÍTULOS	RS
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		CIENCIA E TECNOLOGIA	7.381.738,22
RECEITA PATRIMONIAL	760.718,03	AGRICULTURA	97.467,25
RECEITA AGROPECUARIA	455.959,82	SOMA.....	7.479.205,47
RECEITA INDUSTRIAL	99.963,96		
RECEITA DE SERVICOS	714.474,24	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
TRANSFERENCIAS CORRENTES	339.804,00	REALIZAVEL	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.477,77	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	203.333,99
REC CORRENTES INTRA-ORCAM	34.782,29	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	4.213,00
SOMA.....	2.424.180,11	DEPOSITOS	548.480,63
RECEITAS DE CAPITAL		DIVERSOS	560,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	5.113.650,00	SOMA.....	756.587,62
SOMA.....	5.113.650,00	TOTAL.....	8.235.793,09
TOTAL.....	7.537.830,11		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
REALIZAVEL	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	87.891,40	INTRAGOVERNAMENTAIS	16.000,00
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	26.279,97	SOMA.....	16.000,00
DEPOSITOS	595.336,63		
DIVERSOS	560,00	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
SOMA.....	710.068,00	BANCOS C/DISPOSICAO	586.190,06
TOTAL.....	8.247.898,11	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	698.936,79
		APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		VINCULADOS	10.912.756,42
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		BANCOS, C/VINCULADAS	665.956,32
INTRAGOVERNAMENTAIS	6.540.670,25	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	969.662,46
SOMA.....	6.540.670,25	SOMA.....	13.833.502,05
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
BANCOS C/DISPOSICAO	51.446,74		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	796.328,00		
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS			
VINCULADOS	5.400.487,60		
BANCOS, C/VINCULADAS	298,19		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	1.048.166,25		
SOMA.....	7.296.726,78		
TOTAL.....	22.085.295,14	TOTAL.....	22.085.295,14

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



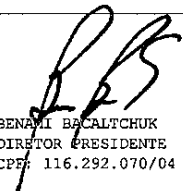
BENAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04



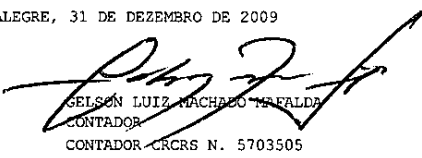
GEELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 5703505
CPF: 293.861.950/20

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	RS
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	586.190,06	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	79.840,50
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	698.936,79	CONVENIOS E REPASSES COM COMPROVACAO PREVIA	0,01
SOMA.....	1.285.126,85	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	1.028,36
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		PIS E PASEP A RECOLHER	6.770,87
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A	
VINCULADOS	10.912.756,42	RECOLHER	24.188,96
BANCOS, C/VINCULADAS	665.956,32	SOMA.....	111.828,70
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	969.662,46	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	
SOMA.....	12.548.375,20	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	26.279,97
REALIZÁVEL		PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	23.790,00
DEVEDORES	3.345,72	SOMA.....	50.069,97
RESPONSÁVEIS POR PAGAMENTOS IRREGULARES	3.285,00	DEPÓSITOS	
SOMA.....	6.630,72	DEPOSITOS	383.634,43
TOTAL.....	13.840.132,77	SOMA.....	383.634,43
ATIVO PERMANENTE		DIVERSOS	
BENS DA ENTIDADE		ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	247,92
BENS DE RENDA	1.364.680,00	OUTROS CREDORES	3.252,34
BENS MOVEIS	7.402.182,27	SOMA.....	3.500,26
BENS IMOVEIS	92.578.028,87	TOTAL.....	549.033,36
SOMA.....	101.344.891,14	SOMA DO PASSIVO REAL	549.033,36
PARTICIPAÇÕES		SALDO PATRIMONIAL	
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
CONTROLE DO ESTADO	1.530,46	ATIVO REAL LIQUIDO	115.349.301,20
SOMA.....	1.530,46	SOMA.....	115.898.334,56
CRÉDITOS		PASSIVO COMPENSADO	
DEVEDORES POR OPERACOES MERCANTIS	9.189,36	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
SOMA.....	9.189,36	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	2.250,00
DIVERSOS		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	244.314,69
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE		BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	446.292,14
AQUISICAO OU FORMACAO	11.984,00	DIARIAS A COMPROVAR	4.117,33
BENS DE VENDA	446.292,14	SOMA.....	696.974,16
ALMOXARIFADOS	244.314,69	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
SOMA.....	702.590,83	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	119.400,00
TOTAL.....	102.058.201,79	SOMA.....	119.400,00
SOMA DO ATIVO REAL	115.898.334,56	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES	
ATIVO COMPENSADO		DIVERSAS	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		AUXÍLIOS A COMPROVAR	28.350,00
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	2.250,00	SOMA.....	28.350,00
RESPONSÁVEIS POR ALMOXARIFADOS	244.314,69	TOTAL.....	844.724,16
RESPONSÁVEIS PELA GUARDA DE BENS DA			
ENTIDADE	446.292,14		
RESPONSÁVEIS POR DIARIAS	4.117,33		
SOMA.....	696.974,16		
VALORES DE TERCEIROS			
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	119.400,00		
SOMA.....	119.400,00		
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS			
RESPONSÁVEIS POR AUXÍLIOS	28.350,00		
SOMA.....	28.350,00		
TOTAL.....	844.724,16		
TOTAL GERAL.....	116.743.058,72	TOTAL GERAL.....	116.743.058,72

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



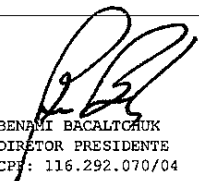
BENAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04



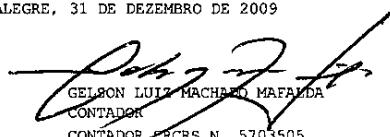
GELSON LUIZ MACHADO DE FALDA
CONTADOR
CONTADOR - CRCRS N. 5703505
CPF: 293.861.950/20

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
REC CORRENTES INTRA-ORCAM	34.782,29	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.127.372,99
RECEITA PATRIMONIAL	760.718,03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.862.606,04
RECEITA AGROPECUÁRIA	455.959,82	SOMA.....	5.989.979,03
RECEITA INDUSTRIAL	99.963,96	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITA DE SERVIÇOS	714.474,24	INVESTIMENTOS	1.489.226,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	339.804,00	SOMA.....	1.489.226,44
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.477,77	TOTAL.....	7.479.205,47
SOMA.....	2.424.180,11		
RECEITAS DE CAPITAL		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.113.650,00	ANULAÇÃO DO REGISTRO BENS CRED VALORES	
SOMA.....	5.113.650,00	FASE AQUIS/FORMAÇÃO	2.574,00
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	SOMA.....	2.574,00
SOMA.....	0,00	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
TOTAL.....	7.537.830,11	VARIAÇÕES PASSIVAS	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		BAIXA DE BENS DE VENDA	62.810,49
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE		BAIXA DE BENS MOVEIS	78.062,55
AQUISIÇÃO OU FORMAÇÃO	11.984,00	BAIXA DE BENS IMOVEIS	2.060,89
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS	1.426.248,91	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	75.740,79
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS IMOVEIS	50.993,53	SOMA.....	218.674,72
SOMA.....	1.489.226,44	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
VARIAÇÕES ATIVAS		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	
INCORPORAÇÃO DE BENS DE VENDA	21.020,00	INTRAGOVERNAMENTAIS	16.000,00
INCORPORAÇÃO DE BENS DE RENDA	163.680,00	SOMA.....	16.000,00
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	231.884,69	TOTAL.....	7.716.454,19
INCORPORAÇÃO DE BENS DE ALMOXARIFADO	125.176,87	RESULTADO PATRIMONIAL	
SOMA.....	541.761,56	SUPERAVIT VERIFICADO	8.393.034,17
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO			
PATRIMÔNIO FINANCEIRO			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			
INTRAGOVERNAMENTAIS	6.540.670,25		
SOMA.....	6.540.670,25		
TOTAL.....	16.109.488,36	TOTAL.....	16.109.488,36

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



BENAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04



GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 5703505
CPF: 293.861.950/20

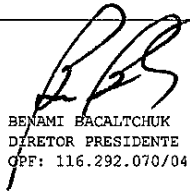
EXERCÍCIO DE 2009

FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTERFPE034/00001
ANEXO N.17

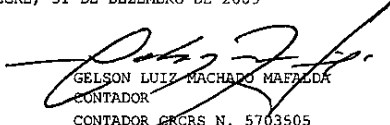
RS

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS CONVENIOS E REPASSES COM COMPROVAÇÃO PREVIA	193.310,14-	75.773,36	189.243,00	79.840,50-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	0,01-	0,00	0,00	0,01-
PIS E PASEP A RECOLHER	1.327,88-	212,97	512,49	1.028,36-
CONTRIBUIÇÕES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	10.419,68-	0,00	3.648,81	6.770,87-
DIARIAS A PAGAR	21.929,61-	11.905,07	9.645,72	24.188,96-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	182,30-	0,00	182,30	0,00
	101,67-	0,00	101,67	0,00
SUBTOTAL.....	227.271,29-	87.891,40	203.333,99	111.828,70-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	4.213,00-	26.279,97	4.213,00	26.279,97-
DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	23.790,00-	0,00	0,00	23.790,00-
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL.....	28.003,00-	26.279,97	4.213,00	50.069,97-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	336.778,43-	595.336,63	548.480,63	383.634,43-
SUBTOTAL.....	336.778,43-	595.336,63	548.480,63	383.634,43-
DIVERSOS				
ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	247,92-	560,00	560,00	247,92-
OUTROS CREDORES	3.252,34-	0,00	0,00	3.252,34-
SUBTOTAL.....	3.500,26-	560,00	560,00	3.500,26-
TOTAL.....	595.552,98-	710.068,00	756.587,62	549.033,36-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



BENAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04



GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 5703505
CPF: 293.861.950/20

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	5.989.979,03
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.127.372,99
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	2.705.552,27
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	2.660.034,58
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	2.660.034,58
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	45.517,69
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	45.517,69
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	421.820,72
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	421.820,72
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	63.884,36
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	357.936,36
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.862.606,04
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	2.862.606,04
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	162.807,31
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	162.807,31
3.3.90.18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	28.350,00
3.3.90.18.1801	BOLSAS DE ESTUDOS	28.350,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	989.325,40
3.3.90.30.3001	ANIMAIS PARA ESTUDO, PREPARACAO DE PRODUTOS E CORTE	9.240,00
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	4.536,60
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	49.675,30
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	298.906,26
3.3.90.30.3005	FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	3.966,33
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	4.738,01
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	22.996,34
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	26.732,10
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	770,00
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	96.106,72
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	37.117,20
3.3.90.30.3017	MATERIA-PRIMA	600,00
3.3.90.30.3020	SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	10.015,20
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	11.365,06
3.3.90.30.3023	ADUBOS E/OU FERTILIZANTES	143.963,68
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	93.117,78
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	15.363,33
3.3.90.30.3029	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	1.591,00
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	6.428,90
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS	87.824,53
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	62.632,26
3.3.90.30.3034	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	1.240,00
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	398,80
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	27.995,11
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	2.500,00
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	9.329,35
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	16.165,76
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	42.717,00
3.3.90.36.3605	SAFRISTAS	4.800,00
3.3.90.36.3606	TAREFEIROS	25.117,00
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	7.000,00
3.3.90.36.3613	LIMPEZA E HIGIENE	400,00
3.3.90.36.3615	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	5.400,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	100.384,65
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	100.384,65
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.410.082,43
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	113.236,16
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	26.553,06
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	2.147,40
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	2.890,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	148.199,45
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	436.332,85
3.3.90.39.3919	DESPESAS EVENTUAIS	7.126,98
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	11.884,00
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	4.769,80
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	100.154,25
3.3.90.39.3926	SEGUROS	7.630,27
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	9.167,90
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	24.480,19
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	12.904,10
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	23.822,52
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	16.923,50
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	25.705,25
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	27.853,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	2.160,00
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	216,80
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	148.990,16
3.3.90.39.3948	MULTAS	944,89
3.3.90.39.3955	MAO-DE-OBRA SUPLETIVA	80.020,46
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	85.222,63
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	3.768,81
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	300,00
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	400,00
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	86.278,00
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	14.592,00
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	14.592,00
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	52.830,75
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	52.830,75
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	30.265,27
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	8.543,40
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	21.721,87
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.073,31
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	1.073,31
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.182,81
3.3.90.93.9301	AJUDA DE CUSTO	2.182,81
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	1.489.226,44
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	1.489.226,44
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.489.226,44
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	36.480,00
4.4.90.51.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	36.480,00
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.438.232,91

EXERCÍCIO DE 2009	FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC	RFPE017/00002
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA		
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
R\$		

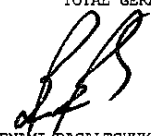
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	855.750,00
4.4.90.52.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	1.799,00
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	61.305,00
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	25.875,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	88.343,71
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	247,20
4.4.90.52.5216	TRATORES, EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E AGRICOLAS	153.522,00
4.4.90.52.5217	VEICULOS DE TRACAO PESSOAL OU ANIMAL	186,00
4.4.90.52.5221	MOVEIS E/OU MATERIAIS PARA ALOJAMENTO	396,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	23.580,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	227.229,00
4.4.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	14.513,53
4.4.90.92.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	14.513,53
TOTAL GERAL ==>		7.479.205,47

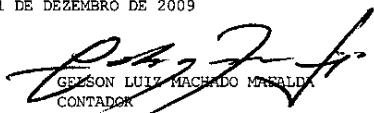
* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS => 3.127.372,99
 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA => 0,00
 OUTRAS DESPESAS CORRENTES => 2.862.606,04
 TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES => 5.989.979,03

INVESTIMENTOS => 1.489.226,44
 INVERSÕES FINANCEIRAS => 0,00
 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA => 0,00
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA => 0,00
 TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL => 1.489.226,44
 TOTAL GERAL => 7.479.205,47


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

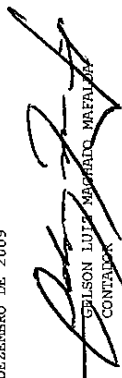

 BENAMI BACALTCHUK
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 116.292.070/04


 GELSON LUIZ MACHADO MARALIDA
 CONTADOR
 CONTADOR CRCRS N. 5703505
 CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2009		FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC							REFE039/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO		RS							
ESPECIFICAÇÃO	PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	GRUPOS DE DESPESA							TOTAL
		JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
68 FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	3.127.372,99		2.862.606,04	1.489.226,44					7.479.205,47
TESOURO-LIVRES	3.127.372,99		1.437.296,12	169.565,49					4.734.234,60
PROPRIOS DA FUNDAÇÃO			1.253.863,86	89.618,95					1.343.482,81
CONVENIOS			171.446,06	1.230.042,00					1.401.488,06
TOTAL	3.127.372,99		2.862.606,04	1.489.226,44					7.479.205,47

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 BENEDITO BACULCHUK
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 116.292.070/04


 NELSON LUIS MACHADO MAFALONI
 CONTADOR
 CONFIADOR CRCRS N. 5703505
 CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2009

FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC


DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

RFP040/00001


R\$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	3.127.372,99		2.774.638,79	1.479.726,44					7.381.738,22
TESOURO-LIVRES	3.127.372,99		1.437.296,12	169.565,49					4.734.234,60
PROPRIOS DA FUNDACAO			1.253.863,86	89.618,95					1.343.482,81
CONVENIOS			83.478,81	1.230.542,00					1.304.020,81
20 AGRICULTURA			87.967,25	9.500,00					97.467,25
CONVENIOS			87.967,25	9.500,00					97.467,25
TOTAL	3.127.372,99		2.862.606,04	1.489.226,44					7.479.205,47
RESUMO									
TESOURO-LIVRES	3.127.372,99		1.437.296,12	169.565,49					4.734.234,60
PROPRIOS DA FUNDACAO			1.253.863,86	89.618,95					1.343.482,81
CONVENIOS			171.446,06	1.230.042,00					1.401.488,06
TOTAL	3.127.372,99		2.862.606,04	1.489.226,44					7.479.205,47

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



BENJAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04




GEILSON LUIZ MACHADO AREALVA
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 5703505
CPF: 293.861.950/20

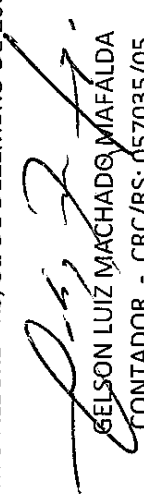
ANEXO 16

EXERCÍCIO - 2009

ÓRGÃO 68.01 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADE INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AMORTIZAÇÃO		POSIÇÃO EM 31-12-2008	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009			POSIÇÃO EM 31-12-2009
	LEI	DATA		VARIACIONES			
				PASSIVAS	ATIVAS	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DA DESPESA AMORTIZAÇÃO	
DÉBITOS PARCELADOS DMAE							
DÉBITOS PARCELADOS AES SUL							
Com Ministério da Fazenda							
Termo de Parcelamento							
Com Instituto Nacional de Seguro Social - INSS							
TOTAL				0,00		0,00	0,00


 BENAMI BACALTCHUK
 DIRETOR-PRESIDENTE
 CPF - 116.292.070-04

PORTO ALEGRE - RS, 31 DE DEZEMBRO DE 2009.

 GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
 CONTADOR - CRC/RS: 057035/05
 CPF - 293.861.950-20




RESOLUÇÃO Nº 001/2010

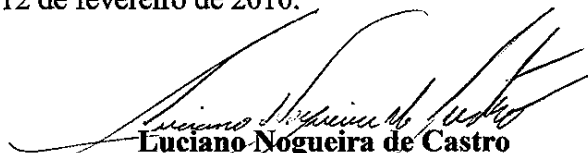
Conselho Curador da Fundação de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Estadual nº 35.286 de 08 de junho de 1994 e pela letra “a”, item 1 do artigo 14 do Regimento Interno do Conselho, considerando exame realizado nos relatórios apresentados em reunião realizada no dia 12/02/2010, no Gabinete da Presidência da FEPAGRO, localizada na Rua Gonçalves Dias, 570, em Porto Alegre/RS.

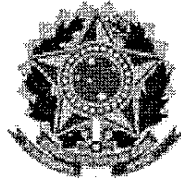
RESOLVE:

APROVAR, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrativos Financeiros da FEPAGRO-Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária, encerrados em 31.12.2009, elaborados de acordo com as normas e os princípios fundamentais de Contabilidade, com ressalva ao valor constante no Ativo Realizável, conta Responsáveis Por Pagamento Irregulares.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2010.


Valdiocir Silva de Freitas,
Presidente do Conselho.


Luciano Nogueira de Castro
Conselheiro Titular.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
REGISTRO.....	: RS-057035/O-5
CATEGORIA.....	: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF.....	: 293.861.950-20

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 22.02.2010 as 14:47:31.

Válido até: 21.08.2010.

Código de Controle: 75604.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Fundação Estadual de Produção
e Pesquisa em Saúde
FEPPS**

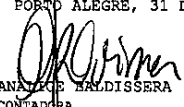


RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	325.980,88	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.992.228,26
RECEITA DE SERVIÇOS	5.693.465,36	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.054.146,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.210,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.124.362,42	SOMA.....	13.046.375,06
RECEITA DE SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIOS	2.733.920,67		
		TOTAL.....	13.046.375,06
SOMA.....	9.934.939,33	DESPESA CAPITAL	
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	3.111.435,73	INVESTIMENTOS	4.368.270,08
		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.167,69
TOTAL.....	13.046.375,06	SOMA.....	4.369.437,77
RECEITAS DE CAPITAL		TOTAL.....	17.415.812,83
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.112.000,00		
SOMA.....	1.112.000,00		
DEFICIT	6.368.873,50		
TOTAL.....	17.415.812,83		
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	9.934.939,33	DESPESAS CORRENTES.....	13.046.375,06
RECEITAS DE CAPITAL.....	1.112.000,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	4.369.437,77
DEFICIT.....	6.368.873,50	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	17.415.812,83	TOTAL.....	17.415.812,83

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



JAIR HENRIQUE FOSCARINI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 249.705.900/44



ANA LUCIA BALDISSERA
CONTADORA
CRCRS Nº 04869802
CPF: 469.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2009

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS

RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N.6

R\$

ÓRGÃO: 69 - FUNDACAO ESTADUAL DE PRODUCAO E PESQUISA EM SAUDE

U.O.: 69.01 - FUNDACAO ESTADUAL DE PRODUCAO E PESQUISA EM SAUDE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	SAUDE	10.214.301,08	7.046.628,21	17.260.929,29
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL	10.912,30	4.254.022,97	4.264.935,27
10.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	10.912,30	4.254.022,97	4.264.935,27
10.0301	ATENCAO BASICA	492.919,96		492.919,96
10.0301.0320	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	489.419,96		489.419,96
10.0301.0340	SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DE SANGUE	3.500,00		3.500,00
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	5.784.493,15		5.784.493,15
10.0302.0320	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	1.949.171,79		1.949.171,79
10.0302.0340	SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DE SANGUE	3.835.321,36		3.835.321,36
10.0305	VIGILANCIA EPIDEMOLOGICA	571.434,68	2.792.605,24	3.364.039,92
10.0305.0323	IMPLEMENTACAO DA VIGILANCIA EM SAUDE	571.434,68	2.792.605,24	3.364.039,92
10.0367	EDUCACAO ESPECIAL	6.443,50		6.443,50
10.0367.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	6.443,50		6.443,50
10.0571	DESENV CIENTIFICO	2.511.083,32		2.511.083,32
10.0571.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	2.511.083,32		2.511.083,32
10.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	837.014,17		837.014,17
10.0573.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	837.014,17		837.014,17
TOTAL DA U.O. =>		10.214.301,08	7.046.628,21	17.260.929,29

U.O.: 69.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO ESTADUAL DE PRODUCAO E PESQUISA EM SAUDE

10	SAUDE		154.883,54	154.883,54
10.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		88.967,16	88.967,16
10.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		88.967,16	88.967,16
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		65.916,38	65.916,38
10.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		65.916,38	65.916,38
TOTAL DA U.O. =>			154.883,54	154.883,54


TOTAL DO ÓRGÃO =>

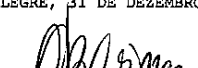
10.214.301,08

7.201.511,75

17.415.812,83

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


JAIR HENRIQUE FOSCARINI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 249.705.900/44


ANALISE BALDUSSERA
CONTADORA
CRCRS N. 04868802
CPF: 489.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2009

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS

RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
 DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

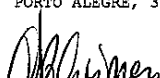
ANEXO N. 7

RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	SAUDE	10.214.301,08	7.201.511,75	17.415.812,83
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL	10.912,30	4.254.022,97	4.264.935,27
10.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	10.912,30	4.254.022,97	4.264.935,27
10.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		88.967,16	88.967,16
10.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		88.967,16	88.967,16
10.0301	ATENCAO BASICA	492.919,96		492.919,96
10.0301.0320	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	489.419,96		489.419,96
10.0301.0340	SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DE SANGUE	3.500,00		3.500,00
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	5.784.493,15	65.916,38	5.850.409,53
10.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		65.916,38	65.916,38
10.0302.0320	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	1.949.171,79		1.949.171,79
10.0302.0340	SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DE SANGUE	3.835.321,36		3.835.321,36
10.0305	VIGILANCIA EPIDEMOLOGICA	571.434,68	2.792.605,24	3.364.039,92
10.0305.0323	IMPLEMENTACAO DA VIGILANCIA EM SAUDE	571.434,68	2.792.605,24	3.364.039,92
10.0367	EDUCACAO ESPECIAL	6.443,50		6.443,50
10.0367.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	6.443,50		6.443,50
10.0571	DESENV CIENTIFICO	2.511.083,32		2.511.083,32
10.0571.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	2.511.083,32		2.511.083,32
10.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	837.014,17		837.014,17
10.0573.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	837.014,17		837.014,17
TOTAL GERAL =>		10.214.301,08	7.201.511,75	17.415.812,83

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 JAYR HENRIQUE FOSCARINI
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 249.705.900/44


 ANELISE BALDISSERA
 CONTADORA
 CRCR N. 04868802
 CPF: 469.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2009

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS

RFPE029/00001

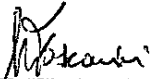
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

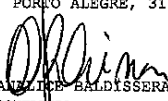
ANEXO N.º 8

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
10	SAUDE	12.290.643,41	5.125.169,42	17.415.812,83
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL	4.264.935,27		4.264.935,27
10.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	4.264.935,27		4.264.935,27
10.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	88.967,16		88.967,16
10.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	88.967,16		88.967,16
10.0301	ATENCAO BASICA	492.919,96		492.919,96
10.0301.0320	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	489.419,96		489.419,96
10.0301.0340	SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DE SANGUE	3.500,00		3.500,00
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	4.142.403,46	1.708.006,07	5.850.409,53
10.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	65.916,38		65.916,38
10.0302.0320	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	1.162.882,02	786.289,77	1.949.171,79
10.0302.0340	SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DE SANGUE	2.913.605,06	921.716,30	3.835.321,36
10.0305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	931.134,03	2.432.905,89	3.364.039,92
10.0305.0323	IMPLEMENTACAO DA VIGILANCIA EM SAUDE	931.134,03	2.432.905,89	3.364.039,92
10.0367	EDUCACAO ESPECIAL	6.443,50		6.443,50
10.0367.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	6.443,50		6.443,50
10.0571	DESENV CIENTIFICO	1.526.825,86	984.257,46	2.511.083,32
10.0571.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	1.526.825,86	984.257,46	2.511.083,32
10.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	837.014,17		837.014,17
10.0573.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	837.014,17		837.014,17
TOTAL GERAL =>		12.290.643,41	5.125.169,42	17.415.812,83

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 JAIR HENRIQUE FOSCARINI
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 249.705.900/44


 ANELICE BALDISSERA
 CONTADOR
 CRCRS n. 04868802
 CPF: 489.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2009

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS

RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES

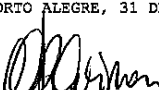
ANEXO N.9

R\$

	FUNÇÕES	SAUDE	TOTAL		
ÓRGÃOS					
PODER LEGISLATIVO					
PODER JUDICIARIO					
MINISTERIO PUBLICO					
DEFENSORIA PUBLICA					
PODER EXECUTIVO					
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA					
EM SAUDE					
	SOMA.....	17.415.812,83	17.415.812,83		
		17.415.812,83	17.415.812,83		
TOTAL.....					
		17.415.812,83	17.415.812,83		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 JAIR HENRIQUE FOSCARINI
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 249.705.900/44


 ANELICE BALDISSERA
 CONTÁBIL
 CRCRS N. 04868802
 CPF: 469.579.100/59

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	6.429.601,33	7.201.018,66	771.417,33
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	414.748,00	325.980,88	88.767,12-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	414.748,00	325.980,88	88.767,12-
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	414.748,00	325.980,88	88.767,12-
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	404.748,00	317.604,13	87.143,87-
1325.01.03.0000	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO RECURSO VINCULADO-FUNDO DE SAUDE	404.748,00	317.604,13	87.143,87-
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	10.000,00	8.376,75	1.623,25-
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	10.000,00	8.376,75	1.623,25-
1500.00.00.0000	RECEITA INDUSTRIAL	350.795,00	0,00	350.795,00-
1520.00.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	350.795,00	0,00	350.795,00-
1520.21.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E VETERINARIOS	350.795,00	0,00	350.795,00-
1520.21.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E VETERINARIOS	350.795,00	0,00	350.795,00-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	5.471.911,00	5.693.465,36	221.554,36
1600.01.00.0000	SERVICOS COMERCIAIS	81.510,00	101.713,00	20.203,00
1600.01.99.0000	DIVERSOS SERVICOS COMERCIAIS	81.510,00	101.713,00	20.203,00
1600.05.00.0000	SERVICOS DE SAUDE	5.382.401,00	5.532.624,89	150.223,89
1600.05.03.0000	SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS	5.382.401,00	5.532.624,89	150.223,89
1600.22.00.0000	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	8.000,00	59.127,47	51.127,47
1600.22.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	8.000,00	59.127,47	51.127,47
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	77.147,33	57.210,00	19.937,33-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	77.147,33	57.210,00	19.937,33-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	77.147,33	57.210,00	19.937,33-
1761.01.00.0000	TRANSFERENCIAS CONVENIOS DA UNIAO PARA O SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS	77.147,33	57.210,00	19.937,33-
1761.01.10.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DO MINISTERIO DA SAUDE PARA O SISTEMA UNICO DE SA	77.147,33	57.210,00	19.937,33-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	115.000,00	1.124.362,42	1.009.362,42
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	60.000,00	14.765,55	45.234,45-
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	60.000,00	14.765,55	45.234,45-
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	60.000,00	14.400,00	45.600,00-
1919.27.03.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - SAUDE	0,00	14.400,00	14.400,00
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	60.000,00	0,00	60.000,00-
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	0,00	365,55	365,55
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	365,55	365,55
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	10.000,00	2.315,66	7.684,34-
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	10.000,00	2.228,38	7.771,62-
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	10.000,00	2.228,38	7.771,62-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	10.000,00	2.228,38	7.771,62-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	0,00	87,28	87,28
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	87,28	87,28
1922.99.01.0000	OUTRAS RESTITUICOES - SAUDE	0,00	32,19	32,19
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	55,09	55,09
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	45.000,00	1.107.281,21	1.062.281,21
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	45.000,00	1.107.281,21	1.062.281,21
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	986.717,62	986.717,62
1990.99.03.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS VINCULADOS - SAUDE	0,00	120.333,72	120.333,72
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	45.000,00	229,87	44.770,13-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	775.000,00	1.112.000,00	337.000,00
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	775.000,00	1.112.000,00	337.000,00
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	775.000,00	1.112.000,00	337.000,00
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	775.000,00	1.112.000,00	337.000,00
2471.01.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO PARA O SISTEMA UNICO DE SAUDE-SUS	775.000,00	1.112.000,00	337.000,00
2471.01.10.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DO MINISTERIO DA SAUDE PARA O SISTEMA UNICO DE SA	775.000,00	1.112.000,00	337.000,00
7000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	4.063.500,00	2.733.920,67	1.329.579,33-
7600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS INTRA-ORCAMENTARIOS	4.063.500,00	2.733.920,67	1.329.579,33-
7600.05.00.0000	SERVICOS DE SAUDE INTRA-ORCAMENTARIOS	4.063.500,00	2.733.920,67	1.329.579,33-
7600.05.03.0000	SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS INTRA-ORCAMENTARIOS	4.063.500,00	2.733.920,67	1.329.579,33-
TOTAL		11.268.101,33	11.046.939,33	221.162,00-


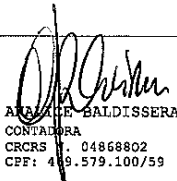
EXERCÍCIO DE 2009

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00002

ANEXO N. 10

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
	 JAIR HENRIQUE FOSCARINI DIRETOR PRESIDENTE CPF: 249.705.900/44	 ARACICE BALDISSERA CONTADORA CRCRS N. 04868802 CPF: 469.579.100/59		


EXERCÍCIO DE 2009

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADARPPE026/00001
ANEXO N.11

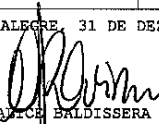
R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO ESTADUAL DE PRODUCAO E PESQUISA EM SAUDE			
DOTAÇÕES INICIAIS	26.808.948,11	4.375.116,22	31.184.064,33
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	7.896.509,69	6.637.000,00	14.533.509,69
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	10.149.241,51	1.405.075,36	11.554.316,87
AUTORIZADA	24.556.216,29	9.607.040,86	34.163.257,15
REALIZADA	13.046.375,06	4.369.437,77	17.415.812,83
DIFERENÇA	11.509.841,23	5.237.603,09	16.747.444,32
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			31.184.064,33
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			14.533.509,69
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			11.554.316,87
AUTORIZADA			34.163.257,15
REALIZADA			17.415.812,83
DIFERENÇA			16.747.444,32

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



JAIR HENRIQUE FOSCARINI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 249.705.900/44



ANALICE BALDISSERA
CONTADOR
CRCRS N. 04868802
CPF: 469.579.100/59

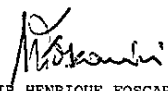
R E C E I T A			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	414.748,00	325.980,88	88.767,12-
RECEITA INDUSTRIAL	350.795,00	0,00	350.795,00-
RECEITA DE SERVICOS	5.471.911,00	5.693.465,36	221.554,36
TRANSFERENCIAS CORRENTES	77.147,33	57.210,00	19.937,33-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	115.000,00	1.124.362,42	1.009.362,42
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	4.063.500,00	2.733.920,67	1.329.579,33-
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	10.493.101,33	9.934.939,33	558.162,00-
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	775.000,00	1.112.000,00	337.000,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	775.000,00	1.112.000,00	337.000,00
SOMA	11.268.101,33	11.046.939,33	221.162,00-
DEFICIT DE PREVISÃO	22.895.155,82	6.368.873,50	16.526.282,32-
TOTAL	34.163.257,15	17.415.812,83	16.747.444,32-

D E S P E S A			
TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	34.163.257,15	17.415.812,83	16.747.444,32-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	34.163.257,15	17.415.812,83	16.747.444,32-
TOTAL	34.163.257,15	17.415.812,83	16.747.444,32-

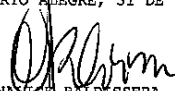
(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



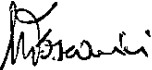
JAIR HENRIQUE FOSCARINI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 249.705.900/44




ANA LCIA BALDISSERA
CONTADOR
CRCRS N. 04868802
CPF: 469.579.100/59

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		SAUDE	17.415.812,83
RECEITA PATRIMONIAL	325.980,88	SOMA.....	17.415.812,83
RECEITA DE SERVICOS	5.693.465,36	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
TRANSFERENCIAS CORRENTES	57.210,00	REALIZAVEL	44.376,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.124.362,42	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.908.747,59
REC CORRENTES INTRA-ORCAM	2.733.920,67	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	4.360.669,47
SOMA.....	9.934.939,33	SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	123,71
RECEITAS DE CAPITAL		DEPOSITOS	832.837,26
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.112.000,00	SOMA.....	9.146.754,68
SOMA.....	1.112.000,00	TOTAL.....	26.562.567,51
TOTAL.....	11.046.939,33	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
REALIZAVEL	7.376,65	INTRAGOVERNAMENTAIS	385,34
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.430.919,83	SOMA.....	385,34
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	2.389.073,34	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	210,05	BANCOS C/DISPOSICAO	10.427,34
DEPOSITOS	811.434,10	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	9.183.032,07
SOMA.....	7.639.013,97	APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS	
TOTAL.....	18.685.953,30	VINCULADOS	3.992.630,60
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		BANCOS, C/VINCULADAS	16.304,05
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		SOMA.....	13.202.394,06
INTRAGOVERNAMENTAIS	10.395.673,89	SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR	
SOMA.....	10.395.673,89	BANCOS C/DISPOSICAO	8.418,33
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	5.854.040,51
BANCOS C/DISPOSICAO	8.418,33	APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS	
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	5.854.040,51	VINCULADOS	4.821.095,28
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS		BANCOS, C/VINCULADAS	165,60
VINCULADOS	4.821.095,28	SOMA.....	10.683.719,72
BANCOS, C/VINCULADAS	165,60	TOTAL.....	39.765.346,91
SOMA.....	10.683.719,72	TOTAL.....	39.765.346,91
TOTAL.....	39.765.346,91		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



 JAIR HENRIQUE FOSCARINI
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 249.705.900/44


 ANALISE BRIZISSERA
 CONTADOR
 CRCRS N. 04868802
 CPF: 469.879.100/59

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	10.427,34	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.123.495,02
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	9.183.032,07	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	372,60
SOMA.....	9.193.459,41	PIS E PASEP A RECOLHER	4.201,04
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	3.992.630,60	FGTS A RECOLHER	67.524,21
BANCOS, C/VINCULADAS	16.304,05	DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	350,45
SOMA.....	4.008.934,65	SOMA.....	1.196.568,38
REALIZÁVEL		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
IMPORTACOES ATRAVES DO DECAM	37.000,00	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	2.386.832,82
SOMA.....	37.000,00	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	2.240,52
TOTAL.....	13.239.394,06	SOMA.....	2.389.073,34
ATIVO PERMANENTE		SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
BENS DA ENTIDADE		SERVIÇO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	
BENS MOVEIS	16.192.419,63	PREVIDENCIARIOS	210,05
BENS IMOVEIS	12.853.552,75	SOMA.....	210,05
SOMA.....	29.045.972,38	DEPÓSITOS	
CRÉDITOS		DEPOSITOS	
DEVEDORES POR OPERACOES MERCANTIS	282.784,06	SOMA.....	47.691,97
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	1.708.550,68	TOTAL.....	3.633.543,74
SOMA.....	1.991.334,74	PASSIVO PERMANENTE	
DIVERSOS		DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	996.865,99	DEBITOS PARCELADOS	280.452,21
BENS DE VENDA	282,00	SOMA.....	280.452,21
ALMOXARIFADOS	5.393.298,50	TOTAL.....	280.452,21
SOMA.....	6.390.446,49	SOMA DO PASSIVO REAL	3.913.995,95
TOTAL.....	37.427.753,61	SALDO PATRIMONIAL	
SOMA DO ATIVO REAL	50.667.147,67	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
ATIVO COMPENSADO		ATIVO REAL LIQUIDO	46.753.151,72
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SOMA.....	50.667.147,67
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	14.143,96	PASSIVO COMPENSADO	
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	5.393.298,50	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	2.147.780,10	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	14.143,96
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	6.937,61	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	5.393.298,50
SOMA.....	7.562.160,17	BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	2.147.780,10
VALORES DE TERCEIROS		DIARIAS A COMPROVAR	6.937,61
CAIXA DE CAUCOES EM TITULOS E VALORES	362.997,52	SOMA.....	7.562.160,17
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	55.110.856,88	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
SOMA.....	55.473.854,40	CAUCOES EM TITULOS E VALORES	362.997,52
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	55.110.856,88
RESPONSAVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	175.000,00	SOMA.....	55.473.854,40
SOMA.....	175.000,00	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
TOTAL.....	63.211.014,57	CONVENIOS EM EXECUCAO	175.000,00
TOTAL GERAL.....	113.878.162,24	SOMA.....	175.000,00
		TOTAL.....	63.211.014,57
		TOTAL GERAL.....	113.878.162,24


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

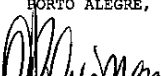

JAIR HENRIQUE FOSCARINI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 249.705.900/44


ANELISE BALDISSERA
CONTADORA
CRCRS N. 04868802
CPF: 466.579.100/59

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
REC CORRENTES INTRA-ORCAM	2.733.920,67	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.992.228,26
RECEITA PATRIMONIAL	325.980,88	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.054.146,80
RECEITA DE SERVICOS	5.693.465,36	SOMA.....	13.046.375,06
TRANSFERENCIAS CORRENTES	57.210,00	DESPESAS DE CAPITAL	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.124.362,42	INVESTIMENTOS	4.368.270,08
SOMA.....	9.934.939,33	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1.167,69
RECEITAS DE CAPITAL		SOMA.....	4.369.437,77
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.112.000,00	TOTAL.....	17.415.812,83
SOMA.....	1.112.000,00		
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
SOMA.....	0,00	ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES	
TOTAL.....	11.046.939,33	FASE AQUIS/FORMACAO	22.417,45
		SOMA.....	22.417,45
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	1.081,35	VARIAÇÕES PASSIVAS	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE		INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS -	
AQUISICAO OU FORMACAO	996.865,99	PRINCIPAL E ATUALIZACAO	9.611,73
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	1.300.417,29	TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	1.523.314,95
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	2.070.986,80	BAIXA DE BENS MOVEIS	59.873,48
SOMA.....	4.369.351,43	BAIXA DE CREDITOS POR PRESTACAO DE	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		SERVICOS	5.473.828,84
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	947.850,92
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	1.523.314,95	SOMA.....	8.014.479,92
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	179.977,59	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
INSCRICAO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE		PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SERVICOS	6.127.666,40	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	1.436.480,53	INTRAGOVERNAMENTAIS	385,34
SOMA.....	9.267.439,47	SOMA.....	385,34
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO		TOTAL.....	25.453.095,54
PATRIMÔNIO FINANCEIRO		RESULTADO PATRIMONIAL	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		SUPERAVIT VERIFICADO	9.626.308,58
INTRAGOVERNAMENTAIS	10.395.673,89		
SOMA.....	10.395.673,89	TOTAL.....	35.079.404,12
TOTAL.....	35.079.404,12		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


JAIR HENRIQUE FOSCARINI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 249.705.900/44

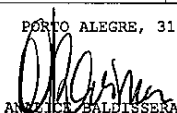

ANA LÚCIA HALDISSEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 04868802
CPF: 449.579.100/59

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	665.828,22-	4.324.413,80	3.866.747,00	1.123.495,02-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	0,00	372,60	0,00	372,60-
PIS E PASEP A RECOLHER	0,00	4.201,04	0,00	4.201,04-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	8.201,15-	100.956,88	41.633,82	67.524,21-
FGTS A RECOLHER	0,00	625,06	0,00	625,06-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	366,77-	350,45	366,77	350,45-
SUBTOTAL.....	674.396,14-	4.430.919,83	3.908.747,59	1.196.568,38-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
SERVICO DE PARCELAMENTO DE DEBITOS	0,00	0,00	0,00	0,00
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	4.324.282,01-	2.386.832,82	4.324.282,01	2.386.832,82-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	36.387,46-	2.240,52	36.387,46	2.240,52-
SUBTOTAL.....	4.360.669,47-	2.389.073,34	4.360.669,47	2.389.073,34-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	123,71-	210,05	123,71	210,05-
SUBTOTAL.....	123,71-	210,05	123,71	210,05-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	69.095,13-	811.434,10	832.837,26	47.691,97-
SUBTOTAL.....	69.095,13-	811.434,10	832.837,26	47.691,97-
TOTAL.....	5.104.284,45-	7.631.637,32	9.102.378,03	3.633.543,74-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



JAIR HENRIQUE FOSCARINI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 249.705.900/44



ANELICE BALDISSEIRA
CONTADOR
CRCRS N. 04868802
CPF: 469.579.100/59

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

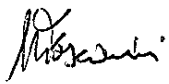
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	13.046.375,06
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.992.228,26
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	2.837.344,72
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	2.411.550,13
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	278.538,46
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	183.806,63
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	1.592.062,13
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	98.172,30
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	258.970,61
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	413.117,16
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	411.554,51
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	1.562,65
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	5.621,43
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	5.621,43
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	7.056,00
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	7.056,00
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	154.883,54
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	154.883,54
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	65.916,38
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	88.967,16
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.054.146,80
3.3.20.00	TRANSFERENCIAS A UNIAO	226.583,89
3.3.20.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	226.583,89
3.3.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	226.583,89
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	9.827.562,91
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	82.753,44
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	82.753,44
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	5.130.027,71
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	14.332,11
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	2.555.386,06
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	60.063,47
3.3.90.30.3005	FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	90.250,00
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	28.616,64
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	61.131,84
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	54.924,68
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	6.824,70
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	89.407,22
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	5.580,00
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	128,00
3.3.90.30.3017	MATERIA-PRIMA	92.058,00
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	1.686,50
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	39.205,80
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	153,25
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLÓGICOS	1.775.558,43
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	5.705,41
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	41.368,30
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	132.407,22
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	32.960,91
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	42.279,17
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	61.247,26
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	2.997,30
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	58.249,96
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	74.211,00
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	74.211,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.090.523,79
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	612.701,81
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	477.821,98
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.191.094,64
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	98.051,51
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	10.912,30
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	4.863,45
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	13.970,00
3.3.90.39.3910	CONCURSOS PUBLICOS	7.500,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	33.245,90
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	461.364,59
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.560,45
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	5.321,35
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	301.302,34
3.3.90.39.3926	SEGUROS	3.301,84
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	114.400,00
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	54.894,89
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	81.133,03
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	309.160,63
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	12.485,01
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	91.075,00
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	15.602,43
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	25.134,36
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	412,07
3.3.90.39.3939	MEDICINA	2.500,00
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	1.710,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	375.518,42
3.3.90.39.3943	BIOLOGIA E BIOMEDICINA	3.776,00
3.3.90.39.3948	MULTAS	9.989,52
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	441,79
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECAC, CLASSIFICACAO E AFERICAO	2.388,80
3.3.90.39.3957	BENEFICIAMENTO	629.937,00
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	1.981,50
3.3.90.39.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	112.278,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	343.249,82
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	6.092,12
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	38.147,52
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	2.500,00
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	8.000,00
3.3.90.39.3993	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	893,00
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	16.941,87
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	16.941,87
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	41.733,80
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	41.733,80
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	103.811,69

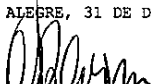
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	68.955,95
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	25.828,22
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	9.027,52
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	25.949,79
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	25.949,79
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.612,35
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	842,05
3.3.90.92.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	120,30
3.3.90.92.3935	ENSINO E TREINAMENTO	300,00
3.3.90.92.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	1.350,00
3.3.90.93	INDEMNIZACOES E RESTITUICOES	6.655,57
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	6.655,57
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	4.369.437,77
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	4.368.270,08
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	4.368.270,08
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	2.134.531,46
4.4.90.51.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	13.862,52
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	2.064.677,74
4.4.90.51.5106	INSTALACOES, EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS INCORPORAVEIS A IMOVEIS	55.991,20
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.233.738,62
4.4.90.52.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	495.552,45
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	1.011.570,36
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	537,30
4.4.90.52.5211	MAQUINAS DE ESCREVER, SOMAR, CALCULAR, CONTABILIDADE E REPRODUCAO	1.010,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	213.107,55
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	6.877,93
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	91.155,00
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	8.514,00
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	3.385,00
4.4.90.52.5221	MOVEIS E/OU MATERIAIS PARA ALOJAMENTO	120,00
4.4.90.52.5223	DESENHO E/OU TOPOGRAFIA	1.681,89
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	382.574,00
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	17.653,14
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.167,69
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.167,69
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.167,69
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	1.167,69
TOTAL GERAL =====>		17.415.812,83

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	2.992.228,26
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	10.054.146,80
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	13.046.375,06
INVESTIMENTOS	=>	4.368.270,08
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	1.167,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	4.369.437,77
TOTAL GERAL	=>	17.415.812,83

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


JAIR HENRIQUE FOSCARINI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 249.705.900/44


ANAIETE BALDESERA
CONTADORA
CRCRS N.º 04868802
CPF: 468.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2009


FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS

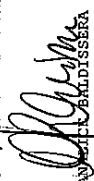
RPP039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
69 FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE	2.992.228,26		10.054.146,80	4.368.270,08		1.167,69		17.415.812,83
PROPRIOS DA FUNDAÇÃO			4.115.138,35	318.738,12				4.433.876,47
CONVENIOS			2.214.178,00	2.910.991,42				5.125.169,42
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUIÇÃO	2.992.228,26		3.724.830,45	1.138.540,54		1.167,69		7.856.766,94
TOTAL	2.992.228,26		10.054.146,80	4.368.270,08		1.167,69		17.415.812,83

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 JAIR HENRIQUE FOSCARINI
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 249.705.900/44


 ANTONIO BORDINISSERA
 CONTADOR
 CRCRS N. 04868802
 CPF: 469.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2009

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS


RFP040/00001


DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

RS

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
10 SAUDE	2.992.228,26		10.054.146,80	4.368.270,08		1.167,69		17.415.812,83
PROPRIOS DA FUNDACAO CONVENIOS			4.115.138,35	318.738,12				4.433.876,47
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	2.992.228,26		2.214.178,00	2.910.991,42		1.167,69		5.125.169,42
			3.724.830,45	1.138.540,54				7.856.766,94
TOTAL	2.992.228,26		10.054.146,80	4.368.270,08		1.167,69		17.415.812,83
RESUMO								
PROPRIOS DA FUNDACAO CONVENIOS			4.115.138,35	318.738,12				4.433.876,47
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	2.992.228,26		2.214.178,00	2.910.991,42		1.167,69		5.125.169,42
			3.724.830,45	1.138.540,54				7.856.766,94
TOTAL	2.992.228,26		10.054.146,80	4.368.270,08		1.167,69		17.415.812,83

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 JAIR HENRIQUE FOSCARINI
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 249.705.900/44


 ARNALDO BALDISSERA
 CONTIDORA
 CREG N. 04868802
 CPF: 465.579.100/59



FEPPS

Fundação Estadual de Produção
e Pesquisa em Saúde

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA						
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009.		POSIÇÃO 31-12-09
	LEI	DATA		Variações		
				Passivas	Ativas	
			Mutações Patrimoniais da Despesa	Amortização	EM	
Débitos Parcelados						-
Com Ministério da Fazenda - PASEP	MP 38	14.05.2002	271.921,83	9.611,73	1.081,35	280.452,21
Termo de Parcelamento						-
Com Instituto Nacional de Seguro Social - INSS						-
						-
Total			271.921,83	9.611,73	1.081,35	280.452,21

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Jair Henrique Foscarini
JAIR HENRIQUE FOSCARINI
 DIRETOR-PRESIDENTE
 CIC -MF / 249.705.900/44

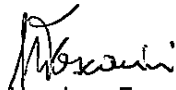
Ana Lize Baldissera
ANA LIZE BALDISSERA
 CONTADORA CRC/RS 48.688/0-2
 CIC -MF / 469.579.100-59

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DE 2009.

01- Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101, de 04.05.00, e considerando, ainda, o disposto no Decreto federal 20.910, 06.01.32, e no Parecer 01/03, de 21.11.03, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto 46.778, de 03 de dezembro de 2009, e a Instrução Normativa CAGE 02/2009, de 08 de dezembro de 2009, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:

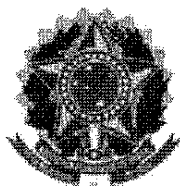
- a) Estorno de empenhos não liquidados emitidos em 2009, no valor de R\$ 988.254,29, excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa.



Jair Henrique Foscarini
Diretor -Presidente
CIC-MF/ 249.705.900/44



Analice Baldissera
Contadora CRC/RS 48.688/0-2
CIC- MF/ 469.579.100-59

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ANALICE BALDISSERA
REGISTRO.....	: RS-048688/O-2
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 469.579.100-59

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 11.02.2010 as 12:56:36.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 75318.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Fundação Estadual de Proteção
Ambiental Henrique Luís Roessler
FEPAM**



EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
 DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

 RFE035/00001
 ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	30.795,48	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.068.418,55
RECEITA DE SERVIÇOS	27.932.272,35	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.038.320,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	554.048,81	SOMA.....	28.106.738,88
SOMA.....	28.517.116,64	SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	410.377,76
DEFICIT	122.324,93	TOTAL.....	28.517.116,64
TOTAL.....	28.639.441,57	DESPESA CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	472.702,69
		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	60.000,00
		SOMA.....	532.702,69
		TOTAL.....	28.639.441,57
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	28.517.116,64	DESPESAS CORRENTES.....	28.106.738,88
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	532.702,69
DEFICIT.....	122.324,93	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	28.639.441,57	TOTAL.....	28.639.441,57

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Regina Telli
 REGINA TELLI
 DIRETORA-PRESIDENTA
 CPF: 291.829.990/15

Tupy José Paulo Neto
 TUPY JOSÉ PAULO NETO
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 222.510.490/53

Glennira de Fátima Camargo
 GLENNIRA DE FÁTIMA CAMARGO
 CONTADORA
 CPF: 438.639.730/20

ÓRGÃO: 67 - FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL

U.O.: 67.01 - FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
18	GESTAO AMBIENTAL		27.560.176,57	27.560.176,57
18.0122	ADMINISTRACAO GERAL		69.549,42	69.549,42
18.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		69.549,42	69.549,42
18.0542	CONTROLE AMBIENTAL		27.490.627,15	27.490.627,15
18.0542.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		21.688.748,03	21.688.748,03
18.0542.0307	QUALIDADE E CONTROLE AMBIENTAIS		5.801.879,12	5.801.879,12
28	ENCARGOS ESPECIAIS	60.000,00	1.019.265,00	1.079.265,00
28.0061	ACAO JUDICIARIA		1.019.265,00	1.019.265,00
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.019.265,00	1.019.265,00
28.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	60.000,00		60.000,00
28.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	60.000,00		60.000,00
TOTAL DA U.O. =>		60.000,00	28.579.441,57	28.639.441,57
TOTAL DO ÓRGÃO =>		60.000,00	28.579.441,57	28.639.441,57

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Regina Telli
 REGINA TELLI
 DIRETORA-PRESIDENTA
 CPF: 291.829.990/15

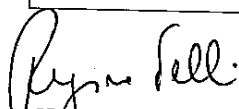
Tupy Jose Esso Neto
 TUPY JOSE ESSO NETO
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 222.510.490/53

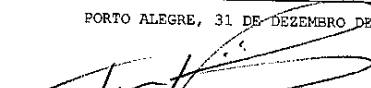
Cleury de Fatima Camargo
 CLEURY DE FATIMA CAMARGO
 CONTADORA
 CPF: 438.639.730/20

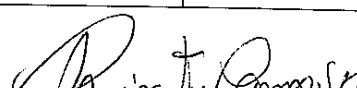
EXERCÍCIO DE 2009 FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL RFPE009/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES ANEXO N. 7
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
18	GESTAO AMBIENTAL			
18.0122	ADMINISTRACAO GERAL		27.560.176,57	27.560.176,57
18.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		69.549,42	69.549,42
18.0542	CONTROLE AMBIENTAL		69.549,42	69.549,42
18.0542.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		27.490.627,15	27.490.627,15
18.0542.0307	QUALIDADE E CONTROLE AMBIENTAIS		21.688.748,03	21.688.748,03
28	ENCARGOS ESPECIAIS		5.801.879,12	5.801.879,12
28.0061	ACAO JUDICIARIA	60.000,00	1.019.265,00	1.079.265,00
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.019.265,00	1.019.265,00
28.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	60.000,00	1.019.265,00	1.019.265,00
28.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	60.000,00		60.000,00
TOTAL GERAL =>		60.000,00	28.579.441,57	28.639.441,57

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

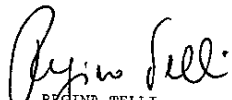

TUPY JOSE VELHO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

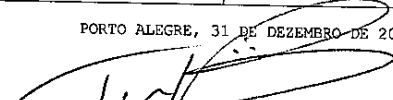

CLEMLIA DE FATIMA CAMARGO
CONTADORA
CPF: 438.639.730/20

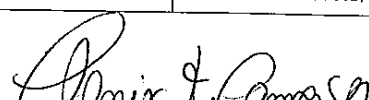
EXERCÍCIO DE 2009	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	RFPE029/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
R\$		

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
18	GESTÃO AMBIENTAL	27.301.864,01		
18.0122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		258.312,56	27.560.176,57
18.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	69.549,42		69.549,42
18.0542	CONTROLE AMBIENTAL	69.549,42		69.549,42
18.0542.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	27.232.314,59	258.312,56	27.490.627,15
18.0542.0307	QUALIDADE E CONTROLE AMBIENTAIS	21.688.748,03		21.688.748,03
28	ENCARGOS ESPECIAIS	5.543.566,56	258.312,56	5.801.879,12
28.0061	ACAO JUDICIARIA	1.079.265,00		1.079.265,00
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	1.019.265,00		1.019.265,00
28.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.019.265,00		1.019.265,00
28.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	60.000,00		60.000,00
		60.000,00		60.000,00
TOTAL GERAL =>		28.381.129,01	258.312,56	28.639.441,57

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 REGINA TELLI
 DIRETORA-PRESIDENTA
 CPF: 291.829.990/15


 TUPY JOSÉ FELÍCIO NETO
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 222.510.490/53


 CLEONARA DE FATIMA CAMARGO
 CONTADORA
 CPF: 438.639.730/20

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES

RFPE025/00001

ANEXO N.9

R\$

ÓRGÃOS	FUNÇÕES	GESTAO AMBIENTAL	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
PODER LEGISLATIVO PODER JUDICIARIO MINISTERIO PUBLICO DEFENSORIA PUBLICA PODER EXECUTIVO FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL				
	SOMA.....	27.560.176,57 27.560.176,57	1.079.265,00 1.079.265,00	28.639.441,57 28.639.441,57
TOTAL.....		27.560.176,57	1.079.265,00	28.639.441,57

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Regina Telli
REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

Jose Fesio Neto
TUBY JOSE FESIO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

Fatima Camargo
CLENZA DE FATIMA CAMARGO
CONTADORA
CPF: 438.639.730/20

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00001

ANEXO N. 10

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES			
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	29.977.671,00	28.517.116,64	1.460.554,36-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	30.795,48	30.795,48
1325.00.00.0000	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS	0,00	30.795,48	30.795,48
1325.01.00.0000	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	0,00	30.795,48	30.795,48
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERAÇÕES DE DEPOSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS	0,00	30.795,48	30.795,48
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	30.795,48	30.795,48
1600.20.00.0000	SERVIÇO DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	29.584.707,00	27.932.272,35	1.652.434,65-
1600.20.01.0000	SERVIÇOS DE ANÁLISE PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL	29.584.707,00	27.932.272,35	1.652.434,65-
1700.00.00.0000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.584.707,00	27.932.272,35	1.652.434,65-
1760.00.00.0000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	392.964,00	0,00	392.964,00-
1761.00.00.0000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	392.964,00	0,00	392.964,00-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS DA UNIÃO	392.964,00	0,00	392.964,00-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS DA UNIÃO	392.964,00	0,00	392.964,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	554.048,81	554.048,81
1920.00.00.0000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	32.873,78	32.873,78
1921.00.00.0000	INDENIZAÇÕES	0,00	3.635,88	3.635,88
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZAÇÕES	0,00	3.635,88	3.635,88
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZAÇÕES	0,00	3.635,88	3.635,88
1922.00.00.0000	RESTITUIÇÕES	0,00	29.237,90	29.237,90
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	29.237,90	29.237,90
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUIÇÕES	0,00	29.237,90	29.237,90
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	521.175,03	521.175,03
1990.02.00.0000	RECEITAS DE ONUS DE SUCUMBÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS	0,00	4.217,02	4.217,02
1990.02.01.0000	RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	0,00	4.217,02	4.217,02
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	516.958,01	516.958,01
1990.99.02.0000	ANULAÇÃO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	492.287,21	492.287,21
1990.99.97.0000	ANULAÇÃO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	21.024,18	21.024,18
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	0,00	3.646,62	3.646,62
TOTAL		29.977.671,00	28.517.116,64	1.460.554,36-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Regina Telli
REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

Tusi José Freijo Neto
TUSI JOSÉ FREIJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

Chenira de Fatima Camargo
CHENIRA DE FATIMA CAMARGO
CONTADORA
CPF: 438.639.730/20

EXERCÍCIO DE 2009

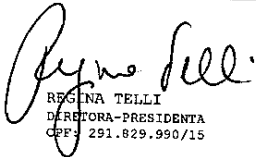
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

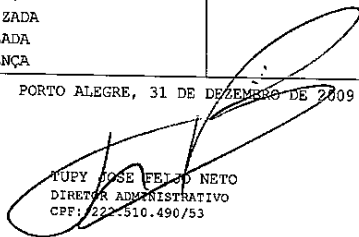
RFPE026/00001
ANEXO N.11

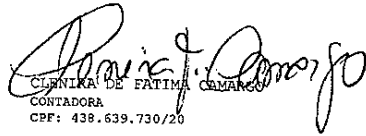
R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL			
DOTAÇÕES INICIAIS	28.680.926,00	2.316.010,00	30.996.936,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	69.408,95	45.917,84	115.326,79
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	0,00	115.326,79	115.326,79
AUTORIZADA	28.750.334,95	2.246.601,05	30.996.936,00
REALIZADA	28.106.738,88	532.702,69	28.639.441,57
DIFERENÇA	643.596,07	1.713.898,36	2.357.494,43
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			30.996.936,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			115.326,79
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			115.326,79
AUTORIZADA			30.996.936,00
REALIZADA			28.639.441,57
DIFERENÇA			2.357.494,43

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15


TUPY JOSÉ FELÍCIO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53


CLEONIRA DE FÁTIMA CAMARGO
CONTADORA
CPF: 438.639.730/20

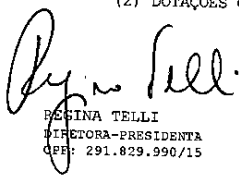
R E C E I T A			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	30.795,48	30.795,48
RECEITA DE SERVIÇOS	29.584.707,00	27.932.272,35	1.652.434,65-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	392.964,00	0,00	392.964,00-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	554.048,81	554.048,81
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	29.977.671,00	28.517.116,64	1.460.554,36-
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	29.977.671,00	28.517.116,64	1.460.554,36-
DEFICIT DE PREVISÃO	1.019.265,00	122.324,93	896.940,07-
TOTAL	30.996.936,00	28.639.441,57	2.357.494,43-

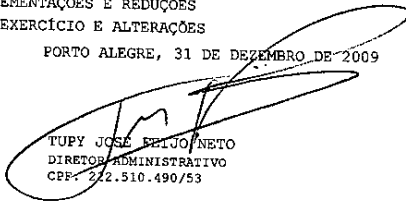
D E S P E S A			
TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	30.996.936,00	28.639.441,57	2.357.494,43-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	30.996.936,00	28.639.441,57	2.357.494,43-
TOTAL	30.996.936,00	28.639.441,57	2.357.494,43-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15


TUPY JOSÉ FELÍCIO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53


CLEONICE DE FÁTIMA CAMARGO
CONTADORA
CPF: 438.639.730/20

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		GESTÃO AMBIENTAL	27.560.176,57
RECEITA PATRIMONIAL	30.795,48	ENCARGOS ESPECIAIS	1.079.265,00
RECEITA DE SERVIÇOS	27.932.272,35	SOMA.....	28.639.441,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	554.048,81	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
SOMA.....	28.517.116,64	REALIZAVEL	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.744.468,12
TOTAL.....	28.517.116,64	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.671.055,66
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	4.000,00
REALIZAVEL	0,00	DEPOSITOS	3.770.792,24
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.685.389,25	SOMA.....	12.190.316,02
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.400.134,34	TOTAL.....	40.829.757,59
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	5.000,00	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
DEPOSITOS	3.797.085,38	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
SOMA.....	10.887.608,97	INTRAGOVERNAMENTAIS	
TOTAL.....	39.404.725,61	SOMA.....	0,00
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		BANCOS C/DISPOSICAO	82.588,79
INTRAGOVERNAMENTAIS	61.349,12	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	8.922.704,55
SOMA.....	61.349,12	BANCOS, C/VINCULADAS	0,00
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	303.766,91
BANCOS C/DISPOSICAO	147.874,85	SOMA.....	9.309.060,25
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	9.972.666,47		
BANCOS, C/VINCULADAS	0,00		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	552.201,79		
SOMA.....	10.672.743,11		
TOTAL.....	50.138.817,84	TOTAL.....	50.138.817,84

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Regina Telli
REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

Tupy José Felijo Neto
TUPY JOSÉ FELIJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

Cléia de Fatima Camargo
CLEIA DE FATIMA CAMARGO
CONTADORA
CPF: 438.639.730/20

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	82.588,79	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	69.091,17
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	8.922.704,55	LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	27.277,23
SOMA.....	9.005.293,34	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	9.423,47
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	840.143,70
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	303.766,91	PIS E PASEP A RECOLHER	21.749,20
SOMA.....	303.766,91	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	250.040,07
REALIZÁVEL		PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	11.364.148,45
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.032.590,77	FGTS A RECOLHER	138.077,39
SOMA.....	1.032.590,77	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	226.220,70
TOTAL.....	10.341.651,02	DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	2.055,04
ATIVO PERMANENTE		SOMA.....	12.948.226,42
BENS DA ENTIDADE		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
BENS MOVEIS	7.882.782,64	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	668.459,17
BENS IMOVEIS	201.790,99	AUXILIOS NAO SUJEITOS A COMPROVACAO	3.137,67
SOMA.....	8.084.573,63	LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	4.108,52
DIVERSOS		INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	53.985,49
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	42.006,09	FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	100.000,00
ALMOXARIFADOS	191.315,22	PIS E PASEP A LIQUIDAR	11.871,85
SOMA.....	233.321,31	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	559.452,38
TOTAL.....	8.317.894,94	DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	165,15
SOMA DO ATIVO REAL	18.659.545,96	SOMA.....	1.401.180,23
ATIVO COMPENSADO		SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SERVIÇO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	342.336,80	SOMA.....	5.000,00
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	191.315,22	DEPÓSITOS	
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	137,73	DEPOSITOS	308.885,53
SOMA.....	533.789,75	SOMA.....	308.885,53
VALORES DE TERCEIROS		TOTAL.....	14.663.292,18
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	4.116.508,54	PASSIVO PERMANENTE	
SOMA.....	4.116.508,54	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		DEBITOS PARCELADOS	95.348,07
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	1.332.541,65	SOMA.....	95.348,07
SOMA.....	1.332.541,65	TOTAL.....	95.348,07
TOTAL.....	5.982.839,94	SOMA DO PASSIVO REAL	14.758.640,25
TOTAL GERAL.....	24.642.385,90	SALDO PATRIMONIAL	
		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
		ATIVO REAL LÍQUIDO	3.900.905,71
		SOMA.....	18.659.545,96
		PASSIVO COMPENSADO	
		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
		DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	342.336,80
		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	191.315,22
		DIARIAS A COMPROVAR	137,73
		SOMA.....	533.789,75
		CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
		BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	4.116.508,54
		SOMA.....	4.116.508,54
		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
		ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	1.332.541,65
		SOMA.....	1.332.541,65
		TOTAL.....	5.982.839,94
		TOTAL GERAL.....	24.642.385,90

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Regina Telli
REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

Tufy Jose Felgo Neto
TUFY JOSE FELGO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

Clenira de Fatima Camargo
CLENIRA DE FATIMA CAMARGO
CONTADORA
CPF: 438.639.730/20

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	30.795,48	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.068.418,55
RECEITA DE SERVIÇOS	27.932.272,35	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.038.320,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	554.048,81	SOMA.....	28.106.738,88
SOMA.....	28.517.116,64	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	472.702,69
SOMA.....	0,00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	60.000,00
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	SOMA.....	532.702,69
SOMA.....	0,00	TOTAL.....	28.639.441,57
TOTAL.....	28.517.116,64	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		SOMA.....	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DEBITOS PARCELADOS	60.000,00	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE		VARIAÇÕES PASSIVAS	
AQUISIÇÃO OU FORMAÇÃO	42.006,09	INSCRIÇÃO DE DEBITOS PARCELADOS -	
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS	430.696,60	PRINCIPAL E ATUALIZAÇÃO	16.425,06
SOMA.....	532.702,69	TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	210.107,90
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE BENS MOVEIS	267.862,54
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	347.116,82
BAIXA DE DEBITOS PARCELADOS	50.100,00	SOMA.....	841.512,32
TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	210.107,90	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	731.613,62	PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INCORPORAÇÃO DE BENS DE ALMOXARIFADO	323.188,73	SOMA.....	0,00
SOMA.....	1.315.010,25	TOTAL.....	29.480.953,89
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO		RESULTADO PATRIMONIAL	
PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SUPERAVIT VERIFICADO	945.224,81
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	61.349,12		
INTRAGOVERNAMENTAIS	61.349,12		
SOMA.....	122.698,24		
TOTAL.....	30.426.178,70	TOTAL.....	30.426.178,70

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Regina Telli
REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 91.829.990/15

Tupy Jose Feijo Neto
TUPY JOSE FEIJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

Clenir de Fatima Camargo
CLENIR DE FATIMA CAMARGO
CONTADORA
CPF: 438.639.730/20

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

RFPE034/00001
ANEXO N.17

R\$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	277.735,69-	954.300,24	1.162.944,76	69.091,17-
AUXÍLIOS NÃO SUJEITOS A COMPROVAÇÃO	0,00	23.009,58	23.009,58	0,00
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	11.239,66-	46.265,53	30.227,96	27.277,23-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	478.184,00-	33.039,63	501.800,16	9.423,47-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	728.879,02-	982.062,66	870.797,98	840.143,70-
PIS E PASEP A RECOLHER	0,00	41.202,03	19.452,83	21.749,20-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	69,26-	471.687,13	221.716,32	250.040,07-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	20.461,52-	0,00	20.461,52	0,00
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	10.415.416,16-	948.732,29	0,00	11.364.148,45-
FGTS A RECOLHER	0,00	258.785,81	120.708,42	138.077,39-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	75.187,87-	1.921.427,32	1.770.394,49	226.220,70-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	132,11-	4.877,03	2.954,10	2.055,04-
SUBTOTAL.....	12.007.305,29-	5.685.389,25	4.744.468,12	12.948.226,42-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	956.645,05-	668.459,17	956.645,05	668.459,17-
AUXÍLIOS NÃO SUJEITOS A COMPROVAÇÃO	45.079,65-	2.091,78	44.033,76	3.137,67-
LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	19.185,94-	4.108,52	19.185,94	4.108,52-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	25.030,52-	53.985,49	25.030,52	53.985,49-
FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	141.918,96-	100.000,00	141.918,96	100.000,00-
PIS E PASEP A LIQUIDAR	19.452,83-	11.871,85	19.452,83	11.871,85-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	221.647,06-	0,00	221.647,06	0,00
DIARIAS A LIQUIDAR	192,83-	0,00	192,83	0,00
FGTS A LIQUIDAR	120.708,42-	0,00	120.708,42	0,00
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	2.119.418,30-	559.452,38	2.119.418,30	559.452,38-
DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	2.821,99-	165,15	2.821,99	165,15-
SUBTOTAL.....	3.672.101,55-	1.400.134,34	3.671.055,66	1.401.180,23-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	4.000,00-	5.000,00	4.000,00	5.000,00-
SUBTOTAL.....	4.000,00-	5.000,00	4.000,00	5.000,00-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	282.592,39-	3.797.085,38	3.770.792,24	308.885,53-
SUBTOTAL.....	282.592,39-	3.797.085,38	3.770.792,24	308.885,53-
TOTAL.....	15.965.999,23-	10.887.608,97	12.190.316,02	14.663.292,18-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

TUPY JOSE PAIJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

CLENIRA DE FATIMA CAMARGO
CONTADORA
CPF: 438.639.730/20

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

RFE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.106.738,88
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	20.068.418,55
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	20.068.418,55
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	14.282.690,96
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	10.241.708,23
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	391.897,10
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	1.362.130,04
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	2.065.651,15
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	221.304,44
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	4.512.962,59
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	18.405,81
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	361.424,28
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	2.998.380,44
3.1.90.13.1308	SALARIO EDUCACAO	1.119.691,96
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	15.060,10
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	1.000.302,60
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.000.302,60
3.1.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	18.962,40
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	18.962,40
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	253.500,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	253.500,00
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	8.038.320,33
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	8.038.320,33
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	30.176,46
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	30.176,46
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	327.710,41
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	323.232,88
3.3.90.18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	4.477,53
3.3.90.18.1801	BOLSAS DE ESTUDOS	9.413,01
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	9.413,01
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	849.030,37
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	9.162,34
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	23.710,91
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	148.000,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.198,05
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	54.440,41
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	728,28
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	3.096,01
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	52.893,72
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	7.002,20
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLÓGICOS	1.052,44
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	58.095,92
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	16.750,61
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	241.892,03
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	23.247,82
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	205.759,63
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	96.766,16
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	13.173,99
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	83.592,17
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	1.626.389,84
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.626.389,84
3.3.90.36.3606	TAREFEIROS	105.659,78
3.3.90.36.3610	SERVICOS MEDICOS	3.275,00
3.3.90.36.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	900,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	101.484,78
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	515.726,96
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	4.014,69
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	280.940,75
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	230.771,52
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	4.127.875,94
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	18.313,73
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	69.549,42
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	7.941,20
3.3.90.39.3910	CONCURSOS PUBLICOS	2.844,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	34.706,69
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	69.757,90
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	88.904,41
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	274.382,31
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	11.844,10
3.3.90.39.3926	SEGUROS	750.184,51
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	115.937,06
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	108.648,00
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	38.242,64
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	84.716,29
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	106.418,98
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	113.616,40
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	5.496,25
3.3.90.39.3939	MEDICINA	11.353,30
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	36.485,28
3.3.90.39.3943	BIOLOGIA E BIOMEDICINA	413.249,23
3.3.90.39.3948	MULTAS	168.737,00
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	4.635,10
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	635,89
3.3.90.39.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	950,21
3.3.90.39.3968	QUIMICA	118.272,96
3.3.90.39.3975	GINASTICA LABORAL	49.880,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	11.040,00
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	212.539,04
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	9.000,00
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	2.622,00
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	45.091,55
3.3.90.39.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	1.129.212,29
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	6.595,20
3.3.90.39.3993	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3.588,00
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	2.485,00
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	18.172,11
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	18.172,11
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	155.591,79
		154.091,79

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.47.4711	LICENÇA PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL	1.500,00
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	133.492,32
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	957,78
3.3.90.92.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	91,82
3.3.90.92.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	367,25
3.3.90.92.3923	PEDAGOGOS	55,10
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	76.160,22
3.3.90.92.3935	ENSINO E TREINAMENTO	3.000,00
3.3.90.92.9306	RESTITUIÇÃO DE RECEITAS	52.860,15
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	42.315,18
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	2.599,18
3.3.90.93.9305	INDENIZAÇÕES	4.143,93
3.3.90.93.9308	INDENIZAÇÃO PELO USO DE VEÍCULO PARTICULAR	35.572,07
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	532.702,69
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	472.702,69
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	472.702,69
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	472.702,69
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	240.000,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	23.601,90
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	57.968,79
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICAÇÕES	1.200,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	2.595,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	146.070,00
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	1.267,00
4.6.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	60.000,00
4.6.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	60.000,00
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	60.000,00
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	60.000,00
TOTAL GERAL ==>		28.639.441,57

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS => 20.068.418,55
 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA => 0,00
 OUTRAS DESPESAS CORRENTES => 8.038.320,33
 TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES => 28.106.738,88

INVESTIMENTOS => 472.702,69
 INVERSÕES FINANCEIRAS => 0,00
 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA => 60.000,00
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA => 0,00
 TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL => 532.702,69
 TOTAL GERAL => 28.639.441,57

Regina Telli
 REGINA TELLI
 DIRETORA-PRESIDENTA
 CPF: 291.829.990/15

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Tupy José Pelajo Neto
 TUPY JOSÉ PELAJO NETO
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 422.510.490/53

Olivia F. Camargo
 OLIVIA DE FATIMA CAMARGO
 CONTADORA
 CPF: 438.639.730/20

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RS	
67 FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECCAO AMBIENTAL	20.068.418,55		8.038.320,33	472.702,69		60.000,00		28.639.441,57	
TESOURO-LIVRES	1.019.265,00							1.019.265,00	
PROPRIOS DA FUNDACAO	19.049.153,55		8.029.420,78	239.977,69		60.000,00		27.378.552,02	
CORVENIOS			8.899,55	232.725,00				241.624,55	
TOTAL	20.068.418,55		8.038.320,33	472.202,69		60.000,00		28.639.441,57	

Regina Telli
 REGINA TELLI
 DIRETORA-PRESIDENTA
 CPF: 291.829.990/15

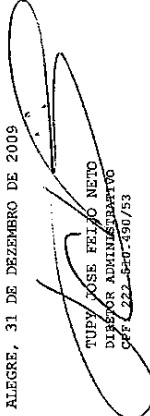
Tupy José Petico Neto
 TUPY JOSÉ PETICO NETO
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 222.510.490/53

Adriana F. Camargo
 ADRIANA F. CAMARGO
 CONTADORA
 CPF: 438.639.730/20

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

EXERCÍCIO DE 2009	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL										R\$
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO										
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA										TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
18 GESTAO AMBIENTAL	19.049.153,55		8.038.320,33	472.702,69							27.560.176,57
PROPRIOS DA FUNDAÇÃO CONVENIOS	19.049.153,55		8.029.420,78 8.899,55	239.977,69 232.725,00							27.318.552,02 241.624,55
28 ENCARGOS ESPECIAIS	1.019.265,00					60.000,00					1.079.265,00
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDAÇÃO	1.019.265,00					60.000,00					1.019.265,00 60.000,00
TOTAL	20.068.418,55		8.038.320,33	472.702,69		60.000,00					28.639.441,57
RESUMO											
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDAÇÃO CONVENIOS	1.019.265,00 19.049.153,55		8.029.420,78 8.899,55	239.977,69 232.725,00		60.000,00					1.019.265,00 27.318.552,02 241.624,55
TOTAL	20.068.418,55		8.038.320,33	472.702,69		60.000,00					28.639.441,57

Ryner Sall.
 REGINA TELLI
 DIRETORA-PRESIDENTA
 CPF: 291.829.990/15

FORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

 TUPY JOSÉ FELÍCIO NETO
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 222.649.730/53

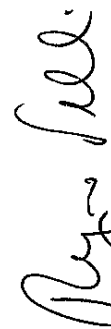
Eric T. Carmo
 CLEÂNIA DE FÁTIMA OLIVEIRA
 CONTADOR
 CPF: 438.639.730/20

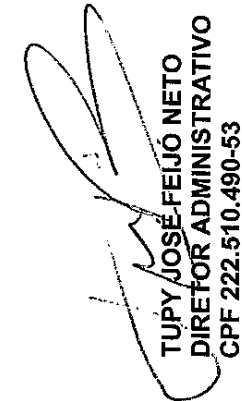
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
FEPAM

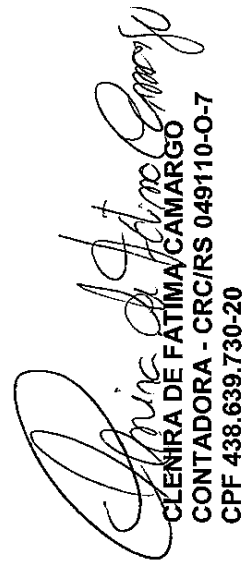
ANEXO 16

R\$

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009			POSIÇÃO EM 31-12-09
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa (Amortizações)	
				Passivas	Ativas		
Débitos Parcelados							
Com o Ministério da Fazenda - PASEP Termo de Parcelamento 11080.013440/2002-71	MP 66	29/08/2002	189.023,01	15.332,53	0,00	90.000,00	114.355,54
Total			189.023,01	15.332,53	0,00	90.000,00	114.355,54


REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF 291.829.990-15


TUPY JOSÉ-FEIJÓ NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF 222.510.490-53


CLEONIRA DE FATIMA/CAMARGO
CONTADORA - CRC/RS 049110-0-7
CPF 438.639.730-20



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

CONSELHO CURADOR DA FEPAM

PARECER

Nos termos do art. 9º, inciso II do Decreto Estadual nº. 33.765, de 28 de dezembro de 1990, examinamos as Demonstrações Contábeis da **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Luis Roessler – FEPAM** relativas ao exercício social do ano de 2009.

O exame das demonstrações contábeis teve suporte na documentação dos atos de gestão que deram origem às mesmas, em amostragem julgada adequada pelo Conselho.

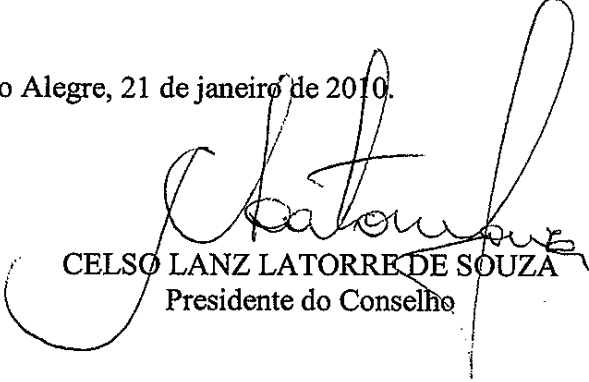
No que tange a indenização à empresa Sociedade Mineradora de Arroio dos Ratos decorrente de decisão judicial, a sindicância realizada através do processo administrativo nº 12841-0567/08-2 apontou a responsabilidade funcional sobre a anulação de licença ambiental.

Com base nos fatos arrolados pela comissão de sindicância, a direção da FEPAM notificou o presidente da Fundação de Proteção Ambiental à época do episódio a ressarcir à repartição estadual o valor da indenização pago à referida empresa, bem como tomou outras providências vigentes na administração pública.

Em nossa opinião as peças contábeis refletem adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial da entidade, tendo sido elaboradas de acordo com a legislação pertinente e os Princípios de Contabilidade geralmente aceitos.

Pelo exposto, aprovamos as Demonstrações Contábeis da **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – FEPAM**, relativas ao período de 01/01/2009 a 31/12/2009.

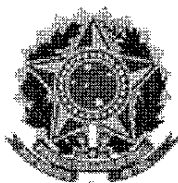
Porto Alegre, 21 de janeiro de 2010.


CELSON LANZ LATORRE DE SOUZA
Presidente do Conselho


MARIA DE LOURDES DE ÁVILA ALVES
Conselheira

Well

DIRADM/FEPAM	
Recebido em:	22 10 2010
Hora:	
Ass.:	

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: CLENIRA DE FATIMA CAMARGO
REGISTRO.....	: RS-049110/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 438.639.730-20

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 08.02.2010 as 11:02:02.

Válido até: 07.08.2010.

Código de Controle: 75139.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Fundação de Atendimento Sócio-
Educativo do RS**

FASE



RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	145.374,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.215.524,75
RECEITA INDUSTRIAL	3.907,38	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.450.182,60
TRANSFERENCIAS CORRENTES	50.405,10		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.375.433,66	SOMA.....	101.665.707,35
SOMA.....	1.575.121,11	TOTAL.....	101.665.707,35
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	100.090.586,24	DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	101.665.707,35	INVESTIMENTOS	913.073,46
RECEITAS DE CAPITAL		AMORTIZACAO DA DIVIDA	28.405,73
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	667.373,64	SOMA.....	941.479,19
SOMA.....	667.373,64	TOTAL.....	102.607.186,54
DEFICIT	100.364.691,79		
TOTAL.....	102.607.186,54		
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	1.575.121,11	DESPESAS CORRENTES.....	101.665.707,35
RECEITAS DE CAPITAL.....	667.373,64	DESPESAS DE CAPITAL.....	941.479,19
DEFICIT.....	100.364.691,79	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	102.607.186,54	TOTAL.....	102.607.186,54

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/13

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

EXERCÍCIO DE 2009	FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS	RFPE006/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N.6
		R\$

ÓRGÃO: 58 - FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL

U.O.: 58.01 - FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL	2.787.984,96	99.790.795,85	102.578.780,81
08.0061	ACAO JUDICIARIA		11.220.053,02	11.220.053,02
08.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		11.220.053,02	11.220.053,02
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL		67.346.970,39	67.346.970,39
08.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		67.346.970,39	67.346.970,39
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	2.787.984,96	21.223.772,44	24.011.757,40
08.0243.0300	PROGRAMA DE ATENCAO A JUVENTUDE	2.787.984,96	21.223.772,44	24.011.757,40

TOTAL DA U.O. =>		2.787.984,96	99.790.795,85	102.578.780,81
------------------	--	--------------	---------------	----------------

U.O.: 58.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL

08	ASSISTENCIA SOCIAL		28.405,73	28.405,73
08.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		28.405,73	28.405,73
08.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		28.405,73	28.405,73

TOTAL DA U.O. =>			28.405,73	28.405,73
------------------	--	--	-----------	-----------

TOTAL DO ÓRGÃO =>		2.787.984,96	99.819.201,58	102.607.186,54
-------------------	--	--------------	---------------	----------------

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00

BAYARD PASCHOA FERREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 605.591.210/91

EXERCÍCIO DE 2009	FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS	RFPE009/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO		ANEXO N. 7
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL	2.787.984,96	99.819.201,58	102.607.186,54
08.0061	ACAO JUDICIARIA		11.220.053,02	11.220.053,02
08.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		11.220.053,02	11.220.053,02
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL		67.346.970,39	67.346.970,39
08.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		67.346.970,39	67.346.970,39
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	2.787.984,96	21.223.772,44	24.011.757,40
08.0243.0300	PROGRAMA DE ATENCAO A JUVENTUDE	2.787.984,96	21.223.772,44	24.011.757,40
08.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		28.405,73	28.405,73
08.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		28.405,73	28.405,73
TOTAL GERAL =>		2.787.984,96	99.819.201,58	102.607.186,54

PORETO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00

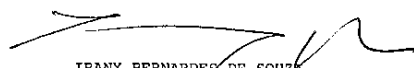
BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15

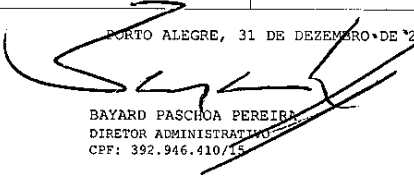
MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

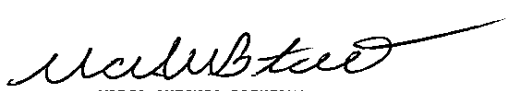
ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

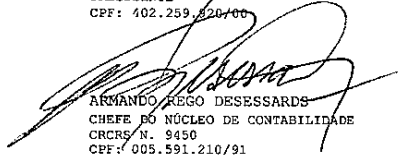
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL	101.344.138,22	1.263.048,32	102.607.186,54
08.0061	ACAO JUDICIARIA	11.220.053,02		11.220.053,02
08.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	11.220.053,02		11.220.053,02
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL	67.346.970,39		67.346.970,39
08.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	67.346.970,39		67.346.970,39
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	22.748.709,08	1.263.048,32	24.011.757,40
08.0243.0300	PROGRAMA DE ATENCAO A JUVENTUDE	22.748.709,08	1.263.048,32	24.011.757,40
08.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	28.405,73		28.405,73
08.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	28.405,73		28.405,73
TOTAL GERAL =>		101.344.138,22	1.263.048,32	102.607.186,54

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 IRANY BERNARDES DE SOUZA
 PRESIDENTE
 CPF: 402.259.520/00


 BAYARD PASCHOA PEREIRA
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 392.946.410/15

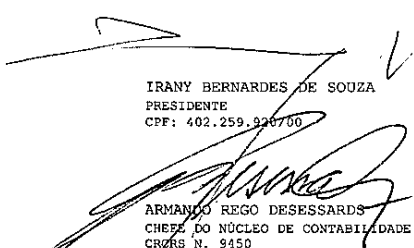

 MARCO ANTONIO BRENTANO
 COORDENADOR FINANCEIRO
 CRCRS N. 33088
 CPF: 173.020.130/04

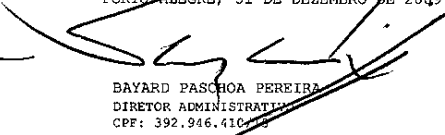

 ARMANDO REGO DE SESSARDS
 CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
 CRCRS N. 9450
 CPF: 005.591.210/91


EXERCÍCIO DE 2009	FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	RFPE025/00001 ANEXO N.9 RS
-------------------	---	----------------------------------

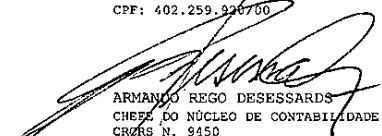
FUNÇÕES	ASSISTENCIA SOCIAL	TOTAL		
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL	102.607.186,54	102.607.186,54		
SOMA.....	102.607.186,54	102.607.186,54		
TOTAL.....	102.607.186,54	102.607.186,54		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00


BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/00


MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

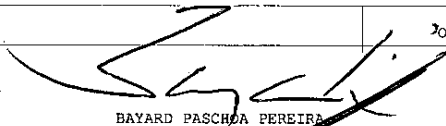

ARMANO REGO DE SESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	5.916.000,00	1.575.121,11	4.340.878,89-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	53.000,00	145.374,97	92.374,97
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	10.000,00	1.981,80	8.018,20-
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	0,00	1.981,80	1.981,80
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	0,00	1.981,80	1.981,80
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	0,00	1.981,80	1.981,80
1319.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	10.000,00	0,00	10.000,00-
1319.01.00.0000	TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00-
1319.01.03.0000	TAXA DE OCUPAÇÃO DE OUTROS IMOVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	43.000,00	143.393,17	100.393,17
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	43.000,00	143.393,17	100.393,17
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	33.000,00	135.909,42	102.909,42
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	33.000,00	135.909,42	102.909,42
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	10.000,00	7.483,75	2.516,25-
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	10.000,00	7.483,75	2.516,25-
1500.00.00.0000	RECEITA INDUSTRIAL	10.000,00	3.907,38	6.092,62-
1520.00.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	10.000,00	3.907,38	6.092,62-
1520.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	10.000,00	3.907,38	6.092,62-
1520.99.01.0000	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	10.000,00	3.907,38	6.092,62-
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.770.000,00	50.405,10	5.719.594,90-
1720.00.00.0000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	80.000,00	49.030,10	30.969,90-
1723.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	80.000,00	49.030,10	30.969,90-
1723.01.00.0000	TRANSFERENCIA DOS MUNICIPIOS - SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS	80.000,00	49.030,10	30.969,90-
1723.01.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIA DOS MUNICIPIOS - SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS	80.000,00	49.030,10	30.969,90-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	5.690.000,00	1.375,00	5.688.625,00-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	5.690.000,00	1.375,00	5.688.625,00-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	5.690.000,00	1.375,00	5.688.625,00-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	5.690.000,00	1.375,00	5.688.625,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	83.000,00	1.375.433,66	1.292.433,66
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	2.000,00	1.599,69	400,31-
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	2.000,00	1.599,69	400,31-
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	2.000,00	1.599,69	400,31-
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	2.000,00	1.599,69	400,31-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.000,00	54.506,21	53.506,21
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	0,00	3.030,46	3.030,46
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	0,00	3.030,46	3.030,46
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	0,00	3.030,46	3.030,46
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	1.000,00	51.475,75	50.475,75
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	1.000,00	51.475,75	50.475,75
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	1.000,00	51.475,75	50.475,75
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	80.000,00	1.319.327,76	1.239.327,76
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	1.349,22	1.349,22
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	1.349,22	1.349,22
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	80.000,00	1.317.978,54	1.237.978,54
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	555.698,83	555.698,83
1990.99.03.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS VINCULADOS - SAUDE	0,00	861,50	861,50
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	734.494,88	734.494,88
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	80.000,00	26.923,33	53.076,67-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	40.000,00	667.373,64	627.373,64
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	40.000,00	667.373,64	627.373,64
2420.00.00.0000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	40.000,00	64.299,64	24.299,64
2423.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	40.000,00	64.299,64	24.299,64
2423.01.00.0000	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS PARA PROGRAMAS DE SAUDE	40.000,00	64.299,64	24.299,64
2423.01.99.0000	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS PARA PROGRAMAS DE SAUDE	40.000,00	64.299,64	24.299,64
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	603.074,00	603.074,00
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	603.074,00	603.074,00
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	0,00	603.074,00	603.074,00
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	0,00	603.074,00	603.074,00
TOTAL		5.956.000,00	2.242.494,75	3.713.505,25-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
--------	---------------	--------	------------	-----------



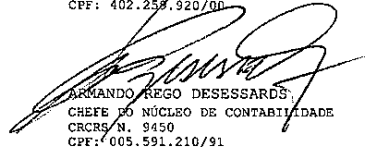
IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.258.920/00



BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/23



MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04



ARMANDO REGO DE SESSARÓS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001

ANEXO N.11

RS

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL			
DOTAÇÕES INICIAIS	100.182.182,00	7.778.240,00	107.960.422,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	11.014.135,49	247.246,44	11.261.381,93
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	3.550.671,76	1.940.764,88	5.491.436,64
AUTORIZADA	107.645.645,73	6.084.721,56	113.730.367,29
REALIZADA	101.665.707,35	941.479,19	102.607.186,54
DIFERENÇA	5.979.938,38	5.143.242,37	11.123.180,75
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			107.960.422,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			11.261.381,93
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			5.491.436,64
AUTORIZADA			113.730.367,29
REALIZADA			102.607.186,54
DIFERENÇA			11.123.180,75

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	53.000,00	145.374,97	92.374,97
RECEITA INDUSTRIAL	10.000,00	3.907,38	6.092,62-
TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.770.000,00	50.405,10	5.719.594,90-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	83.000,00	1.375.433,66	1.292.433,66
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	5.916.000,00	1.575.121,11	4.340.878,89-
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	40.000,00	667.373,64	627.373,64
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	40.000,00	667.373,64	627.373,64
SOMA	5.956.000,00	2.242.494,75	3.713.505,25-
DEFICIT DE PREVISÃO	107.774.367,29	100.364.691,79	7.409.675,50-
TOTAL	113.730.367,29	102.607.186,54	11.123.180,75-

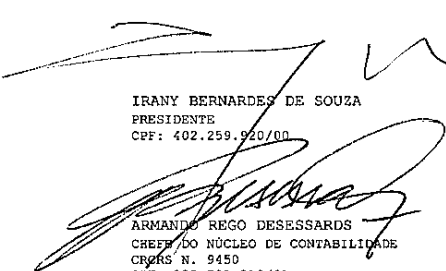
D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	113.730.367,29	102.607.186,54	11.123.180,75-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	113.730.367,29	102.607.186,54	11.123.180,75-
TOTAL	113.730.367,29	102.607.186,54	11.123.180,75-

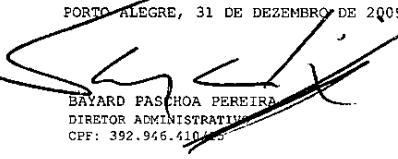
(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

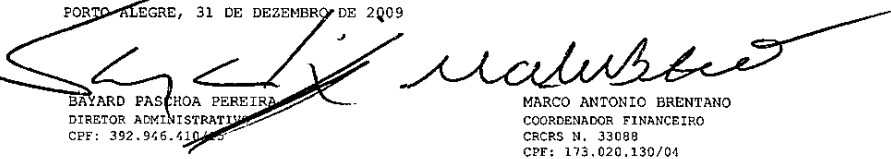
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



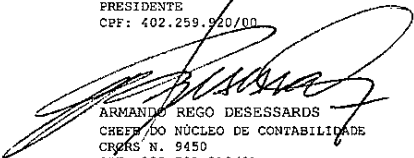
IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00



BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/00



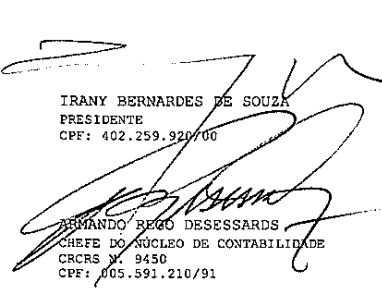
MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO
CRCRS N. 33088
CPF: 175.020.130/04



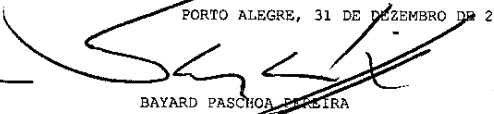
ARMANDO REGO DE SEUSSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ASSISTENCIA SOCIAL	102.607.186,54
RECEITA PATRIMONIAL	145.374,97	SOMA.....	102.607.186,54
RECEITA INDUSTRIAL	3.907,38	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
TRANSFERENCIAS CORRENTES	50.405,10	REALIZAVEL	4.133,79
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.375.433,66	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	8.006.098,98
SOMA.....	1.575.121,11	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	3.620.881,32
RECEITAS DE CAPITAL		SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	3.892,65
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	667.373,64	DEPOSITOS	18.690.403,58
SOMA.....	667.373,64	DIVERSOS	83.740,00
TOTAL.....	2.242.494,75	SOMA.....	30.409.150,32
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		TOTAL.....	133.016.336,86
REALIZAVEL	27.280,18	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	11.802.912,17	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.925.622,13	INTRAGOVERNAMENTAIS	
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	4.065,55	SOMA.....	0,00
DEPOSITOS	18.172.714,99	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
DIVERSOS	91.392,28	CAIXA	0,00
SOMA.....	32.023.987,30	BANCOS C/DISPOSICAO	152.593,44
TOTAL.....	34.266.482,05	APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		IMEDIATA	69.460,68
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	197.898,93
INTRAGOVERNAMENTAIS	98.682.827,45	BANCOS, C/VINCULADAS	1.984.693,43
SOMA.....	98.682.827,45	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	0,00
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		SOMA.....	2.404.646,48
CAIXA	0,00	TOTAL.....	135.420.983,34
BANCOS C/DISPOSICAO	52.410,77		
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ			
IMEDIATA	90.648,69		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	417.586,79		
BANCOS, C/VINCULADAS	1.911.027,59		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	0,00		
SOMA.....	2.471.673,84		
TOTAL.....	135.420.983,34		


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



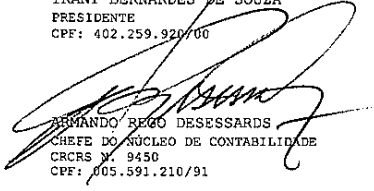
IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00



BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15



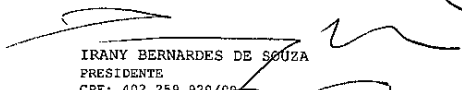
MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO
CRCRS N. 33088
CPF: 173.026.130/04

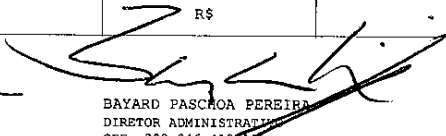



BERNARDO REGO DE SESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

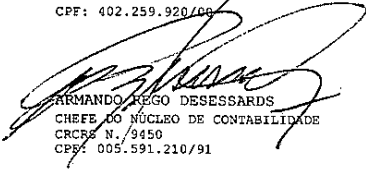
ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	152.593,44	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	103.663,88
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	5.014,17
IMEDIATA	69.460,68	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	3.130.894,93
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	197.898,93	PIS E PASEP A RECOLHER	81.311,16
SOMA.....	419.953,05	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	17.228,87
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	16.517.232,37
BANCOS, C/VINCULADAS	1.984.693,43	DIARIAS A PAGAR	55,08
SOMA.....	1.984.693,43	FGTS A RECOLHER	537.000,10
REALIZÁVEL		FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	1.881.585,66
DEVEDORES	22.370,84	DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	2.767,03
DEPOSITOS JUDICIAIS	7.048.192,83	DESPESAS DE PEQUENO VALOR - LIMITE ART. 24, II, LEI 8666/93	62.586,13
SOMA.....	7.070.563,67	REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	36.263,86
TOTAL.....	9.475.210,15	REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR - INDENIZ TRABALHISTAS	14.607,95
ATIVO PERMANENTE		SOMA.....	22.390.211,19
BENS DA ENTIDADE		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
BENS MOVEIS	4.805.436,92	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	2.316.164,91
BENS IMOVEIS	10.752.358,86	PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	31.462.621,44
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	1.558,39	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	42.970,43
SOMA.....	15.559.354,17	DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	231,21
PARTICIPAÇÕES		DESPESAS DE PEQUENO VALOR-LIMITE ART. 24, II, DA LEI 8666/93	81.447,17
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	11.532,06	SENTENÇAS JUDICIAIS A PAGAR	2.263.491,88
SOMA.....	11.532,06	SOMA.....	36.166.927,04
CRÉDITOS		SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
CREDITOS POR PAGAMENTOS INDEVIDOS	16.081,52	SERVICO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS	4.065,55
DEVEDORES PELO REEMBOLSO DE PROVENTOS	122.999,04	SOMA.....	4.065,55
SOMA.....	139.080,56	DEPÓSITOS	
DIVERSOS		DEPOSITOS	929.726,35
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	356.932,86	SOMA.....	929.726,35
ALMOXARIFADOS	690.274,86	DIVERSOS	
SOMA.....	1.047.207,72	OUTROS CREDORES	10.206,89
TOTAL.....	16.757.174,51	SOMA.....	10.206,89
SOMA DO ATIVO REAL	26.232.384,66	TOTAL.....	59.501.137,02
SALDO PATRIMONIAL		PASSIVO PERMANENTE	
SITUAÇÃO LÍQUIDA		DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
PASSIVO REAL DESCOBERTO	35.424.154,84	DEBITOS PARCELADOS	2.155.402,48
SOMA.....	61.656.539,50	SOMA.....	2.155.402,48
ATIVO COMPENSADO		TOTAL.....	2.155.402,48
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SOMA DO PASSIVO REAL	61.656.539,50
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	1.999.918,56	PASSIVO COMPENSADO	
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	295.464,83	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	690.274,86	DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	1.999.918,56
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	690.578,33	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	295.464,83
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	21.262,09	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	690.274,86
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS DE NUMERARIO DE DIARIAS	28.192,65	BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	690.578,33
SOMA.....	3.725.691,32	DIARIAS A COMPROVAR	21.262,09
VALORES DE TERCEIROS		ADIANTAMENTOS DE NUMERARIO DE DIARIAS A COMPROVAR	28.192,65
RESPONSAVEIS P/VALORES EM CONSIGNACAO	4.316,00	SOMA.....	3.725.691,32
SOMA.....	4.316,00	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		RESPONSABILIDADES P/VALORES EM CONSIGNACAO	4.316,00
RESPONSAVEIS POR AUXILIOS	0,04	SOMA.....	4.316,00
RESPONSAVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	495.348,53	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	25.702.190,68	AUXILIOS A COMPROVAR	0,04
PROCESSOS JUDICIAIS	16.078.274,51	CONVENIOS EM EXECUCAO	495.348,53
SOMA.....	42.275.813,76	ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	25.702.190,68
TOTAL.....	46.005.821,08	ACOES JUDICIAIS	16.078.274,51
		SOMA.....	42.275.813,76
		TOTAL.....	46.005.821,08
TOTAL GERAL.....	107.662.360,58	TOTAL GERAL.....	107.662.360,58

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$


IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00


BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/18


MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04


ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	145.374,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.215.524,75
RECEITA INDUSTRIAL	3.907,38	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.450.182,60
TRANSFERENCIAS CORRENTES	50.405,10	SOMA.....	101.665.707,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.375.433,66	DESPESAS DE CAPITAL	
SOMA.....	1.575.121,11	INVESTIMENTOS	913.073,46
RECEITAS DE CAPITAL		OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	28.405,73
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	667.373,64	SOMA.....	941.479,19
SOMA.....	667.373,64	TOTAL.....	102.607.186,54
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
SOMA.....	0,00	ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES	
TOTAL.....	2.242.494,75	FASE AQUIS/FORMACAO	59.442,21
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		SOMA.....	59.442,21
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	32.298,42	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE		VARIAÇÕES PASSIVAS	
AQUISICAO OU FORMACAO	49.299,63	INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS -	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	863.773,83	PRINCIPAL E ATUALIZACAO	94.275,38
SOMA.....	945.371,88	TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	314.682,65
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE BENS MOVEIS	39.898,05
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	914.613,29
INCORPORACAO DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR		SOMA.....	1.363.469,37
S/CONTROLE DO EST	855,56	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	314.682,65	PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	212.758,87	SOMA.....	0,00
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	976.930,51	TOTAL.....	104.030.098,12
SOMA.....	1.505.227,59		
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO			
PATRIMÔNIO FINANCEIRO			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS			
INTRAGOVERNAMENTAIS	98.682.827,45		
SOMA.....	98.682.827,45		
TOTAL.....	103.375.921,67		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	654.176,45		
TOTAL.....	104.030.098,12		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.928/00

ARMANDO REGO DESESSARDE
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.136/04

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	460.880,34-	2.770.211,81	3.127.428,27	103.663,88-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	1.427,00-	4.860,17	1.273,00	5.014,17-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	2.993.689,68-	3.088.713,17	2.951.507,92	3.130.894,93-
PIS E PASEP A RECOLHER	77.853,06-	81.311,16	77.853,06	81.311,16-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	18.799,27-	17.228,87	18.799,27	17.228,87-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	12.661.452,33-	3.855.780,04	0,00	16.517.232,37-
DIARIAS A PAGAR	55,08-	0,00	0,00	55,08-
FGTS A RECOLHER	552.343,60-	533.196,93	548.540,43	537.000,10-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	1.581.291,95-	1.298.651,12	998.357,41	1.881.585,66-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	93,60-	2.800,06	126,63	2.767,03-
DESPESAS DE PEQUENO VALOR - LIMITE ART. 24, II, LEI 8666/93	212.489,30-	131.894,82	281.797,99	62.586,13-
SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	415,00-	0,00	415,00	0,00
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	32.607,79-	3.656,07	0,00	36.263,86-
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR - INDENIZ TRABALHISTAS	0,00	14.607,95	0,00	14.607,95-
SUBTOTAL.....	18.593.398,00-	11.802.912,17	8.006.098,96	22.390.211,19-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	4.043.949,64-	1.800.973,32	3.528.758,05	2.316.164,91-
PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	31.462.621,44-	0,00	0,00	31.462.621,44-
DIARIAS A LIQUIDAR	0,30-	0,00	0,30	0,00
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	8.520,23-	42.970,43	8.520,23	42.970,43-
DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	33,03-	231,21	33,03	231,21-
DESPESAS DE PEQUENO VALOR-LIMITE ART. 24, II, DA LEI 8666/93	83.569,71-	81.447,17	83.569,71	81.447,17-
SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	2.263.491,88-	0,00	0,00	2.263.491,88-
SUBTOTAL.....	37.862.186,23-	1.925.622,13	3.620.881,32	36.166.927,04-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	3.892,65-	0,00	3.892,65	0,00
SERVICO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS	0,00	4.065,55	0,00	4.065,55-
SUBTOTAL.....	3.892,65-	4.065,55	3.892,65	4.065,55-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	1.447.414,94-	18.172.714,99	18.690.403,58	929.726,35-
SUBTOTAL.....	1.447.414,94-	18.172.714,99	18.690.403,58	929.726,35-
DIVERSOS				
OUTROS CREDITORES	2.554,61-	91.392,28	83.740,00	10.206,89-
SUBTOTAL.....	2.554,61-	91.392,28	83.740,00	10.206,89-
TOTAL.....	57.909.446,43-	31.996.707,12	30.405.016,53	59.501.137,02-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.328/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/95

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9456
CPF: 005.591.210/91

EXERCÍCIO DE 2009	FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS	RFPE017/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA		
RS		

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	101.665.707,35
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.215.524,75
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	74.215.524,75
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	41.678.356,21
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	23.974.074,63
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	3.147.640,62
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	10.377.718,18
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	2.711.041,46
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	1.467.881,32
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	5.968.068,57
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	90.892,70
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	1.065.052,90
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	193.923,68
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICIO - FGTS	4.618.199,29
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS-PESSOAL CIVIL	15.342.519,87
3.1.90.16.1602	HORA EXTRA	14.295.396,97
3.1.90.16.1603	ABONO PECUNIARIO	1.047.122,90
3.1.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS	11.220.053,02
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS	11.089.102,09
3.1.90.91.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	130.950,93
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.527,08
3.1.90.92.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	6.527,08
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.450.182,60
3.3.20.00	TRANSFERENCIAS A UNIAO	4.150,90
3.3.20.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.150,90
3.3.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	4.150,90
3.3.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	480.632,00
3.3.50.43	SUBVENCOES SOCIAIS	480.632,00
3.3.50.43.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	480.632,00
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	26.965.399,70
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	394.253,02
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	1.142,00
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	393.111,02
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	258.047,80
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	143.074,46
3.3.90.14.1404	DIARIAS DE VIAGEM POR ADIANTAMENTO DE NUMERARIO	114.617,06
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	356,28
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	1.897.623,91
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	2.479,90
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	31.283,25
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	304.080,64
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	20.500,55
3.3.90.30.3008	ESPORTES E/OU RECREACAO	31.793,75
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	48.047,68
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	39.048,82
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	292.989,11
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	40.637,85
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	100.467,82
3.3.90.30.3015	PROTECCAO E PROFILAXIA	1.275,43
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	133.113,61
3.3.90.30.3019	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	1.306,68
3.3.90.30.3020	SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	190,00
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	129.361,94
3.3.90.30.3023	ADUBOS E/OU FERTILIZANTES	95,00
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLÓGICOS	5.063,00
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	182.717,72
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	211.784,94
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	42.235,29
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	139.529,51
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	139.327,42
3.3.90.30.3038	MATERIAIS PARA OSTOMIA	294,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCCAO	367.421,34
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	53.577,69
3.3.90.33.3303	TRANSPORTE DE PRESOS E/OU INTERNADOS	295.888,33
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	17.955,32
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.006.694,91
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	127.256,74
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	879.438,17
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	22.228.382,54
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	925.354,53
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	516,00
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	9.112,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	116.053,31
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	525.647,51
3.3.90.39.3919	DESPESAS EVENTUAIS	2.760,00
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.850,00
3.3.90.39.3923	PEDAGOGOS	9.290,30
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	190.253,34
3.3.90.39.3925	RECEPCOES E HOMENAGENS	220,00
3.3.90.39.3926	SEGUROS	16.134,10
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	4.825.596,92
3.3.90.39.3928	CARTORIO	11,30
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	22.060,08
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	2.371.782,69
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	79.068,54
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	40.501,06
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	16.574,14
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	123.958,02
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	97.425,06
3.3.90.39.3939	MEDICINA	844.678,66
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	88.283,17
3.3.90.39.3944	CARGA, DESCARGA, EMPACOTAMENTO E PESAGEM	2.630,00
3.3.90.39.3948	MULTAS	13.032,78
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	225,12
3.3.90.39.3953	ENCARGOS FUNERARIOS	2.500,00
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECCAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	738,50
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	2.003,50
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NAO SERVIDORES	49.211,37
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	410.861,23

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS

RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	13.401,00
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	137,60
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	2.108.866,09
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	9.311.144,62
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	3.500,00
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	682.320,23
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	112.889,84
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	568.116,07
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.314,32
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	29.928,29
3.3.90.92.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	800,00
3.3.90.92.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	51,20
3.3.90.92.3027	GAS DE COZINHA	3.734,04
3.3.90.92.3028	LIMPEZA E HIGIENE	277,20
3.3.90.92.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	17.352,97
3.3.90.92.3901	AGUA E ESGOTO	3.562,44
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	1.317,58
3.3.90.92.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	90,00
3.3.90.92.3939	MEDICINA	2.100,00
3.3.90.92.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	459,30
3.3.90.92.3948	MULTAS	183,56
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	100.727,66
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	4.166,00
3.3.90.93.9313	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ENSINO E TREINAMENTO	96.561,66
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	941.479,19
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	913.073,46
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	913.073,46
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	913.073,46
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	756.595,00
4.4.90.52.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	6.708,84
4.4.90.52.5206	ACAMPAMENTO E CAMPANHA	3.680,00
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	39.687,09
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	120,60
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	23.343,00
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	6.499,60
4.4.90.52.5215	OBRS DE ARTE, MATERIAIS E OBJETOS PARA DECORACAO	399,00
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	349,00
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	5.837,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	27.812,53
4.4.90.52.5223	DESENHO E/OU TOPOGRAFIA	796,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	36.398,00
4.4.90.52.5230	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	960,00
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	3.887,80
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	28.405,73
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	28.405,73
4.6.90.77	PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA CONTRATUALREFINANCIADO	28.405,73
4.6.90.77.7710	FUNDADA INTERNA - REFINANCIAMENTO CONTRATOS	28.405,73
TOTAL GERAL ==>		102.607.186,54

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS => 74.215.524,75
 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA => 0,00
 OUTRAS DESPESAS CORRENTES => 27.450.182,60
 TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES => 101.665.707,35

INVESTIMENTOS => 913.073,46
 INVERSÕES FINANCEIRAS => 0,00
 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA => 28.405,73
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA => 0,00
 TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL => 941.479,19
 TOTAL GERAL => 102.607.186,54

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

IRANY BERNARDES DE SOUZA
 PRESIDENTE
 CPF: 402.259.920/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 392.946.410/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
 COORDENADOR FINANCEIRO
 CRCRS N. 33088
 CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
 CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
 CRCRS N. 9450
 CPF: 005.591.210/91

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

RFP039/00001

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
58 FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL	74.215.524,75		27.450.182,60	913.073,46		28.405,73		102.607.186,54	
TESOURO-LIVRES	74.215.524,75		26.280.773,25	763.195,49		28.405,73		101.287.899,22	
PROPRIOS DA FUNDAÇÃO			107.481,40	92.103,61				199.585,01	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			153.500,00					153.500,00	
CONVENIOS			908.427,95	57.774,36				966.202,31	
TOTAL	74.215.524,75		27.450.182,60	913.073,46		28.405,73		102.607.186,54	

PORTO ALEGRE, 21 DE DEZEMBRO DE 2009

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.828700

BAYARD PAZCHOA PEREIRA
DELEGADO ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.240715

MARCO ANTONIO BERTANHO
COORDENADOR FINANCEIRO
CRECIS N. 33086
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSAIDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRECIS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
08 ASSISTENCIA SOCIAL	74.215.524,75		27.450.182,60	913.073,46		28.405,73		102.607.186,54	
TESOURO-LIVRES	74.215.524,75		26.280.773,25	763.195,49		28.405,73		101.287.899,22	
PROPRIOS DA FUNDACAO			107.481,40	92.103,61				199.585,01	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			153.500,00					153.500,00	
CONVENIOS			908.427,95	57.774,36				966.202,31	
TOTAL	74.215.524,75		27.450.182,60	913.073,46		28.405,73		102.607.186,54	
RESUMO									
TESOURO-LIVRES	74.215.524,75		26.280.773,25	763.195,49		28.405,73		101.287.899,22	
PROPRIOS DA FUNDACAO			107.481,40	92.103,61				199.585,01	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			153.500,00					153.500,00	
CONVENIOS			908.427,95	57.774,36				966.202,31	
TOTAL	74.215.524,75		27.450.182,60	913.073,46		28.405,73		102.607.186,54	

PORTO ALEGRE, 23 DE DEZEMBRO DE 2009

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.253.220/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.416/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO
CGRCS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESSASSAKOS
CHEFE DO NUCLEO DE CONTABILIDADE
CGRCS N. 9430
CPF: 005.591.210/91

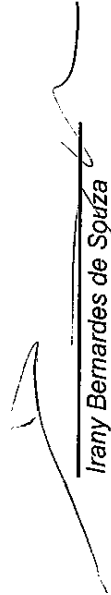
**Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social
Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul**

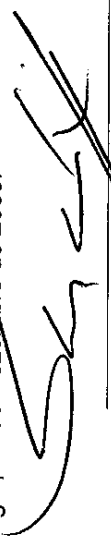
ANEXO 16

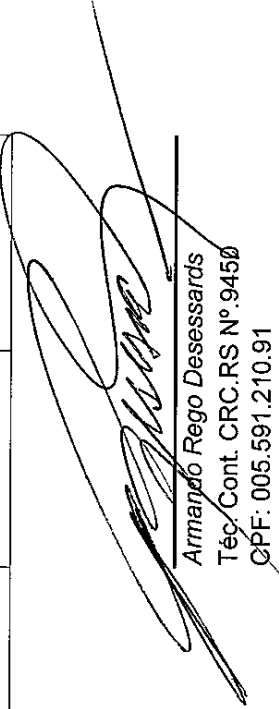
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31/12/2008	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009			POSIÇÃO EM 31/12/2009
	LEI	DATA		Variações Patrimoniais		Mutações Patrimoniais de Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
Débitos Parcelados			2.093.425,52				
Com Ministério da Fazenda – PASEP		Proc. Nº 11080.013.510/2002-05 e Proc. Nº 4370.2158.08-2	94.275,38	-		32.298,42	2.155.402,48
Termo de Parcelamento			-	-		-	-
Total			2.093.425,52	94.275,38	0,00	32.298,42	2.155.402,48

Porto Alegre, 31 de Dezembro de 2009.


Irany Bernardes de Souza
Presidente
CPF: 402.259.920-00


Bayard Paschoa Pereira
Diretor Administrativo
CPF: 392.946.410-15


Armando Rego Desessards
Téc./Cont. CRC.RS Nº.9450
CPF: 005.591.210.91



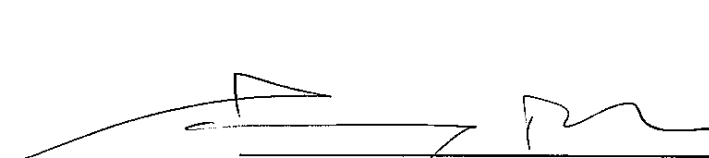
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DE 2009.

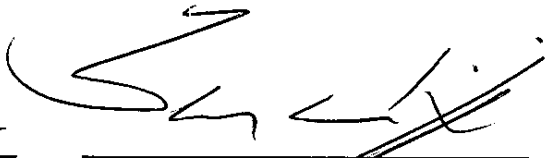
Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101, de 04.05.00, e considerando, ainda, o disposto no Decreto federal 20.910, 06.01.32, e no Parecer 01/03, de 21.11.03, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto 46778, de 03.12.2009 e a Instrução Normativa CAGE 02/2009, de 14.10.2009 e Circular CAGE 03/2009 de 25.11.2009, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:

- a) Prescrição dos saldos de empenhos inscritos em Restos a Pagar referentes aos exercícios anteriores a 2005, no valor de R\$ 413.440,00;
- b) Anulação das despesas inscritas em Restos a Pagar não processados no valor de R\$13.888,60, cujos empenhos foram emitidos de 2005 até 2008;

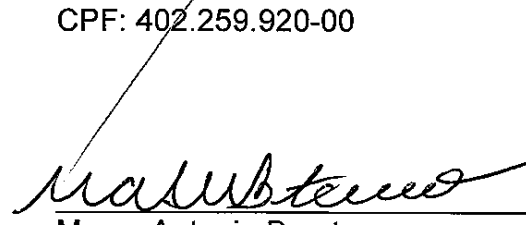
Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2010.



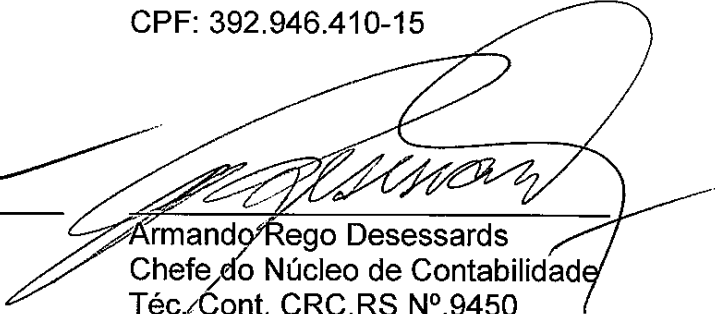
Irany Bernardes de Souza
Presidente
CPF: 402.259.920-00



Bayard Paschoa Pereira
Diretor Administrativo
CPF: 392.946.410-15



Marco Antonio Brentano
Coordenador Financeiro
Contador CRC/RS nº 33088
CPF: 173.020.130-04



Armando Rego Desessards
Chefe do Núcleo de Contabilidade
Téc. Cont. CRC.RS Nº.9450
CPF: 005.591.210-91

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Baronesa do Gravataí, 471 - Porto Alegre-RS - CEP 90160-070 - Fone/fax (0**51) 3254-9400

E-mail: crcrs@crcrs.org.br - Internet: <http://www.crcrs.org.br>

Certidão de Regularidade Profissional

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação regular.

O presente CERTIFICADO não quita, nem invalida, quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o referido profissional.

IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL

Nome: ARMANDO REGO DESESSARDS
Categoria: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Insc.CRC: RS-009450/O-4
CPF: 005.591.210-91

ESTE CERTIFICADO É VÁLIDO ATÉ:31.03.2010

Impresso pela internet sob N. 57168 em 23.01.2009 - 14:16:15

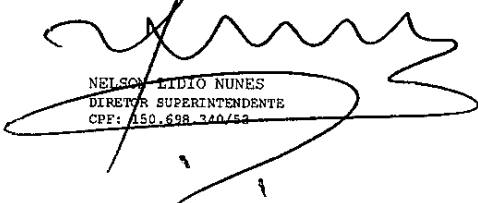
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRC : www.crcrs.org.br

**Fundação de Planejamento
Metropolitano e Regional
METROPLAN**




RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	5.797.205,52	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.457.657,94
RECEITA DE SERVIÇOS	392.941,08	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	62.080,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.145.070,28	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.994.954,56
SOMA.....	8.335.216,88	SOMA.....	16.514.692,55
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	8.179.475,67	TOTAL.....	16.514.692,55
TOTAL.....	16.514.692,55	DESPESA CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	7.239.235,17
ALIENACAO DE BENS	49,00	SOMA.....	7.239.235,17
SOMA.....	49,00	TOTAL.....	23.753.927,72
DEFICIT	15.418.661,84		
TOTAL.....	23.753.927,72		
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	8.335.216,88	DESPESAS CORRENTES.....	16.514.692,55
RECEITAS DE CAPITAL.....	49,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	7.239.235,17
DEFICIT.....	15.418.661,84	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	23.753.927,72	TOTAL.....	23.753.927,72

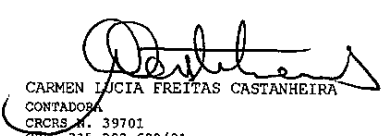
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



NELSON LIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.638.340/53



GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49



CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG

RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N.6

R\$

ÓRGÃO: 64 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL

U.O.: 64.01 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL - METROPLAN

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		15.845.022,67	15.845.022,67
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		15.838.472,92	15.838.472,92
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		15.838.472,92	15.838.472,92
04.0131	COMUNICACAO SOCIAL		6.549,75	6.549,75
04.0131.0335	OPERACOES ESPECIAIS		6.549,75	6.549,75
15	URBANISMO	330.262,53		330.262,53
15.0127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	201.080,00		201.080,00
15.0127.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	201.080,00		201.080,00
15.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	129.182,53		129.182,53
15.0451.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	129.182,53		129.182,53
26	TRANSPORTE	7.064.792,64		7.064.792,64
26.0453	TRANSP COLETIVOS URBANOS	33.986,00		33.986,00
26.0453.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	33.986,00		33.986,00
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	7.030.806,64		7.030.806,64
26.0782.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	7.030.806,64		7.030.806,64
28	ENCARGOS ESPECIAIS		513.849,88	513.849,88
28.0061	ACAO JUDICIARIA		451.769,83	451.769,83
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		451.769,83	451.769,83
28.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		62.080,05	62.080,05
28.0123.0335	OPERACOES ESPECIAIS		62.080,05	62.080,05
TOTAL DA U.O. =>		7.395.055,17	16.358.872,55	23.753.927,72
TOTAL DO ÓRGÃO =>		7.395.055,17	16.358.872,55	23.753.927,72

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

NELSON SIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 450.699.340/53

GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49

CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CPF: N. 39701
CPF: 315.303.620/91

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG

RFPE009/00001

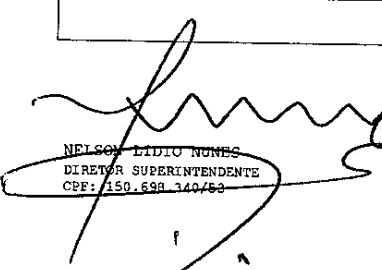
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7

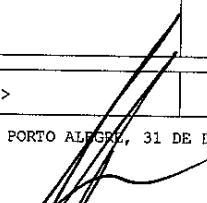
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO			
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		15.845.022,67	15.845.022,67
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		15.838.472,92	15.838.472,92
04.0131	COMUNICACAO SOCIAL		15.838.472,92	15.838.472,92
04.0131.0335	OPERACOES ESPECIAIS		6.549,75	6.549,75
15	URBANISMO		6.549,75	6.549,75
15.0127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	330.262,53		330.262,53
15.0127.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	201.080,00		201.080,00
15.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	201.080,00		201.080,00
15.0451.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	129.182,53		129.182,53
26	TRANSPORTE			
26.0453	TRANSP COLETIVOS URBANOS	7.064.792,64		7.064.792,64
26.0453.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	33.986,00		33.986,00
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	33.986,00		33.986,00
26.0782.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	7.030.806,64		7.030.806,64
28	ENCARGOS ESPECIAIS			
28.0061	ACAO JUDICIARIA		513.849,88	513.849,88
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		451.769,83	451.769,83
28.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		451.769,83	451.769,83
28.0123.0335	OPERACOES ESPECIAIS		62.080,05	62.080,05
			62.080,05	62.080,05
TOTAL GERAL =>		7.395.055,17	16.358.872,55	23.753.927,72


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



NELSON LIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.698.340/53



GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49



CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG

RFPE029/00001

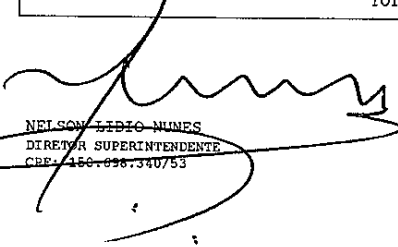
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

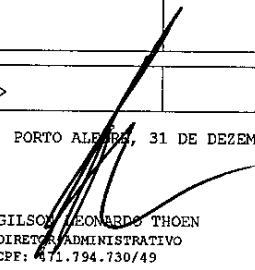
ANEXO N.8

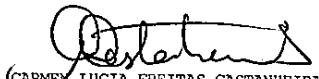
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	15.170.919,84	674.102,83	15.845.022,67
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	15.170.552,91	667.920,01	15.838.472,92
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	15.170.552,91	667.920,01	15.838.472,92
04.0131	COMUNICACAO SOCIAL	366,93	6.182,82	6.549,75
04.0131.0335	OPERACOES ESPECIAIS	366,93	6.182,82	6.549,75
15	URBANISMO	56.760,00	273.502,53	330.262,53
15.0127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	6.760,00	194.320,00	201.080,00
15.0127.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	6.760,00	194.320,00	201.080,00
15.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	50.000,00	79.182,53	129.182,53
15.0451.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	50.000,00	79.182,53	129.182,53
26	TRANSPORTE	2.000.000,00	5.064.792,64	7.064.792,64
26.0453	TRANSP COLETIVOS URBANOS		33.986,00	33.986,00
26.0453.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL		33.986,00	33.986,00
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	2.000.000,00	5.030.806,64	7.030.806,64
26.0782.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	2.000.000,00	5.030.806,64	7.030.806,64
28	ENCARGOS ESPECIAIS	513.849,88		513.849,88
28.0061	ACAO JUDICIARIA	451.769,83		451.769,83
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	451.769,83		451.769,83
28.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	62.080,05		62.080,05
28.0123.0335	OPERACOES ESPECIAIS	62.080,05		62.080,05
TOTAL GERAL =>		17.741.529,72	6.012.398,00	23.753.927,72

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 NELSON LÚCIO NUNES
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 450.838.340/53


 GILSON LEONARDO THOEN
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 471.794.730/49


 CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
 CONTADORA
 CRCRS N. 39701
 CPF: 315.303.620/91

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES

RFPE025/00001

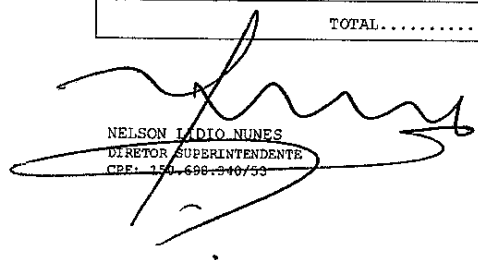
ANEXO N.9

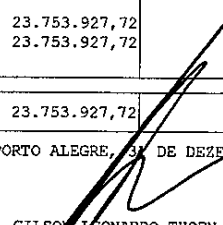
RS


FUNÇÕES	ADMINISTRACAO	URBANISMO	TRANSPORTE	ENCARGOS ESPECIAIS
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO				
METROPOLITANO E REGIONAL	15.845.022,67	330.262,53	7.064.792,64	513.849,88
SOMA.....	15.845.022,67	330.262,53	7.064.792,64	513.849,88
TOTAL.....	15.845.022,67	330.262,53	7.064.792,64	513.849,88

FUNÇÕES	TOTAL			
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL	23.753.927,72			
SOMA.....	23.753.927,72			
TOTAL.....	23.753.927,72			

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 NELSON LADIO NUNES
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 150.698.940/50


 GILSON LEONARDO THOEN
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 471.794.730/49


 CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
 CONTADORA
 CRCRS N. 39701
 CPF: 315.303.620/91

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

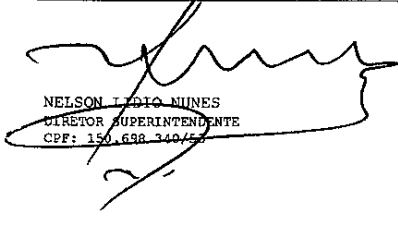
RFPE023/00001

ANEXO N. 10


R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	7.326.723,00	8.335.216,88	1.008.493,88
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	6.053.573,00	5.797.205,52	256.367,48-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	267.549,00	58.567,53	208.981,47-
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	267.549,00	58.567,53	208.981,47-
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	267.549,00	58.567,53	208.981,47-
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	267.549,00	58.567,53	208.981,47-
1330.00.00.0000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	5.786.024,00	5.738.637,99	47.386,01-
1331.00.00.0000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS	5.786.024,00	5.738.637,99	47.386,01-
1331.01.00.0000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS DE TRANSPORTE	5.786.024,00	5.738.637,99	47.386,01-
1331.01.05.0000	RECEITA DE OUTORGA DOS SERVICOS DE TRANSPORTE COLETIVO LOCAL E INTERMUNICIPAL	5.786.024,00	5.738.637,99	47.386,01-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	206.591,00	392.941,08	186.350,08
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0,00	21.801,99	21.801,99
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0,00	21.801,99	21.801,99
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	206.591,00	371.139,09	164.548,09
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	206.591,00	371.139,09	164.548,09
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	723.073,00	0,00	723.073,00-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	723.073,00	0,00	723.073,00-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	723.073,00	0,00	723.073,00-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	723.073,00	0,00	723.073,00-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	723.073,00	0,00	723.073,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	343.486,00	2.145.070,28	1.801.584,28
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	142.093,00	125.119,62	16.973,38-
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	142.093,00	125.119,62	16.973,38-
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	3.364,00	8.211,18	4.847,18
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	3.364,00	8.211,18	4.847,18
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	138.729,00	116.908,44	21.820,56-
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	138.729,00	116.908,44	21.820,56-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	4.279,89	4.279,89
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	0,00	4.279,89	4.279,89
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	0,00	4.279,89	4.279,89
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	0,00	4.279,89	4.279,89
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	201.393,00	2.015.670,77	1.814.277,77
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	201.393,00	2.015.670,77	1.814.277,77
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	1.935.304,03	1.935.304,03
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	54.920,52	54.920,52
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	201.393,00	25.446,22	175.946,78-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	294.950,00	49,00	294.901,00-
2200.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS	1.000,00	49,00	951,00-
2210.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	1.000,00	49,00	951,00-
2219.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	1.000,00	49,00	951,00-
2219.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	1.000,00	49,00	951,00-
2219.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	1.000,00	49,00	951,00-
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	293.950,00	0,00	293.950,00-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	293.950,00	0,00	293.950,00-
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	293.950,00	0,00	293.950,00-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	293.950,00	0,00	293.950,00-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	293.950,00	0,00	293.950,00-
TOTAL		7.621.673,00	8.335.265,88	713.592,88


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



NELSON LEÃO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.638.340/57



GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49



CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

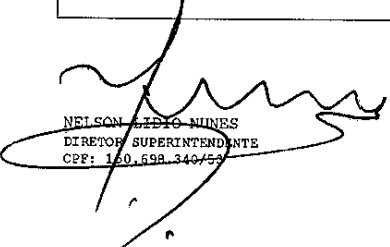
EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADARFPE026/00001
ANEXO N.11

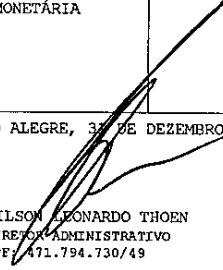
R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL			
DOTAÇÕES INICIAIS	21.586.636,00	6.630.979,00	28.217.615,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	118.500,00	118.500,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	845.112,08	4.602.214,30	5.447.326,38
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	1.351.716,15	3.532.350,00	4.884.066,15
AUTORIZADA	21.080.031,93	7.819.343,30	28.899.375,23
REALIZADA	16.514.692,55	7.239.235,17	23.753.927,72
DIFERENÇA	4.565.339,38	580.108,13	5.145.447,51
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			28.217.615,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			118.500,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			5.447.326,38
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			4.884.066,15
AUTORIZADA			28.899.375,23
REALIZADA			23.753.927,72
DIFERENÇA			5.145.447,51

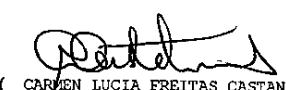
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



NELSON LÚCIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 140.698.349/53



GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49



CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	6.053.573,00	5.797.205,52	256.367,48-
RECEITA DE SERVIÇOS	206.591,00	392.941,08	186.350,08
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	723.073,00	0,00	723.073,00-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	343.486,00	2.145.070,28	1.801.584,28
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	7.326.723,00	8.335.216,88	1.008.493,88
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	49,00	951,00-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	293.950,00	0,00	293.950,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	294.950,00	49,00	294.901,00-
SOMA	7.621.673,00	8.335.265,88	713.592,88
DEFICIT DE PREVISÃO	21.277.702,23	15.418.661,84	5.859.040,39-
TOTAL	28.899.375,23	23.753.927,72	5.145.447,51-

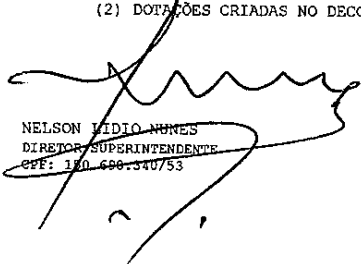
D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	28.899.375,23	23.753.927,72	5.145.447,51-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	28.899.375,23	23.753.927,72	5.145.447,51-
TOTAL	28.899.375,23	23.753.927,72	5.145.447,51-

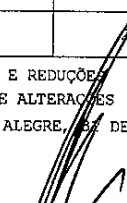
(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES


PORTO ALEGRE, 02 DE DEZEMBRO DE 2009



NELSON LÍDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 100.690.340/53



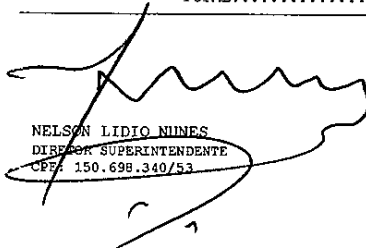
GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49



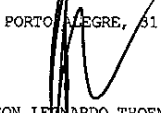
CARMEN LÚCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONHECIDA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ADMINISTRACAO	15.845.022,67
RECEITA PATRIMONIAL	5.797.205,52	URBANISMO	330.262,53
RECEITA DE SERVICOS	392.941,08	TRANSPORTE	7.064.792,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.145.070,28	ENCARGOS ESPECIAIS	513.849,88
SOMA.....	8.335.216,88	SOMA.....	23.753.927,72
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
ALIENACAO DE BENS	49,00	REALIZAVEL	0,00
SOMA.....	49,00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.742.832,65
TOTAL.....	8.335.265,88	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	3.297.572,54
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		DEROSULTOS	2.714.753,59
REALIZAVEL	0,00	DIVERSOS	52.667,28
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.335.253,09	SOMA.....	8.807.826,06
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	33.293,80	TOTAL.....	32.561.753,78
DEPOSITOS	2.874.488,56	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
DIVERSOS	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
SOMA.....	5.243.035,45	INTRAGOVERNAMENTAIS	
TOTAL.....	13.578.301,33	SOMA.....	0,00
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		CAIXA	4.131,16
INTRAGOVERNAMENTAIS	18.785.729,20	BANCOS C/DISPOSICAO	4.759,68
SOMA.....	18.785.729,20	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	639.126,64
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		BANCOS, C/VINCULADAS	758.387,98
CAIXA	2.056,22	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	5.887.647,18
BANCOS C/DISPOSICAO	22.860,91	SOMA.....	7.294.052,64
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	470.309,99		
BANCOS, C/VINCULADAS	1.111.893,20		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	5.884.655,57		
SOMA.....	7.497.775,89		
TOTAL.....	39.855.806,42	TOTAL.....	39.855.806,42

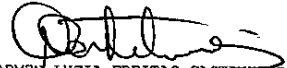
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



NELSON LIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.698.340/53



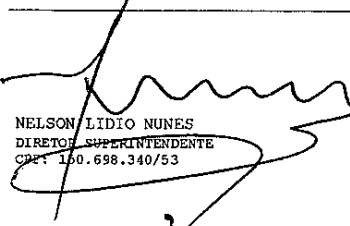
GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49



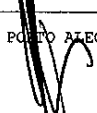
CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTÁBORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	4.131,16	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.332.790,22
BANCOS C/DISPOSICAO	4.759,68	AUXILIOS SUJEITOS A COMPROVACAO	109.667,03
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	639.126,64	CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	13.638,00
SOMA.....	648.017,48	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	569.058,82
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		PIS E PASEF A RECOLHER	23.233,73
BANCOS, C/VINCULADAS	758.387,98	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	228.580,02
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	5.887.647,18	PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	6.096.388,27
SOMA.....	6.646.035,16	FGTS A RECOLHER	97.969,98
REALIZÁVEL		REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	844,96
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.194.714,16	SOMA.....	8.472.171,03
SOMA.....	1.194.714,16	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
TOTAL.....	8.488.766,80	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	33.191,00
ATIVO PERMANENTE		LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	470,00
BENS DA ENTIDADE		INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	2.269,64
BENS MOVEIS	1.913.425,53	REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	1.035,41
BENS IMOVEIS	30.000,00	SOMA.....	36.966,05
SOMA.....	1.943.425,53	DEPÓSITOS	
PARTICIPAÇÕES		DEPOSITOS	238.065,21
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	3.291,69	SOMA.....	238.065,21
SOMA.....	3.291,69	DIVERSOS	
CRÉDITOS		SOMA.....	0,00
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	13.134,15	TOTAL.....	8.747.202,29
SOMA.....	13.134,15	PASSIVO PERMANENTE	
DIVERSOS		DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO ALMOXARIFADOS	70.914,96	DEBITOS PARCELADOS	23.798,85
SOMA.....	98.337,93	SOMA.....	23.798,85
TOTAL.....	2.058.189,30	TOTAL.....	23.798,85
SOMA DO ATIVO REAL	10.546.956,10	SOMA DO PASSIVO REAL	8.771.001,14
ATIVO COMPENSADO		SALDO PATRIMONIAL	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	53.831,60	ATIVO REAL LÍQUIDO	1.775.954,96
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	27.422,97	SOMA.....	10.546.956,10
RESPONSAVEIS PELA POSSE DE TITULOS	506.394,52	PASSIVO COMPENSADO	
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	23.458,15	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
SOMA.....	611.107,24	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	53.831,60
VALORES DE TERCEIROS		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	27.422,97
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	214.998,99	TITULOS EM PODER DE TERCEIROS	506.394,52
SOMA.....	214.998,99	DIARIAS A COMPROVAR	23.458,15
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		SOMA.....	611.107,24
RESPONSAVEIS POR AUXILIOS	4.708.279,84	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
RESPONSAVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	92.908,00	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	214.998,99
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	485.655,83	SOMA.....	214.998,99
SOMA.....	5.286.843,67	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
TOTAL.....	6.112.949,90	AUXILIOS A COMPROVAR	4.708.279,84
		CONVENIOS EM EXECUCAO	92.908,00
		ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	485.655,83
		SOMA.....	5.286.843,67
		TOTAL.....	6.112.949,90
TOTAL GERAL.....	16.659.906,00	TOTAL GERAL.....	16.659.906,00

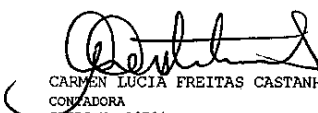
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



NELSON LÍDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.698.340/53



GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49



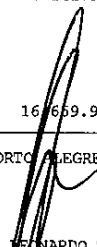
CARVEN LÚCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTOADORA
CFCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	4.131,16	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.332.790,22
BANCOS C/DISPOSICAO	4.759,68	AUXILIOS SUJEITOS A COMPROVACAO	109.667,03
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	639.126,64	CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	13.638,00
SOMA.....	648.017,48	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	569.058,82
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		PIS E PASEP A RECOLHER	23.233,73
BANCOS, C/VINCULADAS	758.387,98	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	228.580,02
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	5.887.647,18	PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	6.096.388,27
SOMA.....	6.646.035,16	FGTS A RECOLHER	97.969,98
REALIZÁVEL		REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	844,96
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.194.714,16	SOMA.....	8.472.171,03
SOMA.....	1.194.714,16	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
TOTAL.....	8.488.766,80	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	33.191,00
ATIVO PERMANENTE		LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	470,00
BENS DA ENTIDADE		INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	2.269,64
BENS MOVEIS	1.913.425,53	REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	1.035,41
BENS IMOVEIS	30.000,00	SOMA.....	36.966,05
SOMA.....	1.943.425,53	DEPÓSITOS	
PARTICIPAÇÕES		DEPOSITOS	238.065,21
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	3.291,69	SOMA.....	238.065,21
SOMA.....	3.291,69	DIVERSOS	
CRÉDITOS		SOMA.....	0,00
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	13.134,15	TOTAL.....	8.747.202,29
SOMA.....	13.134,15	PASSIVO PERMANENTE	
DIVERSOS		DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	70.914,96	DEBITOS PARCELADOS	23.798,85
ALMOXARIFADOS	27.422,97	SOMA.....	23.798,85
SOMA.....	98.337,93	TOTAL.....	23.798,85
TOTAL.....	2.058.189,30	SOMA DO PASSIVO REAL	8.771.001,14
SOMA DO ATIVO REAL	10.546.956,10	SALDO PATRIMONIAL	
ATIVO COMPENSADO		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		ATIVO REAL LIQUIDO	1.775.954,96
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	53.831,60	SOMA.....	10.546.956,10
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	27.422,97	PASSIVO COMPENSADO	
RESPONSAVEIS PELA POSSE DE TITULOS	506.394,52	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	23.458,15	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	53.831,60
SOMA.....	611.107,24	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	27.422,97
VALORES DE TERCEIROS		TITULOS EM PODER DE TERCEIROS	506.394,52
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	214.998,99	DIARIAS A COMPROVAR	23.458,15
SOMA.....	214.998,99	SOMA.....	611.107,24
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
RESPONSAVEIS POR AUXILIOS	4.708.279,84	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	214.998,99
RESPONSAVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	92.908,00	SOMA.....	214.998,99
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	485.655,83	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
SOMA.....	5.286.843,67	AUXILIOS A COMPROVAR	4.708.279,84
TOTAL.....	6.112.949,90	CONVENIOS EM EXECUCAO	92.908,00
		ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	485.655,83
		SOMA.....	5.286.843,67
		TOTAL.....	6.112.949,90
TOTAL GERAL.....	16.659.906,00	TOTAL GERAL.....	16.659.906,00


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



NELSON LÚCIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 170.698.340/53




GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49



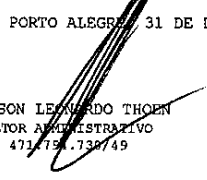
CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

VARIÇÕES ATIVAS		VARIÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	5.797.205,52	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.457.657,94
RECEITA DE SERVIÇOS	392.941,08	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	62.080,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.145.070,28	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.994.954,56
SOMA.....	8.335.216,88	SOMA.....	16.514.692,55
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
ALIENACAO DE BENS	49,00	INVESTIMENTOS	7.239.235,17
SOMA.....	49,00	SOMA.....	7.239.235,17
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	23.753.927,72
SOMA.....	0,00		
TOTAL.....	8.335.265,88	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES	
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	62.106,40	FASE AQUIS/FORMACAO	259,00
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	79.246,00	SOMA.....	259,00
SOMA.....	141.352,40	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		VARIÇÕES PASSIVAS	
VARIÇÕES ATIVAS		TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	308.864,00
INCORPORACAO DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR		BAIXA DE BENS MOVEIS	121.087,24
DIVERSAS	1.591,32	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	22.002,25
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	270.064,00	SOMA.....	451.953,49
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	43.479,22	VARIÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	34.001,37	PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SOMA.....	349.135,91	SOMA.....	0,00
VARIÇÕES ATIVAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS DO		TOTAL.....	24.206.140,21
PATRIMÔNIO FINANCEIRO		RESULTADO PATRIMONIAL	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	18.785.729,20	SUPERAVIT VERIFICADO	3.405.343,18
INTRAGOVERNAMENTAIS	18.785.729,20		
SOMA.....	18.785.729,20	TOTAL.....	27.611.483,39
TOTAL.....	27.611.483,39		


PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



NELSON LÍDIO NUNES
SECRETÁRIO SUPERINTENDENTE
CPF: 150.698.340/53



GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.751.738/49



CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

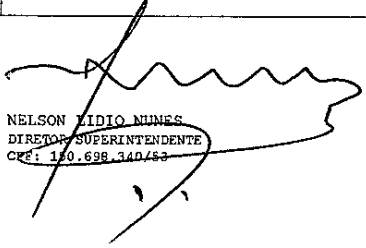
EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTERPPE034/00001
ANEXO N.17

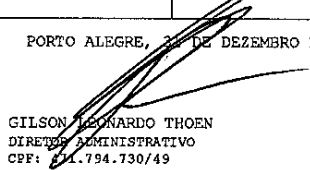
R\$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.450.423,76-	652.640,40	770.273,94	1.332.790,22-
AUXÍLIOS SUJEITOS A COMPROVAÇÃO	309.370,61-	768.703,37	968.406,95	109.667,03-
CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVAÇÃO	13.638,00-	0,00	0,00	13.638,00-
LOCAÇÕES DE IMÓVEIS, A PAGAR	470,00-	0,00	470,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES A PAGAR	38.256,09-	0,00	38.256,09	0,00
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	600.980,96-	563.309,25	595.231,39	569.058,82-
PIS E PASEP A RECOLHER	19.861,83-	23.233,73	19.861,83	23.233,73-
CONTRIBUIÇÕES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	256.073,14-	228.580,02	256.073,14	228.580,02-
PRECATÓRIOS JUDICIAIS A PAGAR	6.096.388,27-	0,00	0,00	6.096.388,27-
FGTS A RECOLHER	94.259,31-	97.969,98	94.259,31	97.969,98-
REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	28,62-	816,34	0,00	844,96-
SUBTOTAL.....	8.879.750,59-	2.335.253,09	2.742.832,65	8.472.171,03-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.369.041,61-	29.518,75	1.365.369,36	33.191,00-
AUXÍLIOS SUJEITOS A COMPROVAÇÃO	1.914.621,60-	0,00	1.914.621,60	0,00
LOCAÇÕES DE IMÓVEIS A LIQUIDAR	0,00	470,00	0,00	470,00-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES A LIQUIDAR	17.581,58-	2.269,64	17.581,58	2.269,64-
REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	0,00	1.035,41	0,00	1.035,41-
SUBTOTAL.....	3.301.244,79-	33.293,80	3.297.572,54	36.966,05-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	78.330,24-	2.874.488,56	2.714.753,59	238.065,21-
SUBTOTAL.....	78.330,24-	2.874.488,56	2.714.753,59	238.065,21-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	52.667,28-	0,00	52.667,28	0,00
SUBTOTAL.....	52.667,28-	0,00	52.667,28	0,00
TOTAL.....	12.311.992,90-	5.243.035,45	8.807.826,06	8.747.202,29-


PORTO ALEGRE, 29 DE DEZEMBRO DE 2009



NELSON LÍDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 110.698.340/83



GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 511.794.730/49



CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORIA
CFCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

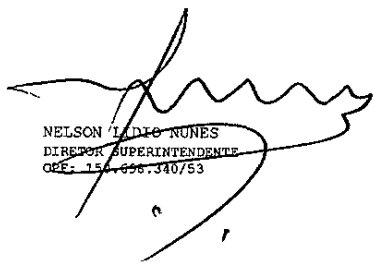
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	16.514.692,55
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.457.657,94
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	14.457.657,94
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	10.075.796,42
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	6.215.625,89
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	1.434.696,20
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	2.421.497,82
3.1.90.11.1108	JETON	3.976,51
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	3.798.048,04
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	9.137,77
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	236.908,67
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	2.728.907,37
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	523.094,23
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	451.769,83
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	451.769,83
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.663,65
3.1.90.92.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	1.663,65
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	130.380,00
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	130.380,00
3.2.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	62.080,05
3.2.90.00	APLICACOES DIRETAS	62.080,05
3.2.90.22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	62.080,05
3.2.90.22.2211	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	62.080,05
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.994.954,56
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.994.954,56
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	14.938,84
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	14.938,84
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	50.341,58
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	50.341,58
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	68.574,43
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	3.036,88
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	39.393,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	8.952,46
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	5.540,90
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	10.506,78
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	1.144,41
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCCAO	12.177,32
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	2.345,66
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	9.831,66
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	116.584,15
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	23.600,70
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	92.983,45
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	793.034,00
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	2.182,84
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	5.001,23
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	7.303,89
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	2.681,50
3.3.90.39.3909	SERVICOS PRESTADOS PELOS CHCS - DETRAN	1.194,66
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	29.792,72
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	27.295,37
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	6.110,00
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	1.202,20
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	85.942,35
3.3.90.39.3926	SEGUROS	16.231,55
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	32,00
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	5.693,80
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	14.610,00
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	21.398,62
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	14.085,10
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	44.619,83
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	1.165,41
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	1.120,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	251.926,48
3.3.90.39.3948	MULTAS	758,30
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	1.763,73
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	4.075,54
3.3.90.39.3975	GINASTICA LABORAL	4.070,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	75.215,74
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	11.741,14
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	155.820,00
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	734.429,21
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	734.429,21
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	110.319,58
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	110.319,58
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	82.310,10
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	82.310,10
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.346,23
3.3.90.92.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.346,23
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	10.899,12
3.3.90.93.9303	INDENIZACOES - LEI 11.042/97	1.912,08
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	8.987,04
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	7.239.235,17
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	7.239.235,17
4.4.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	50.000,00
4.4.40.42	AUXILIOS	50.000,00
4.4.40.42.4201	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	50.000,00
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	7.189.235,17
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	5.348.899,17
4.4.90.51.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	5.378,71
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	5.343.520,46
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	79.246,00
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	38.500,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	25.246,00
4.4.90.52.5232	AQUISICAO OU DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	15.500,00
4.4.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.761.090,00
4.4.90.92.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	1.761.090,00
TOTAL GERAL ==>		3.753.927,72

* RESUMO *

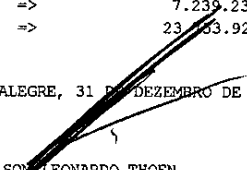
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	14.457.657,94
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	62.080,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	1.994.954,56
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	16.514.692,55

INVESTIMENTOS	=>	7.239.235,17
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	7.239.235,17
TOTAL GERAL	=>	23.753.927,72

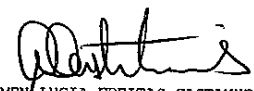
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



NELSON LÚCIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 15.698.340/53



GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49



CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTÁBIL
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

EXERCÍCIO DE 2009

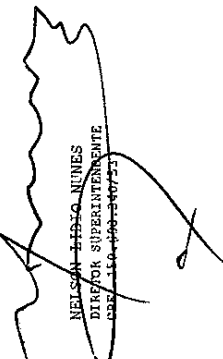
FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG

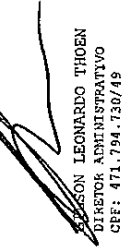
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDORRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

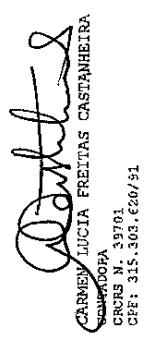
RP0038/00001

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
64 FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL	14.457.657,94	62.080,05	1.994.954,56	7.239.235,17				23.753.927,72
TESOURO-LIVRES	14.427.277,94	62.080,05	1.282.203,01	2.056.760,00				17.728.321,00
PROPRIOS DA FUNDACAO	130.380,00		556.931,55	5.143.975,17				5.831.286,72
CONVENIOS			155.820,00	38.500,00				194.320,00
TOTAL	14.457.657,94	62.080,05	1.994.954,56	7.239.235,17				23.753.927,72

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

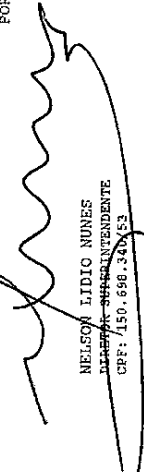

 NELSON FABRICIO NUNES
 DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 110.446.440-735

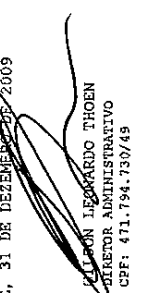

 NELSON LEONARDO THOEN
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 471.794.730/49

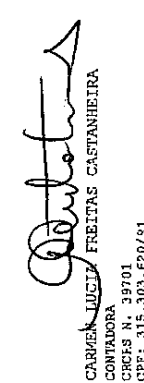

 CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
 CONTÁBIL
 CPF: 315.303.620/51

FUNDE DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG										REPE040/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO										R\$
EXERCÍCIO DE 2009	ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								TOTAL
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
	04 ADMINISTRAÇÃO	14.005.888,11		1.839.134,56						15.845.022,67
	TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDACAO	13.875.508,11		1.282.203,01						15.157.711,12
		130.380,00		556.931,55						687.311,55
	15 URBANISMO			155.820,00	174.442,53					330.262,53
	TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDACAO CONVENIOS				56.760,00					56.760,00
					79.182,53					79.182,53
					38.500,00					38.500,00
	26 TRANSPORTE					7.064.792,64				7.064.792,64
	TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDACAO	451.769,83	62.080,05							2.000.000,00
		451.769,83	62.080,05							5.064.792,64
	28 ENCARGOS ESPECIAIS									
	TESOURO-LIVRES									
	TOTAL	14.457.657,94	62.080,05	1.994.954,56	7.239.235,17					23.753.927,72
RESUMO										
	TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDACAO CONVENIOS	14.327.277,94	62.080,05	1.282.203,01	2.056.760,00					17.728.321,00
		130.380,00		556.931,55	5.143.975,17					5.831.286,72
				155.820,00	38.500,00					194.320,00
	TOTAL	14.457.657,94	62.080,05	1.994.954,56	7.239.235,17					23.753.927,72

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 NELSON LIDIO NUNES
 DIRETOR SUBSISTENTE
 CPF: 450.698.348/53


 NELSON LEONARDO THOEN
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 471.794.730/49


 CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
 CONTAVORA
 CPF: 315.303.620/91

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL - METROPLAN

ANEXO 16

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2008.			POSIÇÃO EM 31-12-09
	LEI	DATA	31-12-08	Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
Débitos Parcelados							-
Com Ministério da Fazenda - PASEP	11.329	28/05/1999	85.905,25			62.106,40	23.798,85
Total			85.905,25			62.106,40	23.798,85

PORTO ALEGRE, 09 DE FEVEREIRO DE 2009.

Nelson Lídio Nunes
 Diretor Superintendente
 CPF - 150.698.340-53

Gilson Leonardo Thoen
 Diretor Administrativo
 CPF - 471.794.730-49

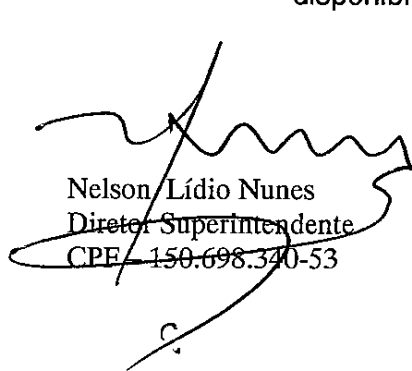
Carmer Lucia Freitas Castanheira
 Contadora - CRC/RS - 39.701
 CPF - 315.303.620-91

METROPLAN

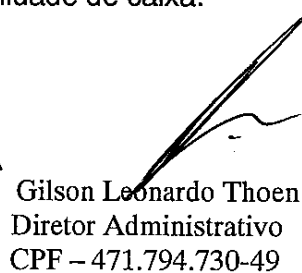
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DE 2009.

Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, e considerando, ainda, o disposto no Decreto federal 20.910, 06.01.32, e no Parecer 01/03, de 21.11.03, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto 46.778, de 03 de dezembro de 2009 e a Instrução Normativa CAGE 02/2009, de 08 de dezembro de 2009, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:

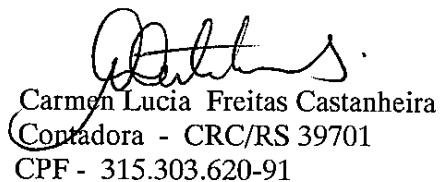
- a) Anulação das despesas inscritas Restos a Pagar não processados, no valor de R\$ 1.967.079,67, e restos processados no valor de R\$ 23.144,88, cujos empenhos foram emitidos entre 01.01.05 e 31.12.08; e
- b) Estorno de empenhos não liquidados emitidos em 2009, no valor de R\$ 139.709,37; excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa.



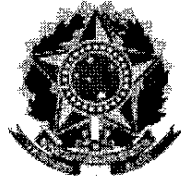
Nelson Lídio Nunes
Diretor Superintendente
CPE - 150.698.340-53



Gilson Leonardo Thoen
Diretor Administrativo
CPF - 471.794.730-49



Carmen Lucia Freitas Castanheira
Contadora - CRC/RS 39701
CPF - 315.303.620-91

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
REGISTRO.....	: RS-039701/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 315.303.620-91

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 12.01.2010 as 10:18:13.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 74066.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Fundação Gaúcha do Trabalho
e Ação Social
FGTAS**



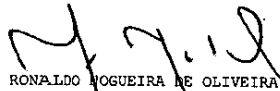
EXERCÍCIO DE 2009

FUND GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
 DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS


 RFPE035/00001
 ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	184.553,39	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.016.796,77
RECEITA DE SERVIÇOS	184.473,04	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	107.651,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.586.448,68	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.080.257,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	178.900,23		
SOMA.....	10.134.375,34	SOMA.....	41.204.705,95
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	31.070.330,61	TOTAL.....	41.204.705,95
TOTAL.....	41.204.705,95	DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	31.070.330,61
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESA CAPITAL	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	698.237,22	INVESTIMENTOS	708.011,01
		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	212.499,67
SOMA.....	698.237,22	SOMA.....	920.510,68
DEFICIT	31.292.604,07	TOTAL.....	31.990.841,29
TOTAL.....	31.990.841,29		
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	10.134.375,34	DESPESAS CORRENTES.....	41.204.705,95
RECEITAS DE CAPITAL.....	698.237,22	DESPESAS DE CAPITAL.....	920.510,68
DEFICIT.....	31.292.604,07	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	42.125.216,63	TOTAL.....	42.125.216,63

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RONALDO ROGUEIRA DE OLIVEIRA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 435.294.020/87



ANTONIO CARLOS GARCIA VLACANHIPI
 CONTADOR
 CONTADOR CRCRS N. 32848
 CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2009

FUND GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N.6

RS

ÓRGÃO: 59 - FUNDAÇÃO GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

U.O.: 59.01 - FUNDAÇÃO GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
11	TRABALHO			
11.0061	ACAO JUDICIARIA	790.265,03	41.014.800,68	41.805.065,71
11.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		2.219.303,99	2.219.303,99
11.0122	ADMINISTRACAO GERAL		2.219.303,99	2.219.303,99
11.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		29.764.731,33	29.764.731,33
11.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		551.267,73	551.267,73
11.0244.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		551.267,73	551.267,73
11.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR		1.643.254,25	1.643.254,25
11.0331.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA		1.643.254,25	1.643.254,25
11.0333	EMPREGABILIDADE		281.369,00	281.369,00
11.0333.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA		281.369,00	281.369,00
11.0334	FOMENTO AO TRABALHO	790.265,03	6.554.874,38	7.345.139,41
11.0334.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA	790.265,03	6.554.874,38	7.345.139,41

TOTAL DA U.O. =>

790.265,03

41.014.800,68

41.805.065,71

U.O.: 59.33 - ENCARGOS GERATS DA FUNDAÇÃO GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

11	TRABALHO			
11.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		320.150,92	320.150,92
11.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		320.150,92	320.150,92

TOTAL DA U.O. =>

320.150,92

320.150,92

TOTAL DO ÓRGÃO =>

790.265,03

41.334.951,60

42.125.216,63

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

R. N. O.
RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 435.294.020/87

A. V. Z.
ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHIPI
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2009

FUND GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

RFPE009/00001

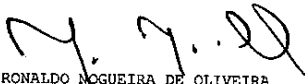
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

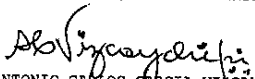
ANEXO N. 7

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
11	TRABALHO			
11.0061	ACAO JUDICIARIA	790.265,03	41.334.951,60	42.125.216,63
11.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		2.219.303,99	2.219.303,99
11.0122	ADMINISTRACAO GERAL		2.219.303,99	2.219.303,99
11.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		29.764.731,33	29.764.731,33
11.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		29.764.731,33	29.764.731,33
11.0244.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		551.267,73	551.267,73
11.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR		551.267,73	551.267,73
11.0331.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA		1.643.254,25	1.643.254,25
11.0333	EMPREGABILIDADE		1.643.254,25	1.643.254,25
11.0333.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA		281.369,00	281.369,00
11.0334	FOMENTO AO TRABALHO	790.265,03	281.369,00	281.369,00
11.0334.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA	790.265,03	6.554.874,38	7.345.139,41
11.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		6.554.874,38	7.345.139,41
11.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		320.150,92	320.150,92
TOTAL GERAL =>		790.265,03	41.334.951,60	42.125.216,63

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


RONALDO AGUEIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 435.294.020/87


ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHI
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2009

FUND GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

ANEXO N.8

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
11	TRABALHO			
11.0061	ACAO JUDICIARIA	35.254.047,37	6.871.169,26	42.125.216,63
11.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	2.219.303,99		2.219.303,99
11.0122	ADMINISTRACAO GERAL	2.219.303,99		2.219.303,99
11.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	29.764.731,33		29.764.731,33
11.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	29.764.731,33		29.764.731,33
11.0244.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	551.267,73		551.267,73
11.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR	551.267,73		551.267,73
11.0331.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA		1.643.254,25	1.643.254,25
11.0333	EMPREGABILIDADE		1.643.254,25	1.643.254,25
11.0333.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA	10.651,20	270.717,80	281.369,00
11.0334	FOMENTO AO TRABALHO	10.651,20	270.717,80	281.369,00
11.0334.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA	2.387.942,20	4.957.197,21	7.345.139,41
11.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.387.942,20	4.957.197,21	7.345.139,41
11.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	320.150,92		320.150,92
		320.150,92		320.150,92
TOTAL GERAL =>		35.254.047,37	6.871.169,26	42.125.216,63

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


R. N. O.
RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 435.194.020/87

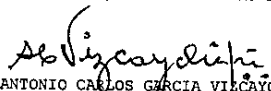
Antonio Carlos Garcia Vizcaychi
ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHI
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2009	FUND GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	RFPE025/00001
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	ANEXO N.9
		R\$

ÓRGÃOS	FUNÇÕES	TRABALHO	TOTAL		
PODER LEGISLATIVO PODER JUDICIARIO MINISTERIO PUBLICO DEFENSORIA PUBLICA PODER EXECUTIVO FUNDAÇÃO GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL					
	SOMA.....	42.125.216,63 42.125.216,63	42.125.216,63 42.125.216,63		
	TOTAL.....	42.125.216,63	42.125.216,63		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 435.294.020/87


ANTONIO CARLOS GARCIA VILCAYCHIPÍ
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2009

FUND GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00001

ANEXO N. 10

RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	9.502.000,00	10.134.375,34	632.375,34
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	300.000,00	184.553,39	115.446,61-
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	0,00	971,50	971,50
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	0,00	971,50	971,50
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	0,00	971,50	971,50
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	0,00	971,50	971,50
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	300.000,00	183.581,89	116.418,11-
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	300.000,00	183.581,89	116.418,11-
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	300.000,00	183.099,54	116.900,46-
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	300.000,00	183.099,54	116.900,46-
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	482,35	482,35
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	0,00	482,35	482,35
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	130.000,00	184.473,04	54.473,04
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0,00	414,14	414,14
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0,00	414,14	414,14
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	130.000,00	184.058,90	54.058,90
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	130.000,00	184.058,90	54.058,90
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	9.000.000,00	9.586.448,68	586.448,68
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	9.000.000,00	9.586.448,68	586.448,68
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	9.000.000,00	9.586.448,68	586.448,68
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	9.000.000,00	9.586.448,68	586.448,68
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	9.000.000,00	9.586.448,68	586.448,68
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	72.000,00	178.900,23	106.900,23
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	135,12	135,12
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	135,12	135,12
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	0,00	135,12	135,12
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	135,12	135,12
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	72.000,00	95.219,87	23.219,87
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	12.000,00	7.584,80	4.415,20-
1921.06.00.0000	INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	0,00	306,62	306,62
1921.06.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	0,00	306,62	306,62
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	12.000,00	7.278,18	4.721,82-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	12.000,00	7.278,18	4.721,82-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	60.000,00	87.635,07	27.635,07
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	60.000,00	87.635,07	27.635,07
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	60.000,00	87.635,07	27.635,07
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	83.545,24	83.545,24
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	6,00	6,00
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	6,00	6,00
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	83.539,24	83.539,24
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	31.248,99	31.248,99
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	52.069,85	52.069,85
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	0,00	220,40	220,40
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	800.000,00	698.237,22	101.762,78-
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	800.000,00	698.237,22	101.762,78-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	800.000,00	698.237,22	101.762,78-
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	800.000,00	698.237,22	101.762,78-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	800.000,00	698.237,22	101.762,78-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	800.000,00	698.237,22	101.762,78-
TOTAL		10.302.000,00	10.832.612,56	530.612,56

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


R. N. J.
RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 435.294.020/87

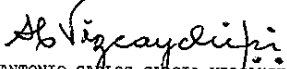
Antônio Carlos Garcia Vizcaychips
ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHIPI
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2009	FUND GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA	RFPE026/00001 ANEXO N.11 R\$
-------------------	--	------------------------------------

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL			
DOTAÇÕES INICIAIS	46.459.096,00	1.012.500,00	47.471.596,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	6.954.739,50	215.731,00	7.170.470,50
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	3.365.048,50	0,00	3.365.048,50
AUTORIZADA	50.048.787,00	1.228.231,00	51.277.018,00
REALIZADA	41.204.705,95	920.510,68	42.125.216,63
DIFERENÇA	8.844.081,05	307.720,32	9.151.801,37
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			47.471.596,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			7.170.470,50
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			3.365.048,50
AUTORIZADA			51.277.018,00
REALIZADA			42.125.216,63
DIFERENÇA			9.151.801,37

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 435.294.020/87

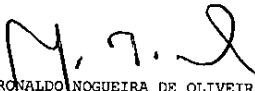

ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHIPI
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04


R E C E I T A			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	300.000,00	184.553,39	115.446,61-
RECEITA DE SERVIÇOS	130.000,00	184.473,04	54.473,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.000.000,00	9.586.448,68	586.448,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	72.000,00	178.900,23	106.900,23
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	9.502.000,00	10.134.375,34	632.375,34
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	800.000,00	698.237,22	101.762,78-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	800.000,00	698.237,22	101.762,78-
SOMA	10.302.000,00	10.832.612,56	530.612,56
DEFICIT DE PREVISÃO	40.975.018,00	31.292.604,07	9.682.413,93-
TOTAL	51.277.018,00	42.125.216,63	9.151.801,37-

D E S P E S A			
TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	51.277.018,00	42.125.216,63	9.151.801,37-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	51.277.018,00	42.125.216,63	9.151.801,37-
TOTAL	51.277.018,00	42.125.216,63	9.151.801,37-

- (1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 435.494.020/87


ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHIPI
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		TRABALHO	42.125.216,63
RECEITA PATRIMONIAL	184.553,39	SOMA.....	42.125.216,63
RECEITA DE SERVIÇOS	184.473,04	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.586.448,68	REALIZAVEL	425,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	178.900,23	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.644.237,90
SOMA.....	10.134.375,34	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.038.804,62
RECEITAS DE CAPITAL		SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	86.090,01
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	698.237,22	DEPOSITOS	6.685.198,81
SOMA.....	698.237,22	DIVERSOS	55.392,51
TOTAL.....	10.832.612,56	SOMA.....	11.510.149,07
		TOTAL.....	53.635.365,70
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
REALIZAVEL	591.840,50	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.330.340,31	INTRAGOVERNAMENTAIS	810.280,49
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.605.081,51	SOMA.....	810.280,49
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	634,10	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
DEPOSITOS	6.106.300,32	CAIXA	425,22-
DIVERSOS	180,68	BANCOS C/DISPOSICAO	103.185,24
SOMA.....	11.634.377,42	APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	
TOTAL.....	22.466.989,98	IMEDIATA	61.908,05
		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	669.069,63
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		VINCULADOS	7.177.707,38
INTRAGOVERNAMENTAIS	34.737.956,79	BANCOS, C/VINCULADAS	750.335,21
SOMA.....	34.737.956,79	SOMA.....	8.761.780,29
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
CAIXA	0,00		
BANCOS C/DISPOSICAO	78.366,06		
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ			
IMEDIATA	0,00		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	238.761,50		
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS			
VINCULADOS	4.801.751,26		
BANCOS, C/VINCULADAS	883.600,89		
SOMA.....	6.002.479,71		
TOTAL.....	63.207.426,48	TOTAL.....	63.207.426,48

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

R. G. O.
RONALDO Mogueira de OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 435.244.020/87

A. Vizaychipi
ANTONIO CARLOS GARCIA VIZAYCHIPÍ
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	103.185,24	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	611.614,19
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	447.010,10
IMEDIATA	61.908,05	ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS, A PAGAR	32.135,58
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	669.069,63	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	100.709,03
SOMA.....	833.737,70	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	1.100.732,07
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		PIS E PASEP A RECOLHER	16.000,00
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A	
VINCULADOS	7.177.707,38	RECOLHER	358.646,80
BANCOS, C/VINCULADAS	750.335,21	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	16.313,74
SOMA.....	7.928.042,59	FGTS A RECOLHER	178.343,13
REALIZÁVEL		SOMA.....	2.861.504,64
DEVEDORES	8.678,58	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
DEPOSITOS JUDICIAIS	2.220.787,46	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	104.163,26
SOMA.....	2.229.466,04	LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	668,20
TOTAL.....	10.991.246,33	PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	19.252.762,45
ATIVO PERMANENTE		REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	2.044.426,76
BENS DA ENTIDADE		SOMA.....	21.402.020,67
BENS MOVEIS	620.146,46	SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
BENS IMOVEIS	143.093,69	SERVIÇO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS	
SOMA.....	763.240,15	PREVIDENCIARIOS	634,10
PARTICIPAÇÕES		SOMA.....	634,10
PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS EM EMPRESAS		DEPÓSITOS	
DIVERSAS	93.510,62	DEPOSITOS	196.468,05
SOMA.....	93.510,62	SOMA.....	196.468,05
CRÉDITOS		DIVERSOS	
DEVEDORES POR IMPUTACAO DE		ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	12.309,05
RESPONSABILIDADE	8.448,34	OUTROS CREDORES	106.747,26
DEVEDORES PELO REEMBOLSO DE PROVENTOS	211.521,28	SOMA.....	119.056,31
SOMA.....	219.969,62	TOTAL.....	24.579.683,77
DIVERSOS		PASSIVO PERMANENTE	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE		DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
AQUISICAO OU FORMACAO	40.900,00	DEBITOS PARCELADOS	1.276.012,99
ALMOXARIFADOS	312.231,76	SOMA.....	1.276.012,99
SOMA.....	353.131,76	TOTAL.....	1.276.012,99
TOTAL.....	1.429.852,15	SOMA DO PASSIVO REAL	25.855.696,76
SOMA DO ATIVO REAL	12.421.098,48	PASSIVO COMPENSADO	
SALDO PATRIMONIAL		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
SITUAÇÃO LÍQUIDA		ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	24.370,66
PASSIVO REAL DESCOBERTO	13.434.598,28	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	312.231,76
SOMA.....	25.855.696,76	BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	394.151,49
ATIVO COMPENSADO		DIARIAS A COMPROVAR	4.864,24
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SOMA.....	735.618,15
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	24.370,66	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
RESPONSÁVEIS POR ALMOXARIFADOS	312.231,76	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	9.912.992,49
RESPONSÁVEIS PELA GUARDA DE BENS DA		SOMA.....	9.912.992,49
ENTIDADE	394.151,49	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES	
RESPONSÁVEIS POR DIARIAS	4.864,24	DIVERSAS	
SOMA.....	735.618,15	CONVENIOS EM EXECUCAO	289.602,53
VALORES DE TERCEIROS		ACOES JUDICIAIS	54.345,23
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	9.912.992,49	SOMA.....	343.947,76
SOMA.....	9.912.992,49	TOTAL.....	10.992.558,40
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		TOTAL GERAL.....	36.848.255,16
RESPONSÁVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	289.602,53		
PROCESSOS JUDICIAIS	54.345,23		
SOMA.....	343.947,76		
TOTAL.....	10.992.558,40		
TOTAL GERAL.....	36.848.255,16		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

R. N. O.
RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR PRES.DENTE
CPF: 435.294.820/87

A. Vizcaychipi
ANTONIO CAMLOS GARCIA VIZCAYCHIPI
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/94

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	184.553,39	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.016.796,77
RECEITA DE SERVIÇOS	184.473,04	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	107.651,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.586.448,68	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.080.257,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	178.900,23	SOMA.....	41.204.705,95
SOMA.....	10.134.375,34	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	708.011,01
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	698.237,22	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	212.499,67
SOMA.....	698.237,22	SOMA.....	920.510,68
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	42.125.216,63
SOMA.....	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
TOTAL.....	10.832.612,56	SOMA.....	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
AMORTIZAÇÃO DE DÉBITOS PARCELADOS	169.466,70	VARIAÇÕES PASSIVAS	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISIÇÃO OU FORMAÇÃO	40.900,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	7.930,00
CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS	201.123,76	BAIXA DE BENS MÓVEIS	9.351,80
SOMA.....	411.490,46	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	227.377,23
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		SOMA.....	244.659,03
VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	7.930,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS INTRAGVERNAMENTAIS	810.280,49
INCORPORAÇÃO DE BENS DE ALMOXARIFADO	220.274,24	SOMA.....	810.280,49
SOMA.....	228.204,24	TOTAL.....	43.180.156,15
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		RESULTADO PATRIMONIAL	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS INTRAGVERNAMENTAIS	34.737.956,79	SUPERÁVIT VERIFICADO	3.030.107,90
SOMA.....	34.737.956,79	TOTAL.....	46.210.264,05
TOTAL.....	46.210.264,05		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

R. N. O.
RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 435.194.020/87

A. V. G.
ANTONIO CARLOS GARCIA VICAYCHIPI
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

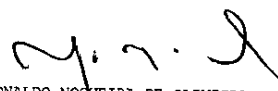
EXERCÍCIO DE 2009

FUND GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTERFPE034/00001
ANEXO N.17

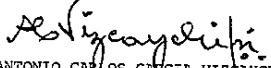
R\$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.435.830,64-	1.147.110,90	1.971.327,35	611.614,19-
CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVAÇÃO	0,00	447.010,10	0,00	447.010,10-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	59.111,73-	0,00	59.111,73	0,00
ENCARGOS DE LOCAÇÃO DE IMOVEIS, A PAGAR	17.267,54-	46.135,58	31.267,54	32.135,58-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	52.126,46-	48.582,57	0,00	100.709,03-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	1.034.296,30-	1.097.767,19	1.031.331,42	1.100.732,07-
PIS E PASEP A RECOLHER	14.123,98-	16.000,00	14.123,98	16.000,00-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	331.559,31-	346.050,13	318.962,64	358.646,80-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	23.030,07-	3.340,71	10.057,04	16.313,74-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	244,21-	0,00	244,21	0,00
FGTS A RECOLHER	163.870,85-	178.343,13	163.870,85	178.343,13-
MULTAS PENAIS A PAGAR	53,20-	0,00	53,20	0,00
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	408,99-	0,00	408,99	0,00
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	43.478,95-	0,00	43.478,95	0,00
SUBTOTAL.....	3.175.402,23-	3.330.340,31	3.644.237,90	2.861.504,64-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.024.176,18-	104.163,26	1.024.176,18	104.163,26-
LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	628,44-	668,20	628,44	668,20-
ENCARGOS DE LOCAÇÃO DE IMOVEIS A LIQUIDAR	14.000,00-	0,00	14.000,00	0,00
PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	19.252.762,45-	0,00	0,00	19.252.762,45-
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	544.176,71-	1.500.250,05	0,00	2.044.426,76-
SUBTOTAL.....	20.835.743,78-	1.605.081,51	1.038.804,62	21.402.020,67-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	86.090,01-	634,10	86.090,01	634,10-
SUBTOTAL.....	86.090,01-	634,10	86.090,01	634,10-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	775.366,54-	6.106.300,32	6.685.198,81	196.468,05-
SUBTOTAL.....	775.366,54-	6.106.300,32	6.685.198,81	196.468,05-
DIVERSOS				
ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	20.528,99-	0,00	8.219,94	12.309,05-
OUTROS CREDORES	153.739,15-	180,68	47.172,57	106.747,26-
SUBTOTAL.....	174.268,14-	180,68	55.392,51	119.056,31-
TOTAL.....	25.046.870,70-	11.042.536,92	11.509.723,85	24.579.683,77-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 435.294.020/87



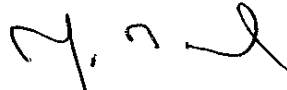
ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHI
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	41.204.705,95
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.016.796,77
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	28.016.796,77
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	19.389.243,75
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	13.317.953,57
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	1.480.502,49
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	764.528,42
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	3.308.556,06
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	517.703,21
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	6.354.829,26
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	23.606,32
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	413.204,18
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	4.380.721,36
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	1.537.297,40
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	2.219.303,99
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	2.219.303,99
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.837,20
3.1.90.92.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	4.837,20
3.1.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	48.582,57
3.1.90.93.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	48.582,57
3.2.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	107.651,25
3.2.90.00	APLICACOES DIRETAS	107.651,25
3.2.90.22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	107.651,25
3.2.90.22.2212	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDENCIA SOCIAL	107.651,25
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.080.257,93
3.3.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	157.346,90
3.3.40.41	CONTRIBUICOES	157.346,90
3.3.40.41.4102	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	157.346,90
3.3.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	120.161,20
3.3.50.43	SUBVENCOES SOCIAIS	120.161,20
3.3.50.43.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	120.161,20
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	12.802.749,83
3.3.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	2.675.888,79
3.3.90.04.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	2.675.888,79
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	29.000,00
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	29.000,00
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	76.351,26
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	56.361,18
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	19.990,08
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	255.209,86
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	77.816,55
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	170,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	25.537,29
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	2.278,60
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	1.497,80
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	10.053,00
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	1.017,50
3.3.90.30.3016	CENARIOS ARTISTICOS E/OU PARA EXPOSIÇÕES	1.171,30
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	26.850,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	18.454,35
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	65.372,05
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	11.609,94
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	13.381,48
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	61.962,20
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	24.705,54
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	37.256,66
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	65.968,00
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	65.968,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.441.144,06
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	633.454,62
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	807.689,44
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	7.655.648,99
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	228.023,68
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	8.706,10
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	5.106,96
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	37.908,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	73.849,28
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	456.392,15
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	811.974,73
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	5.998,61
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	305.808,31
3.3.90.39.3926	SEGUROS	22.690,15
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	103.878,44
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	49.796,56
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	154.360,76
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	40.348,56
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	1.455,00
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	24.500,00
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	53.846,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	16.534,50
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	336,00
3.3.90.39.3937	LEVANTAMENTO, PROSPECCAO E ANALISE DE DADOS	764.732,00
3.3.90.39.3939	MEDICINA	26.810,00
3.3.90.39.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	361.686,13
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	284.657,49
3.3.90.39.3947	HABILITACAO E/OU CAPACITACAO PROFISSIONAL	281.369,00
3.3.90.39.3948	MULTAS	4.120,23
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	42,00
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	33.247,76
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	416.972,64
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	8.278,38
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	6.391,15
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	184.863,49
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	2.880.964,93
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	230.493,19
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	186.111,08
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	1.464,17
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	27.245,96
3.3.90.47.4715	MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	15.671,98

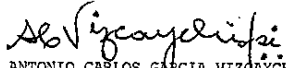
EXERCÍCIO DE 2009	FUND GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	RFPE017/00002
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA		
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
R\$		

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.816,86
3.3.90.92.3004	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	3.267,88
3.3.90.92.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA	3.226,30
3.3.90.92.3901	ÁGUA E ESGOTO	1.270,64
3.3.90.92.3921	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	516,91
3.3.90.92.3933	DIVULGAÇÃO OBRIGATORIA	1.600,00
3.3.90.92.3934	SERVÍCIOS GRÁFICOS	52,60
3.3.90.92.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	1.463,37
3.3.90.92.3948	MULTAS	1.510,95
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	742,83
3.3.90.92.4707	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.165,18
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	294.266,62
3.3.90.93.9305	INDENIZAÇÕES	15.294,57
3.3.90.93.9306	RESTITUIÇÃO DE RECEITAS	278.972,05
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	920.510,68
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	708.011,01
4.4.40.00	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	142.012,20
4.4.40.42	AUXÍLIOS	142.012,20
4.4.40.42.4201	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A MUNICÍPIOS	142.012,20
4.4.50.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	63.717,80
4.4.50.42	AUXÍLIOS	63.717,80
4.4.50.42.4202	AUXÍLIOS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	63.717,80
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	502.281,01
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	502.281,01
4.4.90.52.5212	MÁQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	201.123,76
4.4.90.52.5214	MOBILIÁRIO EM GERAL	197.241,25
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICAÇÕES	35.316,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	40.900,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	27.700,00
4.6.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	212.499,67
4.6.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	212.499,67
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	212.499,67
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	9.139,63
4.6.90.71.7112	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDÊNCIA SOCIAL	203.360,04
TOTAL GERAL =====>		42.125.216,63

* RESUMO *		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	28.016.796,77
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	107.651,25
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	13.080.257,93
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	41.204.705,95
INVESTIMENTOS	=>	708.011,01
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	212.499,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	920.510,68
TOTAL GERAL	=>	42.125.216,63


 RONALDO ROGUEIRA DE OLIVEIRA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 435.294.020/87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 ANTONIO CARLOS GARCIA VIZAYCHIPI
 CONTADOR
 CONTADOR CRCRS N. 32848
 CPF: 078.194.550/04

tr

EXERCÍCIO DE 2009		FUNDO GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL							RPPE039/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							RS
ESPECIFICAÇÃO	PESSAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
59 FUNDAÇÃO GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	28.016.796,77	107.651,25	13.080.257,93	708.011,01		212.499,67		42.125.216,63	
TESOURO-LIVRES	28.016.796,77	107.651,25	6.577.989,36	205.730,00		212.499,67		35.120.667,05	
PROPRIOS DA FUNDAÇÃO			133.380,32					133.380,32	
CONVENIOS			6.368.888,25	502.281,01				6.871.169,26	
TOTAL	28.016.796,77	107.651,25	13.080.257,93	708.011,01		212.499,67		42.125.216,63	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Ronaldo Inguiera de Oliveira
 RONALDO INGUIEIRA DE OLIVEIRA
 DIRETOR PREZIDENTE
 CPF: 435.294.020/87

Antonio Carlos Garcia Vazcaychepi
 ANTONIO CARLOS GARCIA VAZCAYCHEPI
 CONTADOR CRCRS N. 32846
 CPF: 078.194.530/04

EXERCÍCIO DE 2009		FUNDO GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL							RFB040/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							RS
ESPECIFICAÇÃO	PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
11 TRABALHO	28.016.796,77	107.651,25	13.080.257,93	708.011,01		212.499,67		42.125.216,63	
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDACAO CONVENIOS	28.016.796,77	107.651,25	6.577.989,36 133.380,32 6.368.888,25	205.730,00 502.281,01		212.499,67		35.120.667,05 133.380,32 6.871.169,26	
TOTAL	28.016.796,77	107.651,25	13.080.257,93	708.011,01		212.499,67		42.125.216,63	
RESUMO									
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDACAO CONVENIOS	28.016.796,77	107.651,25	6.577.989,36 133.380,32 6.368.888,25	205.730,00 502.281,01		212.499,67		35.120.667,05 133.380,32 6.871.169,26	
TOTAL	28.016.796,77	107.651,25	13.080.257,93	708.011,01		212.499,67		42.125.216,63	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Antonio Carlos Garcia Vizcaychipi

ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHIPÍ
CONTADOR CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

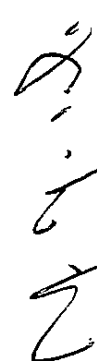
Ronaldo Inqueira de Oliveira


RONALDO INQUEIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 435.254.020/87

FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA						
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31 12-08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2008.		POSIÇÃO EM 31 12-09
	LEI	DATA		Variações	Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas	
Débitos Parcelados						-
Com Ministério da Fazenda - PASEP						-
Termo de Parcelamento de 30/09/2002			513.402,03			513.402,03
Com Instituto Nacional de Seguro Social - INSS						-
Contrato 316293377			932.077,66		169.466,70	762.610,96
						-
Total			1.445.479,69	-	169.466,70	1.276.012,99

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
 DIRETOR-PRESIDENTE
 CIC 435.294.020/87


 ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAICHIPI
 CONTADOR CRCRS 32.848/O-7
 CIC 078.194.550/04

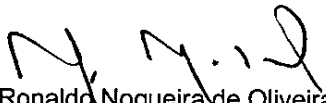
FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

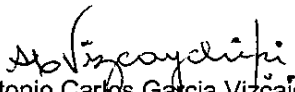
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DE 2009.

01- Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101, de 04.05.00, e considerando, ainda, o disposto no Decreto federal 20.910, 06.01.32, e no Parecer 01/03, de 21.11.03, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto 46778, de 03 de dezembro de 2009, e a Instrução Normativa CAGE 02/2009, de 08 de dezembro de 2009, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:

- a) Prescrição dos saldos de empenhos inscritos em Restos a Pagar referentes aos exercícios anteriores a 2005, no valor de R\$ 6,34
- b) Anulação das despesas inscritas Restos a Pagar Não-Processados, no valor de R\$ 6.628,89, cujos empenhos foram emitidos entre 01.01.05 e 31.12.08; e
- c) Estorno de empenhos não liquidados emitidos em 2009, no valor de R\$ 85.364,76 , excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.


Ronaldo Nogueira de Oliveira
DIRETOR-PRESIDENTE
CIC 435.294.020/87


Antonio Carlos Garcia Vizcaíchipi
CONTADOR CRCRS 32.848/O-7
CIC 078.194.550/04



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAICHIPI
REGISTRO.....	: RS-032848/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 078.194.550-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 19.01.2010 as 10:05:16.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 74338.

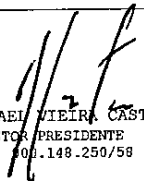
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Fundação para o
Desenvolvimento de
Recursos Humanos
FDRH**

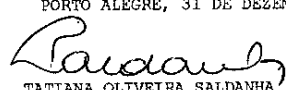


RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA DE SERVIÇOS	11.456.070,17	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.463.591,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	164.216,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.612.409,88
SOMA.....	11.620.286,57	SOMA.....	5.076.000,88
TOTAL.....	11.620.286,57	SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	6.544.285,69
		TOTAL.....	11.620.286,57
		DESPESA CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	77.665,06
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	176.180,33
		SOMA.....	253.845,39
		SUPERAVIT	6.290.440,30
		TOTAL.....	11.620.286,57
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	11.620.286,57	DESPESAS CORRENTES.....	5.076.000,88
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	253.845,39
DEFICIT.....	0,00	SUPERAVIT.....	6.290.440,30
TOTAL.....	11.620.286,57	TOTAL.....	11.620.286,57

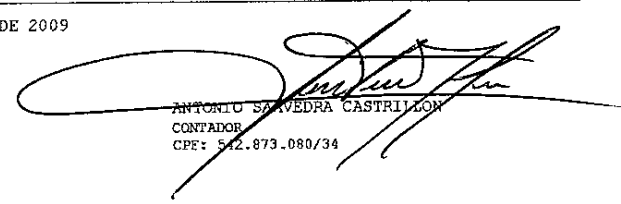
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RAFAEL VIEIRA CASTELLO COSTA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 00.148.250/58



TATIANA OLIVEIRA SALDANHA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 912.022.990/91



ANTONIO SARVEDRA CASTRIELLON
CONTADOR
CPF: 542.873.080/34

EXERCÍCIO DE 2009	FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	RFPE006/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N.6
		RS

ÓRGÃO: 54 - FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS


U.O.: 54.01 - FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - FDRH

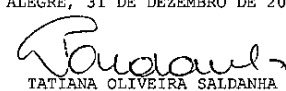
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	998,00	4.783.387,86	4.784.385,86
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	998,00	4.443.046,06	4.444.044,06
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	998,00	3.107.493,86	3.108.491,86
04.0122.0327	GESTAO DE RECURSOS HUMANOS		1.335.552,20	1.335.552,20
04.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		340.341,80	340.341,80
04.0128.0327	GESTAO DE RECURSOS HUMANOS		340.341,80	340.341,80
12	EDUCACAO	71.571,46	292.199,26	363.770,72
12.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	71.571,46	292.199,26	363.770,72
12.0128.0326	ESCOLAS DE GOVERNO	71.571,46	292.199,26	363.770,72
28	ENCARGOS ESPECIAIS		181.689,69	181.689,69
28.0061	ACAO JUDICIARIA		181.689,69	181.689,69
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		181.689,69	181.689,69

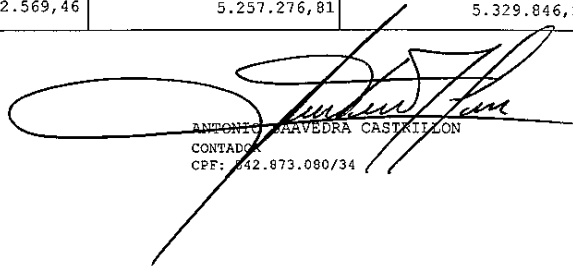
TOTAL DA U.O. =>	72.569,46	5.257.276,81	5.329.846,27
------------------	-----------	--------------	--------------

TOTAL DO ÓRGÃO =>	72.569,46	5.257.276,81	5.329.846,27
-------------------	-----------	--------------	--------------

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

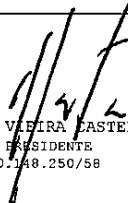

 RAFAEL VIEIRA CASTELLO COSTA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 009.748.250/58



 TATIANA OLIVEIRA SALDANHA
 DIRETORA TÉCNICA
 CPF: 912.022.990/91

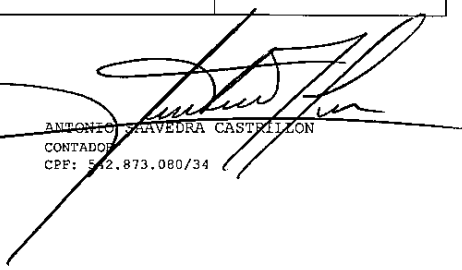

 ANTONIO MAVEDRA CASTRIELLON
 CONTADOR
 CPF: 842.873.080/34

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	998,00	4.783.387,86	4.784.385,86
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	998,00	4.443.046,06	4.444.044,06
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	998,00	3.107.493,86	3.108.491,86
04.0122.0327	GESTAO DE RECURSOS HUMANOS		1.335.552,20	1.335.552,20
04.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		340.341,80	340.341,80
04.0128.0327	GESTAO DE RECURSOS HUMANOS		340.341,80	340.341,80
12	EDUCACAO	71.571,46	292.199,26	363.770,72
12.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	71.571,46	292.199,26	363.770,72
12.0128.0326	ESCOLAS DE GOVERNO	71.571,46	292.199,26	363.770,72
28	ENCARGOS ESPECIAIS		181.689,69	181.689,69
28.0061	ACAO JUDICIARIA		181.689,69	181.689,69
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		181.689,69	181.689,69
TOTAL GERAL =>		72.569,46	5.257.276,81	5.329.846,27

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 RAFAEL VIEIRA CASTELLO COSTA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 000.148.250/58


 TATIANA OLIVEIRA SALDANHA
 DIRETORA TÉCNICA
 CPF: 912.022.990/91



 ANTONIO ARVEDRA CASTELLON
 CONTADOR
 CPF: 542.873.080/34


EXERCÍCIO DE 2009	FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	RPPE029/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

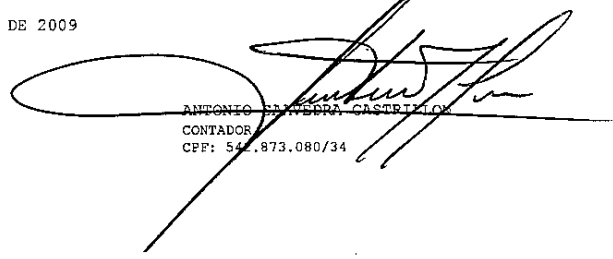
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	4.784.385,86		4.784.385,86
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	4.444.044,06		4.444.044,06
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.108.491,86		3.108.491,86
04.0122.0327	GESTAO DE RECURSOS HUMANOS	1.335.552,20		1.335.552,20
04.0128	FORMACAO RECURSOS HUMANOS	340.341,80		340.341,80
04.0128.0327	GESTAO DE RECURSOS HUMANOS	340.341,80		340.341,80
12	EDUCACAO	363.770,72		363.770,72
12.0128	FORMACAO RECURSOS HUMANOS	363.770,72		363.770,72
12.0128.0326	ESCOLAS DE GOVERNO	363.770,72		363.770,72
28	ENCARGOS ESPECIAIS	181.689,69		181.689,69
28.0061	ACAO JUDICIARIA	181.689,69		181.689,69
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	181.689,69		181.689,69

TOTAL GERAL =>		5.329.846,27	0,00	5.329.846,27
----------------	--	--------------	------	--------------

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

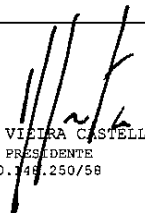

 RAFAEL VIEIRA CASTELLO COSTA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 000.148.250/58



 TATIANA OLIVEIRA SALDANHA
 DIRETORA TÉCNICA
 CPF: 912.022.990/91

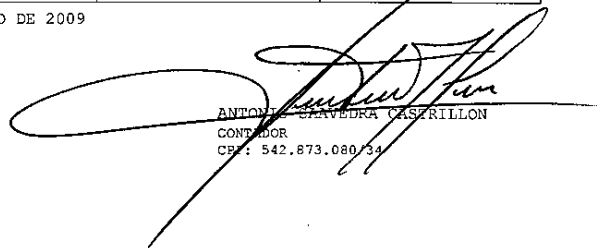

 ANTONIO VIEIRA CASTELLO
 CONTADOR
 CPF: 542.873.080/34

FUNÇÕES	ADMINISTRACAO	EDUCACAO	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	4.784.385,86	363.770,72	181.689,69	5.329.846,27
SOMA.....	4.784.385,86	363.770,72	181.689,69	5.329.846,27
TOTAL.....	4.784.385,86	363.770,72	181.689,69	5.329.846,27

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

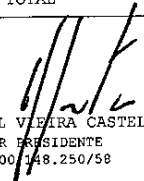

 RAFAEL VIEIRA CASTELLO COSTA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 000.348.250/58


 TATIANA OLIVEIRA SALDANHA
 DIRETORA TÉCNICA
 CPF: 912.022.990/91



 ANTONIO CARNEIRO CASRILLON
 CONTADOR
 CPF: 542.873.080/34

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	9.108.120,00	11.620.286,57	2.512.166,57
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	2.000,00	0,00	2.000,00-
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	1.000,00	0,00	1.000,00-
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	1.000,00	0,00	1.000,00-
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	1.000,00	0,00	1.000,00-
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	1.000,00	0,00	1.000,00-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.000,00	0,00	1.000,00-
1322.00.00.0000	DIVIDENDOS	1.000,00	0,00	1.000,00-
1322.02.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	1.000,00	0,00	1.000,00-
1322.02.99.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	1.000,00	0,00	1.000,00-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	8.785.000,00	11.456.070,17	2.671.070,17
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	8.135.000,00	11.411.773,36	3.276.773,36
1600.13.01.0000	SERVICOS DE INSCRICAO EM CONCURSOS PUBLICOS	3.000.000,00	6.535.274,46	3.535.274,46
1600.13.04.0000	SERVICOS DE EXPEDICAO DE CERTIFICADOS	0,00	9,00	9,00
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	5.135.000,00	4.876.489,90	258.510,10-
1600.16.00.0000	SERVICOS EDUCACIONAIS	150.000,00	43.546,46	106.453,54-
1600.16.99.0000	DIVERSOS SERVICOS EDUCACIONAIS	150.000,00	43.546,46	106.453,54-
1600.20.00.0000	SERVICO DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	500.000,00	0,00	500.000,00-
1600.20.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	500.000,00	0,00	500.000,00-
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	0,00	750,35	750,35
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	0,00	750,35	750,35
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	50.000,00	0,00	50.000,00-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	50.000,00	0,00	50.000,00-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	50.000,00	0,00	50.000,00-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	50.000,00	0,00	50.000,00-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	50.000,00	0,00	50.000,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	271.120,00	164.216,40	106.903,60-
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	82,50	82,50
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	82,50	82,50
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	0,00	82,50	82,50
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	82,50	82,50
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	266.120,00	56.162,13	209.957,87-
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	3.750,00	653,53	3.096,47-
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	3.750,00	653,53	3.096,47-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	3.750,00	653,53	3.096,47-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	262.370,00	55.508,60	206.861,40-
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	262.370,00	55.508,60	206.861,40-
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	262.370,00	55.508,60	206.861,40-
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	5.000,00	107.971,77	102.971,77
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	5.000,00	107.971,77	102.971,77
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	105.608,82	105.608,82
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	5.000,00	2.362,95	2.637,05-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	10.000,00-
2200.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS	10.000,00	0,00	10.000,00-
2210.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00-
2219.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00-
2219.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00-
2219.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00-
TOTAL		9.118.120,00	11.620.286,57	2.502.166,57

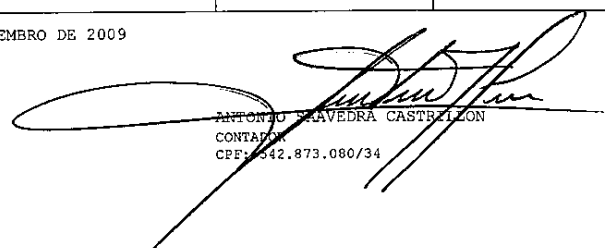
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RAFAEL VIEIRA CASTELLO COSTA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 000.148.250/58



TATIANA OLIVEIRA SALDANHA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 912.022.990/91



ANTONIO RAAVEDRA CASTREJON
CONTADOR
CPF: 542.873.080/34

EXERCÍCIO DE 2009

FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

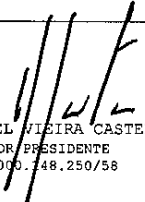
RFPE026/00001


ANEXO N.11

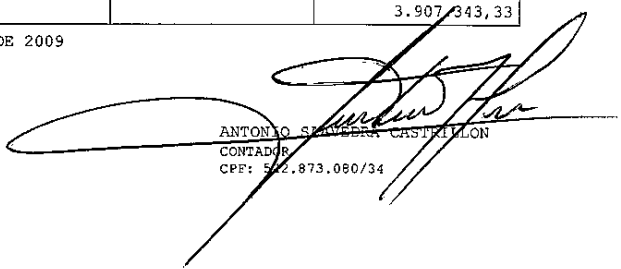
R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS			
DOTAÇÕES INICIAIS	7.843.117,20	2.275.002,80	10.118.120,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	831.000,00	0,00	831.000,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	794.412,00	917.518,40	1.711.930,40
AUTORIZADA	7.879.705,20	1.357.484,40	9.237.189,60
REALIZADA	5.076.000,88	253.845,39	5.329.846,27
DIFERENÇA	2.803.704,32	1.103.639,01	3.907.343,33
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			10.118.120,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			831.000,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			1.711.930,40
AUTORIZADA			9.237.189,60
REALIZADA			5.329.846,27
DIFERENÇA			3.907.343,33

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


RAFAEL VIEIRA CASTELLO COSTA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 000.748.250/58


TATIANA OLIVEIRA SALDANHA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 912.022.990/91


ANTONIO SANCHES CASTILLON
CONTADOR
CPF: 542.873.080/34

R E C E I T A

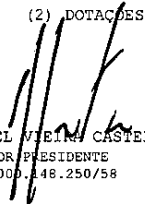
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	2.000,00	0,00	2.000,00-
RECEITA DE SERVIÇOS	8.785.000,00	11.456.070,17	2.671.070,17
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.000,00	0,00	50.000,00-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	271.120,00	164.216,40	106.903,60-
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	9.108.120,00	11.620.286,57	2.512.166,57
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENACAO DE BENS	10.000,00	0,00	10.000,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	10.000,00-
SOMA	9.118.120,00	11.620.286,57	2.502.166,57
DEFICIT DE PREVISÃO	119.069,60	0,00	119.069,60-
TOTAL	9.237.189,60	11.620.286,57	2.383.096,97


D E S P E S A

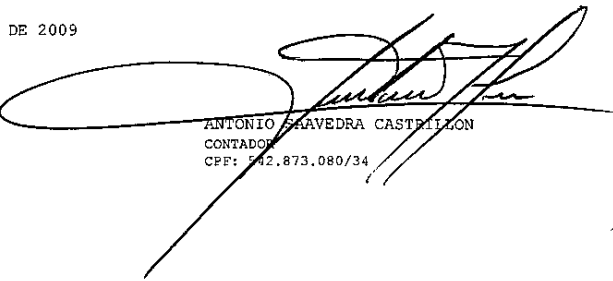
TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	9.237.189,60	5.329.846,27	3.907.343,33-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	9.237.189,60	5.329.846,27	3.907.343,33-
SUPERAVIT DE EXECUÇÃO	0,00	6.290.440,30	6.290.440,30
TOTAL	9.237.189,60	11.620.286,57	2.383.096,97

- (1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

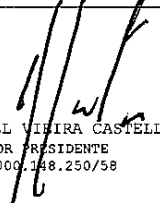

RAFAEL VIEIRA CASTELLO COSTA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 000.148.250/58


TATIANA OLIVEIRA SALDANHA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 912.022.990/91



ANTONIO SAAVEDRA CASTILLON
CONTADOR
CPF: 542.873.080/34

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ADMINISTRACAO	4.784.385,86
RECEITA DE SERVICOS	11.456.070,17	EDUCACAO	363.770,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	164.216,40	ENCARGOS ESPECIAIS	181.689,69
SOMA.....	11.620.286,57	SOMA.....	5.329.846,27
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
TOTAL.....	11.620.286,57	REALIZAVEL	0,00
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.195.857,82
REALIZAVEL	0,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	330.050,68
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	315.251,39	DEPOSITOS	66.491.595,27
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	155.308,73	DIVERSOS	238.755,82
DEPOSITOS	66.625.801,47	SOMA.....	68.256.259,59
DIVERSOS	410.715,32	TOTAL.....	73.586.105,86
SOMA.....	67.507.076,91	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
TOTAL.....	79.127.363,48	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		INTRAGOVERNAMENTAIS	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		SOMA.....	0,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	100.749,23	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
SOMA.....	100.749,23	CAIXA	258,25
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		BANCOS C/DISPOSICAO	1.090.566,04
CAIXA	71,60	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	11.033.040,21
BANCOS C/DISPOSICAO	372.544,25	SOMA.....	12.123.864,50
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	6.109.241,80	TOTAL.....	85.709.970,36
SOMA.....	6.481.857,65		
TOTAL.....	85.709.970,36		

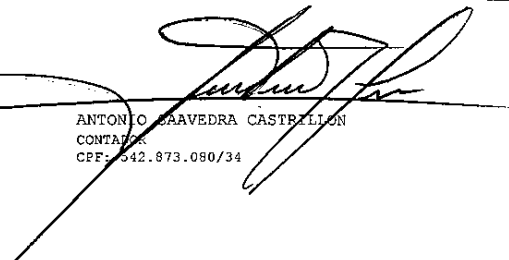
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RAFAEL VIEIRA CASTELLO COSTA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 000.148.250/58



TATIANA OLIVEIRA SALDANHA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 912.022.990/91



ANTONIO SAAVEDRA CASTELLON
CONTADOR
CPF: 542.873.080/34

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	258,25	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	37.190,27
BANCOS C/DISPOSICAO	1.090.566,04	PIS E PASEP A RECOLHER	732,36
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	11.033.040,21	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	45.093,98
SOMA.....	12.123.864,50	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	1.820,14
REALIZÁVEL		ESTAGIARIOS E MONITORES A PAGAR	4.717,60
DEVEDORES	10.568,97	PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	4.639,51
DEPOSITOS JUDICIAIS	283.448,24	FGTS A RECOLHER	14.154,07
SOMA.....	294.017,21	SOMA.....	108.347,93
TOTAL.....	12.417.881,71	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
ATIVO PERMANENTE		FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	146.303,44
BENS DA ENTIDADE		PIS E PASEP A LIQUIDAR	2.274,10
BENS MOVEIS	1.554.499,46	ESTAGIARIOS - RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	6.231,19
BENS IMOVEIS	85.630,31	PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	12.754,29
SOMA.....	1.640.129,77	SOMA.....	167.563,02
PARTICIPACOES		DEPÓSITOS	
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	14.243,05	DEPOSITOS	665.199,61
SOMA.....	14.243,05	SOMA.....	665.199,61
CRÉDITOS		DIVERSOS	
DEVEDORES POR LOCACAO	6.625,04	ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	296.426,86
TRIBUTOS A RECUPERAR	57.886,75	OUTROS CREDORES	144.418,82
DEVEDORES POR EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	8.504,62	SOMA.....	440.845,68
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	81.869,09	TOTAL.....	1.381.956,24
DEVEDORES PELO REEMBOLSO DE PROVENTOS	66.850,52	PASSIVO PERMANENTE	
SOMA.....	221.736,02	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
DIVERSOS		DEBITOS PARCELADOS	381.588,65
ALMOXARIFADOS	92.903,83	SOMA.....	381.588,65
SOMA.....	92.903,83	TOTAL.....	381.588,65
TOTAL.....	1.969.012,67	SOMA DO PASSIVO REAL	1.763.544,89
SOMA DO ATIVO REAL	14.386.894,38	SALDO PATRIMONIAL	
ATIVO COMPENSADO		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		ATIVO REAL LIQUIDO	12.623.349,49
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	6.474,95	SOMA.....	14.386.894,38
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	126,00	PASSIVO COMPENSADO	
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	92.903,83	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	369,12	DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	6.474,95
SOMA.....	99.873,90	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	126,00
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	92.903,83
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	1.180.110,60	DIARIAS A COMPROVAR	369,12
PROCESSOS JUDICIAIS	572.096,91	SOMA.....	99.873,90
SOMA.....	1.752.207,51	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
TOTAL.....	1.852.081,41	ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	1.180.110,60
		ACOES JUDICIAIS	572.096,91
		SOMA.....	1.752.207,51
		TOTAL.....	1.852.081,41
TOTAL GERAL.....	16.238.975,79	TOTAL GERAL.....	16.238.975,79

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

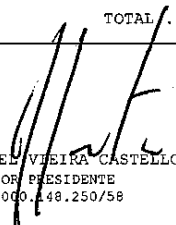
RAFAEL VIEIRA CASTELLO COSTA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 000.118.250/58

TATIANA OLIVEIRA SALDANHA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 912.022.990/91

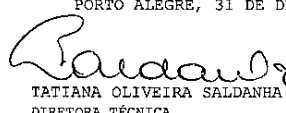
ANTONIO SAAVEDRA CASTRILLON
CONTADOR
CPF: 522.873.080/34

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA DE SERVIÇOS	11.456.070,17	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.463.591,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	164.216,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.612.409,88
SOMA.....	11.620.286,57	SOMA.....	5.076.000,88
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
SOMA.....	0,00	INVESTIMENTOS	77.665,06
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	176.180,33
SOMA.....	0,00	SOMA.....	253.845,39
TOTAL.....	11.620.286,57	TOTAL.....	5.329.846,27
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	176.180,33	SOMA.....	0,00
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	77.665,06	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SOMA.....	253.845,39	VARIAÇÕES PASSIVAS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	28.398,00
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS MOVEIS	102.441,46
INCORPORACAO DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR DIVERSAS	1.130,33	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	183.167,66
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	28.398,00	SOMA.....	314.007,12
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	900,63	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	183.204,05	SOMA.....	0,00
SOMA.....	213.633,01	TOTAL.....	5.643.853,39
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		RESULTADO PATRIMONIAL	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	100.749,23	SUPERAVIT VERIFICADO	6.544.660,81
INTRAGOVERNAMENTAIS	100.749,23		
SOMA.....	100.749,23		
TOTAL.....	12.188.514,20	TOTAL.....	12.188.514,20

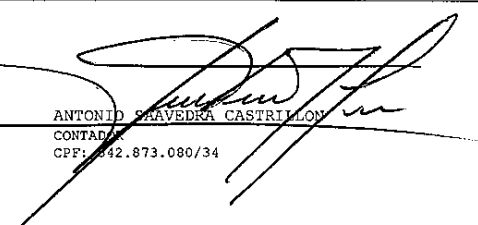
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RAFAEL VIEIRA CASTELLO COSTA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 000.148.250/58



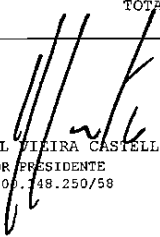
TATIANA OLIVEIRA SALDANHA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 912.022.990/91




ANTONIO SAAVEDRA CASTRIELLO
CONTADOR
CPF: 842.873.080/34

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	137.544,40-	102.951,76	203.305,89	37.190,27-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	21.437,60-	415,15	21.852,75	0,00
PIS E PASEP A RECOLHER	2.284,02-	732,36	2.284,02	732,36-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	45.318,08-	45.093,98	45.318,08	45.093,98-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	3.775,68-	1.820,14	3.775,68	1.820,14-
ESTAGIARIOS E MONITORES A PAGAR	2.917,60-	4.717,60	2.917,60	4.717,60-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	762.556,78-	145.366,33	903.283,60	4.639,51-
DIARIAS A PAGAR	90,66-	0,00	90,66	0,00
FGTS A RECOLHER	13.029,54-	14.154,07	13.029,54	14.154,07-
SUBTOTAL.....	988.954,36-	315.251,39	1.195.857,82	108.347,93-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	148.420,61-	146.303,44	148.420,61	146.303,44-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	532,00-	0,00	532,00	0,00
PIS E PASEP A LIQUIDAR	145,01-	2.274,10	145,01	2.274,10-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	3.269,90-	0,00	3.269,90	0,00
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A LIQUIDAR	324,56-	0,00	324,56	0,00
ESTAGIARIOS - RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00	6.231,19	0,00	6.231,19-
PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	186.856,86-	500,00	174.602,57	12.754,29-
FGTS A LIQUIDAR	2.756,03-	0,00	2.756,03	0,00
SUBTOTAL.....	342.304,97-	155.308,73	330.050,68	167.563,02-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	530.993,41-	66.625.801,47	66.491.595,27	665.199,61-
SUBTOTAL.....	530.993,41-	66.625.801,47	66.491.595,27	665.199,61-
DIVERSOS				
ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	196.815,94-	102.143,20	2.532,28	296.426,86-
OUTROS CREDORES	72.070,24-	308.572,12	236.223,54	144.418,82-
SUBTOTAL.....	268.886,18-	410.715,32	238.755,82	440.845,68-
TOTAL.....	2.131.138,92-	67.507.076,91	68.256.259,59	1.381.956,24-

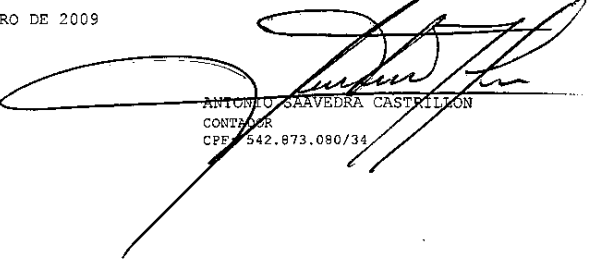
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



RAFAEL VIEIRA CASTELLO COSTA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 009.748.250/58



TATIANA OLIVEIRA SALDANHA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 912.022.990/91



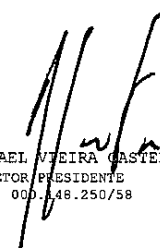
ANTONIO SAAVEDRA CASTRILLON
CONTADOR
CPF: 542.873.080/34

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	5.076.000,88
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.463.591,00
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	2.463.591,00
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.640.188,83
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	1.008.297,38
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	128.783,57
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	95.841,08
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	227.121,74
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	179.064,79
3.1.90.11.1108	JETON	1.080,27
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	606.104,49
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	8.638,16
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	25.264,83
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	450.461,05
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	121.740,45
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	147.793,65
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	147.793,65
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.573,76
3.1.90.92.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	2.573,76
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	66.930,27
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	66.930,27
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.612.409,88
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	2.612.409,88
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	9.006,16
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	9.006,16
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	185.346,51
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	8.870,71
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	5.484,73
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	87.150,99
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	420,00
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	680,00
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	2.151,36
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	3.280,00
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	64.886,60
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	5.139,62
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	7.282,50
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	17.704,38
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	12.305,00
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	5.399,38
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	97.250,10
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	97.250,10
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	781.545,41
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	496.094,41
3.3.90.36.3619	ESTAGIARIOS E MONITORES	285.451,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	253.171,11
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	132.439,13
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	120.731,98
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	814.315,29
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	25.082,84
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	8.193,55
3.3.90.39.3910	CONCURSOS PUBLICOS	37.344,42
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	9.933,77
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	74.969,13
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	9.960,00
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	283.214,73
3.3.90.39.3926	SEGUROS	68.656,39
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	600,00
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	5.677,09
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	30.971,28
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	31.427,90
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	2.271,00
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	111.646,80
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	20.712,01
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	431,20
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	1.440,00
3.3.90.39.3948	MULTAS	1.581,88
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	22.453,02
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	63.526,95
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	4.221,33
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	1.358,15
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	1.358,15
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	222.648,20
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	222.648,20
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	156.277,58
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	99.337,94
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	17.669,97
3.3.90.47.4705	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	39.215,66
3.3.90.47.4711	LICENCA PARA O EXERCICIO PROFISSIONAL	54,01
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	29.636,52
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	29.636,52
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	33.896,04
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	33.896,04
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.242,97
3.3.90.92.3619	ESTAGIARIOS E MONITORES	69,06
3.3.90.92.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	4.534,20
3.3.90.92.9305	INDENIZACOES	639,71
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.011,46
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	5.011,46
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	253.845,39
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	77.665,06
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	77.665,06
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	77.665,06
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	57.163,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	5.688,00
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	2.051,46
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	973,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	6.749,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	5.040,60
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	176.180,33

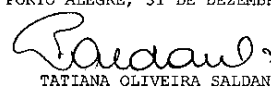
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.6.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	176.180,33
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	176.180,33
4.6.90.71.7112	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDENCIA SOCIAL	54.655,22
4.6.90.71.7113	OUTROS DEBITOS PARCELADOS	121.525,11
TOTAL GERAL ==>>>		5.329.846,27

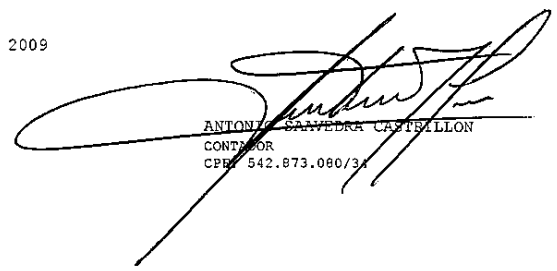
* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	2.463.591,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	2.612.409,88
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	5.076.000,88
INVESTIMENTOS	=>	77.665,06
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	176.180,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	253.845,39
TOTAL GERAL	=>	5.329.846,27


 RAFAEL VIEIRA CASTELLO COSTA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 000.148.250/58

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 TATIANA OLIVEIRA SALDANHA
 DIRETORA TÉCNICA
 CPF: 912.022.990/91


 ANTONIO SALVEDRA CASTELLON
 CONTROLADOR
 CPF: 542.873.080/34

EXERCÍCIO DE 2009

FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS


RFPE039/00001

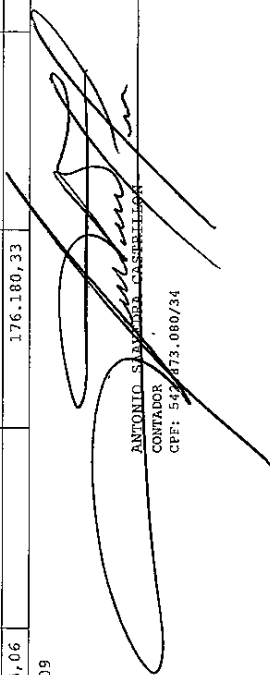
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JURGS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
54 FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSO HUMANOS	2.463.591,00		2.612.409,88	77.665,06		176.180,33		5.329.846,27	
TESOURO-LIVRES			50.820,00	4.641,60				55.461,60	
PROPRIOS DA FUNDACAO	2.463.591,00		2.561.589,88	73.023,46		176.180,33		5.274.384,67	
TOTAL	2.463.591,00		2.612.409,88	77.665,06		176.180,33		5.329.846,27	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 RAFAEL VIEIRA CASTELLO COSTA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 600.148.250/58


 TATIANA OLIVEIRA SALDANHA
 DIRETORA TÉCNICA
 CPF: 912.022.990/91


 ANTONIO SALVADOR CASTELLAN
 CONTADOR
 CPF: 542.873.080/34

EXERCÍCIO DE 2009

FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUINDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R\$

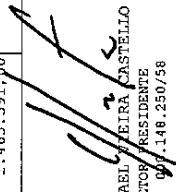
RPE040/00001

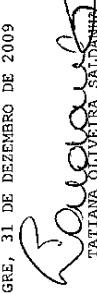
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA										TOTAL	
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUNOS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
04 ADMINISTRACAO	2.315.797,35		2.283.760,98	8.647,20		176.180,33						4.784.385,86
PROPRIOS DA FUNDACAO	2.315.797,35		2.283.760,98	8.647,20		176.180,33						4.784.385,86
12 EDUCACAO			294.752,86	69.017,86								363.770,72
TESOURO-LIVRES			50.820,00	4.641,60								55.461,60
PROPRIOS DA FUNDACAO			243.932,86	64.376,26								308.309,12
28 ENCARGOS ESPECIAIS	147.793,65		33.896,04									181.689,69
PROPRIOS DA FUNDACAO	147.793,65		33.896,04									181.689,69
TOTAL	2.463.591,00		2.612.409,88	77.665,06		176.180,33						5.329.846,27

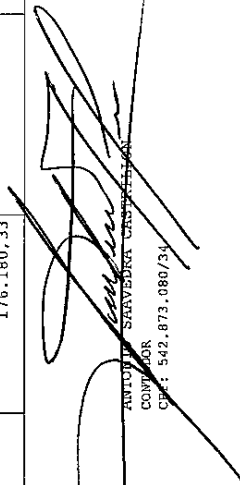
RESUMO

TESOURO-LIVRES	50.820,00	4.641,60										55.461,60
PROPRIOS DA FUNDACAO	2.463.591,00		2.561.589,88	73.023,46		176.180,33						5.274.384,67
TOTAL	2.463.591,00		2.612.409,88	77.665,06		176.180,33						5.329.846,27

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 RAFAEL FEIRA CASTELLO COSTA
 DIRETOR RESIDENTE
 CPF: 007.148.250/58


 TATIANA OLIVEIRA SALDAÑA
 DIRETORA TÉCNICA
 CPF: 912.022.990/91


 AVILENE STAVVEDRA CAVALCANTI
 CONTROLADOR
 CPF: 542.873.080/34

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM RECURSOS HUMANOS

ANEXO - 16

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA										
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009.		POSIÇÃO EM 31 12-08		POSIÇÃO EM 31 12-09			
	LEI	DATA	R\$	Variações		R\$	Mutações Patrimoniais da Despesa		Amortização	
				Passivas	Ativas		Despesa	Amortização		
Débitos Parcelados										
Com INSS-19201907	8212	fev/06	97.334,98	-			54.655,22			42.679,76
Termo de Parcelamento										
ISSQN										
2600/2003	Compl. Municipal 7/73			-						
2601/2003	Compl. Municipal 7/73			-						
2602/2003	Compl. Municipal 7/73			-						
3116/2005	Compl. Municipal 7/73		460.434,00	-			121.525,11			338.908,89
Total			557.768,98	-			176.180,33			381.588,65

Rafael Vieira Gastello Costa
DIRETOR-PRESIDENTE
CIC- 000.148.250-58

Tatiana Oliveira Saldanha
DIRETORA TÉCNICA
CIC- 912.022.990-91


Antonio Saavedra Castrillon
CONTADOR - CRCRS 85901
CIC - 842.873.080-34

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM RECURSOS HUMANOS

NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇO 2009


- 01- Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101 de 04.05.00, e considerando ainda ,o disposto no Decreto Federal 20910 de 06.01.32, e no Parecer 01/03 de 21.11.03, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, foram expedidas a Instrução Normativa CAGE 02/2009 , de 22.10.2009 e Circular CAGE 03/2009 de 25.11.2009, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:**
- 02- Amortização da Dívida com o ISS no valor de R\$ 121.525,11 e da Dívida com o INSS no valor de R\$ 54.655,22;**
- 03- Pagamento de Precatórios no valor líquido de R\$ 702.662,32;**
- 04- Foram corrigidos débitos trabalhistas no valor de R\$ 8.533,87, e no que se refere às participações acionárias, houve aumento das ações no valor de R\$ 1.130,22.**



Rafael Viera Castello Costa
Diretor Presidente
CIC 000.148.250/58



Tatiana Saldanha
Diretora Técnica
CIC 912.022.990/91



Antonio Saavedra Castrillon
Contador CRCRS 55901
CIC 542.873.080/34

ATA DO CONSELHO CURADOR Nº.01/2010

Aos nove dias do mês de março de dois mil e dez, as 15h:30minutos, reuniu-se o Conselho Curador, na Avenida Praia de Belas, 1595, nesta Capital, na sala do Diretor Administrativo, sob a Presidência do Conselheiro Ernani Tadeu de Oliveira e Conselheiro Juvir Luiz Mattuella, abaixo assinados, os quais declaram que examinaram as peças contábeis referentes ao exercício de 2009, apresentando o seguinte relatório:

RELATÓRIO

- 1- O Balanço referente a Execução Orçamentária apresenta um Superávit de R\$ 6.290.440,30;
- 2- Balanço Financeiro apresenta um saldo disponível de R\$ 12.123.864,50;
- 3- Balanço Patrimonial apresenta um ativo financeiro com disponibilidade de R\$ 1.381.956,24 e passivo financeiro de R\$ 108.347,93 representando uma disponibilidade de R\$ 3,63 para cada R\$ 1,00 de dívida;
- 4- A disponibilidade financeira apresentada no balanço de 31/12/2009, no valor de R\$ 12.123.864,50, apresenta uma antipicidade nas atividades da Instituição relativos a realizações de concurso para o Banrisul, os quais foram realizadas em dezembro de 2009.

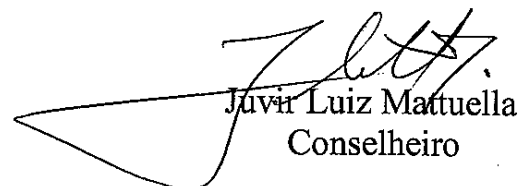
PARECER

Em nossa opinião os Demonstrativos apresentados refletem a verdadeira situação Financeira e Patrimonial da entidade, razão pela qual manifestamos aprovação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, o Presidente do Conselho determinou que fosse lavrada a ATA e depois de lida e aprovada, é assinada pelos Conselheiros presentes.

Porto Alegre, 09 de março de 2010



Ernani Tadeu de Oliveira
Presidente do Conselho



Juvir Luiz Mattuella
Conselheiro



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ANTONIO SAAVEDRA CASTRILLON
REGISTRO.....	: RS-055901/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 542.873.080-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 22.01.2010 as 16:54:52.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 74558.

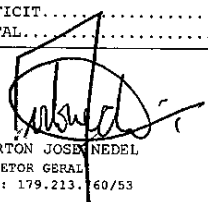
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Fundação Cultural Piratini -
Rádio e Televisão
FCPRTV**



RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	198.040,51	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.553.367,01
RECEITA DE SERVIÇOS	594.114,90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.211.193,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	64.886,97		
SOMA.....	857.042,38	SOMA.....	15.764.560,11
DEFICIT	14.980.723,50	TOTAL.....	15.764.560,11
TOTAL.....	15.837.765,88	DESPESA CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	36.069,58
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	37.136,19
		SOMA.....	73.205,77
		TOTAL.....	15.837.765,88
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	857.042,38	DESPESAS CORRENTES.....	15.764.560,11
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	73.205,77
DEFICIT.....	14.980.723,50	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	15.837.765,88	TOTAL.....	15.837.765,88

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



AIRTON JOSE NEDEL
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.160/53

Eduardo Baumgart Rocco
EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

EXERCÍCIO DE 2009	FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO	RFPE006/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N.6
		RS

ÓRGÃO: 65 - FUNDACAO CULTURAL PIRATINI - RADIO E TELEVISAO

U.O.: 65.01 - FUNDACAO CULTURAL PIRATINI - RADIO E TELEVISAO

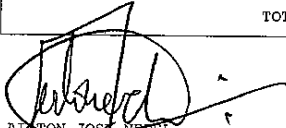
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	CULTURA	15.560.517,90		15.560.517,90
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	15.560.517,90		15.560.517,90
13.0392.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	15.532.717,90		15.532.717,90
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS			
		27.800,00		27.800,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	240.111,79		240.111,79
28.0061	ACAO JUDICIARIA	240.111,79		240.111,79
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	240.111,79		240.111,79
TOTAL DA U.O. =>		15.800.629,69		15.800.629,69

U.O.: 65.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO CULTURAL PIRATINI - RADIO E TELEVISAO


13	CULTURA		37.136,19	37.136,19
13.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		37.136,19	37.136,19
13.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		37.136,19	37.136,19
TOTAL DA U.O. =>			37.136,19	37.136,19

TOTAL DO ÓRGÃO =>		15.800.629,69	37.136,19	15.837.765,88
-------------------	--	---------------	-----------	---------------

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ALTON JOSÉ WEDDEL
DIRETOR GERAL
CPF: 179.218.760/53



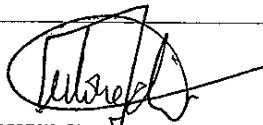
EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

EXERCÍCIO DE 2009	FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO	RFPE009/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$


CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	CULTURA	15.560.517,90	37.136,19	15.597.654,09
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	15.560.517,90		15.560.517,90
13.0392.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	15.532.717,90		15.532.717,90
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURALS	27.800,00		27.800,00
13.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		37.136,19	37.136,19
13.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		37.136,19	37.136,19
28	ENCARGOS ESPECIAIS	240.111,79		240.111,79
28.0061	ACAO JUDICIARIA	240.111,79		240.111,79
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	240.111,79		240.111,79

TOTAL GERAL =>		15.800.629,69	37.136,19	15.837.765,88
----------------	--	---------------	-----------	---------------

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



AIRTON JOSÉ WEDEL
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.750/53

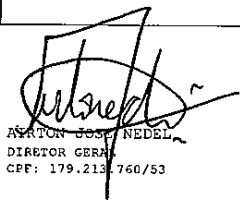


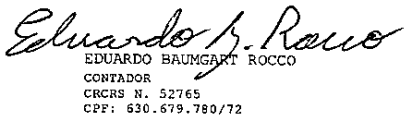
EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
13	CULTURA	15.597.654,09		15.597.654,09
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	15.560.517,90		15.560.517,90
13.0392.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	15.532.717,90		15.532.717,90
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS	27.800,00		27.800,00
13.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	37.136,19		37.136,19
13.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	37.136,19		37.136,19
28	ENCARGOS ESPECIAIS	240.111,79		240.111,79
28.0061	ACAO JUDICIARIA	240.111,79		240.111,79
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	240.111,79		240.111,79
TOTAL GERAL =>		15.837.765,88	0,00	15.837.765,88

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

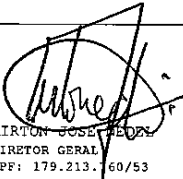

 RENATO JOSÉ NEDEL
 DIRETOR GERAL
 CPF: 179.213.760/53



 EDUARDO BAUMGART ROCCO
 CONTADOR
 CRCRS N. 52765
 CPF: 630.679.780/72

EXERCÍCIO DE 2009	FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	RFPE025/00001 ANEXO N.9 R\$
-------------------	--	-----------------------------------

FUNÇÕES	CULTURA	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL	
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO CULTURAL PIRATINI - RADIO E TELEVISAO	15.597.654,09	240.111,79	15.837.765,88	
SOMA.....	15.597.654,09	240.111,79	15.837.765,88	
TOTAL.....	15.597.654,09	240.111,79	15.837.765,88	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 AIRTON JOSÉ FEIJON
 DIRETOR GERAL
 CPF: 179.213.760/53


 EDUARDO BAUMGART ROCCO
 CONTADOR
 CRCRS N. 52765
 CPF: 630.679.780/72

EXERCÍCIO DE 2009

FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

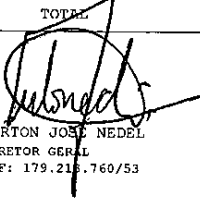
RFPE023/00001


ANEXO N. 10

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	1.020.000,00	857.042,38	162.957,62-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	218.076,00	198.040,51	20.035,49-
1390.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	218.076,00	198.040,51	20.035,49-
1390.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	218.076,00	198.040,51	20.035,49-
1390.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS PATRIMONIAIS	218.076,00	198.040,51	20.035,49-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	484.704,00	594.114,90	109.410,90
1600.04.00.0000	SERVICOS DE COMUNICACAO	0,00	173.505,28	173.505,28
1600.04.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE COMUNICACAO	0,00	173.505,28	173.505,28
1600.19.00.0000	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAI	484.704,00	420.609,62	64.094,38-
1600.19.99.0000	DIVERSOS SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAI	484.704,00	420.609,62	64.094,38-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	317.220,00	64.886,97	252.333,03-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	174.930,00	13.665,33	161.264,67-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	174.930,00	13.665,33	161.264,67-
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	174.930,00	13.665,33	161.264,67-
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	174.930,00	13.665,33	161.264,67-
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	142.290,00	51.221,64	91.068,36-
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	1.000,00	1.000,00
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	1.000,00	1.000,00
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	142.290,00	50.221,64	92.068,36-
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	12.884,52	12.884,52
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	142.290,00	37.337,12	104.952,88-
TOTAL		1.020.000,00	857.042,38	162.957,62-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


AIRTON JOSÉ NEDEL
DIRETOR GERAL
CPF: 179.218.760/53


EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

EXERCÍCIO DE 2009

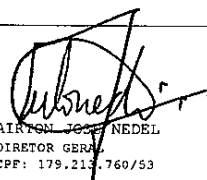
FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA


RFPE026/00001
ANEXO N.11

R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO CULTURAL PIRATINI - RADIO E TELEVISAO			
DOTAÇÕES INICIAIS	16.402.284,00	968.204,00	17.370.488,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	801.000,00	0,00	801.000,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	504.947,31	260.260,00	765.207,31
AUTORIZADA	16.698.336,69	707.944,00	17.406.280,69
REALIZADA	15.764.560,11	73.205,77	15.837.765,88
DIFERENÇA	933.776,58	634.738,23	1.568.514,81
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			17.370.488,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			801.000,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			765.207,31
AUTORIZADA			17.406.280,69
REALIZADA			15.837.765,88
DIFERENÇA			1.568.514,81

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


AIRTON JOSÉ NEDEL
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.760/53


EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

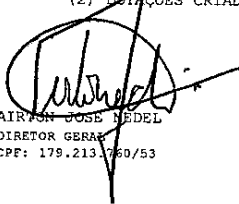
R E C E I T A			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	218.076,00	198.040,51	20.035,49-
RECEITA DE SERVIÇOS	484.704,00	594.114,90	109.410,90
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	317.220,00	64.886,97	252.333,03-
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	1.020.000,00	857.042,38	162.957,62-
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	1.020.000,00	857.042,38	162.957,62-
DEFICIT DE PREVISÃO	16.386.280,69	14.980.723,50	1.405.557,19-
TOTAL	17.406.280,69	15.837.765,88	1.568.514,81-

D E S P E S A			
TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	17.406.280,69	15.837.765,88	1.568.514,81-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	17.406.280,69	15.837.765,88	1.568.514,81-
TOTAL	17.406.280,69	15.837.765,88	1.568.514,81-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

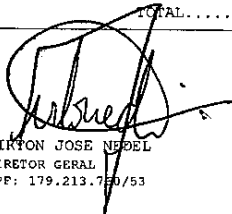


AIRTON JOSÉ NEDEL
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.780/53

Eduardo Baumgart/Rocco
EDUARDO BAUMGART/ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		CULTURA	15.597.654,09
RECEITA PATRIMONIAL	198.040,51	ENCARGOS ESPECIAIS	240.111,79
RECEITA DE SERVIÇOS	594.114,90	SOMA.....	15.837.765,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	64.886,97	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
SOMA.....	857.042,38	REALIZAVEL	16.129,82
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	866.370,53
TOTAL.....	857.042,38	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	0,01
REALIZAVEL	16.129,82	DEPOSITOS	2.457.405,02
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	981.821,57	SOMA.....	3.339.905,38
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	151.586,36	TOTAL.....	19.177.671,26
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	628,95	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
DEPOSITOS	2.457.887,70	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
SOMA.....	3.608.054,40	INTRAGOVERNAMENTAIS	1.952.869,80
TOTAL.....	4.465.096,78	SOMA.....	1.952.869,80
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		BANCOS C/DISPOSICAO	49.242,42
INTRAGOVERNAMENTAIS	16.195.720,63	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	915.013,00
SOMA.....	16.195.720,63	SOMA.....	964.255,42
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		TOTAL.....	22.094.796,48
BANCOS C/DISPOSICAO	43.153,07		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	1.390.826,00		
SOMA.....	1.433.979,07		
TOTAL.....	22.094.796,48		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



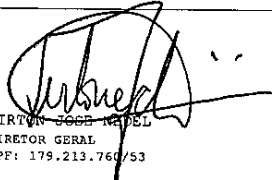
AIRTON JOSE NEBEL
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.780/53

Eduardo Baumgart Rocco

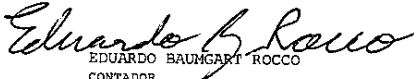
EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	49.242,42	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	322.666,09
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	915.013,00	LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	26.092,47
SOMA.....	964.255,42	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	430.013,03
REALIZÁVEL		PIS E PASEP A RECOLHER	12.579,06
DEVEDORES	35.481,52	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	172.129,30
RESPONSÁVEIS POR PAGAMENTOS IRREGULARES	92,81	PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	27.565,76
DEPOSITOS JUDICIAIS	596.280,36	FGTS A RECOLHER	83.647,11
SOMA.....	631.854,69	SOMA.....	1.074.692,82
TOTAL.....	1.596.110,11	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
ATIVO PERMANENTE		PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	3.269.786,62
BENS DA ENTIDADE		SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	141.525,08
BENS MOVEIS	9.666.006,22	SOMA.....	3.411.311,70
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	1,42	SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
SOMA.....	9.666.007,64	SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	628,95
PARTICIPAÇÕES		SOMA.....	628,95
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	20.924,70	DEPÓSITOS	
SOMA.....	20.924,70	DEPOSITOS	
CRÉDITOS		SOMA.....	194.664,69
DEVEDORES POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	21.401,58	TOTAL.....	4.681.298,16
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	361.399,52	PASSIVO PERMANENTE	
SOMA.....	382.801,10	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
DIVERSOS		DEBITOS PARCELADOS	283.524,44
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO ALMOXARIFADOS	9,26	SOMA.....	283.524,44
SOMA.....	20.711,05	TOTAL.....	283.524,44
TOTAL.....	10.090.453,75	SOMA DO PASSIVO REAL	4.964.822,60
SOMA DO ATIVO REAL	11.686.563,86	SALDO PATRIMONIAL	
ATIVO COMPENSADO		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		ATIVO REAL LÍQUIDO	6.721.741,26
RESPONSÁVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	268.500,49	SOMA.....	11.686.563,86
RESPONSÁVEIS POR ALMOXARIFADOS	20.711,05	PASSIVO COMPENSADO	
RESPONSÁVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	48.959,00	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
RESPONSÁVEIS POR DIARIAS	0,03	DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	268.500,49
SOMA.....	338.170,57	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	20.711,05
VALORES DE TERCEIROS		BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	48.959,00
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	457.961,65	DIARIAS A COMPROVAR	0,03
SOMA.....	457.961,65	SOMA.....	338.170,57
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
RESPONSÁVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	0,08	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	457.961,65
SOMA.....	2.163.024,43	SOMA.....	457.961,65
TOTAL.....	2.959.156,73	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
TOTAL GERAL.....	14.645.720,59	CONVENIOS EM EXECUCAO	0,08
		ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	2.163.024,43
		SOMA.....	2.163.024,51
		TOTAL.....	2.959.156,73
		TOTAL GERAL.....	14.645.720,59

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



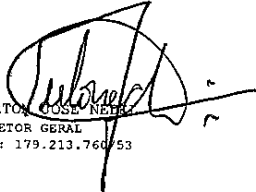
AIRTON JOSÉ NAPEI
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.760/53



EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	198.040,51	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.553.367,01
RECEITA DE SERVIÇOS	594.114,90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.211.193,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	64.886,97	SOMA.....	15.764.560,11
SOMA.....	857.042,38	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	36.069,58
SOMA.....	0,00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	37.136,19
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	SOMA.....	73.205,77
SOMA.....	0,00	TOTAL.....	15.837.765,88
TOTAL.....	857.042,38	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		RECEBIMENTO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	822.508,39
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	36.473,56	SOMA.....	822.508,39
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	36.069,58	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SOMA.....	72.543,14	VARIAÇÕES PASSIVAS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS - PRINCIPAL E ATUALIZACAO	22.635,55
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR DIVERSAS	370,74
INSCRICAO DE CREDITOS POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	1.230,51	BAIXA DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	0,93
INCORPORACAO DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR DIVERSAS	7.710,40	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	75.278,22
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	9.905,00	SOMA.....	98.285,44
INSCRICAO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	754.352,64	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	71.201,06	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.952.869,80
SOMA.....	844.399,61	SOMA.....	1.952.869,80
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		TOTAL.....	18.711.429,51
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	16.195.720,63		
SOMA.....	16.195.720,63		
TOTAL.....	17.969.705,76		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	741.723,75		
TOTAL.....	18.711.429,51	TOTAL.....	18.711.429,51

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



AIRTON JOSÉ NETO
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.760/53

Eduardo Baumgart Rocco
EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

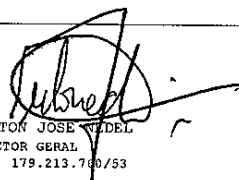
EXERCÍCIO DE 2009

FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTERFPE034/00001
ANEXO N.17

R\$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	328.726,90-	257.360,60	263.421,41	322.666,09-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	1.729,67-	26.092,47	1.729,67	26.092,47-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	370.867,18-	430.013,03	370.867,18	430.013,03-
PIS E PASEP A RECOLHER	11.671,74-	12.579,06	11.671,74	12.579,06-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	147.770,54-	172.129,30	147.770,54	172.129,30-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	27.565,76-	0,00	0,00	27.565,76-
DIARIAS A PAGAR	57,27-	0,00	57,27	0,00
FGTS A RECOLHER	70.852,72-	83.647,11	70.852,72	83.647,11-
SUBTOTAL.....	959.241,78-	981.821,57	866.370,53	1.074.692,82-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	3.137.930,34-	131.856,28	0,00	3.269.786,62-
SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	121.795,00-	19.730,08	0,00	141.525,08-
SUBTOTAL.....	3.259.725,34-	151.586,36	0,00	3.411.311,70-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	0,01-	628,95	0,01	628,95-
SUBTOTAL.....	0,01-	628,95	0,01	628,95-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	194.182,01-	2.457.887,70	2.457.405,02	194.664,69-
SUBTOTAL.....	194.182,01-	2.457.887,70	2.457.405,02	194.664,69-
TOTAL.....	4.413.149,14-	3.591.924,58	3.323.775,56	4.681.298,16-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



AIRTON JOSÉ ABDEL
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.780/53

Eduardo Baumgart Rocco
EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.764.560,11
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	11.553.367,01
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	11.553.367,01
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	8.465.600,45
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	5.864.462,62
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	1.188.491,39
3.1.90.11.1108	JETON	1.406.205,74
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	6.440,70
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	2.867.352,58
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	5.974,33
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	121.486,39
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	2.066.643,91
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	673.247,95
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	203.641,61
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	203.641,61
3.1.90.92.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	16.772,37
3.1.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	32,27
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.740,10
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	4.211.193,10
3.3.90.04	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	4.211.193,10
3.3.90.04.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	11.847,33
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	11.847,33
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	48.645,95
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	2.456,95
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	46.189,00
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	25.032,01
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	24.092,49
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	939,52
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	126.455,98
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	46.374,29
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	9.793,42
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	220,00
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	39.962,85
3.3.90.30.3016	CENARIOS ARTISTICOS E/OU PARA EXPOSITOES	112,20
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	1.694,45
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	209,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	735,00
3.3.90.30.3029	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	321,24
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	600,00
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	3.077,50
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	8.388,76
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	14.967,27
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	206,48
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	206,48
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	416.769,67
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	79.570,92
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	337.198,75
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	3.432.795,52
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	42.701,83
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	11.703,69
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	5.546,90
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	46.526,27
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	259.967,16
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	340.452,16
3.3.90.39.3926	SEGUROS	97.763,42
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	6.462,93
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	615.627,43
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	2.999,90
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	39.329,53
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	2.172,08
3.3.90.39.3939	MEDICINA	109.322,87
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	15.873,85
3.3.90.39.3948	MULTAS	143.402,65
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	226,99
3.3.90.39.3951	ENCARGOS DECORRENTES DE DIREITOS AUTORAIS	800,00
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	33.159,60
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	60,00
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	75.313,03
3.3.90.39.3981	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	18.416,87
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	76.576,20
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	3.109,00
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	159.614,76
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	380,00
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	1.322.886,40
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	2.400,00
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	24.148,60
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	24.148,60
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	104.992,25
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	82.269,69
3.3.90.47.4706	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	3.398,22
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	54,41
3.3.90.47.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	16.780,00
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	2.489,93
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	19.730,08
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	19.730,08
3.3.90.92.3948	MULTAS	569,23
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	569,23
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	73.205,77
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	36.069,58
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	36.069,58
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	36.069,58
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	30.309,20
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	1.385,48
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	770,90
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	1.434,00
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.170,00
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	37.136,19
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	37.136,19
		37.102,51

EXERCÍCIO DE 2009

FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO

RFPE017/00002

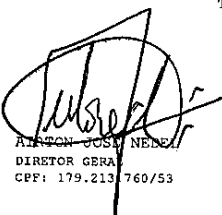
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	4.113,48
4.6.90.71.7112	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDENCIA SOCIAL	32.989,03
4.6.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	33,68
4.6.90.92.7112	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDENCIA SOCIAL	33,68
TOTAL GERAL ==>>>		15.837.765,88

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	11.553.367,01
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	4.211.193,10
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	15.764.560,11
INVESTIMENTOS	=>	36.069,58
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	37.136,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	73.205,77
TOTAL GERAL	=>	15.837.765,88



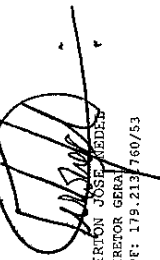
ARILSON JOSÉ NEDEI
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.760/53

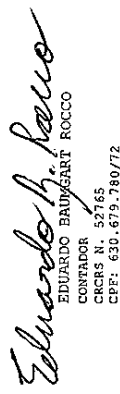
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Eduardo Baumgart Rocco
EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

EXERCÍCIO DE 2009		FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO							REPE039/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							RS
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
65 FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI - RADIO E TELEVISAO	11.553.367,01		4.211.193,10	36.069,58		37.136,19		15.837.765,88	
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDAÇÃO	11.553.367,01		3.360.009,74	27.800,00		37.136,19		14.978.312,94	
TOTAL	11.553.367,01		4.211.193,10	36.069,58		37.136,19		15.837.765,88	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 AIRTON JOSÉ EIDEN
 DIRETOR GERAL
 CPF: 179.213.760/53


 EDUARDO BAUMGART ROCCO
 CONTADOR
 CRCRS N. 52765
 CPF: 630.679.780/72

EXERCÍCIO DE 2009	FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO										R\$
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO										
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA										TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
13 CULTURA	11.332.985,30		4.191.463,02	36.069,58		37.136,19					15.597.654,09
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDACAO	11.332.985,30		3.340.279,66	27.800,00		37.136,19					14.738.201,15
			851.183,36	8.269,58							859.452,94
28 ENCARGOS ESPECIAIS	220.381,71		19.730,08								240.111,79
TESOURO-LIVRES	220.381,71		19.730,08								240.111,79
TOTAL	11.553.367,01		4.211.193,10	36.069,58		37.136,19					15.837.765,88
RESUMO											
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDACAO	11.553.367,01		3.360.009,74	27.800,00		37.136,19					14.978.312,94
			851.183,36	8.269,58							859.452,94
TOTAL	11.553.367,01		4.211.193,10	36.069,58		37.136,19					15.837.765,88

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

AIRTON ROCCO ROCCO
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.760/53


Eduardo Baumgart Rocco
EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52745
CPF: 630.679.780/72


FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO TELEVISÃO

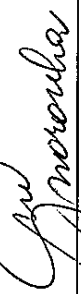
ANEXO 16

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA						
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES LEIS (nº. e data)	POSICÃO EM 31/12/2008	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009		POSICÃO EM 31/12/2009	
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DA DESPESA		
Débitos Parcelados			PASSIVAS	ATIVAS	AMORTIZAÇÃO	
Com o Ministério da Fazenda - PASEP	Art. 6º. da MP nº. 38 de 14/05/02	158.618,50	19.847,74		3.484,53	174.981,71
Termo de Parcelamento de 14/06/2002						
Com o Instituto Nacional do Seguro Social	Deb.cad. 01.679.774-4	126.731,43	2.618,09		30.193,19	99.156,33
	Deb.cad. 30.869.974-2	12.012,52	169,72		2.795,84	9.386,40
Total		297.362,45	22.635,55		36.473,56	283.524,44

Porto Alegre, 31 de Dezembro de 2009.


AIRTON JOSÉ MEDEL
 Diretor Geral
 CPF 179.213.760-53


EDUARDO BAUMGART ROCCO
 Contador - CRC/RS 52765
 CPF 630.679.7802-72


DOMINGOS MOURA GUARANHA
 Diretor Administrativo-Financeiro
 CPF 219.279.870-91



Conselho Curador

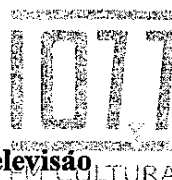


FM CULTURA

Ata nº 002/2010

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez, às 12h30min na sede da Fundação Cultural Piratini-Rádio e Televisão, localizada na Avenida Corrêa Lima, 2118, nesta capital, reuniu-se o Conselho Curador, em reunião Ordinária, com a participação dos seus membros nomeados por ato da Exma. Sra. Governadora do Estado, em 19/03/2008, publicado no DOE em 20/03/2008 a seguir nominados, Eroni Terezinha Mattei, João Guilherme da Cunha Filho e Paula Raymundo Prux, com a finalidade de analisar a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2009 e objetivando a emissão de Parecer com base nos diversos Relatórios Finais emitidos através do Sistema Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul-FPERGS. Para organizar os trabalhos, este Conselho Curador deliberou em ater-se no comportamento das realizações tanto na Despesa quanto na Receita com os valores apurados no exercício de 2008 e exercícios anteriores quando essa possibilidade fosse conhecida. Vejamos então: Para o funcionamento da Fundação no exercício de 2009, foram utilizados recursos orçamentários totais na ordem de R\$ 15.837.765,88 (Fonte: RFPE017). Do total dessas despesas, R\$ 14.978.312,94 (Fonte: RFPE044) 94,58% foram financiados com Recursos do Tesouro do Estado e R\$ 859.452,94 (Fonte: RFPE044), representando 5,42% foram financiados com Recursos Próprios da Fundação. Verificamos que houve um maior arrocho na execução orçamentária de 2009 de (-) 1,35% em relação a 2008, uma vez que a despesa total foi na ordem de R\$ 16.051.089,07 sendo R\$15.109.278,26 com recursos do Tesouro do Estado representando 94,13% e R\$ 941.810,81, com recursos próprios, representando 5,87%. Renovamos nossa sugestão à Direção da Fundação para se empenhar na alavancagem de novas fontes de recursos próprios, com estudos e projetos, sem contrariar disposições legais vigentes, face à extrema dependência dos recursos do Tesouro do Estado. Percebe-se que a dependência do Estado, na comparação entre 2008 e 2009, cresceu 0,45% no exercício de 2009. Importante destacar o comportamento da Demonstração das Variações Patrimoniais no Exercício de 2009 que apresentou déficit na ordem de R\$ 741.723,75 (Fonte: RFPE033), invertendo a sequencia de Resultado Patrimonial superavitário verificado nos exercícios de 2008 na ordem de R\$ 100.407,27 e no exercício de 2007 cujo superávit foi de R\$ 669.458,73. Quanto aos investimentos efetuados pela Fundação, pelo quadro abaixo, concluímos que inexistiram investimentos nos três últimos exercícios, que podem acarretar elevado índice de obsolescência tecnológica em seus equipamentos, o que preocupa sobremaneira a falta de investimentos em razão das atividades fins que a Fundação desempenha.

B PRP



INVESTIMENTOS - Fundação Cultural Piratini, Rádio e Televisão
(em R\$)

EXERCÍCIOS	TESOURO-LIVRES	RECURSOS PRÓPRIOS	TOTAL
Exercícios 2006	2.954,80	116.544,05	122.498,85
Exercícios 2007	8.934,00	20.449,40	29.383,40
Exercícios 2008	0	4.713,98	4.713,98
Exercícios 2009	27.800,00	8.269,58	36.069,58

Fonte: RFPE040.


Ficam evidentes as medidas de ajuste fiscal adotados pelo Governo do Estado e que a Fundação Cultural Piratini, Rádio e Televisão se inseriu ao analisarmos o comportamento da Despesa realizada pelo Órgão, como segue:

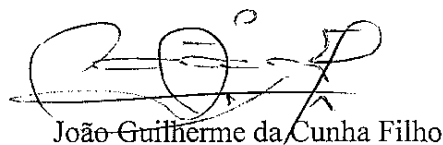
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA - TOTAL DO ÓRGÃO
(em R\$)

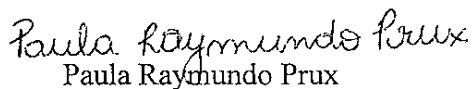
EXERCÍCIO 2006	EXERCÍCIO 2007	EXERCÍCIO 2008	EXERCÍCIO 2009
16.861.736,62	14.258.013,96	16.051.089,07	15.837.765,88

Fonte: RFPE044.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, cuja Ata vai assinada pelos Conselheiros. Porto Alegre, doze de fevereiro de dois mil e dez.


Eroni Terezinha Mattei


João Guilherme da Cunha Filho


Paula Raymundo Prux



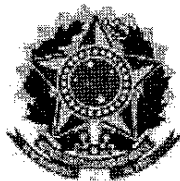
Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão

01 – Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101, de 04.05.00, e considerando, ainda, o disposto no Decreto Federal 20.910, 06.01.32, e no parecer 01/03, de 21.11.03, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto 46.778, de 03 de Dezembro de 2009 e a Instrução Normativa CAGE 02/2009, de 08 de Dezembro de 2009, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:

a) prescrição dos saldos de empenhos inscritos em restos a pagar, referente aos exercícios anteriores a 2005, no valor de R\$ 600,00.

Airton José Nedel
Diretor Geral
CPF: 179.213.760-53

Eduardo Baumgart Rocco
Contador CRC/RS 52.765
CPF: 630.679.780-72



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: EDUARDO BAUMGART ROCCO
REGISTRO.....	: RS-052765/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 630.679.780-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 28.01.2010 as 14:17:25.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 74802.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Fundação Teatro
São Pedro
FTSP**



RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	486,79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	509.697,41
RECEITA DE SERVIÇOS	439.520,75	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	380.995,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.521,89		
SOMA.....	443.529,43	SOMA.....	890.693,13
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	447.163,70	TOTAL.....	890.693,13
SOMA.....		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	447.163,70
DEFICIT	447.163,70	DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	890.693,13	TOTAL.....	447.163,70
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	443.529,43	DESPESAS CORRENTES.....	890.693,13
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	0,00
DEFICIT.....	447.163,70	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	890.693,13	TOTAL.....	0,00

Eva Sopher

EVA SOPHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Elíney Luiz Lopes

ELÍNEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO

RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 6

R\$

ÓRGÃO: 66 - FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO

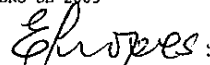
U.O.: 66.01 - FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	CULTURA		890.693,13	890.693,13
13.0122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		876.608,96	876.608,96
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		876.608,96	876.608,96
13.0392	DIFUSÃO CULTURAL		14.084,17	14.084,17
13.0392.0284	PRODUÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS		14.084,17	14.084,17
TOTAL DA U.O. =>			890.693,13	890.693,13
TOTAL DO ÓRGÃO ->			890.693,13	890.693,13

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



EVA SOPHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53



ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2009	FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO	RFPE008/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES COM DESDOBRAMENTO DAS MODALIDADES, ELEMENTOS E NATUREZA DE DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
		R\$

ÓRGÃO: 66 - FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO

U.O.: 66.01 - FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA FIXADA	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA
13	CULTURA	1.204.272,00	1.204.272,00	890.693,13
13.0122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.034.272,00	1.034.272,00	876.608,96
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.034.272,00	1.034.272,00	876.608,96
13.0122.0138.4.152	REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FTSP	636.411,00	636.411,00	509.697,41
3.1.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	636.411,00	635.911,00	509.220,22
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	370.375,03	368.075,03	315.705,34
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALÁRIO E SUBSÍDIO			67.954,26
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO			10.494,04
3.1.90.11.1104	GRATIFICAÇÕES			39.572,40
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS			14.715,52
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS			182.969,12
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	91.035,97	90.535,97	82.055,08
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES			1.049,16
3.1.90.13.1304	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA			63.156,71
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS			17.815,38
3.1.90.13.1306	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS			33,83
3.1.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS		2.200,00	2.112,57
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS			2.112,57
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		100,00	99,92
3.1.90.92.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES			99,92
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	175.000,00	175.000,00	109.247,31
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO			109.247,31
3.1.91.00	TRANSFERÊNCIA INFRAGOVERNAMENTAL		500,00	477,19
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		500,00	477,19
3.1.91.13.1301	CONTRIBUIÇÃO AO IPERGS PARA ASSISTÊNCIA MÉDICA			477,19
3.1.91.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			
13.0122.0138.4.444	APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA			
	INFRA-ESTRUTURA	397.861,00	397.861,00	366.911,55
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	397.861,00	397.861,00	366.911,55
3.3.90.08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3.500,00	3.500,00	
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE			1.402,61
3.3.90.30.3013	MANUTENÇÃO, IDENTIFICAÇÃO, UTILIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE			
	BENS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS			13.618,63
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE			4.863,76
3.3.90.30.3032	CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS			115,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.000,00	3.000,00	867,60
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL			867,60
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	359.761,00	359.761,00	338.306,80
3.3.90.39.3901	ÁGUA E ESGOTO			25.561,70
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIÓDICOS E RECORTES			1.432,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO			2.300,33
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELÉTRICA			186.805,88
3.3.90.39.3921	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS			6.044,96
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS			7.179,13
3.3.90.39.3930	CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS			8.413,55
3.3.90.39.3931	CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS			47.002,41
3.3.90.39.3933	DIVULGAÇÃO OBRIGATORIA			3.233,50
3.3.90.39.3939	MEDICINA			25,00
3.3.90.39.3948	MULTAS			1.368,61
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS			2.427,39
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA			16.346,53
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MÓVEL			150,63
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS			708,00
3.3.90.39.3983	AUXÍLIO TRANSPORTE			4.665,00
3.3.90.39.3985	AUXÍLIO-REFEIÇÃO			24.197,18
3.3.90.39.3991	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS			445,00
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	9.600,00	9.600,00	6.169,64
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR			
	PÚBLICO-PASEP			1.355,36
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E			
	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA			4.814,28
3.3.90.47.4708	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL			
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.000,00	2.000,00	1.567,51
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS			1.182,37
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA			385,14
13.0392	DIFUSÃO CULTURAL	170.000,00	170.000,00	14.084,17
13.0392.0283	PATRIMÔNIO CULTURAL	150.000,00	150.000,00	
13.0392.0283.3.102	MULTIPLO TEATRO SÃO PEDRO	150.000,00	150.000,00	

EXERCÍCIO DE 2009	FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO	RFPE008/00002
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES COM DESDOBRAMENTO DAS MODALIDADES, ELEMENTOS E NATUREZA DE DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
R\$		

ÓRGÃO: 66 - FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO

U.O.: 66.01 - FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA FIXADA	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	150.000,00	150.000,00	
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS			
13.0392.0284.4.151	PAUTA DE EVENTOS ARTISTICOS E CULTURAIS	20.000,00	20.000,00	14.084,17
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	20.000,00	20.000,00	14.084,17
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	15.400,00	12.892,17
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES			200,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE			845,16
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS			8.885,10
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE			2.264,51
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS			697,40
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	10.000,00	4.600,00	1.192,00
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS			1.192,00
TOTAL DA U.O. =>		1.204.272,00	1.204.272,00	890.693,13
TOTAL DO ÓRGÃO=>		1.204.272,00	1.204.272,00	890.693,13

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Eva Sopher

EVA SOPHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53

Eliney Luiz Lopes

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2009	FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO	RFPE009/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	CULTURA		890.693,13	890.693,13
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL		876.608,96	876.608,96
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		876.608,96	876.608,96
13.0392	DIFUSAO CULTURAL		14.084,17	14.084,17
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAI		14.084,17	14.084,17
TOTAL. GRAT. =>		0,00	890.693,13	890.693,13

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Eva Sopher

EVA SOPHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53

E. Lopes

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTADOR CACRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO

RFP010/00001

DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR CATEGORIA ECONÔMICA

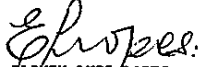
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
13	CULTURA	890.693,13		890.693,13
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL	876.608,96		876.608,96
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	876.608,96		876.608,96
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	14.084,17		14.084,17
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURALS	14.084,17		14.084,17
TOTAL GERAL =>		890.693,13		890.693,13

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



EVA SOPHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53



ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	890.693,13
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	509.697,41
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	509.220,22
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	315.705,34
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	67.954,26
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	10.494,04
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	39.572,40
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	14.715,52
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	182.969,12
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	82.055,08
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	1.049,16
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	62.156,71
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	17.815,38
3.1.90.13.1306	OUTRAS CONTRIBUICOES PATRONAIS	33,83
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	2.112,57
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	2.112,57
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	99,92
3.1.90.92.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	99,92
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	109.247,31
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	109.247,31
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	477,19
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	477,19
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	477,19
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	380.995,72
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	380.995,72
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	32.892,17
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	200,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	2.247,77
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	22.503,73
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	7.128,27
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	812,40
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCCAO	867,60
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	867,60
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	339.498,80
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	25.561,70
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	1.432,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	2.300,33
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	186.805,88
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.044,96
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	7.179,13
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	8.413,55
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	48.194,41
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	3.233,50
3.3.90.39.3939	MEDICINA	25,00
3.3.90.39.3948	MULTAS	1.368,61
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	2.427,39
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	16.346,53
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	150,63
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	708,00
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	4.665,00
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	24.197,18
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	445,00
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	6.169,64
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	1.355,36
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	4.814,28
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.567,57
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	1.182,31
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	385,14
TOTAL GERAL =====>		890.693,13

* RESUMO *		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	509.697,41
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	380.995,72
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	890.693,13
INVESTIMENTOS	=>	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	0,00
TOTAL GERAL	=>	890.693,13

Eva Sopher

EVA SOPHER
 PRESIDENTE
 CPF: 252.463.210/53

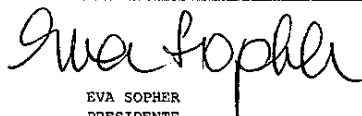
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Eliney Luiz Lopes

ELINEY LUIZ LOPES
 DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
 CONTADOR CRCRS N. 30530
 CPF: 241.461.370/04

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	397.420,00	443.529,43	46.109,43
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	420,00	486,79	66,79
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	420,00	415,56	4,44-
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	420,00	415,56	4,44-
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	420,00	415,56	4,44-
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	420,00	415,56	4,44-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	71,23	71,23
1322.00.00.0000	DIVIDENDOS	0,00	71,23	71,23
1322.02.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	0,00	71,23	71,23
1322.02.99.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	0,00	71,23	71,23
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	396.000,00	439.520,75	43.520,75
1600.19.00.0000	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAI	396.000,00	439.520,75	43.520,75
1600.19.99.0000	DIVERSOS SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAI	396.000,00	439.520,75	43.520,75
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	3.521,89	2.521,89
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	3.521,89	2.521,89
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	1.000,00	3.521,89	2.521,89
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCLADOS	0,00	3.521,89	3.521,89
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	0,00	1.000,00-
TOTAL		397.420,00	443.529,43	46.109,43

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



EVA SOPHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53



ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	INGRESSO
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	443.529,43
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	486,79
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	415,56
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	415,56
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	415,56
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	415,56
1311.99.99.0002	ALUGUEIS DE BENS IMOVEIS	415,56
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	71,23
1322.00.00.0000	DIVIDENDOS	71,23
1322.02.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	71,23
1322.02.99.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	71,23
1322.02.99.0099	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-RECURSOS LIVRES E PROPRIOS	71,23
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	439.520,75
1600.19.00.0000	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAI	439.520,75
1600.19.99.0000	DIVERSOS SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAI	439.520,75
1600.19.99.0001	RECEITA DE SERVICOS RECREATIVOS, ARTISTICOS E CULTURAI - NAO VINCULADA	439.520,75
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.521,89
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	3.521,89
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	3.521,89
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	3.521,89
1990.99.02.0002	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECURSOS LIVRES E PROPRIOS	1.946,73
1990.99.02.0176	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECURSOS DO TESOIRO - ADMINISTRACAO INDIRECTA	1.575,16
TOTAL		443.529,43

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Eva Sopher

EVA SOPHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53

E. Lopes

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTADOR CÍRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

FUNÇÕES	CULTURA	TOTAL		
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIÁRIO				
MINISTÉRIO PÚBLICO				
DEFENSORIA PÚBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO	890.693,13	890.693,13		
SOMA.....	890.693,13	890.693,13		
TOTAL.....	890.693,13	890.693,13		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Eva Sopher

EVA SOPHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53

E. Lopes

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2009	FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA	RFPE026/00001 ANEXO N.11 R\$
-------------------	--	------------------------------------

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO			
DOTAÇÕES INICIAIS	1.054.272,00	150.000,00	1.204.272,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	0,00	0,00	0,00
AUTORIZADA	1.054.272,00	150.000,00	1.204.272,00
REALIZADA	890.693,13	0,00	890.693,13
DIFERENÇA	163.578,87	150.000,00	313.578,87
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			1.204.272,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			0,00
AUTORIZADA			1.204.272,00
REALIZADA			890.693,13
DIFERENÇA			313.578,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Eva Sopher

EVA SOPHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53

Eliney Luiz Lopes

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO

RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

ANEXO N.8

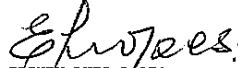
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
13	CULTURA	890.693,13		890.693,13
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL	876.608,96		876.608,96
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	876.608,96		876.608,96
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	14.084,17		14.084,17
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS	14.084,17		14.084,17
TOTAL GERAL =>		890.693,13	0,00	890.693,13

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



EVA SOPHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53



ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

R E C E I T A			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	420,00	486,79	66,79
RECEITA DE SERVIÇOS	396.000,00	439.520,75	43.520,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	3.521,89	2.521,89
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	397.420,00	443.529,43	46.109,43
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	397.420,00	443.529,43	46.109,43
DEFICIT DE PREVISÃO	806.852,00	447.163,70	359.688,30-
TOTAL	1.204.272,00	890.693,13	313.578,87-


D E S P E S A			
TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	1.204.272,00	890.693,13	313.578,87-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	1.204.272,00	890.693,13	313.578,87-
TOTAL	1.204.272,00	890.693,13	313.578,87-

- (1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



EVA SOPHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53



ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		CULTURA	890.693,13
RECEITA PATRIMONIAL	486,79	SOMA.....	890.693,13
RECEITA DE SERVIÇOS	439.520,75	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.521,89	REALIZAVEL	1.762,67
SOMA.....	443.529,43	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	75.174,72
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	4.393,81
		DEPOSITOS	2.202.569,57
		SOMA.....	2.283.900,77
TOTAL.....	443.529,43	TOTAL.....	3.174.593,90
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
REALIZAVEL	1.762,67	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	87.362,46	INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	6.860,13	SOMA.....	0,00
DEPOSITOS	2.198.953,24	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
SOMA.....	2.294.938,50	CAIXA	16.545,00
TOTAL.....	2.738.467,93	BANCOS C/DISPOSICAO	4.247,00
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	525.566,96
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		SOMA.....	546.358,96
INTRAGOVERNAMENTAIS	640.814,13	SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR	
SOMA.....	640.814,13	CAIXA	4.284,64
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		BANCOS C/DISPOSICAO	0,00
		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	337.386,16
		SOMA.....	341.670,80
TOTAL.....	3.720.952,86	TOTAL.....	3.720.952,86

Eva Sopher

EVA SOPHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Eliney Luiz Lopes

ELINEY LUIZ/LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	16.545,00	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	26.671,45
BANCOS C/DISPOSICAO	4.247,00	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	19.715,49
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	525.566,96	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	25.892,75
SOMA.....	546.358,96	PIS E PASEP A RECOLHER	211,41
REALIZÁVEL		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	11.106,68
DEVEDORES	46,88	PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	305.715,04
DEPOSITOS JUDICIAIS	84.885,98	EGTS A RECOLHER	1.317,61
SOMA.....	84.932,86	SOMA.....	390.630,43
TOTAL.....	631.291,82	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
ATIVO PERMANENTE		FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	6.860,13
BENS DA ENTIDADE		SOMA.....	6.860,13
BENS MOVEIS	449.546,44	DEPÓSITOS	7.651,55
BENS IMOVEIS	23.978.819,11	DEPOSITOS	7.651,55
SOMA.....	24.428.365,55	SOMA.....	7.651,55
PARTICIPAÇÕES		TOTAL.....	405.142,11
PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	6.576,05	SOMA DO PASSIVO REAL	405.142,11
SOMA.....	6.576,05	SALDO PATRIMONIAL	
DIVERSOS		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
ALMOXARIFADOS	1.103,99	ATIVO REAL LÍQUIDO	24.662.195,30
SOMA.....	1.103,99	SOMA.....	25.067.337,41
TOTAL.....	24.436.045,59	PASSIVO COMPENSADO	
SOMA DO ATIVO REAL	25.067.337,41	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
ATIVO COMPENSADO		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	1.103,99
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SOMA.....	1.103,99
RESPONSÁVEIS POR ALMOXARIFADOS	1.103,99	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
SOMA.....	1.103,99	ACOES JUDICIAIS	1.029.550,86
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		SOMA.....	1.029.550,86
PROCESSOS JUDICIAIS	1.029.550,86	TOTAL.....	1.030.654,85
SOMA.....	1.029.550,86		
TOTAL.....	1.030.654,85		
TOTAL GERAL.....	26.097.992,26	TOTAL GERAL.....	26.097.992,26

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Eva Sopher
EVA SOPHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53

Elíney Luiz Lopes
ELÍNEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	486,79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	509.697,41
RECEITA DE SERVIÇOS	439.520,75	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	380.995,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.521,89	SOMA.....	890.693,13
SOMA.....	443.529,43	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		SOMA.....	0,00
SOMA.....	0,00	TOTAL.....	890.693,13
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
SOMA.....	0,00	SOMA.....	0,00
TOTAL.....	443.529,43	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
SOMA.....	0,00	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	7.294,55
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		SOMA.....	7.294,55
VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INCORPORACAO DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR DIVERSAS	2.053,87	SOMA.....	0,00
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	7.515,95	TOTAL.....	897.987,68
SOMA.....	9.569,82	RESULTADO PATRIMONIAL	
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SUPERAVIT VERIFICADO	195.925,70
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	640.814,13	TOTAL.....	1.093.913,38
SOMA.....	640.814,13		
TOTAL.....	1.093.913,38		

Eva Sopher

EVA SOPHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Eliney Luiz Lopes

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	36.233,94-	29.118,52	38.681,01	26.671,45-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES A PAGAR	0,00	19.715,49	0,00	19.715,49-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	15.989,33-	25.892,75	15.989,33	25.892,75-
PIS E PASEP A RECOLHER	212,98-	211,41	212,98	211,41-
CONTRIBUIÇÕES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	7.150,26-	11.106,68	7.150,26	11.106,68-
PRECATÓRIOS JUDICIAIS A PAGAR	317.504,45-	0,00	11.789,41	305.715,04-
FGTS A RECOLHER	1.351,73-	1.317,61	1.351,73	1.317,61-
SUBTOTAL.....	378.442,69-	87.362,46	75.174,72	390.630,43-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	4.393,81-	6.860,13	4.393,81	6.860,13-
SUBTOTAL.....	4.393,81-	6.860,13	4.393,81	6.860,13-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	11.267,88-	2.198.953,24	2.202.569,57	7.651,55-
SUBTOTAL.....	11.267,88-	2.198.953,24	2.202.569,57	7.651,55-
TOTAL.....	394.104,38-	2.293.175,83	2.282.138,10	405.142,11-

Eva Sopher

EVA SOPHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Eliney Luiz Lopes

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO										RFPE039/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO										RS
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	GRUPOS DE DESPESA		TOTAL
FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO	509.697,41		380.995,72							890.693,13
TESOURO-LIVRES	509.697,41		164.464,05							674.161,46
PROPRIOS DA FUNDAÇÃO			216.531,67							216.531,67
AL	509.697,41		380.995,72							890.693,13

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Eva Sopher

EVA SOPHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53

Elyne Luiz Lopes

ELYNE LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTRADOR CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO

REPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESEMBOLAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R\$

CLASSIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
FUTURA	509.697,41		380.995,72					880.693,13
RESERVA-LIVRES	509.697,41		164.464,05					674.161,46
PROPRIOS DA FUNDAÇÃO			216.531,67					216.531,67
TOTAL	509.697,41		380.995,72					880.693,13

RESUMO

RESERVA-LIVRES	509.697,41	164.464,05						674.161,46
PROPRIOS DA FUNDAÇÃO		216.531,67						216.531,67
TOTAL	509.697,41	380.995,72						880.693,13

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Eva Sobher

EVA SOBHER
PRESIDENTE
CPF: 252.463.210/53

Eláney Luiz Lopes

ELÁNEY LUIZ/LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO

ANEXO 16

R\$

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSICÃO EM 31-12-08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009			POSICÃO EM 31-12-2009
	LEI	DATA		Passivas	Variações		
					Ativas	Resgate	
Débitos Parcelados							
Com o Ministério da Fazenda - PASEP			0	0	0	0	0
Termo de Parcelamento			0	0	0	0	0
Com o Instituto Nacional do Seguro Social			0	0	0	0	0
Total			0	0	0	0	0

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.

Eva Sopher

EVA SOPHER
DIRETORA-PRESIDENTE
CIC-MF 252.463.210/53

Eliney Luiz Lopes

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CIC-MF 241.461.370/04
TC.CRC/RS 30.530

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ELINEY LUIZ LOPES
REGISTRO.....	: RS-030530/O-7
CATEGORIA.....	: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF.....	: 241.461.370-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 28.01.2010 as 10:16:05.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 74778.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Fundação Zoobotânica
do Rio Grande do Sul
FZB**



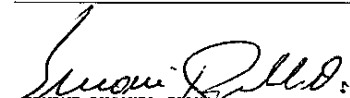
EXERCÍCIO DE 2009

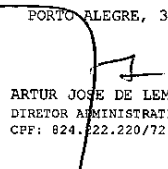
FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL
 DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

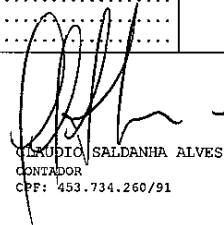
RFPE035/00001
 ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	301.213,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.817.397,18
RECEITA AGROPECUARIA	35.284,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.190.942,48
RECEITA INDUSTRIAL	17.483,49		
RECEITA DE SERVICOS	2.170.155,03	SOMA.....	15.008.339,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	109.769,29	TOTAL.....	15.008.339,66
SOMA.....	2.633.905,58	DESPESA CAPITAL	
DEFICIT	12.443.890,42	INVESTIMENTOS	69.456,34
TOTAL.....	15.077.796,00	SOMA.....	69.456,34
		TOTAL.....	15.077.796,00
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	2.633.905,58	DESPESAS CORRENTES.....	15.008.339,66
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	69.456,34
DEFICIT.....	12.443.890,42	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	15.077.796,00	TOTAL.....	15.077.796,00

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 ERNANI RUSCHEL FILHO
 PRESIDENTE
 CPF: 314.800.470/15



 ARTUR JOSÉ DE LEMOS JUNIOR
 DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
 CPF: 824.222.220/72


 CLAUDIO SALDANHA ALVES
 CONTADOR
 CPF: 453.734.260/91

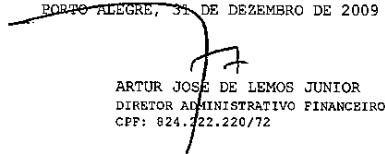
EXERCÍCIO DE 2009	FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL	RFPE006/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N.6
RS		

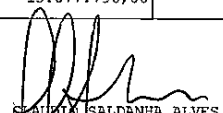
ÓRGÃO: 61 - FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL

U.O.: 61.01 - FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		15.077.796,00	15.077.796,00
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		15.046.376,85	15.046.376,85
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		15.046.376,85	15.046.376,85
04.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL		31.419,15	31.419,15
04.0541.0306	PROTECAO DOS RECURSOS AMBIENTAIS		31.419,15	31.419,15
TOTAL DA U.O. =>			15.077.796,00	15.077.796,00
TOTAL DO ÓRGÃO =>			15.077.796,00	15.077.796,00


 ERNANI RUSCHEL FILHO
 PRESIDENTE
 CPF: 314.800.470/15

BOITO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



 ARTUR JOSÉ DE LEMOS JUNIOR
 DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
 CPF: 824.722.220/72

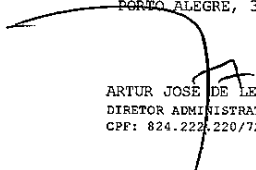

 CLAUDIR SALDANHA ALVES
 CONTADOR
 CPF: 453.734.260/91

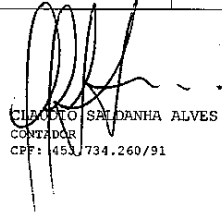
EXERCÍCIO DE 2009 FUNDACAO ZOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL RFPE009/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO ANEXO N. 7
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		15.077.796,00	15.077.796,00
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		15.046.376,85	15.046.376,85
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		15.046.376,85	15.046.376,85
04.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL		31.419,15	31.419,15
04.0541.0306	PROTECAO DOS RECURSOS AMBIENTAIS		31.419,15	31.419,15
TOTAL GERAL =>		0,00	15.077.796,00	15.077.796,00

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15


ARTUR JOSÉ DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72

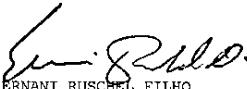

CLEÓTON SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91


EXERCÍCIO DE 2009 FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL RFPE029/00001
 DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS ANEXO N.8
 R\$

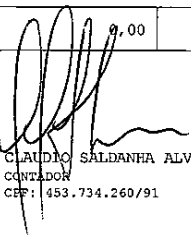
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	15.077.796,00		15.077.796,00
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	15.046.376,85		15.046.376,85
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	15.046.376,85		15.046.376,85
04.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL	31.419,15		31.419,15
04.0541.0306	PROTECAO DOS RECURSOS AMBIENTAIS	31.419,15		31.419,15

TOTAL GERAL =>		15.077.796,00	9,00	15.077.796,00
----------------	--	---------------	------	---------------

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 ERNANI RUSCHEL FILHO
 PRESIDENTE
 CPF: 314.800.470/15


 ARTUR JOSÉ DE LEMOS JUNIOR
 DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
 CPF: 824.222.220/72


 CLAUDIO SALDANHA ALVES
 CONTADOR
 CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES

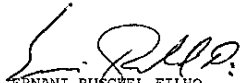
RFPE025/00001

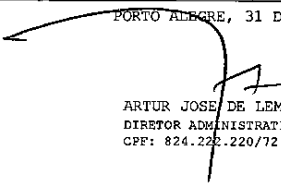
ANEXO N.9

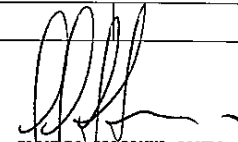
R\$

FUNÇÕES	ADMINISTRACAO	TOTAL		
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL	15.077.796,00	15.077.796,00		
SOMA.....	15.077.796,00	15.077.796,00		
TOTAL.....	15.077.796,00	15.077.796,00		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15


ARTUR JOSE DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72


CLAUDIO GALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA


RFPE023/00001

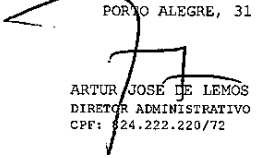
ANEXO N. 10

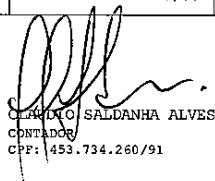
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	2.300.000,00	2.633.905,58	333.905,58
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	267.587,00	301.213,77	33.626,77
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	11.670,11	11.670,11
1325.00.00.0000	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS	0,00	11.670,11	11.670,11
1325.01.00.0000	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	0,00	244,67	244,67
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERAÇÕES DE DEPOSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS	0,00	244,67	244,67
1325.02.00.0000	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITO DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	11.425,44	11.425,44
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERAÇÕES DE DEPOSITOS BANCÁRIOS NÃO VINCULADOS	0,00	11.425,44	11.425,44
1330.00.00.0000	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	267.587,00	287.383,66	19.796,66
1333.00.00.0000	RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES-DIREITOS DE USO DE BENS PÚBLICOS	267.587,00	287.383,66	19.796,66
1333.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - DIREITOS DE USO DE BENS PÚBLICOS	267.587,00	287.383,66	19.796,66
1333.99.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES DE USO	267.587,00	287.383,66	19.796,66
1390.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	2.160,00	2.160,00
1390.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	2.160,00	2.160,00
1390.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	2.160,00	2.160,00
1400.00.00.0000	RECEITA AGROPECUÁRIA	47.500,00	35.284,00	12.216,00-
1410.00.00.0000	RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	40.000,00	29.123,50	10.876,50-
1410.01.00.0000	RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	40.000,00	29.123,50	10.876,50-
1410.01.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DA PRODUÇÃO VEGETAL	40.000,00	29.123,50	10.876,50-
1420.00.00.0000	RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	7.500,00	6.160,50	1.339,50-
1420.01.00.0000	RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	7.500,00	6.160,50	1.339,50-
1420.01.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	7.500,00	6.160,50	1.339,50-
1500.00.00.0000	RECEITA INDUSTRIAL	13.000,00	17.483,49	4.483,49
1520.00.00.0000	RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	13.000,00	17.483,49	4.483,49
1520.29.00.0000	RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	13.000,00	17.483,49	4.483,49
1520.29.99.0000	RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	13.000,00	17.483,49	4.483,49
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVIÇOS	1.850.598,00	2.170.155,03	319.557,03
1600.01.00.0000	SERVIÇOS COMERCIAIS	15.742,00	0,00	15.742,00-
1600.01.99.0000	DIVERSOS SERVIÇOS COMERCIAIS	15.742,00	0,00	15.742,00-
1600.13.00.0000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	82,00	82,00
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	82,00	82,00
1600.19.00.0000	SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	1.370.652,00	1.517.412,60	146.760,60
1600.19.99.0000	DIVERSOS SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	1.370.652,00	1.517.412,60	146.760,60
1600.20.00.0000	SERVIÇO DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	30.000,00	89.128,81	59.128,81
1600.20.99.0000	DIVERSOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	30.000,00	89.128,81	59.128,81
1600.22.00.0000	SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	434.204,00	556.841,62	122.637,62
1600.22.99.0000	DIVERSOS SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	434.204,00	556.841,62	122.637,62
1600.99.00.0000	OUTROS SERVIÇOS	0,00	6.690,00	6.690,00
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVIÇOS	0,00	6.690,00	6.690,00
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	121.315,00	109.769,29	11.545,71-
1920.00.00.0000	INDENIZACIONES E RESTITUICOES	96.480,00	35.571,61	60.908,39-
1921.00.00.0000	INDENIZACIONES	96.480,00	31.188,04	65.291,96-
1921.06.00.0000	INDENIZACIONES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PÚBLICO	63.480,00	1.632,83	61.847,17-
1921.06.99.0000	DIVERSAS INDENIZACIONES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PÚBLICO	63.480,00	1.632,83	61.847,17-
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACIONES	33.000,00	29.555,21	3.444,79-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACIONES	33.000,00	29.555,21	3.444,79-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	0,00	4.383,57	4.383,57
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	4.383,57	4.383,57
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	4.383,57	4.383,57
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	24.835,00	74.197,68	49.362,68
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	24.835,00	74.197,68	49.362,68
1990.99.02.0000	ANULAÇÃO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	4.288,83	4.288,83
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	24.835,00	69.908,85	45.073,85
TOTAL		2.300.000,00	2.633.905,58	333.905,58

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


EVARISTO RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15


ARTUR JOSÉ DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72


CELSONO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

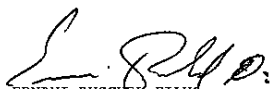
RFPE026/00001

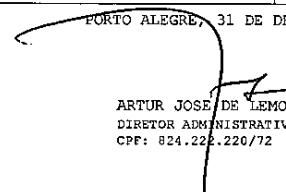
ANEXO N.11

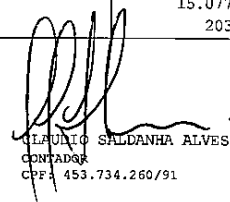
R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL			
DOTAÇÕES INICIAIS	13.614.957,00	370.000,00	13.984.957,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	1.846.756,86	0,00	1.846.756,86
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	300.589,85	250.000,00	550.589,85
AUTORIZADA	15.161.124,01	120.000,00	15.281.124,01
REALIZADA	15.008.339,66	69.456,34	15.077.796,00
DIFERENÇA	152.784,35	50.543,66	203.328,01
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			13.984.957,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			1.846.756,86
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			550.589,85
AUTORIZADA			15.281.124,01
REALIZADA			15.077.796,00
DIFERENÇA			203.328,01

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


ERNANI RUSCHER FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15


ARTUR JOSÉ DE LEMOS JÚNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72


ALUÍSIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91


R E C E I T A			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	267.587,00	301.213,77	33.626,77
RECEITA AGROPECUARIA	47.500,00	35.284,00	12.216,00-
RECEITA INDUSTRIAL	13.000,00	17.483,49	4.483,49
RECEITA DE SERVIÇOS	1.850.598,00	2.170.155,03	319.557,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	121.315,00	109.769,29	11.545,71-
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	2.300.000,00	2.633.905,58	333.905,58
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	2.300.000,00	2.633.905,58	333.905,58
DEFICIT DE PREVISÃO	12.981.124,01	12.443.890,42	537.233,59-
TOTAL	15.281.124,01	15.077.796,00	203.328,01-

D E S P E S A			
TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	15.281.124,01	15.077.796,00	203.328,01-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	15.281.124,01	15.077.796,00	203.328,01-
TOTAL	15.281.124,01	15.077.796,00	203.328,01-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

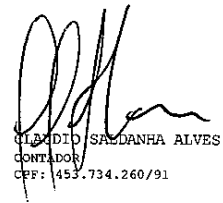
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ERNANI RUSCHEL-FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15




ARTUR JOSÉ DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72



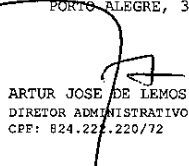
CLEBÉDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ADMINISTRACAO	15.077.796,00
RECEITA PATRIMONIAL	301.213,77	SOMA.....	15.077.796,00
RECEITA AGROPECUARIA	35.284,00	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
RECEITA INDUSTRIAL	17.483,49	REALIZAVEL	980.693,07
RECEITA DE SERVICOS	2.170.155,03	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.161.128,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	109.769,29	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	13.977,59
SOMA.....	2.633.905,58	DEPOSITOS	2.156.643,44
RECEITAS DE CAPITAL		SOMA.....	6.312.442,49
TOTAL.....	2.633.905,58	TOTAL.....	21.390.238,49
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
REALIZAVEL	917.667,01	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.105.184,25	INTRAGOVERNAMENTAIS	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	81.637,17	SOMA.....	0,00
DEPOSITOS	2.187.383,76	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
SOMA.....	4.291.872,19	CAIXA	5.739,25
TOTAL.....	6.925.777,77	BANCOS C/DISPOSICAO	3.193,17
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	1.851.213,30
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS	
INTRAGOVERNAMENTAIS	14.883.158,81	VINCULADOS	4.761,83
SOMA.....	14.883.158,81	BANCOS, C/VINCULADAS	2.987,86
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		SOMA.....	1.867.895,41
CAIXA	4.633,06		
BANCOS C/DISPOSICAO	40,00		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	1.436.758,17		
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS			
VINCULADOS	4.517,16		
BANCOS, C/VINCULADAS	3.248,93		
SOMA.....	1.449.197,32		
TOTAL.....	23.258.133,90	TOTAL.....	23.258.133,90

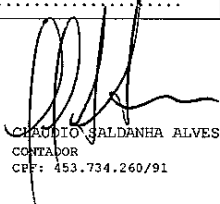
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ERNANI RÚSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15




ARTUR JOSÉ DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72



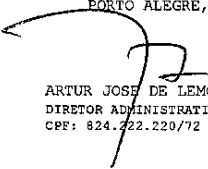
CLAUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	5.739,25	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	939.288,23
BANCOS C/DISPOSICAO	3.193,17	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	222.820,04
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	1.851.213,30	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	384.187,32
SOMA.....	1.860.145,72	PIS E PASEP A RECOLHER	9.648,51
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	125.825,29
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	4.761,83	PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	3.941.436,21
BANCOS, C/VINCULADAS	2.987,86	FGTS A RECOLHER	61.034,73
SOMA.....	7.749,69	SOMA.....	5.684.240,33
REALIZÁVEL		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
DEPOSITOS JUDICIAIS	801.387,18	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	81.637,17
SOMA.....	801.387,18	SOMA.....	81.637,17
TOTAL.....	2.669.282,59	DEPÓSITOS	
ATIVO PERMANENTE		DEPOSITOS	108.162,58
BENS DA ENTIDADE		SOMA.....	108.162,58
BENS MOVEIS	53.421.753,18	TOTAL.....	5.874.040,08
BENS IMOVEIS	156.209.733,50	SOMA DO PASSIVO REAL	5.874.040,08
SOMA.....	209.631.486,68	SALDO PATRIMONIAL	
PARTICIPAÇÕES		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	10.342,02	ATIVO REAL LÍQUIDO	206.607.610,58
SOMA.....	10.342,02	SOMA.....	212.481.650,66
DIVERSOS		PASSIVO COMPENSADO	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	27.561,36	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
ALMOXARIFADOS	142.978,01	DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	24.780,94
SOMA.....	170.539,37	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	142.978,01
TOTAL.....	209.812.368,07	BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	270.504,77
SOMA DO ATIVO REAL	212.481.650,66	SOMA.....	438.263,72
ATIVO COMPENSADO		CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	1.195.780,86
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	24.780,94	SOMA.....	1.195.780,86
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	142.978,01	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	270.504,77	DIVERSAS	
SOMA.....	438.263,72	ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	3.530.812,74
VALORES DE TERCEIROS		ACOES JUDICIAIS	2.171.814,86
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	1.195.780,86	SOMA.....	5.702.627,60
SOMA.....	1.195.780,86	TOTAL.....	7.336.672,18
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS			
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	3.530.812,74		
PROCESSOS JUDICIAIS	2.171.814,86		
SOMA.....	5.702.627,60		
TOTAL.....	7.336.672,18		
TOTAL GERAL.....	219.818.322,84	TOTAL GERAL.....	219.818.322,84

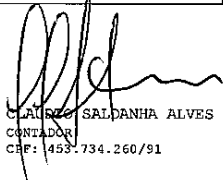
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15




ARTUR JOSÉ DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72



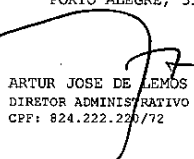
CLAUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	301.213,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.817.397,18
RECEITA AGROPECUÁRIA	35.284,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.190.942,48
RECEITA INDUSTRIAL	17.483,49	SOMA.....	15.008.339,66
RECEITA DE SERVIÇOS	2.170.155,03	DESPESAS DE CAPITAL	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	109.769,29	INVESTIMENTOS	69.456,34
SOMA.....	2.633.905,58	SOMA.....	69.456,34
RECEITAS DE CAPITAL		TOTAL.....	15.077.796,00
SOMA.....	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	4.250,00
SOMA.....	0,00	SOMA.....	4.250,00
TOTAL.....	2.633.905,58	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE		BAIXA DE BENS MOVEIS	12.197.192,91
AQUISICAO OU FORMACAO	27.561,36	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	205.645,72
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	41.894,98	SOMA.....	12.402.838,63
SOMA.....	69.456,34	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
VARIAÇÕES ATIVAS		SOMA.....	0,00
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	231.734,31	TOTAL.....	27.484.884,63
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	226.645,08		
SOMA.....	458.379,39		
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO			
PATRIMÔNIO FINANCEIRO			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS			
INTRAGOVERNAMENTAIS	14.883.158,81		
SOMA.....	14.883.158,81		
TOTAL.....	18.044.900,12		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	9.439.984,51		
TOTAL.....	27.484.884,63		

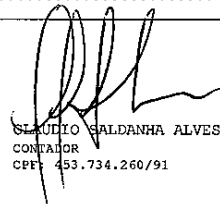
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



HERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15



ARTUR JOSE DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72



CLAUDIO GALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

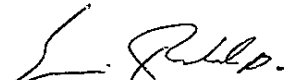
EXERCÍCIO DE 2009

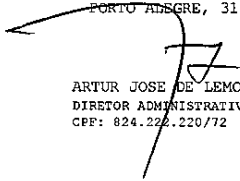
FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTERFPE034/00001
ANEXO N.17

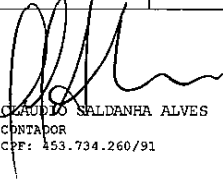
R\$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	933.448,06-	524.488,40	518.648,23	939.288,23-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES A PAGAR	222.820,04-	0,00	0,00	222.820,04-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	346.755,96-	384.187,32	346.755,96	384.187,32-
PIS E PASEP A RECOLHER	0,00	9.648,51	0,00	9.648,51-
CONTRIBUIÇÕES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	110.386,70-	125.825,29	110.386,70	125.825,29-
PRECATÓRIOS JUDICIAIS A PAGAR	6.073.633,99-	0,00	2.132.197,78	3.941.436,21-
FGTS A RECOLHER	53.139,72-	61.034,73	53.139,72	61.034,73-
SUBTOTAL.....	7.740.184,47-	1.105.184,25	3.161.128,39	5.684.240,33-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	13.977,59-	81.637,17	13.977,59	81.637,17-
SUBTOTAL.....	13.977,59-	81.637,17	13.977,59	81.637,17-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	77.422,26-	2.187.383,76	2.156.643,44	108.162,58-
SUBTOTAL.....	77.422,26-	2.187.383,76	2.156.643,44	108.162,58-
TOTAL.....	7.831.584,32-	3.374.205,18	5.331.749,42	5.874.040,08-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 ERNANI RUSCHEL FILHO
 PRESIDENTE
 CPF: 314.800.470/15



 ARTUR JOSE DE LEMOS JUNIOR
 DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
 CPF: 824.222.220/72


 CLAUDIO SALDANHA ALVES
 CONTADOR
 CPF: 453.734.260/91


CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	15.008.339,66
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.817.397,18
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	9.816.211,77
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	6.297.123,08
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	4.143.996,87
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	960.438,65
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	1.046.221,68
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	146.465,88
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	2.166.003,38
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	14.515,26
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	139.085,86
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	1.517.358,78
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	495.043,48
3.1.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.353.085,31
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS	1.353.085,31
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	1.185,41
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	1.185,41
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	1.185,41
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.190.942,48
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	5.190.942,48
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	32.821,00
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	1.142,00
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	31.679,00
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	48.580,21
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	48.580,21
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	788.623,39
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	3.247,85
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	70.000,00
3.3.90.30.3005	FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	424.112,11
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	267,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	9.321,05
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	5.283,21
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	43.806,28
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	382,50
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	16.302,04
3.3.90.30.3020	SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	11.325,85
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	7.320,00
3.3.90.30.3023	ADUBOS E/OU FERTILIZANTES	8.338,96
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLÓGICOS	4.922,93
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	4.235,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	36.002,08
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	21.998,66
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	75.864,46
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	45.143,41
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	750,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.798,24
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	1.798,24
3.3.90.37	LOCACAO DE MAQ-DE-OBRA	1.804.486,38
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	859.862,77
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	944.623,61
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.165.242,50
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	183.731,23
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	4.822,10
3.3.90.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	3.694,62
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	68.417,28
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	254.427,33
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.965,00
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	72.151,98
3.3.90.39.3926	SEGUROS	2.027,84
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	40.215,77
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	85.971,00
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	61.467,65
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	22.454,50
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	24.363,50
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	88.029,07
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	2.105,00
3.3.90.39.3939	MEDICINA	13.731,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	42.137,84
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	1.900,00
3.3.90.39.3975	GINASTICA LABORAL	5.820,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	43.970,59
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	4.880,06
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	16.110,27
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	9.348,67
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	1.065.719,44
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	45.780,76
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	72.599,11
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	72.599,11
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	272.683,16
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	272.683,16
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.875,72
3.3.90.92.9303	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	3.875,72
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	232,77
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	30,00
3.3.90.93.9313	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ENSINO E TREINAMENTO	202,77
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	69.456,34
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	69.456,34
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	69.456,34
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	69.456,34
4.4.90.52.5202	SEMOVENTES	3.300,00
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	31.086,00
4.4.90.52.5211	MAQUINAS DE ESCREVER, SOMAR, CALCULAR, CONTABILIDADE E REPRODUCAO	1.100,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	1.490,00
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	7.801,98
4.4.90.52.5217	VEICULOS DE TRACAO PESSOAL OU ANIMAL	1.009,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	6.853,36
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	16.816,00
	TOTAL GERAL =====>	15.077.796,00

* RESUMO *		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	9.817.397,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	5.190.942,48
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	15.008.339,66
INVESTIMENTOS	=>	69.456,34
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	69.456,34
TOTAL GERAL	=>	15.077.796,00

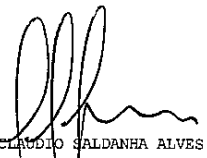
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



HERNANI RUSCHEK FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15

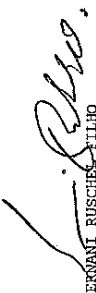


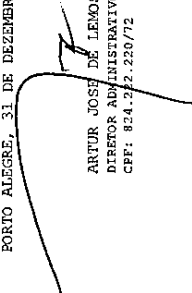
ARTUR JOSÉ DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72

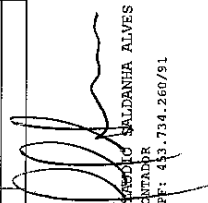


CLAUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2009		FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL							RFP039/00001	
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							RS	
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL		
61 FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL	9.817.397,18		5.190.942,48	69.456,34				15.077.796,00		
TESOURO-LIVRES	9.817.397,18		3.021.018,71					12.838.415,89		
PROPRIOS DA FUNDAÇÃO			2.169.923,77	69.456,34				2.239.380,11		
TOTAL	9.817.397,18		5.190.942,48	69.456,34				15.077.796,00		


 ERONI RUSCHEL FILHO
 PRESIDENTE
 CPF: 314.800.470/15

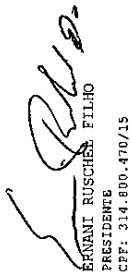

 ARTUR JOSÉ DE LEMOS JUNIOR
 DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
 CPF: 824.272.220/72

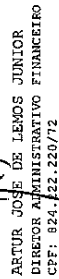

 CARLOS SALDANHA ALVES
 CONTROLADOR
 CPF: 433.734.260/91

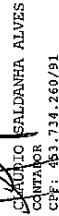
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

EXERCÍCIO DE 2009		FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL							RFPE040/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESTORRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							R\$
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
04 ADMINISTRACAO	9.817.397,18		5.190.942,48	69.456,34				15.077.796,00	
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDAÇÃO	9.817.397,18		3.021.018,71 2.169.923,77	69.456,34				12.838.415,89 2.239.380,11	
TOTAL	9.817.397,18		5.190.942,48	69.456,34				15.077.796,00	
RESUMO									
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDAÇÃO	9.817.397,18		3.021.018,71 2.169.923,77	69.456,34				12.838.415,89 2.239.380,11	
TOTAL	9.817.397,18		5.190.942,48	69.456,34				15.077.796,00	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 ERONAI RUSCHEL FILHO
 PRESIDENTE
 CPF: 314.800.470/15


 ARTUR JOSÉ DE LEMOS JUNIOR
 DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
 CPF: 824.122.229/72



 CLAUDIO SALDANHA ALVES
 CONTADOR
 CPF: 463.734.260/91


FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL

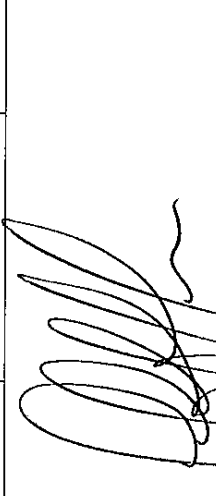
ANEXO 16

R\$

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009			POSIÇÃO EM 31-12-09
	LEI	DATA		Variações			
				Passivas	Ativas	Mutações Patrimoniais da Despesa (Amortizações)	
Débitos Parcelados			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00


ERNANI RUSCHEL FILHO
 PRESIDENTE
 CIC-MF 314.800.470-15


ARTUR JOSÉ DE LEMOS JR
 DIRETOR ADMINIST. FINANCEIRO
 CIC-MF 824.222.220-72


CLÁUDIO SALDANHA ALVES
 CONTADOR - CRC/RS 62700-O-9
 CIC-MF 453.734.260-91

CONSELHO CURADOR

PARECER

Nos termos da letra "b" do artigo 18, do Decreto nº 22.686, de 10 de outubro de 1973, e artigo 1º do Decreto nº 32.233, de 02 de maio de 1986, examinamos as Demonstrações Contábeis da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul- FZB, relativas ao exercício financeiro de 2009.

A análise das Demonstrações Contábeis teve suporte em exame da documentação e registros dos atos de gestão que deram origem às mesmas, em amostragem julgada adequada pelo Conselho.

Da análise realizada, observamos os seguintes itens, julgados importantes ocorridos durante o exercício financeiro em análise:

1. Alertamos para a necessidade urgente de implantar e qualificar procedimentos rotineiros de controles internos sobre a guarda e movimentação das coleções científicas de propriedade da Fundação, de forma a atingir o objetivo de preservação do patrimônio da FZB.

Atualmente, as referidas coleções encontram-se sob responsabilidade de curadores que reivindicam a si, somente a atribuição de responsabilidade técnica, conforme documentação enviada a este Conselho em 25.05.2009 (CI nº 31/09 – DE/MCN, em anexo).

Enfatizamos a vulnerabilidade física existente sobre as coleções, uma vez que significam bens patrimoniais de grande monta financeira sujeitos a danos, perdas ou alterações no número de registros das coleções, resultantes da própria dinâmica de uma coleção científica.

2. Enfatizamos a necessidade de solucionar o registro contábil de R\$ 714.380,96 (setecentos mil reais) integrante do grupo Realizável – Depósitos Judiciais, correspondente ao repasse financeiro realizado à Associação dos Procuradores do Estado do RGS, quando em representação desta Fundação em demandas judiciais e que deveria compor as despesas orçamentárias da Instituição FZB.

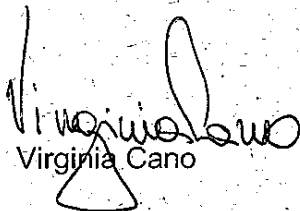
(P)

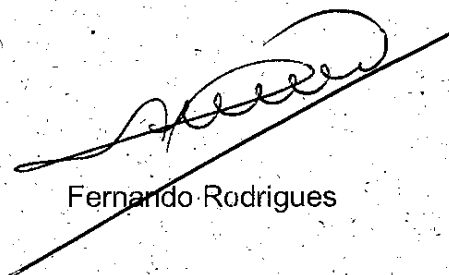


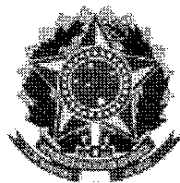
Em nossa opinião, ressalvadas as observações realizadas, as peças contábeis refletem adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial da entidade, tendo sido elaboradas de acordo com a legislação pertinente e normas contábeis vigentes no País.

Pelo exposto, aprovamos as Demonstrações Contábeis da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, relativas ao período que vai de 01.01.2009 a 31.12.2009, com as recomendações constantes das atas de reuniões relativas ao exercício financeiro de 2010.

Porto Alegre, 02 de março de 2010.


Virginia Cano


Fernando Rodrigues



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: CLAUDIO SALDANHA ALVES
REGISTRO.....	: RS-062700/O-9
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 453.734.260-91

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 08.02.2010 as 11:31:47.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 75143.

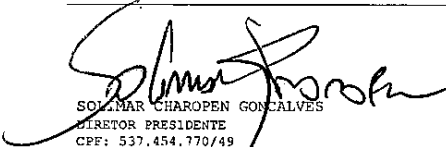
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Fundação de Esporte e Lazer
do RS
FUNDERGS**

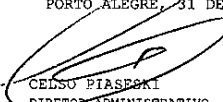


RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	90.805,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	199.274,71
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.218.929,80	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.242.110,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	203.221,61	SOMA.....	5.441.385,45
SOMA.....	4.512.957,18	TOTAL.....	5.441.385,45
DEFICIT	1.461.899,63	DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	5.974.856,81	INVESTIMENTOS	533.471,36
		SOMA.....	533.471,36
		TOTAL.....	5.974.856,81
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	4.512.957,18	DESPESAS CORRENTES.....	5.441.385,45
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	533.471,36
DEFICIT.....	1.461.899,63	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	5.974.856,81	TOTAL.....	5.974.856,81

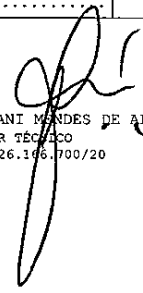
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



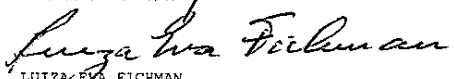
SOLIMAR CHAROPEN GONCALVES
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 537.454.770/49



CELSONE PIRASCKI
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 408.820.120/53



ITALGANI MENDES DE ALMEIDA
DIRETOR TÉCNICO
CPF: 426.166.700/20



LUÍZA EVA FICHMAN
CONTÁBORA
CRCRS N. 22074
CPF: 053.277.500/78

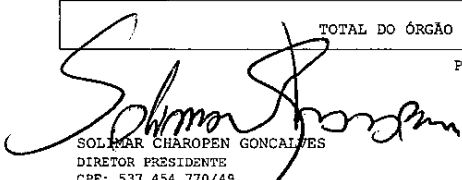
EXERCÍCIO DE 2009	FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS	RFPE006/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N.6
		R\$

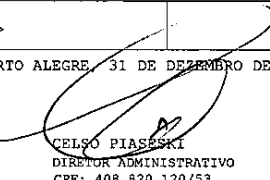
ÓRGÃO: 47 - FUNDACAO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL

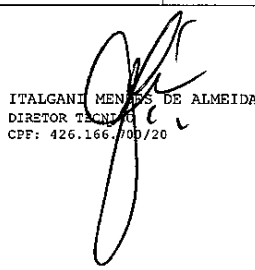
U.O.: 47.01 - FUNDACAO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL

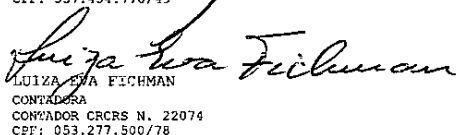
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
27	DESPORTO E LAZER	1.302.426,04	4.672.430,77	5.974.856,81
27.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO		4.672.430,77	4.672.430,77
27.0811.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		712.739,89	712.739,89
27.0811.0290	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL		3.959.690,88	3.959.690,88
27.0812	DESPORTO COMUNITARIO	1.302.426,04		1.302.426,04
27.0812.0290	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL	752.426,04		752.426,04
27.0812.0291	PROGRAMA ESTADUAL DE PREVENCAO DA VIOLENCIA	550.000,00		550.000,00
TOTAL DA U.O. =>		1.302.426,04	4.672.430,77	5.974.856,81
TOTAL DO ÓRGÃO =>		1.302.426,04	4.672.430,77	5.974.856,81

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 SOLIMAR CHAROPEN GONCALVES
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 537.454.770/49

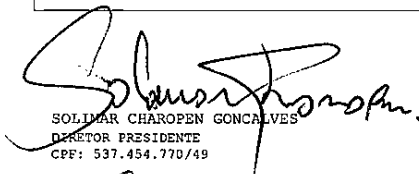

 CELSO PIASECKI
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 408.820.120/53

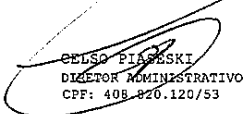

 ITALGANI MENDES DE ALMEIDA
 DIRETOR TÉCNICO
 CPF: 426.166.700/20


 LUIZA ROSA FEICHMAN
 CONTÁBIL
 CONTADOR CRCRS N. 22074
 CPF: 053.277.500/78

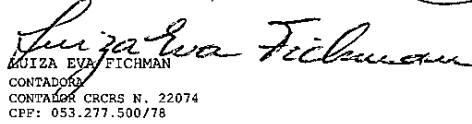
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
27	DESPORTO E LAZER	1.302.426,04	4.672.430,77	5.974.856,81
27.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO		4.672.430,77	4.672.430,77
27.0811.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		712.739,89	712.739,89
27.0811.0290	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL		3.959.690,88	3.959.690,88
27.0812	DESPORTO COMUNITARIO	1.302.426,04		1.302.426,04
27.0812.0290	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL	752.426,04		752.426,04
27.0812.0291	PROGRAMA ESTADUAL DE PREVENCAO DA VIOLENCIA	550.000,00		550.000,00
TOTAL GERAL =>		1.302.426,04	4.672.430,77	5.974.856,81

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 SOLIDAIR CHAROPEN GONCALVES
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 537.454.770/49

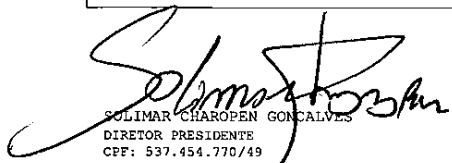

 CELSO PIASECKI
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 406.820.120/53

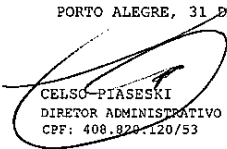

 ITALGANI MENDES DE ALMEIDA
 DIRETOR TÉCNICO
 CPF: 426.166.700/20

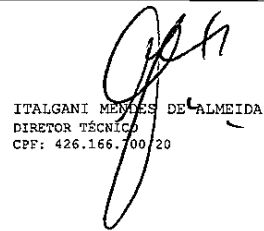

 LUÍZA EVA FICHMAN
 CONTADOR
 CONTADOR CRCRS N. 22074
 CPF: 053.277.500/78

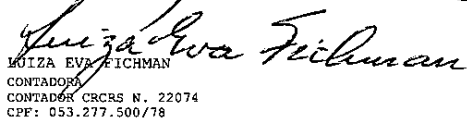
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
27	DESPORTO E LAZER	1.516.361,89	4.458.494,92	5.974.856,81
27.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO	734.998,25	3.937.432,52	4.672.430,77
27.0811.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	712.739,89		712.739,89
27.0811.0290	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL		3.937.432,52	3.959.690,88
27.0812	DESPORTO COMUNITARIO	22.258,36	521.062,40	1.302.426,04
27.0812.0290	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL	781.363,64		
27.0812.0291	PROGRAMA ESTADUAL DE PREVENCAO DA VIOLENCIA	231.363,64	521.062,40	752.426,04
		550.000,00		550.000,00
TOTAL GERAL =>		1.516.361,89	4.458.494,92	5.974.856,81

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 SOLIMAR CHAROPEN GONCALVES
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 537.454.770/49


 CELSO PIASESKI
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 408.829.120/53


 ITALGANI MENDES DE ALMEIDA
 DIRETOR TÉCNICO
 CPF: 426.166.700/20


 LUIZA EVA FICHMAN
 CONTADORA
 CONTADOR CRCRS N. 22074
 CPF: 053.277.500/78

FUNÇÕES	DESPORTO E LAZER	TOTAL		
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL	5.974.856,81	5.974.856,81		
SOMA.....	5.974.856,81	5.974.856,81		
TOTAL.....	5.974.856,81	5.974.856,81		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Solimar Charopen Gonçalves
 SOLIMAR CHAROPEN GONCALVES
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 537.454.770/49

Celso Piasecki
 CELSO PIASECKI
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 408.820.120/53

Italgani Mendes de Almeida
 ITALGANI MENDES DE ALMEIDA
 DIRETOR TERCIAO
 CPF: 426.169.700/20

Luiza Eva Fichman
 LUIZA EVA FICHMAN
 CONTADORA
 CONTADOR CRCRS N. 22074
 CPF: 053.277.500/78

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

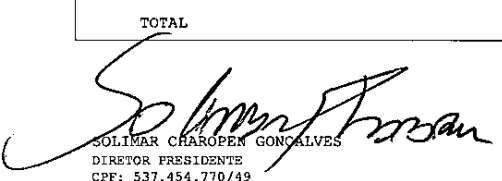
RFPE023/00001

ANEXO N. 10

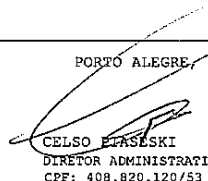
RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	5.692.952,00	4.512.957,18	1.179.994,82-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	3.000,00	90.805,77	87.805,77
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	3.000,00	5.699,38	2.699,38
1312.00.00.0000	ARRENDAMENTOS	3.000,00	5.699,38	2.699,38
1312.99.00.0000	OUTROS ARRENDAMENTOS	3.000,00	5.699,38	2.699,38
1312.99.99.0000	DIVERSOS ARRENDAMENTOS	3.000,00	5.699,38	2.699,38
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	85.106,39	85.106,39
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	0,00	85.106,39	85.106,39
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	0,00	85.106,39	85.106,39
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	0,00	85.106,39	85.106,39
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.689.952,00	4.218.929,80	1.471.022,20-
1720.00.00.0000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	3.459.472,00	4.218.929,80	759.457,80
1721.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	3.459.472,00	4.218.929,80	759.457,80
1721.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	3.459.472,00	4.218.929,80	759.457,80
1721.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	3.459.472,00	4.218.929,80	759.457,80
1750.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	2.230.480,00	0,00	2.230.480,00-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	2.230.480,00	0,00	2.230.480,00-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	2.230.480,00	0,00	2.230.480,00-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	2.230.480,00	0,00	2.230.480,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	203.221,61	203.221,61
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	203.221,61	203.221,61
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	203.221,61	203.221,61
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	60.730,15	60.730,15
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	142.491,46	142.491,46
TOTAL		5.692.952,00	4.512.957,18	1.179.994,82-

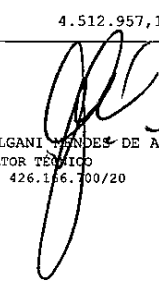
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



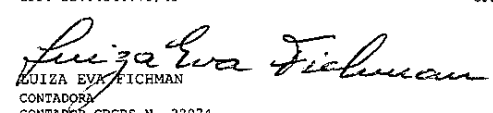
SOLIMAR CHAROPEN GONCALVES
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 537.454.770/49



CELSO ELASZKI
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 408.820.120/53



ITALGANI MENDES DE ALMEIDA
DIRETOR TÉCNICO
CPF: 426.156.700/20



LUIZA EVA FICHMAN
CONTADORA
CONTADOR CRCRS N. 22074
CPF: 053.277.500/78

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

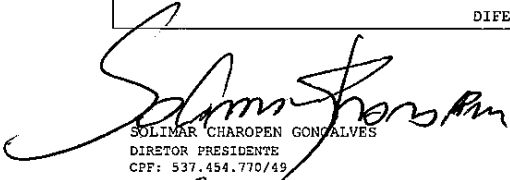
RFPE026/00001

ANEXO N.11

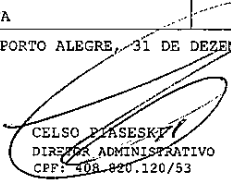
R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL			
DOTAÇÕES INICIAIS	7.124.439,00	1.100.000,00	8.224.439,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	215.000,00	0,00	215.000,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	1.874.277,16	167.255,21	2.041.532,37
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	615.445,16	487.033,32	1.102.478,48
AUTORIZADA	8.598.271,00	780.221,89	9.378.492,89
REALIZADA	5.441.385,45	533.471,36	5.974.856,81
DIFERENÇA	3.156.885,55	246.750,53	3.403.636,08
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			8.224.439,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			215.000,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			2.041.532,37
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			1.102.478,48
AUTORIZADA			9.378.492,89
REALIZADA			5.974.856,81
DIFERENÇA			3.403.636,08

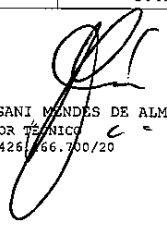
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



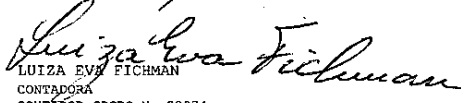
SOLIMAR CHAROPEN GONCALVES
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 537.454.770/49



CELSO PASESKY
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 408.820.120/53



ITALGANI MENDES DE ALMEIDA
DIRETOR TÉCNICO
CPF: 426.866.700/20



LUIZA EVA FICHMAN
CONTADORA
CONTADOR CRCRS N. 22074
CPF: 053.277.500/78

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	3.000,00	90.805,77	87.805,77
TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.689.952,00	4.218.929,80	1.471.022,20-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	203.221,61	203.221,61
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	5.692.952,00	4.512.957,18	1.179.994,82-
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	5.692.952,00	4.512.957,18	1.179.994,82-
DEFICIT DE PREVISÃO	3.685.540,89	1.461.899,63	2.223.641,26-
TOTAL	9.378.492,89	5.974.856,81	3.403.636,08-

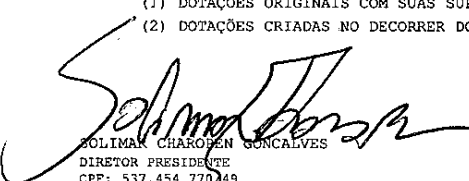
D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	9.198.492,89	5.794.856,81	3.403.636,08-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	180.000,00	180.000,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	9.378.492,89	5.974.856,81	3.403.636,08-
TOTAL	9.378.492,89	5.974.856,81	3.403.636,08-

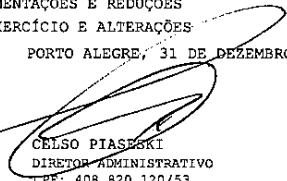
(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

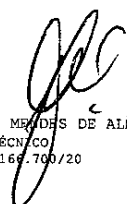
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



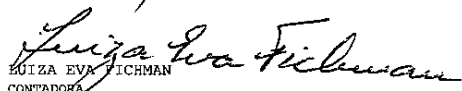
SOLIMAR CHAROPEN GONCALVES
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 537.454.770/49



CELSO PIASECKI
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 408.820.120/53



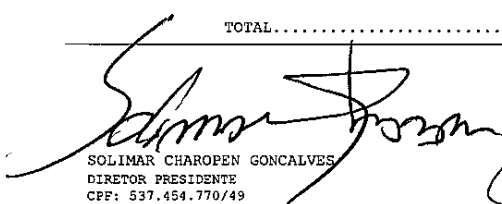
ITALGANI MENDES DE ALMEIDA
DIRETOR TÉCNICO
CPF: 426.166.700/20

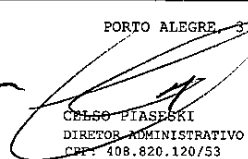


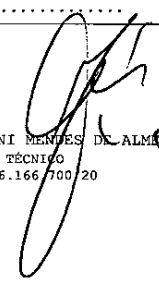
LUÍZA EVA FICHMAN
CONTADORA
CONTADOR CRCRS N. 22074
CPF: 053.277.500/78

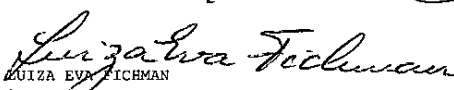
RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPORTO E LAZER	5.974.856,81
RECEITA PATRIMONIAL	90.805,77	SOMA.....	5.974.856,81
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.218.929,80	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	203.221,61	REALIZAVEL	0,00
SOMA.....	4.512.957,18	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	508.807,11
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	435.593,85
TOTAL.....	4.512.957,18	DEPOSITOS	88.277,63
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		DIVERSOS	319,20
REALIZAVEL	0,00	SOMA.....	1.032.997,79
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	599.916,31	TOTAL.....	7.007.854,60
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	901.305,06	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
DEPOSITOS	87.421,12	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
DIVERSOS	5.927,17	INTRAGOVERNAMENTAIS	149.226,00
SOMA.....	1.594.569,66	SOMA.....	149.226,00
TOTAL.....	6.107.526,84	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		BANCOS C/DISPOSICAO	1.238.633,20
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	
INTRAGOVERNAMENTAIS	886.675,92	IMEDIATA	11.337,65
SOMA.....	886.675,92	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	693.233,41
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		BANCOS, C/VINCULADAS	288.867,20
BANCOS C/DISPOSICAO	1.242.011,68	SOMA.....	2.232.071,46
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ			
IMEDIATA	5.250,21		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	858.820,21		
BANCOS, C/VINCULADAS	288.867,20		
SOMA.....	2.394.949,30		
TOTAL.....	9.389.152,06	TOTAL.....	9.389.152,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


SOLIMAR CHAROPEN GONCALVES
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 537.454.770/49

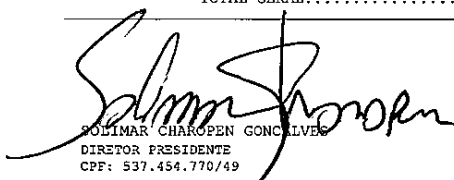

CELSO PIASECKI
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 408.820.120/53


ITALGANI MENDES DE ALMEIDA
DIRETOR TÉCNICO
CPF: 426.166.700/20

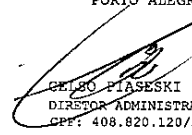

LUIZA EVA FICHMAN
CONTADORA
CONTADOR CRCRS N. 22074
CPF: 053.277.500/78

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	1.238.633,20	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	2.148,98
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	874.063,26
IMEDIATA	11.337,65	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	14.612,89
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	693.233,41	PIS E PASEP A RECOLHER	202,11
SOMA.....	1.943.204,26	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	6.587,24
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		SOMA.....	897.614,48
BANCOS, C/VINCULADAS	288.867,20	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
SOMA.....	288.867,20	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	451.305,06
REALIZÁVEL		CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	50.000,00
RESPONSÁVEIS POR PAGAMENTOS IRREGULARES	80.117,49	CONVENIOS E REPASSES COM COMPROVACAO PREVIA	400.000,00
SOMA.....	80.117,49	SOMA.....	901.305,06
TOTAL.....	2.312.188,95	DEPÓSITOS	
ATIVO PERMANENTE		DEPOSITOS	15.533,32
BENS DA ENTIDADE		SOMA.....	15.533,32
BENS MOVEIS	640.175,10	DIVERSOS	
BENS IMOVEIS	1.300.000,00	OUTROS CREDORES	20.378,69
SOMA.....	1.940.175,10	SOMA.....	20.378,69
DIVERSOS		TOTAL.....	1.834.831,55
ALMOXARIFADOS	16.547,65	SOMA DO PASSIVO REAL	1.834.831,55
SOMA.....	16.547,65	SALDO PATRIMONIAL	
TOTAL.....	1.956.722,75	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
SOMA DO ATIVO REAL	4.268.911,70	ATIVO REAL LÍQUIDO	2.434.080,15
ATIVO COMPENSADO		SOMA.....	4.268.911,70
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		PASSIVO COMPENSADO	
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	4.000,00	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
RESPONSÁVEIS POR ALMOXARIFADOS	16.547,65	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	4.000,00
RESPONSÁVEIS POR DIARIAS	805,38	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	16.547,65
SOMA.....	21.353,03	DIARIAS A COMPROVAR	805,38
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		SOMA.....	21.353,03
RESPONSÁVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	7.274.584,64	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
SOMA.....	7.274.584,64	DIVERSAS	
TOTAL.....	7.295.937,67	CONVENIOS EM EXECUCAO	7.274.584,64
		SOMA.....	7.274.584,64
		TOTAL.....	7.295.937,67
TOTAL GERAL.....	11.564.849,37	TOTAL GERAL.....	11.564.849,37

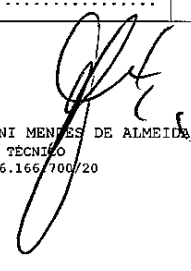
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



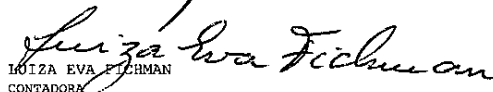
SOLIMAR CHAROPEN GONCALVES
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 537.454.770/49



CELSO PIASESKI
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 408.820.120/53



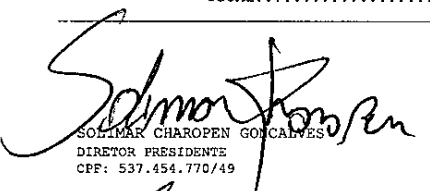
ITALGANI MENDES DE ALMEIDA
DIRETOR TÉCNICO
CPF: 426.166.700/20



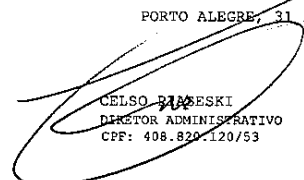
LUÍZA EVA FICHMAN
CONTADORA
CONTADOR CRCRS N. 22074
CPF: 053.277.500/78

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	90.805,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	199.274,71
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.218.929,80	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.242.110,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	203.221,61	SOMA.....	5.441.385,45
SOMA.....	4.512.957,18	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	533.471,36
SOMA.....	0,00	SOMA.....	533.471,36
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	5.974.856,81
SOMA.....	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
TOTAL.....	4.512.957,18	SOMA.....	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	78.342,36	VARIAÇÕES PASSIVAS	
SOMA.....	78.342,36	SOMA.....	0,00
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
VARIAÇÕES ATIVAS		PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SOMA.....	0,00	SOMA.....	0,00
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO		TOTAL.....	5.974.856,81
PATRIMÔNIO FINANCEIRO			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS			
INTRAGOVERNAMENTAIS	886.675,92		
SOMA.....	886.675,92		
TOTAL.....	5.477.975,46		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	496.881,35		
TOTAL.....	5.974.856,81	TOTAL.....	5.974.856,81

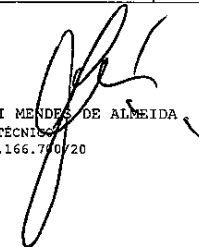
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



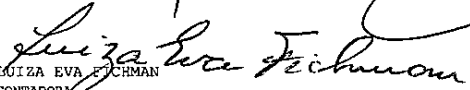
SOLIMAR CHAROPEN GONCALVES
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 537.454.770/49



CELSO BIAZESKI
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 408.820.120/53



ITALGANI MENDES DE ALMEIDA
DIRETOR TÉCNICO
CPF: 426.166.700/20



LUÍZA EVA FICHMAN
CONTADORA
CONTADOR CRCRS N. 22074
CPF: 053.277.500/78

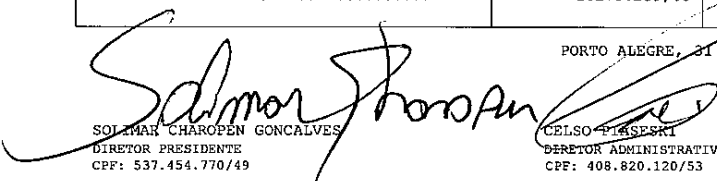
EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTERFPE034/00001
ANEXO N.17

R\$

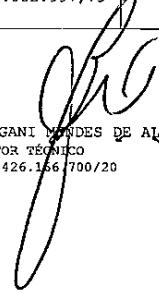
TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	95.337,00-	33.290,20	126.478,22	2.148,98-
CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	693.429,77-	548.094,27	367.460,78	874.063,26-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	11.418,99-	14.287,39	11.093,49	14.612,89-
PIS E PASEP A RECOLHER	141,66-	202,11	141,66	202,11-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	6.177,86-	4.042,34	3.632,96	6.587,24-
SUBTOTAL.....	806.505,28-	599.916,31	508.807,11	897.614,48-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	31.398,85-	451.305,06	31.398,85	451.305,06-
CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	404.195,00-	50.000,00	404.195,00	50.000,00-
CONVENIOS E REPASSES COM COMPROVACAO PREVIA	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00-
SUBTOTAL.....	435.593,85-	901.305,06	435.593,85	901.305,06-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	16.389,83-	87.421,12	88.277,63	15.533,32-
SUBTOTAL.....	16.389,83-	87.421,12	88.277,63	15.533,32-
DIVERSOS				
OUTROS CREDITORES	14.770,72-	5.927,17	319,20	20.378,69-
SUBTOTAL.....	14.770,72-	5.927,17	319,20	20.378,69-
TOTAL.....	1.273.259,68-	1.594.569,66	1.032.997,79	1.834.831,55-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

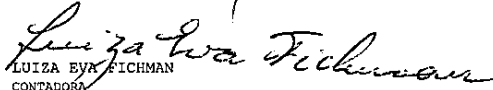


SOLIMAR CHAROPEN GONCALVES
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 537.454.770/49

CELSO PIRESKI
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 408.820.120/53



ITALGANI MENDES DE ALMEIDA
DIRETOR TÉCNICO
CPF: 426.166.700/20



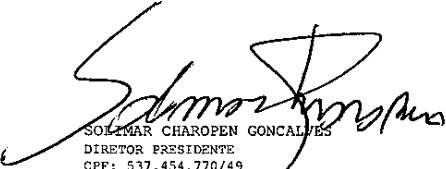
LUIZA EVA FICHMAN
CONTADORA
CONTADOR CRCRS N. 22074
CPF: 053.277.500/78

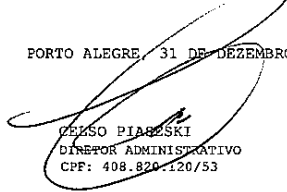
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	5.441.385,45
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	199.274,71
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	199.274,71
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	169.745,59
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	169.745,59
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	29.529,12
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	29.529,12
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.242.110,74
3.3.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	857.476,54
3.3.40.41	CONTRIBUICOES	857.476,54
3.3.40.41.4102	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	857.476,54
3.3.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	3.160.429,25
3.3.50.43	SUBVENCOES SOCIAIS	3.160.429,25
3.3.50.43.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	3.160.429,25
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.224.204,95
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	16.923,90
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	16.923,90
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	102.909,26
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	36.372,81
3.3.90.30.3008	ESPORTES E/OU RECREACAO	39.651,90
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	5.533,50
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	2.769,60
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	1.336,80
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	1.471,50
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	1.083,50
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	11.215,95
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	3.473,70
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	19.595,40
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	294,90
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	19.300,50
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	110.878,80
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	14.500,00
3.3.90.36.3616	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	322,00
3.3.90.36.3619	ESTAGIARIOS E MONITORES	96.056,80
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	339.539,04
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	100.057,24
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	239.481,80
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	630.899,09
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	25.058,92
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	8.250,00
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	2.615,20
3.3.90.39.3910	CONCURSOS PUBLICOS	11.878,74
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	6.731,86
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	9.934,94
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.731,66
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	325,50
3.3.90.39.3926	SEGUROS	780,07
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	413.563,20
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	2.471,77
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	3.000,00
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	2.222,57
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	12.726,37
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	196,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	13.660,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	66.227,64
3.3.90.39.3948	MULTAS	893,80
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	41,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	29.635,12
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	9.454,73
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	2.500,00
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.488,36
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	1.487,19
3.3.90.47.4715	MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1,17
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.971,10
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	285,01
3.3.90.92.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	1.686,09
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	533.471,36
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	533.471,36
4.4.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	450.000,00
4.4.40.42	AUXILIOS	450.000,00
4.4.40.42.4201	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	450.000,00
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	83.471,36
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	83.471,36
4.4.90.52.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	170,00
4.4.90.52.5210	INSTRUMENTOS MUSICAIS	784,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	5.129,00
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	7.204,96
4.4.90.52.5221	MOVEIS E/OU MATERIAIS PARA ALOJAMENTO	5.904,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	2.121,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	43.692,00
4.4.90.52.5229	EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E/OU RECREACAO	18.466,40
TOTAL GERAL ==>		5.974.856,81

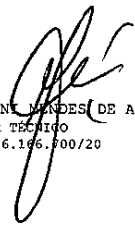
* RESUMO *

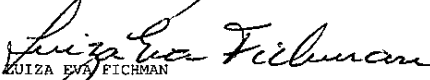
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	199.274,71
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	5.242.110,74
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	5.441.385,45
INVESTIMENTOS	=>	533.471,36
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	533.471,36
TOTAL GERAL	=>	5.974.856,81

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


SOLIMAR CHAROPEN GONCALVES
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 537.454.770/49

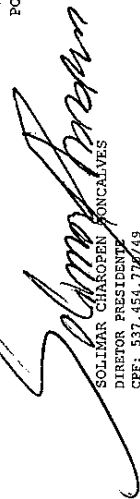

CELSO PIARRESKI
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 408.820.120/53

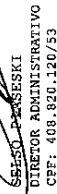

ITALGAM MENDES DE ALMEIDA
DIRETOR TÉCNICO
CPF: 426.166.000/20

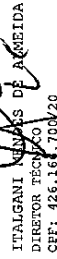

LUIZA EVA FICHMAN
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 22074
CPF: 053.277.500/78

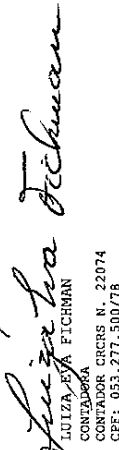
EXERCÍCIO DE 2009		FUNDO DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS										RFPE039/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA										R\$
ESPECIFICAÇÃO	PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL				
47 FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL	199.274,71		5.242.110,74	533.471,36				5.974.856,81				
TESOURO-LIVRES	199.274,71		857.855,82	459.231,36				1.516.361,89				
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			3.848.771,80	72.896,00				3.921.667,80				
CONVENIOS			535.483,12	1.344,00				536.827,12				
TOTAL	199.274,71		5.242.110,74	533.471,36				5.974.856,81				

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 SOLIMAR CHAROPEN GONCALVES
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 937.454.734/49


 SÉRGIO PASSOS
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 408.820.120/53


 ITALGANI MENDES DE ALMEIDA
 DIRETOR TÉCNICO
 CPF: 426.166.700/20


 LUIZA EVA FICHMAN
 CONTADOR
 CONTADOR CRCRS N. 22074
 CPF: 053.277.500/78

EXERCÍCIO DE 2009

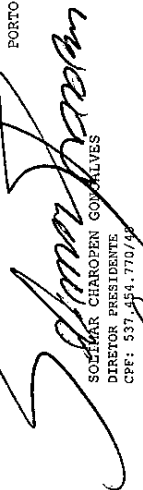
FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

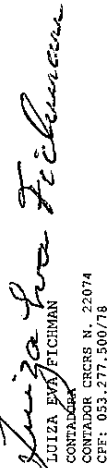
R\$
RPE040/00001

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			
27 DESPORTO E LAZER	199.274,71		5.242.110,74	533.471,36				5.974.856,81	
TESOURO-LIVRES	199.274,71		857.855,82	459.231,36				1.516.361,89	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			3.848.771,80	72.896,00				3.921.667,80	
CONVENIOS			535.483,12	1.344,00				536.827,12	
TOTAL	199.274,71		5.242.110,74	533.471,36				5.974.856,81	
RESUMO									
TESOURO-LIVRES	199.274,71		857.855,82	459.231,36				1.516.361,89	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			3.848.771,80	72.896,00				3.921.667,80	
CONVENIOS			535.483,12	1.344,00				536.827,12	
TOTAL	199.274,71		5.242.110,74	533.471,36				5.974.856,81	

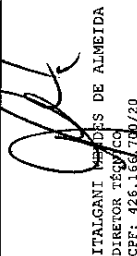
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



SOLIMAR CHAROPEN GONÇALVES
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 537.454.770/48




LUIZA EVA FICHMAN
CONTADOR
CONTADOR CRCES N. 22074
CPF: 053.277.500/76

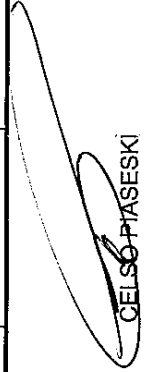


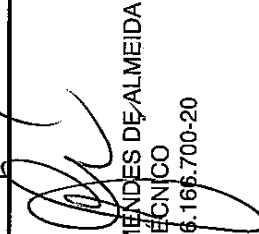
ITALGANI MENDES DE ALMEIDA
DIRETOR TÉCNICO
CONTADOR CRCES N. 22070
CPF: 426.166.700/20


FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA									
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-08	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009.			POSIÇÃO EM 31-12-09		
	LEI	DATA		Variações	Mutações Patrimoniais da Despesa	Amortização			
							Passivas	Ativas	
Débitos Parcelados									
Com Ministério da Fazenda - PASEP									
Termino de Parcelamento									
Com Instituto Nacional de Seguro Social - INSS									
Total			-	Sem movimento			-		


SOLIMAR CHAROPEN GONÇALVES
 DIRETOR-PRESIDENTE
 CIC -MF 537.454.770-49


CELSO PIASESKI
 DIRETOR - ADMINISTRATIVO
 CIC -MF 408.820.120-53


ITALGANI MENDES DE ALMEIDA
 DIRETOR-TÉCNICO
 CIC -MF. 426.166.700-20


LUIZA EVA FICHMAN
 CONTADOR - CRCRS 22074/00
 CIC- MF.053.277.500-78



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer
Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul – FUNDERGS

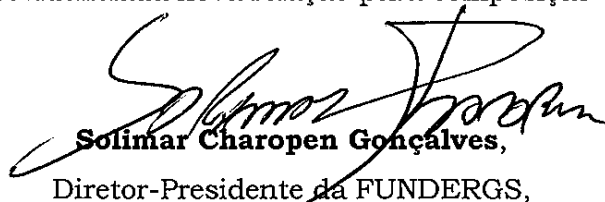
CONSELHO FISCAL / CURADOR:

Esclarecemos que não existe a nomenclatura “Conselho Fiscal” na FUNDERGS, segundo o artigo 23, do Estatuto desta Fundação (Decreto de n.º 41.491/02), esta competência é do Conselho Curador. Assim está disposto no artigo em comento, *in verbis*: “O controle contábil e financeiro da FUNDERGS será exercido pelo Conselho Curador”.

Atualmente, não estamos contanto com Conselho Curador na FUNDERGS, uma vez que não houve reuniões do referido Conselho no período de setembro a dezembro de 2006. Em 30 de Novembro de 2006, os membros do Conselho Curador da FUNDERGS foram convocados extraordinariamente através de publicação no D.O.E. para reunião, apazada em 1º de dezembro daquele ano. Ocorre que, novamente, não houve *quorum* mínimo para realização da assembléia pretendida.

Em razão do não comparecimento dos Membros do Conselho Curador pela terceira vez consecutiva, e considerando-se a previsão estatutária contida no artigo 10º, §6º, inciso III (extinção antecipada de mandato), a Direção da Presidência da FUNDERGS solicitou providências junto ao representante da Secretaria de Turismo do Estado (processo de n.º 000291-23.00/07-4), no sentido da nova composição dos Conselhos.

Em 06 de fevereiro de 2009, foi publicado no DOE a dispensa dos antigos conselheiros e nomeação dos novos conselheiros para o Conselho Curador e Conselho de Planejamento. No entanto, como a relação publicada estava defasada não houveram reuniões e está sendo providenciada nova relação para composição dos conselhos.


Solimar Charopen Gonçalves,
Diretor-Presidente da FUNDERGS,

537.454.770-49.

Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul
Rua Gonçalves Dias, 628 Bairro Menino Deus.
CEP: 90.130-060 - Porto Alegre - RS
Fones: 51 3227.2732 - FAX: 51 32273505
e-mail: dir.adm@fundergs.rs.gov.br




Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Estado do Turismo Esporte e Lazer
Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul - FUNDERGS

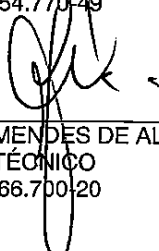
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DE 2009.

01- Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101, de 04.05.00, e considerando, ainda, o disposto no Decreto federal 20.910, 06.01.32, e no Parecer 01/03, de 21.11.03, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto 46.778, de 03 de dezembro de 2009 e a Instrução Normativa CAGE nº. 02/2009, de 08 de dezembro de 2009, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:

- a) - Estorno de empenhos não liquidados emitidos em 2009, no valor de R\$ 41.111,04 excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa.
- b) Lançamento de Variações do Patrimônio Financeiro no valor de RS 149.226,00, referente emissão dos cheques 166743 – 166744 – 166745 – constante no processo administrativo nº 209-2347/09.2



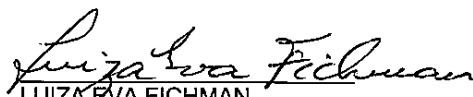
SOLIMAR CHAROPEN GONÇALVES
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF: 537.454.770-49



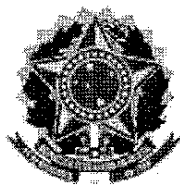
ITALGANI MENDES DE ALMEIDA
DIRETOR-TÉCNICO
CPF: 426.166.700-20



CELSO PIASESKI
DIRETOR-ADMINISTRATIVO
CPF: 408.820.120-53



LUIZA EVA FICHMAN
CONTADOR CRCRS 22074/00
CPF: 053.277.500-78

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: LUIZA EVA FICHMAN
REGISTRO.....	: RS-022074/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 053.277.500-78

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 09.02.2010 as 13:34:26.

Válido até: 08.08.2010.

Código de Controle: 75196.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

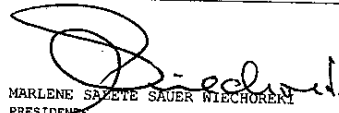
Fundação de Proteção Especial do RS


PROTEÇÃO

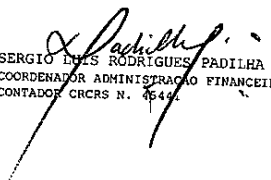



RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	6.180,70	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.690.950,29
TRANSFERENCIAS CORRENTES	340.708,74	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.885.893,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	136.329,45		
SOMA.....	483.218,89	SOMA.....	52.576.844,17
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	52.093.625,28	TOTAL.....	52.576.844,17
DEFICIT	52.603.401,64	DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	52.093.625,28
TOTAL.....	53.086.620,53	DESPESA CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	509.776,36
		SOMA.....	509.776,36
		TOTAL.....	52.603.401,64
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	483.218,89	DESPESAS CORRENTES.....	52.576.844,17
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	509.776,36
DEFICIT.....	52.603.401,64	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	53.086.620,53	TOTAL.....	53.086.620,53

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 MARLENE SAZETE SAUER WIERCHOREN
 PRESIDENTE
 CPF: 422.395.080/00


 AFONSO HEMANN CADAVAL
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 365.619.400/91


 SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
 COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
 CONTADOR CRCRS N. 3544


 MARIA DO CARMO MACÊDO FURQUIM
 CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
 CONTADOR CRCRS N. 7511107
 CPF: 642.480.110/34

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL

RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N.6

RS

ÓRGÃO: 48 - FUNDACAO DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL

U.O.: 48.01 - FUNDACAO DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL			
08.0061	ACAO JUDICIARIA	150.000,00	52.936.620,53	53.086.620,53
08.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.189.046,47	1.189.046,47
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL		1.189.046,47	1.189.046,47
08.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		42.809.592,13	42.809.592,13
08.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		42.809.592,13	42.809.592,13
08.0128.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		40.000,00	40.000,00
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	150.000,00	40.000,00	40.000,00
08.0243.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	150.000,00	8.897.981,93	9.047.981,93
			8.897.981,93	9.047.981,93
TOTAL DA U.O. =>		150.000,00	52.936.620,53	53.086.620,53
TOTAL DO ÓRGÃO =>		150.000,00	52.936.620,53	53.086.620,53

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

M. Sauret
 MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
 PRESIDENTE
 CPF: 422.395.080/00

A. Hemann
 AFONSO HEMANN CAVALAL
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 365.619.400/91

S. Padilha
 SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
 COORDENADOR ADMINISTRACAO FINANCEIRO
 CONTADOR CRCRS N. 45447

M. Furquim
 MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
 CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
 CONTADOR CRCRS N. 7511107
 CPF: 642.480.110/34

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL

RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADESANEXO N. 7
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL			
08.0061	ACAO JUDICIARIA	150.000,00	52.936.620,53	53.086.620,53
08.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.189.046,47	1.189.046,47
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL		1.189.046,47	1.189.046,47
08.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		42.809.592,13	42.809.592,13
08.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		42.809.592,13	42.809.592,13
08.0128.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		40.000,00	40.000,00
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE		40.000,00	40.000,00
08.0243.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	150.000,00	8.897.981,93	9.047.981,93
		150.000,00	8.897.981,93	9.047.981,93
TOTAL GERAL =>		150.000,00	52.936.620,53	53.086.620,53

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

M. Sauer
MARLENE SALGUE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.335.080/00

A. Hemann
AFONSO HEMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

S. Padilha
SERGIO LUIZ RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRACAO FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 45441

M. Furquim
MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NUCLEO DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRCRS N. 7511107
CPF: 642.880.110/34

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS


RFPE029/00001


ANEXO N.º 8

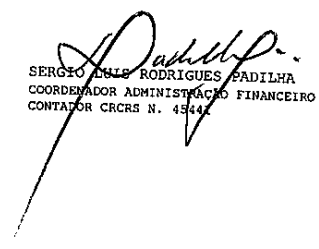
R\$

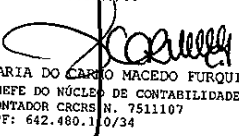
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL	52.651.455,04		
08.0061	ACAO JUDICIARIA	1.189.046,47	435.165,49	53.086.620,53
08.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	1.189.046,47		1.189.046,47
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL	42.789.455,13		1.189.046,47
08.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	42.789.455,13	20.137,00	42.809.592,13
08.0128	FORMACAO RECURSOS HUMANOS	40.000,00	20.137,00	42.809.592,13
08.0128.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	40.000,00		40.000,00
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	8.632.953,44	415.028,49	40.000,00
08.0243.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	8.632.953,44	415.028,49	9.047.981,93
TOTAL GERAL =>		52.651.455,04	435.165,49	53.086.620,53

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.395.080/00


AFONSO HEMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91


SERGIO LUIS RODRIGUES SADILHA
COORDENADOR ADMINISTRACAO FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 45442


MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRCRS N. 7511107
CPF: 642.480.110/34

FUNÇÕES	ASSISTENCIA SOCIAL	TOTAL		
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL	53.086.620,53	53.086.620,53		
SCMA.....	53.086.620,53	53.086.620,53		
TOTAL.....	53.086.620,53	53.086.620,53		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Marlene Salette
 MARLENE SALETTE SAUER WIECHOREKI
 PRESIDENTE
 CPF: 422.395.980/00

Aronco Hemann
 ARONCO HEMANN CADAVAL
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 365.619.400/91

Sergio Luis Rodrigues Padilha
 SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
 COORDENADOR ADMINISTRACAO FINANCEIRO
 CONTADOR CRCRS N. 4544

Maria do Carmo
 MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
 CHEFE DO NUCLEO DE CONTABILIDADE
 CONTADOR CRCRS N. 7511107
 CPF: 642.480.10/34

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

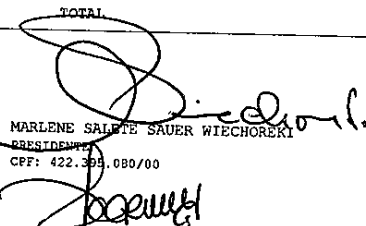
RFPE023/00001

ANEXO N. 10


R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES			
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	545.489,00	483.218,89	62.270,11-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	44.516,00	6.180,70	38.335,30-
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	44.516,00	6.180,70	38.335,30-
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	44.516,00	6.180,70	38.335,30-
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS			
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	44.516,00	6.180,70	38.335,30-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	500.973,00	340.708,74	160.264,26-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	500.973,00	340.708,74	160.264,26-
1761.03.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO PARA PROGRAMAS DE ASSISTENCIA SOCIAL	500.973,00	340.708,74	160.264,26-
1761.03.01.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTENCIA SO	500.973,00	340.708,74	160.264,26-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	500.973,00	340.708,74	160.264,26-
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	136.329,45	136.329,45
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	200,00	200,00
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	0,00	200,00	200,00
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	200,00	200,00
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	200,00	200,00
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	0,00	53.349,91	53.349,91
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	53.349,91	53.349,91
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	53.349,91	53.349,91
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	53.349,91	53.349,91
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	82.779,54	82.779,54
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	82.779,54	82.779,54
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	49.249,43	49.249,43
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	0,00	5.400,00	5.400,00
	TOTAL	545.489,00	483.218,89	62.270,11-

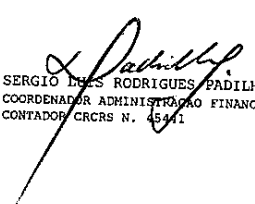
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

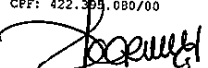

MARLENE SALTE SAUER WIECHOREK
PRESIDENTE

CPF: 422.399.080/00


AFONSO HEMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO

CPF: 365.619.400/91

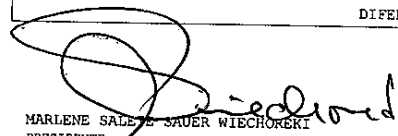

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 45441



MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRCRS N. 7511107
CPF: 642.480.110/34

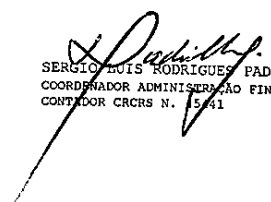
EXERCÍCIO DE 2009	FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA	RFPE026/00001 ANEXO N.11 R\$
-------------------	---	------------------------------------

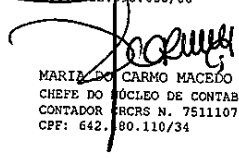
TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL			
DOTAÇÕES INICIAIS	49.996.808,00	470.000,00	50.466.808,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	5.265.690,35	180.000,00	5.445.690,35
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	1.505.690,35	0,00	1.505.690,35
AUTORIZADA	53.756.808,00	650.000,00	54.406.808,00
REALIZADA	52.576.844,17	509.776,36	53.086.620,53
DIFERENÇA	1.179.963,83	140.223,64	1.320.187,47
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			50.466.808,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			5.445.690,35
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			1.505.690,35
AUTORIZADA			54.406.808,00
REALIZADA			53.086.620,53
DIFERENÇA			1.320.187,47

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


MARLENE SALET SAUER WIECHORECKI
PRESIDENTE
CPF: 422.735.080/00


AFONSO HEMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91


SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 1541


MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRCRS N. 7511107
CPF: 642.180.110/34

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.516,00	6.180,70	38.335,30-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	500.973,00	340.708,74	160.264,26-
	0,00	136.329,45	136.329,45
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	545.489,00	483.218,89	62.270,11-
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	545.489,00	483.218,89	62.270,11-
DEFICIT DE PREVISÃO	53.861.319,00	52.603.401,64	1.257.917,36-
TOTAL	54.406.808,00	53.086.620,53	1.320.187,47-

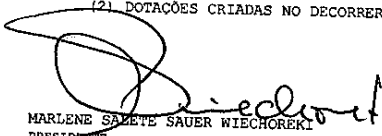
D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	54.406.808,00	53.086.620,53	1.320.187,47-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	54.406.808,00	53.086.620,53	1.320.187,47-
TOTAL	54.406.808,00	53.086.620,53	1.320.187,47-

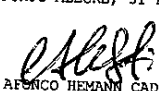
(1) DOTACÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTACÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

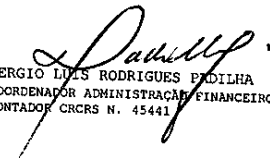
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



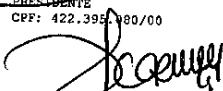
MARLENE SABETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.395.980/00



AFONSO HEMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91



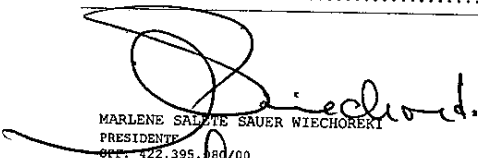
SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
CONTADOR CRCRS N. 45441

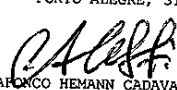


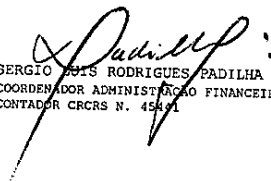
MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRCRS N. 7511107
CPF: 642.480.110/34


RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ASSISTENCIA SOCIAL	53.086.620,53
RECEITA PATRIMONIAL	6.180,70	SOMA.....	53.086.620,53
TRANSFERENCIAS CORRENTES	340.708,74	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	136.329,45	REALIZAVEL	126.303,59
SOMA.....	483.218,89	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.685.050,95
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	649.386,63
TOTAL.....	483.218,89	DEPOSITOS	7.426.827,21
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		DIVERSOS	2.977,69
REALIZAVEL	125.495,25	SOMA.....	10.890.546,07
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.923.272,23	TOTAL.....	63.977.166,60
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	24.833,58	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
DEPOSITOS	8.309.076,52	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
DIVERSOS	2.977,69	INTRAGOVERNAMENTAIS	
SOMA.....	11.385.655,27	SOMA.....	0,00
TOTAL.....	11.868.874,16	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		CAIXA	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		BANCOS C/DISPOSICAO	69.218,35
INTRAGOVERNAMENTAIS	52.258.891,84	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	325.154,40
SOMA.....	52.258.891,84	APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS	
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		VINCULADOS	81.349,01
CAIXA	0,00	BANCOS, C/VINCULADAS	108.827,97
BANCOS C/DISPOSICAO	2.584,61	SOMA.....	584.549,73
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	254.942,94	TOTAL.....	64.561.716,33
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS			
VINCULADOS	17.374,12		
BANCOS, C/VINCULADAS	159.048,66		
SOMA.....	433.950,33		
TOTAL.....	64.561.716,33		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


MARLENE SALLTE SAUER WIECHOREK
PRESIDENTE
CPF: 422.395.880/00

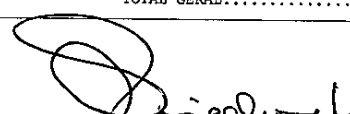

AFONSO HEMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

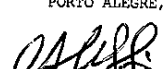

SERGIO REIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 454/1

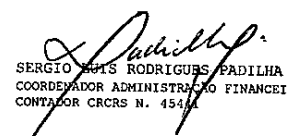

MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRCRS N. 7511107
CPF: 642.480.110/34

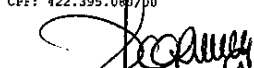
ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	69.218,35	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	2.750.578,59
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	325.154,40	CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	2.900,00
SOMA.....	394.372,75	LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	7.219,88
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	42.238,64
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS		PIS E PASEP A RECOLHER	729,67
VINCULADOS	81.349,01	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A	
BANCOS, C/VINCULADAS	108.827,97	RECOLHER	115.946,17
SOMA.....	190.176,98	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	12.576,76
REALIZÁVEL		FGTS A RECOLHER	83.745,61
DEVEDORES	494,04	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	897.233,41
RESPONSÁVEIS POR PAGAMENTOS IRREGULARES	314,30	DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	82,64
DEPOSITOS JUDICIAIS	433.123,71	DESPESAS DE PEQUENO VALOR - LIMITE ART. 24,	
SOMA.....	433.932,05	II, LEI 8666/93	179.013,76
TOTAL.....	1.018.481,78	REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	51.839,61
ATIVO PERMANENTE		SOMA.....	4.144.104,74
BENS DA ENTIDADE		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
BENS MOVEIS	1.072.888,15	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	594,00
BENS IMOVEIS	1.087.344,24	REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	24.239,58
SOMA.....	2.160.232,39	SOMA.....	24.833,58
DIVERSOS		DEPÓSITOS	
ALMOXARIFADOS	1.900.898,91	DEPOSITOS	905.410,84
SOMA.....	1.900.898,91	SOMA.....	905.410,84
TOTAL.....	4.061.131,30	DIVERSOS	
SOMA DO ATIVO REAL	5.079.613,08	OUTROS CREDORES	3.483,07
ATIVO COMPENSADO		SOMA.....	3.483,07
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		TOTAL.....	5.077.832,23
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	3.000,00	SOMA DO PASSIVO REAL	5.077.832,23
RESPONSÁVEIS POR ALMOXARIFADOS	1.900.898,91	SALDO PATRIMONIAL	
RESPONSÁVEIS POR DIARIAS	530,91	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
SOMA.....	1.904.429,82	ATIVO REAL LÍQUIDO	1.780,85
VALORES DE TERCEIROS		SOMA.....	5.079.613,08
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	546,09	PASSIVO COMPENSADO	
SOMA.....	546,09	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
TOTAL.....	1.904.975,91	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	3.000,00
		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	1.900.898,91
		DIARIAS A COMPROVAR	530,91
		SOMA.....	1.904.429,82
		CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
		BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	546,09
		SOMA.....	546,09
		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES	
		DIVERSAS	
		SOMA.....	0,00
		TOTAL.....	1.904.975,91
TOTAL GERAL.....	6.984.588,99	TOTAL GERAL.....	6.984.588,99

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


MARLENE SALETE SAUER WIECHORECKI
PRESIDENTE
CPF: 422.395.080/00

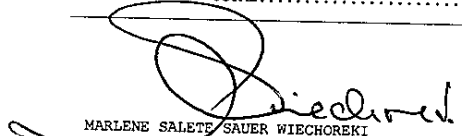

AFONSO HEMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91


SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 45444



MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRCRS N. 7511107
CPF: 642.480.110/34

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	6.180,70	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.690.950,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	340.708,74	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.885.893,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	136.329,45	SOMA.....	52.576.844,17
SOMA.....	483.218,89	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	509.776,36
SOMA.....	0,00	SOMA.....	509.776,36
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	53.086.620,53
SOMA.....	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
TOTAL.....	483.218,89	ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		FASE AQUIS/FORMACAO	42.397,12
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	359.776,36	SOMA.....	42.397,12
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	150.000,00	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SOMA.....	509.776,36	VARIAÇÕES PASSIVAS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	556.389,30
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS MOVEIS	32.023,04
TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	556.389,30	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	3.909.679,23
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	21.868,42	SOMA.....	4.498.091,57
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	4.385.717,56	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO	
SOMA.....	4.963.975,28	PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO		SOMA.....	0,00
PATRIMÔNIO FINANCEIRO		TOTAL.....	57.627.109,22
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		RESULTADO PATRIMONIAL	
INTRAGOVERNAMENTAIS	52.258.891,84	SUPERAVIT VERIFICADO	588.753,15
SOMA.....	52.258.891,84	TOTAL.....	58.215.862,37
TOTAL.....	58.215.862,37		

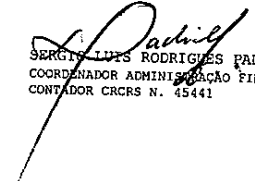
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



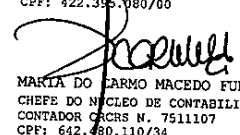
MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.356.980/00



AFONSO HEMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91



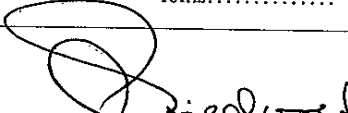
SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRO
CONTADOR CRCRS N. 45441




MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRCRS N. 7511107
CPF: 642.480.110/34

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	2.858.773,27-	1.637.435,50	1.745.630,18	2.750.578,59-
CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVAÇÃO	2.700,00-	2.900,00	2.700,00	2.900,00-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	21.547,85-	7.219,88	21.547,85	7.219,88-
ENCARGOS DE LOCAÇÃO DE IMOVEIS, A PAGAR	503,86-	0,00	503,86	0,00
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	717.087,74-	40.451,52	715.300,62	42.238,64-
PIS E PASEP A RECOLHER	0,00	729,67	0,00	729,67-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	103.958,96-	11.987,21	0,00	115.946,17-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	0,00	12.576,76	0,00	12.576,76-
SERVICOS HOSPITALARES CLINICOS E LABORATORIAIS A PAGAR	4.900,89-	0,00	4.900,89	0,00
FGTS A RECOLHER	570,31-	83.745,61	570,31	83.745,61-
FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS CONTINUOS	25.193,61-	897.233,41	25.193,61	897.233,41-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	512,02-	0,00	429,38	82,64-
DESPESAS DE PEQUENO VALOR - LIMITE ART. 24, II, LEI 8666/93	170.134,95-	177.153,06	168.274,25	179.013,76-
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	0,00	51.839,61	0,00	51.839,61-
SUBTOTAL.....	3.905.883,46-	2.923.272,23	2.685.050,95	4.144.104,74-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	648.064,23-	594,00	648.064,23	594,00-
FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE PEQUENO VALOR-LIMITE ART. 24, II, DA LEI 8666/93	1.322,40-	0,00	1.322,40	0,00
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	0,00	24.239,58	0,00	24.239,58-
SUBTOTAL.....	649.386,63-	24.833,58	649.386,63	24.833,58-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	23.161,53-	8.309.076,52	7.426.827,21	905.410,84-
SUBTOTAL.....	23.161,53-	8.309.076,52	7.426.827,21	905.410,84-
DIVERSOS				
OUTROS CREDITORES	3.483,07-	2.977,69	2.977,69	3.483,07-
SUBTOTAL.....	3.483,07-	2.977,69	2.977,69	3.483,07-
TOTAL.....	4.581.914,69-	11.260.160,02	10.764.242,48	5.077.832,23-

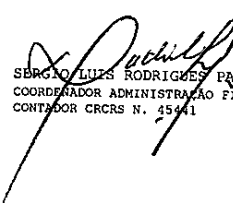
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


MARLENE SAUER SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE

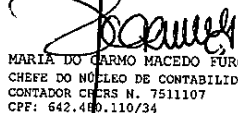
CPF: 422.391.090/00


AFONSO HERMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO

CPF: 365.619.400/91


SÉRGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

CONTADOR CRCRS N. 45441


MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRCRS N. 7511107
CPF: 642.480.110/34


CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	52.576.844,17
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	38.690.950,29
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	38.689.257,17
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	29.391.230,00
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	12.855.982,79
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	1.674.274,34
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	11.383.343,49
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	1.819.686,41
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	1.657.942,97
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	8.203.290,35
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	43.347,21
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	5.754.222,19
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	2.405.720,95
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	1.094.736,82
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	1.094.736,82
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	1.693,12
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	1.693,12
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.693,12
3.3.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	13.885.893,88
3.3.40.41	CONTRIBUICOES	31.000,00
3.3.40.41.4102	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	31.000,00
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	31.000,00
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	13.854.893,88
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	3.240,00
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	3.240,00
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	6.319,43
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	6.319,43
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	4.691.044,26
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	150,08
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	109.304,37
3.3.90.30.3005	FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	152.437,56
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	6.711,00
3.3.90.30.3008	ESPORTES E/OU RECREACAO	2.049.542,85
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	16.088,72
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	44.856,59
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	30.539,75
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	18.129,94
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	16.729,45
3.3.90.30.3020	SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	1.211.001,55
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	1.490,00
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	166.714,42
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	21.346,81
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	224.169,33
3.3.90.30.3029	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	457.957,16
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	390,00
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	78.719,02
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	53.058,93
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	31.706,73
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	450.494,40
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	353.840,00
3.3.90.33.3303	TRANSPORTE DE PRESOS E/OU INTERNADOS	1.929,40
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	94.725,00
3.3.90.36.3606	TAREFEIROS	100.000,00
3.3.90.36.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	1.440,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	98.560,00
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	536.618,00
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	106.820,00
3.3.90.37.3704	SERVICOS TECNICOS	427.618,00
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.180,00
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	7.545.177,14
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	174.328,52
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	165,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	2.952,00
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	129.576,66
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	220.183,74
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	216.640,02
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	370,00
3.3.90.39.3926	SEGUROS	169.015,27
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	5.642,54
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	1.420,74
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	15.888,00
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	57.519,49
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	27.363,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	69.547,50
3.3.90.39.3939	MEDICINA	42.940,00
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	74.955,30
3.3.90.39.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	1.127,50
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	6.901,53
3.3.90.39.3948	MULTAS	339.476,31
3.3.90.39.3953	ENCARGOS FUNERARIOS	800,17
3.3.90.39.3956	REBOQUE	847,30
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	1.200,00
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEI	152.055,44
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	6.825,00
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	1.159.107,01
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	8.681,80
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	4.659.647,30
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	427.691,00
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	257.529,17
3.3.90.47.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	41.264,93
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	128.896,90
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	94.309,65
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	94.309,65
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	509.776,36
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	509.776,36
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	509.776,36
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	150.000,00
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	150.000,00
		359.776,36


CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	208.174,00
4.4.90.52.5204	ARREAMENTO PARA MONTARIA E TRACAO	268,60
4.4.90.52.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	10.436,00
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	1.447,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	16.510,47
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	22.859,00
4.4.90.52.5215	OBRAS DE ARTE, MATERIAIS E OBJETOS PARA DECORACAO	234,30
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	150,00
4.4.90.52.5221	MOVEIS E/OU MATERIAIS PARA ALOJAMENTO	16.373,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	399,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	30.360,99
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	52.564,00
TOTAL GERAL =====>		53.086.620,53

* RESUMO *

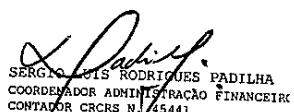
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	38.690.950,29
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	13.885.893,88
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	52.576.844,17
INVESTIMENTOS	=>	509.776,36
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	509.776,36
TOTAL GERAL	=>	53.086.620,53

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
 PRESIDENTE
 CPEL 122.399.080/00


 MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
 CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
 CONTADOR CRCRS N. 7511107
 CPF: 642.480.110/34


 AFONSO HERNANDO CADAVAL
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 365.619.400/91


 SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
 COORDENADOR ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
 CONTADOR CRCRS N. 45441

EXERCÍCIO DE 2009

FUND DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

REFE039/00001

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							TOTAL
	PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
48 FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL	38.650.950,29		13.885.893,88	509.776,36				53.086.620,53
TESOURO-LIVRES	38.650.950,29		199.302,91	150.000,00				38.890.253,20
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			203.296,12	81.869,37				150.000,00
CONVENIOS			13.483.294,85	277.906,99				285.165,49
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUIÇÃO								13.761.201,84
TOTAL	38.650.950,29		13.885.893,88	509.776,36				53.086.620,53

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

MARLENE SALEM SAUER WIECHORSKI
 PRESIDENTE
 CPF: 422.353.089/00

AFONSO HERMANN CADIVAL
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 365.615.400/91

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
 COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
 CONTADOR CRCRS N. 45941

MARLENE SALEM SAUER WIECHORSKI
 CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
 CONTADOR CRCRS N. 7511107
 CPF: 642.480.110/34

FUND DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL										RPFR040/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO										R\$
EXERCÍCIO DE 2009	ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								TOTAL
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
	08 ASSISTENCIA SOCIAL	38.690.950,29		13.885.893,88	509.776,36					53.086.620,53
	TESOURO-LIVRES			199.302,91						38.890.253,20
	TESOURO-VINCULADOS POR LEI	38.690.950,29		203.296,12	150.000,00					150.000,00
	CONVENIOS			13.483.294,85	277.906,99					285.165,49
	TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO									13.761.201,84
	TOTAL	38.690.950,29		13.885.893,88	509.776,36					53.086.620,53
RESUMO										
	TESOURO-LIVRES	38.690.950,29		199.302,91	150.000,00					38.890.253,20
	TESOURO-VINCULADOS POR LEI			203.296,12	81.869,37					150.000,00
	CONVENIOS			13.483.294,85	277.906,99					285.165,49
	TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO									13.761.201,84
	TOTAL	38.690.950,29		13.885.893,88	509.776,36					53.086.620,53

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Marlene Saete Sauser Wiechorek
 MARLENE SAETE SAUSER WIECHOREK
 PRESIDENTE
 CPF: 422.350.080/00

Alencio Hermann Arnal
 ALENICIO HERMANN ARNAL
 DIRETOR ADMINISTRATIVO
 CPF: 365.619.400/91

Sergio Luis Rodrigues Padilha
 SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
 COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
 CONTADOR CRCRS N. 45471

Maria do Carmo Macedo Furquim
 MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
 CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
 CONTADOR CRCRS N. 7511107
 CPF: 642.480.110/34





SECRETARIA DA JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RS


FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL


DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

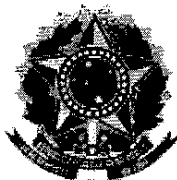
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009.	POSIÇÃO EM 31-12-08		POSIÇÃO EM 31-12-09	
	LEI	DATA		Variações			Mutações Patrimoniais da Despesa
				Passivas	Ativas		
Débitos Parcelados							
Com Ministério da Fazenda - PASEP							
Termo de Parcelamento							
Com Instituto Nacional de Seguro Social - INSS							
Total			0,00		0,00	0,00	


MARLENE SALETTE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF 422.395.080/00


AFONSO HERMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91


SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADM. FINANCEIRO
CONTADOR CRC N. 45441


MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRCRS N. 7511107
CPF 642.480.110-34



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
REGISTRO.....	: RS-075111/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 642.480.110-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 10.02.2010 as 15:09:28.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 75269.


Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Universidade Estadual
do Rio Grande do Sul
UERGS**




RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	32.440,43	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.349.256,02
RECEITA DE SERVIÇOS	2.009,36	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.509.478,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	168.002,63		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	228.415,39	SOMA.....	20.858.734,14
SOMA.....	430.867,81	TOTAL.....	20.858.734,14
DEFICIT	21.403.736,43	DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	21.834.604,24	INVESTIMENTOS	975.870,10
		SOMA.....	975.870,10
		TOTAL.....	21.834.604,24
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	430.867,81	DESPESAS CORRENTES.....	20.858.734,14
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	975.870,10
DEFICIT.....	21.403.736,43	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	21.834.604,24	TOTAL.....	21.834.604,24

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



CARLOS ALBERTO MARTINS CALLEGARO
REITOR
CPF: 044.768.320/00



SIRLENE BRESS
CONTADOR
CRCRS N. 63146
CPF: 235.420.550/34

EXERCÍCIO DE 2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N.6

R\$

ÓRGÃO: 50 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

U.O.: 50.01 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
12	EDUCAÇÃO		21.832.111,56	21.832.111,56
12.0122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		346.141,07	346.141,07
12.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		346.141,07	346.141,07
12.0364	ENSINO SUPERIOR		21.485.970,49	21.485.970,49
12.0364.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		13.443.528,26	13.443.528,26
12.0364.0359	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR		8.042.442,23	8.042.442,23
TOTAL DA U.O. =>			21.832.111,56	21.832.111,56

U.O.: 50.33 - ENCARGOS GERAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL.

12	EDUCAÇÃO		2.492,68	2.492,68
12.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		2.492,68	2.492,68
12.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.492,68	2.492,68
TOTAL DA U.O. =>			2.492,68	2.492,68

TOTAL DO ÓRGÃO =>

21.834.604,24

21.834.604,24

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

CARLOS ALBERTO MARTINS CALLEGARO
 REITOR
 CPF: 068.748.380/00

SIRLEI CRISTINA
 CONTADOR
 CONTADOR SCSRS N. 63146
 CPF: 235.420.350/34

EXERCÍCIO DE 2009


UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

RFPE009/00001

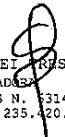
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADESANEXO N. 7
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
12	EDUCACAO		21.834.604,24	21.834.604,24
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL		346.141,07	346.141,07
12.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		346.141,07	346.141,07
12.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		2.492,68	2.492,68
12.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.492,68	2.492,68
12.0364	ENSINO SUPERIOR		21.485.970,49	21.485.970,49
12.0364.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		13.443.528,26	13.443.528,26
12.0364.0359	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO SUPERIOR		8.042.442,23	8.042.442,23
TOTAL GERAL =>		0,00	21.834.604,24	21.834.604,24

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



CARLOS ROBERTO MARTINS CALLEGARO
RECTOR
CPF: 029.789.890/00



SIRLEI TRÉS
CONTADOR
CRCRS N. 53146
CPF: 235.420.550/34

EXERCÍCIO DE 2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

RFPE029/00001


DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS


ANEXO N.8

RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
12	EDUCACAO	21.351.272,48	483.331,76	21.834.604,24
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL	346.141,07		346.141,07
12.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	346.141,07		346.141,07
12.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	2.492,68		2.492,68
12.0302.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.492,68		2.492,68
12.0364	ENSINO SUPERIOR	21.002.638,73	483.331,76	21.485.970,49
12.0364.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	13.443.528,26		13.443.528,26
12.0364.0359	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO SUPERIOR	7.559.110,47	483.331,76	8.042.442,23
TOTAL GERAL =>		21.351.272,48	483.331,76	21.834.604,24

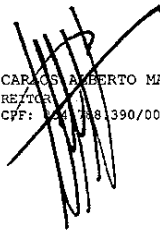
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



 CARLOS ALBERTO MARTINS CALLEGARO
 REITOR
 CPF: 054.774.830/00


 SIRLENE PRES
 CONTÁVEL
 CRCRS N.º 63146
 CPF: 235.420.550/34

FUNÇÕES	EDUCACAO	TOTAL	
ÓRGÃOS			
PODER LEGISLATIVO			
PODER JUDICIARIO			
MINISTERIO PUBLICO			
DEFENSORIA PUBLICA			
PODER EXECUTIVO			
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	21.834.604,24	21.834.604,24	
SOMA.....	21.834.604,24	21.834.604,24	
TOTAL.....	21.834.604,24	21.834.604,24	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 CARLOS ALBERTO MARTINS CALLEGARO
 REITOR
 CPF: 29.148.390/00


 SIRLENE TRES
 CONTADOR
 CRCRS Nº 63146
 CPF: 238.420.550/34

EXERCÍCIO DE 2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00002

ANEXO N. 10

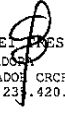
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	15.000,00	0,00	15.000,00-
2471.02.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO PARA PROGRAMAS DE EDUCACAO	15.000,00	0,00	15.000,00-
2471.02.20.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE OUTROS ORGAOS DA UNIAO PARA EDUCACAO	15.000,00	0,00	15.000,00-
2472.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DE SUAS ENTIDADES	50.000,00	0,00	50.000,00-
2472.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS	50.000,00	0,00	50.000,00-
2472.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS	50.000,00	0,00	50.000,00-
2474.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	6.000,00	0,00	6.000,00-
2474.02.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAC	6.000,00	0,00	6.000,00-
2474.02.01.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAC	6.000,00	0,00	6.000,00-
TOTAL		9.725.000,00	430.867,81	9.294.132,19-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



CARLOS ALBERTO MARTINS CALLEGARO
REITOR
CPF: 044.781.511/00



SIRLEI PIRES
CONTADOR
CONTADOR CRCRS N. 63146
CPF: 233.420.550/34

EXERCÍCIO DE 2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

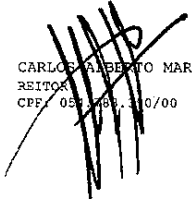
RFPE026/00001

ANEXO N.11

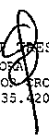
R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL			
DOTAÇÕES INICIAIS	33.281.058,00	4.279.000,00	37.560.058,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	438.607,00	13.000,00	451.607,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	873.360,27	0,00	873.360,27
AUTORIZADA	32.846.304,73	4.292.000,00	37.138.304,73
REALIZADA	20.858.734,14	975.870,10	21.834.604,24
DIFERENÇA	11.987.570,59	3.316.129,90	15.303.700,49
TOTAL GERAL			
DOTAÇÕES INICIAIS			37.560.058,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES			451.607,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00
REDUÇÕES			873.360,27
AUTORIZADA			37.138.304,73
REALIZADA			21.834.604,24
DIFERENÇA			15.303.700,49

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



CARLOS ALBERTO MARTINS CALLEGARO
REITOR
CPF: 052.489.110/00



SIRLEY TIES
CONTADOR
CONTADOR - CRCRS N. 63146
CPF: 235.420.530/34

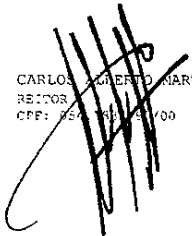
R E C E I T A			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	28.000,00	32.440,43	4.440,43
RECEITA DE SERVIÇOS	95.000,00	2.009,36	92.990,64-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.180.000,00	168.002,63	9.011.997,37-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	311.000,00	228.415,39	82.584,61-
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	9.614.000,00	430.867,81	9.183.132,19-
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	111.000,00	0,00	111.000,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	111.000,00	0,00	111.000,00-
SOMA	9.725.000,00	430.867,81	9.294.132,19-
DEFICIT DE PREVISÃO	27.413.304,73	21.403.736,43	6.009.568,30-
TOTAL	37.138.304,73	21.834.604,24	15.303.700,49-

D E S P E S A			
TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	37.138.304,73	21.834.604,24	15.303.700,49-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	37.138.304,73	21.834.604,24	15.303.700,49-
TOTAL	37.138.304,73	21.834.604,24	15.303.700,49-

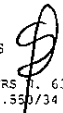
(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



CARLOS ALBERTO MARTINS CALLEGARO
REITOR
CPF: 954.381.91/00



SIRLEI TRES
CONTADORA
CONTADOR CRCRS N. 63146
CPF: 235.420.550/34

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		EDUCACAO	21.834.604,24
RECEITA PATRIMONIAL	32.440,43	SOMA.....	21.834.604,24
RECEITA DE SERVICOS	2.009,36	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
TRANSFERENCIAS CORRENTES	168.002,63	REALIZAVEL	101.469,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	228.415,39	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.903.752,10
SOMA.....	430.867,81	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	97.555,98
RECEITAS DE CAPITAL		DEPOSITOS	2.285.532,83
		DIVERSOS	4.191,67
TOTAL.....	430.867,81	SOMA.....	5.392.501,66
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		TOTAL.....	27.227.105,90
REALIZAVEL	92.954,90	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.910.874,27	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	489.888,07	INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00
DEPOSITOS	2.316.445,87	SOMA.....	0,00
DIVERSOS	4.248,43	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
SOMA.....	4.814.411,54	BANCOS C/DISPOSICAO	36.600,67
TOTAL.....	5.245.279,35	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	302.975,55
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		BANCOS, C/VINCULADAS	730.640,67
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		SOMA.....	1.070.216,89
INTRAGOVERNAMENTAIS	22.058.894,62		
SOMA.....	22.058.894,62		
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
BANCOS C/DISPOSICAO	47.023,53		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	85.690,51		
BANCOS, C/VINCULADAS	860.434,78		
SOMA.....	993.148,82		
TOTAL.....	28.297.322,79	TOTAL.....	28.297.322,79

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

CARLOS ALBERTO MARTINS CALLEGARO
REITOR
CPF: 081.171.180/00

SIRLEI TRES
CONTADORA
CONTADOR CRCRS N. 63146
CPF: 235.420.550/34

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	36.600,67	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	506.554,50
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	302.975,55	CONVENIOS E REPASSES SUJEIROS A COMPROVACAO	100.000,00
SOMA.....	339.576,22	LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	24.315,80
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	384.949,65
BANCOS, C/VINCULADAS	730.640,67	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	907.403,97
SOMA.....	730.640,67	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	164.153,46
REALIZÁVEL		FGTS A RECOLHER	88.206,60
DEVEDORES	346,18	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	2.156,39
RESPONSÁVEIS POR PAGAMENTOS IRREGULARES	9.236,80	DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	4.337,96
DEPOSITOS JUDICIAIS	4.500,00	DESPESAS DE PEQUENO VALOR - LIMITE ART. 24, II, LEI 8666/93	60.590,86
SOMA.....	14.082,98	SOMA.....	2.242.669,19
TOTAL.....	1.084.299,87	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
ATIVO PERMANENTE		FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	479.950,99
BENS DA ENTIDADE		DIARIAS A LIQUIDAR	0,10
BENS MOVEIS	8.873.355,75	DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	759,62
BENS IMOVEIS	61.757,29	DESPESAS DE PEQUENO VALOR-LIMITE ART. 24, II, DA LEI 8666/93	42.490,06
SOMA.....	8.935.113,04	SOMA.....	523.200,77
CRÉDITOS		DEPÓSITOS	
DEVEDORES POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	398,08	DEPOSITOS	150.287,09
SOMA.....	398,08	SOMA.....	150.287,09
DIVERSOS		DIVERSOS	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO ALMOXARIFADOS	520.885,60	OUTROS CREDITORES	4.381,18
SOMA.....	621.577,13	SOMA.....	4.381,18
TOTAL.....	9.557.088,25	TOTAL.....	2.920.538,23
SOMA DO ATIVO REAL	10.641.388,12	SOMA DO PASSIVO REAL	2.920.538,23
ATIVO COMPENSADO		SALDO PATRIMONIAL	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	9.966,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	7.720.849,89
RESPONSÁVEIS POR ALMOXARIFADOS	100.691,53	SOMA.....	10.641.388,12
RESPONSÁVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	124.986,01	PASSIVO COMPENSADO	
RESPONSÁVEIS POR DIARIAS	2.731,87	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
SOMA.....	238.375,41	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	9.966,00
VALORES DE TERCEIROS		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	100.691,53
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	75.636,19	BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	124.986,01
SOMA.....	75.636,19	DIARIAS A COMPROVAR	2.731,87
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		SOMA.....	238.375,41
RESPONSÁVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	417.359,88	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
SOMA.....	417.359,88	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	75.636,19
TOTAL.....	731.371,48	SOMA.....	75.636,19
		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
		CONVENIOS EM EXECUCAO	417.359,88
		SOMA.....	417.359,88
		TOTAL.....	731.371,48
TOTAL GERAL.....	11.372.759,60	TOTAL GERAL.....	11.372.759,60

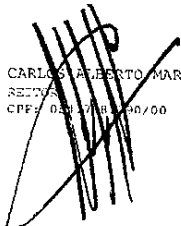
PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

CARLOS ALBERTO MARTINS CALLEGARO
REITOR
CPF: 039.782.190/00

SIRLEI TRES
CONTADORA
CRCRS N. 63146
CPF: 235.420.550/34

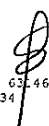
VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	32.440,43	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.349.256,02
RECEITA DE SERVIÇOS	2.009,36	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.509.478,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	168.002,63	SOMA.....	20.858.734,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	228.415,39	DESPESAS DE CAPITAL	
SOMA.....	430.867,81	INVESTIMENTOS	975.870,10
RECEITAS DE CAPITAL		SOMA.....	975.870,10
SOMA.....	0,00	TOTAL.....	21.834.604,24
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
SOMA.....	0,00	RECEBIMENTO DE CRÉDITOS POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	656,00
TOTAL.....	430.867,81	ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES FASE AQUIS/FORMACAO	13.922,77
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		SOMA.....	14.578,77
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	487.572,90	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	473.944,15	VARIAÇÕES PASSIVAS	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	20.015,70	TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	45.391,28
SOMA.....	981.532,75	BAIXA DE BENS MOVEIS	1.225.820,29
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	110.006,42
VARIAÇÕES ATIVAS		SOMA.....	1.381.217,99
INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	1.054,08	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
TRANSFERÊNCIAS INTRAPATRIMONIAIS	52.991,28	SOMA.....	0,00
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	0,34	TOTAL.....	23.230.401,00
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	129.697,46	RESULTADO PATRIMONIAL	
SOMA.....	183.743,16	SUPERAVIT VERIFICADO	424.637,34
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		TOTAL.....	23.655.038,34
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	22.058.894,62		
SOMA.....	22.058.894,62		
TOTAL.....	23.655.038,34		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



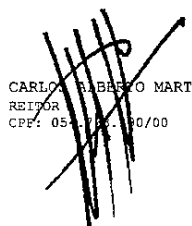
CARLOS ALBERTO MARTINS CALLEGARO
REVISOR
CPF: 031.718.100/00

SIRLEI TRES
CONTADORA
CONTADOR CRCRS N. 63.46
CPF: 235.420.550/34




TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	269.857,38-	508.292,50	271.595,38	506.554,50-
CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVAÇÃO	766.175,48-	100.000,00	766.175,48	100.000,00-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	1.722,20-	24.315,80	1.722,20	24.315,80-
ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS, A PAGAR	31.254,70-	0,00	31.254,70	0,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	1.201.924,59-	163,45	817.138,39	384.949,65-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	693.202,97-	907.403,97	693.202,97	907.403,97-
PIS E PASEP A RECOLHER	13.416,78-	0,00	13.416,78	0,00
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	120.359,54-	164.153,46	120.359,54	164.153,46-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	4.011,96-	0,00	4.011,96	0,00
FGTS A RECOLHER	84.438,62-	88.206,60	84.438,62	88.206,60-
FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS CONTINUOS	10.946,99-	2.156,39	10.946,99	2.156,39-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	3.192,62-	4.337,96	3.192,62	4.337,96-
DESPESAS DE PEQUENO VALOR - LIMITE ART. 24, II, LEI 8666/93	35.043,19-	111.844,14	86.296,47	60.590,86-
SUBTOTAL.....	3.235.547,02-	1.910.874,27	2.903.752,10	2.242.669,19-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVIÇOS	3.264,60-	479.950,99	3.264,60	479.950,99-
ESTAGIARIOS - RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	5.000,00-	0,00	5.000,00	0,00
DIARIAS A LIQUIDAR	0,00	0,10	0,00	0,10-
DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	0,00	759,62	0,00	759,62-
DESPESAS DE PEQUENO VALOR-LIMITE ART. 24, II, DA LEI 8666/93	122.604,08-	9.177,36	89.291,38	42.490,06-
SUBTOTAL.....	130.868,68-	489.888,07	97.555,98	523.200,77-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	119.374,05-	2.316.445,87	2.285.532,83	150.287,09-
SUBTOTAL.....	119.374,05-	2.316.445,87	2.285.532,83	150.287,09-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	4.324,42-	4.248,43	4.191,67	4.381,18-
SUBTOTAL.....	4.324,42-	4.248,43	4.191,67	4.381,18-
TOTAL.....	3.490.114,17-	4.721.456,64	5.291.032,58	2.920.538,23-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009



CARLOS ALBERTO MARTINS CALLEGARO
REITOR
CPF: 05.118.190/00

SIRLEI TRES
CONTADORA
CRCRS N. 63146
CPF: 235.420.550/34



CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	20.858.734,14
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.349.256,02
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	13.345.151,30
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	10.437.878,52
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	10.437.878,52
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	2.880.421,83
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	1.554,00
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	14.079,01
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	2.068.838,99
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	788.564,28
3.1.90.13.1307	MULTAS SOBRE OBRIGACOES PATRONAIS	7.385,55
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.850,95
3.1.90.92.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	17.693,42
3.1.90.92.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	6.276,59
3.1.90.92.1307	MULTAS SOBRE OBRIGACOES PATRONAIS	2.880,94
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	4.104,72
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	3.309,30
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	3.309,30
3.1.91.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	795,42
3.1.91.92.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	795,42
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.509.478,12
3.3.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.200.000,00
3.3.50.43	SUBVENCOES SOCIAIS	1.200.000,00
3.3.50.43.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	1.200.000,00
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	6.042.831,74
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	96.764,92
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	96.764,92
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	195.624,98
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	188.785,96
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	6.839,02
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	210.891,33
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	550,00
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	33.382,50
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	4.086,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	28.759,77
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	1.089,00
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	22.373,74
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDACTICO	16.887,03
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	1.481,12
3.3.90.30.3016	CENARIOS ARTISTICOS E/OU PARA EXPOSICOES	744,99
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	982,60
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	39.383,58
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	48.388,63
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	2.315,90
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	10.466,47
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	148.728,57
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	74.807,82
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	50.461,73
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	23.459,02
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	70.518,47
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	70.518,47
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	38.127,26
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	37.992,26
3.3.90.36.3615	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	135,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	522.447,84
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	207.039,39
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	273.232,28
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	42.176,17
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	4.222.955,78
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	13.467,33
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	320.986,75
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	21.090,20
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	1.185,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	96.073,24
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	133.299,80
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	362.068,68
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	132.579,97
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	571.782,44
3.3.90.39.3926	SEGUROS	22.693,44
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	43.455,14
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	64.962,79
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	137.808,29
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	31.674,27
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	322.532,50
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	762,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	2.482,00
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	446,15
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	450,00
3.3.90.39.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	127,50
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	93.091,03
3.3.90.39.3948	MULTAS	2.852,82
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	300,00
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	1.476,15
3.3.90.39.3955	MAO-DE-OBRA SUPLETIVA	31.516,44
3.3.90.39.3958	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS	1.068,82
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NAO SERVIDORES	45,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	78.460,62
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	9.826,08
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	87,51
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	133.104,31
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	3.395,00
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	1.576.621,22
3.3.90.39.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	2.870,00
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	8.313,29
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	94.030,21
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	7.530,41
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	85.065,94
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	408,91
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.025,00

EXERCÍCIO DE 2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

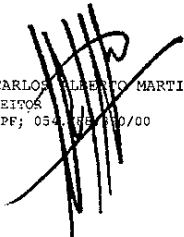
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	173.435,46
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	2.755,04
3.3.90.92.3004	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	1.100,27
3.3.90.92.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	716,25
3.3.90.92.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA	6.386,77
3.3.90.92.3702	VIGILÂNCIA E/OU ZELADORIA	1.466,64
3.3.90.92.3704	SERVÍCIOS TÉCNICOS	19.396,28
3.3.90.92.3902	DIVULGAÇÃO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	25.154,32
3.3.90.92.3903	ASSINATURA DE PERIÓDICOS E RECORTES	696,60
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELÉTRICA	114,00
3.3.90.92.3920	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	28.193,61
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	34.942,80
3.3.90.92.3931	CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	403,00
3.3.90.92.3933	DIVULGAÇÃO OBRIGATORIA	31.400,00
3.3.90.92.3942	ESTAGIÁRIOS E MONITORES	462,00
3.3.90.92.3955	MAO-DE-OBRA SUPLETIVA	7.646,84
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	11.502,99
3.3.90.92.3985	AUXÍLIO-REFEIÇÃO	494,05
3.3.90.92.3989	VIGILÂNCIA E/OU ZELADORIA	604,00
3.3.90.93	INDENIZACÕES E RESTITUIÇÕES	269.306,92
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	442,94
3.3.90.93.9305	INDENIZACÕES	575,94
3.3.90.93.9306	RESTITUIÇÃO DE RECEITAS	268.288,04
3.3.91.00	TRANSFERÊNCIA INTRAGOVERNAMENTAL	266.646,38
3.3.91.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	24.531,66
3.3.91.92.9321	RESSARCIMENTO DE DESPESAS A ENTIDADE DO MESMO GRUPO ECONÔMICO	24.531,66
3.3.91.93	INDENIZACÕES E RESTITUIÇÕES	242.114,72
3.3.91.93.9321	RESSARCIMENTO DE DESPESAS A ENTIDADE DO MESMO GRUPO ECONÔMICO	13.508,18
3.3.91.93.9327	INDENIZAÇÃO PELA OCUPAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS	228.606,54
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	975.870,10
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	975.870,10
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	975.870,10
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES	150.164,99
4.4.90.51.5103	CONSTRUÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE PREDÍOS OU OUTRAS OBRAS PÚBLICAS	142.184,99
4.4.90.51.5106	INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	7.980,00
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	823.205,11
4.4.90.52.5207	LABORATÓRIOS E/OU GABINETES MÉDICOS OU ODONTOLÓGICOS	21.892,25
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	68.833,11
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOTECÁRIO, PECAS P/COLEÇÕES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	216.364,73
4.4.90.52.5214	MOBILIÁRIO EM GERAL	93.529,20
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICAÇÕES	2.289,62
4.4.90.52.5221	MÓVEIS E/OU MATERIAIS PARA ALOJAMENTO	1.351,78
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	86.155,50
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	327.064,04
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	5.724,88
4.4.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.500,00
4.4.90.92.5207	LABORATÓRIOS E/OU GABINETES MÉDICOS OU ODONTOLÓGICOS	2.500,00
TOTAL GERAL =====>		21.834.604,24

* RESUMO *


PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	13.349.256,02
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	7.509.478,12
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	20.858.734,14

INVESTIMENTOS	=>	975.870,10
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	975.870,10
TOTAL GERAL	=>	21.834.604,24

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


CARLOS ALBERTO MARTINS CALLEGARO
REITOR
CPF: 054.178.110/00

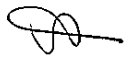
SIRLEI TRES
CONTADORA
CRCRS N. 63146
CPF: 235.420.550/34



EXERCÍCIO DE 2009		UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL							REPE039/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDORRAMENTO POR FONTE DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							R\$
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
50 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	13.349.256,02		7.509.478,12	975.870,10				21.834.604,24	
TESOURO-LIVRES	13.349.256,02		7.168.724,82	832.673,40				21.350.654,24	
PROPRIOS DA FUNDACAO			19.110,72	13.047,41				32.158,13	
CONVENIOS			321.642,58	130.149,29				451.791,87	
TOTAL	13.349.256,02		7.509.478,12	975.870,10				21.834.604,24	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

~~CARLA ANIBERTO MARTINS CALLEGARO
REITORA
CPF: 034.186.210/00~~


SIRLEI TRES
CONFERORA
CPF: 235.420.550/34

EXERCÍCIO DE 2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R\$ REFE040/00001

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								TOTAL
	PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
12 EDUCAÇÃO	13.349.256,02		7.509.478,12	975.870,10					21.834.604,24
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDACAO CONVENIOS	13.349.256,02		7.168.724,82 19.110,72 321.642,58	832.673,40 13.047,41 130.149,29					21.350.654,24 32.158,13 451.791,87
TOTAL	13.349.256,02		7.509.478,12	975.870,10					21.834.604,24
RESUMO									
TESOURO-LIVRES PROPRIOS DA FUNDACAO CONVENIOS	13.349.256,02		7.168.724,82 19.110,72 321.642,58	832.673,40 13.047,41 130.149,29					21.350.654,24 32.158,13 451.791,87
TOTAL	13.349.256,02		7.509.478,12	975.870,10					21.834.604,24

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

CARLOS ALBERTO MARTINS CALLEGARO
REZTOR
CPF: 0.311.518.180/00

SIRLEI TRES
CONTADORA
CRCRS N. 63146
CPF: 235.420.550/34



Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA – 2009

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES	POSIÇÃO EM 31 12-08		MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009		POSIÇÃO EM 31-12-09	
		PASSIVAS	ATIVAS	VARIACIONES	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DA DESPESA		AMORTIZAÇÃO
DEBITOS PARCELADOS							
Com Ministério da fazenda							
PASEP							
Termo de Parcelamento							
Com Instituto Nacional de Seguro Social - INSS							

Carlos Augusto Martins Callegano
Reitor
CIC-40.091.17.09.88

Sirlei Tres
Contador
CIC-235.420.550.34

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO CURADOR**

PARECER

Em atendimento ao previsto no Decreto 43.240, de 15 de julho de 2004, que aprova o Estatuto da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), em especial ao disposto em seu artigo 43, que dispõe sobre as competências do Conselho Curador da Universidade, instalou-se, aos 04 dias do mês de março de 2010, às 14 horas, na sede da UERGS, em Porto Alegre/RS, sob a Presidência do Sr. Milton Cesar da Costa, representante da Secretaria da Fazenda do Estado, a Reunião Ordinária do Conselho Curador da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Compareceram, além do Sr. Presidente, os Conselheiros Prof.^a Lucia Silva e Silva representante do corpo docente da universidade; Sra. Alice Lopes de Oliveira, representante da Secretaria do Planejamento e Gestão; Sr. Paulo Roberto Von Mengden, representante do Fórum dos COREDES; Participaram, ainda, da reunião o Prof. Carlos Alberto Martins Callegaro, Reitor da Universidade; Prof. Celmar Corrêa de Oliveira, Pró-reitor de Administração e Planejamento; Sr.^a Sirlei Três Santos, Contadora da universidade; Sr. Luiz Gonzaga Lopes Coordenador Administrativo da universidade; Sr. Renato Bernardes, Coordenador Financeiro da universidade e a Sr.^a Ana Cláudia Guske, que secretariou a reunião. Não houve participação de representantes do corpo discente nem representante do corpo técnico da universidade tendo em vista que esses não foram eleitos por suas respectivas categorias. O exame feito pelos conselheiros presentes em relação aos demonstrativos contábeis do exercício de 2009 apresentados pela administração da Universidade, quais sejam: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração da Receita e da Despesa Segundo as Categorias Econômicas, Demonstrativo da Dívida Flutuante, Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada e Demonstrativo da Despesa Realizada por Grupos de Despesa, resultou na aprovação unânime das peças contábeis. Os Conselheiros ressaltaram a importância da expressiva redução da dívida da universidade, contudo salientaram a necessidade de que a instituição esteja, acima de tudo, voltada para o oferecimento de um ensino superior de qualidade. Destaque também foi dado à necessidade de adequar os quadros da universidade às suas necessidades, aumentando o número de docentes e aprovando um plano de carreira condizente com a posição estratégica da universidade para o Estado. As demais manifestações dos Conselheiros encontram-se assinaladas na Ata da reunião em tela, assinada pelos participantes e mantida nos arquivos da UERGS.

Considerando o acima exposto, concluímos, em conjunto com os demais membros do Conselho, que as demonstrações contábeis apresentadas espelham a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Universidade e propomos sua aprovação, ressalvado que o exame feito prendeu-se às demonstrações contábeis descritas neste parecer, sem a possibilidade de acesso a outros demonstrativos, planilhas ou documentações.

Porto alegre, 09 de março de 2010.



Milton Cesar da Costa
Presidente do Conselho Curador.


UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

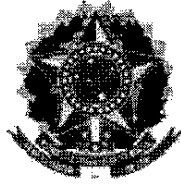
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DE 2009

Com vista ao cumprimento de disposições da lei Complementar 101, de 04.05.2000, e do Decreto 46.778 de 03 de dezembro de 2009, foi efetuado o seguinte procedimento:

Estorno de empenhos não liquidados em 2009, no valor de R\$ 344.778,29 (trezentos e quarenta e quatro mil setecentos e setenta e oito reais vinte nove centavos) excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2010


LUIZ CARLOS
CRC 081.146-0/0
Contador

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: SIRLEI TRES
REGISTRO.....	: RS-063146/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 235.420.550-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 08.02.2010 as 16:28:45.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 75169.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

SETOR EMPRESARIAL



**Banco do Estado do
Rio Grande do Sul, S.A.
BANRISUL**



Mensagem do Presidente



Nos últimos anos, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul superou metas, transcendeu fronteiras, reorganizou processos, modernizou estruturas, mudou seus próprios paradigmas. E, ao mesmo tempo, solidificou uma cultura de desenvolvimento corporativo contínuo - um legado que veio de ontem, prossegue hoje e está preparado para o amanhã.

Equilíbrio institucional e mudanças ousadas foram princípios que conviveram e se completaram no Banrisul. Essa equação trouxe avanços internos e resultados finais amplamente positivos para clientes e acionistas. Agindo com denodo e estratégia, nossa Instituição alcançou um patamar que a destaca, inclusive no cenário mundial, no que concerne à maturidade financeira e às práticas de gestão.

Dois focos, dentre tantos, foram fundamentais para chegar a esse ponto: investimento em tecnologia e formatação de uma governança corporativa permanente. Na área de Tecnologia da Informação, o Banrisul tomou iniciativas que viraram referência no mundo todo. Os últimos anos foram marcados por uma forte aplicação em inovação tecnológica. Acumularam-se prêmios nacionais e internacionais.

Tal avanço, porém, não ocorreu para lograr êxitos ou alcançar marcas numéricas. Nunca

pretendemos um *status* tecnológico por ele mesmo. Todo investimento do Banrisul – nessa e nas demais áreas – partiu de diagnósticos técnicos e foi fruto de uma administração estratégica com foco nos resultados da Instituição e na satisfação de seus clientes, acionistas e colaboradores. A atual governança corporativa do Banco está criando mecanismos de gestão perenes, que se sustentam em linhas contínuas de planejamento.

Operacionalmente, a mudança também foi marcante. Houve revisão de processos internos, setores foram integrados em mesas de negócios, metas passaram por reavaliação e adotou-se uma política de gestão de pessoas sustentada pelo treinamento contínuo e pela valorização do desempenho. O Banrisul está integrado às políticas públicas do Governo do Estado - e assim deve ser, dada sua relevante função social. Porém, as decisões técnicas e colegiadas representam um caminho reto e seguro para a Organização e seus diferentes públicos.

O modelo de gestão consolidado garante a perenidade da Instituição. E garante porque se pauta por uma governança permanentemente focada nos resultados institucionais e na meta de entregar um banco cada vez mais eficiente para seus clientes. Não fosse assim, a propósito, não teríamos obtido a tão bem-sucedida

capitalização de R\$800 milhões na oferta pública de ações ocorrida em 2007.

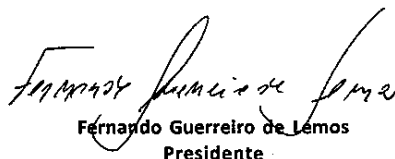
O ano de 2009 confirma esse andar corporativo. Mesmo com a eclosão dos efeitos da crise financeira internacional, o Banrisul encerrou o exercício com um lucro líquido de R\$541,1 milhões, resultado que corresponde a uma rentabilidade de 16,7%, calculada sobre o patrimônio líquido médio. Em dezembro de 2009, o patrimônio líquido alcançou R\$3,4 bilhões e os ativos totais fecharam em R\$29,1 bilhões, com incrementos, respectivamente, de 10,7% e de 15,4% em relação a 2008. Os recursos captados e administrados, R\$21,9 bilhões, cresceram 14,9% em doze meses e os ativos de crédito, R\$13,4 bilhões ao final de dezembro de 2009, registraram incremento de 17,1% no mesmo período.

Com mais de oito décadas de existência, o Banrisul está preparado para seguir sua progressiva linha histórica. Porque, além de pujante saúde financeira e ampla vitalidade corporativa, a Organização revela solidez em todas as suas frentes. Soube receber uma valiosa herança e projetá-la para o futuro, sem perder a identidade gaúcha.

O Banrisul se transformou num banco aberto para o mundo, mas manteve aquele genuíno jeito rio-grandense de agir. Um jeito humano e hospitaleiro, plasmado acima de tudo no respeito às pessoas. E isso só foi possível graças a uma equipe de colaboradores qualificada e pronta para os desafios.

É por intermédio das pessoas, então, que explicamos o Banrisul. No segmento de serviços, especialmente, elas têm importância vital. Não fosse por nossos atores humanos - do escriturário às mais elevadas funções executivas - não seríamos um banco capaz de somar resultados financeiros a um imenso rol de projetos sociais. O Banrisul, enfim, é um banco que gosta de gente!

Equilibramos modernidade e atendimento personalizado, ousadia e respeito, eficiência e inclusão bancária, resultados e participação comunitária, lucro e valorização das pessoas, prospecção comercial e ações sociais. Agora, o lastro para alcançar as próximas vitórias está aí: pavimentado, aberto, amplo, pronto para ser percorrido com velocidade ainda maior. O Banco dos gaúchos segue sua história de sucesso e trilha, desde logo, os caminhos do futuro.


Fernando Guerreiro de Lemos
Presidente

Bovespa: BRSR3, BRSR5, BRSR6

Este *Press Release* pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações não seriam apenas fatos históricos, mas refletiriam os desejos e as expectativas da direção da Companhia. As palavras “antecipa”, “deseja”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “prediz”, “projeta”, “almeja” e similares pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Riscos conhecidos incluem incertezas que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e serviços, aceitação dos serviços no mercado, transações de serviço da Companhia e de seus competidores, aprovação regulamentar, flutuação da moeda, mudanças no *mix* de serviços oferecidos e outros riscos descritos nos relatórios da Companhia. Este *Press Release* está atualizado até a presente data e o Banrisul poderá ou não atualizá-lo mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros.

Quarta-feira 10.02.2010 Divulgação do Resultado do Quarto Trimestre de 2009

Apresentamos, abaixo, os principais números obtidos pelo Banrisul no quarto trimestre de 2009 e os acumulados até dezembro de 2009. A Análise de Desempenho, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas estão disponibilizadas no *site* do Banco www.banrisul.com.br/ri.

Resultado

	R\$ MILHÕES						
	2009	2008	4T09	3T09	2T09	1T09	4T08
Margem Financeira Líquida	2.542,4	1.978,9	668,7	628,1	638,9	606,7	571,2
Despesas de Provisão Operações de Crédito	(422,6)	(256,5)	(96,7)	(65,8)	(109,9)	(150,2)	(55,7)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.119,7	1.722,4	572,0	562,3	529,0	456,5	515,5
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	579,3	538,7	152,1	144,6	140,3	142,2	138,7
Receita das Operações de Crédito e <i>Leasing</i>	2.876,9	2.352,6	761,5	710,9	694,5	710,0	716,6
Despesas de Pessoal e Outras Administrativas	1.579,9	1.461,1	404,1	410,3	386,6	378,9	381,7
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	215,4	207,0	73,7	46,6	48,0	47,1	62,6
Lucro Líquido Consolidado	541,1	590,9	184,3	146,0	104,2	106,5	171,9
Lucro Líquido Ajustado a Eventos Não Recorrentes	541,1	504,7	184,3	146,0	104,2	106,5	171,9

O **lucro líquido** do Banrisul, em 2009, foi de **R\$541,1 milhões**, 7,2% ou R\$36,4 milhões acima do resultado recorrente registrado no ano anterior. Incluídos os itens não recorrentes de R\$86,2 milhões contabilizados em 2008, o lucro líquido acumulado em 2009 apresentou redução de 8,4% ou R\$49,8 milhões. O desempenho acumulado nos últimos doze meses foi, positivamente, afetado pela elevação das receitas de crédito e com operações de

tesouraria e, negativamente, pela elevação da provisão para operações de crédito, principalmente, no primeiro semestre de 2009.

O **lucro líquido** acumulado no 4T09 somou R\$184,3 milhões, 7,2% ou R\$12,4 milhões acima do registrado no mesmo trimestre do ano passado. Em relação ao 3T09, o lucro líquido registrado no 4T09 foi 26,2% ou R\$38,2 milhões superior, performance explicada pelo aumento das receitas de crédito, redução das despesas de captação e elevação das receitas com serviços e em outras receitas operacionais.

A **margem financeira** somou **R\$2.542,4 milhões** no exercício de 2009, 28,5% ou R\$563,5 milhões acima do montante gerado no ano anterior. No 4T09, a margem financeira totalizou R\$668,7 milhões, 17,1% ou R\$97,4 milhões acima do montante apurado no 4T08 e 6,5% ou R\$40,6 milhões acima do valor contabilizado no 3T09. No acumulado de doze meses, o aumento das receitas de crédito e de tesouraria contribuiu para a elevação da margem financeira.

A ampliação das **despesas de provisão**, no acumulado de doze meses e no 4T09 em relação ao 4T08, decorre da elevação do índice de inadimplência, face ao quadro de desaceleração do nível de atividade econômica que predominou nos primeiros meses de 2009.

No acumulado de 2009, a **rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio** alcançou **16,7%**.

Evolução Patrimonial

	R\$ MILHÕES				
	Dez/09	Set/09	Jun/09	Mar/09	Dez/08
Ativos Totais	29.084,1	28.573,2	27.743,3	26.501,5	25.205,4
Operações de Crédito	13.414,2	12.528,5	12.068,6	11.833,8	11.453,6
Títulos e Valores Mobiliários ⁽¹⁾	10.758,6	10.683,3	10.133,2	9.114,0	8.563,6
Recursos Captados e Administrados	21.902,4	20.855,8	20.173,5	19.422,9	19.058,2
Patrimônio Líquido	3.408,5	3.299,8	3.198,3	3.139,2	3.079,1

⁽¹⁾ Títulos e Valores Mobiliários + Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Obrigações Compromissadas.

Os **ativos totais** apresentaram, ao final de dezembro de 2009, saldo de **R\$29.084,1 milhões**, 15,4% ou R\$3.878,8 milhões acima do registrado em dezembro de 2008. Na comparação com setembro de 2009, os ativos cresceram 1,8% ou R\$510,9 milhões. A **rentabilidade sobre o ativo total médio** resultou em **2,0%** nos 12M09.

O volume de **operações de crédito** totalizou **R\$13.414,2 milhões** em dezembro de 2009, saldo que ultrapassa em 17,1% a posição alcançada em dezembro de 2008 e em 7,1% o saldo de setembro de 2009. O crescimento do volume total das operações de crédito decorre, basicamente, da expansão da carteira comercial pessoa física, que apresentou crescimento de 38,1% em doze meses e de 5,5% nos últimos três meses.

As operações de crédito vencidas há mais de 60 dias e que não geram receita totalizaram R\$453,1 milhões em dezembro de 2009. O **índice de inadimplência**, **3,4%** do total da carteira de crédito, reduziu-se 0,4 pp. sobre o indicador registrado em setembro de 2009, porém ainda acima do indicador de dezembro de 2008, 3,3%. O **índice de cobertura** de atrasos com provisões, que alcançou **224,4%** em dezembro de 2009, permanece em níveis elevados em relação ao mercado, atestando a política conservadora do Banrisul no tocante à gestão do risco de crédito.

As **aplicações em títulos e valores mobiliários** somaram **R\$10.758,6 milhões** ao final de dezembro de 2009, volume 25,6% acima do montante registrado em dezembro de 2008 e 0,7% acima do saldo alcançado em setembro de 2009. O valor inclui as aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações por operações compromissadas.

Os **recursos captados e administrados** somaram **R\$21.902,4 milhões** ao final de dezembro de 2009, volume 14,9% acima do montante registrado no mesmo mês do ano anterior. Na comparação com setembro de 2009, a captação cresceu 5,0%.

Ao final de dezembro de 2009, o **patrimônio líquido** do Banrisul alcançou **R\$3.408,5 milhões**, apresentando crescimento de 10,7% em relação ao montante registrado em dezembro de 2008 e de 3,3% na comparação com setembro de 2009. O **índice de Basileia** atingiu **17,5%** em dezembro de 2009.

Índices

	2009	2008	4T09	3T09	2T09	1T09	4T08
Rentabilidade s/ Patrimônio Líquido Médio (ROAE)	16,7%	20,1%	23,9%	19,2%	13,8%	14,4%	24,7%
Rentabilidade s/ Ativo Total Médio (ROAA)	2,0%	2,6%	2,6%	2,1%	1,5%	1,7%	2,7%
Custo Operacional	5,4%	5,8%	5,4%	5,5%	5,5%	5,7%	5,8%
Índice de Eficiência	52,0%	56,8%	52,0%	53,5%	54,0%	55,3%	56,8%
Índice de Cobertura	224,4%	259,5%	224,4%	217,1%	230,2%	227,8%	259,5%
Índice de Inadimplência ⁽¹⁾	3,4%	3,3%	3,4%	3,8%	4,1%	4,0%	3,3%
Índice de Basileia	17,5%	20,1%	17,5%	18,0%	18,4%	19,1%	20,1%

⁽¹⁾ > 60 dias / Carteira de Crédito.

O **índice de eficiência**, nos últimos doze meses, alcançou **52,0%**. A melhora do índice reflete a capacidade da margem financeira, sustentada pelo crescimento da receita de crédito e com títulos e favorecida pela redução das despesas com intermediação, em absorver a elevação das despesas administrativas e operacionais.

O **custo operacional** de **5,4%**, nos últimos doze meses, foi influenciado pelo crescimento das operações de tesouraria e de crédito, que contribuíram para a absorção das despesas administrativas.

Margem Financeira

R\$ MILHÕES




	2009	2008	4T09	3T09	2T09	1T09	4T08
Margem Financeira Líquida	2.542,4	1.978,9	668,7	628,1	638,9	606,7	571,2
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.119,7	1.722,4	572,0	562,3	529,0	456,5	515,5
Ativos Rentáveis Médios ⁽¹⁾	25.600,3	21.124,4	26.995,2	26.301,7	25.157,3	23.947,0	23.095,3
Margem Financeira Líquida ⁽²⁾	9,9%	9,4%	10,3%	9,9%	10,6%	10,5%	10,3%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira ⁽³⁾	8,3%	8,2%	8,7%	8,8%	8,7%	7,8%	9,2%

⁽¹⁾ Ativos Rentáveis Médios do período em análise.

⁽²⁾ Margem Financeira Líquida sobre Ativos Rentáveis Médios (anualizado).

⁽³⁾ Resultado Bruto da Intermediação Financeira sobre Ativos Rentáveis Médios (anualizado).

Destaques

-  O Valor de Mercado do Banrisul, em 31 de dezembro de 2009, atingiu R\$6.011,9 milhões. As ações preferenciais obtiveram valorização de 162,5% no ano de 2009.
-  O Banrisul venceu, em agosto de 2009, o certame realizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, para aquisição do direito de gestão da folha de benefícios concedidos a partir de janeiro de 2010 por cinco anos. A previsão é de que sejam concedidos aproximadamente 31,0 mil novos benefícios mensalmente, contabilizando-se, no final desse período, 1,8 milhão de novos benefícios. Essa conquista representa, portanto, um aumento significativo da base de clientes.
-  Os investimentos em *hardware*, *software* e manutenção de bens totalizaram R\$226,8 milhões em 2009.

Reconhecimentos

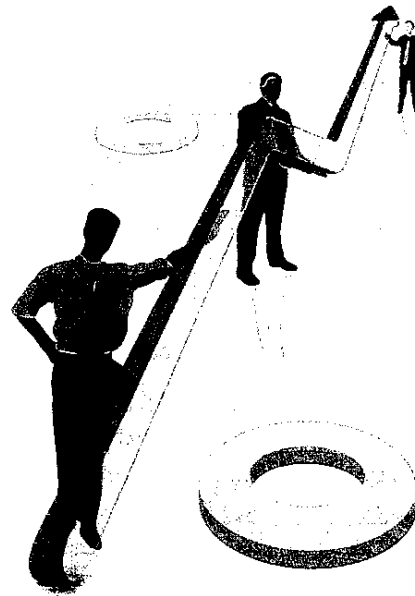
- Janeiro/2009. Banrisul foi indicado como finalista do prêmio *Executivos de TI do Ano 2009*. Fundos de Renda Fixa do Banrisul estão entre os melhores do país.
- Fevereiro/2009. Banrisul é uma das 500 marcas mais valiosas do setor financeiro mundial.
- Março/2009. Banrisul vence *ranking Top 5*.
Banrisul é *Destaque do Agronegócio 2009*.
- Março/2009. Banrisul é uma das empresas de maior prestígio de marca corporativa no Estado.
Banrisul Consórcios assume a liderança no mercado gaúcho.
Banrisul Corretora de Valores é destaque no estudo *Marcas de Quem Decide*.
Banrisul é uma das empresas mais inovadoras da Região Sul.
- Abril/2009. Banrisul é destaque no *ranking* de ativos *Top Banks*.
Banrisul é uma das empresas mais lembradas pelos gaúchos.
Banrisul é uma das marcas mais valiosas do Brasil.
- Junho/2009. Banrisul recebe o prêmio *Smart Card*.
Banrisul conquista prêmio na área de TI.
Banrisul é destaque em *ranking* nacional do sistema financeiro.
- Julho/2009. Banrisul está entre as 100 melhores ações para investir.
- Agosto/2009. Banrisul é uma das 500 melhores empresas do Brasil.
Banrisul recebe Certificado de Neutralização de Carbono.
- Setembro/2009. Banrisul é premiado com o *Top Cidadania*.
Banrisul é apontado como a 13ª empresa no *ranking Grandes & Líderes – 500 Maiores do Sul*.
- Outubro/2009. Banrisul recebe o Selo de Assiduidade 3 Anos da *Apimec-SP*.
Cartão com *chip* do Banrisul recebe prêmio de *Melhor Solução Mundial* em 2009.
- Novembro/2009. Banrisul é premiado com o troféu *Carrinho Agas 2009*.
Banrisul conquista o prêmio *Top de Marketing* da *ADVB-RS*.
- Dezembro/2009. Banrisul é agraciado com o prêmio *Mérito Lojista 2009*.
Banrisul recebe o prêmio *Qualidade* da *Apimec-SP*.
Banrisul está entre os 100 maiores grupos econômicos do país.
Banrisul é destaque nacional com projeto do Débito Autorizado.

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2010.



Cenário Econômico

O cenário econômico brasileiro caracterizou-se pelo fortalecimento das evidências de retomada da atividade produtiva, depois de um processo recessivo, observado a partir do final de 2008, enfrentado por meio de medidas de política econômica implementadas para amenizar os efeitos da crise financeira internacional. Essa retomada, impulsionada pelo crescimento do Produto Interno Bruto - PIB no segundo e terceiro trimestres do ano e pelo comportamento favorável dos diversos indicadores de conjuntura, é sustentada, em especial, pelo movimento positivo da demanda interna.



Dentre os fatores determinantes do desempenho da demanda interna, destaca-se o consumo das famílias, favorecido pela preservação da renda real, em um ambiente de retração da inflação; bem como pela melhora nas condições do mercado de crédito. Quanto à inflação, o exercício de 2009 foi marcado pela desaceleração dos principais índices de preços, com sinais claros de aquecimento a partir do último trimestre. Esse movimento, além de refletir os impactos do aumento no preço do álcool combustível, do restabelecimento parcial da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI sobre automóvel novo, e da elevação sazonal dos preços do grupo vestuário, refletiu, também, o cenário de recuperação da atividade econômica, abatida pela crise internacional, sem interferir, contudo, na convergência natural da inflação à meta anual de 4,5%. Esse último aspecto, aliado à valorização cambial, foi determinante para a manutenção da taxa Selic no patamar de 8,75% ao final do ano.

Quanto à economia gaúcha, a evolução dos principais indicadores setoriais evidencia a recuperação, embora ainda bastante lenta, da atividade econômica, após os impactos da crise mundial. No setor industrial, conforme dados divulgados pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul – FIERGS, houve sinais bem determinados de consolidação da atividade, sobretudo entre os meses de maio a novembro, quando a expansão foi de 6,7%, destacando-se a recuperação do faturamento, favorecida pela demanda interna e pelo câmbio favorável. Da mesma forma, a Utilização da Capacidade Instalada - UCI também expandiu-se no mesmo período, chegando a 83,6%. Na mesma linha, o nível de emprego



apresentou sinais de recuperação, bem como a massa salarial, ambos com expansão de 0,7% e de 1,8%, respectivamente, na última medição disponível. Vale mencionar que a retomada da atividade econômica gaúcha é observada em todos os setores de forma generalizada, sem, contudo, restabelecer os padrões de desempenho anteriores à crise.

Por outro lado, a safra de grãos do Estado deve apresentar bom desempenho, ainda que materializada a perspectiva de redução de 2,9% em 2009, frente a 2008, sendo menos afetada em relação ao restante do país, cuja projeção de retração anual é de 8,6%. Esse desempenho refletiu, em especial, o recuo nas culturas de milho e de trigo, 20,2% e 14,3%, respectivamente, sendo equilibrado, parcialmente, pela expansão das culturas de feijão e arroz, 22,4% e 7,3% respectivamente.

Assim, a análise dos principais indicadores econômicos revela que os impactos mais severos sobre a economia brasileira como um todo já foram superados, tendo em vista que, de modo geral, o cenário no qual está inserida é de retomada da atividade econômica, de ascensão da confiança de consumidores e empresas e de inflação bem comportada, indicando perspectivas bastante favoráveis para o ano de 2010.



Estratégia Empresarial

O ano de 2009 iniciou sob o impacto de um ambiente macroeconômico adverso. O agravamento da crise financeira internacional ao final de 2008 alterou sobremaneira a dinâmica do sistema bancário brasileiro, afetado pelas ações dos órgãos reguladores, por restrições nas condições de liquidez e pelo aumento da inadimplência.

O ciclo de flexibilização da política monetária, iniciado ao final de 2008, permaneceu em 2009, e a oferta de crédito foi sustentada, em parte, por instituições públicas, circunstâncias que resultaram em gradual recuperação da atividade econômica e do volume de crédito em proporção do PIB. Um ano que iniciou com crédito escasso terminou com perspectivas favoráveis.



Em 2010, a recomposição dos níveis de liquidez, a baixa alavancagem do sistema bancário brasileiro e condições econômicas favoráveis deverão ampliar a competitividade entre instituições públicas e privadas no mercado de crédito e reduzir *spreads*, conjuntura que exigirá ampliação de escala.

Passado e futuro combinam-se, por vezes contrapõem-se, numa equação cujo resultado traduz-se, especialmente no volátil ambiente das finanças, por gestão da estratégia. Num segmento altamente afetado por mudanças conjunturais e por inovações tecnológicas, a racionalização no processo de decisão é um dos principais pilares do modelo de negócios. Portfólio, preços, prazos, segmentos de maior competitividade, preferências dos clientes, canais de distribuição, formas de abordagem, processos internos, pessoas - tudo está em constante movimento. No Banrisul, agregar eficiência e qualidade à gestão tem sido a estratégia dominante implementada nos últimos anos.

A consolidação dessa estratégia tomou forma com a implementação de um modelo de gestão voltado para a geração de resultados, decisão que implicou numa mudança profunda e abrangente em todos os canais do Banco, na modernização do parque tecnológico, na revisão de processos internos, no desenvolvimento de um novo modelo de crédito, na reestruturação da modelagem de metas comerciais e de remuneração aos empregados e

na implementação de oportuna ação financeira, que foi a capitalização da Instituição em 2007. A montagem dessa infraestrutura operacional e financeira tem sustentado a consecução de objetivos globais da Instituição que incluem:

- ⊙ **Manutenção da posição de liderança conquistada pelo Banco no Rio Grande do Sul e expansão em outros mercados.** Liderança no mercado exige escala, crescimento do crédito, segmentação e fidelização de clientes, estreitamento da relação com investidores, qualificação do processo de atendimento aos clientes, fortalecimento dos canais, expansão da Rede Comercial Banricompras e de Correspondentes Bancários. Para esse objetivo, concorrem as estratégias de expansão da rede de agências e o compartilhamento da rede de autoatendimento com outros bancos.
- ⊙ **Expansão da rede de atendimento, especialmente, na Região Sul.** O Banrisul tem ampliado sua presença na Região Sul. Para 2010, está prevista a abertura de agências nos Estados de Santa Catarina e São Paulo, no interior do Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, além da instalação de postos de atendimento em municípios do Estado do Rio Grande do Sul desassistidos de serviços bancários, postos de atendimento bancário em outras localidades e diversos pontos de atendimento eletrônico. Essa estratégia permite ampliar a base de clientes e, conseqüentemente, a receita oriunda da prestação de serviços. A abertura de pontos de atendimento possibilita aumento de *market share*, fortalecimento da vocação varejista da Instituição e, sobretudo, minimização dos riscos derivados de uma atuação regionalizada.
- ⊙ **Ampliação da receita gerada por uma base de clientes ampla, diversificada e em perspectiva de expansão.** O Banrisul conta com uma base de clientes sólida, razão pela qual a fidelização constituiu-se em importante mecanismo de ampliação da margem de contribuição gerada por cliente. Esse ciclo encontra-se em estágio de maturação. Para a ampliação da base de clientes, concorrem as estratégias de abertura de novos pontos de atendimento no Rio Grande do Sul e em localidades da Região Sul e compartilhamento da rede de autoatendimento com outros bancos. A bem-sucedida participação do Banco no certame realizado em 2009 pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, para a aquisição do direito de gestão da folha de benefícios concedidos no Estado do Rio Grande do Sul, pelos próximos cinco anos, também contribuirá sobremaneira para a consecução desse objetivo.
- ⊙ **Incorporação de tecnologias inovadoras.** A estratégia de tecnologia tem que estar ajustada ao modelo operacional que, por sua vez, sustenta as diretrizes de crescimento de negócios. Referência nacional e internacional em inovações no segmento financeiro, o Banrisul prepara pessoas recentemente contratadas por concurso público para a área de sistemas e automação e mantém a estratégia de fazer com que a Tecnologia da



Informação sustente o crescimento dos negócios, seja através de maior segurança e conforto aos clientes na utilização dos serviços, seja pela via da modernização de processos internos que possibilitem a qualificação da informação para a tomada de decisão. Para o próximo ano, a política de TI prevê a modernização de *hardware*, a ampliação dos mecanismos de acesso a aplicativos através de celular, a continuidade do projeto de certificação, a extensão da utilização do Cartão Múltiplo Banrisul e a melhoria da infraestrutura de sustentação da arquitetura de sistemas da Instituição, garantindo, por meio de uma plataforma moderna, maior eficiência operacional.

⊙ **Aperfeiçoamento do modelo de gestão, adequando-o às rápidas mudanças do mercado.**

Ter um modelo de negócios focado na lucratividade de cada operação e no desempenho global da Instituição é resultado de um longo processo de amadurecimento e aprendizado de todo o quadro de profissionais da Instituição. Nos últimos anos, foram criadas as circunstâncias para que tecnologia, processos e pessoas operassem em condições favoráveis de integração. Investir em novas ferramentas, agregar racionalidade às decisões, adotar novos conceitos e visões é um processo natural, que modifica pessoas e a própria Instituição, garantindo-lhe permanência e expansão no mercado.

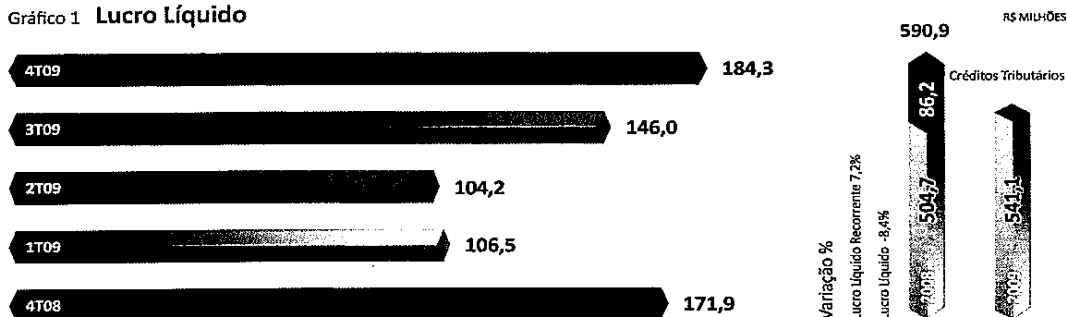


Desempenho Consolidado

Lucro Líquido

O lucro líquido do Banrisul, acumulado em 2009, foi de R\$541,1 milhões, 7,2% ou R\$36,4 milhões superior ao resultado recorrente registrado no ano anterior. Considerando o resultado de 2008 com itens não recorrentes de R\$86,2 milhões, o lucro líquido foi 8,4% ou R\$49,8 milhões menor. O desempenho de 2009 foi, positivamente, afetado pela elevação das receitas de crédito e com operações de tesouraria e, negativamente, pelo aumento da inadimplência, especialmente nos primeiros meses do ano, conjuntura que implicou na ampliação da alocação de recursos em provisão para operações de crédito.

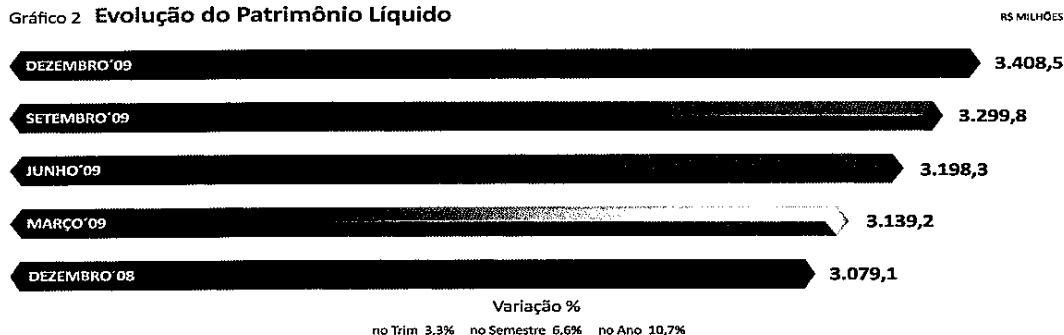
Gráfico 1 Lucro Líquido



Patrimônio Líquido

O Banrisul encerrou o mês de dezembro de 2009 com patrimônio líquido de R\$3.408,5 milhões. A expansão de 10,7% em um ano tem como origem a incorporação dos resultados gerados, deduzidos os pagamentos e provisionamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio atingiu 16,7% em 2009.

Gráfico 2 Evolução do Patrimônio Líquido

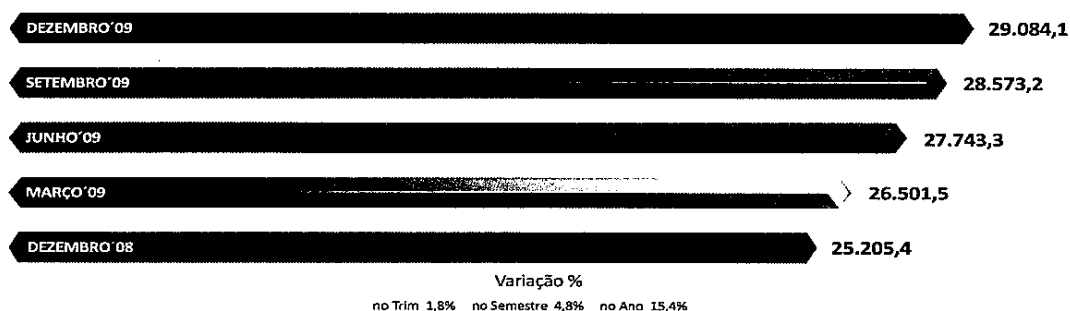


Ativo Total

Os ativos totais alcançaram saldo de R\$29.084,1 milhões em dezembro de 2009, com incremento de 15,4% em relação aos R\$25.205,4 milhões registrados no mesmo mês de 2008. O crescimento dos ativos, em um ano, proveio da expansão da captação de depósitos e do incremento do Fundo de Reservas de Depósitos Judiciais – FRDJ, cuja soma alcançou R\$3.581,7 milhões. Na composição dos ativos, destaca-se o crescimento das operações de tesouraria, no valor de R\$1.967,2 milhões, e do crédito, no montante de R\$1.960,6 milhões.

Gráfico 3 **Evolução do Ativo Total**

R\$ MILHÕES



Impostos e Contribuições

O Banrisul recolheu e provisionou, em 2009, R\$575,6 milhões em impostos e contribuições próprios, enquanto os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, totalizaram R\$451,5 milhões.



Desempenho Operacional

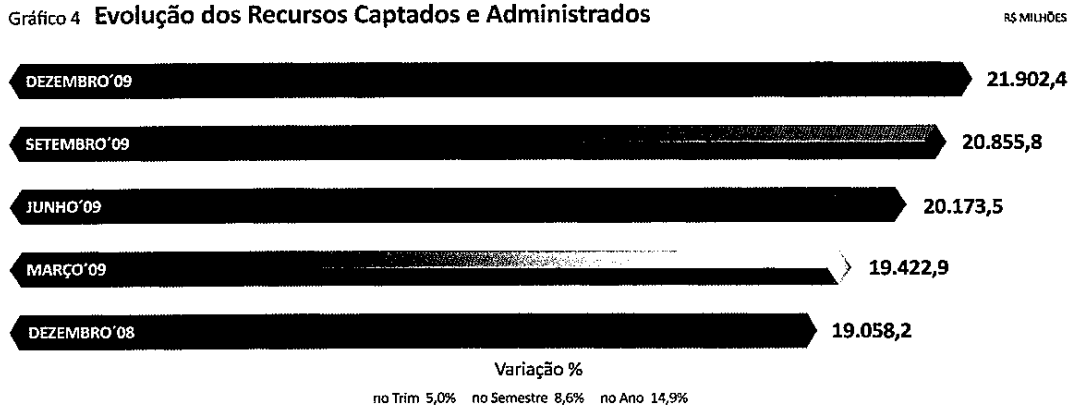
Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados totalizaram R\$21.902,4 milhões em dezembro de 2009, com incremento de 14,9% ou R\$2.844,2 milhões em um ano.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$8.530,7 milhões, com crescimento de 12,9% ou R\$972,9 milhões em relação a dezembro de 2008. Os depósitos de poupança apresentaram expansão de 17,3% ou R\$830,9 milhões, totalizando R\$5.636,8 milhões. Os depósitos à vista cresceram 12,7% ou R\$236,6 milhões em doze meses e alcançaram o valor de R\$2.100,6 milhões.

Em dezembro de 2009, os recursos de terceiros administrados atingiram saldo de R\$5.532,7 milhões, ante R\$4.802,1 milhões registrados no mesmo mês do ano anterior, correspondendo à expansão de R\$730,6 milhões ou 15,2% em um ano. Tendo em vista mudanças na regulamentação que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, o Banrisul reestruturou o portfólio de fundos de investimento em 2009, de forma a adequá-lo ao segmento de previdência municipal, e criou dois novos fundos.

Gráfico 4 Evolução dos Recursos Captados e Administrados

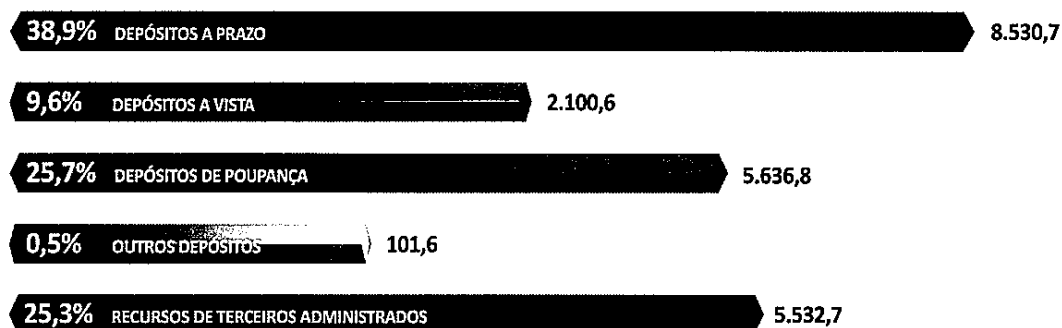


⊕ Distribuição dos Recursos Captados e Administrados

A composição dos recursos captados e administrados abrange os depósitos a prazo, principal instrumento de *funding* das operações de crédito, que atingiram saldo de R\$8.530,7 milhões em dezembro de 2009, representando 38,9% do total; os recursos de terceiros administrados, R\$5.532,7 milhões, perfazendo 25,3%; os depósitos de poupança, R\$5.636,8 milhões e 25,7% de participação, e os depósitos à vista, R\$2.100,6 milhões, equivalendo a 9,6% do montante total.

Gráfico 5 Distribuição dos Recursos Captados e Administrados

R\$ MILHÕES



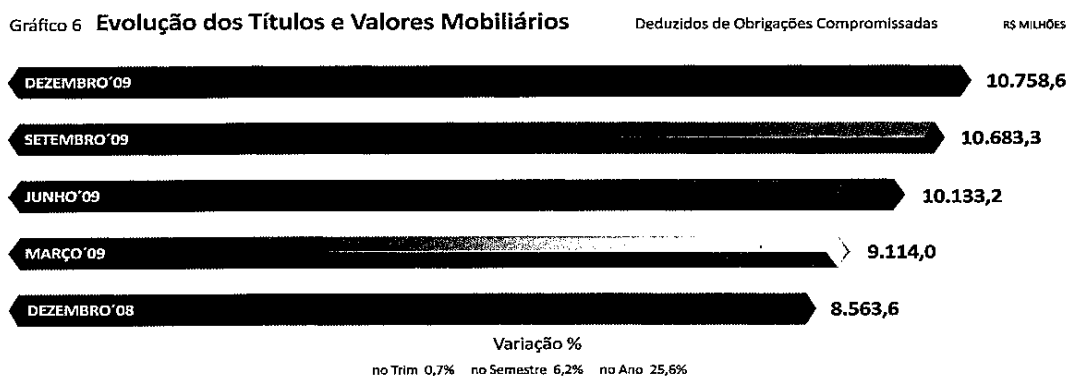


🕒 Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em títulos e valores mobiliários apresentaram saldo de R\$10.758,6 milhões em dezembro de 2009, o que representa incremento de R\$2.194,9 milhões ou 25,6% em relação ao montante registrado ao final de 2008. Esse saldo inclui as aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações passivas de operações compromissadas.

A elevação dos recursos em tesouraria, nos últimos doze meses, provém do direcionamento dado a essas operações alternativamente aos ativos de crédito, no início de 2009, face ao cenário de desaceleração econômica naquele período.

O Banrisul possui capacidade financeira, comprovada através de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068, de 08.11.01, do Banco Central do Brasil.





Política de Crédito

No início de 2009, o mercado de crédito foi afetado pela diminuição de liquidez, conjuntura resultante da crise financeira global que se disseminou ao final de 2008. A partir do segundo trimestre de 2009, a configuração de expectativas mais favoráveis em relação à atividade econômica, motivada pela atuação das autoridades regulatórias, favoreceu a retomada dos negócios no sistema bancário, ainda que em ritmo mais lento em relação ao existente antes da crise.

O ambiente adverso que predominou nos primeiros meses de 2009 exigiu uma política de crédito focada no monitoramento da inadimplência. No Banrisul, essa atividade alinha as metodologias utilizadas aos padrões recomendados pelo Novo Acordo de Capital – Basileia II, adota práticas de mercado que privilegiam a rentabilidade e busca garantir a melhor alocação possível do capital entre as diferentes alternativas de ativos. No início de 2009, a política de crédito caracterizou-se pela diminuição de prazos, aumento de preços e estímulo à aquisição de carteiras de crédito consignado de outros bancos.

Na medida em que o cenário foi se tornando mais promissor, a retomada do crédito, inclusive junto ao segmento empresarial por meio da disponibilização de linhas de capital de giro, tornou-se a diretriz principal. Preços e prazos foram também flexibilizados, em linha com os mecanismos de afrouxamento da política monetária. A consolidação dos modelos de mitigação de risco garantiu a continuidade da expansão da carteira, especialmente no último trimestre de 2009, período em que as condições gerais da economia foram propícias.

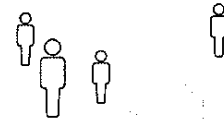
A gestão eficaz da exposição ao risco permitiu que, em dezembro de 2009, as operações classificadas como Risco Normal, que abrangem os níveis AA até C, representassem 88,1% do total da carteira, 2,3 pp. acima do registrado no mesmo mês de 2008, alcançando montante de R\$11.821,9 milhões. As operações classificadas como Risco 1, que incluem os níveis D a G, totalizaram R\$1.221,6 milhões, compondo 9,1% da carteira. O Risco 2, formado



exclusivamente por operações de nível H e que exigem 100% de provisão, totalizou R\$370,7 milhões ou 2,8% do total. A classificação da carteira por níveis de risco segue procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Banco Central do Brasil.

Para 2010, a expectativa do Banrisul em relação aos ativos de crédito é de continuidade do crescimento. A tendência de substituição de linhas de capital de giro por linhas de investimento com prazos mais alongados, nova regulamentação no mercado de cartões de crédito, que passa a vigorar a partir de 2010 mediante a reformulação do modelo de relacionamento das bandeiras com empresas adquirentes, e de sustentação do crescimento do emprego e renda com efeitos favoráveis sobre o consumo estimulam a recuperação do ritmo de crescimento do crédito.

A política de crédito do Banrisul está alicerçada na retomada do crescimento do crédito empresarial, especialmente por meio de linhas com garantia de recebíveis, no crescimento do crédito consignado junto aos servidores públicos, pensionistas, aposentados do INSS e empregados de empresas privadas e na expansão das operações com cartão de crédito e no segmento imobiliário. Também estão previstas melhorias nos modelos proprietários de classificação da carteira de crédito, aliados a uma gestão comprometida com os indicadores de qualidade da carteira.



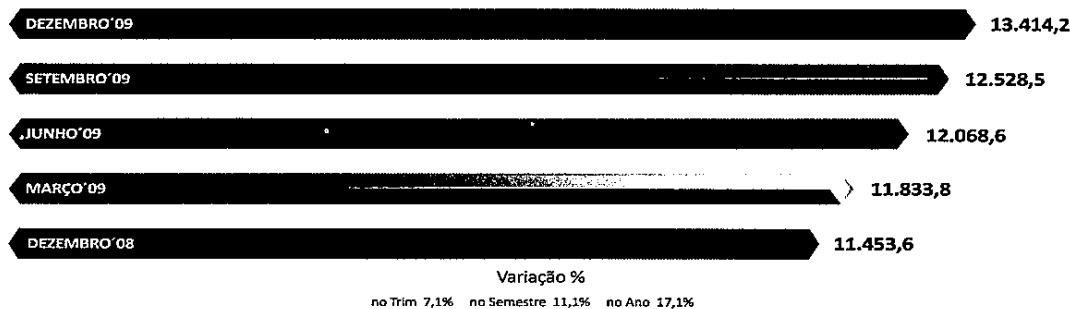
Operações de Crédito

A carteira de crédito do Banrisul totalizou, em dezembro de 2009, R\$13.414,2 milhões, volume 17,1% ou R\$1.960,6 milhões superior aos R\$11.453,6 milhões registrados no mesmo mês do ano anterior. Destaca-se o crescimento da carteira comercial, que passou de R\$8.448,5 milhões para R\$10.108,6 milhões, com elevação de R\$1.660,1 milhões ou 19,6% em doze meses, e que respondeu por 84,7% do incremento total no crédito. As operações direcionadas à pessoa física totalizaram R\$5.421,6 milhões, com incremento de 38,1%. No segmento pessoa jurídica, o saldo das operações alcançou R\$4.687,0 milhões, com aumento de 3,7%.

As demais carteiras tiveram o seguinte desempenho em doze meses: crédito rural apresentou crescimento de R\$168,7 milhões ou 19,8% e atingiu saldo de R\$1.020,1 milhões; operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC) e adiantamento de cambiais entregues (ACE) aumentaram R\$35,8 milhões ou 8,0%, totalizando R\$482,9 milhões; crédito imobiliário cresceu R\$124,0 milhões ou 12,9%, com saldo de R\$1.085,3 milhões; financiamento a longo prazo registrou incremento de R\$53,5 milhões ou 11,9%, atingindo R\$501,3 milhões, e operações de arrendamento mercantil reduziram R\$12,2 milhões ou 11,5%, totalizando R\$94,6 milhões. As operações com o setor público atingiram saldo de R\$121,5 milhões.

Gráfico 7 Evolução das Operações de Crédito

R\$ MILHÕES



Crédito Comercial Pessoa Física

As operações de crédito comercial destinadas às pessoas físicas totalizaram R\$5.421,6 milhões, correspondendo a 53,6% da carteira comercial e a 40,4% do total de operações de crédito ao final de 2009. O incremento de R\$1.494,5 milhões, em doze meses, foi influenciado, principalmente, pelas aquisições de carteiras de crédito consignado.

35



O crédito consignado próprio alcançou R\$2.726,1 milhões, 21,7% maior em relação ao mesmo mês de 2008. A concessão de créditos consignados somou R\$1.435,6 milhões em doze meses, distribuídos em 313,2 mil operações. O saldo das aquisições de carteiras de crédito consignado de outras instituições financeiras, em dezembro de 2009, totalizou R\$1.346,9 milhões, com incremento de 129,1% em um ano.

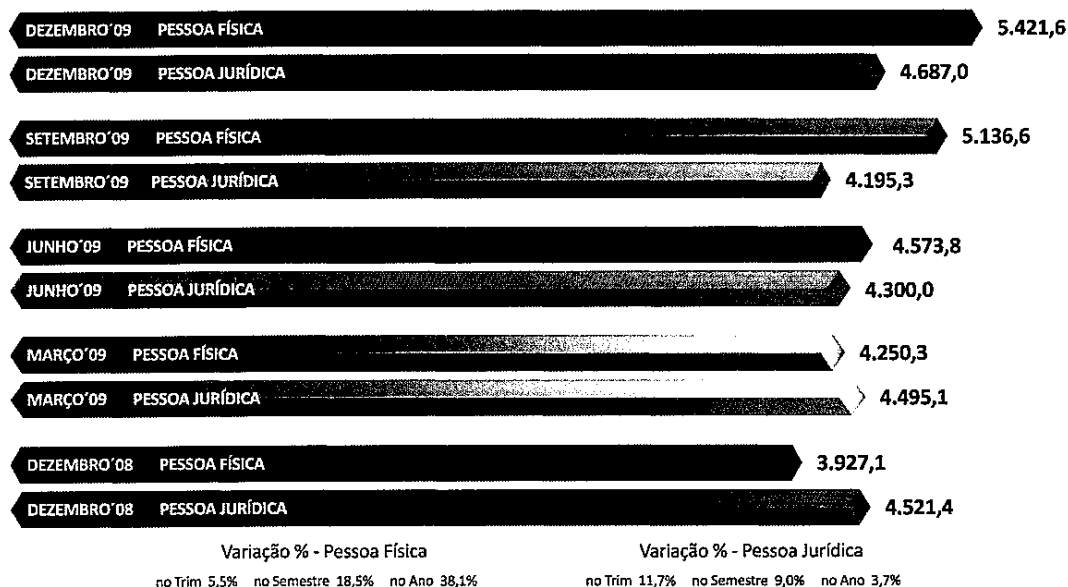
☉ Crédito Comercial Pessoa Jurídica

As operações de crédito comercial direcionadas às pessoas jurídicas atingiram saldo de R\$4.687,0 milhões em dezembro de 2009, respondendo por 46,4% da carteira comercial e 34,9% do total das operações de crédito. O segmento empresarial apresentou incremento de R\$165,6 milhões comparativamente à posição do mesmo mês do ano anterior.

A concessão de capital de giro a hospitais, clínicas e laboratórios totalizou R\$50,0 milhões em 2009. Para a área da educação, abrangendo universidades e instituições de ensino, foram alocados R\$169,8 milhões no mesmo período.

Gráfico 8 Evolução do Crédito Comercial – Pessoa Física e Jurídica

R\$ MILHÕES



Agronegócio

O Banrisul disponibiliza linhas de crédito específicas ao agronegócio, de acordo com as necessidades de cada tipo de produtor. Para os produtores da agricultura familiar, produtores rurais, empresas e cooperativas agropecuárias, o custeio agrícola financia as lavouras de soja, milho, arroz, trigo, cevada, hortigranjeiros e fruticultura. O custeio pecuário destina-se à exploração da pecuária de leite, aves, ovinos, bubalinos, suínos, bovinos, piscicultura e apicultura. As indústrias de transformação e beneficiamento contam com financiamento para a armazenagem de produtos para venda futura. O Banco financia, também, toda a aquisição e modernização dos equipamentos utilizados para a produção rural e a implantação de projetos relacionados à preservação ambiental.

A carteira de crédito rural do Banrisul alcançou R\$1.020,1 milhões em 2009, 19,8% superior ao registrado no ano anterior. Foram contratadas 36,5 mil novas operações, totalizando a concessão de R\$811,5 milhões, com crescimento de 37,3% sobre o mesmo período de 2008. Do total concedido, R\$703,9 milhões foram direcionados ao custeio rural e R\$107,6 milhões a investimentos.

A captação dos depósitos da poupança rural permitiu ao Banco ampliar o volume de recursos para o agronegócio e desenvolver novas opções de crédito para produtores rurais e empresas do segmento. Entre as novas linhas, estão o custeio a integradoras da avicultura de corte e suinocultura e o financiamento ao beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos e insumos agropecuários, complementando dessa forma a necessidade de crédito de toda a cadeia do agronegócio.

O Banrisul participou, em 2009, de 189 feiras agropecuárias, realizando financiamentos que totalizaram R\$23,0 milhões com recursos próprios e R\$3,5 milhões advindos da poupança rural. Formalizou, ainda, 43 convênios com empresas e cooperativas, para financiar os custeios das lavouras de inverno e verão, e para investimentos.

Câmbio

As operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC) e de adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE) apresentaram saldo de R\$482,9 milhões ao final de 2009, com crescimento de 8,0% ou R\$35,8 milhões em doze meses. De janeiro a dezembro de 2009, foram contratadas 7,3 mil operações de exportação e 10,9 mil de importação, que totalizaram US\$1.217,6 milhões, volume 2,8% menor que o alcançado no mesmo período do ano anterior. As operações de exportação concedidas somaram US\$708,5 milhões e as de importação movimentaram US\$509,1 milhões.

37

Crédito Imobiliário

A carteira de crédito imobiliário do Banrisul apresentou saldo de R\$1.085,3 milhões ao final de 2009, com crescimento de 12,9% ou R\$124,0 milhões em um ano.

Por meio das linhas de crédito imobiliário, em 2009, foram contratadas 5,3 mil operações, que corresponderam à concessão de R\$369,9 milhões. Desse montante, R\$108,3 milhões foram aplicados em 1,4 mil aquisições de imóveis usados, R\$31,3 milhões em 280 imóveis novos, e R\$4,1 milhões em 83 imóveis comerciais. Na modalidade plano empresário, foram destinados R\$175,7 milhões em 2,4 mil unidades, e na construção individual da casa própria, R\$29,2 milhões foram aplicados em 368 residências.

Financiamento a Longo Prazo

A carteira de financiamento a longo prazo atingiu o montante de R\$501,3 milhões em dezembro de 2009, com incremento de 11,9% ou R\$53,5 milhões em um ano. Em 2009, foram liberadas 435 operações, totalizando R\$221,5 milhões de recursos provenientes do Fname e do BNDES, volume 96,6% superior ao mesmo período de 2008. Desse montante, R\$81,5 milhões foram destinados à indústria, com 217 operações; R\$75,5 milhões ao setor de serviços, com 47 operações; R\$14,2 milhões ao comércio, em 33 operações, e R\$50,3 milhões foram concedidos ao setor público, em 138 novas operações.

Microcrédito

As linhas de microcrédito, que objetivam facilitar o acesso de micro, pequenas e médias empresas ao capital de giro, apresentaram concessão de R\$1.203,0 milhões, em 2009, montante 5,0% ou R\$57,5 milhões superior ao liberado no ano anterior. A linha que obteve melhor desempenho foi recebíveis bannicompras, com aplicação de R\$403,7 milhões, volume 55,1% superior ao obtido em 2008. A maior redução ocorreu na linha promicro, com concessão de R\$423,6 milhões, 18,9% menor em relação ao ano anterior.



Produtos, Serviços e Canais

Banricompras

O Banricompras, modalidade de pagamento eletrônico disponível nos cartões de conta corrente do Banrisul, consolidou sua marca e hoje faz parte do dia a dia dos clientes. Presente em grande parte dos estabelecimentos comerciais do Rio Grande do Sul e em processo constante de ampliação de sua rede de credenciados em outros estados do país, o produto é estratégico para a alavancagem de negócios do Banco. Entre os benefícios do Banricompras está a segurança da realização de pagamentos sem cheque ou dinheiro, facilidade de acompanhamento das operações pelo extrato da conta, e para os lojistas a possibilidade de antecipar os recebimentos.

Fazem parte da rede de credenciados Banricompras, atualmente, 87,6 mil estabelecimentos cadastrados, que efetuaram 61,3 milhões de operações e movimentaram o total de R\$3.854,7 milhões em 2009. Se comparados ao mesmo período do ano anterior, os valores foram superiores em 19,8%, 12,6% e 20,2% respectivamente. Esse crescimento é reflexo das novas facilidades e aplicações do produto lançadas em 2009, que serão ampliadas a partir de 2010.

Banricompras B2B

O Banricompras B2B (Business to Business) é uma forma de pagamento eletrônico pela Internet, associada às operações de compra e venda entre fornecedores e clientes. É mais uma opção para os fornecedores credenciados ao Banricompras, em especial aqueles que embarcam produtos mediante confirmação de pagamento e aos que atuam com distribuidores regionais. Lançado em setembro de 2009, realizou 1.192 operações em quatro meses, que movimentaram R\$8,4 milhões.

Banricompras Rural

A partir da safra de verão 2009/2010, o Banco disponibilizou aos produtores que contrataram financiamento para custeio agropecuário o Cartão Banricompras Rural, que funciona como cartão de débito automático. Do total de recursos da operação contratada, 40% é disponibilizado em uma conta corrente para ser utilizada com o cartão Banricompras, possibilitando aos clientes efetuarem pagamentos dos insumos agropecuários diretamente nos estabelecimentos conveniados ou via Banricompras B2B.

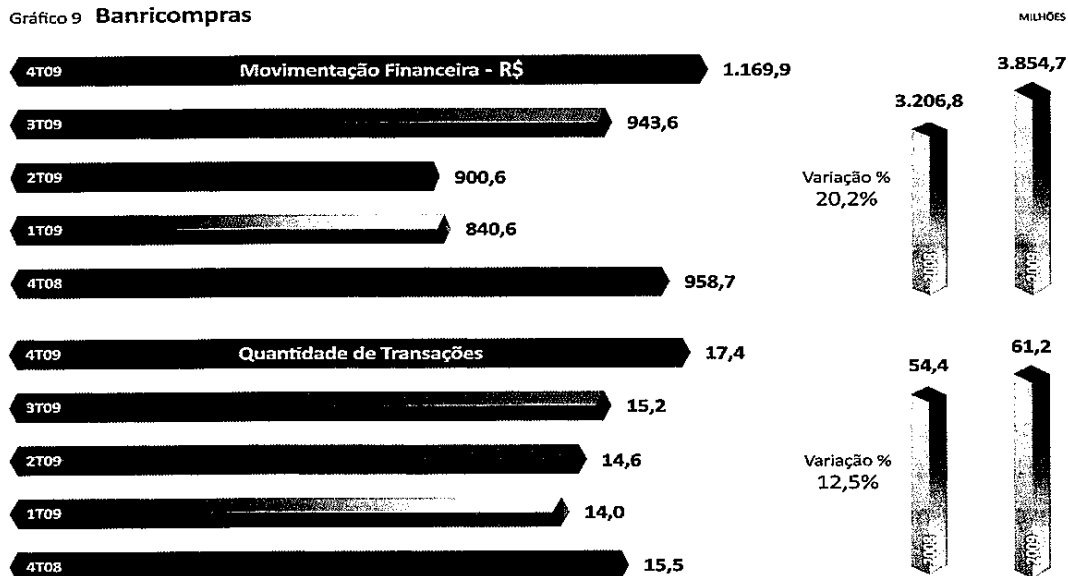
O Banricompras Rural realizou 44,8 mil operações e movimentou R\$53,7 milhões desde seu lançamento, em setembro de 2009.

IPE Saúde

O Instituto de Previdência do Estado firmou parceria com o Banrisul para substituir as carteiras dos usuários por cartões com tarjas magnéticas para autorizar os procedimentos do plano de saúde. Os cartões podem, também, ser utilizados para transações via Banricompras em consultórios médicos, hospitais, clínicas e laboratórios, viabilizando o credenciamento desses estabelecimentos à Rede Banricompras.

Desde o lançamento do produto, em janeiro de 2009, foram emitidos 950,0 mil cartões e ocorreu o credenciamento de 2.889 estabelecimentos da área de saúde. Em um ano, foram realizadas 8,3 mil operações, que movimentaram R\$600,2 mil.

Gráfico 9 Banricompras



Correspondentes Banrisul

Os Correspondentes Banrisul, alternativa flexível de prestação de serviços bancários, evitam o deslocamento até a rede de agências e ampliam o horário de atendimento aos clientes.

O Banco conta com aproximadamente 2,3 mil Correspondentes, que movimentaram R\$12.119,1 milhões em 58,8 milhões de operações em 2009. A movimentação financeira apresentou crescimento de 42,6%, e o número de operações, 19,8%, em relação ao mesmo período de 2008. Para 2010, está prevista a implantação de novos sistemas e facilidades, que tornarão os Correspondentes uma opção de atendimento ainda mais semelhante ao oferecido nas agências.

Agência Virtual - Home e Office Banking

A Agência Virtual Banrisul, ambiente de atendimento via Internet no qual os correntistas podem realizar diversas operações bancárias *on line*, realizou 81,9 milhões de operações e movimentou R\$102,3 bilhões em 2009. Em relação ao ano anterior, em que foram efetuadas 68,8 milhões de operações, com volume total de R\$71,9 bilhões, a evolução foi de 19,0% e 42,3% respectivamente.

Banrifone e Call Center

O Banrifone e o *Call Center* de Agências são canais de atendimento por telefone que o Banrisul disponibiliza a seus clientes. Pelo Banrifone, são realizadas consultas de saldo, transações bancárias e solicitação de serviços. No *Call Center*, as ligações direcionadas às agências incluídas no projeto são filtradas e solucionadas sempre que possível, liberando as equipes das agências para a realização de negócios.

Via Banrifone, foram realizadas 5,1 milhões de operações no atendimento eletrônico e 552,6 mil atendimentos personalizados, com movimentação de R\$197,0 milhões em 2009. O *Call Center* recebeu 914,4 mil ligações no atendimento personalizado, das quais 38,4% foram retidas e solucionadas, com movimentação financeira de R\$9,8 milhões.

Criado em 2006, o projeto *Call Center* está em fase de consolidação, com os objetivos de aderência dos clientes e racionalização de processos nas agências alcançados. Para 2010, serão ampliados os serviços disponibilizados pelo canal, bem como será estruturada a expansão do projeto para outras praças.

Débito Direto Autorizado

O Débito Direto Autorizado - DDA, nova modalidade de cobrança de títulos proposta pela Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN, representou a mais significativa mudança nos meios de pagamento desde a padronização dos documentos e a inserção do código de barras. O serviço, implantado pelo Banrisul em outubro de 2009, consiste na apresentação eletrônica dos boletos de cobrança, substituindo a entrega em papel.

Entre as vantagens do DDA estão a segurança, a comodidade e a facilidade de poder concentrar num mesmo local todos os títulos sob sua responsabilidade; a possibilidade de consultar e pagar títulos de terceiros que são responsabilidade do cliente, e a praticidade de acessar os boletos de qualquer lugar onde o cliente esteja, sem manuseio físico do documento e eliminando o risco de extravio, fraude ou atraso no recebimento.

Os diferenciais do projeto do Banco, que recebeu sete medalhas da Câmara Interbancária de Pagamentos, são a possibilidade de cálculo automático de descontos e de abatimentos para pagamento antecipado de títulos. Para efetivar o pagamento de forma eletrônica, o cliente pode utilizar o *Home e Office Banking*, o Banrifone e os terminais de autoatendimento.

Pregão Eletrônico

O Pregão *On Line* Banrisul, portal de compras eletrônicas, tem por objetivo proporcionar aos gestores o controle e a eficiência das atividades relacionadas ao processo das compras públicas, buscando a transparência, a racionalização e a redução dos custos dessas funções, ao possibilitar à sociedade o acompanhamento dos processos de compras dos governos em todas as esferas. Com a vigência das Leis Estaduais nº 13.179 e nº 13.191, que tornaram obrigatório o uso do pregão eletrônico para os poderes públicos do Estado, foram ministrados cursos para qualificação dos servidores responsáveis pelos processos de compras, sob a coordenação da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH, em parceria com o Banrisul e a Central de Licitações - CELIC.

Em 2009, foram realizados 17,4 mil certames licitatórios pelo Pregão *On Line* Banrisul, que movimentaram R\$347,2 milhões e resultaram em economia de R\$127,4 milhões para os usuários do setor público. Comparado com o mesmo período do ano passado, em que ocorreram 10,4 mil certames e movimentação de R\$87,7 milhões, os volumes são 66,8% e 295,9% superiores respectivamente. O Banrisul, enquanto usuário do seu sistema, realizou 379 certames, totalizando R\$37,4 milhões em valores negociados, com economia de 25,0% ou R\$12,6 milhões. O percentual de economia é a diferença entre o valor médio apurado para a licitação em relação ao menor lance no final de cada certame.

27/09

Cartões de Crédito

A base de cartões de crédito do Banrisul, que opera com as bandeiras *Visa* e *MasterCard*, estava composta por 302,9 mil unidades ao final de 2009. Em um ano, foram realizadas 9,7 milhões de operações, que movimentaram R\$659,2 milhões, volumes 1,2% e 3,5% acima do ano anterior respectivamente. O tíquete médio apresentou crescimento de 5,3% para compras e de 38,1% para saques no mesmo período.

Em 2009, o Banco tornou-se emissor do Cartão BNDES, produto que, baseado no conceito de cartão de crédito, financia os investimentos de micro, pequenas e médias empresas. Para os clientes portadores dos cartões *Visa* e *MasterCard*, foi disponibilizada a possibilidade de parcelamento da fatura, em até doze meses.

Seguros, Previdência e Capitalização

O Banrisul, em parceria comercial com as empresas *Icatu Hartford* e *Sul América Seguros*, coloca à disposição, em sua rede de agências, produtos de capitalização e seguros, buscando satisfazer as necessidades de seus clientes.

Em 2009, a capitalização somou, em valores de produção, R\$5,0 milhões e a produção de seguros de bens e de pessoas, ultrapassou R\$6,0 milhões. No mesmo período, foram entregues cerca de R\$13,8 milhões em prêmios a 9.086 contemplados que possuem seguros de vida e capitalização. Contribuíram para o bom desempenho dos produtos, o lançamento da nova capitalização *BanriCap Mais*, devido a mudanças na legislação dos títulos, e a promoção *Fazendinha Banrisul*, que distribuiu prêmios aos clientes que adquiriram o produto.



Rede de Atendimento Banrisul

Presente em 410 municípios gaúchos, o Banrisul contava, em dezembro de 2009, com uma rede de atendimento composta por 1.167 pontos, distribuídos em 434 agências, 276 postos de atendimento bancário e 457 pontos de atendimento eletrônico, atingindo 83% dos municípios gaúchos, que correspondem a 98% da população e do PIB do Estado. Do total de agências, 397 estão localizadas no Rio Grande do Sul, 20 em Santa Catarina, 15 em outros estados brasileiros e duas no exterior, em Nova Iorque e *Grand Cayman*. Completam as opções de atendimento disponíveis aos clientes, 2,3 mil Correspondentes Banrisul, agência virtual, Banrifone e Rede Banricompras.

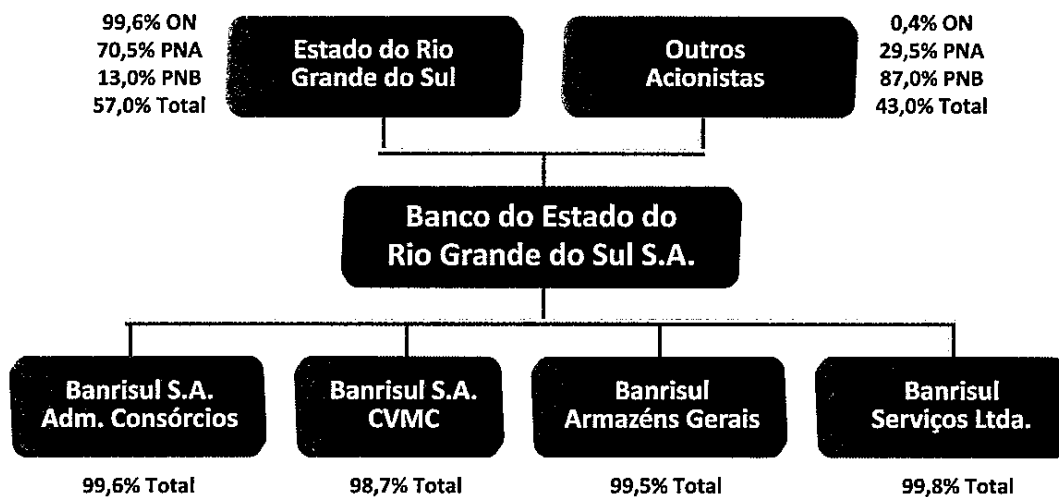


Em 2009, foram abertas sete novas agências e sete pontos/postos de atendimento. Para 2010, o Banrisul prevê a inauguração de novas agências no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em São Paulo, além de postos de atendimento avançado, postos de atendimento bancário e diversos pontos de atendimento eletrônico.

A estratégia do Banrisul em relação à rede de atendimento busca a ampliação do *market share* através da expansão para novas localidades com grande potencial de geração de negócios, a cobertura de áreas desassistidas no Estado e o atendimento aos convênios de folha de pagamento em empresas e órgãos públicos.



Empresas do Grupo Banrisul



Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios oferece diversas modalidades de cartas de crédito para a aquisição programada de imóveis, automóveis e motos. A empresa comercializou 5,5 mil cotas em 2009, totalizando R\$123,5 milhões e encerrou o ano com 20,2 mil cotas ativas e volume de crédito de R\$458,8 milhões. Em doze meses, ocorreram 3,5 mil contemplações, com distribuição de R\$68,3 milhões na economia. O lucro líquido do período atingiu R\$10,9 milhões, 0,5% maior que o registrado no ano anterior.

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio opera no mercado de capitais como intermediadora na compra e venda de ações à vista, de opções, termo e futuro, e na administração de recursos de terceiros, em carteiras individuais ou coletivas, por meio de fundos e clubes de investimento. Em 2009, intermediou R\$1.034,7 milhões no mercado de renda variável, dos quais R\$741,5 milhões foram movimentados via *Home Broker*, representando 71,7% do total de operações. O lucro líquido no período totalizou R\$7,8 milhões.



Banrisul Armazéns Gerais S.A.

A Banrisul Armazéns Gerais S.A., permissionária da Receita Federal para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias, nos regimes de armazém geral e porto seco, atingiu lucro líquido de R\$1,3 milhão no ano de 2009. Entre as estratégias colocadas em prática nesse ano, com vistas ao atendimento da expansão dos negócios, estão a ampliação da capacidade de armazenagem e movimentação, com o alfandegamento de área coberta de 2.985 m².

Banrisul Serviços Ltda.

A Banrisul Serviços Ltda., administradora da marca Refeisol, opera na Região Sul do país nos segmentos de tíquete e cartão refeição e alimentação, cartões combustível, presente, *private label* e benefício. Diariamente, mais de 270 mil usuários comprovam a eficiência dos serviços Refeisol, que conta com uma rede de cerca de 47 mil pontos credenciados. Em 2009, por meio da utilização dos produtos Refeisol, foram realizadas 8,4 milhões de transações, 33% acima do ano anterior. O lucro líquido do ano de 2009 foi de R\$7,3 milhões, 11,7% superior ao de 2008.

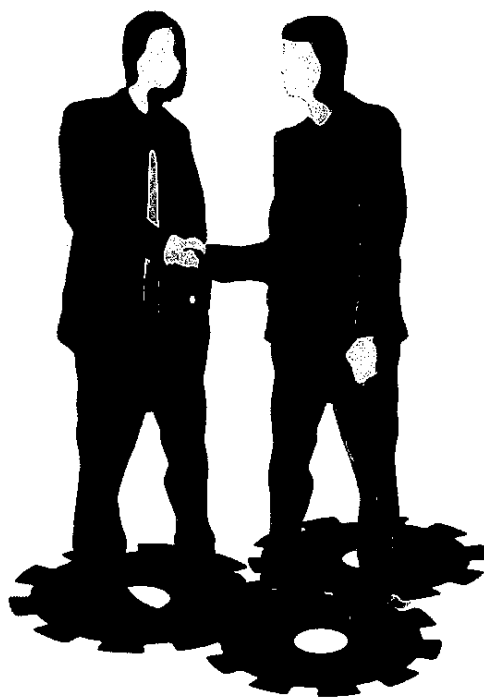
Governança Corporativa

🕒 Visão Geral

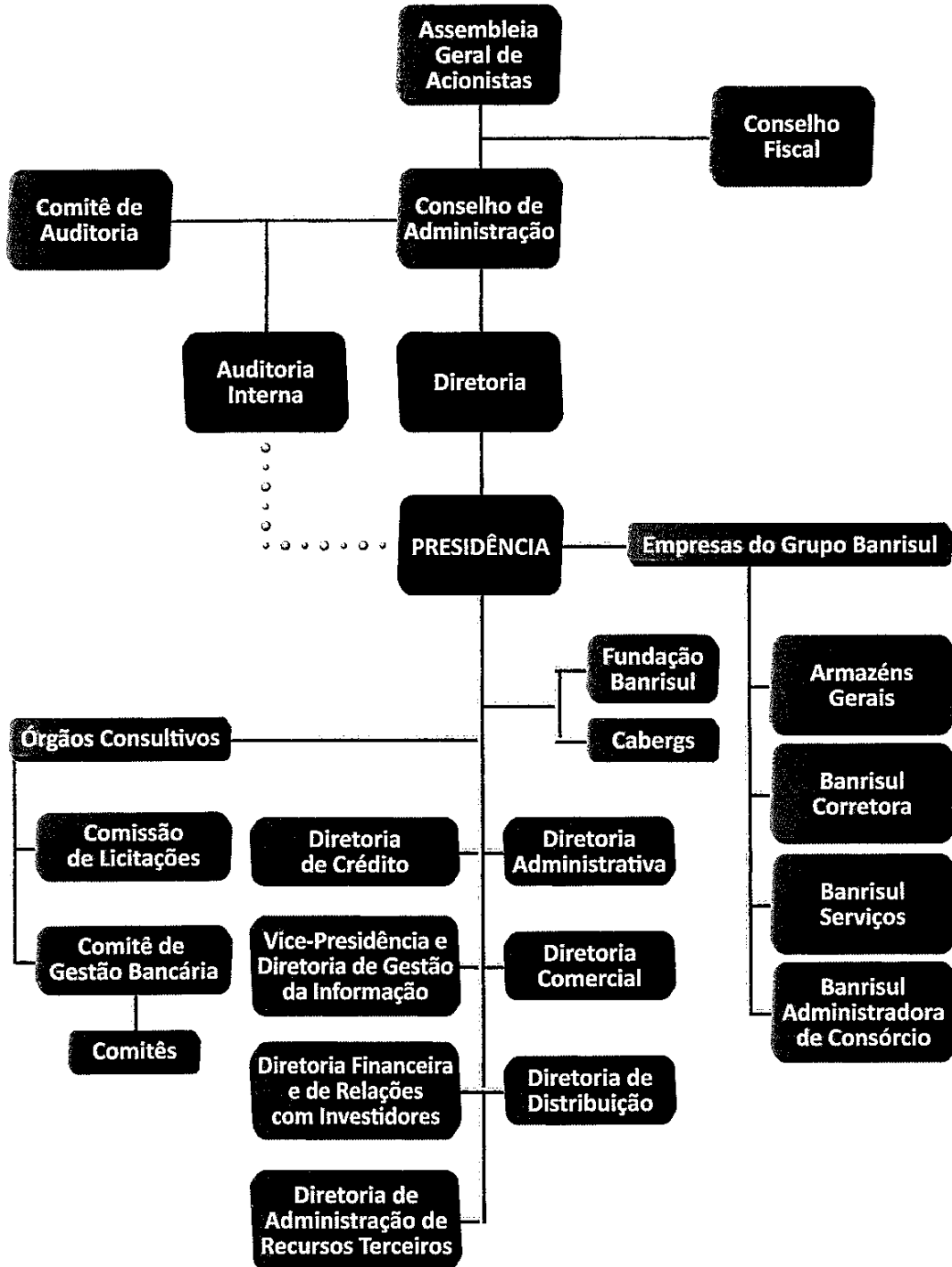
O Bannrisul aderiu, em 2007, às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, passo natural para a oferta pública primária e secundária de ações ocorrida no mesmo ano. Contudo, governança corporativa no Banco faz parte do processo de aperfeiçoamento contínuo voltado não apenas ao atendimento dos requisitos do seu nível de listagem, mas para, voluntariamente e em linha com as melhores práticas de mercado, cumprir exigências dos demais níveis de governança corporativa.

Práticas de governança corporativa ratificam o interesse em melhorar e estreitar o relacionamento com seus controladores, acionistas, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal, Diretoria, Auditores Independentes e órgãos de controle.

A estrutura de tomada de decisão, o modelo de gestão focado na lucratividade e qualidade de suas operações e a criação de políticas de governança corporativa conferem ao Bannrisul solidez e reconhecimento, refletidos no desempenho adequado ao de sua área de atuação.



☉ Estrutura da Governança Corporativa no Banrisul



Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pelo estabelecimento das políticas gerais de negócios, incluindo a estratégia de longo prazo, com decisões tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes a qualquer reunião. O Estatuto Social do Banrisul prevê mínimo de cinco e máximo de nove conselheiros, todos acionistas do Banco, ainda que a Lei das Sociedades por Ações estabeleça um mínimo de três membros.

Comprometido com as melhores práticas de governança corporativa, e não somente com as exigências do Nível 1, o Banrisul alterou voluntariamente seu Estatuto Social, estabelecendo que ao menos vinte por cento dos membros do Conselho de Administração sejam conselheiros independentes. Limitou, ainda, o mandato de todos os membros do Conselho de Administração a um mandato unificado de dois anos.

Outro elemento importante de governança corporativa foi a eleição para o Conselho de Administração de membro representante dos acionistas preferencialistas, ocorrida em 2009. Atualmente, quatro dos nove membros do Conselho de Administração são conselheiros independentes, conforme quadro abaixo.

Tabela 1 Composição do Conselho de Administração

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CARGO	DATA DA ELEIÇÃO	TÉRMINO DO MANDATO
Ricardo Englert	Presidente	31/03/2009	1ª Reunião do CA. após a AGO 2011
Fernando Guerreiro de Lemos	Vice-Presidente	31/03/2009	1ª Reunião do CA. após a AGO 2011
Ario Zimmermann	Conselheiro Independente	31/03/2009	1ª Reunião do CA. após a AGO 2011
Dílio Sergio Penedo	Conselheiro Eleito pelos Acionistas Preferencialistas	31/03/2009	1ª Reunião do CA. após a AGO 2011
João Verner Juenemann	Conselheiro Independente	31/03/2009	1ª Reunião do CA. após a AGO 2011
João Zani	Conselheiro Eleito pelos Acionistas Minoritários	31/03/2009	1ª Reunião do CA. após a AGO 2011
Manoel André da Rocha	Conselheiro Independente	31/03/2009	1ª Reunião do CA. após a AGO 2011
Mateus Affonso Bandeira	Conselheiro Eleito pelos Acionistas Majoritários	31/03/2009	1ª Reunião do CA. após a AGO 2011
Rubens Salvador Bordini	Conselheiro Estatutário	31/03/2009	1ª Reunião do CA. após a AGO 2011

Comitê de Auditoria

Diretamente ligado ao Conselho de Administração, compõe a estrutura de governança corporativa o Comitê de Auditoria, composto por três membros nomeados pelo próprio Conselho, com poderes para, a qualquer tempo, destituí-los. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria é de um ano, podendo ser renovável por igual período, mediante prévia autorização do Banco Central do Brasil. Em vista do encerramento do limite de renovações de cinco anos dos mandatos dos componentes do Comitê, em agosto de 2009 foram empossados os novos componentes, conforme a tabela abaixo. Pelo menos um dos integrantes do Comitê possui comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria, que o qualifique para a função. Ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, o Comitê de Auditoria elabora documento denominado Relatório do Comitê de Auditoria, mantendo-o à disposição do Banco Central do Brasil e do Conselho de Administração pelo prazo mínimo de cinco anos.

Tabela 2 Composição do Comitê de Auditoria

MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA	CARGO	INÍCIO DO MANDATO	FIM DO MANDATO
João Verner Juenemann	Membro Qualificado	12/06/2008	1ª RCA após a AGO/2009
João Zani	Membro	12/06/2008	1ª RCA após a AGO/2009
Manoel André da Rocha	Membro	12/06/2008	1ª RCA após a AGO/2009
Leopoldo Henrique Krieger Schneider	Membro Qualificado	19/08/2009	1ª RCA após a AGO/2010
Ario Zimmermann	Membro	19/08/2009	1ª RCA após a AGO/2010
Bruno Nubens Barbosa Miragem	Membro	19/08/2009	1ª RCA após a AGO/2010

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem seus deveres estabelecidos pelo Estatuto Social de cada companhia e pela legislação das sociedades anônimas vigente. No Banrisul, o Conselho Fiscal tem funcionamento permanente, emitindo parecer sobre as demonstrações financeiras e informando suas conclusões aos acionistas. Com mandato de um ano, conforme o Estatuto Social, atualmente é composto por cinco membros efetivos, um deles escolhido pelos acionistas preferencialistas, e cinco membros suplentes:

Tabela 3 Composição do Conselho Fiscal

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	CARGO	DATA DA ELEIÇÃO	TÉRMINO DO MANDATO
Cláudio Morais Machado	Membro Efetivo pela Maioria Acionária	31/03/2009	AGO de 2010
Rúbens Lahude	Membro Efetivo pela Minoridade Acionária	31/03/2009	AGO de 2010
Ronei Xavier Janovik	Membro Efetivo pela Maioria Acionária	31/03/2009	AGO de 2010
Irno Luiz Bassani	Membro Efetivo pela Maioria Acionária	31/03/2009	AGO de 2010
Jorge Michel Lepeltier	Membro Efetivo pelos Preferencialistas	31/03/2009	AGO de 2010

Diretoria e Órgãos Auxiliares

Administrado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, a gestão do Banrisul é conduzida pela Presidência e pelas Diretorias Administrativa, Comercial, de Administração de Recursos de Terceiros, de Crédito, de Distribuição, de Gestão da Informação e Financeira e de Relações com Investidores, cujos membros estão identificados abaixo:

Tabela 4 Composição da Diretoria

DIRETORES	CARGO	DATA DA ELEIÇÃO	TÉRMINO DO MANDATO
Fernando Guerreiro de Lemos	Presidente	22/06/2007	1ª Reunião do CA, após a AGO 2010
Rubens Salvador Bordini	Vice-Presidente e Diretor de Gestão da Informação	22/06/2007	1ª Reunião do CA, após a AGO 2010
Ricardo Richiniti Hingel	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	22/06/2007	1ª Reunião do CA, após a AGO 2010
Urbano Schmitt	Diretor de Crédito	22/06/2007	1ª Reunião do CA, após a AGO 2010
Luiz Gonzaga Veras Mota	Diretor de Administração de Recursos de Terceiros	22/06/2007	1ª Reunião do CA, após a AGO 2010
Paulo Roberto Garcia Franz	Diretor Comercial	22/06/2007	1ª Reunião do CA, após a AGO 2010
Carlos Tadeu Agrifoglio Vianna	Diretor de Distribuição	22/06/2007	1ª Reunião do CA, após a AGO 2010
Luiz Valdir Andres	Diretor Administrativo	22/06/2007	1ª Reunião do CA, após a AGO 2010

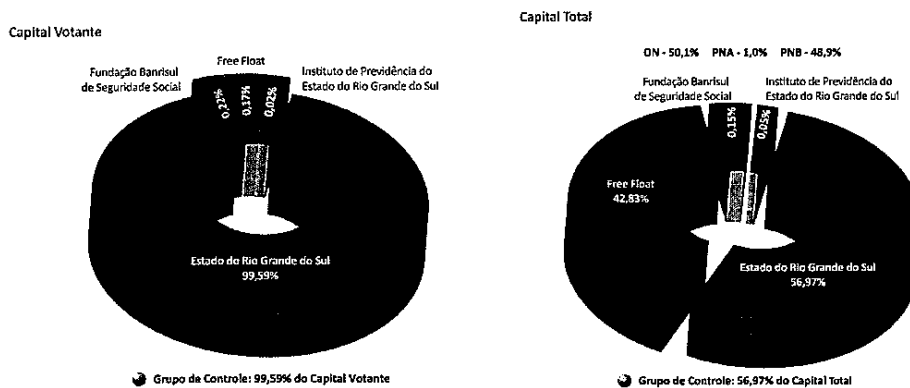
Além disso, estruturas de governança corporativa fundamentais para a administração do Banrisul, disciplinadas pelo Estatuto Social do Banco, são o Comitê de Auditoria, subordinado ao Conselho de Administração, e os comitês, órgãos com funções auxiliares à Diretoria para assuntos de relevância estratégica, assim descritos:

- a) Comitê de Gestão Bancária;
- b) Comitê de Gestão Econômica;
- c) Comitê de Gestão Comercial;
- d) Comitê de Gestão de Canais;
- e) Comitê de Gestão Administrativa;
- f) Comitê de Gestão de Controles Internos;
- g) Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação;
- h) Comitê de Crédito;
- i) Comitê de Gestão de Pessoas, e
- j) Comitê de Responsabilidade Corporativa.

Estrutura Acionária

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, como acionista majoritário, tem controle sobre a eleição do Conselho de Administração e, portanto, sobre a direção do Banrisul e suas operações. Contudo, apresenta dispersão acionária superior à exigida pelo Nível 1 de Governança Corporativa: 42,8% do total das ações do Banco são de titularidade de acionistas sem vínculos com a Instituição, enquanto o mínimo exigido é de 25%. A estrutura acionária está apresentada a seguir.

Gráfico 10 Estrutura Acionária



O quadro abaixo indica a posição acionária relevante, ou seja, dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Banrisul.

Tabela 5 Posição Acionária

ACIONISTA	ON	PNA	PNB	TOTAL	% ON	% PNA	% PNB	% TOTAL
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	204.199.859	2.721.484	26.086.957	233.008.300	99,60%	70,70%	13,00%	57,0%
Skagen AS ¹			40.662.100	40.662.100			20,30%	9,90%
Itaú-Unibanco SA ²			10.510.485	10.510.485			5,30%	2,60%
Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores SA (CSHG) ³			10.123.100	10.123.100			5,10%	2,50%
Outros	843.515	1.125.708	112.701.269	114.670.492	0,40%	29,30%	56,30%	28,00%
Total	205.043.374	3.847.192	200.083.911	408.974.477	100%	100%	100%	100%

¹ Administradora de Fundos de Investimentos Mútuos - Noruega.

Fundos: SKAGEN KON-TIKI VERDIPAPIRFOND, AKSJEFONDET SKAGEN GLOBAL, VERDIPAPIRFONDET SKAGEN GLOBAL II e VERDIPAPIRFONDET SKAGEN GLOBAL III

² Administrador de Fundos ITA U-INIBANCO e UAM-ASSESSORIA E GESTÃO DE INVESTIMENTOS

³ Corretora de valores, Administradora de Fundos de Investimento.

Políticas de Governança Corporativa

Em 21 de junho de 2007, o Banrisul formalizou o Contrato de Adesão às Práticas de Governança Corporativa do Nível 1 junto à BM&F BOVESPA S.A., com o objetivo de cumprir os requisitos do segmento. Dentre as iniciativas adotadas desde então, destacam-se as seguintes:

- I. utilização da Câmara de Arbitragem do Mercado para solução de disputas ou controvérsias relacionadas ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1, ao Estatuto Social da Companhia, aos eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Sociedade, às disposições das Leis nº 6.404/76 e 10.303/01, às normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aos regulamentos da BM&F BOVESPA S.A. e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, ou delas decorrentes;
- II. oferta pública de aquisição de ações feita pelo Estado do Rio Grande do Sul caso o Banrisul opte pela retirada da listagem no Nível 1 de Governança; oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas a ser feita pelo Banco ou o Estado na hipótese de o Banrisul ter cancelado o seu registro de companhia aberta;
- III. elaboração e distribuição a todos os empregados do Banrisul do “Manual de Sigilo Bancário”, visando reforçar o cumprimento da exigência legal, bem como respeitar a confidencialidade das informações de seus clientes;
- IV. aprovada, em março de 2008, a distribuição de dividendos adicionais para os exercícios de 2007 e 2008 em percentual equivalente a 10%, totalizando dividendos de 35% do lucro líquido ajustado e em março de 2009 percentual de 15% (totalizando dividendos de 40% do lucro líquido ajustado) para o exercício de 2009;
- V. eleitos pela primeira vez, em março de 2009, representantes indicados pelos acionistas titulares de ações preferenciais para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal;
- VI. implantada a estrutura de gerenciamento de Risco Operacional no Banrisul em abril de 2009, com o objetivo de aperfeiçoar a administração de Controles Internos da Organização. Para envolver todos os empregados, foi criada e distribuída a cartilha “Eficiência e responsabilidade acima de tudo - risco zero”;
- VII. em 2009, o Banrisul criou a política “Conheça seu Colaborador”, cujo objetivo é orientar e conscientizar todos os colaboradores do Grupo Banrisul para atuarem dentro dos

valores éticos e morais estabelecidos pela Organização, evitando que o Banco seja ou venha a ser usado em práticas ilícitas de qualquer natureza, em especial nos casos de corrupção e lavagem de dinheiro.

Em março de 2009, o Banrisul foi um dos vencedores do Prêmio Reputação Corporativa da Revista Amanhã, para o qual foram avaliadas as seguintes dimensões: (i) qualidade dos produtos ou serviços, (ii) confiança e ética, (iii) compromisso social e ambiental, (iv) postura inovadora, (v) admiração e (vi) história e evolução da empresa.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, o Banrisul tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus Auditores Independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em janeiro e março de 2009, o Banco contratou a *Deloitte Touche Tohmatsu* para a prestação de outros serviços profissionais não enquadrados como serviços de auditoria independente nos montantes de R\$330 mil, referentes ao diagnóstico contábil em relação às normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) e de R\$115 mil, referentes à assessoria na adequação dos sistemas utilizados para o SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, representando 44% dos honorários de auditoria externa do Banrisul, com término no primeiro semestre de 2009. Conforme declaração feita pela auditoria independente, os serviços são inerentes a função do auditor e não conflitam com a independência dos mesmos, em razão do escopo e dos procedimentos executados.

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, bem como com a opinião externada pelos Auditores Independentes em seu parecer de 03.02.2010.

Código de Ética

O relacionamento do Banrisul com os seus públicos de interesse é regido pelo Código de Ética, referência para a conduta profissional dos empregados da Empresa. As disposições do Código de Ética são de conhecimento dos acionistas, da direção, dos empregados, fornecedores e clientes do Banco, devendo ser observado segundo suas respectivas responsabilidades. As condutas éticas elencadas no Código não são exaustivas, sendo passíveis de enquadramento neste, quaisquer outras, assim definidas pelas áreas competentes. O Código de Ética está disponível no *site* de Relações com Investidores do Banrisul (www.banrisul.com.br/ri).



Há também a Comissão de Ética, constituída por cinco integrantes efetivos e respectivos suplentes, sendo três indicados pela Diretoria e dois eleitos dentre os empregados, que tem por responsabilidade examinar infrações presentes no Código, conforme disciplinado em regulamento específico.

Modelo de Gestão e Modernização Corporativa

O modelo de gestão vigente no Banrisul institucionaliza os diversos processos comerciais, operacionais, econômicos e de logística necessários para que as ações sejam estruturadas e integradas de acordo com os objetivos do Banco. Os requisitos de gestão quanto à modernização do parque tecnológico e à especialização dos processos relacionados aos negócios e à logística, necessários para viabilizar a atividade de distribuição de produtos e serviços, são estabelecidos pelos Comitês de Gestão subordinados à Diretoria a partir das proposições das áreas técnicas.

Dentre os processos, cuja gestão está amparada por modernas ferramentas tecnológicas, destacam-se a definição e o acompanhamento de metas, gestão de políticas de crédito, de captação e de tarifas, gestão de demandas da rede de agências que envolvem logística e gestão de treinamento para capacitação da equipe comercial. Para centralização da comunicação, recepção de demandas comerciais da rede de agências e publicação dos treinamentos e mensagens comerciais, o Banco conta com dois *sites*: de Distribuição e ferramenta multimídia *Com.Você*.

Os procedimentos de decisão do Banrisul são institucionalizados com base na seguinte estrutura:

- 1) Diretoria: estabelece as diretrizes que os estudos, projetos e propostas devem atender;
- 2) Comitê de Gestão Bancária e Comitês Especializados de Gestão: propõem alternativas e recomendações acerca de negócios, logística, tecnologia de informação e controles internos, e
- 3) Unidades da Direção-Geral: elaboram as proposições de alterações de políticas de preços e produtos, de criação ou alteração de produtos e serviços, denominadas de consultas prévias, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria e com suas atribuições específicas.

O Modelo de Gestão conta com três instâncias decisórias:

- Nível 1: Comitês Especializados de Gestão com competência para aprovar consultas prévias e recomendar propostas para o Comitê de Gestão Bancária, no âmbito de cada especialidade;
- Nível 2: Comitê de Gestão Bancária, com competência privativa para aprovar propostas e, *ad referendum* da Diretoria, políticas e reposicionamento de produtos e serviços e recomendar diretrizes para a Diretoria, e
- Nível 3: Diretoria, com competência privativa para definir diretrizes e referendar decisões a respeito de políticas e reposicionamento de produtos e serviços no mercado.

Política de Comunicação e Relações com Investidores

A relação transparente com clientes e investidores é feita pela disseminação de dados e informações ao mercado, comunicação que proporciona, especialmente ao público especializado, maior e oportuno conhecimento sobre os negócios do Banco.

O Banrisul aprimorou o processo de comunicação com o mercado desde que aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo, ao realizar em 2007 oferta pública primária e secundária de ações.

O *site* de Relações com Investidores do Banrisul, www.banrisul.com.br/ri, com versões em língua portuguesa e inglesa, disponibiliza informações claras, detalhadas e oportunas para acionistas, investidores institucionais, pessoas físicas, analistas de mercado e demais interessados. Para ampliar o alcance e aprimorar sua comunicação, adota a prática, no relacionamento com o mercado em geral, de envio permanente de notícias e comunicados relacionados à Empresa, mantendo comunicação ágil e equânime com seu público.

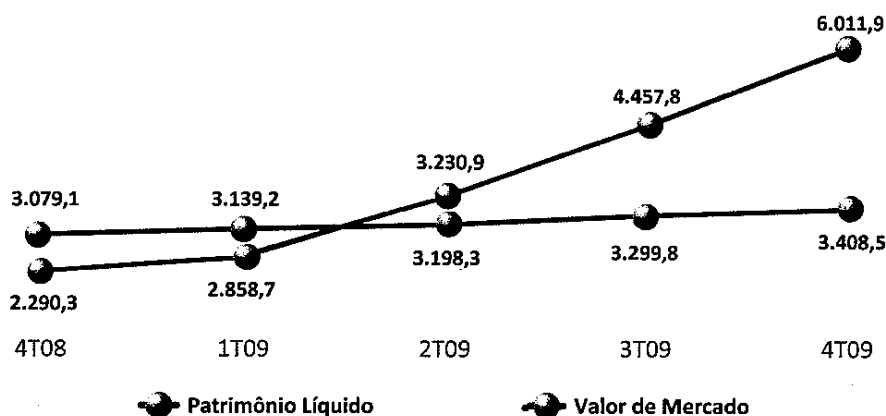
No ano de 2009, foram realizadas 47 reuniões, 49 teleconferências, três reuniões APIMEC, uma apresentação na *Expo Money* e 65 eventos no exterior, totalizando 165 oportunidades de aproximação com analistas de mercado, investidores e acionistas pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiros. No total, cerca de mil participantes estiveram envolvidos em todos os eventos voltados aos investidores realizados ao longo do ano.

A importância desses eventos reflete no volume de negócios dos ativos mobiliários do Banrisul. Ao final de dezembro de 2009, a ação PNB (BRSR6) estava listada na 83ª posição dentre as 100 ações mais negociadas na Bovespa (83ª posição em 12 meses, também).

O valor de mercado do Banrisul, em dezembro de 2009, representado pelo total de suas ações multiplicado pela cotação de fechamento da ação PNB, foi 76,4% superior ao patrimônio líquido no mesmo período.

Gráfico 11 Valor de Mercado X Patrimônio Líquido

R\$ MILHÕES



A distribuição geográfica por quantidade de acionistas e de ações do Banrisul representadas por faixas de ações está demonstrada na tabela abaixo.

Tabela 6 Distribuição Geográfica por Quantidade de Acionistas e de Ações

FAIXA DE AÇÕES	BRASIL		EUROPA		AMÉRICA DO NORTE		DEMAIS PAÍSES	
	AÇÕES	ACIONISTAS	AÇÕES	ACIONISTAS	AÇÕES	ACIONISTAS	AÇÕES	ACIONISTAS
de 1 até 10.000	3.150.217	56.505	54.294	14	94.592	21	54.484	10
de 10.001 até 100.000	5.248.534	173	2.424.986	51	1.211.408	29	451.022	15
de 100.001 até 500.000	8.563.884	36	7.580.810	31	8.540.897	34	1.655.541	6
de 500.001 até 1.000.000	5.780.937	9	6.871.749	10	9.099.900	13	2.203.580	3
acima de 1.000.000	257.155.421	12	64.013.753	12	18.866.384	8	5.952.084	4
TOTAL	279.898.993	56.735	80.945.592	118	37.813.181	105	10.316.711	38
% PARTICIPAÇÃO	68,44%	99,54%	19,79%	0,21%	9,25%	0,18%	2,52%	0,07%

Ao final do ano de 2009, havia cinco instituições realizando cobertura dos papéis do Banrisul.

Política de Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

O Banco mantém, desde o início de 2008, política de pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio.

Relativos ao exercício de 2009, foram pagos R\$189,0 milhões a título de juros sobre o capital

próprio, retidos R\$9,8 milhões em Imposto de Renda e creditado aos acionistas o valor líquido de R\$179,2 milhões. A antecipação de juros sobre o capital próprio corresponde à distribuição de 34,9% sobre o resultado acumulado em dezembro de 2009, visando à obtenção da totalidade do benefício fiscal previsto na Lei nº 9.249/95. Está sendo levado à apreciação da próxima Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o pagamento de R\$26,4 milhões como dividendos complementares relativos ao ano de 2009, para atingir o percentual de 40% de distribuição do resultado líquido ajustado do exercício.

Historicamente, o Banco tem remunerado os seus acionistas com pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos em níveis superiores ao mínimo exigido. O total distribuído foi de R\$207,0 milhões em 2008, R\$304,7 milhões em 2007 e R\$210,0 milhões em 2006, equivalentes a 35%, 35% e 58%, respectivamente, do lucro líquido ajustado.

Aspectos Regulatórios: IFRS - *International Financial Reporting Standards*

O IFRS compreende o conjunto de normas de contabilidade e interpretações emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade), que visa universalizar a apresentação das demonstrações financeiras das empresas. No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, por meio das Deliberações CVM nº 457, de 13.07.2007, e nº 603, de 10.11.2009, introduziu os procedimentos para que as empresas de capital aberto apresentem suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2010 aderentes às normas do IFRS.

O Banco Central do Brasil, por sua vez, através da Resolução nº 3.786 de 24.09.2009, prevê que as instituições financeiras elaborem e divulguem anualmente, a partir de 31 de dezembro de 2010, suas demonstrações contábeis consolidadas adotando o padrão contábil internacional. Desde 2006, por meio do Comunicado nº 14.259, de 10.03.2006, o Banco Central do Brasil já havia informado às instituições financeiras da necessidade de adequarem-se às normas emitidas pelo IASB.

A adoção do IFRS é um grande passo na internacionalização das informações financeiras e para melhoria das práticas de governança corporativa das empresas. Quanto maior a transparência e a comparabilidade das demonstrações financeiras, mais úteis essas se tornam, além de facilitar o processo de tomada de decisão e aumentar a confiança dos investidores.

O processo de conversão exigirá uma avaliação dos impactos na gestão e nos negócios do Banco, nos sistemas de informação, nos processos de negócios e nas necessidades de treinamento e educação continuada dos profissionais envolvidos. Para a implantação do IFRS no Banrisul, serão necessárias três fases:

Fase I: Diagnóstico: Levantamento preliminar das informações necessárias para o processamento dos ajustes para adequação das demonstrações financeiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS), compreendendo um diagnóstico de práticas contábeis, diagnóstico de padrões de divulgação e diagnóstico de sistemas e processos. Essa fase foi concluída pelo Banco em setembro de 2009, com o auxílio da consultoria *Deloitte Touche Tohmatsu* contratada em março de 2009. O resultado desse trabalho foi apresentado para a administração do Banco e para os consultores contratados para as fases seguintes do processo de conversão das demonstrações financeiras para o IFRS.

Fases II e III: Execução e implementação da conversão das demonstrações contábeis e financeiras consolidadas do Banco, relativas aos exercícios de 2009, 2010 e 2011 pelo padrão contábil internacional. Adicionalmente, envolve a criação dos manuais de contabilidade, implementação de controles internos e demais processos operacionais que serão relevantes na manutenção posterior das demonstrações financeiras em IFRS.

Para as fases II e III, foi contratada, em setembro de 2009, por meio de licitação pública, a empresa de consultoria *PricewaterhouseCoopers* para auxiliar o Banco nesse processo. Durante esses primeiros quatro meses foram realizados diversos treinamentos com as áreas envolvidas, reuniões para entendimento dos processos e das diferenças entre as práticas contábeis e identificação de alterações nos sistemas operacionais, além de elaboração inicial das políticas contábeis.

Outra iniciativa a destacar foi a aquisição de sistema específico que permite a automação e integração do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banrisul. O processo abrange a integração de sistemas transacionais e a emissão dos relatórios finais, preparando o Banrisul, do ponto de vista sistêmico, para a convergência ao IFRS.

Em novembro de 2009, por meio de resolução interna nº 4.406, foi formalizada a criação do Grupo de Gestão para Implementação do Projeto IFRS no Banrisul, expediente que define responsabilidades, no nível estratégico e operacional, relacionadas à implementação, acompanhamento e avaliação do projeto de conversão ao padrão internacional de contabilidade.

Dessa forma, o Banrisul avança no propósito de concluir a implantação do projeto IFRS, não apenas em função das exigências dos órgãos de regulação, mas também para cumprir o compromisso assumido quando da oferta primária e secundária de ações, em julho de 2007, de publicar suas demonstrações de acordo com os preceitos estabelecidos pelas normas internacionais.



Controles Internos e *Compliance*

O sistema de controles internos é um processo estabelecido pela alta administração, envolvendo todos os níveis hierárquicos da organização, a fim de assegurar os aspectos de conformidade, mediante o monitoramento dos seus processos de negócio.

O Bannrisul instituiu metodologia voltada à proteção de seus recursos atendendo às leis e preceitos regulamentares - *compliance*, nas diversas áreas do Banco.

Regulamentações Externas

O Banco tem instituído mecanismos de registro e acompanhamento das rotinas operacionais e dos processos de gestão de riscos conduzidos nas suas diversas áreas, com o objetivo de monitorar efetivamente os aspectos recomendados pelos órgãos reguladores e nos trabalhos realizados pela Auditoria Externa.

O controle das regulamentações externas, realizado pelo Grupo Legislação, consiste no acompanhamento das normas publicadas pelos órgãos reguladores e entidades representativas do setor bancário, de forma que sejam efetivamente atendidas pelas demais áreas do Banco.

Regulamentações Internas

A Instituição intensificou as ações voltadas ao fortalecimento da cultura e da gestão do sistema de controles internos e *compliance*, instituindo Instrução Normativa específica, cujas orientações têm o objetivo de ratificar os conceitos, principais elementos, objetivos, responsabilidades e regulamentações associadas ao assunto.

Certificação de Agências

O Modelo de Certificação de Agências com foco em controles internos - *compliance* visa ao atendimento dos procedimentos operacionais padronizados pelo Banco, com incentivo à gestão de controles internos. Implantado em dezembro de 2008, o Bannrisul elegeu o cadastro como alvo inicial, contemplando dois processos simultâneos de monitoração à distância (monitoração sistêmica e verificação física). Dessa forma, os aspectos de



adequabilidade às políticas internas foram intensificados, elevando gradualmente os modelos operacionais e comerciais do Banco, mediante a uniformização de procedimentos para reduzir os riscos operacionais e viabilizar a elevação dos padrões de segurança e controles internos.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro - PLD

O Bannrisul estabeleceu processos e sistema específicos, baseados na política institucional de prevenção à lavagem de dinheiro, objetivando minimizar o risco de lavagem de dinheiro nas diversas operações financeiras sob a responsabilidade do Banco. Foi formalizada a política “Conheça seu Colaborador” e ocorreu a intensificação dos programas de treinamento destinados aos funcionários que desempenham as atividades na área de PLD *in loco* e, a seguir, a disponibilização do respectivo vídeo a todos os colaboradores.

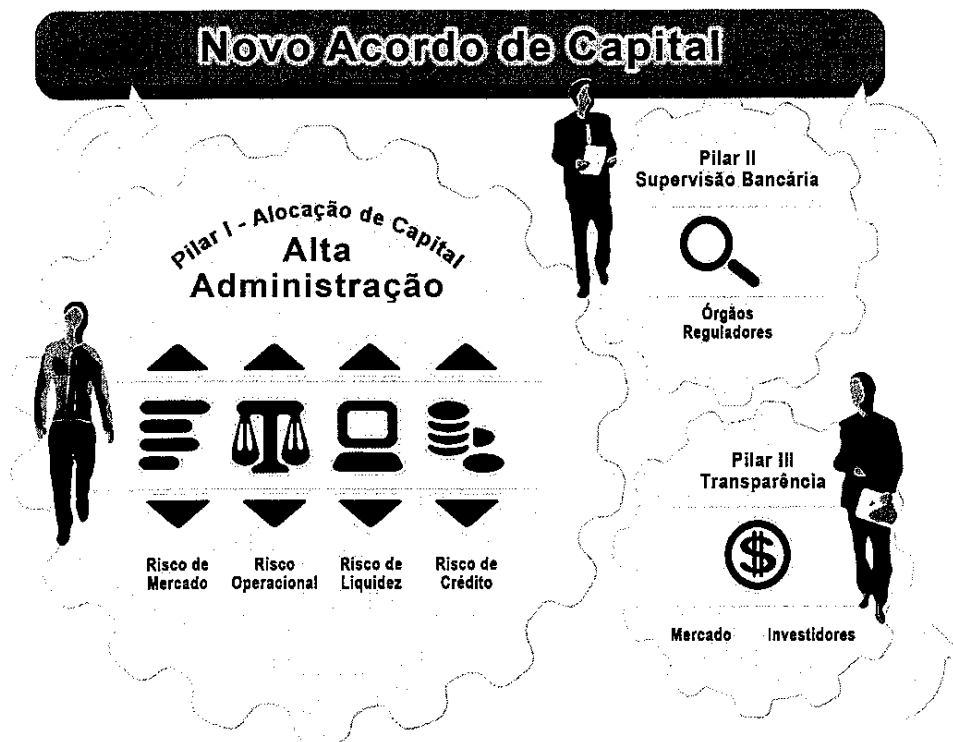
Estrutura de Controles Internos

As políticas corporativas estabelecidas pelo Comitê de Gestão de Controles Internos, ratificadas pelo Comitê de Gestão Bancária, buscam institucionalizar procedimentos de controles baseados no respeito às normatizações, em programas de treinamento direcionados às melhores práticas de mercado, bem como nas definições dos padrões de ética e conduta da Instituição.

Gestão de Riscos

A gestão de riscos é ferramenta estratégica e fundamental para qualquer instituição financeira. Os riscos intrínsecos a uma empresa desse ramo abrangem desde aqueles facilmente identificáveis na área financeira, como os riscos de mercado, de liquidez, de crédito, assim como os não diretamente identificados como tal, mas também de extrema importância, como risco operacional e de imagem, dentre outros.

O Banrisul procura alinhar suas atividades aos padrões recomendados pelo Novo Acordo de Capital - Basileia II, adotando as melhores práticas de mercado para maximizar a rentabilidade e garantir a melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital requerido. São processos contínuos nesse escopo, o aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.



Risco de Crédito

A estrutura de avaliação de riscos do Banrisul está alicerçada no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem, desde a extensa rede de agências, com suas diversas categorias,

até as esferas diretivas e seus comitês de risco e crédito na Direção-Geral. Esse processo objetiva agilizar a concessão com base em limites tecnicamente predefinidos, que determinam a exposição que a Instituição esteja disposta a operar com cada cliente, atendendo o binômio risco/retorno.

A contínua e crescente utilização de metodologias estatísticas para avaliação de risco de clientes, com a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios aliada à otimização dos controles sobre as informações cadastrais através de um modelo de certificação, intensificaram e fortaleceram as avaliações. A adoção de sistema de *credit score* e *behaviour score* oportunizou o estabelecimento de créditos pré-aprovados à pessoa física de acordo com classificações de risco previstas nos modelos estatísticos, que são conceitualmente mais atrativos para manejo com crédito massificado. Os modelos proprietários estão em conformidade com a Resolução nº 2.682, de 22.12.99, do Banco Central do Brasil.

Em 2009, teve início a homologação de etapas operacionais e implementações do cadastro pessoa jurídica, faturamento e *check-list* no ambiente *web*, discussão do projeto de limite de risco, homologação do sistema de apuração do risco estatístico automático e início dos testes referentes às implantações das metodologias estatísticas de *credit score* e *behaviour score* e das parametrizações das políticas de risco e de crédito de pessoa jurídica.

Para o segmento corporativo o Banco adota técnicas que avaliam as empresas sob os prismas financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas que ainda observam cenários econômico e concorrencial contemporâneos e prospectivos, inserindo as empresas nestes ambientes. A gestão da exposição ao risco de crédito tem como diretriz postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela administração e áreas técnicas da corporação.

Risco de Mercado

O risco de mercado surge devido a oscilações no cenário econômico que podem acarretar perdas para a instituição. Essas oscilações podem ocorrer nos preços de ativos e passivos financeiros ou em variáveis determinantes desses, como, por exemplo, taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços, etc.

O Banrisul monitora o risco de mercado através da utilização de metodologias estatísticas, dentre elas, Valor em Risco (VaR) e Testes de Sensibilidade, que buscam simular e determinar os níveis máximos de perda esperada, em um determinado período de tempo, com um certo grau de confiabilidade, tanto em condições normais de mercado quanto em cenários de estresse e volatilidade.

Relatórios de acompanhamento de mercado e posicionamentos diários das carteiras ativas e passivas do Banco, bem como outros procedimentos operacionais, permitem o acompanhamento, a prevenção e a correção de possíveis desequilíbrios, garantindo a solidez da Instituição.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez relaciona-se à incapacidade de atendimento das necessidades de caixa, ou seja, à ocorrência de descasamentos nos fluxos financeiros entre operações ativas e passivas e os reflexos decorrentes sobre a capacidade de obtenção de recursos financeiros pela instituição para o exercício de suas obrigações.

O Banrisul monitora o risco de liquidez e o risco de mercado de forma conjunta, observando as projeções para o fluxo de caixa, bem como possíveis alterações em sua estrutura, aquelas resultantes de variações no cenário macroeconômico, que possam afetar a alocação e a captação no âmbito do mercado.

Com relação ao ativo, consideram-se diversos cenários projetados para a evolução da carteira de crédito e das liquidações dos instrumentos financeiros. Por outro lado, no passivo, as premissas adotadas contemplam a possibilidade de ocorrência de resgates antecipados e de dificuldades na manutenção da estrutura de captação.

Risco Operacional

Conforme determina a Resolução nº 3.380, de 29.06.06, do Banco Central do Brasil, foram definidas a política institucional, os processos, os procedimentos e os sistemas necessários à implementação da estrutura de gerenciamento do risco operacional no Banrisul. A divulgação da Política de Gerenciamento do Risco Operacional ao quadro funcional do Banco está publicada em Resolução Interna e consolidada através de normativo. O executivo responsável pelo risco operacional é o Diretor-Presidente do Banrisul.

Fazem parte da estrutura, como responsável pela deliberação de assuntos definidos como de sua competência, o Comitê de Controles Internos; como área gestora do gerenciamento dos riscos operacionais, a Controladoria; como responsáveis pela conformidade dos controles internos nas suas dependências – *Compliance* – os Superintendentes das Unidades da Direção-Geral e as administrações das agências, bem como a *Controller*. Essa estrutura tem como principais responsabilidades identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais do Banrisul, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados.

Todos os empregados e estagiários do Banrisul e os prestadores de serviço terceirizados são responsáveis pela adoção de medidas comportamentais que evitem a exposição a riscos, no limite de suas atribuições. Para dar suporte às atividades, a gestão do risco

operacional conta com um sistema automatizado, baseado na gestão do conhecimento, o qual permite à Organização identificar, criar, representar e distribuir o conhecimento, permitindo sua utilização, consciência e aprendizagem. Através da análise das informações coletadas, é gerada a Matriz de Risco Operacional do Banrisul. Por meio de planos de ação, são avaliados e priorizados pelas instâncias decisórias da Instituição as ações que permitam a redução da exposição a riscos e perdas financeiras.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está disponibilizada no site www.banrisul.com.br, na rota: "Relações com Investidores/Governança Corporativa/Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional", em forma de pirâmide.



O Banrisul adotou a Metodologia de Abordagem do Indicador Básico, com o objetivo de apurar a parcela de capital para cobertura de risco operacional, conforme estabelecido pela Circular nº 3.383, de 30.04.08, e Comunicado nº 16.913, de 20.05.08, do Banco Central do Brasil.

A avaliação qualitativa de riscos operacionais consiste na verificação, de maneira descentralizada e contínua, da efetividade dos controles e da potencialidade (probabilidade *versus* severidade) dos riscos, possibilitando a detecção de exposições indesejadas e a implementação de medidas corretivas.

A gestão dos riscos operacionais está implementada através de dois métodos básicos: o mapeamento de processos (*process mapping*) e a utilização da técnica CSA (*Control Self-Assessment*), que consiste na aplicação de questionários de controles internos (*checklists*), sendo que o banco utiliza os dois métodos complementarmente.

Os riscos são classificados em duas categorias: comuns e específicos. Comuns são os riscos operacionais inerentes a todos os processos de negócio da empresa. Riscos específicos caracterizam-se por permear apenas o processo de negócio ao qual estão relacionados. Em 2009, o Banrisul concluiu mais um ciclo de avaliação de riscos operacionais comuns, contemplando os macroprocessos priorizados pela Instituição. A partir dessa avaliação, foi gerada a matriz de riscos operacionais, consolidando os resultados obtidos.

🕒 **Novo Acordo de Capital - Basileia II**

O principal objetivo do Comitê de Basileia, com a criação do Acordo de Basileia, foi desenvolver um sistema para mensuração e padronização dos requerimentos mínimos de capital, calculados a partir da ponderação de risco dos ativos. A exigência de capital é um dos instrumentos mais utilizados pelas autoridades reguladoras, para buscar a solidez e a estabilidade do sistema bancário internacional.

Desde a introdução da primeira versão do Acordo de Basileia, que visou à internacionalização de padrões de gerenciamento dos riscos na atividade bancária, ocorreram significativas mudanças no setor. A revisão do Acordo buscou desenvolver uma estrutura de capital significativamente mais sensível ao risco e ao mesmo tempo considerar as características particulares de cada banco e de cada sistema de supervisão e contabilidade de cada país. Portanto, o Acordo de Basileia II, também chamado de Novo Acordo de Capital - Basileia II, veio complementar a estrutura relacionada aos riscos considerados no cálculo da exigência de capital, que, além dos riscos de crédito e de mercado já considerados no acordo original, introduziu o risco operacional. Também veio proporcionar maior flexibilidade às instituições, permitindo a utilização de modelos próprios para o gerenciamento e controles dos riscos. Em contrapartida, essa flexibilização deverá ser acompanhada por uma supervisão eficaz e maior disciplina de mercado.

O Novo Acordo baseia-se em três pilares:

Pilar I: Capital Mínimo

O primeiro pilar estabelece requisitos mínimos de capital para os riscos de crédito, de mercado e operacional. Para o risco de crédito, será permitido o uso de três modelos: método padronizado e modelos internos básico e avançado. O risco operacional terá três níveis para seu cálculo, o indicador básico, o avançado e a mensuração interna. O risco de mercado sofrerá pequenas alterações.

Pilar II - Supervisão Bancária

O segundo pilar diz respeito ao processo de fiscalização bancária. A nova estrutura exige que os bancos tenham capital adequado para dar suporte a todos os riscos em seus negócios bancários e também desenvolvam e utilizem as melhores técnicas de gestão de riscos.

Pilar III - Transparência

O terceiro pilar estabelece maior disciplina de mercado por meio do aumento da transparência dos bancos, para que os agentes de mercado sejam bem informados e possam entender melhor o perfil de risco dos bancos.

Gerenciamento de Capital

O Novo Acordo de Capital - Basileia II demonstra uma melhor mensuração dos riscos aos quais as instituições financeiras estão expostas.

A Resolução nº 3.490/07, do Banco Central do Brasil - BACEN, instituiu modificações no cálculo do patrimônio mínimo exigido, para cobertura dos riscos dos ativos e das atividades das instituições financeiras. O BACEN exige que o valor do Patrimônio de Referência - PR deve ser compatível com os riscos assumidos, ou seja, superior ao Patrimônio de Referência Exigido - PRE, que é calculado pelo somatório das parcelas descritas a seguir.

$$PRE = PEPR + PCAM + PJUR + PCOM + PACS + POPR$$

PEPR - Parcela referente às exposições ponderadas pelo fator de ponderação de risco a elas atribuído. Circular nº 3.360, de 12.09.2007.

PCAM - Parcela referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial. Circular nº 3.389, de 25.06.2008, Circular nº 3.388, de 04.06.2008 e Carta-Circular nº 3.309, de 15.04.2008.

PJUR - Parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxa de juros e classificação na carteira de negociação (Pjur1+Pjur2+Pjur3+Pjur4)

- PJUR1 - Circular nº 3.361, de 12.09.2007: referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Carta-Circular nº 3.310 de 15.04.2008.
- PJUR2 - Circular nº 3.362, de 12.09.2007: referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras. Carta-Circular nº 3.310, de 15.04.2008.
- PJUR3 - Circular nº 3.363, de 12.09.2007: referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons dos índices de preços. Carta-Circular nº 3.310, de 15.04.2008.

PJUR4 - Circular nº 3.364, de 12.09.2007: referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de taxas de juros. Carta-Circular nº 3.310, de 15.04.2008.

PCOM - Parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*). Circular nº 3.368, de 12.09.2007.

PACS - Parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação. Circular nº 3.366, de 12.09.2007.

POPR - Parcela referente ao risco operacional. Circular nº 3.383 de 30.04.2008, Carta-Circular nº 3.315, de 30.04.2008 e Carta-Circular nº 3.316, de 30.04.2008.

RBAN - Além dessas parcelas, o BACEN passou a exigir, por parte das Instituições Financeiras, a manutenção de capital suficiente para a cobertura do risco de taxas de juros das operações não incluídas na carteira de negociação, na forma das Resoluções nº 3.464/07 e 3.490/07 e Circular nº 3.365/07.

Gerenciamento de Capital no Banrisul

O Banrisul, com foco na adequação às exigências de Basileia II e nos normativos divulgados pelo Banco Central, desenvolveu e implementou sistema próprio, que tem como objetivo o gerenciamento de capital na Instituição, por meio da consolidação das informações do conglomerado financeiro e do grupo econômico e da apuração do Patrimônio de Referência e Patrimônio de Referência Exigido.

O gerenciamento do capital mínimo ocorre a partir da mensuração de todos os riscos envolvidos na apuração do Patrimônio de Referência Exigido por meio da consolidação das informações dos sistemas de riscos da Instituição.

O cálculo da parcela de risco de crédito - PEPR é realizado diariamente através da interface com todos os sistemas operacionais da Instituição. É possível identificar as principais carteiras de negócio do Banco que participam da mensuração do risco de crédito.

Para apuração da parcela de risco operacional - POPR, o Banco adotou a Metodologia do Indicador Básico. O cálculo da parcela é realizado por meio das informações contábeis.

As demais parcelas que integram o risco de mercado são calculadas por sistema próprio e enviadas a este sistema, onde são consolidadas com as demais informações para a apuração do Patrimônio de Referência Exigido.

A geração dos Demonstrativos de Limites Operacionais - DLOs é realizado de forma automática pelo sistema, conforme o leiaute exigido pela Circular nº 3.398/08 e Carta-Circular nº 3.415/09 do BACEN.

Apuração do Patrimônio de Referência - PR e do Patrimônio de Referência Exigido - PRE

Utilizando a metodologia anteriormente descrita, estão demonstrados nos quadros a seguir três períodos de cálculo do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido do Banrisul.

Tabela 7 Apuração do Patrimônio de Referência

	R\$ MILHÕES		
	Dez/09	Set/09	Dez/08
Patrimônio de Referência	3.349,4	3.240,8	3.027,3
Patrimônio de Referência Nível I	3.477,0	3.365,2	3.150,2
Patrimônio Líquido	3.409,3	3.201,1	3.081,7
Contas de Resultado Credoras	-	2.093,1	-
Contas de Resultado Devedoras	-	1.993,7	-
Ativo Permanente Diferido	10,1	10,1	10,1
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros e Derivativos	(5,9)	(4,0)	(9,5)
Adicional de Provisão ao Mínimo Estabelecido pela Resolução n.º 2.682/99	72,0	70,8	69,2
Patrimônio de Referência Nível II	(5,9)	(4,0)	(9,5)
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros e Derivativos	(5,9)	(4,0)	(9,5)
Deduções do PR	121,7	120,4	113,5
Ações emitidas por Instituições Financeiras e Demais Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Bacen	121,7	120,4	113,5

Tabela 8 Apuração do Patrimônio de Referência Exigido

	R\$ MILHÕES		
	Dez/09	Set/09	Dez/08
Risco de Crédito	1.565,9	1.473,1	1.319,5
Operações de Crédito - Varejo	465,6	440,7	391,1
Compromissos Varejo	138,5	133,9	120,3
Operações de Crédito - não Varejo	590,0	520,9	501,0
Compromissos - não Varejo	50,8	54,1	60,4
Garantias Prestadas	55,6	50,0	46,8
Adiantamentos	50,4	55,1	32,8
Crédito Tributário	65,8	67,8	65,4
Outros Ativos	149,2	150,5	101,7
Risco de Mercado	303,3	262,7	282,7
Risco de Câmbio	0,0	0,0	0,0
Risco de Juros - somatório	301,0	259,9	263,1
Préfixadas em Real - Pjur 1	143,7	174,4	176,5
Cupons de Moedas Estrangeiras - Pjur 2	5,4	4,0	10,3
Cupons dos Índices de Preços - Pjur 3	9,4	6,8	7,3
Cupons de Taxas de juros - Pjur 4	142,4	74,7	69,0
Risco de Commodities	0,0	0,0	0,0
Risco de Ações	2,3	2,8	19,7
Risco Operacional	241,9	241,9	55,6
<i>Rban</i>	27,4	26,0	13,2
1. Patrimônio de Referência - PR	3.349,4	3.240,8	3.027,3
2. Patrimônio de Referência Exigido - PRE: Risco de Crédito + Risco de Mercado + Risco Operacional	2.111,0	1.977,7	1.657,9
3. Margem = PR - PRE - Rban	1.211,0	1.237,1	1.356,2
4. Índice de Basileia	17,5%	18,0%	20,1%

Índice de Basileia

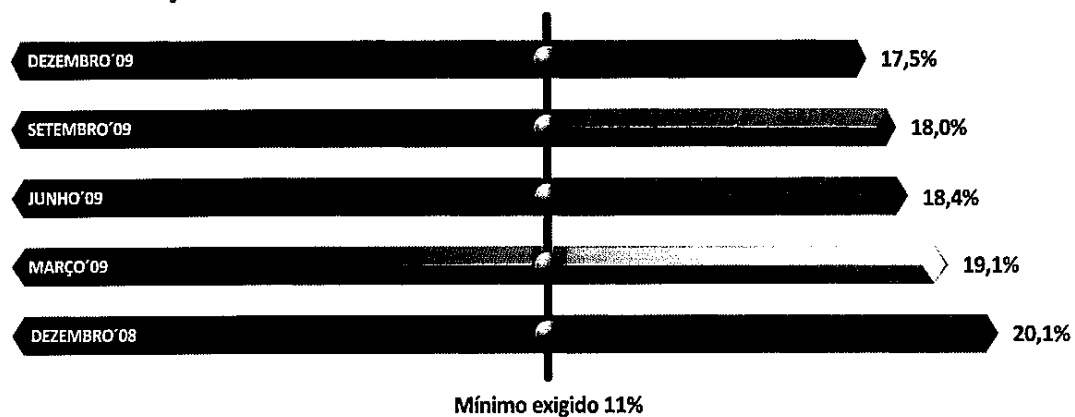
O Índice de Basileia representa a relação entre o Patrimônio Base (Patrimônio de Referência – PR), e os riscos ponderados (Patrimônio de Referência Exigido - PRE), conforme regulamentação em vigor, demonstrando a solvência da empresa. O percentual mínimo estabelecido pelo BACEN no Brasil é de 11%, obtido por meio da fórmula abaixo:

$$IB = \frac{PR * 100}{\{PRE + [1/F * (Pcam + Pjur + Pcom + Pacs + Popr)]\}}$$

Em dezembro de 2009, o Índice de Basileia do Banrisul foi de 17,5%. A redução apresentada, em comparação ao índice de dezembro de 2008, foi impulsionada basicamente pelo crescimento da carteira de crédito do Banco.

Em relação às parcelas que compõem o PRE, destaca-se a variação apresentada pela parcela de risco operacional, decorrente da modificação do multiplicador, que, em dezembro de 2008, estava em 20% e, a partir de julho de 2009, passou para 80%, conforme determina a Circular nº 3.383/08, do Banco Central do Brasil.

Gráfico 12 Evolução do Índice de Basileia



Modernização Tecnológica

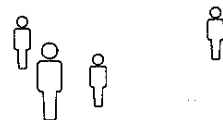
O Banrisul manteve, ao longo de 2009, a estratégia de oferecer aos clientes o que há de mais moderno e seguro nas transações eletrônicas. Para tanto, investiu, nesse ano, R\$226,8 milhões em *hardware*, *software* e manutenção de bens.

A inserção gradativa do Cartão Múltiplo Banrisul, a aplicação da certificação digital, com geração e gerenciamento de certificados internos por meio de uma autoridade certificadora própria, e o aprimoramento dos processos de criptografia nos canais de negócios e na transmissão de dados foram políticas adotadas pelo Banco que refletiram em aumento da segurança das transações eletrônicas.

A reestruturação e modernização do principal *data center* do Banrisul, em conformidade com os requisitos, normas e práticas de mercado, a implementação do projeto de virtualização de servidores e a aplicação de uma nova estrutura de rede, contemplando os equipamentos responsáveis pelas funções de centro de rede nos dois *data centers*, com tecnologia de ponta, asseguram a capacidade de atender ao crescimento dos negócios com alta disponibilidade e segurança.

Com o objetivo de melhorar a performance e garantir maior confiabilidade e capacidade de armazenamento de dados, o Banrisul promoveu mudança de tecnologia da plataforma de grande porte, mediante a aquisição de novos equipamentos com maior capacidade de processamento, e investiu na atualização da solução de armazenamento de dados históricos. O aprimoramento dos processos de gerenciamento de infraestrutura de tecnologia da informação foi garantido por um conjunto de soluções integradas e a utilização de um CMDB (*Configuration Management Database*) de acordo com as melhores práticas sugeridas pelo ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*).

Além de investir no que há de mais moderno em tecnologia da informação, o Banrisul participou, em 2009, de diversos eventos relacionados a essa área, buscando novos conhecimentos e também mostrando o que a Empresa tem desenvolvido. Assim, o Banco, como único membro latino-americano do *Board of Advisors* do *PCI Council*, participou das reuniões internacionais do grupo e do *PCI Community Meeting*; apresentou no *Multos World Conference*, na Malásia, painel abordando a implementação do cartão único com *chip* nas funções de banco e governo eletrônico, e esteve no *GRC Meeting 2009*, no Rio de Janeiro, que reuniu os principais profissionais dos segmentos de governança corporativa, risco e *compliance* da América Latina. Coordenou, ainda, em conjunto com o Instituto de Tecnologia da Informação - ITI, a realização do 2º *Fórum Internacional de TI Banrisul* e do 7º *Fórum de Certificação Digital - CertForum*.



Ações com o Poder Público

No ano de 2009, além dos negócios realizados com o setor público, o Banrisul investiu fortemente na aproximação com seus clientes, através do relacionamento com os entes públicos, priorizando identificar necessidades e compreender o contexto da governança pública e da sociedade local, considerando a história, o perfil e a diversidade que contempla os municípios e o Estado.

A estratégia de crescimento em 2009, devido a importância do segmento, foi conduzida de forma a dar sustentabilidade para negócios futuros, alicerçados na busca de soluções para incremento de receitas, redução de despesas, modernização tecnológica dos processos e promovendo, simultaneamente, o desenvolvimento local e regional.

O desenvolvimento de novas soluções para o segmento de governos prevê, condicionalmente, a participação e contribuição dos entes públicos e das comunidades, com o objetivo de gerar resultados efetivos para a sociedade, considerando o aproveitamento de oportunidades e a resolução de problemas, respeitando o conhecimento da cultura local, suas características, potencialidades e aspirações para a construção do futuro e melhoria da qualidade de vida.

O Banrisul investe no futuro da economia, na força e competência dos atores, gestores e lideranças locais e, principalmente, na formação de parcerias e alianças estratégicas para a transformação social e o desenvolvimento do empreendedorismo sustentável.

Essas premissas finalizam o ano de 2009 e tornam-se direcionadores na geração de resultados para 2010. O Banrisul, enquanto banco público e em consonância com a sua missão institucional, tem consciência do seu papel de promotor, articulador e facilitador de soluções financeiras e de desenvolvimento para o segmento de governos, traduzindo em melhorias significativas nos aspectos humanos, econômicos, sociais e ambientais para os municípios e o Estado do Rio Grande do Sul.

Setor Público Municipal

No ano de 2009, o Banrisul priorizou a oferta de produtos e serviços para o segmento municipal que garantissem e otimizassem a arrecadação e a redução de custos operacionais, a exemplo do sistema de arrecadação com código de barras, a solução de gerenciamento de frota com o Cartão Combustível e da gestão de compras com o Pregão *On Line* Banrisul, além das soluções de crédito de longo prazo para a promoção do desenvolvimento local.



Em 2009, o Banrisul ampliou em 6,2% o número de servidores municipais que receberam a folha de pagamento através do Banco, finalizando 2009 com aproximadamente 145 mil servidores municipais. O total de pagamentos a esses clientes ultrapassou o montante de R\$2,0 bilhões. Ao final do ano, o Banco atingiu o número de 446 convênios para concessão de crédito consignado aos servidores municipais, o que representa a adesão de 90% dos municípios do Estado.

A arrecadação de tributos, taxas e serviços municipais totalizou 5,7 milhões de documentos, com volume de R\$889,0 milhões.

Setor Público Estadual

O Banco vem intensificando esforços no sentido de implantar soluções tecnológicas, a exemplo da qualificação da gestão de compras através do uso do Pregão *On Line* Banrisul, modernização da gestão do pagamento a fornecedores, dos processos de arrecadação e da folha de pagamento com o objetivo de proporcionar maior segurança, agilidade e redução de custos para os clientes, ampliando o relacionamento comercial com as empresas públicas, fundações e autarquias.

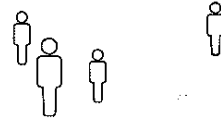
Com a ampliação do número de convênios para arrecadação automatizada de taxas e faturas das empresas públicas, ao longo de 2009, foi registrada a arrecadação de R\$1,2 bilhão em 11,9 milhões de documentos das concessionárias de serviços públicos estatais. No âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado, foram arrecadados 6,2 milhões de documentos, totalizando R\$14,6 bilhões. Em doze meses, ocorreu a distribuição de R\$2,9 bilhões aos municípios, através da destinação de cotas partes do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

Setor Público Federal

Em agosto de 2009, o Banrisul participou e foi vencedor do certame realizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para pagamento de novos benefícios a partir de janeiro de 2010, pelos próximos cinco anos. Com essa conquista, o Banco assegura o direito de preferência no pagamento de aposentados, pensionistas e beneficiários do INSS no Estado do Rio Grande do Sul.

A previsão é de que, nos próximos cinco anos, sejam concedidos aproximadamente 31,0 mil novos benefícios mensalmente, contabilizando-se, no final desse período, 1,8 milhão de novos benefícios. Com esse aumento significativo da base de clientes, o novo contrato firmado com o INSS cria condições para alavancar negócios com minimização de riscos, além do aumento de *market share* do Banco no Estado, possibilitando a inclusão bancária do segmento de beneficiários e fortalecendo a marca Banrisul junto ao segmento e à sociedade gaúcha.

O Banrisul apresenta importante posição na arrecadação dos entes federais. Em 2009, foram arrecadados 5,0 milhões de documentos, com volume transacionado de R\$7,4 bilhões.



Marketing

Campanhas institucionais, iniciativas culturais, patrocínios e mecanismos virtuais de comunicação compõem o leque de ações da estratégia de marketing do Banrisul. Em 2009, o Banco focou suas campanhas de mídia nos principais produtos, novos ou já existentes, com o objetivo de manter-se competitivo e ampliar a *market share*. Entre as campanhas institucionais implementadas em 2009, destacam-se a iniciativa corporativa *Ter Banrisul é pegar junto com os Gaúchos*, que divulgou os projetos sociais e ambientais da Instituição, a campanha de produtos *Banricompras – tudo o que você quer*, que divulgou um novo conceito do produto e a campanha de final de ano, *2010 pode ser tudo aquilo que queremos - quem tem Banrisul tem tudo*.

A disseminação massificada da Internet tem favorecido sensivelmente a consecução dos propósitos centrais relacionados à estratégia de marketing: identificação de novos mercados e criação de vantagem competitiva. Entre as iniciativas implementadas pelo Banrisul no ano de 2009 relacionadas à abordagem de marketing, boa parte delas estão associadas aos benefícios gerados por esse canal de comunicação com os mais distintos públicos. Nessa linha, destacam-se: *A maior roda de chimarrão do mundo*, *Jogo da Vida Banrisul Online* e o Banrisul Multimídia.

A promoção *A maior roda de chimarrão do mundo* foi lançada com a finalidade de oferecer aos internautas a possibilidade de interagir e de divulgar um dos maiores símbolos da tradição regional, durante o evento da Semana Farroupilha – o chimarrão. Realizada através do site www.amaiorrodadechimarrao.com.br, a promoção esteve no ar por um período de 30 dias e contou com a participação de 1.463 gaúchos espalhados pelo Rio Grande do Sul e residentes em mais de 58 países diferentes. É uma iniciativa que aproxima e mostra ao mundo os hábitos que se cultivam no contexto regional e fortalece a identificação da Instituição com a cultura local, traço que distingue o Banrisul em relação aos seus pares.

Já o *Jogo da Vida Online* foi desenvolvido na forma de um concurso cultural publicado na Internet, por meio do site www.jogodavidabanrisul.com.br, disponibilizado com o objetivo de despertar nos jovens a educação financeira. Oferecido ao público com idade entre 08 e 18 anos, o *Jogo da Vida* contou, durante os quatro meses em que esteve no ar, com a participação de mais de cinco mil jovens. É outra iniciativa relativamente singela, que não exige do Banco mobilização de sofisticada engenharia operacional e financeira, porém de elevado valor pedagógico e cultural. O olhar do Banco não se limita a trabalhar um público que poderá vir a transformar-se em cliente. A ideia é contribuir para a formação de cidadãos responsáveis.

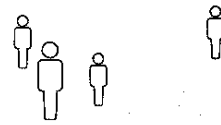
Outra importante iniciativa do Banrisul relacionada à abordagem de marketing pela via dos meios virtuais diz respeito ao desenvolvimento de um novo canal de comunicação

corporativa, o *Banrisul Multimídia*, colocado no ar em 2009. Através do site www.banrisulmultimedia.com.br, o visitante acessa vídeos especialmente produzidos para divulgar as facilidades dos produtos e serviços oferecidos pelo Banco e também as ações sociais, educacionais e culturais implementadas. O *Banrisul Multimídia* é uma forma inovadora e moderna do Banco estreitar laços com seus clientes e de mostrar aos internautas em geral a importância da Instituição na vida das pessoas.

Também é importante destacar uma das ações de marketing mais tradicionais do Banrisul que é a operação veraneio. Reeditado todos os anos, a campanha Banrisul Verão 2010 foi organizada em 2009 para garantir aos clientes em férias nas praias gaúchas e catarinenses total conforto e segurança no que diz respeito aos seus compromissos financeiros. Para a temporada de 2010, que inicia em dezembro de 2009 e se estende até março do ano seguinte, o Banrisul colocou a disposição dos clientes mais de 450 pontos de atendimento, entre agências, postos bancários, caixas eletrônicos e Correspondentes Bancários, além de mais de cinco mil estabelecimentos comerciais conveniados à Rede Comercial Banricompras, habilitados a efetuar a liquidação, à vista ou parcelada, das compras realizadas pelos clientes do Banco, mediante o uso do cartão de conta corrente. A operação verão abrange ainda a flexibilização do horário de atendimento de agências e das salas de autoatendimento nas praias de maior fluxo de veranistas e a realização de eventos promocionais - *blitz* em bares e restaurantes, disponibilização de quiosques nas praias, ações em postos de gasolina - para fomentar a utilização do Banricompras com distribuição de brindes aos veranistas clientes que utilizam o produto.

O Banrisul patrocina os grandes clubes de futebol do Estado, principalmente a dupla Grêmio e Internacional, além de atletas gaúchos expoentes nas mais diversas modalidades esportivas, como judô, natação e patinação. Recebem apoio do Banco os projetos esportivos *Bola pro Futuro*, *Criança no Esporte*, *Raquetes do Futuro* e *Karatê Além do Esporte*, que buscam inserir crianças e adolescentes na prática esportiva, promover a integração social e estimular o espírito de cooperação. Em 2009, o Banrisul participou, ainda, de eventos que procuram conscientizar a população sobre a importância dos cuidados com a saúde, como a *11ª Corrida para Vencer o Diabetes*, a *16ª Corrida pela Vida*, a segunda edição do projeto *Vamos dar as Mãos* e o projeto de alerta e mobilização contra o crack, *Crack - Ignorar é Seu Vício*.

Por meio de convênios e parcerias, o Banco colabora para a promoção da cultura, da educação e da consciência socioambiental da população. Assim, receberam a colaboração do Banrisul, em 2009, projetos e eventos como o *Memorial do Rio Grande do Sul*, *Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa*, *Orquestra Sinfônica de Porto Alegre*, *10ª edição dos Concertos Banrisul para Juventude - Orquestra de Câmara Theatro São Pedro*, *Festival Mundial Cultural pela Paz*, *13ª Jornada Nacional de Literatura*, *7ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul*, projetos *Ler é Tudo*, *Leia Mais* e *Minha História de Natal* e os *Prêmios Histórias Curtas e Fato Literário*.



Recursos Humanos

O Banrisul entende que os bons resultados obtidos nos últimos anos foram conquistados, principalmente, devido ao cuidado que se teve na relação com clientes. O competente quadro de empregados do Banco está sempre pronto a compreender as mais diversas conjunturas experimentadas e a responder com dedicação e empenho. É por essa razão que a arte gráfica dos relatórios do Banrisul de 2009 tem como inspiração figuras estilizadas de pessoas.

Por mais que se incorpore tecnologia, por mais que a matéria-prima deste negócio - dinheiro - seja fundamental na vida de todas as pessoas, por mais que os produtos e serviços sejam extremamente semelhantes no mercado bancário, são pessoas que tornam essa empresa, hoje internacionalmente reconhecida, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul. São pessoas que se qualificam, que se modificam, que interagem com pessoas transformando uma atividade em resultados. São pessoas que fazem a diferença numa empresa do setor de serviços.

Os investimentos em pessoas são constantes, buscando garantir aperfeiçoamento profissional, excelência nos serviços prestados e acompanhamento do que há de mais moderno no setor bancário. Em 2009, foram realizados 707 cursos, com 9,4 mil participações, e três processos seletivos internos, com 238 participantes. O investimento em treinamento totalizou R\$6,1 milhões. Do total investido, R\$529,4 mil foram direcionados a programas de graduação, R\$872,8 mil a programas de pós-graduação e R\$412,3 mil em cursos de idiomas.

As áreas de tecnologia da informação do Banrisul foram contempladas com a realização de concurso público específico, lançado em maio de 2009. Destinado a preencher 200 vagas para Desenvolvimento de Sistemas, Administração de Banco de Dados, Segurança de Tecnologia da Informação e Suporte, recebeu 2,6 mil inscritos. As contratações foram efetivadas em outubro.

Com o encerramento da validade do último concurso público para a contratação de escriturários e buscando garantir a disponibilidade de contratação de novos funcionários para as novas agências inseridas no projeto de expansão da rede de atendimento, o Banco abriu, em novembro de 2009, as inscrições para novo concurso, abrangendo 500 vagas, cujas provas serão realizadas no início de 2010.

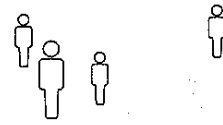
Em dezembro de 2009, o quadro do Banrisul contava com 9.142 funcionários e 2.292 estagiários. Em doze meses, foram contratados 221 novos escriturários e 202 técnicos em tecnologia da informação.

2009

Tabela 9 Processos Seletivos e Programas de Treinamento

DATA	PROGRAMAS SELETIVOS/CONCURSOS PÚBLICOS	DESCRIÇÃO	Nº PARTICIPANTES CONCURSOS, PROCESSOS INTERNOS, TREINAMENTOS	Nº APROVADOS/ ADMITIDOS	HORAS TREINAMENTO
Janeiro/2009	Processo seletivo interno para a função de Gerentes de Negócios	Processo seletivo instituído para provimento da necessidade de colocação de profissionais na área de negócios da rede de agências, através da seleção de Plataformistas e Operadores de Negócios.	262	91	
Janeiro/2009	Processo seletivo interno para a função de Supervisores	Processo seletivo instituído para provimento da necessidade de colocação de profissionais nas plataformas de serviços da rede de agências.	1.035	123	
De abril a junho/2009	Capacitação de Gestores de Agências	Sistema de Metas para Gestores: treinamento dos Gerentes-Gerais e Adjuntos voltado para gestão de resultados e equipes, com foco no planejamento e acompanhamento do desempenho da Meta Comercial.	456		304
Edital 20/05/2009	Concurso Público 01/2009, para o cargo de Técnico em Tecnologia da Informação	Processo seletivo instituído com a finalidade de recrutar pessoas para o desenvolvimento de procedimentos automatizados de acordo com as definições e padronização da metodologia de arquitetura técnica do Banrisul, atendendo aos requisitos de sistemas de informação, segurança lógica e infraestrutura computacional.	2,6 mi*	483 aprovados, 202 admitidos	
Julho/2009	Capacitação de Vendedores	Treinamento dos vendedores pessoa física para aprimorar conhecimentos quanto aos conceitos e à sistemática do Modelo de Metas.	357		120
De julho a agosto/2009	Capacitação de Vendedores	Treinamento dos Novos Operadores de Negócios Pessoa Física e Plataformistas com o tema Capacitação em Vendas.	602		432
De julho a dezembro/2009	Formação de Gerentes de Negócios	Treinamento de empregados selecionados em processo interno para o exercício da função de Gerente de Negócios.	91		1.002
De setembro a outubro/2009	Capacitação de Vendedores	Treinamento dos Gerentes de Negócios voltado à gestão das carteiras de clientes pessoa jurídica e uso dos instrumentos gerenciais.	357		104
De setembro a outubro/2009	Capacitação das equipes gerencial e operacional	Capacitação do Novo Cadastro Pessoa Jurídica para a rede de agências.	1.149		392
De outubro a dezembro/2009	Qualificação de Técnicos em Tecnologia da Informação	Preparação de empregados selecionados em concurso público para o exercício da função de Técnico em Tecnologia da Informação.	202		Em média 300 horas por funcionário
Novembro/2009	Capacitação de Gestores de Agências	Treinamento dos Gerentes Adjuntos da rede de agências no tema Gestão Administrativa com Ênfase em Resultados.	354		360
Edital 13/11/2009	Concurso Público 01/2009-2 - para o cargo de Escriturário	O concurso público, que será realizado em 17.01.2010, visa ao provimento de 500 vagas para o cargo de escriturário, com lotação exclusiva na rede de agências do Banrisul.	117,7 mil*	Em andamento	
De novembro a dezembro/2009	Formação de Supervisores	Preparação de empregados selecionados em processo interno para o exercício da função de Supervisor.	123		1.200
Durante 2009	Capacitação de equipes para novas agências	Capacitação de Equipe para Abertura de Novas Agências - treinamento voltado a capacitar técnica e comercialmente a equipe que atuará na nova agência, para o trabalho de prospecção antecipada de clientes.	67		480
Durante 2009	Processo seletivo interno para a função de Analistas	Processo seletivo instituído para provimento da necessidade de colocação de profissionais nas Unidades de Call Center e Comercial Corporativa.	48	14	

*Fonte: FDRH - Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos.



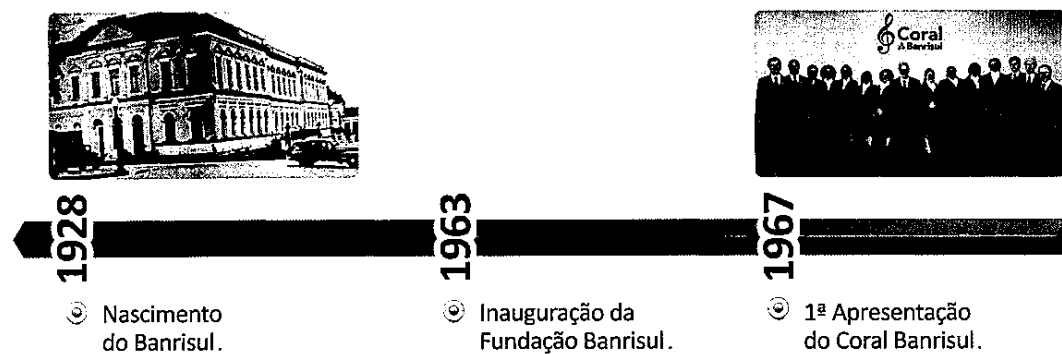
Responsabilidade Corporativa

Desde sua criação, em 1928, para ofertar crédito ao segmento agropecuário gaúcho, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul se mantém fiel a sua missão de “ser o agente financeiro do Estado para promover o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul”.

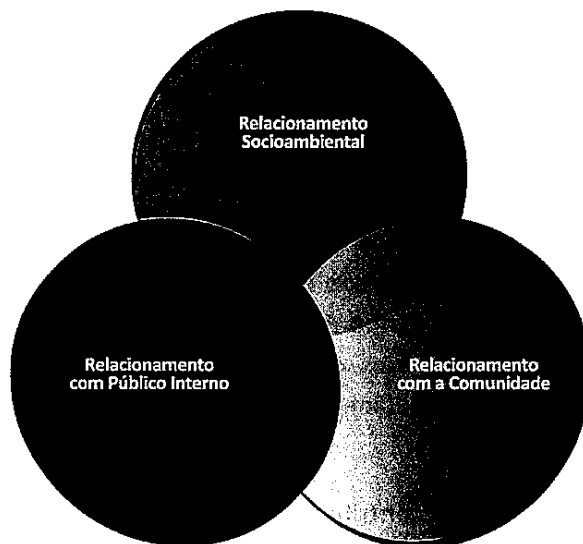
Mais de oito décadas se passaram, o Estado sofreu diversas transformações, a economia se globalizou, as práticas de mercado são outras, as responsabilidades tornaram-se coletivas. Responsabilidade social se constrói com atitudes. A trajetória de ações de caráter social do Banco atesta que essa filosofia está presente em sua história.

Num olhar retrospectivo se percebe que a formalização da Gestão Social no Banrisul, ocorrida em 2009, tem suas bases nas origens da Instituição. A maturidade desse processo, que é perene, se mescla às tantas outras frentes de ordem financeira, administrativa e tecnológica que o Banco empreende. É com essa convicção que o futuro continua sendo desenhado.

Trajectoria de Sustentabilidade



O ano de 2009 marca a formalização de importantes instâncias de gestão da responsabilidade corporativa no Banrisul. No mês de março, foi instituída a Política de Responsabilidade Social, tendo como função mediar a interação dos negócios, da gestão e da ação social. O desafio está em buscar resultados positivos sem se descuidar dos eixos que compõem a responsabilidade corporativa que são: público interno, clientes, fornecedores, comunidade e meio ambiente.



Trajatória de Sustentabilidade



Relacionamento Socioambiental

Mesmo sendo uma instituição bancária, a consciência ambiental está presente tanto na negociação de um contrato de financiamento agrícola, quanto na opção pela menor taxa de juros. O descarte responsável do lixo pelos funcionários, a economia de energia elétrica e o apoio financeiro a projetos de geração de emprego e renda autossustentáveis são exemplos de práticas já adotadas.

Programa Reciclar Banrisul

Esse projeto, criado em 2001, é orientado por uma visão ecológica ampla e busca a educação ambiental, o cuidado com a destinação dos resíduos produzidos e expande a consciência socioambiental entre os colaboradores.

O programa consiste no descarte adequado de resíduos gerados nas rotinas operacionais para que sejam reutilizados por comunidades institucionalizadas, como usinas de reciclagem, ONGs e associações de bairros. Entre os resíduos que são descartados ou doados, estão o lixo seco e orgânico, papel, lâmpadas, pilhas, baterias, disquetes, embalagens plásticas e malotes.

Ao longo desses anos, o Reciclar contribuiu para economia de R\$4,0 milhões, com o encaminhamento de 3,7 mil toneladas de papel para reciclagem, que equivale a 59,9 mil

Trajectoria de Sustentabilidade



árvores poupadas. Desde a implantação, foram coletados 12,3 mil unidades de CDs, 47 mil disquetes e 34,2 mil lâmpadas fluorescentes. Através do Coletor de Pilhas Reciclar, a comunidade encaminhou 1,9 tonelada de pilhas domésticas para reciclagem.

O Programa Reciclar Banrisul ganhou uma dimensão social, tornando-se instrumento de geração de emprego e renda para as comunidades de recicladores.

Programa Energético Banrisul - Progeb

O Programa Energético Banrisul, criado em 2004, objetiva tornar mais racional o uso de energia, combatendo o desperdício e promovendo a eficiência energética.

Entre as tarefas desenvolvidas estão ações contra o desperdício, sensibilização dos funcionários, pesquisa e implementação de ações voltadas à eficiência energética. São adotadas medidas para a conservação, redução de consumo e gastos do sistema elétrico e para minimizar o impacto das ações de racionamento de energia. Entre as práticas adotadas, estão a escolha da melhor estrutura tarifária, a substituição de baterias e de equipamentos.

Entre 2004 e 2009, o Progeb economizou o valor equivalente a um mês de consumo por ano, totalizando 13.095.653 Kwh, que corresponde a R\$5,6 milhões. O programa passou a ser utilizado como modelo para outros órgãos públicos. Com isso, criam-se novos hábitos, que saem dos ambientes de trabalho e são levados para casa.

Trajatória de Sustentabilidade



Relacionamento com Público Interno

Fitness - Vivendo com Saúde

O Programa *Fitness - Vivendo com Saúde* realizou, desde 2000, 50 eventos, em que empregados, familiares e convidados da comunidade participam de atividades físicas, informativas e recreativas, como oficinas de dança, *ioga*, *shiatsu*, caminhada orientada, esgrima, avaliação física e postural, atividades esportivas e recreativas, palestras, entre outros, no período de um dia, em finais de semana. Nas oficinas simultâneas, os participantes vivenciam diversas modalidades, buscando identificar aquela que mais se adapta às suas necessidades e estilo de vida. Em 2009, os seis eventos realizados contaram com a participação de mais de 6,0 mil pessoas.

Programa Voluntariado Banrisul

O Programa Voluntariado Banrisul, voltado aos colaboradores para atuação na rede de entidades sociais localizadas onde o Banco estiver inserido, atua desde 2003 em ações de arrecadações, Campanhas do Agasalho e de Natal. Com os programas Reciclar e Pescar, voluntários do Banco desenvolvem em diversas práticas a responsabilidade social, resultando em melhores posturas sociais e cooperativas entre os colaboradores. No ano de 2009, com a consultoria da ONG Parceiros Voluntários, o Banrisul firmou parceria com a

Trajetória de Sustentabilidade



ONG Abrindo Horizontes da Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre, onde foram desenvolvidas oficinas de teatro e coral, contemplando 75 participações de crianças e adolescentes, contando com sete voluntários ativos e 75 voluntários cadastrados no programa.

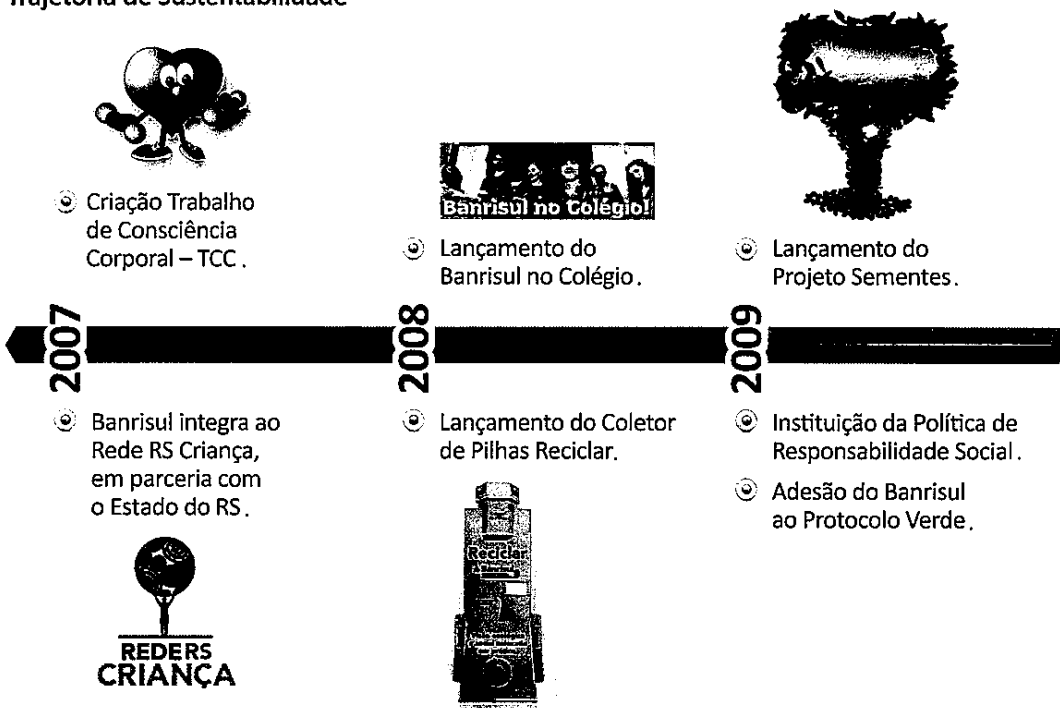
Relacionamento com a Comunidade

Concertos Banrisul para Juventude

Propicia a apresentação da Orquestra de Câmara do Teatro São Pedro aos estudantes do ensino fundamental, de escolas públicas e particulares de Porto Alegre e Região Metropolitana, com a finalidade de informar, educar e popularizar a música clássica entre crianças e jovens.

Durante as apresentações, a orquestra apresenta composições de grandes mestres como Bach, Mozart e Vivaldi, canções de nomes conhecidos da MPB e transmite informações sobre o que é uma orquestra e seus instrumentos, contando com a apresentação performática do maestro, de um ator e a participação de músicos convidados. O projeto já está em sua 10ª edição, com 90 concertos realizados e participação de aproximadamente 48.600 alunos.

Trajatória de Sustentabilidade



Projeto Pescar

O Projeto Pescar Banrisul, implantado em 2004 em parceria com a Fundação Projeto Pescar, partiu do envolvimento do Grupo de Voluntariado com o objetivo de propiciar oportunidades para jovens com idade entre 16 e 18 anos saírem de uma condição de risco e exclusão social para uma situação de cidadania. O Banrisul foi a primeira instituição pública do país a criar uma unidade de ensino no padrão do Projeto Pescar.

A cada ano, 20 jovens moradores da Zona Sul de Porto Alegre, em comunidades próximas ao Centro de Treinamento Banrisul, são selecionados para o curso Iniciação Profissional em Serviços Administrativos, que segue os critérios estabelecidos pela metodologia da Fundação Projeto Pescar. O projeto é formado por 42 colaboradores que atuam como instrutores diretamente em sala de aula ou na forma de suporte.

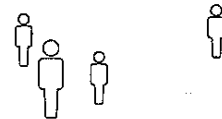
Por meio do projeto são desenvolvidos hábitos, atitudes de convivência e de cidadania, encaminhamento ao primeiro emprego ou estímulo ao empreendedorismo.

De 2004 a 2009, a Unidade Projeto Pescar Banrisul formou 119 alunos. Como resultado dessa ação, 70% dos jovens que passaram pela Unidade já estão empregados no mercado formal de trabalho, sendo que 30% estão estagiando na Instituição.

Os investimentos em responsabilidade corporativa somaram, em 2009, R\$42,8 milhões em ações e programas sociais, entre esportes, cultura, educação, saúde e saneamento, meio ambiente e outros. Tamanho investimento reflete o compromisso do Banco em contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde está inserido. A maior parcela nesse ano foi destinada à área de esportes, com programas de cunho esportivo voltado a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Entre 2004 e 2008, o investimento em responsabilidade social somou R\$116,2 milhões.

As informações completas relativas às ações de responsabilidade corporativa realizadas, em 2009, pelo Banrisul estão disponíveis na internet, em *hot site* que pode ser acessado a partir do *site* do Banco www.banrisul.com.br.

Desde o início de sua história, o Banrisul assumiu o papel de parceiro, a fim de fomentar o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. Cresceu e se transformou em Banco múltiplo. Encarou, com sucesso, o desafio de adotar uma gestão moderna para conquistar resultados. Estreitou os laços com todos aqueles com os quais se relaciona: colaboradores, clientes e investidores. Criou produtos e serviços. Estabeleceu projetos e programas para construir um futuro sustentável. Por tudo isso, mantém-se ao lado de todos, na hora de estudar ou de empreender, de poupar ou de financiar, de participar de ações sociais ou de preservar o meio ambiente, de cuidar da saúde ou de, simplesmente, comprar e se divertir. O Banrisul é o banco de todos. Não importa a idade, pois não existem limites para seguir em frente.



Reconhecimentos

Janeiro/2009

- ☉ **Banrisul foi indicado como finalista do prêmio *Executivos de TI do Ano 2009*.**

O Banrisul foi um dos três finalistas na categoria *Finanças: Bancos e Seguradoras*, do prêmio *Executivos de TI do Ano 2009*, organizado pela revista *InformationWeek Brasil*.

- ☉ **Fundos de Renda Fixa do Banrisul estão entre os melhores do país.**

O Banrisul está entre as três primeiras instituições bancárias com os melhores fundos de renda fixa do país, na relação risco/retorno em 12 meses (até 28.11.2008). O estudo, elaborado pela revista *Isto é Dinheiro* e pela *TAG Investimentos*, na edição de 14.01.2009, apontou *Onde Investir em 2009*.

Fevereiro/2009

- ☉ **Banrisul é uma das 500 marcas mais valiosas do setor financeiro mundial.**

O Banrisul foi escolhido como uma das marcas mais valiosas no *ranking Global Banking 500*, elaborado pela *Brand Finance* - consultoria multinacional especializada em avaliação e gestão de marcas - em parceria com a revista inglesa *The Banker* e a agência de classificação de risco *Austin Rating*. O valor da marca Banrisul foi avaliado em US\$165 milhões.

Março/2009

- ☉ **Banrisul vence *ranking Top 5*.**

O Banrisul foi o grande vencedor do *ranking Top 5* de fevereiro para as projeções de inflação pelo IPCA de curto prazo. As informações foram divulgadas pela Gerência Executiva de Relacionamento com Investidores do Banco Central do Brasil, responsável pela compilação das projeções fornecidas pelo mercado.

- ☉ **Banrisul é Destaque do Agronegócio 2009.**

O Banrisul recebeu o prêmio de *Destaque do Agronegócio 2009* na categoria *Instituição Financeira*, promovido pela *Cotrijal* e pelo *Grupo Diário da Manhã*.

- ☉ **Banrisul é uma das empresas de maior prestígio de marca corporativa no Estado.**

O Banrisul foi um dos vencedores do prêmio *Reputação Corporativa* da revista *Amanhã*, que revelou as corporações mais prestigiadas do Rio Grande do Sul, em estudo feito pela *Troiano Consultoria de Marca*.

Banrisul Consórcios assume a liderança no mercado gaúcho.

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios assumiu a liderança no mercado gaúcho no segmento de automóveis, de acordo com o *ranking* das administradoras de consórcio divulgado pelo Banco Central do Brasil.

Banrisul Corretora de Valores é destaque no estudo *Marcas de Quem Decide*.

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio foi destaque no estudo *Marcas de Quem Decide* como a marca líder na preferência e a segunda mais lembrada na categoria *Corretora de Valores*. A 11ª edição da pesquisa foi realizada pelo *Jornal do Comércio* e *Instituto QualiData*.

Banrisul é uma das empresas mais inovadoras da Região Sul.

O Banrisul foi escolhido como uma das empresas mais inovadoras da Região Sul, de acordo com o *ranking Campeões da Inovação*, publicado na revista *Amanhã*, com metodologia da consultoria *Edusys*.

Abril/2009

Banrisul é destaque no *ranking* de ativos *Top Banks*.

O Banrisul foi um dos destaques no *ranking* de ativos *Top Banks* publicado na edição de março e abril de 2009 da revista *Latin Trade*, dos Estados Unidos. O levantamento incluiu instituições financeiras da América Latina.

Banrisul é uma das empresas mais lembradas pelos gaúchos.

O Banrisul foi uma das empresas mais lembradas pelos gaúchos na pesquisa *Top of Mind*, realizada pela revista *Amanhã* em conjunto com a *PricewaterhouseCoopers*. O Banrisul também foi destaque nas categorias *Banco*, *Empresa Pública Eficiente*, *Empresa que Investe em Cultura* e *Empresa em que Gostaria de Trabalhar*. O Banricompras recebeu distinção na categoria *Cartão de Crédito* e o Refeisol – produto comercializado pela Banrisul Serviços – na categoria *Refeição Convênio*.

Banrisul é uma das marcas mais valiosas do Brasil.

O Banrisul está presente no *ranking* das marcas mais valiosas do Brasil, segundo estudo da *Brand Finance* realizado no país pelo quarto ano consecutivo e que reúne o nome de 110 companhias.

Junho/2009

Banrisul recebe o prêmio *Smart Card*.

O Banrisul recebeu o prêmio *Smart Card* pelo lançamento do novo cartão Banrisul com *chip* inteligente e certificação digital, concedido pela companhia belga *VASCO Data Security International Inc.*

☉ Banrisul conquista prêmio na área de TI.

O Banrisul conquistou o prêmio *efinance 2009* nas categorias *Melhor Solução de Gestão de Infraestrutura de Tecnologia*, com o projeto *Operação mais ágil, gerenciamento mais fácil*, e *Inovação Tecnológica*, com o produto *Banricompras no Celular*. As premiações foram concedidas pela revista *Executivos Financeiros*, publicação de referência em conteúdo de TI aplicada ao mercado financeiro.

☉ Banrisul é destaque em *ranking* nacional do sistema financeiro.

O Banrisul foi classificado em 14º lugar entre os 100 maiores conglomerados financeiros do país pela revista *Conjuntura Econômica*, editada pelo *Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas*. O Banco também recebeu destaque no segmento de bancos públicos nas categorias *Por crescimento do ativo* e *Os que mais cresceram em operações de crédito*.

Julho/2009

☉ Banrisul está entre as 100 melhores ações para investir.

O Banrisul foi destaque no *ranking As 100 Melhores Ações para Você Investir*, realizado pela revista *Você S/A* e a empresa *Econômica*. A pesquisa apresentou os papéis com o melhor desempenho nos últimos doze meses.

Agosto/2009

☉ Banrisul é uma das 500 melhores empresas do Brasil.

O Banrisul ficou classificado na 110ª posição no *ranking As 500 Melhores da Dinheiro*. O levantamento, publicado em *As Melhores da Revista Dinheiro 2009*, também destacou o Banrisul dentro do sistema financeiro nacional nas categorias *Responsabilidade Social*, *Recursos Humanos* e *Governança Corporativa*.

☉ Banrisul recebe Certificado de Neutralização de Carbono.

O Banrisul recebeu o Certificado de Neutralização de Carbono da empresa *Parceria Verde* pela ativa participação no Projeto Maquiné BioAtivo relativo à impressão do Balanço Social de 2008.

Setembro/2009

☉ Banrisul é premiado com o *Top Cidadania*.

O Banrisul conquistou o prêmio *Top Cidadania 2009*, na categoria *Empresa*, concedido pela *Associação Brasileira de Recursos Humanos – ABRH-RS*, com o *case Projeto Pescar Banrisul: Uma vivência para transformar e evoluir*.

☉ Banrisul é apontado como a 13ª empresa no ranking *Grandes & Líderes – 500 Maiores do Sul*.

O Banrisul ocupa o 13º lugar no ranking *Grandes e Líderes – 500 Maiores do Sul*, elaborado pela revista *Amanhã* e pela consultoria *PricewaterhouseCoopers*. No Rio Grande do Sul, o Banco é a terceira maior empresa entre as 100 maiores e destaca-se como líder com o maior capital de giro próprio. Ainda no Estado, o Banrisul é a segunda empresa entre os 50 maiores patrimônios líquidos.

Outubro/2009

☉ Banrisul recebe o Selo de Assiduidade 3 Anos da Apimec-SP.

O Banrisul recebeu o *Selo de Assiduidade 3 Anos* da *Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais de São Paulo (Apimec-SP)*. O reconhecimento demonstra que o Banco atua em linha com a boa governança corporativa, com destaque para a transparência, prestação de contas e equidade na divulgação das informações em suas reuniões públicas com analistas e investidores.

☉ Cartão com chip do Banrisul recebe prêmio de *Melhor Solução Mundial* em 2009.

O Banrisul recebeu o prêmio de *Melhor Solução Mundial de Tecnologia Bancária* em 2009 pelo desenvolvimento do cartão de conta corrente com *chip* inteligente. A premiação foi entregue durante a Conferência Mundial do Sistema Multos, na Malásia.

Novembro/2009

☉ Banrisul é premiado com o troféu *Carrinho Agas 2009*.

O Banrisul foi um dos ganhadores da premiação *Carrinho Agas 2009* da *Associação Gaúcha de Supermercados (Agas)*. O Banco foi vencedor na categoria *Melhor Fornecedor de Serviços*.

☉ Banrisul conquista o prêmio *Top de Marketing da ADVB-RS*.

O Banrisul conquistou o *Top de Marketing 2009* na categoria *Responsabilidade Social*, com o *case Concertos Banrisul para Juventude*. A distinção, entregue pela *Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB-RS)*, foi entregue às empresas que adotaram as melhores estratégias de marketing em 2009.

Dezembro/2009

☉ Banrisul é agraciado com o prêmio *Mérito Lojista 2009*.

O Banrisul recebeu o prêmio *Mérito Lojista 2009* na categoria *Serviços - Instituição Financeira da Capital*, como uma das melhores empresas fornecedoras, em votação feita pelas *Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL)*. A premiação foi promovida pela *Federação das CDL-RS*.



☉ **Banrisul recebe o prêmio *Qualidade da Apimec-SP*.**

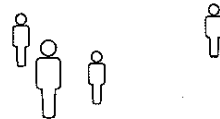
A apresentação pública para a divulgação dos resultados do Banrisul foi escolhida como uma das 10 melhores reuniões do exercício de 2009. A escolha das melhores reuniões é feita de acordo com as avaliações dos profissionais de investimento ao final de cada reunião da *Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais (Apimec)*, regional São Paulo.

☉ **Banrisul está entre os 100 maiores grupos econômicos do país.**

O Banrisul é o 83º maior grupo econômico do Brasil de acordo com a publicação anual *Valor Grandes Grupos*, editada pelo jornal especializado em economia e finanças *Valor Econômico*, de São Paulo. Segundo o *ranking* dos 200 maiores grupos por receita bruta no país, o Banrisul subiu 11 posições de 2007 para 2008. Anteriormente, o Banco ocupava a 94ª posição. O estudo destacou, ainda, o Banrisul como o 13º maior grupo da área de finanças. O banco gaúcho também está entre os 20 maiores grupos do setor financeiro que mais cresceram por receita bruta, em patrimônio líquido, em lucro líquido e em rentabilidade patrimonial.

☉ **Banrisul é destaque nacional com projeto do Débito Autorizado.**

O Banrisul foi destaque no sistema financeiro nacional pelo projeto de implantação do Débito Direto Autorizado (DDA). A Instituição recebeu sete medalhas da *Câmara Interbancária de Pagamentos*, empresa que atende a *Federação Brasileira de Bancos* na área tecnológica.



Agradecimentos

Agradecemos ao Governo do Estado, por compreender e sustentar os objetivos que empreendemos, aos funcionários e colaboradores, pelo profissionalismo e assimilação da cultura de desafios corporativos, e aos clientes e acionistas, para os quais nos empenhamos em manter um Banco sólido, rentável e perene. Em 2009, escrevemos mais um capítulo da história de sucesso do Banco dos gaúchos, que segue firme em direção ao futuro.

A Administração

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
CIRCULANTE	17.416.546	16.298.255	17.484.583	16.354.440
DISPONIBILIDADES	411.158	373.239	411.220	373.278
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 03 (b) e 04)	5.336.677	4.668.686	5.356.542	4.687.078
Aplicações no Mercado Aberto	5.207.226	4.430.537	5.227.091	4.448.929
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	129.451	238.149	129.451	238.149
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 03 (c) e 05)	3.194.674	3.004.516	3.198.936	3.010.816
Carteira Própria	1.821.121	2.472.028	1.825.378	2.478.323
Vinculados a Compromissos de Recompra	1.096.768	327.052	1.096.768	327.052
Instrumentos Financeiros Derivativos	15.981	7.411	15.981	7.411
Vinculados ao Banco Central	194.497	159.468	194.497	159.468
Vinculados à Prestação de Garantias	66.307	38.557	66.307	38.557
Moedas de Privatização	-	-	5	5
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.380.802	1.341.804	1.380.802	1.341.804
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3.231	3.377	3.231	3.377
Créditos Vinculados (Nota 06) Depósitos no Banco Central	1.349.540	1.318.412	1.349.540	1.318.412
Correspondentes	28.031	20.015	28.031	20.015
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	35.070	43.936	35.070	43.936
Recursos em Trânsito de Terceiros	833	1.368	833	1.368
Transferências Internas de Recursos	34.237	42.568	34.237	42.568
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 03 (d) e 07)	6.084.542	5.770.975	6.084.542	5.770.975
Operações de Crédito Setor Público	36.075	79.942	36.075	79.942
Setor Privado	6.466.547	5.960.215	6.466.547	5.960.215
Provisão para Perdas em Operações de Crédito (Nota 03 (f))	(418.080)	(269.182)	(418.080)	(269.182)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Notas 03 (d) e 07)	46.117	45.001	46.117	45.001
Operações de Arrendamento a Receber Setor Público	817	634	817	634
Setor Privado	46.866	46.553	46.866	46.553
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(1.566)	(2.186)	(1.566)	(2.186)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 08)	904.559	1.044.054	948.170	1.075.286
Carteira de Câmbio	448.898	625.761	448.898	625.761
Rendas a Receber	35.544	44.173	30.833	39.228
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	4.615	1.858
Créditos Específicos	-	-	21	-
Diversos	461.884	391.516	505.986	426.816
Provisão para Outros Créditos (Nota 07)	(41.767)	(17.396)	(42.183)	(18.377)
OUTROS VALORES E BENS	22.947	6.044	23.184	6.266
Investimentos Temporários	232	3.070	232	3.070
Provisão para Perdas	-	(1.448)	-	(1.448)
Outros Valores e Bens	5.243	7.827	5.389	7.927
Provisão para Desvalorização	(590)	(7.826)	(590)	(7.826)
Despesas Antecipadas	18.062	4.421	18.153	4.543

93

ATIVO (cont.)	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.221.775	8.464.826	11.241.609	8.486.872
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS				
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 03 (c) e 05)	4.206.831	3.097.472	4.209.585	3.099.975
Carteira Própria	2.555.047	2.125.424	2.555.047	2.125.424
Vinculados a Compromissos de Recompra	972.732	491.999	972.732	491.999
Instrumentos Financeiros Derivativos	135.238	102.492	135.238	102.492
Vinculados ao Banco Central	345.311	192.684	345.311	192.684
Vinculados à Prestação de Garantias	198.503	184.873	201.257	187.376
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	440.898	382.057	440.898	382.057
Créditos Vinculados (Nota 06)				
Sistema Financeiro da Habitação	440.898	382.057	440.898	382.057
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 03 (d) e 07)	5.782.477	4.185.375	5.782.477	4.185.375
Operações de Crédito				
Setor Público	82.146	109.619	82.146	109.619
Setor Privado	6.248.460	4.748.716	6.248.460	4.748.716
Provisão para Perdas em Operações de Crédito (Nota 03 (f))	(548.129)	(672.960)	(548.129)	(672.960)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Notas 03 (d) e 07)	43.027	57.194	43.027	57.194
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	2.442	425	2.442	425
Setor Privado	47.768	60.328	47.768	60.328
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(7.183)	(3.559)	(7.183)	(3.559)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 08)	725.869	725.285	742.949	744.828
Carteira de Câmbio	28	5.408	28	5.408
Diversos	805.768	725.285	822.848	744.828
Provisão para Outros Créditos (Nota 07)	(79.927)	(5.408)	(79.927)	(5.408)
OUTROS VALORES E BENS	22.673	17.443	22.673	17.443
Outros Valores e Bens	20.777	18.446	20.777	18.446
Provisão para Desvalorização	(8.604)	(1.003)	(8.604)	(1.003)
Despesas Antecipadas	10.500	-	10.500	-
PERMANENTE	645.254	629.603	357.945	364.063
INVESTIMENTOS	299.800	278.688	7.758	8.241
Participação em Controladas no País (Nota 02 (c))	292.895	271.765	-	-
Outros Investimentos	11.888	11.920	13.214	13.711
Provisão para Perdas	(4.983)	(4.997)	(5.456)	(5.470)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 09 (a))	165.708	146.676	170.058	151.351
Imóveis de Uso	119.969	120.056	127.012	127.086
Outras Imobilizações de Uso	433.551	405.585	438.659	410.432
Depreciação Acumulada	(387.812)	(378.965)	(395.613)	(386.167)
INTANGÍVEL (Nota 09 (b))	179.746	204.239	180.129	204.471
Ativos Intangíveis	311.289	280.218	311.672	280.450
Amortização Acumulada	(131.543)	(75.979)	(131.543)	(75.979)
TOTAL DO ATIVO	29.283.575	25.392.684	29.084.137	25.205.375

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
CIRCULANTE	21.420.147	18.177.692	21.218.591	18.021.578
DEPÓSITOS (Nota 10)	<u>13.261.369</u>	<u>11.289.466</u>	<u>13.072.695</u>	<u>11.120.370</u>
Depósitos à Vista	2.107.702	1.869.619	2.100.614	1.864.035
Depósitos de Poupança	5.636.799	4.805.853	5.636.799	4.805.853
Depósitos Interfinanceiros	89.968	11.981	89.968	11.981
Depósitos a Prazo	5.415.309	4.585.598	5.233.698	4.422.086
Outros Depósitos	11.591	16.415	11.616	16.415
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 10)	<u>2.069.893</u>	<u>2.290.220</u>	<u>2.006.497</u>	<u>2.234.251</u>
Carteira Própria	2.069.893	819.131	2.006.497	763.162
Carteira de Terceiros	-	1.471.089	-	1.471.089
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	<u>10.739</u>	<u>11.779</u>	<u>10.739</u>	<u>11.779</u>
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	10.737	11.773	10.737	11.773
Correspondentes	2	6	2	6
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	<u>149.932</u>	<u>113.070</u>	<u>149.932</u>	<u>113.070</u>
Recursos em Trânsito de Terceiros	149.901	112.908	149.901	112.908
Transferências Internas de Recursos	31	162	31	162
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 11)	<u>503.167</u>	<u>622.473</u>	<u>503.167</u>	<u>622.473</u>
Empréstimos no País - Outras Instituições	60.307	-	60.307	-
Empréstimos no Exterior	442.860	622.473	442.860	622.473
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	<u>369.832</u>	<u>329.949</u>	<u>369.832</u>	<u>329.949</u>
Tesouro Nacional	51.632	42.290	51.632	42.290
BNDES	212.574	204.358	212.574	204.358
CEF	9.795	1.432	9.795	1.432
FINAME	95.831	81.869	95.831	81.869
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	<u>35.768</u>	<u>31.792</u>	<u>35.768</u>	<u>31.792</u>
Repasses do Exterior (Nota 12)	35.768	31.792	35.768	31.792
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05 (d))	<u>14.515</u>	<u>8.348</u>	<u>14.515</u>	<u>8.348</u>
Instrumentos Financeiros Derivativos	14.515	8.348	14.515	8.348
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 13)	<u>5.004.932</u>	<u>3.480.595</u>	<u>5.055.446</u>	<u>3.549.546</u>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	28.445	80.948	28.445	80.948
Carteira de Câmbio	24.134	91.215	24.134	91.215
Sociais e Estatutárias	33.315	39.229	33.387	39.295
Fiscais e Previdenciárias	131.302	78.551	137.210	81.551
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	4.223	1.554
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	4.139.986	2.672.001	4.139.986	2.672.001
Diversas	647.750	518.651	688.061	582.982

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (cont.)	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	4.454.966	4.135.853	4.455.429	4.101.355
DEPÓSITOS (Nota 10)	3.297.050	3.136.312	3.297.050	3.135.713
Depósitos a Prazo	3.297.050	3.136.312	3.297.050	3.135.713
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES				
OFICIAIS (Nota 12)	572.913	385.771	572.913	385.771
Tesouro Nacional	12.303	13.092	12.303	13.092
BNDES	423.633	278.316	423.633	278.316
CEF	21.732	8.339	21.732	8.339
FINAME	115.245	86.024	115.245	86.024
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS				
(Nota 05 (d))	32.457	27.538	32.457	27.538
Instrumentos Financeiros Derivativos	32.457	27.538	32.457	27.538
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 13)	552.546	586.232	553.009	552.333
Fiscais e Previdenciárias	386.006	367.419	386.006	367.419
Diversas	166.540	218.813	167.003	184.914
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	-	-	1.655	3.303
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 20)	3.408.462	3.079.139	3.408.462	3.079.139
Capital Social de Domiciliados no País	2.600.000	2.300.000	2.600.000	2.300.000
Reservas de Capital	6.171	6.164	6.171	6.164
Reservas de Lucros	808.138	782.482	808.138	782.482
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b))	(5.847)	(9.507)	(5.847)	(9.507)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.283.575	25.392.684	29.084.137	25.205.375

Demonstrações do Resultado

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
(Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul			Banrisul Consolidado	
	2º Semestre 2009	2009	2008 (reclassificado)	2009	2008 (reclassificado)
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.117.918	4.253.397	3.870.493	4.262.620	3.879.663
Operações de Crédito	1.462.874	2.857.229	2.336.380	2.857.233	2.336.380
Operações de Arrendamento Mercantil	9.543	19.651	16.192	19.651	16.192
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	524.596	1.104.201	989.818	1.113.347	998.988
Resultado com Instrumentos Financeiros					
Derivativos	4.140	23.945	-	24.018	-
Resultado de Operações de Câmbio	30.974	71.778	217.719	71.778	217.719
Resultado das Aplicações Compulsórias	85.791	176.593	310.384	176.593	310.384
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	994.710	2.158.204	2.176.116	2.142.893	2.157.313
Operações de Captação no Mercado	637.745	1.350.596	1.420.123	1.334.526	1.401.077
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasse	195.122	385.728	482.146	385.728	482.146
Resultado com Instrumentos Financeiros					
Derivativos	-	-	17.548	-	17.548
Provisão para Operações de Crédito (Nota 07 (d))	161.843	421.880	256.299	422.639	256.542
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.123.208	2.095.193	1.694.377	2.119.727	1.722.350
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(601.210)	(1.257.431)	(1.006.865)	(1.266.460)	(1.018.111)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15) ..	47.599	93.929	95.917	137.463	135.319
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 16)	226.050	441.881	403.374	441.878	403.372
Resultado de Participação em Controladas (Nota 02 (c))	13.619	24.025	30.152	-	-
Despesas de Pessoal	(458.683)	(894.158)	(830.099)	(901.002)	(835.369)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17) ..	(347.221)	(669.845)	(618.056)	(678.885)	(625.746)
Despesas Tributárias	(88.418)	(176.001)	(147.433)	(181.984)	(152.586)
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	83.147	144.221	194.983	143.711	193.218
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(77.303)	(221.483)	(135.703)	(227.641)	(136.319)
RESULTADO OPERACIONAL	521.998	837.762	687.512	853.267	704.239
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS SOBRE O LUCRO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	521.998	837.762	687.512	853.267	704.239
(Notas 03 (I) e 22 (a))	(162.274)	(252.290)	(66.659)	(267.597)	(83.192)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO RESULTADO .	(29.385)	(44.376)	(29.980)	(44.403)	(29.990)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NO RESULTADO	-	-	-	(171)	(184)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE	330.339	541.096	590.873	541.096	590.873
Nº de Ações em Circulação - Milhares	408.974	408.974	408.974	-	-
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Capital Social - R\$	807,73	1.323,06	1.444,77	-	-

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores em Milhares de Reais)

	2º Semestre		Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2009	2008	2009	2008	
Lucro Líquido Ajustado	601.249	1.117.816	857.855	1.143.227	890.314	
Lucro Líquido do Exercício/Semestre	330.339	541.096	590.873	541.096	590.873	
Ajuste ao Lucro Líquido						
Depreciação e Amortização	49.250	92.943	88.800	93.779	89.660	
Resultado de Participações em Controladas	(13.619)	(24.025)	(30.152)	-	-	
Dividendos Recebidos de Controladas	-	4.945	1.319	-	-	
Provisão para Operações de Crédito	161.843	421.880	256.299	422.639	256.543	
Provisão para Perdas de Securitização	(5.510)	(4.679)	(2.221)	(4.679)	(2.221)	
Provisão para Contingência	45.278	89.027	45.762	93.718	47.123	
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	33.668	(3.371)	(92.825)	(3.326)	(91.664)	
Variação de Ativos e Obrigações	(1.548.289)	(211.469)	519.399	(233.578)	486.940	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	176	3.660	(9.554)	3.660	(9.554)	
(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(114.590)	(114.590)	-	(114.590)	-	
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(849.150)	(1.258.201)	(963.646)	(1.256.414)	(966.701)	
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	(8.307)	(30.230)	23.980	(30.230)	23.980	
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(264.337)	(53.151)	958.459	(53.151)	958.458	
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(1.664.804)	(2.306.124)	(3.434.235)	(2.306.125)	(3.434.236)	
(Aumento) Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	210	9.893	(62.419)	9.893	(62.419)	
(Aumento) Redução em Outros Créditos	60.122	117.004	(349.441)	108.296	(358.847)	
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(22.715)	(22.133)	2.286	(22.148)	2.149	
Aumento (Redução) em Depósitos	1.511.222	2.132.641	1.903.922	2.113.662	1.890.125	
Aumento (Redução) em Captação no Mercado Aberto	(850.586)	(220.327)	1.030	(227.754)	6.132	
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos	122.156	111.695	427.744	111.695	427.653	
Aumento (Redução) em Outras Obrigações..	532.314	1.418.394	2.021.273	1.429.628	2.010.200	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (USADOS NAS)						
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(947.040)	906.347	1.377.254	909.649	1.377.254	

(CONT.)	Banrisul			Banrisul Consolidado	
	2º Semestre 2009	2009	2008	2009	2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Atualização de Ativos em Controladas	7	7	(111)	7	(111)
Alienação de Investimentos	142	164	138	680	-
Alienação de Imobilizado de Uso	168	239	475	242	477
Aquisição de Investimentos	(132)	(185)	(42)	(197)	(168)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(49.131)	(57.033)	(62.524)	(57.316)	(61.156)
Aplicação no Intangível	(19.542)	(30.688)	(57.993)	(31.070)	(58.264)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(68.488)	(87.496)	(120.057)	(87.654)	(119.222)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos Pagos	-	(38.506)	(87.056)	(38.506)	(87.056)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(93.895)	(189.025)	(157.937)	(189.025)	(157.937)
Variação na Participação dos Acionistas Minoritários	-	-	-	(1.648)	1.902
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(93.895)	(227.531)	(244.993)	(229.179)	(243.091)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
(1.109.423)	591.320	1.012.204	592.816	1.014.941	
Disponibilidades	314.821	373.239	347.304	373.278	347.353
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 3(n))	6.427.847	4.668.686	3.682.417	4.687.078	3.698.062
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE					
6.742.668	5.041.925	4.029.721	5.060.356	4.045.415	
Disponibilidades	411.158	411.158	373.239	411.220	373.278
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 3(n))	5.222.087	5.222.087	4.668.686	5.241.952	4.687.078
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO/SEMESTRE					
5.633.245	5.633.245	5.041.925	5.653.172	5.060.356	

Demonstrações do Valor Adicionado

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
(Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul			Banrisul Consolidado	
	2º Semestre 2009	2009	2008 (reclassificado)	2009	2008 (reclassificado)
RECEITAS (a)	2.312.844	4.511.384	4.308.676	4.562.844	4.355.238
Intermediação Financeira	2.117.891	4.253.233	3.870.701	4.262.431	3.879.871
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas					
Bancárias	273.649	535.810	499.291	579.341	538.691
Constituição de Provisão para Devedores					
Duvidosos	(161.843)	(421.880)	(256.299)	(422.639)	(256.542)
Outras	83.147	144.221	194.983	143.711	193.218
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (b)	832.867	1.736.324	1.919.817	1.720.254	1.900.771
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c)	352.410	754.676	629.683	770.422	638.406
Materiais, Energia e Outros	299.828	647.987	532.276	661.497	538.645
Serviços de Terceiros	52.609	106.853	97.199	109.114	99.553
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(27)	(164)	208	(189)	208
VALOR ADICIONADO BRUTO (d=a-b-c)	1.127.567	2.020.384	1.759.176	2.072.168	1.816.061
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO (e)	49.250	92.943	88.800	93.779	89.660
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (f=d-e)	1.078.317	1.927.441	1.670.376	1.978.389	1.726.401
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANFERÊNCIA (g)	13.619	24.025	30.152	-	-
Resultado de Participações em Controladas	13.619	24.025	30.152	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (h=f+g)	1.091.936	1.951.466	1.700.528	1.978.389	1.726.401
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.091.936	1.951.466	1.700.528	1.978.389	1.726.401
Pessoal	415.888	803.518	731.481	810.153	736.591
Remuneração Direta	321.120	617.607	564.791	623.152	568.994
Benefícios	72.512	136.591	125.186	137.213	125.709
FGTS	22.256	49.320	41.504	49.788	41.888
Impostos, Taxas e Contribuições	322.872	563.307	342.690	584.833	364.546
Federais	307.680	532.507	314.304	552.038	334.443
Estaduais	241	506	532	534	558
Municipais	14.951	30.294	27.854	32.261	29.545
Remuneração de Capitais de Terceiros	22.837	43.545	35.484	42.136	34.207
Aluguéis	22.837	43.545	35.484	42.136	34.207
Remuneração de Capitais Próprios	330.339	541.096	590.873	541.267	591.057
Juros sobre o Capital Próprio	93.895	189.025	168.499	189.025	168.499
Dividendos	26.415	26.415	125.583	26.415	125.583
Lucros Retidos do Exercício/Semestre	210.029	325.656	296.791	325.656	296.791
Participação dos não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-	171	184

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
(Valores em Milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Capital		Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	TOTAL
			Atualização de Tít. Patrimoniais em Controladas	Subvenções para Investimentos	Legal	Estatutária	Para Expansão	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Em 01 de janeiro de 2008	2.034.000	-	1.764	4.511	98.770	229.095	423.826	47	-	2.792.013
Aumento de Capital (Nota 20 (a))	266.000	-	-	-	-	-	(266.000)	-	-	-
Atualização de Títulos Patrimoniais em Controlada	-	-	(111)	-	-	-	-	-	-	(111)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(9.554)	-	(9.554)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	590.873	590.873
Destinação do Lucro Líquido (Nota 20 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	29.544	147.718	206.585	-	(383.847)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(168.498)	(168.498)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(87.056)	-	-	(38.528)	(125.584)
Em 31 de dezembro de 2008	2.300.000	-	1.653	4.511	128.314	289.757	364.411	(9.507)	-	3.079.139
Aumento de Capital (Nota 20 (a))	300.000	-	7	-	-	-	(300.000)	-	-	7
Atualização de Títulos Patrimoniais em Controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b))	-	-	-	-	-	-	-	3.660	-	3.660
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	541.096	541.096
Destinação do Lucro Líquido (Nota 20 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	27.055	135.274	163.327	-	(325.656)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(189.025)	(189.025)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.415)	(26.415)
Em 31 de dezembro de 2009	2.600.000	-	1.660	4.511	155.369	425.031	227.738	(5.847)	-	3.408.462
Aumento de Capital (Nota 20 (a))	300.000	300.000	1.653	4.511	138.852	342.446	116.811	(6.023)	-	3.198.250
Atualização de Títulos Patrimoniais em Controlada	-	-	7	-	-	-	-	-	-	7
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b))	-	-	-	-	-	-	-	176	-	176
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	330.339	330.339
Destinação do Lucro Líquido (Nota 20 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	16.517	82.585	110.927	-	(210.029)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(93.895)	(93.895)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.415)	(26.415)
Em 31 de dezembro de 2009	2.600.000	-	1.660	4.511	155.369	425.031	227.738	(5.847)	-	3.408.462

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

NOTA 01 Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Barrisul) é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo e opera nas carteiras comercial, crédito, financiamento e investimento, crédito imobiliário, desenvolvimento, arrendamento mercantil e de investimentos, inclusive nas de operações de câmbio, corretagem de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito e consórcios. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O Barrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

NOTA 02 Apresentação das Demonstrações Financeiras

(a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas e instruções do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

(b) As demonstrações financeiras individuais do Barrisul incluem as operações realizadas no país bem como a consolidação de suas dependências no exterior (*New York e Grand Cayman*). Os ativos, passivos e resultados gerados pelas dependências no exterior, antes das eliminações de consolidação, estão assim resumidos:

	Em Milhares de Reais	
	2009	2008
ATIVO		
Títulos e Valores Mobiliários	8.559	9.509
Operações de Crédito	144.000	195.585
Operações com Sede no Brasil	81.795	98.553
Outras Operações de Crédito	62.205	97.032
Outros Ativos	37.981	45.713
Total do Ativo	190.540	250.807
PASSIVO		
Depósitos	74.908	101.632
Operações com Sede no Brasil	20.363	28.077
Outros Depósitos	54.545	73.555
Outros Passivos	449	(724)
Patrimônio Líquido	115.183	149.899
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	190.540	250.807
Demonstração do Resultado		
Receitas da Intermediação Financeira	7.343	13.016
Despesas da Intermediação Financeira	(1.689)	(3.652)
Outras Despesas, Líquidas	(2.154)	(2.918)
Lucro Líquido do Exercício	3.500	6.446

Os efeitos da variação cambial sobre as operações nas dependências no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes.

(c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações do Banrisul, das dependências no exterior e das empresas controladas, cujos investimentos em 31 de dezembro de 2009 totalizaram R\$292.895 mil (2008 – R\$271.765 mil), geraram um resultado positivo de equivalência patrimonial no exercício de R\$24.025 mil (2008 – R\$30.152 mil) e estão apresentados a seguir:

Principais informações sobre os Investimentos em Controladas

	Em Milhares de Reais				Total
	Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Banrisul S.A. Corretora de Val. Mob. e Câmbio	Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Banrisul Serviços Ltda.	
Milhares de Ações/Quotas					
Ações Ordinárias	696	10.000	89.114	-	-
Ações Preferenciais	-	19.608	-	-	-
Quotas	-	-	-	2.780	-
Participação no Capital Social ajustada (%)	99,498	98,693	99,569	99,785	-
Capital Social	22.750	40.000	105.000	77.640	-
Patrimônio Líquido	24.086	62.967	122.249	85.248	-
Lucro Líquido do Exercício	1.324	7.805	10.862	7.333	-
Valores Líquidos Eliminados na Consolidação (Nota 25):					
Saldos Ativos (Passivos)					
31 de dezembro de 2009	111	(61.360)	(118.606)	(96.040)	(275.895)
31 de dezembro de 2008	334	(54.003)	(105.657)	(87.234)	(246.560)
Receitas (Despesas)					
31 de dezembro de 2009	(1.298)	(3.054)	(8.365)	460	(12.257)
31 de dezembro de 2008	(1.200)	(4.465)	(10.794)	463	(15.996)
Valor Contábil do Investimento					
31 de dezembro de 2009	23.965	62.144	121.721	85.065	292.895
31 de dezembro de 2008	22.961	54.455	113.474	80.875	271.765
Resultado de Participações em Controladas					
31 de dezembro de 2009	1.318	7.703	10.815	4.189	24.025
31 de dezembro de 2008	2.118	7.967	10.763	9.304	30.152

11/10/09

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações entre as empresas consolidadas, os saldos de balanço e resultado das transações, bem como foram destacadas as parcelas do resultado do exercício e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

(d) As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil na Demonstração do Resultado.

(e) Conforme a Carta Circular nº 3.357 do Bacen, em 31 de dezembro de 2008 foi reclassificado de Despesas Antecipadas para Intangíveis os valores relativo a Contratos de Exclusividade na Prestação de Serviços Bancários. Para permitir a comparabilidade entre os exercícios, foi reclassificado o valor de 31 de dezembro de 2008 de Outras Despesas Operacionais para Outras Despesas Administrativas no valor de R\$50.507 mil (Banco e Consolidado).

NOTA 03 Principais Práticas Contábeis

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

(b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

(c) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i) Títulos para Negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos no resultado do exercício.

ii) Títulos Disponíveis para Venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

iii) Títulos Mantidos até o Vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, atualizados *pro rata temporis*. A

107

capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

Instrumentos Financeiros Derivativos – Os instrumentos financeiros derivativos que foram contratados associados a outras operações de aplicação de recursos estão avaliados pelos valores das receitas e despesas incorridas até a data das demonstrações financeiras, em contrapartida do Resultado do Exercício.

(d) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 07.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após o sexagésimo dia, o reconhecimento do resultado ocorre quando efetivamente recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução nº 2.682/99, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(e) Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras Visa e MasterCard. Estes valores são contabilizados em Títulos e Créditos a Receber, sem característica de crédito, sendo que as operações parceladas onde o Banrisul é o emissor e o saldo devedor das operações cujos pagamentos foram efetuados pelo valor mínimo da fatura (Rotativo), são reclassificados para Operações de Crédito.

(f) Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e não apenas com base nos percentuais mínimos de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 do Bacen, quando da ocorrência de inadimplência.

Em 31 de dezembro de 2009, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, conforme demonstrado na Nota 07, é superior ao valor mínimo que seria exigido considerando tão somente o *rating* das operações e o número de dias em atraso previstos na Resolução nº 2.682/99 do Bacen, procedimento este adotado pela Administração desde a edição da referida norma, para fazer face a possíveis perdas nas operações.

(g) Ativo Permanente

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, considerando os seguintes aspectos:

- Avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras levantadas, observando as mesmas práticas contábeis. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas permanentes;
- Depreciação do imobilizado de uso pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo Bacen e divulgadas na Nota 09;
- Os Ativos Intangíveis são compostos basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e aquisição de *software*. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 09; e
- A Instituição revisa anualmente se há alguma indicação de perdas no valor recuperável dos Ativos. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

(h) Ativos e Passivos denominados em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos das dependências no exterior, assim como os demais ativos e passivos em moeda estrangeira, foram convertidos pela taxa de câmbio na data do fechamento das demonstrações financeiras.

(i) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Obrigações por Empréstimos e Repasses e Fundo Financeiro e de Desenvolvimento

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*.

Conforme determinado pela Lei nº 12.069/04 e Lei nº 12.585/06 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, até 85% do saldo dos valores depositados judicialmente no Banco por terceiros são disponibilizados ao Estado e o saldo remanescente é mantido no Banco para constituição de fundo. Os saldos depositados repassados são controlados em conta de compensação e a parcela retida é registrada na rubrica Outras Obrigações, conforme descrito na Nota 21 (a). As despesas com encargos sobre o saldo remanescente são registradas na rubrica de Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses.

(j) Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Provisionados com base em opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

i) Provisões para Riscos Trabalhistas - Constituídas para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos.

ii) **Riscos Cíveis** - Constituídas, quando da notificação judicial, e ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores legais que considera jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

iii) **Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciários** - Provisões de contingências fiscais e previdenciárias referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial, cuja probabilidade de perda é, ou em estágios anteriores dos processos já foi, considerada provável, e estão constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que possuem os respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados, exceto quando da expedição do alvará de levantamento, em função da ação julgada favorável.

(l) Imposto de Renda e Contribuição Social

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 15% para Contribuição Social (9% até 30 de abril de 2008) e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para Imposto de Renda sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, sobre as adições temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Período.

(m) Benefício Pós-Emprego

O Banco é patrocinador de planos do tipo “benefício definido” e de “contribuição variável” e suas avaliações são efetuadas em conformidade com a legislação específica. De acordo com a deliberação da CVM nº 371/00 e com base em laudo de avaliação emitido por atuário independente, o Banco apura anualmente a situação atuarial do plano, conforme detalhamento na Nota 23.

(n) Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem na composição da demonstração dos saldos de disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores a 30 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTA 04 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Aplicações no Mercado Aberto	5.207.226	4.430.537	5.227.091	4.448.929
Revendas a Liquidar - Posição Bancada				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.740.897	1.564.122	1.740.897	1.564.122
Letras do Tesouro Nacional - LTN	151.000	1.258.535	151.000	1.258.535
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.315.329	139.032	3.315.329	139.032
Outros	-	-	19.865	18.392
Revendas a Liquidar - Posição Financiada				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	148.473	-	148.473
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	251.433	-	251.433
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	1.068.942	-	1.068.942
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	129.451	238.149	129.451	238.149
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	129.451	238.149	129.451	238.149
Total	5.336.677	4.668.686	5.356.542	4.687.078

NOTA 05 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Títulos para Negociação	1.884.691	959.170	1.886.134	959.170
Títulos Disponíveis para Venda	1.067.165	614.613	1.069.984	620.913
Títulos Mantidos até o Vencimento	4.298.430	4.418.302	4.301.184	4.420.805
Instrumentos Financeiros Derivativos	151.219	109.903	151.219	109.903
Total	7.401.505	6.101.988	7.408.521	6.110.791
Ativo Circulante	3.194.674	3.004.516	3.198.936	3.010.816
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.206.831	3.097.472	4.209.585	3.099.975

O valor de mercado apresentado nos quadros abaixo foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas é apurado com base nos preços divulgados pela Anbima; ações de Companhias Abertas é utilizado o preço médio da última negociação do dia; e para os títulos que não possuem preços divulgados, o Banrisul adota como parâmetro para cálculo do valor de mercado, o valor obtido mediante técnica interna de precificação.

(a) Títulos para Negociação

A Carteira é composta principalmente por títulos públicos federais (LFT) e estão registrados pelo seu valor de mercado.

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Até 3 meses	-	-	1.414	1.443
De 1 a 3 anos	784.677	784.701	784.677	784.701
De 3 a 5 anos	1.018.004	1.018.039	1.018.004	1.018.039
De 5 a 15 anos	81.939	81.951	81.939	81.951
Total em 2009	1.884.620	1.884.691	1.886.034	1.886.134
Total em 2008	959.264	959.170	959.264	959.170

De acordo com os normativos do Banco Central do Brasil, esses títulos foram classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo seu valor de mercado.

(b) Títulos Disponíveis para Venda

Composição da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda por tipo de papel, pelo valor de mercado:

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
LFT	1.049.208	608.608	1.049.208	608.608
Ações Cias. Abertas	12.915	6.005	13.072	6.084
Certificados de Privatização	5.042	-	5.047	5
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	-	2.657	6.216
Total	1.067.165	614.613	1.069.984	620.913

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Sem Vencimento	27.795	17.957	30.614	20.776
De 1 a 3 anos	110.178	110.183	110.178	110.183
De 3 a 5 anos	859.816	859.828	859.816	859.828
De 5 a 15 anos	79.185	79.197	79.185	79.197
Total em 2009	1.076.974	1.067.165	1.079.793	1.069.984
Total em 2008	630.467	614.613	636.757	620.913

Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$9.809 mil (2008 – R\$15.854 mil), foram levados à conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários de R\$3.962 mil (2008 – R\$6.347 mil), lançados na rubrica Outros Créditos.

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

A composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

Títulos Públicos Federais	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.043.354	4.043.910	4.046.108	4.046.664
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.293	7.293	7.293	7.293
Fundo de Compensações das Variações Salariais - CVS	202.070	160.795	202.070	160.795
Títulos da Dívida Externa Brasileira	8.559	8.559	8.559	8.559
Outros	6	6	6	6
Letras Hipotecárias - LH	34.467	34.467	34.467	34.467
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	2.681	2.681	2.681	2.681
Total em 2009	4.298.430	4.257.711	4.301.184	4.260.465
Total em 2008	4.418.302	4.379.118	4.420.805	4.381.621

Composição, por Prazo de Vencimento:

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Até 3 meses	1.267.486	1.212.146	1.267.486	1.212.146
De 3 a 12 meses	8.559	432.689	8.559	432.689
De 1 a 3 anos	1.162.715	2.218.672	1.162.715	2.221.175
De 3 a 5 anos	553.171	321.995	555.925	321.995
De 5 a 15 anos	1.104.429	42.678	1.104.429	42.678
Acima de 15 anos	202.070	190.122	202.070	190.122
Total	4.298.430	4.418.302	4.301.184	4.420.805
Ativo Circulante	1.276.045	1.644.835	1.276.045	1.644.835
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.022.385	2.773.467	3.025.139	2.775.970

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade de *swap* destinados a atender as necessidades próprias realizadas com o objetivo de minimizar o efeito da variação das taxas pré-fixadas, variação cambial e taxa referencial – TR que resultam na conversão destas taxas para variação da Selic. Os demais riscos estão relacionados na Nota 24.

Banrisul e Banrisul Consolidado	Em Milhares de Reais								
	Valor de Referência	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	2009	2008
Ativo									
SELIC + Pré-FCVS	77.170	-	-	-	27	18.183	5.911	24.121	20.971
SELIC + Pré	97.872	10.425	5.556	22.223	22.223	66.671	-	127.098	88.932
Passivo									
Pré	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.611)
TR + Pré	(77.170)	(7.324)	(6.592)	(11.921)	(5.888)	(9.320)	(984)	(42.029)	(31.275)
USD + Taxa BID + Pré	(97.872)	(304)	(295)	(1.093)	(967)	(2.284)	-	(4.943)	-
Ajuste Líquido		2.797	(1.331)	9.209	15.395	73.250	4.927	104.247	74.017

As operações de *swap* acima apresentadas têm como contraparte o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e foram realizadas atreladas às operações de cessão de créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e operações de crédito junto a entidades do Setor Público Municipal e serão liquidadas nas mesmas datas do recebimento das operações principais.

Essas operações de *swap*, que têm o objetivo de ajustar os preços das operações a elas atreladas, e em conjunto com estas operações, apresentam taxas equivalentes às praticadas pelo mercado na mesma data, pois os vencimentos das operações se darão simultaneamente e as operações originais e os contratos de *swap* não são negociáveis.

Os valores a receber e a pagar, em 31 de dezembro de 2009, estão assim representados:

Banrisul e Banrisul Consolidado	Em Milhares de Reais	
	2009	2008
Instrumentos Financeiros Derivativos		
Ajustes a Receber - Curto Prazo	15.981	7.411
Ajustes a Receber - Longo Prazo	135.238	102.492
Ajustes a Pagar - Curto Prazo	(14.515)	(8.348)
Ajustes a Pagar - Longo Prazo	(32.457)	(27.538)
Ajuste Líquido a Receber	104.247	74.017

Em 31 de dezembro de 2009, não havia contratos de futuro e de opções.

113

NOTA 06 Créditos Vinculados

Banrisul e Banrisul Consolidado		Em Milhares de Reais	
Descrição	Forma de Remuneração	2009	2008
Depósitos Compulsórios - Bacen		1.349.540	1.318.412
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	267.960	217.045
Depósito de Poupança	Poupança	1.057.438	925.677
Outros Depósitos	Sem Remuneração	24.142	15.544
Outros Depósitos	Taxa Referencial	-	160.146
Créditos Vinculados ao SFH		440.898	382.057
Carteira Adquirida - com swap	17,5% a 26% a.a.(*)	292.333	263.665
Carteira Adquirida	Taxa Referencial + Juros	133.368	103.776
Carteira Própria	Taxa Referencial + Juros	15.197	14.616
Correspondentes	Sem Remuneração	28.031	20.015
Total		1.818.469	1.720.484
Ativo Circulante		1.377.571	1.338.427
Ativo Realizável a Longo Prazo		440.898	382.057

(*) Areladas a operações de swap para troca de remuneração conforme Nota 05 (d).

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Adquirida - O Banrisul adquiriu, de outubro de 2002 a março de 2005, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Créditos de Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de dezembro de 2009, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acrescidos dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R\$425.701 mil (2008 – R\$367.441 mil). O seu valor de face é de R\$718.529 mil (2008 – R\$717.828 mil). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, e apesar de não existir definição de prazo, os seus valores de mercado, quando da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria – Referem-se a créditos junto ao FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

NOTA 07 Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

As tabelas a seguir apresentadas, compreendem o saldo de operações de crédito e os saldos da carteira de câmbio e de arrendamento mercantil.

(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco:

Banrisul e Banrisul Consolidado											Em Milhares de Reais	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2009	2008	
Empréstimos e Títulos Descontados	3.076.144	3.508.126	1.444.614	641.576	148.356	123.382	628.018	51.873	261.327	9.883.416	8.276.052	
Financiamentos	164.316	388.894	165.178	19.699	13.298	7.728	7.893	4.801	27.356	799.163	764.382	
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	142.476	318.868	259.666	134.212	39.071	23.236	39.428	22.092	41.880	1.020.929	853.145	
Financiamentos Imobiliários	380.182	370.364	174.408	79.530	14.677	13.540	33.818	1.545	17.217	1.085.281	961.293	
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	42.766	-	148	-	322	-	-	1.203	44.499	43.620	
Total de Operações de Crédito	3.763.118	4.629.018	2.043.866	875.165	215.402	168.208	709.157	80.311	348.983	12.833.228	10.898.492	
Operações de Arrendamento Mercantil	15.024	31.251	21.868	11.915	6.675	2.874	4.828	422	3.037	97.894	107.940	
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (1)	58.718	194.559	137.472	29.090	11.589	1.922	9.217	-	3.531	446.098	492.514	
Outros Créditos - Câmbio (2)	1.003	4.788	3.922	1.137	812	31	1.961	8.160	15.177	36.991	14.636	
Total em 2009	3.937.869	4.859.616	2.207.128	917.307	234.478	173.035	725.163	88.893	370.728	13.414.211		
Total em 2008	2.708.889	4.027.162	2.156.482	932.951	282.091	247.921	700.314	62.357	335.415		11.453.582	

(1) A conta Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio está classificada como redutora de "Outras Obrigações – Carteira de Câmbio" (Nota 13).

(2) Outros Créditos – Câmbio compreendem créditos referentes a Rendas a Receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.

(b) Composição dos Clientes por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco:

Banrisul e Banrisul Consolidado	Em Milhares de Reais										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2009	2008
Parcelas Vencidas (*)	3.837.261	4.854.816	2.197.035	904.005	226.492	165.095	672.051	61.416	203.682	13.121.853	11.196.901
Até 180 dias	1.095.008	1.531.088	1.072.043	498.140	122.850	83.404	330.162	17.164	84.447	4.835.306	4.651.831
181 a 360 dias	532.991	757.573	356.024	140.477	34.702	28.178	105.888	7.563	38.928	2.002.324	1.715.084
Acima de 360 dias	2.208.262	2.566.155	768.968	265.388	68.940	53.513	236.001	36.689	80.307	6.284.223	4.829.986
Parcelas Vencidas	602	4.800	10.093	13.302	7.986	7.940	53.112	27.477	167.046	292.358	256.681
Até 180 dias	602	4.800	10.093	13.302	7.986	7.428	48.208	26.481	97.154	216.054	162.011
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	512	4.904	996	43.307	49.719	37.764
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	26.585	26.585	56.906
Total em 2009	3.837.863	4.859.616	2.207.128	917.307	234.478	173.035	725.163	88.893	370.728	13.414.211	
Total em 2008	2.708.889	4.027.162	2.156.482	932.951	282.091	247.921	700.314	62.357	335.415		11.453.582

(*) Parcelas vencidas até 14 dias estão incluídas nas parcelas vencidas.

(c) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

Banrisul e Banrisul Consolidado	Em Milhares de Reais	
	2009	2008
Setor Público Municipal		
Governo - Administração Direta e Indireta	99.918	155.713
Atividade Empresarial - Outros Serviços	21.562	34.907
Total Setor Público	121.480	190.620
Setor Privado		
Rural	1.020.929	853.145
Indústria	2.962.982	2.892.648
Comércio	1.615.221	1.589.811
Intermediários Financeiros	-	247
Serviços e Outros	1.255.898	1.084.998
Pessoa Física	5.352.420	3.880.820
Habitação	1.085.281	961.293
Total Setor Privado	13.292.731	11.262.962
Total	13.414.211	11.453.582

(d) Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos:

Banrisul e Banrisul Consolidado	Em Milhares de Reais	
	2009	2008
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	970.691	891.990
Constituição Líquida do Exercício	421.880	256.299
Baixas para Contas de Compensação	(295.919)	(177.598)
Transferência para Outros Créditos sem Característica de Crédito	(79.898)	-
Provisão para Perdas em Operações de Crédito por Níveis de Risco	1.016.754	970.691
Provisão sobre Operações de Crédito		
Ativo Circulante	418.080	269.182
Ativo Realizável a Longo Prazo	548.129	672.960
Provisão sobre Operações de Arrendamento Mercantil		
Ativo Circulante	1.566	2.186
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.183	3.559
Provisão sobre Outros Créditos com Característica de Crédito		
Ativo Circulante	41.767	17.396
Ativo Realizável a Longo Prazo	29	5.408

115

(e) Composição da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos por Níveis de Risco:

Banrisul e Banrisul Consolidado				Em Milhares de Reais	
Níveis de Risco	Carteira de Crédito	Provisionamento mínimo requerido pela Resolução nº 2.682/99	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional (Nota 03/f)	Provisão existente
AA	3.837.863	0,0%	-	7.551	7.551
A	4.859.616	0,5%	24.298	9.719	34.017
B	2.207.128	1,0%	22.071	11.036	33.107
C	917.307	3,0%	27.519	18.346	45.865
D	234.478	10,0%	23.448	4.690	28.138
E	173.035	30,0%	51.910	3.461	55.371
F	725.163	50,0%	362.582	14.503	377.085
G	88.893	70,0%	62.225	2.667	64.892
H	370.728	100,0%	370.728	-	370.728
Total em 2009	13.414.211		944.781	71.973	1.016.754
Total em 2008	11.453.582		901.495	69.196	970.691

As operações de crédito baixadas a prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, mantidas pelo valor atualizado até a data da respectiva baixa em conta de compensação, montavam R\$295.919 mil (2008 – R\$177.598 mil).

As recuperações por recebimento das Operações de Crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Operações de Créditos e atingiram R\$87.576 mil (2008 – R\$68.665 mil) no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, líquidas das perdas ou ganhos gerados nessas recuperações.

NOTA 08 Outros Créditos

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Carteira de Câmbio	448.926	631.169	448.926	631.169
Câmbio Comprado a Liquidar	431.159	545.719	431.159	545.719
Cambiais e Documentos a Prazo - Moedas Estrangeiras	-	149	-	149
Direitos sobre Vendas de Câmbio	11.626	81.416	11.626	81.416
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(6.861)	(9.120)	(6.861)	(9.120)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	13.002	13.005	13.002	13.005
Rendas a Receber	35.544	44.173	30.833	39.228
Dividendos e Bonificações em Dinheiro a Receber	4.711	6.721	-	1.776
Serviços Prestados a Receber	29.657	34.959	29.657	34.959
Outros	1.176	2.493	1.176	2.493
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	4.615	1.858
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	4.615	1.858
Créditos Específicos	-	-	21	-
Créditos Específicos	-	-	21	-
Diversos	1.267.652	1.116.801	1.328.834	1.171.644
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Crédito (1)	77.044	96.715	77.044	96.715
Adiantamentos a Empregados	11.257	11.017	11.301	11.058
Adiantamentos para Pagamentos por Nossa Conta	487	461	6.507	6.228
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 22 (b))	598.013	594.642	603.580	600.254
Devedores por Depósito em Garantia	154.899	136.902	167.286	151.499
Impostos e Contribuições a Compensar	18	10.920	3.076	12.225
Pagamentos a Ressarcir	79.329	67.680	79.384	67.727
Títulos e Créditos a Receber (2)	220.427	102.251	221.324	103.273
Transações com Cartões de Crédito	66.446	61.686	66.446	61.686
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	655	606	-	-
Devedores Diversos - País	59.077	33.921	92.886	60.979
Provisão para Outros Créditos	(121.694)	(22.804)	(122.110)	(23.785)
Total de Outros Créditos	1.630.428	1.769.339	1.691.119	1.820.114
Ativo Circulante	904.559	1.044.054	948.170	1.075.286
Ativo Realizável a Longo Prazo	725.869	725.285	742.949	744.828

(1) No segundo semestre de 2008, conforme Circular nº 3.416 e Carta Circular nº 3.347 do Banco Central, o Banrisul antecipou o valor correspondente a sessenta contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos que será compensado com futuros recolhimentos. Essa antecipação cumpre exigibilidade de Depósito Compulsório no Banco Central em espécie sem remuneração.

(2) Títulos e Créditos a Receber estão compostos principalmente por:

a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de diversas empresas da mesma titularidade. Esses títulos, em 31 de dezembro de 2009, totalizavam R\$81.810 mil (2008 – R\$76.121 mil) e são remunerados pela variação de índice de preços e juros.

b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R\$89.910 mil relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas. Em 31 de dezembro de 2008, estes créditos, no montante de R\$87.820 mil, estavam registrados na rubrica de Operações de Crédito.

NOTA 09 Permanente

(a) Imobilizado

Banrisul	Em Milhares de Reais				
	Taxa	Custo Original	Depreciação	Saldo Líquido em 2009	Saldo Líquido em 2008
Imobilizado de Uso					
Imóveis de Uso	4%	119.969	(97.750)	22.219	22.988
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	5.706	-	5.706	10.380
Imobilizações em Curso	-	114	-	114	4.358
Instalações	10%	83.073	(72.101)	10.972	12.991
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	68.337	(47.038)	21.299	21.594
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	4.543	(4.017)	526	612
Sistema de Processamento de Dados	20%	259.541	(157.954)	101.587	69.979
Sistema de Segurança	10%	9.742	(6.925)	2.817	3.104
Sistema de Transportes	20%	2.495	(2.027)	468	670
Total		553.520	(387.812)	165.708	146.676

Banrisul Consolidado	Em Milhares de Reais				
	Taxa	Custo Original	Depreciação	Saldo Líquido em 2009	Saldo Líquido em 2008
Imobilizado de Uso					
Imóveis de Uso	4%	127.012	(102.227)	24.785	25.850
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	5.706	-	5.706	10.380
Imobilizações em Curso	-	115	-	115	5.159
Instalações	10%	84.270	(72.387)	11.883	13.073
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	71.527	(49.497)	22.030	22.375
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	4.544	(4.017)	527	613
Sistema de Processamento de Dados	20%	260.195	(158.528)	101.667	70.127
Sistema de Segurança	10%	9.742	(6.925)	2.817	3.104
Sistema de Transportes	20%	2.560	(2.032)	528	670
Total		565.671	(395.613)	170.058	151.351

(b) Intangível

	Taxa	Em Milhares de Reais					
		Custo Original	Amortização	Saldo Líquido em 2009	Banrisul Saldo Líquido em 2008	Banrisul Consolidado Saldo Líquido em 2009	Banrisul Consolidado Saldo Líquido em 2008
Ativos Intangíveis							
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento (*)							
Setor Público Municipal	20%	266.125	(102.664)	163.461	191.232	163.461	191.232
Setor Privado	20%	11.683	(2.715)	8.968	7.157	8.968	7.157
Aquisição de Software	20%	32.813	(25.571)	7.242	5.850	7.242	6.082
Outros	-	668	(593)	75	-	458	-
Total		311.289	(131.543)	179.746	204.239	180.129	204.471

(*) Referem-se aos contratos firmados com o setor público municipal e com entidades do setor privado, para a garantia de exclusividade na manutenção dos serviços bancários de processamento de créditos de folha de pagamento e de empréstimos consignados para os respectivos funcionários, bem como a manutenção da carteira de cobrança, de serviços de pagamento aos seus fornecedores e outros serviços bancários. Esses contratos possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

NOTA 10 Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Banrisul	Em Milhares de Reais					
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2009	2008
Depósitos						
À Vista	2.107.702	-	-	-	2.107.702	1.869.619
Poupança	5.636.799	-	-	-	5.636.799	4.805.853
Interfinanceiros	-	-	89.968	-	89.968	11.981
A Prazo (*)	6.838	1.357.198	4.051.273	3.297.050	8.712.359	7.721.910
Outros Depósitos	11.591	-	-	-	11.591	16.415
Total	7.762.930	1.357.198	4.141.241	3.297.050	16.558.419	14.425.778
Passivo Circulante					13.261.369	11.289.466
Passivo Exigível a Longo Prazo					3.297.050	3.136.312
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria	-	2.069.893	-	-	2.069.893	819.131
Carteira de Terceiros	-	-	-	-	-	1.471.089
Total	-	2.069.893	-	-	2.069.893	2.290.220

Banrisul Consolidado	Em Milhares de Reais					
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2009	2008
Depósitos						
À Vista	2.100.614	-	-	-	2.100.614	1.864.035
Poupança	5.636.799	-	-	-	5.636.799	4.805.853
Interfinanceiros	-	-	89.968	-	89.968	11.981
A Prazo (*)	6.838	1.295.412	3.931.448	3.297.050	8.530.748	7.557.799
Outros Depósitos	11.616	-	-	-	11.616	16.415
Total	7.755.867	1.295.412	4.021.416	3.297.050	16.369.745	14.256.083
Passivo Circulante					13.072.695	11.120.370
Passivo Exigível a Longo Prazo					3.297.050	3.135.713
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria	-	2.006.497	-	-	2.006.497	763.162
Carteira de Terceiros	-	-	-	-	-	1.471.089
Total	-	2.006.497	-	-	2.006.497	2.234.251

118

(*) Considera os prazos estabelecidos nas aplicações.

As captações em depósitos a prazo são realizadas com clientes da instituição, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados que correspondem a 71% e 29% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 97,02% (2008 – 96,80%) da variação do CDI e os pré-fixados 8,54% (2008 – 10,43%) ao ano.

As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

NOTA 11 Obrigações por Empréstimos

No País - São representadas por recursos captados junto ao Banco Central do Brasil referente a leilões de taxas para concessão de empréstimo em moeda estrangeira para financiamento de operações de câmbio sujeito a variação cambial e juros a taxas entre 2,71% a 3,76% ao ano, com vencimento máximo até 148 dias.

No Exterior - São representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo a variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros a taxas entre 2,00% a 9,00% (2008 – 2,00% a 11,89%) ao ano, com vencimento máximo em 294 dias (2008 – 360 dias).

NOTA 12 Obrigações por Repasses

Banrisul e Banrisul Consolidado	Em Milhares de Reais					
	Repasses do País Instituições Oficiais		Repasses do Exterior		Total	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Até 90 dias	249.709	226.362	2.538	9.345	252.247	235.707
De 91 a 360 dias	120.123	103.587	33.230	22.447	153.353	126.034
De 1 a 3 anos	245.937	183.477	-	-	245.937	183.477
De 3 a 5 anos	146.559	101.337	-	-	146.559	101.337
Acima de 5 anos	180.417	100.957	-	-	180.417	100.957
Total	942.745	715.720	35.768	31.792	978.513	747.512
Passivo Circulante	369.832	329.949	35.768	31.792	405.600	361.741
Passivo Exigível a Longo Prazo	572.913	385.771	-	-	572.913	385.771

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME e Caixa Econômica Federal). Essas obrigações têm vencimentos mensais até julho de 2023, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 1,00% a 3,50% (2008 – 0,90% a 3,80%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar e Cesta de Moedas), e nas obrigações pré-fixadas até 11,00% (2008 – 7,25%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas correspondentes operações de crédito.

NOTA 13 Outras Obrigações

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	28.445	80.948	28.445	80.948
Recebimento de Tributos Federais	28.423	80.927	28.423	80.927
Outros	22	21	22	21
Carteira de Câmbio	24.134	91.215	24.134	91.215
Câmbio Vendido a Liquidar	11.653	79.218	11.653	79.218
Obrigações por Compras de Câmbio	458.574	444.509	458.574	444.509
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 07 (a)) ...	(446.098)	(432.514)	(446.098)	(432.514)
Outros	5	2	5	2
Sociais e Estatutárias	33.315	39.229	33.387	39.295
Dividendos e Bonificações a Pagar	29.366	39.229	29.438	39.295
Gratificações e Participações a Pagar	3.949	-	3.949	-
Fiscais e Previdenciárias	517.308	445.970	523.216	448.970
Impostos e Contribuições a Recolher	41.314	43.716	42.335	44.609
Provisão de Imposto de Renda e Contribuições sobre o Lucro Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 22 (b2))	80.579	30.147	84.031	30.876
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 14 (a))	9.409	4.688	9.440	4.692
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 14 (a))	386.006	367.419	387.410	368.793
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	4.223	1.554
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	4.223	1.554
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	4.139.986	2.672.001	4.139.986	2.672.001
Obrigações para Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 21 (a))	4.120.636	2.651.411	4.120.636	2.651.411
Outros	19.350	20.590	19.350	20.590
Diversos	814.290	737.464	855.064	767.896
Cheques Administrativos	14.363	9.717	14.363	9.717
Credores por Recursos a Liberar	41.730	26.388	41.937	26.579
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	3.751	3.137	3.847	3.224
Obrigações por Convênios Oficiais	15.029	13.970	15.029	13.970
Provisões para Férias e Outros Encargos	181.293	156.696	152.938	130.936
Parcelamento do Déficit Atuarial da Fundação Banrisul (Nota 23)	58.648	61.349	58.648	61.349
Provisões para Ações Trabalhistas (Nota 14 (b))	96.599	96.176	111.571	111.313
Multas Câmbio Bacen (Nota 14 (c))	111.105	106.493	111.105	106.493
Provisão para Riscos Previdenciários	18.783	18.783	18.783	18.783
Provisão para Perdas de Securitização (*)	7.429	12.107	7.429	12.107
Provisões para Outras Contingências	7.200	6.386	7.200	6.386
Provisão Provenientes da Companhia União de Seguros Gerais (GESB)	7.538	10.017	7.538	10.017
Recursos de FGTS para Amortizações	2.569	2.583	2.569	2.583
Credores Diversos - País	85.386	76.489	138.555	116.785
Transações de Cartões a Pagar	56.161	50.967	56.161	50.967
Outros	106.706	86.206	107.391	86.687
Total de Outras Obrigações	5.557.478	4.066.827	5.608.455	4.101.879
Passivo Circulante	5.004.932	3.480.595	5.055.446	3.549.546
Passivo Exigível a Longo Prazo	552.546	586.232	553.009	552.333

(*) A Administração do Banco mantém provisão relativa a coobrigações de créditos securitizados junto ao Tesouro Nacional que monta R\$43.462 mil (2008 – R\$43.404 mil), controlada em conta de compensação, sendo de responsabilidade de mutuários do setor rural.

NOTA 14 Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

(a) A provisão para riscos fiscais refere-se, principalmente, ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do *déficit* atuarial junto à Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2002, e aos valores relativos à mesma matéria, referente ao período de 2003 a 2005, ainda não questionados. O Banco, através de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto e, conservadoramente, registrou provisões para contingências no valor provável da perda. O valor da provisão em 31 de dezembro de 2008 era de R\$367.419 mil e no exercício foi complementado em R\$18.587 mil, perfazendo em 31 de dezembro de 2009 o montante de R\$386.006 mil.

(b) O Banco possuía, em 31 de dezembro de 2008, provisão para ações trabalhistas de R\$96.176 mil, ocorrendo no exercício liquidações no valor de R\$59.256 mil e nova provisão de R\$59.679 mil, chegando em dezembro de 2009 a um montante de R\$96.599 mil. Da provisão mencionada, já foi depositado judicialmente o montante de R\$78.360 mil, registrado na rubrica Outros Créditos – Devedores por Depósito em Garantia (Nota 08). No consolidado, em 31 de dezembro de 2008, o Banco possuía provisão trabalhista de R\$111.313 mil, ocorrendo no exercício liquidações no valor de R\$64.112 mil e nova provisão de R\$64.370 mil chegando em dezembro de 2009 a um montante de R\$111.571 mil. Da provisão mencionada, já foi depositado judicialmente o montante de R\$90.802 mil.

Existem outras causas cuja provisão para contingência não é reconhecida contabilmente e que, de acordo com sua natureza, o Banco considera sua perda como possível, no montante aproximado de R\$47.000 mil.

(c) Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para possíveis perdas. O saldo em 31 de dezembro de 2009 é de R\$111.105 mil, tendo um acréscimo no exercício de R\$4.612 mil.

NOTA 15 Receitas de Prestação de Serviços

	Em Milhares de Reais			
	2009	Banrisul 2008	Banrisul Consolidado	
			2009	2008
Administração de Fundos	52.933	53.984	58.566	61.175
Cobrança de Títulos	40.088	40.893	40.096	40.896
Receita com Refeisu	-	-	17.380	16.845
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	-	-	10.874	7.632
Rendas de Corretagens de Operações	-	-	4.253	3.680
Outras Receitas de Serviços	908	1.040	6.294	5.091
Total	93.929	95.917	137.463	135.319

121

10709

NOTA 16 Rendas de Tarifas Bancárias

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Banricompras	69.138	54.932	69.138	54.932
Devolução de Cheques	20.079	23.975	20.079	23.975
Débitos em Conta	20.088	18.685	20.088	18.685
Serviços de Arrecadação	55.880	51.424	55.880	51.424
Transações com Cheques	12.510	18.944	12.510	18.944
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	225.815	199.964	225.815	199.964
Cartão de Crédito	11.335	14.801	11.335	14.801
Outras Receitas de Tarifas	27.036	20.649	27.033	20.647
Total	441.881	403.374	441.878	403.372

Do montante de R\$441.881 mil de rendas do exercício, R\$229.773 mil (2008 – R\$213.874 mil) são provenientes de operações com pessoas físicas e R\$212.108 mil (2008 – R\$189.500 mil) com pessoas jurídicas.

NOTA 17 Outras Despesas Administrativas

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Processamento de Dados e Telecomunicações	135.158	131.870	138.725	134.460
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	76.268	67.511	76.268	67.815
Amortização e Depreciação	92.943	88.800	93.779	89.660
Aluguéis e Condomínios	47.340	38.685	45.930	37.408
Materiais	19.483	22.251	19.534	22.307
Serviços de Terceiros	106.853	97.200	109.114	99.553
Propaganda, Promoções e Publicidade	99.538	91.507	100.398	92.197
Manutenção e Conservação	19.794	18.331	20.105	18.679
Água, Energia e Gás	17.897	17.052	18.092	17.227
Serviços do Sistema Financeiro	16.669	13.825	17.400	14.292
Outras	37.902	31.024	39.540	32.148
Total	669.845	618.056	678.885	625.746

NOTA 18 Outras Receitas Operacionais

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Recuperação de Encargos e Despesas	47.662	44.638	42.899	40.779
Reversão de Provisões Operacionais para:				
Perdas em Participações Societárias	346	962	346	962
Trabalhistas	-	1.361	-	1.361
Outros	4.572	8.992	4.572	8.992
Perdas de Securitização (Nota13)	5.510	6.347	5.510	6.347
Outros Tributos	42	1.744	42	1.744
Comissão sobre Títulos de Capitalização	3.293	4.468	3.293	4.468
Tarifas Interbancárias	21.085	21.865	21.085	21.865
Ajuste Cambial	-	34.725	-	34.725
Títulos de Créditos a Receber	5.707	10.099	5.707	10.099
Fundo de Reserva - Depósito Judicial - Lei nº 12.069	15.122	15.402	15.122	15.402
Comissão e Taxa de Administração sobre Colocação de Seguros	1.750	1.110	1.750	1.110
Outras Receitas Operacionais	39.132	43.270	43.385	45.364
Total	144.221	194.983	143.711	193.218

122



NOTA 19 Outras Despesas Operacionais

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Descontos Concedidos de Renegociações	5.526	4.531	5.526	4.531
Despesas com Provisões Trabalhistas (Nota 14 (b))	59.679	15.643	64.370	15.895
Despesas com Perdas em Participações	482	1.187	482	1.187
Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso	962	415	962	415
Despesas com Provisões para Perdas de Securitização	831	4.126	831	4.126
Despesas com Provisões para Ações Cíveis	1.783	338	1.783	338
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	1.813	1.131	1.813	1.131
Despesas com Atualização da Provisão para Riscos Fiscais (CS/IR) - (Nota 14 (a))	18.587	21.687	18.587	21.687
Despesas com Indenizações de Processos	4.365	4.073	4.365	4.073
Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen (Nota 14 (c))	4.612	5.381	4.612	5.381
Atualização Monetária da Dívida Contratada da Fundação Banrisul (Nota 23)	2.505	9.833	2.505	9.833
Despesas de Cheque Especial e Banricompras Premiável	770	4.522	770	4.522
Despesas com Provisão para Dívidas assumidas junto ao GESB	457	4.010	457	4.010
Ajuste Cambial - Dependências no Exterior	38.215	-	38.215	-
Despesas com Processos Judiciais	5.677	10.228	5.677	10.228
Despesas com Cartões	3.875	5.248	3.875	5.248
Outras Despesas Operacionais(*)	71.344	43.350	72.811	43.714
Total	221.483	135.703	227.641	136.319

(*) No exercício de 2009, o valor de R\$39.124 mil refere-se principalmente ao pagamento de enquadramento de exigibilidade de depósitos de poupança de exercícios anteriores.

NOTA 20 Patrimônio Líquido - Banrisul

(a) Capital Social

O Capital Social do Banco em 31 de dezembro de 2009 é de R\$2.600.000 mil, subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme abaixo:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	204.199.859	99,59	2.721.484	70,75	26.086.957	13,04	233.008.300	56,97
Fundação Banrisul de Seguridade Social	449.054	0,22	158.983	4,13	-	0,00	608.037	0,15
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	44.934	0,02	168.612	4,38	-	0,00	213.546	0,05
Outros	349.527	0,17	797.513	20,74	173.997.554	86,96	175.144.594	42,83
Total	205.043.374	100,00	3.846.592	100,00	200.084.511	100,00	408.974.477	100,00

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 31 de março de 2009, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucro, no montante de R\$300.000 mil, sem emissão de novas ações, homologado pelo Bacen em julho de 2009.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

i) Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;

ii) Direito de participar, depois de pago às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;

123

iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B;

iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; e

v) O direito assegurado a título de remuneração sobre o Capital Próprio poderá ser imputado ao Dividendo Obrigatório, integrando tal valor o montante dos Dividendos Distribuídos pela sociedade.

Ações Preferenciais Classe B:

i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A;

ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; e

iii) O direito assegurado a título de remuneração sobre o Capital Próprio poderá ser imputado ao Dividendo Obrigatório, integrando tal valor o montante dos Dividendos Distribuídos pela sociedade.

(b) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (I) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (II) 25% para constituição de Reserva Estatutária, (III) Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Reserva Estatutária terá por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado.

Em março de 2009, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2009, no percentual equivalente a 15% do Lucro Líquido Ajustado, perfazendo o total de 40%.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95, a Administração do Banrisul pagou juros sobre o capital próprio no montante de R\$179.201 mil referente ao exercício de 2009, imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte.

O pagamento destes juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banco da ordem de R\$75.610 mil (2008 – R\$63.982 mil) (Nota 22).



A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio, está assim representada:

	Em Milhares de Reais	
	2009	2008
Lucro Líquido do Exercício	541.096	590.873
Ajuste		
- Reserva Legal	(27.055)	(29.544)
Base de Cálculo dos Dividendos	514.041	561.329
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	128.510	140.332
Dividendo Adicional 15% (10% para 2008)	77.106	56.133
Total dos Dividendos	205.616	196.465
A) Juros sobre Capital Próprio	179.201	157.937
Pagos		
- Ações Ordinárias (R\$462,11706 por lote de mil ações)	94.754	84.455
- Ações Preferenciais A (R\$470,18458 por lote de mil ações)	1.813	1.636
- Ações Preferenciais B (R\$462,11706 por lote de mil ações)	92.458	82.407
- Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre o Capital Próprio	(9.824)	(10.561)
B) Dividendos Provisionados	26.415	38.528
- Ações Ordinárias (R\$64,52758 por lote de mil ações)	13.231	19.298
- Ações Preferenciais A (R\$70,98034 por lote de mil ações)	273	400
- Ações Preferenciais B (R\$64,52758 por lote de mil ações)	12.911	18.830
Total de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (A+B)	205.616	196.465

NOTA 21 Compromissos, Garantias e Outros

(a) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 12.585 de 29 de agosto de 2006, mediante a qual o Banco, quando solicitado, deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 85% dos depósitos judiciais efetuados por terceiros junto ao Banco (excetuando-se aqueles cuja parte litigante seja Município). A parcela não disponibilizada deverá constituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2009, o montante de depósitos judiciais efetuados por terceiros no Banco, atualizado pela variação da TR acrescida de juros de 6,17% a.a. até a data do balanço totalizava R\$6.163.636 mil (2008 – R\$4.694.411 mil), do qual R\$2.043.000 mil (2008 – R\$2.043.000 mil) foi transferido para o Estado, mediante sua solicitação, e baixado das respectivas contas patrimoniais. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do fundo anteriormente mencionado, administrado pelo Bannrisul, está registrado na rubrica Obrigações para Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 13).

(b) Avais e fianças prestados a clientes montam R\$579.811 mil (2008 – R\$525.713 mil), estão sujeitos a encargos financeiros e contam com garantias dos beneficiários.

(c) O Bannrisul é responsável pela custódia de 367.837 mil títulos de clientes (2008 – 311.254 mil).

(d) O Banco possui coobrigações em créditos abertos para importação no valor de R\$55.860 mil (2008 – R\$53.083 mil).

(e) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Fundos de Investimentos (*)	4.813.088	4.215.003	4.990.717	4.327.703
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de				
Investimentos	85.623	56.831	85.623	56.831
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da				
Dívida Pública do Estado do Rio Grande do Sul	936.447	1.470.342	936.447	1.470.342
Carteiras Administradas	415.939	353.391	431.739	353.391
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	24.140	64.144	24.140	64.144
Clubes de Investimentos	-	-	433	-
Total	6.275.237	6.159.711	6.469.099	6.272.411

(*) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, em sua maioria públicos, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(f) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 108 grupos (96 em 2008) de consórcios distribuídos entre imóveis, motos, veículos e tratores que reúnem 20.189 consorciados ativos (18.863 em 2008).

(g) O Banco aluga imóveis, principalmente utilizados para instalação de agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste. O total dos pagamentos mínimos futuros dos alugueis contratados não canceláveis por locatáveis em 31 de dezembro de 2009 é de R\$89.464 mil, sendo R\$30.169 mil com vencimento até um ano, R\$50.043 mil de um a cinco anos e R\$9.252 mil acima de cinco anos. Os pagamentos de alugueis, reconhecidos como despesas do período foram de R\$43.545 mil.

NOTA 22 Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Lucro do Exercício antes da Tributação e Participações	837.762	687.512	853.267	704.239
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(209.441)	(171.878)	(213.317)	(176.060)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9%	-	(17.183)	(922)	(18.365)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 15% (*)	(125.664)	(74.488)	(126.453)	(75.628)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social				
pelas Alíquotas Efetivas	(335.105)	(263.549)	(340.692)	(270.053)
Efeito do Aumento da Alíquota CSLL no Crédito Tributário (*) ..	-	86.285	-	86.276
Ajuste Multa Câmbio	(1.845)	(2.057)	(1.845)	(2.057)
Participação dos Empregados nos Resultados	17.750	11.990	17.750	11.990
Juros sobre o Capital Próprio	75.610	63.982	75.610	63.982
Resultado de Equivalência e Variação Cambial de Agências ...	(4.276)	28.218	(15.286)	13.890
Outras Adições, Líquidas das Exclusões	(4.424)	5.063	(3.134)	9.371
Constituição de Crédito Tributário de Períodos Anteriores	-	3.409	-	3.409
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(252.290)	(66.659)	(267.597)	(83.192)

(*) A Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008 alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do setor financeiro elevando-a de 9% para 15% a partir de maio de 2008.

DADOS

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em dezembro de 2009 o Banco possuía Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

(b1) Créditos Tributários

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

Banrisul	Em Milhares de Reais			
	Saldo em 31/12/2008	Constituição(*)	Realização	Saldo em 31/12/2009
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	463.689	194.003	225.322	432.370
Provisão para Riscos Trabalhistas	38.470	27.764	27.594	38.640
Provisão para Riscos Fiscais	62.624	7.607	172	70.059
Outras Provisões Temporárias	29.882	31.959	4.874	56.967
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças				
Temporárias	594.665	261.333	257.962	598.036
Créditos não Registrados	(23)	-	-	(23)
Total de Créditos Tributários Registrados	594.642	261.333	257.962	598.013
Obrigações Fiscais Diferidas	(4.688)	(4.721)	-	(9.409)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	589.954	256.612	257.962	588.604

(*) Inclui efeito do aumento da alíquota da Contribuição Social, conforme descrito no item (a).

Banrisul Consolidado	Em Milhares de Reais			
	Saldo em 31/12/2008	Constituição(*)	Realização	Saldo em 31/12/2009
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	463.689	194.003	225.322	432.370
Provisão para Riscos Trabalhistas	43.615	29.568	29.453	43.730
Provisão para Riscos Fiscais	63.091	7.617	172	70.536
Outras Provisões Temporárias	29.882	31.959	4.874	56.967
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças				
Temporárias	600.277	263.147	259.821	603.603
Créditos não Registrados	(23)	-	-	(23)
Total de Créditos Tributários Registrados	600.254	263.147	259.821	603.580
Obrigações Fiscais Diferidas	(4.692)	(4.813)	(65)	(9.440)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	595.562	258.334	259.756	594.140

(*) Inclui efeito do aumento da alíquota da Contribuição Social, conforme descrito no item (a).

A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

Ano	Em Milhares de Reais				
	Diferenças Temporárias		Total	Totais Registrados	
	Imposto de Renda	Contribuição Social		Banrisul	Banrisul Consolidado
2010	76.806	46.084	122.890	122.890	123.447
2011	120.641	72.385	193.026	193.026	193.583
2012	95.087	57.052	152.139	152.139	152.696
2013	64.763	38.858	103.621	103.621	104.178
2014	13.983	8.390	22.373	22.373	22.930
2015 a 2017	2.099	1.260	3.359	3.359	5.029
2018 a 2020	378	227	605	605	1.717
Após 2020	15	8	23	-	-
Total em 31/12/2009	373.772	224.264	598.036	598.013	603.580
Total em 31/12/2008	371.665	223.000	594.665	594.642	600.254

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$493.438 mil, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

(b2) Obrigações Fiscais Diferidas

Os saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos estão representados por:

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Superveniência de Depreciação	(9.332)	(4.685)	(9.332)	(4.685)
Títulos Próprios Disponíveis para Venda	(12)	(3)	(12)	(3)
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	(65)	-	(96)	(4)
Total	(9.409)	(4.688)	(9.440)	(4.692)

NOTA 23 Fundação Banrisul de Seguridade Social e Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul

O Banrisul é o principal patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social, que tem como principais objetivos a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários do Banco, da Banrisul Serviços, da própria Fundação e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs, assim como a execução de programas assistenciais promovidos por seus mantenedores.

A partir de 6 de julho de 2009 foi aprovado um novo plano de benefícios de aposentadoria, denominado Banrisulprev, que passou a ser oferecido aos empregados não associados ao Plano de Benefícios I. Esse novo plano, do tipo "contribuição variável", entrou em funcionamento em novembro de 2009. Com a implantação desse novo plano, o Plano de Benefícios I foi fechado a novas adesões.

Para a execução de seus objetivos, a Fundação recebe contribuições mensais dos patrocinadores e de seus participantes, calculadas com base na remuneração mensal dos funcionários e dos seus assistidos. O montante das contribuições do Banco no exercício totalizou R\$11.247 mil (2008 - R\$9.775 mil), correspondendo, em 31 de dezembro de 2009, a 3,63 % (2008 - 3,45%) sobre a folha mensal dos salários de participação dos empregados e foi imputado às despesas operacionais.

Plano de Benefícios I - Os benefícios assegurados por este plano na modalidade de "benefício definido" abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio doença, auxílio reclusão, auxílio funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a uma importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

- Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;
- Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e
- Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

Relativo a este plano, o Banrisul possui parcela remanescente de dívida contratada no montante de R\$58.648 mil em 31 de dezembro de 2009 (2008 - R\$61.349 mil), registrado na rubrica Outras Obrigações (Nota 13). Esta dívida é paga acrescido de juros de 6% a.a. e

atualizados pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), através de atualizações mensais, com prazo final em 2028.

Banrisulprev - Os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- a) Parcela Básica: 1% aplicado sobre o salário de participação;
- b) Parcela Adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- c) Parcela Variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banco contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Assistência Médica e Odontológica - O Banrisul oferece benefícios de assistência médica e odontológica, através da Cabergs, a seus funcionários e aposentados pela Fundação Banrisul.

Em 31 de dezembro de 2009, a avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativos aos benefícios definidos e planos de saúde concedidos a seus funcionários, apresentava o seguinte resultado:

	Em Milhares de Reais			
	Plano de Benefícios I	Plano Banrisulprev	Plano Médico e Odontológico	Total
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(2.301.202)	(669)	(107.882)	(2.409.753)
Valor Justo dos Ativos da Fundação	2.491.893	103	92.989	2.584.985
Ganhos /Perdas e Custos dos Serviços ainda não Reconhecidos	111.681	566	25.033	137.280
Ativo (Passivo) Atuarial	302.372	=	10.140	312.512

As principais premissas atuariais utilizadas em 31 de dezembro de 2009 foram as seguintes:

- Taxa de desconto: 11,40% a.a.
- Taxa de retorno esperado dos ativos dos planos previdenciários:
 - Plano do tipo "benefício definido": 12,36% a.a.
 - Plano do tipo "contribuição variável": 12,39% a.a.
 - Plano médico e odontológico: 10,58% a.a.
- Crescimento salariais futuros: 6,59% a.a.
- Crescimento dos custos médicos: 7,64% a.a.
- Inflação: 4,50% a.a.
- Tábua de mortalidade: AT - 2000.



NOTA 24 Instrumentos Financeiros

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez, abaixo definidos:

Risco de Crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

O gerenciamento do risco de crédito no Banrisul é realizado por meio de modelos estatísticos, que permitem a melhoria contínua dos processos de concessão de crédito. O Banrisul atua continuamente na realização de teste de aderência por períodos, monitorando o comportamento da carteira de crédito, a concentração em clientes ou setores da atividade econômica e dos níveis de inadimplência.

Risco de Mercado - Está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de bolsas de valores, de mercados de taxas de juros e câmbio dentro e fora do país, que trazem reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.

Risco de Liquidez - Está relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Instituição, em obter recursos para honrar seus compromissos.

A política de risco de mercado e liquidez tem como propósito mitigar possíveis perdas decorrentes das variações de preços de mercado, de moedas e de taxa de juros dos ativos e passivos e de descasamentos de fluxo de caixa, podendo utilizar-se, dentre outras alternativas, instrumentos financeiros derivativos.

O Banrisul não contratou operações denominadas de *target forward swap* ou outro tipo de derivativo alavancado, sendo que não estão previstas em suas políticas, operações que não objetivem *hedge* de suas posições ativas e passivas.

Exceto quanto aos contratos de *swap* relacionados na Nota 05 (d) o Banrisul considerou como aceitável a sua exposição aos riscos mencionados acima e não contratou novas operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos.

Análise de Sensibilidade - Embora as operações de *swap* existentes em sua carteira, em conjunto com as operações a elas atreladas, apresentem taxas pós-fixadas equivalentes às praticadas pelo mercado, em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, estão sendo demonstradas abaixo as probabilidades de impacto no fluxo de caixa e nos ganhos em comparação ao mercado das operações objeto.

Os impactos das exposições financeiras da Carteira *Banking* (notadamente nos fatores taxa de juros e variação cambial) demonstrados no quadro a seguir não necessariamente representam potencial prejuízo contábil para o Banco, já que estas operações são financiadas por depósitos, os quais são "*hedge* natural" para eventuais oscilações de taxa de juros, a intenção é manter as operações até o seu vencimento e estas operações são destinadas à realização de *hedge* de operações realizadas com clientes.

O quadro a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários (análise de sensibilidade) das exposições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Banking*) e no instrumento objeto de proteção em 31 de dezembro de 2009.

130

Fatores de Risco	Em Milhares de Reais		
	31/12/2009		
	Cenários		
	1	2	3
Instrumento Financeiro Derivativo - Swap			
Exposições Sujeitas à Variação da Taxa de Juros	(157.719)	(182.334)	(206.504)
Exposições Sujeitas à Variação da Moeda Estrangeira	(29.785)	(32.419)	(36.343)
Instrumento Financeiro Objeto (1)			
Exposições Sujeitas à Variação da Taxa de Juros	179.338	252.397	368.859
Exposições Sujeitas à Variação da Moeda Estrangeira	52.533	57.291	63.758
Valor Líquido	44.367	94.935	189.770

(1) O ajuste do instrumento financeiro consiste em demonstrar os ganhos que os papéis pré-fixados terão acima das taxas de mercado, considerando os cenários.

Cenário 1 - Baseados nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.), foram aplicados um choque de 50 pontos base na variação cambial e na taxa de juros.

Cenário 2 - Foram determinados choques de 25% sobre as respectivas curvas de preços (juros e câmbio) com base no mercado de 31 de dezembro de 2009, sendo que o principal risco refere-se à queda das taxas de juros e o aumento da taxa de câmbio.

Cenário 3 - Foram determinados choques de 50% sobre as respectivas curvas de preços (juros, câmbio e TR) com base no mercado de 31 de dezembro de 2009, sendo que o principal risco refere-se à queda das taxas de juros e o aumento da taxa de câmbio.

NOTA 25 Transações com Partes Relacionadas

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul mantém relacionamentos comerciais com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e as empresas por ele controladas, Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, Companhia de Gás do Rio Grande do Sul – SULGÁS, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. – CEASA, Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA, Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG, Companhia Riograndense de Mineração – CRM e Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS, a seguir demonstradas:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Em 29 de junho de 2007 foi estabelecido Termo de Convênio de nº 1959/2007, entre o Banrisul e o Estado do Rio Grande do Sul, no qual o Estado assegura ao Banrisul a exclusividade na prestação dos serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal dos servidores ativos, inativos, pensionistas vitalícios e especiais do Poder Executivo (Administração Direta), e dos pensionistas previdenciários (Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS), pelo prazo de cinco anos e inclui a concessão do canal, pelo Estado, para realização de empréstimos consignados em folha de pagamento. No mesmo Termo de Convênio, devido à reciprocidade na prestação de serviços, o Banrisul libera o Estado do Rio Grande do Sul de qualquer custo associado à prestação dos serviços bancários de arrecadação de receitas e tributos estaduais, débitos em contas correntes, extratos de FGTS e serviços de cobrança de créditos imobiliários.

O Banco também é prestador de serviços nos repasses financeiros realizados pelas secretarias quanto à destinação de valores vinculados aos programas sociais e efetua serviços de atualização de dados cadastrais de servidores inativos e de detentores de pensões especiais ou vitalícias oriundas da Administração Direta. Esses serviços não são remunerados.

O Banco efetua também o pagamento de fornecedores relacionados ao sistema de Finanças Públicas e processa as movimentações relacionadas ao Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC, responsável por centralizar em conta bancária única as disponibilidades dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e suas controladas. Esses serviços não são remunerados.

O Banco também efetua para diversas fundações e autarquias outros serviços, de cobrança através de arrecadação e fornecimento de *tickets* refeição e combustível. Estes serviços geraram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, receita no valor de R\$7.651 mil. O Banco disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line* e esse serviço não é remunerado.

O Banco adquiriu direitos de créditos do FCVS, conforme descrito na Nota Explicativa 06, e contratos de cessão de crédito no montante de R\$457.576 mil. Estes títulos foram adquiridos com deságio e com troca de indexador para Selic através de contrato de *swap*, conforme descrito na Nota Explicativa 05.

O Banco possui contratos de arrendamento de imóveis pertencentes ao Estado, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, despesas no montante de R\$1.215 mil.

O Banco possui acordo com o Estado de cessão de funcionários, onde o Estado cedeu 12 (doze) funcionários da extinta Caixa Econômica Estadual e recebeu 11 (onze) funcionários alocados em Secretarias e Fundações. Os custos com estes funcionários são ressarcidos pelas partes.

Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE - O Banco é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados ao pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O Banco é também agente arrecadador pelo serviço de arrecadação das contas de consumo emitidas pela CEEE, pelo fornecimento de *tickets* refeição e combustível e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi remunerado em R\$3.605 mil por estes serviços. O Banco disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN - O Banco é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal. O Banco é também agente arrecadador das contas de consumo emitido pela Corsan, pelo fornecimento de *tickets* refeição e combustível e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi remunerado em R\$3.387 mil por estes serviços. O Banco disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

O Banco é interveniente para operacionalizar o fluxo financeiro previsto nos contratos desta companhia junto ao BNDES. Não existem garantias prestadas e/ou remuneração atrelada a estas operações.

SULGÁS, CEASA, CESA, CORAG, CRM e PROCERGS - O Banco é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e, com a SULGÁS, CEASA e CESA, possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O serviço de cobrança escritural emitida por estas Companhias e o fornecimento de *tickets* refeição e combustível também é de responsabilidade do Banco e para tanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi remunerado em R\$262 mil por estes serviços. O Banco disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*

A Sulgás possui ainda aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do CDI, bem como o Banco é interveniente para operacionalizar o fluxo financeiro previsto nos contratos desta companhia junto ao BNDES. Não existem garantias prestadas e/ou remuneração atrelada a estas operações.

CaixaRS Agência de Fomento - O Banco é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O serviço de cobrança escritural e o fornecimento de *tickets* refeição e combustível também é de responsabilidade do Banco e para tanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi remunerado em R\$44 mil sobre estes serviços. O Banco disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

O Banco possui acordo de cessão de funcionários, onde o Banco cedeu 9 funcionários. Os custos com estes funcionários são ressarcidos pelas partes.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE - O Banco é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento relativos aos funcionários alocados no Rio Grande do Sul, sendo também responsável pelo serviço de cobrança escritural.

Fundação Banrisul de Seguridade Social - Conforme descrito na Nota 23, o Banco possui dívida contratada em 31 de março de 1998, relativa a parcela remanescente do *déficit* atuarial, no montante de R\$58.648 mil. Esta dívida é paga acrescido de juros de 6% a.a. e atualizado pela variação do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna – IGP-DI, através de atualizações mensais, com prazo final em 2028.

O Banco é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento do pessoal bem como de aposentadorias e pensões dos beneficiários da Fundação Banrisul. A Fundação possui também fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banco e sobre este serviço, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o Banco foi remunerado em R\$350 mil. As aplicações financeiras efetuadas pela Fundação Banrisul junto ao Banco são remuneradas com taxas atreladas à variação do CDI.

O Banco possui contratos de arrendamento de imóveis pertencentes à Fundação Banrisul, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, despesas no montante de R\$5.449 mil.

Todas as transações remuneradas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.



As transações com controladores e controladas estão demonstradas a seguir:

Banrisul	Em Milhares de Reais			
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2009	2008	2009	2008
Instrumentos Financeiros Derivativos	104.247	78.628	23.945	(17.548)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	104.247	78.628	23.945	(17.548)
Serviços de Arrecadação	5.072	5.072	=	=
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	5.072	5.072	-	-
Outros Créditos	10.544	5.204	5.249	4.373
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	5.621	-	-	-
Empresas Controladas	4.923	5.204	5.249	4.373
Depósitos à Vista	(163.398)	(244.383)	=	=
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(156.309)	(238.799)	-	-
Empresas Controladas	(7.089)	(5.584)	-	-
Depósitos a Prazo	(181.610)	(164.111)	(10.529)	(12.546)
Empresas Controladas	(181.610)	(164.111)	(10.529)	(12.546)
Captações no Mercado Aberto	(999.841)	(1.526.311)	(178.246)	(218.921)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul (a)	(936.445)	(1.470.342)	(172.705)	(212.421)
Empresas Controladas	(63.396)	(55.969)	(5.541)	(6.500)
Outras Obrigações	(103.013)	(109.477)	(13.306)	(12.101)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(15.182)	(21.971)	(1.215)	(1.029)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(59.108)	(61.406)	(10.655)	(9.749)
Empresas Controladas	(28.723)	(26.100)	(1.436)	(1.323)
Total	(1.327.999)	(1.955.378)	(172.887)	(256.743)

(a) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

Banrisul Consolidado	Em Milhares de Reais			
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2009	2008	2009	2008
Disponibilidades	19.864	18.392	1.800	2.187
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	19.864	18.392	1.800	2.187
Instrumentos Financeiros Derivativos	104.247	78.628	23.945	(17.548)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	104.247	78.628	23.945	(17.548)
Serviços de Arrecadação	5.072	5.072	=	=
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	5.072	5.072	-	-
Outros Créditos	12.405	5.905	787	765
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	12.405	5.905	787	765
Depósitos à Vista	(156.309)	(238.799)	=	=
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(156.309)	(238.799)	-	-
Captações no Mercado Aberto	(936.445)	(1.470.342)	(172.705)	(212.421)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul (a)	(936.445)	(1.470.342)	(172.705)	(212.421)
Outras Obrigações	(74.290)	(83.377)	(11.870)	(10.778)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(15.182)	(21.971)	(1.215)	(1.029)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(59.108)	(61.406)	(10.655)	(9.749)
Total	(1.025.456)	(1.684.521)	(158.043)	(237.795)

(a) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- a) O montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Auditoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- b) A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Banco e controladas.

Em 2009, foi deliberado o valor máximo individual anual de R\$269 mil para remuneração dos Diretores (proventos e gratificações), do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

	Em Milhares de Reais	
	2009	2008
Benefícios de Curto Prazo a Administradores		
Proventos.....	2.779	1.897
Gratificações.....	59	50
Encargos Sociais.....	642	524
Total.....	3.480	2.471

O Banco custeia planos de previdência complementar de contribuição definida aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

	Em Milhares de Reais	
	2009	2008
Benefícios Pós-emprego		
Plano de Previdência Complementar de		
Contribuição Definida.....	17	14

O Banco possui seguro de responsabilidade civil aos diretores e membros dos conselhos sendo pago no ano de 2009 o montante de R\$482 mil com vigência para o ano de 2010.

O Bannrisul não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

(1) Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- (a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- (b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- (c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não é efetuado pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(2) Participação Acionária

Os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária no Banco em 31 de dezembro de 2009.

AÇÕES	QUANTIDADE
Ações Ordinárias	12
Ações Preferenciais	157
TOTAL DE AÇÕES	<u>169</u>

NOTA 26 Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras

A diretoria do Banrisul autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 03 de fevereiro de 2010, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.



**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**
Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Presidente

RUBENS SALVADOR BORDINI
Vice-Presidente

CARLOS TADEU AGRIFOGLIO VIANNA
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
LUIZ VALDIR ANDRES
PAULO ROBERTO GARCIA FRANZ
RICARDO RICHINITI HINGEL
URBANO SCHMITT
Diretores

Conselho de Administração

RICARDO ENGLERT
Presidente
FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Vice-Presidente

ARIO ZIMMERMANN
DILIO SERGIO PENEDO
JOÃO VERNER JUENEMANN
JOÃO ZANI
MANOEL ANDRÉ DA ROCHA
MATEUS AFFONSO BANDEIRA
RUBENS SALVADOR BORDINI
Conselheiros

LUIZ CARLOS MORLIN
Contador CRCRS 51.124

137



Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

I. Disposições Institucionais e Regimentais - O Comitê de Auditoria, como órgão estatutário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., criado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2004, é, atualmente, composto pelos Srs. Ário Zimmermann, Bruno Nubens Barbosa Miragem e Leopoldo Henrique Krieger Schneider, todos independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, em 05 de agosto de 2009, e empossados, em 19-08-2009, com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração, que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2010, estando seu Regimento Interno disponível no *site* <http://www.banrisul.com.br/bob/data/RegimentoInterno.pdf>.

II. Funções e Responsabilidades - O Comitê de Auditoria tem a competência de zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras da instituição e de suas controladas; eficácia e efetividade da atuação das auditorias independente e interna, e pelo acompanhamento permanente da qualidade dos controles internos e da gestão de riscos.

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras das empresas que compõem o Grupo Banrisul, observada a diretriz de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos.

À *Deloitte Touche Tohmatsu* Auditores Independentes, auditor externo das demonstrações financeiras, cabe opinar que as referidas demonstrações representem adequadamente a posição patrimonial e financeira do conglomerado, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, com a legislação societária brasileira e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

III. Programação de Trabalho - Em vista do encerramento do mandato do Comitê de Auditoria (na primeira reunião do Conselho de Administração, após a Assembleia Geral Ordinária de 2009) foi apresentado o plano global de trabalho, com as datas e participantes das reuniões, somente para o primeiro semestre/2009, como segue: encontros mensais, com o Conselho de Administração; a presidência; a vice-presidência; com as diretorias financeira; comercial; de distribuição; de crédito; unidades de tecnologia da informação; de contabilidade; financeira; de crédito; de política de crédito e análise de risco; de gestão

141

de pessoas; de recuperação de créditos, auditoria interna e com o Comitê de Gestão Bancária, e trimestrais, com o Conselho Fiscal; diretoria de administração de recursos de terceiros; empresas do Grupo Banrisul; Caixa de Assistência dos Empregados do Banrisul - CABERGS; Fundação Banrisul de Seguridade Social e Auditoria Externa. Como a posse dos atuais integrantes do Comitê de Auditoria ocorreu em 19-08-2009, com mandato até a 1ª Reunião do Conselho de Administração, após a Assembleia Geral Ordinária de 2010, foi elaborado um plano de trabalho somente para o período de setembro a dezembro de 2009, na reunião de 1º de setembro de 2009 (Ata nº 226) com a seguinte programação: **a)** reuniões sistemáticas, com a presidência e diretores do Banco; **b)** reuniões mensais, com a auditoria interna; assessoria jurídica; controladoria e unidades de contabilidade e de recuperação de créditos; **c)** reuniões trimestrais, com o Conselho Fiscal; auditoria externa e as empresas do Grupo Banrisul: Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio; Banrisul S.A. Administradora de Consórcios e Banrisul Armazéns Gerais S.A.; com a Fundação Banrisul de Seguridade Social e com a Caixa de Assistência dos Empregados do Banrisul - CABERGS.

IV. Cronograma de Atividades - No 2º semestre/2009, o Comitê realizou 28 (vinte e oito) reuniões: 23 (vinte e três) até 31-12-2009, e as demais entre a data do encerramento do semestre e a da emissão do Relatório do Comitê de Auditoria, em que abordou, dentro de sua competência, assuntos diversos, tal como detalhado nas atas de reuniões, valendo-se, para tanto, da análise de dados contábeis, dos relatórios gerenciais, de informações complementares e de reuniões mantidas com a presidência e diretores da instituição; com os executivos de vários níveis da organização, e os diretores das empresas controladas. Com os superintendentes executivos das diferentes unidades do Banco, obteve relatórios, documentos e informações. Igualmente, solicitou a presença, quando necessária, de profissionais ou do responsável pela respectiva área de atuação, e também dos auditores independentes.

No decorrer do exercício de 2009, o Comitê de Auditoria realizou 47 (quarenta e sete) reuniões.

V. Auditoria Interna: A Auditoria Interna, vinculada à Presidência, tem, dentre suas funções, salvaguardar os ativos, assegurar a observância às políticas, planos, procedimentos e leis, respondendo pelo atendimento ao Comitê de Auditoria e aos auditores independentes. Como disposto nas atas do Comitê, as equipes encarregadas pela execução dos trabalhos nas áreas operacional, de sistemas e administrativa, debateram, periodicamente, as conclusões reportadas.

O Comitê de Auditoria aprovou, em 18-01-2010, a programação de trabalho da Auditoria Interna para 2010.

VI. Auditoria Independente: O Comitê de Auditoria solicitou o planejamento dos trabalhos para o exercício de 2010, que será oportunamente examinado e deliberado. O relatório sobre a avaliação dos sistemas contábeis e de controles internos, apresentado pela empresa de auditoria externa, acompanhado das recomendações efetuadas, foi discutido com o Comitê, que acompanhou, com a Auditoria Interna, a implementação dos pontos levantados em cada unidade, ao longo do exercício. Em função do acompanhamento permanente desse trabalho, o Comitê entende que os trabalhos desenvolvidos foram adequados à necessidade do Banrisul, e que os auditores independentes realizaram, no decorrer do exercício, as tarefas que lhe foram cometidas, de acordo com o contratado. Tais trabalhos foram acompanhados ao longo do exercício, certificada a condição de irrestrito acesso a dados da Instituição, de modo a assegurar total liberdade na sua execução, não havendo fatos ou circunstâncias conhecidas que pudessem prejudicar a postura, nem a atuação independente.

VII. Gerenciamento de Risco – O Comitê acompanhou a execução de um adequado dimensionamento das contingências cíveis e trabalhistas, com vistas ao estabelecimento das provisões necessárias à sua cobertura.

Também, nesse semestre, o Comitê de Auditoria acompanhou o desenvolvimento dos trabalhos relacionados à Tecnologia da Informação. Especial ênfase foi dada aos programas de segurança de tecnologia da informação, que buscam impedir as práticas de fraudes eletrônicas aos clientes; ao próprio Banco e ao resguardo do sigilo das operações realizadas pela Instituição. Foi cientificado da abertura de processo licitatório para contratar empresa especializada, para implantar um sistema de gerenciamento de riscos no Banco.

VIII. Canal de Comunicação de Erros e Fraudes - O Comitê de Auditoria não recebeu denúncia alguma sobre a existência ou evidência de erro ou fraude para os efeitos do artigo 8º, do Regimento Interno. As reclamações que foram recebidas pelo Canal de Comunicação de Erros e Fraudes foram encaminhadas à Ouvidoria-Geral, para adoção das providências necessárias.

IX. Mercado de Capitais - O Comitê de Auditoria acompanhou, no semestre, a atuação da área de Relações com Investidores e examinou, previamente à divulgação, os dados a serem tornados públicos ao mercado, efetivando as recomendações consideradas apropriadas.

X. Educação Continuada - Os membros do Comitê de Auditoria participaram, nesse semestre, do 10º Congresso Brasileiro de Governança Corporativa, promovido pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, em São Paulo, com o objetivo de atualizar e ampliar os conhecimentos na área.

XI. Conclusão - Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência, a profundidade e a qualidade dos trabalhos realizados pelas auditorias, interna e externa, e a emissão do parecer dos auditores independentes, sem ressalvas, emitido em 03-02-2010, aliado ao conjunto de recomendações exaradas nas respectivas atas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2010.

Ario Zimmermann

Bruno Nubens Barbosa Miragem

Leopoldo Henrique Krieger Schneider

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, revisamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. Com base em nossas revisões, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Parecer da Auditoria Independente, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2010.

Claudio Morais Machado
Presidente

Ronei Xavier Janovik
Vice-Presidente

Irno Luiz Bassani
Rubens Lahude
Conselheiros

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Porto Alegre - RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais, controladora e consolidado, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banrisul e controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banrisul e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, controladora e consolidado, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora), os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas suas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 3 de fevereiro de 2010.

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 11.609/O-8/F/RS
Fernando Carrasco
Contador
CRC nº. 1 SP 157.760/T/RS

Deloitte.

146



 **Banrisul**

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS '09**

**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria


FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS

Presidente

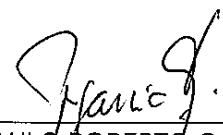

RUBENS SALVADOR BORDINI

Vice-Presidente

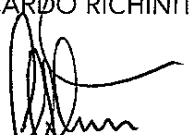

CARLOS TADEU AGRIFOGLIO VIANNA


LUIZ GONZAGA VERAS MOTA


LUIZ VALDIR ANDRES


PAULO ROBERTO GARCIA FRANZ

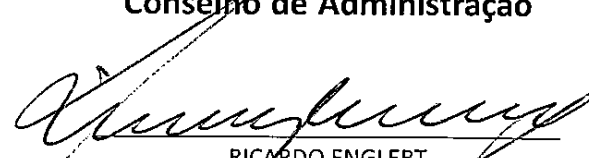

RICARDO RICHINITI HINGEL


URBANO SCHMITT

Diretores


LUIZ CARLOS MORLIN
Contador CRCRS 51.124

Conselho de Administração


RICARDO ENGLERT

Presidente


FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS

Vice-Presidente


ARIO ZIMMERMANN


DILIO SERGIO PENEDO


JOÃO VERNER JUENEEMANN


JOÃO ZANI


MANOEL ANDRÉ DA ROCHA

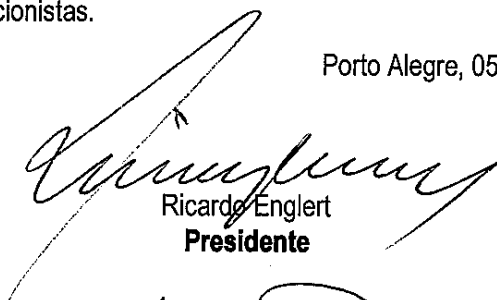

MATEUS AFFONSO BANDEIRA


RUBENS SALVADOR BORDINI
Conselheiros

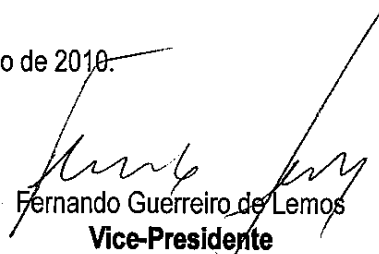
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, item V, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos e os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. Com base nesses dados e nos demais exames procedidos ao longo do exercício, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2010.

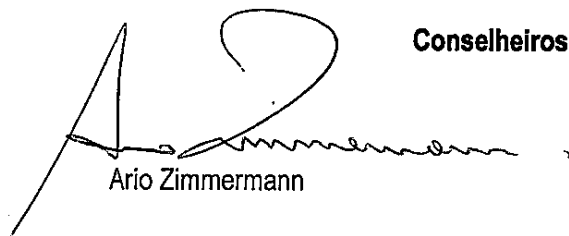


Ricardo Englert
Presidente



Fernando Guerreiro de Lemos
Vice-Presidente

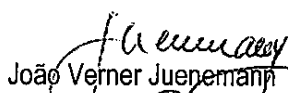
Conselheiros



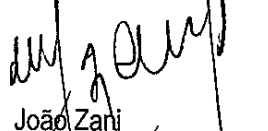
Ario Zimmermann



Dilio Sérgio Renedo



João Verner Juenemann



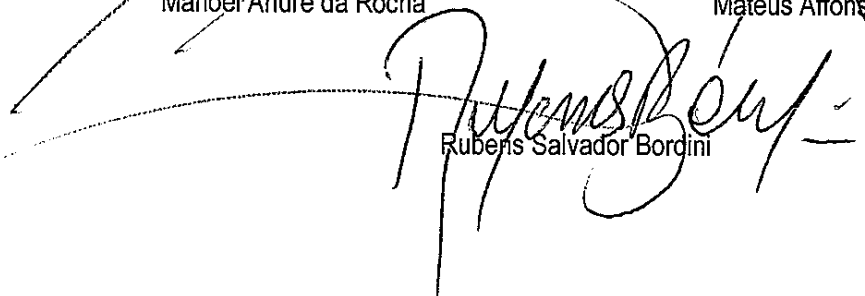
João Zani



Manoel André da Rocha



Mateus Affonso Bandeira

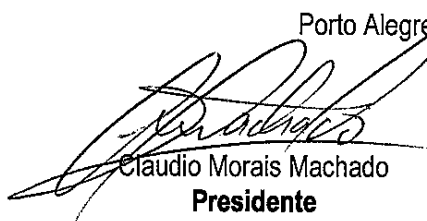


Rubens Salvador Bordini

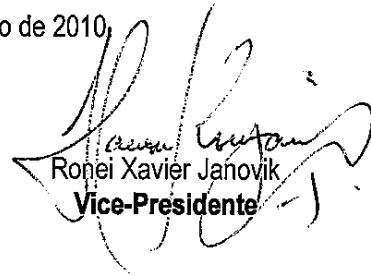
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, revisamos preliminarmente o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. Com base em nossas revisões, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Parecer da Auditoria Independente, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2010.



Claudio Morais Machado
Presidente

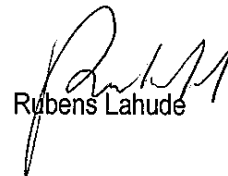


Ronei Xavier Janovik
Vice-Presidente

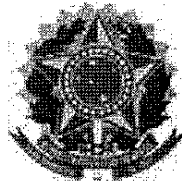
Conselheiros



Irno Luiz Bassani



Rubens Lahude



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: LUIZ CARLOS MORLIN
REGISTRO.....	: RS-051124/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 282.889.980-20

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 11.03.2010 as 13:39:04.

Válido até: 07.09.2010.

Código de Controle: 76357.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul - Armazéns Gerais S.A.
BAGERGS



BANRISUL ARMAZENS GERAIS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Nota explicativa
	2009	2008	2009	2008	
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos	100	88	Fornecedores	192	257
Aplicações de liquidez imediata	19.864	18.392	Obrigações sociais a recolher	88	41
Devedores por armazenagem	876	1.091	Obrigações fiscais a recolher	123	243
Impostos a recuperar	104	107	Obrigações estatutárias	323	512
Créditos tributários	15	16	Provisão para férias	146	119
Despesas do exercício seguinte	84	121	Provisão para contingências	447	452
Outros valores realizáveis	131	162	Outras provisões	51	51
Total do circulante	21.174	19.977	Retenções contratuais	208	191
			Total do passivo circulante	1.578	1.866
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo	509	533			
Impostos a recuperar	-	26			
Créditos tributários	136	138	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Depósitos judiciais	189	315	Capital social	22.750	21.150
Cauções	55	54	Reserva de capital	231	231
Outros valores e bens	129	88	Reservas de lucro	1.105	1.695
Investimentos - líquido	81	69	Total do patrimônio líquido	24.086	23.076
Imobilizado - líquido	3.829	4.126			
Intangível	71	149			
Total do ativo não circulante	4.490	4.965			
TOTAL DO ATIVO	25.664	24.942	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.664	24.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

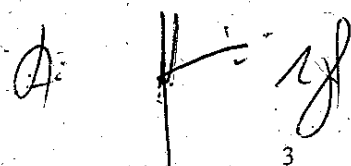
BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008**

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em reais)

	Nota explicativa	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receita de prestação de serviços		6.807	7.298
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		(759)	(810)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		6.048	6.488
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(3.377)	(3.333)
LUCRO BRUTO		2.671	3.155
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas		(769)	(756)
Despesas com pessoal		(346)	(167)
Honorários da administração		(240)	(220)
Depreciação e amortização		(455)	(366)
Despesas tributárias		(7)	(65)
Provisão para perdas		(85)	(76)
Despesas de comunicação		(621)	(316)
Outras despesas administrativas		(32)	38
Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas		(2.555)	(1.928)
Total despesas operacionais, líquidas			
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		116	1.227
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		1.848	2.051
Despesas financeiras		(8)	(103)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.956	3.175
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9	(632)	(1.046)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.324	2.129
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		1,8914	3,0414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

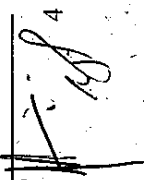


BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação, apresentado em reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008								
Aumento de capital	10 (a)	20.250	231	133	839	-	-	21.453
Lucro líquido do exercício		900	-	(61)	(839)	-	-	-
Destinação do lucro líquido		-	-	-	-	2.129	2.129	2.129
Reserva legal		-	-	106	-	(106)	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	1.517	(1.517)	-	-
Dividendos - R\$ 0,72 por ação	10 (b)	-	-	-	-	(506)	(506)	(506)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008								
		<u>21.150</u>	<u>231</u>	<u>178</u>	<u>1.517</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.076</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009								
Aumento de capital	10 (a)	1.600	-	(83)	(1.517)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.324	1.324	1.324
Destinação do lucro líquido:		-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	66	-	(66)	-	-
Reserva de retenção de lucros	10 (c)	-	-	-	944	(944)	-	-
Dividendos - R\$ 0,45 por ação	10 (b)	-	-	-	-	(314)	(314)	(314)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009								
		<u>22.750</u>	<u>231</u>	<u>161</u>	<u>944</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.086</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

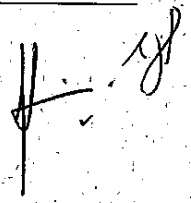
 4

BANRISUL ARMAZENS GERAIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2009	2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		1.324	2.129
Ajustado por:			
Depreciação e amortização		576	562
Provisão para contingências		(5)	(37)
Créditos tributários		31	12
		<u>1.898</u>	<u>2.666</u>
Diminuição das contas a receber		215	72
Diminuição de impostos a recuperar		29	364
(Aumento) diminuição de outros		26	(143)
Diminuição dos depósitos judiciais		126	108
Diminuição de fornecedores		(65)	(88)
Aumento (diminuição) das obrigações fiscais e estatutárias		(46)	126
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar		16	(28)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>2.199</u>	<u>3.077</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Compra de imobilizado		(121)	(34)
Aumento de investimentos		(12)	(13)
Aplicações no intangível		(78)	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(211)</u>	<u>(47)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(504)	(280)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>(504)</u>	<u>(280)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1.484</u>	<u>2.750</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	5	<u>18.480</u>	<u>15.730</u>
Caixa e bancos		88	85
Aplicações de liquidez imediata		18.392	15.645
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	5	<u>19.964</u>	<u>18.480</u>
Caixa e bancos		100	88
Aplicações de liquidez imediata		19.864	18.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A: 

BANRISUL ARMAZENS GERAIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITAS		
Receita da prestação de serviços	6.807	7.298
Outras receitas	30	213
Provisões	(2)	32
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	<u>(2.211)</u>	<u>(2.295)</u>
Custos dos serviços prestados	(1.521)	(1.614)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(690)	(681)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>4.624</u>	<u>5.248</u>
Depreciação e amortização	(575)	(562)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>4.049</u>	<u>4.686</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Recceitas financeiras	1.848	2.051
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>5.897</u>	<u>6.737</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	<u>(2.753)</u>	<u>(2.302)</u>
Remuneração direta	(2.079)	(1.887)
Benefícios	(577)	(329)
FGTS	(97)	(86)
Impostos, taxas e contribuições	<u>(1.812)</u>	<u>(2.203)</u>
Federais	(1.589)	(2.002)
Estaduais	(28)	(27)
Municipais	(195)	(174)
Remuneração de capitais de terceiros	<u>(8)</u>	<u>(103)</u>
Despesas financeiras	(8)	(103)
Remuneração de capitais próprios	<u>(1.324)</u>	<u>(2.129)</u>
Dividendos	(314)	(506)
Lucros retidos	(1.010)	(1.623)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A. H. J.
6

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores em milhares de reais, exceto os dividendos por ação apresentado na Nota 10 em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Armazéns Gerais S.A. ("Empresa") atua como armazém geral, objetivando a movimentação, guarda e conservação de mercadorias e produtos e operando mediante permissão outorgada pela Secretaria da Receita Federal e contrato de permissão para exploração com a União, entreposto aduaneiro e depósito alfandegário em Canoas. Este contrato, para operar como Porto Seco de Canoas, com validade a partir da publicação no Diário Oficial da União em 22/10/2004, possui prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez para operar como Porto Seco de Canoas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Utilização das estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Empresa incluem, portanto, estimativas sobre as vidas úteis dos bens registrados no ativo imobilizado, devedores por armazenagem, provisões necessárias para passivos contingentes, provisões para imposto de renda e outras similares. Os valores efetivos a serem realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

b) Apuração do resultado

O resultado, apurado pelo regime contábil de competência, inclui, quando aplicável, os rendimentos e encargos incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

c) Ativo circulante e não circulante

São apresentados ao valor de custo, incluindo os rendimentos auferidos e os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou realização, quando aplicáveis.

A rubrica "Devedores por armazenagem" inclui valores a receber não faturados sobre os serviços de armazenagem prestados e calculados com base em estimativas do valor das mercadorias a serem desembarçadas, seu peso e prazo decorrido.

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, que difere dos custos de reposição ou dos valores de realização, sendo constituídos, basicamente, por materiais diversos mantidos em almoxarifado.

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Os créditos com valores inferiores a R\$ 5, vencidos há mais de 180 dias, são registrados como perdas diretamente no resultado, obedecendo os critérios da legislação fiscal.

d) Imobilizado

O permanente está demonstrado conforme:

- Custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995;
- Depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 05, que considera vida útil econômica estimada dos bens;

A Empresa revisa anualmente se há alguma indicação de perdas no valor recuperável dos ativos e eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

e) Passivos Circulante e Não Circulante

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

f) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas pelas alíquotas vigentes de 9% para Contribuição Social e de 15% mais adicional de 10% (acima de R\$ 240 por ano) para o Imposto de Renda sobre o lucro tributável apurado no exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as adições temporárias e registros na rubrica Outros créditos, em contrapartida do resultado do período.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem, na composição de demonstração do fluxo de caixa, os saldos de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações de liquidez imediata.

4. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Refere-se a valores aplicados no SIAC – Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado do Rio Grande do Sul instituído pelo Decreto Estadual nº. 33.159, de 31 de maio de 1991, remunerados com base na variação da taxa SELIC e com liquidez imediata.

A Empresa possui como instrumentos financeiros somente os valores registrados na rubrica aplicações de liquidez imediata. O valor de mercado e o valor contábil dessas aplicações são próximos, tendo em vista que não houve alterações substanciais no mercado entre as datas de aplicação e a data das demonstrações financeiras.

A Empresa não possui qualquer outro instrumento financeiro, não registrado contabilmente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composto pelos saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez.

Os recursos classificados como aplicação interfinanceira de liquidez estão demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, sem prazos fixos para resgate e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

6. IMOBILIZADO

Composição:

	2009		2008		Taxas anuais de depreciação(*) %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	261	-	261	261	-
Edificações e benfeitorias	6.279	4.355	1.924	2.196	4
Móveis e utensílios	655	509	146	173	10
Máquinas e equipamentos	1.121	658	463	529	10
Veículos	960	893	67	11	20
Equipamentos de informática	409	368	41	56	20
Instalações	1.197	286	911	82	10
Obras em andamento	1	-	1	801	-
Outras imobilizações	31	16	15	17	4
	<u>10.914</u>	<u>7.085</u>	<u>3.829</u>	<u>4.126</u>	

7. CONTINGÊNCIAS

a) Em 25 de junho de 2003, a Empresa foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, relativamente ao ressarcimento de mercadorias roubadas na Estação Aduaneira de Fronteira de Jaguarão. A Empresa ajuizou ação ordinária de inexigibilidade de débito junto à Justiça Federal de Porto Alegre contestando a cobrança e obteve liminar suspendendo a exigência dessa autuação e impossibilitando a inclusão do nome da Banrisul Armazéns Gerais S.A. no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN. Com base em opinião dos assessores jurídicos, não são esperadas perdas significativas com esse processo e as chances de êxito foram avaliadas como provável, dessa forma não foi consignada provisão nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2009 o valor aproximado das mercadorias roubadas era de R\$ 5.980.

b) A Empresa possuía, em 31 de dezembro de 2008, provisão para contingências referente a ações trabalhistas e indenizatórias de R\$ 452, tendo sido registrado uma diminuição no exercício de R\$ 5 referentes a processos liquidados, totalizando R\$ 447 em 31 de dezembro de 2009.

A. H. 18
9

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista e aluguéis de instalações com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e aplicações financeiras no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado.

As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2009	2008	2009	2008
<u>Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.</u>				
Ativo circulante				
Depósitos bancários à vista	81	51		
Contas a receber (aluguéis)	121	118	1.446	1.323
Contas a pagar (pessoal - contrato)	(10)	(10)	(115)	(110)
<u>Governo do Estado do Rio Grande do Sul</u>				
Aplicações financeiras	19.864	18.392	1.801	2.016
<u>Banrisul Serviços Ltda.</u>				
Compra de vale e cesta alimentação	(31)	(33)	(381)	(317)

- b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembléia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social.

Em 2009, foi determinado o valor máximo de R\$ 259 para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações), totalmente distribuído e R\$ 0,66 por sessão para os Conselhos de Administração e Fiscal.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

- a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	2009	2008
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.956	3.175
Alíquota nominal (IRPJ 25% e CSLL 9%)	(665)	(1.079)
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Outras adições/exclusões, líquidas, permanentes	33	33
IR e CSLL registrados no resultado	(632)	(1.046)

- b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A empresa possui em 31 de dezembro de 2009, créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, oriundos da provisão para passivos trabalhistas, no montante de R\$ 151 (R\$ 154 em 2008). A expectativa de realização destes créditos é de até 10 anos.

*A. H. ijl*₁₀

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 22.750, (R\$ 21.150 em 31/12/2008), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Conforme Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 24 de abril de 2008, foi aprovado o aumento de capital mediante o aproveitamento das reservas de lucros, sendo R\$ 839 com a reserva de retenção de lucros e R\$ 61 com a reserva legal, totalizando R\$ 900, passando assim o capital social para R\$ 21.150, sem emissão de novas ações.

Em 16 de abril de 2009, foi aprovado através da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento de capital mediante o aproveitamento das reservas de lucros, sendo R\$ 1.517 com a reserva de retenção de lucros e R\$ 83 com a reserva legal, totalizando R\$ 1.600, passando assim o capital social para R\$ 22.750, sem emissão de novas ações.

b) Distribuição de Resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembléia Geral.

O dividendo obrigatório, calculado consoante a legislação societária e o estatuto social foi o seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro líquido do exercício	1.324	2.129
Reserva Legal (5%)	<u>(66)</u>	<u>(106)</u>
Base de cálculo dos dividendos	1.258	2.023
Dividendos (25%)	314	506

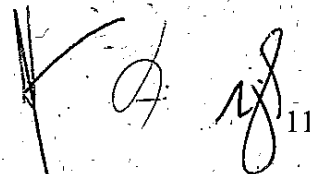
c) Reserva de retenção de lucros

A Administração irá propor aos acionistas a capitalização da reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 944.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O principal risco relacionado aos instrumentos financeiros é risco de crédito devido a possibilidade de ocorrência de perdas para a Empresa, associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados.

A Empresa considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos.



Handwritten signatures and initials, including a large 'K' and 'A' and a signature with the number '11'.

12. SEGUROS – NÃO AUDITADOS (*)

A Empresa possui seguros com cobertura aproximada de R\$ 46.543 (2008 - R\$ 46.474) para proteção dos bens de seu Ativo Imobilizado e das mercadorias armazenadas em suas dependências, montante este julgado suficiente pela Administração.

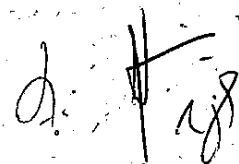
(*) O valor das mercadorias de terceiros e os seguros, contratados são definidos com base em informações de terceiros e os valores envolvidos não são passíveis de auditoria pelos auditores independentes.

13. ALTERAÇÕES NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS BRASILEIRAS

Com o advento da Lei nº. 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 40 novos pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os pronunciamentos, orientações e interpretações do CPC que serão aplicáveis para a Empresa, considerando-se suas operações atuais são:

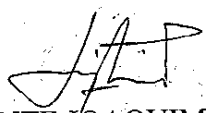
<u>Número</u>	<u>Título</u>
CPC 21	Demonstração Intermediária
CPC 22	Informação por Segmento
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 24	Evento Subseqüente
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 27	Ativo Imobilizado
CPC 30	Receitas
CPC 31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada
CPC 35	Demonstrações Separadas
CPC 37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
CPC 38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
CPC 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
CPC 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos
ICPC 09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
ICPC 10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43

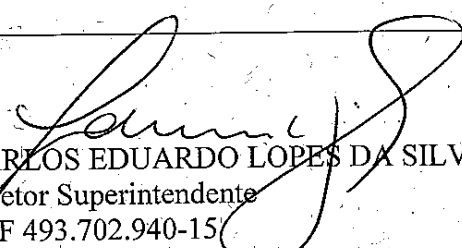


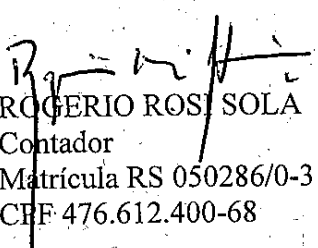
A Administração da Empresa está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos. No caso de ajustes decorrentes de adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Empresa deverá avaliar a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos procedimentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

14. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Empresa autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2010, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.


VICENTE JOAQUIM BOGO
Diretor Presidente
CPF 338.911.769-53


CARLOS EDUARDO LOPES DA SILVA
Diretor Superintendente
CPF 493.702.940-15


ROGERIO ROSI SOLA
Contador
Matrícula RS 050286/0-3
CPF 476.612.400-68

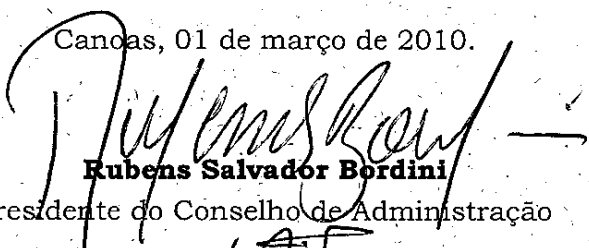
BANRISUL ARMAZÊNS GERAIS S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ N. ° 92.721.232/0001-57
NIRE N. ° 43300003183.

PARECER DO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

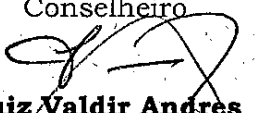
Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Armazéns Gerais S. A., e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração dos Valores Adicionados e demais demonstrativos e notas explicativas à luz do parecer dos Auditores Independentes, documentos esses relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Com base nesse exame, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação deste Conselho.

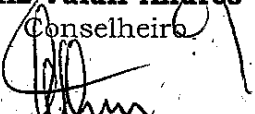
Canoas, 01 de março de 2010.


Rubens Salvador Bordini

Presidente do Conselho de Administração


Vicente Joaquim Bogo
Conselheiro


Luiz Valdir Andres
Conselheiro


Urbano Schmitt
Conselheiro

Armazenagens – Entrepósito Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sedé Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011

Fone/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

P:\Secretaria\Balanço\2009\Parecer Conselho Adminstr.doc

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N.º 92.721.232/0001-57

NIRE N.º 43300003183

PARECER


DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S. A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração dos Valores Adicionados, relativos ao exercício de 2009.

Baseado no exame procedido, e no parecer da auditoria externa, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Banrisul Armazéns Gerais S. A., por isso somos de parecer favorável a sua aprovação.

Canoas, 03 de março de 2010.


Ari Rui Morais Mattos
Conselheiro Presidente


José Francisco Tavares Staudt
Conselheiro


Leonita Zilda Mahlke
Conselheiro

Armazenagens – Entrepósito Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011

Fone/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

P:\Secretaria\Balanço\2009\Parecer Conselho Fiscal.doc


PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Banrisul Armazéns Gerais S.A.
Canoas – RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Empresa) levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2010.


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2SP 011.609/O-8/F/RS


Fernando Carrasco
Contador
CRC nº. 1SP 157.760/T/RS

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N.º 92.721.232/0001-57

NIRE N.º 43300003183.

**RELATÓRIO
DA
ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas e Clientes:

Temos a satisfação de apresentar o relatório do exercício de 2009 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S. A. – BAGERGS.

Fundada em 12.11.1953, atualmente está constituída sob a forma de Sociedade Anônima, tendo seu capital aberto no exercício de 1996. Seu controle acionário é exercido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A, que detém 99.50 % das ações.

A empresa tem sede e atua no município de Canoas – RS, onde opera em regime de Armazém Geral e Porto Seco (Permissionária da Receita Federal na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias), apoiada em 09 (nove) armazéns ultrapassando 33 mil metros quadrados de área operacional construída.

Além dos serviços de armazéns gerais, locações e movimentação de mercadorias, em 2009 foram atendidos 24.833 despachos aduaneiros, sendo 7.037 relativos à importação e 17.796 à exportação.

Para o cumprimento da missão da BAGERGS contou-se com a participação de 110 colaboradores, incluindo o quadro permanente, contratos emergenciais e terceirizados.

A Bagergs vem mantendo resultado operacional positivo, mesmo diante da crise internacional. Em 2009, fechou com resultado líquido de R\$ 1.324.268,01, contra R\$ 2.129.051,70 do exercício anterior, apresentando uma variação de 37,80%, a menor.

Dentre as razões e causas principais estão: a redução no número de despachos aduaneiros, expressando os efeitos da crise econômica global que

Armazenagens – Entrepósito Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011

Fone/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

P:\Secretaria\Balanc\2009\Relatorio Administracao.doc

atingiu os volumes de operações de importação e exportação, a variação cambial com queda significativa no período, atingindo diretamente a receita, a baixa nas operações especiais de grande porte (Plataforma P55), em relação ao ano anterior e queda das taxas de juros.

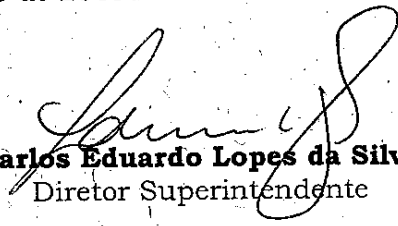
Foram, colocadas em prática, algumas estratégias para atendimento da expansão de seus negócios, entre elas podemos citar: a) a ampliação da capacidade de armazenagem e movimentação, no Porto Seco, com o alfandegamento de mais um armazém; b) providências para aquisição de área (terreno) contíguo ao da empresa, para o atendimento da expansão futura; c) captação de novos clientes; d) desenvolvimento de novas atividades especiais.

Ainda, foi concedida aos empregados participação no resultado, não vinculativa, a título de PRL, no valor de R\$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais), distribuídos em dezembro/2009.

Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul e ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul pelo apoio e colaboração recebida. Aos empregados, o reconhecimento pela dedicação em alcançar melhores resultados e, aos clientes, Sindicato dos Despachantes Aduaneiros e servidores da Receita Federal, agradecemos pela confiança conferida a Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Canoas, 31 de dezembro de 2009.


Vicente Joaquim Bogo
Diretor Presidente

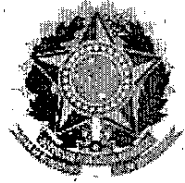

Carlos Eduardo Lopes da Silva
Diretor Superintendente

Armazenagens – Entrepósito Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011.

Foné/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

P:\Secretaria\Balanço\2009\Relatório Administração.doc



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ROGERIO ROSI SOLA
REGISTRO.....	: RS-050286/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 476.612.400-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 02.03.2010 as 09:40:33.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 75905.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Corretora
de Valores Mobiliários
e Câmbio**



Relatório da Administração

● Ambiente Econômico

O início de 2009 caracterizou-se por expectativas pessimistas remanescentes da crise financeira global vivida no ano anterior, o que levou bancos centrais à emissão de moeda de forma a ampliar a liquidez e socorrer instituições em dificuldades, restabelecendo a confiança e devolvendo expectativas positivas que conduziram à retomada dos mercados.

As medidas de estímulo à atividade econômica por parte do governo brasileiro na direção de subsidiar setores mais afetados pela crise surtiram efeito positivo na continuidade dos investimentos produtivos por parte dos empresários, conduzindo a uma retomada das aplicações em bolsa, levando o índice Bovespa a subir e ultrapassar a recuperação das perdas com a crise, ou seja, uma valorização em 12 meses de 82,66% ante a desvalorização do ano anterior de 41,22%. Favoreceu também este ambiente, a redução da taxa Selic, mantida pelo COPOM em 8,75% ao mês.

Os bons fundamentos da economia brasileira e seu nível de transparência financeira foram os principais motivadores para o sucesso no enfrentamento da crise, quando comparado ao universo global. Este desempenho manteve os investidores estrangeiros no mercado de capitais e por consequência a valorização das empresas brasileiras listadas em bolsa de valores.

● Desempenho Financeiro

Ativos Totais - Os ativos totais da Corretora alcançaram no ano de 2009, saldo de R\$73,2 milhões, com crescimento de 19,17% em relação ao montante de R\$61,4 milhões, registrado no mesmo período de 2008. Influenciaram no incremento dos ativos o aumento nas aplicações interfinanceiras de liquidez e nos títulos e valores mobiliários.

Patrimônio Líquido - No ano de 2009, o patrimônio líquido da Corretora atingiu R\$63,0 milhões, representando um acréscimo de 10,72% em relação ao registrado no ano de 2008, de R\$56,9 milhões. A evolução do patrimônio líquido, em doze meses, decorreu da incorporação dos resultados gerados.

Lucro Líquido - A Corretora registrou lucro líquido de R\$7,8 milhões no ano de 2009. Comparado ao mesmo período de 2008, que foi de R\$ 8,0 milhões, houve uma redução de R\$239,6 mil no resultado, decorrente da diminuição do valor de mercado dos ativos negociados na bolsa, aumento de outras despesas administrativas, compensado pelo maior resultado de títulos e valores mobiliários e elevação no resultado não operacional, ocasionado pela venda do título patrimonial da CETIP.

Resultado Operacional - A Corretora obteve, no ano de 2009, resultado operacional de R\$9,9 milhões que inclui uma redução de 23,85% sobre o montante de R\$13,0 milhões apurado no mesmo período de 2008. Este efeito foi ocasionado pela redução das receitas de prestação de serviços em função da crise no mercado. Observou-se um crescimento de despesas administrativas decorrentes do convênio de prestação de serviços da Corretora com o Banco, nota 08 (b), nas despesas de pessoal e encargos, nota 8 (c), na implementação de recursos, no desenvolvimento de sistemas e na divulgação e reestruturação da Corretora. Tais medidas visam à busca de novos clientes e a melhoria no atendimento dos mesmos.

Rendas de Títulos e Valores Mobiliários - O resultado de títulos e valores mobiliários somou R\$6,7 milhões no ano de 2009. Este montante ficou 5,37% abaixo do acumulado no mesmo período do ano anterior. As operações referem-se, principalmente, às aplicações em operações compromissadas (LFTs), lastreadas no Barrisul com compromisso de revenda para o dia imediatamente subsequente à data da aplicação. O aumento no volume de recursos aplicados contribuiu para a elevação das receitas de tesouraria.

Receita de Prestação de Serviços - As receitas de prestação de serviços atingiram o montante de R\$10,0 milhões no ano de 2009. A redução de R\$1,0 milhão, com relação ao valor contabilizado no ano de 2008, é atribuída à desvalorização dos papéis nas carteiras administradas resultantes das oscilações no mercado.

Os resultados obtidos pela Administração de Recursos de Terceiros, no ano de 2009, foram de R\$5,8 milhões, com uma redução de 21,63% abaixo do obtido no mesmo período de 2008, que representou R\$7,4 milhões.

No entanto, apesar da crise financeira no mercado brasileiro, a receita da intermediação das operações em bolsa realizada pela Corretora, no ano de 2009, foi de R\$ 4,2 milhões, representando um aumento de 15,54% ou R\$571,7 mil em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Desempenho Operacional**

Administração de Recursos de Terceiros - A Corretora administra os fundos de renda variável Performance, Infra, Índice e de Ações, com lastro em ações negociadas na Bovespa, e o fundo de renda fixa FAPI - Fundo de Aposentadoria Programada Individual. As carteiras administradas pela Corretora apresentaram saldo de R\$193,8 milhões ao final do ano de 2009.

Sistema Home Broker

O Home Broker é o serviço interligado à Bovespa que permite ao investidor enviar pela internet, em ambiente seguro, ordens de compra de venda de ações. Em 2009, este serviço obteve excelente desempenho em relação ao volume total de operações no mercado de renda variável. As operações efetuadas neste sistema atingiram um montante de R\$741,5 milhões, que representou 71,66% do total intermediado pela Corretora. No ano de 2008, o montante foi de R\$521,9 milhões, representando 61,72% do total das operações.

Volume Total de Operações

A melhoria dos mecanismos de acesso dos clientes ao mercado de capitais implicou na ampliação do volume de operações intermediadas pela Corretora. O total das operações realizadas, em 2009, alcançou R\$1.034,7 milhões, representando uma elevação de 22,36% em relação ao volume de R\$845,6 milhões atingidos no ano de 2008.

- **Outros Produtos e Serviços**

Banrisul Cinema - Com base na Lei do Audiovisual, de nº 8.685/93, que criou mecanismos de fomento à atividade audiovisual, a Corretora passou a atuar nesse mercado em 1997, selecionando criteriosamente projetos cinematográficos que aliam qualidade, segurança, rentabilidade e proporcionando aos investidores benefícios fiscais. Dando continuidade ao processo, em 2008, a Corretora realizou modernização tecnológica e estendeu essa parceria também para as pessoas físicas, a fim de investir em cinema e obter os benefícios fiscais que a Lei proporciona.

Clube de Investimentos - No ano de 2009, a Corretora passou a oferecer aos clientes Clubes de Investimento, que é uma modalidade de aplicação, cujo objetivo é facilitar aos pequenos investidores o acesso ao mercado de capitais.

- **Gestão de Risco**

A Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio está inserida na estrutura organizacional do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Banrisul, seu controlador. A administração e a estrutura de gerenciamento de riscos são desenvolvidas de forma consolidada com o Banco, abrangendo os riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, em atendimento aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN e à Resolução Interna nº 4.354, de 20.06.2008, do Banrisul.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional do Banco está disponibilizada no site <http://www.banrisul.com.br>, na rota "Relação com Investidores/Governança Corporativa/Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional".

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., controlador da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, divulgou o seu Balanço do exercício de 2009, nos jornais Diário Oficial do Estado, Zero Hora e Valor Econômico, em 12.02.2010.

- **Reconhecimento**

Em março de 2009, a Banrisul Corretora foi destaque no estudo Marcas de Quem Decide como a líder na preferência e a segunda mais lembrada na categoria Corretora de Valores. A 11ª edição da pesquisa foi realizada pelo Jornal do Comércio e Instituto Quali Data.

- **Agradecimento**

Agradecemos a todos os clientes, fornecedores e acionistas pela confiança depositada, e a toda a equipe de profissionais, que não mediram esforços para o bom desempenho da Corretora.

A Administração.

Balancos Patrimoniais

Dezembro de 2009 e 2008
 (Valores em Milhares de Reais)

	Valores em Milhares de Reais	
	2009	2008
ATIVO		
CIRCULANTE	69.336	57.873
Disponibilidades	5	15
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	63.396	55.969
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)		
Carteira própria	1.606	85
Outros créditos	<u>4.322</u>	<u>1.803</u>
Negociação e intermediação de valores	4.254	1.746
Diversos (Nota 6)	68	57
Outros valores e bens		
Despesas antecipadas	7	1
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.754	2.503
Títulos e valores mobiliários		
Vinculados a prestação de garantia (Nota 5 (c))	2.754	2.503
PERMANENTE	1.083	1.025
Investimentos	625	635
Imobilizado de uso	378	390
Intangíveis	80	-
TOTAL DO ATIVO	73.173	61.401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Valores em Milhares de Reais	
PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE	9.743	3.993
Outras obrigações		
Outros Depósitos - Depósitos para garantia	25	-
Sociais e estatutárias	1.875	1.927
Fiscais e previdenciárias (Nota 7(a))	3.292	220
Negociação e intermediação de valores	4.223	1.554
Diversas (Nota 7 (b))	328	292
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	463	433
Outras obrigações		
Credores diversos - país (Nota 7 (b))	463	433
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	62.967	56.975
Capital social	40.000	40.000
Reserva de capital	1.276	1.275
Reservas de lucros	26.056	20.105
Ações em tesouraria	(4.410)	(4.410)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	45	5
TOTAL DO PASSIVO	73.173	61.401

Demonstrações do Resultado

Dezembro de 2009 e de 2008

	Valores em milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008		
	2º Semestre	Exercício	
	2009	2009	2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.189	6.685	7.064
Resultado de títulos e valores mobiliários	3.126	6.612	7.064
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	63	73	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Provisão para outros créditos	(157)	(249)	(97)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.032	6.436	6.967
Receitas (despesas) operacionais	2.078	3.537	6.069
Receitas de prestação de serviços	5.723	10.015	11.076
Despesas de pessoal	(318)	(498)	(139)
Outras despesas administrativas	(2.573)	(4.620)	(3.424)
Despesas tributárias	(712)	(1.290)	(1.398)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(42)	(70)	(46)
RESULTADO OPERACIONAL	5.110	9.973	13.036
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 11)	2.887	2.988	5
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO ..	7.997	12.961	13.041
Imposto de renda e contribuição social (Nota 10)	(3.156)	(5.150)	(4.997)
Participações no Lucro	(6)	(6)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE	4.835	7.805	8.044
Lucro líquido por ação do capital social em circulação			
no fim do período - R\$	0,16	0,26	0,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Valores em milhares de Reais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

	2º Semestre		Exercício
	2009	2009	2008
RECEITAS	11.642	19.439	18.048
Intermediação financeira	3.189	6.685	7.064
Prestação de serviços	5.723	10.015	11.076
Provisão (reversão da) para outros créditos	(157)	(249)	(97)
Receitas não operacionais	2.887	2.988	5
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2.559	4.562	3.436
Serviços de terceiros	2.439	4.362	3.292
Aluguéis	4	7	6
Água, Energia e Gás	21	40	62
Comunicações	89	144	68
Materiais	6	9	8
VALOR ADICIONADO BRUTO	9.083	14.877	14.612
Depreciação	9	20	21
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	9.074	14.857	14.591
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal (Nota 8 - b e c)	339	547	107
Proventos	333	536	99
Benefícios	-	-	1
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	6	11	7
Impostos, Taxas e Contribuições	3.900	6.505	6.440
Federais	3.614	6.004	5.886
Municipais	286	501	554
Remuneração de capitais próprios	4.835	7.805	8.044
Dividendos	1.149	1.854	1.911
Lucros retidos	3.686	5.951	6.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Valores em milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008		
	2º Semestre 2009	2009	Exercício 2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido ajustado	5.001	8.074	8.162
Lucro líquido do período	4.835	7.805	8.044
Ajuste do lucro líquido	166	269	118
Depreciações e amortizações	9	20	21
Provisão para outros créditos	157	249	97
VARIAÇÕES DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	1.150	1.327	(8.334)
Aumento de títulos e valores mobiliários	(839)	(1.732)	(217)
(Aumento) diminuição de outros créditos	(1.303)	(2.767)	1.212
Aumento de outros valores e bens	(6)	(6)	-
Aumento (redução) de outras obrigações	3.298	5.832	(9.329)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (USADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.151	9.401	(172)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de investimentos	10	10	-
Aquisição de investimentos	-	-	(10)
Aquisição de imobilizado de uso	(8)	(8)	-
Aplicação no intangível	(80)	(80)	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(78)	(78)	(10)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	-	(1.906)	(4.969)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	(1.906)	(4.969)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do Exercício/Semestre	57.328	55.984	61.135
Disponibilidades	6	15	65
Aplicações interfinanceiras de liquidez	57.322	55.969	61.070
Caixa e equivalentes de caixa no final do Exercício/Semestre	63.401	63.401	55.984
Disponibilidades	5	5	15
Aplicações interfinanceiras de liquidez	63.396	63.396	55.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Dezembro de 2009 e de 2008
 (Valores em Milhares de Reais)

	Valores em Milhares de Reais									
	Capital social	Reserva de capital		Reservas de lucros			Ajuste valor de Mercado TVM e IFD	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Atualização de Títulos patrimoniais	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva Expansão					
Saldos em 1º de janeiro de 2008	26.800	1.579	2.295	14.877	-	132	9.675	(4.410)	50.948	
Aumento de capital (Nota 9(a))	13.200	(325)	-	(3.200)	-	-	(9.675)	-	-	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(127)	-	-	(127)	
Atualização de títulos patrimoniais	-	21	-	-	-	-	-	-	21	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	8.044	-	8.044	
Destinação do lucro	-	-	402	2.011	3.720	-	(6.133)	-	-	
Reservas	-	-	-	-	-	-	(1.911)	-	(1.911)	
Dividendos propostos (Nota 9(c))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>40.000</u>	<u>1.275</u>	<u>2.697</u>	<u>13.688</u>	<u>3.720</u>	<u>5</u>	<u>56.975</u>	<u>(4.410)</u>	<u>40</u>	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	1	-	-	-	40	-	-	1	
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	-	-	-	7.805	-	7.805	
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(5.951)	-	-	
Destinação do lucro	-	-	390	1.951	3.610	-	(1.854)	-	(1.854)	
Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos propostos (Nota 9(c))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>40.000</u>	<u>1.276</u>	<u>3.087</u>	<u>15.639</u>	<u>7.330</u>	<u>45</u>	<u>62.967</u>	<u>(4.410)</u>	<u>62.967</u>	
Ajustes de avaliação patrimonial	40.000	1.275	2.846	14.430	5.094	38	-	-	59.273	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	7	-	-	7	
Atualização de títulos patrimoniais	-	1	-	-	-	-	-	-	1	
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	4.835	-	4.835	
Destinação do lucro	-	-	241	1.209	2.236	-	(3.686)	-	-	
Reservas	-	-	-	-	-	-	(1.149)	-	(1.149)	
Dividendos propostos (Nota 9(c))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>40.000</u>	<u>1.276</u>	<u>3.087</u>	<u>15.639</u>	<u>7.330</u>	<u>45</u>	<u>62.967</u>	<u>(4.410)</u>	<u>62.967</u>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora") tem como atividade preponderante a compra e venda de ações, por conta própria e/ou de terceiros, no mercado à vista, de opções, termo e futuro, administração de carteira de terceiros, intermediação de operações em ouro, captação e venda de cotas para a produção de filmes (Lei de Incentivo à Cultura), intermediação de operações de produtos agrícolas na Bolsa Brasileira de Valores e Mercadorias e coordenação da emissão de debêntures no mercado de capitais, intermediando a compra e venda desses papéis junto aos investidores.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações e legislação complementar com observância das normas e instruções do Banco Central do Brasil que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Resultado das operações - As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

(b) Títulos e valores mobiliários - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do Banco Central. São classificados na seguinte categoria:

. **Títulos para negociação** – incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

. **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

. **Títulos mantidos até o vencimento** – títulos e valores mobiliários com a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

(d) Permanente - Os investimentos referem-se, principalmente, aos títulos patrimoniais da Bolsa de Valores do Extremo Sul, demonstrados ao valor nominal, atualizados por índices de valorização fornecidos pela própria Bolsa, e incentivos fiscais deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, as quais sejam: instalações, móveis e equipamentos de uso – 10%, imóveis de uso – 4% e sistemas de processamento de dados – 20%.

(f) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

(g) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social à alíquota de 9% até 30 de abril de 2008 e 15% a partir de 1º de maio de 2008, calculada e contabilizada sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando aplicável, são calculados sobre as adições e exclusões temporárias, em contrapartida do resultado do período.

(h) Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem na composição da demonstração de fluxos de caixa, os saldos de disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez, com prazo de resgate de até 90 dias da data de aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício e possuem vencimentos inferiores a 30 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representadas exclusivamente por aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, com compromisso de revenda para o dia imediatamente subsequente à data das demonstrações financeiras.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Para negociação	1.444	-
Disponível para venda	162	85
Mantidos até o vencimento	2.754	2.503
Total da carteira	<u>4.360</u>	<u>2.588</u>
Curto prazo	1.606	85
Longo prazo	<u>2.754</u>	<u>2503</u>

a) Títulos e Valores Mobiliários - para negociação

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
	Valor de custo atualizado	Valor mercado
<u>Sem vencimento</u>		
Ações de companhias abertas	1.414	1.444

b) Títulos e Valores Mobiliários - disponíveis para venda

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
	Valor de custo atualizado	Valor mercado
<u>Sem vencimento</u>		
Ações de companhias abertas	82	157
Certificados de privatização	5	5
Total	<u>87</u>	<u>85</u>

c) Títulos e valores mobiliários - mantidos até o vencimento

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
	Valor de custo atualizado	Valor mercado
<u>Vencimento de 3 a 5 anos</u>		
Letras financeiras do tesouro - LFT		Valor de custo atualizado
Vinculados à prestação de garantia	2.754	2.755

A Corretora adota o preço unitário através das taxas divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e cotação de bolsa de valores (BMF&BOVESPA) para a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários.

d) **Instrumentos financeiros derivativos** - Em 31 de dezembro de 2009, a Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Devedores por depósitos em garantia	8	8
Pagamentos a ressarcir	55	47
Outros	5	2
Total de outros créditos	<u>68</u>	<u>57</u>

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

a) **Fiscais e Previdenciárias** - Referem-se principalmente à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do exercício.

b) Diversas

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Credores diversos - país	463	433
Obrigações por aquisição de bens e direitos	328	292
Total de outras obrigações	<u>791</u>	<u>725</u>
Passivo Exigível a Longo Prazo	463	433
Passivo Circulante	<u>328</u>	<u>292</u>

A conta Credores diversos - país refere-se a adiantamento do rateio do patrimônio da Bolsa de Valores do Extremo Sul.

8. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. podem ser assim sumariados:

	<u>Ativos (Passivos)</u>		<u>Receitas (Despesas)</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Disponibilidades	5	15	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez-mercado aberto	63.396	55.969	5.541	6.501
Convênio prestação de serviços	(211)	(205)	(2.486)	(2.037)
Dividendos	(1.853)	(1.885)	-	-

a) A Corretora remunerou seus administradores durante o exercício de 2009 em R\$236 (R\$216 em 2008). Não existem outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.

b) A Corretora não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banco, os custos são suportados pela Corretora através de convênio de prestação de serviços.

c) As despesas de pessoal registrada no DVA são representadas por honorários da diretoria.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social** - O capital social é de R\$ 40.000, dividido em 20.000.000 ações ordinárias nominativas e 20.000.000 ações preferenciais nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

(b) **Ações em Tesouraria** - Encontra-se em tesouraria a quantidade de 10.000.000 ações ordinárias nominativas, com o objetivo de futura colocação ou cancelamento.

(c) **Distribuição de resultados** - Será distribuído o dividendo prioritário devido aos titulares de ações preferenciais de 6% a.a. sobre o valor nominal destas ações. Se houver sobras, depois de pago o dividendo prioritário acima referido, serão também distribuídos dividendos não superiores àquele aos titulares das ações ordinárias. Verificando-se, ainda, a existência de sobras, depois desses pagamentos, será distribuído a todos os acionistas um dividendo complementar, até o "quantum" necessário para perfazer, somando as parcelas anteriores, uma distribuição total de dividendos correspondentes a vinte e cinco por cento (25%) do lucro líquido ajustado na forma da lei, sendo assegurado aos titulares de ações preferenciais, direito de participar, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuído pela sociedade, em igualdade de condições com as ações ordinárias, com acréscimo de 10% sobre o valor pago a estas últimas. O saldo, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.

Os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

	<u>2009</u>
Lucro líquido do exercício	7.805
Constituição de reservas legal	(390)
Base de cálculo dos dividendos	7.415
Dividendos	
. Ações preferenciais - R\$ 0,062 por ação em circulação	1.238
. Ações ordinárias - R\$ 0,061 por ação em circulação	616
Total de dividendos propostos	<u>1.854</u>

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	12.961	13.041
Provisão para IRPJ (25%), CSLL (9% até abril de 2008 e 15% a partir de maio/2008)	(5.184)	(4.955)
Outros	(34)	(42)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(5.150)</u>	<u>(4.997)</u>

11. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Em 2009, refere-se principalmente ao lucro na alienação do título patrimonial CETIP.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O principal risco relacionado aos instrumentos financeiros é o risco de crédito devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Corretora, associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados.

A Corretora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco por meio de modelos estatísticos, monitorando o comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

As carteiras de fundos, clube de investimento e os recursos de terceiros administrados pela Corretora montam em R\$ 193.862 (2008 - R\$ 112.701).

**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**
Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria

Jair Antonio Pauletto
Presidente
Luiz Edson da Motta
Diretor Administrativo
Helena Biasotto
**Diretora de Administração
de Recursos de Terceiros**

Conselho de Administração

Jair Antonio Pauletto
Presidente
Fernando Castro Martins
José Alfredo Duarte Filho
Nelson Egon Geiger
Sérgio Luis Bombassaro
Conselheiros

Onílda Maria Petró Dutra
Contadora CRC/RS - 063884/0-9

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio
Porto Alegre - RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (Companhia) em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 22 de janeiro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011.609/O-8/F/RS

Deloitte.

Fernando Carrasco
Contador
CRC n° 1 SP 157.760/T/RS

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Parecer dos Auditores Independentes, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. Com base em nossos exames e no parecer dos Auditores Independentes, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2010.

Helio Julio Hiller
Presidente

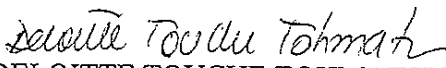
Luciane da Silva Ribeiro
Raul Costi Simões
Conselheiros


PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Barrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio
Porto Alegre - RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Barrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (Companhia) em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 22 de janeiro de 2010.

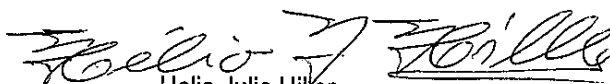

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2SP 011.609/O-8/F/RS

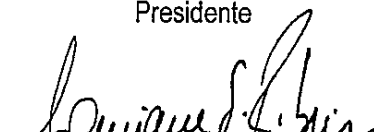

Fernando Carrasco
Contador
CRC nº. 1SP 157.760/T/RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Parecer dos Auditores Independentes, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. Com base em nossos exames e no parecer dos Auditores Independentes, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2010.


Helio Julio Hiller
Presidente


Luciane da Silva Ribeiro
Conselheira


Raul Costa Simoes
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

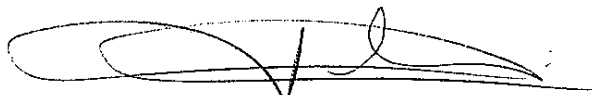
Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Parecer dos Auditores Independentes, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. Com base em nossos exames, e nos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos Acionistas.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2010.

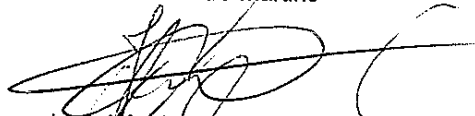


Jair Antônio Pauletto
Presidente

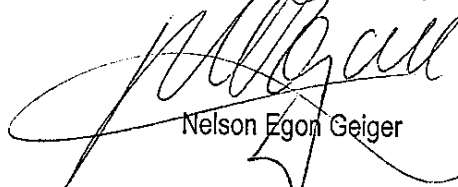
Conselheiros



Fernando Castro Martins



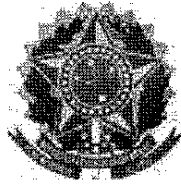
José Alfredo Duarte Filho



Nelson Egon Geiger



Sérgio Luis Bombassaro

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ONILDA MARIA PETRO DUTRA
REGISTRO.....	: RS-063884/O-9
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 238.343.310-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 09.03.2010 as 16:08:50.

Válido até: 05.09.2010.

Código de Controle: 76229.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Barrisul S.A.
Administradora de Consórcios



Relatório da Administração

Senhores Clientes:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a sua apreciação o nosso Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2009, bem como as Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., controlador da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, divulgou o seu balanço semestral, no Diário Oficial do Estado, na Zero Hora e no Valor Econômico, em 12.02.2010.

De acordo com a Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários, a Banrisul S.A. Administradora de Consórcios informa que a empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no exercício de 2009.

Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e especialmente aos nossos colaboradores, que nos retribuíram a confiança e credibilidade, e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

A DIRETORIA

Balanços Patrimoniais

Dezembro de 2009 e de 2008
 (Valores em Milhares de Reais)

Ativo		
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Circulante	124.973	116.508
Disponibilidade	109	279
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)		
Certificado de depósitos bancários	119.236	106.267
Títulos e valores mobiliários (nota 6)		
Cotas de fundos de investimento	2.657	6.215
Outros créditos - diversos (nota 7)	2.971	3.747
Realizável a Longo Prazo	2.306	2.298
Outros créditos - diversos (nota 7)	2.306	2.298
Permanente	253	412
Investimentos.....		
Outros investimentos	-	247
Imobilizado de Uso		
Outras imobilizações de usos	70	-
Depreciações acumuladas	(4)	-
Intangível		
Ativos intangíveis	187	165
Total do Ativo	127.532	119.218

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos Patrimoniais

Dezembro de 2009 e de 2008
(Valores em Milhares de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Circulante	<u>5.284</u>	<u>5.252</u>
Outras Obrigações		
Sociais e estatutárias	2.585	2.571
Fiscais e previdenciárias (nota 8)	1.909	2.006
Diversas	790	675
Patrimônio Líquido	<u>122.248</u>	<u>113.966</u>
Capital social (nota 10)	105.000	80.000
Reserva de lucros (nota 11)	17.248	33.966
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	<u>127.532</u>	<u>119.218</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, apresentados em reais

	Semestre		Exercício
	31/12/2009	31/12/2009	31/12/2008
Receitas da intermediação financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.109	11.165	12.755
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>5.109</u>	<u>11.165</u>	<u>12.755</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>2.674</u>	<u>5.236</u>	<u>3.459</u>
Receita de prestação de serviços	5.457	10.874	7.632
Outras despesas administrativas	(1.971)	(3.791)	(3.075)
Despesas tributárias	(849)	(1.687)	(1.191)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	37	(160)	93
Resultado operacional	<u>7.783</u>	<u>16.401</u>	<u>16.214</u>
Imposto de renda e contribuição social (nota 12)	(2.615)	(5.539)	(5.405)
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>5.168</u>	<u>10.862</u>	<u>10.809</u>
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercício - R\$	<u>0,06</u>	<u>0,12</u>	<u>0,12</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Variações nas Disponibilidades de Grupos

	Valores em milhares de reais			
	Semestre	Exercício	Exercício	Acumulado
	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>(Nãoaudado)</u>
Disponibilidades no início do período	<u>42.177</u>	<u>37.185</u>	<u>21.358</u>	---
(+) Recursos coletados	<u>49.701</u>	<u>96.040</u>	<u>69.083</u>	<u>236.714</u>
Contribuições para aquisições de bens ...	39.482	76.358	52.888	191.505
Taxa de administração	5.400	10.588	7.211	26.344
Contribuição ao fundo de reserva	1.077	2.086	1.426	5.127
Renda de aplicação financeira	1.605	3.348	2.583	7.276
Prêmios de seguros	1.128	2.177	1.556	5.893
Outros	1.009	1.483	3.419	569
(-) Recursos utilizados	<u>43.888</u>	<u>85.235</u>	<u>53.256</u>	<u>188.724</u>
Aquisição de bens	35.219	68.706	43.325	153.793
Taxa de administração	5.456	10.843	7.583	26.324
Prêmio de seguros	1.125	2.204	1.554	5.688
Outros	2.088	3.482	794	2.919
Disponibilidades no final do período	<u>47.990</u>	<u>47.990</u>	<u>37.185</u>	<u>47.990</u>
Depósitos Bancários	185	185	282	185
Aplicações financeiras	47.805	47.805	36.903	47.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Em Milhares de Reais					
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva estatutária	Reserva de Lucros especial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2008	80.000	1.686	1.686	22.352	10.809	105.724
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.809	10.809
Destinação do lucro:						
Constituição de reservas (Nota 11)	-	540	540	7.162	(8.242)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,03 por ação em circulação)	-	-	-	-	(2.567)	(2.567)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	80.000	2.226	2.226	29.514	10.862	113.966
Aumento de capital (Nota 10)	25.000	-	-	(25.000)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.862	10.862
Destinação do lucro:						
Constituição de reservas (nota 11)	-	543	543	7.196	(8.282)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,03 por ação em circulação)	-	-	-	-	(2.580)	(2.580)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	105.000	2.769	2.769	11.710	10.862	122.248
Saldo em 01 de julho de 2009	105.000	2.511	2.511	8.286	5.168	118.308
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	5.168	5.168
Destinação do lucro:						
Constituição de reservas (nota 11)	-	258	258	3.424	(3.940)	-
Dividendos propostos (R\$0,02 por ação) em circulação	-	-	-	-	(1.228)	(1.228)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	105.000	2.769	2.769	11.710	10.862	122.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Valores em milhares de Reais
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2009

	Semestre 31/12/2009	Exercício 31/12/2009	Exercício 31/12/2008
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES			
OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período	5.168	10.862	10.809
Ajustes ao lucro líquido			
Provisão para contingências	13	30	46
Créditos tributários	(4)	(10)	(16)
Perdas em investimentos	-,	247	-,
Depreciação	4	4	-,
VARIAÇÕES DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES			
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários ..	4.252	3.558	(2.965)
(Aumento) redução em outros créditos	(1.315)	778	(1.299)
(Redução) aumento em outras obrigações	(873)	(13)	315
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES			
OPERACIONAIS	<u>7.245</u>	<u>15.456</u>	<u>6.890</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições em imobilização	(70)	(70)	-,
Aumento do intangível	(22)	(22)	(60)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES			
DE INVESTIMENTO	<u>(92)</u>	<u>(92)</u>	<u>(60)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de dividendos	(2)	(2.565)	(2.153)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES			
DE FINANCIAMENTO	<u>(2)</u>	<u>(2.565)</u>	<u>(2.153)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES			
DE CAIXA	<u>7.151</u>	<u>12.799</u>	<u>4.677</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO			
PERÍODO	<u>112.194</u>	<u>106.546</u>	<u>101.869</u>
Disponibilidades	244	279	84
Aplicações interfinanceiras de liquidez	111.950	106.267	101.785
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO			
PERÍODO	<u>119.345</u>	<u>119.345</u>	<u>106.546</u>
Disponibilidades	109	109	279
Aplicações interfinanceiras de liquidez	119.236	119.236	106.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Valores em Milhares de Reais
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2009

	Semestre <u>31/12/2009</u>	Exercício <u>31/12/2009</u>	Exercício <u>31/12/2008</u>
RECEITAS	<u>10.603</u>	<u>21.879</u>	<u>20.480</u>
Prestação de Serviços	5.457	10.874	7.632
Intermediação financeira	5.109	11.165	12.755
Outras receitas/despesas operacionais	37	(160)	93
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	<u>(1.704)</u>	<u>(3.311)</u>	<u>(2.894)</u>
Materiais, energia e outros	(252)	(561)	(574)
Serviços de terceiros	(1.452)	(2.750)	(2.320)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO A DISTRIBUIR	<u>8.899</u>	<u>18.568</u>	<u>17.586</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>8.899</u>	<u>18.568</u>	<u>17.586</u>
Pessoal	<u>267</u>	<u>480</u>	<u>181</u>
Remuneração direta	252	451	168
Fundo de garantia por tempo de serviço	15	29	13
Impostos, taxas e contribuições	<u>3.464</u>	<u>7.226</u>	<u>6.596</u>
Federais	3.177	6.650	6.167
Municipais	287	576	429
Remuneração de capitais próprios	<u>5.168</u>	<u>10.862</u>	<u>10.809</u>
Dividendos	1.228	2.580	2.567
Lucros retidos	3.940	8.282	8.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcios

Dezembro de 2009 e de 2008
 (Valores em Milhares de Reais)

<u>Ativo</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
CIRCULANTE	114.440	84.915
Disponibilidades	185	282
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>47.805</u>	<u>36.903</u>
Disponibilidade do grupo	6.157	4.931
Vinculadas a contemplações	41.340	31.099
Recursos grupos em formação	308	873
Outros créditos	<u>66.450</u>	<u>47.730</u>
Bens apreendidos ou retomados	47	70
Direitos junto a consorciados contemplados (nota 14)	66.403	47.660
COMPENSAÇÃO	<u>554.231</u>	<u>520.612</u>
Consórcio		
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	5.560	4.991
Contribuições devidas ao grupo	282.236	263.691
Valores e bens ou serviços a contemplar	266.435	251.930
TOTAL DO ATIVO	668.671	605.527
<u>Passivo</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
CIRCULANTE	114.440	84.915
Outras obrigações	<u>114.440</u>	<u>84.915</u>
Obrigações com consorciados	56.379	41.578
Grupos em formação	308	873
Valores a repassar	225	552
Contemplações a entregar	41.340	31.099
Recursos a devolver a consorciados	10.021	6.145
Recursos dos grupos	6.167	4.668
COMPENSAÇÃO	<u>554.231</u>	<u>520.612</u>
Consórcio		
Receitas mensais a receber de consorciados	5.560	4.991
Obrigações do grupo por contribuições	282.236	263.691
Bens ou serviços a contemplar	266.435	251.930
TOTAL DO PASSIVO	668.671	605.527

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação na nota nº 11)

1. Contexto Operacional

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (Administradora), tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, conforme definido na legislação em vigor, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. seu principal parceiro na comercialização de seus produtos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações e legislação complementar com observância nas normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN específicas para administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

3. Principais Práticas Contábeis da Administradora e dos Grupos de Consórcios

(a) Da Administradora

(i) **Caixa e equivalente de caixa** - Compreendem na composição da demonstração dos fluxos de caixa, os saldos de disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(ii) **Títulos e valores mobiliários** - De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração em três categorias a saber: títulos para negociação – avaliados a valor de mercado em contrapartida do resultado do período; títulos disponíveis para venda – atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento – atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida do resultado do período.

As aplicações com liquidez imediata são consideradas como equivalentes de caixa.

(iii) **Ativos circulantes e realizável a longo prazo** - São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base “pro rata die”, ajustado aos valores de mercado ou de realização, quando inferiores.

(iv) **Investimentos** - Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e, quando aplicável, são ajustados por provisão para perdas.

(v) **Passivo circulante** - Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, até a data do balanço.

(vi) **Provisão para contingências** - A administração revisa os processos e autuações envolvendo a administradora e avalia as possibilidades de eventuais perdas com as mesmas, ajustando a provisão para contingências, conforme requerido pela práticas contábeis.

(vii) Imposto de renda e contribuição social - As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas, com base na apuração do lucro real, sobre bases tributáveis e as alíquotas de acordo com a legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre as adições temporárias e registrados na rubrica Outros créditos, em contrapartida do resultado do período.

(viii) Resultado das operações - A taxa de administração devida pelos consorciados nas contribuições mensais, em antecipações espontâneas das parcelas ou lances dos grupos de consórcio, é contabilizada como receita na data de seu efetivo recebimento. As demais receitas e despesas são contabilizadas pelo regime contábil de competência.

(b) Dos grupos de consórcio

Ativos e passivos circulantes, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, estão representados principalmente pelas seguintes contas:

(i) Aplicações interfinanceiras de liquidez - Representam os recursos disponíveis relativos a valores vinculados a contemplações e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária segundo determinações do Banco Central. Esses recursos estão aplicados em Fundo de Investimento de Renda Fixa e seus rendimentos líquidos são incorporados ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, por meio de um rateio diário proporcional à participação de cada grupo no total das receitas, não incidindo sobre estes, a taxa de administração.

(ii) Direitos junto a consorciados contemplados - Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

(iii) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e receitas mensais a receber de consorciados - Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

(iv) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições - Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços.

(v) Valores e bens ou serviços a contemplar e bens ou serviços a contemplar - Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vi) Obrigações com consorciados - Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a títulos de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vii) Valores a repassar - Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

(viii) Obrigações por contemplações a entregar: Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

(ix) Recursos a devolver a consorciados: Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

(x) Recursos dos grupos: Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

4. Resumo das Operações de Consórcios

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em:

	<u>Quantidade</u>	
	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Grupos administrados	108	96
Consoiciados ativos	20.189	18.863
Bens entregues	9.697	6.198
Bens pendentes de entrega	2.156	1.738
Desistentes/excluídos	8.254	5.779
Assembléias a realizar	4.425	3.908

A taxa de inadimplência é de 5,96% (31/12/2008 - 8,29%), em virtude da existência de parcelas em atraso.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Administradora)

Refere-se à aplicação, conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, em Certificados de Depósitos Bancários – CDB com rendimento diário de 100% do CDI efetuada junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e com vencimento em 341 dias.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

6. Títulos e Valores Mobiliários (Administradora)

Referem-se à aplicação no Master Fundo de Investimento Referenciado DI de Longo Prazo, administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. que tem por objetivo proporcionar rentabilidade atrelada à variação do CDI. Esta aplicação encontra-se classificada como disponível para venda e seu valor na data-base está ajustado pelo seu valor patrimonial, que corresponde ao seu valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. Outros Créditos - Diversos (Administradora)

	<u>Em milhares de reais</u>	
	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Circulante		
Devedores diversos	1.326	1.305
Imposto de renda a compensar	1.005	2.134
Outros	<u>640</u>	<u>308</u>
	<u>2.971</u>	<u>3.747</u>
Realizável a longo prazo		
Depósitos vinculados a processos judiciais	1.829	1.831
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	<u>477</u>	<u>467</u>
	<u>2.306</u>	<u>2.298</u>

Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidas sobre diferenças temporárias, oriundas da provisão para riscos fiscais.

A expectativa de realização desses créditos é em 2019 e o valor presente, calculado com base nesta expectativa e pelo custo de captação, é de R\$ 430.

8. Obrigações Fiscais e Previdenciárias (Administradora)

	Em milhares de reais	
	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Imposto e contribuições a pagar	342	492
Provisão para riscos fiscais (a)	1.404	1.373
Outras	<u>163</u>	<u>141</u>
Total	<u>1.909</u>	<u>2.006</u>

(a) Refere-se a um processo fiscal pelo não recolhimento de ISSQN no período de setembro de 1994 e dezembro de 1995, que a Administração discute judicialmente. O montante provisionado para este passivo contingente é considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas decorrentes do encerramento desses processos, baseado na opinião de seus advogados.

9. Provisão para Contingências (Administradora)

A Banrisul Consórcios, possui contingências tributárias decorrentes de processos judiciais e autos de infração, cuja perda foi avaliada pela administração como possível, no valor de R\$ 11.894 para as quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi constituída provisão. Estes processos referem-se, principalmente, sobre questionamentos sobre o ISS sobre receitas de serviços.

Não existem contingências sobre os grupos de consórcios.

10. Patrimônio Líquido (Administradora)

Capital social - É composto por 89.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, datada de 15 de abril de 2009, foi deliberado o aumento do capital social autorizado para R\$ 150.000. Nesta mesma Assembléia foi deliberada a integralização de capital social no valor de R\$ 25.000, com a utilização de recursos do saldo da Reserva Especial.

11. Destinação de Resultados (Administradora)

Conforme disposição estatutária, do lucro líquido serão destinados 5% para reserva legal e até 5% para constituição de um fundo de reserva destinado para futuro aumento de capital.

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária e do Estatuto Social.

Os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, são retidos e terão o destino que for deliberado pela Assembléia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.

Os dividendos provisionados em 31 de dezembro podem ser demonstrados como segue:

	Em milhares de reais	
	31/12/2009	31/12/2008
Lucro líquido do exercício	10.862	10.809
Reserva legal	(543)	(540)
Base de cálculo dos dividendos	10.319	10.269
Dividendos propostos (25%)	2.580	2.567
Dividendos por ações em circulação R\$	0,03	0,03

12. Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (Administradora)

Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Em milhares de reais	
	31/12/2009	31/12/2008
Resultado do exercício antes da tributação sobre o lucro	16.401	16.214
Imposto de Renda - 25%	(4.100)	(4.054)
Contribuição Social - 9%	(1.476)	(1.459)
Outros	37	108
IRPJ e CSL registrados no resultado	(5.539)	(5.405)

13. Transações com Partes Relacionadas (Administradora)

a) As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos e aplicações financeiras no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., podendo ser assim demonstradas:

	Em milhares de reais			
	2009		2008	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	108		129	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	119.236	11.165	106.267	12.755
Outros créditos	1.829		1.831	
Outras obrigações - Sociais e estatutárias	(2.569)		(2.556)	
Outras despesas administrativas			(143)	
Despesas com serviços do sistema financeiro		(2.164)		(1.762)

a) Aplicações efetuadas com taxas equivalentes ao CDI.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Anualmente na Assembléia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social.

Em 2009, foi determinado o valor máximo de R\$ 409 (R\$ 159 em 2009) para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações), totalmente distribuído.

14. Direitos Junto a Consorciados Contemplados (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados estão assim representados:

	Em milhares de reais	
	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Curso normal	65.873	47.109
Em atraso	206	207
Em cobrança judicial	<u>324</u>	<u>344</u>
Total	<u>66.403</u>	<u>47.660</u>

15. Instrumentos Financeiros (Administradora)

O principal risco relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido a possibilidade de ocorrência de perdas para a Administradora, associadas ao não cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios sob sua administração

A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento de risco por meio de modelos estatísticos, monitorando o comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S/A Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Semestre, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais Demonstrativos, e o Parecer dos Auditores independentes, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro 2009. Com base em nossos exames e no Parecer dos Auditores Independentes, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos Acionistas.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2010.

Telmo José Lopes de Souza
Presidente

Paulo Henrique Modena Hiller
Americano Lopes Neto
Conselheiros

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre - RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (Companhia) levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios levantadas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as respectivas demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para os exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcios para os exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 15 de janeiro de 2010

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011.609/O-8/F/RS
Fernando Carrasco
Contador
CRC nº. 1 SP 157.760/T-1

Deloitte.

**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**
Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria

César Antonio Cechinato
Diretor Presidente

Rômulo Carvalho Venturella
Fernando Postal
Diretores

Conselho de Administração

Ricardo Richiniti Hingel
Presidente

Urbano Schmitt
Vice-Presidente

Carlos Tadeu Agrifoglio Vianna
Airton Santos Vargas
Conselheiros


Luiz Carlos Morlin
Contador CRCRS 51.124
CPF: 282889980-20


PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre - RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (Companhia) levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios levantadas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as respectivas demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para os exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcios para os exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 15 de janeiro de 2010.



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2SP 011.609/O-8/F/RS


Fernando Carrasco
Contador
CRC nº. 1SP 157.760/T/RS

ATA Nº 374

1. **Data, hora e local:** reunião ordinária do Conselho de Administração da Barrisol S.A. Administradora de Consórcios (CNPJ nº 92.692.979/0001-24, NIRE nº 43300013651) realizada no dia 10 de fevereiro de 2010, às 15 horas, na sede da Sociedade, na Rua Caldas Júnior, 108 - 4º andar - Porto Alegre/RS.
2. **Verificação de presenças:** Ricardo Richiniti Hingel – Presidente, Urbano Schmitt - Vice-Presidente, Ailton Santos Vargas e Carlos Tadeu Agrifoglio Vianna - Conselheiros.
3. **Ordem do dia:** **3.1)** Ata nº 434, do Conselho Fiscal – Secretaria-Geral; **3.2)** análises dos balancetes de outubro e novembro/2009 – Unidade de Contabilidade; **3.3)** análise do balanço encerrado em 31-12-2009 – Unidade de Contabilidade, e **3.4)** assuntos gerais.
4. **Expedientes:** foi apresentada a Ata nº 434, do Conselho Fiscal.
5. **Deliberações tomadas:** **5.1)** os conselheiros examinaram e aprovaram os balancetes dos meses de outubro e novembro/2009, e **5.2)** examinaram os demonstrativos e a documentação pertinente, aprovaram o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2009 e emitiram o seguinte parecer: *“Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Barrisol S.A. Administradora de Consórcios e em conformidade com as atribuições que nos confere o artigo 142, V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Agregado, demais demonstrativos e Notas Explicativas, documentos esses relativos ao balanço patrimonial do exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados e nos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação dos acionistas. Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2010. Ass.: Ricardo Richiniti Hingel – Presidente, Urbano Schmitt – Vice-Presidente, Ailton Santos Vargas e Carlos Tadeu Agrifoglio Vianna – Conselheiros”.*
6. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrada esta ata, lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. Secretariou a reunião o Sr. Jorge Irani da Silva, Analista da Secretaria-Geral.


Ricardo Richiniti Hingel
Presidente

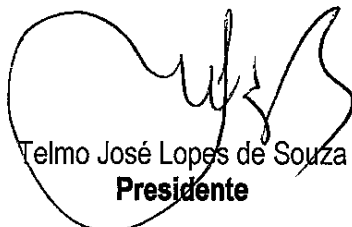

Urbano Schmitt
Vice-Presidente


Ailton Santos Vargas
Conselheiro


Carlos Tadeu Agrifoglio Vianna
Conselheiro

ATA Nº 434

- 1. Data, hora e local:** reunião ordinária do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (CNPJ nº 92.692.979/0001-24, NIRE nº 43300013651) realizada no dia 28 de janeiro de 2010, às 11 horas, na Rua Caldas Júnior, 108 - 4º andar, Porto Alegre/RS.
- 2. Verificação de presenças:** Telmo José Lopes de Souza - Presidente, Americano Lopes Neto e Paulo Henrique Modena Hiller – Conselheiros, e Sérgio Luiz Fonseca – Analista Contábil da Unidade de Contabilidade.
- 3. Ordem do dia: 3.1)** análises dos balancetes de outubro e novembro/2009 – Unidade de Contabilidade, **3.2)** análise do balanço encerrado em 31-12-2009 – Unidade de Contabilidade, e **3.3)** assuntos gerais.
- 4. Deliberações tomadas: 4.1)** os Conselheiros examinaram e aprovaram os balancetes dos meses de outubro e novembro/2009, e **4.2)** ouviram as explicações do Sr. Sérgio Fonseca, examinaram os demonstrativos e a documentação pertinente, aprovaram o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2009 e emitiram o seguinte parecer: *"Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício da atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Parecer dos Auditores independentes, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. Com base em nossos exames e no Parecer dos Auditores Independentes, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas. Porto Alegre, 28 de janeiro de 2010. Ass.: Telmo José Lopes de Souza – Presidente, Americano Lopes Neto e Paulo Henrique Modena Hiller – Conselheiros".*
- 5. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrada esta ata, lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. Secretariou a reunião o Sr. Jorge Irani da Silva - Analista da Secretaria-Geral.


Telmo José Lopes de Souza
Presidente


Americano Lopes Neto
Conselheiro


Paulo Henrique Modena Hiller
Conselheiro



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: LUIZ CARLOS MORLIN
REGISTRO.....	: RS-051124/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 282.889.980-20

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 11.03.2010 as 15:02:53.

Válido até: 07.09.2010.

Código de Controle: 76364.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

CAIXA ESTADUAL S.A.
Agência de Fomento/RS



CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS
 CNPJ 02.885.855/0001-72

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
 (Valores expressos em milhares de reais)

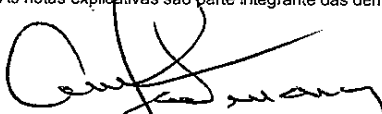
ATIVO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	DE 2009	DE 2008
CIRCULANTE	681.003	604.594
DISPONIBILIDADES	2.824	2.669
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (nota 4)	430.775	362.492
Carteira Própria	430.775	362.492
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 5).....	239.239	215.148
Operações de Crédito	261.557	235.067
Setor Público.....	47.246	53.628
Setor Privado.....	214.311	181.439
Provisão p/Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa.....	(22.318)	(19.919)
OUTROS CRÉDITOS.....	7.943	24.049
Rendas a Receber (nota 6).....	833	1.136
Diversos	7.110	22.913
Adiantamento e Antecipações Salariais	237	256
Adiantamento p/Pagamento Nossa Conta.....	1	19
Impostos e Contribuições a Compensar.....	0	95
Pagamentos a Ressarcir (nota 7).....	262	572
Devedores Diversos no País (nota 8).....	6.610	21.971
OUTROS VALORES E BENS.....	222	236
Outros Valores e Bens.....	222	236
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	878.280	649.789
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 5).....	877.472	649.036
Operações de Crédito.....	925.252	699.401
Setor Público.....	61.076	85.067
Setor Privado.....	864.176	614.334
Provisão p/Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa.....	(47.780)	(50.365)
OUTROS CRÉDITOS.....	808	753
Rendas a Receber (nota 6).....	170	18
Diversos	638	735
Devedores por Depósitos em Garantia	201	166
Devedores Diversos no País (nota 8).....	437	569
PERMANENTE (nota 9)	5.262	3.372
INVESTIMENTOS.....	25	0
Ações e Cotas	25	0
IMOBILIZADO DE USO.....	4.189	3.372
Outras Imobilizações de Uso	6.776	7.645
Depreciação Acumulada.....	(2.587)	(4.273)
INTANGÍVEL	1.048	0
Outros Ativos Intangíveis	4.070	0
Amortização Acumulada de Outros Ativos Intangíveis.....	(3.022)	0
TOTAL DO ATIVO	1.564.545	1.257.755

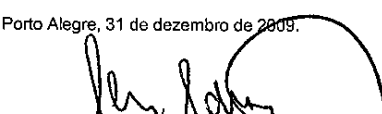
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

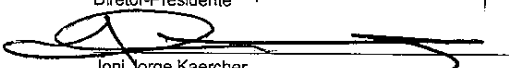
PASSIVO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	DE 2009	DE 2008
CIRCULANTE.....	309.117	314.698
OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (nota 10).....	202.574	201.304
BNDES	160.369	155.172
CEF.....	1.073	1.090
FINAME.....	41.132	45.042
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	106.543	113.394
Cobrança e Arrecadação Tributos e Assemelhados.....	29	1
Sociais e Estatutárias (nota 11).....	22.597	41.859
Fiscais e Previdenciárias (nota 12).....	7.991	6.114
Diversas.....	75.926	65.420
Despesas de Pessoal	2.095	2.021
Outros Pagamentos.....	4.810	4.549
Credores Diversos (nota 13).....	69.021	58.850
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....	823.748	550.622
OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (nota 10).....	817.622	544.980
BNDES	727.064	461.691
CEF.....	19.022	13.662
FINAME.....	71.536	69.627
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	6.126	5.642
Diversas.....	6.126	5.642
Provisão p/Passivos Contingentes (nota 16c).....	806	797
Credores Diversos (nota 13).....	5.320	4.845
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 15).....	431.680	392.435
Capital	383.573	363.313
Ações Ordinárias no País.....	383.573	363.313
Reservas de Lucros.....	48.107	29.122
TOTAL DO PASSIVO.....	1.564.545	1.257.755

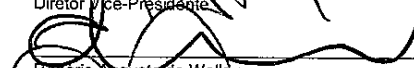
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

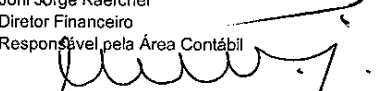
Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.


Carlos Rodolfo Brandão Hartmann
Diretor-Presidente

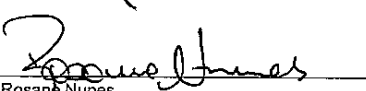

Pery Francisco Sperduto Coelho
Diretor Vice-Presidente


Joni Jorge Kaercher
Diretor Financeiro
Responsável pela Área Contábil


Rogério Augusto de Wallau
Diretor de Operações


Edemar Morel Tutikian
Diretor de Desenvolvimento e Marketing


Ernani José Altpaus
Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação

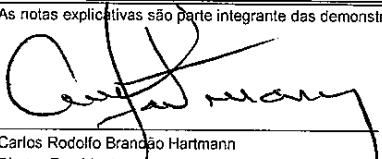

Rosane Nunes
Contadora
CRC/RS: 48702/O-3
CPF: 334369670/68

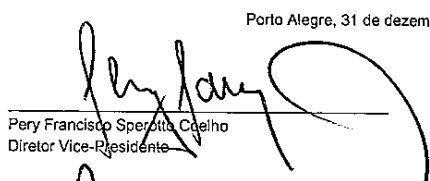
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

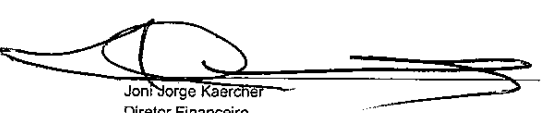
DISCRIMINAÇÃO		2º SEMESTRE DE 2009	EXERCÍCIO DE 2009	EXERCÍCIO DE 2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (2+3).....	(1)	77.861	160.399	170.797
Operações de Crédito	(2)	59.569	121.479	129.798
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	(3)	18.292	38.920	40.999
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (5+6).....	(4)	(27.294)	(67.788)	(74.930)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5)	(27.915)	(52.244)	(58.453)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (nota 5d).....	(6)	621	(15.544)	(16.477)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (1-4).....	(7)	50.567	92.611	95.867
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS (9 a 15).....	(8)	(19.387)	(39.354)	(39.209)
Receitas da Prestação de Serviços.....	(9)	1.531	2.229	1.717
Rendas de Tarifas Bancárias.....	(10)	940	1.536	925
Despesas de Pessoal.....	(11)	(11.511)	(21.939)	(21.014)
Outras Despesas Administrativas (nota 20a).....	(12)	(6.099)	(11.348)	(10.595)
Despesas Tributárias.....	(13)	(2.333)	(4.676)	(4.690)
Outras Receitas Operacionais (nota 20b).....	(14)	1.226	1.344	3.150
Outras Despesas Operacionais (nota 20c).....	(15)	(3.141)	(6.500)	(8.702)
RESULTADO OPERACIONAL...(7+8).....	(16)	31.180	53.257	56.658
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	(17)	0	0	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ O LUCRO E PARTICIPAÇÕES (16+17).....	(18)	31.180	53.257	56.658
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (notas 3g e 20d).....	(19)	(1.713)	(11.102)	(9.239)
Provisão para Imposto de Renda.....	(20)	(1.214)	(8.114)	(6.731)
Provisão para Contribuição Social.....	(21)	(499)	(2.988)	(2.508)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....	(22)	(1.170)	(1.170)	(1.392)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (18-19-22).....	(23)	28.297	40.985	46.027
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(24)	(22.000)	(22.000)	(22.000)
Nº de Ações (em milhares)	(25)	383.573	383.573	363.313
Lucro por Ação - R\$.....	(26)	0,0164	0,0485	0,0661

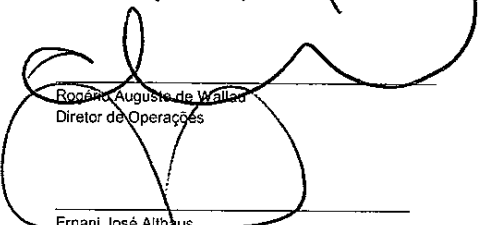
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

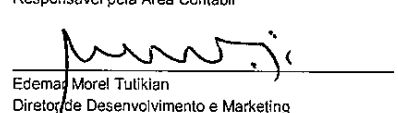
Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.

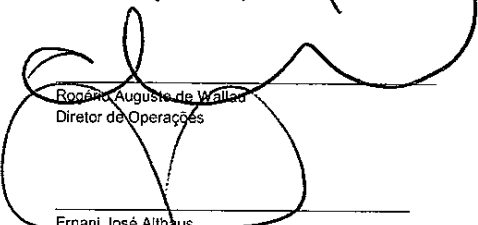

Carlos Rodolfo Brandão Hartmann
Diretor-Presidente

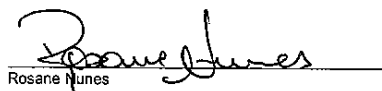

Pery Francisco Sperotta Coelho
Diretor Vice-Presidente


Joni Jorge Kaercher
Diretor Financeiro
Responsável pela Área Contábil


Rogério Augusto de Wallart
Diretor de Operações


Edemaj Morel Tullikjan
Diretor de Desenvolvimento e Marketing


Ernani José Altbaus
Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação

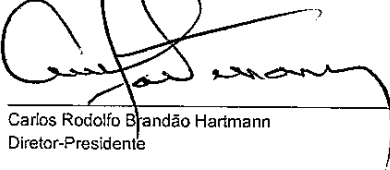

Rosane Nunes
Contadora
CRC/RS: 48702/O-3
CPF: 334389670/68

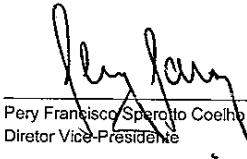
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

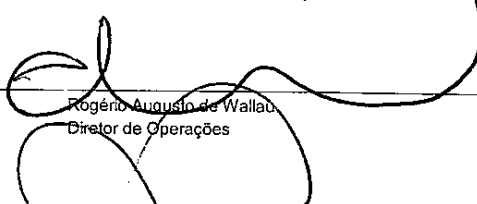
EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS - OUTRAS		
SALDOS EM 01/01/2008	333.799	5.703	12.286	17.230	369.018
1 - AJUSTOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				(610)	(610)
2 - AUMENTO DE CAPITAL					
. Aumento com Aproveitamento de Reservas de Lucros	29.514		(29.514)		
3 - OUTROS EVENTOS					
. Constituição de Reservas de Lucros Exerc. Anteriores			17.230	(17.230)	
4 - LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				46.027	46.027
5 - DESTINAÇÕES					
. Reservas		2.271	21.146	(23.417)	
. Juros sobre o Capital Próprio				(22.000)	(22.000)
SALDOS EM 31/12/2008	363.313	7.974	21.148	0	392.435
MUTAÇÕES DO PERÍODO	29.514	2.271	8.862	(17.230)	23.417
SALDOS EM 01/01/2009	363.313	7.974	21.148	0	392.435
1 - AUMENTO DE CAPITAL					
. Subscrição de Novas Ações	20.260				20.260
2 - LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				40.985	40.985
3 - DESTINAÇÕES					
. Reservas		2.049	16.936	(18.985)	
. Juros sobre o Capital Próprio				(22.000)	(22.000)
SALDOS EM 31/12/2009	383.573	10.023	38.084	0,00	431.680
MUTAÇÕES DO PERÍODO	20.260	2.049	16.936	0,00	39.245
SALDOS EM 01/07/2009	363.313	8.608	33.202	0,00	405.123
1 - AUMENTO DE CAPITAL					
. Subscrição de Novas Ações	20.260				20.260
2 - LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE				28.297	28.297
3 - DESTINAÇÕES					
. Reservas		1.415	4.882	(6.297)	
. Juros sobre o Capital Próprio				(22.000)	(22.000)
SALDOS EM 31/12/2009	383.573	10.023	38.084	0	431.680
MUTAÇÕES DO PERÍODO	20.260	1.415	4.882	0	26.557

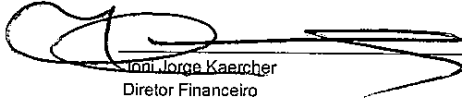
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

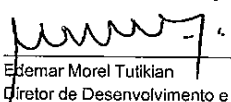
Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.


Carlos Rodolfo Brandão Hartmann
Diretor-Presidente

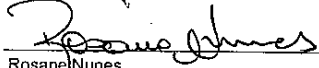

Pery Francisco Sperotto Coelho
Diretor Vice-Presidente


Rogério Augusto de Wallau
Diretor de Operações


Toni Jorge Kaercher
Diretor Financeiro
Responsável pela Área Contábil


Esemar Morel Tutiklan
Diretor de Desenvolvimento e Marketing


Ernani José Althaus
Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação


Rosane Nunes
Contadora
CRC/RS: 48702/O-3
CPF: 334369670/68

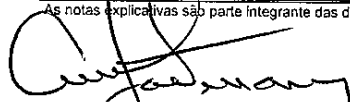
CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS
 CNPJ 02.885.855/0001-72
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 (Método Indireto)

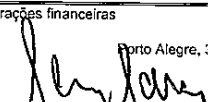
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2009

DISCRIMINAÇÃO		(EM R\$ MIL)		
		2º SEMESTRE DE 2009	EXERCÍCIO DE 2009	EXERCÍCIO DE 2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Período.....	(1)	28.297	40.985	46.027
Ajustes do Lucro Líquido do Período (3+4+5+6+7).....	(2)	748	17.607	18.754
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(3)	(621)	15.544	16.477
Provisão/(Reversão) por Desvalorização Títulos Livres.....	(4)	(17)	(255)	401
Outras provisões.....	(5)	682	982	581
Baixa do Imobilizado.....	(6)	0	0	3
Depreciação e Amortização.....	(7)	704	1.336	1.292
Lucro Líquido Ajustado (1+2).....	(8)	29.045	58.592	64.781
Variações nos Ativos e Obrigações (10+11+12+13+14+15+16).....	(9)	(18.370)	(46.990)	(44.972)
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários.....	(10)	(24.206)	(61.549)	(39.901)
(Aumento) em Operações de Crédito.....	(11)	(125.105)	(268.068)	(47.546)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos.....	(12)	17.930	16.051	(18.636)
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens.....	(13)	(13)	14	(117)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(14)	(23.919)	(7.351)	45.498
Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	(15)	136.943	273.913	15.730
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais (8+9).....	(16)	10.675	11.602	19.809
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição do Imobilizado de Uso.....	(17)	(1.854)	(3.227)	(511)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos (17).....	(18)	(1.854)	(3.227)	(511)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Aumento do Capital por Subscrição de ações.....	(19)	20.260	20.260	0
Juros sobre o Capital Próprio.....	(20)	(22.000)	(22.000)	(22.000)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos (19+20).....	(21)	(1.740)	(1.740)	(22.000)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (16+18+21).....	(22)	7.081	6.635	(2.702)
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (nota 4c)				
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período.....	(23)	10.938	11.384	14.086
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período.....	(24)	18.019	18.019	11.384
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa (24-23).....	(25)	7.081	6.635	(2.702)


As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

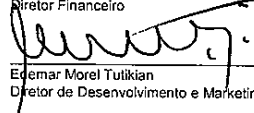
Porto Alegre, 31 de Dezembro de 2009.

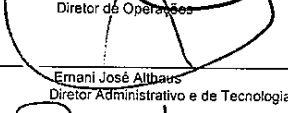

 Carlos Rodolfo Brandão Hartmann
 Diretor Presidente

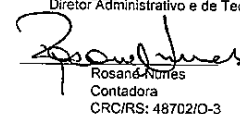

 Pery Francisco Speratto Coelho
 Diretor Vice-Presidente


 Joni Jorge Pacherer
 Diretor Financeiro


 Rogério Augusto de Wallau
 Diretor de Operações


 Edemar Morel Tutikian
 Diretor de Desenvolvimento e Marketing


 Emani José Althaus
 Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação

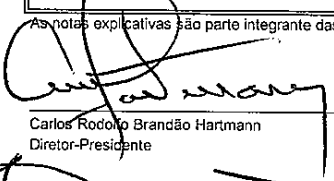

 Rosané Nunes
 Contadora
 CRC/RS: 48702/O-3
 CPF: 334369670/68

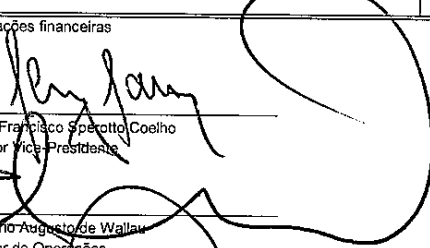
DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

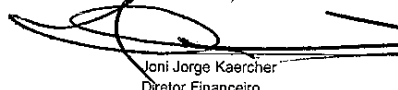
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		EXERCÍCIO DE 2009	EXERCÍCIO DE 2008
RECEITAS (2+3+4+5)	(1)	149.964	157.078
Intermediação Financeira	(2)	160.399	170.797
Prestação de Serviços.....	(3)	3.765	2.642
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4)	(15.544)	(16.477)
Outras	(5)	1.344	116
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6)	(52.244)	(58.453)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (8+9+10)	(7)	(16.512)	(14.971)
Materiais, Energia e Outros	(8)	(697)	(666)
Serviços de Terceiros	(9)	(1.711)	(1.811)
Outros (11 a 16)	(10)	(14.104)	(12.494)
Manutenção e Conservação de Bens.....	(11)	(1.311)	(811)
Processamento de Dados	(12)	(1.499)	(1.369)
Propaganda, Promoções e Publicidade.....	(13)	(2.327)	(2.321)
Serviços dos Sistema Financeiro.....	(14)	(852)	(426)
Despesas com convênios	(15)	(5.429)	(5.225)
Outros.....	(16)	(2.686)	(2.342)
VALOR ADICIONADO BRUTO (1-6-7)	(17)	81.208	83.654
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(18)	(1.336)	(1.292)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO A DISTRIBUIR (17-18)	(19)	79.872	82.362
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (21+27+30)	(20)	79.872	82.362
Pessoal (22 a 26)	(21)	23.109	22.406
Remuneração Direta	(22)	16.116	15.557
Outros Encargos Sociais	(23)	3.428	3.224
FGTS.....	(24)	922	855
Benefícios	(25)	1.473	1.378
Participação nos Resultados	(26)	1.170	1.392
Impostos, Taxas e Contribuições (28+29)	(27)	15.778	13.929
Federais	(28)	15.625	13.800
Municipais	(29)	153	129
Remuneração de Capitais Próprios (31+32)	(30)	40.985	46.027
Juros sobre o Capital Próprio	(31)	22.000	22.000
Lucros Retidos.....	(32)	18.985	24.027

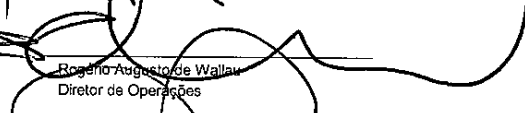
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

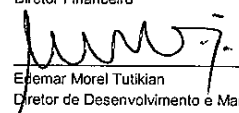
Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.


Carlos Rodolfo Brandão Hartmann
Diretor-Presidente

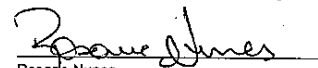

Pery Francisco Sperotto Coelho
Diretor Vice-Presidente


Joni Jorge Kaercher
Diretor Financeiro


Rogério Augusto de Wallau
Diretor de Operações


Emerson Morel Tutikian
Diretor de Desenvolvimento e Marketing


Emami José Althaus
Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação


Rosane Nunes
Contadora
CRC/RS: 48702/O-3
CPF: 334369670/68

CAIXA ESTADUAL S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS
CNPJ 02.885.855/0001-72
NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
FINIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, autorizada pela Lei Estadual n.º 10.959, de 27 de maio de 1997, alterada pela Lei Estadual n.º 11.105, de 22 de janeiro de 1998. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 07 de dezembro de 1998. É regida pela Resolução n.º 2.828, de 30 de março de 2001, alterada pela Resolução n.º 3.757, de 01 de julho de 2009, editadas pelo Banco Central do Brasil. Esta Instituição tem por objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, através de financiamento aos setores público e privado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a legislação societária brasileira e práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e disposições contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Receitas e Despesas

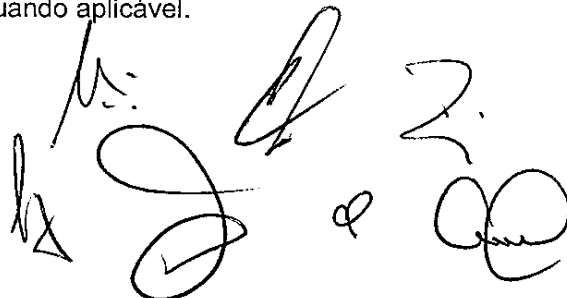
As receitas e despesas estão reconhecidas segundo o regime de competência, com exceção das rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, que, independentemente do seu nível de risco, constituirão receita efetiva somente na data do seu recebimento.

b) Direitos e Obrigações

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização. As obrigações estão demonstradas pelos valores atualizados até a data do Balanço.

c) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, deduzidos de provisões para perdas ou desvalorizações, quando aplicável.



A Lei 11.638/2007 determina a classificação em três categorias, considerando a intenção de negociação desses ativos. A Circular n. 3.068/2001, emitida pelo BACEN, já regulava essa matéria, no entanto excetuou, entre outras instituições, as agências de fomento da aplicação da referida norma.

d) Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas e registradas de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução n. 2.682 de 21 de dezembro de 1999, editada pelo Banco Central do Brasil.

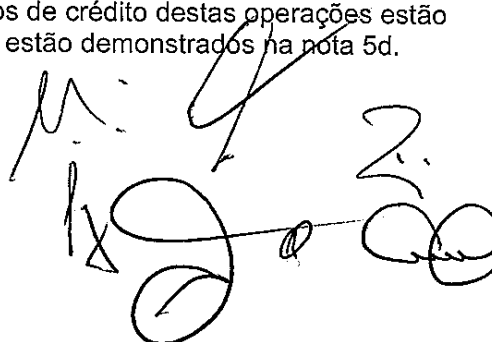
As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, não estão reconhecidas no Resultado, as quais constituirão receita efetiva somente na data do seu recebimento.

As operações classificadas como nível de risco “H” permanecem nessa classificação por seis meses, após o que são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa vem sendo constituída conforme determinações das Resoluções nº 2.682, de 21/09/1999 e nº 2.697, de 24/02/2000, do BACEN, acrescida de provisões prudenciais como medida conservadora de proteção contra inadimplementos potenciais, cujo acréscimo representa 59,73% da provisão mínima exigida pela Resolução nº 2.682/99 sobre as operações classificadas entre os níveis de risco “AA” e “G”. Mesmo com o aumento da provisão prudencial promovida no primeiro semestre, como ação proativa contra a crise mundial estabelecida, o percentual de provisão total reduziu de 7,52% sobre o total da carteira de crédito em dezembro de 2008 para 5,91% em dezembro de 2009, em decorrência da melhora da qualidade dos créditos. O montante de créditos com classificação de risco nos níveis “AA” até “C” aumentou de 89,43% da carteira ativa em dezembro de 2008 para 93,14% no encerramento do exercício de 2009. A inadimplência efetiva, considerados os saldos financeiros vencidos, reduziu de 0,81% em dezembro de 2008 para 0,69% em dezembro de 2009. Como medida proativa de gerenciamento de risco de crédito todas as operações de um mesmo cliente com montante superior a R\$ 50.000,00 são avaliadas mensalmente e reclassificadas, em média, a cada 180 dias. Para as operações de clientes com montante de saldo inferior a R\$ 50.000,00 a provisão é constituída tendo por base seu nível de risco apurado na contratação da operação, recalculado pelo nível de atraso dos contratos, conforme exigências definidas na Resolução nº 2.682 antes mencionada. É adotada a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme dispõe o parágrafo 2º, Inciso II do Artigo 4º da Resolução nº 2.682.

Os procedimentos relativos às análises dos riscos de crédito destas operações estão descritos na nota 19b. Os efeitos desta provisão estão demonstrados na nota 5d.



f) **Ativo Permanente**

O Imobilizado de Uso está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 no que se refere aos bens recebidos em doação do Estado do Rio Grande do Sul, incorporados ao Patrimônio desta Agência de Fomento no exercício de 2000 pelo valor residual, tendo sido observada a continuidade dos registros patrimoniais existentes à época, e, os demais estão demonstrados pelo custo de aquisição. As depreciações dos bens do Ativo Imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais de 10% para equipamentos de uso, 10% para sistema de comunicação, 20% para sistema de processamento de dados e 40% para sistema de transportes.

O Ativo Intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de softwares, os quais estão sendo amortizados linearmente pela taxa anual de 20%.

g) **Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro**

A despesa com provisão para Imposto de Renda foi reconhecida com base no Lucro Real e calculada à alíquota de 15% mais adicional de 10%. A despesa com provisão para Contribuição Social foi reconhecida com base no lucro real e calculada à alíquota de 9%, considerando a solução de consulta nº 88-SRRF/10ª Disit, da Receita Federal do Brasil, de 22 de julho de 2008, originada no processo nº 11080.002498/2008-84 onde foi questionada a majoração da alíquota para 15% a partir da edição da medida provisória nº 413, de 03 de janeiro de 2008, cuja conclusão foi a seguinte: "Ante ao exposto, conclui-se que as agências de fomento, de que trata a Resolução CMN nº 2828, de 2001, permanecem sujeitas à alíquota da CSLL de 9% (nove por cento)." A antecipação do Imposto de Renda e da Contribuição Social devidos foi calculada com base na estimativa da receita, conforme faculta a legislação tributária em vigor.

Não foi exercida a prerrogativa de reconhecimento de créditos tributários conforme faculta a Resolução n.º 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, ambas editadas pelo Banco Central do Brasil, mas, para fins de informação, foram estimados os valores passíveis de reconhecimento, os quais representam R\$ 27.461 mil relativos a Imposto de Renda e R\$ 9.886 mil relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, decorrentes de diferenças temporárias que se constituem basicamente em provisão para perdas em operações de crédito.

h) Utilização de Estimativas

As demonstrações contábeis contemplam estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, atuariais e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. Pelo menos semestralmente é realizada revisão das estimativas e premissas.

i) Passivos Contingentes

Decorrem, basicamente, de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações trabalhistas e outros riscos. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos e externos e da administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas à atualização freqüente.

São constituídas provisões para os processos classificados como Perda Provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 16c.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Carteira Própria - Composição

(Em R\$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO/TÍTULOS	CIRCULANTE		LONGO PRAZO	
	Exercício 2009	Exercício 2008	Exercício 2009	Exercício 2008
Letras financeiras do tesouro – LTN	393.645	333.277	0	0
Notas do tesouro nacional – NTN	22.091	20.910	0	0
Cotas de fundos de investimento	15.194	8.715	0	0
(-) Provisão para desvalorização em títulos livres	(155)	(410)	0	0
TOTAL	430.775	362.492	0	0

A carteira de títulos é administrada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

b) Carteira Própria – Valor de Mercado

(Em R\$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO/TÍTULOS	EXERCÍCIO DE 2009		EXERCÍCIO DE 2008	
	Valor Contábil	Valor de Mercado(*)	Valor Contábil	Valor de Mercado(*)
Letras financeiras do tesouro – LTN	393.490	393.490	332.972	332.972
Notas do tesouro nacional – NTN (série B)	22.091	22.657	20.805	20.805
Cotas de fundos de investimento	15.194	15.194	8.715	8.715
TOTAL	430.775	431.341	362.492	362.492

(*) O valor de mercado, exceto para as cotas de fundos de investimento, é calculado com base em preços unitários disponibilizados pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Para as cotas de fundos de investimento o valor das aplicações é atualizado com base no valor da cota divulgada pelo administrador.

c) Equivalentes de Caixa

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foram consideradas como equivalentes de caixa as aplicações mantidas em Cotas de Fundos de Investimentos (renda fixa e referenciado DI), em conformidade ao que dispõe a Resolução n. 3.604, de 29 de agosto de 2008, emitida pelo Banco Central do Brasil.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição por tipo de operação:

(Em R\$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	CIRCULANTE		LONGO PRAZO	
	Exercício 2009	Exercício 2008	Exercício 2009	Exercício 2008
Empréstimos	515	32	5.165	0
Financiamentos	184.746	158.791	620.367	429.171
Financiamentos rurais e agro-industriais	44.554	38.135	257.190	209.598
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvim.	31.742	38.109	42.530	60.632
TOTAL	261.557	235.067	925.252	699.401

b) Composição por vencimento (parcelas):

(Em R\$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	Exercício 2009	Exercício 2008
Vencidas	8.007	7.046
Até 60 dias	2.451	2.181
De 61 a 180 dias	4.637	2.365
Acima de 180 dias	919	2.500
Vincendas	1.178.802	927.422
Até 180 dias	123.557	114.365
De 181 a 360 dias	129.993	113.656
Acima de 360 dias	925.252	699.401
TOTAL	1.186.809	934.468

15

c) Composição por setor de atividade:

DISCRIMINAÇÃO	(Em R\$ Mil)	
	Exercício 2009	Exercício 2008
Setor público municipal	108.322	138.695
Administração direta	108.034	137.664
Outros serviços	288	1.031
Setor privado	1.078.487	795.773
Pessoa física	951	1.377
Indústria	518.564	398.094
Comércio	76.258	27.667
Outros serviços	180.970	120.902
Rural	301.744	247.733
TOTAL	1.186.809	934.468

d) Composição por nível de risco:

Em 31/12/2009:

CLASSIF. NÍVEL DE RISCO	TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		PROVISÃO RESOLUÇÃO BACEN		PROVISÃO ADICIONAL		PROVISÃO TOTAL	
	(R\$ Mil)	%	(R\$ Mil)	%	(R\$ Mil)	%	(R\$ Mil)	%
AA	190.503	16	0	0,0	0	0,0	0	0,00
A	430.883	36	2.154	0,5	1.491	0,35	3.645	0,85
B	365.153	31	3.652	1,0	2.571	0,70	6.223	1,70
C	118.828	10	3.565	3,0	2.510	2,11	6.075	5,11
D	9.813	1	981	10,0	682	6,95	1.663	16,95
E	35.783	3	10.735	30,0	7.467	20,87	18.202	50,87
F	9.548	1	4.774	50,0	3.324	34,81	8.098	84,81
G	21.129	2	14.790	70,0	6.233	29,50	21.023	99,50
H	5.169	0	5.169	100,00	0	0,00	5.169	100,00
Total	1.186.809	100	45.820		24.278		70.098	

Em 31/12/2008:

CLASSIF. NÍVEL DE RISCO	TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		PROVISÃO RESOLUÇÃO BACEN		PROVISÃO ADICIONAL		PROVISÃO TOTAL	
	(R\$ Mil)	%	(R\$ Mil)	%	(R\$ Mil)	%	(R\$ Mil)	%
AA	82.802	9	0	0,0	0	0,0	0	0,00
A	284.925	30	1.425	0,5	655	0,23	2.080	0,73
B	324.803	36	3.248	1,0	1.526	0,47	4.774	1,47
C	143.138	15	4.294	3,0	2.018	1,41	6.312	4,41
D	22.556	2	2.256	10,0	1.042	4,62	3.298	14,62
E	35.891	4	10.767	30,0	4.982	13,88	15.749	43,88
F	8.088	1	4.044	50,0	1.873	23,16	5.917	73,16
G	22.200	2	15.540	70,0	6.549	29,50	22.089	99,50
H	10.065	1	10.065	100,00	0	0,00	10.065	100,00
Total	934.468	100	51.639		18.645		70.284	

e) **Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:**

(Em R\$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	Exercício	Exercício
	2009	2008
Saldo inicial	70.284	73.472
Adições líquidas do período	15.544	16.477
Baixa por transferência a prejuízo	(15.730)	(19.665)
Saldo final	70.098	70.284

Em 31/12/2009 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 5,91% (7,52% em 31/12/2008).

f) **Concentração dos maiores tomadores de crédito**

	2009		2008	
	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%
	Valor	Carteira	Valor	Carteira
Maior	83.019	7,00%	104.074	11,14%
10 maiores seguintes	275.810	23,24%	210.885	22,56%
20 maiores seguintes	212.444	17,90%	123.513	13,22%
Demais	615.536	51,86%	495.996	53,08%

g) **Garantias**

Em garantia ao risco de crédito de suas operações, a CAIXARS detém a seu favor, alternativamente ou cumulativamente, garantias reais de hipotecas e penhores, alienação fiduciária, avais e fianças, vinculação de recursos como reserva irrevogável de formas de pagamento provenientes de recebíveis, garantia complementar de fundos e quotas parte de ICMS nas operações com prefeituras.

h) **Valores baixados a Prejuízo**

No exercício de 2009 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 15.730 mil, em cumprimento ao que dispõe a Resolução 2.682 de 21/12/1999, emitida pelo Banco Central do Brasil, correspondendo às operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses. O saldo acumulado, em 31/12/2009, dessas operações baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação, está representado por R\$ 54.467 mil. As recuperações por recebimento das operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Créditos e atingiram, no exercício, o montante de R\$ 12.154 mil (principal acrescido dos encargos).

No exercício de 2008 foram baixadas a prejuízo operações de crédito no montante de R\$ 19.665 mil e recuperadas no montante de R\$ 16.003 mil (principal acrescido dos encargos).

i) **Renegociações**

No exercício de 2009 houve renegociação de operações de crédito no valor de R\$ 31.552 mil, excluídas as baixadas a prejuízo, (R\$ 24.007 mil no exercício de 2008).

6. **OUTROS CRÉDITOS – RENDAS A RECEBER**

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

(Em R\$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	CIRCULANTE		LONGO PRAZO	
	Exercício 2009	Exercício 2008	Exercício 2009	Exercício 2008
Comissões p/Co-Obrigações a Receber / Carta Fiança	45	7	170	18
Taxas de Administração de Fundos Estaduais de Desenvolvimento	788	1.129	0	0
TOTAL	833	1.136	170	18

7. **OUTROS CRÉDITOS – PAGAMENTOS A RESSARCIR**

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

(Em R\$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	Exercício 2009	Exercício 2008
Despesa p/Administração do Edifício Negrinho do Pastoreio	147	479
Despesas de Salários de Funcionários Cedidos	76	50
Convênio Operacional CAIXARS/BANRISUL	31	35
Outros	8	8
TOTAL	262	572

8. **OUTROS CRÉDITOS –DEVEDORES DIVERSOS**

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

(Em R\$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	CIRCULANTE		LONGO PRAZO	
	Exercício 2009	Exercício 2008	Exercício 2009	Exercício 2008
Crédito junto ao BNDES/Bônus PRONAF e Rebates	2.386	1.008	0	0
Oper. de crédito rural prorrogadas em razão da estiagem, pendentes de processamento	3.985	2.788	0	0
Adiantamento BNDES	0	18.000	0	0
Programa de eficientização do uso de energia elétrica	135	174	437	569
Diversos	104	1	0	0
TOTAL	6.610	21.971	437	569

9. PERMANENTE

A composição do Imobilizado de Uso é a seguinte:

DISCRIMINAÇÃO	(Em R\$ Mil)	
	Exercício 2009	Exercício 2008
Outras Imobilizações de Uso:		
Móveis e equipamentos de uso	4.098	1.015
Sistema de comunicação	58	58
Sistema de processamento de dados	2.611	6.563
Sistema de transportes	9	9
(-) Depreciação acumulada	(2.587)	(4.273)
Saldo Contábil	4.189	3.372

Em 31/12/2009 o Intangível está composto por R\$ 1.048 mil, líquido da amortização, referente a licenças de uso de *softwares*. Em 31/12/2008 não havia saldo nesta rubrica, pois as licenças de uso de *softwares* encontravam-se registradas na rubrica Sistema de Processamento de Dados/Imobilizado de Uso, cujo saldo líquido da depreciação estava representado por R\$ 1.859 mil, sendo que, durante o primeiro semestre de 2009, com base em melhores entendimentos da Resolução emitida pelo Banco Central do Brasil nº 3.642, de 26 de novembro de 2008, o saldo referente a esses gastos foi reclassificado para o subgrupo Intangível.

10. OBRIGAÇÕES POR REPASSE NO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME e CEF). Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que têm vencimentos semestrais e anuais. Os encargos financeiros incidentes sobre essas obrigações por repasses são: a) nas operações pós-fixadas - de 1,0% a 7,5% a.a., além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar, Cesta de Moedas, UPRD-P e UPF); b) nas operações pré-fixadas – de 2% a.a. até 15,65% a.a.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES – SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

DISCRIMINAÇÃO	(Em R\$ Mil)	
	Exercício 2009	Exercício 2008
Dividendos e Bonificações a Pagar (Juros sobre o Capital Próprio)	22.000	41.000
Gratificações e Participações a Pagar (PLR)	597	859
TOTAL	22.597	41.859

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

DISCRIMINAÇÃO	(Em R\$ Mil)	
	Exercício 2009	Exercício 2008
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	6.713	4.720
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	54	34
Impostos e contribuições sobre salários PIS, COFINS, ISSQN	706	946
	518	414
TOTAL	7.991	6.114

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES – CREDORES DIVERSOS

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

DISCRIMINAÇÃO	(Em R\$ Mil)			
	CIRCULANTE		LONGO PRAZO	
	Exercício 2009	Exercício 2008	Exercício 2009	Exercício 2008
Financiamentos a liberar para clientes	6.419	2.292	0	0
Cobrança (valores a processar)	867	1.357	0	0
Provisão planos de benefícios pós-emprego (*)	2.432	2.215	4.786	4.165
Recebimento de fundos regionais administrados (**)	58.379	51.998	0	0
Programa de eficiência do uso de energia elétrica	164	210	534	680
Fornecedores	532	589	0	0
Outras	228	189	0	0
TOTAL	69.021	58.850	5.320	4.845

(*) para efeito de publicação, o saldo referente à provisão prêmio aposentadoria foi reclassificado da rubrica Obrigações com Despesa de Pessoal para Credores Diversos/Provisões Planos de Benefícios Pós-Emprego.

(**) os procedimentos de gestão desses recursos estão descritos na nota 16b, que tem como única exceção àquela nota, a escrituração contábil em contas patrimoniais além de em contas de compensação, devido a esses recursos estarem transitando em conta corrente da CAIXARS.

14. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Em 30/04/2002 foi firmado convênio que regulamentou as relações trabalhistas e os planos de benefícios decorrentes da transferência, na forma de sucessão trabalhista, de empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul para esta Instituição, passando a vigor, para todos os efeitos legais, a partir de 01/05/2002. Em razão da sucessão trabalhista, a CAIXARS assumiu a obrigação de preservar todos os direitos já adquiridos pelos noventa e oito empregados transferidos.

Em conformidade ao que dispõe o pronunciamento do IBRACON, NPC 26/2000, a CAIXARS tem procedido anualmente à avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego concedidos aos empregados transferidos do BANRISUL, sobre os quais seguem informações detalhadas.

Composição do Passivo Atuarial:

DISCRIMINAÇÃO	(Em R\$ Mil)	
	Exercício 2009	Exercício 2008
Plano Previdenciário	1.027	899
Planos de Saúde	3.434	2.904
Prêmio por Aposentadoria	2.757	2.577
Passivo Atuarial Reconhecido	7.218	6.380

a) Plano previdenciário

Este benefício é do tipo "benefício definido" e refere-se à suplementação de aposentadoria prevista em planos de benefícios ajustados com a Instituidora Fundação Banrisul de Seguridade Social.

b) Plano de saúde

São benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul/CABERGS, que oferecem benefícios de assistência médica hospitalar, subdivididos em cinco modalidades: PAMES, PAMFA, PAMO E PAMEG, além do plano odontológico e os programas de reembolso de medicamentos, aos funcionários ativos e aposentados. Os valores atribuídos à patrocinadora, a título de benefício pós-emprego, foram calculados considerando-se o custo assistencial por faixa etária, líquido da co-participação financeira e da contribuição do usuário.

c) Prêmio por aposentadoria

É oferecido prêmio por aposentadoria aos empregados que se aposentarem com pelo menos 20 anos de empresa, cuja provisão está calculada de acordo com o artigo 82 do regulamento de pessoal, sendo que, para o registro desta provisão, foram considerados no cálculo os encargos patronais, inclusive.

Em 31 de dezembro de 2009, a avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego concedida aos seus funcionários, apresentava o seguinte resultado:

DISCRIMINAÇÃO	(Em R\$ Mil)		
	Plano previdenciário	Plano médico e odontológico	Prêmio por aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais	16.866	3.496	2.757
Valor Justo dos Ativos da Fundação	(17.241)	0	0
(Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	1.402	(62)	0
Passivo Atuarial Reconhecido	1.027	3.434	2.757

A movimentação do passivo atuarial líquido no exercício é como segue:

DISCRIMINAÇÃO	(Em R\$ Mil)		
	Plano previdenciário	Plano médico e odontológico	Premio por aposentadoria
Passivo atuarial líquido no início do exercício	899	2.904	2.577
Despesa reconhecida no resultado do exercício	879	530	180
Contribuições da patrocinadora no ano	(751)	0	0
Passivo atuarial líquido no final do exercício	1.027	3.434	2.757

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, pela legislação brasileira em geral e pela NPC 26, em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2009, foram adotados o método atuarial PUC - Crédito Unitário Projetado e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

i) Premissas Biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: AT-200 desagravada em 10%
- Tábua de mortalidade (inválidos): RRB-83 desagravada em 30%
- Tábua de entrada em invalidez: Light Forte
- Tábua de serviço: Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o método dos multidecrementos.

ii) Premissas Econômicas:

- Taxa nominal de desconto atuarial: 13,32% a.a. composta pela taxa real de juros de 7,92% a.a. e por uma inflação estimada de 5,00% a.a.
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 13,32% a.a.
- Rotatividade: Experiência da consultoria do plano previdenciário (Towers Perrin), que resulta em uma taxa anual de 1,38%
- Taxa nominal de progressão salarial para os participantes ativos: 7,10%
- Taxa nominal de progressão salarial para participantes autopatrocinados: 5,00%
- Taxa nominal de reajuste dos benefícios durante períodos de diferimento e pagamento: 5,00%
- Taxa nominal de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 5,00%
- Crescimento nominal dos custos com saúde: 8,15% a.a.
- Fator de capacidade para salários: 100% a.a.
- Fator de capacidade para benefícios: 98% a.a.
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5% a.a.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 24 de julho de 2009, em assembléia geral extraordinária, foi aprovada a proposta de aumento do capital social da CAIXARS, apresentada pelo acionista controlador, no montante de R\$ 20.260 mil, cujos recursos para a respectiva integralização tiveram origem no FUNDOPEM com amparo no artigo 15º da Lei estadual nº 11.916 de 02 de junho de 2003, e, no FUNDOPIMES com amparo no artigo 2º da Lei estadual nº 12.012 de 27 de novembro de 2003, cuja homologação do BACEN ocorreu 03/08/2009, passando o Capital Social da Instituição a ser representado por 383.573.024 (trezentos e oitenta e três milhões, quinhentos e setenta e três mil e vinte e quatro) ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País.

b) Reserva de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

A reserva especial refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que a Assembléia Geral de Acionistas delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos até o limite de 6% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da lei societária e, quando há distribuição de juros sobre o capital próprio, a legislação pertinente faculta que sejam imputados aos dividendos obrigatórios, por deliberação da Assembléia Geral de Acionistas. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da Demonstração do Resultado para a rubrica de Lucros acumulados, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações contábeis, consoante o artigo 3º da Circular nº 2.739 de 19 de fevereiro de 1997, emitida pelo Banco Central do Brasil. Os referidos juros reduziram os encargos tributários na ordem de R\$ 7.480 mil.

Segue-se a demonstração do cálculo dos dividendos:

DISCRIMINAÇÃO	(Em R\$ Mil)	
	Exercício 2009	Exercício 2008
Lucro líquido do exercício	40.985	46.027
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	0	(610)
(-) Reserva legal	(2.049)	(2.271)
Base de cálculo dos dividendos	38.936	43.146
Dividendos limitados a 6% da base	2.336	2.589
Total de juros sobre o capital próprio provisionado	22.000	22.000

16. COMPROMISSOS, RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

a) Co-obrigações por Garantias Prestadas

A CAIXARS concedeu cartas de fiança a mutuários do BNDES, cujos contratos prevêem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saldo em 31/12/2009 está representado por R\$ 57.177 mil (R\$ 3.988 mil em 31/12/2008).

b) Gestão de Recursos de Terceiros

A CAIXARS, por determinação legal (leis e decretos estaduais), executa a gestão financeira de recursos de diversos Fundos de Desenvolvimento do Estado do RS. Na qualidade de gestora e mandatária desses recursos, conforme estabelecido na legislação de cada Fundo e nos respectivos convênios operacionais, a responsabilidade da CAIXARS está limitada tão-somente à correta aplicação dos recursos de acordo com os respectivos normativos, correndo o risco de crédito das operações inteiramente por conta do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores correspondentes aos recursos administrados são controlados em contas de compensação, que em 31/12/2009, representam o montante de R\$ 1.714.124 mil (saldo em 2008 R\$ 1.210.149 mil). Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos a CAIXARS é remunerada de acordo com critérios estabelecidos nos respectivos convênios operacionais formalizados com as Secretarias de Estado às quais os Fundos estão vinculados.

c) Passivos contingentes

A CAIXA RS é parte em processos judiciais, os quais são oriundos do curso normal de seus negócios. O critério para a constituição da provisão de passivos contingentes está em conformidade ao que determina a Norma e Procedimento de Contabilidade - NPC n. 22, de 03 de outubro de 2005 e a Resolução nº 3.535, de 31 de janeiro de 2008, emitida pelo Banco Central do Brasil, sendo que sua movimentação no exercício de 2009 foi a seguinte:

DISCRIMINAÇÃO	(Em R\$ Mil)			
	Saldo em 2008	Adições	Baixas	Saldo em 2009
Trabalhista	797	287	(278)	806
TOTAL	797	287	(278)	806

Não existem ações contra a CAIXARS classificadas com probabilidade de Perda Possível.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas, para fins desta nota, as seguintes instituições: Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Diretores e Conselho de Administração da CAIXARS.

Descrição	31 de Dezembro de 2009		
	(Direitos) Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de Fundos (nota 16b)	(788)	1.528	-
Contratação de serviços especializados	208	-	753
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	-	-	889
Ressarcimento de despesas – funcionários cedidos	(76)	-	-
Despesa de Pessoal – funcionários adidos	-	-	2.609
Outros valores a ressarcir	(178)	-	-

Descrição	31 de Dezembro de 2008		
	(Direitos) Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de Fundos (nota 16b)	(1.130)	1.634	-
Contratação de serviços especializados	187	-	341
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	-	-	879
Ressarcimento de despesas – funcionários cedidos	(50)	-	-
Despesa de Pessoal – funcionários adidos	-	-	2.875
Outros valores a ressarcir	(514)	-	-

(*) Refere-se ao total da remuneração fixa e variável do pessoal chave da Administração (Diretoria Executiva e Conselho de Administração).

18. LIMITES OPERACIONAIS - ACORDO DE BASILÉIA

As Instituições Financeiras estão obrigadas a manter permanentemente Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, cujos critérios de apuração e controle estão sintetizados na Resolução nº 3.490, de 29 de agosto de 2007, e regulamentação complementar, emitidos pelo Banco Central do Brasil.

Em 31/12/2009, o Patrimônio de Referência (PR) apresenta-se superior em R\$ 242.633 mil ao mínimo exigido, proporcionando uma alavancagem adicional ainda disponível, na ordem de R\$ 2 bilhões, onde o Índice de Basiléia apurado é 27,34%, enquanto que o mínimo exigido é 11% (Em 31/12/2008 o PR apresentou-se superior ao mínimo exigido em R\$ 247.007 mil e o Índice de Basiléia apurado foi 34,82%).

19. GESTÃO DE RISCOS

A Administração da CAIXARS vem adotando medidas visando ao atendimento de todos os normativos emitidos pelo BACEN, os quais regulam essa matéria, resultando em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da empresa num processo contínuo de otimização da gestão de suas atividades com o foco nos controles e mitigação dos riscos porventura existentes decorrentes de suas atividades.

Ações implementadas para gerenciamento de riscos.

a) Risco de Mercado

Foi definida política de gerenciamento de risco de mercado com o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, emitida pelo BACEN, existe política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, os quais são periodicamente revisados. A Administração da CAIXARS vem aprimorando seus sistemas de forma a propiciar informações cada vez mais qualificadas para análise do risco de crédito, estando em desenvolvimento uma modelagem de cadastro próprio de clientes, contando também com fontes externas de dados cadastrais, visando uma gestão eficiente e eficaz com foco na mitigação desse tipo de risco.

c) Risco Operacional

A política de gerenciamento de risco operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controle, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle, atendendo assim ao disposto na Resolução n. 3.380, de 29 de junho de 2006, emitida pelo BACEN. Foi implantado sistema visando realizar a gestão dos riscos operacionais, tendo por base a classificação de riscos prevista no normativo antes mencionado. Esse sistema tem por objetivo, além da ação de acompanhamento, o controle e a mitigação, que serão a base para a série histórica que deverá estar formada até 2011. Para apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido referente ao risco operacional foi adotada a Abordagem do Indicador Básico.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outras Despesas Administrativas

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

(Em R\$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	Exercício 2009	Exercício 2008
Água, energia e gás	476	454
Comunicação	316	253
Manutenção e conservação de bens	1.311	811
Processamento de dados	1.499	1.369
Publicidade e propaganda	2.327	2.321
Serviços do sistema financeiro	852	426
Serviços de terceiros	1.080	1.140
Serviços técnicos especializados	774	768
Transporte	237	259
Viagem	232	324
Emolumentos Cartoriais	187	352
Depreciação e Amortização	1.336	1.292
Outras	721	826
TOTAL	11.348	10.595

b) Outras Receitas Operacionais

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

(Em R\$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	Exercício 2009	Exercício 2008
Recuperação de Encargos e Despesas	94	121
Varição Cambial Negativa/Operações de Repasses (*)	0	2.736
Reversão de Provisões Operacionais	876	0
Outras Receitas	374	293
TOTAL	1.344	3.150

(*) Em 2009 os valores referentes às variações cambiais estão reconhecidos, na sua totalidade, nas rubricas próprias de despesas de obrigações por empréstimos e repasses.

c) Outras Despesas Operacionais

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

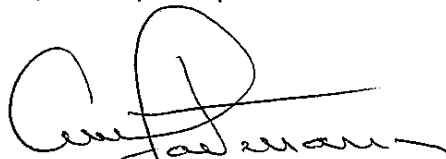
(Em R\$ Mil)


DISCRIMINAÇÃO	Exercício 2009	Exercício 2008
Despesas com provisão plano de benefícios pós-emprego	659	581
Varição Cambial Negativa/Operações de Crédito (*)	0	2.062
Despesas com Juros e Multas sobre Tributos	20	66
Despesas de Convênios (cooperação técnica/atualização recursos de Fundos)	5.430	5.225
Despesa com Provisão para Contingências Trabalhistas	324	597
Despesas c/Atualização Credores Diversos	67	67
Diversas	0	104
TOTAL	6.500	8.702

(*) Em 2009 os valores referentes às variações cambiais estão reconhecidos, na sua totalidade, nas rubricas próprias de rendas de operações de crédito.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Em R\$ Mil	
	<u>EXERCÍCIO 2009</u>	<u>EXERCÍCIO 2008</u>
Resultado antes da tributação sobre o Lucro e Participações	53.257	56.658
(-) Juros sobre o Capital Próprio	(22.000)	(22.000)
(-) Participações Estatutárias no Lucro	(1.170)	(1.392)
(+/-) Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	<u>3.111</u>	<u>(5.403)</u>
Diferenças Temporárias	2.717	(5.969)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	750	(8.179)
Rendas a apropriar em atraso	793	(306)
Rendas decorrentes de Ganhos em Renegociações	594	603
Provisões para contingências	(3)	597
Outras provisões	583	1.316
Diferenças Permanentes	394	566
Despesas não dedutíveis	394	566
= Base de cálculo do IR e CS	33.198	27.863
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9% respectivamente, conforme descrito na nota 3g.	(11.263)	(9.449)
Incentivos Fiscais	161	210
Total da provisão para imposto de renda e contribuição social	<u>(11.102)</u>	<u>(9.239)</u>


CARLOS RODOLFO BRANDÃO HARTMANN
 Diretor-Presidente


JONI JORGE KAERCHER
 Diretor Financeiro
 Responsável pela Área Contábil

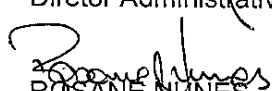

EDEMAR MOREL TUTIKIAN
 Diretor de Desenvolvimento e Marketing

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.


PERY FRANCISCO SPEROTTO COELHO
 Diretor Vice-Presidente


ROGÉRIO AUGUSTO DE WALLAU
 Diretor de Operações


ERNANI JOSÉ ALTHAUS
 Diretor Administrativo e de TI


ROSANE NUNES
 Contadora
 CRC/RS 48.702/O-3
 CPF 334369670/68

* * *

CAIXA ESTADUAL S.A.
AGÊNCIA DE FOMENTO/RS

NIRE nº. 43 3 0003872 6
CNPJ nº. 02.885.855/0001-72


Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento/RS, com base no Parecer dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes - e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras elaboradas em 31/12/2009, compreendendo: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e demais demonstrativos referentes ao segundo semestre e exercício de 2009.

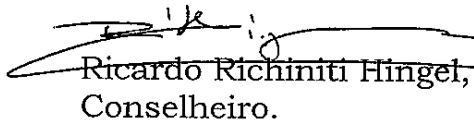
Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2010.



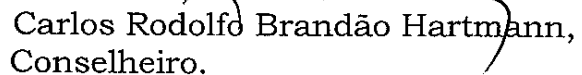
Marcelo Della Valle Biolchi,
Presidente.



Josué de Souza Barbosa
Vice-Presidente.



Ricardo Richiniti Hingel,
Conselheiro.



Carlos Rodolfo Brandão Hartmann,
Conselheiro.



Getúlio Dorneles Fernandes da Silva
Conselheiro.



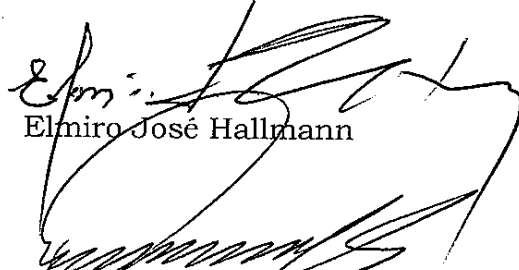

CAIXA ESTADUAL S. A.
AGÊNCIA DE FOMENTO / RS
CNPJ/MF nº 02.885.855/0001-72

PARECER DO CONSELHO FISCAL

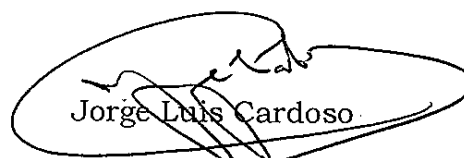
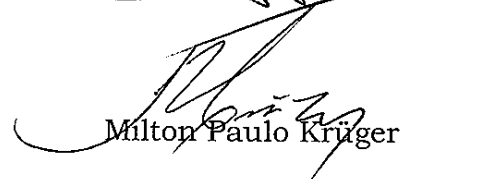
Os membros do CONSELHO FISCAL da Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre e exercício de 2009, compreendendo as Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, das Mutações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e dos Valores Adicionados, todas comparativas ao exercício de 2008. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período e das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Parecer dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal entende que as demonstrações financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2009.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2010.

Conselheiros Titulares


Elmiro José Hallmann

Lauro Ângelo Cerutti

Conselheiros Suplentes


Jorge Luis Cardoso

Milton Paulo Krüger



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros , 2233 8º andar
90110 -150- Porto Alegre, RS - Brasil
Caixa Postal 199
90001-970 - Porto Alegre, RS - Brasil

Central Tel
Fax
Internet

55 (51) 3303-6000
55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e Diretoria
Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS
Porto Alegre - RS

1. Examinamos o balanço patrimonial da Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento/RS, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento/RS em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os seus valores adicionados correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer sem ressalvas datado de 23 de janeiro de 2009.

1 de fevereiro de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-RS

Alberto Spilborgns Neto
Contador CRC 4SP167455/O-0-S-RS

CAIXA ESTADUAL S.A.
AGÊNCIA DE FOMENTO/RS

CGC/MF nº 02.885.855/0001-72
NIRE nº 43 3 0003872 6

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA**

Local, Data e Hora – Os acionistas da Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento/RS, reuniram-se em Assembléia Geral, na sede social, em Porto Alegre (RS), na Av. Borges de Medeiros, 521, 18º andar, no dia 11 de março de 2010, às 11 horas. **Presenças** - Pessoalmente ou por seus representantes legais, compareceu a totalidade dos acionistas. Presentes, ainda, o Sr. Evandro Sander Pinto, representando a Auditoria Independente KPMG, e membros do Conselho de Administração, atendendo ao previsto no § 1º do art. 134 da Lei nº 6404/76. **Convocação** – Dispensada a convocação pela imprensa, face ao disposto no § 4º do art. 124, da mesma Lei nº 6404/76. **Composição da Mesa** - Para presidir os trabalhos, foi eleito o Senhor Márcio Biolchi, Secretário do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, representando o acionista controlador, Estado do Rio Grande do Sul, conforme designação publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 10 de março de 2009, enquanto que, para secretariá-los, foi escolhido o acionista Luiz Diogo Garrastazu.

Publicações - Os documentos previstos no art. 133 da Lei 6.404/76 foram publicados no Diário Oficial do Estado e no Jornal do Comércio, nas respectivas edições de 03 de março de 2010, de acordo com o previsto no § 4º do referido artigo de lei, considerando sanada a falta de publicação dos anúncios previstos no caput desse mesmo artigo. **Ordem do Dia da Assembléia Geral Ordinária:** **1** - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, bem como tomar conhecimento do Parecer do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009; **2** - Apreciação e deliberação da proposta do Conselho de Administração quanto à destinação do lucro do exercício de 2009 no valor de R\$ 18.984.960,26 (dezoito milhões novecentos e oitenta e quatro mil, novecentos e sessenta reais e vinte e seis centavos), apurado após os Juros sobre o Capital Próprio; **3** - Homologação da proposta do Conselho de Administração quanto aos juros sobre capital próprio reconhecidos no exercício de 2009, no valor de R\$ 22.000.003,85 (vinte e dois milhões e três reais e oitenta e cinco centavos); **4**- Apreciação e deliberação da proposta do Conselho de Administração quanto aos dividendos referentes ao exercício 2009; **5** - Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; **6** - Fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal; **7** – Outros assuntos de interesse da sociedade, vinculados aos itens precedentes. **Deliberações da Assembléia Geral Ordinária:** Por unanimidade de votos dos acionistas presentes, foram tomadas as seguintes deliberações: **1** – Após exame da documentação pertinente e dos respectivos pareceres do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente, foram aprovados o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009; **2** - A Assembléia aprovou a proposta do Conselho de Administração quanto à destinação do lucro do exercício, apurado após os juros sobre o capital próprio, da seguinte forma: **a)** R\$ 2.049.248,21 (dois milhões e quarenta e nove mil, duzentos e quarenta e oito reais e vinte e um centavos) para constituição de Reserva Legal, essa em conformidade com a legislação societária vigente, e **b)** R\$ 16.935.712,05 (dezesseis milhões novecentos e trinta e cinco mil, setecentos e doze reais e cinco centavos) para constituição de Reservas Especiais de Lucro, para futura destinação específica. **3** - A Assembléia homologou a proposta do Conselho de Administração, com base no disposto no artigo n.º 49 do Estatuto Social da CaixaRS, que os Juros Sobre Capital Próprio reconhecidos no exercício de 2009, no montante de R\$

22.000.003,85 (vinte e dois milhões, três reais e oitenta e cinco centavos) sejam imputados aos dividendos relativos ao mesmo exercício. Por unanimidade também foi homologado o pagamento realizado em dezembro de 2009, no valor de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais), ao acionista controlador, por conta desses juros; **4** - A Assembléia aprovou a proposta do Conselho de Administração deliberando pela não distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2009, face ao deliberado no item 3; **5** - Eleger para o CONSELHO FISCAL, com mandato até a posse dos eleitos pela Assembléia Geral Ordinária de 2011, as seguintes pessoas, as quais declararam preencher as condições previstas no art. 162 da Lei n.º 6404/76: a) Representando a maioria acionária: para membros efetivos: **Elmiro José Hallmann**, brasileiro, solteiro, contador, residente e domiciliado na Av. Getúlio Vargas, 1026, ap. 803, em Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 009736960/87 e portador da Carteira de Identidade n.º 6026482494, expedida em 12-07-1996, pela SJS/RS; **Paulo Armando Born**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Via das Gaivotas, 310, lote 429, Paragem dos Verdes Campos, em Gravataí (RS), inscrito no CPF/MF sob o n.º 025323600/20 e portador da Carteira de Identidade n.º MG1007996, expedida em 09-06-1976, pela SSP/MG; e para membros suplentes: **Celso Luft**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Martim Aranha, 100, ap. 202-A1, em Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 437747920/20 e portador da Carteira de Identidade n.º 1020747422, expedida em 23-08-1988, pela SSP/RS; **Jorge Luis Cardoso**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Afonso San Martin, 45, ap. 304, em Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 293725180/34 e portador da Carteira de Identidade n.º 5012893987, expedida em 22-05-1986, pela SSP/RS; b) representando a minoria acionária: para membro efetivo, **Lauro Ângelo Cerutti**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Dr. Barcellos, 920, em Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 162667220/20 e portador da Carteira de Identidade n.º 2006858134, expedida em 28-11-1986, pela SSP/RS; e para membro suplente: **Milton Paulo Krüger**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Rua Engenheiro Coelho Parreira, 197, em Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 014257490/20 e portador da Carteira de Identidade n.º 5023384166, expedida em 02-10-1987, pela SSP/RS. A posse dos eleitos ocorrerá após a aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil. **6** - Fixar a remuneração do Conselho de Administração, que será equivalente, para cada membro, por sessão a que comparecer, a 20% (vinte por cento) da que, em média, for atribuída mensalmente a membro da Diretoria, não computados benefícios e verba de representação. **6.1** - Atribuir aos membros da Diretoria, para o próximo período, a seguinte remuneração: **a)** para o Diretor-Presidente: Honorários: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) e Verba de Representação: R\$ 5.974,00 (cinco mil novecentos e setenta e quatro reais) **b)** para o Vice-Presidente: Honorários: R\$ 8.640,00 (oito mil seiscentos e quarenta reais) e Verba de Representação: R\$ 5.376,60 (cinco mil trezentos e setenta e seis reais e sessenta centavos); **c)** para cada Diretor: Honorários: R\$ 7.680,00 (sete mil seiscentos e oitenta reais) e Verba de Representação: R\$ 4.779,20 (Quatro mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte centavos), assegurando-se ao Diretor, oriundo do quadro de empregados da Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS, optar pela remuneração global que percebia como empregado, acrescida da verba de representação que couber aos demais diretores. Os valores ora fixados poderão ser revistos anualmente nos mesmos índices que vierem a ser fixados em convenções, acordos coletivos ou sentenças normativas, concedidos aos empregados da respectiva Empresa; **6.2** - Determinar que a remuneração anual compreende 13 (treze) pagamentos, cabendo aos diretores o direito de participarem na distribuição de Participação nos Lucros e Resultados - PLR, nos mesmos critérios definidos em Convenção Coletiva de Trabalho que regula a PLR dos funcionários da CAIXARS. **6.3** - Ratificar, em consonância com o previsto no item 7-3 da Assembléia Geral Ordinária de 12 de março de 2009 e a aprovação do Conselho de Administração contida na Ata n.º 80/2010 de 15 de janeiro de 2010, os pagamentos efetuados aos membros da Diretoria nos termos da Resolução n.º 04/2009, de 25 de novembro de 2009, do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais, que fixou a remuneração dos seus dirigentes, a partir de 01-01-2010. **6.4** - Decidir que, em caso de o acionista controlador, no decorrer do exercício, vir a proceder a majorações na remuneração da Diretoria, com observância da legislação estadual pertinente, inclusive retroativamente, as eventuais majorações poderão ser implementadas, cabendo à próxima Assembléia Geral Ordinária ratificá-las. **6-5** - Fixar a remuneração mensal do Conselho Fiscal, que será equivalente, para cada membro em exercício, a 20%

(vinte por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios e verba de representação. **6.6** - Os Conselheiros eleitos observarão o disposto na Constituição Federal e na Lei nº 6.404/1976. **7** - Colocada a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso, ninguém se manifestou e assim esgotada a ordem do dia da Assembléia Geral Ordinária. Ato contínuo tratou-se da **Ordem do Dia da Assembléia**

Geral Extraordinária: **1**- Retomar a análise e deliberar quanto aos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2007; **2** - Análise e deliberação quanto a proposta do Conselho de Administração referente ao aumento do capital social da CAIXARS, mediante a utilização de recursos oriundos dos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2009; **3** - Análise e deliberação quanto a proposta do Conselho de Administração para aumento do capital social da CAIXARS mediante a utilização de recursos do FUNDOPIMES – Fundo de Investimento do Programa Integrado de Melhoria Social, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) e do FUNDOPEM – Fundo de Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais); **4** - Nova redação do artigo 5º do Estatuto Social; **5** - Outros assuntos de interesse da Sociedade. **Deliberações da Assembléia Geral Extraordinária:**

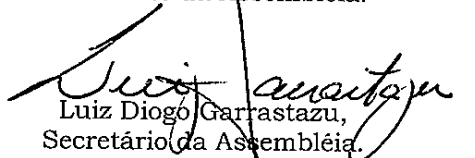
1- Tendo em vista o tempo transcorrido, os acionistas resolveram retomar a análise desse tema, considerando o deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de julho de 2009, cujo teor consta no item 1.1 da respectiva ata. À época, tendo presente que havia a manifestação da intenção do acionista controlador em realizar aumento do capital social da CAIXARS mediante a utilização de recursos oriundos dos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2007 e que, para tanto, seria necessária prévia autorização legislativa, foi decidido que a definição quanto a destinação dos juros sobre o capital próprio relativos aquele exercício, no montante de R\$ 19.000.03,53 (dezenove milhões três reais e cinquenta e três centavos), seria adiada até a edição da lei autorizativa, conforme necessidade antes mencionada. O Presidente informou que o respectivo projeto de lei ainda está em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado do RS e que o valor estabelecido para que seja autorizada utilização para aumento do capital social da CAIXARS é R\$ 16.616.259,00 (dezesseis milhões seiscentos e dezesseis mil, duzentos e cinquenta e nove reais), portanto, com base nessas informações, os acionistas deliberaram pelo pagamento do valor restante, no montante de R\$ 2.383.744,53 (dois milhões, trezentos e oitenta e três mil setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), relativo aos juros provisionados naquele exercício, devendo a Administração da CAIXARS tomar as devidas providências visando ao pagamento a todos os acionistas, na proporção que lhes cabe individualmente, permanecendo adiada até a edição da lei autorizativa, a deliberação quanto ao aumento do capital antes mencionado; **2** - Foi examinada detidamente a proposta apresentada pelo Conselho de Administração a qual propõe a realização de aumento do capital social da CAIXARS, no valor de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), mediante a utilização dos juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2009. Considerando, segundo tratativas encaminhadas, que há a intenção do Acionista Controlador em realizar aumento do capital social da CAIXARS mediante a utilização desses recursos, porém, sendo necessária autorização legislativa para que se concretize esse fato, deverão ser tomadas as providências cabíveis nesse sentido, para após, esse assunto retornar à pauta para deliberação em Assembléia Geral Extraordinária. A integralização do aumento de capital proposto terá a seguinte origem **a)** R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais), os quais foram pagos em dezembro de 2009 por conta dos juros daquele exercício, retornarão à CAIXARS através de depósito em moeda corrente e **b)** R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) que referem-se a juros relativos ao exercício de 2009 retidos na CAIXARS. Como os demais acionistas abriram mão do futuro direito de subscrição de ações que lhes caberiam por aumento de capital com a utilização de juros sobre o capital próprio, que conjuntamente o valor representa R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos), foi unanimemente deliberado pelo pagamento efetivo na proporção que lhes cabe individualmente, devendo a Administração da CAIXARS tomar as devidas providências visando ao atendimento ao deliberado; **3** - Após análise detida da proposta de aumento do capital social da CAIXARS apresentada pelo Conselho de Administração e a partir da manifestação favorável do Conselho Fiscal, considerando que existe prévia autorização legislativa para esse fim, Leis Estaduais nº 12.012/2003 e nº 11.916/2003, referentes ao FUNDOPIMES e FUNDOPEM respectivamente, os acionistas aprovaram por unanimidade a íntegra da proposta apresentada, aumentando o capital social no valor de R\$ 2.500.000,00

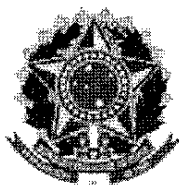
(dois milhões e quinhentos mil reais) mediante a utilização de recursos do FUNDOPIMES e no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), mediante a utilização de recursos do FUNDOPEM. A subscrição e integralização de ações decorrentes do aumento de capital será efetuada pelo acionista Estado do Rio Grande do Sul, detentor dos referidos recursos dos Fundos. Os demais acionistas abriram mão do direito de subscrição de ações que lhes caberiam por aumento de capital. O preço unitário para subscrição das ações é R\$ 1,00 (um real) a ser integralizado da seguinte forma: em moeda corrente nacional, sendo que 50% (cinquenta por cento) será realizado no ato da assinatura do Boletim de Subscrição das ações e 50% (cinquenta por cento) trinta dias após a subscrição; **4** - Face a deliberação do item 3, o artigo 5º do Estatuto Social passa a ter a seguinte redação: "O Capital Social da Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS é de R\$ 388.573.024,00 (trezentos e oitenta e oito milhões quinhentos e setenta e três mil e vinte e quatro reais), dividido em 388.573.024 (trezentos e oitenta e oito milhões quinhentas e setenta e três mil e vinte e quatro) ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.; **5** - O Presidente colocou a palavra à disposição dos acionistas e, não havendo manifestação dos presentes, ficou esgotada a Ordem do Dia da Assembléia Geral Extraordinária, encerrando-se a sessão. Foi determinada a lavratura desta Ata na forma de sumário dos fatos ocorridos e a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, tal como facultam os parágrafos 1º e 2º do art. 130 da Lei. 6404/76. Os Conselheiros assinaram o Livro de Presenças. Porto Alegre, 11 de março de 2010. **Acionistas Presentes:** Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Márcio Biolchi, Secretário de Estado do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais; Ricardo Englert, Ricardo Richiniti Hingel, Carlos Rodolfo Brandão Hartmann, Getúlio Dorneles Fernandes da Silva e Luiz Diogo Garrastazu. Porto Alegre, 11 de março de 2010.

DECLARAÇÃO

Como Presidente e Secretário da Assembléia, declaramos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio da sociedade.


Secretário Márcio Biolchi,
Presidente da Assembléia.


Luiz Diogo Garrastazu,
Secretário da Assembléia.
OAB/RS 8664

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ROSANE NUNES
REGISTRO.....	: RS-048702/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 334.369.670-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 11.03.2010 as 16:30:11.

Válido até: 07.09.2010.

Código de Controle: 76375.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia de Processamento
de Dados do Estado do
Rio Grande do Sul
PROCERGS**

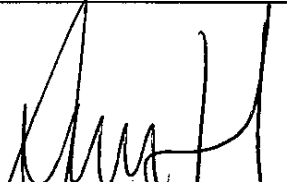



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

<u>ATIVO</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>CIRCULANTE</u>	<u>68.922.649,23</u>	<u>86.621.810,23</u>
DISPONIBILIDADES	<u>12.839.301,65</u>	<u>21.101.072,95</u>
CAIXA E BANCOS	<u>12.839.301,65</u>	<u>21.101.072,95</u>
CRÉDITOS	<u>47.694.332,15</u>	<u>61.261.797,62</u>
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	<u>45.046.534,35</u>	<u>45.662.085,26</u>
PARCELAMENTO DE CLIENTES	<u>1.049.431,54</u>	<u>13.769.683,59</u>
(-) PROVISÃO P/CRÉD. LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	<u>(2.143.792,67)</u>	<u>(2.414.045,41)</u>
CRÉDITOS DE PESSOAL	<u>2.116.300,12</u>	<u>1.683.761,08</u>
OUTROS CRÉDITOS	<u>1.625.858,81</u>	<u>2.560.313,10</u>
ESTOQUES	<u>7.602.580,70</u>	<u>2.791.174,53</u>
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	<u>17.031,64</u>	<u>19.237,24</u>
MATERIAIS INDIRETOS	<u>2.223.797,63</u>	<u>146.262,29</u>
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	<u>5.361.751,43</u>	<u>2.625.675,00</u>
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	<u>786.434,73</u>	<u>1.467.765,13</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	<u>18.711.956,32</u>	<u>18.087.564,29</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>2.430.074,00</u>	<u>2.957.749,00</u>
PARCELAMENTO DE CLIENTES	<u>4.565,40</u>	<u>1.074.192,11</u>
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS/JUDICIAIS	<u>2.275.850,78</u>	<u>1.873.124,12</u>
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	<u>149.657,82</u>	<u>10.432,77</u>
INVESTIMENTOS	<u>151.388,40</u>	<u>151.388,40</u>
IMOBILIZADO	<u>16.015.372,56</u>	<u>14.909.860,79</u>
DIFERIDO	<u>107.055,67</u>	<u>60.500,41</u>
INTANGÍVEL	<u>8.065,69</u>	<u>8.065,69</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>	<u>87.634.605,55</u>	<u>104.709.374,52</u>


BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

<u>PASSIVO</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>CIRCULANTE</u>	<u>42.314.601,09</u>	<u>48.624.343,87</u>
FORNECEDORES	12.830.416,94	11.499.787,76
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	10.065.706,14	6.753.739,99
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.942.952,78	4.592.757,97
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	8.767.673,45	8.141.011,72
PARCELAMENTO CONTRIB. PREVIDENCIÁRIAS	625.565,76	600.157,20
PARCELAMENTO OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.292.639,57	1.230.611,68
OBRIGAÇÕES COM CLIENTES	0,00	2.230.663,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.104.024,20	11.005.039,42
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	800.000,00	1.035.800,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.885.622,25	1.534.775,13
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	<u>4.968.130,89</u>	<u>12.537.844,62</u>
FORNECEDORES	0,00	4.924.725,75
PARCELAMENTO CONTRIB. PREVIDENCIÁRIAS	1.563.914,40	2.100.634,20
PARCELAMENTO OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	3.231.598,93	4.307.140,79
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	172.617,56	305.343,88
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	900.000,00
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>	<u>47.282.731,98</u>	<u>61.162.188,49</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
<u>CAPITAL SOCIAL</u>	<u>35.509.999,92</u>	<u>35.509.999,92</u>
CAPITAL SUBSCRITO	36.440.000,00	36.440.000,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	(930.000,08)	(930.000,08)
<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>	<u>7.863,68</u>	<u>7.863,68</u>
C.M. DO CAPITAL REALIZADO	7.863,68	7.863,68
<u>RESERVAS DE LUCROS</u>	<u>4.834.009,97</u>	<u>8.029.322,43</u>
RESERVA LEGAL	428.000,02	428.000,02
RESERVA ESTATUTÁRIA	4.406.009,95	7.222.811,00
RESERVA ESPECIAL	0,00	378.511,41
<u>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>40.351.873,57</u>	<u>43.547.186,03</u>
<u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>87.634.605,55</u>	<u>104.709.374,52</u>


ADEMIR MILTON PICCOLI
 DIRETOR-PRESIDENTE
 CPF 667.050.020-34

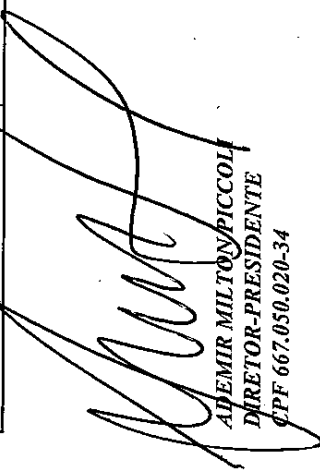

SÉRGIO RENÉ DE BARBA DALANHÓL
 DIRETOR TÉCNICO
 CPF 344.564.570-15

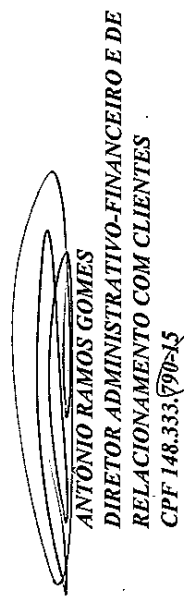

ANTÔNIO RAMOS GOMES
 DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE
 RELACIONAMENTO COM CLIENTES
 CPF 148.333.790-15

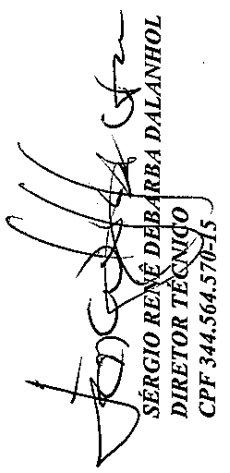

CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
 CONTADOR CRC-RS 40.669
 CPF 400.091.900-82

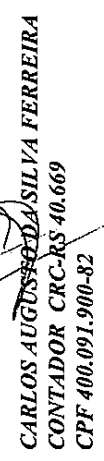
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RES. DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVA C.M. DO CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	RESERVA ESTATUTÁRIA	RESERVA ESPECIAL			
SALDO EM 31.12.2007	35.509.999,92	7.863,68	49.488,61	247.443,04	49.488,61		112.674,05	35.976.957,91	
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-	-	2.432.718,89	2.432.718,89	
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	5.137.509,23	5.137.509,23	
DESTINAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:									
- RESERVA LEGAL	-	-	378.511,41	-	-	-	(378.511,41)	-	
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-	-	6.925.879,35	-	-	(6.925.879,35)	-	
- RESERVA ESPECIAL	-	-	-	49.488,61	329.022,80	-	(378.511,41)	-	
SALDO EM 31.12.2008	35.509.999,92	7.863,68	428.000,02	7.222.811,00	378.511,41		0,00	43.547.186,03	
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-	-	(3.385.266,10)	(3.385.266,10)	
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	189.953,64	189.953,64	
DESTINAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:									
- RESERVA LEGAL	-	-	-	-	-	-	-	-	
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-	-	(2.816.801,05)	-	-	3.195.312,46	-	
- RESERVA ESPECIAL	-	-	-	-	(378.511,41)	-	-	-	
SALDO EM 31.12.2009	35.509.999,92	7.863,68	428.000,02	4.406.009,95	0,00		0,00	40.351.873,57	


ADEMIR MILTON PICCOLI
 DIRETOR-PRESIDENTE
 CPF 667.050.020-34

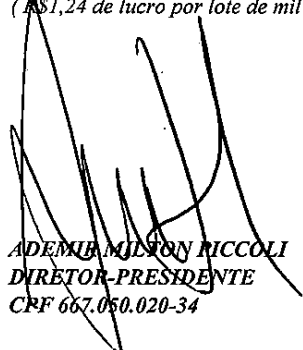

ANTÔNIO RAMOS GOMES
 DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE
 RELACIONAMENTO COM CLIENTES
 CPF 148.333.790-15



SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL
 DIRETOR TÉCNICO
 CPF 344.564.570-15

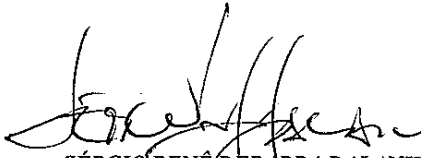

CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
 CONTADOR CRC-RS 40.669
 CPF 400.091.900-82


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	159.467.981,36	146.252.051,17
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	<u>(10.776.080,61)</u>	<u>(10.578.091,54)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	148.691.900,75	135.673.959,63
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	<u>(99.441.985,45)</u>	<u>(91.773.313,69)</u>
LUCRO BRUTO	49.249.915,30	43.900.645,94
DESPESES OPERACIONAIS	<u>(49.127.448,51)</u>	<u>(39.631.878,93)</u>
DESPESES COM VENDAS	(3.353.655,92)	(3.588.912,47)
DESPESES GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(45.206.935,71)	(38.342.908,65)
DESPESES FINANCEIRAS	(1.780.919,71)	(3.202.293,82)
RECEITAS FINANCEIRAS	1.214.062,83	5.502.236,01
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	<u>1.279.018,06</u>	<u>859.997,13</u>
LUCRO OPERACIONAL	1.401.484,85	5.128.764,14
OUTRAS RECEITAS	5.015,30	8.745,29
OUTRAS DESPESES	(32.422,67)	(0,20)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.374.077,48	5.137.509,23
IMPOSTO DE RENDA	(858.581,49)	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(325.542,35)	0,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>189.953,64</u>	<u>5.137.509,23</u>
(R\$1,24 de lucro por lote de mil ações)		


ADEMIR MILTON RICCOLI
 DIRETOR-PRESIDENTE
 CPF 667.060.020-34


ANTÔNIO RAMOS GOMES
 DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE
 RELACIONAMENTO COM CLIENTES
 CPF 148.333.790-15

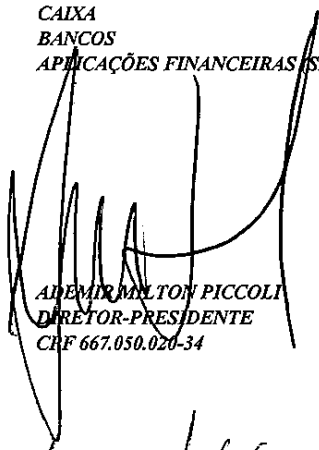

SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL
 DIRETOR TÉCNICO
 CPF 344.564.570-15

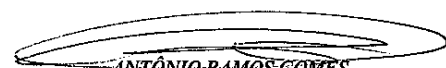

CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
 CONTADOR CRC-RS 40.669
 CPF 400.091.900-82

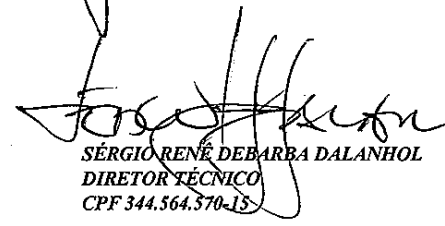
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008**

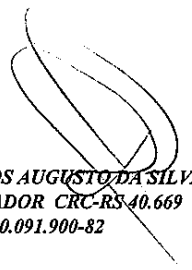
<u>1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	189.953,64	5.137.509,23
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO	10.143.366,22	5.815.518,66
REDUÇÃO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	345.298,17	(12.517.388,14)
REDUÇÃO PARCELAMENTO DE CLIENTES	13.789.878,76	22.453.145,93
AUMENTO DOS ESTOQUES	(4.811.406,17)	(165.922,91)
REDUÇÃO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	681.330,40	1.279.200,48
AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS/DESPESAS ANTECIPADAS	(541.951,71)	963.316,71
REDUÇÃO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	501.915,25	(3.017.217,41)
REDUÇÃO DE FORNECEDORES	(3.594.096,57)	(910.123,61)
AUMENTO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	1.881.158,26	4.289.510,15
AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE E S/LUCRO	1.430.807,89	(799.834,19)
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS	1.016.754,52	1.282.539,05
REDUÇÃO PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	(368.526,32)	(7.805.559,61)
REDUÇÃO DE OBRIGAÇÕES COM CLIENTES	(2.230.663,00)	(386.709,00)
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	310.949,14	(4.236.730,49)
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(3.385.266,10)	2.432.718,89
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	15.359.502,38	13.813.973,74
 <u>2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</u>		
VENDA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	32.422,67	1.773,42
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(11.272.899,22)	(4.811.226,38)
RECEBIMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS S/CAPITAL	5.015,30	6.971,87
COMPRA DE ATIVOS DIFERIDOS	(59.972,00)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(11.295.433,25)	(4.802.481,09)
 <u>3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u>		
PAGAMENTOS DE EMPRÉSTIMOS	(10.801.015,22)	(10.798.984,78)
PAGAMENTOS DE FINANCIAMENTOS	(1.524.825,21)	(1.586.451,01)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(12.325.840,43)	(12.385.435,79)
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(8.261.771,30)	(3.373.943,14)

	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>VARIÇÃO</u>
CAIXA	2.066,90	2.103,20	36,30
BANCOS	3.061.351,54	2.126.763,63	(934.587,91)
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (SIAC)	<u>18.037.654,51</u>	<u>10.710.434,82</u>	(7.327.219,69)
	<u>21.101.072,95</u>	<u>12.839.301,65</u>	<u>(8.261.771,30)</u>


ADEMIR MILTON PICCOLI
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 667.050.020-34


ANTÔNIO RAMOS GOMES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE
RELACIONAMENTO COM CLIENTES
CPF 148.333.790-15


SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHÓL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15


CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(valores em Reais)

1. Contexto Operacional

A PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre, Coordenadorias Regionais nas cidades de Alegrete, Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Santo Ângelo e Santa Maria e Unidades Regionais nas cidades de Bagé, Cruz Alta e Santa Cruz do Sul, e suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado. Adicionalmente, presta serviços de informática e assessoramento técnico a órgãos da administração pública em geral e entidades privadas.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Art. 176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/76, alterado pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória n.º 449/2008 de 12 de dezembro de 2008 e pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009).

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis**(a) Disponibilidades**

Neste grupo encontra-se registrado o valor de R\$10.710.434,82 referente a aplicação no SIAC – Sistema Integrado de Administração de Caixa, remunerado à taxa de 97% do CDI. A referida disponibilidade permitirá a continuidade dos investimentos prioritários da Empresa.

(b) Provisão para Devedores Duvidosos

Nesta rubrica está constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que não seja controlador, controlada, coligada ou interligada com a PROCERGS.

Também foram considerados como créditos prescritos os valores vencidos a mais de 05 (cinco) anos das empresas públicas Federais e Municipais (Decreto Federal n.º 20.970/32).

(c) Estoques de Materiais

São avaliados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores do mercado.

(d) Serviços em Andamento

Nesta rubrica estão contabilizadas e demonstradas a valores históricos todas as despesas incorridas para a elaboração dos serviços, onde somente serão consideradas como custo, compondo o resultado do período, no momento em que seus respectivos faturamentos ocorrerem, objetivando dessa forma atender o princípio da competência.

(e) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes (Realizáveis a Longo Prazo)

São apresentados ao valor de sua realização, sendo que os Depósitos Judiciais referem-se a ações trabalhistas e são atualizados pela TR do dia 1º de cada mês, mais 3% de juros ao ano, em cumprimento ao Decreto n.º 3.000, de 26/03/99 (Regulamento do Imposto de Renda), para os quais constitui provisões no Passivo Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(f) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, Brasil Telecom S/A, Telebras – Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Cia. Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/95.

(g) Imobilizado

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição corrigidos monetariamente até 31/12/95. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

(h) Diferido

Está contabilizado ao custo corrigido monetariamente até 31/12/95, ajustado pela amortização acumulada, que é calculada linearmente.

(i) Intangível

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição corrigidos monetariamente até 31/12/95.

(j) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. O valor calculado no exercício de 2009, totalizando R\$1.184.123,84, foi totalmente compensado pelo crédito do exercício de 2008, em função do prejuízo fiscal apresentado naquele exercício.

(k) Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(l) Empréstimos e Financiamentos

Saldo remanescente do contrato de empréstimo, modalidade capital de giro, com o Banco Santander Banespa S/A, com vencimento em janeiro de 2010.

(m) Resultado do Exercício

É apurado em conformidade com o regime contábil obedecendo o princípio da competência.

4. Parcelamento de Dívidas da Administração Direta, Indireta e Outros Órgãos**Administração Indireta, Outros Órgãos**

A PROCERGS têm firmados Termos de Confissão de Dívida com os Clientes a seguir:

1. CORSAN -- Companhia Riograndense de Saneamento, Termo de Transação de Dívida n.º DNE-544/2006 de 26/12/2006 e Aditivo DNE-6/2007 de 10/01/2007;
2. Quarta Vara da Fazenda Pública, Termo de Acordo de Dívida n.º DNE-11/2008 de 20/02/2008;

Ordem	Data	Termo de Confissão	Montante	Número de Parcelas	Término	Índice de Atualização	Saldos em 31/12/09
1	10/01/07	006/2007	34.192.426,12	37	18/01/2010	IGP-M	1.044.956,53
2	20/02/08	011/2008	17.196,57	48	30/12/2011	IGP-M	4.475,01
Total							1.049.431,54

5. Imobilizado

Discriminação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Depreciação Anual
Terrenos	1.769.907,20	--x--	1.769.907,20	-- x --
Prédios	7.606.061,29	7.102.548,57	503.512,72	4%
Equip. de Produção	33.184.304,02	29.203.233,19	3.981.070,83	40%
Progr. de Computador	11.677.872,92	6.204.917,74	5.472.955,18	20% (1)
Equip. de Apoio	1.400.061,27	1.145.511,09	254.550,18	20%
Instalações/Outros	7.216.695,48	4.100.034,42	3.116.661,06	17% (2)
Imobiliz. em Andamento	916.715,39	--x--	916.715,39	-- x --
Totais	63.771.617,57	47.756.245,01	16.015.372,56	

(1) Taxa de Amortização
(2) Taxa Média

6. Diferido

Discriminação	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Amortização Anual
Benfeitorias Prédios Terceiros	229.834,05	122.778,38	107.055,67	20%
Totais	229.834,05	122.778,38	107.055,67	20%

7. Intangível

Discriminação	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Amortização Anual
Direito Uso Telefone	3.214,00	--x--	3.214,00	-- x --
Marcas	4.851,69	--x--	4.851,69	-- x --
Totais	8.065,69	--x--	8.065,69	

8. Parcelamento de Contribuições Previdenciárias

Corresponde ao acordo de parcelamento de dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, realizado em 120 parcelas, vencíveis até junho de 2013, sujeitos a juros equivalentes à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

As parcelas a Longo Prazo em 31/12/09 têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor Anual
2011	625.565,76
2012	625.565,76
2013	312.782,88
Total	1.563.914,40

9. Parcelamento de Obrigações Tributárias**(a) PASEP**

Corresponde ao acordo de parcelamento de dívidas com a Secretaria da Receita Federal - SRF, realizado em 120 parcelas, vencíveis até junho de 2013, sujeitos a juros equivalentes à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, e adicionados de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

As parcelas a Longo Prazo em 31/12/09 têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor Anual
2011	403.091,75
2012	403.091,75
2013	201.545,88
Total	1.007.729,38

(b) PASEP - DÍVIDA ATIVA

Corresponde ao acordo de parcelamento de dívidas com a Secretaria da Receita Federal - SRF, realizado em 120 parcelas, vencíveis até junho de 2013, sujeitos a juros equivalentes à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, e adicionados de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

As parcelas a Longo Prazo em 31/12/09 têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor Anual
2011	422.450,00
2012	422.450,00
2013	211.225,00
Total	1.056.125,00

(c) COFINS

Corresponde ao acordo de parcelamento de dívidas com a Secretaria da Receita Federal - SRF, realizado em 120 parcelas, vencíveis até junho de 2013, sujeitos a juros equivalentes à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

As parcelas a Longo Prazo em 31/12/09 têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor Anual
2011	467.097,82
2012	467.097,82
2013	233.548,91
Total	1.167.744,55

10. Patrimônio Líquido - Capital Social

O Capital Social é composto de 153.718.535 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	151.547.598	98,59
Brasil Telecom S/A	ON	1.366.594	0,89
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento	ON	431.557	0,28
IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,24
Total das ações		153.718.535	100,00

A Companhia possui um saldo de Capital a Integralizar, remanescente da subscrição de ações em 07/12/94, na ordem de R\$ 930.000,08, conforme Boletim e Ata de Reunião do Conselho de Administração n.º 94/09, e processo 004398-24.89/98-0.

O valor patrimonial da ação em 31/12/09 é de R\$ 0,26.

11. Outras informações**(a) Coberturas de Seguros**

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Destacamos, a seguir, a posição dos seguros mantidos na data de encerramento do exercício social:

Objeto	Modalidade	Valor Segurado
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios	Incêndio	83.123.251,00
Veículos	Colisão, incêndio e roubo	* Ver abaixo
Seguro de Vida em Grupo	Morte e invalidez	2.607.380,28

*Valor de Mercado Referenciado pela tabela de referência do FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) utilizando-se o fator de ajuste de 100% (cem por cento) sobre o valor de cotação do veículo, na data de liquidação do sinistro (Cláusula 2.3 do contrato).

(b) Provisões para Contingências

As atuais provisões contemplam as estimativas feitas pela Assessoria Jurídica Trabalhista, sobre contingências que possam resultar em perda para a Companhia, sendo classificadas no Passivo Circulante e Não Circulante, conforme a expectativa de desembolso.

- As ações trabalhistas estão representadas por 140 processos, movidos por ex-empregados e terceiros, abrangendo, principalmente, horas extras, FGTS e diferenças de salários.

➤ As ações cíveis estão representadas por 04 processos movidos por terceiros.

Contingência	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhista	800.000,00	0
Cíveis	0,00	172.617,56
Total	800.000,00	172.617,56

(c) Plano Complementar de Aposentadoria e Pecúlio/Pensões

O Instituto Assistencial da PROCERGS – PROCIUS, é uma pessoa jurídica de direito privado, criada na forma de sociedade civil pela PROCERGS – Cia. de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, que tem por finalidade prestar assistência, promover o bem-estar social e suplementar a previdência oficial em favor dos empregados e dirigentes da mantenedora. A Companhia, na qualidade de mantenedora, contribui anualmente com um percentual sobre a folha de pagamento, suficiente para, em conjunto com a contribuição dos beneficiários, assegurar a cobertura do plano de custeio, atuarialmente calculado.

12. Ajustes de Exercícios Anteriores

Foram registrados em Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido, os seguintes ajustes:

Discriminação	Valor
AJUSTES NEGATIVOS:	
• Valor referente a quotas de depreciações exercícios anteriores equipamento EMC, lançado indevidamente em "Bens a Imobilizar" no sistema CPP, deixando de ser calculado as devidas depreciações.....	(3.720.000,00)
• Valor complemento Aluguel prédio do IPERGS, lançado a menor de agosto de 2007 a dezembro de 2008.....	(29.653,85)
Soma	(3.749.653,85)
AJUSTES POSITIVOS:	
• Valor fatura 160692 SEFA, cancelada indevidamente em 28/11/2008...	364.387,75
Soma	364.387,75
Total	(3.385.266,10)

PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RS
C.N.P.J. 87.124.582/0001-04 NIRE 43300020100

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO N.º 2010/02

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e dez, às 12h, na sede da PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, localizada na Praça dos Açorianos, nesta Capital, reuniu-se o Conselho de Administração, com a presença dos Conselheiros firmados abaixo, a fim de apreciar e aprovar a seguinte pauta: - Balanço Exercício 2009; Diretrizes Estratégicas 2010; - Contrato de Gestão 2010; - Acompanhamento de Projetos: P15 - Migração Unisys e C21 - Modernização da JUCERGS; - Assuntos Gerais. **DELIBERAÇÕES: Balanço Exercício 2009:** O Diretor Administrativo-Financeiro e de Relacionamento com Clientes, Sr. Antonio Ramos Gomes, submeteu aos Conselheiros o Balanço do Exercício de 2009, que apresentou um Lucro Líquido de R\$ 189.953,64 (cento e oitenta e nove mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos). Em função dos ajustes de exercícios anteriores reconhecidos em 2009, sendo R\$ 364.387,75 (trezentos e sessenta e quatro mil, trezentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos), como ajuste positivo, e R\$ 3.749.653,85 (três milhões, setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos), como ajuste negativo, a Companhia apresentou um prejuízo contábil registrado no Patrimônio Líquido de R\$ 3.195.312,46 (três milhões, cento e noventa e cinco mil, trezentos e doze reais e quarenta e seis centavos), devidamente compensado com Reservas de Lucros, conforme determina a legislação e, desta forma, impossibilitando qualquer destinação. Os Conselheiros aprovaram as contas da Diretoria e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2009, cujo Balanço deverá ser publicado no Diário Oficial e no Jornal do Comércio de amanhã, dia 10 de março de 2010. O Diretor Antonio Ramos explicou aos Conselheiros algumas notas sobre rubricas especiais e informou que está buscando alternativas de investimentos/incentivos e de financiamentos para investimentos, conforme relato de sua visita à FINEP, instituição que considerou a PROCERGS apta a receber financiamento para os projetos destacados da Companhia como projetos de inovação. O Diretor também comunicou que os técnicos da JUNCOF - Junta de Coordenação Financeira da SEFAZ, com quem esteve reunido recentemente, indicaram a contratação de uma auditoria externa. O Sr. Ricardo Englert, Presidente do Conselho, disse estar satisfeito com os números apresentados, por refletirem a melhoria da administração da Empresa. **Diretrizes Estratégicas 2010:** O Diretor Ademir Milton Piccoli, Diretor-Presidente, apresentou aos Conselheiros as orientações para o ano de 2010 para as áreas: *Financeira:* manter o equilíbrio financeiro, negociar com o Governo um novo critério para o reajuste dos preços e buscar alternativas de financiamento para novos investimentos; *Estrutura e processo:* Consolidar os processos de relacionamento com os clientes, gestão de demandas e segurança da informação (através do INDG) e os ciclos de auditoria de processos (interno e PGQP); *Infraestrutura/Instalações:* Dar continuidade ao processo de modernização da infraestrutura predial

0046

(controle de acesso, ar-condicionado, portaria etc.); *Recursos Humanos*: Dar continuidade ao processo de adequação do quadro através de concurso e terceirização; *Desenvolvimento/Projetos*: Dar continuidade ao processo de modernização da Administração Pública Estadual, com foco nos Projetos Estratégicos de Governo, e consolidar a Fábrica de Software; *Sistemas Legados*: Investir na modernização da interface nos sistemas legados do Ambiente IBM e trabalhar fortemente na migração para baixa plataforma do Ambiente Unisys; *Data Center/Operações*: Dar continuidade ao processo de modernização do parque de equipamentos e concluir implantação dos projetos de reforma do Data Center e criação do Site Backup-Restore; *Rede de Comunicações*: Concluir a migração dos órgãos para a rede Wi-Fi (ganhos de custos) e investir na modernização/expansão da rede do interior; *Relacionamento com Clientes*: Estreitar/intensificar relacionamento com os clientes (visitas, seminários por área de governo) e desenvolver ações em parceria com a área de governança de TIC (SEPLAG); *Plano Estratégico de Marketing*: 2010 é o ano de consolidação da imagem da PROCERGS como uma empresa referência em e-Gov, através de ações como a modernização da comunicação institucional da Empresa e utilização dos conceitos da Web 2.0/Redes Sociais, consolidação do relacionamento com as Entidades e formadores de opinião em TIC, apoio/participação em eventos na área de TIC/e-Gov, intensificação da publicação de matérias que reforcem a imagem da Empresa como referência em e-Gov. O Diretor-Presidente disse considerar 2009 um ano de muitos resultados para a Companhia, obtidos através da melhoria dos processos internos e do desenvolvimento de soluções eficientes e inovadoras para o Governo do Estado, o que conferiu à PROCERGS um reconhecimento sem precedentes, demonstrando o caminho a ser seguido em 2010. Salientou, ainda, que priorizará a busca de soluções eficientes e inovadoras para o Governo do Estado, dando continuidade aos Projetos estratégicos e consolidando as boas práticas de gestão que vêm sendo adotadas para que a Empresa seja referência em e-Gov. Contrato de Gestão 2010: O Diretor Administrativo-Financeiro e de Relacionamento com Clientes, Sr. Antonio Ramos Gomes, falou sobre a Cláusula Décima Terceira - Dos Atos de Gestão, do Contrato de Gestão 2010, que contempla o Grupo de Assessoramento Estadual para Política de Pessoal – GAE, como órgão autorizador a determinados atos de gestão, como seleção, admissão, remuneração, promoção e desenvolvimento de empregados e servidores, o que julga reduzir a autonomia da Companhia. Os Conselheiros Ricardo Engler e Mateus Bandeira, também Secretários da Fazenda e de Planejamento do Estado do RS, respectivamente, disseram concordar com a cláusula, que através do GAE visa prevenir e reduzir o passivo trabalhista e cível, com a adoção de medidas que objetivem a finalidade almejada, e que não limita as ações da Companhia. Acompanhamento de Projetos: *P15 - Migração Unisys*. O Diretor Técnico, Sr. Sérgio Renê Debarba Dalanhol comunicou aos Conselheiros que o Projeto está atrasado em quatro meses devido às alterações necessárias no edital, e apresentou as etapas do Projeto desde o início, conforme segue: 26/05/2009 - Publicação do Edital de Pré-Qualificação; 05 a 09/10/2009 - Pré-Qualificação; 21/10/2009 - Resultado da Pré-Qualificação, solicitação de esclarecimentos e ajustes; 03 a 06/11/2009 - Apresentação final da pré-qualificação; 08/12/2009 - Resultado final, empresas inabilitadas; 30/12/2009 -

0046

Recursos julgados indeferidos, empresas inabilitadas, resultados não divulgados; 01/03/2010 - Publicação dos recursos julgados indeferidos; 08/03/2010 - Publicação do novo Edital; 19/03/2010 - Previsão de abertura das propostas. O Conselheiro Mateus manifestou preocupação com o andamento do Projeto, e disse acreditar que o fato de não haver nenhuma empresa qualificada para participar da etapa de pré-qualificação pode significar problemas no edital. Lembrou, ainda, que a mesma situação ocorreu quando a Companhia apresentou o edital para o projeto de videofone, e sugeriu que a PROCERGS revise as exigências, detectando o problema que gera atrasos nos processos e, conseqüentemente, ineficiência. O Diretor Dalanhol disse concordar com o Conselheiro e que as alterações para correção já foram feitas, tendo sido o edital publicado ontem, dia 8 de março. Disse, também, que o rigor extremo dos editais ocorrem no intuito de evitar problemas futuros com a empresa a ser contratada. *C21 – Modernização da JUCERGS.* O funcionário Sílvio Oliveira, responsável pelo Projeto, apresentou aos Conselheiros os resultados obtidos pela JUCERGS até o momento. O Sr. Oliveira relatou todo o processo que tornou a Junta do RS referência nacional. Comunicou, também, que o Presidente da JUCERGS deseja realizar um ato para a entrega dos serviços prestados pela Companhia até o momento. O Conselheiro Erik elogiou o trabalho da PROCERGS e enfatizou a importância do sistema que beneficia até mesmo ações de âmbito Federal. Os Conselheiros sugerem a realização do ato proposto pelo Presidente da Junta, por considerarem um evento de visibilidade positiva e de destaque para a Companhia. Assuntos Gerais: Os Conselheiros aprovaram a doação de bens obsoletos, móveis e utensílios avariados e sem qualquer condição ou perspectiva de utilização, para o Lar Santo Antônio dos Excepcionais, relacionados no Processo instruído de nº 98-14.89/10-9. Nada mais a ser tratado, o Presidente do Conselho agradeceu aos senhores Conselheiros pelo apoio e participação dos mesmos. Assim, foi lavrada a presente ata que, após lida e conferida, foi considerada aprovada, por unanimidade, sendo assinada por mim e pelos Conselheiros presentes.

Erik Sasdelli Camarano
Conselheiro de Administração

Ithamar Sitta
Conselheiro de Administração

Neli Lúcia Coradini Abascal
Conselheira e Secretária da Reunião

Ivandre de Jesus Medeiros
Conselheiro de Administração


Mateus Affonso Bandeira
Conselheiro de Administração


Ricardo Englert
Presidente do Conselho de Administração

Visto:

Pedro Ruthschilling
OAB/RS 11.906

0046

PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
C.N.P.J. 87.124.582/0001-04 NIRE 43300020100

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL N.º 2010/01

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e dez, às 14h, na sede da PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, situada na Praça dos Açorianos, s/ n.º, Nesta Capital, reuniram-se os Conselheiros Fiscais, com a presença dos Conselheiros firmados abaixo, a fim de apreciar e aprovar a seguinte pauta: 1) Balanço Exercício 2009; 2) Assuntos Gerais. **DELIBERAÇÕES: Balanço Exercício 2009:** O funcionário da DCF – Divisão Contábil-Financeira, Sr. Carlos Augusto Ferreira, submeteu aos Conselheiros o Balanço do Exercício de 2009, que apresentou um Lucro Líquido de R\$ 189.953,64 (cento e oitenta e nove mil, novecentos e cinqüenta e três reais e sessenta e quatro centavos). Em função dos ajustes de exercícios anteriores reconhecidos em 2009, sendo R\$ 364.387,75 (trezentos e sessenta e quatro mil, trezentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos), como ajuste positivo, e R\$ 3.749.653,85 (três milhões, setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e cinqüenta e três reais e oitenta e cinco centavos), como ajuste negativo, a Companhia apresentou um prejuízo contábil registrado no Patrimônio Líquido de R\$ 3.195.312,46 (três milhões, cento e noventa e cinco mil, trezentos e doze reais e quarenta e seis centavos), devidamente compensado com Reservas de Lucros, conforme determina a legislação e, desta forma, impossibilitando qualquer destinação. Os Conselheiros aprovaram as contas da Diretoria e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2009, cujo Balanço deverá ser publicado no Diário Oficial e no Jornal do Comércio do dia 10 de março de 2010, e emitiram o seguinte parecer: "Cumprindo determinações legais e estatutárias, tendo acompanhado através da análise dos Balancetes mensais e outros, a gestão econômico-financeira da entidade, no exercício de 2009, bem como examinados Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado e Demonstração dos Fluxos de Caixa, entendemos que as citadas demonstrações reproduzem, com fidelidade, a situação patrimonial e financeira da PROCERGS, naquela data, estando, assim, em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Conselheiros de Administração e Acionistas da Companhia." **Assuntos Gerais:** O Diretor Administrativo-

0046

Financeiro e de Relacionamento com Clientes, Sr. Antonio Ramos Gomes, informou aos Conselheiros que está buscando alternativas de investimentos/incentivos e de financiamentos para investimentos, conforme relato de sua visita à FINEP, instituição que considerou a PROCERGS apta a receber financiamento para os projetos destacados da Companhia como projetos de inovação. Nada mais a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que é assinada pelos Conselheiros Fiscais presentes.

Ario Zimmermann

José Alfredo Pezzi Parode

Ricardo Ribas Duarte

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo determinações legais, Lei n.º 6404, de 15.12.1976, art. 163, itens II e VII, estatutárias, Estatuto Social, art. 40º, e tendo acompanhado, através de análise dos Balancetes mensais e outros, a gestão econômico-financeira da entidade no exercício de 2009, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado e Demonstração dos Fluxos de Caixa, entendemos que as citadas demonstrações reproduzem, com fidelidade, a situação patrimonial e financeira da PROCERGS, naquela data, estando, assim, em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 02 de março de 2010.



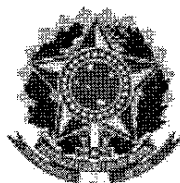
ARIO ZIMMERMANN



JOSÉ ALFREDO PEZZI PARODE



RICARDO RIBAS DUARTE

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
REGISTRO.....	: RS-040669/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 400.091.900-82

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 26.02.2010 as 14:53:06.

Válido até: 25.08.2010.

Código de Controle: 75809.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Riograndense
de Saneamento
CORSAN**





COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

CAPITAL AUTORIZADO R\$ 657.351
 CAPITAL SUBSCRITO R\$ 503.842
 CAPITAL REALIZADO R\$ 503.842

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2009	2008 (Reclassificado)	2009	2008 (Reclassificado)
CIRCULANTE		302.842	388.424	305.230	389.823
Disponibilidades	27 a	56.834	147.858	58.695	148.133
Contas a receber de usuários, líquidas	5	201.545	189.138	201.545	189.138
Estoques	6	34.320	28.848	34.881	29.831
Créditos fiscais diferidos	7	-	13.566	-	13.566
Outros créditos	8	10.143	9.014	10.109	9.155
NÃO CIRCULANTE		1.638.453	1.443.572	1.636.234	1.442.190
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		130.067	87.555	130.095	87.611
Depósitos judiciais		23.128	7.025	23.140	7.063
Rendimentos SIAC		28.278	13.516	28.278	13.516
Créditos fiscais diferidos	7	53.652	44.850	53.652	44.850
Reclamações e rescisões contratuais	9	20.234	15.783	20.234	15.783
Outros créditos	8	4.775	6.381	4.791	6.399
INVESTIMENTOS		4.060	3.004	818	814
Participação em empresa controlada	10	3.302	2.246	-	-
Outros investimentos		758	758	818	814
IMOBILIZADO		1.504.326	1.353.013	1.505.321	1.353.765
Imobilizado técnico	11	1.156.627	1.175.519	1.157.622	1.176.271
Obras em andamento		347.699	177.494	347.699	177.494
TOTAL		1.941.295	1.831.996	1.941.464	1.832.013

Handwritten signatures and initials are present below the table, including a large signature on the left and several smaller initials (e.g., 'mf', 'pm', 'T', '188') scattered across the page.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2009	2008 (Reclassificado)	2009	2008 (Reclassificado)
CIRCULANTE		336.080	361.522	336.015	361.263
Empréstimos e financiamentos	13	68.702	68.196	68.702	68.196
Fornecedores	14	111.716	79.556	111.196	78.877
Impostos e contribuições		24.143	24.472	24.369	24.752
Impostos e contribuições - parcelamentos	15	15.473	28.810	15.473	28.810
Dívidas com Fundação CORSAN	22 c	34.632	34.233	34.632	34.233
Provisão para tributos diferidos	16	-	6.657	-	6.657
Férias e encargos a pagar		32.199	28.551	32.298	28.638
Participação nos resultados		17.726	18.527	17.726	18.527
Juros sobre o capital próprio	21 d	2.998	54.406	2.998	54.406
Dividendos propostos	21 d	17.609	12.285	17.609	12.285
Outros débitos	17	10.882	5.829	11.012	5.882
NÃO CIRCULANTE		701.980	732.301	702.214	732.457
Empréstimos e financiamentos	13	339.628	363.431	339.628	363.431
Fornecedores	14	11.412	16.619	11.412	16.619
Impostos e contribuições - parcelamentos	15	2.552	16.941	2.552	16.941
Dívidas com Fundação CORSAN	22 c	137.701	158.877	137.701	158.877
Contratos de repasse do OGU	18	55.759	-	55.759	-
Provisão para tributos diferidos	16	32.778	31.205	32.778	31.205
Provisão para contingências	19	80.849	101.585	80.915	101.695
Provisão para benefício pós-emprego	20	41.301	43.643	41.301	43.643
Outros débitos	17	-	-	168	46
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES					120
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		903.235	738.173	903.235	738.173
CAPITAL SOCIAL	21 a	503.842	503.842	503.842	503.842
RESERVAS DE CAPITAL	21 b	17.148	17.148	17.148	17.148
Auxílios para obras		9.262	9.262	9.262	9.262
Doações e subvenções para investimentos		7.886	7.886	7.886	7.886
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	21 c	91.533	102.995	91.533	102.995
RESERVAS DE LUCROS	21 e	290.712	114.188	290.712	114.188
Reserva legal		18.592	7.715	18.592	7.715
Reserva de incentivos fiscais		78	2	78	2
Reserva de retenção de lucros		272.042	106.471	272.042	106.471
TOTAL		1.941.295	1.831.996	1.941.464	1.832.013

TOTAL

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2009	2008	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL (nota 23)	1.289.038	1.187.855	1.289.589	1.188.500
(-) Impostos, devoluções e abatimentos	(120.614)	(109.813)	(124.164)	(113.751)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.168.424	1.078.042	1.165.425	1.074.749
(-) Custos dos serviços (nota 24)	(676.966)	(574.009)	(671.514)	(569.329)
LUCRO BRUTO	491.458	504.033	493.911	505.420
(-) Despesas comerciais (nota 24)	(40.828)	(36.532)	(40.868)	(36.612)
(-) Despesas administrativas (nota 24)	(171.180)	(113.567)	(172.095)	(114.701)
(-) Outras receitas / despesas operacionais (nota 24)	(4.986)	(9.707)	(6.188)	(9.869)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	9.452	(77.098)	9.540	(77.049)
Receitas financeiras (nota 25)	64.692	45.245	64.785	45.299
(-) Despesas financeiras (nota 25)	(55.240)	(122.343)	(55.245)	(122.348)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	283.916	267.129	284.300	267.189
(-) Contribuição social (nota 26)	(17.647)	(18.631)	(17.756)	(18.651)
(-) Imposto de renda (nota 26)	(45.871)	(48.823)	(46.146)	(48.855)
Provisão para contribuição social diferida (nota 26)	(2.422)	1.508	(2.422)	1.508
Provisão para imposto de renda diferido (nota 26)	(435)	10.783	(435)	10.783
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-	-	(8)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	217.541	211.966	217.541	211.966
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (em reais)	0,53408	0,52039		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2009	2008 (Reclassificado)	2009	2008 (Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	217.541	211.966	217.541	211.966
Ajustes para reconciliação:				
Depreciação	94.183	96.345	94.304	96.462
Equivalência patrimonial	(1.326)	(150)	-	-
Baixa de investimento e imobilizado	1.855	466	2.099	513
Créditos fiscais diferidos	8.749	(5.205)	8.749	(5.205)
Provisão para devedores duvidosos	587	98	587	98
Provisão para contingências	12.303	(24.536)	12.259	(24.505)
Provisão para benefício pós-emprego	(2.342)	4.964	(2.342)	4.964
Provisão para tributos diferidos	(5.036)	(6.961)	(5.036)	(6.961)
Juros e variações monetárias de curto prazo	37.109	50.492	37.109	50.497
Juros e variações monetárias de longo prazo	(10.498)	60.078	(10.499)	60.078
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	8
Lucro líquido ajustado	353.125	387.557	354.771	387.915
Variações no ativo:				
Aumento de contas a receber de usuários	(12.994)	(16.691)	(12.994)	(16.691)
Aumento de estoques	(5.472)	(6.952)	(5.050)	(7.357)
Aumento de depósitos judiciais	(57.554)	(10.984)	(57.528)	(10.966)
Aumento de rendimentos SIAC	(14.762)	(12.383)	(14.762)	(12.383)
Aumento de reclamações e rescisões contratuais	(28)	(1)	(28)	(1)
Redução de outros créditos	480	3.081	1.002	2.351
Variações no passivo:				
Aumento de fornecedores	27.339	4.941	27.150	5.343
Redução/aumento de impostos e contribuições	(2.612)	(11)	(2.631)	113
Redução de impostos e contribuições - parcelamentos	(29.822)	(35.485)	(29.822)	(35.504)
Redução de dívidas com Fundação CORSAN	(34.643)	(32.609)	(34.643)	(32.609)
Aumento de férias e encargos a pagar	3.648	2.353	3.660	2.354
Aumento de participação nos resultados	801	11.890	801	11.890
Aumento/redução de outros débitos	3.450	(10)	3.497	(10)
Caixa líquido das atividades operacionais	230.956	294.696	233.423	294.445
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(247.351)	(121.284)	(247.962)	(121.325)
Dividendos propostos a receber da controlada	298	28	-	-
Estorno de dividendos propostos pela controlada	(28)	-	-	-
Caixa líquido das atividades de investimento	(247.081)	(121.256)	(247.962)	(121.325)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Empréstimos e financiamentos - captação	60.882	25.323	60.882	25.323
Empréstimos e financiamentos - pagamento	(91.226)	(86.687)	(91.226)	(86.687)
Contratos de repasse do OGU	55.759	-	55.759	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio - pagamento	(100.314)	(8.382)	(100.314)	(8.382)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(74.899)	(69.746)	(74.899)	(69.746)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(91.024)	103.694	(89.438)	103.374
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	56.834	147.858	58.695	148.133
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	147.858	44.164	148.133	44.759
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(91.024)	103.694	(89.438)	103.374

[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 e 2008 (Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2009	2008 (Reclassificado)	2009	2008 (Reclassificado)
1- Receitas	1.288.150	1.187.663	1.288.873	1.187.906
Vendas dos serviços	1.289.038	1.187.855	1.289.589	1.188.500
Devoluções e abatimentos	-	-	(27)	(421)
Provisão para devedores duvidosos - reversão/constituição	(587)	(98)	(587)	(98)
Outras receitas	(301)	(94)	(102)	(75)
2- Insumos adquiridos de terceiros	359.365	288.221	353.602	283.291
Custos dos serviços	294.431	221.068	288.183	215.568
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	64.934	67.153	65.419	67.723
3- Valor adicionado bruto (1-2)	928.785	899.442	935.271	904.615
4- Retenções	102.746	67.251	102.868	67.424
Depreciações e provisões	102.746	67.251	102.868	67.424
5- Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	826.039	832.191	832.403	837.191
6- Valor adicionado recebido em transferência	67.549	45.597	66.316	45.501
Receitas financeiras	64.692	45.245	64.785	45.299
Equivalência patrimonial	1.326	150	-	-
Doações e subvenções	1.531	202	1.531	202
7- Valor adicionado total a distribuir (5+6)	893.588	877.788	898.719	882.692
8- Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos (exceto previdência social)	360.889	314.145	361.879	315.273
Salários	199.367	177.497	200.026	178.119
FGTS	15.403	13.494	15.453	13.547
Vale transporte	1.222	1.403	1.228	1.411
Fundação CORSAN	28.230	27.553	28.230	27.553
PAT	30.445	24.483	30.529	24.597
IPE	14.353	12.922	14.408	13.073
Honorários da diretoria e conselhos	675	401	731	485
Participação nos resultados	17.153	25.400	17.153	25.400
Indenizações de ações trabalhistas	39.429	18.591	39.429	18.604
Outros	14.612	12.401	14.692	12.484
Impostos, taxas e contribuições	246.458	222.850	250.594	226.613
Federal	241.073	217.272	242.927	218.755
Estadual	4.608	5.127	6.890	7.407
Municipal	777	451	777	451
Remuneração de capitais de terceiros	68.700	128.827	68.705	128.832
Despesas financeiras	55.240	122.343	55.245	122.348
Aluguéis	13.460	6.484	13.460	6.484
Remuneração de capitais próprios	217.541	211.966	217.541	211.974
Juros sobre o capital próprio	38.903	27.835	38.903	27.835
Dividendos propostos	17.609	12.285	17.609	12.285
Lucros retidos	161.029	171.846	161.029	171.846
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	8
Total do valor adicionado distribuído	893.588	877.788	898.719	882.692

Total do valor adicionado distribuído

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto dividendos/juros sobre o capital próprio por ação)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		AUXÍLIOS PARA OBRAS	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	RESERVA DE REAVALIAÇÃO		RESERVA LEGAL	RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS		
Saldo em 31/12/07	503.842	9.262	7.886	116.821	-	-	-	-	(75.596)	562.215
Realização de reservas	-	-	-	(13.826)	-	-	-	-	13.826	-
Créditos fiscais diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	4.112	4.112
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	211.966	211.966
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.835)	(27.835)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.285)	(12.285)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(114.188)	(114.188)
Constituição de reservas	503.842	9.262	7.886	102.995	7.715	2	106.471	-	-	738.173
Saldo em 31/12/08	503.842	9.262	7.886	102.995	7.715	2	106.471	-	-	738.173
Realização de reservas	-	-	-	(11.510)	-	-	-	-	11.510	-
Provisão para tributos diferidos	-	-	-	48	-	-	-	-	-	48
Créditos fiscais diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	3.985	3.985
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	217.541	217.541
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.903)	(38.903)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.609)	(17.609)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(176.524)	(176.524)
Constituição de reservas	503.842	9.262	7.886	91.533	10.877	76	165.571	-	-	903.235
Saldo em 31/12/09	503.842	9.262	7.886	91.533	18.592	78	272.042	-	-	903.235

DIVIDENDO/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO POR AÇÃO (em reais)
AÇÕES ORDINÁRIAS 0,12680
AÇÕES PREFERENCIAIS 0,13948

m f.

pm

MB

MB

[Signature]

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e passou a operar, de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966.

A CORSAN está registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 92.802.784/0001-90, inscrita no Registro Estadual sob o nº 43300015921, com sede em Porto Alegre, na Rua Caldas Júnior, nº 120, 18º andar, Centro. O Acionista Controlador é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do capital votante e 91,56% do capital total e está vinculada à Secretaria Estadual de Habitação Saneamento e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR.

O objeto da Empresa é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios que a Companhia conquista e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul.

A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e desta forma os serviços públicos são prestados com base nos princípios fundamentais da universalização do acesso, integralidade, e maximização da eficácia das ações e dos resultados. Assim, a CORSAN realiza suas atividades de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, respeitando a vida e os patrimônios público e privado. Por prestar serviço público essencial, está articulada com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante. Visa a sustentabilidade econômica e a integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.



Atua em 314 municípios gaúchos com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 44 municípios com sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Na maioria dos municípios as operações decorrem de Contratos de Concessões, destes há 60 cujos prazos expiraram em 31 de dezembro de 2009, sendo que todos estão em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa previstos na legislação específica. Até dezembro de 2009 foram celebrados 126 Contratos de Programa, com prazo médio de 25 anos. As renovações correspondem a 39,73% da receita operacional. A Administração prevê que os contratos em andamento, resultarão em novos contratos ou prorrogações, afastando o risco da descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgotos.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

Tais alterações à Lei nº 6.404/76 atualizaram a legislação societária brasileira, possibilitaram o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitiram que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Neste contexto, em 2009, o CPC emitiu 26 novos pronunciamentos técnicos e 12 interpretações técnicas, aprovados por Deliberações da CVM. Segundo CPC 43, aprovado pela Deliberação CVM nº 610, de 22/12/09, os pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40 e interpretações diversas, emitidos em 2009, estão sendo sugeridos como de adoção obrigatória para 2010, com efeito retroativo a 2009 para fins comparativos.



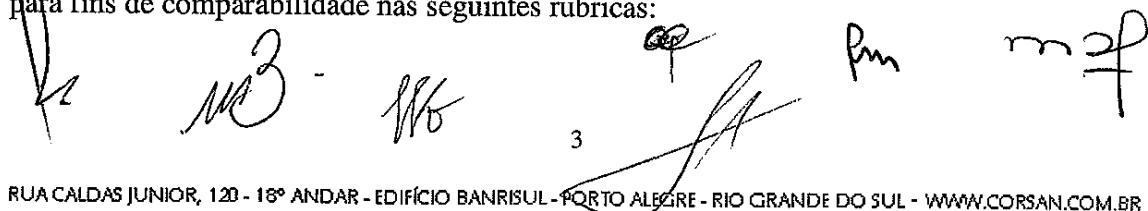
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

Os pronunciamentos e interpretações que poderão ser aplicáveis à Companhia, considerando-se suas operações, são:

CPC / ICPC	Título	CVM
CPC 15	Combinação de negócios	Del. 580/09
CPC 16	Estoques	Del. 575/09 (alterada pela Del. 624/10)
CPC 18	Investimento em coligada e em controlada	Del. 605/09
CPC 20	Custos de empréstimos	Del. 577/09
CPC 21	Demonstração intermediária	Del. 581/09
CPC 22	Informações por segmentos	Del. 582/09
CPC 23	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	Del. 592/09
CPC 24	Evento subsequente	Del. 593/09
CPC 25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	Del. 594/09
CPC 26	Apresentação das demonstrações contábeis	Del. 595/09 (alterada pela Del. 624/10)
CPC 27	Ativo imobilizado	Del. 583/09
CPC 30	Receitas	Del. 597/09
CPC 32	Tributos sobre o lucro	Del. 599/09
CPC 33	Benefícios a empregados	Del. 600/09
CPC 36	Demonstrações consolidadas	Del. 608/09 (alterada pela Del. 624/10)
CPC 37	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade	Del. 609/09
CPC 38	Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração	Del. 604/09
CPC 39	Instrumentos financeiros: apresentação	Del. 604/09
CPC 40	Instrumentos financeiros: evidenciação	Del. 604/09
CPC 43	Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40	Del. 610/09
ICPC 01	Contratos de concessão	Del. 611/09
ICPC 08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos	Del. 601/09
ICPC 09	Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial	Del. 618/09
ICPC 10	Aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPC 27, 28, 37 e 43	Del. 619/09

A Administração da Companhia está analisando os impactos das alterações trazidas pelos novos pronunciamentos. No momento, entende não ser possível determinar os efeitos destas alterações para os exercícios de 2009 e 2010.

As Demonstrações Contábeis relativas a 31 de dezembro de 2008 foram reclassificadas para fins de comparabilidade nas seguintes rubricas:

 3



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

Em 31/12/08	Reclassificado para	Controladora	Consolidado
Valores a compensar Ativo circulante	Outros créditos Ativo circulante	2.180	2.228
Créditos com Prefeituras Municipais Ativo circulante	Outros créditos Ativo circulante	914	914
Créditos com Prefeituras Municipais Ativo realizável a longo prazo	Outros créditos Ativo realizável a longo prazo	3.020	3.020
Estoques Ativo circulante	Estoque para obras Ativo imobilizado	12.985	12.985
Provisões tributárias, trabalhistas e outras Passivo circulante	Impostos e contribuições Passivo circulante	1.742	1.776
	Outros débitos Passivo circulante	294	294
Consignações Passivo circulante	Outros débitos Passivo circulante	2.269	2.269

A Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado referentes ao exercício de 2008 também foram reclassificadas.

Os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, exceto aqueles indicados expressamente.

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas abrangem as da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN e sua controlada Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL. A Controladora detém 100% do capital social da Controlada.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas foram adotadas as seguintes práticas contábeis:

- A Controladora e a Controlada adotam práticas contábeis uniformes para o registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais;
- Os saldos das contas patrimoniais e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas consolidadas, estão devidamente eliminados;
- Foram destacadas as parcelas do patrimônio líquido e do resultado do exercício referentes à participação de acionistas não controladores no exercício de 2008.



4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência.

b) Contas a receber de usuários

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada rota de clientes.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado, é calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

d) Estoques

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto encontram-se classificados no ativo circulante e os destinados a aplicação em obras, classificados no imobilizado, estoque para obras. A avaliação está pelo custo médio de aquisição que não excede o custo de realização.

e) Investimentos

A participação na Empresa Controlada está avaliada pelo método de equivalência patrimonial, e os demais, demonstrados pelo custo de aquisição.

f) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção, e conforme nota 11, grande parte dos bens integrantes do imobilizado foram reavaliados, como também acrescida a correção monetária complementar, art. 3º, Lei nº 8.200 de 29/06/91. A depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens e as taxas anuais para os sistemas de água e esgoto e instalações fixas é 4%; veículos 20% e demais bens móveis 10%.

Os juros e demais encargos financeiros, relacionados a financiamentos de bens do imobilizado em andamento, são apropriados ao custo de aquisição ou construção.

O teste de *impairment* dos bens registrados no imobilizado, procedido em 2009, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 aprovado pela Deliberação CVM nº 527 de 01/11/07, foi realizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando-se para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados por esses bens. Demonstra-se assim que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo perda a registrar.



g) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros existentes em 31/12/09 são disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, empréstimos e financiamentos e parcelamentos de impostos e contribuições, cujos saldos estão registrados por valores que se aproximam aos de mercado, baseado em taxas e encargos de tipos de instrumentos financeiros similares.

A Companhia não realizou até 31/12/09 operações com características de derivativos, conforme definido na Instrução CVM nº 475/08 e Pronunciamento Técnico CPC 14 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Deliberação CVM nº 566 de 17/12/08.

Os empréstimos e financiamentos em 31/12/09, cujas características e taxas de atualização estão descritas na nota 13, possuem R\$ 71.171 vinculado ao dólar norte americano, para o qual não existe mecanismo de proteção contra eventuais oscilações. Os financiamentos, em 31/12/09, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado.

h) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação acrescidos dos encargos pactuados e incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

i) Provisão para férias e encargos

Constituída mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos.

j) Programa de participação nos resultados - PPR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

k) Provisão para contingências

Constituída com base na expectativa do desfecho desfavorável dos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, impetrados na justiça em montantes julgados suficientes para cobrir eventuais perdas. Os saldos das provisões para contingências estão sendo apresentados líquidos dos respectivos depósitos judiciais.

l) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a avaliação, em conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 371 de 2000, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.



m) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

O valor reconhecido no ativo não circulante refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, calculados com base nos valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros e prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. O valor reconhecido no passivo não circulante refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação.

n) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa financeira e para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros é revertida da Demonstração do Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios propostos calculados na forma da lei.

Os dividendos propostos a receber da Controlada foram contabilizados no ativo circulante em outros créditos em contrapartida à conta de investimentos.

o) Direitos e obrigações

Estão demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas (passivos).

Os direitos e obrigações sujeitos à variação monetária ou variação cambial evidenciam-se pelos valores atualizados na data do balanço, atendendo ao critério *pro rata die*.

p) Uso de estimativas

A elaboração das Demonstrações Contábeis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

q) Ajustes a valor presente

Quanto à obrigatoriedade de ajuste a valor presente das operações ativas e passivas de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, requeridos pela Deliberação CVM nº 564/08, registra-se que não foram identificadas operações com efeitos significativos e as operações da Companhia estão apresentadas pelos valores representativos da época de sua realização.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

r) Lucro líquido por ação

Está calculado com base no número de ações na data de levantamento do balanço patrimonial e o valor do lucro por ação está expresso em reais.

5. CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Contas a receber vincendas		
Particular	92.433	81.816
Pública	3.910	3.861
Contas a receber vencidas		
Particular	36.022	32.818
Pública	34.589	39.651
Receitas a faturar	42.004	37.818
Total de contas a receber	208.958	195.964
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7.413)	(6.826)
Total de contas a receber, líquidas	201.545	189.138

Os valores de contas a receber vencidos estão compostos da seguinte forma:

Contas a receber vencidas	2009		2008	
	Particular	Pública	Particular	Pública
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	23.163	2.769	20.818	1.762
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	4.311	4.432	4.378	2.713
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	3.796	2.577	3.457	3.353
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	1.240	1.776	963	7.303
Créditos vencidos - mais de 360 dias	3.512	23.035	3.202	24.520
Total	36.022	34.589	32.818	39.651

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas.

A conta receitas a faturar: refere-se aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD foi constituída considerando as contas a receber de usuários particulares vencidas há mais de 180 dias e faturas referentes aos serviços de água e esgoto de órgãos públicos que apresentam risco de perda.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

CORSAN

No ano de 2009, contabilizou-se R\$ 6.463 (R\$ 5.076 em 2008) a título de perdas no recebimento de créditos, de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 9.430/96 e pelo regulamento do imposto de renda.

6. ESTOQUES

Itens	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Tubulações de água e esgoto	80.512	38.025	80.512	38.025
Materiais de tratamento/laboratório	1.521	871	2.074	1.817
Materiais diversos	3.504	2.937	3.512	2.974
Total	85.537	41.833	86.098	42.816
Estoques - Circulante	34.320	28.848	34.881	29.831
Estoque para obras - Imobilizado	51.217	12.985	51.217	12.985

Na CORSAN, os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto e aplicação em investimentos. Os materiais destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto, classificados no ativo circulante, somam R\$ 34.320 em 31/12/09 (R\$ 28.848 em 31/12/08), os materiais destinados a aplicação em obras, classificados no imobilizado, estoque para obras, montam R\$ 51.217 em 31/12/09 (R\$ 12.985 em 31/12/08).

O aumento do valor dos estoques ocorrido em 2009 deu-se em virtude, principalmente, da aquisição de materiais para execução de obras oriundas de novos financiamentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

7. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02 vêm sendo apropriados os créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda pessoa jurídica, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

CORSAN

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Prejuízos fiscais	152.602	233.703
Adições temporárias	358.833	346.169
Exclusões temporárias	(312.518)	(307.829)
Base de cálculo	198.917	272.043
Ativo fiscal diferido (25%)	49.729	68.011
Base de cálculo negativa de contribuição social	31.692	115.724
Adições temporárias	357.772	342.748
Exclusões temporárias	(345.877)	(348.719)
Base de cálculo	43.587	109.753
Ativo fiscal diferido (9%)	3.923	9.878
Soma dos créditos diferidos de IRPJ e CSLL	53.652	77.889

Outrossim, tendo como base o estudo técnico de viabilidade, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia apropriou a totalidade dos créditos em 2009 (75% dos créditos em 2008, no montante de R\$ 58.416) e concluiu que o período máximo de realização seria em até quatro anos. A movimentação ocorrida nos dois últimos exercícios é a seguinte:

Descrição	
Saldo em 31/12/07	49.099
Ajustes em 2008 no resultado referentes à realização	(10.155)
Ajustes em 2008 no resultado referentes à complementação	15.360
Ajustes em 2008 na conta de patrimônio líquido	4.112
Saldo em 31/12/08	58.416
Ajustes em 2009 no resultado referentes à realização	(18.177)
Ajustes em 2009 no resultado referentes à complementação	9.428
Ajustes em 2009 na conta de patrimônio líquido	3.985
Saldo em 31/12/09	53.652

Perspectiva de realização em

2010	14.682
2011	14.183
2012	13.848
2013	10.939
Total	53.652

Em dezembro de 2009, a Companhia registrou um complemento de 25% dos créditos fiscais diferidos, sendo R\$ 3.985 no patrimônio líquido e R\$ 9.428 no resultado. Desta forma, reconheceu 100% dos créditos.



8. OUTROS CRÉDITOS

CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Bloqueio judicial indevido	3.802	2.049	3.802	2.049
Créditos com prefeituras municipais	917	914	917	914
Créditos de empregados	3.972	3.195	3.972	3.195
Dividendos propostos pela Controlada	298	28	-	-
Por serviços ou obras prestados a terceiros	610	274	610	274
Valores a compensar	80	2.180	162	2.228
Créditos diversos	464	374	646	495
Total	10.143	9.014	10.109	9.155

LONGO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Ações de parcelamentos de dívidas	2.525	2.525	2.525	2.525
Créditos com prefeituras municipais	2.177	3.020	2.177	3.020
Créditos diversos	73	836	89	854
Total	4.775	6.381	4.791	6.399

9. RECLAMAÇÕES E RESCISÕES CONTRATUAIS

O saldo de reclamações e rescisões contratuais no valor de R\$ 20.234 em 31/12/09 (R\$ 15.783 em 31/12/08) refere-se, principalmente, ao fornecimento de água ao município de Novo Hamburgo, relativo ao sistema integrado, cujo recebimento vem sendo discutido na esfera judicial.

[Handwritten signatures and initials]



10. PARTICIPAÇÃO EM EMPRESA CONTROLADA

O investimento na controlada Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL está assim representado:

	2009	2008
Capital social	2.264	2.264
Nº de ações	2.149	2.264
Patrimônio líquido	3.302	2.366
Resultado do período	1.326	158
Percentual de participação - %	100,00	94,92
Saldo no início do exercício	2.246	2.125
Resultado de equivalência patrimonial	1.326	150
Outros ajustes de equivalência patrimonial		
Efeito da variação do percentual de participação	-	(1)
Estorno de dividendos propostos	28	-
Dividendos propostos	(298)	(28)
Saldo final do exercício	3.302	2.246

Em Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 18 de março de 2009 pela CIEL foi aprovada a retenção do dividendo obrigatório no valor de R\$ 30, conforme autoriza a Lei nº 6.404/76. No mesmo dia, em Assembléia Geral Extraordinária, foi deliberado o resgate da totalidade das ações ordinárias da classe A (115 ações), sem redução do capital, bem como aprovada a retirada do valor nominal das ações. O capital social da CIEL é de R\$ 2.264, formado por 2.149 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, todas pertencentes à CORSAN.



11. IMOBILIZADO TÉCNICO E OBRAS EM ANDAMENTO

Imobilizado técnico	Controladora					
	2009			2008		
	Custo	Depreciação	Valor líquido	Custo	Depreciação	Valor líquido
Sistemas de abastecimento de água						
Custo aquisição	960.485	(425.100)	535.385	912.353	(387.916)	524.437
Correção monetária complementar	153.797	(134.022)	19.775	153.969	(129.803)	24.166
Reavaliação	634.205	(552.941)	81.264	635.595	(538.456)	97.139
Total	1.748.487	(1.112.063)	636.424	1.701.917	(1.056.175)	645.742
Sistemas de esgoto						
Custo aquisição	559.642	(181.347)	378.295	549.311	(159.157)	390.154
Correção monetária complementar	48.223	(37.672)	10.551	48.223	(35.946)	12.277
Reavaliação	25.069	(19.245)	5.824	25.069	(18.281)	6.788
Total	632.934	(238.264)	394.670	622.603	(213.384)	409.219
Bens de uso geral						
Custo aquisição	267.986	(183.561)	84.425	252.218	(174.747)	77.471
Correção monetária complementar	72.150	(66.220)	5.930	72.373	(65.029)	7.344
Reavaliação	72.895	(37.717)	35.178	72.895	(37.152)	35.743
Total	413.031	(287.498)	125.533	397.486	(276.928)	120.558
Total geral	2.794.452	(1.637.825)	1.156.627	2.722.006	(1.546.487)	1.175.519

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994, cujo saldo líquido das respectivas baixas e depreciações monta R\$ 122.266 em 31/12/09 (R\$ 139.670 em 31/12/08). Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens. Em cumprimento à Deliberação CVM nº 183/95, os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do passivo não circulante (nota 16).

A Lei nº 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou por manter o saldo da reserva de reavaliação até sua efetiva realização, conforme faculta a Deliberação CVM nº 565/08. Desta forma, o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social de 2008 passa a ser considerado como o novo valor de custo para fins de mensuração futura e determinação do valor recuperável. A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, continuará sendo realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei nº 11.638/07.

Em atendimento a Lei nº 6.404/76 e ao pronunciamento técnico CPC 01 aprovado pela Deliberação CVM nº 527 de 01/11/07, a Companhia avaliou a existência de qualquer indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização no exercício de 2009 e mesmo sem qualquer evidência de desvalorização, efetuou o teste de *impairment* dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de

13

RUA CALDAS JUNIOR, 120 - 18º ANDAR - EDIFÍCIO BANRISUL - PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL - WWW.CORSAN.COM.BR



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

uso, utilizando-se para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados por esses bens. O estudo demonstrou que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo perda a ser registrada.

A conta de obras em andamento tem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Água - Custo aquisição	83.109	80.843
Esgoto - Custo aquisição	161.954	42.179
Bens de uso geral - Custo aquisição	197	28
Encargos financeiros sobre obras	3.432	878
Adiantamentos a terceiros	21.182	17.225
Estoque para obras	51.217	12.985
Valores capitalizáveis apropriados	26.608	23.356
Total	347.699	177.494

O saldo da conta adiantamentos a terceiros monta R\$ 21.182 em 31/12/09 (R\$ 17.225 em 31/12/08). O principal valor, R\$ 14.850, refere-se a uma demanda de desapropriação da localidade denominada Lago Dourado, em Santa Cruz do Sul. Em julho de 2008, foi efetuado depósito judicial do valor incontroverso da ação (R\$ 14.850), o qual teve levantamento autorizado em dezembro de 2008, com a consequente transferência para a conta de adiantamentos a terceiros.

Reconciliação do imobilizado técnico e obras em andamento da Controladora:

Imobilizado	Imobilizado técnico			Obras em andamento	Total do imobilizado
	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral		
Saldo em 31/12/09	636.424	394.670	125.533	347.699	1.504.326
Adições	14.172	1.126	16.980	215.073	247.351
Baixas	(170)	-	(133)	(1.552)	(1.855)
Transferências	34.110	9.206	-	(43.316)	-
Depreciações	(57.430)	(24.881)	(11.872)	-	(94.183)
Saldo em 31/12/08	645.742	409.219	120.558	177.494	1.353.013
Adições	13.339	17	13.089	94.839	121.284
Baixas	(122)	-	(26)	(317)	(465)
Transferências	44.949	17.342	845	(63.136)	-
Depreciações	(59.333)	(24.665)	(12.347)	-	(96.345)
Saldo em 31/12/07	646.909	416.525	118.997	146.108	1.328.539

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo

RUA GALDAS JUNIOR, 120 - 18º ANDAR - EDIFÍCIO BANRISUL - PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL - WWW.CORSAN.COM.BR



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi susgado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. Por esta pendência judicial, deixou-se de contabilizar a depreciação gerada por esses bens e aguarda-se decisão definitiva do Judiciário para registrar contabilmente os efeitos.

Os saldos existentes dessa pendência, incluídos no quadro inicial desta nota explicativa, tem a seguinte composição:

Imobilizado técnico Novo Hamburgo	Sistema de abastecimento de água	Sistema de esgoto	Bens de uso geral	Total
Custo corrigido	28.737	2.609	5.648	36.994
Custo de aquisição	6.957	907	2.712	10.576
Correção monetária complementar	2.505	1.653	1.831	5.989
Reavaliação	19.275	49	1.105	20.429
Depreciação acumulada	(13.414)	(686)	(1.792)	(15.892)
Custo de aquisição	(2.838)	(273)	(556)	(3.667)
Correção monetária complementar	(1.435)	(387)	(328)	(2.150)
Reavaliação	(9.141)	(26)	(908)	(10.075)
Total	15.323	1.923	3.856	21.102

O imobilizado técnico da Controlada está representado a seguir:

Imobilizado	2009			2008		
	Custo	Depreciação	Valor líquido	Custo	Depreciação	Valor líquido
Bens de uso geral						
Custo aquisição	3.440	(2.445)	995	3.272	(2.520)	752
Total	3.440	(2.445)	995	3.272	(2.520)	752

12. SEGUROS

A Companhia não adota política de contratação de seguros para os ativos operacionais, porque historicamente, não há comprometimento quanto a garantia e a confiabilidade na continuidade dos serviços prestados.

Os prédios, maquinários e veículos da controlada Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL estão cobertos por seguro na modalidade vendaval e incêndio, com importância segurada dentro dos limites técnicos julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.



13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Demonstra-se a seguir o perfil da composição da dívida de curto e longo prazos:

Instituição	Indexador	Taxa de juros anual	Último vencimento	Controladora e Consolidado			
				Curto prazo		Longo prazo	
				2009	2008	2009	2008
Banco do Brasil	TR	7,435%	31/03/14	37.322	35.808	121.297	152.184
Banco Nacional de Desenvolvimento	TJLP	2,61%	15/04/23	-	-	35.945	-
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	7.641	10.427	63.530	93.796
Caixa Econômica Federal				21.688	19.922	103.155	107.186
Caixa Econômica Federal	UPR*	6,0 a 9,5%	17/02/30	3.053	1.221	41.380	25.469
Secretaria do Tesouro Nacional	UPR*	5,0 a 12,0%	28/12/15	18.635	18.701	61.775	81.717
PIMES - Progr. Integr. Melhoria Social	TR	11,00%	20/02/16	2.048	2.039	2.309	4.324
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR*	6,00%	06/05/30	3	-	184	11
Prefeitura Municipal de Osório	UPR*	6,00%	04/08/30	-	-	13.208	5.930
Total				68.702	68.196	339.628	363.431

* UPR – Unidade Padrão de Referência: mesmo índice utilizado pela Caixa Econômica Federal para atualização do FGTS (TR).

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado e com a Prefeitura Municipal de Osório foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN.

Em 31/12/09, o montante do passivo não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2011	65.488
2012	64.331
2013	65.109
2014	31.348
2015	15.256
Após 2015	98.096
Total	339.628

16



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

14. FORNECEDORES

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Fornecedores de materiais e serviços	98.611	62.348	98.091	61.669
Parcelamento - CEEE	-	265	-	265
Parcelamento - DMAE	15.467	19.600	15.467	19.600
Parcelamento - PROCERGS (Nota 22 (d))	9.050	13.962	9.050	13.962
Total	123.128	96.175	122.608	95.496
Curto prazo	111.716	79.556	111.196	78.877
Longo prazo	11.412	16.619	11.412	16.619

O parcelamento com o DMAE refere-se à compra de água bruta para os Municípios de Eldorado do Sul e Viamão.

Em 31/12/09, o montante dos compromissos com fornecedores, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2011	4.150
2012	4.150
2013	3.112
Total	11.412

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES - PARCELAMENTOS

Imposto ou contribuição	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Controladora e Consolidado			
				Curto prazo		Longo prazo	
				2009	2008	2009	2008
COFINS - Proc. 11080.006781/2004-51		SELIC	31/08/09	-	11.649	-	-
PASEP - Proc. 11080.009138/2005-61		SELIC	31/10/10	12.679	14.201	-	11.834
PASEP - Proc. 11080.001942/00-52		SELIC	31/10/10	1.700	1.904	-	1.587
INSS - Proc. 01629386-0	UFIR	1% a.m.	20/04/13	1.094	1.056	2.552	3.520
Total				15.473	28.810	2.552	16.941

Em 31/12/09, os compromissos com impostos e contribuições evidenciados no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2011	1.094
2012	1.094
2013	364
Total	2.552

17



16. PROVISÃO PARA TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social

Demonstrativo da base de cálculo da provisão para tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Reserva de reavaliação exceto terrenos	90.393	107.796
Alíquota aplicada	34%	34%
Provisão para tributos diferidos	30.734	36.675

A movimentação ocorrida nos dois últimos exercícios é a seguinte:

Descrição	
Saldo em 31/12/07	43.761
Ajustes em 2008 no resultado referentes à realização	(7.086)
Saldo em 31/12/08	36.675
Ajustes em 2009 no resultado referentes à realização	(5.893)
Ajustes em 2009 na conta de patrimônio líquido	(48)
Saldo em 31/12/09	30.734

Perspectiva de realização em

2010	6.119
2011	5.630
2012	5.180
2013	4.766
2014	4.385
2015	4.443
2016	211
Total	30.734

b) COFINS e PASEP

A Provisão para tributos diferidos de COFINS e PASEP é calculada com base no faturamento de órgãos públicos, em 2009 os valores contabilizados relativos à COFINS montam R\$ 1.679 no longo prazo (R\$ 232 no curto prazo e R\$ 744 no longo prazo em 2008) e o PASEP R\$ 365 no longo prazo (R\$ 50 no curto prazo e R\$ 161 no longo prazo em 2008). Por ocasião da prestação do serviço é apurada a obrigação e constituída a provisão, quando do recebimento da fatura é realizada a liquidação do valor provisionado.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including "ce", "Rm", "mf.", and several illegible signatures.



17. OUTROS DÉBITOS

CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Consignações a recolher	3.082	2.269	3.082	2.269
Depósitos e retenções contratuais	4.569	3.188	4.569	3.188
Outras contas a pagar	3.231	372	3.361	425
Total	10.882	5.829	11.012	5.882

A Controlada apresenta, no passivo não circulante, o valor de R\$ 168 em 31/12/09 (R\$ 46 em 31/12/08) referente à créditos de ex-acionistas.

18. CONTRATOS DE REPASSE DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO – OGU

Foram assinados contratos de repasse entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, o Estado do Rio Grande do Sul, cuja operacionalização se deu por intermédio da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, e a CORSAN, que têm por finalidade a ampliação do sistema de esgotamento sanitário das localidades de Alvorada/Viamão, Canoas, Esteio/Sapucaia, São Gabriel, Uruguaiana, Venâncio Aires e Carazinho. A CORSAN, na qualidade de interveniente executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá a contrapartida de cada contrato. Os valores serão transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação e montam R\$ 237.382. Será alocado pela Companhia o valor de R\$ 40.465 a título de contrapartida. Em 31/12/09, o valor repassado à CORSAN para investimento monta R\$ 55.759, conforme se demonstra a seguir:

Município	Valor contratado		Valor repassado em 2009
	Repasse	Contrapartida	
Alvorada/Viamão	91.035	16.065	22.351
Canoas	34.170	6.030	12.230
Carazinho	4.449	500	977
Esteio/Sapucaia do Sul	89.930	15.870	19.109
São Gabriel	4.449	500	1.092
Uruguaiana	8.900	1.000	-
Venâncio Aires	4.449	500	-
Total	237.382	40.465	55.759

[Handwritten signatures and initials are present below the table, including 'mef.', 'Pm', and others.]



19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências foram atualizadas e consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo não circulante, líquidas dos valores depositados judicialmente, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável. Esses valores foram contabilizados conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para contingências é composta como segue:

Ações	Controladora				Saldo em 31/12/09
	Saldo em 31/12/08	Adições	Exclusões	Despesas financeiras	
Trabalhistas	147.830	46.444	(65.097)	6.213	135.390
Cíveis e fiscais	<u>37.793</u>	<u>53.471</u>	<u>(22.515)</u>	<u>2.199</u>	<u>70.948</u>
Total	185.623	99.915	(87.612)	8.412	206.338
(-) Depósitos judiciais	(84.038)	(105.108)	63.657	-	(125.489)
Total	101.585	(5.193)	(23.955)	8.412	80.849

As principais contingências provisionadas são:

Ações trabalhistas

a) Processo 241/93 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual e ganhou a ação. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a ação continuou, estando atualmente em fase de liquidação. Em 31/12/09 esta provisão totaliza R\$ 23.680 (R\$ 22.112 em 31/12/08).

b) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 4.259 ações. Em 31/12/09 a provisão referente a outras reclamatórias trabalhistas totaliza R\$ 111.710 (R\$ 125.718 em 31/12/08).

Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$ 38.135 em 31/12/09 (R\$ 21.672 em 31/12/08).



Ações cíveis e fiscais

As ações cíveis referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Em 31/12/09 estas provisões totalizam R\$ 70.948 (R\$ 37.793 em 31/12/08).

A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, R\$ 95.611 em 31/12/09 (R\$ 92.035 em 31/12/08).

Adicionalmente, em agosto de 2005, a CORSAN foi notificada de ação pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual - MP, Promotoria de Rio Grande. Esta ação requereu da Companhia, entre outras ponderações, indenização por danos patrimoniais e extrapatrimoniais aos moradores do Parque Marinha. Conforme opinião dos assessores jurídicos externos, o processo foi estimado como perda possível, com diminuição da eventual responsabilidade da Companhia pelos atos impugnados no feito. Desde o advento dessa ação, foram intentadas 384 ações ambientais em Rio Grande, por moradores do Parque Marinha, com o mesmo objeto requerido na Ação Civil Pública. Em 24/09/09 foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre a CORSAN e o MP, onde foram dispostas várias obrigações de cunho ambiental (a maioria já satisfeitas), em especial o aterramento do banhado e a realização de cobertura das valas de escoamento pluvial do Parque Marinha. Também foram estipuladas indenizações administrativas, baseadas em laudo técnico do MP. Tais indenizações são calculadas por zonas, tendo como parâmetro a distância entre a residência do usuário e a Estação de Tratamento de Esgoto - ETE. A CORSAN já está implementando o pagamento de tais indenizações administrativas e, por força do TAC, foram propiciadas também várias audiências de conciliação nos processos judiciais, tendo como referência os valores do Termo. Os valores pagos pelos processos administrativos e judiciais em dezembro de 2009 montam R\$ 40. Recentemente foram ajuizadas mais 62 ações contra a CORSAN em Rio Grande, relativas à ETE Navegantes, com o mesmo pedido de indenização feito por moradores do Parque Marinha.

No que tange ao Município de Passo Fundo, ainda no ano de 2005, a CORSAN, igualmente, foi citada em 462 processos judiciais/ambientais, hoje totalizando 581 processos, cujo objeto busca a condenação em danos materiais, pela desvalorização da propriedade, e danos morais, decorrente do cheiro exalado pela Estação de Tratamento de Esgoto. As ações possuem valor da causa de R\$ 40, quando o polo ativo é integrado apenas por um autor e R\$ 100, quando integrado por mais de um. A CORSAN ingressou com Impugnação ao Valor da Causa em todos os processos, sendo que tais demandas foram julgadas procedentes, determinando o Juiz que o valor da causa fosse alterado para o valor de alçada, atualmente, no valor de R\$ 1. Conforme opinião dos assessores jurídicos internos, o processo foi estimado como perda possível, com diminuição da eventual responsabilidade da Companhia pelos atos impugnados no feito.



Em setembro de 2009, foi contabilizado complemento de provisão no valor de R\$ 18.589, referente a processo de execução de sentença promovida em face da sentença proferida no feito 026/1.03.0001236-1 - ENC Empreiteira de Obras Ltda. versus CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. Todas as decisões proferidas foram desfavoráveis à Construtora Andrade Gutierrez S/A, que foi condenada a ressarcir a referida demandante, sendo que a CORSAN deverá efetuar esse ressarcimento, em face da denúncia da lide proposta pela Construtora Andrade Gutierrez S/A. O valor provisionado até então, de R\$ 12.452, era considerado suficiente para contingenciar o valor de R\$ 9.602 que a CORSAN ainda entende como devido em tal feito, sendo que a soma de R\$ 31.041 foi depositada em 01/10/09 em face da ordem judicial emanada do julgamento do Agravo de Instrumento nº 70024759466, em curso na 21ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, interposto exatamente em face da CORSAN ter sido intimada, em junho de 2008, a efetuar o pagamento da condenação sem direito de impugnar o valor devido, sendo que tal direito foi deferido na decisão do Agravo de Instrumento interposto pela CORSAN. Esse valor foi integralmente depositado judicialmente em 01/10/09 para viabilizar a impugnação dos cálculos da exequente (ENC/Andrade) pela CORSAN, salientando que apenas por cautelar efetuou o depósito em valor muito superior ao que a Empresa entende como devido (R\$ 9.602), objetivando estancar a fluência dos juros moratórios e correção monetária.

A Controlada possui ações trabalhistas, para as quais está provisionado o valor de R\$ 56 em 31/12/09 (R\$ 100 em 31/12/08) e uma ação cível no valor de R\$ 10 em 31/12/09 (R\$ 10 em 31/12/08).

20. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinada FUNCORSAN no valor de R\$ 172.333 em 31/12/09 (R\$ 193.110 em 31/12/08), conforme nota 22 c, sendo esse valor superior ao passivo atuarial calculado conforme a Deliberação CVM nº 371/00. A Companhia, além deste saldo de débitos, reconheceu, em 31/12/09, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões "IPÊ SAÚDE" e "PAI/SPP" de R\$ 2.342. O saldo da provisão para benefício pós-emprego monta R\$ 41.301 em 31/12/09 (R\$ 43.643 em 31/12/08). Segue abaixo descrição dos cálculos atuariais:

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios BD nº 001, é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela FUNCORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidiram contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto FUNCORSAN).



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

CORSAN

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto FUNCORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos	2009	2008
(1) Obrigações atuariais	876.242	1.001.988
(2) Valor justo dos ativos do plano	(526.675)	(442.250)
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	349.567	559.738
(4) Obrigação atuarial a ser reconhecida pelos participantes	(86.841)	(182.678)
(5) Obrigação atuarial de responsabilidade do empregador (3+4)	262.726	377.060
(6) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	(166.745)	(267.786)
(7) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (5+6)	95.981	109.274
(8) Passivo atuarial calculado no ano anterior	(109.274)	
(9) Passivo reconhecido excedente à obrigação atuarial (7+8)	(13.293)	

Tendo em vista que a CORSAN possui contratos de reconhecimento de débitos com o plano, que totalizam R\$ 172.333 em 31/12/09 (R\$ 193.110 em 31/12/08), devem ser mantidos esses registros contábeis, que são superiores ao passivo atuarial calculado pelas regras da Deliberação CVM nº 371/00, de R\$ 95.981, demonstrado no quadro anterior.

Para fins de registro contábil da CORSAN, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante o ano de 2009 foi a seguinte:

Movimentação do passivo (ativo) atuarial	
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	109.274
(2) Despesa reconhecida na Demonstração do Resultado durante o ano de 2009	46.182
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano de 2009	(59.475)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	95.981

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2009, assim como a projeção da despesa a reconhecer no ano de 2010, são explicadas no quadro a seguir:



Despesa reconhecida e a reconhecer na Demonstração do Resultado	2009	2010
(1) Custo do serviço corrente (com juros)	17.136	14.687
(2) Contribuições esperadas de participantes	(21.632)	(25.903)
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	81.644	86.655
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(45.263)	(55.562)
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	14.297	5.447
(6) Despesa reconhecida e a reconhecer segundo Deliberação CVM nº 371 (1+2+3+4+5)	46.182	25.324
(7) Contribuições do empregador referente a custeio do plano	(59.475)	(68.224)
(8) Total da despesa (receita) adicional a reconhecer (6+7)	(13.293)	(42.900)

Para o próximo exercício, os valores de despesa (receita) esperados foram calculados pela projeção das variações das obrigações atuariais e do ativo líquido do plano.

Política contábil para reconhecimento dos ganhos/perdas atuariais: os estudos atuariais apontam a movimentação de diversas variáveis (premissas) para os exercícios futuros. Essas projeções podem se concretizar ou não, fazendo com que, a cada reavaliação atuarial anual, sejam calculadas as diferenças entre os valores projetados e os que efetivamente ocorreram. A essas diferenças dá-se o nome de ganho ou perda atuarial. No caso específico da avaliação de 31/12/09, houve transcendência do corredor para o plano de benefícios, o que explica a amortização relativa a ganhos e perdas atuariais projetada para o exercício de 2010.

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no “Termo de Contrato de Prestação de Serviços” celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Empresa para o IPE-SAÚDE corresponde a 8,9% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Empresa, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela FUNCORSAN.

Para a apuração da provisão oriunda de benefícios pós-emprego do plano IPE-SAÚDE são considerados os compromissos da patrocinadora CORSAN com os seguintes grupos:

(1) Ativos da CORSAN com elegibilidade para entrada no plano PAI/SPP (Riscos iminentes)	1.182
(2) Atuais assistidos do plano de benefícios BD nº 001 (FUNCORSAN)	2.087
(3) Atuais assistidos do plano PAI/SPP (CORSAN)	992
(4) Total das obrigações atuárias (1+2+3)	4.261



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

Em 31/12/09 identifica-se o seguinte nível de cobertura neste plano:

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos	2009	2008
(1) Obrigações atuariais	4.261	21.985
(2) Ativos para cobertura do plano	-	-
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	4.261	21.985
(4) Valor já provisionado na CORSAN	(21.985)	
(5) Valor adicional a ser provisionado (3+4)	(17.724)	

c) Suplementação provisória de proventos PAI/SPP

A CORSAN assegura um benefício de suplementação provisória de proventos aos participantes da FUNCORSAN, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2009 - 2010.

Para o recebimento do benefício, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:

- Contar na data base de 01 de maio de 2005 com pelo menos 53 anos de idade. Os empregados que não possuírem esta idade na data mencionada, deverão cumprir um período de trabalho adicional equivalente a 25% do tempo que faltaria para que completassem 53 anos de idade;
- Obter aposentadoria junto à previdência social e contar com pelo menos 10 anos de trabalho na Empresa na data de concessão do benefício;
- Ser participante da FUNCORSAN há pelo menos 06 anos;
- Estar desligado da Empregadora.

O valor da suplementação provisória paga pela Companhia consiste na diferença entre o salário-real-de-benefício, calculado conforme regulamento da Fundação caso o empregado já tivesse implementado todas as carências, e o valor do "teto base", respeitado o benefício mínimo, o abono de aposentadoria e o teto máximo (cinco vezes o teto base FUNCORSAN), previstos no regulamento.

Este benefício de caráter provisório é concedido apenas e enquanto o empregado não preencher todos os requisitos de concessão do benefício na FUNCORSAN.

Para a apuração da provisão oriunda de benefícios pós-emprego do plano PAI/SPP são considerados os compromissos da Patrocinadora com os seguintes grupos:

(1) Ativos da CORSAN com elegibilidade para recebimento do PAI/SPP (Riscos iminentes)	24.196
(2) Ativos assistidos do plano PAI/SPP (CORSAN)	12.844
(3) Total das obrigações atuarias (1+2)	37.040



Em 31/12/09 identifica-se o seguinte nível de cobertura neste plano:

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos	2009	2008
(1) Obrigações atuariais	37.040	21.658
(2) Ativos para cobertura do plano	-	-
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	37.040	21.658
(4) Valor já provisionado na CORSAN	(21.658)	
(5) Valor adicional a ser provisionado (3+4)	15.382	

d) Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

As premissas e métodos atuariais adotados foram aqueles requeridos pelos padrões da Deliberação CVM nº 371/00. Como exigido pelas regras da norma, foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais. Seguem as premissas:

Econômicas e financeiras:

- Taxa de desconto atuarial – taxa real: 6,00% ao ano
- Taxa de desconto atuarial – taxa nominal: 10,24% ao ano
- Taxa de retorno esperado dos ativos – taxa real: 6,00% ao ano
- Taxa de retorno esperado dos ativos – taxa nominal: 10,24% ao ano
- Taxa de crescimento salarial futuro – taxa nominal: 6,08% ao ano
- Taxa de crescimento dos benefícios – taxa nominal: 4,00% ao ano
- Inflação projetada: 4,00% ao ano;
- Fator de capacidade: 100,00%

Demográficas:

- Tábua de mortalidade geral: AT 83 male
- Tábua de mortalidade de inválidos: AT 49 male
- Tábua de entrada em invalidez: *light* média
- Tábua de rotatividade: não aplicado
- Entrada em aposentadoria: 100% na elegibilidade
- Composição familiar: experiência FUNCORSAN

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 503.842, conforme composição acionária a seguir:



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

CORSAN

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)
Estado do Rio Grande do Sul	203.659.006	169.321.006	372.980.012	91,56972301341	99,99999017966
Caixa de Administração da Dívida Pública	-	34.338.000	34.338.000	8,43026716626	-
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000245508	0,00000245508
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000147305	0,00000147305
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203
Total	203.659.026	203.659.026	407.318.052	100,00000000000	100,00000000000

Em dezembro de 2009, foram transferidas 125.662.000 ações preferenciais nominativas de emissão da CORSAN, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A – CADIP para o Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia está autorizada a, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar seu capital social até o limite de R\$ 657.351, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais. Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais. O saldo das reservas de capital de R\$ 17.148 permanecerá no patrimônio líquido até a efetiva utilização conforme determina a Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de reavaliação

Foi realizada no exercício, transferindo-se para lucros acumulados, o montante de R\$ 11.510 (R\$ 13.826 em 2008), líquidos do imposto de renda e contribuição social, sendo que a realização se deu através de depreciação e baixas dos respectivos bens. Em cumprimento à Deliberação CVM nº 183/95, os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do passivo não circulante (nota 16).

A Lei nº 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens. De acordo com a Deliberação CVM nº 565/08, a Companhia optou por manter o saldo da referida



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

reserva que monta em R\$ 91.533 em 31/12/09 (R\$ 102.995 em 31/12/08) até a efetiva realização.

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. A ação preferencial possui prioridade na distribuição de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.

O valor dos dividendos obrigatórios é determinado com base no lucro líquido ajustado, que relativamente ao exercício de 2009 atingiu R\$ 206.588, conforme se demonstra a seguir:

Lucro líquido do exercício de 2009	217.541
(-) Reserva legal 5%	(10.877)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(76)
Base de cálculo para dividendos	206.588

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são:

Dividendo obrigatório	Número de ações	Dividendo obrigatório	Dividendo por ação - R\$
Ações ordinárias	203.659.026	25.823	0,12680
Ações preferenciais	203.659.026	28.406	0,13948
Total	407.318.052	54.229	

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou em 2009 o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 38.903 (R\$ 27.835 em 2008), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, observado o limite de 50% do lucro antes do imposto de renda. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social.

Para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida na Demonstração de Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios, cujo demonstrativo dos dividendos propostos evidencia-se no quadro a seguir:



Dividendos / Juros sobre o capital próprio	Dividendo obrigatório	JSCP - Valor líquido	Dividendos propostos
Ações ordinárias	25.823	19.451	6.372
Ações preferenciais	28.406	17.169	11.237
Total	54.229	36.620	17.609

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída no montante de R\$ 10.877 em 2009, conforme a Lei das Sociedades por Ações, à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido. O saldo da reserva legal é R\$ 18.592 em 31/12/09 (R\$ 7.715 em 31/12/08).

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos. O saldo da reserva de incentivos fiscais é R\$ 78 em 31/12/09 (R\$ 2 em 31/12/08).

Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe, sujeito a posterior aprovação da Assembléia Geral, a destinação do montante de R\$ 165.571 para constituição da reserva de retenção de lucros. Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros/prejuízos acumulados. O saldo da reserva de retenção de lucros monta R\$ 272.042 em 31/12/09 (R\$ 106.471 em 31/12/08).

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia.

22. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Companhia de Indústrias Eletroquímicas – CIEL

A CORSAN adquire da Empresa Controlada o produto químico sulfato de alumínio líquido, à razão de 2.400 toneladas/mês na base líquida, utilizado no tratamento da água. As condições de aquisição do referido produto são estabelecidas na legislação vigente com dispensa de licitação, com prazo de vencimento de 30 dias, sendo que os preços praticados estão alinhados com o mercado no valor de R\$ 410,00 (valor em reais) tonelada/FOB.

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações havidas entre a Controladora e a Controlada:



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

CORSAN

Contas	Controladora		Controlada	
	2009	2008	2009	2008
Créditos a receber	2	2	1.113	1.460
Faturamento relacionado	51	44	12.847	13.140

b) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações havidas entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, os saldos existentes são:

Descrição	2009	2008
Contas de água e esgoto - Saldo a receber	21.200	21.389
Rendimentos SIAC - Saldo a receber	28.278	13.516
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(1.991)	(45.112)
Juros sobre o capital próprio a pagar para a CADIP	(1.007)	(9.294)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	(17.609)	(5.744)
Dividendos propostos a pagar para a CADIP	-	(6.541)

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual. O montante dos rendimentos em 31/12/09 é de R\$ 28.278 (R\$ 13.516 em 31/12/08), tendo sido apropriados o valor de R\$ 14.762 em 2009 (R\$ 12.383 em 2008).

Em 2009, foram realizados dois encontros de contas entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, em março no valor de R\$ 6.476 e em dezembro no valor de R\$ 5.142, envolvendo os seguintes itens:

- quitação, por parte do Estado junto à CORSAN, de faturas de fornecimento de água e/ou coleta/tratamento de esgoto;
- quitação, por parte da CORSAN junto ao Estado, das duas parcelas com vencimento em 2009, de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Ainda em março de 2009, o Governo do RS pagou à CORSAN o valor de R\$ 8.191, referente faturas de fornecimento de água e/ou coleta/tratamento de esgoto.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

CORSAN

e) Fundação CORSAN - FUNCORSAN

Contratos	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Controladora e Consolidado			
				Curto prazo		Longo prazo	
				2009	2008	2009	2008
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	2.520	2.414	12.837	13.664
Contrato 042001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	12% a.a	31/01/11	16.271	16.031	393	13.858
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	12.147	11.969	86.739	91.608
Contrato 122005	(*)		01/12/18	3.694	3.819	37.732	39.747
Total				34.632	34.233	137.701	158.877

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos da reserva a amortizar e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Em 31/12/09, o montante dos compromissos com a FUNCORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2011	15.627
2012	15.234
2013	15.234
2014	15.234
2015	15.234
Após 2015	61.138
Total	137.701

d) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar referente a parcelamentos existentes, em 31/12/09, é de R\$ 9.050 no curto prazo (R\$ 13.962 em 31/12/08, sendo R\$ 12.888 no curto prazo e R\$ 1.074 no longo prazo). O saldo a pagar, não parcelado, incluído na rubrica fornecedores de materiais e serviços é R\$ 2.554 em 31/12/09 (R\$ 13.893 em 31/12/08), vide nota 14.

23. RECEITA OPERACIONAL

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Demonstra-se a seguir a receita operacional bruta destes serviços referente aos exercícios de 2009 e 2008:



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

CORSAN

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Dos serviços de abastecimento de água	1.220.223	1.122.665	1.220.223	1.122.665
Dos serviços de esgoto	68.651	63.424	68.651	63.424
Outras receitas de serviços prestados	164	1.766	715	2.411
Total	1.289.038	1.187.855	1.289.589	1.188.500

24. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Evidenciam-se a seguir os custos dos serviços, as despesas comerciais, as despesas administrativas e outras receitas/despesas operacionais referentes aos exercícios de 2009 e 2008:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Custos dos serviços	(676.966)	(574.009)	(671.514)	(569.329)
Pessoal	(285.926)	(255.630)	(286.624)	(256.361)
Materiais	(73.619)	(59.213)	(66.828)	(53.370)
Energia elétrica	(118.498)	(112.450)	(118.544)	(112.496)
Serviços de terceiros	(70.505)	(43.028)	(70.636)	(43.212)
Gerais	(39.636)	(9.368)	(40.003)	(9.481)
Depreciações e provisões	(88.782)	(94.320)	(88.879)	(94.409)
Despesas comerciais	(40.828)	(36.532)	(40.868)	(36.612)
Pessoal	(11.258)	(11.121)	(11.258)	(11.142)
Materiais	(274)	(1.091)	(274)	(1.091)
Serviços de terceiros	(20.363)	(17.550)	(20.407)	(17.611)
Gerais	(7.492)	(6.213)	(7.488)	(6.211)
Depreciações e provisões	(1.441)	(557)	(1.441)	(557)
Despesas administrativas	(171.180)	(113.567)	(172.095)	(114.701)
Pessoal	(115.633)	(95.304)	(116.078)	(95.842)
Materiais	(1.255)	(1.683)	(1.269)	(1.698)
Serviços de terceiros	(22.138)	(28.422)	(22.352)	(28.729)
Gerais	(19.044)	(15.685)	(19.262)	(15.876)
Depreciações e provisões	(13.110)	27.527	(13.134)	27.444
Outras receitas/despesas operacionais	(4.986)	(9.707)	(6.188)	(9.869)
Doações e subvenções	1.531	202	1.531	202
Equivalência patrimonial	1.326	150	-	-
Outras receitas	2	54	229	121
ICMS - Diferencial de alíquota	(4.292)	(2.519)	(4.292)	(2.519)
Juros e multas sobre tributos	(2.059)	(4.835)	(2.097)	(4.846)
Outros tributos	(1.191)	(2.611)	(1.228)	(2.631)
Outras despesas	(303)	(148)	(331)	(196)



25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Identificam-se a seguir as receitas e despesas financeiras referentes aos exercícios de 2009 e 2008:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Receitas financeiras	64.692	45.245	64.785	45.299
Acréscimos por inadimplementos	15.974	14.044	15.974	14.044
Variações monetárias ativas	19.891	16.958	19.900	16.976
Variações cambiais ativas	27.764	13.180	27.764	13.180
Outras receitas financeiras	1.063	1.063	1.147	1.099
Despesas financeiras	(55.240)	(122.343)	(55.245)	(122.348)
Juros e taxas sobre financiamentos internos	(27.152)	(32.773)	(27.152)	(32.773)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(10.515)	(16.076)	(10.515)	(16.076)
Variações monetárias passivas	(14.490)	(35.868)	(14.490)	(35.870)
Variações cambiais passivas	(3.083)	(37.626)	(3.083)	(37.626)
Outras despesas financeiras	-	-	(5)	(3)
Resultado financeiro líquido	9.452	(77.098)	9.540	(77.049)

MZ

RF

Rm

mef.

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

**26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O imposto de renda e a contribuição social apurados para os exercícios findos em 31/12/09 e 31/12/08 podem ser demonstrados como segue:

Conciliação do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido	Controladora			
	2009		2008	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	283.916	283.916	267.129	267.129
Adições (exclusões)				
Ajustes do regime tributário de transição - RTT	(76)	(76)	(2)	(2)
Contas a receber de entidades públicas	2.201	2.201	(1.470)	(1.470)
Depreciação da reavaliação	17.402	17.402	20.913	20.913
Despesa de juros sobre o capital próprio	(38.903)	(38.903)	(27.835)	(27.835)
Provisão para benefício pós-emprego	(2.342)	(2.342)	4.964	4.964
Provisão para contingências	20.715	20.715	(13.226)	(13.226)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	587	587	98	98
Provisão para PPR	-	-	(6.637)	(6.637)
Variação cambial	(19.673)	(19.673)	31.072	31.072
Outros	6.511	16.280	9.767	20.720
Base de cálculo	270.338	280.107	284.773	295.726
Compensação de prejuízos fiscais	(81.101)	(84.032)	(85.432)	(88.718)
Base de cálculo após compensação de prejuízos fiscais	189.237	196.075	199.341	207.008
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social antes das deduções	47.309	17.647	49.835	18.631
Deduções do IR e CS e outros ajustes	(1.438)	-	(1.012)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	45.871	17.647	48.823	18.631
Imposto de renda e contribuição social diferidos	435	2.422	(10.783)	(1.508)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	46.306	20.069	38.040	17.123

A CORSAN optou por adotar o regime tributário de transição - RTT, instituído pela Medida Provisória 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09, anulando, assim, os efeitos tributários provenientes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09. Desta forma, manteve-se a não tributação dos valores de doações governamentais para investimentos.

A Controladora apurou, em 31/12/09, R\$ 109 de contribuição social (R\$ 20 em 31/12/08) e R\$ 275 de imposto de renda (R\$ 32 em 31/12/08).



27. INFORMAÇÕES ADICIONAIS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

Foram considerados, para fins de preparação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentados na rubrica “disponibilidades”, os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixa	6	1	6	1
Depósitos bancários	28.478	139.529	28.488	139.531
Aplicação de liquidez imediata	28.350	8.328	30.201	8.601
Disponibilidades	56.834	147.858	58.695	148.133

b) Pagamentos

Os seguintes pagamentos foram efetuados pela Controladora nos exercícios de 2009 e 2008:

	2009	2008
COFINS e PASEP	93.148	86.463
Imposto de renda e contribuição social	64.099	61.298
Juros de empréstimos e financiamentos	28.503	32.031

28. SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Os serviços de auditoria independente foram contratados pela CORSAN junto a empresa HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES, mediante processo licitatório, conforme preceitua a legislação atinente e firmado contrato na data de 04/12/06, aditado nas datas de 29/04/08 e 06/05/09. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Incorporação da Controlada Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL

Encontra-se em análise na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a minuta do Projeto de Lei que trata da incorporação da Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL por parte da Controladora CORSAN.

b) Rendimentos do Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado - SIAC

Em 04/01/10, a Companhia recebeu do Estado do Rio Grande do Sul o valor de R\$ 15.047, referente a rendimentos do SIAC, do período de 29/09/06 a 27/01/09. O montante dos rendimentos acumulados em 31/12/09 é de R\$ 28.278, conforme nota 22 b.



c) Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre CORSAN e Ministério Público - Promotoria de Rio Grande

Conforme descrito na nota 19, a CORSAN está efetuando o pagamento de indenizações administrativas e acordos judiciais para os moradores do Parque Marinha. Os valores pagos em 2010 totalizam R\$ 208.

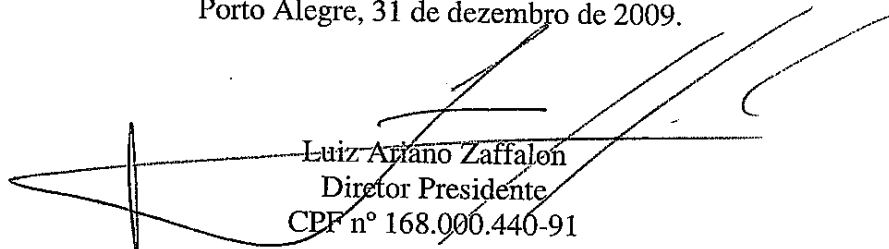
d) Renovação de Contratos Programa

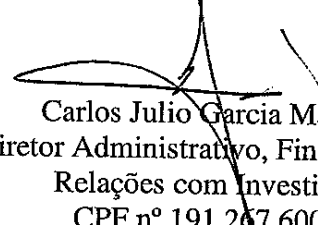
A Companhia renovou seis concessões municipais em 2010.

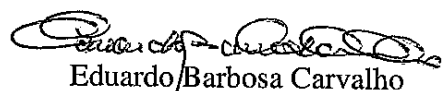
30. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

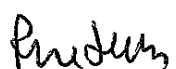
Atendendo a Deliberação CVM nº 505 de 19 de junho de 2006, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2009 foram emitidas no dia 23 de fevereiro de 2009, conforme autorização da Diretoria da Companhia.


Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.



Luiz Ariano Zaffalon
Diretor Presidente
CPF nº 168.000.440-91

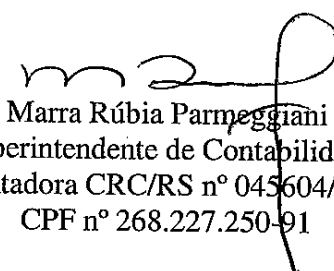

Carlos Julio Garcia Martinez
Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores
CPF nº 191.267.600-10


Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor Técnico
CPF nº 414.119.780-72


Paulo Ricardo Rodrigues de Medeiros
Diretor de Operações
CPF nº 269.440.060-49


Sérgio Luiz Klein
Diretor de Expansão
CPF nº 269.098.390-72


Luiz Ricardo Salgado Bragança
Diretor Comercial
CPF nº 207.507.570-00


Marra Rúbia Parmeggiani
Superintendente de Contabilidade
Contadora CRC/RS nº 045604/O-9
CPF nº 268.227.250-91

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Canoas, 24 de fevereiro de 2010.

Ilmos. Srs.

DIRETORES, CONSELHEIROS E ACIONISTAS de
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Porto Alegre - RS

- 1) Examinamos os balanços patrimoniais individual e consolidado da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN e controlada, levantados em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido (controladora) dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3) Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN e controlada, em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4) Conforme descrito na nota explicativa 7, tendo em vista disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, a empresa efetuou, com base em estudo técnico de viabilidade, o registro contábil do ativo fiscal diferido, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 53.652 mil, cuja realização está condicionada à geração futura de lucros tributáveis.
- 5) As demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2008, apresentadas para fins de comparabilidade, foram também por nós auditadas sobre as quais emitimos parecer sem ressalvas datado de 16 de fevereiro de 2009.



CARLOS FREDERICO REINEHR
CRC/RS 019603/0-9
HLB AUDILINK & CIA AUDITORES
CRC/RS - 003688/T/SP/F/RS

Global in Reach, Local in Touch

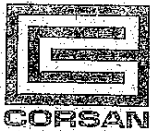
Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

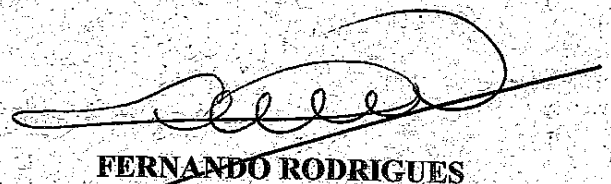
www.Audilink.com.br

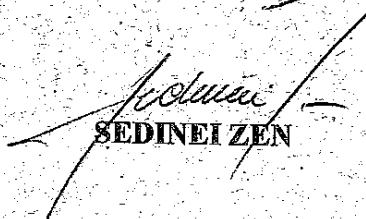


PARECER DO CONSELHO FISCAL

“ Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis comparativas, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2009, e Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício. Foi verificado que a proposta do dividendo total relativo ao exercício de 2009, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN à aprovação dos acionistas na Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2010, contempla o pagamento sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio. Os dividendos propostos de R\$ 54.229 mil, que deduzido o valor de R\$ 36.620 mil, correspondente ao valor de juros sobre o capital próprio, já líquido de imposto de renda retido na fonte, corresponde a uma proposta de dividendos de R\$ 17.609 mil, assim demonstrada por ação, R\$ 0,12680 por ação ordinária e R\$ 0,13948 por ação preferencial. Os dividendos, a forma acima identificados, deverão ser pagos, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social, conforme disposição legal contida na Lei 6404/76. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES e à vista do Parecer, o Conselho Fiscal delibera favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembléia Geral Ordinária da CORSAN. Porto Alegre, 25 de Fevereiro de 2010. Fernando Rodrigues, Vanderlei Kuhn, Sedinei Zen.”


VANDERLEI KUHN


FERNANDO RODRIGUES


SEDINEI ZEN



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício referente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e noye, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 26 de Fevereiro de 2010.

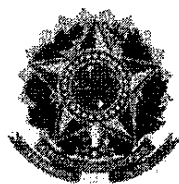

Flavio Marcelo Pinto Soares
Suplente do Presidente do Conselho


Luiz Ariano Zaffalon
Conselheiro


Joel de Mello e Araújo
Conselheiro


Osvaldo Ribeiro de Souza
Conselheiro


Tarsó Antonio Bastiani
Conselheiro

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: MARRA RUBIA PARMEGGIANI
REGISTRO.....	: RS-045604/O-9
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 268.227.250-91

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 25.02.2010 as 18:14:41.

Válido até: 24.08.2010.

Código de Controle: 75771.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Centrais de Abastecimento do
Rio Grande do Sul
CEASA/RS**





ceasa/RS

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO		
	31/12/09 R\$	31/12/08 R\$
CIRCULANTE	3.451.104,07	2.812.826,41
DISPONIBILIDADES	1.678.901,74	1.156.900,55
Caixa	95.018,74	108.145,39
Bancos	1.544.752,78	1.011.589,81
Aplicações de Liquidez Imediata	39.130,22	37.165,35
DIREITOS REALIZÁVEIS	1.711.928,25	1.598.079,93
Permissionários	1.566.555,61	1.460.168,41
Estoques	43.979,93	48.672,94
Impostos a Recuperar	33.679,31	9.790,17
Outros Direitos	67.713,40	79.448,41
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	60.274,08	57.845,93
Premios de Seguros	17.363,74	16.852,13
Despesas Administrativas	42.910,34	40.993,80
NÃO CIRCULANTE	5.129.683,98	5.258.820,92
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	257.983,86	205.361,15
Permissionários	9.193,75	38.355,23
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	(749,07)	(29.688,70)
Depósitos Judiciais	249.539,18	196.694,62
INVESTIMENTOS	23.543,15	23.543,15
Participações	23.543,15	23.543,15
IMOBILIZADO	4.848.156,97	5.029.916,62
Custo Histórico Corrigido	19.888.699,60	19.704.533,28
(-) Depreciações Acumuladas	(15.040.542,63)	(14.674.616,66)
TOTAL ATIVO	8.580.788,05	8.071.647,33



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

BALANÇO PATRIMONIAL		
PASSIVO		
	31/12/09 R\$	31/12/08 R\$
CIRCULANTE	2.211.622,21	2.009.945,59
Fornecedores	940.412,23	1.074.416,09
Ordenados e Salários a Pagar	95.572,56	83.038,85
Obrigações Sociais	343.848,79	252.541,66
Obrigações Tributárias	479.621,29	251.744,30
Provisões Constituídas	224.535,56	254.496,45
Outras Exigibilidades	127.631,78	93.708,24
NÃO CIRCULANTE	2.395.213,55	1.642.990,90
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.091.284,53	1.304.513,37
Credores por Caução	6.103,36	6.031,34
Obrigações Sociais e Fiscais	1.508.142,86	1.018.564,75
Provisões Constituídas	577.038,31	279.917,28
RESULTADO EXERCÍCIO FUTURO	303.929,02	338.477,53
PATRIMONIO LIQUIDO	3.973.952,29	4.418.710,84
CAPITAL SOCIAL	10.137.761,48	10.137.761,48
Capital Subscrito	11.288.105,48	11.288.105,48
(-) Capital a Realizar	(1.150.344,00)	(1.150.344,00)
RESERVAS DE CAPITAL	3.369.174,48	3.369.174,48
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(9.532.983,67)	(9.088.225,12)
TOTAL PASSIVO	8.580.788,05	8.071.647,33



ceasa/RS

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	31/12/09	31/12/08
	RS	RS
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	7.052.088,99	6.500.925,67
Serviços Prestados	7.052.088,99	6.500.925,67
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(475.335,70)	(439.960,35)
Impostos Incidentes s/ receitas	475.335,70	439.960,35
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	6.576.753,29	6.060.965,32
LUCRO BRUTO	6.576.753,29	6.060.965,32
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	551.914,61	921.873,16
Financeiras	119.300,32	138.956,90
Outras Receitas	432.614,29	782.916,26
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(7.573.426,45)	(6.843.124,96)
Pessoal	3.312.485,79	3.009.680,84
Gastos Gerais e Administrativos	2.474.726,85	2.338.595,13
Serviços e Seguros	165.448,02	306.075,85
Encargos, Impostos e Taxas	212.879,59	20.914,40
Depreciações e Amortizações	365.925,97	360.667,24
Financeira	353.074,43	374.239,80
Provisões	395.183,54	210.966,08
Convênios	215.172,93	199.128,02
Outras Despesas	78.529,33	22.857,60
RESULTADO OPERACIONAL	(444.758,55)	139.713,52
RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	(444.758,55)	139.713,52
(-) Provisão para Imposto de Renda	0,00	33.848,16
(-) Provisão para Contribuição Social	0,00	21.155,10
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	(444.758,55)	84.710,26
LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO	(0,039400637)	0,007504382



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) N° 92.983.147/0001-67

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31.12.07	11.288.105,48	(1.150.344,00)	3.369.174,48	(9.172.935,38)	4.334.000,58
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUZO)PERÍODO				84.710,26	84.710,26
SALDO EM 31.12.08	11.288.105,48	(1.150.344,00)	3.369.174,48	(9.088.225,12)	4.418.710,84
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUZO)PERÍODO				(444.758,55)	(444.758,55)
SALDO EM 31.12.09	11.288.105,48	(1.150.344,00)	3.369.174,48	(9.532.983,67)	3.973.952,29



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
	31/12/09	31/12/08
	RS	RS
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	(444.758,55)	84.710,26
AJUSTES AO LUCRO LIQUIDO		
Depreciações e Amortizações	365.925,97	360.667,24
Provisão Contingências Trabalhistas	297.121,03	165.273,01
Provisão Perdas Recebimento Créditos	98.062,51	45.693,07
AJUSTES VARIAÇÕES ATIVO E PASSIVO		
Aumento Direitos Realizáveis	(113.848,32)	(118.995,87)
Aumento/Redução Despesas Pagas Antecipadamente	(2.428,15)	2.426,82
Aumento Realizável a Longo Prazo	(150.685,22)	(39.987,89)
Aumento Passivo Circulante	201.676,62	3.290,42
Aumento/Redução Exigível Longo Prazo	489.650,13	(31.555,30)
Redução/Aumento Resultado Exercícios Futuros	(34.548,51)	27.261,08
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	706.167,51	498.782,84
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Direitos do Imobilizado	(184.166,32)	(147.145,75)
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(184.166,32)	(147.145,75)
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA	522.001,19	351.637,09
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	1.156.900,55	805.263,46
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	1.678.901,74	1.156.900,55



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio. A CEASA/RS foi constituída através da Lei Estadual n. 5993/70 e da Lei Municipal n. 3413/70. Posteriormente, através do Decreto n. 70.502/72 que regulamenta o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento) a União Federal ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento, e através da lei nº 8819/89 foi dada ao Estado do Rio Grande do Sul autorização para receber as ações da União Federal, o que deixou o Estado na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul. Suas atividades de comercialização iniciaram em 25 de setembro de 1973, com a transferência dos usuários do Mercado da Praia de Belas para as dependências da CEASA/RS, a Avenida Fernando Ferrari nº 1001 no Bairro Anchieta em Porto Alegre. A Sociedade tem por objeto principal: construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus objetivos está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, conjugadas a Lei nº 9249/95, Lei nº 11.638/07 e com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais diretrizes contábeis adotadas para o registro das operações foram as seguintes:

a) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência.

b) Provisão perdas no recebimento de créditos

As perdas no recebimento de créditos foram deduzidas como despesas conforme observado pelos artigos 9º ao 14º da Lei 9430/96.

c) Estoques

Os estoques foram avaliados pelo Preço Médio de Estoque, consistindo de material de reposição em almoxarifado.

d) Provisão p/ Contingências Trabalhistas

Esta provisão foi constituída em função da média das despesas com indenizações trabalhistas ocorridas no exercício e multiplicada pelo número de processos em andamento, tendo como demanda 37 reclusórias em 31/12/09.

NOTA 4 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Permissionários Realizável a Longo Prazo

Esta conta é constituída com saldos de usuários permanentes com processo judicial de cobrança.



ceasa/RS

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO****CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009****NOTAS EXPLICATIVAS****NOTA 5 - IMOBILIZADO**

O Ativo Imobilizado está assim constituído:

CONTAS	Taxa depreciação %	2009 RS	2008 RS
Terrenos	0	369.060,98	369.060,98
Prédios e Urbanizações	4	16.550.494,49	16.550.494,49
Instalações	10	1.178.838,95	1.178.838,95
Veículos e Acessórios	20	577.701,19	544.099,19
Máq. Equipam. e Ferramentas	10	454.518,26	385.116,76
Móveis e Utensílios	10	345.283,66	341.135,99
Equipamentos de Comunicação	10	39.467,20	37.446,19
Outras Imobilizações	10	9.921,00	9.921,00
Obras em Andamento	0	8.337,09	8.337,09
Direito Uso Software	5	98.719,73	91.929,73
Equipamentos de Informática	20	256.357,05	188.152,91
SOMA		19.888.699,60	19.704.533,28
DEPRECIACÃO ACUMULADA		(15.040.542,63)	(14.674.616,66)
VALOR RESIDUAL		4.848.156,97	5.029.916,62

As depreciações foram calculadas pelo método linear, sobre o custo histórico corrigido dos bens, mediante a aplicação das taxas normais que levam em conta o tempo de vida útil e econômica dos bens.

NOTA 6 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Fiscais e Sociais Exigível a Longo Prazo

O saldo existente nesta conta refere-se a contribuição e tributos parcelados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no qual a Empresa requereu adesão em novembro de 2009. Os valores da dívida foram atualizados com as reduções de multa e juros previstas na Lei 11941/09 totalizando R\$ 1.615.867,35.

PARCELAMENTOS	TOTAL	EXIGIVEL LP	EXIGIVEL CP
COFINS	630.623,74	588.582,16	42.041,58
PASEP	635.716,72	593.335,61	42.381,11
IRRF	6.356,47	5.932,71	423,76
IRPJ (1998)	126.216,10	117.801,69	8.414,41
CSLL (1996)	216.954,32	202.490,70	14.463,62
TOTAL	1.615.867,35	1.508.142,86	107.724,49



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 7 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social autorizado é de R\$ 14.695.433,00. O Capital Social Integralizado está representado por 10.137.761 Ações Ordinárias Nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. É a seguinte composição do Capital Social:

ACIONISTA	R\$	%
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	8.877.709,42	88
PREFEITURA MUNICIPAL PORTO ALEGRE	1.153.636,10	11
OUTROS	106.415,96	1

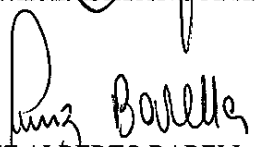
NOTA 8 - DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A CEASA/RS efetua o pagamento de todas as despesas advindas das instalações dos permissionários, ou seja, decorrentes de rateio das despesas com energia, água, vigilância, limpeza, entre outras responsabilidades dos usuários do complexo, com posterior ressarcimento considerado como recuperação de gastos, que são contabilizados em conta redutora das despesas operacionais.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.


ELMAR ANDRÉ SCHNEIDER
PRESIDENTE


LORENA DE FÁTIMA ARRUÊ DIAS
DIRETORA ADMINISTRATIVO FINANCEIRO


LUIZ ALBERTO BARELLA
DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL


NILDA BITENCOURT DOS SANTOS
CONTADORA - CRC/RS nº 037833/O-7



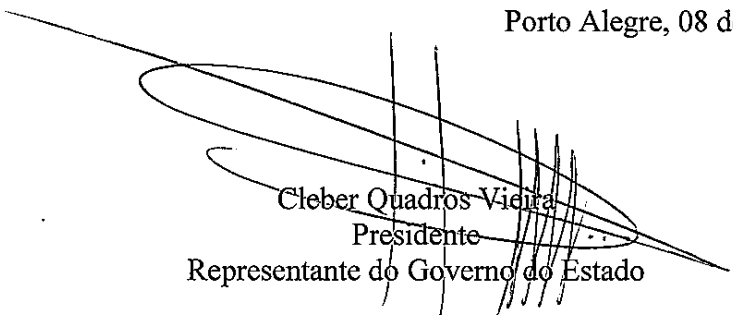
ceasa/RS

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no item VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2009, acompanhadas das notas explicativas da Diretoria. Considerando a avaliação do Demonstrativo do Resultado do Exercício e do acompanhamento efetuado pelo Conselho Fiscal, durante o Exercício de 2009, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa, estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração e posteriormente serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

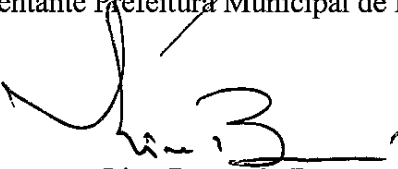
Porto Alegre, 08 de março de 2010.



Cleber Quadros Vieira
Presidente
Representante do Governo do Estado



Airton Luiz Braga Moraes
Representante Prefeitura Municipal de Porto Alegre



Lino Bernardo Dutra
Representante do Governo do Estado (Assucergs/Assphcergs)



ceasa/RS

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, tendo examinado as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2009, acompanhadas de Notas Explicativas e Parecer do Conselho Fiscal, após análise dos referidos documentos e de esclarecimentos prestados pela Diretoria aprovam por unanimidade as Demonstrações Contábeis, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 10 de março de 2010.

Gilmar Tietböhl Rodrigues
Representante do Governo do Estado
Presidente

Elton Weber
Representante do Governo do Estado

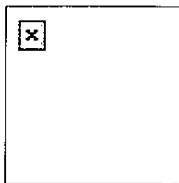
Valtair de Souza Niemeier
Representante do Governo do Estado

Helio Wolfrid
Representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Ailton dos Santos Machado
Representante da Associação dos Produtores da CEASA/RS

Hermes Antonio Bitencourt
Representante da Associação dos Usuários da CEASA/RS

Claiton Colvelo da Rosa
Representante da Associação dos Funcionários da CEASA/RS

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
REGISTRO.....	: RS-037833/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 204.550.030-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 04.03.2010 as 08:40:24.

Válido até: 31.08.2010.

Código de Controle: 76031.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Cia. Administradora da ZPE
do Rio Grande
ZOPERG-RS**

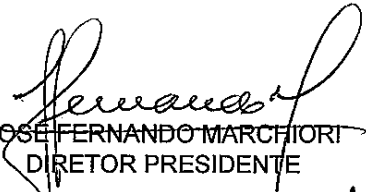


CIA ADMINISTRADORA DA ZPE RIO GRANDE - ZOPERG

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>ATIVO</u>		
<u>CIRCULANTE</u>	<u>759.400,36</u>	<u>636.928,08</u>
Caixa	139,82	97,73
Bancos Conta Movimento	36.927,79	115.268,66
Valores a Receber	1.950,00	2.550,00
Aplicações Financeiras	701.603,15	492.764,13
Impostos a Compensar	27,09	-
IRPJ a Compensar	11.720,31	16.404,72
CSSL a Compensar	7.032,20	9.842,84
 <u>NÃO CIRCULANTE</u>	 <u>5.122.317,25</u>	 <u>5.153.528,74</u>
Imobilizado	5.485.225,25	5.483.000,38
(-) Depreciações Acumuladas	(362.908,00)	(329.471,64)
 TOTAL DO ATIVO	 5.881.717,61	 5.790.456,82

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL BEM COMO A DO DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.


 JOSÉ FERNANDO MARCHIORI
 DIRETOR PRESIDENTE


 JAIRO FONSECA DE AZEVEDO
 DIRETOR ADMINISTRATIVO


 DENISE FREITAS MACKMILLAN
 CONTADORA CRC RS 65450
 CIC 555.885.900-82

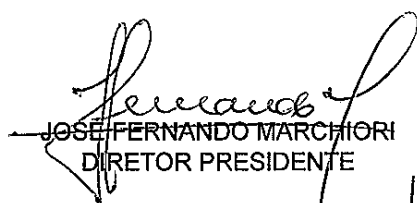
CIA ADMINISTRADORA DA ZPE RIO GRANDE - ZOPERG

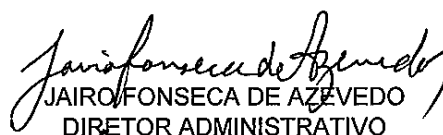
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>PASSIVO</u>		
<u>CIRCULANTE</u>	<u>25.984,53</u>	<u>27.593,27</u>
Credores Diversos	1.984,16	1.713,94
Obrigações Tributárias e Previdenciárias	4.448,40	3.341,35
Provisão para Contr. Social	7.332,00	8.451,74
Provisão para Imposto de Renda	12.219,97	14.086,24
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>5.855.733,08</u>	<u>5.762.863,55</u>
Capital Social Subscrito	7.435.335,63	7.435.335,63
Capital Social a Realizar	(435.557,30)	(435.557,30)
Prejuízos Acumulados	(1.144.045,25)	(1.236.914,78)
TOTAL DO PASSIVO	5.881.717,61	5.790.456,82

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL BEM COMO A DO DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.

RIO GRANDE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 JOSÉ FERNANDO MARCHIORI
 DIRETOR PRESIDENTE


 JAIRO FONSECA DE AZEVEDO
 DIRETOR ADMINISTRATIVO

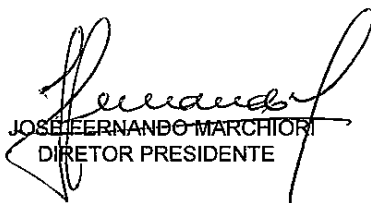

 DENISE FREITAS MACKMILLAN
 TEC CONTABIL CRC RS 65450
 CIC 555.885.900-82

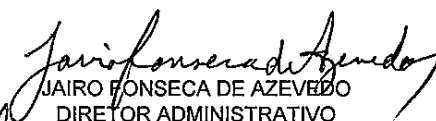
CIA ADMINISTRADORA DA ZPE RIO GRANDE - ZOPERG

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITA BRUTA	0,00	0,00
LUCRO BRUTO	0,00	0,00
(-) RECEITAS/DESPESAS OPERAC.		
Despesas Gerais e Administrativas	(197.241,24)	(137.718,28)
Despesas Tributárias	(25.328,88)	(23.015,88)
Resultado Financeiro	60.366,44	46.068,37
Receitas Eventuais		
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	(162.203,68)	(114.665,79)
(+) Outras Receitas	273.825,72	248.820,42
LUCRO/PREJ. ANTES DA CSSL E IRPJ	111.622,04	134.154,63
(-) Contribuição Social	(7.032,20)	(8.451,74)
(-) Imposto de Renda	<u>(11.720,31)</u>	<u>(14.086,24)</u>
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	92.869,53	111.616,65

RIO GRANDE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


 JOSE FERNANDO MARCHIORI
 DIRETOR PRESIDENTE


 JAIRO FONSECA DE AZEVEDO
 DIRETOR ADMINISTRATIVO



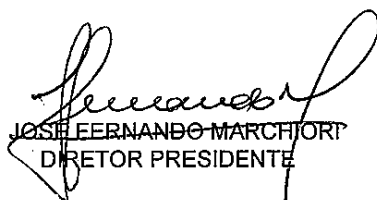
DENISE FREITAS MACKMILLAN
 CONTADORA CRC RS 65450
 CIC 555.885.900-82

CIA ADMINISTRADORA DA ZPE RIO GRANDE - ZOPERG

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

	CAPITA SOCIAL SUBSCRITO (R\$)	CAPITAL A REALIZAR (R\$)	PREJUÍZOS ACUMULADOS (R\$)	TOTAL R\$
EM 31/12/2007	7.435.335,63	(435.557,30)	(1.346.809,94)	5.652.968,39
Ajustes de Exercícios Anteriores			(1.721,49)	(1.721,49)
<u>Lucro Líquido do Exercício</u>			111.616,65	111.616,65
EM 31/12/2008	7.435.335,63	(435.557,30)	(1.236.914,78)	5.762.863,55
<u>Lucro Líquido do Exercício</u>			92.869,53	92.869,53
EM 31/12/2009	7.435.335,63	(435.557,30)	(1.144.045,25)	5.855.733,08

RIO GRANDE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

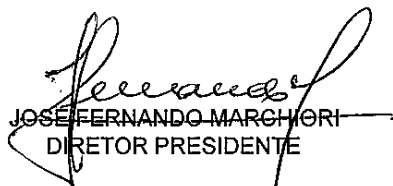

 JOSÉ FERNANDO MARCHIORI
 DIRETOR PRESIDENTE

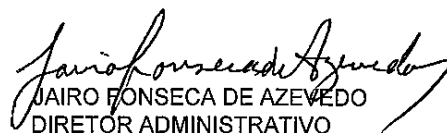

 JAIRO FONSECA DE AZEVEDO
 DIRETOR ADMINISTRATIVO


 DENISE FREITAS MACKMILLAN
 CONTADORA CRC RS 65450
 CIC 555.885.900-82

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	
DISCRIMINAÇÃO	2009
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
(+) Outros Recebimentos	778.585,77
(-) Pagamentos a Fornecedores e Terceiros	(433.385,39)
(-) Juros Pagos	(92,16)
(-) Impostos, Taxas e Contribuições	(85.411,07)
(=) DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	259.697,15
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS	
(-) Aquisição da Controlada X líquido do caixa incluído na aquisição	0,00
Compra de ativo Imobilizado	(2.224,87)
Recebido pela venda de equipamento	0,00
Juros Recebidos	0,00
Dividendos Recebidos	0,00
(=) DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.224,87)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Aplicações Financeiras	(140.000,00)
Resgate de Aplicações Financeiras	5.000,00
(=) DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(135.000,00)
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	122.472,28
SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	759.400,36
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES	636.928,08
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	122.472,28


 JOSE FERNANDO MARCHIORI
 DIRETOR PRESIDENTE


 JAIRO FONSECA DE AZEVEDO
 DIRETOR ADMINISTRATIVO


 DENISE FREITAS MACKMILLAN
 CONTADORA CRC RS 65450
 CIC 555.885.900-82

CIA ADMINISTRADORA DA ZPE DO RIO GRANDE – ZOPERG

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) DAS OPERAÇÕES

A Companhia tem por objetivo o desenvolvimento de todas as atividades determinadas pelos atos constitutivos (Estatuto), nesta cidade do Rio Grande.

a) O presente balanço corresponde ao período de atividades iniciado em 01 de janeiro de 2009 e encerrado em 31 de dezembro de 2009.

2) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância da Lei das Sociedades por ações e das disposições da legislação tributária.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Imobilizado: Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995, deduzidas das depreciações calculadas sobre o custo pelo método linear, dentro dos limites permitidos pela legislação tributária. Foram depreciados os bens em uso pela companhia bem como aqueles que estão arrendados. b) Na elaboração das demonstrações foram observados os dispositivos da Lei 6.404/76, suas alterações conforme Lei 11.638/07 e os princípios de contabilidade geralmente aceitos. A partir de 1996 com o advento da Lei nº. 9.249/95, as praticas contábeis emanadas pela Legislação Societária não mais contemplam o reconhecimento nas Demonstrações Financeiras dos efeitos inflacionários. A composição do Imobilizado é a seguinte:

CONTA	VLR CORRIGIDO	DEPREC.	VLR LIQUIDO
BENFEITORIAS	718.284,35	28.731,37	689.552,98
EDIFICACOES	832.704,18	166.540,82	666.163,36
INSTALACOES	123.237,35	95.250,82	27.986,53
INSTALACOES 1	524.582,12	52.582,12	472.000,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	11.902,97	10.588,20	1.314,77
MOVEIS E UTENSÍLIOS	9.143,57	9.143,57	0,00
TERRENO	3.264.517,71	0,00	3.264.517,71
EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	853,00	71,10	781,90
TOTAIS	5.485.225,25	362.908,00	5.122.317,25

4) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS – A partir de junho de 2007 à Diretoria passou a receber verba de representação de acordo com aprovação do Conselho de Administração, registrado na ATA 004/2007. A partir de julho de 2009 à Diretoria, exceto o Diretor Administrativo, passou a receber honorários de acordo com aprovação do Conselho de Administração, registrado na ATA 002/2009.



CIA ADMINISTRADORA DA ZPE DO RIO GRANDE – ZOPERG

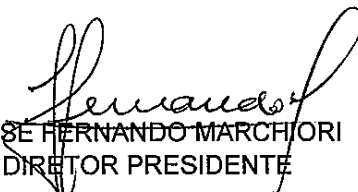
5) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

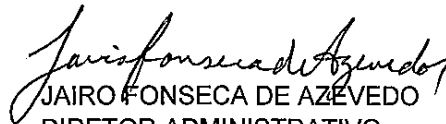
Os encargos são calculados com base nas alíquotas de 15% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social. Foi feita a compensação de 30% na base de cálculo referente aos prejuízos acumulados.

6) CAPITAL SOCIAL

O capital autorizado é de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões). O capital social integralizado é de R\$ 6.999.778,33 (seis milhões novecentos e noventa e nove mil setecentos e setenta e oito reais com trinta e três centavos).

Rio Grande, 31 de dezembro de 2009.


JOSE FERNANDO MARCHIORI
DIRETOR PRESIDENTE


JAIRO FONSECA DE AZEVEDO
DIRETOR ADMINISTRATIVO


DENISE FREITAS MACKMILLAN
CONTADORA CRC RS 65450
CIC 555.885.900-82

RELATÓRIO DA DIRETORIA

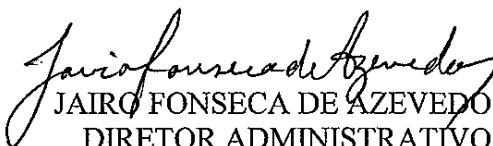
Senhores Acionistas

Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial do Ativo e Passivo, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal de Administração.

Outrossim, colocamo-nos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se tornarem necessários.

Rio Grande, 31 de dezembro de 2009.


JOSE FERNANDO MARCHIORI
DIRETOR PRESIDENTE


JAIRO FONSECA DE AZEVEDO
DIRETOR ADMINISTRATIVO



Cia. Administradora da ZPE do Rio Grande – ZOPERG-RS
CNPJ 86.768.546.0001-02



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Companhia Administradora da ZPE do Rio Grande – ZOPERG RS e, conforme as atribuições que nos confere o Art. 142V, da Lei 6.404/76 e, de acordo com o Estatuto Social, examinamos os documentos, Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis e Financeiras, relativas ao exercício findado em 31 de dezembro de 2009.

Somos do parecer que os documentos acima citados, demonstram em exatidão o desenvolvimento das atividades sociais, os fatos administrativos e as contas do exercício de 2009.

Rio Grande, 31 de dezembro de 2009.


VIDAL AUREO MENDONÇA
PRESIDENTE


PAULO EDSON MELLO PINHO
CONSELHEIRO


GILBERTO MACHADO DE PINHO
CONSELHEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Administradora da ZPE do Rio Grande – ZOPERG-, estabelecida nesta cidade, e no cumprimento de nossas atribuições declaramos que examinamos o Balanço Patrimonial do Ativo e Passivo, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, e por refletirem a real situação da Companhia, opinamos por sua aprovação pela Assembléia Geral dos Acionistas.

Rio Grande, 31 de dezembro de 2009.


Bercílio Osvaldo Luis da Silva
Presidente do Conselho


João Nelson Tôuguinha
Conselheiro


Clóvis da Silva Klinger
Conselheiro



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS
COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZPE DO RIO GRANDE (ZOPERG-RS)**

CGC/MF N° 86.768546/0001-02

NIRE 43300033546

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 25.000.000,00

CAPITAL SUBSCRITO: R\$ 7.435.335,63

CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 6.999.778,33

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE
ACIONISTA REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2010**

Aos quatro dias do mês de março, do ano de dois mil e dez, às 14:30 horas, na sede da Companhia Administradora da ZPE do Rio Grande – ZOPERG-RS, sita na Av. Almirante Maximiano Fonseca n.º 6240, Distrito Industrial, no município do Rio Grande –RS, realizou-se a Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, em primeira convocação. A Assembléia foi convocada através de publicação, no Diário Oficial do Estado, nos dias, 26, 27, 28 de janeiro de 2010 e no Jornal Agora – local, nos dias 26,27,28 de janeiro de 2010, na forma do Art.124 da Lei 6.404/79; presentes os acionistas que constam no “Livro de Registro de Presença de Acionistas”, folha n.º 05, sendo a representante do acionista majoritário, Estado Rio Grande do Sul, com 99,99 % das ações, o Dr. Afonso Saraiva de Moraes, da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais – SEDAI, conforme Portaria n.º 002/2010 – GAB, publicada no Diário Oficial do Estado em 23 de fevereiro de 2010. Presentes ainda, o Diretor Presidente da Companhia, Sr. José Fernando Marchiori, brasileiro, divorciado, RG n.º 1530568 SSP-DF, CPF n.º 029309190-00, residente na Rua Mário Peiruque, n.º 291, no município de Pelotas –RS ; o Diretor Administrativo da Companhia, Sr. Jairo Fonseca de Azevedo, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, RG n.º 9004903077-SJS/RS, CPF n.º 140221250-04, residente na Rua Capitão Aristides Garnier, n.º 156, no município do Rio Grande – RS.e a Contadora responsável pelo Balanço,Sr.Denison da Miki & Mackimillan. Convidados, compareceram os Conselheiros

Fiscais, conforme segue: a) Titulares: **Sr. João Nelson Touguinha**, brasileiro, casado, advogado, RG: 4007753835 SSP-RS, CPF: 004.807.970-72, residente Rua General Câmara, 375/201 Rio Grande-RS; **Sr. Clovis da Silva Klinger**, brasileiro, casado, empresário, RG n.º 7037968562 SSP-RS, CPF n.º 118.326.060-15, residente a Rua Dr Nascimento, n.º 693/201, no município do Rio Grande –RS. Iniciando os trabalhos, o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Vidal Áureo Mendonça, apresentou aos presentes Dr. Afonso Saraiva de Moraes, como representante do Acionista Majoritário e em ato contínuo, solicitou ao Dr. Afonso que presidisse a Assembléia, visto ser o representante do Acionista Majoritário. Em seguida, o Presidente da Assembléia, convidou a mim, Jairo Fonseca de Azevedo para secretariar os trabalhos, o que foi prontamente aceito. O Sr. Presidente da Assembléia determinou a leitura do edital de convocação com o seguinte teor: “ Convocamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 04 de março de 2010, às 14:30 horas, na sede social da empresa, sito à Avenida Almirante Maximiano Fonseca, 6240, na cidade do Rio Grande –RS a fim de tratarem da seguinte ordem do dia: 1) Leitura da ata anterior 2) Apreciar as demonstrações contábeis e financeiras do exercício de 2009; 3) Eleições do Conselho Fiscal 4) Eleição do Conselho de Administração; 5) Assuntos Gerais - Rio Grande, 12 de janeiro de 2010 – Assinatura de Vidal Áureo Mendonça. Passando ao primeiro item da ordem do dia, o Presidente solicitou ao Diretor Administrativo da Companhia Sr. Jairo Fonseca de Azevedo a leitura da Ata anterior. Posta em votação foi aprovada; a seguir o Presidente passou ao item 2. e, referindo-se que todos os presentes possuíam cópias do Relatório da Diretoria, Balanço e Demonstrativos Financeiros da ZOPERG-RS, Pareceres do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, com base em 31 de dezembro de 2009. Passou a palavra ao Presidente da Companhia, Sr. José Fernando Marchiori que teceu considerações sobre as demonstrações contábeis e financeiras; disse, também, que há interesse em manter a Companhia em funcionamento e aumentar o saldo financeiro. Posto em votação este item, foi aprovado. A seguir o Presidente passou a tratar do terceiro tópico da ordem do dia, Eleição do Conselho Fiscal, sendo eleitos os Conselheiros, efetivos e suplentes, foram apresentados os seguintes: a) Titulares: **Sr. Bercilio Osvaldo Luiz da Silva**, brasileiro, casado, funcionário público federal, RG n.º 4048675905 SSP-RS, CPF n.º 161476340-20, residente na Rua Avenida Major Carlos Pinto, n.º 755, na cidade de Rio Grande-RS, **Clovis da Silva Klinger**, brasileiro, casado, empresário, RG n.º 7037968562 SSP-RS, CPF n.º 118.326.060-15, residente na Rua Dr. Nascimento, n.º 693/201, na cidade de Rio Grande-RS,

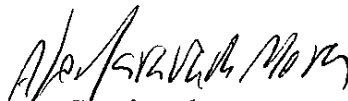


Sr. **João Nelson Touguinha**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 400773835 SSP-RS, CPF nº 004.807.970-72, residente na Rua General Câmara, nº 375/201, na cidade de Rio Grande-RS,b)

Suplentes: Sra. **Mara Teresinha Guimarães da Cunha**, brasileira, casada, contadora/professora, RG nº 500862606 SSP-RS, CPF nº 232.977.940-20, residente na Rua Visconde de Mauá, nº382/301, na cidade de Rio Grande, Sr. **Henrique Jose Leal Santos Vieira da Fonseca**, brasileiro, casado, economista, RG nº 6009443205 SSP-RS, CPF nº 01019589000, residente na Rua Aquidabam, nº 684/1102, na cidade de Rio Grande-RS e o Sr. **Paulo Somensi**, brasileiro, casado, advogado, RG 9009671414 e CIC 118273000-00, residente na Av. Dr João Landell, nº 2415, Rio Grande\RS. Posta a nominata do Conselho Fiscal em votação foi aprovada por unanimidade e seus integrantes empossados. Cabe ressaltar que todos os membros do Conselho Fiscal preenchem os requisitos, conforme prevê o artigo 162, da Lei 6.404/76. O Presidente da Assembléia referiu que o Conselho Fiscal, conforme contato prévio decidiu exercer suas funções sem remuneração, o que também foi aprovado pelos acionistas devendo tal situação ser destacado nas Demonstrações Contábeis. Passando ao item 4) Eleição do Conselho de Administração, sendo reeleitos os Conselheiros, Sr. **Vidal Áureo Mendonça**, brasileiro, separado, economista, RG nº 5011532727, CPF nº 010.196.430-72, residente na Rua Dom Bosco, nº66/301, na cidade de Rio Grande-RS, Sr. **Paulo Edison Mello Pinho**,brasileiro,casado, aposentado, RG nº 1009421189, CPF Nº057.273.670-34, residente na RS 734, nº3370, Senandes, na cidade de Rio Grande-RS, Sr. **Gilberto Machado de Pinho**, brasileiro, casado,aposentado, RG nº 3016701512, CPF nº 005.224.810-00, residente na Rua Zalony, nº 220, na cidade de Rio Grande-RS, foram reeleitos e empossados para mais um mandato (2008/2010) sendo escolhido o conselheiro Sr. **Gilberto Machado de Pinho** para presidente do Conselho de Administração;

5)Assuntos Gerais: Colocada a palavra à disposição, o Diretor Presidente José Fernando Marchiori disse que o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação CZPE foi reorganizado tendo aprovado na reunião realizada em maio de 2009, seu Regimento Interno e, através de funcionários do MDIC Ministério do Desenvolvimento |Industria e Comercio Exterior, suprido as vagas de sua Secretaria Executiva. Nas primeiras reuniões foram estabelecidos procedimentos para apresentação de proposta de criação de ZPEs bem como requisitos a serem observados pelos proponentes na apresentação destas propostas. O Grupo de Assessoramento Técnico – GAT do CZPE foi criado em setembro de 2009 através da Resolução CZPE nº 4. A Fazenda Federal do Brasil editou em 02.7.09, a Instrução Normativa nº 952 que

dispõe sobre fiscalização, despacho e controle aduaneiro em ZPEs e, em 31.0.09 foi editada a Portaria 1.838 que altera a 1.022 de 30.3.09, estabelecendo requisitos e procedimentos para alfandegamento de locais e recintos. No final de fevereiro de 2010 a Receita Federal informou a ABRAZPE que as ZPEs já existentes devem utilizar estas duas normas para o alfandegamento. Assim, poderemos fazer um orçamento para readequação de nossas instalações visando o pedido de alfandegamento e orçamento, cujo vem sendo solicitado pela SEDAI e que não tínhamos parâmetros para realizá-lo. E, como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, o Presidente da Assembléia encerrou os trabalhos cumprimentando os eleitos, agradecendo a maneira objetiva com que foram tratados os trabalhos na Assembléia Geral Ordinária e determinado que fosse lavrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos acionistas presentes.



Afonso Saraiva de Moraes

Jairo Fonseca de Azevedo

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: DENISE FREITAS MACKMILLAN
REGISTRO.....	: RS-065450/O-8
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 555.885.900-82

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 11.03.2010 as 11:15:50.

Válido até: 07.09.2010.

Código de Controle: 76346.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia de Indústrias
Elétro-Químicas
CIEL**





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO 2009

Senhores Acionistas,

Ao ensejo do encerramento do Exercício Social de 2009, a Diretoria da CIEL deseja apresentar a Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis desta Companhia.

É com imensa satisfação que nos desincumbimos dessa tarefa no ano que assinala o 73º aniversário da Companhia de Indústrias Eletroquímicas – CIEL, em cujo período inúmeras conquistas foram amealhadas pela CIEL, destacando-se, especialmente a finalização do processo que permitiu à CORSAN arrebatar a totalidade das ações da companhia.

Nesta oportunidade apraz-nos aduzir ligeiras considerações apresentadas a seguir.

Aspectos Administrativos

A empresa, tem sua estrutura organizacional formada por três (3) diretoria – Presidência, Operacional e Administrativa – sendo que a Diretoria Administrativa vem sendo exercida, acumulativamente, pela Diretora Presidenta.

Na composição de seu quadro funcional a empresa possui vinte e um (21) empregados, cujo regime jurídico é regido pela legislação consolidada.

A esse contingente agregam-se os serviços terceirizados e estágios regulamentares, tudo em conformidade com o sumário abaixo:

- 13 (treze) servidores – atuando junto à área operacional;
- 07 (sete) servidores – vinculados à área administrativa;
- 01 (um) menor aprendiz, art. 428 CLT Lei nº 10.097/00;
- 01 (um) estagiário – recrutado através de convênios firmados com instituições de ensino médio e superior;
- Assessoria Jurídica – com atuação focada nas áreas de direito administrativo, societário, trabalhista e cível;
- Assessoria Contábil – assessoria e execução de todas as rotinas contábeis.

Aspectos Estratégicos e Comerciais

A Diretoria, ciente das transformações conjunturais que se descortinam no âmbito de sua atuação, vem implementando as estratégias e metas formuladas na elaboração e revisão em 2009 de seu planejamento estratégico, a partir de ações concretas que visam à reestruturação societária da CIEL, tornando essencialmente público seu capital social, de modo a propiciar sua futura incorporação à CORSAN.

Desde 2008 vem implantando e melhorando práticas de gestão que contribuem para os resultados alcançados pela companhia e pela excelência no atendimento aos clientes, em especial, à CORSAN:

- Implantação do gerenciamento financeiro e operacional;

- Adoção de reuniões de análise crítica geral e setorial;
- Gestão à vista com murais contendo informações relevantes;
- Declarações estratégicas;
- Código de Ética;
- Metodologia de gestão de risco;
- Adoção da metodologia *Balanced Scorecard* na formulação do Plano Estratégico;
- Elaboração do Mapa Estratégico e desdobramento dos objetivos e estratégias em planos de ação;
- Detalhamento, desenvolvimento e acompanhamento dos planos de ação;
- Análise e acompanhamento dos indicadores de resultado;
- Implantação da pesquisa de satisfação dos clientes
- Revisão do cadastro de clientes;
- Divulgação dos produtos CIEL em variados fóruns;
- Tratamento de reclamações e de sugestões recebidas.
- Desenvolvimento de práticas de gestão a partir dos aspectos e impactos ambientais identificados;
- Cumprimentos da legislação socioambiental aplicável através de práticas de gestão desenvolvidas;
- Incentivo ao voluntariado com ações sociais;
- Existência de sistema informatizado integrado SIGER, com mecanismos de segurança implantados;
- Arquivo corporativo dos documentos CIEL;
- Adoção de informações comparativas para os indicadores CIEL;
- Plano de treinamento;
- Pesquisa de clima organizacional;
- Avaliação de desempenho da força de trabalho.
- Mapeamento dos processos CIEL com estabelecimento de sua árvore de processos;
- Estabelecimento de conjunto de indicadores de desempenho que são analisados criticamente;
- Aperfeiçoamento dos processos produtivos e administrativos visando redução de custos e de resíduos.

Em sua trajetória de desenvolvimento, a CIEL tomou a decisão estratégica de participar do processo de avaliação de gestão através do MEG-Método de Excelência na Gestão do PGQP – Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade, sendo que em julho de 2009 a Companhia foi destacada com o Prêmio Qualidade RS/2009 - Medalha de Bronze.

Outra preocupação que norteia esse conjunto de ações é o de conciliar, sistematicamente, o desempenho econômico da empresa com o de sua responsabilidade pública de partícipe da cadeia produtiva voltada para o socioambiental, na medida em que contribui para a produção de água potável destinada ao consumo humano de milhões de consumidores gaúchos. Para tanto está implementando desde 2008, dentro dos desafios estratégicos, uma ampla reforma e manutenção nas instalações, visando maior produtividade no processo de fabricação do produto, estruturado em seu planejamento estratégico e desenvolvido através do PAM - Plano Acelerado de Manutenção. Neste processo já foi realizado o valor de R\$ 686.000,00 (seiscentos oitenta e seis mil reais) e

estando em projeto ainda o valor de R\$ 991.000,00 (novecentos noventa e um mil reais), para realização em 2010. Destacamos algumas das melhorias já implementadas:

- recuperação de máquinas e equipamentos, dos tanques de ácido, dos lavadores de gases, dos filtros prensa, das plataformas de carregamento, dos termômetros digitais para melhor controle do tempo de reação;
- da aquisição de diversos conjuntos de motores e bombas para substituição e para implantação no novo sistema de decantação;
- da contratação dos projetos para licitação da adequação do piso, paredes e viga da fábrica, das passarelas e escadas metálicas da fábrica para integrar toda a área de produção e incluir a nova unidade de decantação, da pavimentação para melhor captação da água pluvial;
- da elaboração de licitação ainda em 2009 de uma balança rodoviária de maior capacidade e da recuperação e construção de mais de 1.200 metros dos muros dos fundos.

Aspectos Operacionais

Um novo produto – *sulfato de alumínio de baixo teor de ferro* – foi acrescido na pauta de produção da CIEL, cujo produto final resultou em benefícios econômicos e de cunho ambiental, haja vista a desoneração de resíduos insolúveis com redução do consumo de água potável.

Nesse processo registra-se, em sua produção, bem como utiliza totalmente a água efluente na produção do *sulfato de alumínio férrico*, fechando o circuito hídrico da fábrica, priorizando o aspecto ambiental.

Aspectos de Saúde e Segurança

Sob esse enfoque, prosseguiram as medidas administrativas visando preservar as melhorias introduzidas no ambiente laboral, destacando-se, sobretudo, as ações de proteção ao trabalhador, que se assenta em investimentos que propiciaram melhorias nas condições de trabalho de seu corpo funcional. Dentre outros benefícios, a prestação de assistência médico-odontológica-hospitalar, através da contratação de plano de saúde e o fornecimento de alimentação sadia em refeitório localizado nas instalações da empresa.

Aspectos Ambientais

Conscientizada da dimensão de sua responsabilidade social, a CIEL vem aprimorando o processo produtivo dos insumos que fornece a seus clientes, notadamente a CORSAN, o que assegura melhor qualidade à água disponibilizada para o consumo humano e industrial. Nesta esteira destaca-se a diversificação de sua pauta de produção, mediante a inclusão do produto com baixo teor de ferro, resultando na geração zero de efluentes líquidos e diminuição de no mínimo 25% dos resíduos insolúveis e melhorias em suas instalações dentro do Projeto PAM - Plano Acelerado de Manutenção que mitigam a possibilidade de ocorrência de riscos ambientais.

Aspectos Financeiros

A Companhia, mediante Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 18 de março de 2008, resgatou 115 ações ordinárias, representando a totalidade das ações de classe "A", sem redução do seu Capital Social. Os valores decorrentes do resgate das ações no valor de R\$ 121.697,60 (cento vinte e um mil seiscentos noventa e sete reais e sessenta centavos) ficaram à disposição dos acionistas, consignados em Créditos de Ex-acionistas no Balanço Patrimonial.

A Empresa, com as mudanças introduzidas no presente exercício apresentou os seguintes resultados: O Lucro Líquido da CIEL em 2009 foi de R\$ 1.326.566,00 (um milhão trezentos vinte e seis mil quinhentos sessenta e seis reais) e em 2008 foi de R\$ 157.673,00 (cento cinquenta e sete mil e seiscentos setenta e três reais), representando um incremento na ordem de 8,41 vezes o valor do lucro do ano anterior e por dois anos consecutivos resultados com lucro. O lucro por ações passou em 2009 para R\$ 617,29 (seiscentos e dezessete reais e vinte e nove centavos) por ação e em 2008 era de R\$ 69,64 (sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) por ação.

Litígios Judiciais

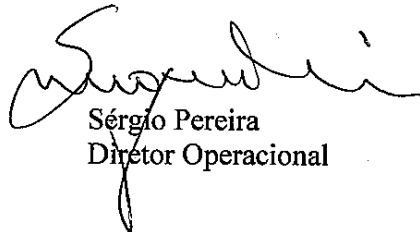
A CIEL possui um contencioso trabalhista correspondente a 03 (tres) reclamações, duas das quais originárias de passivos trabalhistas antigos e 01 (um) processo cível. Todavia, no balanço do exercício em exame, por uma questão de cautela e segurança administrativa e financeira da Companhia, foram provisionados valores na ordem de R\$ 65.800,00 (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais) para fazer frente às demandas em voga, cujos feitos ainda pendem de julgamento definitivo.

Agradecimentos

Aos servidores e demais colaboradores, membros do Conselho Fiscal, clientes e fornecedores, os quais dignificam o trabalho desenvolvido pela empresa e ampliam a dimensão social e econômica desta companhia. Também nossas homenagens à CORSAN, à Secretaria de Habitação, Desenvolvimento Urbano e ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, pelo apoio e confiança dispensados.

Esteio, 31 de dezembro de 2009.


Elena Hahn Raupp
Diretora-Presidenta
Acumulando a Diretoria Administrativa


Sérgio Pereira
Diretor Operacional

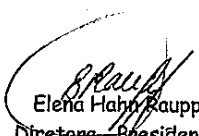


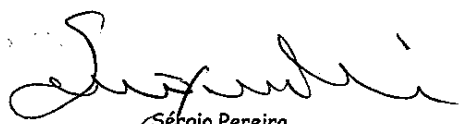
COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS


Subsidiária da CORSAN

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Valores expressos em reais)

ATIVO	2009	2008
CIRCULANTE	3.801.503,90	2.889.348,36
Disponibilidades	1.861.524,61	274.559,22
Caixa	268,14	37,69
Depósitos bancários	10.268,62	2.089,73
Tit. vinc. mercado aberto	1.850.987,85	272.431,80
Créditos	1.376.904,41	1.629.260,79
Clientes	1.262.804,60	1.577.295,18
Devedores diversos	31.066,10	3.375,97
Impostos a recuperar	82.488,85	48.589,64
Outros créditos	544,86	-
Estoques	560.303,85	982.481,43
Despesas antecipadas	2.771,03	3.046,92
NÃO CIRCULANTE	1.083.922,36	864.381,65
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	28.466,12	56.301,91
Depósitos judiciais	12.377,33	38.390,31
Empréstimo compulsório Eletrobrás	16.088,79	16.088,79
Depósito compulsório Dec. Lei 2288	-	1.822,81
INVESTIMENTOS	60.386,87	55.832,31
Participação em incentivos fiscais	30.752,59	31.688,79
Participação em empresas	29.634,28	24.143,52
IMOBILIZADO	995.069,37	752.247,43
Valor de custo corrigido	3.440.031,50	3.272.581,74
(-) Depreciação acumulada	(2.444.962,13)	(2.520.334,31)
TOTAL	4.885.426,26	3.753.730,01


Elena Hahn Raupp
Diretora - Presidente
acumulando Diretoria Administrativa
CIC 177.314.700-59


Sérgio Pereira
Diretor Operacional
CIC 248.191.150-49


Luciana Correa da Rosa Bittencourt da Silva
Contadora CRC/RS 068411/O-3
CIC 659.647.990-00

Rua Aurélio Porto, 199 - Esteio - RS - CEP 93270-090

E-mail: ciel@via-rs.net - Fone/Fax: (51) 3473.0311

CNPJ 92.673.995/0001-70 - Inscr. Est. 043/0001185




COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS

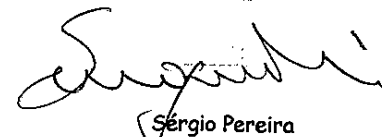
Subsidiária da CORSAN

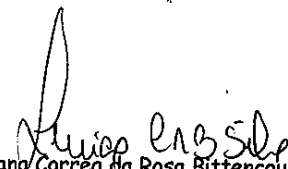
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

	2009	2008
CIRCULANTE	1.349.211,46	1.231.072,15
Fornecedores	595.394,86	783.787,98
Obrigações fiscais e sociais	226.177,03	245.381,96
Contas a pagar	129.854,99	51.158,59
Férias a pagar	99.307,15	86.957,03
IRPJ/Contribuição social a pagar	-	34.118,56
Dividendos propostos	298.477,43	29.668,03
NÃO CIRCULANTE	233.965,60	156.468,00
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	65.800,00	110.000,00
Créditos de ex-acionistas	168.165,60	46.468,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.302.249,20	2.366.189,86
CAPITAL SOCIAL	2.264.000,00	2.264.000,00
RESERVA LEGAL	72.921,21	6.592,89
RESERVA ESTATUTÁRIA	69.895,72	6.592,89
RESERVA DE LUCROS	895.432,27	89.004,08
TOTAL	4.885.426,26	3.753.730,01


Elena Hahn Raupp
Diretora - Presidente
acumulando Diretoria Administrativa
CIC 177.314.700-59


Sérgio Pereira
Diretor Operacional
CIC 248.191.150-49


Luciano Correa da Rosa Bittencourt da Silva
Contadora CRC/RS 068411/O-3
CIC 659.647.990-00

Rua Aurélio Porto, 199 - Esteio - RS - CEP 93270-090
E-mail: ciel@via-rs.net - Fone/Fax: (51) 3473.0311
CNPJ 92.673.995/0001-70 - Inscr. Est. 043/0001185



COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS

Subsidiária da CORSAN


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
 (Valores expressos em reais)


	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	<u>13.449.354,33</u>	<u>13.829.378,44</u>
Venda de produtos	13.449.354,33	13.829.378,44
DEDUÇÕES	<u>(3.550.642,64)</u>	<u>(3.937.679,46)</u>
(-) Impostos s/ vendas	(3.523.071,84)	(3.517.182,81)
(-) Devoluções e abatimentos	(27.570,80)	(420.496,65)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>9.898.711,69</u>	<u>9.891.698,98</u>
(-) Custo dos produtos vendidos	(7.446.096,53)	(8.504.964,01)
LUCRO BRUTO	<u>2.452.615,16</u>	<u>1.386.734,97</u>
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	<u>(830.079,46)</u>	<u>(1.225.962,26)</u>
(-) Despesas com vendas	(39.318,77)	(80.215,50)
(-) Despesas gerais e administrativas	(915.282,83)	(1.133.391,16)
(-) Despesas tributárias	(74.517,89)	(31.842,59)
(+) Outras receitas/despesas operacionais	199.040,03	19.486,99
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>88.561,95</u>	<u>48.679,39</u>
Receitas financeiras	94.045,16	54.040,48
(-) Despesas financeiras	(5.483,21)	(5.361,09)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	<u>1.711.097,65</u>	<u>209.452,10</u>
(-) Contribuição social	(109.750,97)	(19.914,72)
(-) Imposto de renda	(274.780,34)	(31.863,55)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>1.326.566,34</u>	<u>157.673,83</u>
LUCRO POR AÇÃO	617,29	69,64


Nº Ações:

2.149

2.264


 Elena Hanf Raupp
 Diretora Presidente
 acumulando Diretoria Administrativa
 CIC 177.314.700-59


 Sérgio Pereira
 Diretor Operacional
 CIC 248.191.150-49


 Luciana Correa da Rosa Bittencourt da Silva
 Contadora CRC/RS 068411/O-3
 CIC 659.647.990-00

Rua Aurélio Porto, 199 - Esteio - RS - CEP 93270-090
 E-mail: ciel@via-rs.net - Fone/Fax: (51) 3473.0311
 CNPJ 92.673.995/0001-70 - Inscr. Est. 043/0001185



COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS

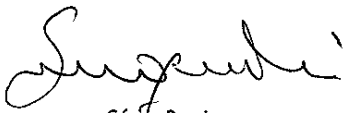
Subsidiária da CORSAN

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Valores expressos em reais)

	2009	2008
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	1.326.566,34	157.673,83
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação	121.025,01	117.202,32
Baixa de investimentos e imobilizado	243.244,72	47.866,27
Depósitos compulsórios e judiciais	8.294,71	-
Provisão para contingências	5.800,00	30.747,51
Provisão para férias	12.350,12	1.673,05
Juros e variações monetárias de curto e longo prazo	-	1.783,78
Lucro líquido ajustado	1.717.280,90	356.946,76
Variações no ativo:		
Redução/Aumento de clientes	314.490,58	(768.175,19)
Aumento/Redução de outros valores a receber	(62.134,20)	9.365,81
Redução/Aumento de estoques	422.177,58	(403.912,82)
Redução de despesas pagas antecipadamente	275,89	995,17
Redução de depósitos judiciais e compulsórios	19.541,08	18.106,45
Variações no passivo:		
Redução/Aumento de fornecedores	(188.393,12)	402.671,51
Redução/Aumento de impostos a pagar	(19.204,93)	123.555,45
Redução de parcelamento de PIS	-	(19.313,77)
Redução de provisão para contingências	(50.000,00)	-
Aumento de outras contas a pagar	44.577,84	-
Caixa líquido das atividades operacionais	2.198.611,62	(279.760,63)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(611.646,23)	(40.971,00)
Caixa líquido das atividades de investimento	(611.646,23)	(40.971,00)
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.586.965,39	(320.731,63)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.861.524,61	274.559,22
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	274.559,22	595.290,85
Variação de caixa e equivalentes de caixa	1.586.965,39	(320.731,63)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)


Eléna Hahn Raupp
Diretora - Presidente
acumulando Diretoria Administrativa
CIC 177.314.700-59


Sérgio Pereira
Diretor Operacional
CIC 248.191.150-49


Luciana Correa da Rosa Bittencourt da Silva
Contadora CRC/RS 068411/O-3
CIC 659.647.990-00

Rua Aurélio Porto, 199 - Esteio - RS - CEP 93270-090
E-mail: ciel@via-rs.net - Fone/Fax: (51) 3473.0311
CNPJ 92.673.995/0001-70 - Inscr. Est. 043/0001185



COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS

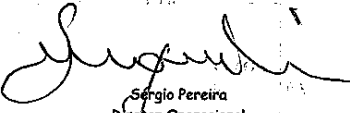
Subsidiária da CORSAN

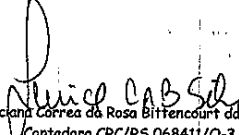
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Valores expressos em reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	RESERVA DE LUCROS		
Saldos em 31/12/07	3.884.112,00	-	-	-	(1.599.459,94)	2.284.652,06
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	157.673,83	157.673,83
Destinação do Resultado	-	6.592,89	6.592,89	89.004,08	(102.189,86)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(29.668,03)	(29.668,03)
Redução de capital social	(1.620.112,00)	-	-	-	1.573.644,00	(46.468,00)
Saldos em 31/12/08	2.264.000,00	6.592,89	6.592,89	89.004,08	-	2.366.189,86
Retenção de dividendos	-	-	29.668,03	-	-	29.668,03
Resgate de ações	-	-	(32.693,52)	(89.004,08)	-	(121.697,60)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.326.566,34	1.326.566,34
Destinação do Resultado	-	66.328,32	66.328,32	895.432,27	(1.028.088,91)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(298.477,43)	(298.477,43)
Saldos em 31/12/09	2.264.000,00	72.921,21	69.895,72	895.432,27	-	3.302.249,20

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis


Elena Hahn Rupp
Diretora Presidente
acumulando Diretoria Administrativa
CIC 177.314.700-59


Sérgio Pereira
Diretor Operacional
CIC 248.191.150-49


Luciana Correa da Rosa Bittencourt da Silva
Contadora CRC/RS 068411/O-3
CIC 659.647.990-00

Rua Aurélio Porto, 199 - Esteio - RS - CEP 93270-090
E-mail: ciel@via-rs.net - Fone/Fax: (51) 3473.0311
CNPJ 92.673.995/0001-70 - Inscr. Est. 043/0001185



COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS

Subsidiária da CORSAN

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(valores expressos em reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN. A CIEL dedica-se à industrialização de Sulfato de Alumínio destinado à purificação da água, seja ela destinada ao uso industrial ou consumo público, e ao tratamento de efluentes industriais ou sanitários.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das Demonstrações Contábeis foram as seguintes:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Títulos Vinculados ao Mercado Aberto

Estão registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos obtidos até a data do balanço.

c) Estoques

Estão registrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, os quais não excedem os custos de realização.

d) Investimentos

Estão contabilizados ao custo de aquisição, acrescido da correção monetária até 31/12/95.

e) Imobilizado

Os bens integrantes do imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 31/12/95. As depreciações foram calculadas sobre o custo corrigido, pelo método linear, dentro dos limites permitidos pela legislação fiscal.

Rua Aurélio Porto, 199 - Esteio - RS - CEP 93270-090

E-mail: ciel@via-rs.net - Fone/Fax: (51) 3473.0311

CNPJ 92.673.995/0001-70 - Inscr. Est. 043/0001185



Subsidiária da CORSAN
f) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido foram calculados com base no resultado apurado mensalmente em balancetes de suspensão ou redução, às alíquotas de 15% e 9%, respectivamente.

4. ESTOQUES

Itens	2009	2008
Produtos prontos	118.630,43	206.764,57
Matérias-primas	434.868,96	738.958,02
Materiais diversos	6.804,46	20.979,64
Material de embalagens	-	15.779,20
Total	560.303,85	982.481,43

5. IMOBILIZADO

Os dados do imobilizado e as respectivas taxas de depreciação são os seguintes:

Descrição	2009	Adições	Baixas	2008	Adições	2007
Imóveis	1.095.428,68	511,51	(21.109,55)	1.116.026,72	-	1.116.026,72
Máquinas e equipamentos	246.623,38	67.976,18	(145.110,09)	323.757,29	25.477,00	298.280,29
Móveis e utensílios	84.039,06	2.591,20	(62.112,09)	143.559,95	4.594,00	138.965,95
Veículos	294.213,20	73.862,00	(116.220,91)	336.572,11	-	336.572,11
Computadores e periféricos	156.616,18	2.690,16	(45.909,66)	199.835,68	-	199.835,68
Instalações	1.516.991,00	417.895,18	(53.734,17)	1.152.829,99	10.900,00	1.141.929,99
Imobilizado em andamento	46.120,00	46.120,00	-	-	-	-
Total	3.440.031,50	611.646,23	(444.196,47)	3.272.581,74	40.971,00	3.231.610,74

Descrição	Taxa Deprec.	2009	Adições	Baixas	2008	Adições	2007
Imóveis	4% a.a	636.179,16	16.923,25	(17.899,00)	637.154,91	18.117,53	619.037,38
Máquinas e Equipamentos	10% a.a	193.866,75	11.494,57	(12.101,69)	194.473,87	13.725,87	180.748,00
Móveis e Utensílios	10% a.a	109.992,93	3.923,14	(15.280,77)	121.350,56	4.028,97	117.321,59
Veículos	20% a.a	237.251,39	19.886,32	(98.017,56)	315.382,63	21.095,76	294.286,87
Computadores e Periféricos	20% a.a	184.365,63	10.093,49	(1.158,18)	175.430,32	11.807,43	163.622,89
Instalações	10% a.a	1.083.306,27	58.704,24	(51.939,99)	1.076.542,02	48.426,76	1.028.115,26
Total		2.444.962,13	121.025,01	(196.397,19)	2.520.334,31	117.202,32	2.403.131,99

Rua Aurélio Porto, 199 - Esteio - RS - CEP 93270-090

E-mail: ciel@via-rs.net - Fone/Fax: (51) 3473.0311

CNPJ 92.673.995/0001-70 - Inscr. Est. 043/0001185



6. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 2009, a provisão constituída no montante de R\$ 65.800,00 (R\$ 110.000,00 em 2008) refere-se a perdas prováveis, na opinião dos advogados da Empresa, em processos em que a Companhia vem respondendo na Justiça do Trabalho, decorrentes de reclamações trabalhistas, no valor de R\$ 55.800,00 (R\$ 100.000,00 em 2008) e um processo na vara cível no valor de R\$ 10.000,00 (R\$ 10.000,00 em 2008).

7. CRÉDITOS DE EX-ACIONISTAS

Trata-se do montante a ser restituído a ex-acionistas, em decorrência:

- do agrupamento de ações com redução de capital, conforme deliberações tomadas em Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 15 de outubro de 2008 e em 22 de dezembro de 2008, no valor de R\$ 46.468,00.

- do resgate de 115 ações ordinárias, representando a totalidade das ações de classe "A", sem redução do seu Capital Social, ocorrido em 2009, mediante Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 18 de março de 2009, no valor de R\$ 121.697,60.

Em 2009, o montante à disposição de ex-acionistas é R\$ 168.165,60 (R\$ 46.468,00 em 2008).

8. SEGUROS

A companhia mantém contratos de seguros, na modalidade incêndio/vendaval, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre os seus ativos relativos aos prédios, maquinários e veículos. A importância segurada é de R\$ 3.175.000,00.

9. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social pertence inteiramente à Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

Conforme deliberações tomadas na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de março de 2009, foi aprovada a alteração da letra "b" do artigo 22 do Estatuto Social, incluindo a utilização da reserva ali tratada também para o resgate de ações.

Aprovado o resgate, sem redução do capital, da totalidade das ações ordinárias da classe "A", constante do parágrafo terceiro do artigo 5º do Estatuto Social, que trata do capital social, pelo valor do patrimônio líquido do balanço de 31 de dezembro de 2008, ou seja, R\$ 1.058,24 por ação. Esse resgate representará um pagamento aos ex-acionistas detentores das 115 ações ordinárias, classe "A", do valor total de R\$ 121.697,60 que ficará a disposição dos ex-acionistas pelo prazo de 3 anos, a partir da publicação da ata e está registrado na conta créditos de ex-acionistas.

Aprovada a retirada do valor nominal das ações e a alteração do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a ter a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social, totalmente integralizado, é de R\$ 2.264.000,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e quatro mil reais), dividido em 2.149 (duas mil, cento e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas, todas sem valor nominal."

Rua Aurélio Porto, 199 - Esteio - RS - CEP 93270-090

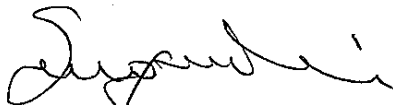
E-mail: ciel@via-rs.net - Fone/Fax: (51) 3473.0311

CNPJ 92.673.995/0001-70 - Inscr. Est. 043/0001185

Na revisão do planejamento estratégico realizado em 2009, foram estruturados os projetos que atendem a incorporação da Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL pela Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, após as deliberações já aprovadas em Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 2008 e em 2009, sendo que o Projeto de Lei de Incorporação encontra-se pendente de análise e aprovação pela Assembléia Legislativa do RS.



Eléna Ham Raupp
Diretora-Presidenta
acumulando Diretoria Administrativa
CIC 177.314.700-59



Sérgio Pereira
Diretor Operacional
CIC 248.191.150-49



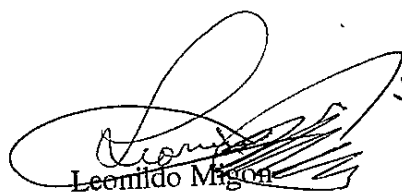
Luciana Correa da Rosa Bittencourt da Silva
Contadora CRC/RS 068411/O-3
CIC 659.647.990-00

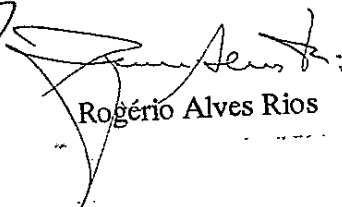
CIA. DE INDÚSTRIAS ELETRO-QUÍMICAS – CIEL

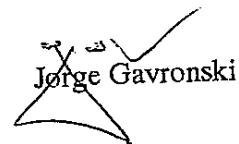
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia de Indústrias Eletroquímicas – CIEL e no desempenho das funções que nos são atribuídas pelos dispositivos legais e estatutários, declaramos que examinamos os documentos, livros bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, que nos foram apresentados e ainda baseado no parecer dos Auditores Independentes, os quais achamos em ordem e somos de parecer que merecem integral aprovação dos Senhores Acionistas.

Esteio, 10 de fevereiro de 2010.


Leonildo Migon


Rogério Alves Rios

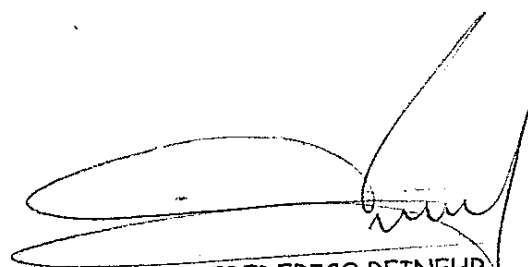

Jorge Gavronski

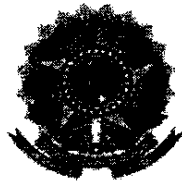
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Canoas, 19 de janeiro de 2010.

Ilmos. Srs.
DIRETORES da
COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS - CIEL
Esteio - RS

- 1) Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS - CIEL, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS - CIEL, em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e seus fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4) As demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2008, apresentadas para fins de comparabilidade, foram também por nós auditadas sobre as quais emitimos parecer datado de 20 de janeiro de 2009, sem ressalva.


CARLOS FREDERICO REINEHR
CONTADOR CRC/RS 019603/0-9
HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/T/SP/F/RS

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: LUCIANA CORREA DA ROSA BITTENCOURT DA SILVA
REGISTRO.....	: RS-068411/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 659.647.990-00

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 11.02.2010 as 11:47:46.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 75312.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia de Habitação do
Estado do Rio Grande do Sul
COHAB -"em liquidação"**

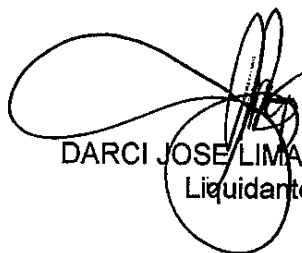




RELATÓRIO DE LIQUIDAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, o Liquidante da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul – COHAB/RS, "em liquidação", relaciona abaixo as principais atividades de planejamento e execução desenvolvidas no processo de liquidação, durante o período de janeiro de 2009 à abril de 2009:

- Extinção dos Escritórios Regionais remanescentes.
- Finalizando o processo de liquidação, o Liquidante procedeu na demissão de todos os contratos de trabalho dos funcionários remanescentes.



DARCI JOSE LIMA DA ROSA
Liquidante



COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – "em liquidação"

**BALANÇO PATRIMONIAL
ATIVO**

	R\$ 29/04/09	R\$ 31/12/08
CIRCULANTE	34.545.926,92	35.686.933,02
Caixa	0,00	22.134,14
Depósitos Bancários à Vista	19.947,50	24.622,33
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	498.074,46	1.113.210,05
Disponibilidades em Trânsito	15.073,31	662.802,86
Títulos, Valores Mobiliários e Depósitos	1.181.291,89	1.159.640,06
Adiantamentos	0,00	7.041,70
FCVS a Receber	32.169.695,67	32.061.591,72
Estoques	0,00	4.046,07
Outros Valores Realizáveis a Curto Prazo	661.844,09	631.844,09
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	97.600.201,35	97.402.031,00
Devedores por Vendas Compromissadas	17.586.363,98	17.797.177,86
Devedores por Créditos Repassados	392.407,78	392.407,78
Bens Imóveis Dispon. para Comercialização	70.192.342,46	70.332.853,46
Outros Valores Realizáveis à Longo Prazo	9.429.087,13	8.879.591,90
Total do Circulante e Realiz. à Longo Prazo	132.146.128,27	133.088.964,02
PERMANENTE	1.519.971,13	1.527.113,33
Investimentos	13.180,65	13.180,65
Imobilizado	1.714.962,24	1.722.104,44
Depreciações Acumuladas Corrigidas	-208.171,76	-208.171,76
Total do Ativo	133.666.099,40	134.616.077,35

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 14º andar – Porto Alegre/RS – CEP 90119-900
Fone: (51) 3227.9380 – (51) 3227.1748 – Fax: (51) 3224.7799
cohabrs@cohab.rs.gov.br




COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – "em liquidação"

**BALANÇO PATRIMONIAL
PASSIVO**

	R\$ 29/04/09	R\$ 31/12/08
CIRCULANTE	195.671.876,28	194.072.176,25
Fornecedores e Prestadores de Serviços	1.898.330,96	2.250.948,26
Impostos, Contribuições e Consig. à Recolher	76.777,74	289.496,65
Obrigações Relativas a Empregados	0,00	5.615,59
Provisões	4.113.000,00	4.452.206,93
Recebimentos por Conta de Sinistros	34.741.684,94	34.741.684,94
Valores a Transferir ao Mutuário	34.950,74	34.950,74
FCVS a Recolher	23.523.299,01	23.524.205,73
Premios de Seguros a Pagar	0,00	8.752,05
Valores Credores Transitórios	128.276.328,75	128.276.328,75
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	487.986,61	487.986,61
Disponibilidades em Trânsito	2.519.517,53	0,00
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	38.650.145,93	28.812.603,92
Empréstimos Governo Estado do RS-Lei 12222-3	28.028.225,36	24.752.306,88
Outros Valores Exigíveis a Longo Prazo	10.621.920,57	4.060.297,04
Total do Circulante e Exigível à Longo Prazo	234.322.022,21	222.884.780,17
PATRIMÔNIO LIQUIDO	-100.655.922,81	-88.268.702,82
Capital Social	10.221.843,77	10.221.843,77
Reservas de Reavaliações	58.671.845,43	58.781.261,24
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-169.549.612,01	-157.271.807,83
Total do Passivo	133.666.099,40	134.616.077,35


DARCI JOSÉ LIMA DA ROSA
- Liquidante -


ROGÉRIO RIBEIRO ROSA
Téc. Contabilidade CRC - 47.799
CPF.: 288.012.700/97

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 14º andar – Porto Alegre/RS – CEP 90119-900
Fone: (51) 3227.9380 – (51) 3227.1748 – Fax: (51) 3224.7799
cohabrs@cohab.rs.gov.br



COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – "em liquidação"

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 29/04/09

	R\$ 29/04/09	R\$ 31/12/08
Receitas de Atividades Operacionais	299.199,43	1.150.383,07
Receitas Financeiras	157.234,37	608.968,54
Receitas de Comercialização	603,58	31.549,42
Receitas na Gestão do Crédito	3.420,81	13.846,66
Receitas de Variação Monetária	137.940,67	496.018,45
Despesas de Atividades Operacionais	29.639,36	1.841.142,74
Despesas Financeiras	11.656,36	48.067,57
Despesas de Comercialização	0,00	45.384,58
Despesas Tributárias	17.805,66	26.780,18
Despesas de Variação Monetária	177,34	1.720.910,41
Resultado Bruto	269.560,07	-690.759,67
Despesas Gerais e Administrativas	6.136.873,13	8.794.939,32
Despesas de Pessoal	1.826.871,08	4.329.165,09
Encargos Sociais	3.310.867,66	1.898.534,61
Serviços de Terceiros	971.120,48	2.430.226,84
Despesas com Materiais	13.340,49	43.812,42
Encargos Diversos	14.673,42	93.200,36
Resultado Operacional Líquido	-5.867.313,06	-9.485.698,99
Resultado não Operacional	16,44	3.232,43
Resultado do Exercício	-5.867.296,62	-9.482.466,56
Resultado Líquido por Ação	0	0

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 14º andar – Porto Alegre/RS – CEP 90119-900
Fone: (51) 3227.9380 – (51) 3227.1748 – Fax: (51) 3224.7799
cohabrs@cohab.rs.gov.br



COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – “em liquidação”

COHAB
em liquidação

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	R\$ 29/04/09	R\$ 31/12/08
1 - Origens dos Recursos		
1.1 - Depreciações	0,00	17.758,74
1.2 - Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	0,00	12.443.950,89
1.3 - Aumento do Passivo Exig. Longo Prazo	9.837.542,01	1.662.155,81
1.4 - Baixa de Direitos do Imobilizado	14.150,83	0,00
Total das Origens	9.851.692,84	14.123.865,44
2 - Aplicações dos Recursos		
2.1 - Prejuízo do Exercício	5.867.296,62	9.482.466,56
Ajustes de Exercícios Anteriores	6.410.507,56	-3.263.003,95
2.2 - Aquisição de Direitos do Imobilizado	0,00	10.505,00
2.3 - Aumento do Ativo Realiz. A Longo Prazo	205.178,98	5.559.029,27
2.4 - Baixa Reserva Reavalição Bens Imóveis	109.415,81	0,00
3 - Aumento/Redução do Capital Circ. Líquido	-2.740.706,13	2.334.868,56
Total das Aplicações	9.851.692,84	14.123.865,44

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

	R\$ 29/04/09	R\$ 31/12/08
1 - Saldo Início do Exercício	-157.271.807,83	-151.052.345,22
2 - Ajustes de Exercícios Anteriores	-6.410.507,56	3.263.003,95
Saldo Ajustado	-163.682.315,39	-147.789.341,27
3 - Prejuízo do Exercício	-5.867.296,62	-9.482.466,56
Saldo Final do Exercício	-169.549.612,01	-157.271.807,83

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 14º andar – Porto Alegre/RS – CEP 90119-900
Fone: (51) 3227.9380 – (51) 3227.1748 – Fax: (51) 3224.7799
cohabrs@cohab.rs.gov.br



COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – “em liquidação”

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

	R\$ 29/04/09	R\$ 31/12/08	VARIAÇÃO
Ativo Circulante	34.545.926,92	35.686.933,02	-1.141.006,10
Passivo Circulante	195.671.876,28	194.072.176,25	1.599.700,03
Capital Circulante Líquido	-161.125.949,36	-158.385.243,23	-2.740.706,13

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 14º andar – Porto Alegre/RS – CEP 90119-900
Fone: (51) 3227.1383 – (51) 3227.1179 – Fax: (51)3224.7799
cohabrs@cohab.rs.gov.br

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA N.º 1 - **Apresentação das Demonstrações Contábeis** - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976, e de conformidade com as normas fixadas pela Caixa Econômica Federal, sendo que, face ao advento da Lei 9249/95, as mesmas não contemplam o reconhecimento dos efeitos inflacionários do período.

NOTA N.º 2 - **Procedimentos Contábeis** :

a) **Títulos, Valores Mobiliários e Depósitos** - Correspondem a aplicações de cauções e retenções contratuais para garantia de obras no valor de R\$ 158.798,24 e depósitos recursal referente ações de reclamatórias trabalhistas, no montante de R\$ 1.022.493,65 demonstrados ao custo original, acrescidos das variações monetárias e rendimentos produzidos no período.

b) **FCVS a Receber** - Nesta conta estão registrados os direitos que a Companhia tem referente aos valores dos financiamentos a mutuários que tem contratos amparados pelo Fundo de Compensação e Variação Salarial, sendo que no presente período a posição é de R\$ 7.653.984,57 de contratos habilitados e R\$ 24.515.711, 10 de contratos já homologados pela Caixa Econômica Federal.

c) **Devedores por Vendas Compromissadas** - Estão registrados nesta conta os valores de financiamentos de imóveis a mutuários, no total de R\$ 17.593.372,61.

d) **Devedores por Créditos Repassados** - Está registrado nesta conta o financiamento para a Prefeitura Municipal de Pelotas referente melhorias em núcleos habitacionais de competência da Prefeitura, perfazendo o montante de R\$ 392.407,78.

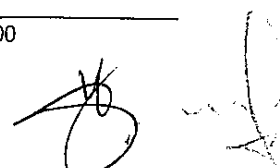
e) **Imóveis Disponíveis para Comercialização** - São avaliados pelo valor do plano de vendas, exceto os para revenda, avaliados pelo saldo devedor da baixa, totalizando o valor de R\$ 70.192.342,46, referente a 5.521 imóveis.

f) **Outros Valores Realizáveis à Curto Prazo** - Estão registrados nesta conta o valor de R\$ 631.844,09, referente à retenção efetuada pela Caixa Econômica Federal, relativa ao acordo para a Campanha de Quitação aos mutuários com prestações inferiores à R\$ 25,00 inclusive, e que após o término da mesma tal valor será devolvido à Companhia, e o valor de R\$ 30.000,00, referente ao roubo ocorrido após saque efetuado na agência da Caixa Econômica Federal, Agência Restinga, que lançamos no Ativo, pois o mesmo está sob exame da PGE - Procuradoria Geral do Estado com vistas ao parecer para a conclusão do mesmo.

g) **Outros Valores Realizáveis à Longo Prazo** - Estão registrados neste grupo os valores referentes a Prestações a Receber de mutuários, no montante de R\$ 6.917.135,87 e Penhoras de Causas Trabalhistas no valor de R\$ 2.511.951,26.

h) **Imobilizado** - Está demonstrado ao custo de aquisição acrescida de correção monetária até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada linearmente, as taxas estabelecidas em função do tempo útil, fixada por espécie de bens, estando assim representado:

CONTAS	VALOR CORRIGIDO	DEPRECIações AMORTIZAÇÕES	VALOR RESIDUAL
Máq. Apar. Equip. Construção	3.126,27	3.115,77	10,50
Móveis e Utensílios	90.834,40	64.729,26	26.105,14
Computadores e Periféricos	120.413,92	88.499,89	31.914,03
Edificações	113.189,65	51.826,84	61.362,81
Terrenos	1.387.398,00	0,00	1.387.398,00
TOTAL	1.714.962,24	208.171,76	1.506.790,48





COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - "em liquidação"

NOTA N.º 3 – **Fornecedores e Prestadores de Serviços** – Estão registrados nesta conta os valores de faturas a pagar de serviços fornecidos pela PROCERGS, no valor de R\$ 1.288.492,18 e assistência judiciária da PGE – Procuradoria Geral do Estado no valor de R\$ 609.720,96.

NOTA N.º 4 - **FCVS a Recolher** – Está registrada nesta conta a dívida da Companhia a título de Fundo de Compensação e Variação Salarial devida à Caixa Econômica Federal, atualizada até a data de 31/12/2008, perfazendo o montante de R\$ 23.523.353,96.

NOTA N.º 5 - **Valores Credores Transitórios** - Está registrado nesta conta o valor do diferencial, por força do Instrumento Contratual de Aquisição de Ativos e Outras Avenças, entre a alienação da Carteira de Crédito Imobiliário da COHAB e a assunção da dívida referente aos empréstimos para a produção de conjuntos habitacionais, contraídos com a Caixa Econômica Federal, no montante de R\$ 128.276.328,75.

NOTA N.º 6 – **Disponibilidades em Trânsito** – Está registrado nesta conta o valor referente aos pagamentos de faturas e rescisões trabalhistas de 29/04/2009 onde os cheques foram descontados da conta corrente da COHAB/RS no decorrer dos meses de maio e junho/2009 no montante de R\$ 2.519.517,53, cujo valor foi coberto por repasse efetuado pelo Tesouro do Estado do RS em 06/05/2009.

NOTA N.º 7 – **Exigível à Longo Prazo - Empréstimos** - Durante o período, a Companhia recebeu repasses do Governo do Estado do RS, a título de Empréstimos e Financiamentos, de acordo com a Lei 12.222 de 30/12/2004, no montante de R\$ 3.275.918,48 para cumprimento das obrigações relativas ao processo de liquidação, ficando o saldo da conta no valor de R\$ 28.028.225,36.

NOTA N.º 8 – **Outros Valores Exigíveis à Longo Prazo** – Estão registrados nesta conta o valor de R\$ 4.060.179,22, referente ao montante desembolsado pelo Estado do RS no exercício de 2007 e exercício de 2008, relativo ao pagamento da dívida da COHAB junto a PROCERGS e o valor de R\$ 6.561.741,35, referente a processo de dívida junto ao INSS e assumido pelo Estado do RS.

NOTA N.º 9 - **Capital Social** - O capital social, no valor de R\$ 10.221.843,77 (totalmente integralizado), pertencente a acionistas residentes no País, é composto de 206.718.783.172 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

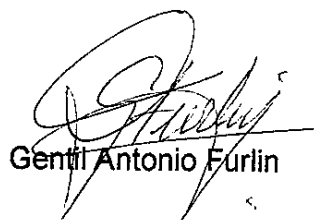
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, "em liquidação", reunidos nesta data, após tomarem conhecimento das Demonstrações Financeiras levantadas em 29 de abril de 2009, deliberam no sentido de que as mesmas se encontram em condições de serem encaminhadas às deliberações da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

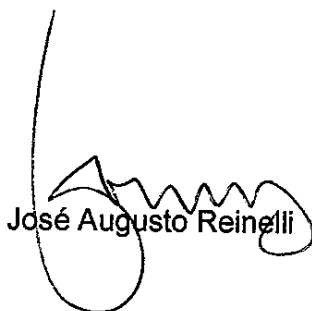
Porto Alegre, 29 de abril de 2009.



Flávio Marcelo Pinto Soares



Gentil Antonio Furlin



José Augusto Reinelli

Considerando que para a aplicação e graduação da multa deve-se ter em conta a gravidade da infração, a capacidade em atender o caráter educativo e preventivo das ações, de modo que não se repitam, sem prejuízo da prestação dos serviços;
RESOLVE:

Indeferir o recurso interposto pela Concessionária, mantendo o Auto de Infração nº 07/2009, com relação aos indicadores de continuidade de distribuição, aplicando a penalidade de multa correspondente a 0,2957% do faturamento total de R\$ 44.197.764,15, relativo aos últimos doze meses considerados no Auto de Infração, correspondente ao valor de R\$ 130.692,78, valor este que deverá ser atualizado nos termos do art.24 da Resolução Normativa ANEEL n.º 63/2004.

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS, Sala do Conselho Superior, em 02 de julho de 2009.

Alcides José Saldanha,
Conselheiro-Presidente

Ricardo Pereira da Silva,
Conselheiro-Relator

Manoel Maria dos Santos,
Conselheiro

Pedro Bisch Neto,
Conselheiro

Gertrudes Pelissaro dos Santos,
Conselheira

Guilherme Socias Villela,
Conselheiro-Revisor

Código 522670

CONSELHO SUPERIOR

SESSÃO: 40/2009
DATA: 02 de julho de 2009
RESOLUÇÃO: 1133

O CONSELHO SUPERIOR DA AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 10.931, de 09 de Janeiro de 1997, considerando o contido no processo administrativo nº 000.978-39.00/07-8, que trata de recurso interposto pela concessionária CEEE contra decisão da AGERGS referente à cobrança por consumo de energia elétrica não medido da consumidora Sociedade Amigos de Torres;
RESOLVE:

Indeferir o recurso interposto pela concessionária, mantendo a decisão da Direção no sentido de cancelar a cobrança de recuperação de consumo por ausência de comprovação do período da Irregularidade, cabendo à concessionária encalafinar o caso à autoridade competente, se assim achar conveniente, nos termos do artigo 75, parágrafo 2º, da Resolução 456/2000 da ANEEL.

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS, Sala do Conselho Superior, em 02 de julho de 2009.

Alcides José Saldanha,
Conselheiro-Presidente

Ricardo Pereira da Silva,
Conselheiro

Manoel Maria dos Santos,
Conselheiro

Pedro Bisch Neto,
Conselheiro-Relator

Gertrudes Pelissaro dos Santos,
Conselheira

Guilherme Socias Villela,
Conselheiro-Revisor

Código 522671

Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano

Secretário:

Marco Aurélio Soares Alba

End: Av. Borges de Medeiros, 1501 - 14º andar
Porto Alegre/RS - 91119-900
Fone: (51) 3288-4800

RETIFICAÇÕES

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – "em liquidação"
CNPJ: 92.797.547/0001-88 - NIRE: 43300015564

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA Nº 89. Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril de 2009 (dois mil e nove), às 10h, conforme Edital de Convocação, na Av. Borges de Medeiros nº 1501 - 14º andar, nesta Capital, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária os acionistas da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul – COHAB/RS - "em liquidação". Examinado o "Livro de Presença", constatou-se que se achavam presentes ou representados acionistas com mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, suficiente para a realização da Assembléia regularmente convocada. Abertos os trabalhos, o Senhor Darci José Lima da Rosa, Liquidante da Companhia, sugeriu o nome do Senhor Marco Aurélio Soares Alba, Secretário de Estado de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, na qualidade de representante do acionista majoritário, para presidir a Assembléia, eleito por unanimidade, bem como, convidou o Senhor José Luiz Pederzoli para secretariar os trabalhos. De imediato, procedeu-se à leitura do Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado e no Jornal do Comércio, nas edições dos dias 17, 20 e 22 de abril de 2009, com a seguinte Ordem do Dia: Em Assembléia Geral Ordinária: a) Apreciar e deliberar sobre o Balanço Patrimonial, o Inventário Geral dos Bens Móveis e Imóveis e as demais Demonstrações Contábeis e Financeiras da Liquidação, relativas ao exercício encerrado em 31/12/08; b) Declarar extinto o mandato dos membros do atual Conselho Fiscal; c) Nomeação de novos membros do Conselho Fiscal e seus Suplentes, com atuação a partir do exercício de 2009; Em Assembléia Geral Extraordinária: a) Exame, discussão e votação da data da Extinção da Companhia; b) Prestação da Contas do Liquidante; c) Outros assuntos de interesse da Companhia. Em prosseguimento aos trabalhos, passou-se à apreciação da Ordem do Dia. Quanto à Assembléia Geral Ordinária, item "a", passou-se a apreciar o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações contábeis e financeiras, o Relatório da Liquidação e

o Parecer do Conselho Fiscal. Em vista do apresentado, deliberou a Assembléia Geral, por unanimidade, pela aprovação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras, do Inventário Geral dos Bens Móveis e Imóveis e do relatório da Liquidação, relativos ao exercício de 2008. Quanto aos itens "b" e "c", a Assembléia Geral declarou extinto o mandato dos membros do atual Conselho Fiscal e nomeou os novos membros titulares, Gentil Antônio Furlin, Flávio Marcelo Pinto Soares e José Augusto Reinelli, já qualificados na Ata de nº 82, de 06/03/2007, registrada na Junta Comercial sob o nº 2807596, com atuação a partir do exercício de 2009, deixando-se de nomear os respectivos Suplentes, em vista da proximidade da extinção definitiva da Companhia. A remuneração dos Conselheiros fica fixada no valor mínimo legal, a qual desde já declaram que renunciam aos respectivos honorários. Quanto à Assembléia Geral Extraordinária, item "a", o Presidente propôs a antecipação da data da extinção definitiva da Companhia, anteriormente designada para o dia 30 de abril de 2009, conforme Ata de nº 85, de 28 de maio de 2008, arquivada na Junta Comercial sob o nº 3016993, para o dia de hoje, em vista de que os procedimentos administrativos e legais para a sua extinção foram tomados pela Companhia ao longo desse período e desde a edição da lei autorizativa de sua liquidação, de nº 10.357, de 16 de janeiro de 1995, com as alterações posteriores. Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a data da extinção da Companhia para o dia de hoje, 29 de abril de 2009. Quanto ao item "b" desta Ordem do Dia, o Presidente determinou a leitura do Relatório Final do Liquidante. O Liquidante apresentou aos acionistas presentes o inventário geral dos bens móveis e imóveis que foi repassado neste ato ao Estado, através da SEHADUR. Informou também o Liquidante que foram procedidas as demissões dos servidores da Companhia, sendo os últimos remanescentes demitidos na data de hoje, considerando-se assim todos os contratos de trabalho com a COHAB/RS extintos. Em continuidade, no que se refere aos aspectos fiscais, informa que a Companhia apresenta situação regular junto à Receita Federal e à Previdência Social, e os encargos decorrentes da atividade judicial na parte cível e trabalhista estão afetos à Procuradoria Geral do Estado, desde o início da Liquidação da Companhia. Prestados os esclarecimentos necessários aos acionistas presentes, pelo Presidente foi dito que, nos termos dos artigos 4º e 5º, da Lei Estadual nº 10.357, de 16/01/1995, o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, sucederá a COHAB/RS nos seus direitos e obrigações, bem como receberá todo o acervo dos bens móveis e imóveis, ficando também responsável pela concessão das escrituras aos mutuários da Companhia. Aditum também o Presidente que, nos termos da referida lei estadual autorizativa, ficará o Estado, através da SEHADUR, responsável pela ultimização de todos os atos e registros necessários à finalização da extinção da Companhia e à incorporação dos direitos, das obrigações e do patrimônio aos registros administrativos e contábeis do Estado do Rio Grande do Sul. Devendo também a SEHADUR promover todos os atos necessários ao encerramento das contas bancárias em nome da COHAB, repassando os valores para o caixa geral do Estado. Ouve o Parecer do Conselho Fiscal que aprovou o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações contábeis e financeiras da Liquidação, o Relatório e as contas apresentadas pelo Liquidante, do período remanescente de janeiro de 2009 até a data de hoje, foram os mesmos submetidos à apreciação e votação dos acionistas presentes, que deliberaram por unanimidade pela sua aprovação, bem como pela aprovação da sucessão da Companhia pelo Estado do Rio Grande do Sul e da responsabilidade por sua representação, através da SEHADUR, ficando implícita a revisão e a apuração do capital social dos minoritários que representam o percentual de 0,0001% de ações ordinárias, ficam sem valor patrimonial ou comercial, vez que a COHAB/RS apresenta passivo a descoberto, não se configurando a hipótese de apuração de valor a ser pago à totalidade dos acionistas, inclusive ao próprio Estado, acionista majoritário. Tais ações, se não forem transferidas para o Estado do Rio Grande do Sul, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação dessa AGOE, reverterão à guarda e/ou propriedade do mesmo. A guarda dos livros, da documentação contábil, financeira e administrativa e dos bens móveis remanescentes será transferida oportunamente pelo Liquidante, devendo, uma vez ultimada a sua coleta, ser repassada ao Estado, através da SEHADUR. Em virtude do encerramento dos trabalhos da Liquidação, propôs também o Presidente a extinção do mandato dos atuais membros do Conselho Fiscal da Companhia em liquidação e de suas respectivas atribuições. Colocadas em votação as proposições retro e a declaração da extinção da Companhia, foram estas aprovadas por unanimidade dos presentes, ficando, pois, a partir desta data, a COHAB/RS liquidanda extinta. Retomando a palavra, o representante do Acionista Majoritário, Estado do Rio Grande do Sul, o Presidente desta Assembléia, disse que, satisfeitas todas as condições legais e nada mais havendo a ser votado, DECLARA EXTINTA a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que seus bens e direitos passam ao Estado do Rio Grande do Sul, assim como quaisquer outras obrigações, seja de que natureza forem, inclusive trabalhistas, à sua responsabilidade exclusiva. Esgotada a matéria e a Ordem do Dia e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, o Presidente deu por encerrada a presente AGOE agradecendo o esforço para a consecução da tarefa até o final e a presença de todos, inclusive dos acionistas minoritários que se fizeram presentes, Paulo César Alves de Moraes, João Gastão Teller Flores e Norton Luiz Pereira, e da qual, para constar, foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente, Senhor Marco Aurélio Soares Alba, representante do acionista majoritário, pelo Senhor Darci José Lima da Rosa, Liquidante e pelo Senhor José Luiz Pederzoli, Secretário. Declaramos ser esta cópia fiel da original lavrada no livro próprio. Nada mais. José Luiz Pederzoli – Secretário; Marco Aurélio Soares Alba – Presidente; Darci José Lima da Rosa – Liquidante. JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL. CERTIFICÓ REGISTRO EM 25/06/2009, SOB Nº 3147317, Protocolo : 09/121945-0, Empresa 43 3 0001556 4 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – EM LIQUIDAÇÃO, Sérgio José Dutra Kruei – Secretário Geral.

Código 522656

Secretaria do Meio Ambiente

Secretário:

Berfran Rosado

End: Rua Carlos Chagas, 55
Porto Alegre/RS - 90030-020 - Centro
Fone: (51) 3288-8100

SÚMULAS

SÚMULA DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 02/2009

I - PARTES: do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente – DOADORA, eo Município de Campos Borges – DONATÁRIO. II - OBJETO: Doação a título gratuito do seguinte bem: um veículo Fiat/Uno CS IE, Placa: IEC 5780, Chassi: 9BD1465335521239, Ano de Fabricação: 1995, Ano do Modelo: 1998, Cor: branca. III - ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO: Processo Administrativo nº 317-2400/09-5. Secretaria do Meio Ambiente, Rua Carlos Chagas, nº 55, 9º andar, Porto Alegre/RS. Porto Alegre, 03 de julho de 2009.

Antonio Berfran Acosta Rosado
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Código 522674

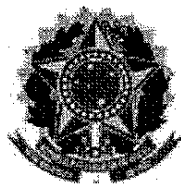
SÚMULA DO CONVÊNIO SEMA – UFSM Nº 14/2009

I - PARTICÍPES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente, e a Universidade Federal de Santa Maria. II - OBJETO: Proporcionar, de forma não exclusiva, oportunidade de complementação educacional a alunos regularmente matriculados na Instituição de Ensino, através da realização de estágios supervisionados. III - VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da publicação da súmula deste instrumento no Diário Oficial do Estado. IV - ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO: Processo Administrativo nº 1709-0500/06-1. Secretaria do Meio Ambiente, Rua Carlos Chagas, 55, 9º andar, Porto Alegre - RS.

Porto Alegre, 06 de julho de 2009.

Antonio Berfran Acosta Rosado
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Código 522684

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ROGERIO RIBEIRO ROSA
REGISTRO.....	: RS-047799/O-7
CATEGORIA.....	: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF.....	: 288.012.700-97

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 11.03.2010 as 14:26:07.

Válido até: 31.03.2010.

Código de Controle: 76361.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Cia. Operadora de
Mineração
COM**



Composição da Diretoria e Conselho Fiscal

Diretoria

Telmo José Kirst
Mauro Ochman
Eduardo Martins Medeiros

Diretor Presidente
Diretor Administrativo
Diretor Técnico

Conselho Fiscal

• **Membros Titulares**

Lindemar Franzon
José Heitor de Souza Gularte
Raquel Longaray Souza Santos

• **Membros Suplentes**


Adalberto Caino Silveira Netto
Hélio Levi da Silva

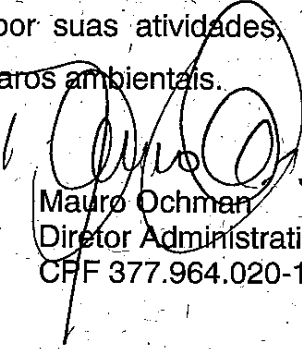
1. RELATÓRIO DA DIRETORIA – 2009

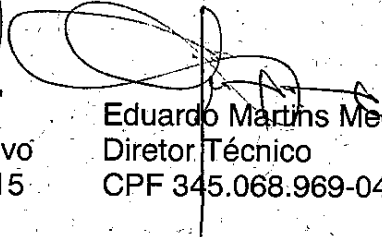
A Diretoria da COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO - COM, apresenta, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, constando valores somente no Balanço Patrimonial – Ativo e Passivo -, face a sua constituição ocorrida em 27 de abril de 1998, sem nenhuma atividade operacional até esta data, bem como destaca o que segue:

1 - A Companhia Operadora de Mineração é uma Empresa Subsidiária Integral da Companhia Riograndense de Mineração, com a sua criação aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária desta última, realizada no dia 17 de dezembro de 1997, nos termos da Lei Estadual n.º 10.900/96. A constituição da Subsidiária ocorreu em 27 de abril de 1998, com capital social inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em dez mil (10.000) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme escritura pública n.º 124 – geral 260, do 8º Tabelionato Albuquerque de Porto Alegre, com registro na mesma data, na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, e inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 02.720.677/0001-20.

2 – Tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades, bem como atividades pretéritas da CRM que mereçam reparos ambientais.


Telmo José Kirst
Diretor Presidente
CPF 069.258.550-87

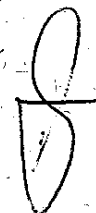
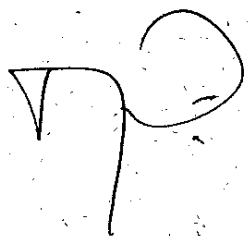

Mauro Ochman
Diretor Administrativo
CPF 377.964.020-15


Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico
CPF 345.068.969-04

2. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

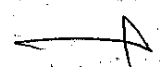
Em reais

Ativo	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Circulante	<u>33.692</u>	<u>32.102</u>
Disponibilidade	31.537	29.947
Créditos Tributários	2.155	2.155
Não Circulante		
Diferido	<u>(7.856)</u>	<u>(6.266)</u>
Total	<u>25.836</u>	<u>25.836</u>
Passivo		
Circulante	<u>15.836</u>	<u>15.836</u>
Outros Débitos	15.836	15.836
Patrimônio Líquido	<u>10.000</u>	<u>10.000</u>
Capital Social	10.000	10.000
Total	<u>25.836</u>	<u>25.836</u>



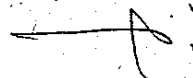
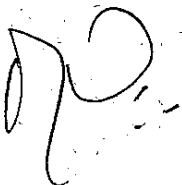
3. Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro
Em reais

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receita bruta das vendas	0	0
Impostos sobre vendas	0	0
Receita líquida de vendas	0	0
Custo dos produtos vendidos	0	0
Lucro (prejuízo) bruto	0	0
(Despesas) e receitas operacionais	<u>0</u>	<u>0</u>
Gerais e administrativas	0	0
Tributárias	0	0
Outras receitas operacionais	0	0
Resultado financeiro líquido	0	0
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda	0	0
Contribuição social		
Imposto de renda		
Resultado líquido do exercício	<u>0</u>	<u>0</u>



4. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados em 31 de Dezembro
Em reais

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Saldo Inicial	0	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0
Parcela de Lucros Incorporados ao Capital	0	0
Reversão de Reservas	0	0
Lucro (Prejuízos) Líquido do Exercício	0	0
Proposta da Administração de Destinação do Lucro	0	0
Saldo Final de Lucros (Prejuízos) Acumulados	0	0




**5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009.****5.1 – Contexto Operacional**

A Companhia tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social, e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades bem como atividades pretéritas da CRM que mereçam reparos ambientais.

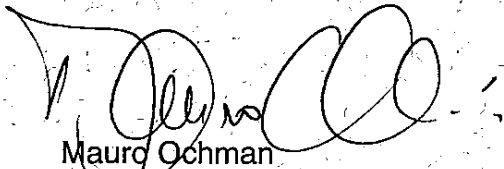
5.2 – Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que contemplam as disposições da legislação societária do país e Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Os registros de sua constituição e despesas de manutenção administrativa estão contabilizados no ativo diferido, face não ter a mesma entrado no ciclo operacional, até esta data. Também pelo mesmo motivo constam em conta retificadora do ativo diferido, os rendimentos das aplicações financeiras; e o respectivo imposto de renda na fonte, no ativo circulante - créditos tributários.



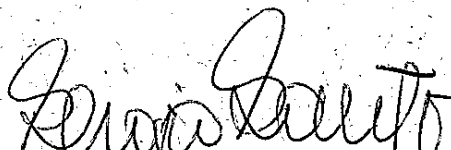
Telmo José Kirst
Diretor Presidente
CPF 069.258.550-87



Mauro Ochman
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 377.964.020-15



Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico
CPF 345.068.969-04



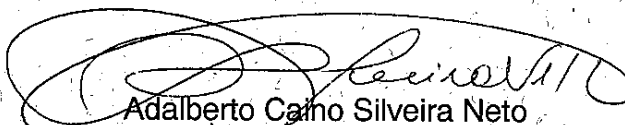
Sergio Luiz dos Santos
Contador CRC/RS 44.941
CPF 294.950.160-53

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Operadora de Mineração – COM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII, da Lei n.º 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I, II, do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, considerando a sua constituição em 27 de abril de 1998, e sem ter iniciado o ciclo operacional até esta data. Com base nesses exames e informações prestadas pela empresa, somos de opinião favorável às referidas peças, por atenderem às disposições estatutárias e legais, merecendo assim a sua aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas.

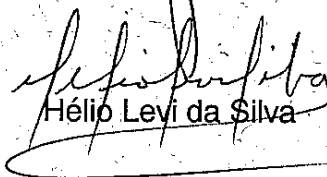
Porto Alegre, 08 de março de 2010.



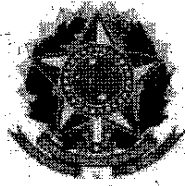
Adalberto Caio Silveira Neto



José Heitor de Souza Goularte



Hélio Levi da Silva



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: SERGIO LUIZ DOS SANTOS
REGISTRO.....	: RS-044941/O-4
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 294.950.160-53

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 12.03.2010 as 18:56:46.

Válido até: 08.09.2010.

Código de Controle: 76426.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Cia. Riograndense de
Mineração
CRM**



COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS

Diretoria (*)

Telmo José Kirst
Mauro Ochman
Eduardo Martins Medeiros

Diretor Presidente
Diretor Administrativo
Diretor Técnico

Conselho de Administração (**)

• Membros Titulares

Daniel de Moraes Andrade
Ismar França Panigas
José Carlos Elmer Brack
José Eurides Machado
Ricardo Luis Lied
Telmo José Kirst

Presidente

• Membros Suplentes

Argeu da Silva Brum
Caio Tibério Dornelles da Rocha
Cláudio Antonio Manfro
Edmundo Fernandes da Silva
Fernando Magalhães Coronel

Conselho Fiscal (***)

• Membros Titulares

Lindemar Franzon
Adalberto Caino Silveira Netto
Raquel Longaray Souza Santos
Hélio Levi da Silva
José Heitor de Souza Gularte

• Membros Suplentes

Ricardo Guimarães Moura
Roberto Falcão Laurino
Gerson Petteffi
Marcio Baldino Karam
Sandro Celestino da Rosa Wollenhaupt

(*) Reeleição e posse em 10.03.2009

(**) Reeleição, Eleição e posse em 10.03.2009

(***) Eleição e posse em 29.03.2007

1. Relatório da Diretoria

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração – CRM apresenta a seguir as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2009, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão, no mesmo período.

1.1. Apresentação da Empresa

A Companhia Riograndense de Mineração - CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, 610, em Porto Alegre - RS, com Unidades Mineiras em operação nos Municípios de Minas do Leão e Candiota, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

1.2. Conjuntura Econômica

Ainda em decorrência da crise internacional iniciada em dezembro de 2007 e que atingiu o Brasil a partir de setembro de 2008, no quarto trimestre deste ano a economia brasileira apresentou um retrocesso de 3,37% do PIB em relação ao trimestre anterior. No primeiro trimestre de 2009 o PIB voltou a desacelerar (-0,97%), acumulando uma perda de 4,31% em dois trimestres. No entanto, a partir daí a economia nacional passou a dar sinais de reativação, com o PIB evoluindo 1,91% no segundo trimestre de 2009. As projeções indicam um PIB anual, para 2009, em torno de 0,3%. Pelos cálculos dos economistas, antes da crise, o Brasil tinha potencial de crescimento entre 5% e 7% em 2009. Para 2010 as estimativas são novamente bastante otimistas, prevendo-se um crescimento de 5 a 6%.



1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

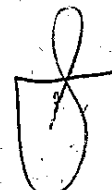
Em 2009 a CRM continuou operando com a produção da Mina de Candiota limitada ao mínimo contratual para abastecimento da Usina Termoelétrica Presidente Médici – UPME da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, na Mina de Candiota. Isto limitou sua produção mensal a 133.333 t/mês, atingindo o total anual de 1.600.000 t de carvão. Na Mina do Leão, o fornecimento à Usina de São Jerônimo também se manteve no mínimo contratual (6.500 t/mês) durante todo o ano. Outros mercados abastecidos por esta unidade também sofreram impacto da conjuntura econômica e do elevado regime pluviométrico ocorrido no período, o que restringiu a demanda por carvão termoelétrico.

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:

CARVÃO VENDÁVEL (t)

TIPO	2005	2006	2007	2008	2009	VARIAÇÃO % 2009/2008
CE 6300	0	3.143	1.843	0	0	0,00
CE 5500	0	4.057	17.156	0	0	0,00
CE 5200	0	0	2.421	44.704	50.053	11,97
CE 4700	4.195	116	0	0	13.155	100,00
CE 4500	0	0	20.319	30.168	15.433	(48,84)
CE 4200	45.355	44.380	50.648	44.406	53.136	19,66
CE 3300	2.115.877	1.996.762	1.816.958	1.636.709	1.661.920	1,54
CE 3100	6.217	0	0	0	0	0,00
CE 5200*	0	0	0	1.300	19.179	1.375,31
CE 4200*	0	0	0	0	1.615	100,00
CE 3100*	0	0	0	47.551	0	(100,00)
ROM	0	0	0	5.946	0	(100,00)
TOTAL	2.171.644	2.048.458	1.909.345	1.810.784	1.814.491	0,20

*CARVÕES FINOS



1.3.2. Produtividade

A produtividade do exercício de 2009 foi determinada pela limitação nas encomendas efetuadas pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica-CGTEE, em função de problemas operacionais internos da Usina Termelétrica Presidente Médici-UPME no período, e pela queda na demanda de energia termoelétrica em função do regime pluviométrico ocorrido durante o ano. O cálculo mantém os critérios adotados a partir do exercício de 2003, ou seja, considera também todos os serviços que são terceirizados em atividades meio.

DESCRIÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
Carvão Vendável (t/ano)	2.171.644	2.048.458	1.909.345	1.810.784	1.814.491
Total Homem/dia	92.964	88.853	88.403	87.461	83.504
PCV * (t/H/d)	23,36	23,05	21,60	20,70	21,73

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável – PCV

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2005 a 2009, são os apresentados nos quadros abaixo:

DADOS COMPARATIVOS DA CRM					
DESCRIÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
Receita Bruta Anual	90.958.517	90.842.863	90.544.305	92.549.022	97.557.110
Receita Líquida Anual	87.143.955	86.901.451	86.247.346	86.711.894	91.382.960
Custos dos Prod. Vendidos	43.845.806	52.620.901	53.904.599	53.418.346	61.954.381
Resultado Bruto	43.298.149	34.280.550	32.342.747	33.293.548	29.428.579
Despesas Operacionais	14.524.850	14.322.861	15.761.669	17.591.729	12.553.010
Res. Oper. antes Res. Financ.	28.773.299	19.957.689	16.581.078	15.701.819	16.875.569
Resultado Financeiro	(15.625.531)	(13.823.566)	(10.719.645)	(11.160.605)	(12.608.717)
Resultado Operacional	13.147.768	6.134.123	5.861.433	4.541.214	4.266.852
Investimentos	4.652.148	11.733.177	8.960.917	20.086.567	13.412.074
Produção carvão ROM (t)	2.220.990	2.059.865	1.894.849	1.886.063	2.013.187
Pessoal Próprio	367	370	356	348	344

Valores históricos em reais

DADOS COMPARATIVOS DA CRM					
DESCRIÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
Receita Bruta Anual	109.536.506	105.399.298	97.368.274	91.225.994	97.557.110
Receita Líquida Anual	104.942.832	100.826.324	92.747.470	85.472.310	91.382.960
Custos dos Prod. Vendidos	52.801.173	61.052.744	57.967.177	52.654.708	61.954.381
Resultado Bruto	52.141.659	39.773.580	34.780.293	32.817.602	29.428.579
Despesas Operacionais	17.491.505	16.617.921	16.949.564	17.340.248	12.553.010
Res. Oper. antes Res. Financ.	34.650.154	23.155.660	17.830.729	15.477.355	16.875.569
Resultado Financeiro	(18.816.996)	(16.038.620)	(11.527.543)	(11.001.059)	(12.608.717)
Resultado Operacional	15.833.158	7.117.040	6.303.186	4.476.295	4.266.852
Investimentos	5.602.334	13.613.272	9.636.266	19.799.421	13.412.074
Produção carvão ROM (t)	2.220.990	2.059.865	1.894.849	1.886.063	2.013.187
Pessoal Próprio	367	370	356	348	344

Valores em reais de 31/12/2009, com base na variação do IGP-DI/FGV.

1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2009 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infra-estrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram R\$ 13,41 milhões. Estes recursos são oriundos da geração de caixa da CRM.



1.6. Meio Ambiente

Iniciamos, na Mina do Leão, os trabalhos de recuperação ambiental na área São Vicente Norte, nova área de mineração cuja lavra iniciou em 2008. Na Mina de Candiota, todo o plantio de árvores nativas, em 2009, utilizou mudas produzidas em viveiro próprio. Destaca-se, em Candiota, o apoio que a CRM vem proporcionando à formação de Vigilantes Ambientais, programa de educação ambiental que atinge toda a comunidade.

Avança a implantação do Sistema de Gestão Ambiental - SGA, em todas as unidades da empresa, com conclusão prevista para 2010.

No quadro a seguir, podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais, nos últimos anos, nas principais unidades mineiras da CRM:

Obs.: valores acumulados, em hectares.

		2005	2006	2007	2008	2009
MALHAS IV e VII (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	389	414	433	448	461
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	351	370	374	395	413
	REVEGETAÇÃO	341	350	364	386	398
MALHA II (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	356	356	356	356	356
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	356	356	356	356	356
	REVEGETAÇÃO	356	356	356	356	356
MALHA I (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	65	65	65	65	65
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	54	54	54	54	54
	REVEGETAÇÃO	9	13	13	28	41
BOA VISTA (Leão)	ÁREA IMPACTADA	41	41	41	41	41
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	18	19	20	26	26
	REVEGETAÇÃO	15	15	15	21	21
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	ÁREA IMPACTADA	-	-	-	7	13
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	-	-	-	0	3
	REVEGETAÇÃO	-	-	-	0	1
TOTAIS CRM	ÁREA IMPACTADA	851	876	895	917	936
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	779	799	804	831	852
	REVEGETAÇÃO	721	734	748	791	817



1.7. Novos Empreendimentos

Durante 2009 foram mantidas tratativas e ações de apoio e colaboração ao desenvolvimento de novos projetos termelétricos em solo gaúcho.

1.7.1. Usina Presidente Médici / Fase C (Candiota III) – Mina de Candiota

A CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica é proprietária da Usina Termelétrica Presidente Médici - Fases A e B, com capacidade instalada atual de 446 MW, localizada no município de Candiota (RS). Esta unidade geradora é abastecida com carvão mineral que a CRM produz na Mina de Candiota. Nos últimos anos foram consumidas, em média, 2,0 milhões de toneladas/ano de carvão CE-3300. Com sua participação no leilão de compra e venda de energia nova promovido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica em dezembro de 2005, a CGTEE viabilizou a implantação da Fase C da Usina Termelétrica Presidente Médici, com capacidade de mais 350 MW de energia, a ser gerada a partir de 2010. Para prover todo o carvão que o complexo termelétrico passará a absorver, a CRM está expandindo a Mina de Candiota para 5,0 milhões de toneladas brutas por ano, o que representa um crescimento de mais de 100% de sua atual capacidade instalada.

1.7.2. Mina do Leão II

A Mina do Leão II permanece arrendada à Carbonífera Criciúma S.A., que vem efetuando o pagamento do valor de "royalties" mínimo estabelecido no contrato de arrendamento. Sua entrada em operação deverá propiciar à CRM o recebimento de "royalties" quando da venda do carvão produzido, bem como permitir a geração de renda e emprego na região. Sem abrir mão da propriedade dos títulos minerários e das instalações mineiras e, contando com garantias contratuais contra eventuais insucessos no projeto de retomada da Mina do Leão II, a CRM busca uma solução racional para o aproveitamento dos recursos investidos em instalações e equipamentos naquela unidade mineira.



1.7.3. Mina do Iruí

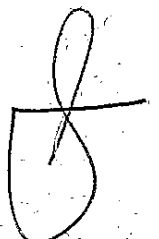
A CRM vem efetuando estudos para implantação de uma nova unidade mineira visando o abastecimento de empreendimentos de geração termoeletrica projetados para a região.

1.8. Gestão Administrativa

Durante o ano de 2009, sem descuidar-se das demandas com as atuais necessidades, a Diretoria priorizou as ações no sentido de preparar a empresa para a expansão da Mina de Candiota. Desta forma, com relação à pessoal, tomando como base o projeto básico de engenharia do empreendimento, foi feito o levantamento das futuras necessidades de mão-de-obra, através das Superintendências e Gerência de Recursos Humanos. Em dezembro deste ano foi autorizado pelo Governo do Estado a realização de concurso público para provimento das vagas, o que deverá ocorrer ainda no primeiro semestre de 2010.

A empresa manteve sua política para desenvolvimento de seus recursos humanos, através da Programação de Treinamento e Desenvolvimento/2009 elaborada a partir de solicitações das gerências de cada unidade, sempre avalizadas pelos respectivos superintendentes. A partir destas solicitações, foram realizados 51 cursos de treinamento, que somados a 31 outros cursos realizados a partir de necessidades surgidas no decorrer do ano, encerramos 2009 com 82 cursos realizados. Na sede totalizaram 783,5 horas de treinamento com 93 participantes. Na Mina do Leão foram 848 horas e 73 participantes e na Mina de Candiota foram 7.484 horas e 348 participantes.

O cômputo total de participantes treinados na CRM, em 2009, distribuídos nos diversos cursos realizados e considerando que muitos funcionários participaram de mais de um curso, foi de 514, totalizando 9.415,5 horas de treinamento.



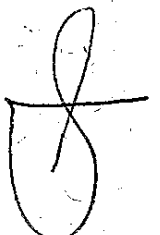
Outro fator importante na busca de melhorias no resultado da empresa no exercício foi a forma de compra de materiais e serviços através do Pregão Presencial. A acirrada disputa entre os participantes possibilitou diminuições de preço expressivas. Além disso a desburocratização de procedimentos propicia maior agilidade nas aquisições. Estamos, também, em fase de adaptação do Sistema Integrado de Gestão CIGAM para compras através de Cotação Eletrônica e Pregão Eletrônico.

Por fim, os esforços da diretoria, juntamente com o corpo funcional, estão sempre de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado na busca de melhorias e no cumprimento das metas estabelecidas no Contrato de Gestão.

1.9. Perspectivas

Com a retomada da economia brasileira já verificada em 2009 após a queda provocada pela crise financeira internacional, as projeções de crescimento do PIB para 2010 em torno de 5,5% projetam, segundo os dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), um aumento no consumo de energia elétrica da ordem de 9,4% em relação a 2009. Esta alta no consumo leva em consideração a crise que diminuiu a demanda industrial em 2009. Com o crescimento econômico esperado para 2010, essa demanda também deve voltar a subir de forma significativa. Ainda segundo a EPE, se o crescimento brasileiro mantiver a média de 5% ao ano a partir de 2011, o consumo de energia deverá crescer em torno de 65% até 2018, ainda em relação a 2009.

Neste cenário e aproveitando as lições da crise energética vivida pelo País em 2001, que mostrou claramente a necessidade da complementação térmica em um sistema essencialmente hidrelétrico, como o nacional, de modo a regulá-lo, o planejamento energético nacional, com base em estudos realizados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE continuará expandindo a geração termelétrica, sendo que a fonte carvão, por ser disponível e nacional, portanto, sem o dispêndio de divisas e dependente de questões políticas externas, deverá ser incentivado, confirmando as excelentes perspectivas futuras da CRM em um horizonte não muito



distante, já que é detentora dos direitos minerários das áreas de mineração de carvão mais competitivas do país.



Telmo José Kirst
Diretor Presidente



Mauro Ochman
Diretor Administrativo



Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico

2.1. Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Circulante	<u>54.699</u>	<u>48.852</u>
Disponibilidades	21.713	20.461
Contas a receber de clientes	8.933	8.676
Demais contas a receber	15.543	13.297
Estoques	8.102	6.056
Despesas do exercício seguinte	408	362
Não Circulante	<u>220.699</u>	<u>211.918</u>
Realizável a longo prazo	<u>9.359</u>	<u>6.609</u>
Devedores por aquisição de imóveis	19	17
Empréstimos, depós.compulsórios e judiciais	- 9.057	6.579
(-) Provisão para perda	0	(278)
Outros valores	283	291
Investimentos	<u>54</u>	<u>54</u>
Custo	4.026	4.026
(-) Provisão para perda	(3.972)	(3.972)
Imobilizado	<u>211.286</u>	<u>205.255</u>
Custo	359.174	346.302
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(109.012)	(102.171)
(-) Provisão para perda	(38.876)	(38.876)
Total	<u><u>275.398</u></u>	<u><u>260.770</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Passivo	2009	2008
Circulante	50.345	48.642
Empréstimos e financiamentos	0	419
Fornecedores	3.862	4.473
Salários e encargos sociais	1.179	1.004
Impostos e contribuições sociais	3.077	3.967
Provisão para contingências	401	1.238
Demais contas a pagar	3.348	3.187
Juros sobre o capital próprio	38.478	34.354
Não Circulante	94.452	85.983
Empréstimos e financiamentos	70.841	58.055
Contribuição social	927	1.283
Provisão para contingências	4.450	7.877
Provisão p/impostos diferidos	6.549	7.230
Tributos federais a recolher	11.685	11.538
Patrimônio líquido	130.601	126.145
Capital social	235.430	235.430
Reserva de reavaliação	12.784	14.106
Prejuízos acumulados	(117.613)	(123.391)
Total	275.398	260.770


As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.2. Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receita bruta das vendas	<u>97.557</u>	<u>92.549</u>
(-) Impostos sobre vendas	(6.174)	(5.837)
Receita líquida de vendas	<u>91.383</u>	<u>86.712</u>
(-) Custo dos produtos vendidos	(61.954)	(53.418)
Lucro bruto	<u>29.429</u>	<u>33.294</u>
Despesas / Receitas operacionais	<u>(25.162)</u>	<u>(28.753)</u>
Comerciais	(1.300)	(2.231)
Gerais e administrativas	(16.332)	(15.925)
Outras despesas	(1.981)	(2.179)
Outras receitas	7.060	2.743
Resultado financeiro líquido	(12.609)	(11.161)
Lucro do exercício antes da reversão da provisão ajuste do imobilizado	<u>4.267</u>	<u>4.541</u>
Reversão provisão ajuste do imobilizado	0	90
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	<u>4.267</u>	<u>4.631</u>
Contribuição social	(143)	(462)
Imposto de renda	(349)	(1.221)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>3.775</u>	<u>2.948</u>
Reversão dos juros s/capital próprio	4.124	4.169
Lucro líquido do exercício	<u>7.899</u>	<u>7.117</u>
Lucro por lote de mil ações do capital social	1,68	1,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



2.3. Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2009	2008
Lucro líquido do exercício	7.899	7.117
Ajustes:		
Depreciações	6.868	6.231
Amortizações	52	9
Amortizações do diferido	0	26
Provisão para tributos diferidos	0	(7.230)
Custo das baixas do ativo imobilizado	460	(49)
Custo das baixas do ativo diferido	-	76
Juros e variações monetárias ativas	(273)	(1.236)
Juros e variações monetárias passivas	13.548	11.905
Reversão provisão para contingência fiscal	(3.993)	0
Provisões tributárias, trabalhistas e outras	566	7.337
Lucro líquido ajustado	25.127	24.186
Variações no ativo:		
Aumento contas a receber de clientes	(257)	(143)
Aumento de estoques	(2.046)	(909)
Aumento/Redução outras contas a receber	(2.293)	736
Aumento/Redução créditos tributários	(2.475)	1.603
Variações no passivo:		
Redução de fornecedores	(611)	(971)
Redução impostos e contribuições	(114)	(667)
Redução provisão para contingência trab.e cíveis	(837)	0
Redução/Aumento contribuições sociais a recolher	(1.004)	106
Aumento outras contas a pagar	161	28
Transf.de financiam.de longo prazo para circulante	(1.048)	(1.361)
Outras adições ao exigível a longo prazo	480	1.555
Caixa líquido proveniente das ativ.operacionais	15.083	24.163
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização tributos e contribuições	0	(681)
Amortização de financiamentos	(419)	(377)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(419)	(1.058)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(13.412)	(92.184)
Diferido	0	(5.399)
Reclassif.do ativo diferido Lei nº.11.638 p/imobilizado	0	72.134
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(13.412)	(25.449)
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	1.252	(2.344)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.461	22.805
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21.713	20.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.3.1. Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A variação no caixa e equivalentes de caixa foi a seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>Varição</u>
Disponibilidades	21.713	20.461	1.252
Caixa	16	15	1
Disponibilidades em bancos	6.453	4.300	2.153
Aplicações financeiras	15.244	16.146	(902)

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2009

Em milhares de reais

Saldos	Capital Social Subscrito	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2007-Original	235.430	23.169	(115.120)	143.479
Ajuste de exerc. anteriores (Nota 2.5.15)	-	-	(13.052)	(13.052)
Em 31 de dezembro de 2007-Ajustado	235.430	23.169	(128.172)	130.427
Realização da reserva de reavaliação	-	(1.833)	1.833	-
Prov. tributos diferidos s/res. reavaliação	-	(7.230)	-	(7.230)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(4.169)	(4.169)
Lucro líquido do exercício	-	-	7.117	7.117
Em 31 de dezembro de 2008	235.430	14.106	(123.391)	126.145
Realização da reserva de reavaliação	-	(2.003)	2.003	-
Prov. tributos diferidos s/res. reavaliação	-	681	-	681
Juros sobre o capital próprio	-	-	(4.124)	(4.124)
Lucro líquido do exercício	-	-	7.899	7.899
Em 31 de dezembro de 2009	235.430	12.784	(117.613)	130.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2009.

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil contemplando as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, e a Medida Provisória n.º 449/08 e Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

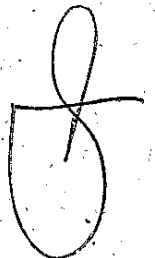
2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.5.2.2. Ativo Circulante – Demais contas a receber: R\$ 15.543 mil (R\$ 13.297 mil em 2008), compondo-se basicamente de:

a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R\$ 2.410 mil (R\$ 3.272 mil em 2008), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE ocorrer com o imposto diferido;

b) Adiantamento a Fornecedores – R\$ 23 mil (R\$ 2 mil em 2008);



- c) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R\$ 483 mil (R\$ 60 mil em 2008);
- d) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL / estimativa 2009 - R\$ 442 mil (R\$ 970 mil em 2008);
- e) Aplicações Caixa Único - R\$ 4.023 mil (R\$ 3.047 mil em 2008);
- f) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ / estimativa 2009 - R\$ 1.147 mil (R\$ 1.996 mil em 2008);
- g) IRPF/CSLL a compensar exercício anterior – R\$ 4.137 mil (R\$ 2.185 mil em 2008).

2.5.3. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Carvão	<u>4.206</u>	<u>2.495</u>
Produtos Acabados	1.887	46
Produtos em Elaboração	2.319	2.449
Almoxarifado	3.896	3.561
Total	<u>8.102</u>	<u>6.056</u>

2.5.4. Realizável a Longo Prazo (Empréstimos e depósitos compulsórios) - R\$ 9.057 mil (R\$ 6.579 mil em 2008), tendo como valores mais relevantes:

- a) Depósito relativo ao processo nº. 2001.71.00.005744-4, referente à Contribuição sobre o Lucro Ajustado junto a vara federal de execuções fiscais, no valor de R\$ 4.445 mil (R\$ 4.262 mil em 2008);
- b) Depósitos para Garantia de Juízo Trabalhista referentes a diversos processos, no valor de R\$ 2.519 mil (R\$ 352 mil em 2008).

2.5.5. Investimentos

O valor total de R\$ 54 mil corresponde a: R\$ 10 mil em ações da subsidiária integral Companhia Operadora de Mineração - COM, R\$ 23 mil em ações e quotas noutras empresas e R\$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição.

2.5.6. Imobilizado

Avaliado ao custo mais correção monetária até 31 de dezembro de 1995, mais reavaliação de alguns itens e juros sobre empréstimos para aquisição de bens e deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas fiscais.

A exaustão das jazidas é calculada, pelo método linear, que levam em consideração a respectiva vida útil.

a) Provisão para Perda:

Conforme demonstrado a seguir, permanece com uma "Provisão para Perda com Ajuste a Valor de Mercado", constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Demonstrativo do Imobilizado:



ITENS	SALDO EM 2009	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE-RÊNCIAS	DEPREC./ EXAUSTÃO	SALDO EM 2008
Terrenos	7.458	0	(368)	0	0	7.826
Prédios	8.473	0	(169)	98	0	8.544
Jazidas	9.894	0	0	7.854	0	2.040
Equip.de Produção	95.616	1.272	0	479	0	93.865
Equip.de Manutenção	2.285	50	0	0	0	2.235
Equip.de Beneficiamento	7.751	39	(3)	0	0	7.715
Equip.de Escritório	1.223	68	0	0	0	1.155
Outros Equipamentos	6.945	696	0	0	0	6.249
Instalações	14.057	39	0	0	0	14.018
Outras Imobilizações	233	0	0	0	0	233
Bens em Operação	153.935	2.164	(540)	8.431	0	143.880
Deprec./Exaustão Acumul.	(109.012)	0	80	0	(6.921)	(102.171)
Subtotal	44.923	2.164	(460)	8.431	(6.921)	41.709
Imobilização em Andam.	205.239	11.248	0	(8.431)	0	202.422
Direitos em Formação	3.853	0	0	0	0	3.853
Bens em Formação	201.386	11.248	0	(8.431)	0	198.569
Subtotal	250.162	13.412	(460)	0	(6.921)	244.131
Ajustes a Vl. de Mercado	(38.876)	0	0	0	0	(38.876)
Total	211.286	13.412	(460)	0	(6.921)	205.255

O valor do imobilizado em formação refere-se, na sua maior parte, ao projeto em implantação da Mina do Leão II, que atualmente encontra-se arrendada pela CRM à Carbonífera Criciúma S/A.

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, continuará sendo realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.



De acordo com a Lei n.º 6.404/76 e Pronunciamento Técnico CPC 01, a Companhia realizou análise da capacidade de recuperação (teste de impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens. O estudo demonstrou que o valor do ativo imobilizado é recuperável, não havendo perda a ser registrada.

2.5.7. Passivo Circulante - Demais contas a pagar: R\$ 3.348 mil (R\$ 3.187 mil em 2008), compondo-se basicamente de:

- a) Aluguéis e contas a pagar - R\$ 92 mil (R\$ 75 mil em 2008);
- b) Encargos sociais a pagar - R\$ 55 mil (R\$ 117 mil em 2008);
- c) Provisões para encargos sociais - R\$ 2.640 mil (R\$ 2.509 mil em 2008);
- d) Retenções de empregados a recolher - R\$ 437 mil (R\$ 416 mil em 2008).

2.5.8. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da UFIR e TR, se captados no mercado interno, ou pela variação de moedas estrangeiras, se originários de captação externa.

	Taxa média anual de juros e comissões	2009	2008
Moeda estrangeira - US\$ 318 mil - 2008 US\$ 142 mil - 2009	Libor 3 meses + 0,8125 % a.a.	249	750
Moeda nacional	ufir + jr 0,3226 Tr-Selic + jr 1%	70.592	57.724
Total		70.841	58.474
Passivo circulante Exigível a longo prazo (50 parcelas)		0 70.841	419 58.055
Total		70.841	58.474

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

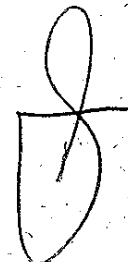
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
2010	-	13.933
2011	17.001	13.933
2012	17.001	13.933
2013	17.001	13.933
2014	17.001	2.323
2015	2.837	-
Total	<u>70.841</u>	<u>58.055</u>

2.5.9. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Ações	<u>Depósitos Judiciais</u>		<u>Provisões</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Circulante				
Trabalhistas	0	0	401	1.238
Exigível a longo prazo				
Trabalhistas	569	653	462	50
Tributárias	959	4.829	2.251	6.244
Cíveis	0	0	1.737	1.583
	<u>1.528</u>	<u>5.482</u>	<u>4.450</u>	<u>7.877</u>
Total	<u>1.528</u>	<u>5.482</u>	<u>4.851</u>	<u>9.115</u>

De acordo com a expectativa de êxito, no entendimento da consultoria jurídica Sbaraini Direito Empresarial, a Companhia não está constituindo provisão para pagamento de diferenças devidas de PIS e COFINS, no montante aproximado



de R\$ 8.059 mil, conforme processo nº. 11080-014.351/2008-37, decorrente da intimação nº. 229/2010/SECAT/COB, encaminhada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

2.5.10. Passivo Exigível a Longo Prazo – Tributos Federais a Recolher: R\$11.685 mil.

Trata-se de parcelamento obtido nos termos da lei nº.11.941/09 referente à débito até então inscrito em dívida ativa que será pago em 174 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC.

A contrapartida desse parcelamento, mais a parcela classificada no passivo circulante juntamente com o valor da contribuição social sobre o lucro líquido e considerados os juros calculados até 31/12/2008, foi contabilizada retrospectivamente como ajustes de exercício anterior em dezembro de 2008, na conta de prejuízos acumulados, no patrimônio líquido, totalizando R\$ 13.052 mil.

2.5.11. Patrimônio Líquido

2.5.11.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 235.430 mil (R\$ 235.430 mil em 2008), representado por 4.693.999.235 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

O capital autorizado é de R\$ 268.593 mil (R\$ 268.593 mil em 2008).

2.5.11.2. Remuneração do Capital Próprio

A Companhia efetuou no exercício o cálculo de juros sobre o capital próprio, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 9.249/95, no valor de R\$ 4.124 mil. O montante de juros sobre o capital próprio foi creditado aos acionistas e contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, gerando uma economia fiscal de R\$ 365 mil. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, foi realizada a reversão do juro sobre o capital próprio na Demonstração de

Resultado, e apresentado como distribuição de juros nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

2.5.11.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva no montante de R\$ 12.784 mil (R\$ 14.106 mil em 2008) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados, no montante de R\$ 2.003 mil (R\$ 1.834 mil em 2008).

2.5.12. Demonstração do Resultado

a) Despesas Financeiras - R\$ 14.585 mil (R\$ 13.379 mil em 2008), tendo como valores mais significativos, R\$ 4.124 mil (R\$ 4.169 mil em 2008), correspondente a juros sobre capital próprio, de acordo com a Lei n.º 9.249/95 e R\$ 9.702 mil (R\$ 8.739 mil em 2008), correspondente a juros e variações monetárias sobre financiamentos do permanente em moeda estrangeira;

b) Receitas Financeiras - R\$ 1.976 mil (R\$ 2.218 mil em 2008), tendo como valor mais relevante, R\$ 1.876 mil (R\$ 2.085 mil em 2008), relativo a rendimento de aplicações caixa único e atualizações monetárias;

c) Outras Receitas - R\$ 7.060 mil (R\$ 2.743 mil em 2008), tendo como valores mais relevantes a reversão de provisão para indenizações - R\$ 4.829 mil (R\$ 733 mil em 2008) e multa contratual - R\$ 2.068 mil.

2.5.13. Contribuição Social e Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	143	462
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	349	1.221

2.5.14. Provisão para Impostos Diferidos

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e Imposto de Renda:

	Alíquota	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Reserva de reavaliação		19.333	21.335
Contribuição social	9%	1.740	1.920
Imposto de renda	15%	2.900	3.200
Adicional imposto de renda	10%	<u>1.909</u>	<u>2.109</u>
Provisão impostos diferidos		<u>6.549</u>	<u>7.229</u>

2.5.15. Ajustes para fins de comparabilidade

Os valores mencionados na nota explicativa nº. 2.5.10, correspondentes ao parcelamento de débitos fiscais contabilizados retrospectivamente em dezembro de 2008, para fins de comparabilidade estão sendo agora computados como ajustes das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2008, modificando o saldo das seguintes rubricas:

Descrição	Impostos e Contrib.Sociais	Tributos Federais a Recolher	Prejuízos Acumulados
Publicação anterior	2.453	0	(110.339)
Ajuste	<u>1.514</u>	<u>11.538</u>	<u>(13.052)</u>
Valor ajustado	<u>3.967</u>	<u>11.538</u>	<u>(123.391)</u>

2.5.16. Cobertura de Seguros

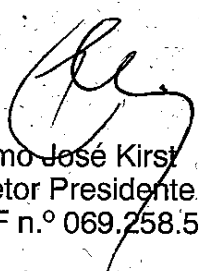
A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, e de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente.

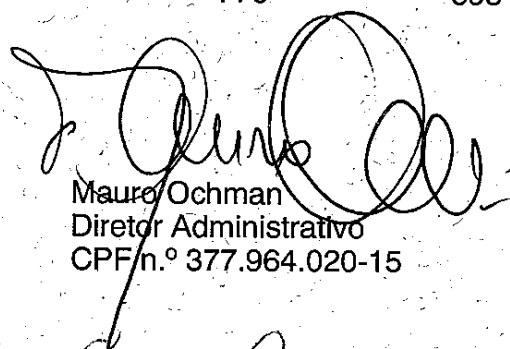
2.5.17. Plano de Previdência – Contribuição Definida

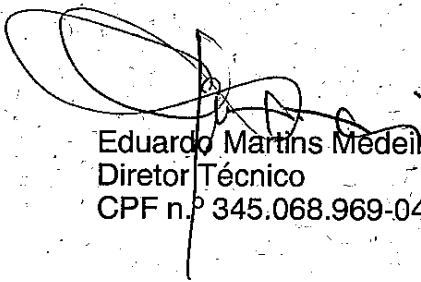
A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.

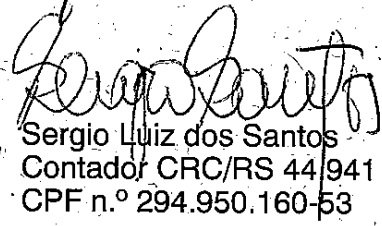
O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Plano de previdência complementar	776	693


 Telmo José Kirst
 Diretor Presidente
 CPF n.º 069.258.550-87


 Mauro Ochman
 Diretor Administrativo
 CPF n.º 377.964.020-15


 Eduardo Martins Medeiros
 Diretor Técnico
 CPF n.º 345.068.969-04


 Sergio Luiz dos Santos
 Contador CRC/RS 44/941
 CPF n.º 294.950.160-53

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Canoas, 26 de fevereiro de 2010.

Aos
ADMINISTRADORES E ACIONISTAS da
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM
Porto Alegre - RS

- 1) Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e notas explicativas, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Nossos exames, exceto quanto aos dizeres dos parágrafos 3 e 4 subsequentes, foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3) Em 1996, a companhia efetuou reavaliação de alguns itens do ativo imobilizado, tendo na ocasião uma perda de R\$ 38.965 mil reconhecida em contrapartida de reserva de reavaliação anteriormente constituída. O laudo do avaliador independente não contém detalhes suficientes para identificar as contas e subcontas afetadas por esta reavaliação, por isto, não tendo sido possível concluir sobre a adequação da referida provisão.
- 4) Imóvel situado na Mina Leão II, classificado como bem em formação, não foi objeto de depreciação, embora parcialmente utilizado desde 1991. Não foi possível quantificar o valor da depreciação correspondente.
- 5) Direitos com créditos tributários sobre bases negativas do imposto de renda e contribuição social, que alcançariam o montante em torno de R\$ 4.529 mil, não foram reconhecidos contabilmente por ausência de estudo técnico de viabilidade. Se este valor fosse lançado na contabilidade haveria reflexo no ativo não circulante e no patrimônio líquido.
- 6) Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos 3 a 5 anteriores, as demonstrações mencionadas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, e os seus fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Global in Reach, Local in Touch.

Brasília - (61) 3321.6481 Fortaleza - (85) 3264.0169 Recife - (81) 3455.0036 Porto Alegre - (51) 3342.6868
Curitiba - (41) 3322.3284 Salvador - (71) 3361.6080 São Paulo - (11) 3819.2207 Rio de Janeiro - (21) 2539.2989

www.Auditlink.com.br

- 7) Atualmente, a empresa adota o critério de utilizar as taxas de depreciação previstas na legislação fiscal. De acordo com as atuais práticas contábeis brasileiras, o procedimento de adaptar as taxas de depreciação às efetivas vidas econômicas dos ativos a que se referem deverá ser adotado a partir do ano de 2010. Em decorrência disso, os valores das depreciações poderão ser, ou não, divergentes daqueles que seriam, caso fossem aplicadas às alíquotas previstas fiscalmente. Conseqüentemente, o patrimônio líquido futuramente poderá, ou não, ser afetado por este fato.
- 8) As demonstrações contábeis do exercício anterior, apresentadas para fins de comparabilidade, também foram por nós auditadas, conforme parecer datado de 16 de março de 2009.



NÉLSON CÂMARA DA SILVA
CONTADOR CRC/RS/23584/T/SP/S/RS
HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/T/SP/F/RS

Global in Reach, Local in Touch.

Brasília - (61) 3321.5481 Fortaleza - (85) 3284.0169 Recife - (81) 3465.0035 Porto Alegre - (51) 3342.5868
Curitiba - (41) 3322.8284 Salvador - (71) 3351.8050 São Paulo - (11) 3819.2207 Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

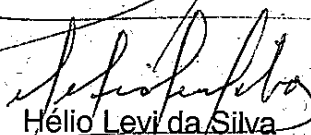
www.Audilink.com.br

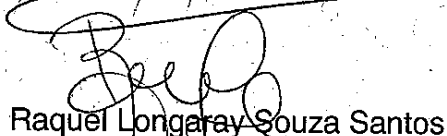
PARECER DO CONSELHO FISCAL

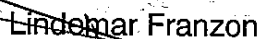
Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2009 e considerando o Parecer dos Auditores Independentes datado de 26 de fevereiro de 2010, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 08 de março de 2010


Adalberto Caino Silveira Netto


Hélio Levi da Silva


Raquel Longaray Souza Santos

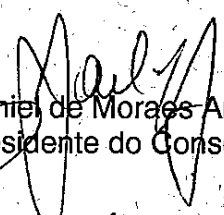

Lindomar Franzon


José Heitor de Souza Gularte

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Mineração – CRM, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado, em reunião nesta data, o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31-12-2009, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo Contador da Companhia e considerando o parecer dos auditores independentes, HLB Audilink Auditores & Consultores e do Conselho Fiscal, todos manifestando-se favoravelmente às Demonstrações Financeiras da CRM, entende sejam as mesmas apreciadas e aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 08 de março de 2010



Daniel de Moraes Andrade
Presidente do Conselho



Telmo José Kirst



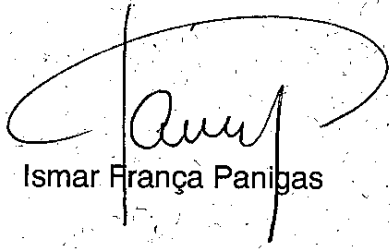
Ricardo Luis Lied



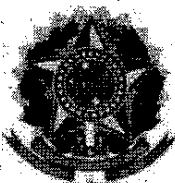
José Carlos Elmer Brack



José Eurides Mashado



Ismar França Panigas

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: SERGIO LUIZ DOS SANTOS
REGISTRO.....	: RS-044941/O-4
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 294.950.160-53

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 12.03.2010 as 18:56:46.

Válido até: 08.09.2010.

Código de Controle: 76426.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia de Gás do Estado
do Rio Grande do Sul
SULGÁS**



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS

CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Em Reais

ATIVO

	2009	2008
ATIVO CIRCULANTE	160.786.579,73	143.699.048,52
DISPONÍVEL	98.376.292,83	79.110.869,67
Caixa e equivalentes de caixa	12.497.742,88	4.208.819,70
Aplicação de Liquidez Imediata	85.878.549,95	74.902.049,97
DIREITOS REALIZÁVEIS ATÉ O EXERCÍCIO SEGUINTE	62.224.901,33	64.431.645,74
Clientes	49.411.030,52	46.694.829,20
Impostos a Recuperar	10.288.729,78	15.438.803,52
Adiantamento a Funcionários	87.533,92	140.335,34
Adiantamento a Fornecedores	14.435,51	241.005,66
Outros Créditos a Realizar	1.272.042,34	1.272.042,34
Frete	-	-
Estoque Material de Oper. e Manut.	1.151.129,26	644.629,68
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	185.385,57	156.533,11
Despesas Diferidas	185.385,57	156.533,11
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	94.075.442,00	90.443.298,98
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	13.930.851,50	10.275.032,69
Clientes	6.790.533,36	3.753.961,08
Aplicações Financeiras Vinculadas	3.944.710,46	3.595.166,78
Depósitos Judiciais	409.238,80	380.285,76
Impostos a Recuperar	1.078.027,46	908.627,27
Créditos a Realizar	53.779,55	53.779,55
Créditos Tributários Diferidos	1.654.561,87	1.583.212,25
INVESTIMENTOS	48.772,40	48.772,40
Participações Diversas	48.772,40	48.772,40
IMOBILIZADO	77.447.111,58	76.242.475,08
Terrenos	29.600,00	29.600,00
Equipamentos e Instalações Operacionais	125.104.852,69	123.303.623,51
Equipamentos e Instalações de Escritório	2.964.250,12	1.764.405,48
Equipamentos para Processamento de Dados	2.697.453,87	2.482.038,02
Veículos	1.014.313,93	1.012.833,93
Imobilizado em Andamento	32.782.035,38	22.698.280,45
(-) Depreciação Acumulada	(87.145.394,41)	(75.048.306,31)
DIFERIDO	2.648.706,52	3.877.018,81
Despesas Pré-Operacionais	1.473.379,42	1.473.379,42
Despesas do Projeto de Engenharia de Gás Natural	12.661.086,24	12.661.086,24
(-) Amortização Acumulada	(11.485.759,14)	(10.257.446,85)
TOTAL DO ATIVO	254.862.021,73	234.142.347,50



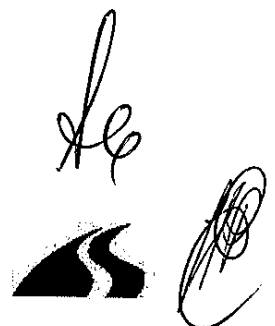
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS

CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
Em Reais

PASSIVO

	2009	2008
PASSIVO CIRCULANTE	170.457.195,68	145.497.782,64
Fornecedores de Mercadorias	61.606.396,24	66.941.864,23
Fornecedores de Serviços	1.366.185,87	2.348.037,13
Dividendos Propostos e Juros s/Capital	63.689.794,42	44.753.506,36
Provisão p/Imposto de Renda	23.982.378,06	15.206.489,21
Obrigações Sociais e Tributárias	10.763.427,64	6.816.253,63
Participação nos Lucros	1.149.246,55	393.778,52
Empréstimos e Financiamentos	5.937.730,05	6.059.222,64
Adiantamento de Clientes	529.355,22	1.534.408,70
Provisão de Férias a Pagar	440.542,42	536.315,98
Retenções Contratuais	475.914,68	671.160,57
Outras Obrigações	516.224,53	236.745,67
 PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	 3.218.114,21	 9.484.871,32
Empréstimos e Financiamentos	2.938.029,87	9.146.410,52
Provisão para Contingências	280.084,34	338.460,80
Adiantamento de Clientes	-	-
 PATRIMONIO LÍQUIDO	 81.186.711,84	 79.159.693,54
 CAPITAL SOCIAL	 67.655.593,20	 67.655.593,20
Capital Subscrito e Integralizado	67.655.593,20	67.655.593,20
 RESERVAS DE LUCROS	 13.531.118,64	 11.504.100,34
Reserva Legal	13.531.118,64	11.504.100,34
 TOTAL DO PASSIVO	 254.862.021,73	 234.142.347,50



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

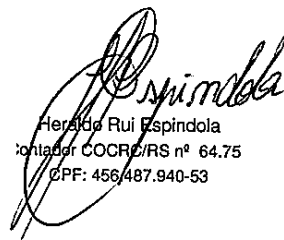
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31/12/2009
 Em Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2009	2008
	R\$	R\$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	428.363.342,56	581.653.595,26
Receita com Vendas de Mercadorias	428.363.342,56	581.653.595,26
DEDUÇÕES DAS VENDAS	(89.557.723,73)	(91.856.277,19)
Impostos Sobre Vendas	(89.557.723,73)	(91.856.277,19)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	338.805.618,83	489.797.318,07
CUSTO PRODUTOS/MERCADORIAS VENDIDAS	(217.474.565,64)	(406.463.244,48)
Custo das Mercadorias	(200.049.609,73)	(390.944.823,03)
Custos de Operação	(17.424.955,91)	(15.518.421,45)
LUCRO BRUTO	121.331.053,19	83.334.073,59
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(27.615.954,74)	(26.605.094,06)
Despesas Gerais Administrativas	(28.424.149,99)	(25.369.334,89)
Despesas Tributárias	(210.122,95)	(167.690,83)
Receitas Financeiras	7.451.073,82	13.144.325,23
Despesas Financeiras	(6.432.755,62)	(14.212.393,57)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	5.706.189,46	7.361.803,43
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	99.421.287,91	64.090.782,96
Provisão para a Contribuição Social	(8.932.120,55)	(5.722.777,91)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	90.489.167,36	58.368.005,05
Provisão para o Imposto de Renda	(23.929.915,11)	(15.398.529,18)
RESULTADO APÓS IMPOSTO DE RENDA	66.559.252,25	42.969.475,87
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS	(1.198.794,94)	(660.479,95)
REVERSÃO JUROS s/CAPITAL PRÓPRIO	4.848.372,90	4.799.958,14
RESULTADO DO EXERCÍCIO	70.206.830,21	47.108.954,06
Resultado por ação de capital social	3,26	2,18



Antonio Gregorio Goidanich
 Presidente
 CPF: 007.230.020-53



Heráclito Rui Espíndola
 Contador COCRO/RS nº 64.75
 CPF: 456.487.940-53



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
 RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
 CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104
 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31/12/2009
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	ADTO P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	67.655.593,20	0,00	0,00	9.148.682,64	0,00	76.804.245,84
Resultado do Exercício 2008					47.108.954,06	47.108.954,06
Constituição da Reserva Legal				2.355.447,70	(2.355.447,70)	0,00
Juros Sobre Capital Próprio					(4.799.958,14)	(4.799.958,14)
Dividendos Propostos					(39.953.548,22)	(39.953.548,22)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	67.655.593,20	0,00	0,00	11.504.100,34	0,00	79.159.693,54
Resultado do Exercício 2009					70.208.830,21	70.208.830,21
Constituição da Reserva Legal				2.027.018,30	(2.027.018,30)	0,00
Juros Sobre Capital Próprio					(4.948.372,90)	(4.948.372,90)
Dividendos Propostos					(63.333.439,01)	(63.333.439,01)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	67.657.593,20	0,00	0,00	13.531.118,64	0,00	81.188.711,84

[Assinatura]
 Alexandre Gregório Gaidanich
 Presidente
 CPF: 007.230.020-53

[Assinatura]
 Renato Aul Espindola
 Contador CRC/RS nº 64.753
 CPF: 456.487.940-53



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS

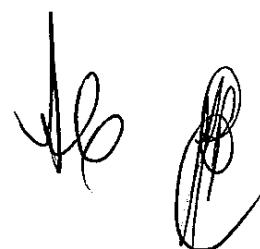
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31/12/2009

Em Reais

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

1 - RECEITAS	2009	2008
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços	428.363.342,56	581.653.595,26
1.2. Provisão para devedores duvidosos	4.428.045,81	3.297.709,50
1.3. Outras receitas operacionais	1.278.468,66	4.067.610,99
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
2.1. Materiais consumidos	200.049.609,73	390.944.823,03
2.2. Outros custos de produtos e serviços vendidos	4.045.955,44	2.920.034,58
2.3. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	12.058.557,05	17.661.725,30
2.4. Perda na realização de ativos	4.649.683,43	4.431.562,87
3 - RETENÇÕES		
3.1. Depreciação, amortização e exaustão	14.517.389,07	13.838.812,65
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	198.748.662,31	159.221.957,32
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
5.1. Receitas financeiras	7.451.073,82	13.144.325,23
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	206.199.736,13	172.366.282,55
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	206.199.736,13	172.366.282,55
7.1. Empregados		
Salários e encargos	8.714.267,80	7.320.165,60
Honorários da diretoria	465.564,12	226.297,79
Participação dos empregados nos lucros	1.198.794,94	660.479,95
7.2. Tributos		
Federais	73.899.146,36	62.837.114,10
Estaduais	50.319.649,46	51.646.928,75
Municipais	18.005,40	11.514,00
7.3. Financiadores		
Juros	903.410,09	2.223.693,39
Aluguéis	472.067,75	331.134,91
7.4. Juros sobre capital próprio e dividendos	68.181.811,91	44.753.506,36
7.5. Lucros retidos/prejuízos do exercício	2.027.018,30	2.355.447,70





COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS

CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31/12/2009

Em Reais

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2009	2008
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	98.222.492,97	63.430.303,01
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	14.517.389,07	13.838.812,65
Despesas (Receitas) financeiras líquidas	(1.018.318,20)	1.068.068,34
	111.721.563,84	78.337.184,00
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	(5.752.773,60)	(9.133.062,43)
Estoques	(506.499,58)	(460.081,88)
Tributos e contribuições compensáveis	5.150.073,74	(5.738.597,76)
Adiantamento a fornecedores	478.815,61	(1.756.143,85)
Outros	(595.297,57)	(761.381,75)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(1.355.470,55)	27.802.360,08
Salários e encargos sociais	(319.628,82)	(80.736,69)
Tributos e contribuições	(20.119.625,22)	(32.187.339,17)
Outros	(456.292,14)	(243.418,51)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	88.244.865,71	55.778.782,04
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	(14.307.567,84)	(19.140.903,89)
Dividendos recebidos	112,29	287,34
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(14.307.455,55)	(19.140.616,55)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos baixas	(5.426.463,15)	(5.378.255,56)
Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas e dividendos	(49.245.523,85)	(64.911.778,10)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(54.671.987,00)	(70.290.033,66)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	19.265.423,16	(33.651.868,17)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	79.110.869,67	112.762.737,84
Caixa e equivalente de caixa no final do período	98.376.292,83	79.110.869,67



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS
CNPJ: 72.300.122/0001-04 - NIRE: 43.300.033.104
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 – 5º ANDAR
PORTO ALEGRE – RS

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso de gás e seus subprodutos e derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, cogeração, veicular, comercial, residencial e termoeletrício.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Em 28/12/2007 foi promulgada a Lei n.º 11.638 e em 27/05/2009 foi promulgada a Lei n.º 11.941 que alteram, revogam e introduzem novos dispositivos à Lei n.º 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entraram em vigor no exercício de 2008. As alterações trazidas à Lei n.º 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

Apresentamos a seguir, as principais alterações contábeis introduzidas pela nova Lei das Sociedades por Ações que impactaram nas demonstrações contábeis da Companhia:

- a) Apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR;
- b) Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA;
- c) Eliminação da segregação entre Resultado Operacional e Resultado Não Operacional na Demonstração do Resultado do Exercício.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

a) APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

São aplicações de curto prazo junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Banco do Brasil, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sem perda relevante quando do seu resgate.

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
Rua 7 de Setembro, 1069 - 5º andar - Centro CEP 90010-191 Porto Alegre-RS
Fone : (51) 3220-2200 Fax : (51) 3220-2205 E-mail: sulgas@sulgas.rs.gov.br

Gás Natural
Mais Energia,
Menos Poluição.



b) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Constituída em valor estimado suficiente para cobrir as perdas esperadas na realização de contas a receber de clientes e de outros créditos.

c) ESTOQUES

Os estoques de peças de reposição no valor de R\$ 1.151.129,26 foram avaliados ao custo médio de aquisição, os quais não excedem ao valor de reposição. Os materiais consumidos no processo de imobilização em andamento estão registrados no ativo imobilizado.

d) INVESTIMENTOS

Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, conforme demonstramos na nota 5. Na aplicação das normas emanadas pelo CPC, deverá ser feita a revisão periódica do tempo de vida útil-econômica do bem no exercício de 2010, para testar a recuperabilidade do investimento, com adequação no saldo inicial de balanço para fins de comparabilidade.

f) DIFERIDO

É composto por despesas e custos relativos à fase pré-operacional e projetos de expansão, os quais estão sendo amortizados à taxa de 10% ao ano, de acordo com os critérios preceituados pela legislação vigente. A companhia opta pela manutenção dos valores até a sua total amortização. Não haverá novas incorporações restando somente a amortização dos saldos já existentes.

g) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base nas alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 7.

h) RESULTADO

Tendo em vista que a empresa estava em fase pré-operacional até janeiro de 1997, os custos e despesas realizados até aquele período, foram diferidos em conformidade com o artigo 179, da lei N.º 6.404/76. No presente exercício o resultado é apurado com observância ao regime contábil de competência, confrontando-se a despesa diretamente delimitável com as receitas reconhecidas em determinado período. O consumo ou sacrifício do ativo que não tenha correspondência será descarregado como despesa no período de ocorrência do gasto.

i) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens cujas estimativas e premissas incluem seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para devedores duvidosos, imposto de renda e contingências. A liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas ao menos trimestralmente.



NOTA 4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Cliente	31/12/2009		31/12/2008	
Alberto Pasqualini REFAP S/A	R\$	3.916.784,09	R\$	4.852.611,14
Petrobras Distrib S/A	R\$	1.244.775,61	R\$	1.988.900,19
Ipiranga Produtos de Petroleo S.A.	R\$	1.205.025,04	R\$	-
Gerdau S/A	R\$	2.235.050,45	R\$	367.014,97
Braskem S/A	R\$	4.757.098,11	R\$	856.528,86
Outros	R\$	10.140.690,23	R\$	13.604.777,33
Subtotal	R\$	23.499.423,53	R\$	21.669.832,49
PDD	R\$	(4.649.358,42)	R\$	(4.428.045,81)
Total	R\$	18.850.065,11	R\$	17.241.786,68

Saldos por vencimento	
A vencer até 60 dias	R\$ 20.279.735,60
Vencidos até 90 dias	R\$ 735.151,85
Vencidos a mais de 90 dias	R\$ 2.484.536,08

Há um valor de R\$ 28.360.671,88 registrado à conta de Clientes, no ativo circulante que se refere às operações de importação/faturamento do gás do segmento termoeletrico entre as empresas YPF S/A e AES Uruguiana Empreendimentos S/A. Este valor encontra-se registrado também à conta de Fornecedores de Mercadorias, no passivo circulante, pois depende de acerto entre as duas empresas sobre os valores das transações que ora se encontra sob arbitragem internacional.

As confissões de dívidas de clientes totalizam R\$ 8.990.826,89, sendo R\$ 2.200.293,53 no ativo circulante e R\$ 6.790.533,36 no ativo não-circulante.

NOTA 5 – IMOBILIZADO

	Custo	Depreciação Acumulada	2009		2008	
			Total 2009	Total 2008	Taxa Depreciação	
Terrenos	29.600,00	-	29.600,00	29.600,00	-	
Gasoduto em Serviço	125.104.852,69	84.462.578,69	40.642.274,00	50.083.946,95	10%	
Ferramentas	25.777,06	18.618,51	7.158,55	10.398,49	20%	
Máquinas e Equipamentos	1.156.641,68	266.979,58	889.662,10	800.760,82	10%	
Móveis e Utensílios	682.695,05	268.500,57	414.194,48	232.882,70	10%	
Instalações	866.967,56	32.900,43	834.067,13	83.244,93	10%	
Equipamentos de Escritório	86.182,15	29.637,33	56.544,82	60.225,28	10%	
Veículos	1.014.313,93	540.737,45	473.576,48	674.229,30	20%	
Equipamentos de Comunicação	82.527,18	43.982,26	38.544,92	45.482,35	10%	
Computadores e Periféricos	2.697.453,87	1.418.000,15	1.279.453,72	1.523.423,81	20%	
Imobilizado em Andamento	32.782.035,38	-	32.782.035,38	22.698.280,45	-	
Total	164.529.046,55	87.081.934,97	77.447.111,58	76.242.475,08		

NOTA 6 – PARTES RELACIONADAS

O saldo pela aquisição de gás natural junto à Petróleo Brasileiro S/A Petrobras totalizava, em 31 de dezembro de 2009, o montante de R\$ 33.249.188,08, assim composto:

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
Rua 7 de Setembro, 1069 - 5º andar - Centro CEP 90010-191 Porto Alegre-RS
Fone : (51) 3220-2200 Fax : (51) 3220-2205 E-mail: sulgas@sulgas.rs.gov.br

Gás Natural
Mais Energia,
Menos Poluição.





NF N.º	Vencimento	Valor
1964/2	04.01.2010	12.739.359,98
1967	04.01.2010	378.845,68
2028	08.01.2010	1.534,98
2029	08.01.2010	197,38
2047	15.01.2010	4.799.156,56
2048	25.01.2010	2.067.158,97
2049	25.01.2010	187.801,07
2047/2	04.02.2010	13.075.133,46
Total		33.249.188,08

NOTA 7 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil e estão compostos no ativo não circulante, como segue

a) Impostos e contribuições sociais a compensar

Ativo Circulante	2009	2008
ICMS a compensar	63.111,41	3.453.635,00
Imposto de Renda a compensar	282.414,30	451.965,86
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.625.075,23	10.760.382,03
PIS/COFINS a compensar	1.318.128,84	772.820,63
	10.288.729,78	15.438.803,52

Ativo Não-Circulante	2009	2008
ICMS a compensar	1.078.027,46	908.627,27
IR/Social s/provisões	1.654.561,87	1.583.212,25
	2.732.589,33	2.491.839,52

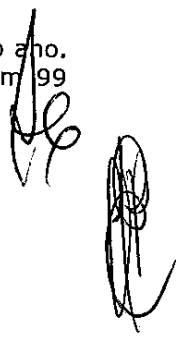
b) Impostos e contribuições sociais a recolher

Passivo Circulante	2009	2008
ICMS	184.541,60	616.647,59
COFINS	887.960,74	-
PIS	192.780,95	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	32.933.385,28	20.860.132,73
	34.198.668,57	21.476.780,32

NOTA 8 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimo junto ao BNDES, forma de atualização, variação da TJLP mais 4% ao ano. Amortização dos valores: juros trimestrais a partir de junho de 2001 e principal em 99 parcelas mensais e consecutivas a partir de abril de 2003.







	Saldo em 31.12.2009	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDDES	8.875.759,92	5.937.730,05	2.938.029,87
Total	8.875.759,92	5.937.730,05	2.938.029,87

NOTA 9 - PROVISÃO PARA FÉRIAS

A provisão para férias, acrescida dos encargos sociais previstos na legislação vigente, foi calculada com base nos períodos aquisitivos dos respectivos funcionários, cujos valores foram apropriados até 31 de Dezembro de 2009

NOTA 10 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

a) DIVIDENDOS

Aos acionistas, de acordo com os estatutos sociais, é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária, conforme o cálculo a seguir demonstrado para 31 de Dezembro de 2009

Base de cálculo da Reserva Legal	70.208.830,21
Reserva Legal	<u>(2.027.018,30)</u>
Base de cálculo dos Dividendos	68.181.811,91
Dividendos	
Estado do Rio Grande do Sul - 51%	32.300.053,90
Petrobrás Gás S/A - 49%	<u>31.033.385,11</u>
	63.333.439,01

b) JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio, apurado com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor bruto de R\$ 4.848.372,90, cabendo à Petrobrás Gás S/A o valor de R\$ 2.375.702,72 (R\$ 2.019.347,31 líquido do IRRF), e ao Estado do Rio Grande do Sul o valor de R\$ 2.472.670,18, imune do IRRF.

NOTA 11 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências foi constituída com base no relatório da coordenadoria jurídica da empresa, tomando por base os valores das causas com provável desembolso por parte da Companhia durante o exercício de 2010.

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
Rua 7 de Setembro, 1069 - 5º andar - Centro CEP 90010-191 Porto Alegre-RS
Fone : (51) 3220-2200 Fax : (51) 3220-2205 E-mail: sulgas@sulgas.rs.gov.br

Gás Natural
Mais Energia,
Menos Poluição.



NOTA 12 - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS/RESULTADOS

A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados, conforme disposto na lei n.º 10.101/2000 e na política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, conforme ata n.º 96, de 25/11/2009, ratificada pela AGE, ata de 14/12/2009, ocorreu em acordo coletivo com os empregados e suas entidades sindicais, num montante de R\$ 1.198.794,94 (Hum milhão, cento e noventa e oito mil, setecentos e noventa e quatro reais e noventa e quatro centavos), a ser pago após a publicação do Balanço do exercício de 2009.

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 67.655.593,20, representado por 21.562.644 ações ordinárias, todas de classe única sem valor nominal.

b) Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76.



Antonio Gregorio Goidanich
Diretor Presidente

Ademir José Schneider
Diretor Administrativo Financeiro

Heraldo Rui Espindola
Contador COCRC/RS 064753

Flávio Ricardo Soares de Soares
Diretor Técnico-Comercial



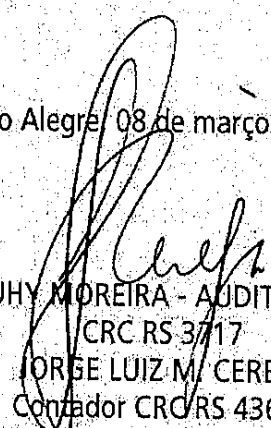
A

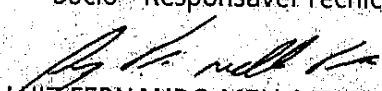
DD. DIRETORIA DA
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS
PORTO ALEGRE – RS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos os balanços patrimoniais da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos seus fluxos de caixa e valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos; o volume de transações, o sistema contábil e de controles internos da Instituição; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado de suas operações, das mutações do patrimônio líquido e seus fluxos de caixa e valor adicionado, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 08 de março de 2010.


UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717
JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC RS 43679
Sócio - Responsável Técnico


LUIZ FERNANDO MELLO TARASIUK
Contador CRC RS 50670
Auditor

Extraído da ata da 83ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da SULGAS, realizada em 09 de março de 2010.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGAS, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias; tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Origens e Aplicações de Recursos, das Mutações Patrimoniais e as respectivas Notas Explicativas da companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009; e tomando como base o parecer sem ressalva dos auditores independentes, datado de 08 de março de 2010, bem como as informações e esclarecimentos recebidos ao longo do exercício, é de opinião favorável quanto à aprovação dos mencionados documentos pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual se lavrou esta ata que, depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada.


Rio Grande do Sul, 09 de março de 2010.


Francisco Antônio B. Seger

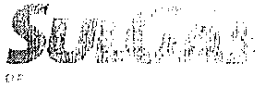
Membro do Conselho Fiscal


Paulo Ricardo Lima Lomando

Membro de Conselho Fiscal


Robson Atallah Braga

Membro de Conselho Fiscal



ATA DA 99ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS
C.N.P.J 72.300.122/0001-04
N.I.R.C 433.0003310.4

Aos nove dias do mês de março de 2010, às 12h15min, na sala de reuniões da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – SULGÁS, situada na Rua Sete de setembro nº 1069 – 10º andar, Edifício Santa Cruz, Centro Histórico, Porto Alegre-RS, reuniram-se os Membros do Conselho de Administração para tratar da Ordem do Dia da seguinte forma:

1. Demonstrações Contábeis da Companhia;
2. Destinação do Lucro do Exercício de 2009;
3. Convocação de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária;
4. Assuntos Gerais.

Abertos os trabalhos pelo Senhor Secretário de Infra-estrutura e Logística, Daniel de Moraes Andrade, passou-se a discutir e deliberar sobre a ordem do dia:

1. Foi aprovado o Relatório de Atividades da Administração da Companhia relativo ao ano de 2009.

2. Foram aprovadas as Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício de 2009.

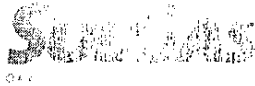
3. O Conselho de Administração, considerando os recursos em poder da Companhia e a programação anual de investimentos, aprovou o seguinte proposta de destinação do lucro:

3.1. Aprovar a destinação do Lucro Líquido o exercício de 2009, no valor de **R\$ 70.208.830,21** (setenta milhões, duzentos e oito mil, oitocentos e trinta reais e vinte um centavos), conforme segue:

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
Rua 7 de Setembro, 1069 - 5º andar - Centro Histórico CEP 90010-191 Porto Alegre-RS
Fone : (51) 3287-2200 Fax : (51) 3287-2205 E-mail: sulgas@sulgas.rs.gov.br

Gas Natural
Mais Energia,
Menos Poluição.





- a) constituição da Reserva Legal no valor de R\$ 2.027.018,30 (dois milhões, vinte sete mil, dezoito reais e trinta centavos) em atendimento ao disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76;
- b) Juros Sobre o Capital Próprio referente a 2009 no montante de R\$ 4.848.372,90 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, trezentos e setenta e dois reais e noventa centavos) os quais não foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios;
- c) Distribuição de dividendos no valor total de R\$ 63.333.439,01 (sessenta e três milhões, trezentos e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e nove reais e um centavo);
- d) Distribuição de Participação nos Lucros e Resultados aos empregados, adidos e diretores no valor de R\$ 1.198.794,94 (um milhão cento e noventa e oito mil setecentos e noventa e quatro reais e noventa e quatro centavos).

4. Foi aprovada a convocação de AGO para o dia 31 de março de 2009 para os acionistas para deliberarem sobre a seguinte pauta:

1 – Exame, discussão e votação do Balanço Geral e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2009 e pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, analisados pelo Conselho de Administração em reunião do dia 09 de março de 2010, às 12h15min;

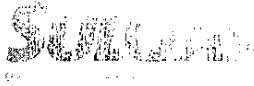
2 – Deliberação sobre a Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2009;

3 – Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal;

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
Rua 7 de Setembro, 1069 - 5º andar - Centro Histórico CEP 90010-191 Porto Alegre-RS
Fone : (51) 3287-2200 Fax : (51) 3287-2205 E-mail: sulgas@sulgas.rs.gov.br

Gas Natural
Mais Energia,
Menos Poluição.

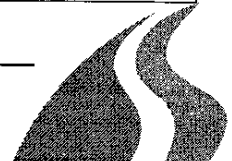




4 - Fixação da remuneração dos diretores e Conselheiros.

Não havendo mais assunto a ser tratado, foi encerrada a presente reunião e lavrada a Ata, a qual, após lida e aprovada, vai rubricada e assinada pelos Conselheiros e demais participantes, conforme a lista de presença anexa, que é parte integrante desta. A Ata é impressa em quatro vias de igual teor e forma.

NOME	ASSINATURA
Daniel de Moraes Andrade Presidente do Conselho	
Alexandre Bahia Santiago Vice-Presidente do Conselho	
Antônio Gregório Goidanich Conselheiro	
Jorge Emílio da Rocha Pinto Conselheiro	
José Carlos Patrício Conselheiro	
Flávio Ricardo Soares de Soares Diretor Técnico-Comercial	
Ademir José Schneider Diretor Administrativo-Financeiro	
Mônica Roehrs Arrial Gerente Executiva de Desenvolvimento E Controle Interno	



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: HERALDO RUI ESPINDOLA
REGISTRO.....	: RS-064753/O-1
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 456.487.940-53

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 15.03.2010 as 11:42:50.

Válido até: 11.09.2010.

Código de Controle: 76467.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Caixa de Administração da
Dívida Pública S.A.
CADIP**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 00.979.969/0001-56
ENDEREÇO: AV. MAUÁ, 1155 – 5º ANDAR – PORTO ALEGRE (RS)

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil

A T I V O	2009	2008
CIRCULANTE	<u>8.297</u>	<u>46.571</u>
Disponibilidades	<u>5.964</u>	<u>33.268</u>
Bancos	162	53
Aplicações de Liquidez Imediata	5.802	33.215
Créditos	<u>2.333</u>	<u>13.303</u>
Outros Créditos	<u>2.333</u>	<u>13.303</u>
Juros s/Capital Próprio	1.007	9.294
Créditos Tributários	1.326	4.009
NÃO CIRCULANTE	<u>76.145</u>	<u>289.964</u>
Investimentos	<u>76.145</u>	<u>289.964</u>
Participações Societárias	76.145	289.964
TOTAL DO ATIVO	84.442	336.535



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 08.979.969/0001-56
ENDEREÇO: AV. MAUÁ, 1155 – 5ª ANDAR – PORTO ALEGRE (RS)

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil

PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE	<u>178</u>	<u>42.610</u>
Debêntures	-	41.598
Impostos e Taxas	178	1.012
		-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>84.264</u>	<u>293.925</u>
Capital Social	10.200	291.118
Reservas de Lucros	<u>74.064</u>	<u>2.807</u>
Reserva legal	3.703	140
Reservas de Lucros a Realizar	16.924	667
Reservas de Retenção de Lucros	53.437	2.000
TOTAL DO PASSIVO	84.442	336.535



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 00.979.969/0001-56
ENDEREÇO: AV. MAUÁ, 1155 – 5º ANDAR – PORTO ALEGRE (RS)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2009	2008
RECEITAS OPERACIONAIS	<u>77.106</u>	<u>80.299</u>
Receitas Financeiras	22.008	11.181
Resultado da Equivalência Patrimonial	55.098	69.118
DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(5.849)</u>	<u>(11.797)</u>
Despesas Financeiras	(1.374)	(10.565)
Despesas Administrativas	(95)	(220)
Despesas Tributárias	(4.380)	(1.012)
RESULTADO OPERACIONAL	71.257	68.502
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	71.257	68.502
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	71.257	68.502
Lucro por Ação do Capital Social Final – R\$	1,04790	1,00739



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 00.979.969/0001-56
ENDEREÇO: AV. MAUÁ, 1155 – 5º ANDAR – PORTO ALEGRE (RS)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil

EVENTOS	CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS, PREJUÍZOS E DESTINAÇÕES	TOTAL
		Legal	Lucros a Realizar	Retenção de Lucros		
EM 31 DE DEZEMBRO 2007	291.118	-	-	-	(65.695)	225.423
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	68.502	68.502
DESTINAÇÕES PROPOSTAS:	-	(140)	(667)	(2.000)	(2.807)	-
Reserva Legal	-	(140)	-	-	(140)	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	(667)	-	(667)	-
Retenção de Lucros	-	-	-	(2.000)	(2.000)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2008	291.118	140	667	2.000	-	293.925
Redução de Capital	(280.918)	-	-	-	-	(280.918)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	71.257	71.257
Reversão de Reservas	-	-	(667)	667	-	-
DESTINAÇÕES PROPOSTAS:	-	3.563	16.924	50.770	71.257	-
Reserva Legal	-	3.563	-	-	(3.563)	-
Reservas de Lucros	-	-	16.924	50.770	(67.694)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2009	10.200	3.703	16.924	53.437	-	84.264

4



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 00.979.969/0001-56
ENDEREÇO: AV. MAUÁ, 1155 – 5º ANDAR – PORTO ALEGRE (RS)

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2009	2008
Valor Adicionado Recebido em Transferência:	77.106	80.299
Resultado da Equivalência Patrimonial	55.098	69.118
Receitas Financeiras	22.008	11.181
Valor Adicionado Total a Distribuir	77.106	80.299
Distribuição do Valor Adicionado	77.106	80.299
Impostos, Taxas e Contribuições	4.380	1.011
Federais	4.380	1.011
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.374	10.565
Juros	1.374	10.565
Remuneração de Capitais de Próprios	71.257	68.502
Lucros Retidos	71.257	68.502
Outros	95	221

Handwritten signatures and initials, including a large stylized signature and the number 6.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 00.979.969/0001-56
ENDEREÇO: AV. MAUÁ, 1155 – 5º ANDAR – PORTO ALEGRE (RS)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar no mercado obrigações, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários.

2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações. Conforme Pronunciamento Técnico CPC nº 13, a Companhia está adotando a Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

É adotado o regime de competência de exercícios.

b) Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia, descritos nas notas de números 4 e 5, estão representados, substancialmente, na contabilidade pelas aplicações financeiras de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 00.979.969/0001-56
ENDEREÇO: AV. MAUÁ, 1155 – 5º ANDAR – PORTO ALEGRE (RS)

liquidez imediata e por créditos, sendo os valores dos mesmos iguais, nos casos aplicáveis, aos de mercado, não sendo evidenciado, até o momento, nenhum risco para a realização destes ativos.

c) Investimentos

O Investimento Permanente é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base o patrimônio líquido da investida levantado na data-base de 31 de dezembro de 2009, devidamente auditado por Auditores independentes, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

4. DISPONIBILIDADES

Referem-se, preponderantemente, a recursos aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5. CRÉDITOS

Representam os créditos tributários referentes ao IRPJ a compensar e, juros sobre o capital próprio a receber.

6. INVESTIMENTOS – PERMANENTE

A participação societária está assim demonstrada:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 00.979.969/0001-56
ENDEREÇO: AV. MAUÁ, 1155 – 5º ANDAR – PORTO ALEGRE (RS)

Valor em R\$ mil

Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN (Posição em 31 de dezembro de 2009)	
Volume Total de Ações da Investida.....	<u>407.318.052</u>
Ordinárias.....	203.659.026
Preferenciais.....	203.659.026
Patrimônio Líquido da Investida.....	903.235
Volume de Ações da Investida possuídas pela CADIP.....	34.338.000
Espécie e Forma.....	PN
Participação Sobre o Capital Total.....	8,43%
Participação Sobre o Capital Não Votante.....	16,86%
Lucro Líquido do Exercício da Investida.....	217.541
Valor Contábil do Investimento:.....	<u>76.145</u>
Saldo Inicial.....	49.618
Resultado da Equivalência Patrimonial.....	26.527

Nota: Demonstrações Contábeis examinadas por outros auditores independentes.

7. DEBÊNTURES

O saldo da 11ª emissão de debêntures da Companhia foi liquidado em seu vencimento, 15/07/09.

8. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão representadas no Ativo pelas aplicações de liquidez imediata, descritas na nota 4 e pelo investimento em ações descrito na nota 6.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2009, deliberou pela redução do Capital Social da Companhia, de R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 00.979.969/0001-56
ENDEREÇO: AV. MAUÁ, 1155 – 5º ANDAR – PORTO ALEGRE (RS)

291.118 mil para R\$ 10.200 mil, totalmente integralizado, permanecendo dividido em 68.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

b) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

c) Retenção de Lucros

A Reserva de Retenção de Lucros está representada pelo saldo remanescente do lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias.

10. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995 e, atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.

11. CONTENCIOSOS

A Companhia não registra contenciosos trabalhistas, fiscais ou de qualquer outra ordem.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia possui, em 31 de dezembro 2009, base negativa de Contribuição Social no montante de R\$ 19.974 mil e, de Prejuízos Fiscais, R\$ 19.974 mil, sem prazo de prescrição.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 00.979.969/0001-56
ENDEREÇO: AV. MAUÁ, 1155 – 5º ANDAR – PORTO ALEGRE (RS)

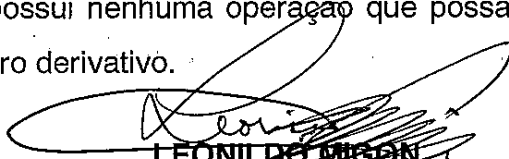
Conservadoramente, a Companhia não reconhece o ativo fiscal decorrente de base negativa de Contribuição Social no montante de R\$ 1.797 mil e, de Prejuízos Fiscais no valor de R\$ 4.993 mil, sendo que o seu registro contábil ocorrerá na forma estabelecida pela Deliberação CVM 273/98 e na proporção da geração de lucros tributáveis futuros.


13. SEGUROS


A Companhia não possui bens imóveis e nem móveis suscetíveis de serem segurados.


14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Neste sentido a Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo.


LEONILDO MISON
PRESIDENTE


OLAVO CÉSAR DIAS MEDEIROS
DIRETOR TÉCNICO


CARLOS EDUARDO PROVENZANO
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES


PAULO CÉSAR SANTANA NUNES
CONTADOR
CRC 034346/0-4
CPF 139198490/00

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Estado da Fazenda
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. - CADIP
C.G.C. nº 00.979.969/0001-56
NIRE 43300034518
- Companhia Aberta -

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 57

LOCAL, DATA e HORA: às doze horas do dia 02 de março de 2010, na sede social, situada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Mauá, nº 1155, 5º andar, reuniu-se o Conselho de Administração desta Companhia.

PRESENCAS: Flávio Pompermayer; Fernando Guerreiro de Lemos; Ney Michelucci Rodrigues; Jorge Luis Tonetto e Ricardo Richiniti Hingel, representando a totalidade de seus membros.

ORDEM DO DIA: a) exame e deliberações sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício de 2009 elaboradas pela Diretoria; b) deliberação sobre a proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido do exercício.

DELIBERAÇÕES: colocadas as matérias da Ordem do Dia em discussão, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade: a) aprovar, sem ressalvas, o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e demais documentos pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009; b) aprovar a proposta da Diretoria pela não distribuição de dividendos, haja vista que o lucro obtido decorre, principalmente, de avaliação de investimentos de renda variável, ainda não integralmente realizado, devendo o total dos valores gravados em Reservas de Lucros a Realizar serem incorporados pela rubrica Retenção de Lucros.

Das deliberações tomadas o Conselho extrai o seguinte parecer: *"Manifestação do Conselho de Administração – O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa; a Demonstração do Valor Adicionado e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e o teor do Parecer dos Auditores Independentes, aprova os referidos documentos julgando-os em condições de sua aprovação por parte dos Senhores Acionistas".* Nada mais havendo a tratar, foi elaborada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

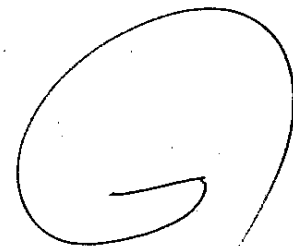
Flávio Pompermayer

Fernando Guerreiro de Lemos

Ney Michelucci Rodrigues

Jorge Luis Tonetto Ricardo

Ricardo Richiniti Hingel



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A - CADIP

REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Ata nº 67

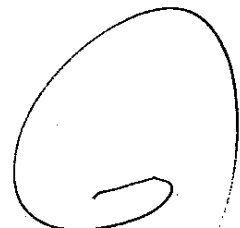
Data e Hora: três de março de 2010, às 15:00 horas. Local: sede social, na Av. Mauá, 1155 – 5º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Presenças: Sergio Renato Viegas Medeiros, José Luiz Piazza Pfitscher e Fernando Rodrigues. **Deliberações tomadas:** após o exame e a avaliação da documentação pertinente e conhecimento do Relatório da Administração, restaram aprovados pelos Membros do Conselho Fiscal, por unanimidade e sem ressalvas: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, emanando o seguinte parecer: *“Parecer do Conselho Fiscal - Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. – CADIP, nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, examinamos o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2009, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social de 2009 e, tendo presente o Parecer dos Auditores Independentes, entendemos estarem os referidos documentos em condições de serem aprovados pelos Senhores Acionistas”.* **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foi elaborada a presente ata, que lida e aprovada, foi assinada por todos os membros presentes.

Sergio Renato Viegas Medeiros

Fernando Rodrigues

José Luiz Piazza Pfitscher



CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. – CADIP

C.G.C. nº 00.979.969/0001-56

NIRE 43300034518

- Companhia Aberta -

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Local, data e hora: às dez horas do dia vinte e quatro de março de 2010, na sede social, situada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Mauá, nº 1155, Conj. 502 A, reuniram-se, em Assembléia Geral Ordinária, os Acionistas da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A – CADIP, inscrita no CGC-MF sob o nº 00.979.969/0001-56 e NIRE – Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul nº 43300034518. **Quorum:** Acionistas, representando a totalidade do capital social. **Convocação:** dispensada a convocação pela imprensa, face ao disposto no § 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Composição da Mesa:** a Assembléia Geral Ordinária foi presidida pelo Sr. Ricardo Englert, representando o acionista Estado do Rio Grande do Sul, que convidou a mim, Flávio Pompermayer, para exercer as funções de secretário. Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente declarou regularmente instalada e aberta a Assembléia Geral Ordinária e solicitou a mim, Secretário, que procedesse a leitura da Ordem do Dia, sendo o seguinte o seu teor: **Ordem do dia:** a) tomar as contas dos Administradores e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009; b) destinação do lucro líquido do exercício; c) eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal; d) fixação dos honorários dos membros do Conselho Fiscal. **Deliberações Tomadas pela Assembléia Ordinária:** por unanimidade de votos e sem ressalvas, representando a totalidade dos acionistas, o Plenário deliberou o seguinte: a) após a leitura do conjunto de peças que compõem as Demonstrações Financeiras, procedida pelo Secretário da reunião, publicadas nas edições de 18 de março de 2010, no Diário Oficial do Estado e no Jornal do Comércio de Porto Alegre, o exame das mesmas e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, bem como a apreciação dos respectivos Pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente, os acionistas aprovaram as contas dos Administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e os documentos complementares referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009; b) na forma das disposições legais pertinentes e considerando que o lucro líquido obtido pela Companhia no exercício, no montante de R\$ 71.257.132,06, decorre, principalmente, do resultado da equivalência patrimonial gerado por investimentos, portanto ainda não integralmente realizado, destinar: i) R\$ 3.562.856,60, para a constituição de Reserva Legal; ii) R\$ 16.923.568,87 para Reserva de Lucros a Realizar e, iii) R\$ 50.770.706,59 para Reserva de Retenção de Lucro. c) eleger para compor o Conselho Fiscal, para o mandato de um ano, os seguintes membros: **Titulares:** **Fernando Rodrigues**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado à rua Márcio Dias, 574, Porto Alegre/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 425140290-15 e portador da Carteira de Identidade nº 2024386498-SSP/RS; **José Luiz Piazza Pfitscher**, brasileiro, casado, arquiteto, residente e domiciliado a Rua Couto de Magalhães, 1384 ap. 1302, Porto Alegre/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 257578900-10 e portador da Carteira de Identidade nº 3008592572 – SSP/RS e **Sergio Renato Viegas Medeiros**, brasileiro, casado, funcionário público Estadual, residente e domiciliado à Rua Vicente da Fontoura nº 1190 / 701, Porto Alegre/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 222305800-00 e portador da Carteira de Identidade nº 1000539823-SSP/RS **Suplentes:** **Jorge Luiz Costa Melo**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado a Rua Dr. Campos Velho, nº 999, apartamento 1107, Porto Alegre/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 149304120-72 e portador da Carteira de Identidade nº 6008666247SSP/RS; **Jatir Dalla Vecchia**, brasileiro, casado, funcionário público Estadual, residente e domiciliado à Rua Armando Barbedo nº 1161, casa 15, Porto Alegre/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 193399840-72 e portador da Carteira de Identidade nº 2002602536-SSP/RS e **Elói Astir Stertz**, brasileiro, casado, funcionário público Estadual, residente e domiciliado à Rua Carumbé nº 120/302, Porto Alegre/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 507772030-49 e portador da Carteira de Identidade nº 5032822628-SSP/RS. Os Conselheiros Fiscais ora eleitos não se enquadram em impedimentos previstos em lei e preenchem as condições estabelecidas no art. nº 162, da Lei 6.404/76, conforme declarações apresentadas. Ato contínuo, todos os Conselheiros, perante o Plenário, tomaram posse nos seus respectivos cargos, na forma da Lei; d) Estabelecer, para os membros do Conselho Fiscal, os honorários

mensais correspondentes a um décimo da remuneração que em média é atribuída aos Diretores. O Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como ninguém se manifestou, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. **Encerramento:** Reabertos os trabalhos, esta Ata foi lida e, de forma unânime, aprovada e assinada pelos presentes. **Acionistas Presentes:** Estado do Rio Grande do Sul, através de seu representante, Ricardo Englert; Fernando Guerreiro de Lemos; Flávio Pompermayer; Ricardo Richinitti Hingel; Jorge Luis Tonetto e Ney Michelucci Rodrigues.



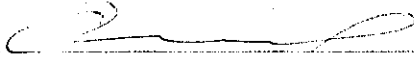
Ricardo Englert
Presidente



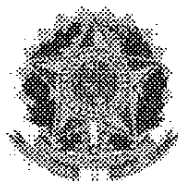
Flávio Pompermayer
Secretário

DECLARAÇÃO: Declaro que a presente Ata é cópia fiel da original lavrada no Livro próprio da Sociedade.

Porto Alegre, 24 de março de 2010..



Flávio Pompermayer
Secretário

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: PAULO CESAR SANTANA NUNES
REGISTRO.....	: RS-034346/O-4
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 139.198.490-00

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 11.03.2010 as 14:30:39.

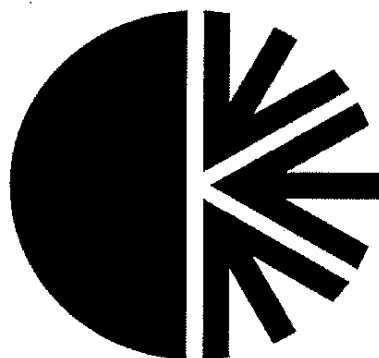
Válido até: 07.09.2010.

Código de Controle: 76362.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Estadual de
Geração e Transmissão de
Energia Elétrica - GT**





CEEE
GERAÇÃO E
TRANSMISSÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.
Valores expressos em milhares de reais.**

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	
1.MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
2.PERFIL	4
3.GOVERNANÇA CORPORATIVA	4
3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	5
3.2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	6
4.INVESTIMENTOS	7
4.1. GERAÇÃO	7
4.2. TRANSMISSÃO	11
5.ATIVOS INTANGÍVEIS	16
5.1. MARCA E IMAGEM	16
5.2. PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO – P&D	17
5.3. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	18
6.GESTÃO DE PESSOAS	18
6.1. RECURSOS HUMANOS	18
6.2. BENEFÍCIOS	19
6.3. SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL	19
6.4. TREINAMENTO	20
7.SUSTENTABILIDADE	20
7.1. AÇÕES CULTURAIS	20
7.2. AÇÕES SOCIAIS	21
7.3. AÇÕES AMBIENTAIS	22
8.ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	24
8.1. INGRESSOS EXTRA-OPERACIONAIS	24
8.2. OUTROS FATOS RELEVANTES	24
9.BALANÇO SOCIAL	26
10.RESULTADO DO EXERCÍCIO	27
AUDITORES INDEPENDENTES	28
AGRADECIMENTOS	28
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
BALANÇO PATRIMONIAL	30
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	33
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	34
NOTAS EXPLICATIVAS	
NOTAS EXPLICATIVAS	35
PARECERES	
PARECER AUDITOR INDEPENDENTE	84
PARECER DO CONSELHO FISCAL	86
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	87



CEEE
GERAÇÃO E
TRANSMISSÃO

Relatório da Administração 2009

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal, manifestação do Conselho de Administração, e de um breve relato dos principais itens e questões relacionados à atividade da Concessionária no ano de 2009.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Ao longo de 2009, vivenciamos um período de retomada do crescimento econômico e do consumo de energia elétrica, com a alavancagem da produção industrial em função da redução das alíquotas dos impostos. Complementarmente, as altas temperaturas também elevaram o consumo, beneficiando o faturamento, impondo à CEEE-GT muitos desafios relacionados ao sistema elétrico.

Nesse ano, iniciamos o “Programa de Melhoria dos Processos de Gestão – Pró-Gestão” com o auxílio do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade – PGQP, desenvolvido em seis frentes estratégicas, nas quais todos os colaboradores se engajaram com dedicação.

No que tange a investimentos, os executados em Geração foram aplicados mais de R\$ 35 milhões, enquanto em Transmissão superamos os R\$ 60 milhões, permitindo o desenvolvimento e a expansão dos negócios.

Com o índice de disponibilidade média de quase 100% nas linhas de transmissão, a Concessionária demonstra uma grande confiabilidade no suprimento de energia elétrica. Quanto à Geração de Energia, o índice de Disponibilidade Média de Geração foi de 90,9% considerando as paradas de 90 dias para manutenção preventiva das máquinas 1 e 2 da Usina de Passo Real, demonstrando a alta disponibilidade do parque gerador da Concessionária e a qualidade técnica dos seus ativos.

Ainda no negócio Geração, destaca-se a participação em sociedade com a Enerfin do Brasil – Sociedade Brasileira de Energia Ltda, em um dos projetos vencedores do leilão de energia eólica, marcando a entrada da CEEE-GT nesse segmento.

A escolha de Porto Alegre como uma das cidades brasileiras a sediar a Copa do Mundo em 2014, nos traz muita satisfação. Por outro lado exige grande comprometimento da Concessionária, pois grandes investimentos deverão ser realizados, na área de Transmissão, demandando maior expansão e melhorando a eficiência dos seus ativos.

A CEEE-GT, cumprindo com sua Missão, atendeu ao seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, investindo em projetos sociais e culturais, pautados pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades. Destaque para as seguintes projetos: o Projeto Pescar, que ofereceu oportunidades para jovens entre 16 e 19 anos no Curso de Iniciação Profissional em Eletricidade; o Programa Ecoarte, que são oficinas realizadas nos Municípios da área de concessão da CEEE-GT além do Projeto Semear, que visa resgatar a dignidade da população em condições de vulnerabilidade do entorno das linhas de transmissão do município de Cachoeirinha.

Em 2010, teremos grandes desafios, dentre eles, a implantação das Normas Internacionais de Contabilidade e a continuidade do Pró-Gestão e seus desdobramentos estratégicos, permitindo à Concessionária alcançar níveis maiores de eficiência e eficácia na Geração e Transmissão de energia, bem como atender cada vez melhor nossos clientes, motivo pelo qual nos orgulhamos e trabalhamos com afinco.



Na certeza de ter correspondido às expectativas, a Administração ratifica seu compromisso expresso na Política de Excelência em Gestão, contribuindo para o desenvolvimento do Estado e do País e agradece a confiança de nossos clientes, acionistas e comunidade, assim como o empenho e a dedicação de nossos colaboradores.

2. PERFIL

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT é uma sociedade de economia mista originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, efetuada em novembro de 2006.

A CEEE-GT totalizou 1.169,3 MW de potência instalada em operação em 2009. Conta em seu parque gerador com 15 usinas hidrelétricas (UHE) próprias, além da participação societária em oito empreendimentos, sendo sete já em operação e um em construção. Também possui um acordo de investimento assinado para participação societária em uma usina eólica.

Composto de 60 subestações, o sistema de transmissão detém 7.650 MVA de capacidade de transformação instalada e 6.053,77 km de linhas de transmissão (LT), abrangendo todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Uma das ações prioritárias da Concessionária em 2009 foi o Programa de Melhoria dos Processos de Gestão - Pró-Gestão da CEEE-GT, que desenvolveu diversas ações com o apoio da Consultoria da Associação Qualidade RS – PGQP. Partindo de um diagnóstico do Sistema de Gestão da CEEE-GT, realizado no período de janeiro a março de 2009, o PGQP comparou as práticas da Concessionária com o Modelo de Excelência em Gestão – MEG. A partir das recomendações advindas do diagnóstico, foram desenvolvidas seis frentes de trabalho, a saber: Gestão Estratégica, Gestão Orçamentária, Gestão de Processos, Programa de Comunicação Interna e Externa, Desenvolvimento de Lideranças e Análise de Aderência e Atualização do SIG para ERP.

A frente de Gestão Estratégica apresentou como uma das principais ações a reformulação da identidade corporativa do Grupo, para busca de adequação das Concessionárias às demandas atuais do setor de energia. Com isso, a CEEE-GT passa a ter:

- Missão: *"contribuir para o desenvolvimento da sociedade atuando no setor de energia e negócios associados com segurança, rentabilidade e sustentabilidade"*.
- Visão: *"ser referência nacional no setor de energia pela excelência na gestão e prestação de serviços, expandindo seus negócios de forma sustentável"*.
- Valores: *"ética, segurança, sustentabilidade, excelência técnica e valorização das pessoas"*.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEEE-GT já possui um conjunto de ferramentas e práticas que lhes garante o relacionamento entre seus acionistas, conselheiros, executivos, auditores internos e independentes, otimizando o desempenho da Concessionária e protegendo os direitos das partes interessadas.

A CEEE-GT adota as seguintes práticas:

- Conselhos de Administração e Fiscal;
- Divulgação de informação à CVM e Bovespa;
- Política de Negociação e Divulgação de Informações - CVM;
- Relacionamentos com Auditores Independentes;



- Balanços Trimestrais e Anuais
- Informações Anuais;
- Informações Materiais esclarecidas como “Fato Relevante”;
- Divulgações extras na forma de Comunicado ao Mercado;
- Elaboração de Relatórios Internos;
- Divulgação de termos de contratos firmados entre a Companhia e Partes Relacionadas.

Com o objetivo de atender a Lei nº 11.638/07 e adoção das Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS, a Diretoria da Companhia constituiu Grupo de Trabalho visando implementar as referidas normas em 2010.

A CEEE-GT vem buscando formatar uma estrutura de Governança Corporativa com aplicação de melhores práticas de governança através do Programa de Melhoria da Gestão da Administração Pública – PMG AP baseado no Modelo de Excelência da Gestão - MEG do PGQP com objetivo de produzir os insumos necessários para o estabelecimento de um Plano de Melhoria da Gestão, para correção das lacunas identificadas.

3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

3.1.1. ASSEMBLÉIA GERAL

Além dos casos previstos em lei, realizou-se duas reuniões extraordinárias, tendo como principais deliberações questões sobre a complementação da desverticalização da Concessionária e do grupamento de ações.

3.1.2. CONSELHO FISCAL

É composto de cinco membros e realizaram ao longo de 2009, 12 reuniões tendo como principal objetivo a permanente fiscalização e controle da Gestão, em consonância com o que estabelece o regimento.

3.1.3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Este colegiado reuniu-se 13 vezes durante o exercício, sendo uma extraordinária, tendo como principais deliberações a aprovação do Planejamento Estratégico, a Política de Excelência em Gestão, a implantação do Plano de Cargos e Salários.

3.1.4. DIRETORIA COLEGIADA

A Diretoria da CEEE-Par é composta de seis membros, sendo um Diretor-Presidente e os demais Diretores sem designação específica, indicados pelo acionista Estado do Rio Grande do Sul e eleitos pelo Conselho de Administração. Os Diretores da CEEE-Par exercem seus cargos com dedicação exclusiva ao Grupo Econômico, competindo-lhes, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes nas sociedades controladas, conforme disposto no art. 27 caput e § 3º do Estatuto Social da Companhia.

Por conseguinte, a Diretoria da CEEE-GT e da CEEE-D são compostas por oito membros, sendo um Diretor-Presidente, cinco Diretores indicados pelo acionista CEEE-Par e dois Diretores indicados pelos acionistas minoritários, todos eleitos pelo Conselho de Administração. As atribuições dos Diretores são definidas no momento da posse e compreendem as seguintes esferas



de responsabilidade: Diretoria Administrativa, Diretoria Financeira e de Relação com Investidores, Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais, Diretoria de Geração, Diretoria de Transmissão e Diretoria de Distribuição.

3.1.5. AUDITORIA INTERNA

À Auditoria Interna compete a verificação da eficácia em nível de projetos, dos programas específicos aprovados e dos resultados obtidos em diferentes fases de execução, diante das políticas e metas fixadas pela Gestão da Concessionária e legislação aplicável. É atribuição da Auditoria Interna a fiscalização da eficiência e propriedade dos procedimentos dos sistemas e dispositivos de controle interno desenvolvidos pelos diferentes órgãos da CEEE-GT, na execução de suas atividades sistematizadas, de acordo com a legislação pertinente, regulamentos, normas e diretrizes internas fixadas pela Diretoria.

3.1.6. AUDITORES INDEPENDENTES

A CEEE-GT utiliza os serviços de auditoria independente, contratada mediante processo licitatório, visando obter, ao final de cada exercício, mediante exames conduzidos de acordo com as normas de Auditoria aplicáveis no Brasil, sua opinião sobre as demonstrações contábeis, em todos os seus aspectos relevantes quanto a posição patrimonial e financeira da Concessionária.

3.1.7. CÓDIGO DE ÉTICA

No dia 14 de outubro de 2009, foi constituído, através de resolução de Diretoria da CEEE-GT, Grupo de Trabalho para formulação do Código de Ética. A partir da metodologia proposta pelo Instituto Ethos, foram designados representantes de cada área da Concessionária, formando uma equipe multidisciplinar.

3.2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Tendo em vista a pequena quantidade de ações em circulação no mercado, a CEEE-GT atualmente negocia suas ações em mercado de balcão organizado com pouca movimentação. No quadro a seguir, apresentamos a composição acionária em 31 de dezembro de 2009:

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-Par	255.232.851	67,05	43.495	0,66	255.276.346	65,92
ELETROBRÁS	122.681.436	32,23	3.505.584	53,43	126.187.020	32,59
MUNICÍPIOS	1.397.262	0,36	2.159.350	32,91	3.556.612	0,92
BM&F BOVESPA S/A	1.336.370	0,35	793.234	12,09	2.129.604	0,55
OUTROS	21.351	0,01	58.895	0,91	80.246	0,02
TOTAL	380.669.270	100,0	6.560.558	100,0	387.229.828	100,0

Notas:



1 - Total de 424 Acionistas.

2 - Em novembro/2009 foi realizado o grupamento de ações na proporção de 1000 por 1.

4. INVESTIMENTOS

No ano de 2009, a Concessionária contabilizou investimentos para as suas duas áreas de negócio os quais são apresentados a seguir.

4.1. GERAÇÃO

Os investimentos aplicados em geração hidrelétrica, no ano de 2009, totalizaram R\$ 35,9 milhões, sendo R\$ 14,2 milhões em modernização e manutenção das unidades geradoras existentes e R\$ 21,7 milhões em expansão, com destaque para a UHE Foz do Chapecó com aporte de R\$ 21,5 milhões. Esse empreendimento está em construção, em parceria com a Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL e Furnas Centrais Elétricas S/A. Além disso, foram investidos R\$ 251,2 mil na finalização do projeto básico de Ijuizinho II.

4.1.1. MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO

Em 2009, a CEEE-GT fez um grande aporte em modernização e manutenção, quase quadruplicando o valor investido no ano anterior (2008 - R\$ 3,6 milhões). Dentre as principais obras, encontram-se:

- Recuperação e pintura das estruturas metálicas da UHE Itaúba, UHE Passo Real e UHE Leonel de Moura Brizola (Jacuí)

Foi realizado o serviço de manutenção com a pintura das estruturas metálicas das UHEs em função do avançado grau de degradação da pintura original.

Esta medida, além de reparar pequenos danos e proteger o patrimônio da Concessionária pelos próximos 20 anos, visou também o atendimento de exigências da ANEEL quanto a conservação da estrutura.

O serviço contemplou a pintura de itens como escadas, corrimãos, guarda-corpos, válvulas, gaveta, tubulações e tanques além das estruturas das comportas e seus acessórios, como *stop-logs*, guinchos, pórticos e chapas.

No caso específico da UHE Leonel de Moura Brizola, que teve o início destes serviços de recuperação e pintura em 2009, incluiu-se a casa de força da Usina, além da barragem Maia Filho.

O valor total de recuperação destas estruturas metálicas totalizou R\$ 3,2 milhões, sendo que o valor do projeto exclusivamente da UHE Itaúba foi de mais de R\$ 1 milhão; Passo Real, R\$ 988,6 mil, e Jacuí, R\$ 1,2 milhões.

- Recuperação e pintura dos *stop-logs* da UHE Passo Real

Foi realizado o serviço de manutenção com a pintura dos *stop-logs* da UHE Passo Real. Os *stop-logs* (ou comportas ensecadeiras) são estruturas de metal utilizadas na manutenção das comportas, para contenção da água a montante das mesmas e devem estar em boas condições em caso de necessidade de uso. O serviço contemplou a recuperação e pintura dos oito *stop-logs* da UHE Passo Real, além do transporte de quatro destes que estavam depositados de forma inadequada no pátio até a região do vertedouro.

O valor deste projeto foi de R\$ 200 mil.



- Sinalização interna e externa das usinas do Sistema Salto e Sistema Jacuí

Foi executada a instalação de placas rodoviárias de sinalização e placas internas e externas de identificação em usinas do Sistema Salto e Sistema Jacuí, em conformidade com a padronização visual adotada pela área de geração da CEEE-GT. O projeto visa padronizar a identidade visual das usinas de geração, a fim de facilitar a identificação das estruturas pelo público externo e interno. O projeto foi realizado em etapas, estando pendente apenas a implantação em uma das usinas.

O valor desta etapa do projeto foi de R\$ 194,8 mil.

- Reforço e reabilitação - Barragem da Usina Hidrelétrica de Ernestina

Em 2008, foi elaborado laudo técnico sobre a Barragem da UHE Ernestina indicando o final de sua vida útil, e, em razão disso, foram executadas obras de reforço da barragem, concluídas no primeiro semestre de 2009. Encontra-se em andamento a segunda etapa das obras de reforço e reabilitação da referida barragem, que garantirá a segurança estrutural da mesma. A previsão de conclusão destas obras é em 2010.

O total desembolsado em 2009 é de R\$ 5,9 milhões.

- Sistema de telecomunicação das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Foi concluída a implantação do sistema de telecomunicação iniciada em 2008, a fim de disponibilizar para as Usinas e PCHs da Divisão do Sistema Jacuí, canais de comunicação *ethernet*. Objetiva o atendimento das necessidades de acesso aos medidores do Sistema de Medição de Faturamento - SMF, canal de auditoria para os medidores do SMF, rede corporativa, ramal telefônico para as PCHs e incremento de ramais telefônicos nas usinas.

O valor total investido em 2009 neste projeto foi de R\$ 251,2 mil.

- Revitalização e Automação da Unidade 3 da Usina Hidrelétrica de Capigüi

O projeto, iniciado em 2008 e concluído em 2009, consistiu na execução de serviços de revitalização e automação da Unidade 3 da UHE Capigüi, de modo a possibilitar, através de uma estação de operação local, operar a unidade de forma desassistida (sem operador). Também permitiu, através de um computador localizado na sede do Sistema Jacuí, acessar os principais dados operacionais da usina e controlar todo seu processo de geração de energia. Além disso, é possível supervisionar as grandezas analógicas e digitais das demais unidades geradoras, reservatório principal e barragem de captação e módulo de alimentação em 44 kV até o ponto de conexão com a Concessionária de distribuição Rio Grande Energia - RGE.

O valor total deste projeto foi de R\$ 462,5 mil.

Demais obras de Modernização e Manutenção nas usinas:

- Reforma do Transformador Elevador 139 MVA da Unidade 1 da UHE Itaúba.
- Conclusão da modernização do Anfiteatro da Divisão Sistema Jacuí.
- Automação do Sistema de Comando e Sinalização das Comportas de Serviço das Unidades 1 e 4 da UHE Itaúba.
- Modernização do Sistema de Excitação das Unidades 1 e 4 da UHE Itaúba.
- Reparo nos danos provocados por cavitação nas turbinas das Unidades 1 e 2 da UHE Passo Real.
- Modernização do Sistema de Comando e Sinalização e Reabilitação do fechamento em emergência das Comportas de Serviço das Unidades 1 e 2 da UHE Passo Real.



- Aquisição de painéis para modernização do Sistema de Serviços Auxiliares de Corrente Alternada - CA da UHE Gov. Leonel de Moura Brizola.
- Aquisição de buchas de alta tensão para os Transformadores Elevadores da UHE Gov. Leonel de Moura Brizola.

4.1.2. EXPANSÃO DA GERAÇÃO

Durante o ano de 2009 foram desenvolvidas ações visando ao aumento da capacidade de geração das usinas da CEEE-GT em condições favoráveis à ampliação. Destacam-se como principais resultados dessas ações os seguintes empreendimentos:

- Pequena Central Hidrelétrica Ijuizinho II

No primeiro semestre de 2009, foi finalizado o Projeto Básico de ampliação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Ijuizinho II. A usina está localizada entre os municípios de Eugênio de Castro e Entre-Ijuis e opera, desde a década de 50, com a potência de 1,0 MW. Com a ampliação, a usina passará a ter 15,0 MW de potência instalada, elevando a barragem e alterando substancialmente as características hidráulicas do projeto original, com implantação de 03 turbinas tipo Francis, geradores e instalações complementares.

No mês de junho a CEEE-GT procedeu na entrega do projeto básico, para análise e aprovação da ANEEL, a qual deverá, inicialmente, avaliar se o projeto atende tecnicamente às diretrizes estabelecidas para o desenvolvimento de PCHs. Posterior resultado de análise permitirá a contratação da obra. Paralelamente, está em andamento a contratação dos estudos ambientais, visando à obtenção da licença prévia para o empreendimento.

- Ampliação da Usina Hidrelétrica Ernestina e Pequena Central Hidroelétrica Forquilha

A ANEEL publicou, no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2009, os despachos que autorizam a CEEE-GT a realizar os projetos básicos de ampliação da Usina Hidrelétrica Ernestina e da PCH Forquilha, localizadas, respectivamente, nos municípios de Tio Hugo e Maximiliano de Almeida. A Usina Ernestina, com potência efetiva de 3,7 MW, deve atingir a potência estimada em 10 MW e a PCH Forquilha deve ter sua capacidade ampliada de 1,0 MW para 8,5 MW.

- Projeto Básico Usina Hidrelétrica Ernestina

Para a elaboração do Projeto Básico de ampliação da UHE Ernestina, foi lançado processo licitatório durante o segundo semestre de 2009. Após a conclusão dos estudos, o referido Projeto Básico será encaminhado para avaliação da ANEEL, com vistas à obtenção de autorização legal para ampliação da Usina.

- Ampliação da Pequena Central Hidrelétrica Bugres

A PCH Bugres, com potência instalada de 11,12 MW, está localizada no município de Canela, em operação desde 1952. Foi encaminhado à ANEEL o pedido de renovação da autorização para a ampliação da usina para 19,20 MW, emitida por meio da Resolução ANEEL 397/2003. A CEEE-GT já possui Licença de Instalação do órgão ambiental para a ampliação da usina.

Além das ações realizadas no parque de geração próprio, destaca-se o programa de expansão da geração da CEEE-GT desenvolvido através de parcerias, que atinge um montante de 259,3 MW já em operação, reunindo as UHEs de Dona Francisca, Machadinho, Campos Novos, Projeto CERAN (Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho) e a PCH Furnas do Segredo. Na seqüência, aguarda-se



a conclusão das obras da UHE Foz do Chapecó, prevista para agosto de 2010, agregando mais 77 MW ao parque gerador da CEEE-GT.

No quadro a seguir estão apresentados os empreendimentos da CEEE-GT com parcerias de agentes do setor público e/ou privado.

Participações Societárias em Empreendimentos de Geração

Empreendimentos	Participação CEEE	Total do Empreendimento		Total CEEE-GT
		Pot. Inst.	Energia	Pot Inst.
		MW	MWm	MW
UHE Dona Francisca*	5,00%	125	78	30
UHE Machadinho	6,65%	1.140	473	63
UHE Campos Novos	6,51%	880	377,9	57,3
UHE Monte Claro	30,00%	130	59	39
UHE Castro Alves	30,00%	130	64	39
UHE 14 de Julho	30,00%	100	50	30
UHE Foz do Chapecó (em construção)	9,00%	855	432	77
PCH Furnas do Segredo	10,50%	9,8	6,1	1

* A participação da CEEE-GT na energia produzida pelo empreendimento, do 1º ao 10º ano de seu início operacional é de 5%, passando a 10% entre o 11º e o 20º ano e chegando a 15% no período restante de concessão.

- Usina Hidrelétrica Dona Francisca

O empreendimento hidrelétrico localizado em Nova Palma – RS entrou em operação comercial em fevereiro de 2001, com duas turbinas, totalizando uma potência instalada de 125 MW. Foi construído através de consórcio, reunindo a CEEE-GT e a Dona Francisca Energética S/A – DFESA.

- Usina Hidrelétrica Machadinho

A CEEE-GT com sua participação societária ampliada no empreendimento para 6,65% tem o equivalente a 63 MW da potência instalada. A usina está implantada no Rio Pelotas, na divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com 1.140 MW e encontra-se em operação comercial desde 2002.

- Usina Hidrelétrica Campos Novos

A UHE de Campos Novos, localizada no Estado de Santa Catarina, com 880 MW de potência instalada e uma energia assegurada de 377,9 MW, foi implantada com recursos dos próprios acionistas, além de financiamentos do BNDES e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.



A CEEE-GT participa do empreendimento com uma quota de 6,51%, integrado ainda pelas empresas CPFL Geração de Energia SA, Companhia Brasileira de Alumínio – CBA e Votorantim Metais Níquel S.A.

- **Projeto CERAN – Companhia Energética Rio das Antas S/A**

A CEEE-GT tem uma participação de 30% na sociedade do projeto CERAN, composto pelas Usinas Hidrelétricas de Monte Claro (130 MW), Castro Alves (130 MW) e 14 de Julho (100 MW), em conjunto com a Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL e Desenvix.

O último aproveitamento do Projeto CERAN, UHE 14 de Julho, teve início de operação comercial da 1ª unidade em dezembro de 2008. A entrada em operação comercial da 2ª unidade ocorreu no mês de fevereiro de 2009.

Com a entrada da 2ª unidade da Usina Hidrelétrica 14 de Julho, ficou concluído o programa de implantação das usinas integrantes do Projeto CERAN. O total de recursos financeiros aportados na construção das três usinas atinge um montante de R\$ 1,4 bilhão, corrigido ao longo do período de implantação do projeto. Desse montante, cerca de 30% em capital próprio foi aplicado pelos sócios. A potência total instalada associada à participação da CEEE-GT nesses empreendimentos é de 108 MW, com uma energia assegurada no conjunto das três usinas totalizando 51,9 MW médios.

- **Pequena Central Hidrelétrica Furnas do Segredo**

A PCH Furnas do Segredo, localizada no município de Jaguari - RS, com 9,8 MW de potência instalada, está em operação comercial desde setembro de 2005. A participação da CEEE-GT no empreendimento é 10,5%, através da Jaguari Energética S/A, que conta também com a Guascor S/A na sociedade.

- **Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó**

A CEEE-GT participa do projeto de implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó com uma quota de 9%, em conjunto com a Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL e Furnas Centrais Elétricas S/A. A usina terá potência instalada de 855 MW e energia assegurada de 432 MW médios. O investimento total previsto é da ordem de R\$ 2,2 bilhões, sendo R\$ 1,6 bilhão através de financiamentos pelo BNDES e bancos repassadores. A previsão do início da operação comercial da 1ª unidade do empreendimento está fixada para o mês de agosto de 2010.

Com o objetivo de selecionar futuros parceiros para o desenvolvimento de novos projetos de geração de energia elétrica, através de fontes renováveis, a CEEE-GT lançou no mês de junho a Chamada Pública CEEE-GT nº. 001/2009. Com 21 empresas inscritas e um total de 34(trinta e quatro) projetos, a iniciativa permite ensejar o desenvolvimento de estudos com vistas à instalação de novos projetos de geração exclusivamente através de fontes renováveis.

4.1.3.COMERCIALIZAÇÃO

Considerando a energia do parque próprio e as participações na UHE Dona Francisca e UHE Machadinho, a CEEE-GT dispõe de um montante de 441 MW médios para venda. Esta energia está sendo negociada através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, celebrados em decorrência da participação da CEEE-GT nos Leilões de Energia Existente, realizados nos anos de 2004, 2005 e 2006, Leilão de Ajuste e no Ambiente Livre.

No ano de 2009, a CEEE-GT promoveu sete ofertas públicas de venda de energia elétrica ao mercado livre, tendo sido negociados 52 GWh, com uma receita de R\$ 1,5 milhões. A concessionária participou de quatro chamadas de outros agentes de mercado, resultando em contratos de curto e longo prazos. As sobras contratuais - energia não vendida em contratos – que



representaram 0,4% da energia disponível, foram liquidadas no mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

4.2. TRANSMISSÃO

Na Transmissão, o ano foi significativo devido ao elevado investimento em obras, totalizando mais de R\$ 61 milhões. A área de Transmissão disponibilizou ao Sistema Elétrico Interligado 6.053,77 km de linhas de transmissão (LT) e uma potência instalada de 7.650 MVA, em 60 subestações (SE), com uma disponibilidade média de 99,82% nas linhas de transmissão e de 99,86% nas subestações.

4.2.1. EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

Em 2009, foram despendidos grandes esforços para levar adiante o Plano de Investimento da CEEE-GT, sendo concluídas e energizadas oito do total de 35 obras elencadas no Plano. As demais estão em fase de construção, projeto básico e contratação.

As oito obras concluídas e energizadas em 2009 são:

- SE Lajeado 2, com a instalação de duas entradas de LT 230kV e duplicação do barramento de 230kV;
- SE Santa Cruz 1 com a instalação de duas entradas de LT 230kV e duplicação do barramento de 230kV;
- SE Porto Alegre 9 com a instalação do 2º Banco de Transformadores de Força de 230/69kV com 165MVA de capacidade;
- SE UPME com a duplicação da capacidade do barramento de 230kV;
- SE Livramento 2, com a instalação do 2º Transformador de Força de 230/69kV com 50MVA de capacidade
- SE Pólo Petroquímico, com a instalação do 2º Transformador de Força de 230/69kV com 50MVA de capacidade;
- Seccionamento da LT 230kV UPRE-NSR para alimentação da SE Lajeado 2;
- Seccionamento da LT 230kV UITA-CHQ para alimentação da SE Santa Cruz 1.

A CEEE-GT está autorizada pelo Poder Concedente a implementar o conjunto de obras que segue, com o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento da demanda, confiabilidade e qualidade do fornecimento. Este elenco de obras prevê um investimento de R\$ 170 milhões para 2010 e de R\$ 200 milhões para 2011.

Obras em projeto	Obras em licitação
SE Alegrete 2	SE Ijuí
SE Cachoeirinha	SE Lajeado 2
SE Canoas 1	SE Quinta
SE Uruguaiana 5	SE Santa Cruz 1
SE Eldorado	SE Taquara
SE Gualba 2	Recapitação LT 138kV CIN-CACH
SE Livramento 2	Abertura da LT 230kV CIN-PEL3
SE Maçambará	SE Panambi
SE UPME	SE Cruz Alta



SE São Borja 2	
SE São Vicente	
SE Scharlau	

As SE Camaquã, Farroupilha, Gravataí 2, Nova Prata 2 e Santa Maria fazem parte desse conjunto de obras, e estão sendo executadas com equipe própria da CEEE-GT.

Encontram-se em construção os seguintes empreendimentos: SE Scharlau, SE Campo Bom, SE Maçambará, SE Guarita, SE Guaíba 2, SE Gravataí 3 e SE Cidade Industrial.

Além dos empreendimentos próprios, a CEEE-GT também coordena as atividades de acesso a rede básica das subestações de:

- Missões 230kV- Esul;
- Scharlau 230kV- CTEEP;
- UPME – Esul;
- UPME – UTE Fase C;
- SCR1 – Esul;
- UDFR 230kV – ATE VI;
- SMA3 230kV – ATE VI;
- CTT 230kV – Random;
- Fibraplac 230kV;
- Laj 2 – 69kV Perdigão;
- Gar – 69kV RGE;
- SMT – 69kV Coprel;
- Quinta – 69kv WTorre.

4.2.2. OPERAÇÃO DO SISTEMA

A carga própria de energia no mercado do Rio Grande do Sul, acumulada ao longo do ano, foi de 27.943 GWh.

A Operação do Sistema é responsável pelo monitoramento da carga instantânea do Estado. Com relação à carga instantânea verificada o valor máximo ocorreu no dia 10 de fevereiro de 2009, às 15h 28min, com 4.814 MW, porém não superou o recorde histórico de 4.823 MW, observado em 10 de janeiro de 2008 às 14h31min.

Além de coordenar, supervisionar e executar a operação do sistema de transmissão em tempo real nas 60 subestações da rede básica, a Operação do Sistema também participa da elaboração anual do planejamento do Sistema Interligado Nacional, juntamente com o Operador Nacional do Sistema – ONS, e com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

A Operação do Sistema mantém um sistema de gestão da qualidade que estabelece, documenta, implementa e aperfeiçoa continuamente a sua eficácia. Em julho/2009, na terceira auditoria de avaliação contínua, recebeu da empresa certificadora BSI Sistemas de Gestão *upgrade* da Norma ISO 9001 da versão 2000 para a versão 2008 para o escopo de coordenar, supervisionar e controlar a operação do sistema elétrico de potência da CEEE-GT.

4.2.3. MANUTENÇÃO



A área de manutenção é responsável por manter a disponibilidade dos 6.053,77 km de linhas de transmissão (LT) e 60 Subestações (SE) do sistema de transmissão da CEEE-GT, além do gerenciamento e execução dos programas de manutenção preventiva em LTs e equipamentos de subestações, conforme periodicidade estabelecida nos *softwares* de gerenciamento. Em LTs, o programa estabelecido foi cumprido integralmente, totalizando mais de 4.000 km de inspeção terrestre com escalada em estrutura e 5.000 km de inspeção aérea com helicóptero. Em SEs, 91% das preventivas programadas em equipamentos foram realizadas. No ano de 2009 ocorreu a reavaliação do programa de manutenção visando à implantação de um novo sistema de gerenciamento das atividades de manutenção – SIGOM.

Em função do elevado número de obras desse ano, principalmente envolvendo ampliação de subestações (Santa Cruz, Lajeado 2, Scharlau, São Borja 2, Porto Alegre 9, Bagé 2, entre outras), a área de manutenção teve expressiva participação nas etapas de especificação, análise de projetos elétricos, inspeções de equipamentos, materiais e comissionamento das obras.

Em função dos diversos temporais que assolaram o Estado, ventos intensos provocaram colapso de estruturas que exigiram trabalhos de recomposição. Quatro situações foram particularmente significativas: em 7 de setembro de 2009, a queda de três estruturas metálicas na LT 230 kV UPME x QUI foi recomposta através de uma variante provisória de madeira, e os trabalhos envolveram em torno de 100 pessoas, considerando as equipes contratadas, e demandou 81h58min para a reenergização; em 05 de outubro de 2009, a queda de três estruturas de madeira na LT 138 kV TAQ x OSO2 levou o tempo de reparo de 72h05min e envolveu aproximadamente 45 pessoas; em 30 de novembro de 2009, a queda de uma estrutura na LT 230 kV UITA x UPRE foi reparada em 109h30min, sendo que durante a recomposição ocorreram novos temporais que prejudicaram os trabalhos e; a queda de uma estrutura na LT 230 kV BAG2 x LIV2, com tempo de reparo de 61h20min.

A aquisição de um Sistema de Recomposição Emergencial de Linhas de Transmissão (Estruturas de Emergência) surgiu da necessidade crescente de uma rápida recomposição das LTs submetidas à Indisponibilidade Operacional por Falha Permanente, devido à queda das suas torres por catástrofes naturais, minimizando os efeitos das penalidades impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para ocorrências deste tipo. As estruturas são desenvolvidas em módulos de alumínio estrutural, reduzindo consideravelmente o tempo de restabelecimento da LT comprometida pela falha.

O Comitê de Linha Viva - CLV, em 2009, concluiu a revisão das antigas normas de intervenções em instalações energizadas, bem como elaborou outras nove instruções para serviços utilizando a técnica ao potencial, o que possibilitou a realização de três cursos de formação para serviços ao potencial com instrutoria do próprio CLV, onde foram capacitadas 39 pessoas.

4.2.4. PROTEÇÃO E MEDIÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

Durante o ano de 2009 foram realizados diversos estudos de engenharia e atividades de manutenção corretiva no sistema de transmissão da CEEE-GT. Cabe destacar os estudos e instalação de relés para digitalização da proteção da LT 138kV Cruz Alta na SE UHE Jacuí, nas LTs 138kV Taquara e Três Coroas na SE UHE Canastra, na LT 69kV Carazinho na SE Santa Marta e instalação emergencial na LT 230kV Alegrete2 na SE Santa Maria3.

Relativamente às novas obras, foram realizados estudos de ajuste e coordenação de relés, análise de projetos e testes de aceitação (de fábrica e campo) de ampliação das subestações Polo Petroquímico, Camaquã, Livramento 2, Guaíba 2, Santa Cruz 1, Lajeado 2, Gravataí 3, Castertech, PAL 9 e Panambi. Também foi realizada a especificação técnica do sistema de proteção, medição, oscilografia e controle local da ampliação das subestações São Borja 2, Maçambará, Ijuí 2, Canoas 1, São Vicente, Santa Cruz 1, Eldorado, Guarita, Scharlau, Livramento 2, Quinta e Taquara.

Para acessantes da CEEE-GT, foi realizado o comissionamento da subestação SE Castertech, para acesso à rede básica da empresa Randon Castertech.



Também houve continuidade da coordenação e participação no Grupo de Trabalho de Padronização dos Projetos Elétricos da CEEE-GT. Este projeto encontra-se conceitualmente concluído e já está sendo aplicado em novas instalações.

Outras ações corresponderam à análise de projetos e adequação de Tecnologia da Informação - TIs das instalações dos sistemas de medição de faturamento das distribuidoras AES e de Sistema de Medição de Faturamento - SMF de consumidores livres, manutenções corretivas e adequações diversas em subestações da CEEE-GT.

Chegamos ao final de 2009 com os seguintes equipamentos:

- 5.482 relés de proteção, dos quais 3.384 são eletromecânicos, 1.192 são eletrônicos e 906 são microprocessados (digitais);
- 51 oscilógrafos instalados em 31 subestações da CEEE-GT.

4.2.5. SUPERVISÃO E CONTROLE

O Sistema de Supervisão e Controle - SSC da área de Transmissão é composto pelo Sistema do Centro de Operação do Sistema – COS, localizado no Centro Administrativo Engenheiro Noé de Mello Freitas – CAENMF, sede da Concessionária; 6(seis) Centros de Atendimento, localizados nas subestações Santo Ângelo 2, Erechim, Taquara, Caxias 2, Santa Maria 3 e Cidade Industrial e um Console de Operação Remota (SE PAL 6). Atualmente são telecomandadas 11 subestações. O COS, que utiliza o SSC Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia – SAGE, desenvolvido pelo CEPTEL, está interligado ao Centro Regional Sul do ONS – COSR-S e com os Centros de Operação da CEEE-D, AES-Sul e RGE. A base de dados do SSC possui mais de 30.000 pontos.

Devido às ampliações autorizadas à CEEE-GT, em 2009 foram adequados os Sistemas de Supervisão e Controle, incluindo análise de projetos, testes de fábrica, comissionamento, bases de dados dos Centros, com a instalação de novas Unidades Terminais Remotas - UTR, das seguintes subestações: Lajeado 2, Santa Cruz 1, Porto Alegre 9, Polo Petroquímico, Livramento 2 e Castertech. Nas subestações Porto Alegre 9 e Polo Petroquímico foram ampliadas as UTR existentes, que haviam sido instaladas recentemente no âmbito do projeto Sistema Nacional de Controlabilidade e Observabilidade – SINOCON.

Foram elaboradas as especificações técnicas dos sistemas de supervisão e controle para todas as ampliações a serem contratadas pela Divisão de Expansão da Transmissão.

Foi substituída a UTR da SE Jacuí, a um custo muito baixo, por uma nova e com várias funcionalidades, visto que a existente já estava em operação há mais de 30 anos.

Houve a participação da área de Supervisão e Controle na análise de projetos e em reuniões técnicas referentes às ampliações das subestações Guaíba 2, Garibaldi 1, Gravataí 3, Santa Marta, Guarita, Scharlau, Campo Bom, Maçambará e Missões. Também houve a participação na análise de projetos e de reuniões técnicas de obras de terceiros (acessantes) nas instalações da CEEE-GT, como: Perdigão, PUC, WTORRE, EDP (Parque eólico), ELETROSUL, entre outros.

Na área de automação de subestações, está sendo desenvolvido um projeto, juntamente com a Operação, de automatização da recomposição de subestações. O projeto está em fase de testes no laboratório do DAS e deve ser implantado nas SEs Nova Santa Rita, Guaíba 2 e Garibaldi 1.

Foi desenvolvido um *software* de aquisição de dados utilizando o protocolo IEC60870-5-104, para a integração de Interfaces Homem-Máquina - IHM locais (consoles de operação), rodando o supervisor próprio da CEEE-GT (Penguin), com Unidades Terminais Remotas. Este sistema já está em operação nas SEs Castertech, Livramento 2, Quinta, Santa Cruz e Jacuí.

Ainda, no que tange aos Centros de Supervisão e Controle, foram desenvolvidas as seguintes atividades:



- Integração do Esquema de Controle de Emergência - 230kV ao SAGE do COS.
- Consolidação do desenvolvimento do Sistema Concentrador de Dados de subestações. Esse sistema está implantado nas subestações Jacuí, Lajeado 2 e Porto Alegre 13.
- Consolidação do desenvolvimento da IHM Penguin para subestações.
- Reforma com diversas melhorias nos centros de atendimento das subestações CIN, CAX2, TAQ e SMA3.
- Migração dos 2 enlaces de dados com o COSR-S para o novo *front-end* do comunicação SAGE implantado por aquele Operador.
- Integração dos dados de hidrologia do sistema Jacuí ao histórico do COS.
- Finalização das migrações das UTR's PAL9 (SINOCON) , CNA1 (UTR nova) e CTT (Telecomandada do CA CAX2).
- Alterações, a pedido do COS, nos *softwares* aplicativos: Contagem de Taps dos Transformadores, Histórico por Período, Carregamento dos Transformadores, Aplicativos do Telão.

Paralelamente às atividades de Engenharia e Projeto, foi executada a manutenção de todo o parque instalado de supervisão e controle, incluindo subestações, Centros de Atendimento e COS.

4.2.6. TELECOMUNICAÇÕES

Com o objetivo de melhor administrar as atividades e o atendimento de telecomunicações da CEEE-GT a área foi reestruturada.

As principais obras realizadas foram:

- Contrato de troca de fibra com a GVT para atender a comunicação de Santa Maria, Alegrete 2, Horto e Uruguaiana com fibra óptica;
- Conclusão da Interligação da fibra óptica para a SE Porto Alegre 13;
- Conclusão da infra-estrutura do Sistema de Rádio Comunicação para atendimento à SE Panambi, que após concluída, possibilitará tornar a subestação telecomandada;
- Projeto Piloto com a Secretaria de Ciência e Tecnologia que permitirá o atendimento das agências de Candiota, Piratini e Camaquã.
- Conclusão do Sistema de Rádio Comunicação entre as usinas PCHs do Sistema Jacuí e a administração em Salto do Jacuí. Atendendo as Usinas de Passo Real, Itaúba, Capigüi, Ernestina, Forquilha, Ijuizinho, Guarita e Ivaí, além das subestações de Guarita, Santa Rosa e Santa Marta.
- Início das obras para atender com comunicação digital as subestações de Scharlau, Maçambará e Uruguaiana, que atenderão a segunda etapa do acordo CEEE, Eletrosul, STE e SIEN.
- Restauração emergencial da comunicação dos prédios que demandaram tal atividade.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1. MARCA E IMAGEM



No setor elétrico há 67 anos, o Grupo CEEE agrega a sua marca valores que lhe conferem *status* de uma organização sólida, confiável e que presta relevantes serviços ao público de interesse.

A solidez e o reconhecimento da Marca são construídos ao longo do tempo, através da postura profissional e ética e, principalmente, em decorrência das ações positivas a ela associadas. Neste contexto, a Concessionária desenvolve, promove e apóia projetos, campanhas e eventos que reforçam os valores intrínsecos a sua Marca. Além disso, estimula, patrocina e participa de empreendimentos principalmente nas áreas energéticas, de responsabilidade social, científica, ambiental.

O Grupo CEEE tem a consciência da importância que seus empregados estejam mobilizados para que a gestão de Marca seja tratada com prioridade, pois entende que significa também a síntese dos valores da organização. A marca é, portanto, um elemento que não é efêmero, já que remete com mesmo poder ao passado, presente e futuro do Grupo CEEE.

Neste sentido, em 2009, dois fatos comprovam essa consciência:

- A pesquisa Marcas de Quem Decide, realizada desde 1999 pelo Jornal do Comércio e o Instituto QualiData, mostra, em 2009, o Grupo CEEE classificado em primeiro lugar na categoria Empresa de Energia. A Concessionária mantém essa liderança nos dois quesitos avaliados pela pesquisa: lembrança e preferência, com 45,4% e 42,5% respectivamente. Os dados desta edição foram coletados no período de 25 de novembro de 2008 a 25 de janeiro de 2009, através de entrevistas junto a 480 empresários, executivos e profissionais liberais, em mais de 40 dos principais municípios do Rio Grande do Sul, distribuídos em sete regiões de todo o Estado.
- Há 19 anos, a revista Amanhã realiza a pesquisa *Top of Mind*, que mede lembrança espontânea de marcas. A pesquisa dá mostras inequívocas de que o consumidor tende a lembrar de marcas que usa, deseja ou prefere. A amostra de 2009 foi escolhida a partir da técnica de amostragem aleatória, proporcional à população das regiões de Porto Alegre, Grande Porto Alegre e interior. O Grupo CEEE foi considerado a 4ª empresa pública mais eficiente no Top of Mind 2009.

5.2. PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO – P&D

Em conformidade com a Lei nº 9.991 e suas alterações, as Concessionárias devem investir um percentual da sua Receita Operacional Líquida - ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D. Este valor é repassado ao consumidor na conta de energia elétrica, através do item "Encargos Setoriais".

Os projetos de P&D do segmento Transmissão iniciaram no Ciclo 2003/2004, enquanto que no segmento de Geração somente a partir do Ciclo 2005/2006 e resultaram na execução de 25 projetos totalizando o montante de investimentos em R\$ 4,5 milhões.

Apresentamos a seguir os principais projetos de P&D em 2009:

Projeto	Perfil	Status
Estudos de Riscos das Radiações não Ionizantes medida e simulação de Campos Eletromagnéticos de Baixa Frequência	Delimitar os riscos das radiações não ionizantes nos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica. Estabelecer um laboratório, com equipamentos de metrologia de radiações não ionizantes, credenciado e capaz de estabelecer medidas	Em Andamento



propondo novas metodologias e planos de investigação no âmbito do segmento de Transmissão	comparativas com entidades internacionais das áreas.	
Definição de critérios de materiais <i>antifouling</i> para fazer frente a formação de incrustações (Mexilhão Dourado) em equipamentos de transporte e captação de água de usinas hidroelétricas	Definir critérios de materiais <i>antifouling</i> para fazer frente à formação de incrustações em equipamentos de transporte e captação de água das usinas hidroelétricas. Pretende-se assim, definir medidas de prevenção, materiais ou recobrimentos mais adequados para eliminar ou minimizar a ocorrência de incrustações de mexilhões dourados no sistema de geração hidroelétrica.	Em Andamento

5.3. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

A CEEE-GT, através de um contrato de cooperação com a CEEE-D, utilizou a Coordenadoria de Tecnologia de Informação - CTI como prestadora de serviços que, em 2009, a referida coordenadoria realizou diversas atividades, destacando como primordial o suporte integral ao Sistema Integrado de Gestão Empresarial (ERP) Synergia, que trabalha com questões Administrativas, Financeiras e Comerciais da CEEE-GT.

Para auxiliar o gerenciamento financeiro, foi desenvolvido e implementado o sistema de Planejamento e Controle Financeiro de Despesas – PCF. Com a implantação desta nova ferramenta gerencial, a CEEE-GT tem maior visibilidade dos compromissos/despesas a pagar, a curto e médio prazos, facilitando a gestão do caixa e minimizando inadimplências a fornecedores.

Além disso, a CEEE-GT procura a integração de diversas áreas (Operação, Manutenção, Telecom e Geração) através da aquisição e implementação do Sistema Integrado de Gerenciamento da Operação e Manutenção - SIGOM. Esse *software* possibilita o registro e gerenciamento de eventos do sistema elétrico (cadastro de dados, emissão de relatórios, etc.), além da emissão e controle de solicitações e ordem de serviços. Para a Geração, o sistema permite a gestão dos seus processos técnico-operacionais em tempo real, assim como emissão de relatórios de indicadores operacionais e de taxas de falhas, de registros históricos, da análise da informação, da gestão de materiais, de custos dos contratos entre outros. Já foi concluída sua implantação no Sistema Salto e na UHE Leonel de Moura Brizola, sendo que na seqüência será instalado nas UHE's de Passo Real, Itaúba e Dona Francisca.

Foram adquiridos, através de Registro de Preços, microcomputadores para uso dos empregados da CEEE-GT, com um investimento de R\$ 588,5 mil.

6. GESTÃO DE PESSOAS

6.1. RECURSOS HUMANOS

Com um total de 1.421 funcionários, a CEEE-GT consolidou, ao longo do ano de 2009, o projeto de Dimensionamento Quanti-Qualitativo de Pessoal baseado em atividades, que correlaciona a quantidade de empregados necessária à execução das atividades com a qualificação necessária para o exercício do trabalho, visando à otimização dos processos e resultados.

Parte destes funcionários foi selecionada e admitida pelo Concurso 2008, autorizado pela Resolução de Diretoria. Esse concurso abrangia 35 cargos dentre os diversos níveis de instrução,



além da possibilidade de manutenção dos respectivos cadastros reserva, num total de 1.120 candidatos aprovados. Até o final do exercício de 2009, já ocorreram 43 contratações.

Ao mesmo tempo, o Programa de Desligamento Incentivado - PDI destinou-se a contribuir para adequação dos recursos humanos às necessidades da Concessionária, bem como abrandar os efeitos sociais do desligamento de empregados, auxiliando no equilíbrio da maturidade profissional. O programa também teve o objetivo de atender àqueles empregados que por ventura ansiavam em buscar novas alternativas profissionais fora da Companhia ou novas perspectivas de vida, mas que, para isto, esperavam alguma definição, por parte da CEEE-GT, de uma política de desligamento que estabelecesse condições mais favoráveis a sua decisão. O programa teve adesão de 53 empregados, com investimento de R\$ 4,3 milhões, e previsão de retorno em menos de um ano.

De seu total de funcionários, em dezembro de 2009, a força de trabalho concentrava-se basicamente na Capital (45% - 637 empregados). Com relação ao Nível Educacional, mais de 60% dos empregados da CEEE-GT possuem Nível de Instrução maior que Ensino Médio (30% superior, 33% ensino médio técnico e 27% ensino médio), e apenas 10% possuem Ensino Fundamental ou menor Nível de Instrução.

O perfil ocupacional por carreira da CEEE-GT, correspondente ao encerramento do ano de 2009, pode ser verificado pelo quadro seguinte, com destaque para a carreira operacional, que corresponde a quase 50% do total de empregados.

CARREIRA	QTDE.	%
ADMINISTRATIVO	224	16%
OPERACIONAL	689	48%
SUPERIOR	272	19%
TÉCNICO	236	17%
TOTAL	1.421	100%

No ano de 2009 foi realizado o primeiro Censo CEEE-GT com o objetivo de identificar o perfil sociocultural dos empregados. Um dos objetivos deste trabalho foi atender a necessidade de apresentar no Relatório de Responsabilidade Socioambiental informações e indicadores que demonstrem como é promovida a valorização da diversidade e as ações que são adotadas em favor da inclusão e do respeito a segmentos com histórico de vulnerabilidade e desvantagens na sociedade brasileira. A partir desta pesquisa foi possível atualizar, assim como incluir novas informações no cadastro funcional do sistema corporativo. As informações obtidas com esta pesquisa servirão de subsídio para promoção de políticas de pessoal.

Em setembro de 2009, foi realizada a segunda Promoção do Plano de Cargos e Salários, onde ocorreram, simultaneamente, promoções por Merecimento e Desenvolvimento Profissional, que consiste na mudança de nível (Júnior, Pleno e Sênior). Do total de empregados, 50,25% foram promovidos por Desenvolvimento Profissional. Em consequência, a CEEE-GT passa a ter 30% de seus funcionários no nível Júnior, 53% como Pleno e 17% em nível Sênior. Além disso, 36% foram promovidos por Merecimento e apenas 13,75% não tiveram repercussão salarial.

6.2. BENEFÍCIOS

A CEEE-GT, como patrocinadora da Fundação CEEE de Seguridade Social ELETROCEEE, proporciona, a seus empregados, adesão ao Plano de Previdência CeeePrev, também com participação paritária nas contribuições. Em dezembro, 1.408 empregados vinculados à folha de pagamento da Concessionária eram participantes da CeeePrev, o que significou o repasse à Fundação, ao longo do ano, R\$ 6 milhões.

O Programa de Participação nos Resultados - PPR 2009 foi elaborado observando os indicadores estabelecidos no Acordo de Resultados para as Concessionárias do Grupo CEEE. Na apuração parcial referente ao primeiro semestre do ano, o resultado atingido pelo Grupo CEEE foi de



132,24% em relação às metas estabelecidas. O pagamento da 1ª parcela ocorreu em setembro de 2009 no montante total de R\$ 2,66 milhões, e o pagamento da 2ª parcela ocorrerá em março de 2010, desde que atingidas as metas fixadas.

Além disso, a CEEE-GT mantém convênios com planos de saúde. No exercício de 2009, a média dos empregados vinculados a algum dos planos de saúde credenciados na Companhia foi de 95,66% (1.347), totalizando um investimento de R\$ 3,8 milhões no corrente ano.

A CEEE-GT mantém negociações com nove sindicatos representativos da categoria econômica dos empregados, cuja database ocorre no mês de novembro.

6.3. SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

A CEEE-GT, buscando a melhoria da qualidade de seus serviços e a modernização dos equipamentos de segurança e saúde dos seus empregados, institucionalizou, no ano de 2009, a Política de Segurança.

Foram realizados ao longo do ano diversos cursos de segurança e saúde, destacando-se o de Operação de Subestação - OPESE, de Operação de Usina - OPUS, de Manutenção de Subestações Básico - MSEB, de Manutenção de Linhas de Transmissão - MLT, de Manutenção de Linhas de Transmissão Energizada - MLTE e de Manutenção de Linhas de Transmissão Energizada – Método ao Potencial. Na realização desses cursos, foram treinados 503 colaboradores, num total de 375 horas/aula referentes às disciplinas específicas de segurança e saúde, ministradas pelos profissionais da área.

A Concessionária esteve envolvida ativamente em Programas de Saúde como o Programa Empresa do Sorriso, com um total de 1.566 colaboradores atendidos, a Campanha de Vacinação contra a Gripe, com cerca de 700 colaboradores imunizados e a Prevenção da Gripe A H1N1.

Com relação aos indicadores de Segurança, que servem de subsídio para análise de Segurança, permitindo planejar ações de forma a prevenir acidentes de trabalho, a Taxa de Frequência - TF foi de 3,47 e a Taxa de Gravidade - TG foi de 66. O número de acidentes com afastamento, no ano de 2009, foi de 10, enquanto os acidentes sem afastamento totalizaram 11. Além disso, ocorreu o total de três acidentes de trajeto nesse período.

6.4. TREINAMENTO

Foram promovidos pelo centro de treinamento da Concessionária, o Centro Técnico de Aperfeiçoamento e Formação – CETAF, treinamentos em atendimento às necessidades específicas de cada Área, conforme as prioridades de desenvolvimento das competências, habilidades e atitudes identificadas.

No exercício corrente, a CEEE-GT investiu R\$ 654,86 mil em treinamentos, capacitando 1.073 empregados, num total superior a 65 mil horas.

Em função da necessidade de reposição de mão-de-obra, deu-se prioridade aos treinamentos com foco na formação de operadores de subestações e de linhas de transmissão.

7. SUSTENTABILIDADE

Em 2009, o trabalho do Grupo CEEE na área de responsabilidade social foi reconhecido pela ADVB/RS e pela Assembléia Legislativa do Estado.

O Top de Marketing ADVB/RS é um dos principais reconhecimentos do setor no Estado. Para conceder esta premiação as empresas vencedoras do Top 2009 foram selecionadas por um júri composto de 26 profissionais representantes do mercado, sendo avaliadas por critérios como: criatividade e inovação, estratégia de marketing, ferramenta de marketing e resultados obtidos. O



case apresentado pelo Grupo CEEE, Energia para Gerar Sustentabilidade ganhou o Prêmio Top Responsabilidade Social – Empresas Públicas e Privadas.

Já o Prêmio da Assembléia Legislativa – Responsabilidade Social, do qual o Grupo CEEE participa desde 2004, concedeu à CEEE-GT em 2009 o Certificado de Responsabilidade Social na categoria Entidades Governamentais.

7.1. AÇÕES CULTURAIS

- Processo de Patrocínio

Em 2009, foi aprovada pela Administração a Política de Patrocínio, que tem por objetivo a formalização do processo de seleção de projetos excluindo a subjetividade e permitindo um tratamento equânime e justo nas avaliações, de acordo com critérios específicos que atendam os objetivos da organização.

Durante o ano, a CEEE-GT patrocinou 112 projetos, num total de R\$ 3,9 milhões. Desse valor, aproximadamente 40% foi de incentivo direto, 2,5% pela Lei de Incentivo ao Esporte e 57,5% pela Lei Rouanet.

7.2. AÇÕES SOCIAIS

- Programa Ilumine Vidas - Programa de Voluntariado Corporativo do Grupo CEEE

O Ilumine Vidas - Programa de Voluntariado Corporativo do Grupo CEEE, aprovado em 12 de Maio de 2009 pela Administração, incentiva os empregados participantes do programa a atuarem nos projetos de responsabilidade socioambiental e ações arrecadatórias do Grupo CEEE, por meio da liberação de 4 horas/mês da carga horária mensal, sem qualquer prejuízo na remuneração.

Em 2009, 42 empregados da CEEE-GT, lotados em Porto Alegre, Canela, Salto do Jacuí, Santa Maria, Nova Santa Rita cadastraram-se no Ilumine Vidas, representado 3% do total de empregados desta Concessionária. As ações do programa estão inseridas em duas categorias: arrecadatórias e socioeducativas.

No ano de 2009, as ações arrecadatórias - destinadas a estabelecer processos de coleta de alimentos, agasalhos, livros, brinquedos ou outros materiais para atendimento de carências identificadas na área de abrangência da CEEE-GT - foram Dia do Idoso; Dia Nacional da Criança e Dia Nacional do Livro, Dia Internacional do Voluntário e Natal, conforme a tabela que segue:

DATA	DESCRIÇÃO DA DATA	MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA	RESULTADO DAS AÇÕES
18/9	Dia do Idoso	Porto Alegre Canela Jacuí Pelotas	Instituições de Abrigo de Idosos Total de voluntários envolvidos: 7 Total de horas de voluntariado: 28 horas Período da ação: de 01 a 21 de setembro de 2009 Total de itens arrecadados: 1.605
12/10 e 29/10	Dia da Criança e Dia Nacional do Livro	Porto Alegre Jacuí Santa Maria Nova Santa Rita	Escolas/Instituições de Assistência Social Total de voluntários envolvidos: 14 Total de horas de voluntariado: 56 h Período da ação: 01 a 31 de outubro de 2009 Total de itens arrecadados: 1.804



5/12	Dia Internacional do Voluntário	Porto Alegre	Porto Alegre: Visita a empresas estatais e órgãos públicos para divulgação do Ilumine Vidas; Pelotas: seminário de divulgação do Ilumine Vidas, realizado no auditório da GRS, para público interno e externo (empresas privadas e públicas); Total de voluntários envolvidos: 01 Total de horas de voluntariado: não computadas Período da ação: de 04 a 08 de dezembro de 2009
25/12	Natal	Porto Alegre Jacuí	Escolas/Instituições de Assistência Social Total de voluntários envolvidos: 48 Total de horas de voluntariado: 192 h Período da ação: 01 a 24 de dezembro de 2009 Total de itens arrecadados: 1.513

- Projeto Pescar

No dia 13 de julho de 2009 o Grupo CEEE inaugurou sua primeira Unidade do Projeto Pescar, oferecendo 17 vagas para jovens, entre 16 e 19 anos, para o Curso de Iniciação Profissional em Eletricidade. A Unidade Pescar - Grupo CEEE tem como objetivo geral ampliar a atuação da Concessionária em práticas de Responsabilidade Socioambiental, utilizando a tecnologia de educação social da Fundação Projeto Pescar, aliada as metas e estratégias de valorização empresarial. A ação, que busca auxiliar no desenvolvimento pessoal, da cidadania e na qualificação profissional em eletricidade predial desses jovens moradores da Vila Amazônia (Porto Alegre) foi promovida, em 2009, na Unidade Pescar CEEE (CETAF – Porto Alegre).

7.3. AÇÕES AMBIENTAIS

A CEEE-GT, através da Área de Geração, trata as questões socioambientais de forma clara, objetiva e continuada, de maneira a minimizar impactos ambientais negativos e potencializar impactos ambientais positivos decorrentes de suas atividades. A Área ambiental da Transmissão da Concessionária desenvolveu no decorrer de 2009, em seus empreendimentos, atividades diversas, tais como: programas ambientais de sensibilização ambiental, de controle de processos erosivos, de reposição florestal, monitoramento de sinalizadores de avifauna, bem como vistorias, elaboração de diagnósticos ambientais (incluindo avaliação arqueológica e aspectos bióticos), laudos técnicos, relatórios e licenciamento ambiental.

- Certificação Ambiental ISO14000

Em dezembro de 2008, foi obtida Certificação Ambiental da Usina Hidrelétrica de Canastra e da Sede da Divisão do Sistema Salto, com base na NBR ISO 14.001/2004, no mês de dezembro de 2009 obteve-se a renovação da certificação do Sistema de Gestão Ambiental pela ISO 14.001/2004.

A certificação ISO 14001 propiciou à área de Geração a oportunidade de revisar seus processos produtivos, identificando o uso de produtos potencialmente poluidores, os desperdícios e o aproveitamento de resíduos. Provocou a sistematização de ações, destacando-se os procedimentos de atendimento à legislação ambiental, atendimento às emergências e comunicação com públicos interessados.



- Programa Recicle

O Programa "Recicle CEEE", em vigor desde 2002, é responsável pela coleta seletiva do lixo seco e orgânico, bem como o recolhimento de pilhas e baterias de celulares nas dependências da Concessionária, sendo doados às comunidades carentes.

Este Programa é realizado de forma integrada entre as Concessionárias pertencentes ao Grupo CEEE e tem como principal parceiro o Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto – CEA, localizado ao lado da sede da CEEE-GT na Capital. Nesse ano foi doado às comunidades um total de 10,4 toneladas de resíduos, entre lixo seco e sucata de papéis.

- Reciclagem e descontaminação de lâmpadas e destinação de resíduos industriais

A CEEE-GT fez o descarte de aproximadamente 6.941 lâmpadas fluorescentes, vapor de mercúrio, vapor de sódio, eletrônicas compactas, incandescentes e mistas no geral, 138 kg de lâmpadas quebradas e 11m³ de resíduos industriais, contratando o transporte, descontaminação e reciclagem, atendendo a legislação ambiental vigente.

- Construção de Bacia de Contenção de Óleo em Berto Círio

Visando adequação às normas vigentes e preservação do meio ambiente, foram efetuadas obras de contenção para o óleo destinado à manutenção de transformadores, armazenados em tanques metálicos.

- Ecoarte

Municípios da área de concessão da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica receberam, em 2009, edições da oficina de Ecoarte. No total, foram 28 eventos, reunindo um público participante de 1.061 pessoas. Este projeto busca, através da arte – e utilizando materiais dos hortos florestais da Companhia - valorizar os conceitos ligados ao meio ambiente, como cuidados com a natureza e combate ao desperdício.

- Projeto SEMEAR

Através da manutenção e preservação das áreas correspondentes as faixas de servidão das linhas de transmissão das SE's do entorno do município de Cachoeirinha, o projeto visa apoiar e estimular o aproveitamento racional das áreas ociosas com o plantio de diversas espécies de hortaliças e lavouras, floricultura e plantio de ervas medicinais. Assim, oportuniza às populações do entorno dos empreendimentos a produção de alimentos, geração de renda e conscientização ambiental.

No ano de 2009, foi dada continuidade ao convênio firmado com a Prefeitura de Cachoeirinha para utilização dessas faixas.

Destacamos, ainda, algumas ações pontuais envolvendo Geração e Transmissão.

- No âmbito das áreas das Usinas Hidroelétricas - UHE, desenvolveram-se atividades do Programa de Educação Ambiental junto às escolas, com palestras, apresentações de vídeos, oficinas de Ecoarte, entrega de materiais educativos e de sensibilização ambiental. Estas atividades atingiram um público de 2.760 crianças e 120 professores. Em 2009 as usinas próprias da CEEE GT receberam visitação de cerca de 1.600 pessoas de diferentes municípios do RS, e de outros Estados;
- Em 2009 teve prosseguimento o Programa de Monitoramento da Fauna Íctica em todos os reservatórios da CEEE GT, conforme exigências da FEPAM, bem como o salvamento de peixes em paradas de máquinas e outras situações onde se fez necessária;



- O Programa de Repovoamento de Alevinos contemplou a soltura de 410.000 unidades de peixes das espécies Jundiá, Grumatã, Pintado e Traíra, que ocorreram nos seguintes reservatórios da CEEE GT: Passo Real, Itaúba, Maia Filho, João Amado, Santa Rosa, Ernestina, Capigui, Divisa, Blang e Saito. A soltura de alevinos foi devidamente autorizada pelo órgão ambiental. Estas atividades integram o Programa de Educação Ambiental da CEEE GT e contam sempre que possível com a participação de outros segmentos tais como Associação de Pescadores, ONG's, Batalhão Ambiental, Prefeituras e Secretarias de Meio Ambiente. Os alevinos são originários do Posto de Piscicultura da CEEE-GT, localizado junto à UHE Ernestina, no município de Tio Hugo;
- No decorrer de 2009, a CEEE-GT manteve a prestação dos serviços de consultoria ambiental junto a Companhia Energética Rio das Antas – CERAN, e de Coordenação Ambiental da UHE Dona Francisca;
- Houve o fornecimento de mudas de árvores nativas para viveiro municipal da Prefeitura de São Leopoldo-RS e Porto Alegre-RS como procedimento de compensação ambiental;
- Foram realizados estudos e elaboração de documentação para Obtenção de Licença de Operação para Capina Química de todas as áreas britadas das 60 Subestações da Área de Transmissão;
- Foram aprimorados os procedimentos relativos à proteção e prevenção de erosão e as diretrizes ambientais para instalação de linhas de transmissão;
- Destacam-se ainda, as ações para a liberação ambiental da construção da LT 230kV Ramal Santa Cruz e LT 230kV Ramal Lajeado, incluindo o monitoramento da obra e o resgate arqueológico.

Houve, ainda, a regularização das áreas de entornos de barragens das usinas hidrelétricas, que culminou com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica referente aos Planos de Uso e Ocupação do Solo no Entorno dos reservatórios, firmado entre Ministério Público Estadual, FAMURS, FEPAM e CEEE-GT.

8. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

A CEEE-GT em 2009 enfrentou vários desafios para oferecer ao seu mercado a excelência na prestação dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica.

O setor elétrico exige elevados investimentos das Concessionárias participantes, para atender o aumento da demanda por energia, decorrente das ascendentes taxas de crescimento da economia observadas nos últimos anos. Para tanto, tais empresas se utilizam de recursos de terceiros na alavancagem de seus negócios. A busca de melhores alternativas de financiamentos passa por pesquisa de fontes de recursos disponíveis nos mercados interno e externo, considerando inclusive as instituições públicas que fomentam as empresas do setor, destacando-se ELETROBRÁS e BNDES.

Neste sentido, salienta-se o andamento positivo do “Processo CRC – Conta de Resultados a Compensar”, que se encontra na fase de liquidação, bem como a antecipação de tutela obtida em sede de liminar na ação do REIDI – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, a qual permitiu a desoneração tributária para as empresas do setor elétrico na construção de obras de infraestrutura.”

8.1. INGRESSOS EXTRA-OPERACIONAIS



- Eletrobrás

No ano de 2009, ocorreu o ingresso de R\$ 13,4 milhões, referente a contratos de financiamento junto a ELETROBRÁS, relativo a obras de transmissão, com recursos da Reserva Global de Reversão – RGR.

Tal valor tem como objetivo atender um escopo de obras no montante de R\$ 122 milhões, pelo período de 2009 a 2011.

- Captações no Mercado

Em março de 2009, houve o ingresso de R\$ 200 milhões, referente à liquidação de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC, cuja estruturação iniciou-se em 2008. Os recursos estão vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e destinam-se a realização de obras de geração e transmissão de energia elétrica, com cronograma de encerramento em 2010, para a maioria dos projetos.

8.2. OUTROS FATOS RELEVANTES

Foi desenvolvido e implantado o Planejamento de Controle Financeiro de Despesas – PCF, o qual se destina a aperfeiçoar a gestão financeira dentro das práticas de realização orçamentária. Com a implantação desta nova ferramenta gerencial a Concessionária tem maior visibilidade dos compromissos/despesas a pagar a curto e médio prazo, facilitando a gestão do caixa, e minimizando inadimplências a fornecedores.

Foram aprovadas, também, as Diretrizes do Comitê Gestor do Acompanhamento da Realização Orçamentária, comitê este que tem como principal objetivo fazer o acompanhamento das realizações dos valores previstos e aprovados pela Diretoria no Orçamento de Custeio da Companhia, apontando as divergências que houver.

Em outubro de 2009, a Concessionária teve sua base acionária grupada na razão de 1000/1, atendendo orientação da BOVESPA, visando à unificação dos valores para facilitar a negociação dos papéis em bolsa.

A Concessionária realizou leilões de materiais inservíveis ou obsoletos, sucata de veículos, postes e cruzetas, o que permitiu a arrecadação de R\$ 933 mil, bem como foram adquiridos 14 veículos para compor a frota, investimento de R\$ 450 mil.

Na CEEE-GT, por força do resgate de alvarás junto ao Poder Judiciário, o ano de 2009 foi encerrado com um montante de R\$ 6,7 milhões. Quanto aos valores das condenações da CEEE-GT, em virtude de conferência de cálculos apresentados pelos reclamantes, peritos ou das Secretarias das Varas, a Concessionária obteve uma redução de R\$ 7,9 milhões. Em 2009, foram encerradas 211 reclamationárias da CEEE-GT, o que também repercutiu positivamente nos valores de provisionamento, com redução do chamado "passivo trabalhista".

Igualmente em 2009, a CEEE-GT implementou a constituição de apólices de seguros judiciais dadas em garantias em litígios em andamento, em substituição a depósitos em espécie, gerando benefícios ao seu caixa, pois evitou inúmeros desembolsos.



9. BALANÇO SOCIAL

Balanço Social

1 - BASE DE CÁLCULO	Dezembro 2009 (valor em mil R\$)			Dezembro 2008 (valor em mil R\$) Reclassificado		
Receita líquida (RL)	671.096			605.551		
Resultado operacional (RO)	1.523.632			161.492		
Folha de pagamento bruta (FPB)	174.057			149.034		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais Compulsórios	26.582	15%	4%	21.689	15%	4%
Saúde	174	0%	0%	240	0%	0%
Medicina e Segurança	703	0%	0%	537	0%	0%
Educação	951	1%	0%	819	1%	0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	548	0%	0%	936	1%	0%
Benefícios	43.755	29%	7%	32.775	22%	5%
Alimentação	8.251	6%	1%	7.753	5%	1%
Creches ou Auxílio-Creche	706	0%	0%	859	1%	0%
Previdência privada	31.028	21%	5%	20.729	14%	3%
Plano de Saúde	3.770	3%	1%	3.434	2%	1%
Participação nos Lucros ou Resultados	5.296	4%	1%	4.317	3%	1%
Inclusão Social	56	0%	0%	50	0%	0%
Outros	1.272	1%	0%	1.227	1%	0%
Produtividade	910	1%	0%	829	1%	0%
Vale Transporte - Excedente	362	0%	0%	398	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	78.337	53%	13%	62.590	42%	10%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	693	0%	0%	297	0%	0%
Cultura	3.180	0%	1%	3.323	2%	1%
Inclusão Social	204	0%	0%	194	0%	0%
Ação Social	3	0%	0%	7	0%	0%
Outros	0	0%	0%	37	0%	0%
Total das contribuições para a sociedade	4.080	3%	1%	3.828	2%	1%
Tributos (excluídos encargos sociais)	49.945	31%	8%	48.255	30%	8%
Total - Indicadores sociais externos	64.025	33%	9%	52.083	32%	9%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Indicador Ambiental	160	0%	0%	319	0%	0%
Educação	91	0%	0%	22	0%	0%
Estudo	59	0%	0%	200	0%	0%
Gestão	419	0%	0%	196	0%	0%
Resíduos	42	0%	0%	13	0%	0%
ISO 14.001	58	0%	0%	11	0%	0%
Sócio Patrimonial e Ambiental	265	0%	0%	170	0%	0%
Outros	54	0%	0%	2	0%	0%
Institucional	51	0%	0%	6	0%	0%
Programas Ambientais	2.538	2%	0%	2.264	1%	0%
Reforestamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Eficientização Energética	0	0%	0%	0	0%	0%
Reposição Reflorestal	0	0%	0%	0	0%	0%
Podas e Desmatamento	1.039	1%	0%	1.282	1%	0%
Monitoramento e Salvamento Avifauna	0	0%	0%	0	0%	0%
Reassentamentos - Remanej	722	0%	0%	722	0%	0%
Acompanhamento Técnico e Gerenciamento Ambiental	314	0%	0%	169	0%	0%
Outros	225	0%	0%	111	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	3.318	2%	1%	3.007	2%	0%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e sumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%			
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2009			2008		
Nº de empregados(as) ao final do período**	1.421			1.394		
Nº de admissões durante o período	107			96		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0			0		
Nº de estagiários(as)	139			124		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	572			592		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	243			240		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	19,29%			21,39%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa*	n.d			n.d		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	n.d			n.d		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	32			9		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	Em 2009			Em 2008		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	9,86			7,54		
Número total de acidentes de trabalho**	10			8		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) - Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) - Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da CBT	() incentivará e seguirá a CBT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da CBT	() incentivará e seguirá a CBT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(x) apoiará	(x) organizará e incentivará	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2009: R\$ 2.042.293			Em 2008: R\$ 618.394		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	4,88% governo	77,82% acionistas	19,09% colaboradores(as)	26,96% governo	20,04% acionistas	30,99% colaboradores(as)
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES	***Acidentes com perda de tempo			***Acidentes com afastamento		
Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo						
Escolaridade	Em 2009			Em 2008		
Graduados	433			417		
Graduandos	0			0		
Ensino Médio	850			825		
Ensino Médio Incompleto	0			0		
Ensino Fundamental	99			110		
Ensino Fundamental Incompleto	38			41		
Não Alfabetizados	1			1		

*A CEEE não considera distúrbios físicos
**Acidentes com perda de tempo
***Acidentes com afastamento
Para fim de demonstração, as receitas e despesas não operacionais estão somadas as receitas e despesas operacionais, conforme determina a Lei 6.404/76 e suas alterações.



10. RESULTADO DO EXERCÍCIO

A CEEE - GT apresentou resultado superavitário no encerramento do exercício de 2009. O Lucro Líquido apurado foi de R\$ 1.589,3 milhões, representando um aumento no resultado do exercício de 1.465,4 milhões, comparado com o mesmo período do ano anterior que foi de 123,9 milhões positivos. Os fatores relevantes que contribuíram para o resultado foram os seguintes:

- Reconhecimento da Conta de Resultado a Compensar - CRC em suas demonstrações contábeis, cujo direito foi obtido através de ação judicial transitado em julgado;
- Aumento da Receita Operacional da Concessionária em aproximadamente 9%, influenciada principalmente pelo suprimento de energia elétrica no ambiente regulado e de contratação livre, através de contratos bilaterais com comercializadores e consumidores livres, na geradora, e pela receita com transporte de energia em virtude do ingresso de novas obras;
- Resultado positivo de Equivalência Patrimonial referente a Participação Societária, principalmente, nas empresas CERAN e ENERCAN;
- Aumento no resultado financeiro devido a valorização do Real frente ao Dólar, sendo este o indexador de parte da dívida da Concessionária.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) apresentou um aumento significativo em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme demonstrado a seguir:

Demonstrativo do Cálculo do EBITDA	2009	2008 *
Receita Operacional Líquida - ROL	571.053	538.531
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(285.534)	(257.594)
Despesas Operacionais	(236.631)	(102.909)
(-) Despesas com vendas	(175)	13.134
(-) Despesas gerais e administrativas	(46.408)	(84.189)
(-) Outras despesas operacionais	(160.048)	(90.960)
Outras Receitas/Despesas	1.373.529	(13.032)
Resultado da Atividade ou EBIT	1.552.480	222.855
(+) Depreciação/Amortização	62.235	60.979
EBITDA	1.614.715	283.834
Margem EBITDA	240,61%	48,87%

* Reclassificado.



Dados Econômico-Financeiros	2009	2008**
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	671.096	605.551
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	671.096	605.551
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício (R\$ mil)	1.589.217	123.896
Ativo Total (R\$ mil)	3.461.289	1.790.534
Número de Ações	387.230	387.230
Colação Unitária da Ação - UNI (R\$ por lote de mil)	2,10	1,31
Colação Unitária da Ação - PNA (R\$ por lote de mil)	2,10	1,31
Indicadores		
Margem Operacional (%)	240,61	46,87
LAJIDA Margem (%)	240,61	46,87
Despesa de Pessoal e Serv. de Terceiros / Receita Oper. Líquida (%)		
Mercado		
Energia Vendida - MWh	3.874.629	3.882.259

* Em 2009 foi realizado o grupamento de ações na proporção de 1000 por 1.

** 2008 reclassificado.

11. AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM n.º 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da BDO Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2008 no valor de R\$ 124,9 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12 meses a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitados ao máximo de 60 meses.

O referido contrato foi aditado, prorrogando o prazo contratual por mais 12 meses, a contar do dia 10 de abril de 2009. Em 22 de setembro de 2009, houve um novo aditamento ao contrato, a fim de capacitar os profissionais da Concessionária para a implantação das Normas Internacionais de Contabilidade. O prazo de execução dos serviços é de 358 horas, no valor de R\$ 31,2 mil. Em decorrência do acréscimo mencionado anteriormente, para efeitos legais, é dado ao presente contrato o valor de R\$ 163,7 mil.

A BDO Auditores Independentes possui contratos para a prestação de serviços de auditoria externa com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (no valor de R\$ 163,7 mil) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR (no valor de R\$ 10,8 mil), que são concessionárias e empresas resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

A política da CEEE-GT na contratação de bens e serviços é elaborada através de licitação pública e quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preserva a independência do auditor.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item n.º 1.2.10.6 m.2 da Resolução n.º 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

AGRADECIMENTOS

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, através de sua Diretoria, agradece a todos os seus consumidores pela confiança depositada na Concessionária e pela satisfação manifestada com a prestação de seus serviços.

Agradecemos aos empregados da CEEE-GT, fundamentais no dia-a-dia e, principalmente, aos esforços por eles prestados na reorganização e no fortalecimento da Concessionária, bem como o apoio dispensado pelos colegas da CEEE-D. Também aos nossos parceiros e fornecedores, por



auxiliarem na melhoria de nosso desempenho e na ampliação da nossa capacidade de atendimento ao mercado.

Aos nossos acionistas, em especial a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par e a ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A., agradecemos pelo incentivo e auxílio oferecidos à atual Gestão.

Ao Conselho de Administração, por orientarem e compartilharem nas decisões dessa Concessionária. Ao Conselho Fiscal, pelas judiciosas ações e manifestações.

À Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ao Operador Nacional do Sistema - ONS e à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE agradecemos pelo apoio setorial dispensado à CEEE-GT, bem como aos demais organismos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, às Autoridades Constituídas e às Instituições Bancárias, sempre presentes frente ao apoio necessário.

Às demais empresas do setor, em especial às geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia elétrica, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul e na Região Sul, bem como às cooperativas gaúchas de eletrificação rural, o agradecimento pela ação coordenada e pelo trabalho em comum realizado, assegurando a operação e expansão do sistema, transmitindo assim a tranquilidade necessária aos consumidores e à sociedade.

Agradecimentos ao Ministério de Minas e Energia, pela deferência e atenção aos nossos pleitos que foram encaminhados no decorrer do ano.

Ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul expressamos um especial agradecimento, pela confiança, orientação e decisivo apoio a todas as atividades dessa Concessionária.

Enfim, agradecemos a toda população gaúcha pelo reconhecimento e contribuição decisiva prestada a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, promovendo dessa forma o desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Porto Alegre, 01 de março de 2010.


SÉRGIO CAMPS DE MORAIS
Diretor Presidente


CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA
Diretor


SERGIO TADEU LADNIUK
Diretor até 08 de fevereiro de 2010


SÉRGIO SOUZA DIAS
Diretor


ROGÉRIO SELE DA SILVA
Diretor


JOSÉ FRANCISCO PEREIRA BRAGA
Diretor


SÍLVIO MARQUES DIAS NETO
Diretor



Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial

Para exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2009	2008		Nota Explicativa	2009	2008
			Reclassificado				Reclassificado
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Numerário Disponível	4.1	3.046	4.844	Fornecedores	6.1	33.025	40.790
Aplicações Financeiras	4.1	29.920	55	Folha de Pagamento - Consignações	6.2	8.946	7.581
Concessionárias e Permissionárias	4.2	90.603	81.100	Provisão para Dividendos	8.1	49.726	-
Títulos de Crédito a Receber	4.3	453	524	Tributos e Contribuições Sociais	6.3	11.600	18.152
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.4	(1.402)	(1.227)	Empréstimos e Financiamentos e Encargos de Dívidas	7.2	111.090	142.268
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	4.5	13.254	2.784	Plano de Benefícios Previdenciais Complementares	6.4	64.267	61.938
Estoque	4.6	6.338	6.012	Passivo Regulatório	6.5	8.778	14.428
Outros Créditos a Receber	4.7	27.166	16.386	Obrigações Estimadas	6.6	14.245	12.962
Despesas Pagas Antecipadamente	4.8	911	671	Encargos do Consumidor a Recolher (RGR/CCC/CDE)	6.7	6.276	16.562
		170.290	111.149	Encargos Parcelados	6.8	17.585	9.868
				Provisão para Contingências	6.9	70.154	56.493
				Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	6.10	7.050	9.646
				Outros Passivos	6.11	66.463	66.443
						469.207	457.131
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Comercialização de Energia na CCEE	5.1	65.777	65.136	Empréstimos e Financiamentos	7.2	356.145	240.827
Títulos de Crédito a Receber	4.3	806	1.114	Comercialização de Energia na CCEE	19.d	73.058	73.058
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	4.5	36.113	3.945	Encargos Parcelados	6.8	60.441	34.549
Aplicações Financeiras	4.1	5	5	Plano de Benefícios Previdenciais Complementares	6.4	343.645	337.217
Depósitos Vinculados a Litígios	5.2	6.007	7.140	Provisão para Contingências	6.9	113.616	144.798
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.3	183.865	103.326	Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	6.10	10.347	8.495
Outros Créditos a Receber	5.4	1.467.980	60.525	Outros Passivos	7.1	60.558	59.678
Bens e Direitos Destinados à Alienação	5.5	2.152	2.265			1.017.810	898.622
		1.782.695	243.456	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	8.1	588.447	588.447
INVESTIMENTOS				INVESTIMENTOS			
Participações Societárias Permanentes	5.6.a	289.355	245.188	Reserva de Incentivos Fiscais	8.1	1.376.430	-
Outros	5.6.d	75.362	76.782	Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	620	620
		364.717	321.970	Reserva de Lucros	8.1	8.775	-
IMOBILIZADO				IMOBILIZADO			
Em Serviço Líquido	5.7	963.519	975.156	Prejuízos Acumulados	-	-	(154.266)
Em Curso	5.7	143.827	103.841			1.974.272	434.781
		1.107.346	1.078.997				
INTANGÍVEIS				INTANGÍVEIS			
Em Serviço Líquido	5.7	28.162	26.578				
Em Curso	5.7	8.079	8.384				
		36.241	34.962				
TOTAL DO ATIVO		3.461.289	1.790.534	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.461.289	1.790.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do Resultado do Exercício

Para exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2009	2008 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL		773.526	706.424
Suprimento de Energia Elétrica	9.1.a	307.148	289.476
Disponibilização do Sistema de Transmissão	9.1.b	438.735	404.072
Energia Elétrica de Curto Prazo		16.842	4.954
Outras Receitas Operacionais		10.801	7.922
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		(102.430)	(100.873)
ICMS/ISS		(116)	(998)
PASEP e COFINS	9.2.a	(48.302)	(45.740)
Quota RGR		(17.355)	(20.086)
Outros Encargos		(7.021)	(4.323)
Subvenções CCC		(10.685)	(11.307)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(12.175)	(12.328)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT		(6.776)	(6.091)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		671.096	605.551
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(285.534)	(257.594)
Custo com Energia Elétrica		(36.982)	(38.839)
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	9.3.a	(1.737)	(5.438)
Encargo de Uso do Sistema		(35.245)	(33.401)
Custo de Operação	10	(248.552)	(218.755)
Pessoal e Administradores		(137.159)	(114.304)
Material		(9.667)	(6.711)
Serviço de Terceiros		(24.941)	(21.962)
Depreciação e Amortização		(61.801)	(60.500)
Outros		(14.984)	(15.278)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		385.562	347.957
Despesas Operacionais		(206.631)	(112.009)
Despesas com Vendas	10	(175)	13.134
Despesas Gerais e Administrativas	10	(46.408)	(34.183)
Outras Despesas Operacionais	10	(160.048)	(90.960)
Outras Receitas		1.378.958	1.727
Conta de Resultado a Compensar - CRC	11	1.376.430	-
Outras Receitas	11	2.528	1.727
Outras Despesas	11	(5.409)	(14.820)
RESULTADO DO SERVIÇO		1.552.480	222.855
Resultado de Participações Societárias		29.217	4.554
Receita/Despesa Financeira	12	(28.848)	(61.363)
Rendas de Aplicações Financeiras		7.976	834
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos		(21.236)	(42.783)
Encargos de Dívidas		(13.603)	(17.498)
Outras Receitas/Despesas Financeiras		(1.985)	(1.916)
LUCRO ANTES DO IR e CS		1.552.849	166.046
Imposto de Renda	13	27.259	(30.525)
Contribuição Social	13	9.109	(11.625)
TOTAL DE DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		36.368	(42.150)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.589.217	123.896
Lucro por lote de mil ações - R\$ (*)		4.104,07	0,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras
(*) vide nota explicativa nº 8.1



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
 (valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2007	588.447	-	620	-	(284.165)	304.902
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	123.896	123.896
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	5.983	5.983
Saldos em 31/12/2008.....	588.447	-	620	-	(154.286)	434.781
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.589.217	1.589.217
Destinação do Resultado:						
Reserva Legal	-	-	-	2.925	(2.925)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	5.850	(5.850)	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	1.376.430	-	-	(1.376.430)	-
Proposta de Dividendos	-	-	-	-	(49.726)	(49.726)
Saldos em 31/12/2009	588.447	1.376.430	620	8.775	-	1.974.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(valores expressos em milhares de Reais)

	2009	2008 <small>Reclassificado</small>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	1.589.217	123.896
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa		
Variáveis Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	14.056	26.813
Variáveis Monetárias e Cambiais do Passivo Não Circulante	65.596	7.632
Provisão para Desvalorização e Depreciação de Investimentos	1.606	285
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	62.235	60.979
Resultado de Equivalência Patrimonial	(29.217)	(4.554)
Constituição de Provisões para Contingências e Outras	(11.109)	(52.295)
Constituição de Provisão Ex-Autárquicos	60.292	66.606
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	175	(372)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(80.529)	-
Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	7.828	11.629
Apropriação de Créditos da Conta de Resultado a Compensar	(1.376.430)	-
GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA	303.720	240.619
Variáveis no Ativo Circulante e Não Circulante	(75.633)	12.647
Concessionárias e Permissionárias	(9.503)	(7.462)
Títulos de Crédito a Receber	379	(1.143)
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	(42.609)	5.895
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	-	8.111
Estoques	(440)	5.088
Outros Créditos a Receber	(23.825)	4.467
Despesas Pagas Antecipadamente	(240)	(78)
Comercialização de Energia na CCEE	(641)	(1.026)
Depósitos Vinculados a Litígios	1.133	(2.026)
Bens e Direitos Destinados à Alienação	113	821
Variáveis no Passivo Circulante e Não Circulante	(117.409)	(63.293)
Fornecedores	(7.765)	11.626
Folha de Pagamento - Consignações	1.367	1.340
Provisão para Dividendos	49.726	-
Tributos e Contribuições Sociais	(6.552)	5.583
Plano de Benefícios Previdenciais Complementares	(66.238)	(72.191)
Obrigações Estimadas	1.283	1.858
Encargos do Consumidor a Recolher (RGR/CCC/CDE)	(10.286)	(3.720)
Encargos Parcelados	(28.331)	(6.781)
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	(744)	4.604
Provisão para Contingências	5.359	(1.014)
Outros Passivos	(5.502)	(10.581)
Provisão para Dividendos	(49.726)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores - Lei 11.638/07	-	5.983
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA	110.678	189.973
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa Líquido Aplicado em Investimentos	(114.745)	(111.274)
Aumento de Investimentos	(21.730)	(45.125)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(91.472)	(63.690)
Aquisição de Ativo Intangível	(1.543)	(2.459)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa Líquido Aplicado em Financiamentos	32.134	(107.270)
Incremento de Empréstimos e Financiamentos	233.365	39.515
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos e Encargos de Dívidas	(163.281)	(150.129)
Obrigações Especiais - Contribuição do Consumidor	30	3.344
Empréstimos - Partes Relacionadas	(37.980)	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	28.067	(28.571)
Saldo Inicial de Caixa e Aplicações Financeiras	4.899	33.470
Saldo Final de Caixa e Aplicações Financeiras	32.966	4.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do Valor Adicionado

Para exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(valores expressos em milhares de Reais)

	2009		2008	
RECEITAS				
Suprimento de Energia e Serviços	773.526		706.424	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(175)		372	
Outras Receitas e Despesas	1.373.549		(13.093)	
(-) INSUMOS	(125.322)		(98.413)	
Material	(9.667)		(6.711)	
Serviços de Terceiros	(24.941)		(21.962)	
Custo de Energia Comprada	(36.982)		(38.839)	
Outros Custos Operacionais	(6.752)		(4.959)	
Outras Despesas Operacionais	(46.980)		(25.942)	
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	2.021.578		595.290	
(-) Depreciação e Amortização	(62.235)		(60.979)	
(-) Provisões	(42.181)		14.289	
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.917.162		548.600	
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	29.217		4.554	
(+) Receitas Financeiras	95.914		65.240	
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.042.293	%	618.394	%
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal, Administradores e Contribuição Fundo de Pensão	226.395	11,09	191.655	30,99
Remuneração Direta	88.048	4,32	57.901	9,36
Benefícios	13.527	0,66	13.210	2,14
Plano de Benefícios Previdenciais	48.556	2,38	32.484	5,25
Compromissos Previdenciais	68.803	3,36	82.005	13,26
F.G.T.S.	7.461	0,37	6.055	0,98
Impostos, Taxas, Encargos e Contribuições	93.556	4,58	165.799	26,81
Federais	91.616	4,49	162.958	26,35
Estaduais	260	0,01	1.206	0,20
Municipais	1.680	0,07	1.635	0,26
Remuneração de Capitais de Terceiros	133.125	6,52	137.044	22,15
Aluguéis	8.364	0,41	10.441	1,69
Despesas Financeiras	124.761	6,11	126.603	20,46
Remuneração de Capitais Próprios	1.589.217	77,82	123.896	20,04
Lucro Líquido do Exercício	1.589.217	77,82	123.896	20,04
TOTAL	2.042.293		618.394	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
 (Valores em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade anônima de capital aberto, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-PAR, que detém 65,92% do seu capital total. São objetos da Concessionária: a) projetar, construir e explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; b) a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; c) a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

A alteração do dispositivo constitucional que permitiu a CEEE a se adequar ao novo modelo, foi aprovada pela Emenda Constitucional nº 53, em 12 de setembro de 2006. Em 13 de setembro de 2006, foi aprovada a Lei nº 12.593 que permitiu a CEEE a promover a reestruturação societária.

Em vista disso, a Concessionária retomou o processo de reestruturação com prazo de cisão em 27 de novembro de 2006, o qual foi transferido à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D o patrimônio responsável pelas atividades de distribuição de energia elétrica, ficando as atividades de Geração e Transmissão de energia com a CEEE, que devido a suas novas atribuições teve sua denominação social alterada para Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT com funcionamento efetivo das Concessionárias segregadas a partir de 01 de dezembro de 2006, já operando como Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT.

A Cisão decorreu da desverticalização prevista no artigo 4º, §5º, da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, conforme alterado pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

1.1. Da Concessão

a) Concessão de Geração

O parque gerador da Concessionária é composto por 15 usinas hidrelétricas, agrupadas nos Sistemas Salto e Jacuí, totalizando uma potência própria instalada de 1.169,3 MW. A expansão da geração de energia elétrica vem agregando significativo incremento através da implantação de novos projetos em parcerias com outras empresas do setor.

Usina	Unidades	Entrada em Operação	Potência Instalada, conforme contrato de Concessão 25/2000 (MW)	Potência Instalada conforme Resolução ANEEL 407/2000 (MW)	Localização da Casa de Força	Término da Concessão
UHE Itaúba	4	1978	512,40	500,00	Pinhal Grande	30/12/21
UHE Gov. Leonel de Moura Brizola	6	1962	180,00	180,00	Salto do Jacuí	16/11/15
UHE Passo Real	2	1973	158,00	158,00	Salto do Jacuí	16/11/15
UHE Canastra	2	1956	44,80	42,50	Canela	07/07/15
PCH Bugres	1	1952	11,70	11,12	Canela	07/07/15
UHE Ernestina	1	1957	4,96	4,80	Tio Hugo	16/11/15
PCH Capigul	3	1933	4,47	3,76	Passo Fundo	16/11/15
PCH Guarilá	1	1953	1,76	1,76	Erval Seco	16/11/15
PCH Herval	2	1937	1,52	1,44	Santa Maria do Herval	16/11/15
PCH Santa Rosa	1	1955	1,53	1,40	Três de Maio	16/11/15
PCH Passo do Inferno	1	1948	1,49	1,33	São Francisco de Paula	16/11/15
PCH Forquilha	1	1950	1,12	1,00	Maximiliano de Almeida	16/11/15
PCH Toca	2	1929	1,00	1,088	São Francisco de Paula	07/07/15
PCH Juiuzinho	1	1950	1,12	1,00	Euqênio de Castro	16/11/15

b) Concessão de Transmissão

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém a maioria das concessões de linhas de transmissão e de subestações na tensão de 230 kV, disponibilizadas no Estado do Rio Grande do Sul para a rede básica do Sistema Interligado Nacional. Também possui a



concessão das instalações de conexão, em tensão menor ou igual a 138 kV, que são de uso exclusivo das empresas geradoras e distribuidoras de energia. Essas instalações viabilizam o suprimento de energia às concessionárias que atuam no Rio Grande do Sul, assim como aos consumidores livres, produtores independentes e a outras empresas de geração que atuam no Estado.

c) Concessão de Transmissão LT 230kV UTPM x Pelotas 3

Em 19 de dezembro de 2002, a CEEE assinou com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica, referente à linha LT 230kV UTPM x Pelotas 3, com prazo de vigência até 19/12/2032, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

d) Autorizações

Em 30 de setembro de 1999, através dos atos nº 4390 e 4391, publicados no Diário Oficial da União em 14 de outubro de 1999, a CEEE recebeu da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL autorização para exploração do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Circuito Especializado, em âmbito interior e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

e) Renovação das Concessões

Geração

Com exceção da Usina Hidrelétrica de Itaúba que possui prazo de concessão contratado até 2021 de acordo com a Portaria MME nº 278/99 o prazo de concessão das demais usinas hidrelétricas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, conforme o § 2º do art. 4º da Lei nº 9.074/95, encerra no ano de 2015, todavia o Contrato de Concessão de Geração de Energia Elétrica nº 25/00, assinado com o Poder Concedente em 05 de abril de 1999, prevê na sua subcláusula primeira da cláusula segunda:

“Para assegurar a continuidade e qualidade da exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e com base nos relatórios técnicos específicos, preparados pela fiscalização da ANEEL, o prazo das concessões poderá ser prorrogado pelo período máximo de até 20 (vinte anos), mediante requerimento da Concessionária. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas neste Contrato.”

Transmissão

A Concessão da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, conforme o § 3º do art. 4º da Lei nº 9.074/95, encerra no ano de 2015, todavia o Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 55/01, assinado com o Poder Concedente em 01 de outubro de 2001, prevê na sua subcláusula primeira da cláusula décima segunda:

“Para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público de transmissão e com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, o prazo da concessão estabelecido no caput desta Cláusula poderá ser prorrogado pelo período de até 20 (vinte anos), mediante requerimento da Transmissora ao Poder Concedente. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas neste Contrato.”

Existem ainda indefinições sobre os Contratos de Concessão de Geração e Transmissão que vencem entre 2015 e 2031.

1.2. Atividades Não Vinculadas à Concessão



A Concessionária possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e legislação específica aplicada às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Concessionária adota a Lei nº 6.404/76 e suas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, que modificou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. A referida lei visou, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das Normas Internacionais de Contabilidade. A Concessionária adotou integralmente o Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, o qual trata do encerramento do Exercício Social 2009.

Em 03.12.2008, foi editada a Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941 de 27/05/2009, a qual introduziu algumas alterações à legislação societária, Lei n.º 6.404/76, e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, pelo qual foi prevista a possibilidade da neutralidade tributária no biênio 2008/2009 sobre os ajustes contábeis decorrentes da adoção das alterações efetuadas pela Lei nº 11.638/07.

No decorrer do exercício de 2009 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu e a Comissão de Valores Mobiliários – CVM aprovou diversos pronunciamentos contábeis alinhados com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 com aplicação retroativa a 2009 para fins de comparabilidade.

Devido aos diversos pronunciamentos técnicos emitidos e a complexidade dos mesmos, a concessionária encontra-se avaliando os impactos nas demonstrações financeiras, considerando-se que ainda existem indefinições não há possibilidade de avaliá-los e quantificá-los com segurança.

A autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal em 01 de março de 2010, conforme estabelece a Deliberação CVM 505, de 19 de junho de 2006.

a) Reclassificações

No Balanço Patrimonial foi reclassificado o saldo de Encargos de Dívidas de R\$ 1.782 relativo ao exercício de 2008 para a rubrica de Empréstimos, Financiamento e Encargos de Dívidas, a fim de manter a comparabilidade entre os dois exercícios apresentados.

Na Demonstração do Resultado do Exercício foram realizadas reclassificações em virtude da Concessionária ter adotado nova forma de apresentação das Outras Receitas e Outras Despesas, diante disso o exercício de 2008 foi reclassificado, transferindo valores da rubrica Outras Despesas Operacionais para Outras Receitas e Outras Despesas.

b) Comparabilidade

Em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante 2008, introduzidas pela Lei Nº 11.638/07 e Medida Provisória Nº 449/08 (convertida pela Lei nº 11.941/09), a Concessionária efetuou em dezembro de 2008 o reconhecimento de R\$ 5.983 referente a resultado de equivalência patrimonial relativa a exercícios anteriores, valor este que impactou o patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Práticas Contábeis Regulatórias e Específicas do Setor de Energia Elétrica



a) Plano de Contas

A Concessionária adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, e suas alterações subsequentes.

b) Custos Indiretos de Obras em Andamento

Parte dos gastos da administração central é mensalmente apropriada às imobilizações em curso de forma proporcional aos gastos com pessoal próprio e mão-de-obra de terceiros realizados em projetos de investimento.

c) Operações de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Concessionária, quando essas informações não estão disponíveis.

d) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Concessionária.

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado.

e) Questões Ambientais

Os gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, recuperação ou compensação dos impactos sócio-ambientais, na hipótese de ocorrerem, encontram-se registrados como Ativo Permanente ou Resultado, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Os projetos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONG's.

3.2. Práticas Contábeis Gerais

a) Numerário Disponível e Aplicações Financeiras

Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, que estão registradas aos respectivos valores de mercado.

b) Concessionárias e Permissionárias

Inclui os valores vencidos e a vencer referentes a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede até a data das demonstrações financeiras, apurados pelo regime de competência, bem como as vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme informações disponibilizadas pela CCEE.



c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Foi constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com concessionárias e permissionárias.

Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime contábil de competência.

d) Estoque

São valorados ao preço médio de aquisição e deduzidos das provisões para perdas, quando aplicável. Os estoques destinados à operação e manutenção estão classificados no ativo circulante e os destinados aos novos investimentos estão classificados no ativo imobilizado em curso.

e) Investimentos

Os investimentos em coligadas nos quais a companhia exerça influência significativa sobre a investida são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

f) Imobilizado

Em Serviço Líquido - Está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida da sua depreciação acumulada. A depreciação é calculada utilizando o método linear, com base no tempo de vida útil estimada do ativo conforme Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009 e práticas do setor no Brasil.

Em Curso – Corresponde aos custos incorridos nas obras e investimentos em andamento e inclui a capitalização dos juros e demais encargos financeiros relativos aos financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção dos ativos.

g) Intangíveis

Registrado em consonância com as disposições da Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, pelo custo de aquisição das faixas de servidões permanentes e softwares este último deduzido da amortização acumulada calculada conforme Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009 e práticas do setor no Brasil.

h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – “Impairment”

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a Concessionária aplica os procedimentos do Pronunciamento Contábil - CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos para apurar o valor recuperável dos ativos. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao resultado dos fluxos de caixa futuros descontados, antes dos impostos, derivados do uso contínuo do ativo até o final da concessão. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Concessionária reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment* ou deterioração) no resultado do período.

i) Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas

Os Empréstimos e Financiamentos estão atualizados com base nos índices estabelecidos contratualmente. Os juros são calculados considerando-se os dias incorridos até a data das demonstrações financeiras e incluídos na rubrica de encargos dívidas e os custos de Empréstimos e Financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de novos ativos são capitalizados até que estes estejam em condições de operação.



j) Plano de Benefícios e Compromissos Previdenciais Complementares

As obrigações futuras, estimadas com base na avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuários independentes, são registradas para cobrir os gastos com contribuições para o fundo de pensão dos funcionários, bem como com complementação de aposentadoria incentivada e de aposentados ex-autárquicos. O custo do serviço passado do plano de contribuição definida implantado em outubro de 2002 está sendo reconhecido no resultado no tempo remanescente de serviço dos empregados, conforme item 38 da NPC 26 do IBRACON, aprovada pela Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000.

k) Apuração de Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e Diferido

A provisão para imposto de renda foi calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 9%, calculada e contabilizada sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

A Concessionária fez adesão ao Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09. Com a referida opção, o contribuinte garante a neutralidade tributária, para fins de apuração do lucro real, sobre as modificações inseridas na Lei das sociedades por ações, 6.404/76, no tocante ao critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas, alterações essas trazidas pela Lei nº 11.638/07, bem como pela própria Lei nº 11.941/09.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre provisões temporariamente não dedutíveis, controlados na Parte "B" do LALUR, estão apresentados no realizável a longo prazo e foram classificados de acordo com a expectativa de sua realização.

m) Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

n) Provisão para Contingências

Estão registradas até a data do Balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na nota explicativa. 6.9.

o) Uso das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Concessionária faça estimativas e adote premissas que de fato afetem os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas bem como sua respectiva divulgação nas demonstrações financeiras. Os resultados concretos desses fatos podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, provisão para contingências, imposto de renda, premissas de plano de aposentadoria e



benefícios pós-emprego e transações envolvendo a compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que são reconhecidas com base nas estimativas, sendo que o faturamento e liquidação final estão sujeitos a revisão dos participantes da CCEE.

4. ATIVO CIRCULANTE

4.1. Numerário Disponível e Aplicações Financeiras

Os saldos compõem-se de:

Descrição / Banco	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	2009	2008
Numerário Disponível	Circulante			3.046	4.844
SIAC / BANRISUL	Circulante	Diário	SELIC OVER	29.920	55
Aplicações Financeiras	Circulante	(Vide Nota Explicativa 15.a)		29.920	55
Total Numerário Disponível/Aplicações Financeiras				32.966	4.899
SIAC Especial / BANRISUL	Não Circulante	Diário	SELIC	5	5
Aplicações Financeiras	Não Circulante	(Vide Nota Explicativa 15.a)		5	5

a) SIAC / BANRISUL

O valor de R\$ 29.920 (R\$ 55 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao valor aplicado no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991. Estes valores foram repassados ao SIAC conforme contrato assinado entre a Concessionária e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 10 de outubro de 2008, denominado "Contrato de Repasse Temporário de Recursos Monetários Disponíveis". O saldo aplicado está sendo remunerado pela variação da taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

b) SIAC Especial / BANRISUL

O valor de R\$ 5 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2008) refere-se a remuneração sobre o principal já resgatado aplicado no Especial/BANRISUL - SIAC Sistema Integrado de Administração de Caixa instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991. Este saldo permanece aplicado, sendo remunerado com base na variação da taxa SELIC, sem liquidez imediata, visto que depende de dotação orçamentária por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

4.2. Concessionárias e Permissionárias

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Suprimento de Energia.....	34.437	32.270
Encargo de Uso da Rede.....	49.406	47.016
Energia de Curto Prazo - CCEE.....	6.760	1.814
	90.603	81.100

a) Energia de Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$ 6.760 (R\$ 1.814 em 31 de dezembro de 2008) refere-se à energia vendida no mercado de curto prazo, conforme informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, demonstrado na nota explicativa nº 19.d.



4.3. Títulos de Crédito a Receber

Os valores de R\$ 453 (R\$ 524 em 31 de dezembro de 2008) registrados no Ativo Circulante e R\$ 806 (R\$ 1.114 em 31 de dezembro de 2008), no Ativo não Circulante, referem-se a parcelamentos relativos à venda de ativos.

4.4. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R\$ 1.402 (R\$ 1.227 em 31 de dezembro de 2008) refere-se à provisão de recebíveis relativos a valores de concessionárias e permissionárias diversas, vencidos a mais de 3 meses.

4.5. Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
CIRCULANTE		
PASEP/COFINS a compensar.....	352	432
ICMS a compensar.....	2.479	968
IRPJ e CSLL a compensar.....	9.468	748
Outros Créditos a Compensar.....	955	636
	<u>13.254</u>	<u>2.784</u>
NÃO CIRCULANTE		
PASEP/COFINS a compensar	2.748	2.706
ICMS a compensar.....	4.566	1.239
IRPJ e CSLL a compensar.....	28.192	-
Outros Créditos a Compensar.....	607	-
	<u>36.113</u>	<u>3.945</u>

4.6. Estoque

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Estoque de Operação.....	6.948	6.618
(-) Provisão para Perdas.....	(609)	(606)
	<u>6.339</u>	<u>6.012</u>

Os saldos de estoque referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

4.7. Outros Créditos a Receber

Os saldos compõem-se de:



	2009	2008
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	1.676	1.017
Adiantamento a Fornecedores.....	87	130
Adiantamento a Empregados.....	1.762	1.502
Aluguel de Postes/ Serviços Prestados/Cedência de Funcionários.....	2.756	2.569
Fundo Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC.....	3.974	4.352
Empréstimo Compulsório ELETROBRÁS (Vide Nota Explicativa nº 15.b.II).....	-	1.347
Conta Gráfica (Vide Nota Explicativa nº 15.b.I).....	2.105	-
Outros Devedores.....	14.806	5.469
	27.166	16.386

a) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$ 1.676 (R\$ 1.017 em 31 de dezembro de 2008) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Concessionária, visando à geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características.

b) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC

O valor de R\$ 3.974 (R\$ 4.352 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao montante retido em excesso às parcelas liquidadas, permanecendo aplicado no Fundo para liquidação de parcelas futuras, avaliados pelo valor de custo.

c) Conta Gráfica

O valor de R\$ 2.105 refere-se aos saldos dos contratos de compartilhamento das atividades de Tecnologia da Informação e de atividades de Telecomunicações entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

4.8. Despesas Pagas Antecipadamente

O valor de R\$ 911 (R\$ 671 em 31 de dezembro de 2008), corresponde à apropriação das quotas de custeio PROINFA relativo às concessionárias do serviço público de transmissão que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações de Rede Básica do Sistema Interligado Nacional e às majorações de alíquota do PASEP e da COFINS introduzidas pelas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03. Com a Resolução Homologatória nº 843, de 25 de junho de 2009, foi ajustado o Ativo Regulatório de PASEP e da COFINS, sendo este amortizado na medida de sua inclusão na receita anual permitida do período.

5. ATIVO NÃO CIRCULANTE

5.1. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

O valor de R\$ 65.777 (R\$ 65.136 em 31 de dezembro de 2008) refere-se à Energia Vendida no Curto Prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme nota explicativa nº 19.d.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, em 31 de dezembro de 2009 atualizou os saldos registrados nas demonstrações financeiras e considerou as prováveis perdas decorrentes do suprimento de energia livre, face ao término do prazo de cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos da legislação vigente, conforme demonstrado:



	2009	2008
Saldo Inicial.....	65.136	64.110
Atualização.....	3.751	3.725
Recebimento.....	(8)	(178)
Perdas.....	(3.102)	(2.521)
Saldo Final.....	65.777	65.136

5.2. Depósitos Vinculados a Litígios

O valor de R\$ 6.007 (R\$ 7.140 em 31 de dezembro de 2008) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando o saldo das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide Nota Explicativa nº 6.9)

5.3. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Representam imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, controladas na Parte "B" do LALUR, cuja dedutibilidade ocorrerá através dos pagamentos efetivos, ou da reversão dessas provisões:

a) Base de Cálculo dos Créditos Fiscais Diferidos

	2009	2008
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56).....	298.473	283.708
Provisão para Contingências Trabalhistas.....	224.047	196.095
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis.....	16.864	20.048
Outras Provisões.....	1.364	1.198
Base de Cálculo.....	540.748	501.049
Alíquota Aplicável (IR e CS).....	34%	34%
Total do Crédito Fiscal a ser Diferido sobre Diferenças Temporárias.....	183.855	170.357
Parc. não realiz. no período de 10 anos, previsto na Inst. CVM 371/02.....	-	(67.031)
Saldo Contábil.....	183.855	103.326
Não Circulante	183.855	103.326
Imposto de Renda e Contribuição Social s/ Diferenças Temporárias	183.855	103.326

Com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 371 de 2002 a Concessionária reconheceu neste exercício de 2009 um incremento de R\$ 80.529 em seu ativo fiscal diferido referente a diferenças temporárias. A expectativa de realização deste ativo nos próximos 10 anos está a seguir demonstrada:

b) Estimativa de Realização dos Créditos Fiscais Diferidos



	Estimativa	
	% de Realização	R\$
Exercício de 2010	9,99%	18.367
Exercício de 2011	10,18%	18.716
Exercício de 2012.....	9,77%	17.963
Exercício de 2013	9,51%	17.485
Exercício de 2014	9,27%	17.043
Exercício de 2015 a 2016	17,86%	32.837
Exercício de 2017 a 2020	33,42%	61.444
	<u>100,00%</u>	<u>183.855</u>

A estimativa de realização dos créditos fiscais foi definida de acordo com as projeções elaboradas pela Concessionária, aprovadas pela Administração, tendo como principais premissas para a receita da Geração os contratos existentes em ambiente regulado e livre, além do aumento da capacidade de geração, assim como a reconstrução dos produtos existentes a preços maiores, no entanto, este estudo está sendo atualizado com o intuito de ajustar as premissas, considerando o impacto da crise do setor, bem como o prazo de concessão divulgado na nota explicativa 1.1., assim, somente após a sua conclusão, será possível mensurar os prováveis reflexos nas demonstrações financeiras da Concessionária.

Para a receita da Transmissão foram considerados valores relativos a receita permitida sobre as subestações e linhas de transmissão existentes, mais a receita de conexões da transmissão com a distribuição e a geração. Também foi considerada a diminuição da receita pela implementação da Parcela Variável a partir de maio de 2008 (Resolução ANEEL nº 270/2007).

c) Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais a Compensar e Bases de Cálculos Negativas da Contribuição Social

Em 31 de dezembro de 2009, a Concessionária apresentava saldo de prejuízos fiscais a compensar de R\$ 606.030 e base negativa de contribuição social de R\$ 101.883. Conforme a legislação vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício. Estes valores não têm prazo de prescrição e os respectivos créditos fiscais, nos montantes de R\$ 151.507 e R\$ 9.169, respectivamente, não estão registrados contabilmente.

5.4. Outros Créditos a Receber

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Fornecedores - Contrato 1000-1001/87.....	39.941	39.941
Quotas Subordinadas - FIDC (Vide Nota Explicativa nº 7.2.b).....	29.925	17.125
Contrato Mútuo (Vide Nota Explicativa nº 15.b).....	37.980	-
Contas de Resultado a Compensar - CRC	1.376.430	-
Outros.....	3.704	3.459
	<u>1.487.980</u>	<u>60.525</u>

a) Fornecedores – Contratos 1000-1001/87

Referem-se aos Contratos 1000/87 (Consórcio Sulino) e 1001/87 (Consórcio Conesul) que tratam do fornecimento de equipamento e materiais para instalação de seis subestações, cujas obras civis e montagens foram de responsabilidade da Concessionária e a construção de cinco subestações com fornecimento de equipamentos em empreitada global na modalidade *turn-key*. Estes contratos estão sendo questionados através de uma ação cível pública cujo objeto é a declaração de nulidade dos referidos contratos e a devolução dos valores pagos a maior, encontrando-se atualmente na fase de cálculo pericial. O valor de R\$ 39.941 refere-se as notas vinculadas a estes contratos, cujos



pagamentos foram suspensos à época em razão da ação judicial em andamento e está igualmente registrado no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 7.1.

b) Quotas Subordinadas – FIDC

O valor de R\$ 29.925 (R\$ 17.125 em 31 de dezembro de 2008) é referente à aquisição de Quotas Subordinadas do FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, sendo seu valor de mercado em dezembro de 2009 de R\$ 34.505.

c) Contrato de Mútuo

Em 29 de outubro de 2008, através do Despacho nº 3.984, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL anuiu à operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (mutuária) no valor de R\$ 50.000 com regramento contratual de devolução em 12 parcelas mensais, a partir de agosto de 2009 e juros com base no CDI. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 31 de janeiro de 2009 e o montante disponibilizado em 12 de março de 2009.

Posteriormente, em 23 de março de 2009, através do Despacho nº 1.045, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL anuiu nova operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (mutuária) no valor de R\$ 50.000 sob os mesmos regramentos do Contrato de Mútuo em vigência. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 25 de março de 2009, bem como o montante disponibilizado na mesma data.

Em 09 de julho de 2009, a mutuante recebeu o saldo total atualizado de R\$ 51.399, líquido de impostos, da mutuária, por meio de quitação antecipada, referente ao contrato de mútuo celebrado em 25 de março de 2009.

Em 04 de janeiro de 2010 foi efetuado o pagamento das parcelas 04/12 e 05/12, referente ao Contrato de Mútuo anuído em 29 de outubro de 2008.

d) Conta de Resultado a Compensar – CRC

Em Março de 1993, a Concessionária ingressou com Ação Ordinária contra a União Federal pleiteando o reconhecimento da Conta de Resultados a Compensar – CRC, cuja decisão favorável à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT transitou em julgado no âmbito do Supremo Tribunal Federal em 31 de março de 2009, caracterizando um direito não passível de questionamento.

Na referida decisão foi reconhecido o direito da Concessionária registrar como custo do serviço os valores relativos à complementação e suplementação de aposentadoria de seus empregados ex-autárquicos, com suas respectivas correções monetárias e juros moratórios dos exercícios de 1981 a 1993, para fins de ajustes na Conta de Resultados a Compensar – CRC e Reserva Nacional de Compensação e Remuneração – RENCOR.

A realização deste crédito será efetuada conforme o estabelecido na Lei Federal nº 8.631, de 4 de março de 1993, alterada pela Lei Federal nº 8.724, de 28 de outubro de 1993, ou seja, através da compensação de dívidas da Concessionária com a União, e o saldo com a autorização do Tesouro Nacional para compensação com tributos e/ou abatimento da dívida do Estado do Rio Grande do Sul. Em virtude da desverticalização, a Lei Estadual nº 12.593/06 concedeu ao Poder Executivo a possibilidade de adquirir, pelo seu valor de face, a título oneroso, os direitos da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE ou das empresas resultantes da reestruturação de que trata esta Lei, que sejam provenientes dos saldos credores da Conta de Resultados a Compensar – CRC.

O processo de liquidação da sentença por artigos encontra-se em andamento na Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual de Porto Alegre aguardando publicação da decisão proferida em 03 de novembro de 2009.

Concomitantemente ao trâmite da ação de liquidação de sentença por artigos, foi contratado perito contábil para quantificar os valores na forma prevista na Lei nº 8.631/93 (com as alterações da Lei nº 8.724/93), conforme determina Acórdão do STJ. O trabalho pericial apresentado quantificou o crédito em favor da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT no



montante de R\$ 1.376.430, correspondendo a 40 % do valor, conforme definido na Proposta de Justificação de Cisão. (Vide nota explicativa nº 8.1.c e 11.a)

5.5. Bens e Direitos Destinados à Alienação

O valor de R\$ 2.152 (R\$ 2.265 em 31 de dezembro de 2008), refere-se ao valor de custo dos imóveis que se encontram sem utilização pela Concessionária e que serão alienados.

5.6. Investimentos

a) Participações Societárias Permanentes

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	2009	2008
Machadinho Energética S/A - MAESA.....	23.533	23.458
Campos Novos Energia S/A - ENERCAN.....	44.775	37.085
Jaguari Energética S/A.....	1.241	1.341
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A - ETAU.....	6.162	4.457
Companhia Energética Rio das Antas - CERAN.....	155.400	142.092
Investimentos Avaliados pela Equivalência Patrimonial.....	231.111	208.433
Centrais Elétricas S/A - ELETROSUL.....	323	324
Foz do Chapecó Energia S/A.....	57.363	35.878
Transmissora Porto Alegre Ltda.....	4	-
Outras Empresas.....	554	553
Investimentos Avaliados pelo Custo	58.244	36.755
	289.355	245.188

b) Demonstração dos Investimentos Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial

Investidas	2009					
	MAESA	ENERCAN	JAGUARI	ETAU	CERAN	TOTAL
Capital Social.....	339.808	388.787	17.680	34.895	470.875	
Patrimônio Líquido.....	353.452	687.334	11.822	61.619	518.000	
Lucro do Exercício.....	1.131	154.798	51	17.047	58.176	
Participação no Capital Social.....	6,6580%	6,5141%	10,5034%	10,00%	30,00%	
Movimentação do Investimento						
Saldo em 31/12/08.....	23.458	37.085	1.341	4.457	142.092	208.433
Ajustes equivalência Patrimonial 2008 (*)	-	-	(104)	-	-	(104)
Resultado da Equivalência Patrimonial 2009.....	76	10.083	4	1.705	17.453	29.321
Dividendos.....	(1)	(2.393)	-	-	(4.145)	(6.539)
Saldo em 31/12/09	23.533	44.775	1.241	6.162	155.400	231.111

* Valor referente à diferença do reconhecimento do resultado de equivalência patrimonial de 2008 entre o balanço auditado e o provisório de 2008.

b.1) Machadinho Energética S/A – MAESA

Em julho de 1997 foi formalizado contrato de concessão entre o Empreendimento Machadinho, formado pela TRACTEBEL e Machadinho Energética S.A. – MAESA, e Poder Concedente para construção e exploração da UHE Machadinho com 1.140 MW de potência, cuja operação comercial iniciou em 2002.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT faz parte da MAESA, tendo aumentado sua participação societária em 2007 com a aquisição de parte das ações alienadas pela empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC.

Com esta aquisição, a participação da Concessionária na MAESA e por consequência no Empreendimento Machadinho passou a ser de 6,66% (5,86% anterior) e 5,53% (4,85% anterior) respectivamente, representando uma potência de 63 MW e energia garantida de 26,16 MW médios.



b.2) Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

Refere-se à participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S/A – ENERCAN, localizada no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no estado de Santa Catarina, através do contrato de concessão nº 43/2000, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A potência instalada corresponde a 880 MW, sendo que a 1ª unidade geradora passou a operar comercialmente em 03 de fevereiro de 2007, a 2ª unidade em 17 de fevereiro de 2007 e a 3ª unidade entrou em operação em 09 de maio de 2007.

b.3) Jaguari Energética S/A

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S/A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da Concessionária reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria o capital próprio da Concessionária caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Também em agosto de 2004 foi firmado contrato de empréstimo entre Guascor Serviços Ltda e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, no valor de R\$ 1.857 para integralização do capital social da Concessionária na investida. A Concessionária pagará a devedora através dos dividendos que terá direito do resultado da Jaguari Energética S/A.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Concessionária não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

b.4) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU

Em 18 de dezembro de 2002 a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU, firmou Contrato de Concessão 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à Linha de Transmissão Campos Novos, Lagoa Vermelha, Santa Marta 230 kV; a entrada em operação se deu em 17 de abril de 2005. A Concessionária tem participação de 10% na ETAU, sendo que o capital social correspondente foi integralizado com a emissão de notas promissórias “pro soluto”, as quais serão resgatadas mensalmente até a quitação de sua parcela no patrimônio do empreendimento, através do Contrato de Operação e Manutenção ETAU/CEEE-GT.

b.5) Companhia Energética Rio das Antas - CERAN

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas - CERAN, para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada corresponderá a 360 MW. Em 29 de dezembro de 2004, entrou em operação comercial a primeira das duas turbinas da Usina Hidrelétrica Monte Claro e em 29 de novembro de 2006 a segunda turbina com potência total instalada de 59 MW. Na UHE Castro Alves entrou em operação a primeira turbina em 04 de março, a segunda em 02 de abril e a terceira em 06 de junho de 2008. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial de fornecimento de energia referente à primeira unidade geradora em 25/12/2008 e a segunda unidade geradora em 13/03/2009.

c) Investimentos Avaliados pelo Custo

c.1) Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL



Refere-se à participação de 0,116% no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- ELETROSUL

c.2) Foz do Chapecó Energia S/A

Em 1º de março de 2007 a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a CPFL Geração de Energia S/A e a Chapecoense Geração S/A, assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S/A – FCE, sociedade por ações de propósito específico – SPE, com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S/A na concessão do UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S/A – FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL – 51%, CEEE-GT – 9% e Chapecoense – 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó no estado de Santa Catarina, e Alpestre no Rio Grande do Sul, corresponderá a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores, com previsão para o início da operação em agosto de 2010 para a 1ª unidade e março de 2011 para a última.

O BNDES aprovou financiamento para o empreendimento na ordem de R\$ 1,658 bilhão, cujo prazo de financiamento é de utilização e carência até 15 de setembro de 2011 e amortização em 192 meses. A Concessionária assinou o contrato na condição de interveniente na operação do financiamento e aportou capital em dezembro de 2007, no montante de R\$ 5,9 milhões, o qual já foi repassado através de empréstimo do Banco Bradesco diretamente a Foz do Chapecó Energia S/A.

c.3) Transmissora Porto Alegrense Ltda

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a PROCABLE Energia e Telecomunicações constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada TPAE - Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda. que venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante a construção, a montagem, a operação e manutenção do empreendimento Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre as partes, a Concessionária seria responsável pela Operação e Manutenção do Empreendimento, pelas Licenças Ambientais, revisões, acompanhamento técnico e fiscalização da obra e a PROCABLE seria responsável pela preparação do Projeto Básico e Executivo do Empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento. A Concessionária e a PROCABLE, em conjunto, seriam responsáveis pela estruturação e contratação do financiamento para implantação do Empreendimento.

Estima-se que ao final do Empreendimento o Capital Social deverá estar em torno de R\$ 17.500 e, considerando a estrutura de capital próprio na Transmissora Porto Alegrense de 35% (definida no Anexo VI do Contrato de Concessão com a ANEEL) e a sua participação de 20%, a Concessionária deverá realizar aportes de R\$ 3.500 mediante créditos que tem ou venha a ter com a TPAE.

d) Outros Investimentos

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Investimento em Recursos Florestais e Ambientais.....	4.647	4.916
Bens e Direitos p/Uso Futuro no Serv. Concedido e Bens de Renda.....	765	592
Empreendimento Dona Francisca.....	69.950	71.274
	75.362	76.782

d.1) Investimentos em Recursos Florestais e Ambientais



O valor de R\$ 4.647 (R\$ 4.916 em 31 de dezembro de 2008) contempla os investimentos no Centro Técnico de Aperfeiçoamento e Formação – CETAF, em Estação de Piscicultura onde são produzidos alevinos e peixes visando o repovoamento dos reservatórios da Concessionária de forma a manter um perfeito equilíbrio da fauna íctica existente e de Hortos de Proteção, normalmente localizados junto às usinas e no entorno de seus reservatórios, que visam à preservação das faixas ciliares, exigência legal dos órgãos ambientais e condição para obter as Licenças de Operação das Usinas da Empresa. Do total apresentado, R\$ 455 referem-se ao Centro Técnico de Aperfeiçoamento e Formação - CETAF o qual está vinculado a garantias ou penhoras em ações judiciais e parcelamento de impostos. Essas penhoras ou garantias referem-se principalmente ao PAES, conforme nota explicativa nº 6.8.a. e a ações trabalhistas e cíveis. Referidos bens não fazem parte da concessão e foram autorizados a serem vinculados a garantias pela ANEEL, conforme Ofício nº 835 SFF/ANEEL, de 26 de outubro de 2001.

d.2) Bens e Direitos para Uso Futuro no Serviço Concedido

O valor de R\$ 765 (R\$ 592 em 31 de dezembro de 2008) contempla os imóveis locados e os destinados à futura utilização pela Concessionária, no serviço concedido.

d.3.) Empreendimento Dona Francisca

O saldo de R\$ 69.950 (R\$ 71.274 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao investimento no Empreendimento Dona Francisca realizado na fase de implantação da obra, representado pelo valor do terreno de propriedade da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, infraestrutura de urbanização para sua viabilização, bem como as primeiras sondagens e fundações e outros gastos incorridos posteriormente, decorrentes principalmente de indenizações por desapropriação de áreas que foram alagadas. Através deste investimento a Concessionária obteve a participação sobre uma energia assegurada na Usina (80 MW médios) de 5% nos primeiros dez anos, 10% do décimo primeiro ao vigésimo ano e 15% a partir do vigésimo primeiro ano. A potência instalada da Usina é de 125 MW e a Concessionária comercializa a energia correspondente à sua participação. O direito de exploração hidrelétrica pertence à Concessionária, que é responsável pela operação da Usina, recebendo dos demais consorciados o reembolso dos custos pagos na proporção de suas participações no Empreendimento, amortizando o valor do investimento com o montante de energia elétrica recebido e comercializado.



5.7. Imobilizado e Intangíveis

a) Imobilizado

	2009			2008
	Txs Médias Anuais (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço				
Terrenos.....	0,0%	15.176	-	15.176
Barragens.....	2,4%	382.935	(346.940)	35.995
Edificações.....	4,0%	89.023	(68.693)	20.330
Máquinas e Equipamentos.....	2,8%	2.099.732	(1.208.148)	891.584
Veículos.....	20,0%	12.760	(9.293)	3.467
Móveis e Utensílios.....	9,9%	4.302	(3.787)	515
Subtotal em Serviço		2.603.928	(1.636.861)	967.067
Atividades não Vinculadas				
Máquinas e Equipamentos.....		1.579	(433)	1.146
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.....		(4.694)		(4.694)
Total em Serviço		2.600.813	(1.637.294)	963.519
Em Curso				
Máquinas e Equipamentos.....		90.726	-	90.726
Material em Estoque.....		11.411	-	11.411
Imobilizado em Curso - Outros.....		41.690	-	41.690
Subtotal em Curso		143.827	-	143.827
Total em Curso		143.827	-	143.827
Total Imobilizado Líquido		2.744.640	(1.637.294)	1.107.346

b) Intangíveis

	2009			2008
	Txs Médias Anuais (%)	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço				
Faixas de Servidão.....	0,0%	27.679	-	27.679
Direito de Uso de Softwares.....	20,0%	1.187	(704)	483
Subtotal em Serviço		28.866	(704)	28.162
Em Curso				
Faixas de Servidão.....		7.098	-	7.098
Direito de Uso de Softwares.....		981	-	981
Subtotal em Curso		8.079	-	8.079
Total Intangível		36.945	(704)	36.241

c) Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

De acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.10 item 4, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e a Instrução CVM nº 193, de 11/07/1996, os encargos financeiros sobre capital de terceiros aplicados em imobilizações em curso foram apropriados no resultado e transferidos para o imobilizado em curso, conforme demonstrativo abaixo:

	Geração		Transmissão		Total	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Encargos Financ. Contabil. no Resultado.....	3.462	4.447	10.151	13.090	13.613	17.537
(-) Transf. para o Imobilizado em Curso.....	-	-	(10)	(39)	(10)	(39)
Efeito Líquido no Resultado.....	3.462	4.447	10.141	13.051	13.603	17.498



d) Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção e transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

e) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

O montante de R\$ 4.694 (R\$ 4.665 em 31 de dezembro de 2008) refere-se, principalmente, ao recebimento em doação, no ano de 2003, dos ativos pertencentes a LT 230 KV Ramal Fibraplac e a Subestação Fibraplac, localizadas no município de Glorinha/RS. Em 2007 foram recebidos em doação pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, através de Termo de Transferência relativo aos equipamentos do projeto SINOCON, conforme Resoluções ANEEL nº 318/04 e nº 171/05, Unidades Terminais Remotas para diversas SE's.

f) Valor Recuperável dos Ativos

Os principais ativos tangíveis da Concessionária são Usinas Hidrelétricas, Linhas de Transmissão de 69Kv, 138Kv e 230Kv e Subestações. Desde 2008, esses ativos são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.

As revisões são efetuadas ao nível de Unidades Geradoras de Caixa, definidas por Contrato de Concessão para as quais a Concessionária consegue atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- Atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão;
- As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis/financeiras;
- Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Concessionária devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

A Concessionária apura anualmente o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa, considerando o disposto no item 21 do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos, e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.



g) Seguros

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram aqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará na possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. A Concessionária considerou como ativo sem cobertura de seguro aqueles em que, na ocorrência de sinistro, não comprometem a confiabilidade operacional e produtiva.

Um novo processo de licitação foi executado em dezembro de 2009 sendo a empresa TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A, vencedora.

Atualmente, o processo encontra-se na fase final de contratação.

6. PASSIVO CIRCULANTE

6.1. Fornecedores

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Encargos de Uso da Rede.....	3.900	3.886
Materiais e Serviços.....	13.205	19.511
Retenção Contratual.....	15.920	17.393
	<u>33.025</u>	<u>40.790</u>

6.2. Folha de Pagamento - Consignações

O valor de R\$ 8.948 (R\$ 7.581 em 31 de dezembro de 2008) refere-se a consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

6.3. Tributos e Contribuições Sociais

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	139
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.767	1.950
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.493	6.169
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS / PASEP	758	1.346
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.171	826
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.....	2.721	7.212
Outros.....	690	510
	<u>11.600</u>	<u>18.152</u>

6.4. Plano de Benefícios Previdenciais Complementares

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	2009	2008
CIRCULANTE			
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		9.898	7.917
Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE.....	15.f	3.070	3.443
Fundação ELETROCEEE Contr. 1254/95 Benef. Empregados.....	15.f	11.208	12.405
Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-autarquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA		40.091	38.173
		<u>64.267</u>	<u>61.938</u>



NÃO CIRCULANTE	Nota Explicativa	2009	2008
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		274	1.869
Fundação ELETROCEEE Contr. 1254/95 Benef. Empregados.....	15.f	84.989	92.349
Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-autarquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA		258.382	245.535
Ajuste Deliberação CVM 371/00 - Planos de Benefícios - CEEEPREV e PLANO ÚNICO.....		-	(2.536)
		<u>343.645</u>	<u>337.217</u>

a) Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Concessionária é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

b) Contribuição Patrocinadora – ELETROCEEE

A Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE refere-se às contribuições mensais da Patrocinadora relativas aos Planos de Benefícios denominados Plano Único e CEEEPREV e a Parcela de Reserva Amortizar CEEEPREV.

b.1) Plano de Benefício Definido

Trata-se de compromissos junto à Fundação ELETROCEEE do Plano de Benefício Definido denominado Plano Único.

b.2) Plano de Benefício de Contribuição Definida

O Plano CEEEPREV foi implantado em outubro de 2002 com a migração de 59% dos empregados participantes do Plano Único, tendo sido aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 08 de agosto de 2002. Para os participantes que migraram do Plano Único para o Plano CEEEPREV foram preservados os benefícios com direitos já acumulados no plano de origem de forma saldada.

c) Fundação ELETROCEEE Contrato 1254 – Benefícios aos Empregados

No total da obrigação atuarial está contemplado o montante do contrato com a ELETROCEEE nº SF 1254/95, referente ao contrato de confissão de dívida por contribuições não pagas, cuja renegociação foi efetuada em agosto 2003 de acordo com seu quinto termo aditivo cuja carência foi até dezembro 2004, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações de principal a partir de janeiro 2005, sendo seu término previsto para 31 de julho de 2018.

d) Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos–Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão refere-se ao compromisso da Concessionária com empregados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, por força da Lei Estadual nº 4.136/61, registrado conforme cálculo atuarial.



6.4.1 Política Contábil Adotada pela Patrocinadora no Reconhecimento de Ganhos e Perdas Atuariais

- Plano de Benefício denominado Plano Único, Compromissos Previdenciais CTP e Ex-Autárquicos – O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, conforme item 53 da Deliberação CVM 371/00.
- Plano de Benefício denominado CEEEPREV – Neste plano, o risco atuarial (benefícios menores que o esperado) e o risco de investimentos (ativos investidos e rendimento desses ativos serem insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são dos participantes do plano.
- A contabilização dos custos normais do CEEEPREV, pela Concessionária, é determinada pelos valores das contribuições de cada período ocorrido efetivamente, não existindo, assim, ganho ou perda atuarial. Dessa forma o reconhecimento é efetuado com base nas contribuições efetivamente realizadas no exercício.
- Com relação ao custo do serviço passado, esse é reconhecido pelo método de linha reta, despesa, pelo período de amortização da Provisão a Constituir junto ao Plano CEEEPREV. Quanto ao reconhecimento do ganho ou perda atuarial com relação a esse compromisso de serviço passado, esse (a) será totalmente reconhecido (a) no exercício.



6.4.2 Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Baseada no resultado da avaliação atuarial conduzida sob a responsabilidade de atuários independentes, a Empresa registrou provisão para contribuição adicional ao fundo de pensão. O custo do serviço passado do CEEEPREV – contribuição definida no montante de R\$ 158.160 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 171.432 em 31 de dezembro de 2008) está sendo reconhecido na Companhia no tempo remanescente de serviço dos empregados, estimado em 12 anos, conforme item 38 da Deliberação CVM 371/00.

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO	2009						2008					
	Plano único	CTP	EXA	Total	CEEEPREV	Total	Plano único	CTP	EXA	Total	CEEEPREV	Total
Valor presente da obrigação atuarial	765.475	8.512	330.990	1.104.977	1.057.740	2.162.717	544.301	18.236	200.930	763.466	1.015.348	1.778.814
Valor justo dos ativos do plano	(681.492)	-	-	(681.492)	(918.204)	(1.599.696)	(567.810)	-	-	(567.810)	(845.256)	(1.413.066)
Obrigações descobertas	83.983	8.512	330.990	423.485	139.536	563.021	(23.509)	18.236	200.930	195.657	170.092	365.749
Ganho (perda) atuarial a contabilizar conforme avaliação atuarial	(131.320)	1.660	(32.517)	(162.177)	-	(162.177)	7.542	(8.450)	82.777	81.869	-	81.869
Perda (ganho) atuarial contabilizados (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho (perda) atuarial líquida não reconhecida	(131.320)	1.660	(32.517)	(162.177)	-	(162.177)	7.542	(8.450)	82.777	81.869	-	81.869
Obrigações atuariais iniciais não reconhecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo do serviço passado não contabilizado	-	-	-	-	(158.160)	(158.160)	-	-	-	-	(171.432)	(171.432)
Ganho ou (Perdas) atuariais não contabilizados	(41.991)	-	-	(41.991)	-	(41.991)	11.754	-	-	11.754	-	11.754
Passivo (Ativo) Atuarial	(89.328)	10.172	298.473	219.317	(18.624)	200.693	(4.213)	9.785	283.707	289.280	(1.340)	287.940
Ajuste do Passivo Atuarial (*)	144.778	-	-	144.778	62.440	207.218	61.866	-	-	61.866	49.329	111.215
Passivo reconhecido na patrocinadora	55.450	10.172	298.473	364.095	43.816	407.911	57.673	9.785	283.707	351.166	47.989	399.155

(*) O ajuste do passivo atuarial refere-se ao complemento do valor apresentado na avaliação atuarial visando contemplar no mínimo o passivo assumido pela Companhia através do contrato ELETROCEEE no. SF 1254/95, conforme nota explicativa 6.4.c. acima e a Contribuição da Patrocinadora conforme nota explicativa 6.4.b.



6.4.2 Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (continuação)

Movimentação do Passivo (Ativo) Atuarial	2009						2008					
	Plano único	CTP	EXA	Total	CEEEPREV	Total	Plano único	CTP	EXA	Total	CEEEPREV	Total
Passivo (Ativo) Atuarial líquido em 1º de janeiro	(4.212)	9.785	283.707	289.280	(1.340)	287.940	12.715	18.100	260.896	291.712	(30.749)	260.963
Despesa do exercício	(59.742)	8.374	60.429	9.061	15.048	24.109	3.328	1.865	66.567	71.760	50.754	122.514
Pagamento de contribuições para o plano e benefícios	(25.374)	(7.987)	(45.663)	(79.024)	(32.332)	(11.356)	(20.257)	(10.179)	(43.756)	(74.192)	(21.346)	(95.537)
Passivo (Ativo) Atuarial líquido em 31 de dezembro	<u>(89.328)</u>	<u>10.172</u>	<u>298.473</u>	<u>219.317</u>	<u>(18.624)</u>	<u>200.693</u>	<u>(4.213)</u>	<u>9.785</u>	<u>283.707</u>	<u>289.280</u>	<u>(1.340)</u>	<u>287.940</u>

Composição da Despesa	2009 - Real						2010 - Estimada					
	Plano único	CTP	EXA	Total	CEEEPREV	Total	Plano único	CTP	EXA	Total	CEEEPREV	Total
Custo do serviço corrente bruto	450	-	-	450	10.532	10.983	642	-	-	642	11.126	11.768
Contribuições dos participantes	(1.623)	-	-	(1.623)	(5.266)	(6.889)	(1.170)	-	-	(1.170)	(5.563)	(6.733)
Custo do serviço corrente líquido	(1.173)	-	-	(1.173)	5.266	4.093	(527)	-	-	(527)	5.563	5.036
Custo dos juros	71.818	1.747	42.653	116.219	-	116.219	88.477	514	36.758	125.750	-	125.750
Retorno efetivo dos ativos dos plano	(76.641)	-	-	(76.641)	-	(76.641)	(80.093)	-	-	(80.093)	-	(80.093)
Provisionamento no exercício / (Desconstituição)	(53.746)	-	-	(53.746)	-	(53.746)	-	-	-	-	-	-
Perda (ganho) atuarial reconhecido	-	-	-	-	(25.770)	(25.770)	34.880	-	-	34.880	-	34.880
Amortização de perda (ganho) atuarial não reconhecido	-	6.627	17.776	24.402	-	24.402	-	-	-	-	-	-
Amortização do custo do serviço passado	-	-	-	-	13.272	13.272	-	-	-	-	13.358	13.358
Amortização de juros do passivo atuarial	-	-	-	-	22.280	22.280	-	-	-	-	18.145	18.145
Total da despesa do exercício	<u>(59.742)</u>	<u>8.374</u>	<u>60.429</u>	<u>9.061</u>	<u>15.048</u>	<u>24.109</u>	<u>42.737</u>	<u>514</u>	<u>36.758</u>	<u>80.009</u>	<u>37.067</u>	<u>117.076</u>



6.4.3. Hipóteses e Premissas Atuariais Adotadas para os Cálculos.

	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV
Taxa para desconto da obrigação atuarial	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa de juros totais do retorno dos investimentos	11,98%	-	-	11,98%
Crescimento Salarial	3,00%	-	-	-
Taxa de Administração	15,00%	-	-	9,30%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-49	-	-	AT-49
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	-	-	Light-Média
Rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula
Idade de Aposentadoria - Aposentadoria Normal	-	-	-	60 anos
Idade de Aposentadoria - Benefício Saldado	55 anos*	-	-	55 anos*
Taxa de Inflação	5,64%	5,64%	5,64%	5,64%

* O profissional deverá estar aposentado pelo INSS

6.5. Passivo Regulatório

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	2009	2008
Parcela de Ajuste - Res. Homologatória nº 670/2008	-	14.428
Parcela de Ajuste - Res. Homologatória nº 843/2009	8.778	-
	<u>8.778</u>	<u>14.428</u>

O detalhamento das Revisões Tarifárias homologadas no exercício de 2009 está divulgado na nota explicativa nº 19.b.

6.6. Obrigações Estimadas

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Provisão para Férias, 13º Salário, Gratificações e Encargos Sociais.....	14.032	12.331
Retenção da Remuneração.....	-	401
Prêmio Assiduidade.....	213	230
	<u>14.245</u>	<u>12.962</u>

6.7. Encargos do Consumidor a Recolher (RGR/CCC/CDE)

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Reserva Global de Reversão - RGR.....	1.690	12.123
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC.....	2.102	2.129
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE.....	2.484	2.310
	<u>6.276</u>	<u>16.562</u>

a) Reserva Global de Reversão - RGR

Foi criada através da Lei n.º 8.631, de 04 de março de 1993, com a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. O valor refere-se à parcela mensal do exercício de 2009.

b) Conta de Consumo de Combustíveis – CCC

Foi criada para subsidiar a geração de energia elétrica com o uso de combustíveis fósseis, disciplina o rateio dos custos de aquisição desses combustíveis entre todas as concessionárias ou autorizadas do país, para garantir os recursos financeiros ao suprimento de energia elétrica a consumidores de



localidades isoladas do sistema de geração e distribuição, bem como da geração termelétrica que atende, principalmente, a demanda de ponta dos sistemas interligados, com tarifas uniformizadas.

c) Conta de Desenvolvimento Energético – Quotas da CDE

Através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no artigo 13 foi criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo seus recursos observar as vinculações e limites previstos em Lei.

6.8. Encargos Parcelados

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	2009	2008
Parcelamento de Débitos Fiscais Lei nº 11.941/09	17.279	9.537
Parcelamento Previdenciário	306	331
	<u>17.585</u>	<u>9.868</u>
NÃO CIRCULANTE	2009	2008
Parcelamento de Débitos Fiscais Lei nº 11.941/09	59.574	33.376
Parcelamento Previdenciário	867	1.173
	<u>60.441</u>	<u>34.549</u>

a) Parcelamento de Débitos Fiscais – Lei nº 11.941/09

A Concessionária efetuou em 20/11/2009 pedido de parcelamento de débitos fiscais junto a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06, de 22 de julho de 2009.

Os débitos se relacionam ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, bem como a obrigações fiscais junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

No tocante ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 31 de maio de 2003, a Concessionária realizou a migração de seu saldo remanescente junto ao ente fazendário, para quitá-lo consoante os critérios da Lei nº 11.941/09. Ainda, no que tange a diferença de saldo oriunda do PAES, até então apresentada entre o sistema de consulta da RFB/PGFN e o contabilizado nas demonstrações financeiras, a Concessionária, em face da adesão ao novo diploma legal, reconhece, neste momento, o saldo vigente do órgão fazendário.

A Concessionária vem efetuando o pagamento das parcelas mínimas disciplinadas na Lei nº 11.941/09, já obtendo o deferimento de seu requerimento de adesão. Os débitos parcelados ainda não se encontram consolidados por parte dos órgãos competentes, fato que deverá se realizar ao longo do exercício de 2010.

O total da dívida objeto do parcelamento monta R\$ 78.199, já contemplando o reparcelamento do PAES, bem como os descontos de multa e juros oferecidos ao contribuinte pela Lei nº 11.941/09 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09. Deste montante, R\$ 36.906, referem-se à multa e juros, os quais serão liquidados com a utilização de prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas da contribuição social, o saldo restante será quitado em 180 meses com atualização pela Taxa Selic.

b) Parcelamento Previdenciário

Refere-se ao parcelamento proveniente do Auto de Infração nº 35.572.001-9. A Concessionária foi autuada em 25 de agosto de 2005 por deixar de declarar em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP dados relativos ao pagamento de reclamatórias trabalhistas. Após julgado improcedente o recurso promovido pela



Concessionária, restou devido R\$ 2.186 sendo que deste valor foi compensado o depósito recursal anteriormente efetuado no montante de R\$ 656. O saldo remanescente de R\$ 1.530 foi parcelado em 60 vezes que vem sendo quitado na proporção de seu vencimento.

6.9. Provisão para Contingências

As provisões e contas a pagar reconhecidas para contingências passivas, líquidas dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

CIRCULANTE	2009	2008
Provisão Contingências Trabalhistas.....	57.429	49.788
Provisão Contingências Cíveis.....	12.725	6.705
	<u>70.154</u>	<u>56.493</u>
NÃO CIRCULANTE	2009	2008
Provisão para Contingências Trabalhistas.....	166.618	181.527
Provisão para Contingências Cíveis.....	1.804	12.625
Provisão para Contingências Fiscais.....	2.335	1.742
(-) Depósitos Judiciais - Contingências Trabalhistas e Cíveis	(57.141)	(51.096)
	<u>113.616</u>	<u>144.798</u>

	TRABALHISTAS	CÍVEIS	FISCAIS	TOTAL
Saldo Inicial Janeiro/2009	<u>231.315</u>	<u>19.330</u>	<u>1.742</u>	<u>252.387</u>
(+) Novos Ingressos	40.472	648	2.335	43.455
(-) Pagamentos	(35.979)	(308)	-	(36.287)
(-) Montantes Revertidos	(41.061)	(7.459)	(1.742)	(50.262)
(+) Atualização Monetária	29.299	2.319	-	31.618
(-) Depósitos Judiciais	(38.640)	(4.697)	-	(43.337)
(-) Atualização de Depósitos Judiciais	(11.526)	(2.278)	-	(13.804)
(=) Saldo Final Dezembro/2009	<u>173.880</u>	<u>7.555</u>	<u>2.335</u>	<u>183.770</u>

a) Provisão para Contingências Trabalhistas

A Concessionária vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi feita uma análise criteriosa das chances de êxito da Concessionária envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a Concessionária referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento e prêmio assiduidade.

b) Provisão para Contingências Cíveis

A Concessionária está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável, pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Concessionária referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.



c) Provisão para Contingências Fiscais

O montante refere-se a Contribuições Previdenciárias, provisionado para fazer frente ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0, lavrado pela fiscalização do INSS, em razão de eventual ausência de recolhimento das atuidas contribuições. O contribuinte busca defesa, por meio de recurso voluntário, interposto na esfera administrativa, classificado como perda provável.

A Concessionária obteve êxito na ação judicial de Compensação de Créditos Derivados Demanda do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL, Processo CEEE nº 3252/98, em 06 de abril de 2006, obtendo o direito de suspender todos os recolhimentos efetivados a título da contribuição previdenciária destinada ao FUNRURAL até 1º de setembro de 1989, data em que a Lei nº 7.789/89 passou a vigorar, tornando a referida contribuição legalizada. Desta forma, os valores recolhidos até esta data, devidamente atualizados, foram compensados nas parcelas vincendas ao INSS, observando-se o limite passível de compensação mensal que é de 30% do valor a ser recolhido em cada competência.

O valor total pleiteado é da ordem de R\$ 135.000, entretanto, tendo em vista a falta de clareza quanto ao que está expresso na decisão do acórdão, procedemos a contabilização do valor de R\$ 7.420 para a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, referente ao período de setembro de 1989 a junho de 1991, haja vista que neste período a legislação deixava claro que o percentual de 2,4% do FUNRURAL está inserido no total do INSS.

Até dezembro de 2007 a Concessionária compensou o montante de R\$ 7.420 não havendo mais saldo remanescente a compensar.

A Concessionária recebeu, em dezembro de 2007, Notificação de Lançamento de Débito da Fiscalização previdenciária do INSS referente aos valores compensados a título de FUNRURAL. A Concessionária vem discutindo no âmbito administrativo essa matéria e segundo parecer da área jurídica o desfecho negativo para a Concessionária é considerado como possível.

6.10. Valores Destinados à Aplicação em Recursos P&D

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE

	2009	2008
Recursos P & D.....	6.308	4.280
Recursos FNDCT.....	495	3.577
Recursos MME.....	247	1.789
	7.050	9.646

NÃO CIRCULANTE

	2009	2008
Recursos P & D.....	10.347	8.495
	10.347	8.495

O P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Concessionária destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A composição dos saldos passivos dos respectivos programas são os seguintes:



CIRCULANTE

	FNDCT		MME	
	2009	2008	2009	2008
Ano 2009	-	3.577	-	1.789
Ano 2010	495	-	247	-
	<u>495</u>	<u>3.577</u>	<u>247</u>	<u>1.789</u>
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	2009	2008	2009	2008
P&D				
A aplicar	4.756	4.280	8.476	6.254
Atualização Monetária do Saldo Pendente	1.552	-	1.871	2.241
	<u>6.308</u>	<u>4.280</u>	<u>10.347</u>	<u>8.495</u>

6.11. Outros Passivos

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa nº 19.d).....	1	583
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos.....	4.592	3.757
Obrigações com Empreendimentos.....	33.038	33.038
Obrigações com Obras da Transmissão.....	17.737	16.083
Programa de Participação nos Resultados - PPR	2.662	2.607
Conta Gráfica	-	1.115
Obrigações com Coligadas/Controladas	2.505	5.827
Outros Credores.....	5.928	3.433
	<u>66.463</u>	<u>66.443</u>

a) Obrigações com Empreendimentos

O valor de R\$ 33.038 (R\$ 33.038 em 31 de dezembro de 2008) decorre da liquidação da Usina Termelétrica S.A – TERMOGAÚCHA, valor este objeto de contestação pela Concessionária no Poder Judiciário.

b) Obrigações com Coligadas/Controladas

O valor de R\$ 2.505 (R\$ 5.827 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao saldo a vencer do arrendamento da UHE Machadinho. As obrigações referentes ao contrato de mútuo celebrado entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU, que tinha a finalidade custear a realização do empreendimento, foram quitadas em junho de 2009.

7. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

7.1. Outros Passivos

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Fornecedores - Contratos 1000-1001/87 (vide nota explicativa nº 5.4.a)	39.941	39.941
Provisão Prêmio Assiduidade	1.227	1.198
Autos de Infração	13.891	12.637
Outras	5.499	5.902
	<u>60.558</u>	<u>59.678</u>

a) Autos de Infração

Do valor de R\$ 13.891, R\$ 8.549 refere-se à provisão da multa apagão e R\$ 5.342 pelo não cumprimento dos prazos e ao descumprimento do Contrato de Concessão 055/2001 estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.



7.2. Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas

Os saldos compõem-se de:

CREDOR	BASE DO CONTRATO					2009				2008				
	Indicador	Percentual Médio dos Encargos Fixos a.a.	PRES TA CÃO	VENCIMENTO		GA RAN TIA	PRAZOS DE VENCIMENTOS				PRAZOS DE VENCIMENTOS			
				Início	Término		Principal Circulante	Não Circulante	Encargos	Total	Principal Circulante	Não Circulante	Encargos	Total
MOEDA NACIONAL														
ELETROBRÁS	UFIR	5% a 6,5%	T	19.09.90	15.02.17	03	1.580	5.581	72	7.233	1.600	7.161	88	8.849
ELETROBRÁS	TJLP	4%	M	19.03.98	30.05.10	03	10.179	-	-	10.179	22.747	10.185	-	32.932
ELETROBRÁS	MÉDIA TX.FINEI	5% a 6,5%	M	27.12.95	30.08.10	03	482	-	-	482	726	484	-	1.210
ELETROBRÁS	RGR	5% a 7%	M	13.03.00	30.04.19	03	4.353	31.773	-	36.126	5.790	22.154	-	27.944
ELETROCEE / ALUGUEL / IMÓVEIS	INPC	9%	M	11.10.01	31.05.13	03	5.703	14.773	-	20.476	5.195	19.557	174	24.926
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC I...	CDI	1,5%	M	24.02.06	08.03.10	05	11.829	-	-	11.829	45.286	7.744	-	53.030
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC II..	CDI	1,85%	M	21.12.07	08.12.13	05	35.712	80.531	-	116.243	36.939	97.795	-	134.734
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC V..	CDI	0,95%+CDI ou 109% do CDI	M	11.03.09	29.08.15	05	28.093	170.323	-	198.416	-	-	-	-
BANCO DO BRASIL - LEASING	CDI	4%	M	30.06.06	01.05.12	03	4.825	5.736	6	10.367	4.272	9.175	8	13.455
TOTAL MOEDA NACIONAL							102.556	308.717	78	411.351	122.555	174.255	270	297.080
MOEDA ESTRANGEIRA														
ELETROBRÁS	US\$	5% a 6,5%	S	27.07.87	01.01.11	03	271	-	-	271	215	364	-	579
B.BRASIL - LEI 7976	US\$	LIBOR + 2,81%	M	31.12.90	31.12.09	01/02	-	-	-	-	6.799	-	-	6.799
GOV. FED. BCOS PRIV - DMLP	US\$	5%	S	15.08.97	15.04.24	01/02	6.479	76.868	895	84.242	9.903	111.714	1.419	123.036
BRAZILIAN I. BOND - BIB	US\$	6%	S	19.09.97	15.09.13	01/02	756	2.268	55	3.079	1.014	4.054	93	5.161
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA							7.506	79.136	950	87.592	17.931	116.132	1.512	135.575
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA							110.062	387.853	1.028	498.943	140.486	290.387	1.782	432.655
CAUÇÕES E DEP. VINCULADOS - DMLP	US\$						-	(31.708)	-	(31.708)	-	(49.580)	-	(49.580)
TOTAL LÍQUIDO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS							110.062	356.145	1.028	467.235	140.486	240.807	1.782	383.075

- 01 - Autorização Contábil para Acesso em Conta Corrente
- 02 - Fundo de Participação do Estado
- 03 - Procuração para Acesso em Conta Corrente
- 04 - Percentual da Tarifa de Fomento de Energia
- 05 - Percentual de Recebíveis da Geração e Transmissão

- M - MENSAL
- T - TRIMESTRAL
- S - SEMESTRAL



7.2. Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas (continuação)

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

PRINCIPAL		
	2009	2008
2010	-	24.754
2011	2.398	54.624
2012	100.910	45.560
2013	94.446	41.704
2014	59.930	1.247
2015	40.353	13.028
Após 2015	89.816	109.470
	<u>387.853</u>	<u>290.387</u>

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Moeda/Indexador:

MOEDA		
	2009	2008
Dólar US\$	20,40%	39,99%
UFIR	1,44%	2,47%
MÉDIA TX FINEL	0,00%	0,17%
TJLP	0,00%	3,51%
INPC	3,81%	6,73%
RGR	8,19%	7,63%
CDI	66,16%	39,50%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

a) Cauções e Depósitos Vinculados

O valor de R\$ 31.708 (R\$ 49.560 em 31 de dezembro de 2008), refere-se, basicamente, a valores de Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP, caucionados conforme estabelecido no inciso II do contrato de confissão e consolidação de dívidas celebrado com a União. Estas quantias destinam-se a amortizar os valores de principal relativos ao Par Bond e ao Discount Bond, quando da exigência de tais pagamentos em 2024.

b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC I, FIDC III e FIDC V

A Concessionária efetuou a estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC I, iniciada no segundo semestre de 2005, tendo como Administrador e Agente de Recebimento do Fundo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL; a Agência de Classificação de Risco foi a Standard & Poor's e o Custodiante é o Deutsche Bank S.A. A operação foi lastreada em recebíveis da geração e transmissão, no valor total de R\$ 123.000, onde R\$ 115.450 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R\$ 7.550 relativos a quotas subordinadas (tomadora). A liquidação financeira (ingresso dos recursos) ocorreu nos meses de fevereiro e março de 2006. As contas a receber são repassadas ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

A Concessionária iniciou, em 2007, tratativas com o mercado financeiro para a constituição de novo FIDC III, com cessão de direitos creditórios de alguns contratos de venda de energia e de uso da rede de transmissão, com valor de R\$ 150 milhões.

Em decorrência da elevação do Rating do FIDC I, efetivado em 2006, para AAbr+, construiu-se um ambiente favorável de vinculação do FIDC III aos mesmos recebíveis do FIDC I de forma subordinada, não aumentando o comprometimento da receita operacional da Concessionária.



Em virtude das tratativas iniciadas e considerando as necessidades conjunturais da Concessionária, houve a antecipação de parte do valor do FIDC III através da emissão de Notas Promissórias no valor de R\$ 50 milhões que ingressaram na Concessionária no mês de setembro de 2007.

Em dezembro de 2007 houve a constituição do fundo FIDC III e sua respectiva liquidação, fazendo com que os recursos ingressassem imediatamente no caixa da Concessionária, momento em que houve o resgate das Notas Promissórias.

Visando obter recursos para investimento, bem como para atender necessidades de caixa para o ano de 2009, a Concessionária firmou termo de contrato com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL visando à estruturação do FIDC V, num montante de R\$ 200.000 com recursos advindos do FI – FGTS. A disponibilização do referido fundo foi efetivada em 11 de março de 2009.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1. Capital Social

a) Posição Acionária

Os acionistas aprovaram, em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 02 de outubro de 2009, o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Concessionária, na proporção de 1000 (mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, nos termos do Art.12 da Lei nº 6.404/76, passando o capital social a ser representado por 387.229.828 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 380.669.270 ações ordinárias e 6.560.558 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Concessionária no montante de R\$ 588.447, com a seguinte composição:

	2009	2008
CEEE-Par	65,92%	65,92%
ELETRÓBRÁS	32,59%	32,59%
Municípios	0,92%	0,92%
Outros	0,57%	0,57%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

b) Destinação do Lucro Líquido do Exercício

Após as deduções e absorção dos Prejuízos Acumulados, conforme os artigos 48 e 49 do Estatuto da Concessionária, os lucros terão a seguinte destinação e nesta ordem:

- a) 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido para constituição da Reserva Legal;
- b) 50 % (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado, a título de dividendo obrigatório;
 - b.1) às Ações Preferenciais um dividendo anual mínimo, não cumulativo, de 10% (dez por cento) sobre o Capital Próprio a essa espécie de ações, que será entre elas rateado igualmente;
 - b.2) às Ações Ordinárias, havendo saldo, um dividendo anual não cumulativo, o qual será entre elas rateado igualmente;
- c) 10% (dez por cento) do Lucro Líquido para constituição de Reserva para Expansão.

Lucro Líquido do exercício 2009	1.589.217
Saldo de Prejuízos Acumulados em 31/12/08.....	(154.286)
Reserva de Incentivos Fiscais	(1.376.430)
Base de cálculo	<u>58.501</u>



Destinação do Lucro do Exercício:

Constituição da Reserva Legal - 5%.....	2.925
Dividendos Obrigatórios - 50%.....	27.788
Constituição Reserva para Expansão - 10%.....	5.850
Dividendos Remanescentes	21.938
Total	<u>58.501</u>

c) Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Concessionária propôs a constituição da Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e 195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$ 1.376.430 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado deste exercício e posteriormente transferida para Reserva de Incentivos Fiscais. (Vide nota explicativa nº 5.4.d e 11.a).

9. RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

9.1. Receita Operacional

9.1.a. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$ 307.148 (R\$ 289.476 em 31 de dezembro de 2008) refere-se aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT vendeu no primeiro leilão de energia existente, realizado em dezembro de 2004, 260 MW médios para o período de 2005 a 2012 e 152 MW médios para o período 2006 a 2013.

A comercialização da energia da Área de Geração, durante 2005 e 2006 foi realizada através dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, firmados com trinta e cinco empresas Distribuidoras de Energia Elétrica.

A partir de 2007 a Concessionária passou a comercializar energia no Ambiente de Contratação Livre, assinando contratos bilaterais com comercializadoras e consumidores livres.

9.1.b. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$ 438.735 (R\$ 404.072 em 31 de dezembro de 2008) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de conexão da Geração e do Sistema de Transmissão a terceiros.

9.2. Deduções da Receita Operacional

9.2.a. PASEP e COFINS

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
PASEP	8.608	8.156
COFINS	39.694	37.584
	<u>48.302</u>	<u>45.740</u>

9.3. Custo com Energia Elétrica

9.3.a. Custo com Energia Elétrica – Comprada de Terceiros

O valor de R\$ 1.737 (R\$ 5.438 em 31 de dezembro de 2008) refere-se à Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.



10. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os saldos compõem-se:

CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESP. GERAIS E ADMIN.		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	74.882	62.651	-	-	32.358	22.536	6.005	(1.462)	113.245	83.705
Cláusula 25	-	-	-	-	-	-	8.374	3.762	8.374	3.762
Fundação ELETROCEEE - Ativos e Suplementados	23.827	14.043	-	-	-	-	5.025	4.110	28.852	18.153
INSS - Empregador	25.609	20.951	-	-	-	-	61	(19)	25.670	20.932
Administradores (*)	74	10	-	-	415	175	-	-	489	185
Subtotal Pessoal / Administradores	124.192	97.655	-	-	32.773	22.711	19.465	6.391	176.430	126.737
Empr. Fund. ELETROCEEE	12.967	16.669	-	-	-	-	-	-	12.967	16.669
Total Pessoal e Administradores	137.159	114.324	-	-	32.773	22.711	19.465	6.391	189.397	143.406
Material	9.667	6.711	-	-	797	665	-	-	10.464	7.376
Serviço de Terceiros	24.941	21.962	-	-	6.806	4.725	2.547	2.137	34.294	28.824
Compensação/Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-	17.885	14.284	17.885	14.284
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	-	-	-	-	3.363	3.144	3.363	3.144
Depreciação e Amortização	61.801	60.500	-	-	381	451	53	28	62.235	60.979
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	-	208	194	208	194
Arrendamento e Aluguéis	8.232	10.319	-	-	114	122	18	-	8.364	10.441
Seguros	136	392	-	-	599	490	-	-	735	882
Tributos	486	761	-	-	1.757	1.537	7.608	2	9.861	2.300
Provisão para Liquidação Duvidosa	-	-	175	(372)	-	-	-	-	175	(372)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	35.051	(7.093)	35.051	(7.093)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	6.828	(1.791)	6.828	(1.791)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	593	(7.764)	593	(7.764)
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	-	1.317	-	1.317
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(281)	1.042	(281)	1.042
Provisão Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	60.292	66.606	60.292	66.606
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	2.376	2.575	2.376	2.575
Quitação Parcelamento Cont. Cíveis	-	-	-	-	-	-	-	7.014	-	7.014
Recuperação de Despesas - Res. 497/07 e 600/07	-	-	-	(12.762)	-	-	-	-	-	(12.762)
Outros	8.120	3.806	-	-	3.181	3.482	4.052	2.874	13.353	10.162
TOTAL	249.552	216.755	175	(13.134)	46.408	34.183	180.048	90.960	455.183	330.764

(*) O valor gasto com Custos de Operação e Despesas Operacionais com Administradores durante o período findo em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 489 (R\$ 185 em 31 de dezembro de 2008), deste total, R\$ 52 (R\$ 25 em 31 de dezembro de 2008) refere-se a honorários, R\$ 105 (R\$ 55 em 31 de dezembro de 2008), a verba de representação da diretoria e R\$ 332 (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2008), a despesas com os conselheiros fiscais e de administração, bem como os encargos sociais de diretores não empregados.



11. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2009	2008
OUTRAS RECEITAS		
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos do Ativo Permanente	1.396	1.379
Conta de Resultados a Compensar - CRC	1.376.430	-
Outras	1.132	348
	<u>1.378.958</u>	<u>1.727</u>
OUTRAS DESPESAS		
Perdas na Alien. e Desat. de Bens e Direitos	(1.144)	(11.863)
Provisão para Desvalorz./Valoriz. de Outros Investimentos	(1.606)	(285)
Outras	(2.659)	(2.672)
	<u>(5.409)</u>	<u>(14.820)</u>

a) Outras Receitas

O valor de R\$ 1.376.430 refere-se ao reconhecimento dos créditos da Subvenção Governamental para Investimento - Conta de Resultados a Compensar – CRC, decorrentes das compensações realizadas na forma da Lei nº 8.631/93 (com alterações pela Lei nº 8.724/93).

O CPC - 07 que trata da Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 555 de 12 de novembro de 2008, em convergência com as normas internacionais de contabilidade, determina que as doações e subvenções governamentais devam ser registradas em conta de Resultado do Exercício (receitas).

Por proposta da Administração da Concessionária, foi constituída a Reserva de Incentivos Fiscais, em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, do valor referente a CRC .

De acordo com o art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2007, os valores relativos à subvenção governamental devem ser mantidos em Reserva para Incentivos Fiscais, não estando sujeitos a tributação e não integram a base de cálculo do dividendo obrigatório. (Vide nota explicativa nº 5.4.d e 8.1.c)

12. RECEITA/DESPESA FINANCEIRA

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
RECEITA FINANCEIRA		
Renda de Aplicações Financeiras (SIAC) (Vide NE 15.a).....	7.976	834
Receitas Financeiras com Parcelamentos	108	-
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos	40.450	45.056
Base Negativa CSLL e IR Prejuízo Fiscal.....	36.907	-
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais.....	1.794	12.010
Outras Receitas Financeiras	8.678	7.340
	<u>95.913</u>	<u>65.240</u>
DESPESA FINANCEIRA		
Encargos de Dívidas	(13.603)	(17.498)
Despesas Financeiras com PAES	(28.310)	(2.075)
Despesas Financeiras com P&D/FNDCT	(1.189)	(1.174)
Despesas Financeiras com Empreendimentos	(4.729)	(6.030)
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos	(61.686)	(88.875)
Outras Despesas Financeiras	(15.244)	(10.951)
	<u>(124.761)</u>	<u>(126.603)</u>
TOTAL DESPESA FINANCEIRA LÍQUIDA	<u>(28.848)</u>	<u>(61.363)</u>



13. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL.

Os saldos compõem-se de:

	2009		2008	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido antes do IRPJ e da CSLL	1.552.849	1.552.849	166.046	166.046
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício.....	(1.329.235)	(1.329.235)	29.499	29.499
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	34	34	33	33
Receitas não tributáveis e outras exclusões permanentes.....	(29.883)	(29.883)	(11.049)	(11.049)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações.....	193.765	193.765	184.529	184.529
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.....	(58.130)	(58.130)	(55.359)	(55.359)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social após as compensações.....	135.635	135.635	129.170	129.170
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IR e CS às alíquotas da legislação.....	33.885	12.207	32.269	11.625
IRCS Diferido.....	(59.213)	(21.316)	-	-
Incentivo PAT = 4%	(814)	-	(775)	-
Incentivo Lei Rouanet (Patrocínio - Art. 18)	(814)	-	(775)	-
Contribuições FECA - CEDICA/RS = 1%.....	(203)	-	(194)	-
Incentivo a Lei do Esporte = 1%	(100)	-	-	-
Total IRPJ e CSLL	(27.259)	(9.109)	30.525	11.625



14. BALANÇO PATRIMONIAL POR SEGMENTOS

Em atendimento às instruções e orientações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, apresentamos as demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, das Unidades de Negócio: Geração e Transmissão. A coluna eliminações refere-se a operações entre os segmentos Geração e Transmissão.

a) Ativo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
		Reclassificado		Reclassificado				Reclassificado
ATIVO	1.371.880	788.976	2.480.891	1.262.070	(391.482)	(280.512)	3.481.289	1.790.534
CIRCULANTE	301.837	201.631	259.935	170.030	(391.482)	(280.512)	170.280	111.149
Disponibilidades	4.429	4.559	28.537	340	-	-	32.966	4.899
Numerário Disponível	2.696	4.559	350	340	-	-	3.046	4.899
Aplicações Financeiras	1.733	-	28.187	-	-	-	29.920	-
Concessionárias e Permissionárias	41.374	34.052	49.690	47.512	(461)	(464)	90.603	81.100
Suprimento	35.040	34.168	-	-	-	-	35.040	34.168
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	49.887	47.480	(461)	(464)	49.406	47.016
Energia Elétrica de Curto Prazo	6.760	37	-	-	-	-	6.760	37
Outros Concessionárias e Permissionárias	(426)	(153)	(177)	32	-	-	(603)	(121)
Títulos de Crédito a Receber	453	508	-	16	-	-	453	524
PCLD	(553)	(623)	(849)	(604)	-	-	(1.402)	(1.227)
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	1.714	820	11.540	1.964	-	-	13.254	2.784
	107	23	2.014	526	-	-	2.121	549
PASEP Depósito Judicial	352	352	-	-	-	-	352	352
Outros Devedores	1.255	445	9.526	1.438	-	-	10.781	1.883
Estoque	654	862	5.685	5.150	-	-	6.339	6.012
Outros Créditos a Receber	253.766	161.453	164.421	114.981	(391.021)	(280.048)	27.166	16.386
Contas a Receber Entre Filiais	228.809	153.139	129.093	82.295	(358.916)	(236.434)	986	-
Adiantamentos a Empregados	814	803	948	699	-	-	1.762	1.502
Outros	24.143	7.511	34.380	31.987	(34.105)	(24.614)	24.418	14.884
Despesas Pagas Antecipadamente	-	-	911	671	-	-	911	671
Varição Positiva de Itens da CVA	-	-	593	136	-	-	593	136
NÃO CIRCULANTE	1.070.043	587.345	2.220.956	1.092.040	-	-	3.290.999	1.679.385
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	576.308	128.759	1.206.387	114.697	-	-	1.782.695	243.456
Comercialização de Energia na CCEE	65.777	65.136	-	-	-	-	65.777	65.136
Títulos de Crédito a Receber	806	1.114	-	-	-	-	806	1.114
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	4.375	65	31.738	3.880	-	-	36.113	3.945
Aplicações Financeiras	3	3	2	2	-	-	5	5
Depósitos Vinculados a Litígios	3.615	4.284	2.392	2.856	-	-	6.007	7.140
IR e Contribuição Social Diferidos	84.547	47.504	99.308	55.822	-	-	183.855	103.326
Outros Créditos a Receber	416.088	9.443	1.071.892	51.082	-	-	1.487.980	60.525
Bens e Direitos Destinados à Alienação	1.097	1.210	1.055	1.055	-	-	2.152	2.265
PERMANENTE	493.735	458.568	1.014.669	977.343	-	-	1.508.304	1.435.929
Investimentos	351.423	317.294	13.294	4.676	-	-	364.717	321.970
Participações Societárias Permanentes	276.061	240.512	13.294	4.676	-	-	289.355	245.188
Outros	75.362	76.782	-	-	-	-	75.362	76.782
Imobilizado	141.191	140.372	966.155	938.625	-	-	1.107.346	1.078.997
Em Serviço Líquido	117.827	129.964	845.592	845.182	-	-	963.519	975.156
Em Curso	23.264	10.408	120.563	93.433	-	-	143.827	103.841
Intangíveis	1.121	920	35.120	34.042	-	-	36.241	34.962
Em Serviço Líquido	338	429	27.826	28.149	-	-	28.162	28.578
Em Curso	785	491	7.294	7.893	-	-	8.079	8.384



b) Passivo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
		Reclassificado		Reclassificado				Reclassificado
PASSIVO	1.371.880	788.976	2.480.891	1.282.070	(391.482)	(260.512)	3.461.289	1.790.534
CIRCULANTE	382.349	291.773	478.340	425.870	(391.482)	(260.512)	489.207	457.131
Fornecedores	7.670	11.375	25.816	29.879	(461)	(464)	33.025	40.790
Encargos de Uso da Rede	4.380	4.350	-	-	(481)	(464)	3.899	3.886
Materiais e Serviços	2.789	6.652	10.416	12.859	-	-	13.205	19.511
Retenção Contratual	521	373	15.400	17.020	-	-	15.921	17.393
Folha de Pagamento - Consignações	3.995	3.325	4.953	4.256	-	-	8.948	7.581
Provisão Para Dividendos	49.726	-	-	-	-	-	49.726	-
Tributos e Contribuições Sociais	8.385	7.865	5.215	10.287	-	-	11.600	18.162
Empréstimos e Financiamentos	38.102	40.989	74.988	101.278	-	-	111.090	142.268
Plano de Benefícios Previdenciais Complementares	27.149	27.759	37.118	34.179	-	-	64.267	61.938
Provisão Lei 3096	20.776	20.134	19.316	18.038	-	-	40.092	38.172
Contas a Pagar Apos. Incentivada - CTP	1.896	2.661	8.002	5.255	-	-	9.898	7.918
Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE	4.477	4.964	9.800	10.886	-	-	14.277	15.850
Provisão Acordo Coletivo	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo Regulatório	-	-	8.778	14.428	-	-	8.778	14.428
Obrigações Estimadas	5.726	5.351	8.620	7.611	-	-	14.245	12.962
Encargos do Consumidor a Recolher	253	5.039	6.023	11.523	-	-	6.276	18.582
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	253	5.039	1.437	7.085	-	-	1.690	12.124
Quota para Contas de Consumo de Combustível - CCC	-	-	2.102	2.129	-	-	2.102	2.129
Quotas para Conta de Desenv. Energético - CDE	-	-	2.484	2.309	-	-	2.484	2.309
Encargos Parcelados	2.204	1.240	15.381	8.628	-	-	17.585	9.868
Provisão para Contingências	41.081	31.332	29.073	25.161	-	-	70.154	58.493
Provisão para Contingências Trabalhistas	31.277	29.228	26.152	20.559	-	-	57.429	49.767
Provisão para Contingências Cíveis e Fiscais	9.804	2.104	2.921	4.602	-	-	12.725	8.706
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	1.961	3.602	5.069	6.044	-	-	7.050	9.646
Outros Passivos	200.098	153.896	257.368	172.595	(391.021)	(260.048)	68.463	68.443
Contas a Pagar Entre Filiais	61.207	51.419	227.495	162.810	(288.667)	(204.229)	35	-
Compensação Financeira para Utilização de Rec. Hídricos	4.592	3.757	-	-	-	-	4.592	3.757
Outros	134.289	98.720	29.891	19.785	(102.354)	(55.819)	61.836	62.666
NÃO CIRCULANTE	446.258	397.859	571.562	500.763	-	-	1.017.810	898.622
Empréstimos e Financiamentos	129.792	84.235	225.353	158.592	-	-	356.145	240.827
Energia Elétrica - CCEE	73.058	73.058	-	-	-	-	73.058	73.058
Encargos Parcelados	9.152	4.352	51.289	30.197	-	-	60.441	34.549
Plano de Benefícios Previdenciais Complementares	168.806	155.477	174.839	161.740	-	-	343.645	337.217
Contas a Pagar - Apos. Incentivada - CTP	-	(560)	274	2.429	-	-	274	1.869
Provisão para Comp. Aposentados Ex-Autárquicos - Lei 3096	137.683	130.168	120.699	115.387	-	-	258.382	245.535
Provisão para Contribuição Adicional ao Fundo de Pensão	31.123	25.869	53.866	63.844	-	-	84.989	89.813
Passivo Regulatório	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contingências	56.842	72.180	56.774	72.618	-	-	113.616	144.798
Provisão para Contingências Trabalhistas	61.487	67.487	54.984	69.378	-	-	116.451	136.865
Provisão para Contingências Cíveis e Fiscais	(4.645)	4.693	1.810	3.240	-	-	(2.835)	7.933
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	4.515	3.164	5.832	5.331	-	-	10.347	8.495
Outros Passivos	4.093	5.393	56.465	54.285	-	-	60.559	59.678
Fornecedores - Contratos 1000/1001/87	-	-	39.941	39.941	-	-	39.941	39.941
Provisão Prêmio Assiduidade	533	536	694	662	-	-	1.227	1.198
Outras Provisões	3.560	4.857	15.830	13.682	-	-	19.390	18.539
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	543.273	99.344	1.430.999	335.437	-	-	1.974.272	434.781
Capital Realizado Atualizado	65.739	65.739	522.708	522.708	-	-	588.447	588.447
Reserva de Incentivos Fiscais	386.087	-	890.343	-	-	-	1.376.430	-
Recursos Destinados a Aumento de Capital	153	153	467	467	-	-	620	620
Reserva de Lucros	8.775	-	-	-	-	-	8.775	-
Lucros/Prejuízos Acumulados	82.519	33.452	(82.519)	(187.738)	-	-	-	(154.285)



c) Demonstração do Resultado do Exercício por Segmento

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL Consolidado	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
	Reclassificado		Reclassificado				Reclassificado	
RECEITA OPERACIONAL	324.612	294.929	453.079	415.470	(4.165)	(3.975)	773.526	706.424
Suprimento de Energia Elétrica	307.148	269.476	-	-	-	-	307.148	269.476
Disponibilização do Sistema de Transmissão	-	-	442.900	408.047	(4.165)	(3.975)	438.735	404.072
Energia Elétrica de Curto Prazo	16.842	4.954	-	-	-	-	16.842	4.954
Outras Receitas Operacionais	622	499	10.179	7.423	-	-	10.601	7.922
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(28.979)	(35.213)	(73.451)	(65.660)	-	-	(102.430)	(100.673)
ICMS/ISS	(11)	(938)	(105)	(60)	-	-	(116)	(998)
PASEP	(4.328)	(4.151)	(4.281)	(4.005)	-	-	(8.609)	(8.156)
COFINS	(19.956)	(19.120)	(19.737)	(18.464)	-	-	(39.693)	(37.584)
Quota RGR	(1.726)	(3.407)	(15.627)	(11.679)	-	-	(17.355)	(20.086)
Outros Encargos	-	-	(7.021)	(4.323)	-	-	(7.021)	(4.323)
Subvenções CCC	-	-	(10.685)	(11.307)	-	-	(10.685)	(11.307)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(12.175)	(12.328)	-	-	(12.175)	(12.328)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT	(2.956)	(2.597)	(3.620)	(3.494)	-	-	(6.776)	(6.091)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	295.633	259.716	379.628	349.810	(4.165)	(3.975)	671.096	605.551
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(119.429)	(113.734)	(171.270)	(147.835)	4.165	3.975	(265.534)	(257.594)
Custo com Energia Elétrica	(41.147)	(42.814)	-	-	4.165	3.975	(36.982)	(36.639)
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	(1.737)	(5.438)	-	-	-	-	(1.737)	(5.438)
Encargo de Uso do Sistema	(39.410)	(37.376)	-	-	4.165	3.975	(35.245)	(33.401)
Custo de Operação	(77.282)	(70.920)	(171.270)	(147.835)	-	-	(248.552)	(216.755)
Pessoal e Administradores	(41.783)	(34.592)	(95.376)	(79.712)	-	-	(137.159)	(114.304)
Material	(3.318)	(3.059)	(6.349)	(3.652)	-	-	(9.667)	(6.711)
Serviço de Terceiros	(9.259)	(8.210)	(15.672)	(13.752)	-	-	(24.941)	(21.962)
Depreciação e Amortização	(13.175)	(13.634)	(49.626)	(46.866)	-	-	(61.801)	(60.500)
Outros	(9.737)	(11.425)	(5.247)	(3.853)	-	-	(14.984)	(15.278)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	177.204	145.982	208.358	201.975	-	-	385.562	347.957
Despesas Operacionais	(88.755)	(23.742)	(117.876)	(88.267)	-	-	(206.631)	(112.009)
Despesas com Vendas	70	13.066	(245)	68	-	-	(175)	13.134
Despesas Gerais e Administrativas	(13.602)	(10.119)	(32.726)	(24.064)	-	-	(46.408)	(34.183)
Outras Despesas Operacionais	(75.143)	(26.669)	(84.905)	(64.271)	-	-	(160.048)	(90.960)
Outras Receitas	385.553	1.158	992.405	569	-	-	1.378.958	1.727
Conta de Resultado a Compensar - CRC	386.089	-	990.341	-	-	-	1.376.430	-
Outras Receitas	464	1.158	2.064	569	-	-	2.528	1.727
Outras Despesas	(2.223)	(1.853)	(3.186)	(12.967)	-	-	(5.409)	(14.620)
RESULTADO DO SERVIÇO	472.779	121.545	1.079.701	101.310	-	-	1.552.480	222.855
Resultado de Participações Societárias	18.209	4.028	11.009	526	-	-	29.217	4.554
Receita/Despesa Financeira	(9.006)	(18.226)	(19.842)	(43.137)	-	-	(28.848)	(61.363)
Rendas de Aplicações Financeiras	2.727	868	5.249	(34)	-	-	7.976	834
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos	(4.601)	(17.198)	(16.635)	(26.621)	-	-	(21.236)	(43.819)
Encargos da Dívidas	(3.462)	(4.446)	(10.141)	(13.052)	-	-	(13.603)	(17.499)
Outras Receitas/Despesas Financeiras	(3.670)	2.550	1.605	(3.430)	-	-	(1.965)	(800)
LUCRO ANTES IR E CSLL	461.982	107.347	1.070.667	58.699	-	-	1.552.849	166.046
Imposto de Renda	9.889	(14.318)	18.370	(16.207)	-	-	27.259	(30.525)
Contribuição Social	2.782	(5.451)	8.327	(6.174)	-	-	9.109	(11.625)
Total Despesa com IR e CSLL	11.671	(19.769)	24.697	(22.381)	-	-	36.368	(42.150)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	493.653	87.578	1.095.564	36.318	-	-	1.589.217	123.696
Lucro por lote de mil ações - R\$	1.274,83	0,23	2.829,23	0,09	-	-	4.104,07	0,32



15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Foram realizadas transações com partes relacionadas incluindo compra e venda de energia elétrica e transações de financiamento, sendo que a energia elétrica vendida é ofertada através de Leilão Público de venda de energia realizado através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

(a) Controladora

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT é controlada diretamente pela Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR, visto que esta participa com 65,92% de seu capital social. Porém, a Concessionária sofre o controle indireto do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que participa com 99,99% do capital da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR.

O montante transacionado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi de:

CONTAS PATRIMONIAIS	Notas Explicativas	2009	2008
ATIVO CIRCULANTE			
SIAC	4.1	29.920	55
Total a Receber		29.920	55
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
SIAC	4.1	5	5
Total a Receber		5	5
CONTAS DE RESULTADO			
		2009	2008
Receitas Financeiras			
Rendimentos SIAC	12	7.976	834
Total		7.976	834

(b) Entidades com controle conjunto ou influência significativa sobre a entidade

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT sofre influência significativa da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS.

l) A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT é uma Sociedade Anônima que possui controlador comum com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, ou seja, é controlada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR.

O montante transacionado com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D foi como segue:

CONTAS PATRIMONIAIS	Notas Explicativas	2009	2008
CIRCULANTE			
Conta Gráfica	4.7	2.105	-
Total a Receber		2.105	-
Conta Gráfica	6.11	-	1.115
Total a Pagar		-	1.115
NÃO CIRCULANTE			
Contrato de Mútuo	5.4	37.980	-
Total a Receber		37.980	-



CONTAS DE RESULTADO

	2009	2008
Receitas Operacionais	58.552	48.576
Suprimento de Energia Elétrica	8.876	5.858
Disponib do Sist de Transmissão e Distribuição.....	49.676	42.718
Receitas Financeiras	392	715
Conta Gráfica	160	715
Contrato de Mútuo.....	232	-
Total	58.944	49.291

A Conta Gráfica é composta pelos saldos dos contratos de Compartilhamento das Atividades de Aplicação dos Recursos de Tecnologia da Informação (Ressarcimento de CTI) e Compartilhamento de Atividades e das Infraestruturas de Rede Elétrica e de Telecomunicações, Desenvolvimento Implantação, Operação e Manutenção de Sistemas de Informação e Sistemas de Telecomunicações (TELECOM). O contrato de Ressarcimento de CTI estipula o pagamento por parte da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT de 25% dos custos apurados na CTI, sendo corrigido pela variação do IGPM, havendo a possibilidade de seus termos serem revistos em qualquer tempo em vista de necessidade de estabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do objeto contratado. O contrato TELECOM estipula o equilíbrio entre os compromissos assumidos quando houver contrapartida financeira, não podendo gerar crédito financeiro para as partes. Nestes contratos não são exigidas garantias, bem como não são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada a estes saldos.

As operações de Suprimento de Energia Elétrica e Disponibilização do Sistema de Transmissão são realizadas em conformidade com as tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sendo realizadas em condições de similaridade com o praticado no mercado.

II) A Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS participa com 32,59% do capital social da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, participando nas decisões financeiras e operacionais desta.

O montante transacionado com a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS foi de:

CONTAS PATRIMONIAIS	Nota Explicativa	2009	2008
ATIVO CIRCULANTE			
Empréstimo Compulsório ELETROBRÁS	4.7	-	1.347
Total a Receber		-	1.347
PASSIVO CIRCULANTE			
Empréstimos	7.2.	16.937	31.166
Total a Pagar		16.937	31.166
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos	7.2.	37.354	40.348
Total a Pagar		37.354	40.348

CONTAS DE RESULTADO

	2009	2008
Receitas Financeiras	-	880
Atualização Empréstimo Compulsório	-	880
Despesas Financeiras	(5.825)	(8.076)
Empréstimos	(5.825)	(8.076)
Total	(5.825)	(7.196)

Os valores transacionados com a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS são provenientes de diversos empréstimos, vide nota explicativa 7.2, sendo obtidos a taxas inferiores às do mercado.



(c) Coligadas

I) Jaguari Energética S/A

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém 10,50% do capital social da Jaguari Energética S/A (vide nota explicativa 5.6, b.3).

II) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém 10% do capital social da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A - ETAU (vide nota explicativa 5.6, b.4). Foi firmado contrato entre as empresas que apresenta como objeto a prestação por parte da Concessionária à Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A - ETAU de todos os serviços de O&M, em conformidade com os Procedimentos de Rede utilizando a mesma infraestrutura e logística com as quais realiza a Operação e Manutenção das instalações e equipamentos que compõem as suas concessões de transmissão. O contrato é válido até o término do Contrato de Concessão.

Em 21 de julho de 2005 foi firmado contrato de mútuo entre as acionistas e a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A - ETAU para custear a realização do investimento. A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE não aportou recursos financeiros uma vez que as acionistas acordaram que a mesma integralizará sua participação mediante a compensação com os serviços de Operação e Manutenção.

CONTAS PATRIMONIAIS	2009	2008
PASSIVO CIRCULANTE		
Contrato de Mútuo	-	759
Total a Pagar	-	759
CONTAS DE RESULTADO		
Receitas Operacionais	2.111	1.978
Renda da Prestação de Serviços	2.111	1.978
Despesas Financeiras	(41)	(398)
Contrato de Mútuo	(41)	(398)
Total	2.070	1.580

III) Companhia Energética Rio das Antas - CERAN

A Concessionária detém 30% do capital social da CERAN (vide nota explicativa 5.6, b.5), em 2009, foi registrado o valor de R\$ 1.215 referente à receita de prestação de serviços.

IV) Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

A Concessionária detém 6,51% do capital social da Empresa Campos Novos Energia S/A – ENERCAN (vide nota explicativa 5.6, b.2).

V) Machadinho Energética S/A – MAESA

O saldo a pagar de R\$ 2.505 (R\$ 5.068 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao arrendamento da usina, sobre o qual não incide juros, multas ou outro tipo de atualização monetária.

(d) Outros Investimentos

I) Empreendimento Dona Francisca Energética S/A

A Concessionária possui investimento no Empreendimento Dona Francisca que garante participação em sua energia assegurada, vide nota explicativa 5.6, d.3. O montante transacionado entre as partes



refere-se ao contrato de operação e manutenção com Dona Francisca, firmado em 03 de janeiro de 2000, pelo qual recebeu no ano de 2009 R\$ 2.753.

II) Transmissora Porto Alegreense Ltda

A Concessionária possui investimentos avaliados pelo custo na Transmissora Porto Alegreense Ltda. Através de memorando entre as partes ficou sob responsabilidade da Concessionária a Operação e Manutenção do Empreendimento, sendo que no ano de 2009 não foram prestados serviços dessa natureza.

(e) Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração e encargos dos Administradores até dezembro de 2009 foi de R\$ 489 (R\$ 185 em 31 de dezembro de 2008) (vide Nota Explicativa 10). Os Diretores e Conselheiros da Patrocinadora, sem vínculo empregatício com esta, estão vedados de participar da Fundação ELETROCEEE conforme estabelecido em seu estatuto, entretanto, para os empregados que exerçam cargo de Diretor ou Conselheiro, é respeitado o estabelecido no Regulamento do Plano de Benefício respectivo.

(f) Outras partes relacionadas

I) Fundação ELETROCEEE

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT proporciona a seus funcionários a opção de se associarem a um plano de benefícios pós-emprego, sendo que para os funcionários admitidos na Concessionária até o ano de 2002 foi oferecida a participação no plano de benefício definido denominado Plano Único o qual, atualmente, está em extinção. Após 2002 o plano de benefícios oferecido é o CEEEPREV, que se caracteriza por ser um plano de contribuição definida.

Os saldos existentes relacionados com a Fundação ELETROCEEE são os seguintes:

CONTAS PATRIMONIAIS	Nota Explicativa	2009	2008
PASSIVO CIRCULANTE			
Empréstimo Fundação ELETROCEEE / Aluguel / Imóveis	7.2	5.703	5.369
Contribuição Patrocinadora - Fundação ELETROCEEE ..	6.4	3.070	3.443
Empréstimo Fundação ELETROCEEE Contr. 1254	6.4	11.208	12.405
Total a Pagar		<u>19.981</u>	<u>21.217</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimo Fundação ELETROCEEE / Aluguel / Imóveis	7.2	14.773	19.557
Empréstimo Fundação ELETROCEEE Contr. 1254	6.4	84.989	92.349
Total a Pagar		<u>99.762</u>	<u>111.906</u>



CONTAS DE RESULTADO

	2009	2008
Despesas Operacionais - Pessoal	(43.995)	(37.397)
Contribuição Patrocinadora - Fundação ELETROCEEE.....	(28.652)	(18.153)
Empréstimo Fund. ELETROCEEE Contr. 1254	(12.967)	(16.669)
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos	(2.376)	(2.575)
Despesas Financeiras	(2.816)	(3.913)
Aquisição de bens	(2.816)	(3.913)
Total	(46.811)	(41.310)

II) Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT também reconhece como partes relacionadas as empresas que possuem como acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, entretanto, não realiza transações com estas partes.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM através da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 e Deliberações nº 550 de 17 de outubro de 2008 e nº 566 de 17 de dezembro de 2008, estabeleceu a divulgação de Instrumentos Financeiros em nota explicativa, reconhecidos ou não nas suas demonstrações financeiras.

A Concessionária não possuiu operações com características de derivativos no período findo em 31 de dezembro de 2009, conforme definido na referida instrução.

Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, vinculados aos projetos específicos de infraestrutura básica, obtidos em moeda estrangeira, junto as instituições internacionais, assim como os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projetos, obtidos em moeda nacional, junto à Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS, à Fundação ELETROCEEE e FIDC estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Concessionária são os seguintes:

a) *Risco de Taxa de Câmbio*

O endividamento e o resultado das operações da Concessionária são afetados significativamente pelo fator risco de taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2009 a Concessionária possui empréstimos em moeda estrangeira no montante de R\$ 87.592. A Concessionária não mantém operações financeiras com finalidade de proteger-se dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de juros e cambiais.

b) *Risco de Crédito*

A Concessionária atua nos mercados de Geração e Transmissão de energia elétrica, na sua área de concessão conforme previsto nos contratos de concessão assinados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

c) *Risco de Preço*

Os preços referentes aos contratos de Geração, até 2004 eram autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a partir da realização do leilão 001/04 a geração passou a comercializar sua energia com um grande número de distribuidoras, a preços definidos pelo mercado. A



Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e corrigida pelo IGP-M.

As tarifas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico - financeiro da concessão.

d) Risco de Mercado ()*

A energia da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT foi comercializada através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CEAR's e através de Contratos Bilaterais no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

A Concessionária detém o risco de desconstrução de sua energia previstos na legislação citada acima.

Os montantes comercializados estão relacionados na tabela abaixo:

Tipo de Contratação	Produto	MWh	MW Médios	Participação(%) Energia
CCEARS	2005-2012	2.123.718	2909,15	52,12
	2006-2013	1.169.519	1739,18	28,70
	2007-2014	131.399	180,03	3,22
	2009-2016	78.839	108,11	1,93
ACL	2009	256.703	345,45	6,30
Sobras de energia	Mercado de Curto Prazo	314.282	432,73	7,71
Total		4.074.460	5.714,65	100,00

As sobras de energia foram vendidas no mercado de curto prazo e, portanto, sujeitos a variação dos preços deste mercado (nota explicativa nº 9.1.a).

(*) Dados em MWh não passíveis de exame pelo auditor independente.

e) Risco de não Renovação das Concessões

A Concessionária detém concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia.

A Lei nº 9.074/95 não prevê a renovação das concessões cujos contratos já foram prorrogados. Até o momento existem indefinições quanto à renovação dos contratos de concessão dos serviços de Geração e Transmissão que vencem entre 2015 e 2031.

17. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO DE RESULTADOS

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT possui um programa de participação dos empregados nos resultados cujo objetivo é incentivar a melhoria de qualidade, níveis de produtividade e resultados globais da Concessionária, através do comprometimento de todos os empregados. O montante contabilizado em 2009 totalizou R\$ 2.608.

18. QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT trata as questões socioambientais de forma clara, objetiva e continuada, de maneira a minimizar impactos ambientais negativos e potencializar impactos ambientais positivos decorrentes de suas atividades.

Em 2009, dentre as ações voltadas à preservação de meio ambiente destacam-se:

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT fez o descarte de aproximadamente 6.941 lâmpadas, 11m³ de resíduos industriais, sendo realizados os descartes ecologicamente corretos.



O projeto Recicle é responsável pela coleta seletiva de lixo seco e orgânico, bem como recolhimento de pilhas e baterias de celulares nas dependências da Concessionária. Em 2009 foram doados a comunidades carentes 10,4 toneladas de resíduos entre lixo seco, papel e sucatas.

Com o Programa de Repovoamento de Alevinos foram soltos 410.000 unidades de peixes nos reservatórios da CEEE - GT, devidamente autorizada pelo órgão ambiental. Os alevinos são originários do Posto de piscicultura localizado junto à UHE Ernestina, no município de Tio Hugo.

Em dezembro de 2009 a empresa obteve a renovação da "Certificação Ambiental" da Usina Hidrelétrica de Canastra e da Sede da Divisão do Sistema Salto, com base na NBR ISO 14.001/2004. Com as oficinas de Eco Arte, em 2009 a Concessionária promoveu 28 eventos reunindo um público de 1.061 participantes. O projeto busca através da arte valorizar os conceitos ligados ao meio ambiente e combate ao desperdício.

Nas linhas de transmissão foram promovidas atividades de monitoramento da avifauna, diagnóstico ambiental, incluindo avaliação arqueológica e aspectos bióticos, bem como o acompanhamento técnico ambiental.

Foi dada continuidade ao convênio firmado com a Prefeitura de Cachoeirinha para utilização das faixas de segurança de linhas de transmissão, em áreas urbanas, através de hortas comunitárias como forma de minimizar o intrusamento e proporcionar melhor qualidade de vida para as populações do entorno dos empreendimentos.

Foram realizados estudos para Obtenção de Licença de Operação para capina química em todas as áreas das 60 subestações.

RECURSOS APLICADOS

	2009	2008
Ativo.....	1.481	1.489
Resultado	1.836	1.518
	3.317	3.007

19. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

a) Geração – Comercialização de Energia (*)

A energia da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT foi comercializada nos Leilões de Energia Existente, realizados no Ambiente de Contratação Regulada a partir de Dezembro de 2004, através de Ofertas Públicas realizadas pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT e participação em chamadas públicas de compradores.

Em 12 de setembro de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT realizou a Oferta Pública de Venda de Energia 003/2007 para o Ambiente de Contratação Livre, na qual foi comercializada a cota de energia da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT do Consórcio MAESA (UHE Machadinho) e sobras de energia decorrentes da descontração de CCEARs.

A tabela a seguir apresenta os montantes de energia comercializados em cada leilão ou oferta e o período de encerramento do contrato. A redução entre os montantes inicialmente contratados e os valores atuais decorrem da aplicação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD.



AMBIENTE	AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA (ACR)					AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL)	
	Leilão/Ofereta	1º LEE	3º LEE	4º LEE	5º LEE	Contratos	Ofereta 003/2007
Data	07/12/04	11/10/05	11/10/05	14/12/05		Bilaterais de	12/09/07
Produto	2005-2012	2006-2013	2006-2008	2009-2016	2007-2014	Curto Prazo	2009-2014
Montantes Iniciais	260,00	152,00	9,00	9,00	15,00		
2008	242,43	144,92	8,48	-	15,00	3,43	25,00
2009	242,43	144,92	-	9,00	15,00	-	20,00
2010	242,43	144,92	-	9,00	15,00	-	20,00
2011	242,43	144,92	-	9,00	15,00	-	20,00
2012	242,43	144,92	-	9,00	15,00	-	20,00
2013	-	144,92	-	9,00	15,00	-	20,00
2014	-	-	-	9,00	15,00	-	20,00
2015	-	-	-	9,00	-	-	-
2016	-	-	-	9,00	-	-	-

(*) Dados em MWm não passíveis de exame pelo auditor independente.

b) Receita Anual Permitida da Transmissão

b.1) Revisão Tarifária Periódica

De acordo com a Décima e a Décima Primeira Subcláusulas da Cláusula Sexta do Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/01, assinado entre a CEEE e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 1º de outubro de 2001, as Revisões Tarifárias Periódicas devem ocorrer de 4 em 4 anos sendo a primeira em 2005 e a segunda em 2009. A primeira Revisão Tarifária Periódica da parcela referente à Rede Básica Novos Investimentos - RBNI, componente da Receita Anual Permitida – RAP que deveria ter ocorrido em julho de 2005 só aconteceu em julho de 2007.

No ano de 2009 deveria ter ocorrido a 2ª Revisão Tarifária Periódica, que não aconteceu, pois a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL adiou a implantação para 2010, devido a fortes pressões das empresas de Transmissão. Esta revisão deverá acontecer em julho de 2010 com base nas obras que entraram em operação no período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2008.

b.2) Reajuste Tarifário - Transmissão

A Resolução Homologatória nº 843 de 25 de junho de 2009 e Nota Técnica nº 040/2009-SRT ANEEL de 22 de junho de 2009 determinaram os valores da Receita Anual Permitida das Concessionárias de transmissão de energia para o período de 2009/2010. Na Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, o impacto sobre a receita total (RBSE + RBNI) foi de 10,09% líquidos, com vigência a partir de 1º de julho de 2009.

A mesma resolução apurou o valor negativo líquido de tributos, de R\$ 16.779, referente à parcela de ajuste sobre a Receita Anual Permitida do período 2009/2010 que deverá ser compensado nas tarifas do período de julho de 2009 a junho de 2010. Tais valores foram registrados contabilmente na rubrica Passivo Regulatório no Passivo Circulante (Nota Explicativa 6.5).

b.3) Formação da Receita da Transmissão – RBNI

A primeira autorização de receita e, portanto, a primeira RBNI, aconteceu em 25/10/2000. Assim, a evolução da receita ao longo do primeiro período tarifário foi consequência exclusiva da aplicação do mecanismo de reajuste previsto no Contrato de Concessão, com atualização pelo do índice IGP-M.

De acordo com cláusula contratual, a primeira revisão tarifária periódica ocorrida em julho/2007, com base em junho/2005, destinou-se apenas às novas instalações, designadas de RBNI, autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a partir de 2000 mediante ato específico, com direito a uma receita anual permitida inicial. Este valor permaneceu fixo, sendo apenas reajustado



anualmente, até a revisão tarifária subsequente, quando então a receita foi reposicionada a partir da base de remuneração e dos custos operacionais.

De acordo com a Nota Técnica nº 065/2006 – SRT/ANEEL, Anexo V da NT nº 068/2006 – SRT/ANEEL, de 18/04/2006, as obras que ainda não passaram pela revisão tarifária periódica (RBNI após julho/2005) terão o perfil de remuneração alterado de "degrau" para "plano" na próxima revisão da transmissão, prevista para julho/2009. A alteração da RAP, está fundamentada no item III.1.5, parágrafos 49 e 50 da referida Nota Técnica e foram transcritos abaixo:

Parágrafo 49. No caso de novas instalações autorizadas por meio de Resolução específica, deverão ser adotados os mesmos critérios propostos na remuneração das novas instalações para fins de revisão tarifária. Por se tratarem de equipamentos bem identificados e com data de entrada em operação e vida útil regulatória conhecidas, torna-se conveniente estabelecer a remuneração através de uma anuidade que será atribuída ao ativo, ou unidade modular, estabelecendo um perfil de remuneração plano.

Parágrafo 50. Essa receita deverá ser calculada considerando um fluxo de caixa durante toda a vida útil da instalação. Para atender ao princípio da continuidade do serviço público, quando o ativo tiver sido totalmente depreciado, o concessionário deverá substituí-lo para ter o direito de permanecer com a mesma receita, evitando, assim, saltos tarifários entre gerações de usuários."

Assim, a receita das novas obras (RBNI) constante da RAP apresenta duas situações:

1. Obras da RBNI que foram objeto da revisão tarifária periódica em julho/2007- obras que entraram em operação comercial até junho/2005, tiveram sua receita alterada de degrau para plano;
2. Obras da RBNI que ainda não foram objeto de revisão tarifária periódica - a esta receita aplicam-se os critérios de reajuste e revisão previstos no contrato, ou seja, no cálculo da receita tem uma redução de 50% a partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, estendendo-se até o término do prazo da concessão fixado no contrato. Os impactos desta redução de receita são diluídos conforme contratos de concessão que tem vencimentos diferenciados.

b.4) Reforços Implantados

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT teve reconhecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a receita de reforços implantados que não estavam sendo remunerados na Subestação Porto Alegre 8 e na Linha de Transmissão de 230 kv Gravataí 2 x Porto Alegre 8. A empresa continua pleiteando junto a ANEEL a receita de reforços implantados nas subestações de Campo Bom, Livramento 2, Porto Alegre 10, Porto Alegre 13 e Pelotas 3.

b.5) Parcela Variável

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT obteve uma redução de R\$ 993 relativos Parcela Variável, devido à indisponibilidade de Linhas de Transmissão e Equipamentos em Subestações.

c) Processo do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D ()*

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D, por saída de consumidores livres, alterações de mercado até 4% a partir do ano seguinte, e a entrada em operação da energia decorrente de contratos assinados até 16 de março de 2004, previstos pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, cujas regras foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 161 de julho de 2005 e homologadas pela Resolução ANEEL nº 211 de 03 de outubro de 2005, reduziram os montantes de



energia e potência associada consideradas nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Em decorrência da aplicação do MCSD, ocorreram reduções contratuais para Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT de 17,57 MW médios do produto 2005-2012, 7,08 MW médios do produto 2006-2013 e 0,52 MW médios do produto 2006-2008 desde o início dos respectivos contratos. Esta energia descontratada foi comercializada novamente, nos leilões de energia do ACR e em ofertas realizadas pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, gerando a contratação de montantes apresentados na tabela anterior.

O saldo de energia descontratada está sendo comercializada através de ofertas públicas mensais ou liquidada no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação de Diferenças.

(*) Dados em MW não passíveis de exame pelo auditor independente.

d) Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE


Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
ATIVO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 4.2.a)	6.760	1.814
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
(*) Ressarcimento Acordo - CCEE (vide nota explicativa 5.1)	65.777	65.136
PASSIVO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 6.11)	1	(583)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo	(73.058)	(73.058)
Total	<u>(520)</u>	<u>(6.691)</u>

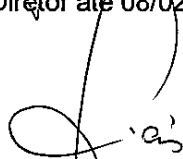
(*) Valor referente ao acordo de ressarcimento correspondente a despesas com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, denominada como “Energia Livre”, realizadas durante o período de racionamento, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Este valor está sendo cobrado dos consumidores finais dos submercados sujeitos ao racionamento pelas respectivas distribuidoras e será repassado à Concessionária.




SÉRGIO CAMPS DE MORAIS
Diretor-Presidente



CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA
Diretor

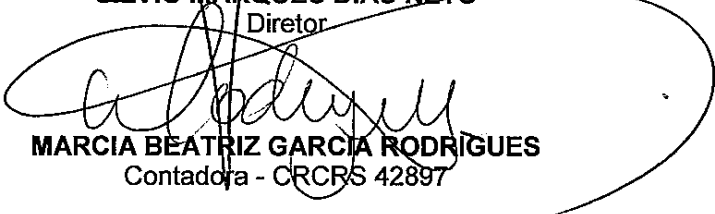

SÉRGIO TADEU LADNIUK
Diretor até 08/02/2010


SÉRGIO SOUZA DIAS
Diretor


ROGÉRIO SELE DA SILVA
Diretor


JOSÉ FRANCISCO PEREIRA BRAGA
Diretor


SILVIO MARQUES DIAS NETO
Diretor


MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES
Contadora - CRCRS 42897



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES – SEM RESSALVA

Aos administradores e acionistas

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

Porto Alegre - RS

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT em 31 de dezembro de 2009 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme detalhado na nota explicativa nº. 19.d. às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2009, a Companhia tem registrado no ativo não circulante valores a receber nos montantes de R\$ 65.777, referentes ao reembolso a receber da Revisão Tarifária Extraordinária, e no passivo não circulante valores a pagar no montante de R\$ 73.058, relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE) ocorridas em exercícios anteriores. Esses valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e podem estar sujeitos à modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos pela Companhia e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras do mercado em vigor para aquele período. Os demais assuntos regulatórios que impactam as demonstrações contábeis estão descritos na nota explicativa nº 19 às demonstrações contábeis.



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES – SEM RESSALVA

Aos administradores e acionistas

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

Porto Alegre - RS

5. Conforme descrito na nota explicativa nº 6.8 a, em 20 de novembro de 2009 a Companhia aderiu ao novo programa de parcelamento de tributos federais estabelecido pela Lei nº 11.941 de 27 de Maio de 2009(REFIS IV). As diferenças entre os valores registrados na contabilidade e os informados no sistema junto a Receita Federal, relativamente aos débitos existentes no Pedido de Parcelamento Especial – PAES até 30 de setembro de 2009 foram incluídas na composição do saldo do novo parcelamento. A Companhia aguarda a definição dos trâmites na Receita Federal relativos ao Processo Administrativo solicitando a homologação dos valores calculados, sendo que a contabilização e classificação das dívidas foram efetuadas de acordo com as condições estabelecidas nos programas. Conseqüentemente, a confirmação da totalidade das obrigações dependerá da finalização, pelas autoridades competentes, das análises das dívidas declaradas. Assim, somente após a conclusão desta análise será possível determinar os possíveis reflexos nas demonstrações, se houver.
6. Conforme descrito na nota explicativa número 6.4 d, a Concessionária optou por reconhecer em suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2009 o montante de R\$ 1.376.430 decorrente do trânsito em julgado em 31 de março de 2009 da decisão proferida nos autos da Ação Ordinária ajuizada em face da União Federal, onde a Companhia teve reconhecido o direito de computar na Conta de Resultados a Compensar (CRC) os valores pagos a título de complementação/suplementação de aposentadoria com os servidores ex-autárquicos que integravam seu quadro. A Companhia aguarda designação do perito judicial para definição dos valores, no processo de liquidação de sentença, porém o montante contabilizado está suportado pelo cálculo realizado pelo perito assistente contratado pela Administração. Conseqüentemente, somente após a homologação dos cálculos do perito pelo juízo da liquidação será possível determinar os reflexos nas demonstrações contábeis, se houver, bem como a realização destes créditos, considerando que as formas de utilização do saldo credor da Conta de Resultados esta disciplinada em lei federal (Lei nº 8.631/93).
7. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram por nós revisadas e o nosso parecer emitido em 13 de março de 2009, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase sobre os mesmos assuntos dos parágrafos 4 e 5.

Porto Alegre, 01 de março de 2010.

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Sócio-contador
CRC RS 042460/O-3
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2 SP013439/O-5 "S" RS



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como o Parecer dos Auditores Independentes, BDO Trevisan Auditores Independentes, e informações complementares da Administração os quais demonstram que o pagamento dos dividendos é incompatível com a situação financeira da Companhia conforme observado no relatório de Fluxo de Caixa, opinam favoravelmente a proposta apresentada em conformidade com o disposto no Art. 202, §§ 4º e 5º, da Lei 6404/76, e que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas, observado o parágrafo 6 do Parecer dos Auditores Independentes.

O Conselho Fiscal registra, também, que remanesce a questão relativa aos encargos assumidos pela Companhia, decorrentes das aposentadorias de ex-autônticos e suplementados, para as quais inexistente cobertura tarifária.


Porto Alegre, 01 de março de 2010.


Argeu de Souza e Silva
Presidente


Fernando Magalhães Coronel
Conselheiro


Rodrigo Vilella Ruiz
Conselheiro


Moacir Bortolan Silva
Conselheiro

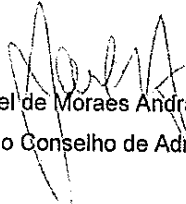

Vicente Paulo M. de Brito Pereira
Conselheiro



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2009, encerrado em 31 de dezembro de 2009, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 1º de março de 2010.


Daniel de Moraes Andrade,
Presidente do Conselho de Administração.



Sérgio Camps de Moraes


Adalberto Caino Silveira Netto

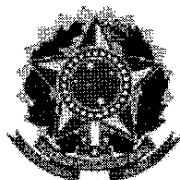

Ivan Cezar Bertuol


Márcio Baldino Karam


Cláudio Antônio Manfrói


Egidio Schoenberger


Vicente José Rauber



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES DO AMARAL
REGISTRO.....	: RS-042897/O-5
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 318.743.200-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 11.03.2010 as 08:39:56.

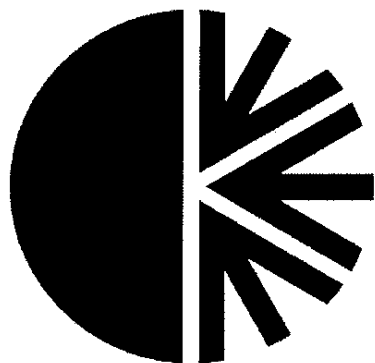
Válido até: 07.09.2010.

Código de Controle: 76333.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Estadual de
Distribuição de
Energia Elétrica - D**





CEEE
DISTRIBUIÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.
Valores expressos em milhares de reais.**

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	03
2. PERFIL.....	04
3. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	05
3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	05
3.2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA.....	07
4. INVESTIMENTOS.....	07
4.1. EXPANSÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES.....	08
4.2. REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA DISTRIBUIDORA.....	09
4.3. OPERAÇÃO VERÃO LEGAL.....	09
4.4. PROGRAMA DE PERDAS COMERCIAIS.....	10
4.5. PROGRAMA LUZ PARA TODOS – PLT.....	10
4.6. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	10
5. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	11
5.1. MARCA E IMAGEM.....	11
5.2. PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO – P&D.....	12
5.3. PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE.....	13
5.4. PROGRAMA RELUZ.....	14
5.5. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO.....	14
6. GESTÃO DE PESSOAS.....	15
6.1. RECURSOS HUMANOS.....	15
6.2. BENEFÍCIOS.....	16
6.3. SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL.....	16
6.4. TREINAMENTO.....	17
7. SUSTENTABILIDADE.....	17
7.1. AÇÕES CULTURAIS.....	17
7.2. AÇÕES SOCIAIS.....	18
7.3. AÇÕES AMBIENTAIS.....	19
8. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS.....	20
8.1. INGRESSOS EXTRA-OPERACIONAIS.....	21
8.2. OUTROS FATOS RELEVANTES.....	22
9. BALANÇO SOCIAL.....	23
10. RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	24
AUDITORES INDEPENDENTES.....	25
AGRADECIMENTOS.....	26
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
BALANÇO PATRIMONIAL.....	28
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	29
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	30
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	31
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	32
NOTAS EXPLICATIVAS	
NOTAS EXPLICATIVAS.....	33
PARECER	
PARECER AUDITOR INDEPENDENTE.....	88
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	90
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	91



Relatório da Administração 2009

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal, manifestação do Conselho de Administração e de um breve relato dos principais itens e questões relacionados à atividade da CEEE-D no ano de 2009.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Ao longo de 2009, vivenciamos um período de retomada do crescimento econômico e do consumo de energia elétrica, com a alavancagem da produção industrial em função da redução das alíquotas dos impostos. Complementarmente, as altas temperaturas também elevaram o consumo, beneficiando o faturamento, impondo à CEEE-D muitos desafios relacionados à distribuição de energia elétrica, além dos problemas causados por condições meteorológicas adversas extremas, observadas no Estado, principalmente a partir do mês de maio.

Nesse ano, iniciamos o Programa de Melhoria dos Processos de Gestão – Pró-Gestão, com o auxílio do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade – PGQP, desenvolvido em seis frentes estratégicas, nas quais todos os colaboradores se engajaram com dedicação. O ano de 2009 também marcou a conquista da certificação ISO 9001, graças a intensa mobilização de grande parte de nossa equipe.

No que tange a investimentos, a CEEE-D executou em obras e infraestrutura o equivalente a R\$ 167,9 milhões, permitindo o desenvolvimento dos negócios. A escolha de Porto Alegre como uma das cidades brasileiras a sediar a Copa do Mundo em 2014, nos traz muita satisfação. Por outro lado, a concessionária deverá investir cerca de R\$ 330 milhões adicionais até 2013, permitindo a expansão e a melhoria de todo o sistema elétrico da região metropolitana e área de abrangência.

A CEEE-D, cumprindo com sua Missão, atendeu ao seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, investindo em projetos sociais e culturais, pautados pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades. Destaque para os seguintes projetos: Projeto Social Vila Bom Jesus que visa a promoção da inclusão, desenvolvimento e articulação sócio-econômica e geração de renda do bairro Bom Jesus atingindo aproximadamente 35.000 pessoas, e o Projeto Pescar oferecendo 17 oportunidades para jovens, entre 16 e 19 anos, para o Curso de Iniciação Profissional em Eletricidade, além de Oficinas de Ecoarte que, em 2009, foram promovidas pela concessionária nos municípios da área de concessão, contando com a participação de 1.648 pessoas.

Em 2010 teremos grandes desafios, dentre eles, a implantação das Normas Internacionais de Contabilidade e a continuidade do Pró Gestão e seus desdobramentos estratégicos, permitindo à CEEE-D alcançar níveis maiores de qualidade e transparência na Gestão, tendo como objetivo atender cada vez melhor nossos mais de 3,6 milhões de clientes, motivo pelo qual nos orgulhamos e trabalhamos com afinco.

Na certeza de ter correspondido às expectativas, a Administração ratifica seu compromisso expresso na Política de Excelência em Gestão, contribuindo para o desenvolvimento da sua Região, do Estado e do País e agradece a confiança de nossos clientes, acionistas e comunidade, assim como o empenho e a dedicação de nossos colaboradores.



2. PERFIL

A CEEE-D é uma empresa de economia mista, originada do processo de reestruturação societária, em novembro de 2006, da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE. No ano de 2009 a Concessionária atendeu um total de 1,44 milhões de unidades consumidoras cativas, representando um aumento superior a 2% em relação ao ano de 2008.

A CEEE-D apresenta como característica particular entre as concessionárias do Estado do Rio Grande do Sul a cobertura da região litorânea do Estado. Em razão disso, só no Litoral Norte, onde residem 319 mil pessoas, deslocam-se aproximadamente 1 milhão de pessoas durante o período de verão, gerando um incremento mensal de R\$ 52 milhões e um consumo mensal de 142 milhões de kWh. No Litoral Sul, onde há 13 mil pessoas residentes, deslocam-se aproximadamente 200 mil veranistas nesse período, contribuindo para um faturamento total projetado de aproximadamente R\$ 2,9 milhões e um consumo de 7,3 milhões de kWh.

Uma das ações prioritárias da Concessionária em 2009 foi o Programa de Melhoria dos Processos de Gestão – Pró-Gestão da CEEE-D, que desenvolveu diversas ações com o apoio da Consultoria da Associação Qualidade RS – PGQP. Partindo de um diagnóstico do Sistema de Gestão da CEEE-D, realizado no período de janeiro a março de 2009, o PGQP comparou as práticas da Concessionária com o Modelo de Excelência em Gestão – MEG. A partir das recomendações advindas do diagnóstico, foram desenvolvidas seis frentes de trabalho, a saber: Gestão Estratégica, Gestão Orçamentária, Gestão de Processos, Programa de Comunicação Interna e Externa, Desenvolvimento de Lideranças e Análise de Aderência e Atualização do SIG para ERP.

A frente de Gestão Estratégica apresentou como uma das principais ações a reformulação da identidade corporativa do Grupo, para busca de adequação das Concessionárias às demandas atuais do setor de energia. Com isso, a CEEE-D passa a ter:

- Missão: “contribuir para o desenvolvimento da sociedade atuando no setor de energia e negócios associados com segurança, rentabilidade e sustentabilidade”.
- Visão: “ser referência nacional no setor de energia pela excelência na gestão e prestação de serviços, expandindo seus negócios de forma sustentável”.
- Valores: “ética, segurança, sustentabilidade, excelência técnica e valorização das pessoas”.

O ano também mobilizou os funcionários da Concessionária para a obtenção da certificação da ISO 9001:2008. Cumprindo uma exigência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, agência que regula e fiscaliza o setor elétrico, a CEEE-D certificou com a ISO 9001 os processos de coleta de dados e apuração dos indicadores individuais e coletivos. O trabalho cruzou setores e estabeleceu uma nova forma de ver e gerir os processos do escopo. A iniciativa trará maior competitividade e satisfação dos clientes, além de reduzir custos devido à eliminação de retrabalhos e à implementação de sistema de gestão baseado em melhoria contínua. A primeira auditoria de certificação aconteceu em dezembro de 2009, e o resultado foi a recomendação de certificação, coroando um trabalho que envolveu mais de 1.500 colaboradores de 59 setores, 29 agências, seis gerências e 11 bases técnicas. O Comitê da Qualidade e a Diretoria da Distribuição promoveram mais de 40 reuniões de sensibilização e a formação de 16 auditores internos e de 32 multiplicadores. Para isso, foram distribuídas 1.500 cartilhas e diversos outros instrumentos de comunicação e treinamento. Para a formação do Sistema de Qualidade, foram criadas ou revisadas 17 normas e rotinas internas durante mais de 80 reuniões de trabalho, que contaram com o apoio de mais de 300 horas de consultoria.



3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEEE-D já possui um conjunto de ferramentas e práticas que lhe garante o relacionamento entre seus acionistas, conselheiros, executivos, auditores internos e independentes, otimizando o desempenho da Concessionária e protegendo os direitos das partes interessadas.

A Concessionária adota as seguintes práticas:

- Conselhos de Administração e Fiscal;
- Divulgação de informação à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Bovespa;
- Política de Negociação e Divulgação de Informações - CVM;
- Relacionamentos com Auditores Independentes;
- Balanços Trimestrais e Anuais;
- Informações Anuais;
- Informações Materiais esclarecidas como “Fato Relevante”;
- Divulgações extras na forma de Comunicado ao Mercado;
- Elaboração de Relatórios Internos;
- Divulgação de termos de contratos firmados entre a Companhia e Partes Relacionadas.

Com o objetivo de atender a Lei nº 11.638/07 e adoção das Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS, a Diretoria da Companhia constituiu Grupo de Trabalho visando implementar as referidas normas em 2010.

A Concessionária vem buscando formatar uma estrutura de Governança Corporativa com aplicação de melhores práticas de governança através do Programa de Melhoria da Gestão da Administração Pública – PMG AP. Este programa, baseado no Modelo de Excelência da Gestão – MEG do PGQP tem o objetivo de produzir os insumos necessários para o estabelecimento de um Plano de Melhoria da Gestão, para correção das lacunas a partir das oportunidades de melhoria identificadas.

3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

3.1.1. ASSEMBLÉIA GERAL

Além dos casos previstos em lei, houve duas reuniões extraordinárias, tendo como principais deliberações questões sobre a complementação da desverticalização da Concessionária e do grupamento de ações.

3.1.2. CONSELHO FISCAL

É composto de cinco membros e realizaram ao longo de 2009, 12 reuniões, tendo como principal objetivo a permanente fiscalização e controle da Gestão, em consonância com o que estabelece o Regimento.

3.1.3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Este colegiado reuniu-se 14 vezes durante o exercício, sendo duas, extraordinárias, tendo como principais deliberações a aprovação do Planejamento Estratégico, a Política de Excelência em Gestão, a implantação do Plano de Cargos e Salários.



3.1.4. DIRETORIA COLEGIADA

A Diretoria da CEEE-Par, empresa controladora da CEEE-D, é composta de seis membros, sendo um Diretor-Presidente e os demais Diretores sem designação específica, indicados pelo acionista Estado do Rio Grande do Sul e eleitos pelo Conselho de Administração. Os Diretores da CEEE-Par exercem seus cargos com dedicação exclusiva ao Grupo Econômico, competindo-lhes, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes nas sociedades controladas, conforme disposto no art. 27 caput e § 3º do Estatuto Social da Companhia.

Por conseguinte, a Diretoria da CEEE-GT e da CEEE-D são compostas por 8 membros, sendo um Diretor-Presidente, cinco Diretores indicados pelo acionista CEEE-Par e dois Diretores indicados pelos acionistas minoritários, todos eleitos pelo Conselho de Administração. As atribuições dos Diretores são definidas no momento da posse e compreendem as seguintes esferas de responsabilidade: Diretoria Administrativa, Diretoria Financeira e de Relação com Investidores, Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais, Diretoria de Geração, Diretoria de Transmissão e Diretoria de Distribuição.

3.1.5. AUDITORIA INTERNA

À Auditoria Interna compete a verificação da eficácia em nível de projetos, dos programas específicos aprovados e dos resultados obtidos em diferentes fases de execução, diante das políticas e metas fixadas pela Gestão da Concessionária e legislação aplicável. É atribuição da Auditoria Interna a fiscalização da eficiência e propriedade dos procedimentos dos sistemas e dispositivos de controle interno desenvolvidos pelos diferentes órgãos da CEEE-D na execução de suas atividades sistematizadas, de acordo com a legislação pertinente, regulamentos, normas e diretrizes internas fixadas pela Diretoria.

3.1.6. AUDITORES INDEPENDENTES

A CEEE-D utiliza os serviços de auditoria independente, contratada mediante processo licitatório, visando obter, ao final de cada exercício, mediante exames conduzidos de acordo com as normas de Auditoria aplicáveis no Brasil, sua opinião sobre as demonstrações contábeis, em todos os seus aspectos relevantes quanto à posição patrimonial e financeira da Concessionária.

3.1.7. OUVIDORIA

Os serviços de ouvidoria da CEEE-D são disponibilizados para sugestões e críticas, ampliando os canais de comunicação com seus clientes. O setor permite um tratamento equânime aos pleitos e às demandas oriundas da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, órgão fiscalizador no Estado.

Contando com um sistema totalmente informatizado desde 2007, em 2009 foram registradas 12.362 manifestações de clientes, sendo 3.280 reclamações e 9.082 informações, por meio de telefone, correio eletrônico, correspondências ou atendimento pessoal. Das reclamações, 26% foram relacionadas à interrupção de fornecimento.

Além dessas, foram registradas 2.738 manifestações, provenientes de clientes, encaminhadas pela AGERGS, onde 27% contestavam a cobrança por irregularidade na medição.

De todas as manifestações tratadas pela Ouvidoria no exercício de 2009, o índice de procedência alcançou 53% dos casos.



3.1.8. CONSELHO DE CONSUMIDORES

Em 2009 o Conselho reuniu-se em 10 oportunidades. Dentre elas, em setembro realizou uma reunião em Capão da Canoa com a comunidade local, para ouvir livre manifestação dos participantes, abrangendo os consumidores da Região Litoral Norte do Estado. Os problemas levantados por consumidores nas reuniões com a comunidade foram encaminhados para solução junto à área responsável.

O Conselho de Consumidores da CEEE-D, em 2009, participou de Encontros Estaduais em Caxias do Sul e Tapejara, além do Fórum Nacional dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica, no Rio de Janeiro, proporcionando o desenvolvimento de seus membros nas questões relativas ao setor elétrico estadual e nacional.

3.1.9. CÓDIGO DE ÉTICA

No dia 14 de outubro de 2009, foi constituído, através de resolução de Diretoria da CEEE-D, Grupo de Trabalho para formulação do Código de Ética. A partir da metodologia proposta pelo Instituto Ethos, foram designados representantes de cada área da concessionária, formando uma equipe multidisciplinar.

3.2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Tendo em vista a pequena quantidade de ações em circulação no mercado, a CEEE-D atualmente negocia suas ações em mercado de balcão organizado com pouca movimentação. No quadro a seguir apresentamos a composição acionária em 31 de dezembro de 2009:

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE - PAR	255.232.851	67,05	43.495	0,66	255.276.346	65,92
ELETOBRAS	122.681.434	32,23	3.505.584	53,44	126.187.018	32,59
MUNICÍPIOS	1.327.238	0,34	2.036.684	31,04	3.363.922	0,87
BM&F BOVESPA	1.400.335	0,37	906.413	13,82	2.306.748	0,60
OUTROS	27.412	0,01	68.382	1,04	95.794	0,02
TOTAL	380.669.270	100,00	6.560.558	100,00	387.229.828	100,00

Notas:

1 – Total de 389 Acionistas.

2 – Em novembro/2009 foi realizado o grupamento de ações na proporção de 1000 por 1.

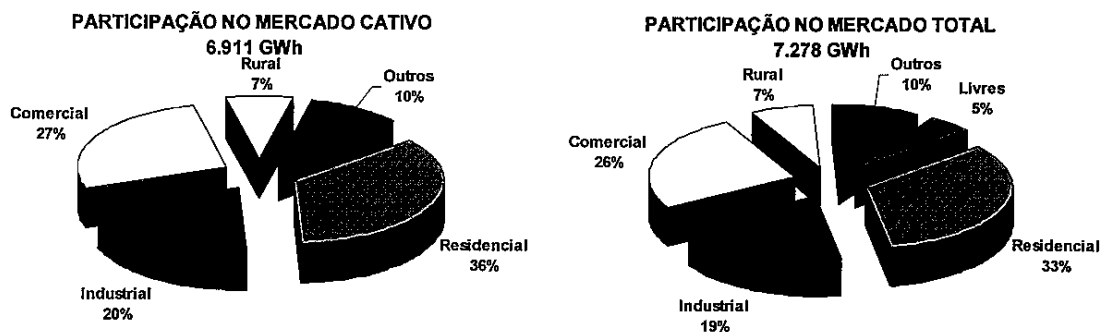
4. INVESTIMENTOS

De seu total de 1,44 milhões de unidades consumidoras cativas e 9 unidades de consumidores livres, em 2009, a CEEE-D forneceu diretamente ao mercado cativo 6.911 GWh, representando um crescimento de 0,5% em relação ao ano de 2008. Considerando-se o consumo livre, registrou-se uma redução de 0,5% em relação ao ano anterior, totalizando 7.278 GWh fornecidos em 2009.

Este resultado foi determinado pelo crescimento do consumo das classes residencial com 4,0%, comercial com 5,3% e uma forte retração dos consumos industrial cativo com -9,9% e o consumo



industrial livre com -15,2%, devido ao impacto da crise financeira internacional iniciada em outubro de 2008. Os gráficos a seguir apresentam as participações de mercado das classes de clientes da CEEE-D.



No ano de 2009, a carga total da CEEE-D foi de 8.771 GWh, representando um crescimento de 1,1% em relação ao ano de 2008.

A CEEE-D adquiriu os seguintes montantes de energia elétrica nos leilões em que participou durante o ano de 2009:

- 35,625 MW médios no 9º Leilão de Ajuste, em 20/02/2009, para fornecimento de 01/03/2009 a 31/12/2009;
- 31,7 MW médios no 8º Leilão A-1, realizado em 30/11/2009, para fornecimento a partir de 01/01/2010 até 31/12/2014;

Além da participação nos Leilões no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, a CEEE-D também adquiriu energia através do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, a saber:

- 11,455 MW médios no MCSD Trocas Livres de maio/2009, fornecidos a partir de julho/2009;
- 54,537 MW médios no MCSD Trocas Livres de agosto/2009, fornecidos a partir de setembro/2009;
- 2,429 MW médios no MCSD Mensal de setembro/2009, fornecidos a partir de setembro/2009;
- 36,57 MW médios no MCSD 4% 2009, com início de fornecimento a partir de 01/01/2010.

A energia adquirida foi alocada entre nos produtos 2005-2012, 2006-2013, 2007-2014 (1º e 5º leilões), 2008-2015 e 2009-2016. Os resultados do MCSD dependem da declaração de sobras de energia de outras distribuidoras.

Em 2009, foram realizados investimentos em subestações, linhas de transmissão, alimentadores, redes de distribuição, ramais de serviço, medição, sistema geo-referenciado, fabricação de postes, entre outros, totalizando R\$ 126,6 milhões. Esse valor apresenta o crescimento, em relação a 2008, na ordem de 32%.

Os principais investimentos realizados ao longo do ano pela Concessionária são retratados nos subitens que seguem.

4.1. EXPANSÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES

Em 2009 foram aplicados em expansão e manutenção de Subestações – SE e Linhas de Transmissão - LT o valor de R\$ 15,94 milhões, destacando-se as seguintes obras: ampliação da SE Porto Alegre 3 em 50MVA; construção da nova SE Dom Pedrito e da nova SE São Lourenço do Sul (aumentando a capacidade de transformação destas subestações); troca do transformador da SE



Camaquã 2 (duplicando a sua capacidade); adequação das Subestações Charqueadas 2, Tramandaí, Atlântida, Torres, Arroio do Sal, Rio Grande 3 e Bagé 1 (possibilitando o telecomando e suprimindo necessidade de carga de concessionárias no âmbito da Área de Concessão); LT 69 kV Bagé x Dom Pedrito, LT 69 kV Travessia Subaquática São José do Norte (empreendimento que agregará ao desenvolvimento do pólo naval em Rio Grande, assim como irá fornecer uma melhor qualidade no atendimento ao município de São José do Norte). Execução do projeto executivo e tratativas de licenciamento para a LT PAL 14 x PAL 15.

Os benefícios dessas obras refletem o compromisso em reduzir os riscos de corte no abastecimento de energia aos clientes da CEEE-D, além de aumentar a qualidade de atendimento da Concessionária.

4.2. REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA DISTRIBUIDORA

No processo de reestruturação e modernização da concessionária no ano de 2009, que incluiu diversos projetos, foram aplicados R\$ 17,02 milhões, destacando a remodelação e a adequação de agências, bases técnicas e departamentos. A implantação da primeira etapa do Plano de Sistema de Comunicação Móvel contou com aquisição de 16 estações bases para atender a área de concessão, 200 rádios para as camionetes de atendimento de emergência em redes de distribuição e 20 rádios para atendimento da manutenção de Linhas de Transmissão. No projeto de Renovação da Frota foram adquiridos nove caminhões cabine dupla com guindaste (para atender a manutenção de serviços de troca de postes e transformadores), 52 veículos para o Programa de Medição e Redução das Perdas Comerciais e a locação de 80 camionetes para atendimento do sistema de distribuição.

4.3. OPERAÇÃO VERÃO LEGAL

A CEEE-D esteve durante todo o ano de 2009 nas praias do Litoral Norte, Sul e nas praias de água doce no âmbito da área de Concessão. Após o veraneio iniciam-se ações técnicas, comerciais e administrativas para qualificar o atendimento da população que reside ou se desloca para as praias. O objetivo da campanha é agilizar e facilitar o atendimento no litoral do Rio Grande do Sul, bem como realizar a divulgação de ações e espetáculos culturais.

Para o Litoral Norte, que tem entre os principais municípios atendidos Balneário Pinhal, Arroio do Sal, Capão da Canoa, Cidreira, Imbé, Mostardas, Terra de Arreia, Torres, Tramandaí e Xangri-lá, a Concessionária disponibiliza 54 equipes, divididas em 45 leves e nove pesadas. Para reforçar o atendimento no verão de 2009, foram contratadas mais 13 equipes leves para o Litoral Norte e uma equipe média para Palmares do Sul. Ainda em 2009, foi realizado um investimento de R\$ 10,53 milhões, sendo R\$ 3,7 milhões para manutenção das Redes, Equipes Médias e reposição de rede de baixa tensão - BT, R\$ 1,78 milhão para melhoria de circuito, R\$ 1,5 milhão para manutenção preventiva, R\$ 2,25 milhões para o Programa Luz para Todos - PLT, R\$ 1 milhão para ampliação das redes urbanas, através do Programa de Universalização e R\$ 270 mil para alimentadores.

No Litoral Sul, com os principais balneários beneficiados sendo Laranjal, Cassino, Mar Grosso (São José do Norte), Hermenegildo (Santa Vitória do Palmar) e Barra do Chuí (Santa Vitória do Palmar), o sistema de trabalho também é dividido em duas categorias de equipes (leve e pesada), com 12 funcionários ao total. São quatro equipes leves e uma equipe pesada em Rio Grande. Para reforçar o atendimento no verão foram contratadas mais duas equipes leves para Santa Vitória do Palmar e uma para São José do Norte, e uma equipe média para São José do Norte e uma para Cassino. Os investimentos são de R\$ 8,11 milhões, divididos em R\$ 1,91 milhão para melhoria de circuitos, R\$ 2,98 milhões para manutenção de redes, equipes médias e manutenção preventiva, R\$ 3,12 milhões para o Programa Luz para Todos - PLT e R\$ 95 mil para o Programa de Universalização.



4.4. PROGRAMA DE PERDAS COMERCIAIS

4.4.1. FISCALIZAÇÃO

Para as atividades de fiscalização de unidades consumidoras, principal ferramenta para o combate às perdas comerciais, a CEEE-D conta com equipes próprias dedicadas exclusivamente a essa atividade, as quais, durante o ano de 2009, realizaram 61.635 inspeções, notificaram 11.156 unidades consumidoras que apresentaram irregularidade na medição de energia elétrica e constataram 3.959 avarias nos equipamentos. Em 2009, para as equipes de fiscalização, foram adquiridos 51 veículos, 35 microcomputadores, cinco notebooks e 69 máquinas digitais. Em 2009, o resultado dessa atividade foi o ingresso de R\$ 4,8 milhões aos cofres da concessionária, além do incremento do faturamento estimado em R\$ 4,5 milhões.

4.4.2. EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO

Em 2009, foram investidos R\$ 15,5 milhões em equipamentos de medição, sendo adquiridos 110.200 medidores e 2.400 transformadores para instrumentos (transformadores de corrente e de potencial), para possibilitar a realização dos diversos serviços comerciais, entre os quais está a ligação de novos consumidores e a realização da atividade fiscalização de unidades consumidoras.

4.5. PROGRAMA LUZ PARA TODOS – PLT

No ano de 2009 foram ligadas mais de 3.700 unidades consumidoras, parte incluída no Contrato EFCS-199/2007 e parte no Contrato EFCS-253/2009, celebrados com a Eletrobrás e parte no Convênio FPE 1387/2008, celebrado com o Governo do Estado, representando um investimento da ordem de R\$ 23 milhões.

O investimento total previsto, até o momento, no Programa Luz para Todos, considerando os Contratos e Convênios celebrados, é da ordem dos R\$ 162,77 milhões, dos quais R\$ 104,54 milhões de participação da CEEE-D com recursos próprios e financiamento pela Eletrobrás, com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, representando 64% do montante global; R\$ 50,71 milhões de participação do MME/ELETOBRÁS, subvencionados com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, representando 31% e R\$ 7,52 milhões de recursos do Governo do Estado, também subvencionados, representando aproximadamente 5% do total do PLT.

Em 15 de dezembro de 2009, o Governo do Estado e a CEEE-D celebraram o Convênio FPE 295/2009, no montante total de R\$ 5,88 milhões, dos quais o Estado repassará à CEEE-D, em 2010, R\$ 5 milhões subvencionados.

4.6. DESEMPENHO OPERACIONAL

No final do ano de 2009, foram significativos os eventos meteorológicos que atingiram o Rio Grande do Sul. De setembro a dezembro, foram registrados 17 vendavais, causando grandes prejuízos à população e à Concessionária. Como exemplo, a CEEE-D contabilizou, com o temporal do dia 19 de novembro, um prejuízo de R\$ 3 milhões com equipamentos e materiais (mais de 1.000 postes quebrados, redes rompidas, transformadores avariados ou inutilizados, entre outros). No litoral Norte, uma das regiões mais afetadas, houve a queda de 741 postes, sendo que somente em Palmares do Sul foram cerca de 200. Além disso, a interrupção de energia elétrica causou a perda de receita na ordem de R\$ 2 milhões. Apesar disso, a Concessionária, contando com 173 equipes, apresentou maior agilidade na prestação de serviços solicitados pela população entre as três concessionárias no Estado.

A CEEE-D disponibiliza diversos canais de comunicação em toda sua área de abrangência, visando o melhor atendimento aos seus clientes. Esta estrutura de atendimento é composta de 29 Agências e três Departamentos de Cobrança.



Em 2009, a estrutura de atendimento presencial foi ampliada com a abertura de 8 Postos de Atendimento ao Cliente - PACs. Esta ampliação decorre da identificação de necessidades específicas em localidades mais expressivas e já está aderente ao que foi proposto pela ANEEL na revisão da Resolução 456/2000. As localidades contempladas com a abertura de novos postos são: Lavras do Sul, Palmares do Sul, Arroio dos Ratos, Dom Feliciano, Cassino, Piratini, Cerrito e Chuí (somente período de veraneio).

Além da rede de atendimento presencial, a CEEE-D disponibiliza um portal de acesso a serviços via internet (em 2009, foram registrados no site 1,26 milhão de acessos) e um canal de atendimento por telefone, através do número 0800 721 2333.

4.6.1. TELEATENDIMENTO

Durante o ano, o número médio diário de chamadas atendidas foi de 6.908, com um tempo médio de atendimento de 2min36s por chamada, resultando em 2,521 milhões de atendimentos no ano. O serviço conta hoje com 217 empregados e 10 supervisores.

4.6.2. TERMINAIS TELEFÔNICOS HOT-LINE

Para possibilitar o acesso aos serviços prestados nas localidades que não dispõem de atendimento pessoal, assim como facilitar o contato de clientes, são disponibilizados terminais telefônicos Hot-line, programados para discagem direta ao Teleatendimento. Esses terminais estão instalados no pré-atendimento das Agências, nos Departamentos de Recuperação de Créditos e em locais de grande circulação de pessoas, tais como prefeituras municipais, estações rodoviárias, postos de saúde, postos de gasolina, farmácias, postos de correios e supermercados.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1. MARCA E IMAGEM

No setor elétrico há 67 anos, o Grupo CEEE agrega a sua marca valores que lhe conferem *status* de uma organização sólida, confiável e que presta relevantes serviços ao seu público de interesse.

A solidez e o reconhecimento da Marca são construídos ao longo do tempo, através da postura profissional e ética e, principalmente, em decorrência das ações positivas a ela associadas. Neste contexto, a Concessionária desenvolve, promove e apóia projetos, campanhas e eventos que reforçam os valores intrínsecos a sua Marca. Além disso, estimula, patrocina e participa de empreendimentos, principalmente nas áreas energéticas, de responsabilidade social, científica e ambiental.

O Grupo CEEE tem a consciência da importância de que seus empregados estejam mobilizados para que a gestão de Marca seja tratada com prioridade, pois entende que significa também a síntese dos valores da concessionária. A marca é, portanto, um elemento que não é efêmero, já que remete com mesmo poder ao passado, presente e futuro.

Neste sentido, em 2009, dois fatos comprovam essa consciência:

- A pesquisa Marcas de Quem Decide, realizada desde 1999 pelo Jornal do Comércio e o Instituto QualiData, mostra, em 2009, o Grupo CEEE foi classificado em primeiro lugar na categoria Empresa de Energia. A Concessionária mantém essa liderança nos dois quesitos avaliados pela pesquisa: lembrança e preferência, com 45,4% e 42,5% respectivamente. Os dados desta edição foram coletados no período de 25 de novembro de 2008 a 25 de janeiro de 2009, através de entrevistas junto a 480 empresários, executivos e profissionais liberais, em mais de 40 dos principais municípios do Rio Grande do Sul, distribuídos em sete regiões de todo o Estado.



- Há 19 anos, a revista Amanhã realiza a pesquisa *Top of Mind*, que mede lembrança espontânea de marcas. A pesquisa dá mostras inequívocas de que o consumidor tende a lembrar de marcas que usa, deseja ou prefere. A amostra de 2009 foi escolhida a partir da técnica de amostragem aleatória, proporcional à população das regiões de Porto Alegre, Grande Porto Alegre e interior. O Grupo CEEE foi considerado a 4ª empresa pública mais eficiente no *Top of Mind 2009*.

5.2. PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO – P&D

Em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e suas alterações, as concessionárias devem investir um percentual da sua Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D. Este valor é repassado ao consumidor na conta de energia elétrica, através do item “Encargos Setoriais”.

Os projetos de P&D iniciaram no Ciclo 2001/2002 e resultaram na execução de 85 projetos totalizando o montante de investimentos em R\$ 13,4 milhões, dentre os quais apresentamos a seguir os principais projetos em 2009.

Projeto	Perfil	Status
Melhoria da Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho	Desenvolver método para integrar a segurança no trabalho a outras funções gerenciais do setor de distribuição CEEE.	Em Andamento
Estudo e desenvolvimento de um Filtro Ativo Série-Paralelo para Compensação de Tensão e Corrente em BT	Desenvolvimento de protótipo de filtro ativo de potência série-paralelo para a compensação de harmônicos de corrente/tensão, o desequilíbrio de tensão em sistemas de distribuição e possíveis afundamentos ou sobretensões, visando-se a melhoria da qualidade de energia elétrica.	Em Andamento
Desenvolvimento e aplicação de produtos ecologicamente corretos na manutenção preventiva de postes de madeira instalados em redes de distribuição de energia elétrica	Desenvolver produto ecologicamente correto e com fonte renovável que proteja postes de madeira na linha da terra onde ocorre a atuação de microorganismos que causam apodrecimento da madeira.	Em Andamento
Otimização do controle e minimização das transgressões dos níveis de tensão no sistema de distribuição da CEEE	Prever a influência do número de comutações dos transformadores com mudança de tap sob carga na qualidade da energia, considerando os parâmetros do regulador e características operacionais do sistema de potência, melhorando a qualidade da energia fornecida para os consumidores.	Em Andamento
Localização de Falhas em Redes Subterrâneas	O objetivo principal do projeto é o estudo e desenvolvimento de um protótipo para localização do ponto exato de falha	Em Andamento



	(curto) no sistema elétrico subterrâneo.	
Desenvolvimento, Estudo e Implementação de um Sistema de Análise de Transitórios em Redes de Distribuição, Oriundos de Descargas Atmosféricas e de Chaveamentos	Desenvolver ábacos para analisar, de forma rápida, o desempenho do sistema de distribuição quando da incidência de surtos devido a descargas atmosféricas e a chaveamentos na rede; objetivando diminuir os custos oriundos dos desligamentos e interrupções da rede de distribuição e os prejuízos aos consumidores.	Em Andamento
Metodologia para Estabelecimento de Estrutura Tarifária para o Serviço de Distribuição de Energia Elétrica.	Assegurar tratamento não discriminatório a todos os usuários dos sistemas de transmissão e de distribuição; assegurar a cobertura de custos compatíveis com o custo padrão; induzir a utilização racional dos sistemas elétricos.	Em Andamento
Sistema de Supervisão da Rede Elétrica de Distribuição	Determinar as características elétricas do ramo de circuito desde o transformador de distribuição até o ramal de ligação dos consumidores. Desenvolver e montar protótipos de <i>hardware</i> , integrantes do sistema, medição e controle de consumidor de rede energia elétrica.	Concluído
Projeto e Implementação de Sensores Inteligentes	Implementar um módulo de Transdução inteligente (STIM), desenvolver um sistema de <i>hardware</i> incorporando a transmissão e instrumentação. Desenvolver o protocolo de comunicação.	Concluído

5.3. PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE

A ANEEL regulamentou a aplicação de recursos pelas concessionárias, em ações de combate ao desperdício de energia elétrica e pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, para a realização de projetos visando à eficiência energética. O montante a ser aplicado que visam estimular o uso racional e eficiente da energia elétrica por parte dos consumidores finais a 0,5% da receita operacional líquida da concessionária.

No ano de 2009, foi aplicado o montante de R\$ 2,5 milhões referentes à conclusão de Projetos de Eficiência Energética com origem no ciclo 2006/2007, bem como, foram iniciados os projetos do ciclo 2008. A seguir, relação de projetos:



Ciclo 2006/2007							
Nº do Projeto	Nome do Projeto	Situação do Projeto	Benefícios			Valor Realizado em 2009	Valor Total do Projeto
			Energia Economizada (MWh/ano)	Demanda Retirada (kW)	Abrangência do Projeto		
350431B1	Escolas Estaduais - Eficiência Sistema de Iluminação	Encerrado	392,84	124	20 escolas públicas	R\$ 61.841,82	R\$ 418.127,20
350432B1	Atendimento Comunidades Baixa Renda	Encerrado	11791	10768	122.369 consumidores	R\$ 184.580,08	R\$ 4.092.814,91
350433B1	Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos - Eficiência Sistema de Iluminação	Encerrado	89,93	33,69	7 escolas e 6 prédios públicos	R\$ 2.100,00	R\$ 83.615,60
350434B1	Prefeitura Municipal de Osório - Eficiência Sistema de Iluminação	Encerrado	290,4	110	8 escolas, totalizando 2400 alunos e 6 prédios públicos	R\$ 49.406,16	R\$ 221.281,73
350435B1	Unidades de Saúde - Eficiência Sistema de Iluminação	Encerrado	769,37	170,97	5 postos de saúde	R\$ 98.344,86	R\$ 354.612,27
350436B1	Hospitais - Eficiência Sistema de Iluminação	Encerrado	1809,9	502,72	12 hospitais	R\$ 221.988,21	R\$ 1.483.496,31
350438B1	Prefeitura Municipal de Dom Pedrito - Eficiência Sistema de Iluminação	Encerrado	71,65	27,14	10 escolas, totalizando 2700 alunos e 6 prédios públicos	R\$ 2.100,00	R\$ 99.458,27
350439B1	Prefeitura Municipal de Cerrito - Eficiência Sistema de Iluminação	Encerrado	47,34	17,93	9 escolas, totalizando 2700 alunos e 2 prédios públicos	R\$ 2.100,00	R\$ 58.796,34
350440B1	DEMAE	Encerrado	873,59	222	3 estações de tratamento de água	R\$ 198.539,90	R\$ 503.095,87
350441B1	GORSAN - Eficiência Sistema de Iluminação	Encerrado	195,99	92,8	290 pessoas	R\$ 5.250,00	R\$ 214.743,48
						R\$ 826.261,03	R\$ 7.530.041,98

Ciclo 2008							
Nº do Projeto	Nome do Projeto	Situação do Projeto	Benefícios Previstos			Valor Realizado em 2009	Valor Total do Projeto
			Energia Economizada (MWh/ano)	Demanda Retirada (kW)	Abrangência do Projeto		
550442B1	Atend. Comunidades Baixa Renda	Em andamento	7785,62	3194,21	10000 unidades consumidoras	R\$ 183.215,46	R\$ 8.403.725,00
550442C1	Brigada Militar - Eficiência Sistema de Iluminação	Em andamento	403,93	112,2	9 prédios	R\$ 201.636,46	R\$ 219.892,20
550442D1	FASE - Eficiência Sistema de Iluminação	Em andamento	415,21	115,34	8 prédios	R\$ 88.318,12	R\$ 234.471,80
550442E1	Instituto Geral de Perícias - Eficiência Sistema de Iluminação	Em andamento	136,07	37,8	5 prédios	R\$ 3.264,77	R\$ 89.307,60
550442F1	Polícia Civil - Eficiência Sistema de Iluminação	Em andamento	586,68	222,23	48 prédios	R\$ 489.428,11	R\$ 622.056,00
550442G1	SUSEPE - Eficiência Sistema de Iluminação	Em andamento	547,98	190,27	11 prédios	R\$ 5.855,36	R\$ 234.571,40
550442H1	Escolas Municipais de Santo Antônio da Patrulha - Eficiência Sistema de Iluminação	Em andamento	75,32	35,66	26 escolas	R\$ 87.540,53	R\$ 127.860,80
550442I1	Escolas Municipais de Porto Alegre - Eficiência Sistema de Iluminação	Em andamento	231,15	1020,61	24 escolas	R\$ 88.842,62	R\$ 1.104.714,00
550442J1	Escolas Estaduais	Em andamento	1359,51	429,14	51 escolas	R\$ 45.432,92	R\$ 1.514.781,00
550442K1	Sede da Secretaria da Saúde de Porto Alegre	Em andamento	46,94	13,04	1 prédio	R\$ 872,44	R\$ 50.520,10
550442L1	Postos de Saúde de Porto Alegre - Eficiência Sistema de Iluminação	Em andamento	254,16	64,18	3 postos de saúde	R\$ 179.491,77	R\$ 245.716,80
550442M1	Casa Manoel Jesus de Praga - Eficiência Sistema de Iluminação	Em andamento	10,13	2,81	1 prédio	R\$ 182,28	R\$ 10.814,80
550442N1	Prefeitura Municipal de Piratini - Eficiência Sistema de Iluminação	Em andamento	34,76	1,08	11 prédios	R\$ 25.301,34	R\$ 30.363,20
550442O1	Fundação de Economia e Estatística - Eficiência Sistema de Iluminação	Em andamento	135,77	20,57	1 prédio	R\$ 104.763,37	R\$ 129.941,10
550442P1	Palácio Piratini - Eficiência Sistema de Iluminação	Em andamento	39,02	140,46	2 Alas e Prédio 1605	R\$ 62.065,48	R\$ 77.209,40
550442Q1	Secretaria da Fazenda de Porto Alegre - Eficiência Sistema de Iluminação	Em andamento	162,96	61,73	2 prédios	R\$ 90.791,78	R\$ 212.886,20
550442R1	Hospital Santa Rita - Eficiência Sistema de Iluminação	Em andamento	278,67	77,41	Todo o Hospital	R\$ 9.091,93	R\$ 231.730,60
550442S1	Programa de Gestão	Em andamento				R\$ 49.235,58	R\$ 260.000,00
						R\$ 1.716.330,30	R\$ 13.790.562,00

5.4. PROGRAMA RELUZ

O programa RELUZ objetiva a eficiência da iluminação pública, com substituição de luminárias, lâmpadas e acessórios por equipamentos de maior eficiência.

No ano de 2009, foi liberado R\$ 1,33 milhão às Prefeituras Municipais de Eldorado do Sul, Encruzilhada do Sul, Butiá e Porto Alegre. O valor total a ser aplicado nessas Prefeituras municipais é de R\$ 20,77 milhões.

5.5. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

A CEEE-D possui uma Coordenadoria de Tecnologia de Informação - CTI que, em 2009, prestou diversos serviços, destacando como primordial o suporte integral e com equipe própria ao Sistema



Integrado de Gestão Empresarial - ERP Synergia, que trabalha com questões Administrativas, Financeiras e Comerciais.

Com o objetivo de auxiliar no gerenciamento financeiro, foi desenvolvido e implementado o sistema de Planejamento e Controle Financeiro de Despesas – PCF. Com a implantação desta nova ferramenta gerencial, a CEEE-D tem maior visibilidade dos compromissos/despesas a pagar a curto e médio prazo, facilitando a gestão do caixa, e minimizando inadimplências a fornecedores.

Atualmente, a CTI está trabalhando no atendimento da implantação do Sistema de Gestão da Distribuição - SGD, *software* para o gerenciamento do sistema técnico de redes de distribuição, baseado em cadastro geo-referenciado, junto ao fornecedor da solução. Em janeiro de 2009, após a entrada em produção do novo ambiente de *hardware*, em um investimento da ordem de R\$ 12 milhões, foi implementado o Módulo de Operação, responsável pelo gerenciamento de todo o sistema de redes de distribuição e das equipes de emergência. Durante o exercício de 2009 foram internalizados os novos procedimentos, que possibilitaram a centralização de toda a operação em um único Centro de Operações da Distribuição - COD, já tendo sido concluído o projeto deste COD, bem como contratados os serviços de construção e a aquisição do mobiliário especial e equipamentos. Os investimentos deste projeto superaram os R\$ 22 milhões, computados os valores para o *software* aplicativo, para a infra-estrutura de TI, equipamentos e para a complementação do cadastro das redes, tratando-se de projeto de grande impacto tecnológico e posicionando a CEEE-D em condições de igualdade às concessionárias de vanguarda. Ao longo de 2009, foram concluídas as atualizações da infra-estrutura do *Datacenter*, para atender o Sistema SGD, o qual recebeu novos equipamentos servidores - RISC e equipamentos concentradores de rede.

Foram adquiridos, através de Registro de Preços, microcomputadores e *notebooks* para uso dos empregados da CEEE-D, com um investimento de R\$ 1,13 milhão.

6. GESTÃO DE PESSOAS

6.1. RECURSOS HUMANOS

Na CEEE-D trabalham 2.832 funcionários. Visando a otimização dos processos e resultados desses profissionais, a Concessionária consolidou, ao longo do ano, o projeto de Dimensionamento Quanti-Qualitativo de Pessoal. Baseado em atividades, esse dimensionamento correlaciona a quantidade de empregados necessária à execução das tarefas com a qualificação necessária para o exercício do trabalho.

Esse trabalho também se fez necessário porque, em 2009, 75 empregados aderiram ao Programa de Desligamento Incentivado - PDI, que se destinou a contribuir para adequação dos recursos humanos às necessidades da Concessionária. Além disso, o programa procurava abrandar os efeitos sociais do desligamento de empregados, auxiliando no equilíbrio da maturidade profissional e atender àqueles empregados que por ventura ansiavam em buscar novas alternativas profissionais fora da Concessionária. Foram investidos R\$ 6,28 milhões e a previsão de retorno ocorra em menos de um ano.

Ao mesmo tempo, o Concurso 2008 (com realização em janeiro de 2009) recrutou, selecionou e admitiu empregados de 29 cargos dentre os diversos níveis de instrução, além de possibilitar a manutenção dos respectivos cadastros reserva, num total de 963 candidatos aprovados. Até o final do exercício já ocorreram 76 contratações.

Em setembro de 2009, foi realizada a segunda Promoção do Plano de Cargos e Salários da concessionária, onde ocorreram, simultaneamente, promoções por Merecimento e Desenvolvimento Profissional, que consiste na mudança de nível (Júnior, Pleno e Sênior). A CEEE-D passou a ter um quadro mais homogêneo de profissionais de nível junior (44%) e pleno(47%).

A concessionária divide seus funcionários em 4 carreiras: Administrativa, Operacional, Técnica e Superior. As carreiras Administrativa e Operacional da concessionária representam, juntas, mais de 70% do total de empregados (34%-Administrativa, 37%-Operacional, 11%-Superior e 19%-Técnica).



Esses funcionários estão distribuídos em 44 municípios do Estado, sendo que mais da metade estão lotados em Porto Alegre, o equivalente a 56%.

Com relação ao Nível Educacional, mais de 58% dos empregados da CEEE-D possuem Nível de Instrução acima de Ensino Médio, e apenas 10% possuem instrução até Ensino Fundamental, a seguir apresentado:

INSTRUÇÃO	%
SUPERIOR	25%
ENSINO MEDIO TÉCNICO	33%
ENSINO MÉDIO	31%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	0%
ENSINO FUNDAMENTAL	8%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	2%

No ano de 2009 foi realizado o primeiro Censo CEEE-D com o objetivo de identificar o perfil sociocultural dos empregados. A partir deste trabalho foi possível atualizar, assim como incluir novas informações no Cadastro Funcional do sistema corporativo. As informações obtidas com esta pesquisa servirão de subsídio para promoção de políticas de pessoal.

6.2. BENEFÍCIOS

A CEEE-D proporciona a seus empregados a adesão ao Plano de Previdência CeeePrev, da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE (a qual é patrocinadora), com participação paritária nas contribuições. Em dezembro de 2009, 79% de empregados vinculados à folha de pagamento eram participantes da CeeePrev. Em razão disso, ao longo do ano, foi pago à Fundação R\$ 7,63 milhões.

O Programa de Participação nos Resultados - PPR 2009 foi elaborado observando os indicadores estabelecidos no Acordo de Resultados para as Concessionárias do Grupo CEEE. Na apuração parcial referente ao primeiro semestre do ano, o resultado atingido pelo Grupo CEEE foi de 132% em relação às metas estabelecidas. O pagamento da 1ª parcela ocorreu em setembro de 2009, no montante de R\$5,23 milhões, e o pagamento da 2ª parcela ocorrerá em março de 2010, desde que atingida as metas fixadas.

Em relação a planos de saúde, no exercício de 2009, a média de empregados vinculados a algum dos planos credenciados na Companhia foi de 94%, totalizando um investimento de R\$ 7,13 milhões no corrente ano.

A CEEE-D mantém negociações com nove sindicatos representativos da categoria econômica dos empregados, cuja data base é o mês de novembro.

6.3. SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

A CEEE-D, buscando a melhoria da qualidade dos serviços e a modernização dos equipamentos de segurança e saúde dos seus empregados, institucionalizou no ano de 2009 a Política de Segurança, onde investiu em equipamentos de proteção individual e coletiva, bem como em treinamentos, o valor de R\$ 7,3 milhões.

Dos cursos realizados na área, destacamos o de Eletricista de Rede Aérea de Distribuição Energizada - ERADE e de Formação de Eletricista de Rede Aérea de Distribuição e Emergência - FERADAE. Com a realização de cursos, foram treinados 1.590 colaboradores, num total de 508 horas/aula referentes às disciplinas específicas de segurança e saúde, ministradas pelos profissionais da área.



A concessionária esteve envolvida ativamente em programas de saúde como o Programa Empresa do Sorriso (com o total de 2.862 colaboradores atendidos), Pró-Rodeio, Campanha de Vacinação contra a Gripe (com aproximadamente 900 colaboradores imunizados) e Prevenção da Gripe A H1N1.

Com relação aos indicadores de Segurança, que servem de subsídio para análise de Segurança, permitindo planejar ações de forma a prevenir acidentes de trabalho, a Taxa de Frequência - TF foi de 4,92 e a Taxa de Gravidade - TG foi de 127. O número de acidentes com afastamento, no ano de 2009, foi de 28, enquanto os acidentes sem afastamento totalizaram 18. Além disso, ocorreu o total de 12 acidentes de trajeto nesse período.

6.4. TREINAMENTO

Foram promovidos, por meio do Centro Técnico de Aperfeiçoamento e Formação – CETAF, treinamentos em atendimento às necessidades específicas de cada Área, conforme as prioridades de desenvolvimento das competências, habilidades e atitudes identificadas.

No exercício corrente, a CEEE-D investiu R\$ 641 mil em treinamentos, capacitando 2.189 empregados, num total de 11 mil horas.

Em função da necessidade de reposição de mão-de-obra, deu-se prioridade aos treinamentos na formação de Eletricistas e Teletendentes.

7. SUSTENTABILIDADE

Em 2009, o trabalho do Grupo CEEE na área de responsabilidade social foi reconhecido pela ADVB/RS e pela Assembléia Legislativa do Estado.

O *Top de Marketing* ADVB/RS é um dos principais reconhecimentos do setor no Estado. Para conceder esta premiação as concessionárias vencedoras do Top 2009 foram selecionadas por um júri composto de 26 profissionais representantes do mercado, sendo avaliadas por critérios como: criatividade e inovação, estratégia de *marketing*, ferramenta de *marketing* e resultados obtidos. O case apresentado pelo Grupo CEEE, Energia para Gerar Sustentabilidade ganhou o Prêmio Top Responsabilidade Social – Empresas Públicas e Privadas.

Já o Prêmio da Assembléia Legislativa – Responsabilidade Social, pelo qual o Grupo CEEE participa desde 2004, teve a CEEE-D, em 2009, recebendo o Certificado de Responsabilidade Social na categoria Entidades Governamentais.

A seguir são descritas as ações que representaram o envolvimento da Concessionária no âmbito cultural, social e ambiental:

7.1. AÇÕES CULTURAIS

- Processo de Patrocínio

Em 2009, foi aprovada, por resolução de Diretoria Nº 002, de 06/01/09, a Política de Patrocínio, que tem por meta a formalização do processo de seleção de projetos excluindo a subjetividade e permitindo um tratamento equânime e justo nas avaliações, de acordo com critérios específicos que atendam os objetivos da organização.

Durante o ano de 2009, a CEEE-D patrocinou 141 projetos, sendo R\$ 2,63 milhões de patrocínio direto, R\$ 2,24 milhões através da Lei de Incentivo à Cultura e R\$ 700 mil através da Lei Rouanet.

- Centro Cultural CEEE Erico Veríssimo

Em 2009, o Centro Cultural CEEE Erico Veríssimo - CCCEV recebeu mais de 31 mil visitantes, numa programação que envolveu 187 eventos entre exposições, oficinas, saraus, palestras, atividades para escolas, seminários, apresentações teatrais, musicais e de dança, além de ciclos de cinema. O local, inaugurado em 17 de dezembro de 2002, vem consolidando-se na realização de



eventos periódicos e conseguindo um crescente prestígio junto ao seu variado público, imprensa e crítica especializada. O CCCEV está contribuindo para o resgate cultural, mediante a valorização de artistas do Estado e as mais diversificadas manifestações culturais, sobretudo gaúchas. Em 2009, o CCCEV foi agraciado com o prêmio COMPAHC 2009 - Mérito ao Patrimônio, outorgado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Cultural e a Prefeitura de Porto Alegre.

7.2. AÇÕES SOCIAIS

- Programa Ilumine Vidas

A CEEE-D aprovou, por meio da Resolução de Diretoria nº. 99, de maio de 2009, o Programa de Voluntariado Corporativo que, como forma de estímulo à participação, libera os participantes do programa por até 4 horas/mês da carga horária mensal, sem qualquer prejuízo na remuneração para o desenvolvimento das atividades. Com o objetivo de incentivar os empregados participantes a atuarem nos projetos de responsabilidade social, o Ilumine Vidas obteve, em 2009, 139 funcionários de Porto Alegre, Camaquã, Pelotas, Osório e Bagé engajados em suas atividades.

As ações do Ilumine Vidas estão inseridas em duas categorias: arrecadatórias e socioeducativas.

No ano de 2009, as ações arrecadatórias - destinadas a estabelecer processos de coleta de alimentos, agasalhos, livros, brinquedos ou outros materiais para atendimento de carências identificadas na área geográfica de concessão da CEEE-D - foram Dia do Idoso, Dia Nacional da Criança e Dia Nacional do Livro, Dia Internacional do Voluntário e Natal, detalhados na tabela a seguir:

DAT A	DESCRIÇÃO DA DATA	MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA	RESULTADO DAS AÇÕES
18/9	Dia do Idoso	Porto Alegre Camaquã Osório Pelotas	Instituições de Abrigo de Idosos Total de voluntários envolvidos: 37 Total de horas de voluntariado: 148 horas Período da ação: de 01 a 21 de setembro de 2009 Total de itens arrecadados: 2.749
12/10 e 29/10	Dia da Criança e Dia Nacional do Livro	Porto Alegre Camaquã Osório Pelotas	Escolas/Instituições de Assistência Social Total de voluntários envolvidos: 40 Total de horas de voluntariado: 160 h Período da ação: 01 a 31 de outubro de 2009 Total de itens arrecadados: 3.243
5/12	Dia Internacional do Voluntário	Porto Alegre Osório Pelotas	Porto Alegre: Visita a concessionárias estatais e órgãos públicos para divulgação do ILUMINE VIDAS; Pelotas: SEMINÁRIO de divulgação do ILUMINE VIDAS, realizado no auditório da GRS, para público interno e externo (concessionárias privadas e públicas); Total de voluntários envolvidos: 24 Total de horas de voluntariado: não computadas Período da ação: de 04 a 08 de dezembro de 2009
25/12	Natal	Porto Alegre Osório Pelotas Camaquã Bagé	Escolas/Instituições de Assistência Social Total de voluntários envolvidos: 50 Total de horas de voluntariado: 176 h Período da ação: 01 a 24 de dezembro de 2009 Total de itens arrecadados: 1.513



- **Projeto Pescar**

No dia 13 de julho de 2009, a CEEE-D inaugurou sua primeira Unidade do Projeto Pescar, oferecendo 17 vagas para jovens, entre 16 e 19 anos, para o Curso de Iniciação Profissional em Eletricidade. A Unidade Pescar - Grupo CEEE tem como objetivo geral ampliar a atuação das concessionárias em práticas de Responsabilidade Socioambiental, utilizando a tecnologia de educação social da Fundação Projeto Pescar, aliada as metas e estratégias de valorização empresarial. A ação, que busca auxiliar no desenvolvimento pessoal, na cidadania e na qualificação profissional em eletricidade predial desses jovens moradores da Vila Amazônia (Porto Alegre) foi promovida, em 2009, na Unidade Pescar CEEE (CETAF – Porto Alegre).

- **Projeto Social Vila Bom Jesus/Encontros Moderados de Articulação - EMA**

Com o objetivo central de promover a inclusão, o desenvolvimento e a articulação sócio-econômica e a geração de renda do Bairro Bom Jesus, que conta com aproximadamente 35 mil habitantes e está localizado nas proximidades da sede da CEEE-D na Capital, a Concessionária assinou, em 7 de outubro, termo de compromisso com a Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social - Instituto Nestor de Paula. O projeto abrange duas áreas, num investimento de R\$ 300 mil e com prazo de execução de 12 meses.

Como primeiro tema, apóia entidades que atendam crianças acima de seis anos de idade e adolescentes, com infra-estrutura, capacitação e recursos humanos para desenvolvimento e fortalecimento de atividades em turno inverso à escola. Com isso, busca-se a ação formadora do indivíduo e de sua condição de integração a grupos sociais sadios, destacando-se a geração de estrutura para atividades esportivas (descentralizadas do futebol), considerando o apelo exercido pelo esporte junto ao público-alvo.

Outra área abrangida neste projeto é o de apoio a entidades que possam abrigar ou que já abrigam grupos de adolescentes e adultos (destacadamente mulheres), cooperados e dedicados a atividade vinculada à indústria do vestuário. Como forma de transformação da condição social e geração de renda das famílias em situação de vulnerabilidade buscam-se material permanente, desenvolvimento de produtos, capacitação industrial e estratégia comercial, como forma de estimular atividade econômica.

- **Rede Parceria Social 2009**

A CEEE-D, no ano de 2009, apoiou 21 projetos através de parceria firmada com a Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social no Projeto por uma Juventude Cidadã, integrante do Programa Rede Parceria Social e que visa à seleção de projetos com enfoque no atendimento a jovens em situação de vulnerabilidade social. O objetivo geral deste projeto é promover a inclusão social de jovens oriundos de famílias de baixa renda, buscando a melhoria da qualidade de vida, por meio de ações que contribuam para a sua formação cidadã, promovendo a sustentabilidade das instituições e comunidades, colaborando com as políticas públicas referendadas no Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei nº 8069/1990.

7.3. AÇÕES AMBIENTAIS

- **Programa Recycle**

O Programa “Recycle CEEE”, em vigor desde 2002, é responsável pela coleta seletiva do lixo seco e orgânico, bem como o recolhimento de pilhas e baterias de celulares nas dependências da Concessionária, sendo doados às comunidades carentes.

Este Programa é realizado de forma integrada e tem como principal parceiro o Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto – CEA, localizado nas proximidades da sede da Concessionária na Capital. Nesse ano, foram destinados às comunidades, um total de 15,6 toneladas de resíduos entre lixo seco e sucata de papel, recicláveis ao programa.



- **Reciclagem e descontaminação de lâmpadas e destinação de resíduos industriais**

A CEEE-D realizou o descarte de 4.683 lâmpadas fluorescentes, vapor de mercúrio, vapor de sódio, eletrônicas compactas, incandescentes e mistas no geral, 25kg de lâmpadas quebradas e 35m³ de resíduos industriais, contratando o transporte, descontaminação e reciclagem, atendendo a legislação ambiental vigente.

- **Oficinas de Ecoarte**

Em 2009, a CEEE-D promoveu, nos municípios da área de concessão, oficinas de Ecoarte, projeto que busca, através da arte, valorizar os conceitos ligados ao meio ambiente e no combate ao desperdício. O material utilizado pelo público, formado por crianças e adolescentes, é proveniente dos Hortos Florestais da concessionária. Ao todo, foram nove edições com a participação de 1.648 pessoas.

8. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

A CEEE-D, em 2009, enfrentou vários desafios para oferecer ao seu mercado a excelência na prestação dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica.

O setor elétrico exige elevados investimentos das concessionárias participantes para atender o aumento da demanda por energia, decorrente das ascendentes taxas de crescimento da economia observadas nos últimos anos. Para tanto, tais concessionárias se utilizam de recursos de terceiros na alavancagem de seus negócios, demandando complexas estruturas de captação com prazos de constituição relativamente extensos e amplo conhecimento técnico da matéria.

A busca pelas melhores alternativas de financiamento passa por pesquisa de fontes de recursos nos mercados interno e externo, considerando inclusive as instituições públicas que fomentam as Concessionárias do Setor, destacando-se a Eletrobrás e o BNDES. Em virtude da grave crise financeira mundial, algumas operações financeiras de captação de recursos do mercado financeiro e de capitais, que estavam sendo implementadas e em fase de estruturação sofreram atraso e suspensão. Este cenário de escassez de recursos impõe a CEEE-D a implementar ações internas de revisão de custos e incremento de receita, uma vez que são previstas grandes dificuldades a médio e longo prazo de acesso ao mercado financeiro.

Além dos desafios inerentes ao procedimento de gestão financeira, as velozes mudanças legislativas e de mercado forçam uma constante qualificação e capacitação dos profissionais da área, concretizada através de diversos eventos de capacitação e desenvolvimento do corpo técnico da área. As exigências por qualidade e confiabilidade dos serviços prestados tendem a aumentar cada vez mais e somente poderão ser superadas com o comprometimento de todos os colaboradores.

A CEEE-D, por força do resgate de alvarás junto ao Poder Judiciário, obteve um montante de R\$ 10,88 milhões em 2009. Quanto aos valores das condenações da CEEE-D, em virtude de conferência de cálculos apresentados pelos reclamantes, peritos ou das Secretarias das Varas, a Concessionária obteve uma redução de R\$ 7,61 milhões. Em 2009, foram encerradas 318 reclamationárias da CEEE-D, o que também repercutiu positivamente nos valores de provisionamento, com redução do chamado "passivo trabalhista".

Neste sentido, a CEEE-D vem desenvolvendo um Programa de Regularização e de Alienação dos imóveis considerados inservíveis aos serviços públicos de energia elétrica, em observância a Resolução da ANEEL n.º 20, de 03-02-1999, obtendo uma receita de aproximadamente R\$ 439 mil com a alienação de 02 imóveis durante o ano. Foram regularizados e individualizados 41 lotes na Vila Residencial Barreto para posterior alienação.

Os leilões de materiais inservíveis ou obsoletos, sucata de veículos, postes e cruzetas permitiram a arrecadação de R\$ 3,4 milhões para a Concessionária, além da aquisição de 58 veículos para compor a frota, investimento de R\$ 3,7 milhões.

No âmbito processual, as ações jurídicas da concessionária resultaram no ajuizamento de ações que totalizaram, no ano de 2009, valores superiores a R\$ 20 milhões. Salienta-se, ainda, o



acolhimento das teses de defesa argüidas pelos advogados, que afastaram a condenação da Concessionária em valores que superam, em conjunto, R\$ 65 milhões.

Merece destaque o andamento positivo do “Processo Conta de Resultados a Compensar - CRC”, que se encontra na fase de liquidação, bem como o êxito obtido na Ação Coletiva interposta pela Defensoria Pública, a qual questiona a legalidade do repasse do PIS e da COFINS nas faturas de energia elétrica, afastando liminar concedida pelo juízo que determinava a suspensão, em antecipação de tutela, dos repasses do PIS e da COFINS.

8.1. INGRESSOS EXTRA-OPERACIONAIS

Ao longo do exercício ocorreram ingressos não operacionais, através da Eletrobrás e do Governo do Estado do RS, conforme abaixo:

Eletrobrás

- Programa Luz para Todos – PLT no valor de R\$ 21,77 milhões;
- Subsídio Baixa Renda no valor de R\$ 34,50 milhões.

Governo do Estado do RS

- Firmado termo de acordo com o Governo do Estado do RS, através da Secretaria de Infra-Estrutura, onde aquele ente repassaria à CEEE-D o valor de R\$ 937 mil, os quais foram destinados a construção de dois alimentadores de energia em via pública.
- Programa Luz para Todos - PLT: a Concessionária tem assinado quatro contratos com a Eletrobrás para realização deste projeto, dos quais dois estão concluídos e em fase final de fiscalização financeira pela mesma. Este programa contempla a participação de recursos intra-setoriais, da concessionária e das prefeituras e/ou governos estaduais. Por conta desse item, foi firmado Termo de Acordo em dezembro de 2009 no valor de R\$ 5 milhões.
- Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC: o saldo de aplicação em dezembro de 2009 era de R\$ 19,8 milhões, cujo resgate deverá ser oportunamente pactuada.

Mercado Financeiro

- Foi liquidado um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC IV, no valor de R\$ 130 milhões, cujos recursos ingressaram na Concessionária em julho de 2009.
- Também foram liquidadas duas operações de emissão de Cédula de Crédito Bancário – CCB, uma no valor de R\$ 80 milhões, em julho, sendo a Caixa Econômica Federal o credor e outra, em dezembro, no valor de R\$ 120 milhões, tendo o Banco Máxima S/A como credor.

Outros Ingressos

Recuperação de Créditos – Parcelamento de Débitos

Na busca pela redução do saldo do “contas a receber” do Sistema de Gestão Comercial - SGD e de ações para recuperação de receita através do parcelamento de débitos efetuadas pelas áreas de cobrança de Porto Alegre, Pelotas e Osório, obteve-se como resultado em 2009 o total de R\$ 96,9 milhões negociados, destacando-se que:

- entre as maiores negociações, estão as dos Municípios de Tramandai, Cidreira, Rio Grande e da Sociedade Portuguesa de Beneficência, que totalizam R\$ 36,4 milhões, além de encerrar lides judiciais;



- foi negociado R\$ 38,6 milhões de débitos de consumo de energia faturado e não pago entre os clientes das classes residencial, comercial e industrial;
- o acordo firmado com o Governo do Estado representou o montante de R\$ 19 milhões, para quitação de parte dos débitos de consumo de energia elétrica relativos ao “estoque” das chamadas Faturas Únicas;
- foram arrecadados R\$ 59,2 milhões referente às negociações, entre eles R\$ 45,7 milhões por pagamento de títulos de parcelamento, R\$ 4,3 milhões referente a entrada, R\$ 5 milhões conforme acordo firmado com o Governo do Estado;
- a Secretaria da Fazenda do RS manteve em dia o pagamento das contas de consumo de energia elétrica faturadas em 2009, dos órgãos da administração pública direta, que totalizaram aproximadamente R\$ 19,7 milhões;
- visando diminuir o saldo do “contas a receber” do sistema comercial, em 26 de outubro de 2009, foi implantado o Plano de Ação para Recuperação de Créditos, Oriundos de Consumo de Energia Elétrica Não Pagos, da Classe Residencial, afetados por Ação do Ministério Público do Município de Rio Grande que impede o corte das instalações em caso de inadimplência. Até o momento foram negociados R\$ 4,8 milhões;
- no ano de 2009, foram realizadas duas operações de Mútuo Financeiro com a CEEE-GT, sendo de R\$ 100 milhões o volume total de ingressos.
- os rendimentos auferidos no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC foram da ordem de R\$ 3,6 milhões

8.2. OUTROS FATOS RELEVANTES

Foi desenvolvido e implantado o Planejamento de Controle Financeiro de Despesas – PCF, o qual se destina a aperfeiçoar a gestão financeira dentro das práticas de realização orçamentária. Com a implantação desta nova ferramenta gerencial, a Concessionária tem maior visibilidade dos compromissos/despesas a pagar a curto e médio prazo, facilitando a gestão do caixa, e minimizando inadimplências a fornecedores.

Foram aprovadas, também, as Diretrizes do Comitê Gestor do Acompanhamento da Realização Orçamentária, comitê este que tem como principal objetivo fazer o acompanhamento das realizações dos valores previstos e aprovados pela Diretoria no Orçamento de Custeio da Companhia, apontando as divergências que houver.

Em outubro de 2009, a Concessionária teve sua base acionária grupada na razão de 1000/1, atendendo orientação da BOVESPA, visando a unificação dos valores para facilitar a negociação dos papéis em bolsa.

Igualmente em 2009, a CEEE-D implementou a constituição de apólices de seguros judiciais dadas em garantias em litígios em andamento, em substituição a depósitos em espécie, gerando benefícios ao seu caixa, pois evitou inúmeros desembolsos.



9. BALANÇO SOCIAL

Balanco Social						
1 - BASE DE CÁLCULO	Dezembro 2009 (valor em mil R\$)			Dezembro 2008 (valor em mil R\$)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS						
	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais Compulsórios	40.548	17%	3%	33.804	14%	2%
Saúde	403	0%	0%	807	0%	0%
Medicina e Segurança	3.842	2%	0%	1.765	1%	0%
Educação	1.826	1%	0%	1.541	1%	0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	466	0%	0%	669	0%	0%
Benefícios	64.525	26%	4%	49.388	20%	3%
Alimentação	16.740	7%	1%	15.227	6%	1%
Creches ou Auxílio-Creche	1.484	1%	0%	1.693	1%	0%
Previdência privada	39.154	16%	2%	28.055	11%	2%
Plano de Saúde	7.147	3%	0%	6.413	3%	0%
Participação nos Lucros ou Resultados	10.858	4%	1%	10.052	4%	1%
Inclusão Social	70	0%	0%	65	0%	0%
Outros	3.150	1%	0%	3.063	1%	0%
Produtividade	1.249	1%	0%	1.185	0%	0%
Vale Transporte - Excedente	1.801	1%	0%	1.888	1%	0%
Complexo Apoio Empregados	11	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	125.499	52%	6%	100.654	41%	6%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS						
	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.179	0%	0%	939	4%	0%
Cultura	6.013	0%	0%	3.326	12%	0%
Saúde e saneamento	3	0%	0%	4	0%	0%
Inclusão Social	29.951	108%	2%	44.120	159%	3%
Ação Social	721	3%	0%	0	0%	0%
Total das contribuições para a sociedade	37.867	137%	2%	49.448	175%	3%
Tributos (excluídos encargos sociais)	650.740	2349%	40%	631.836	2290%	39%
Total - Indicadores sociais externos	688.607	2495%	43%	688.284	2464%	42%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS						
	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Indicador Ambiental	0	0%	0%	0	0%	0%
Educação	10	0%	0%	0	0%	0%
Estudo	0	0%	0%	0	0%	0%
Gestão	9	0%	0%	0	0%	0%
Resíduos	6	0%	0%	0	0%	0%
ISO 14.001	0	0%	0%	0	0%	0%
Sócio Patrimonial e Ambiental	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	3	0%	0%	8	0%	0%
Institucional	0	0%	0%	0	0%	0%
Programas Ambientais	6.439	30%	1%	9.165	33%	1%
Reflorestamento	2.856	10%	0%	947	3%	0%
Efficientização Energética	2.556	9%	0%	5.691	24%	0%
Reposição Reflorestal	0	0%	0%	0	0%	0%
Podas e Desmatamento	2.904	10%	0%	1.376	5%	0%
Acompanhamento Técnico e Gerenciamento	314	1%	0%	179	1%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	8.458	31%	1%	8.201	33%	1%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%		() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
	2009			2008		
Nº de empregados(as) ao final do período**	2.832			2.765		
Nº de admissões durante o período	234			289		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0			0		
Nº de estagiários(as)	283			249		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	823			848		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	653			618		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	19,13%			23,76%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa*	n.d			n.d		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	n.d			n.d		
Nº de portadores(es) da deficiência ou necessidades esp.	57			14		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL						
	Em 2009			Em 2008		
Empresa	9,86			7,03		
Número total de acidentes de trabalho**	28			29		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os projetos de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as):	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(x) apoiará	(x) organizará e incentivará	() não se envolverá	(x) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 3280	no Procon	na Justiça	na empresa 3924	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon	na Justiça	na empresa 100%	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total e distribuído (em mil R\$):	Em 2009: R\$ 3.163.427			Em 2008: R\$ 1.163.188		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	27,80% governo	60,24% acionistas	2,07% terceiros	68,80% governo	3,92% acionistas	26,10% colaboradores(as)
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
Contemple a Campanha do Agasalho e o Campanha do Brinquedo						
	Em 2009			Em 2008		
Escolaridade	726			693		
Graduados	0			0		
Ensino Médio	1.825			1.777		
Ensino Médio Incompleto	0			0		
Ensino Fundamental	220			233		
Ensino Fundamental Incompleto	59			60		
Não Alfabetizados	2			2		
*A CEEE não considera distúrbios físicos						
**Acidentes com perda de tempo						
***Acidentes com afastamento						
Para fim de demonstração, as receitas e despesas não operacionais estão somadas as receitas e despesas operacionais, conforme determina a Lei 6.041/76 e suas alterações.						



10. RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica encerrou o exercício de 2009 com um lucro de R\$ 1.905,7 milhões, representando um aumento no resultado do exercício de R\$ 1.889,8 milhões comparado com o mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 15,9 milhões positivos. Esse resultado decorreu principalmente pelo reconhecimento da Conta de Resultado a Compensar - CRC em suas demonstrações contábeis, cujo direito foi obtido através de ação judicial transitado em julgado.

O Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - EBITDA apresentou um aumento significativo em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme demonstrado a seguir:

Demonstrativo do Cálculo do EBITDA	2009	2008 *
Receita Operacional Líquida - ROL	1.656.251	1.618.315
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.430.658)	(1.337.443)
Despesas Operacionais	(411.765)	(301.776)
(-) Despesas com vendas	(34.755)	(27.986)
(-) Despesas gerais e administrativas	(61.604)	(41.405)
(-) Outras despesas operacionais	(315.536)	(229.385)
Outras Receitas/Despesas	2.068.640	5.960
Resultado da Atividade ou EBIT	1.882.438	(14.944)
(-) Depreciação/Amortização	76.616	74.678
EBITDA	1.958.954	59.734
Margem EBITDA	118,28%	3,69%

* Reclassificado.

Dados Econômico-Financeiros	2009 *	2008 **
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	2.476.175	2.370.957
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	1.656.251	1.618.315
Resultado do Serviço (Lucro Operacional) (R\$ mil)	1.882.438	(14.944)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício (R\$ mil)	1.905.718	15.908
LAJIDA (EBITDA) (R\$ mil)	1.958.954	59.734
Ativo Total (R\$ mil)	4.032.938	1.869.659
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	1.997.202	24.670
Número de Ações	387.230	387.230
Cotação Unitária da Ação - ON (R\$ por lote de mil)	4,00	7,49
Cotação Unitária da Ação - PNA (R\$ por lote de mil)	4,90	3,99
Indicadores	2009	2008
Margem Operacional (%)	118,66	(0,92)
LAJIDA (EBITDA) Margem (%)	118,28	3,69
Despesa de Pessoal + Serv. de Terceiros / Receita Oper. Líquida (%)	19,79	16,92
Perdas de Energia (%)	18,75	18,46
DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas)	*	24,60
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (nº)	*	16,51
TMA - Tempo Médio de Atendimento (minutos)	196	184
Número de Clientes por Colaborador	508	510
Mercado		
Demanda Média do Sistema - MWh	1.572	1.534
Energia Vendida - MWh	7.277.836	7.312.429
Energia Gerada - MWh	8.956.428	8.925.599
Número de Clientes (com livres e geradores acessantes)	1.438.074	1.410.823
Consumo Médio Residencial (kWh/mo)	1.988	1.939

* Em 2009 foi realizado o grupamento de ações na proporção de 1000 por 1.

** 2008 reclassificado.



*DEC e FEC 2009: Informações Não Disponíveis, em virtude do desenvolvimento e implantação do novo módulo de apuração dos Indicadores de Continuidade do fornecimento de energia elétrica, integrado ao Sistema de Informações Geográficas – SIG, em atendimento aos ditames da Resolução ANEEL nº 345/2008 que trata dos Procedimentos de Distribuição – PRODIST.

11. AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM n.º 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da BDO Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2008, no valor de R\$ 124,9 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12 meses, a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitadas ao máximo de 60 meses.

O referido contrato foi aditado em 10 de abril de 2009, prorrogando o prazo contratual por mais 12 meses. Em 22 de setembro de 2009, houve um novo aditamento ao contrato, a fim de capacitar os profissionais da Concessionária ao atendimento às normas internacionais expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e promulgadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O prazo de execução dos serviços é de 358 horas, no valor de R\$ 31,2 mil. Em decorrência do acréscimo mencionado anteriormente, para efeitos legais, é dado ao presente contrato o valor de R\$ 163,7 mil.

Em atendimento ao Ofício Circular nº 1.500 de 23 de julho de 2007 e despachos nos 2.877 de 29 de maio de 2008 e 3.746 de 13 de outubro de 2008, expedidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, foi assinado em 17 de agosto de 2009 contrato entre a CEEE-D e a BDO para a prestação dos serviços especiais de auditoria independente, visando à emissão do certificado de auditoria dos montantes da conta de Compensação de variação de Valores de itens da parcela “A” – CVA, da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE e itens financeiros, cujo valor é de R\$ 14 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12 meses, a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitadas ao máximo de 36 meses. Com relação aos serviços normais de auditoria, este contrato representou 8,55%.

Em 07 de dezembro de 2009, foi assinado contrato entre a CEEE-D e a BDO para a prestação dos serviços especiais de auditoria independente, visando à emissão do certificado de auditoria da aplicação dos recursos no Programa Luz para Todos, conforme estabelecido na cláusula 18.11 do Contrato ECFS-199/2007 celebrado com a Eletrobrás, cujo prazo de vigência é de dezembro de 2009 a abril de 2010. O valor é de R\$ 32,9 mil e o prazo de execução dos serviços é de 90 dias a contar da data de assinatura do instrumento. Com relação aos serviços normais de auditoria, este contrato representou 20,08%.

A BDO Auditores Independentes possui contratos para a prestação de serviços de auditoria externa com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (no valor de R\$ 163,7 mil) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR (valor de R\$ 10,8 mil), que são Concessionária e Empresa resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

A política da Concessionária na contratação de bens e serviços é elaborada através de licitação pública e quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preserva a independência do auditor.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item n.º 1.2.10.6 m.2 da Resolução n.º 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade.



AGRADECIMENTOS

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, através de sua Diretoria, agradece a todos os seus consumidores pela confiança depositada na Concessionária e pela satisfação manifestada com a prestação de seus serviços.

Agradecemos aos empregados da CEEE-D, fundamentais no dia-a-dia e, principalmente, aos esforços por prestados na reorganização e no fortalecimento da CEEE-D, bem como o apoio dispensado pelos colegas da CEEE-GT. Também aos nossos parceiros e fornecedores, por auxiliarem na melhoria de nosso desempenho e na ampliação da nossa capacidade de atendimento ao mercado.

Aos nossos acionistas, em especial a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE Par e a ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A., agradecemos pelo incentivo e auxílio oferecidos à atual Gestão.

Ao Conselho de Administração, agradecemos por orientarem e compartilharem nas decisões dessa Empresa. Ao Conselho Fiscal, pelas judiciosas ações e manifestações. Ao Conselho de Consumidores, o nosso agradecimento pela preciosa visão do cliente.

À Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ao Operador Nacional do Sistema - ONS e à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE agradecemos pelo apoio setorial dispensado à CEEE-D, bem como aos demais organismos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, às Autoridades Constituídas e às Instituições Bancárias, sempre presentes frente ao apoio necessário.

Às demais concessionárias do setor, em especial às geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia elétrica, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul e na Região Sul, bem como às cooperativas gaúchas de eletrificação rural, o agradecimento pela ação coordenada e pelo trabalho em comum realizado, assegurando a operação e expansão do sistema, transmitindo assim a tranquilidade necessária aos consumidores e à sociedade.

Agradecemos ao Ministério de Minas e Energia, pela deferência e atenção aos nossos pleitos que foram encaminhados no decorrer do ano.

Ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul expressamos um especial agradecimento, pela confiança, orientação e decisivo apoio a todas as ações de nossa Concessionária.

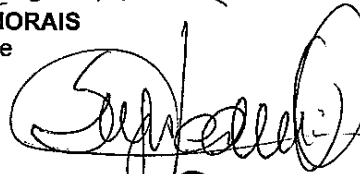
Enfim, agradecemos a toda população gaúcha pelo reconhecimento e contribuição decisiva prestada à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, promovendo dessa forma o desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Porto Alegre, 01 de março de 2010.




SÉRGIO CAMPS DE MORAIS
Diretor Presidente


CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA
Diretor


SERGIO TADEU LADNIUK
Diretor até 08 de fevereiro de 2010


SÉRGIO SOUZA DIAS
Diretor


ROGÉRIO SELE DA SILVA
Diretor


JOSÉ FRANCISCO PEREIRA BRAGA
Diretor


SILVIO MARQUES DIAS NETO
Diretor



Demonstrações Financeiras

Balço Patrimonial

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2009	2008		Nota Explicativa	2009	2008
			Reclassificado				Reclassificado
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Número Disponível	4.1	26.602	32.884	Fornecedores	7.1	142.335	179.843
Aplicações Financeiras	4.1	86.543	6.995	Folha de Pagamento - Consignações	7.2	13.905	11.594
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	4.2	336.057	332.885	Provisão para Dividendos	9.1	-	6.614
Títulos de Crédito a Receber - Energia Elétrica Vendida	4.3	53.321	37.772	Tributos e Contribuições Sociais	7.3	34.843	36.346
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.4	(130.507)	(117.440)	Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas	8.2	106.053	80.049
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	4.5	14.544	20.515	Plano de Benefícios Previdenciais Complementares	7.4	107.681	106.511
Estoque	4.6	13.532	15.944	Vaniação Negativa de Itens da CVA - Passivos Regulatórios	7.5	47.305	47.683
Outros Créditos a Receber	4.7	48.163	65.351	Obrigações Estimadas	7.8	21.540	19.510
Despesas Pagas Antecipadamente	5	58.072	78.898	Encargos do Consumidor a Recolher (RGR/CCC/CDE)	7.7	8.377	25.554
		506.327	473.805	Provisão para Contingências	7.8	147.737	128.545
				Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	7.9	30.863	56.255
				Outros Passivos	7.10	62.988	55.105
						723.637	753.720
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Comercialização de Energia na CCEE	6.1	20.165	19.969	Empréstimos e Financiamentos	8.2	357.679	120.409
Títulos de Crédito a Receber - Energia Elétrica Vendida	4.3	128.484	129.170	Comercialização de Energia na CCEE	20.c	40.607	40.607
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	4.5	13.288	14.150	Plano de Benefícios Previdenciais Complementares	7.4	638.825	628.948
Aplicações Financeiras	4.1	20.715	23.598	Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica	8.3	-	23.351
Depósitos Vinculados a Lâmpadas	6.2	15.959	13.931	Provisão para Contingências	7.8	234.991	258.310
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.3	226.035	226.035	Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	7.9	52.516	17.438
Outros Créditos a Receber	6.4	2.079.822	5.300	Outros Passivos	8.1	47.481	1.955
Despesas Pagas Antecipadamente	5	13.207	13.207			1.372.059	1.091.069
Bens e Direitos Destinados a Alienação	6.5	993	992				
		2.518.668	446.352				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
INVESTIMENTOS				Capital Social			
Outros Investimentos	6.6	26.964	26.051		9.1	23.703	23.703
		26.964	26.051	Reserva de Incentivos Fiscais			
IMOBILIZADO				Reserva de Lucros			
Em Serviço Líquido	6.7	835.244	814.763		9.2	1.905.718	-
Em Curso	6.7	132.791	97.264		9.1	7.781	1.167
		968.035	912.027			1.937.202	24.870
INTANGÍVEIS							
Em Serviço Líquido	6.7	1.832	1.833				
Em Curso	6.7	10.112	9.591				
		11.944	11.424				
TOTAL DO ATIVO		4.032.938	1.869.659	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.032.938	1.869.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do Resultado do Exercício
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
(Valores Expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2009	2008 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL		2.475.175	2.370.957
Fornecimento de Energia Elétrica	10.1.a	1.012.833	1.053.564
Disponibilização do Sistema de Distribuição	10.1.b	1.424.236	1.294.386
Energia Elétrica de Curto Prazo		920	7.051
Outras Receitas Operacionais		37.186	15.956
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		(818.924)	(752.642)
ICMS		(540.838)	(513.593)
PASEP e COFINS	10.2.a	(119.456)	(119.651)
Quota RGR		(14.131)	(5.388)
Outros Encargos		(962)	(823)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE		(16.435)	(15.766)
Subvenções CCC		(64.877)	(34.738)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(62.225)	(62.683)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		1.656.251	1.618.315
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(1.430.658)	(1.337.443)
Custo com Energia Elétrica		(1.077.480)	(1.039.385)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	11.1	(863.056)	(857.999)
Encargo de Uso do Sistema		(214.424)	(181.386)
Custo de Operação	12	(353.178)	(298.058)
Pessoal e Administradores		(194.788)	(157.765)
Material		(14.761)	(9.453)
Serviço de Terceiros		(57.798)	(49.268)
Depreciação e Amortização		(74.369)	(72.665)
Outros		(11.462)	(8.907)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		225.593	280.872
Despesas Operacionais		(411.795)	(301.776)
Despesas com Vendas	12	(34.755)	(27.986)
Despesas Gerais e Administrativas	12	(61.504)	(44.405)
Outras Despesas Operacionais	12	(315.536)	(229.385)
Outras Receitas		2.081.882	12.387
Conta de Resultado a Compensar - CRC	13	2.064.645	-
Outras Receitas	13	17.237	12.387
Outras Despesas	13	(13.242)	(6.427)
RESULTADO DO SERVIÇO		1.882.438	(14.944)
Receita/Despesa Financeira	14	23.280	42.660
Renda de Aplicações Financeiras		5.747	5.378
Acréscimo Moratório - Energia Vendida		37.765	38.790
Variações Monetárias - Energia Comprada		17.565	(8.933)
Variações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos		(24.005)	(15.669)
Encargos de Dívidas		(9.221)	(5.064)
Outras Receitas/Despesas Financeiras		(4.571)	28.158
LUCRO ANTES DO IR E CS		1.905.718	27.716
Imposto de Renda	15	-	(8.333)
Contribuição Social	15	-	(3.475)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.905.718	15.908
Lucro por lote de mil ações - R\$ (*)		4.921,41	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras
(*) Vide Nota Explicativa 9.1.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2007	23.703	-	-	(7.721)	15.982
Ajuste de Exercícios Anteriores - Lei 11.638/07	-	-	-	(406)	(406)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	15.908	15.908
Destinação do Resultado:					
Reserva Legal	-	-	389	(389)	-
Reserva para Expansão	-	-	778	(778)	-
Proposta de Dividendos	-	-	-	(6.614)	(6.614)
Saldos em 31/12/2008	23.703	-	1.167	-	24.870
Dividendo não distribuído	-	-	6.614	-	6.614
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.905.718	1.905.718
Destinação do Resultado:					
Reserva de Incentivos Fiscais	-	1.905.718	-	(1.905.718)	-
Saldos em 31/12/2009	23.703	1.905.718	7.781	-	1.937.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
(Valores em milhares de Reais)

	2009	2008 Reclassificado
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	1.905.718	15.908
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa		
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	11.968	6.752
Provisão Para Desvalorização de Ativos Permanentes	224	223
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado, Intangíveis e Investimentos	76.516	74.678
Baixas do Ativo Imobilizado e Investimentos	3.925	7.984
Constituição de Provisões Para Contingências e Outras	31.679	(8.569)
Constituição de Provisão Ex-Autárquicos	115.051	132.134
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	25.030	18.999
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	5.050
Apropriação de Créditos da Conta de Resultado a Compensar	(2.064.645)	-
GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA	105.466	253.159
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	4.002	(60.700)
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(15.135)	(17.353)
Títulos de Crédito a Receber - Energia Elétrica vendida	(14.863)	6.436
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	6.833	5.084
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	2.883	15.005
Estoques	(1.628)	(7.197)
Outros Créditos a Receber	7.311	(7.818)
Despesas Pagas Antecipadamente	20.826	(52.163)
Comercialização de Energia na CCEE	(196)	(314)
Depósitos Vinculados a Litígios	(2.028)	(2.380)
Bens e Direitos Destinados à Alienação	(1)	-
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	(190.422)	(69.673)
Fornecedores	(37.508)	53.101
Folha de Pagamento - Consignações	2.311	1.627
Provisão para Dividendos	-	6.614
Tributos e Contribuições Sociais	(1.503)	8.326
Plano de Benefícios Previdenciais Complementares	(111.838)	(119.118)
Variação Negativa de Itens da Parcela A	(378)	(15.857)
Obrigações Estimadas	1.930	3.120
Encargos do Consumidor a Recolher (RGR/CCC/CDE)	(17.177)	15.141
Obrigações Especiais	(23.361)	1.519
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	9.675	16.610
Provisão para Contingências	(22.794)	(31.392)
Outros Passivos	10.221	(2.344)
Provisão para Dividendos	-	(6.614)
Ajuste de Exercícios Anteriores - Lei 11.638/07	-	(406)
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA	(80.954)	122.786
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa Líquido Aplicado em Investimentos	(157.520)	(139.000)
Aumento de Investimentos	(2.722)	(1.548)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(154.159)	(136.503)
Aquisição de Ativo Intangível	(639)	(949)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa Líquido Aplicado em Financiamentos	311.739	16.868
Incremento de Empréstimos e Financiamentos	349.072	83.170
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos e Encargos de Dívidas	(97.766)	(72.070)
Obrigações Especiais - Contribuição do Consumidor	22.453	5.768
Empréstimos - Partes Relacionadas	37.980	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	73.265	654
Saldo Inicial de Caixa e Aplicações Financeiras	39.880	39.226
Saldo Final de Caixa e Aplicações Financeiras	113.145	39.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do Valor Adicionado
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2009</u>		<u>2008</u>	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	2.475.175		2.370.957	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(25.030)		(18.999)	
Outras Receitas	2.068.639		5.960	
(-) INSUMOS	<u>(1.242.942)</u>		<u>(1.148.037)</u>	
Material	(14.761)		(9.453)	
Serviços de Terceiros	(57.798)		(49.268)	
Custo de Energia Comprada	(1.077.480)		(1.039.385)	
Outros Custos Operacionais	(10.557)		(8.227)	
Outras Despesas Operacionais	(82.346)		(41.704)	
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>3.275.842</u>		<u>1.209.881</u>	
(-) Depreciação e Amortização	(76.516)		(74.678)	
(-) Provisões	(122.806)		(58.545)	
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>3.076.520</u>		<u>1.076.658</u>	
(+) Receitas Financeiras	86.907		86.530	
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>3.163.427</u>	%	<u>1.163.188</u>	%
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal, Administradores e Contribuição Fundo de Pensão	<u>333.525</u>	10,54	<u>303.739</u>	26,11
Remuneração Direta	112.261	3,55	64.321	5,53
Benefícios	27.903	0,88	25.882	2,23
Plano de Benefícios Previdenciais	61.443	1,94	48.486	4,17
Compromissos Previdenciais	120.321	3,80	155.648	13,38
F.G.T.S.	11.597	0,37	9.402	0,81
Impostos, Taxas, Encargos e Contribuições	<u>858.775</u>	27,15	<u>797.958</u>	68,60
Federais	317.141	10,03	283.151	24,34
Estaduais	541.536	17,12	514.312	44,22
Municipais	98	0,00	495	0,04
Remuneração de Capitais de Terceiros	65.409	2,07	45.583	3,92
Despesas Financeiras	63.626	2,01	43.870	3,77
Aluguéis	1.783	0,06	1.713	0,15
Remuneração de Capitais Próprios	1.905.718	60,24	15.908	1,37
Lucro Líquido do Exercício	1.905.718	60,24	15.908	1,37
TOTAL	<u>3.163.427</u>		<u>1.163.188</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, é uma sociedade anônima, organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006 e foi constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2006 (Ata nº 170), que consignou, nos termos do artigo 229, § 2º, da Lei nº 6.404/76, tendo sido observadas todas as formalidades legais para tanto, a constituição formal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, a qual somente iniciou as atividades previstas no seu objeto social a partir do dia 1º de dezembro de 2006. A Concessionária tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de distribuição de energia elétrica; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de distribuição de energia elétrica e a exploração da respectiva infraestrutura para a prestação de outros serviços, desde que previstos no seu contrato de concessão ou autorizados na legislação.

1.1. Da Concessão

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D detém a concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica em 26% do território do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo em 72 municípios, com cerca de 1,44 milhões de unidades consumidoras cativas.

a) Renovação das Concessões

A Concessão da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, conforme o § 3º do art. 4º da Lei nº 9.074/95, encerra no ano de 2015, todavia o Contrato de Concessão de Distribuição de energia elétrica nº 081/99, assinado com o Poder Concedente em 25 de outubro de 1999, prevê na sua subcláusula primeira da cláusula terceira:

“Para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público de distribuição de energia elétrica e com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, o prazo da concessão poderá ser prorrogado pelo período de 20 (vinte) anos, mediante requerimento da Concessionária. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas neste Contrato.”

Existem ainda indefinições sobre os Contratos de Concessão de Distribuição que vencem em 2015.

1.2. Atividades Não Vinculadas à Concessão

A Concessionária possui duas usinas de preservação de madeira nos municípios de Alegrete e Charqueadas e um viveiro de produção de mudas exóticas e nativas localizado no município de Charqueadas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e legislação específica aplicada às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Concessionária adota a Lei nº 6.404/76 e suas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, que modificou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. A referida lei visou, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de



convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das Normas Internacionais de Contabilidade. A Concessionária adotou integralmente o Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, o qual trata do encerramento do Exercício Social 2009.

Em 03.12.2008, foi editada a Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941 de 27/05/2009, a qual introduziu algumas alterações à legislação societária, Lei nº 6.404/76, e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, pelo qual foi prevista a possibilidade da neutralidade tributária no biênio 2008/2009 sobre os ajustes contábeis decorrentes da adoção das alterações efetuadas pela Lei nº 11.638/07.

No decorrer do exercício de 2009 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu e a Comissão de Valores Mobiliários – CVM aprovou diversos pronunciamentos contábeis alinhados com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 com aplicação retroativa a 2009 para fins de comparabilidade.

Devido aos diversos pronunciamentos técnicos emitidos e a complexidade dos mesmos, a concessionária encontra-se avaliando os impactos nas demonstrações financeiras, considerando-se que ainda existem indefinições e não há possibilidade de avaliá-los e quantificá-los com segurança.

A autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal em 01 de março de 2010, conforme estabelece a Deliberação CVM 505, de 19 de junho de 2006.

a) Reclassificações

Na Demonstração do Resultado do Exercício foram realizadas reclassificações em virtude da Concessionária ter adotado nova forma de apresentação das Outras Receitas e Outras Despesas, diante disso o exercício de 2008 foi reclassificado, transferindo valores da rubrica Outras Despesas Operacionais para Outras Receitas e Outras Despesas.

b) Comparabilidade

Em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante 2008, introduzidas pela Lei Nº 11.638/07 e Medida Provisória Nº 449/08 (convertida pela Lei nº 11.941/09), a Concessionária efetuou em dezembro de 2008 o reconhecimento de R\$ 406 referente a receitas financeiras de ajuste de exercícios anteriores, valor este que impactou o patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Práticas Contábeis Regulatórias e Específicas do Setor de Energia Elétrica

a) Plano de Contas

A Concessionária adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, e suas alterações subsequentes.

b) Custos Indiretos de Obras em Andamento

Parte dos gastos da administração central é mensalmente apropriada às imobilizações em curso de forma proporcional aos gastos com pessoal próprio e mão-de-obra de terceiros realizados em projetos de investimento.

c) Operações de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com



informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Concessionária, quando essas informações não estão disponíveis.

d) Despesas Pagas Antecipadamente

A partir de 26 de outubro de 2001, a parcela da variação (positiva ou negativa) dos custos com a distribuição de energia elétrica, definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como não gerenciáveis e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia, que incluem os valores referentes à variação cambial sobre repasse de potência proveniente de Itaipu, transporte de energia elétrica, quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis e à conta de desenvolvimento energético, encargos de serviços do sistema e custo de aquisição de energia elétrica, passou a ser registrada na rubrica – Variação Positiva de Itens da CVA, classificada como Despesas Pagas Antecipadamente no ativo e na rubrica Variação Negativa de Itens da CVA – Passivos Regulatórios no passivo. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros SELIC. A amortização destes saldos se dá no período em que os valores são recebidos, através do repasse tarifário.

e) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, do Estado, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Concessionária.

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante – Imobilizado.

Conforme determina o Despacho nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, e Ofício Circular nº 1.314, de 27 de junho de 2004, ambos emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, após a homologação do 2º ciclo da Revisão Tarifária Periódica a Concessionária passou a registrar a amortização dos saldos de Obrigações Vinculadas, anulando no resultado contábil o efeito das quotas de depreciação dos bens constituídos com recursos de terceiros.

A amortização dos saldos de Obrigações Vinculadas é calculada com base na taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que foram aplicados os recursos de terceiros.

f) Questões Ambientais

Os gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, recuperação ou compensação dos impactos sócio-ambientais, na hipótese de ocorrerem, encontram-se registrados como Ativo Permanente ou Resultado, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Os projetos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONG's.

3.2. Práticas Contábeis Gerais

a) Numerário Disponível e Aplicações Financeiras

Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata que estão registradas aos respectivos valores de mercado.

b) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias



Inclui os valores vencidos e a vencer referentes ao fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada até a data das demonstrações financeiras, apurados pelo regime de competência, bem como as vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme informações disponibilizadas pelo referido órgão.

O saldo de contas a receber proveniente de parcelamentos de débitos foi ajustado a valor presente utilizando-se as taxas de juros que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento ou pagamento prefixada ou pós-fixada.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Foi constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com consumidores, concessionárias e permissionárias.

Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime contábil de competência.

d) Estoque

São valorados ao preço médio de aquisição e deduzidos das provisões para perdas, quando aplicável. Os estoques destinados à operação e manutenção estão classificados no ativo circulante e os destinados aos novos investimentos estão classificados no ativo imobilizado em curso.

e) Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

f) Imobilizado

Em Serviço Líquido - Está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da sua depreciação acumulada. A depreciação é calculada utilizando o método linear, com base no tempo de vida útil estimada do ativo conforme Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009 e práticas do setor no Brasil.

Em Curso – Corresponde aos custos incorridos nas obras e investimentos em andamento e inclui a capitalização dos juros e demais encargos financeiros relativos aos financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção dos ativos.

g) Intangíveis

Registrado em consonância com as disposições da Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, pelo custo de aquisição das faixas de serviços permanentes e softwares este último deduzido da amortização acumulada calculada conforme Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009 e práticas do setor no Brasil.

h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – “Impairment”

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a Concessionária aplica os procedimentos do Pronunciamento Contábil - CPC 01 – *Redução ao Valor Recuperável dos Ativos* para apurar o valor recuperável dos ativos. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao resultado dos fluxos de caixa futuros descontados, antes dos impostos, derivados do uso contínuo do ativo até o final da concessão. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Concessionária reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment* ou deterioração) no resultado do período.



i) Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas

Os Empréstimos e Financiamentos estão atualizados com base nos índices estabelecidos contratualmente. Os juros são calculados considerando-se os dias incorridos até a data das Demonstrações Financeiras e incluídos na rubrica de encargos de dívidas e os custos de Empréstimos e Financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de novos ativos são capitalizados até que estes estejam em condições de operação.

j) Plano de Benefícios e Compromissos Previdenciais Complementares

As obrigações futuras, estimadas com base na avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuários independentes, são registradas para cobrir os gastos com contribuições para o fundo de pensão dos funcionários, bem como com complementação de aposentadoria incentivada e de aposentados ex-autárquicos. O custo do serviço passado do plano de contribuição definida implantado em outubro de 2002 está sendo reconhecido no resultado no tempo remanescente de serviço dos empregados, conforme item 38 da NPC 26 do IBRACON, aprovada pela Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000.

k) Apuração de Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real a qual é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

A provisão para imposto de renda foi calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 9%, calculada e contabilizada sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

A Concessionária fez adesão ao Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09. Com a referida opção, o contribuinte garante a neutralidade tributária, para fins de apuração do lucro real, sobre as modificações inseridas na Lei das sociedades por ações, nº 6.404/76, no tocante ao critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas, alterações essas trazidas pela Lei nº 11.638/07, bem como pela própria Lei nº 11.941/09.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre provisões temporariamente não dedutíveis, controlados na Parte "B" do LALUR, estão apresentados no realizável a longo prazo e foram classificados de acordo com a expectativa de sua realização.

m) Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.



n) Provisão para Contingências

Estão registradas, até a data do balanço, pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na nota explicativa 7.8.

o) Uso das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Concessionária faça estimativas e adote premissas que de fato afetem os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas bem como sua respectiva divulgação nas demonstrações financeiras. Os resultados concretos desses fatos podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, provisão para contingências, imposto de renda, premissas de plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego e transações envolvendo a compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que são reconhecidas com base nas estimativas, sendo que o faturamento e liquidação final estão sujeitos a revisão dos participantes da CCEE.

4. ATIVO CIRCULANTE

4.1. Numerário Disponível e Aplicações Financeiras

Os saldos compõem-se de:

Descrição / Banco	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	2009	2008
Numerário Disponível	Circulante			26.602	32.884
CCEE - SIAC / BANRISUL	Circulante	Diário	SELIC	2.000	2.000
CCEE / BRADESCO	Circulante	Diário	CDI	8	8
SIAC / BANRISUL	Circulante	Diário	SELIC OVER	84.535	4.988
Aplicações Financeiras	Circulante		(Vide NE 16.a)	86.543	6.996
Total Numerário Disponível/Aplicações Financeiras				113.145	39.880
SIAC Especial / BANRISUL	Não Circulante	Diário	SELIC	18.936	22.161
CCEE - SIAC / BANRISUL	Não Circulante	Diário	SELIC	1.779	1.437
Aplicações Financeiras	Não Circulante		(Vide NE 16.a)	20.715	23.598

a) SIAC / BANRISUL

O valor de R\$ 84.535 (R\$ 4.988 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao valor aplicado no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991. Estes valores foram repassados ao SIAC conforme contrato assinado entre a Concessionária e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 10 de outubro de 2008, denominado "Contrato de Repasse Temporário de Recursos Monetários Disponíveis". O saldo aplicado está sendo remunerado pela variação da taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

b) SIAC Especial / BANRISUL

O valor de R\$ 18.936 (R\$ 22.161 em 31 de dezembro de 2008) refere-se a remuneração sobre o principal já resgatado aplicado no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991. Este saldo permanece aplicado,



sendo remunerado com base na variação da taxa SELIC, sem liquidez imediata, visto que depende de dotação orçamentária por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE – SIAC / BANRISUL

Os valores de R\$ 2.000 (R\$ 2.000 em 31 de dezembro de 2008) registrados no Ativo Circulante e R\$ 1.779 (R\$ 1.437 em 31 de dezembro de 2008) no Ativo Não Circulante referem-se ao principal e a remuneração de valores aplicados no SIAC / BANRISUL, que foram destinados à garantia de leilão de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

4.2. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os saldos compõem-se de:

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2009	2008
Consumidores	159.159	75.318	101.483	335.960	328.954
Concessionárias e Permissionárias	96	-	-	96	3.567
Energia de Curto Prazo - CCEE	1	-	-	1	364
Total	159.256	75.318	101.483	336.057	332.885

a) Consumidores

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2009	2008
Residencial	72.497	33.764	32.164	138.425	126.598
Industrial	22.625	9.857	19.323	51.805	45.967
Comercial Serviços e Outras Atividades	47.151	15.260	10.745	73.156	70.158
Rural	5.832	5.826	3.291	14.949	18.093
Poder Público	2.127	8.338	11.893	22.358	29.932
Iluminação Pública	4.476	2.164	23.869	30.509	33.890
Serviço Público	4.451	109	198	4.758	4.316
Total	159.159	75.318	101.483	335.960	328.954

b) Concessionárias e Permissionárias

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2009	2008
Suprimento de Energia	33	-	-	33	35
Encargo de Uso da Rede	56	-	-	56	48
Irrigação e Aquicultura	-	-	-	-	2.789
Red. Tarifa de Uso Sist. Transmissão	-	-	-	-	695
Permissionárias	7	-	-	7	-
Total	96	-	-	96	3.567

c) Energia de Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$ 1 (R\$ 364 em 31 de dezembro de 2008) refere-se à energia vendida no mercado de curto prazo, conforme informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, demonstrado na nota explicativa nº 20.c.



4.3. Títulos de Créditos a Receber – Energia Elétrica Vendida

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE

	Nota Explicativa	2009	2008
Parcelamentos com Prefeituras Municipais		17.732	19.278
Parcelamentos com Consumidores Diversos - Registro Individual.....		9.059	7.746
Parcelamentos com Governo do Estado - Débitos de Energia	16.a	13.778	-
Parcelamentos com Consumidores Industriais.....		4.761	3.771
Parcelamentos com Consumidores Diversos		7.991	6.977
		<u>53.321</u>	<u>37.772</u>

NÃO CIRCULANTE

	Nota Explicativa	2009	2008
Parcelamentos com Prefeituras Municipais		74.932	66.823
Parcelamentos com Consumidores Diversos - Registro Individual		15.189	11.965
Parcelamentos com Governo do Estado - Débitos de Energia	16.a	4.768	24.546
Parcelamentos com Governo do Estado - FAMURS	16.a	17.178	13.363
Parcelamentos com Consumidores Industriais		9.221	9.423
Parcelamentos com Consumidores Diversos		7.196	3.050
		<u>128.484</u>	<u>129.170</u>

a) Parcelamentos com Prefeituras Municipais

Refere-se a parcelamentos de débitos efetuados com prefeituras municipais, os quais são indexados pelo IGP-M, com juros de até 1% ao mês, tais contratos possuem cláusula que contemplam desconto para prefeituras que se mantiverem adimplentes.

A Concessionária constituiu provisão para perdas considerando a expectativa de realização destes parcelamentos.

b) Parcelamentos com Consumidores Diversos – Registro Individual

Refere-se, principalmente, a parcelamentos de débitos com arroseiros, hospitais e consumidores em geral, cujos registros contábeis ocorreram de forma individualizada, face a não disponibilidade na época de uma ferramenta que permitisse o registro e controle massivo de parcelamentos. A partir de 2003 a empresa passou a utilizar ferramenta específica para esta atividade, permanecendo ainda o registro individual apenas para aquelas negociações que demandam em cálculos diferenciados daqueles parametrizados, face ao perfil da dívida bem como do cliente. Dentre estes contratos, alguns encontram-se em cobrança judicial.

A Concessionária constituiu provisão para perdas considerando a expectativa de realização destes parcelamentos.

c) Parcelamentos com Governo do Estado - Débitos de Energia

Durante as negociações do Termo de Acordo entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e o Estado do Rio Grande do Sul, para liquidação dos débitos vencidos, oriundos das faturas de energia elétrica, o Estado levantou a hipótese de que poderiam existir valores pagos incluídos no montante do débito, devido a forma utilizada pelo Estado para realizar



seus pagamentos. Em razão disso, a Empresa decidiu manter registrado o montante original de R\$ 49.885 e a classificação no ativo realizável a longo prazo.

Em julho de 2007 foi constituído Grupo de Trabalho pela Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D que teve por objetivo rever o Contrato assinado em 2002. Com este estudo o Grupo concluiu que grande parte do valor que compunha a dívida do Governo do Estado referia-se a multas e juros do Setor Elétrico, totalizando o valor de R\$ 25.339, valores estes não reconhecidos pelo Governo do Estado como débito de energia. Este valor foi provisionado no exercício de 2007, permanecendo a receber o valor de R\$ 24.546.

Em 15/09/2009 a ANEEL anuiu o Termo de Acordo, celebrado entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 19.778, cujo montante será liquidado por meio de compensação tributária, pelo prazo de 12 meses. Até dezembro de 2009 a Concessionária já se compensou com débitos de ICMS, no valor de R\$ 6.000.

Data do Evento	Histórico	Valor
dez/2002	Registro de Parcelamentos	49.885
dez/2007	Multa e Juros Provisionados	25.339
	Saldo a Receber	24.546
set/2009	Compensação de ICMS	(2.000)
out/2009	Compensação de ICMS	(2.000)
nov/2009	Compensação de ICMS	(1.000)
dez/2009	Compensação de ICMS	(1.000)
	Saldo a Receber	18.546
CIRCULANTE		13.778
NÃO CIRCULANTE		4.768

d) Parcelamentos com Governo do Estado – FAMURS

Refere-se a parcelamentos de débitos de Prefeituras Municipais, firmados em 1997, ao amparo da Lei Estadual nº 11.018, de 23 de setembro 1997, intermediados pela Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul - FAMURS assumidos pelo Estado do Rio Grande do Sul, com garantia no repasse de ICMS aos respectivos Municípios.

Os valores estavam indexados pela UFIR e posteriormente pela UPF/RS, e foram repactuados através de Termo de Acordo em dezembro de 2002 com carência de 12 meses e 48 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em janeiro de 2004, indexados pelo IGP-M, mais juros de 0,5% ao mês, com a interveniência bancária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – BANRISUL.

Em 07 de outubro de 2004, através do Decreto nº 43.376, foi modificado o Regulamento do ICMS, incluindo a permissão de compensação, pelas empresas concessionárias de serviço público, de débitos relativos ao ICMS com créditos vencidos junto a Fazenda Pública Estadual, condicionada à celebração do Termo de Acordo com o Estado do Rio Grande do Sul. A Concessionária firmou Termo de Acordo em 28 de outubro de 2004 para compensação de parte do crédito tributário da Fazenda Estadual relativo ao ICMS futuro com o parcelamento a receber pela Concessionária.

Até dezembro de 2006 foi compensado o montante de R\$ 78.067.

e) Parcelamentos com Consumidores Industriais

Os valores de R\$ 4.761 (R\$ 3.771 em 31 de dezembro de 2008) registrados no Ativo Circulante e R\$ 9.221 (R\$ 9.423 em 31 de dezembro de 2008), no Ativo não Circulante, referem-se a parcelamento de débitos com energia elétrica referente a instalações consumidoras Industriais.



f) Parcelamentos com Consumidores Diversos

Os valores de R\$ 7.991 (R\$ 6.977 em 31 de dezembro de 2008) registrados no Ativo Circulante e R\$ 7.196 (R\$ 3.050 em 31 de dezembro de 2008), no Ativo Não Circulante, referem-se a parcelamentos de débitos efetuados a partir de 2003, de clientes das classes residencial, industrial, comercial e rural, quando a empresa passou a utilizar ferramenta que permitiu o registro e controle gerencial de parcelamentos.

4.4. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Os saldos compõem-se de:

CONSUMIDORES POR CLASSE	Saldo 2008	Adições	Exclusões	Saldo 2009
Residencial	25.649	6.652	(905)	31.396
Industrial	11.591	3.090	(392)	14.289
Comercial Serviços e Outras Atividades	9.527	2.567	(4.307)	7.786
Rural	2.483	485	(94)	2.874
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público	49.638	12.660	(14.806)	47.492
Títulos de Créditos a Receber	16.469	10.377	(2.132)	24.714
Diversos	2.083	236	(364)	1.956
	<u>117.440</u>	<u>36.067</u>	<u>(23.000)</u>	<u>130.507</u>

Foram incluídos os valores totais dos créditos junto aos consumidores residenciais que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; consumidores industriais e rurais vencidos há mais de 360 dias, e títulos de créditos a receber de diversas classes de consumidores vencidos há mais de 90 dias.

Para os créditos de responsabilidade dos Poderes Públicos, foi efetuada análise e constituição de provisão considerando a expectativa de perdas na realização desses créditos, que considerou as negociações realizadas e em andamento junto às prefeituras e ao Estado do Rio Grande do Sul.

4.5. Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	2009	2008
ICMS a compensar	10.707	12.868
IRPJ e CSLL a compensar	3.555	7.397
Outros Créditos a Compensar	282	250
	<u>14.544</u>	<u>20.515</u>
NÃO CIRCULANTE	2009	2008
ICMS a compensar	11.420	11.676
Outros Créditos a Compensar	1.868	2.474
	<u>13.288</u>	<u>14.150</u>

4.6. Estoque

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Estoque de Operação	13.579	16.006
Provisão para Perdas	(47)	(62)
	<u>13.532</u>	<u>15.944</u>



Os saldos de estoque referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

4.7. Outros Créditos a Receber

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	2009	2008
Programa RELUZ	16.b.II	2.183	1.484
Programa de Efic. Energética - PEE		10.586	9.104
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		2.360	3.360
Adiantamento a Fornecedores		1.017	1.038
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social		4.562	9.549
Adiantamento a Empregados		2.540	2.089
Empréstimo Compulsório ELETROBRÁS	16.b.II	-	3.286
Aluguel de Postes/Serviços Prestados/Cedência de Funcionário		3.269	3.832
Fundo Invest Direitos Creditórios - FIDC II e FIDC IV		5.124	3.252
Subvenção ELETROBRÁS CDE - PLT	16.b.II	3.438	23.361
Conta Gráfica	16.b.I	-	1.115
Convênio SEINFRA/CEITEC		637	-
Serviços Próprios em Curso		3.515	657
Outros Devedores		8.932	3.224
		48.163	65.351

a) Programa RELUZ

O valor de R\$ 2.183 (R\$ 1.484 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública nos municípios, através da substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica, a serem reembolsados pelas Prefeituras.

b) Programa de Eficiência Energética – PEE

O valor de R\$ 10.586 (R\$ 9.104 em 31 de dezembro de 2008) refere-se à aplicação dos recursos provenientes dos Programas de Eficiência Energética, que visam demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica.

c) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$ 2.360 (R\$ 3.360 em 31 de dezembro de 2008) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Concessionária, visando a geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características.

d) Subvenção à Receita Baixa Renda – Tarifa Social

O valor de R\$ 4.562 (R\$ 9.549 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao resultado gerado entre os aumentos e reduções de receita decorrentes da classificação dos consumidores residenciais na subclasse baixa renda, conforme Resolução Normativa nº 89 de 25 de outubro de 2004 e Resolução nº 514 de 16 de setembro de 2002 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.



e) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC II e FIDC IV

O valor de R\$ 5.124 (R\$ 3.252 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao montante retido em excesso as parcelas liquidadas, permanecendo aplicado no Fundo para liquidação de parcelas futuras avaliados pelo valor de custo.

f) Convênio SEINFRA/CEITEC

O valor de R\$ 637 refere-se ao saldo a receber referente à participação do Estado do Rio Grande do Sul na construção de dois alimentadores de 13,8kV para uso da CEITEC S.A.. O investimento visa permitir a realização das atividades dessa empresa, voltadas à pesquisa e implantação de processo produtivo, com ênfase na geração de produtos e processos diferenciados na área de microeletrônica. A obrigação do Estado com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D foi firmada através do Convênio SEINFRA/CEITEC S.A./CEEE-D/SCT FPE Nº 38/2009, de 25 de agosto de 2009.

g) Empréstimo Compulsório ELETROBRÁS

O valor de R\$ 3.286 em 31 de dezembro de 2008 refere-se ao crédito decorrente do Empréstimo Compulsório sobre Combustível, contudo, em dezembro de 2009, esse valor foi baixado em virtude de ser remota a probabilidade de êxito no processo que pleiteia esse crédito.

h) Serviços Próprios em Curso

Do valor de R\$ 3.515 (R\$ 657 em 31 de dezembro de 2008) R\$ 1.085 refere-se a recursos relativos às subvenções aplicados em Padrão de Entrada de Serviços e Kit Básico de Instalações, utilizados no Programa Luz para Todos e que não resultam em ativo imobilizado, os quais, na conclusão dos serviços, são transferidos para Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e R\$ 2.430 refere-se à aplicação de recursos em pessoal, material e serviços utilizados na execução do serviço de transformação, fabricação e reparo de materiais. Na conclusão dos serviços os materiais são transferidos para o estoque operacional.



5. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

O valor registrado nesta conta em 31 de dezembro de 2009 refere-se às variações positivas de itens da Parcela A, demais Ativos Regulatórios e encargos do consumidor a recolher, assim composto:

	2009	2008
CIRCULANTE		
Energia Elétrica Comprada e Quota CCC	-	7.445
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	-	837
Quota CDE e Transporte Itaipu.....	-	89
CVA - Período 16/09/2006 a 15/09/2007 em compensação	-	8.371
Transporte Itaipu	1	101
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	40	3.227
Quota CCC	55	4.456
Quota CDE	12	970
Quota ESS e PROINFA	262	21.120
CVA - Período 16/09/2007 a 15/09/2008 em compensação	370	29.874
Energia Elétrica Comprada	-	5.117
Transporte Itaipu	1.301	312
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	5.017	4.920
Quota CCC	2.050	8.907
Quota CDE	5.053	153
Quota ESS e PROINFA	11.132	13.696
CVA - Período 16/09/2008 a 25/09/2009 em compensação	24.553	33.105
Transporte Itaipu	362	-
Quota CCC	11.124	-
Quota CDE	1.394	-
Quota ESS e PROINFA	1.140	-
CVA - Período 26/09/2009 a 31/12/2009 a recuperar no IRT 2010	14.020	-
Subtotal - Itens da Parcela A	38.943	71.350
PIS/COFINS Res. Homologatória 715/08	-	6
Conexão CEEE-D/Eletrosul - Nota Técnica 315/2008	-	585
Programa Luz para Todos - Nota Técnica 347/2009.....	693	-
Sobrecontratação - Nota Técnica 347/2009	18.273	-
Parcela de Ajuste Conexão - Nota Técnica 347/2009	6	-
Subsídio Irrigação e Aqüicultura - Nota Técnica 347/2009	157	-
Subtotal - Demais Ativos Regulatórios	19.129	591
Encargos do Consumidor a Compensar - RGR	-	6.957
Total	58.072	78.898
	2009	2008
NÃO CIRCULANTE		
Quota ESS	13.207	13.207
CVA - Período Set/2000 a Set/2002 a compensar	13.207	13.207

a) CVA - Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A - Variação Positiva/Negativa

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA são registradas as variações ocorridas no período entre reajustes tarifários, acrescidas da respectiva remuneração (taxa de juros SELIC), dos seguintes itens de custo da "Parcela A" (custos não gerenciáveis): tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional; quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; quota de recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; quota de custeio referente ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA; tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; Encargos de Serviços de Sistema - ESS e Custo de Aquisição de Energia Elétrica.



Em outubro de 2009 com o pronunciamento da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Nota Técnica nº 347/2009-SRE/ANEEL, de 14 de outubro de 2009, foram homologados os valores ativos e passivos a título de CVA.

A composição da Variação Negativa de Valores de Itens da CVA encontra-se na nota explicativa nº 7.5.

6. ATIVO NÃO CIRCULANTE

6.1. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$ 20.165 (R\$ 19.969 em 31 de dezembro de 2008) refere-se à Energia Vendida no Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme nota explicativa nº 20.c.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, em 31 de dezembro de 2009, atualizou os saldos registrados nas demonstrações financeiras e considerou as prováveis perdas decorrentes do suprimento de energia livre, face ao término do prazo de cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos termos da legislação vigente, conforme demonstrado abaixo:

	2009	2008
Saldo Inicial	19.969	19.655
Atualização	1.148	1.141
Recebimento	(2)	(55)
Perdas	(950)	(772)
Saldo Final	<u>20.165</u>	<u>19.969</u>

6.2. Depósitos Vinculados a Litígios

O valor de R\$ 15.959 (R\$ 13.931 em 31 de dezembro de 2008) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 7.8)

6.3. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Representam imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social, controladas na Parte "B" do LALUR, cuja dedutibilidade ocorrerá através dos pagamentos efetivos, ou da reversão dessas provisões:

a) Base de Cálculo dos Créditos Fiscais Diferidos

	2009	2008
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	593.425	569.254
Provisão para Contingências Trabalhistas	307.485	269.483
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	164.548	141.283
Outras Provisões	1.553	1.538
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	70.025	-
Base de Cálculo	<u>1.137.036</u>	<u>981.558</u>
Alíquota Aplicável (IR e CS)	34%	34%
Total do Crédito Fiscal a ser Diferido sobre Diferenças Temporárias, Prejuízos Fiscais e Base Negativa da Contribuição Social	386.592	333.730
Parc. não realiz. no período de 10 anos, previsto na Inst. CVM 371/02	(160.557)	(107.695)
Saldo Contábil	<u>226.035</u>	<u>226.035</u>
Não Circulante	<u>226.035</u>	<u>226.035</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social s/ Diferenças Temporárias	226.035	226.035



b) Estimativa de Realização dos Créditos Fiscais Diferidos

	% de Realização	R\$
Exercício de 2010	22,09%	49.941
Exercício de 2011	8,26%	18.678
Exercício de 2012	8,26%	18.678
Exercício de 2013.....	8,26%	18.678
Exercício de 2014.....	8,26%	18.678
Exercício de 2015 a 2016	14,96%	33.794
Exercício de 2017 a 2019	29,91%	67.588
	<u>100,00%</u>	<u>226.035</u>

A estimativa de realização dos créditos fiscais foi definida de acordo com as premissas elaboradas pela Concessionária, aprovadas pela Administração, tendo como principais premissas o crescimento médio de mercado, crescimento marginal dos custos operacionais para fazer frente ao crescimento de mercado e os custos de financiamentos já existentes, no entanto, este estudo está sendo atualizado com intuito de ajustar as premissas considerando o impacto da crise no setor, bem como o prazo de concessão divulgado na nota explicativa 1.1. Assim, somente após a sua conclusão, será possível mensurar os possíveis reflexos nas demonstrações financeiras da Concessionária.

6.4. Outros Créditos a Receber

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Quotas Subordinadas - FIDC (Vide Nota Explicativa nº 8.1.a)	12.150	5.300
Retenção Banco Máxima	3.000	-
Repasse de Arrecadação de Contas de Energia	27	-
Conta de Resultados a Compensar - CRC	2.064.645	-
	<u>2.079.822</u>	<u>5.300</u>

a) Quotas Subordinadas – FIDC

O valor de R\$ 12.150 (R\$ 5.300 em 31 de dezembro de 2008) refere-se à aquisição de Quotas Subordinadas do FIDC II e IV – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, sendo seu valor de mercado em dezembro de 2009 de R\$ 12.992.

b) Retenção Banco Máxima

O valor de R\$ 3.000 refere-se à garantia do fiel e pontual cumprimento das obrigações relativas à captação de empréstimo junto ao Banco Máxima, cujo valor tem vencimento para 02 de janeiro de 2016.

c) Repasse de Arrecadação de Contas de Energia

O valor de R\$ 27 encontra-se em discussão junto ao Banco Citibank S/A e refere-se à arrecadação de faturas de energia não repassadas a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

d) Conta de Resultados a Compensar

Em Março de 1993, a Concessionária ingressou com Ação Ordinária contra a União Federal pleiteando o reconhecimento da Conta de Resultados a Compensar – CRC, cuja decisão favorável à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica CEEE-D transitou em julgado no âmbito



do Supremo Tribunal Federal em 31 de março de 2009, caracterizando um direito não passível de questionamento.

Na referida decisão foi reconhecido o direito da Concessionária registrar como custo do serviço os valores relativos à complementação e suplementação de aposentadoria de seus empregados ex-autárquicos, com suas respectivas correções monetárias e juros moratórios dos exercícios de 1981 a 1993, para fins de ajustes na Conta de Resultados a Compensar – CRC e Reserva Nacional de Compensação e Remuneração – RENCOR.

A realização deste crédito será efetuada conforme o estabelecido na Lei Federal nº 8.631, de 4 de março de 1993, alterada pela Lei Federal nº 8.724, de 28 de outubro de 1993, ou seja, através da compensação de dívidas da Concessionária com a União, e o saldo com a autorização do Tesouro Nacional para compensação com tributos e/ou abatimento da dívida do Estado do Rio Grande do Sul.

Em virtude da desverticalização, a Lei Estadual nº 12.593/06 concedeu ao Poder Executivo a possibilidade de adquirir, pelo seu valor de face, a título oneroso, os direitos da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE ou das empresas resultantes da reestruturação de que trata esta Lei, que sejam provenientes dos saldos credores da Conta de Resultados a Compensar – CRC.

O processo de liquidação da sentença por artigos encontra-se em andamento na Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual de Porto Alegre aguardando publicação da decisão proferida em 03 de novembro de 2009.

Concomitantemente ao trâmite da ação de liquidação de sentença por artigos, foi contratado perito contábil para quantificar os valores na forma prevista na Lei nº 8.631/93 (com as alterações da Lei nº 8.724/93), conforme determina Acórdão do STJ. O trabalho pericial apresentado quantificou o crédito em favor da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D no montante de R\$ 2.064.645, correspondendo a 60% do valor, conforme definido na Proposta de Justificação de Cisão. (Vide nota explicativa nº 9.2 e 13.a).

6.5. Bens e Direitos Destinados à Alienação

O valor de R\$ 993 (R\$ 992 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao valor de custo dos terrenos e edificações que se encontram sem utilização pela Concessionária e que serão alienados.

6.6. Investimentos

Outros Investimentos

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Investimento em Recursos Florestais e Ambientais	12.990	11.501
Bens e Direitos p/uso Futuro no Serv. Concedido e Bens de Renda	13.974	14.550
	<u>26.964</u>	<u>26.051</u>

a) Investimentos em Recursos Florestais e Ambientais

O valor de R\$ 12.990 (R\$ 11.501 em 31 de dezembro de 2008) contempla os investimentos em hortos florestais de produção, usinas de preservação de madeira e viveiros de mudas nativas e exóticas. A Concessionária desenvolve a tecnologia aplicada, implementando florestas exóticas e estudando as suas ações e interações ecológicas no conjunto ambiental. A atividade de produção de madeira preservada compreende desde a colheita da semente do eucalipto até a fabricação e preservação dos postes utilizados nas redes elétricas. Os bens estão vinculados a garantias ou penhoras em ações judiciais e parcelamentos de impostos. Essas penhoras ou garantias referem-se, conforme nota explicativa nº 7.8, a ações trabalhistas e cíveis. Referidos bens não fazem parte da concessão e foram autorizados a serem vinculados a garantias pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme Ofício nº 835 SFF/ANEEL, de 26 de outubro de 2001.



b) Bens e Direitos para Uso Futuro no Serviço Concedido e Bens de Renda

O valor de R\$ 13.974 (R\$ 14.550 em 31 de dezembro de 2008) contempla imóveis destinados à futura utilização pela Concessionária, no serviço concedido e a bens mantidos para obtenção de renda.

6.7. Imobilizado e Intangíveis

a) Imobilizado

	2009			2008
	Txs Médias Anuais (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço				
Terrenos.....	0,00%	14.055	-	14.055
Edificações.....	3,87%	70.913	(59.529)	11.384
Máquinas e Equipamentos.....	4,65%	1.780.636	(886.514)	894.122
Veículos.....	20,00%	39.464	(27.450)	12.014
Móveis e Utensílios.....	10,00%	6.349	(5.147)	1.202
Subtotal em Serviço		1.911.417	(978.640)	932.777
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.....		(100.654)	4.121	(96.533)
Total em Serviço		1.810.763	(974.519)	836.244
Em Curso				
Máquinas e Equipamentos.....		51.023	-	51.023
Material em Estoque.....		57.270	-	57.270
Imobilizado em Curso - Outros.....		26.457	-	26.457
Subtotal em Curso		134.750	-	134.750
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.....		(1.959)	-	(1.959)
Total em Curso		132.791	-	132.791
Total Imobilizado Líquido		1.943.554	(974.519)	969.035

b) Intangíveis

	2009			2008
	Txs Médias Anuais (%)	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço				
Faixas de Servidão.....	0,00%	1.583	-	1.583
Direito de Uso de Softwares.....	20,00%	2.540	(2.291)	249
Subtotal em Serviço		4.123	(2.291)	1.832
Em Curso				
Faixas de Servidão.....		238	-	238
Direito de Uso de Softwares.....		9.874	-	9.874
Subtotal em Curso		10.112	-	10.112
Total Intangível		14.235	(2.291)	11.944



c) Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

De acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.10 item 4, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e a Instrução CVM nº 193, de 11/07/1996, os encargos financeiros sobre capital de terceiros aplicados

em immobilizações em curso foram apropriados no resultado e transferidos para o imobilizado em curso, conforme demonstrativo abaixo:

	2009	2008
Encargos Financeiros Contabilizados no Resultado	10.173	5.750
(-) Transferência para o Imobilizado em Curso	(952)	(686)
Efeito Líquido no Resultado	<u>9.221</u>	<u>5.064</u>

d) Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

e) Valor Recuperável dos Ativos

Os principais ativos tangíveis da Concessionária são Redes de Distribuição, Linhas de Transmissão de 69Kv e 138Kv e Subestações.

Desde 2008, esses ativos são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.

As revisões são efetuadas ao nível de Unidades Geradoras de Caixa, definidas por Contrato de Concessão para as quais a Concessionária consegue atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
- As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;



- As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a concessionária devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

A Concessionária apura anualmente o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa, considerando o disposto no item 21 do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos, e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.

f) Seguros

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram aqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará na possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. A Concessionária considerou como ativo sem cobertura de seguro aqueles em que, na ocorrência de sinistro, não comprometem a confiabilidade operacional e produtiva.

Um novo processo de licitação foi executado em dezembro de 2009 sendo a empresa TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A, vencedora.

Atualmente, o processo encontra-se na fase final de contratação.

g) Possíveis Perdas de Ativos

No dia 20 de dezembro de 2009, um incêndio atingiu o prédio da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D onde estava instalada a Gerência Regional Metropolitana. As causas do acidente ainda não foram identificadas, já que os trabalhos da perícia estão em andamento. Para avaliar os danos à estrutura do edifício encontra-se em fase de contratação empresa de engenharia. O prédio da Gerência Regional Metropolitana foi vertido à Concessionária em 2006, quando da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, mas sua capitalização data de 1973 e está totalmente depreciado. Um inventário de todos os bens que não foram atingidos pelo incêndio está sendo realizado, pois somente após este procedimento poderá ser realizado a baixa contábil dos equipamentos, móveis e utensílios danificados.

6.8. Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante a Resolução nº 223, de 29 de abril de 2003, e suas posteriores alterações, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço de distribuição de energia elétrica.

A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase àqueles com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos as novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3kV) e com carga instalada de até 50 kW.

Em 22 de setembro de 2005, por intermédio do Despacho nº 1.276, a ANEEL encaminhou à Concessionária a Nota Técnica nº 092/2005-SRC/ANEEL, aprovando de forma condicional o Plano de Universalização referente ao período 2005-2006, solicitando o seguinte ajuste:

- Que o “Plano seja revisado de modo a atender também as diretrizes da nova Resolução da ANEEL que estabelecerá as condições dos Planos de Universalização de energia elétrica, visando à antecipação de metas em face dos objetivos definidos nos Termos de Compromisso firmados com o Ministério de Minas e Energia – MME, no âmbito do Programa Luz para Todos.”



Em 29 de dezembro de 2005 foi remetido à ANEEL o Plano de Universalização de energia elétrica 2005-2006, revisado, contemplando os ajustes solicitados na Nota Técnica nº 092/SRC/ANEEL e determinações da Resolução ANEEL nº 175 de 28 de novembro de 2005.

Em 25 de abril de 2008, o Decreto nº 6.442 alterou o prazo de execução do Programa Luz para Todos para 2010, tendo a ANEEL, em maio de 2009, publicada a Resolução Normativa nº 365, alterando a RN 175/05, estabelecendo as condições para a revisão dos Planos de Universalização.

Em 28 de agosto de 2009 foi protocolado na ANEEL o Plano de Universalização da Concessionária, contemplando as metas para os anos de 2009 e 2010, cuja análise foi tratada através da Nota Técnica nº 031/2009 – SRC/ANEEL, de 11 de novembro de 2009.

De janeiro de 2006 a dezembro de 2008 foram realizadas um total de 145.805 novas ligações, sendo 119.444 em áreas urbanas e 26.361 em áreas rurais.

No ano de 2009 foram realizadas um total de 37.203 novas ligações, sendo 31.555 em áreas urbanas e 5.648 em áreas rurais.

6.8. a) Programa Luz para Todos

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Programa Luz para Todos - PLT), no âmbito do Programa de Universalização, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Em maio de 2004 foi firmado Termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia - MME), o Estado do Rio Grande do Sul e a CEEE com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa Luz para Todos, na área de concessão da Empresa, propiciando o atendimento de 15.000 novos consumidores no meio rural no período 2004-2006.

Tendo em vista o enorme incremento na demanda de cadastros de interessados à inclusão no Programa Luz para Todos, o PLT, através do Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, foi prorrogado até 2010, em nível nacional.

Na CEEE-D não foi diferente, passou-se das 15.000 ligações previstas originalmente para 27.000 cadastros ao final de 2008, número que tem se mantido, em que pese às inclusões e exclusões havidas desde então.

O novo Termo de Compromisso entre o MME, O Estado do Rio Grande do Sul e a Concessionária, com a interveniência da ANEEL e ELETROBRÁS, consubstanciando as metas e fontes para os exercícios de 2009 e 2010, já foi assinado pela Concessionária e Governo do Estado, ainda em 2009, estando em tramitação final, nas outras instâncias.

Desta forma, o Programa PLT, na Concessionária, foi prorrogado pela ANEEL, até o final do ano de 2010. A Resolução Normativa ANEEL nº 365, de maio de 2009, contempla as metas da CEEE-D, previstas para 2009 e 2010, perfazendo um total de 4.500 novas ligações para o ano de 2009 e 3.821 para o ano de 2010.

Até o momento a Concessionária firmou com a ELETROBRÁS os contratos ECFS 028/2004, 151/2006, 199/2007 e 253/2009, além de quatro contratos das chamadas obras pioneiras e que foram celebrados ainda em 2004. O total destes contratos é da ordem de R\$ 153,6 milhões, objetivando o suporte a 24.024 ligações, sob à égide do PLT.

Os Contratos ECFS 028/ 2004 e ECFS 151/2006 já foram encerrados, tendo no exercício de 2009 sido concluídas as ligações previstas no Contrato ECFS 199/2007 e iniciadas as ligações referentes ao Contrato ECFS 253/2009.



Em setembro de 2008 a Concessionária celebrou com o Governo do Estado o Convênio FPE 1387, relativo à sua participação no Programa Luz para Todos, tendo em dezembro de 2008 aportado os recursos da ordem de R\$ 2,52 milhões. A parcela de responsabilidade da CEEE-D neste Convênio é de R\$ 0,44 milhões, estando previstas 535 novas ligações na área rural da Companhia.

Em dezembro de 2009 a Concessionária celebrou com o Governo do Estado o Convênio FPE 295/2009, que prevê o repasse de R\$ 5,0 milhões em 2010 através de crédito fiscal presumido de ICMS, compensáveis em quatro parcelas. Este Convênio irá beneficiar 250 novas ligações, além de obras de melhoria, objetivando a ligação de agro-indústrias e centros comunitários de produção.

Assim, o total de Contratos com a ELETROBRÁS e Convênios com o Estado, perfaz o montante de R\$ 162,4 milhões, tendo por meta 24.809 novas ligações na área rural da área de concessão da Concessionária.

Sob a égide destes instrumentos 20.624 ligações já foram efetuadas, até o final de 2009, representando um investimento que supera os R\$ 117 milhões. Deste montante, até o final de 2009, houve o ingresso efetivo de R\$ 59,2 milhões, sendo o restante investido com recursos próprios da Concessionária.

No ano de 2009, 4.144 novas unidades consumidoras foram ligadas sob à égide do Programa Luz para Todos.

Considerando-se os Contratos e Convênios celebrados, no total de R\$ 162,4 milhões, até R\$ 58,2 milhões serão recursos subvencionados, até R\$ 79,8 milhões constituirão recursos financiados e R\$ 24,4 serão recursos próprios da CEEE-D. Desta forma, a Concessionária irá participar, efetivamente, com 62,6 % dos investimentos necessários ao Programa Luz para Todos.

Os valores recebidos a título de subvenção estão registrados como Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os contratos da Concessionária com o Programa Luz para Todos compõe-se de:

CONTRATOS (1)	Obras	1º Tranche	2º Tranche	3º Tranche	4º Tranche	Convênio SENFRA	Convênio SENFRA	Total
	Pioneiras	ECFS 028/2004	ECFS 151/2006	ECFS 199/2007	ECFS 253/2009	FPE - 1387/2008	FPE - 295/2009	
DATA DE ASSINATURA	28/06/04	03/06/04	17/08/06	28/01/08	30/01/09	08/09/08	15/12/09	
Parcela Subvencionada (Eletrobrás/CDE)	1.354	10.833	28.037	5.336	5.148	-	-	50.709
Parcela Financiada (Eletrobrás/ RGR)	-	3.259	8.411	34.687	33.462	-	-	79.811
Parcela Estado RS	-	-	-	-	-	2.518	5.004	7.522
Parcela CEEE (C)	239	2.485	6.432	7.063	6.814	444	883	24.360
Total Programa (A)	1.593	16.569	42.880	47.087	45.424	2.963	5.887	162.403

#INGRESSOS DE RECURSOS (1)	Obras	1º Tranche	2º Tranche	3º Tranche	4º Tranche	Convênio SENFRA	Convênio SENFRA	Total
	Pioneiras	ECFS 028/2004	ECFS 151/2006	ECFS 199/2007	ECFS 253/2009	FPE - 1387/2008	FPE - 295/2009	
Eletrobrás (CDE)	622	8.878	25.011	1.631	-	-	-	36.112
Eletrobrás (RGR)	-	2.664	7.503	10.406	-	-	-	20.574
Estado RS	-	-	-	-	-	2.518	-	2.518
Ingresso Realizado (B)	622	11.543	32.514	12.037	-	2.518	-	59.204

GASTOS INCORRIDOS (1)	Obras	1º Tranche	2º Tranche	3º Tranche	4º Tranche	Convênio SENFRA	Convênio SENFRA	Total
	Pioneiras	ECFS 028/2004	ECFS 151/2006	ECFS 199/2007	ECFS 253/2009	FPE - 1387/2008	FPE - 295/2009	
Gastos Incorridos (CDE, RGR, Estado RS)	1.089	14.083	36.448	37.789	6.392	2.014	-	97.816
Contrapartida	192	2.732	8.201	6.669	1.128	302	-	19.224
Total Gastos	1.281	16.815	44.649	44.458	7.521	2.316	-	117.040

BALANÇO (1)	Obras	1º Tranche	2º Tranche	3º Tranche	4º Tranche	Convênio SENFRA	Convênio SENFRA	Total
	Pioneiras	ECFS 028/2004	ECFS 151/2006	ECFS 199/2007	ECFS 253/2009	FPE - 1387/2008	FPE - 295/2009	
Total a receber do Programa (A-C)	1.354	14.083	36.448	40.024	38.611	2.518	5.004	138.042
Ingressos realizados (B)	622	11.543	32.514	12.037	-	2.518	-	59.204
Ajuste Encerramento Crédito	(733)	(2.541)	(3.934)	(2.234)	-	-	-	(9.441)
Ingressos à realizar	-	-	(0)	25.782	38.611	0	5.004	69.397



7. PASSIVO CIRCULANTE

7.1. Fornecedores

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Encargos de Uso da Rede	23.780	24.110
Energia Elétrica Comprada para Revenda	91.345	112.890
Materiais e Serviços	24.182	41.305
Retenção Contratual	3.028	1.538
	<u>142.335</u>	<u>179.843</u>

7.2. Folha de Pagamento - Consignações

O valor de R\$ 13.905 (R\$ 11.594 em 31 de dezembro de 2008) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

7.3. Tributos e Contribuições Sociais

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	16.486	15.260
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	4.474	2.782
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	9.174	14.802
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS / PASEP	1.993	1.555
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.798	1.250
Outros	918	697
	<u>34.843</u>	<u>36.346</u>

7.4. Plano de Benefícios Previdenciais Complementares

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	2009	2008
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	5.859	7.892
Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE	3.981	4.177
Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados	16.329	18.075
Provisão para Complementação Aposentadoria		
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA	81.512	76.367
	<u>107.681</u>	<u>106.511</u>
NÃO CIRCULANTE	2009	2008
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	3.083	4.072
Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados	123.829	134.553
Provisão para Complementação Aposentadoria		
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA	511.913	492.887
Ajuste Deliberação CVM 371/00 - Planos de Benefícios		
- CEEEPREV e PLANO ÚNICO	-	(2.564)
	<u>638.825</u>	<u>628.948</u>



a) Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Concessionária é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

b) Contribuição Patrocinadora – ELETROCEEE

A Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE refere-se às contribuições mensais da Patrocinadora relativas aos Planos de Benefícios denominados Plano Único e CEEEPREV e a Parcela de Reserva Amortizar CEEEPREV.

b.1) Plano de Benefício Definido

Trata-se de compromissos junto à Fundação ELETROCEEE do Plano de Benefício Definido denominado Plano Único.

b.2) Plano de Benefício de Contribuição Definida

O Plano CEEEPREV foi implantado em outubro de 2002 com a migração de 59% dos empregados participantes do Plano Único, tendo sido aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 08 de agosto de 2002. Para os participantes que migraram do Plano Único para o Plano CEEEPREV foram preservados os benefícios com direitos já acumulados no plano de origem de forma saldada.

c) Fundação ELETROCEEE Contrato 1254 – Benefício aos Empregados

No total da obrigação atuarial está contemplado o montante do contrato com a ELETROCEEE nº SF 1254/95, referente ao contrato de confissão de dívida por contribuições não pagas, cuja renegociação foi efetuada em agosto 2003 de acordo com seu quinto termo aditivo cuja carência foi até dezembro 2004, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações de principal a partir de janeiro 2005, sendo seu término previsto para 31 de julho de 2018.

d) Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos–Lei Estadual nº 3.096/56

Esta provisão refere-se ao compromisso da Concessionária com empregados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, por força da Lei Estadual nº 4.136/61, e posteriormente pela Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, registrado conforme cálculo atuarial.

7.4.1 Política Contábil adotada pela Patrocinadora no Reconhecimento de Ganhos e Perdas Atuariais

- Plano de Benefício denominado Plano Único, Compromissos Previdenciais CTP e Ex-Autárquicos – O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, conforme item 53 da Deliberação CVM 371/00.



- Plano de Benefício denominado CEEEPREV – Neste plano, o risco atuarial (benefícios menores que o esperado) e o risco de investimentos (ativos investidos e rendimento desses ativos serem insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são dos participantes do plano.

A contabilização dos custos normais do CEEEPREV, pela Concessionária é determinada pelos valores das contribuições de cada período que ocorridos efetivamente, não existindo, assim, ganho ou perda atuarial. Dessa forma o reconhecimento é efetuado com base nas contribuições efetivamente realizadas no exercício.

Com relação ao custo do serviço passado, esse é reconhecido pelo método de linha reta, como uma despesa, pelo período de amortização da Provisão a Constituir junto ao Plano CEEEPREV. Quanto ao reconhecimento do ganho ou perda atuarial com relação a esse compromisso de serviço passado, esse (a) será totalmente reconhecido (a) no exercício.

7.4.2. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Baseada no resultado da avaliação atuarial conduzida sob a responsabilidade de atuários independentes, a Concessionária registrou provisão para contribuição adicional ao fundo de pensão. O custo do serviço passado do CEEEPREV – contribuição definida no montante de R\$ 160.665 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 174.242 em 31 de dezembro de 2008) está sendo reconhecido na Concessionária no tempo remanescente de serviço dos empregados, estimado em 12 anos, conforme item 38 da Deliberação CVM 371/00.

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço está abaixo demonstrada como segue:

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO	2009					2008						
	Plano único	CTP	EXA	Total	CEEPREV	Total	Plano único	CTP	EXA	Total	CEEPREV	Total
Valor presente da obrigação atuarial	792.432	9.520	665.001	1.466.953	796.181	2.263.134	791.423	17.174	666.254	1.474.851	833.135	2.307.985
Valor justo dos ativos do plano	(686.002)	-	-	(686.002)	(655.951)	(1.341.953)	(825.605)	-	-	(825.605)	(648.438)	(1.474.043)
Obrigações descobertas	106.430	9.520	665.001	780.951	140.230	921.181	(34.182)	17.174	666.254	649.246	184.697	833.943
Ganho (perda) atuarial a contabilizar conforme avaliação atuarial	(140.924)	(578)	(71.576)	(213.078)	-	(213.078)	38.683	(5.209)	(97.000)	(63.526)	-	(63.526)
Perda (ganho) atuarial contabilizados (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho (perda) atuarial líquida não reconhecida	(140.924)	(578)	(71.576)	(213.078)	-	(213.078)	38.683	(5.209)	(97.000)	(63.526)	-	(63.526)
Obrigações atuarial inicial não reconhecida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo do serviço passado não contabilizado	-	-	-	-	(160.665)	(160.665)	-	-	-	-	(174.242)	(174.242)
Ganho ou (Perdas) atuariais não contabilizados	(53.215)	-	-	(53.215)	-	(53.215)	17.091	-	-	17.091	-	17.091
Passivo (Ativo) Atuarial	(87.709)	8.942	593.425	514.658	(20.435)	494.223	21.592	11.965	569.255	602.811	10.455	613.266
Ajuste do Passivo Atuarial (*)	168.173	-	-	168.173	84.110	252.283	63.186	-	-	63.186	59.008	122.194
Passivo reconhecido na patrocinadora	80.464	8.942	593.425	682.831	63.675	746.506	84.778	11.965	569.255	685.997	69.463	755.460

(*) O ajuste do passivo atuarial refere-se ao complemento do valor apresentado na avaliação atuarial visando contemplar no mínimo o passivo assumido pela Companhia através do contrato ELETROCEEE no. SF 1254/95, conforme nota explicativa 7.4.c. acima e a Contribuição da Patrocinadora conforme nota explicativa 7.4.b.



7.4.2. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (Continuação)

Movimentação do Passivo (Ativo) Atuarial

	2009					2008						
	Plano Único	CTP	EXA	Total	CEEEPREV	Total	Plano Único	CTP	EXA	Total	CEEEPREV	Total
Passivo (Ativo) Atuarial líquido em 1º de janeiro	21.592	11.985	569.255	602.812	10.455	613.267	30.003	19.896	523.120	573.019	26.847	599.865
Despesa do exercício	(77.813)	5.006	115.314	42.507	12.012	54.519	18.730	3.437	131.728	153.895	11.935	165.831
Pagamento de contribuições para o plano e benefícios	(31.489)	(8.029)	(91.144)	(130.661)	(42.902)	(173.563)	(27.141)	(11.368)	(85.594)	(124.103)	(28.327)	(152.431)
Passivo (Ativo) Atuarial líquido em 31 de dezembro	(87.709)	8.942	593.425	514.658	(20.435)	494.223	21.592	11.985	569.255	602.811	10.455	613.266

Composição da Despesa

	2009 - Real					2010 - Estimada						
	Plano Único	CTP	EXA	Total	CEEEPREV	Total	Plano Único	CTP	EXA	Total	CEEEPREV	Total
Custo do serviço corrente bruto	652	-	-	652	10.705	11.357	678	-	-	678	11.309	11.987
Contribuições dos participantes	(1.455)	-	-	(1.455)	(5.352)	(6.807)	(1.201)	-	-	(1.201)	(5.654)	(6.856)
Custo do serviço corrente líquido	(803)	-	-	(803)	5.353	4.550	(523)	-	-	(523)	5.654	5.131
Custo dos juros	184.373	1.514	84.940	190.827	-	190.827	91.659	632	73.890	166.181	-	166.181
Retorno efetivo dos ativos do plano	(111.077)	-	-	(111.077)	-	(111.077)	(80.974)	-	-	(80.974)	-	(80.974)
Provisionamento no exercício / (Desconstituição)	(70.306)	-	-	(70.306)	-	(70.306)	-	-	-	-	-	-
Perda (ganho) atuarial reconhecido	-	-	-	-	(29.172)	(29.172)	51.330	-	-	51.330	-	51.330
Amortização de perda (ganho) atuarial não reconhecido	-	3.492	30.374	33.866	-	33.866	-	-	5.076	5.076	-	5.076
Amortização do custo do serviço passado	-	-	-	-	13.577	13.577	-	-	-	-	13.577	13.577
Amortização de juros do passivo atuarial	-	-	-	-	22.254	22.254	-	-	-	-	18.432	18.432
Total da despesa do exercício	(77.813)	5.006	115.314	42.507	12.012	54.519	61.481	632	78.965	141.089	37.864	178.953

7.4.3. Hipóteses e Premissas Atuariais Adotadas para os Cálculos

	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV
Taxa para desconto da obrigação atuarial	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa de juros totais do retorno dos investimentos	11,98%	-	-	11,98%
Crescimento Salarial	3,00%	-	-	-
Taxa de Administração	15,00%	-	-	9,30%
Tabua de Mortalidade Geral	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-49	-	-	AT-49
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	-	-	Light-Média
Rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula
Idade de Aposentadoria - Aposentadoria Normal	-	-	-	60 anos
Idade de Aposentadoria - Benefício Saldado	55 anos*	55 anos*	-	55 anos*
Taxa de Inflação	5,64%	5,64%	5,64%	5,64%

* O profissional deverá estar aposentado pelo INSS

7.5. Variação Negativa de Itens da CVA - Passivos Regulatórios

O valor registrado nesta conta refere-se à variação negativa de Itens da Parcela A, Majoração de alíquotas PIS/COFINS e Provisão de Impostos - Resolução Homologatória nº 715/2008, bem como Parcelas de Ajuste, Exposição Submercados e Subsídios - Resolução Homologatória nº 895/2009.



CIRCULANTE

	2009	2008
Energia Elétrica Comprada e Transporte Itaipu	-	277
Quota ESS e Quota CDE	-	2.769
PROINFA	-	1.264
CVA - Período 16/09/2006 a 15/09/2007 em compensação	-	4.310
Energia Elétrica Comprada	218	17.576
CVA - Período 16/09/2007 a 15/09/2008 em compensação	218	17.576
Energia Elétrica Comprada	5.039	9.243
Quota CCC	-	4.287
CVA - Período 16/09/2008 a 25/09/2009 em compensação	5.039	13.530
Energia Elétrica Comprada	9.713	-
Quota ESS e Transporte Itaipu	6.489	390
Quota CCC	3.479	-
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	1.749	-
PROINFA	1.140	-
CVA - Período 26/09/2009 a 31/12/2009 a recuperar no IRT 2010	22.570	390
Subtotal - Itens da Parcela A	27.827	35.806
Majoração de alíquotas PIS / COFINS	-	5.733
Programa Luz para Todos - Res. Homologatória 715/2008	-	997
Subcontratação e Exposição Submercados - Res. Homolog. 715/2008	-	5.147
Ajuste Revisão Tarifária 2008 - Nota Técnica 347/2009	12.773	-
Exposição Submercados - Nota Técnica 347/2009	1.838	-
Parcela Ajuste Fronteira - Nota Técnica 347/2009	3.698	-
Subsídio TUSD - Nota Técnica 347/2009	53	-
Subsídio Cooperativas - Nota Técnica 347/2009	441	-
Subsídio Baixa Renda - Nota Técnica 347/2009	675	-
Total	47.305	47.683

Vide nota explicativa nº 5.

7.6. Obrigações Estimadas

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Provisão para Férias, 13º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	21.270	18.920
Retenção de Remuneração	-	507
Prêmio Assiduidade	270	183
	21.540	19.610



7.7. Encargos do Consumidor a Recolher (RGR/CCC/CDE)

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Reserva Global de Reversão - RGR	1.255	1.067
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	1.426	19.565
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE	5.696	4.922
	<u>8.377</u>	<u>25.554</u>

a) Reserva Global de Reversão - RGR

A Reserva Global de Reversão – RGR, criada através da Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993, tem a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

b) Conta de Consumo de Combustíveis - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis - CCC foi criada para subsidiar a geração de energia elétrica com o uso de combustíveis fósseis, disciplina o rateio dos custos de aquisição desses combustíveis entre todas as concessionárias ou autorizadas do país, para garantir os recursos financeiros ao suprimento de energia elétrica a consumidores de localidades isoladas do sistema de geração e distribuição, bem como da geração termelétrica que atende, principalmente, a demanda de ponta dos sistemas interligados, com tarifas uniformizadas.

c) Conta de Desenvolvimento Energético – Quotas da CDE

Através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no artigo 13 foi criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando além do desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo seus recursos observar as vinculações e limites previstos em Lei.

7.8. Provisão para Contingências

As provisões e contas a pagar reconhecidas para contingências passivas, líquidas dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

CIRCULANTE	2009	2008
Provisão Contingências Trabalhistas	87.245	81.019
Provisão Contingências Cíveis	60.492	47.526
	<u>147.737</u>	<u>128.545</u>
NÃO CIRCULANTE	2009	2008
Provisão Contingências Trabalhistas	220.240	231.675
Provisão Contingências Cíveis	103.998	90.312
Contas a Pagar Contingências Cíveis	6.781	24.609
Provisão para Contingências Fiscais	58	3.445
(-) Depósitos Judiciais - Contingências Trabalhistas e Cíveis	(96.086)	(91.731)
	<u>234.991</u>	<u>258.310</u>



	CONTINGÊNCIAS			
	TRABALHISTAS	CÍVEIS	FISCAIS	TOTAL
Saldo Inicial Janeiro/2009	312.694	162.447	3.445	478.586
(+) Novos Ingressos	55.047	56.439	-	111.486
(-) Pagamentos	(61.409)	(29.964)	-	(91.373)
(-) Montantes Revertidos	(38.400)	(37.429)	(3.387)	(79.216)
(+) Atualização Monetária	39.553	19.778	-	59.331
(-) Montantes Depositados	(53.289)	(17.056)	-	(70.345)
(-) Atualização dos Depósitos	(19.880)	(5.861)	-	(25.741)
(=) Saldo Final Dezembro/2009	234.316	148.354	58	382.728

a) Provisão para Contingências Trabalhistas

A Concessionária vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos, com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi feita uma análise criteriosa das chances de êxito da Concessionária envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As ações ingressadas contra a Concessionária referem-se à verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento e prêmio assiduidade.

b) Provisão para Contingências Cíveis

A Concessionária está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Concessionária referem-se à convênios de devolução, corte/relição de energia, danos morais e materiais, revisão de consumo de energia, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação, revisão de contratos e encargo de capacidade emergencial.

c) Provisão para Contingências Fiscais

O valor de R\$ 58, em 31 de dezembro de 2009, decorre de provisão referente ao auto de lançamento nº 036/2005, lavrado pela Prefeitura de Alvorada em razão de suposto não recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, inerente a aluguéis de postes, o qual foi impugnado administrativamente pela Concessionária. O saldo de R\$ 3.445, registrado em 31 de dezembro de 2008, deriva do aludido processo do Imposto Sobre Serviços, bem como de débitos do Programa de Integração Social – PIS, então provisionado para fazer frente ao contencioso administrativo desta contribuição. Os montantes de PIS foram parcelados, em 2009, junto a Receita Federal do Brasil, nos termos da Lei nº 11.941/09, parcelamento já deferido e em fase de consolidação dos débitos pelo órgão competente.

A Concessionária obteve êxito na ação judicial de Compensação de Créditos Derivados da Demanda do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - FUNRURAL, Processo CEEE nº 3252/98, em 06 de abril de 2006, obtendo o direito de suspender todos os recolhimentos efetivados a título da contribuição previdenciária destinada ao FUNRURAL até 1º de setembro de 1989, data em que a Lei nº 7.789/89 passou a vigorar tornando a referida contribuição legalizada. Desta forma, os valores recolhidos até esta data, devidamente atualizados, foram compensados nas



parcelas vincendas ao INSS, observando-se o limite passível de compensação mensal que é de 30% do valor a ser recolhido em cada competência.

O valor total pleiteado é da ordem de R\$ 135.000, entretanto tendo em vista a falta de clareza quanto ao que está expresso na decisão do acórdão, procedemos a contabilização do valor de R\$ 10.812 para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, referente ao período de setembro de 1989 a junho de 1991, haja vista que neste período a legislação deixava claro que o percentual de 2,4% do FUNRURAL está inserido no total do INSS.

Até dezembro de 2007 a Concessionária compensou o montante de R\$ 10.812 não havendo mais saldo remanescente a compensar.

A Concessionária recebeu, em dezembro de 2007, Notificação de Lançamento de Débito da Fiscalização previdenciária do INSS referente aos valores compensados a título de FUNRURAL. A empresa vem discutindo no âmbito administrativo essa matéria e segundo parecer da área jurídica o desfecho negativo para a Concessionária é considerado como possível.

No que tange ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS a Concessionária possui contingentes administrativos que se relacionam, em síntese, a um eventual recolhimento a menor do referido tributo. De acordo com parecer jurídico a causa de desfecho negativo destas demandas é considerada possível.

7.9. Valores Destinados à Aplicação em Recursos PEE / P&D

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE

	2009	2008
Recursos PEE	11.102	37.726
Recursos P&D	18.926	11.747
Recursos FNDCT	557	4.529
Recursos MME	278	2.264
	<u>30.863</u>	<u>56.266</u>

NÃO CIRCULANTE

	2009	2008
Recursos PEE	38.364	-
Recursos P&D	14.152	17.438
	<u>52.516</u>	<u>17.438</u>

O PEE e o P&D são programas de investimentos, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações da unidade consumidora.

Aos programas de Eficiência Energética - PEE e de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, a Concessionária destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A composição dos saldos passivos dos respectivos programas são os seguintes:



CIRCULANTE	PEE		P&D		FNDCT		MME	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Ano 2009	-	-	-	-	-	4.529	-	2.264
Ano 2010	-	-	-	-	557	-	278	-
A aplicar	10.871	29.625	13.469	11.587	-	-	-	-
Atualização Monetária do Saldo Pendente ..	231	8.101	5.457	160	-	-	-	-
	<u>11.102</u>	<u>37.726</u>	<u>18.926</u>	<u>11.747</u>	<u>557</u>	<u>4.529</u>	<u>278</u>	<u>2.264</u>

NÃO CIRCULANTE	PEE		P&D	
	2009	2008	2009	2008
A aplicar	27.194	-	11.728	12.061
Atualização Monetária do Saldo Pendente	11.170	-	2.424	5.377
	<u>38.364</u>	<u>-</u>	<u>14.152</u>	<u>17.438</u>

7.10. Outros Passivos

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Energia de Curto Prazo - CEEE (vide nota explicativa nº 20.c)	10.100	24.548
Encargo de Capacidade Emergencial	1.628	1.971
Contribuição para Custeio Serv. de Iluminação Pública - CIP	3.878	3.504
Programa de Participação nos Resultados - PPR	5.228	5.134
Autos de Infração	20.660	4.481
Conta Gráfica (vide nota explicativa nº 16.b.I).....	2.105	-
Consumidores	9.291	9.825
Acordo Judicial	4.200	-
Outros Credores	5.908	5.642
	<u>62.998</u>	<u>55.105</u>

a) Autos de Infração

O valor de R\$ 20.660 (R\$ 4.481 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao Auto de Infração nº 04/2005 que tem por objeto a aplicação de penalidade à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D quanto aos pedidos de ressarcimento de danos em equipamentos elétricos causados por perturbação no sistema elétrico, bem como a multa pelo descumprimento, por parte da Concessionária, das metas dos indicadores de continuidade DEC e FEC (2003 a 2005), a qual será paga em 12 parcelas cujo pagamento iniciou em novembro de 2009.

b) Conta Gráfica

O valor de R\$ 2.105 é composto pelos saldos dos contratos de compartilhamento das atividades de Tecnologia da Informação e de atividades de Telecomunicações entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT.

c) Consumidores

O valor de R\$ 9.291 (R\$ 9.825 em 31 de dezembro de 2008) refere-se aos créditos devido ao consumidor relativo a pagamento em duplicidade ou faturamento a maior.



d) Acordo Judicial

O valor de R\$ 4.200 refere-se a acordo judicial celebrado entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica- CEEE-D e a Ivaí Engenharia de Obras S/A relativo à indenização por perdas e danos causados pela Concessionária.

8. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

8.1. Outros Passivos

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Contrato de Mútuo (vide nota explicativa nº 16.b.I).....	37.980	-
Prêmio Assiduidade	1.553	1.538
Auto de Infração	5.609	-
Outras	2.339	458
	<u>47.481</u>	<u>1.996</u>

a) Contrato de Mútuo

Em 29 de outubro de 2008, através do Despacho nº 3.984, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (mutuária) no valor de R\$ 50.000 com regramento contratual de devolução em 12 parcelas mensais, a partir de agosto de 2009 e juros com base no CDI. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 31 de janeiro de 2009 e o montante disponibilizado em 12 de março de 2009.

Posteriormente, em 23 de março de 2009, através do Despacho nº 1.045, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL anuiu nova operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (mutuária) no valor de R\$ 50.000 sob os mesmos regimentos do Contrato de Mútuo em vigência. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 25 de março de 2009, bem como o montante disponibilizado na mesma data.

Em 09 de julho de 2009, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (mutuária) pagou o saldo atualizado de R\$ 51.399, líquido de impostos, por meio de quitação antecipada, referente ao contrato de mútuo celebrado em 25 de março de 2009.

Em 04 de janeiro de 2010 foi efetuado o pagamento das parcelas 04/12 e 05/12, referente ao Contrato de Mútuo anuído em 29 de outubro de 2008.

b) Auto de Infração

O valor de R\$ 5.609 refere-se ao Auto de Infração nº 02/2008 pelo descumprimento, por parte da Concessionária, das metas dos indicadores de continuidade DEC e FEC (2006).



8.2. Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas

Os saldos compõem-se de:

CREDOR	BASE DO CONTRATO					2009				2008				
	INDEXADOR	Percentual Médio dos Encargos Fixos a.a.	PRESTAÇÃO	VENCIMENTO		PRAZOS DE VENCIMENTOS				PRAZOS DE VENCIMENTOS				
				GA	RAN	PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL	
						CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			
T	A	Início	Término											
MOEDA NACIONAL														
ELETROBRÁS	TJLP	4%	M	30.11.06	30.05.10	01	7.932	-	-	7.932	17.725	7.937	-	25.662
ELETROBRÁS	RGR	5% a 7,5%	M	30.11.06	30.07.20	01	2.054	18.847	-	20.901	671	15.882	-	16.563
BANCO DO BRASIL - LEASING	CDI	4%	M	30.11.06	01.12.11	01	1.054	976	1	2.031	975	1.789	1	2.765
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC I	CDI	1%	M	03.01.07	10.01.12	02	30.410	27.645	-	58.055	27.679	50.584	-	78.453
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC IV	IPCA	9,66%	M	08.07.99	15.07.15	02	25.201	102.945	-	128.146	-	-	-	-
BANCO MÁXIMA	IPCA	9,55%	M	30.12.09	25.12.15	02	1.968	118.032	-	120.000	-	-	-	-
SANTANDER	CDICETIP	1,79%	M	11.12.07	11.12.11	03	7.500	7.500	-	15.000	7.500	15.000	-	22.500
CAXA ECONÔMICA FEDERAL	CDICETIP	1,45%	M	16.05.08	16.05.11	03	20.000	8.333	-	28.333	20.000	28.333	-	48.333
CAXA ECONÔMICA FEDERAL	CDI	3,41%	M	30.07.09	30.07.16	02	6.667	73.333	-	80.000	-	-	-	-
CONSUMIDORES	-	-	-	-	-	-	3.266	68	-	3.334	5.298	874	-	6.172
TOTAL MOEDA NACIONAL							106.052	357.679	1	463.732	80.048	120.409	1	200.458
TOTAL LÍQUIDO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS							106.052	357.679	1	463.732	80.048	120.409	1	200.458

CÓDIGOS DAS GARANTIAS E/OU FIANÇAS

PRESTAÇÃO

- 01 - Procuração para Acesso em Conta Corrente
- 02 - Percentual da Tarifa de Fornecimento de Energia
- 03 - Penhor de Duplicatas

M - MENSAL



8.2. Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas (continuação)

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

	PRINCIPAL	
	2009	2008
2010	-	63.188
2011	52.942	45.364
2012	74.981	5.144
2013	76.126	1.929
2014	80.137	1.698
2015	62.703	1.488
Após 2015	10.790	1.598
	<u>357.679</u>	<u>120.409</u>

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Moeda/Indexador:

	MOEDA	
	2009	2008
TJLP	-	6,59%
RGR	5,27%	13,20%
CDI	32,93%	79,48%
IPCA	61,78%	-
Outros	0,02%	0,73%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

a) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC II e FIDC IV

A Concessionária efetuou a estruturação de captação de recursos através de um FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC II, iniciada em 2006, tendo como Administrador o Banco Pactual Serviços Financeiros S.A. - DTVM e Agente de Recebimento do Fundo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL; a Agência de Classificação de Risco foi a Standard & Poor's e o Custodiante é o Banco Itaú S.A.. A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial), no valor total de R\$ 105.300, onde R\$ 100.000 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R\$ 5.300 relativos a quotas subordinadas (tomadora). A liquidação financeira (ingresso dos recursos) ocorreu em janeiro de 2007. As contas a receber são repassadas ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

Em 2008 a Concessionária iniciou uma segunda estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC IV. A disponibilização do referido fundo ocorreu em 08 de julho de 2009 e a entrega dos Direitos de Crédito pela Cedente será realizada mensalmente, durante 72 meses.

A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial) no valor total de R\$ 136.850, no qual R\$ 130.000 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R\$ 6.850 referiram-se a quotas subordinadas (tomadora).

8.3. Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica

O valor de R\$ 23.361 em 31 de dezembro de 2008 refere-se à contabilização de participação financeira ainda não recebida dos fundos setoriais Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, aplicados no Programa de Universalização do acesso e uso da energia elétrica no País – Programa Luz para Todos, nos termos da legislação.



9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1. Capital Social

Posição Acionária

Os acionistas aprovaram, em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 02 de outubro de 2009, o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Concessionária, na proporção de 1000 (mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, nos termos do Art.12 da Lei nº 6.404/76, passando o capital social a ser representado por 387.229.828 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 380.669.270 ações ordinárias e 6.560.558 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Concessionária no montante de R\$ 23.703, com a seguinte composição:

	2009	2008
CEEE-PAR	65,92%	65,92%
ELETOBRÁS	32,59%	32,59%
Municípios	0,87%	0,87%
Outros	0,62%	0,62%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

9.2. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Concessionária propôs a constituição da Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$ 1.905.718 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado deste exercício no montante de R\$ 2.064.645, e posteriormente transferida para Reserva de Incentivos Fiscais até o limite do lucro líquido do exercício.

Considerando que a reserva constituída é inferior às subvenções registradas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a parcela de R\$ 158.927 deverá ser complementada a partir dos resultados futuros até o montante de R\$ 2.064.645, conforme determina o § 3º do art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

9.3. Dividendos Não Distribuídos

Conforme consta na Ata 009 da Assembléia Geral, datada de 30 de abril de 2009, foi deliberado que os dividendos a pagar de R\$ 6.614 fossem reconhecidos como reservas de lucros.



10. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

10.1. Receita Operacional

10.1.a. Fornecimento de Energia Elétrica

Os saldos compõem-se de:

NÚMERO DE CONSUMIDORES (*)	2009	2008
Residencial	1.223.506	1.200.275
Industrial	11.865	11.647
Comercial	113.445	111.206
Rural	81.760	80.312
Outros	7.488	7.372
	<u>1.438.064</u>	<u>1.410.812</u>
FORNECIMENTO MWh (*)	2009	2008
Residencial	2.432.406	2.339.100
Industrial	1.414.721	1.569.318
Comercial	1.862.154	1.768.854
Rural	494.883	510.666
Outros	706.380	688.518
	<u>6.910.544</u>	<u>6.876.456</u>
FORNECIMENTO R\$	2009	2008
Residencial	393.702	388.612
Industrial	203.165	232.830
Comercial	301.079	291.784
Rural	38.492	46.115
Outros	76.395	94.223
	<u>1.012.833</u>	<u>1.053.564</u>

(*) Dados não passíveis de exame pelo Auditor Independente.

O valor de R\$ 76.395 (R\$ 94.223 em 31 de dezembro de 2008) refere-se fornecimento de energia ao Poder Público, Serviço Público e a Iluminação Pública.

10.1.b. Disponibilização do Sistema de Distribuição

O valor de R\$ 1.424.236 (R\$ 1.294.386 em 31 de dezembro de 2008) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de Distribuição a terceiros.



10.2. *Deduções da Receita Operacional*

10.2.a. *PASEP e COFINS*

Os saldos compõem-se de:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
PASEP	21.308	21.007
PASEP Ativo Regulatório	-	1.886
Total PASEP	<u>21.308</u>	<u>22.893</u>
COFINS	98.148	96.758
Total COFINS	<u>98.148</u>	<u>96.758</u>
Total PASEP e COFINS	<u>119.456</u>	<u>119.651</u>



11. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

11.1. Energia Elétrica Comprada para Revenda

Os saldos compõem-se de:

SUPRIMENTO MWh (*)	2009	2008
AES Uruguiana	162.790	1.109.923
Itaipu	1.968.354	2.004.857
CGTEE	572.857	628.931
ENERCAN	210.432	211.044
CHESF	756.685	840.609
Comercialização de Energia na CCEE	814.996	263.027
COPEL	290.182	322.318
CERAN	454.644	356.955
CESP	331.593	362.872
ELETRONORTE	364.777	418.114
DUKE PARANAPANEMA	116.781	241.255
FURNAS	949.355	1.014.765
PROINFA (**)	177.783	93.594
Outras	1.432.288	720.788
	<u>8.603.517</u>	<u>8.589.052</u>
SUPRIMENTO R\$	2009	2008
AES Uruguiana	22.846	149.593
Itaipu	200.608	172.715
CGTEE	45.624	54.668
ENERCAN	24.350	23.018
CHESF	54.081	50.538
Comercialização de Energia na CCEE	119.644	120.392
COPEL	22.327	19.173
CERAN	66.994	49.381
CESP	27.015	24.649
ELETRONORTE	30.194	28.572
DUKE PARANAPANEMA	9.832	17.177
FURNAS	74.620	68.419
PROINFA (**)	30.460	16.981
Outras	134.461	62.723
	<u>863.056</u>	<u>857.999</u>

(*) Dados não passíveis de exame pelo Auditor Independente.

(**) Vide nota explicativa nº 2.



12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os saldos compõem-se de:

CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESP. GERAIS E ADMIN.		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	106.356	93.397	-	-	40.947	32.420	7.714	2.054	154.917	117.871
Cláusula 25	-	-	-	-	-	-	5.008	3.278	5.008	3.278
Fundação ELETROCEEE - Ativos e Suplementados	30.488	17.830	-	-	-	-	4.341	4.415	34.830	22.245
INSS - Empregador	39.003	32.286	-	-	-	-	52	(28)	39.055	32.257
Administradores (*)	75	26	-	-	457	187	-	-	532	213
Subtotal Pessoal / Administradores	175.923	133.539	-	-	41.304	32.607	17.113	9.718	234.340	175.864
Empr. Fund. ELETROCEEE - SF 1254 (vide N.E. 7.4.c) .	18.885	24.226	-	-	-	-	-	-	18.885	24.226
Total Pessoal e Administradores	194.788	157.765	-	-	41.304	32.607	17.113	9.718	253.205	200.090
Material	14.761	9.453	-	-	1.105	588	148	169	16.014	10.210
Serviço de Terceiros	57.798	48.269	9.725	8.966	11.407	7.007	12.632	6.959	91.562	72.119
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	-	-	-	-	3.453	3.134	3.453	3.134
Depreciação e Amortização	74.369	72.685	-	-	1.572	1.439	575	575	76.516	74.679
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	-	24	89	24	69
Arrendamento e Aluguéis	904	681	-	-	(255)	(292)	1.134	1.324	1.703	1.713
Seguros	-	35	-	-	90	2	-	-	90	37
Tributos	553	676	-	1	757	747	3	39	1.313	1.463
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	25.030	18.999	-	-	-	-	25.030	18.999
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	-	-	-	-	-	85.472	11.434	85.472	11.434
Provisão para Contingências Cíveis	-	-	-	-	-	-	49.349	54.116	49.349	54.116
Provisão para Contingências Fiscais	-	-	-	-	-	-	(3.387)	(18.430)	(3.387)	(18.430)
Provisão Resolução Homologatória ANEEL 715/08	-	-	-	-	-	-	(11.874)	11.874	(11.874)	11.874
Provisão Resolução Homologatória ANEEL 895/09	-	-	-	-	-	-	19.479	-	19.479	-
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	5.809	-	5.809	-
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(1.842)	(448)	(1.842)	(448)
Provisão Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	115.051	132.134	115.051	132.134
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	4.324	3.809	4.324	3.809
Parcelamento de Multa DEC/FEC	-	-	-	-	-	-	15.111	-	15.111	-
Quitação Parcelamento Contingências Cíveis	-	-	-	-	-	-	16.024	-	16.024	-
Outros	10.005	7.515	-	-	5.524	2.308	7.138	13.011	22.667	22.834
TOTAL	353.178	298.058	34.755	27.986	81.504	44.405	315.536	229.385	764.973	599.834

(*) O valor gasto com Custos de Operação e Despesas Operacionais com Administradores durante o período findo em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 532 (R\$ 213 em 31 de dezembro de 2008), deste total, R\$ 43 (R\$ 26 em 31 de dezembro de 2008) refere-se a honorários, R\$ 145 (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2008), a verba de representação da diretoria e R\$ 344 (R\$ 107 em 31 de dezembro de 2008), com despesas com os conselheiros fiscais e de administração, bem como os encargos sociais de diretores não empregados.

**13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS**

OUTRAS RECEITAS	2009	2008
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos do Ativo Permanente	10.231	11.457
Conta de Resultados a Compensar - CRC	2.064.645	-
Outras	7.006	930
	<u>2.081.882</u>	<u>12.387</u>
OUTRAS DESPESAS	2009	2008
Perdas na Alien. e Desat. de Bens e Direitos	(1.988)	(4.331)
Provisão para Desvaloriz./Valoriz. de Outros Investimentos	(224)	(223)
Outras	(11.030)	(1.873)
	<u>(13.242)</u>	<u>(6.427)</u>

a) Conta de Resultados a Compensar

O valor de R\$ 2.064.645 refere-se ao reconhecimento dos créditos da Subvenção Governamental para Investimento - Conta de Resultados a Compensar – CRC, decorrentes das compensações realizadas na forma da Lei nº 8.631/93 (com alterações pela Lei nº 8.724/93).

O CPC - 07 que trata da Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 555 de 12 de novembro de 2008, em convergência com as normas internacionais de contabilidade, determina que as doações e subvenções governamentais devam ser registradas em conta de Resultado do Exercício (receitas).

Por proposta da Administração da Concessionária, foi constituída a Reserva de Incentivos Fiscais, em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, do valor referente à CRC.

De acordo com o art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2007, os valores relativos à subvenção governamental devem ser mantidos em Reserva para Incentivos Fiscais, não estando sujeitos a tributação e não integram a base de cálculo do dividendo obrigatório. (Vide nota explicativa nº 6.4d e 9.2).

**14. RECEITA/DESPESA FINANCEIRA**

Os saldos compõem-se de:

RECEITA FINANCEIRA	2009	2008
Renda de Aplicações Financeiras	5.747	5.378
Acréscimo Moratório - Energia Vendida	37.765	38.790
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	5.089	20.652
Receitas Financeiras com Parcelamentos	10.766	8.533
Varição Monetária da CVA	561	2.522
Varição Monetária - Energia Comprada	21.264	3.596
Outras Receitas Financeiras	5.714	7.059
	<u>86.906</u>	<u>86.530</u>
DESPESA FINANCEIRA	2009	2008
Encargos de Dívidas	(9.221)	(5.064)
Despesas Financeiras de PEE/P&D/PLT	(6.160)	(5.890)
Varição Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(24.005)	(15.669)
Varição Monetária - Energia Comprada	(3.699)	(12.529)
Correção Monetária e Juros	(14.541)	(3.596)
Outras Despesas Financeiras	(6.000)	(1.122)
	<u>(63.626)</u>	<u>(43.870)</u>
RECEITA/DESPESA FINANCEIRA	23.280	42.660



15. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL.

Os saldos compõem-se de:

	2009		2008	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	1.905.718	1.905.718	27.716	27.716
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício	(1.972.176)	(1.972.176)	7.286	7.286
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes	606	606	595	595
Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	(65.852)	(65.852)	35.597	35.597
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	-	-	(10.679)	(10.679)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social após das compensações	(65.852)	(65.852)	24.918	24.918
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	-	-	6.214	2.243
Incentivo PAT = 4%	-	-	(150)	-
Contribuições FECA - CEDICA/RS	-	-	(39)	-
IR CS Diferido sobre Prejuízo Fiscal	-	-	3.418	1.632
IR CS - Ativo Regulatório	-	-	(1.110)	(400)
Total IRPJ e CSLL	-	-	8.333	3.475

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Foram realizadas transações com partes relacionadas incluindo compra e venda de energia elétrica e transações de financiamento, sendo que a energia elétrica vendida é baseada em tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em condições de similaridade com o praticado no mercado.

(a) Controladora

A Concessionária é controlada diretamente pela Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR, visto que esta participa com 65,92% de seu capital social. Porém, a Concessionária sofre o controle indireto do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que participa com 100% do capital da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR.

O montante transacionado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi de:



CONTAS PATRIMONIAIS	NOTA EXPLICATIVA	2009	2008
ATIVO CIRCULANTE			
SIAC / BANRISUL	4.1	84.535	4.988
Parcelamento - Venda de Energia Elétrica	4.3	13.778	-
Convênio SEINFRA/CEITEC	4.7	637	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
SIAC Especial / BANRISUL	4.1	18.936	22.161
Parcelamento - Venda de Energia Elétrica	4.3	4.768	24.546
Parcelamento - FAMURS	4.3	17.178	13.363
Total a Receber		139.832	65.058
CONTAS DE RESULTADO			
		2009	2008
Receitas Operacionais		34.409	31.927
Venda de Energia Elétrica		34.409	31.927
Receitas Financeiras		5.405	4.995
Rendimentos SIAC		5.405	4.995
Total		39.814	36.922

Os convênios SEINFRA relativos as ligações do Programa Luz para Todos estão descritos na nota explicativa 6.8.a).

(b) Entidades com controle conjunto ou influência significativa sobre a entidade

A Concessionária sofre influência significativa da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS.

l) A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT é uma Sociedade Anônima que possui controlador comum com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, ou seja, é controlada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR.

O montante transacionado com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT foi como segue:

CONTAS PATRIMONIAIS	NOTA EXPLICATIVA	2009	2008
ATIVO CIRCULANTE			
Conta Gráfica	4.7	-	1.115
Total a receber			
PASSIVO CIRCULANTE			
Conta Gráfica	7.10	2.105	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Contrato de Mútuo	8.1	37.980	-
Total a Pagar		40.085	1.115
CONTAS DE RESULTADO			
		2009	2008
Despesas Operacionais		(58.552)	(48.576)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(8.876)	(5.858)
Encargo de Uso do Sistema		(49.676)	(42.718)
Despesas Financeiras		(392)	(715)
Conta Gráfica		(160)	(715)
Contrato de Mútuo		(232)	-
Total		(58.944)	(49.291)



A Conta Gráfica é composta pelos saldos dos contratos de Compartilhamento das Atividades de Aplicação dos Recursos de Tecnologia da Informação (Ressarcimento de CTI) e Compartilhamento de Atividades e das Infraestruturas de Rede Elétrica e de Telecomunicações, Desenvolvimento, Implantação, Operação e Manutenção de Sistemas de Informação e Sistemas de Telecomunicações (TELECOM). O contrato de Ressarcimento de CTI estipula o pagamento por parte da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT de 25% dos custos apurados na CTI, sendo corrigido pela variação do IGPM, havendo a possibilidade de seus termos serem revistos em qualquer tempo em vista de necessidade de estabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do objeto contratado. O contrato TELECOM estipula o equilíbrio entre os compromissos assumidos quando houver contrapartida financeira, não podendo gerar crédito financeiro para as partes. Nestes contratos não são exigidas garantias, bem como não são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As operações de Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargo de Uso do Sistema são realizadas em conformidade com as tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sendo realizadas em condições de similaridade com o praticado no mercado.

II) A ELETROBRÁS participa com 32,59% do capital social da Concessionária, participando nas decisões financeiras e operacionais desta.

O montante transacionado com a ELETROBRÁS foi de:

CONTAS PATRIMONIAIS	NOTA EXPLICATIVA	2009	2008
ATIVO CIRCULANTE			
Programa RELUZ	4.7	2.183	1.484
Empréstimo Compulsório ELETROBRÁS	4.7	-	3.286
Subvenção ELETROBRÁS CDE - PLT	4.7	3.438	23.361
Total a Receber		5.621	28.131
PASSIVO CIRCULANTE			
Empréstimos	8.2	9.986	18.396
Total a Pagar		9.986	18.396
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos	8.2	18.847	23.829
Total a Pagar		18.847	23.829
CONTAS DE RESULTADO		2009	2008
Receitas Financeiras		-	2.148
Atualização Empréstimo Compulsório		-	2.148
Despesas Financeiras		(2.465)	(4.092)
Empréstimos		(2.465)	(4.092)
Total		(2.465)	(1.944)

Os valores transacionados com a ELETROBRÁS são provenientes de diversos empréstimos, vide nota explicativa 8.2, sendo obtidos a taxas inferiores as do mercado.

(c) Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração e encargos dos Administradores para o exercício de 2009 foi de R\$ 532 (R\$ 213 em 31 de dezembro de 2008) (vide Nota Explicativa 12). Os Diretores e Conselheiros da Patrocinadora, sem vínculo empregatício com esta, estão vedados de participar da Fundação ELETROCEEE conforme estabelecido em seu estatuto, entretanto, para



os empregados que exerçam cargo de Diretor ou Conselheiro, é respeitado o estabelecido no Regulamento do Plano de Benefício respectivo.

(d) Outras partes relacionadas

I) Fundação ELETROCEEE

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D proporciona a seus funcionários a opção de se associarem a um plano de benefícios pós-emprego, sendo que para os funcionários admitidos na Concessionária até o ano de 2002 foi oferecida a participação no plano de benefício definido denominado Plano Único o qual, atualmente, está em extinção. Após 2002 o plano de benefícios oferecido é o CEEEPREV, que se caracteriza por ser um plano de contribuição definida. Os saldos existentes relacionados com a Fundação ELETROCEEE são os seguintes:

CONTAS PATRIMONIAIS	NOTA EXPLICATIVA	2009	2008
CIRCULANTE			
Contribuição Patrocinadora - Fundação ELETROCEEE ...	7.4	3.981	4.177
Empréstimo Fund. ELETROCEEE Contr. 1254	7.4	16.329	18.075
Total a Pagar		20.310	22.252
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimo	7.4	123.829	134.553
Total a Pagar		123.829	134.553
CONTAS DE RESULTADO			
		2009	2008
Despesas Operacionais - Pessoal		(58.019)	(50.278)
Contribuição Patrocinadora - Fundação ELETROCEEE		(34.830)	(22.243)
Empréstimo Fund. ELETROCEEE Contr. 1254		(18.865)	(24.226)
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos		(4.324)	(3.809)
Total		(58.019)	(50.278)

II) Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D também fornece energia para as empresas que possuem como acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, entretanto, são caracterizados como contratos de adesão, com cláusulas uniformes a todos os contratantes, conforme tarifas estipuladas pela respectiva Agência Reguladora.



17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM através da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 e Deliberações nº 550 de 17 de outubro de 2008 e nº 566 de 17 de dezembro de 2008, estabeleceu a divulgação de Instrumentos Financeiros em nota explicativa, reconhecidos ou não nas suas demonstrações financeiras.

A Concessionária não possuiu operações com características de derivativos no período findo em 31 de dezembro de 2009, conforme definido na referida instrução.

Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projetos de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto à Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, Fundação ELETROCEEE, FIDC II e aos Consumidores, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro.

As contas a receber de consumo de energia elétrica de poderes públicos, federal, estadual e municipais (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$ 57.625. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D possui, também registrado nas contas patrimoniais parcelamentos com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no montante de R\$ 35.724 e com Prefeituras Municipais no montante de R\$ 92.664 (vide Nota Explicativa 4.3).

Os valores de mercado dos créditos vencidos não foram estimados, face que nas negociações em andamento ainda não estão previstos os prazos de recebimento dos mesmos.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Concessionária são os seguintes:

a) Risco de Crédito

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D atua no mercado de distribuição de energia elétrica, atendendo a todos os clientes cativos na sua área de concessão conforme previsto nos contratos de concessão assinados com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Para amenizar os riscos decorrentes do fornecimento de energia na distribuição, a Concessionária tem o direito de interromper o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

b) Risco de Preço

As tarifas são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e, anualmente, são reajustadas pelas variações dos custos não gerenciáveis (denominado Parcela A) e pela variação do IGP-M para custos gerenciáveis (denominado Parcela B). O Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas.

Outro mecanismo de atualização das tarifas é a Revisão Tarifária Periódica que tem, como principal objetivo, analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

c) Risco de Mercado

A quantidade de energia comprada para atendimento à Concessionária está baseada na previsão de consumo para os próximos 5 anos. A legislação (Lei nº 10.848 de março de 2004 e Decreto nº 5.163 de julho de 2004) permite que a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D descontrate mensalmente a energia correspondente ao atendimento de consumidores livres, quando de sua saída. Também prevê a possibilidade de descontratação de energia decorrente da entrada em operação de energia contratada anteriormente a 16 de março de 2004 e,



anualmente, por variação de mercado até 4% da energia contratada nos leilões de energia existente.

Além do recurso de descontração, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D tem cobertura tarifária para uma sobrecontratação de até 3% do seu mercado.

Em dezembro de 2009, os contratos para suprimento de energia da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D estão relacionados na tabela abaixo, com sua correspondente participação no mercado.

Contratos de Suprimento (*)			
ORIGEM	TIPO	MWh	%
CGTEE G	INICIAL	633.907,755	6,76%
AÇEI G	ITAIPU	1.871.331,512	19,96%
AES URUGUAIANA G	BILATERAL	187.749,191	2,00%
CERAN G	BILATERAL	420.262,752	4,48%
JESA - JAGUARI G	BILATERAL	80.730,338	0,86%
ENERCAN	BILATERAL	213.379,091	2,28%
PROINFA	PROINFA	159.396,354	1,70%
PIRATINI	GER DIST	37.100,661	0,40%
LEILÃO - Produto 2005-2012	CCEAR com MCSD	1.945.471,471	20,75%
LEILÃO - Produto 2006-2013	CCEAR com MCSD	805.258,128	8,59%
LEILÃO - Produto 2007-2014	CCEAR com MCSD	382.406,806	4,08%
LEILÃO - Produto 2008-2015	CCEAR com MCSD	282.235,019	3,01%
LEILÃO - Produto 2007-2014 5º Leilão	CCEAR com MCSD	39.989,782	0,43%
LEILÃO - Produto 2008-2037	CCEAR	62.729,238	0,67%
LEILÃO - Produto 2009-2016	CCEAR com MCSD	137.477,746	1,47%
LEILÃO - Produto 2009-2038	CCEAR	46.108,630	0,49%
LEILÃO - Produto 2008-2022	CCEAR	325.050,180	3,47%
LEILÃO - Produto 2009-2023	CCEAR	116.660,491	1,24%
LEILÃO DE AJUSTE	LEILÃO	282.599,911	3,01%
COMPRA NO CURTO PRAZO	SPOT	1.343.741,990	14,35%
TOTAL		9.373.586,246	100%

(*) Dados em MWh não passíveis de exame pelo Auditor Independente.

Em Janeiro de 2006, houve necessidade da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE D declarar sobras através do MCSD de 16,435 MW médios, por saída de consumidores livres, tendo sido reduzidos os montantes dos CCEAR's de 11,1 MW médio no produto 2005 – 2012, 0,945 MW médios no produto 2006 – 2008 e 4,39 MW médios no produto 2006 – 2013.

O risco de mercado para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, no que se refere à contratação de energia, é relativamente baixo. O risco maior decorre da saída de consumidores, com demanda inferior à 3 MW e superiores a 500 kW, os quais podem adquirir energia de fontes alternativas, com desconto no pagamento dos encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão, sem a correspondente possibilidade de descontração.

d) Risco quanto à Escassez de Energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, já que a energia adquirida e vendida pela Concessionária é basicamente gerada por usinas hidrelétricas, que dependem do volume de água em seus reservatórios para funcionamento. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas devido à redução de receitas com eventual adoção de novo programa de racionamento.

Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos novo programa de racionamento.

e) Risco de não Renovação das Concessões

A Concessionária detém concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia.



A Lei nº 9.074/95 não prevê a renovação das concessões cujos contratos já foram prorrogados. Até o momento existem indefinições quanto à renovação dos contratos de concessão dos serviços de Distribuição que vencem em 2015.

18. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO DE RESULTADOS

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE D possui um programa de participação dos empregados nos resultados cujo objetivo é incentivar a melhoria de qualidade, níveis de produtividade e resultados globais da Concessionária, através do comprometimento de todos os empregados. O montante contabilizado em 2009 totalizou R\$ 5.214.

19. QUESTÕES AMBIENTAIS

Em 2009, dentre as ações voltadas à preservação do meio ambiente destacam-se:

a) *Reciclagem e Descontaminação de Lâmpadas e Destinação de Resíduos Industriais*

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D fez o descarte de aproximadamente 4.683 lâmpadas, 35m³ de resíduos industriais, contratando transporte, descontaminação e reciclagem.

b) *Educação e Conscientização Ambiental*

Em 2009, a Concessionária promoveu oficinas de Eco Arte, projeto que busca através da arte valorizar os conceitos ligados ao meio ambiente e combate ao desperdício.

c) *Programa Recicle*

O projeto é responsável pela coleta seletiva de lixo seco e orgânico, bem como recolhimento de pilhas e baterias de celulares nas dependências da Concessionária. Em 2009 foram doados a comunidades carentes 15.6 toneladas de resíduos entre lixo seco, papel e sucatas.

d) *Programa de Eficiência Energética – PEE*

No ano de 2009, foi aplicado o montante de R\$ 1,72 milhões na conclusão de Projetos de Eficiência Energética com origem no ciclo 2006/2007 e 2008.

RECURSOS APLICADOS

	2009	2008
Ativo.....	5.253	7.655
Resultado	3.205	1.546
	8.458	9.201

20. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

a-1) *Revisão Tarifária*

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 81, assinado em 25 de outubro de 1999 com o Poder Concedente, a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE realizou sua primeira Revisão Tarifária Periódica – RTP em outubro de 2004 e a segunda em outubro de 2008.

A segunda RTP foi realizada conforme critérios e metodologias aplicáveis ao Segundo Ciclo de Revisões Tarifárias das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, de acordo com a proposta apresentada na Audiência Pública nº 052/2007, ocorrida em 05 de março de 2008.

A Concessionária teve um índice de reposição provisório de 2,49%, sendo 0,65% relativos ao reposicionamento tarifário e 1,84% relativos aos componentes financeiros externos a RTP, com vigência a partir de 25 de outubro de 2008. A metodologia utilizada e os resultados da segunda RTP da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D estão apresentados na Nota



Técnica nº 315/2008 – SRE/ANEEL, de 15 de outubro de 2008 e homologado provisoriamente através da Resolução Homologatória nº 715, de 21/10/2008 em virtude das seguintes componentes:

- Perdas de Energia;
- Custos Operacionais Eficientes e
- Perdas de Receita Irrecuperáveis.

Nos termos da Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 ficou estabelecido o valor do componente Xe em 1,23%, a ser aplicado como redutor na Parcela B nos reajustes tarifários subsequentes.

Conforme o item 212 da Nota Técnica nº 315/2008-SRE/ANEEL, os resultados serão ajustados no ano de 2009 em função da definição das metodologias para estas variáveis, submetidas ao processo de Audiência Pública AP/52/2006, cujo resultado foi estabelecido através da Resolução Normativa ANEEL nº 338, de 25 de novembro de 2008 e as seguintes Notas Técnicas:

- NT 292/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Análise de Projeção de Mercado;
- NT 340/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Cálculo do Fator X;
- NT 342/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Tratamento Regulatório para Perdas Não Técnicas de Energia Elétrica;
- NT 343/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Cálculo dos Custos Operacionais (Detalhamento do Modelo de Empresa de Referência);
- NT 346/2008 - SRE/ANEEL - Aprimoramentos da Resolução nº 234/2006 - Adequações de texto;
- NT 352/2008 - SRE/ANEEL - Aperfeiçoamento da Metodologia de Cálculo do Fator X a ser aplicado no 2º Ciclo de RTP (especificamente quanto ao mecanismo de avaliação dos investimentos previstos) e
- NT 547/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia e Critérios Gerais para definição da BRR.

O resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica foi homologado através da Resolução Homologatória 881/2009 e Nota Técnica 320/2009, datada de 15/09/2009. A ANEEL decidiu aplicar um reposicionamento tarifário de -0,39% a ser aplicado nas tarifas de fornecimento de energia elétrica e nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), ao invés do reposicionamento de 0,65% definido preliminarmente. Para o componente Xe do Fator X foi definido um índice de 0% a ser considerado nos reajustes de 2008 até 2012. Inicialmente, a Agência havia decidido por um índice de 1,23%. Os investimentos considerados no período chegaram a R\$ 598 milhões. Além disso, definiu-se para as perdas técnicas um índice de 6,07% e para as perdas não-técnicas de 8,83%.

a-2) Investimento Remunerável

Em atendimento ao Ofício Circular nº 2.775/2008 e Despacho nº 4.722/2009 - SFF/ANEEL está sendo apresentado o Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 715, de 21 de outubro de 2008, se atualizados pelo IGPM nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:



Componentes do Investimento Remunerável	R\$ Milhares	
	Reajuste out / 2009	Revisão out / 2008
a) Ativo Imobilizado em Serviço - AIS	2.839	2.888
b) (-) Depreciação Acumulada	1.473	1.498
c) (-) Obrigações Especiais	169	172
d) AIS Líquido	1.197	1.217
e) Almojarifado em Operação	11	11
f) Investimento Remunerável	1.208	1.228
g) Bens 100% depreciados	274	279
h) Variação do IGPM	-1,69%	-
i) Cota de Depreciação - Taxa Média Anual	4,41%	4,41%

Dados não passíveis de exame pelo Auditor Independente

a-3) Reajuste Tarifário Anual

Em 2006 as tarifas de fornecimento de energia elétrica da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 380, de 18 de outubro de 2006, foram reajustadas a partir de 25 de outubro de 2006, em média -0,08%, sendo 6,96% relativo ao reajuste contratual (econômico) e -7,04% referente aos componentes financeiros. O item que mais contribuiu para a formação do índice financeiro foi a Devolução da RTE, no montante de R\$ 113.470 mil, que representou no índice o percentual de -7,13%. Este assunto encontra-se detalhado na Nota Técnica nº 256/2006-SRE/ANEEL, de 6 de outubro de 2006.

Em 2007, através da Resolução Homologatória nº 555, de 23 de outubro, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou o reajuste tarifário de 0,45% com vigência, a partir do dia 25 de outubro. Com a elevação da tarifa e o fim do desconto de 7,55% nas contas dos clientes nos últimos 12 meses, os consumidores de baixa tensão tiveram um acréscimo de 7,02% e os de alta tensão 8,38%.

Para 2008, o resultado provisório da RTP disposto pela Resolução Homologatória nº 715, de 21 de outubro, reajustou as tarifas em 2,49%, sendo 0,65% relativos ao reposicionamento tarifário e 1,84% referentes aos componentes financeiros externos a RTP. Em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro de -1,40%, que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o consumidor irá perceber no período de 25 de outubro de 2008 a 24 de outubro de 2009, uma variação média de 3,89%, sendo o efeito de 1,90% para a baixa tensão e 7,45% para a alta tensão.

Em 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através da Resolução Homologatória nº 895 de 20 de outubro de 2009 aprovou o reajuste tarifário anual da Concessionária, cujo os novos valores das tarifas de energia dos consumidores pertencentes à área de concessão da distribuidora vigorarão a partir do dia 25/10/2009 e terão em média um reajuste negativo de -0,28%, que em cada grupo de consumidores terá um impacto diferenciado. A classe industrial terá o índice positivo mais elevado (1,14%), enquanto que nas tarifas para o grupo Baixa Tensão, incidirá o maior reajuste negativo (-0,76%).

No que compreende o impacto do reajuste tarifário para a Concessionária o reposicionamento do IRT (Índice de Reajuste Tarifário) Econômico – composto pelos custos não gerenciáveis, tais como encargos e tributos, custos de transporte e compra de energia e pelos custos gerenciáveis, tais como remuneração de capital, custos operacionais e reposição de ativos foi na ordem de 0,22%. Já o IRT Financeiro, composto de itens como subsídios Baixa Renda, Cooperativas, Irrigantes e



Consumidores Livres, mais variação da parcela A – CVA, dentre outros foi de 2,61%, gerando um reajuste tarifário de 2,83% para a receita da Concessionária.

a-4) Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE:

Com base na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, aprovada pelo Congresso Nacional em 18 de abril de 2002 e convertida na Lei nº 10.438 em 26 de abril de 2002, através do art. 6º, e na Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, as concessionárias de distribuição de energia elétrica passaram a ter condições de recuperar as perdas financeiras ocorridas entre um reajuste tarifário e outro de itens da “Parcela A” (custos não gerenciáveis) do período de 01 de janeiro a 25 de outubro de 2001, acrescidas da respectiva remuneração financeira (taxa de juros SELIC). A Concessionária optou em registrar estas diferenças em 31 de dezembro de 2001 após adesão ao Acordo Geral do Setor Elétrico.

A compensação realizou-se a partir de 19 de abril de 2003, de acordo com a Resolução ANEEL nº 577, de 24 de outubro de 2002, mediante a aplicação nas tarifas de fornecimento de energia elétrica dos índices e critérios estabelecidos pela Lei nº 10.438/02 e pela Resolução da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE nº 91, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução nº 130, de 02 de maio de 2002, e pelo Decreto nº 4.359, de 05 de setembro de 2002.

Através da Resolução nº 482, de 29 de agosto de 2002, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou o montante de R\$ 56.829 mil relativos a “Parcela A” para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, valor este a preços de 25 de outubro de 2001 e, através da Resolução nº 484 da mesma data, estabeleceu o prazo máximo de 18 meses, a partir de outubro de 2002, de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 242, de 18 de outubro de 2006, art. 7º, fixou o montante de R\$ 86.551 a ser devolvido aos consumidores a partir de 1º de dezembro de 2004.

Considerando a discordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em relação ao procedimento tomado pela Concessionária quanto ao Acordo Geral do Setor Elétrico, conforme Resolução Homologatória nº 380, de 17 de outubro de 2006, essa Agência estabeleceu no reajuste tarifário de 25 de outubro de 2006, a devolução daquele valor que, considerando as devoluções realizadas pela Concessionária no período de dezembro de 2004 a abril de 2005 e corrigindo pela SELIC até outubro de 2006, resultou no montante de R\$ 113.470, significando uma redução de 7,31% na tarifa de 2006. A realização deste valor deu-se no reajuste de outubro de 2007.

Foram contabilizados, também, os valores referentes ao Imposto de Renda e a Contribuição Social, resultando em um crédito fiscal no montante de R\$ 37.538.

Atualmente, aguarda-se decisão judicial em sede de embargos declaratórios da decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que indeferiu o pedido da antecipação da tutela intentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decisão esta que poderá suspender os efeitos da tutela concedida ou manter a decisão que determinou a inclusão da RTE de forma diferida na tarifa de energia elétrica. Além disso, pende de julgamento o Agravo regimental interposto pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Processo do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD ()*

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, por saída de consumidores livres, alterações de mercado até 4% a partir do ano seguinte, e a entrada em operação da energia decorrente de contratos assinados até 16 de março de 2004, previstos pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, cujas regras foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 161 de julho de 2005 e homologadas pela Resolução ANEEL nº 211 de 03 de outubro de 2005, alteram os montantes de energia e potência associada consideradas nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Estas regras levaram a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, por necessidade de aquisição adicional de energia, a efetuar uma



compra adicional de 12,476 MW médios a partir de janeiro e 2,524 MW médios a partir de fevereiro de 2005 e descontratar em janeiro de 2006 16,435 MW médios por saída de consumidores livres. Em 2007, descontratamos 9,767 MW médios devido a sobra de energia na época. A partir desta data, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D não participou mais deste mecanismo.

(*) Dados não passíveis de revisão pelo Auditor Independente.

c) Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os saldos compõem-se de:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
ATIVO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 4.2.c)	1	364
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
(*) Ressarcimento Acordo - CCEE (vide nota explicativa 6.1)	20.165	19.969
PASSIVO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 7.10)	(10.100)	(24.548)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo	(27.400)	(27.400)
Encargo do Serviço do Sistema	<u>(13.207)</u>	<u>(13.207)</u>
	<u>(40.607)</u>	<u>(40.607)</u>
Total	<u>(30.541)</u>	<u>(44.822)</u>

(*) Valor referente ao acordo de ressarcimento correspondente a despesas com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, denominada como "Energia Livre", realizadas durante o período de racionamento, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Este valor está sendo cobrado dos consumidores finais dos submercados sujeitos ao racionamento pelas respectivas distribuidoras e será repassado à Concessionária.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D realizou a contabilização da energia de Curto Prazo negociada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme contabilização definitiva elaborada por aquela entidade, porém impetrou ações judiciais nas seguintes bases:

PROCESSO CEEE Nº 3.494/02

OBJETO:

Ação Ordinária visando a nulidade do item IV do Despacho nº 288 da ANEEL, em face dos vícios formais e materiais desse ato administrativo e declaração de que a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE possuía o direito de não optar pelo alívio de exposição da energia elétrica oriunda de contrato de Itaipu nos exercícios de 2001 e 2002, de sorte a ter direito ao resultado dos riscos de exposição positiva no âmbito do mercado.

Houve requerimento de liminar de antecipação da tutela para que fosse a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ordenada a instruir a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a recontabilizar os valores da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE relativos à comercialização da energia elétrica da cota-parte de Itaipu Binacional referentes ao exercício de 2001 e 2002, contabilizando e liquidando em favor da Concessionária a exposição positiva verificada em razão da não opção pelo alívio de exposição.



ANDAMENTO:

Ajuizada a demanda, o juízo concedeu à Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE a antecipação de tutela requerida determinando a suspensão da contabilização dos valores da energia produzida por Itaipu e referente à quota a que tem direito a Autora, a qual não foi objeto de registro nos exercícios de 2001 (total) e 2002 (parcial), até que fosse proferida decisão final quanto à validade do Despacho nº 288/02 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, tendo ainda sido determinado a vedação de qualquer exigência de valores decorrentes da contabilização eventualmente lançada e que foi liminarmente suspensa, até final julgamento da ação.

Da decisão que concedeu a antecipação de tutela, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL interpôs agravo de instrumento que foi autuado perante o Tribunal Regional Federal de Brasília em data de 17 de dezembro de 2002, sob o nº 2002.01.00.045107-3, ao qual não foi concedido o efeito suspensivo pleiteado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o recurso encontra-se aguardando inclusão em pauta para julgamento de mérito pela 6ª Turma do Tribunal.

Em data de 07 de dezembro de 2004 sobreveio despacho saneador nos autos principais em que o Juízo declara que a lide está sustentada em fatos que dependem de comprovação através de perícia técnica, manifestando a necessidade de realização da prova. A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE peticionou nos autos tecendo esclarecimentos sobre a lide e concordando com a realização da perícia técnica.

A perícia foi realizada e o laudo pericial foi considerado favorável pela área de Comercialização/CEEE-GT e pela área Jurídica, tendo sua concordância em juízo, impugnando aspectos de menor importância em relação ao contexto geral. Houve também manifestação da outra parte. Em 17 de outubro de 2008 foi juntado aos autos cópia de decisão exarada na ação de objeto idêntico ajuizada pela AES Sul em face da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL com decisão favorável a Autora. A última movimentação do processo inclui a União no pólo passivo da ação, não tendo sido proferida ainda decisão de mérito do feito, estando os autos conclusos para decisão desde 30.04.2009.

PROCESSO CEEE Nº 3.555/2002

AÇÃO CAUTELAR

OBJETO:

Ação Cautelar Preparatória com pedido de liminar, para o fim de determinar que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE suspenda o andamento da liquidação financeira das transações de energia elétrica prevista para o dia 22 de novembro de 2002, relativamente à parte Autora.

ANDAMENTO:

Foi deferida a medida liminar para que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE suspenda o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para o dia 22 de novembro de 2002, relativamente à Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE (período de setembro de 2000 a setembro de 2002), até ulterior deliberação do Juízo. Após, houve despacho do Juízo esclarecendo que as liquidações futuras em relação às operações realizadas nos meses de outubro a dezembro de 2002 não estão abrangidas pela decisão liminar.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, interpôs agravo de instrumento autuado sob o nº 2002.03.00.051118-9 em data de 06 de dezembro de 2002, tendo sido indeferida a liminar de efeito suspensivo pleiteada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ante a ausência dos requisitos necessários ao acolhimento do pleito liminar, estando o processo concluso ao Desembargador Relator desde 10 de junho de 2004, restando este agravo de instrumento baixado desde agosto de 2006.

Os últimos andamentos processuais na ação cautelar são relativos à despacho do Juízo em data de 06 de agosto de 2004, determinando prosseguimento na ação principal, e juntada de petição em 16 de dezembro de 2004.



AÇÃO ORDINÁRIA

OBJETO:

Ação Declaratória com Pedido Condenatório objetivando a declaração de nulidade do Despacho ANEEL nº 346/02, por infração aos princípios da legalidade e segurança jurídica, bem como condenação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a liquidar as contabilizações do período de setembro de 2000 a outubro de 2002 somente mediante auditoria prévia dos programas computacionais utilizados pelo sistema de contabilização e liquidação, e das transferências de recursos entre os agentes participantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, atendendo estritamente aos termos da Convenção de Mercado aprovada pela Resolução ANEEL nº 102/02, que possibilite à Autora conferir e controlar a exata origem e o objeto do seu débito.

ANDAMENTO:

Ação Ordinária proposta em data de 19 de dezembro 2002 e autuada sob o nº 2002.61.00.029736-5. Em 10 de março de 2004 houve despacho do Juízo requerendo manifestação das partes sobre o pedido de ingresso no feito formulado por ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A E OUTROS como assistente da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE peticionou requerendo realização de prova pericial. Em 06 de agosto de 2004, houve despacho do Juízo determinando autuação em apenso das petições de impugnação à assistência simples, bem ainda determinando a apresentação de quesitos à prova pericial pela Autora, fins de aferir-se a pertinência da realização da prova pericial. A petição da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE com os quesitos foi apresentada em data de 13 de agosto de 2004. Em 29 de outubro de 2008 foram arbitrados pelo Juízo os valores referentes aos honorários periciais. Em 07 de novembro a Concessionária apresentou os quesitos para realização da pericia. A última movimentação processual foi a juntada de petição ocorrida no dia 13 de novembro de 2008. Atualmente a Concessionária está em tratativas para contratação do Assistente Pericial.



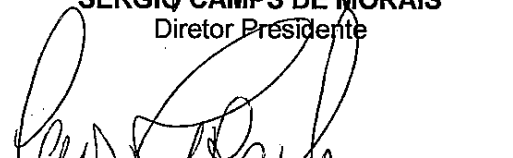
21. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTOS

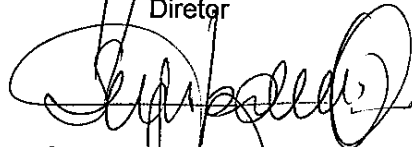
Em atendimento às instruções e orientações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2009, dos segmentos de Distribuição e Comercialização.

	DISTRIBUIÇÃO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	2009	2008	2009	2008	Consolidado	
		Reclassificado		Reclassificado	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL	1.457.100	1.307.313	1.018.075	1.083.644	2.475.175	2.370.957
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	1.012.833	1.053.564	1.012.833	1.053.564
Disponibilização do Sistema de Distribuição	1.424.236	1.294.386	-	-	1.424.236	1.294.386
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	920	7.051	920	7.051
Outras Receitas Operacionais	32.864	12.927	4.322	3.029	37.186	15.956
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(551.380)	(478.025)	(287.544)	(274.617)	(818.924)	(752.642)
ICMS	(321.778)	(292.747)	(219.060)	(220.847)	(540.838)	(513.593)
PASEP e COFINS	(70.953)	(65.865)	(48.503)	(53.786)	(119.456)	(119.651)
Quota RGR	(14.131)	(5.388)	-	-	(14.131)	(5.388)
Outros Encargos	(981)	(839)	19	16	(962)	(823)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE	(16.435)	(15.766)	-	-	(16.435)	(15.766)
Subvenções CCC	(64.877)	(34.738)	-	-	(64.877)	(34.738)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(62.225)	(62.683)	-	-	(62.225)	(62.683)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	905.720	829.288	750.531	789.027	1.656.251	1.618.315
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(273.980)	(244.855)	(1.156.678)	(1.092.588)	(1.430.658)	(1.337.443)
Custo com Energia Elétrica	-	-	(1.077.480)	(1.039.385)	(1.077.480)	(1.039.385)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(863.056)	(857.999)	(863.056)	(857.999)
Encargo de Uso do Sistema	-	-	(214.424)	(181.386)	(214.424)	(181.386)
Custo de Operação	(273.980)	(244.855)	(79.196)	(53.203)	(353.178)	(298.058)
Pessoal e Administradores	(151.896)	(122.699)	(42.892)	(35.066)	(194.788)	(157.765)
Materiais	(11.960)	(8.418)	(2.801)	(1.035)	(14.761)	(9.453)
Serviço de Terceiros	(26.156)	(31.378)	(31.642)	(17.890)	(57.798)	(49.268)
Depreciação e Amortização	(74.236)	(72.507)	(133)	(158)	(74.369)	(72.665)
Outros	(9.732)	(9.853)	(1.730)	945	(11.462)	(8.907)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	631.740	584.433	(406.147)	(303.561)	225.593	280.872
Despesas Operacionais	(357.250)	(250.814)	(54.545)	(50.962)	(411.795)	(301.776)
Despesas com Vendas	-	-	(34.755)	(27.986)	(34.755)	(27.986)
Despesas Gerais e Administrativas	(49.714)	(36.380)	(11.790)	(8.024)	(61.504)	(44.405)
Outras Despesas Operacionais	(307.536)	(214.434)	(8.000)	(14.952)	(315.536)	(229.385)
Outras Receitas	2.081.864	12.368	18	19	2.081.882	12.387
Conta de Resultado a Compensar - CRC	2.064.645	-	-	-	2.064.645	-
Outras Receitas	17.219	12.368	18	19	17.237	12.387
Outras Despesas	(13.241)	(6.427)	(1)	(0)	(13.242)	(6.427)
RESULTADO DO SERVIÇO	2.343.113	339.581	(460.675)	(354.504)	1.882.438	(14.944)
Receita/Despesa Financeira	(34.795)	5.603	58.076	37.057	23.280	42.660
Renda de Aplicações Financeiras	5.747	5.378	-	-	5.747	5.378
Acréscimo Moratório - Energia Vendida	-	-	37.765	38.790	37.765	38.790
Vaiações Monetárias - Energia Comprada	-	-	17.565	(8.933)	17.565	(8.933)
Vaiações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos	(24.005)	(15.669)	-	-	(24.005)	(15.669)
Encargos de DMdas	(9.221)	(5.064)	-	-	(9.221)	(5.064)
Outras Receitas/Despesas Financeiras	(7.317)	20.958	2.746	7.200	(4.571)	28.158
RESULTADO OPERACIONAL	2.308.317	345.184	(402.599)	(317.447)	1.905.718	27.717
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IR E CS	2.308.317	345.183	(402.599)	(317.447)	1.905.718	27.716
Imposto de Renda	-	(8.333)	-	-	-	(8.333)
Contribuição Social	-	(3.475)	-	-	-	(3.475)
Total Despesa com IR e CSLL	-	(11.808)	-	-	-	(11.808)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.308.317	333.355	(402.599)	(317.447)	1.905.718	15.908
Lucro/Prejuízo por lote de mil ações - R\$	5.961,10	0,86	(1.039,69)	(0,82)	4.921,41	0,04




SÉRGIO CAMPS DE MORAIS
Diretor Presidente



CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA
Diretor

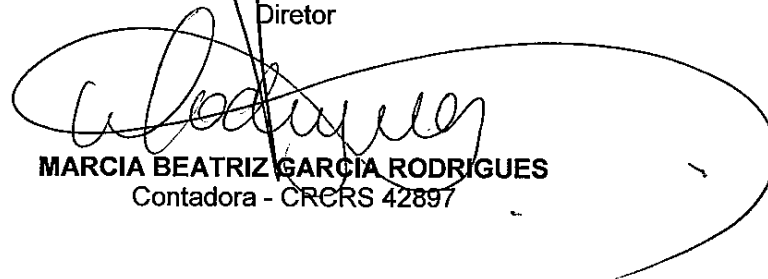

SÉRGIO TADEU LADNIUK
Diretor até 08/02/2010


SÉRGIO SOUZA DIAS
Diretor


ROGÉRIO SELE DA SILVA
Diretor


JOSÉ FRANCISCO PEREIRA BRAGA
Diretor


SÍLVIO MARQUES DIAS NETO
Diretor


MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES
Contadora - CRCRS 42897



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES – SEM RESSALVA

Aos administradores e acionistas

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Porto Alegre – RS

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D em 31 de dezembro de 2009 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme detalhado na nota explicativa nº. 20.c. às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2009, a Companhia tem registrado no ativo não circulante valores a receber nos montantes de R\$ 20.165, referentes ao reembolso a receber da Revisão Tarifária Extraordinária e R\$ 13.207 referentes a Encargos de Serviço do Sistema (ESS), e no passivo não circulante valores a pagar no montante de R\$ 40.607, relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE) ocorridas em exercícios anteriores. Esses valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e podem estar sujeitos à modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos pela Companhia e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras do mercado em vigor para aquele período. Os demais assuntos regulatórios que impactam as demonstrações contábeis estão descritos na nota explicativa no. 20 às demonstrações contábeis.



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES – SEM RESSALVA

Aos administradores e acionistas

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Porto Alegre - RS

5. Conforme descrito na nota explicativa número 6.4 d, a Concessionária optou por reconhecer em suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2009 o montante de R\$ 2.064.645 decorrente do trânsito em julgado em 31 de março de 2009 da decisão proferida nos autos da Ação Ordinária ajuizada em face da União Federal, onde a Companhia teve reconhecido o direito de computar na Conta de Resultados a Compensar (CRC) os valores pagos a título de complementação/suplementação de aposentadoria com os servidores ex-autárquicos que integravam seu quadro. A Companhia aguarda designação do perito judicial para definição dos valores, no processo de liquidação de sentença, porém o montante contabilizado está suportado pelo cálculo realizado pelo perito assistente contratado pela Administração. Conseqüentemente, somente após a homologação dos cálculos do perito pelo juízo da liquidação será possível determinar os reflexos nas demonstrações contábeis, se houver, bem como a realização destes créditos, considerando que as formas de utilização do saldo credor da Conta de Resultados esta disciplinada em lei federal (Lei nº 8.631/93).
6. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram por nós revisadas e o nosso parecer emitido em 13 de março de 2009, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase sobre o mesmo assunto do parágrafo 4 e menção sobre a revisão tarifária periódica concedida em caráter provisório em 21 de outubro de 2008.

Porto Alegre, 01 de março de 2010.

Paulo Ricardo Pinto Alaniz

Sócio-contador

CRC RS 042460/O-3

BDO Trevisan Auditores Independentes

CRC 2 SP013439/O-5 "S" RS



PARECER DO CONSELHO FISCAL


Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, BDO Trevisan Auditores Independentes, e informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas, observado o parágrafo 5 do Parecer dos Auditores Independentes.

O Conselho Fiscal registra, também, que remanesce a questão relativa aos encargos assumidos pela Companhia, decorrentes das aposentadorias de ex-autárquicos e suplementados, para as quais inexistente cobertura tarifária.


Porto alegre, 01 de março de 2010


Argeu de Silva Brum
Presidente


Fernando Magalhães Coronel
Conselheiro


Rodrigo Vilella Ruiz
Conselheiro


Moacir Bortolon Silva
Conselheiro

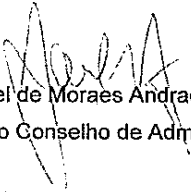

Vicente Paulo M. de Brito Pereira
Conselheiro



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2009, encerrado em 31 de dezembro de 2009, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 1º de março de 2010.


Daniel de Moraes Andrade,
Presidente do Conselho de Administração.



Sérgio Camps de Moraes


Adalberto Caino Silveira Netto

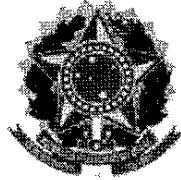

Ivan Cezar Bertuol


Márcio Baldino Karam


Cláudio Antônio Manfrói


Eglídio Schoenberger


Vicente José Rauber

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES DO AMARAL
REGISTRO.....	: RS-042897/O-5
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 318.743.200-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 11.03.2010 as 08:39:56.

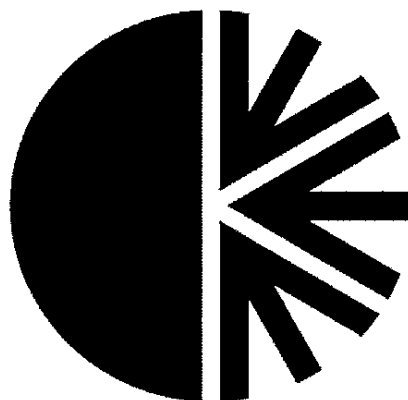
Válido até: 07.09.2010.

Código de Controle: 76333.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Companhia Estadual de Energia Elétrica - Participações





CEEE
PARTICIPAÇÕES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.
Valores expressos em milhares de reais.**

Sumário

Relatório de Administração	
Relatório de Administração.....	3
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	9
Pareceres	
Parecer dos Auditores Independentes.....	78
Parecer do Conselho Fiscal	80
Manifestação do Conselho de Administração.....	81



1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par é a empresa controladora "holding" do Grupo CEEE que possui as controladas: a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, oriundas do processo de reestruturação da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.

A CEEE-Par tem por objeto, a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como o desenvolvimento de atividades no setor energético, sob quaisquer de suas fontes, visando à exploração econômica e comercial de seu campo de atividade, mediante a construção e operação, dentre outros, de sistemas de geração, de transmissão, de distribuição, de comercialização de energia elétrica e de serviços correlatos.

O Estado do Rio Grande do Sul detém, obrigatoriamente, a propriedade de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da Companhia, bem como o poder direto de gestão e, somente poderá alienar, ceder, vincular, gravar ou dar em garantia qualquer de suas ações, observado o limite mínimo acima fixado, na forma, nos limites e para os fins dispostos na legislação estadual pertinente. Deverá também manter o controle acionário e o poder direto da gestão das controladas, conservando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) dos respectivos capitais sociais.

2. RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par encerrou o exercício de 2009 com um lucro de R\$ 2.303,9 milhões superando o apresentado em 2008, que foi de R\$ 92,1 milhões.

Este resultado deve-se exclusivamente ao resultado da equivalência patrimonial dos investimentos nas Concessionárias, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, que foram respectivamente R\$ 1.047,6 milhões e R\$ 1.256,3 milhões. Para obtenção do montante registrado a título de equivalência patrimonial, foi aplicado o percentual de 65,92% em cada Patrimônio Líquido das investidas, percentual este condizente com a participação da CEEE-Par em ambas as controladas, ajustando-se o valor inicial registrado nos investimentos.

A Concessionária CEEE-D, após as deduções, não distribuiu dividendos por apresentar base de cálculo negativa.

A Controlada CEEE-GT, após as deduções e absorção dos prejuízos acumulados, destinou o lucro do exercício constituindo dividendos a pagar.

3. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da BDO Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2008 no valor de R\$ 8,3



mil. O prazo de execução dos serviços é de 12 meses a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitados ao máximo de 60 meses.

O referido contrato foi aditado em 10 de novembro de 2008 para atender às exigências contidas na Lei 11.638/07, no valor de R\$ 1,9 mil.

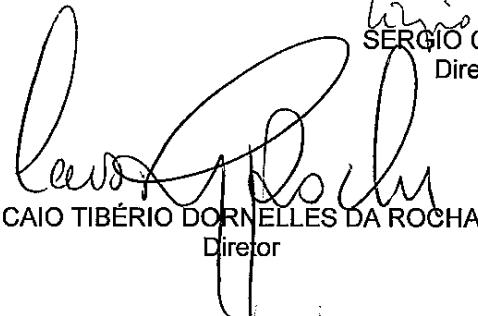
Em 22 de setembro de 2009, houve um novo aditamento ao contrato à implantação das Normas Internacionais de Contabilidade. O prazo de execução dos serviços é de 22 horas, no valor de R\$ 1,9 mil. Em decorrência do acréscimo mencionado anteriormente, para efeitos legais, é dado ao presente contrato o valor de R\$ 10,8 mil.

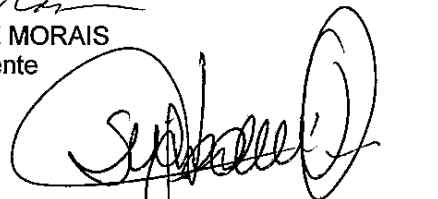
A BDO Auditores Independentes possui contratos para a prestação de serviços de auditoria externa com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D no valor de R\$ 163,7 mil e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT no valor de R\$ 163,7 mil, que são empresas resultantes da cisão da CEEE.

A política da Companhia na contratação de bens e serviços é elaborada através de licitação pública e quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preserva a independência do auditor. Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item n.º 1.2.10.6 m.2 da Resolução n.º 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

Porto Alegre, 01 de março de 2010.


SÉRGIO CAMPS DE MORAIS
Diretor Presidente


CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA
Diretor


SÉRGIO TADEU LADNIUK
Diretor até 08 de fevereiro de 2010


JOSÉ FRANCISCO PEREIRA BRAGA
Diretor


ROGÉRIO SELE DA SILVA
Diretor


SÍLVIO MARQUES DIAS NETO
Diretor



Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial Consolidado
Para exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		PASSIVO CIRCULANTE	NOTA EXPLICATIVA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2009	2008	2009	2008			2009	2008	2009	2008
			Reclassificado		Reclassificado				Reclassificado		Reclassificado
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Patrimônio Disponível	4.1	-	-	28.648	37.728	Fornecedores	7.1	-	-	176.380	220.633
Aplicações Financeiras	4.1	-	-	116.463	7.051	Fólia de Pagamento - Contingências	7.2	-	-	22.863	19.175
Consumidores, Concessionárias e Permissonárias	4.2	-	-	426.660	413.965	Provisão para Dívidas	9.1.b	30.178	81.460	47.125	80.714
Títulos de Crédito a Receber	4.3	-	-	53.774	38.286	Tributos e Contribuições Sociais	7.3	-	-	48.443	54.699
Provisão para Créditos Liquidados Dúvidosa	4.4	-	-	(181.918)	(118.687)	Emprestimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas	8.2	-	-	217.143	222.317
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	4.5	-	-	27.788	23.289	Plano de Benefícios Previdenciários Complementares	7.4	-	-	171.948	168.449
Estoque	4.6	-	-	19.671	21.956	Passivo Regulatório	7.5	-	-	56.883	62.111
Outros Créditos a Receber	4.7	-	-	73.224	80.672	Obrigações Estruturadas	7.6	-	-	35.785	32.572
Despesas Pagas Antecipadamente	5	-	-	58.983	78.569	Encargos do Consumidor a Receber (RGRCCCCOE)	7.7	-	-	14.653	42.116
		-	-	674.212	583.838	Encargos Parcelados	7.8	-	-	17.585	9.888
						Provisão para Contingências	7.9	-	-	217.861	195.888
						Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	7.10	-	-	37.843	85.812
						Outros Passivos	7.11	-	-	127.365	120.453
								30.178	81.460	1.198.198	1.298.838
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo						Emprestimos e Financiamentos	8.2	-	-	715.804	381.236
Comercialização de Energia na CCEE	6.1	-	-	85.342	85.165	Comercialização de Energia na CCEE	20	-	-	113.885	113.885
Títulos de Crédito a Receber	4.3	-	-	129.260	130.284	Encargos Parcelados	7.8	-	-	60.441	34.549
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	4.5	-	-	48.401	18.085	Plano de Benefícios Previdenciários Complementares	7.4	-	-	982.470	966.195
Aplicações Financeiras	4.1	-	-	20.720	23.683	Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica	8.3	-	-	-	23.361
Depósitos Vinculados a Litígios	6.2	-	-	21.966	21.071	Passivo Regulatório	7.5	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.3	-	-	409.880	328.361	Provisão para Contingências	7.8	-	-	348.607	408.108
Outros Créditos a Receber	6.4	-	-	3.529.822	65.825	Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	7.10	-	-	62.883	85.833
Despesas Pagas Antecipadamente	5	-	-	13.207	13.207	Outros Passivos	6.1	-	-	70.059	61.574
Bens e Direitos Destinados a Alienação	6.5	-	-	3.145	3.257			-	-	2.381.839	1.993.611
Dívidoras a Receber	6.6	32.779	4.590	-	-			-	-	1.333.000	156.649
		32.779	4.590	4.283.383	688.988	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO-CONTROLADORES				1.333.000	156.649
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimentos						Capital Social	9.1.a	288.625	208.165	288.625	288.165
Participações Societárias Permanentes	6.6.a	2.578.444	303.002	288.365	245.169	Reserva de Incentivos Fiscais	9.1.b	2.288.557	-	2.288.557	-
Outros Investimentos	6.6.b	-	-	102.326	102.833	Reserva de Lucros	9.1.b	23.063	17.737	23.063	17.237
		2.578.444	303.002	391.681	348.002			2.581.245	225.902	2.581.045	225.902
Imobilizado											
Em Serviço Líquido	6.7.a	-	-	1.788.763	1.788.919						
Em Curso	6.7.a	-	-	276.618	201.185						
		-	-	2.078.381	1.994.104						
Intangíveis											
Em Serviço Líquido	6.7.b	-	-	28.394	28.411						
Em Curso	6.7.b	-	-	18.191	17.975						
		-	-	46.585	46.386						
TOTAL DO ATIVO						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		2.611.223	307.362	7.454.742	3.658.078			2.611.223	307.362	7.454.742	3.658.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado

Para exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(valores expressos em milhares de Reais)

	NOTA EXPLICATIVA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2009	2008	2009	2008
Receita Operacional		-	-	3.190.149	3.028.805
Fornecimento de Energia Elétrica	10.1.a	-	-	1.012.833	1.053.564
Suprimento de Energia Elétrica	10.1.b	-	-	298.272	283.618
Disponibilização do Sistema Transmissão e Distribuição	10.1.c	-	-	1.813.295	1.655.740
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	17.762	12.005
Outras Receitas Operacionais		-	-	47.987	23.878
Deduções da Receita Operacional		-	-	(921.354)	(853.516)
ICMS/ISS		-	-	(540.954)	(514.591)
PASEP e COFINS	10.2.a	-	-	(167.758)	(165.391)
Quota RGR		-	-	(31.486)	(25.474)
Outros Encargos		-	-	(7.983)	(5.146)
Subvenções CCC		-	-	(75.562)	(46.045)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético		-	-	(74.400)	(75.011)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE		-	-	(23.211)	(21.857)
Receita Operacional Líquida		-	-	2.268.795	2.175.290
Custo do Serviço de Energia Elétrica		-	-	(1.657.640)	(1.546.461)
Custo com Energia Elétrica		-	-	(1.055.910)	(1.029.648)
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	11.a	-	-	(855.917)	(857.579)
Encargo de Uso do Sistema		-	-	(199.993)	(172.069)
Custo de Operação	12	-	-	(601.730)	(516.813)
Pessoal e Administradores		-	-	(331.947)	(272.069)
Material		-	-	(24.428)	(16.164)
Serviço de Terceiros		-	-	(82.739)	(71.230)
Depreciação e Amortização		-	-	(136.170)	(133.165)
Outros		-	-	(26.446)	(24.185)
Lucro Operacional Bruto		-	-	611.165	628.829
Despesas Operacionais		-	-	(618.426)	(413.785)
Despesas com Vendas	12	-	-	(34.930)	(14.852)
Despesas Gerais e Administrativas	12	-	-	(107.912)	(78.588)
Outras Despesas Operacionais	12	-	-	(475.584)	(320.345)
Outras Receitas		-	-	3.460.840	14.114
Conta de Resultado a Compensar - CRC	13	-	-	3.441.075	-
Outras Receitas	13	-	-	19.765	14.114
Outras Despesas	13	-	-	(18.651)	(21.247)
Resultado do Serviço		-	-	3.434.918	287.911
Resultado de Participações Societárias	6.6.a	2.303.861	92.169	29.217	4.654
Receita/Despesa Financeira	14	-	-	(6.568)	(18.703)
Rendimentos de Aplicações Financeiras		-	-	13.723	6.212
Acréscimo Moratório - Energia Vendida		-	-	37.765	38.790
Variações Monetárias - Energia Comprada		-	-	17.565	(8.933)
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos		-	-	(45.241)	(58.452)
Encargos de Dívidas	6.7.c	-	-	(22.824)	(22.562)
Outras Receitas/Despesas Financeiras		-	-	(6.556)	28.242
Resultado Operacional		2.303.861	92.169	3.458.667	193.762
Lucro antes IR e CS		2.303.861	92.169	3.458.667	193.762
IMPOSTO DE RENDA	15	-	-	27.259	(38.858)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	-	-	9.109	(15.100)
Participação dos Não-Controladores		-	-	(1.191.074)	(47.645)
Lucro Líquido do Exercício		2.303.861	92.169	2.303.861	92.169



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado

Para exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2007	189.113	-	3.362	-	192.475
Integralização de Capital	19.062	-	-	-	19.062
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	92.169	92.169
Ajuste de Exercícios Anteriores - Lei 11.638/07	-	-	-	3.676	3.676
Destinação do Resultado:					
Reserva Legal	-	-	4.792	(4.792)	-
Reserva para Expansão	-	-	9.583	(9.583)	-
Proposta de Dividendos	-	-	-	(81.460)	(81.460)
SALDOS EM 31/12/2008	208.166	-	17.737	-	225.902
Integralização de Capital	81.460	-	-	-	81.460
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.303.861	2.303.861
Destinação do Resultado:					
Reserva Legal	-	-	1.776	(1.776)	-
Reserva para Expansão	-	-	3.651	(3.651)	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	2.268.367	-	(2.268.367)	-
Proposta de Dividendos	-	-	-	(30.178)	(30.178)
SALDOS EM 31/12/2009	289.626	2.268.367	23.063	-	2.681.045



Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado
Para exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(valores expressos em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2009	2008	2009	2008
ATIVIDADES OPERACIONAIS				Reclassificado
Lucro Líquido do Exercício	2.303.861	92.159	2.303.861	92.159
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	-	-	26.024	33.585
Variações Monetárias e Cambiais do Passivo Não Circulante	-	-	65.596	7.632
Provisão para Desvalorização e Depreciação de Investimentos	-	-	1.830	508
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	-	-	138.751	135.857
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.303.861)	(92.159)	(29.217)	(4.554)
Constituição de Provisões para Contingências e Outras	-	-	20.570	(60.864)
Constituição de Provisão Ex-Autárquicos	-	-	175.343	198.740
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	25.205	18.627
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	(80.529)	5.050
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	-	-	11.753	19.613
Apropriação de Créditos da Conta de Resultado a Compensar	-	-	(3.441.075)	-
Participação dos Não-Controladores	-	-	1.191.074	47.645
GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA	-	-	409.186	493.778
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	(4.360)	-	(75.991)	(48.053)
Consumidores, Concessionárias e Permissonárias	-	-	(24.638)	(24.815)
Títulos de Crédito a Receber	-	-	(14.494)	5.293
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	-	-	(35.776)	10.979
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	-	-	2.883	23.116
Estoques	-	-	(2.068)	(2.109)
Outros Créditos a Receber	-	-	(16.514)	(3.351)
Despesas Pagas Antecipadamente	-	-	20.586	(52.241)
Comercialização de Energia na CCEE	-	-	(837)	(1.340)
Depósitos Vinculados a Litígios	-	-	(895)	(4.406)
Bens e Direitos Destinados à Alienação	-	-	112	821
Dividendos a Receber	(4.360)	-	(4.360)	-
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	81.460	-	(226.371)	(132.966)
Fornecedores	-	-	(45.273)	64.727
Folha de Pagamento	-	-	3.678	2.967
Tributos e Contribuições Sociais	-	-	(8.055)	13.909
Plano de Benefícios Previdenciários Complementares	-	-	(178.076)	(191.309)
Variação Negativa de Itens da Parcela A	-	-	(378)	(15.857)
Obrigações Estimadas	-	-	3.213	4.978
Obrigações Especiais	-	-	(23.361)	1.519
Encargos do Consumidor a Recolher (RGR/CCC/CDE)	-	-	(27.463)	11.421
Encargos Parcelados	-	-	(28.331)	(6.781)
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	8.931	21.214
Provisão para Contingências e Outros	-	-	(17.435)	(32.406)
Outros Passivos	-	-	4.719	(12.925)
Provisão para Dividendos	81.460	-	81.460	-
Ajustes de Exercícios Anteriores - Lei 11.638/07	-	-	-	5.577
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA	77.100	-	106.824	312.769
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Caixa Líquido Aplicado em Investimentos	4.360	-	(267.905)	(260.274)
Aumento/Redução de Investimentos	4.360	-	(20.092)	(46.673)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-	-	(245.831)	(200.193)
Aquisição de Ativo Intangível	-	-	(2.182)	(3.408)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Caixa Líquido Aplicado em Financiamentos	(81.460)	-	262.413	(90.402)
Incremento de Empréstimos e Financiamentos	-	-	582.437	122.685
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos e Encargos de Dívidas	-	-	(261.047)	(222.199)
Integralização de Capital Social	(81.460)	-	(81.460)	-
Obrigações Especiais - Contribuição do Consumidor	-	-	22.483	9.112
Geração Líquida de Caixa	-	-	101.332	(27.917)
Saldo Inicial de Caixa e Aplicações Financeiras	-	-	44.779	72.696
Saldo Final de Caixa e Aplicações Financeiras	-	-	146.111	44.779



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par é uma sociedade anônima de capital fechado, organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006, rege-se por estatuto, bem como pela legislação aplicável.

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, tem por objeto, a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como o desenvolvimento de atividades no setor energético, sob quaisquer de suas fontes, visando à exploração econômica e comercial de seu campo de atividade, mediante a construção e operação, dentre outros, de sistemas de geração, de transmissão, de distribuição, de comercialização de energia elétrica e de serviços correlatos como prestar serviços de consultoria dentro de sua área de atuação, no Brasil ou no exterior, exercer atividades relacionadas direta ou indiretamente com seu objeto social e utilizar a infra-estrutura das suas controladas para a prestação de serviços, visando a produção de outras receitas.

As atividades da CEEE-Par serão desenvolvidas diretamente ou por intermédio de empresas controladas ou subsidiárias integrais especialmente constituídas para tais fins ou, ainda, por empresas das quais participar a CEEE-Par, suas controladas ou subsidiárias, mediante deliberação do seu Conselho de Administração.

A CEEE-Par poderá também, participar de consórcios ou de sociedades com empresas privadas ou públicas, constituídas para o fim de desenvolver atividades que guardem identidade com as definidas em seu objeto social.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e legislação específica aplicada às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia adota a Lei nº 6.404/76 e suas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, que modificou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. A referida lei visou, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das Normas Internacionais de Contabilidade.

Em 03.12.2008, foi editada a Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941 de 27/05/2009, a qual introduziu algumas alterações à legislação societária, Lei nº 6.404/76, e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, pelo qual foi prevista a possibilidade da neutralidade tributária no biênio 2008/2009 sobre os ajustes contábeis decorrentes da adoção das alterações efetuadas pela Lei nº 11.638/07.

No decorrer do exercício de 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu e a Comissão de Valores Mobiliários – CVM aprovou diversos pronunciamentos contábeis alinhados com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com aplicação retroativa a 2009, para fins de comparabilidade.

Devido aos diversos pronunciamentos técnicos emitidos e a complexidade dos mesmos, a Companhia encontra-se avaliando os impactos nas demonstrações financeiras, considerando-se que ainda existem indefinições e que não há possibilidade de quantificá-los com segurança.

A autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal em 22 de fevereiro de 2010, conforme estabelece a Deliberação CVM 505, de 19 de junho de 2006.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Práticas Contábeis Regulatórias e Específicas do Setor de Energia Elétrica

a) Plano de Contas

A Concessionária adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, e suas alterações subsequentes.

b) Custos Indiretos de Obras em Andamento

Parte dos gastos da administração central é mensalmente apropriada às imobilizações em curso de forma proporcional aos gastos com pessoal próprio e mão-de-obra de terceiros, realizados em projetos de investimento.

c) Operações de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Concessionária, quando essas informações não estão disponíveis.

d) Despesas Pagas Antecipadamente

A partir de 26 de outubro de 2001, a parcela da variação (positiva ou negativa) dos custos com a distribuição de energia elétrica, definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como não gerenciáveis e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia, que incluem os valores referentes à variação cambial sobre repasse de potência proveniente de Itaipu, transporte de energia elétrica, quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis e à conta de desenvolvimento energético, encargos de serviços do sistema e custo de aquisição de energia elétrica, passou a ser registrada na rubrica – Variação Positiva de Itens da CVA, classificada como Despesas Pagas Antecipadamente no ativo e na rubrica Variação Negativa de Itens da CVA – Passivos Regulatórios no passivo. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros SELIC. A amortização destes saldos se dá no período em que os valores são recebidos, através do repasse tarifário.

e) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, do Estado, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Concessionária.

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante – Imobilizado.

Conforme determina o Despacho nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, e Ofício Circular nº 1.314, de 27 de junho de 2004, ambos emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, após a homologação do 2º ciclo da Revisão Tarifária Periódica, a Concessionária passou a registrar a amortização dos saldos de Obrigações Vinculadas, anulando no resultado contábil o efeito das quotas de depreciação dos bens constituídos com recursos de terceiros.

A amortização dos saldos de Obrigações Vinculadas é calculada com base na taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que foram aplicados os recursos de terceiros.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

f) Questões Ambientais

Os gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, recuperação ou compensação dos impactos sócio-ambientais, na hipótese de ocorrerem, encontram-se registrados como Ativo Permanente ou Resultado, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Os projetos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONG's.

3.2. Práticas Contábeis Gerais

a) Numerário Disponível e Aplicações Financeiras

Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata que estão registradas aos respectivos valores de mercado.

b) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Inclui os valores vencidos e a vencer referentes ao fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada até a data das demonstrações financeiras, apurados pelo regime de competência, bem como as vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme informações disponibilizadas pelo referido órgão.

O saldo de contas a receber proveniente de parcelamentos de débitos foi ajustado a valor presente utilizando-se as taxas de juros que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento ou pagamento prefixada ou pós-fixada.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Foi constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com consumidores, concessionárias e permissionárias.

Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime contábil de competência.

d) Estoque

São valorados ao preço médio de aquisição e deduzidos das provisões para perdas, quando aplicável. Os estoques destinados à operação e manutenção estão classificados no ativo circulante e os destinados aos novos investimentos estão classificados no ativo imobilizado em curso.

e) Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

f) Imobilizado

Em Serviço Líquido - Está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da sua depreciação acumulada. A depreciação é calculada utilizando o método linear, com base no tempo de vida útil estimada do ativo conforme Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009 e práticas do setor no Brasil.

Em Curso – Corresponde aos custos incorridos nas obras e investimentos em andamento e inclui a capitalização dos juros e demais encargos financeiros relativos aos financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção dos ativos.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

g) Intangíveis

Registrado em consonância com as disposições da Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, pelo custo de aquisição das faixas de servidões permanentes e softwares este último deduzido da amortização acumulada calculada conforme Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009 e práticas do setor no Brasil.

h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – “Impairment”

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a Concessionária aplica os procedimentos do Pronunciamento Contábil - CPC 01 – *Redução ao Valor Recuperável dos Ativos* para apurar o valor recuperável dos ativos. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao resultado dos fluxos de caixa futuros descontados, antes dos impostos, derivados do uso contínuo do ativo até o final da concessão. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Concessionária reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment* ou deterioração) no resultado do período.

i) Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas

Os Empréstimos e Financiamentos estão atualizados com base nos índices estabelecidos contratualmente. Os juros são calculados considerando-se os dias incorridos até a data das Demonstrações Financeiras e incluídos na rubrica de encargos de dívidas e os custos de Empréstimos e Financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de novos ativos são capitalizados até que estes estejam em condições de operação.

j) Plano de Benefícios e Compromissos Previdenciais Complementares

As obrigações futuras, estimadas com base na avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuários independentes, são registradas para cobrir os gastos com contribuições para o fundo de pensão dos funcionários, bem como com complementação de aposentadoria incentivada e de aposentados ex-autárquicos. O custo do serviço passado do plano de contribuição definida implantado em outubro de 2002 está sendo reconhecido no resultado no tempo remanescente de serviço dos empregados, conforme item 38 da NPC 26 do IBRACON, aprovada pela Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000.

k) Apuração de Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real a qual é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

A provisão para imposto de renda foi calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 9%, calculada e contabilizada sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

A Concessionária fez adesão ao Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09. Com a referida opção, o

contribuinte garante a neutralidade tributária, para fins de apuração do lucro real, sobre as modificações inseridas na lei das sociedades por ações, nº 6.404/76, no tocante ao critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas, alterações essas trazidas pela Lei nº 11.638/07, bem como pela própria Lei nº 11.941/09.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre provisões temporariamente não dedutíveis, controlados na Parte "B" do LALUR.

m) Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

n) Provisão para Contingências

Estão registradas, até a data do balanço, pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na nota explicativa 7.9.

o) Uso das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Concessionária faça estimativas e adote premissas que de fato afetem os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas bem como sua respectiva divulgação nas demonstrações financeiras. Os resultados concretos desses fatos podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, provisão para contingências, imposto de renda, premissas de plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego e transações envolvendo a compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que são reconhecidas com base nas estimativas, sendo que o faturamento e liquidação final estão sujeitos a revisão dos participantes da CCEE.

p) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação da legislação societária brasileira, abrangendo as demonstrações da controladora e das controladas indicadas na nota explicativa 6.6.a.1. No processo de consolidação das demonstrações financeiras foram feitas as eliminações dos saldos das operações ativas e passivas, e das receitas e despesas, decorrentes de negócios realizados entre as empresas, bem como dos investimentos da controladora contra o patrimônio líquido das controladas.

4. ATIVO CIRCULANTE

4.1. Numerário Disponível e Aplicações Financeiras



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

Os saldos compõem-se de:

Descrição / Banco	Remuneração	CONSOLIDADO	
		2009	2008
CIRCULANTE			
Numerário Disponível		<u>29.648</u>	<u>37.728</u>
CCEE - SIAC / BANRISUL	SELIC	2.000	2.000
CCEE / BRADESCO	CDI	8	8
SIAC / BANRISUL	SELIC OVER	114.455	5.043
Aplicações Financeiras		<u>116.463</u>	<u>7.051</u>
Total		<u>146.111</u>	<u>44.779</u>
NÃO CIRCULANTE			
SIAC Especial / BANRISUL	SELIC	18.941	22.166
CCEE - SIAC / BANRISUL	SELIC	1.779	1.437
Aplicações Financeiras		<u>20.720</u>	<u>23.603</u>

a) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE – SIAC/BANRISUL

Os valores de R\$ 2.000 (R\$ 2.000 em 31 de dezembro de 2008) registrado no Consolidado no Ativo Circulante e R\$ 1.779 (R\$ 1.437 em 31 de dezembro de 2008) no Ativo Não Circulante referem-se ao principal e a remuneração de valores aplicados no SIAC / BANRISUL, que foram destinados à garantia de leilão de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

b) SIAC/BANRISUL

O valor de R\$ 114.455 (R\$ 5.043 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao valor aplicado no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991. Estes valores foram repassados ao SIAC conforme contrato assinado entre a Concessionária e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 10 de outubro de 2008, denominado “*Contrato de Repasse Temporário de Recursos Monetários Disponíveis*”. O saldo aplicado está sendo remunerado pela variação da taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

c) SIAC Especial/BANRISUL

O valor de R\$ 18.941 (R\$ 22.166 em 31 de dezembro de 2008) registrado no Consolidado refere-se a remuneração sobre o principal já resgatado aplicado no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991. Este saldo permanece aplicado, sendo remunerado com base na variação da taxa SELIC, sem liquidez imediata, visto que depende de dotação orçamentária por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

4.2. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os saldos compõem-se de:



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Suprimento de Energia.....	34.437	32.270
Encargo de Uso da Rede.....	49.406	47.016
Consumidores.....	335.960	328.954
Concessionárias e Permissionárias	96	3.567
Energia de Curto Prazo - CCEE.....	6.761	2.178
	426.660	413.985

a) Consumidores

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Residencial	149.292	126.598
Industrial	58.357	45.967
Comercial Serviços e Outras Atividades	44.540	70.158
Rural	9.964	18.093
Poder Público	42.824	29.932
Iluminação Pública	25.391	33.890
Serviço Público	5.592	4.316
Total	335.960	328.954

b) Concessionárias e Permissionárias

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Suprimento de Energia	33	35
Encargo de Uso da Rede	56	48
Irrigação e Aquicultura	-	2.789
Red. Tarifária de Uso Sist. Transmissão	-	695
Permissionárias	7	-
Total	96	3.567

c) Energia de Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$ 6.761 (R\$ 2.178 em 31 de dezembro de 2008) registrado no Consolidado refere-se à energia vendida no mercado de curto prazo, conforme informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

4.3. Títulos de Crédito a Receber

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE

	Nota Explicativa	2009	2008
Parcelamentos com Prefeituras Municipais		17.732	19.278
Parcelamentos com Consumidores Diversos - Registro Individual.....		9.059	7.746
Parcelamentos com Governo do Estado - Débitos de Energia	16.a	13.778	-
Parcelamentos com Consumidores Industriais.....		4.761	3.771
Parcelamentos com Consumidores Diversos		7.991	6.977
Parcelamentos relativos à Venda de Ativos.....		453	524
		<u>53.774</u>	<u>38.296</u>

NÃO CIRCULANTE

	Nota Explicativa	2009	2008
Parcelamentos com Prefeituras Municipais		74.932	66.823
Parcelamentos com Consumidores Diversos - Registro Individual		15.189	11.965
Parcelamentos com Governo do Estado - Débitos de Energia	16.a	4.768	24.546
Parcelamentos com Governo do Estado - FAMURS	16.a	17.178	13.363
Parcelamentos com Consumidores Industriais		9.221	9.423
Parcelamentos com Consumidores Diversos		7.196	3.050
Parcelamentos relativos à Venda de Ativos		806	1.114
		<u>129.290</u>	<u>130.284</u>

a) Parcelamentos com Prefeituras Municipais

Refere-se a parcelamentos de débitos efetuados com prefeituras municipais, os quais são indexados pelo IGP-M, com juros de até 1% ao mês, tais contratos possuem cláusula que contemplam desconto para prefeituras que se mantiverem adimplentes.

A Concessionária constituiu provisão para perdas considerando a expectativa de realização destes parcelamentos.

b) Parcelamentos com Consumidores Diversos – Registro Individual

Refere-se, principalmente, a parcelamentos de débitos com arroseiros, hospitais e consumidores em geral, cujos registros contábeis ocorreram de forma individualizada, face a não disponibilidade na época de uma ferramenta que permitisse o registro e controle massivo de parcelamentos. A partir de 2003 a empresa passou a utilizar ferramenta específica para esta atividade, permanecendo ainda o registro individual apenas para aquelas negociações que demandam em cálculos diferenciados daqueles parametrizados, face ao perfil da dívida bem como do cliente. Dentre estes contratos, alguns encontram-se em cobrança judicial.

A Concessionária constituiu provisão para perdas considerando a expectativa de realização destes parcelamentos.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

c) Parcelamentos com Governo do Estado - Débitos de Energia

Durante as negociações do Termo de Acordo entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e o Estado do Rio Grande do Sul, para liquidação dos débitos vencidos, oriundos das faturas de energia elétrica, o Estado levantou a hipótese de que poderiam existir valores pagos incluídos no montante do débito, devido a forma utilizada pelo Estado para realizar seus pagamentos. Em razão disso, a Empresa decidiu manter registrado o montante original de R\$ 49.885 e a classificação no ativo realizável a longo prazo.

Em julho de 2007 foi constituído Grupo de Trabalho pela Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D que teve por objetivo rever o Contrato assinado em 2002. Com este estudo o Grupo concluiu que grande parte do valor que compunha a dívida do Governo do Estado referia-se a multas e juros do Setor Elétrico, totalizando o valor de R\$ 25.339, valores estes não reconhecidos pelo Governo do Estado como débito de energia. Este valor foi provisionado no exercício de 2007, permanecendo a receber o valor de R\$ 24.546.

Em 15/09/2009 a ANEEL anuiu o Termo de Acordo, celebrado entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 19.778, cujo montante será liquidado por meio de compensação tributária, pelo prazo de 12 meses. Até dezembro de 2009 a Concessionária já se compensou com débitos de ICMS, no valor de R\$ 6.000.

d) Parcelamentos com Governo do Estado – FAMURS

Data do Evento	Histórico	Valor
dez/2002	Registro de Parcelamentos	49.885
dez/2007	Multa e Juros Provisionados	25.339
	Saldo a Receber	24.546
set/2009	Compensação de ICMS	(2.000)
out/2009	Compensação de ICMS	(2.000)
nov/2009	Compensação de ICMS	(1.000)
dez/2009	Compensação de ICMS	(1.000)
	Saldo a Receber	18.546
CIRCULANTE		13.778
NÃO CIRCULANTE		4.768

Refere-se a parcelamentos de débitos de Prefeituras Municipais, firmados em 1997, ao amparo da Lei Estadual nº 11.018, de 23 de setembro 1997, intermediados pela Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul - FAMURS assumidos pelo Estado do Rio Grande do Sul, com garantia no repasse de ICMS aos respectivos Municípios.

Os valores estavam indexados pela UFIR e posteriormente pela UPF/RS, e foram repactuados através de Termo de Acordo em dezembro de 2002 com carência de 12 meses e 48 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em janeiro de 2004, indexados pelo IGP-M, mais juros de 0,5% ao mês, com a interveniência bancária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – BANRISUL.

Em 07 de outubro de 2004, através do Decreto nº 43.376, foi modificado o Regulamento do ICMS, incluindo a permissão de compensação, pelas empresas concessionárias de serviço público, de débitos relativos ao ICMS com créditos vencidos junto a Fazenda Pública Estadual, condicionada à celebração do Termo de Acordo com o Estado do Rio Grande do Sul. A Concessionária firmou Termo de Acordo em 28 de outubro de 2004 para compensação de parte do crédito tributário da Fazenda Estadual relativo ao ICMS futuro com o parcelamento a receber pela Concessionária.

Até dezembro de 2006 foi compensado o montante de R\$ 78.067.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

e) Parcelamentos com Consumidores Industriais

Os valores de R\$ 4.761 (R\$ 3.771 em 31 de dezembro de 2008) registrados no Ativo Circulante e R\$ 9.221 (R\$ 9.423 em 31 de dezembro de 2008), no Ativo não Circulante, referem-se a parcelamento de débitos com energia elétrica referente a instalações consumidoras Industriais.

f) Parcelamentos com Consumidores Diversos

Os valores de R\$ 7.991 (R\$ 6.977 em 31 de dezembro de 2008) registrados no Ativo Circulante e R\$ 7.196 (R\$ 3.050 em 31 de dezembro de 2008), no Ativo Não Circulante, referem-se a parcelamentos de débitos efetuados a partir de 2003, de clientes das classes residencial, industrial, comercial e rural, quando a empresa passou a utilizar ferramenta que permitiu o registro e controle gerencial de parcelamentos.

4.4. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Os saldos na CEEE-D compõem-se de:

CONSUMIDORES POR CLASSE	Saldo 2008	Adições	Exclusões	Saldo 2009
Residencial	25.649	6.652	(905)	31.396
Industrial	11.591	3.090	(392)	14.289
Comercial Serviços e Outras Atividades	9.527	2.567	(4.307)	7.786
Rural	2.483	485	(94)	2.874
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público	49.638	12.660	(14.806)	47.492
Títulos de Créditos a Receber	16.469	10.377	(2.132)	24.714
Diversos	2.083	236	(364)	1.956
	<u>117.440</u>	<u>36.067</u>	<u>(23.000)</u>	<u>130.507</u>

Na CEEE-GT existem Títulos de Créditos a Receber no valor de R\$ 1.402 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 1.227 em 31 de dezembro de 2008, estes valores referem-se à provisão de recebíveis relativos a valores de concessionárias e permissionárias diversas, vencidos a mais de 3 meses.

Foram incluídos os valores totais dos créditos junto aos consumidores residenciais, concessionárias e permissionárias diversas que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; consumidores industriais e rurais vencidos há mais de 360 dias, e títulos de créditos a receber de diversas classes de consumidores vencidos há mais de 90 dias.

Para os créditos de responsabilidade dos Poderes Públicos, foi efetuada análise e constituição de provisão considerando a expectativa de perdas na realização desses créditos, que considerou as negociações realizadas e em andamento junto às prefeituras e ao Estado do Rio Grande do Sul.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

4.5. Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
PASEP/COFINS a compensar	352	432
ICMS a compensar	13.186	13.836
IRPJ e CSLL a compensar	13.023	8.145
Outros Créditos a Compensar	1.237	886
	27.798	23.299

NÃO CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
PASEP/COFINS a compensar	2.748	2.706
ICMS a compensar	15.986	12.915
IRPJ e CSLL a compensar	28.192	-
Outros Créditos a Compensar	2.475	2.474
	49.401	18.095

4.6. Estoques

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Estoque de Operação	20.527	22.624
Provisão para Perdas	(656)	(668)
	19.871	21.956

Os saldos de estoque referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

4.7. Outros Créditos a Receber

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Programa Reluz	2.183	1.484
Programa de Efic. Energética - PEE	10.586	9.104
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	4.036	4.377
Adiantamento a Fornecedores	1.104	1.168
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	4.562	9.549
Adiantamento a Empregados	4.302	3.591
Aluguel de Postes/Serviços Prestados/Cedências	6.025	6.401
Fundo de Invest. Direitos Creditórios - FIDC	9.098	7.604
Convênio SEINFRA/CEITEC	637	-
Subvenção ELETROBRÁS CDE - PLT	3.438	23.361
Empréstimo Compulsório ELETROBRÁS	-	4.633
Serviços Próprios em Curso	3.515	657
Outros Devedores	23.738	8.693
	73.224	80.622



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

a) Programa RELUZ

O valor de R\$ 2.183 (R\$ 1.484 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública nos municípios, através da substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica, a serem reembolsados pelas Prefeituras.

b) Programa de Eficiência Energética – PEE

O valor de R\$ 10.586 (R\$ 9.104 em 31 de dezembro de 2008) refere-se à aplicação dos recursos provenientes dos Programas de Eficiência Energética, que visam demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica.

c) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$ 4.036 (R\$ 4.377 em 31 de dezembro de 2008) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico das Concessionárias, visando a geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características.

d) Subvenção à Receita Baixa Renda – Tarifa Social

O valor de R\$ 4.562 (R\$ 9.549 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao resultado gerado entre os aumentos e reduções de receita decorrentes da classificação dos consumidores residenciais na subclasse baixa renda, conforme Resolução Normativa nº 89 de 25 de outubro de 2004 e Resolução nº 514 de 16 de setembro de 2002 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

e) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC

O valor de R\$ 9.098 (R\$ 7.604 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao montante retido em excesso às parcelas liquidadas, permanecendo aplicado no Fundo para liquidação de parcelas futuras, avaliados pelo valor de custo.

f) Convênio SEINFRA/CEITEC

O valor de R\$ 637 refere-se ao saldo a receber referente à participação do Estado do Rio Grande do Sul na construção de dois alimentadores de 13,8kV para uso da CEITEC S.A.. O investimento visa permitir a realização das atividades dessa empresa, voltadas à pesquisa e implantação de processo produtivo, com ênfase na geração de produtos e processos diferenciados na área de microeletrônica. A obrigação do Estado com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D foi firmada através do Convênio SEINFRA/CEITEC S.A./CEEE-D/SCT FPE Nº 38/2009, de 25 de agosto de 2009.

g) Empréstimo Compulsório ELETROBRÁS

O valor de R\$ 6.633 em 31 de dezembro de 2008 refere-se ao crédito decorrente do Empréstimo Compulsório sobre Combustível, contudo, em dezembro de 2009, esse valor foi baixado em virtude de ser remota a probabilidade de êxito no processo que pleiteia esse crédito.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

5. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os saídos compõem-se de:

CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Energia Elétrica Comprada e Quota CCC	-	7.445
Tarifa de Uso Sistema de Transm. Rede Básica	-	837
Quota CDE e Transporte Itaipu	-	89
CVA - 16/09/06 a 15/09/07 em compensação	-	8.371
Transporte Itaipu	1	101
Tarifa de Uso Sistema de Transm. Rede Básica	40	3.227
Quota CCC	55	4.456
Quota CDE	12	970
Quota ESS e PROINFA	262	21.120
CVA - 16/09/07 a 15/09/08 em compensação	370	29.874
Energia Elétrica Comprada	-	5.117
Transporte Itaipu	1.301	312
Tarifa de Uso Sistema de Transm. Rede Básica	5.017	4.920
Quota CCC	2.050	8.907
Quota CDE	5.053	153
Quota ESS e PROINFA	11.132	13.636
CVA - 16/09/08 a 31/12/08 a recuperar IRT/09	24.553	33.105
Transporte Itaipu	362	-
Quota CCC	11.124	-
Quota CDE	1.394	-
Quota ESS e PROINFA	1.140	-
CVA - 26/09/09 a 31/12/09 a recuperar IRT 2010	14.020	-
Subtotal - Itens da Parcela A	38.943	71.350
PIS/COFINS - Res. Homologatória 715/08	-	6
Conexão CEEE-D/Eletrosul Not. Tec. 315/2008	-	585
Programa Luz para Todos - Res. Ho. 347/2009	693	-
Sobrecontratação - Nota Técnica 347/2009	18.273	-
Parcela de Ajuste Conexão - Nota Técnica 347/2009	6	-
Subsídio Irrigação e Aqüicultura - Nota Técnica 347/2009	157	-
Subtotal - Demais Ativos Regulatórios	19.129	591
Parcela PROINFA paga antecipadamente	911	671
Encargos do Consumidor a Compenar - RGR	-	6.957
Total	58.983	79.569

NÃO CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Quota ESS	13.207	13.207
CVA - Set/00 a Set/02 a compensar	13.207	13.207

5.1. CVA - Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A - Variação Positiva/Negativa

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA são registradas as variações ocorridas no período entre reajustes tarifários, acrescidas da respectiva remuneração (taxa de juros SELIC), dos seguintes itens de custo da "Parcela A" (custos não gerenciáveis): tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional; quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; quota de recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; quota de custeio referente ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA; tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; tarifa de uso das instalações



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

de transmissão integrantes da rede básica; Encargos de Serviços de Sistema - ESS e Custo de Aquisição de Energia Elétrica.

Em outubro de 2009 com o pronunciamento da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Nota Técnica nº 347/2009-SRE/ANEEL, de 14 de outubro de 2009, foram homologados os valores ativos e passivos a título de CVA.

A composição da Variação Negativa de Valores de Itens da CVA encontra-se na nota explicativa nº. 7.5.

6. ATIVO NÃO CIRCULANTE

6.1. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

O valor de R\$ 85.942 (R\$ 85.105 em 31 de dezembro de 2008) refere-se à Energia Vendida no Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A CEEE-GT e a CEEE-D, em 31 de dezembro de 2009 atualizaram os saldos registrados nas demonstrações financeiras e consideraram as prováveis perdas decorrentes do suprimento de energia livre, face ao término do prazo de cobrança da RTE, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos da legislação vigente, conforme demonstrado:

NÃO CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Saldo Inicial	85.105	83.765
Atualização	4.899	4.866
Recebimento	(10)	(233)
Perdas	(4.052)	(3.293)
Saldo Final	85.942	85.105

6.2. Depósitos Vinculados a Litígios

O valor de R\$ 21.966 (R\$ 21.071 em 31 de dezembro de 2008)) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide Nota Explicativa nº 7.9)

6.3. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Representam imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social, controladas na Parte "B" do LALUR, cuja dedutibilidade ocorrerá através dos pagamentos efetivos, ou da reversão dessas provisões:



Notas Explicativas
Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

a) Base de cálculo dos créditos fiscais diferidos

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096)	891.898	852.962
Provisão para Contingências Trabalhistas	531.532	465.578
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	181.412	161.331
Outras Provisões	2.917	2.736
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contri. Social	70.025	-
Base de Cálculo	1.677.784	1.482.607
Alíquota Aplicável (IR e CS)	34%	34%
Total do Crédito Fiscal a ser Diferido sobre Difer. Temporárias, Prejuízos Fiscais e Base Neg. da CS	570.447	504.087
Parc. não realiz. no período de 10 anos	(160.557)	(174.726)
Saldo Contábil	409.890	329.361

Com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 371 de 2002 a CEEE-GT reconheceu neste exercício de 2009 um incremento de R\$ 80.529 em seu ativo fiscal diferido referente a diferenças temporárias. A expectativa de realização deste ativo nos próximos 10 anos está a seguir demonstrada:

b) Estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos

	CONSOLIDADO	
	% de Realização	R\$
Exercício de 2009	10,89%	67.309
Exercício de 2010	10,19%	38.704
Exercício de 2011	10,23%	38.551
Exercício de 2012	10,11%	38.385
Exercício de 2013	10,01%	38.225
Exercício de 2014 a 2015	19,69%	75.964
Exercício de 2016 a 2018	28,88%	112.752
	100,00%	409.890

A estimativa de realização dos créditos fiscais foi definida de acordo com as projeções elaboradas pela Companhia, aprovadas pela Administração, tendo como principais premissas para a receita da Geração os contratos existentes em ambiente regulado e livre, além do aumento da capacidade de geração, assim como a recontração dos produtos existentes a preços maiores, no entanto, este estudo está sendo atualizado com o intuito de ajustar as premissas, considerando o impacto da crise do setor, bem como o prazo de concessão divulgado na nota explicativa 1.1., assim, somente após a sua conclusão, será possível mensurar os prováveis reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Para a receita da Transmissão foram considerados valores relativos a receita permitida sobre as subestações e linhas de transmissão existentes, mais a receita de conexões da transmissão com a distribuição e a geração. Também foi considerada a diminuição da receita pela implementação da Parcela Variável a partir de maio de 2008 (Resolução ANEEL nº 270/2007).

c) Créditos tributários sobre prejuízos fiscais a compensar e bases de cálculos negativas da contribuição social

Em 31 de dezembro de 2009, a Concessionária CEEE-GT apresentava saldo de prejuízos fiscais a compensar de R\$ 606.030 e base negativa de contribuição social de R\$ 101.883. Conforme a legislação vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

cada exercício. Estes valores não têm prazo de prescrição e os respectivos créditos fiscais, nos montantes de R\$ 151.507 e R\$ 9.169, respectivamente, não estão registrados contabilmente.

6.4. Outros Créditos a Receber

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Fornecedores - Contrato 1000- 1001/87	39.941	39.941
Quotas Subordinadas - FIDC (vide NE nº 8.2b)	42.075	22.425
Retenção Banco Máxima	3.000	-
Repasso de Arrecadação de Contas de Energia	27	-
Conta de Resultados a Compensar - CRC	3.441.075	-
Outros	3.704	3.459
	3.529.822	66.825

a) Fornecedores – Contratos 1000-1001/87

Referem-se aos Contratos 1000/87 (Consórcio Sulino) e 1001/87 (Consórcio Conesul) que tratam do fornecimento de equipamento e materiais para instalação de seis subestações, cujas obras civis e montagens foram de responsabilidade da CEEE-GT e a construção de cinco subestações com fornecimento de equipamentos em empreitada global na modalidade *turn-key*. Estes contratos estão sendo questionados através de uma ação cível pública cujo objeto é a declaração de nulidade dos referidos contratos e a devolução dos valores pagos a maior, encontrando-se atualmente na fase de cálculo pericial. O valor de R\$ 39.941 refere-se a notas vinculadas a estes contratos, cujos pagamentos foram suspensos à época em razão da ação judicial em andamento e está igualmente registrado no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 8.1.

b) Quotas Subordinadas – FIDC

O valor de R\$ 42.075 (R\$ 22.425 em 31 de dezembro de 2008) é referente à aquisição de Quotas do FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios cujo valor de mercado em dezembro de 2009 corresponde a R\$ 47.530

c) Retenção Banco Máxima

O valor de R\$ 3.000 refere-se à garantia do fiel e pontual cumprimento das obrigações relativas à captação de empréstimo junto ao Banco Máxima. Cujo valor tem vencimento para 02 de janeiro de 2016.

d) Repasse de Arrecadação de Contas de Energia

O valor de R\$ 27 encontra-se em discussão junto ao Banco Citibank S/A e refere-se à arrecadação de faturas de energia não repassadas a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

e) Conta de Resultados a Compensar

Em Março de 1993, as Concessionárias ingressaram com Ação Ordinária contra a União Federal pleiteando o reconhecimento da Conta de Resultados a Compensar – CRC, cuja decisão favorável as Concessionárias transitou em julgado no âmbito do Supremo Tribunal Federal em 31 de março de 2009, caracterizando um direito não passível de questionamento.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

Na referida decisão foi reconhecido o direito das Concessionárias registrarem como custo do serviço os valores relativos à complementação e suplementação de aposentadoria de seus empregados ex-autárquicos, com suas respectivas correções monetárias e juros moratórios dos exercícios de 1981 a 1993, para fins de ajustes na Conta de Resultados a Compensar – CRC e Reserva Nacional de Compensação e Remuneração – RENCOR.

A realização deste crédito será efetuada conforme o estabelecido na Lei Federal nº 8.631, de 4 de março de 1993, alterada pela Lei Federal nº 8.724, de 28 de outubro de 1993, ou seja, através da compensação de dívidas das Concessionárias com a União, e o saldo com a autorização do Tesouro Nacional para compensação com tributos e/ou abatimento da dívida do Estado do Rio Grande do Sul. Em virtude da desverticalização, a Lei Estadual nº 12.593/06 concedeu ao Poder Executivo a possibilidade de adquirir, pelo seu valor de face, a título oneroso, os direitos da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE ou das empresas resultantes da reestruturação de que trata esta Lei, que sejam provenientes dos saldos credores da Conta de Resultados a Compensar – CRC.

O processo de liquidação da sentença por artigos encontra-se em andamento na Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual de Porto Alegre aguardando publicação da decisão proferida em 03 de novembro de 2009.

Concomitantemente ao trâmite da ação de liquidação de sentença por artigos, foi contratado perito contábil para quantificar os valores na forma prevista na Lei nº 8.631/93 (com as alterações da Lei nº 8.724/93), conforme determina Acórdão do STJ. O trabalho pericial apresentado quantificou o crédito em favor da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT no montante de R\$ 1.376.430, correspondendo a 40% do valor, e o crédito em favor da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D no montante de R\$ 2.064.645, correspondendo a 60% do valor, totalizando R\$ 3.441.075 conforme definido na Proposta de Justificação de Cisão. (Vide notas explicativas nº 9.2., 9.3 e 13).

6.5. Bens e Direitos Destinados a Alienação

O valor de R\$ 3.145 (R\$ 3.257 em 31 de dezembro de 2008), refere-se ao valor de custo dos terrenos e edificações que se encontram sem utilização pela Companhia e que serão alienados.

6.6. Investimentos

a) Participações Societárias Permanentes

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2009	2008	2009	2008
Cia. Est. de Geração e Transm. de En. Elétr. - CEEEGT	1.301.441	286.608	-	-
Cia. Estadual de Distribuição de En. Elétr. - CEEED	1.277.003	16.394	-	-
Machadinho Energética SA- MAESA	-	-	23.533	23.458
Campos Nvos Energia SA- ENERCAN	-	-	44.775	37.085
Jaguari Energética SA	-	-	1.241	1.341
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai SA- ETAU	-	-	6.162	4.457
Companhia Energética Rio das Antas- CERAN	-	-	155.400	142.092
Investimentos Avaliados pela Equiv. Patrimonial	2.578.444	303.002	231.111	208.433
Centrais Elétricas SA- ELETROSUL	-	-	323	324
Foz do Chapecó	-	-	57.363	35.878
Transmissora Porto Alegrense Ltda	-	-	4	0
Outras Empresas	-	-	554	553
Investimentos Avaliados pelo Custo	-	-	58.244	36.755
	2.578.444	303.002	289.355	245.188



Notas Explicativas
Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

a.1) Controladora

Refere-se a participação da CEEE-Par na Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT e na Companhia de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, com o percentual de 65,92% no capital social de cada Controlada.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT é uma empresa de economia mista, responsável pelo serviço público de energia elétrica, integrada pelas áreas de Geração e Transmissão, originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - CEEE, concluído em novembro de 2006.

Já a Companhia de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D é uma empresa organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006 e foi constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2006 (Ata nº 170), que consignou, nos termos do artigo 229, § 2º, da Lei 6.404/76, tendo sido observadas todas as formalidades legais para tanto, a constituição formal da CEEE-D, a qual somente iniciou as atividades previstas no seu objeto social à partir do dia 1º de dezembro de 2006. Esta mesma AGE aprovou o tratamento das variações patrimoniais previstos na Proposta e Justificação de Cisão de que os resultados e as variações patrimoniais que sejam atribuídas à atividade de distribuição de energia elétrica entre o Balanço Base de Cisão (30 de setembro de 2006) e a data de 30 de novembro de 2006, foram registradas na CEEE-D.

	CONTROLADORA					
	2009			2008		
	CEEE-GT	CEEE-D	TOTAL	CEEE-GT	CEEE-D	TOTAL
Capital Social	588.447	23.703	-	588.447	23.703	-
Patrimônio Líquido	1.974.272	1.937.202	-	434.781	24.870	-
Lucro Líquido do Exercício	1.589.218	1.905.718	-	123.896	15.908	-
Percentual de Participação	65,92%	65,92%	-	65,92%	65,92%	-
Movimentação do Investimento:						
Saldo Inicial	286.608	16.394	303.002	200.992	10.535	211.527
Resultado da Equivalência Patrimonial	1.047.612	1.256.249	2.303.861	81.672	10.487	92.159
Ajuste de Exercícios Anteriores - Lei 11.638/07	-	-	-	3.944	(268)	3.676
Dividendos não Recebidos	-	4.360	4.360	-	-	-
Dividendos Parte Controladora	(32.779)	-	(32.779)	-	(4.360)	(4.360)
Total	1.301.441	1.277.003	2.578.444	286.608	16.394	303.002

a.2) Consolidado

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT nos seguintes investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

	2009					
	MAESA	ENERCAN	JAGUARI	ETAU	CERAN	TOTAL
Investidas						
Capital Social	339.808	368.787	17.680	34.895	470.875	
Patrimônio Líquido	353.452	687.334	11.822	61.619	518.000	
Lucro do Exercício	1.131	154.798	51	17.047	58.176	
Participação no Capital Social	6,66%	6,51%	10,50%	10,00%	30,00%	
Movimentação do Investimento						
Saldo em 31/12/08	23.458	37.085	1.341	4.457	142.092	208.433
Ajustes equivalência Patrimonial 2008 (*)	-	-	(104)	-	-	(104)
Resultado da Equivalência Patrimonial 2009	76	10.083	4	1.705	17.453	29.321
Dividendos	(1)	(2.393)	-	-	(4.145)	(6.539)
Saldo em 31/12/09	23.533	44.775	1.241	6.162	155.400	231.111



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

a.2.a) Machadinho Energética S/A – MAESA

Em julho de 1997 foi formalizado contrato de concessão entre o Empreendimento Machadinho, formado pela TRACTEBEL e Machadinho Energética S.A. – MAESA, e Poder Concedente para construção e exploração da UHE Machadinho com 1.140 MW de potência, cuja operação comercial iniciou em 2002.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT faz parte da MAESA, tendo aumentado sua participação societária em 2007 com a aquisição de parte das ações alienadas pela empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC.

Com esta aquisição, a participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na MAESA e por consequência no Empreendimento Machadinho passou a ser de 6,66% (5,86% anterior) e 5,53% (4,85% anterior) respectivamente, representando uma potência de 63 MW e energia garantida de 26,16 MW médios.

a.2.b) Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

Refere-se à participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S/A – ENERCAN, localizada no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no estado de Santa Catarina, conforme contrato de concessão nº 43/2000 com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A potência instalada corresponde a 880 MW, sendo que a 1ª unidade geradora passou a operar comercialmente em 03 de fevereiro de 2007, a 2ª em 17 de fevereiro de 2007 e a 3ª unidade entrou em operação em 09 de maio de 2007.

a.2.c) Jaguari Energética S/A

Refere-se a participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S/A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004 a participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria o capital próprio da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Também em agosto de 2004 foi firmado contrato de empréstimo entre Guascor Serviços Ltda e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, no valor de R\$ 1.857 para integralização do capital social da Empresa na investida. A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT pagará a devedora através dos dividendos que terá direito do resultado da Jaguari Energética S/A.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

a.2.d) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU

Em 18 de dezembro de 2002 a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU, firmou Contrato de Concessão 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à Linha de Transmissão Campos Novos, Lagoa Vermelha, Santa Marta 230 kV; a entrada em operação se deu em 17 de abril de 2005. A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT tem participação de 10% na ETAU, sendo que o capital social correspondente foi integralizado com a emissão de notas promissórias “pro soluto”, as quais



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

serão resgatadas mensalmente até a quitação de sua parcela no patrimônio do empreendimento, através do Contrato de Operação e Manutenção ETAU/CEEE-GT.

a.2.e) Companhia Energética Rio das Antas - CERAN

Refere-se a participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas - CERAN, para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada corresponderá a 360 MW. Em 29 de dezembro de 2004, entrou em operação comercial a primeira das duas turbinas da Usina Hidrelétrica Monte Claro e em 29 de novembro de 2006 a segunda turbina com potência total instalada de 59 MW. Na UHE Castro Alves entrou em operação a primeira turbina em 04 de março, a segunda em 02 de abril e a terceira em 06 de junho de 2008. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial de fornecimento de energia referente à primeira unidade geradora em 25/12/2008 e a segunda unidade geradora em 13/03/2009.

a.3) Investimentos Avaliados pelo Custo

a.3.a) Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação de 0,116% no Capital Social da ELETROSUL – Centrais Elétricas S.A.

a.3.b) Foz do Chapecó Energia S/A

Em 1º de março de 2007 a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a CPFL Geração de Energia S/A e a Chapecoense Geração S/A, assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S/A – FCE, sociedade por ações de propósito específico – SPE, com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S/A na concessão do UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S/A – FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL – 51%, CEEE-GT – 9% e Chapecoense – 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó no estado de Santa Catarina, e Alpestre no Rio Grande do Sul, corresponderá a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores, com previsão para o início da operação em agosto de 2010 para a 1ª unidade e março de 2011 para a última.

O BNDES aprovou financiamento para o empreendimento na ordem de R\$ 1,658 bilhão, cujo prazo de financiamento é de utilização e carência até 15 de setembro de 2011 e amortização em 192 meses. A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT assinou o contrato na condição de interveniente na operação do financiamento e aportou em dezembro de 2007, o montante de R\$ 5,9 milhões, o qual já foi repassado através de empréstimo do Banco Bradesco diretamente a Foz do Chapecó Energia S/A.

a.3.c) Transmissora Porto Alegreense Ltda

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a PROCABLE Energia e Telecomunicações constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada TPAE - Transmissora Porto Alegreense de Energia Ltda. que venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante a construção, a montagem, a operação e manutenção do empreendimento Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre as partes, a Concessionária seria responsável pela Operação e Manutenção do Empreendimento, pelas Licenças Ambientais, revisões, acompanhamento técnico e fiscalização da obra e a PROCABLE seria responsável pela preparação



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

do Projeto Básico e Executivo do Empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento. A Concessionária e a PROCABLE, em conjunto, seriam responsáveis pela estruturação e contratação do financiamento para implantação do Empreendimento.

Estima-se que ao final do Empreendimento o Capital Social deverá estar em torno de R\$ 17.500 e, considerando a estrutura de capital próprio na Transmissora Porto Alegrense de 35% (definida no Anexo VI do Contrato de Concessão com a ANEEL) e a sua participação de 20%, a Concessionária deverá realizar aportes de R\$ 3.500 mediante créditos que tem ou venha a ter com a TPAE.

b) Outros Investimentos

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Investimento Recursos Florestais e Ambientais	17.637	16.417
Bens e Direitos p/ Uso Futuro no Serv. Concedido e Bens de Renda	14.739	15.142
Empreendimento Dona Francisca	69.950	71.274
	<u>102.326</u>	<u>102.833</u>

b.1) Investimentos em Recursos Florestais e Ambientais

O valor de R\$ 17.637 (R\$ 16.417 em 31 de dezembro de 2008) contempla os investimentos no Centro Técnico de Aperfeiçoamento e Formação – CETAF, em Estação de Piscicultura onde são produzidos alevinos e peixes visando o repovoamento dos reservatórios da CEEE-GT de forma a manter um perfeito equilíbrio da fauna íctica existente e de Hortos de Proteção, normalmente localizados junto às usinas e no entorno de seus reservatórios, que visam à preservação das faixas ciliares, exigência legal dos órgãos ambientais e condição para obter as Licenças de Operação das Usinas da Empresa. Do total apresentado, R\$ 455 referem-se ao Centro Técnico de Aperfeiçoamento e Formação - CETAF o qual está vinculado a garantias ou penhoras em ações judiciais e parcelamento de impostos. Essas penhoras ou garantias referem-se principalmente ao PAES, conforme nota explicativa nº 6.8.a. e a ações trabalhistas e cíveis. A CEEE-D contempla os investimentos em hortos florestais de produção, usinas de preservação de madeira e viveiros de mudas nativas e exóticas. A Concessionária desenvolve a tecnologia aplicada, implementando florestas exóticas e estudando as suas ações e interações ecológicas no conjunto ambiental. A atividade de produção de madeira preservada compreende desde a colheita da semente do eucalipto até a fabricação e preservação dos postes utilizados nas redes elétricas. Os bens estão vinculados a garantias ou penhoras em ações judiciais e parcelamentos de impostos. Essas penhoras ou garantias referem-se, conforme nota explicativa nº 7.8, a ações trabalhistas e cíveis. Referidos bens não fazem parte da concessão e foram autorizados a serem vinculados a garantias pela ANEEL, conforme Ofício nº 835 SFF/ANEEL, de 26 de outubro de 2001.

b.2) Bens e Direitos para Uso Futuro no Serviço Concedido e Bens de Renda

O valor de R\$ 14.739 (R\$ 15.142 em 31 de dezembro de 2008) contempla os imóveis locados e os destinados à futura utilização pela Concessionária, no serviço concedido.

b.3) Empreendimento Dona Francisca

O saldo de R\$ 69.950 (R\$ 71.274 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao investimento no Empreendimento Dona Francisca realizado na fase de implantação da obra, representado pelo valor do terreno de propriedade da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica –



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

CEEE-GT, infra-estrutura de urbanização para sua viabilização, bem como as primeiras sondagens e fundações e outros gastos incorridos posteriormente, decorrentes principalmente de indenizações por desapropriação de áreas que foram alagadas. Através deste investimento a Concessionária obteve a participação sobre uma energia assegurada na Usina (80 MW médios) de 5% nos primeiros dez anos, 10% do décimo primeiro ao vigésimo ano e 15% a partir do vigésimo primeiro ano. A potência instalada da Usina é de 125 MW e a Concessionária comercializa a energia correspondente à sua participação. O direito de exploração hidrelétrica pertence à Concessionária, que é responsável pela operação da Usina, recebendo dos demais consorciados o reembolso dos custos pagos na proporção de suas participações no Empreendimento, amortizando o valor do investimento com o montante de energia elétrica recebido e comercializado.

6.7. Imobilizado e Intangíveis

a) Imobilizado

	CONSOLIDADO				2008
	2009			Valor Líquido	
	Txs Médias Anuais (%)	Custo	Depreciação Acumulada		Valor Líquido
Em Serviço					
Terrenos.....	0,00%	29.231	-	29.231	29.192
Barragens.....	2,40%	382.935	(346.940)	35.995	40.366
Edificações.....	4,00%	159.936	(128.222)	31.714	34.699
Máquinas e Equipamentos.....	3,50%	3.880.368	(2.094.662)	1.785.706	1.742.749
Veículos.....	20,00%	52.224	(36.743)	15.481	19.014
Móveis e Utensílios.....	10,00%	10.651	(8.934)	1.717	1.953
Subtotal em Serviço		4.515.345	(2.615.501)	1.899.844	1.867.973
Máquinas e Equipamentos		1.579	(433)	1.146	1.217
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.....		(105.348)	4.121	(101.227)	(79.271)
Total em Serviço		4.411.576	(2.611.813)	1.799.763	1.789.919
Em Curso					
Máquinas e Equipamentos.....		141.749	-	141.749	98.547
Material em Estoque.....		68.681	-	68.681	68.809
Imobilizado em Curso - Outros.....		68.147	-	68.147	38.752
Subtotal em Curso		278.577	-	278.577	206.108
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.....		(1.959)	-	(1.959)	(5.003)
Total em Curso		276.618	-	276.618	201.105
Total Imobilizado Líquido		4.688.194	(2.611.813)	2.076.381	1.991.024



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

b) Intangíveis

	CONSOLIDADO			2008	
	2009				
	Txs Médias Anuais (%)	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Faixas de Serviço.....	0,00%	29.262	-	29.262	27.542
Direito de Uso de Softwares.....	20,00%	3.727	(2.995)	732	869
Subtotal em Serviço		32.989	(2.995)	29.994	28.411
Em Curso					
Faixas de Serviço.....		7.336	-	7.336	8.208
Direito de Uso de Softwares.....		10.855	-	10.855	9.767
Subtotal em Curso		18.191	-	18.191	17.975
Total Intangível Líquido		51.180	(2.995)	48.185	46.386

c) Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

De acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.10 item 4, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e a Instrução CVM nº 193, de 11/07/1996, os encargos financeiros sobre capital de terceiros aplicados em immobilizações em curso foram apropriados no resultado e transferidos para o immobilizado em curso, conforme demonstrativo abaixo:

	Geração		Transmissão		Distribuição		Total	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Encargos Financeiros Contábil no Resultado.....	3461	4447	10151	13080	10173	5750	23785	23287
(-) Transf. para o Immobilizado em Curso.....	-	-	(10)	(39)	(95)	(88)	(95)	(75)
Efeito Líquido do Resultado	3461	4447	10141	13041	9222	5664	22824	22552

d) Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição, produção e transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Setor Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

e) Valor Recuperável dos Ativos

Os principais ativos tangíveis da Companhia são Redes de Distribuição, Linhas de Transmissão de 69Kv e 138Kv e Subestações.

A partir de 2008, esses ativos são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.

As revisões são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais a Companhia conseguir atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
- As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a concessionária devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

Embora não tenha encontrado indicativos de que seus ativos não sejam recuperáveis, a Concessionária mensurou valor recuperável desses ativos, considerando o disposto no item 21 do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos, e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.

f) Seguros

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram aqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará na possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. A Concessionária considerou como ativo sem cobertura de seguro aqueles em que, na ocorrência de sinistro, não comprometem a confiabilidade operacional e produtiva.

Um novo processo de licitação foi executado em dezembro de 2009 sendo a empresa TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A, vencedora.

Atualmente, o processo encontra-se na fase final de contratação.

g) Possíveis Perdas de Ativos

No dia 20 de dezembro de 2009, um incêndio atingiu o prédio da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D onde estava instalada a Gerência Regional Metropolitana. As causas do acidente ainda não foram identificadas, já que os trabalhos da perícia estão em andamento. Para avaliar os danos à estrutura do edifício encontra-se em fase de contratação empresa de engenharia. O prédio da Gerência Regional Metropolitana foi vertido à Concessionária em 2006, quando da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, mas sua capitalização data de 1973 e está totalmente depreciado. Um inventário de todos os bens que não foram atingidos pelo incêndio está sendo realizado, pois somente após este procedimento poderá ser realizado a baixa contábil dos equipamentos, móveis e utensílios danificados.

6.8. Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante a Resolução nº 223, de 29 de abril de 2003, e suas posteriores alterações, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público e distribuição de energia elétrica.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase àqueles com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos as novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3kV) e com carga instalada de até 50 kW.

Em 22 de setembro de 2005, por intermédio do Despacho nº 1.276, a ANEEL encaminhou à CEEE a Nota Técnica nº 092/2005-SRC/ANEEL, aprovando de forma condicional o Plano de Universalização referente ao período 2005-2006, solicitando o seguinte ajuste:

- Que o “Plano seja revisado de modo a atender também as diretrizes da nova Resolução da ANEEL que estabelecerá as condições dos Planos de Universalização de energia elétrica, visando à antecipação de metas em face dos objetivos definidos nos Termos de Compromisso firmados com o Ministério de Minas e Energia – MME, no âmbito do Programa Luz para Todos.”

Em 29 de dezembro de 2005 foi remetido à ANEEL o Plano de Universalização de energia elétrica 2005-2006, revisado, contemplando os ajustes solicitados na Nota Técnica 092/SRC/ANEEL e determinações da Resolução ANEEL nº 175 de 28 de novembro de 2005.

Em 25 de abril de 2008, o Decreto nº 6.442 alterou o prazo de execução do Programa Luz para Todos para 2010, tendo a ANEEL, em maio de 2009, publicada a Resolução Normativa nº 365, alterando a RN 175, estabelecendo as condições para a revisão dos Planos de Universalização.

Em 28 de agosto de 2009 foi protocolado na ANEEL o Plano de Universalização da CEEE-D, contemplando as metas para os anos de 2009 e 2010, cuja análise foi tratada através da Nota Técnica nº 0312009 – SRC/ANEEL, de 11 de novembro de 2009.

De janeiro de 2006 a dezembro de 2008 foram realizadas um total de 145.805 novas ligações, sendo 119.444 em áreas urbanas e 26.361 em áreas rurais.

No ano de 2009 foram realizadas um total de 37.203 novas ligações, sendo 31.555 em áreas urbanas e 5.648 em áreas rurais.

6.8. a) Programa Luz para Todos

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Programa Luz para Todos - PLT), no âmbito do Programa de Universalização, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Em maio de 2004 foi firmado Termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia - MME), o Estado do Rio Grande do Sul e a CEEE com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa Luz para Todos, na área de concessão da Empresa, propiciando o atendimento de 15.000 novos consumidores no meio rural no período 2004-2006.

Tendo em vista o enorme incremento na demanda de cadastros de interessados à inclusão no Programa Luz para Todos, o PLT, através do Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, foi prorrogado até 2010, em nível nacional.

Na CEEE-D não foi diferente, passou-se das 15.000 ligações previstas originalmente para 27.000 cadastros ao final de 2008, número que tem se mantido, em que pese às inclusões e exclusões havidas desde então.

O novo Termo de Compromisso entre o MME, O Estado do Rio Grande do Sul e a Concessionária, com a interveniência da ANEEL e ELETROBRÁS, consubstanciando as metas e fontes para os



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

exercícios de 2009 e 2010, já foi assinado pela Concessionária e Governo do Estado, ainda em 2009, estando em tramitação final, nas outras instâncias.

Desta forma, o Programa PLT, na Concessionária, foi prorrogado pela ANEEL, até o final do ano de 2010. A Resolução Normativa ANEEL nº 365, de maio de 2009, contempla as metas da CEEE-D, previstas para 2009 e 2010, perfazendo um total de 4.500 novas ligações para o ano de 2009 e 3.821 para o ano de 2010.

Até o momento a Concessionária firmou com a ELETROBRÁS os contratos ECFS 028/2004, 151/2006, 199/2007 e 253/2009, além de quatro contratos das chamadas obras pioneiras e que foram celebrados ainda em 2004. O total destes contratos é da ordem de R\$ 153,6 milhões, objetivando o suporte a 24.024 ligações, sob à égide do PLT.

Os Contratos ECFS 028/ 2004 e ECFS 151/2006 já foram encerrados, tendo no exercício de 2009 sido concluídas as ligações previstas no Contrato ECFS 199/2007 e iniciadas as ligações referentes ao Contrato ECFS 253/2009.

Em setembro de 2008 a Concessionária celebrou com o Governo do Estado o Convênio FPE 1387, relativo à sua participação no Programa Luz para Todos, tendo em dezembro de 2008 aportado os recursos da ordem de R\$ 2,52 milhões. A parcela de responsabilidade da CEEE-D neste Convênio é de R\$ 0,44 milhões, estando previstas 535 novas ligações na área rural da Companhia.

Em dezembro de 2009 a Concessionária celebrou com o Governo do Estado o Convênio FPE 295/2009, que prevê o repasse de R\$ 5,0 milhões em 2010 através de crédito fiscal presumido de ICMS, compensáveis em quatro parcelas. Este Convênio irá beneficiar 250 novas ligações, além de obras de melhoria, objetivando a ligação de agro-indústrias e centros comunitários de produção.

Assim, o total de Contratos com a ELETROBRÁS e Convênios com o Estado, perfaz o montante de R\$ 162,4 milhões, tendo por meta 24.809 novas ligações na área rural da área de concessão da Concessionária.

Sob a égide destes instrumentos 20.624 ligações já foram efetuadas, até o final de 2009, representando um investimento que supera os R\$ 117 milhões. Deste montante, até o final de 2009, houve o ingresso efetivo de R\$ 59,2 milhões, sendo o restante investido com recursos próprios da Concessionária.

No ano de 2009, 4.144 novas unidades consumidoras foram ligadas sob à égide do Programa Luz para Todos.

Considerando-se os Contratos e Convênios celebrados, no total de R\$ 162,4 milhões, até R\$ 58,2 milhões serão recursos subvencionados, até R\$ 79,8 milhões constituirão recursos financiados e R\$ 24,4 serão recursos próprios da CEEE-D. Desta forma, a Concessionária irá participar, efetivamente, com 62,6 % dos investimentos necessários ao Programa Luz para Todos.

Os valores recebidos a título de subvenção estão registrados como Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os contratos da Concessionária com o Programa Luz para Todos compõe-se de:



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

CONTRATOS (1)	Obras	1º Tranche	2º Tranche	3º Tranche	4º Tranche	Convênio SENIFRA	Convênio SENIFRA	
DATA DE ASSINATURA	Pioneiras	ECFS 028/2004	ECFS 151/2006	ECFS 199/2007	ECFS 253/2009	FPE - 1387/2008	FPE - 295/2009	Total
	28/06/04	03/06/04	17/05/06	28/01/08	30/01/09	08/09/08	15/12/09	
Parcela Subvencionada (Eletrobrás/CDE)	1.354	10.833	28.037	5.338	5.148	-	-	50.709
Parcela Financiada (Eletrobrás/RGR)	-	3.250	8.411	34.687	33.462	-	-	79.811
Parcela Estado RS	-	-	-	-	-	2.518	5.004	7.522
Parcela CEEE (C)	239	2.485	6.432	7.063	6.814	444	883	24.360
Total Programa (A)	1.593	16.569	42.880	47.087	45.424	2.962	5.887	162.403
	Obras	1º Tranche	2º Tranche	3º Tranche	4º Tranche	Convênio SENIFRA	Convênio SENIFRA	
#INGRESSOS DE RECURSOS (1)	Pioneiras	ECFS 028/2004	ECFS 151/2006	ECFS 199/2007	ECFS 253/2009	FPE - 1387/2008	FPE - 295/2009	Total
Eletrobrás (CDE)	622	8.878	25.011	1.601	-	-	-	36.112
Eletrobrás (RGR)	-	2.664	7.503	10.406	-	-	-	20.574
Estado RS	-	-	-	-	-	2.518	-	2.518
Ingresso Realizado (B)	622	11.543	32.514	12.007	-	2.518	-	59.204
	Obras	1º Tranche	2º Tranche	3º Tranche	4º Tranche	Convênio SENIFRA	Convênio SENIFRA	
GASTOS INCORRIDOS (1)	Pioneiras	ECFS 028/2004	ECFS 151/2006	ECFS 199/2007	ECFS 253/2009	FPE - 1387/2008	FPE - 295/2009	Total
Gastos Incorridos (CDE, RGR, Estado RS)	1.089	14.083	38.448	37.789	6.392	2.014	-	97.816
Contrapartida	192	2.732	8.201	6.669	1.128	302	-	19.224
Total Gastos	1.281	16.815	44.649	44.458	7.521	2.316	-	117.040
	Obras	1º Tranche	2º Tranche	3º Tranche	4º Tranche	Convênio SENIFRA	Convênio SENIFRA	
BALANÇO (1)	Pioneiras	ECFS 028/2004	ECFS 151/2006	ECFS 199/2007	ECFS 253/2009	FPE - 1387/2008	FPE - 295/2009	Total
Total a receber do Programa (A-C)	1.354	14.083	38.448	40.024	38.611	2.518	5.004	138.042
Ingressos realizados (B)	622	11.543	32.514	12.007	-	2.518	-	59.204
Ajuste Encerramento Crédito	(733)	(2.541)	(3.934)	(2.234)	-	-	-	(9.441)
Ingressos à realizar	-	-	(0)	25.782	38.611	0	5.004	69.397

7. PASSIVO CIRCULANTE

7.1. Fornecedores

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Encargos de Uso da Rede	27.680	27.996
Energia Elétrica Comprada para Revenda	91.345	112.890
Materiais e Serviços	37.387	60.816
Retenção Contratual	18.948	18.931
	175.360	220.633

7.2. Folha de Pagamento - Consignações

O valor de R\$ 22.853 (R\$ 19.175 em 31 de dezembro de 2008) no Consolidado refere-se a consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe como AFCEEE, SENERGISUL, ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.



Notas Explicativas
Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

7.3. Tributos e Contribuições Sociais

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	16.486	15.399
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	7.241	4.732
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - CCFINS	12.657	20.971
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS/ PASEP	2.751	2.901
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	2.969	2.076
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	2.721	7.212
Outros	1.608	1.207
	46.443	54.498

7.4. Plano de Benefícios Previdenciais Complementares

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	15.757	15.809
Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE	7.051	7.620
Fundação ELETROCEEE Contr. 1254 Benef. Empreg.	27.537	30.480
Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA.....	121.603	114.540
	171.948	168.449

NÃO CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	3.357	5.941
Fundação ELETROCEEE Contr. 1254 Benef. Empreg.	208.818	226.902
Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56	770.295	738.422
Ajuste Deliberação CVM 371 - Planos de Benefícios - CEEEPREV e PLANO ÚNICO - EXA..	-	(5.100)
	982.470	966.165

a) Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, as Concessionárias são responsáveis pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a CEEE-GT e a CEEE-D provisionaram os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

b) Contribuição Patrocinadora – ELETROCEEE

A Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE refere-se às contribuições mensais da Patrocinadora relativas aos Planos de Benefícios denominados Plano Único e CEEEPREV e a Parcela de Reserva



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

Amortizar CEEEPREV.

b.1) Plano de Benefício Definido

Trata-se de compromissos junto à Fundação ELETROCEEE do Plano de Benefício Definido denominado Plano Único.

b.2) Plano de Benefício de Contribuição Definida

O Plano CEEEPREV foi implantado em outubro de 2002 com a migração de 59% dos empregados participantes do Plano Único, tendo sido aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 08 de agosto de 2002. Para os participantes que migraram do Plano Único para o Plano CEEEPREV foram preservados os benefícios com direitos já acumulados no plano de origem de forma saldada.

c) Fundação ELETROCEEE Contrato 1254 – Benefícios aos Empregados

No total da obrigação atuarial está contemplado o montante do contrato com a ELETROCEEE nº SF 1254/95, referente ao contrato de confissão de dívida por contribuições não pagas, cuja renegociação foi efetuada em agosto 2003 de acordo com seu quinto termo aditivo cuja carência foi até dezembro 2004, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações de principal a partir de janeiro 2005, sendo seu término previsto para 31 de julho de 2018.

d) Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos–Lei Estadual 3.096/56

Esta provisão refere-se ao compromisso das Concessionárias com empregados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela CEEE-GT e CEEE-D, por força da Lei Estadual nº 4.136/61, registrado conforme cálculo atuarial.

7.4.1 Política Contábil Adotada pela Patrocinadora no Reconhecimento de Ganhos e Perdas Atuariais

- Plano de Benefício denominado Plano Único, Compromissos Previdenciais CTP e Ex-Autárquicos – O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, conforme item 53 da Deliberação CVM 371/00.
- Plano de Benefício denominado CEEEPREV – Neste plano, o risco atuarial (benefícios menores que o esperado) e o risco de investimentos (ativos investidos e rendimento desses ativos serem insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são dos participantes do plano.
- A contabilização dos custos normais do CEEEPREV, pela Concessionária é determinada pelos valores das contribuições de cada período ocorrido efetivamente, não existindo, assim, ganho ou perda atuarial. Dessa forma o reconhecimento é efetuado com base nas contribuições efetivamente realizadas no exercício.
- Com relação ao custo do serviço passado, esse é reconhecido pelo método de linha reta, despesa, pelo período de amortização da Provisão a Constituir junto ao Plano CEEEPREV. Quanto ao reconhecimento do ganho ou perda atuarial com relação a esse compromisso de serviço passado, esse(a) será totalmente reconhecido(a) no exercício.

7.4.2. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, como também as hipóteses e premissas atuariais adotadas pelos atuários independentes nos cálculos se encontram nas notas explicativas das respectivas empresas controladas.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

7.5. Passivo Regulatório

Os saldos compõem-se de:

	2009	2008
Energia Elétr. Comprada e Transporte ITAIPU	-	277
Quota ESS e Quota CDE	-	2.769
PROINFA	-	1.264
CVA - 16/09/06 a 15/09/07 em compensação	-	4.310
Energia Elétrica Comprada	218	17.576
CVA - 16/09/07 a 15/09/08 em compensação	218	17.576
Energia Elétrica Comprada	5.039	9.243
Quota CCC	-	4.287
CVA - 16/09/08 a 25/09/2009 em compensação	5.039	13.530
Energia Elétrica Comprada	9.713	-
Quota ESS e Transporte Itaipu	6.489	390
Quota CCC	3.479	-
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	1.749	-
PROINFA	1.140	-
CVA - 16/09/08 a 31/12/2009 a recuperar no IRT 2010	22.570	390
Subtotal - Itens da Parcela A	27.827	35.806
Majoração de alíquotas PIS / COFINS	-	5.733
Programa Luz p/ Todos - Res. Hom. 715/2008	-	997
Sobrecontratação e Expos. Submercados	-	5.147
Ajuste Revisão Tarifária 2008 - Nota Técnica 347/2009	12.773	-
Exposição Submercados - Nota Técnica 347/2009	1.838	-
Parcela Ajuste Fronteira - Nota Técnica 347/2009	3.698	-
Subsídio TUSD - Nota Técnica 347/2009	53	-
Subsídio Cooperativas - Nota Técnica 347/2009	441	-
Subsídio Baixa Renda - Nota Técnica 347/2009	675	-
Parcela de Ajuste - Res. Hom. 670/2008 (*)	-	14.428
Parcela de Ajuste - Res. Hom. 843/2009 (*)	8.778	-
Total	56.083	62.111

7.6. Obrigações Estimadas

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Provisão p/ Férias, 13º Sal., Gratificações e Encargos	35.302	31.251
Retenção de Remuneração	-	908
Prêmio Assiduidade	483	413
	35.785	32.572



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

7.7. Encargos do Consumidor a Recolher (RGR/CCC/CDE)

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Reserva Global de Reversão - RGR	2.945	13.190
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	3.528	21.694
Conta de Desenvolvimento Energético- Quota CDE.....	8.180	7.232
	14.653	42.116

a) Reserva Global de Reversão - RGR

Foi criada através da lei n.º 8.631, de 04 de março de 1993, com a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. O valor refere-se à parcela mensal do exercício de 2009.

b) Conta de Consumo de Combustíveis – CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis - CCC foi criada para subsidiar a geração de energia elétrica com o uso de combustíveis fósseis, disciplina o rateio dos custos de aquisição desses combustíveis entre todas as concessionárias ou autorizadas do país, para garantir os recursos financeiros ao suprimento de energia elétrica a consumidores de localidades isoladas do sistema de geração e distribuição, bem como da geração termelétrica que atende, principalmente, a demanda de ponta dos sistemas interligados, com tarifas uniformizadas.

c) Conta de Desenvolvimento Energético – Quotas da CDE

Através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no artigo 13 foi criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo seus recursos observar as vinculações e limites previstos em Lei.

7.8. Encargos Parcelados

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Parcelamento Especial - PAES	16.268	9.537
Parcelamento Previdenciário	1.317	331
	17.585	9.868

NÃO CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2007
Parcelamento Especial - PAES	45.504	33.376
Parcelamento Previdenciário	14.937	1.173
	60.441	34.549



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

a) Parcelamento de Débitos Fiscais – Lei 11.941/09

A CEEE-GT efetuou em 20/11/2009 pedido de parcelamento de débitos fiscais junto a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei nº. 11.941, de 27 de maio de 2009 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 06, de 22 de julho de 2009.

Os débitos se relacionam ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, bem como a obrigações fiscais junto ao INSS.

No tocante ao PAES, parcelamento especial instituído pela Lei Nº 10.684, de 31 de maio de 2003, a CEEE-GT realizou a migração de seu saldo remanescente junto ao ente fazendário, para quitá-lo consoante os critérios da Lei 11.941/09. Ainda, no que tange a diferença de saldo oriunda do PAES, até então apresentada entre o sistema de consulta da RFB/PGFN e o contabilizado nas demonstrações financeiras, a companhia, em face da adesão ao novo diploma legal, reconhece, neste momento, o saldo vigente do órgão fazendário.

A Concessionária vem efetuando o pagamento das parcelas mínimas disciplinadas na Lei 11.941/09, já obtendo o deferimento de seu requerimento de adesão. Os débitos parcelados ainda não se encontram consolidados por parte dos órgãos competentes, fato que deverá se realizar ao longo do exercício de 2010.

O total da dívida objeto do parcelamento monta R\$ 78.199, já contemplando o reparcelamento do PAES, bem como os descontos de multa e juros oferecidos ao contribuinte pela Lei 11.941/09 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 06/09. Deste montante, R\$ 36.906, referem-se à multa e juros, os quais serão liquidados com a utilização de prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas da contribuição social, o saldo restante será quitado em 180 meses com atualização pela Taxa Selic.

b) Parcelamento Previdenciário

Refere-se ao parcelamento proveniente do Auto de Infração nº 35.572.001-9. A Concessionária foi autuada em 25 de agosto de 2005 por deixar de declarar em GFIP dados relativos ao pagamento de reclamatórias trabalhistas. Após julgado improcedente o recurso promovido pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, restou devido R\$ 2.186 sendo que deste valor foi compensado o depósito recursal anteriormente efetuado no montante de R\$ 656. O saldo remanescente de R\$ 1.530 foi parcelado em 60 vezes que vem sendo quitado na proporção de seu vencimento.

7.9. Provisão para Contingências

As provisões e contas a pagar reconhecidas para contingências passivas, liquidas dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Provisão para Contingências Trabalhistas	144.674	88.747
Contas a Pagar Contingências Trabalhistas	-	42.060
Provisão para Contingências Cíveis	73.217	54.231
	<u>217.891</u>	<u>185.038</u>

NÃO CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Provisão para Contingências Trabalhistas	386.858	376.831
Contas a Pagar Contingências Trabalhistas	-	36.371
Provisão para Contingências Cíveis	105.802	101.913
Contas a Pagar Contingências Cíveis	6.781	25.633
Provisão para Contingências Fiscais	2.393	5.187
(-) Depósitos Judiciais - Contingências Trab. e Cíveis	(153.227)	(142.827)
	<u>348.607</u>	<u>403.108</u>



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

CONTINGÊNCIAS CONSOLIDADO

	TRABALHISTAS	CÍVEIS	FISCAIS	TOTAL
Saldo Inicial Janeiro/2009	544.009	181.777	5.187	730.973
(+) Novos Ingressos	95.519	57.087	2.335	154.941
(-) Pagamentos	(97.388)	(30.272)	-	(127.660)
(-) Montantes Revertidos	(79.461)	(44.888)	(5.129)	(129.478)
(+) Atualização Monetária	68.852	22.097	-	90.949
(-) Depósitos Judiciais	(91.929)	(21.753)	-	(113.682)
(-) Atualização de Depósitos Judiciais	(31.406)	(8.139)	-	(39.545)
(=) Saldo Final Dezembro/2009	408.196	155.909	2.393	566.498

a) Provisão para Contingências Trabalhistas

As Concessionárias vêm permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi feita uma análise criteriosa das chances de êxito das Concessionárias envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra as Concessionárias referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, FGTS, correto enquadramento e prêmio assiduidade.

b) Provisão para Contingências Cíveis

As Concessionárias estão sendo citadas em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra as Concessionárias referem-se à danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

c) Provisão para Contingências Fiscais

O montante refere-se, principalmente, ao valor de PIS/PASEP, provisionado para fazer frente a auto de infração lavrado por suposto aproveitamento de crédito indevido, no qual o contribuinte busca defesa por meio de recurso voluntário, interposto na esfera administrativa, classificado como perda provável.

O Grupo CEEE obteve êxito da ação judicial de Compensação Créditos Derivados Demanda FUNRURAL, Processo CEEE nº 3252/98 em 06 de abril de 2006, obtendo o direito de suspender todos os recolhimentos efetivados a título da contribuição previdenciária destinada ao FUNRURAL até 1º de setembro de 1989, data em que a Lei nº 7.789/89 passou a vigorar, tornando a referida contribuição legalizada. Desta forma, os valores recolhidos até esta data serão compensados, devidamente atualizados, mediante compensação com parcelas vincendas ao INSS, observando-se o limite passível de compensação mensal que é de 30% do valor a ser recolhido em cada competência.

O valor total pleiteado pelo Grupo CEEE, é da ordem de R\$ 135.000, entretanto tendo em vista a falta de clareza quanto ao que está expresso na decisão do acórdão, foi contabilizado o valor de R\$ 10.812 para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e R\$ 7.420 para



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, referente ao período de setembro de 1989 a junho de 1991, haja vista que neste período a legislação deixava claro que o percentual de 2,4% do FUNRURAL está inserido no total do INSS.

Até dezembro de 2007 as Concessionárias compensaram no consolidado o montante de R\$ 18.232 não havendo mais saldo remanescente a compensar.

Ambas concessionárias receberam Notificação de Lançamento de Débito do INSS referente a valores do FUNRURAL, em dezembro de 2007, segundo parecer das respectivas áreas jurídicas o desfecho negativo para as Empresas é considerado como possível.

No que tange ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS a Concessionária possui contingentes administrativos que se relacionam, em síntese, a um eventual recolhimento a menor do referido tributo. De acordo com parecer jurídico a causa de desfecho negativo destas demandas é considerada possível.

7.10. Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Recursos PEE	11.102	37.726
Recursos P&D	25.234	16.027
Recursos FNDCT	1.052	8.106
Recursos MME	525	4.053
	<u>37.913</u>	<u>65.912</u>

NÃO CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Recursos PEE	38.364	-
Recursos P&D	24.499	25.933
	<u>62.863</u>	<u>25.933</u>

O PEE e o P&D são programas de investimentos, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações da unidade consumidora.

Aos programas de Eficiência Energética - PEE e de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, a Concessionária destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Para o Consolidado, tem-se a seguinte composição dos saldos passivos dos respectivos programas:



Notas Explicativas
Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

CIRCULANTE

	PEE		P&D		FNDCT		MME	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Ano 2009	-	-	-	-	-	8.106	-	4.053
Ano 2010	-	-	-	-	1.052	-	525	-
A aplicar	10.871	29.625	18.225	15.867	-	-	-	-
Atualização Monetária	231	8.101	7.009	160	-	-	-	-
	11.102	37.726	25.234	16.027	1.052	8.106	525	4.053

NÃO CIRCULANTE

	PEE		P&D	
	2009	2008	2009	2008
A aplicar	27.194	-	20.204	18.315
Atualização Monetária do Saldo Pendente	11.170	-	4.295	7.618
	38.364	-	24.499	25.933

7.11. Outros Passivos

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE

	2009	2008
	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
Energia de Curto Prazo - CCEE	10.101	25.131
Encargo de Capacidade Emergencial	1.628	1.971
Contribuição p/ Custeio Serv. Iluminação Pública	3.878	3.504
Programa de Participação nos Resultados	7.890	7.741
Autos de Infração	20.660	4.481
Comp. Financeira Utilização de Recursos Hídricos	4.592	3.757
Obrigações com Empreendimentos	33.038	33.038
Obrigações com Obras da Transmissão	17.737	16.083
Obrigações com Cédulas/Contratadas	2.505	5.827
Consumidores	9.291	9.825
Acordo Judicial	4.200	-
Outros Credores	11.836	9.075
	127.366	120.433

a) Autos de Infração

O valor de R\$ 20.660 (R\$ 4.481 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao Auto de Infração nº 04/2005 que tem por objeto a aplicação de penalidade à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D quanto aos pedidos de ressarcimento de danos em equipamentos elétricos causados por perturbação no sistema elétrico, bem como a multa pelo descumprimento, por parte da Concessionária, das metas dos indicadores de continuidade DEC e FEC (2003 a 2005), a qual será paga em 12 parcelas cujo pagamento iniciou em novembro de 2009.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

b) Obrigações com Empreendimentos

O valor de R\$ 33.038 (R\$ 33.038 em 31 de dezembro de 2008) decorre da liquidação da Usina Termelétrica S.A – TERMOGAÚCHA, valor este objeto de contestação pela Concessionária no Poder Judiciário.

c) Obrigações Coligadas/Controladas

O valor de R\$ 2.505 (R\$ 5.827 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao saldo a vencer do arrendamento da UHE Machadinho. As obrigações referentes ao contrato de mútuo celebrado entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU, que tinha a finalidade custear a realização do empreendimento, foram quitadas em junho de 2009.

d) Consumidores

O valor de R\$ 9.291 (R\$ 9.825 em 31 de dezembro de 2008) refere-se aos créditos que o consumidor tem a receber devido a pagamento em duplicidade ou faturamento a maior.

e) Acordo Judicial

O valor de R\$ 4.200 refere-se a acordo judicial celebrado entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica- CEEE-D e a Ivaí Engenharia de Obras S/A relativo à indenização por perdas e danos causados pela Concessionária.

8. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

8.1. Outros Passivos

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Fornecedores - Contratos 1000-1001/87	39.941	39.941
Provisão Prêmio Assiduidade	2.780	2.736
Autos de Infração	19.500	12.637
Outras	7.838	6.360
	70.059	61.674

a) Autos de Infração

Do valor de R\$ 19.500, R\$ 8.549 refere-se à provisão da multa apagão, R\$ 5.342 pelo não cumprimento dos prazos e ao descumprimento do Contrato de Concessão 055/2001 estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e R\$ 5.609 refere-se ao Auto de Infração nº 02/2008 pelo descumprimento, por parte da Concessionária, das metas dos indicadores de continuidade DEC e FEC (2006).



Notas Explicativas
Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

8.2. Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas

Os saldos compõem-se de:

CREDOR	BASE DO CONTRATO					2009				2008				
	INDEXADOR	Percentual Médio dos Encargos Fixos a.a.	PRESTAÇÃO	VENCIMENTO		PRAZOS DE VENCIMENTOS			PRAZOS DE VENCIMENTOS					
				GARANZIA	Início	Término	PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL
							CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		
MOEDA NACIONAL														
ELETOBRÁS	UFIR	5% a 6,5%	T	19.09.90	15.02.17	03	1.580	5.581	72	7.233	1.600	7.161	88	8.849
ELETOBRÁS	TJLP	4%	M	19.03.98	30.05.10	03	10.179	-	-	10.179	22.747	10.165	-	32.932
ELETOBRÁS	MÉDIA TX.FINEI	5% a 6,5%	M	27.12.95	30.08.10	03	482	-	-	482	726	484	-	1.210
ELETOBRÁS	RGR	5% a 7%	M	13.03.00	30.04.19	03	4.353	31.773	-	36.126	5.790	22.154	-	27.944
ELETOBRÁS	TJLP	4%	M	30.11.06	30.05.10	01	7.932	-	-	7.932	17.725	7.937	-	25.662
ELETOBRÁS	RGR	5% a 7,5%	M	30.11.06	30.07.20	01	2.054	18.847	-	20.901	671	15.892	-	16.563
ELETOBRÁS	INPC	9%	M	11.10.01	31.05.13	03	5.703	14.773	-	20.476	5.195	19.557	174	24.926
BANCO DO BRASIL - LEASING	CDI	4%	M	30.11.06	01.12.11	01	1.054	976	1	2.031	975	1.789	1	2.765
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC I	CDI	1,5%	M	24.02.06	08.03.10	05	11.829	-	-	11.829	45.286	7.744	-	53.030
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC II	CDI	1%	M	03.01.07	10.01.12	02	30.410	27.845	-	58.055	27.879	50.584	-	78.463
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC III	CDI	1,85%	M	21.12.07	08.12.13	05	35.712	80.531	-	116.243	36.939	97.795	-	134.734
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC IV	IPCA	9,88%	M	08.07.09	15.07.15	02	25.201	102.945	-	128.146	-	-	-	-
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC V	CDI	0,95%+CDI ou 109% do CDI	M	11.03.09	28.08.15	05	28.093	170.323	-	198.416	-	-	-	-
BANCO DO BRASIL - LEASING	CDI	4%	M	30.06.06	01.05.12	03	4.625	5.736	6	10.367	4.272	9.175	8	13.455
BANCO MÁXIMA	IPCA	9,55%	M	30.12.09	25.12.15	02	1.968	118.032	-	120.000	-	-	-	-
SANTANDER	CDUCETIP	1,79%	M	11.12.07	11.12.11	03	7.500	7.500	-	15.000	7.500	15.000	-	22.500
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CDUCETIP	1,45%	M	16.05.08	16.05.11	03	20.000	8.333	-	28.333	20.000	28.333	-	48.333
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CDI	3,41%	M	30.07.09	30.07.16	02	6.667	73.333	-	80.000	-	-	-	-
CONSUMIDORES	-	-	-	-	-	-	3.266	68	-	3.334	5.298	874	-	6.172
TOTAL MOEDA NACIONAL							208.808	666.396	79	875.083	202.603	294.664	271	497.538
MOEDA ESTRANGEIRA														
ELETOBRÁS	US\$	5% a 6,5%	S	27.07.87	01.01.11	03	271	-	-	271	215	364	-	579
B.BRASIL - LEI 7976	US\$	LIBOR + 2,81%	M	31.12.90	31.12.09	01/02	-	-	-	-	6.799	-	-	6.799
GOV. FED. BCOS. PRIV. - DMLP	US\$	5%	S	15.08.97	15.04.24	01/02	6.479	76.868	885	84.242	9.903	111.714	1.419	123.036
BRAZILIAN I. BOND - BIB	US\$	6%	S	19.09.97	15.09.13	01/02	756	2.268	55	3.079	1.014	4.054	93	5.161
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA							7.506	79.136	950	87.592	17.931	116.132	1.512	135.575
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA							216.114	745.532	1.029	962.675	220.534	410.796	1.783	633.113
CAUÇÕES E DEP. VINCULADOS - DMLP	US\$						-	(31.708)	-	(31.708)	-	(49.560)	-	(49.560)
TOTAL LÍQUIDO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS							216.114	713.824	1.029	930.967	220.534	361.236	1.783	583.553

01 - Autorização Contratual para Acesso em Conta Corrente
02 - Fundo de Participação do Estado
03 - Procuração para Acesso em Conta Corrente
04 - Percentual da Tarifa de Fornecimento de Energia
05 - Percentual de Recebíveis da Geração e Transmissão

M - MENSAL
T - TRIMESTRAL
S - SEMESTRAL



Notas Explicativas
Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

8.2. Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas (continuação)

As parcelas de Longo Prazo dos empréstimos e financiamentos do Consolidado vencem como segue:

	PRINCIPAL	
	2009	2008
2010	-	87.942
2011	55.340	99.988
2012	175.891	50.704
2013	170.572	43.633
2014	140.067	2.945
2015	103.056	14.516
Após 2015	100.606	111.068
	745.532	410.796

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida do Consolidado por Moeda/Indexador:

	MOEDA	
	2009	2008
Dólar US\$	10,61%	28,27%
UFIR	0,75%	1,74%
MÉDIA TX FINEL	0,00%	0,12%
TJLP	0,00%	4,41%
INPC	1,98%	4,76%
RGR	6,79%	9,26%
CDI	50,22%	51,22%
IPCA	29,64%	0,00%
Outros	0,01%	0,23%
	100,00%	100,00%

a) Cauções e Depósitos Vinculados

O valor de R\$ 31.708 (R\$ 49.560 em 31 de dezembro de 2008), refere-se, basicamente, a valores de Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP, caucionados conforme estabelecido no inciso II do contrato de confissão e consolidação de dívidas celebrado com a União. Estas quantias destinam-se a amortizar os valores de principal relativos ao Par Bond e ao Discount Bond, quando da exigência de tais pagamentos em 2024.

b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC I, FIDC III e FIDC V

A CEEE-GT efetuou a estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), iniciada no segundo semestre de 2005, tendo como Administrador e Agente de Recebimento do Fundo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL; a Agência de Classificação de Risco foi a Standard & Poor's e o Custodiante é o Deutsche Bank S.A. A operação foi lastreada em recebíveis da geração e transmissão, no valor total de R\$ 123.000, onde R\$ 115.450 referiram-se a quotas sênior (investidores) o saldo de R\$ 7.550 relativos a quotas subordinadas (tomadora). A liquidação financeira (ingresso dos recursos) ocorreu nos meses de fevereiro e março de 2006. As contas a receber são repassadas ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT iniciou, em 2007, tratativas com o mercado financeiro para a constituição de novo Fundo de Investimentos em Direitos



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

Creditórios - FIDC (FIDC III), com cessão de direitos creditórios de alguns contratos de venda de energia e de uso da rede de transmissão, com valor de R\$ 150 milhões.

Em decorrência da elevação do Rating do FIDC I, efetivado em 2006, para AAbr+ , construiu-se um ambiente favorável de vinculação do FIDC III aos mesmos recebíveis do FIDC I de forma subordinada, não aumentando o comprometimento da receita operacional da Concessionária.

Em virtude das tratativas iniciadas e considerando as necessidades conjunturais da Concessionária, houve a antecipação de parte do valor do FIDC III através da emissão de Notas Promissórias no valor de R\$ 50 milhões que ingressaram na Concessionária no mês de setembro de 2007.

Em dezembro de 2007 houve a constituição do fundo FIDC III e sua respectiva liquidação, fazendo com que os recursos ingressassem imediatamente no caixa da Concessionária, momento em que houve o resgate das Notas Promissórias.

Visando obter recursos para investimento, bem como para atender necessidades de caixa para o ano de 2009, a Concessionária firmou termo de contrato com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL visando à estruturação do FIDC V, num montante de R\$ 200.000 com recursos advindos do FI – FGTS. A disponibilização do referido fundo foi efetivada em 11 de março de 2009.

c) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC II e FIDC IV

A CEEE-D efetuou a estruturação de captação de recursos através de um FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, iniciada em 2006, tendo como Administrador o Banco Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e Agente de Recebimento do Fundo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL; a Agência de Classificação de Risco foi a Standard & Poor's e o Custodiante é o Banco Itaú S.A.. A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial), no valor total de R\$ 105.300, onde R\$ 100.000 referiram-se a quotas sênior (investidores) o saldo de R\$ 5.300 relativos a quotas subordinadas (tomadora). A liquidação financeira (ingresso dos recursos) ocorreu em janeiro de 2007. As contas a receber são repassadas ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

Em 2008 a Concessionária iniciou uma segunda estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC IV. A disponibilização do referido fundo ocorreu em 08 de julho de 2009 e a entrega dos Direitos de Crédito pela Cedente será realizada mensalmente, durante 72 meses.

A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial) no valor total de R\$ 136.850, no qual R\$ 130.000 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R\$ 6.850 referiram-se a quotas subordinadas (tomadora).

8.3. Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica

O valor de R\$ 23.361 em 31 de dezembro de 2008 refere-se a contabilização de participação financeira ainda não recebida dos fundos setoriais Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, cuja finalidade será a aplicação no Programa de Universalização do acesso e uso da energia no País – Programa Luz para Todos, nos termos da legislação.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1. Controladora

9.1.a) Capital Social

O capital social da Controladora é de R\$ 289.625 representado por 189.113.071 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. A sua composição é a seguinte:



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

	2009	2008
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	99,99%	99,99%
Demais Acionistas	0,01%	0,01%
	100%	100%

9.1.b) Destinação do Lucro do Exercício

Após as deduções legais, os lucros terão a seguinte destinação, nesta ordem: a) 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido para constituição da Reserva Legal; b) 25 % (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, a título de dividendo obrigatório; c) 10% (dez por cento) do Lucro Líquido para Reserva Estatutária – Expansão das Instalações.

Os dividendos que vierem a ser auferidos pelo Estado do Rio Grande do Sul, resultantes das ações de sua propriedade, serão obrigatoriamente reinvestidos na Companhia e nas suas controladas, mediante tomada de novas ações, salvo se expressa e legalmente destinado a outra forma de participação ou financiamento.

	2009	2008
Lucro Líquido do Exercício.....	2.303.861	92.159
Reserva de Incentivos Fiscais	(2.268.357)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	3.676
Base de Cálculo	35.504	95.835
Destinação do Lucro do Exercício:		
Constituição da Reserva Legal	1.775	4.792
Dividendos Obrigatórios	8.432	22.761
Constituição da Reserva para Expansão	3.551	9.583
Dividendos	21.746	58.699
Total	35.504	95.835

Conforme consta na Ata 009 da Assembléa Geral, datada de 30 de abril de 2009, foi deliberado que a destinação do saldo remanescente na conta Lucros Acumulados do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, de R\$ 58.699, fosse distribuído como dividendos, e considerando que toda a receita do exercício foi proveniente da equivalência patrimonial de seus investimentos nas empresas CEEE-GT e CEEE-D, deliberou-se que estes dividendos juntamente com o saldo calculado para Dividendos Obrigatórios fossem integralizados como Capital Social.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, os Órgãos da Administração propõe para a Assembléa Geral que o saldo de R\$ 30.178 seja distribuído a título de dividendos aos acionistas.

9.2. Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

9.2.a) Capital Social

Os acionistas aprovaram, em Assembléa Geral Extraordinária realizada no dia 02 de outubro de 2009, o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Concessionária, na proporção de 1000 (mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, nos termos do Art.12 da Lei nº 6.404/76, passando o capital social a ser representado por 387.229.828 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 380.669.270 ações ordinárias e 6.560.558 ações preferenciais, sem direito a voto,



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

permanecendo inalterado o valor do capital social da Concessionária no montante de R\$ 588.447, com a seguinte composição:

	2009	2008
CEEE-Par	65,92%	65,92%
ELETOBRÁS	32,59%	32,59%
Municípios	0,92%	0,92%
Outros	0,57%	0,57%
	100,00%	100,00%

9.2.b) Destinação do Lucro do Exercício

Após as deduções e absorção dos Prejuízos Acumulados, conforme os artigos 48 e 49 do Estatuto da CEEE-GT, os lucros terão a seguinte destinação e nesta ordem:

- a) 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido para constituição da Reserva Legal;
- b) 50 % (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado, a título de dividendo obrigatório;
 - b.1) às Ações Preferenciais um dividendo anual mínimo, não cumulativo, de 10% (dez por cento) sobre o Capital Próprio a essa espécie de ações, que será entre elas rateado igualmente;
 - b.2) às Ações Ordinárias, havendo saldo, um dividendo anual não cumulativo, o qual será entre elas rateado igualmente;
- c) 10% (dez por cento) do Lucro Líquido para constituição de reserva para expansão.

Lucro Líquido do Exercício 2009	1.589.217
Saldo de Prejuízos Acumulados em 31/12/08.....	(154.286)
Reserva de Incentivos Fiscais.....	(1.376.430)
Base de Cálculo	58.501

Destinação do Lucro do Exercício:

Constituição de Reserva Legal - 5%.....	2.925
Dividendos Obrigatórios - 50%.....	27.788
Constituição Reserva para Expansão - 10%.....	5.850
Dividendos Remanescentes.....	21.938
	58.501

A Administração da Concessionária propôs a constituição da Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e 195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$ 1.376.430 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado deste exercício e posteriormente transferida para Reserva de Incentivos Fiscais. (Vide nota explicativa nº 6.4.e e 13).

9.3. Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

9.3.a) Capital Social

Os acionistas aprovaram, em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 02 de outubro de 2009, o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Concessionária, na proporção de 1000 (mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, nos termos do Art.12 da Lei nº 6.404/76, passando o capital social a ser representado por 387.229.828 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 380.669.270 ações ordinárias e 6.560.558 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Concessionária no montante de R\$ 23.703, com a seguinte composição:



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

	2009	2008
CEEE-PAR	65,92%	65,92%
ELETOBRÁS	32,59%	32,59%
Municípios	0,87%	0,87%
Outros	0,62%	0,62%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

9.3.b) Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Concessionária propôs a constituição da Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$ 1.905.718 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado deste exercício no montante de R\$ 2.064.645, e posteriormente transferida para Reserva de Incentivos Fiscais até o limite do lucro líquido do exercício.

Considerando que a reserva constituída é inferior às subvenções registradas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a parcela de R\$ 158.927 deverá ser complementada a partir dos resultados futuros até o montante de R\$ 2.064.645, conforme determina o § 3º do art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

9.3.c) Dividendos Não Distribuídos

Conforme consta na Ata 009 da Assembléia Geral, datada de 30 de abril de 2009, foi deliberado que os dividendos a pagar de R\$ 6.614 fossem reconhecidos como reservas de lucros.

10. RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

10.1. Receita Operacional

10.1.a. Fornecimento de Energia Elétrica

Os saldos compõem-se de:



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

NÚMERO DE CONSUMIDORES (*)	2009	2008
Fornecimento Faturado		
Residencial	1.223.506	1.200.275
Industrial	11.865	11.647
Comercial	113.445	111.206
Rural	81.760	80.312
Outros	7.488	7.372
	1.438.064	1.410.812
	2009	2008
FORNECIMENTO MWh (*)		
Fornecimento Faturado		
Residencial	2.432.406	2.339.100
Industrial	1.414.721	1.569.318
Comercial	1.862.154	1.768.854
Rural	494.883	510.666
Outros	706.380	688.518
	6.910.544	6.876.456
	2009	2008
FORNECIMENTO R\$		
Fornecimento Faturado		
Residencial	393.702	388.612
Industrial	203.165	232.830
Comercial	301.079	291.784
Rural	38.492	46.115
Outros	76.395	94.223
	1.012.833	1.053.564

(*) Dados não passíveis de exame pelo Auditor Independente.

O valor de R\$ 76.395 (R\$ 94.223 em 31 de dezembro de 2008) refere-se fornecimento de energia ao Poder Público, Serviço Público e a Iluminação Pública.

10.1.b. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$ 298.272 (R\$ 283.618 em 31 de dezembro de 2008) refere-se aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT vendeu no primeiro leilão de energia existente, realizado em dezembro de 2004, 260 MW médios para o período de 2005 a 2012 e 152 MW médios para o período 2006 a 2013.

A comercialização da energia da Área de Geração, durante 2005 e 2006 foi realizada através dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, firmados com trinta e cinco empresas Distribuidoras de Energia Elétrica.

A partir de 2007 a Concessionária passou a comercializar energia no Ambiente de Contratação Livre, assinando contratos bilaterais com comercializadoras e consumidores livres.

10.1.c. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$ 1.813.295 (R\$ 1.655.740 em 31 de dezembro de 2008) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de conexão da Geração, do sistema de Transmissão e de Distribuição a terceiros.



Notas Explicativas
 Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
 (Valores expressos em milhares de reais)

10.2. Deduções da Receita Operacional

10.2.a. PASEP e COFINS

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
PASEP	29.916	29.163
PASEP Ativo Regulatório	-	1.886
Total PASEP	29.916	31.049
COFINS	137.842	134.342
Total COFINS	137.842	134.342
Total PASEP e COFINS	167.758	165.391

11. Custo com Energia Elétrica

11.a. Custo com Energia Elétrica – Comprada de Terceiros



Notas Explicativas
Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

SUPRIMENTO MWh (*)	CONSOLIDADO	
	2009	2008
AES Uruguaiana	162.790	1.109.923
Itaipu	1.968.354	2.004.857
CGTEE	572.857	628.931
ENERCAN	210.432	211.044
CHESF	756.685	840.609
Comercialização de Energia na CCEE	814.996	263.027
COPEL	290.182	322.318
CERAN	454.644	356.955
CESP	331.593	362.872
ELETRONORTE	364.777	418.114
DUKE PARANAPANEMA	116.781	241.255
FURNAS	949.355	1.014.765
PROINFA (**)	177.783	93.594
Outras	1.432.288	720.788
	8.603.517	8.589.052

SUPRIMENTO R\$	CONSOLIDADO	
	2009	2008
AES Uruguaiana	22.846	149.593
Itaipu	200.608	172.715
CGTEE	45.624	54.668
ENERCAN	24.350	23.018
CHESF	54.081	50.538
Comercialização de Energia na CCEE	121.381	125.830
COPEL	22.327	19.173
CERAN	66.994	49.381
CESP	27.015	24.649
ELETRONORTE	30.194	28.572
DUKE PARANAPANEMA	9.832	17.177
FURNAS	74.620	68.419
PROINFA (**)	30.460	16.981
Outras	125.585	56.865
	855.917	857.579



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os saldos compõem-se

CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESP. GERAIS E ADMIN.		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	181.238	146.028	-	-	73.205	54.956	13.719	592	268.162	201.576
Cláusula 25	-	-	-	-	-	-	13.380	7.040	13.380	7.040
Fundação ELETROCEEE - Ativos e Suplementados ...	54.116	31.873	-	-	-	-	9.366	8.525	63.482	40.398
INSS - Empregador	64.612	53.237	-	-	-	-	113	(48)	64.725	53.189
Administradores (*)	149	36	-	-	872	362	-	-	1.021	398
Subtotal Pessoal / Administradores	300.115	231.174	-	-	74.077	55.318	36.578	16.109	410.770	302.601
Empr. Fund. ELETROCEEE	31.832	40.895	-	-	-	-	-	-	31.832	40.895
Total Pessoal e Administradores	331.947	272.069	-	-	74.077	55.318	36.578	16.109	442.602	343.496
Material	24.428	16.164	-	-	1.902	1.253	148	169	26.478	17.586
Serviço de Terceiros	82.739	71.230	9.725	8.986	18.213	11.732	15.179	8.995	125.856	100.943
Compensação/Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-	17.885	14.284	17.885	14.284
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	-	-	-	-	6.816	6.278	6.816	6.278
Depreciação e Amortização	136.170	133.165	-	-	1.953	1.889	628	603	138.751	135.657
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	-	232	263	232	263
Arrendamento e Aluguéis	9.136	11.000	-	-	(141)	(170)	1.152	1.324	10.147	12.154
Seguros	136	427	-	-	689	492	-	-	825	919
Tributos	1.049	1.437	-	1	2.514	2.284	7.611	41	11.174	3.763
Provisão para Liquidação Duvidosa	-	-	25.205	18.627	-	-	-	-	25.205	18.627
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	100.523	4.341	100.523	4.341
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	56.177	52.325	56.177	52.325
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	(2.794)	(26.194)	(2.794)	(26.194)
Provisão Resolução Homologatória ANEEL 715/08	-	-	-	-	-	-	(11.874)	11.874	(11.874)	11.874
Provisão Resolução Homologatória ANEEL 895/09	-	-	-	-	-	-	19.479	-	19.479	-
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	5.609	1.317	5.609	1.317
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(2.133)	593	(2.133)	593
Provisão Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	175.343	198.740	175.343	198.740
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	6.700	6.384	6.700	6.384
Parcelamento de Multa DEC/FEC	-	-	-	-	-	-	15.111	-	15.111	-
Quitação Parcelamento Cont. Cíveis	-	-	-	-	-	-	16.024	7.014	16.024	7.014
Recuperação de Despesas - Res. 497/07 e 600/07	-	-	-	(12.762)	-	-	-	-	-	(12.762)
Outros	16.125	11.321	-	-	8.705	5.790	11.190	15.885	36.020	32.986
TOTAL	691.730	616.813	34.930	14.852	107.912	78.588	475.584	320.345	1.220.156	930.598



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

(*) O valor gasto com Custos de Operação e Despesas Operacionais com Administradores durante o período findo em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 1.021 (R\$ 398 em 31 de dezembro de 2008), deste total, R\$ 95 (R\$ 51 em 31 de dezembro de 2008) refere-se a honorários, R\$ 250 (R\$ 135 em 31 de dezembro de 2008), a verba de representação da diretoria e R\$ 676 (R\$ 212 em 31 de dezembro de 2008), com despesas com os conselheiros fiscais e de administração, bem como os encargos sociais de diretores não empregados.

13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

OUTRAS RECEITAS	2009	2008
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos do Ativo Permanente	11.627	12.836
Conta de Resultados a Compensar - CRC	3.441.075	-
Outras	8.138	1.278
	3.460.840	14.114
OUTRAS DESPESAS	2009	2008
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	(3.132)	(16.194)
Provisão para Desvalorização/Valorização de Outros Investimentos	(1.830)	(285)
Outras	(13.689)	(4.768)
	(18.651)	(21.247)

a) Conta de Resultados a Compensar

O valor de R\$ 3.441.075 refere-se ao reconhecimento dos créditos da Subvenção Governamental para Investimento - Conta de Resultados a Compensar – CRC, decorrentes das compensações realizadas na forma da Lei nº 8.631/93 (com alterações pela Lei nº 8.724/93).

O CPC - 07 que trata da Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 555 de 12 de novembro de 2008, em convergência com as normas internacionais de contabilidade, determina que as doações e subvenções governamentais devam ser registradas em conta de Resultado do Exercício (receitas).

Por proposta da Administração das Concessionárias, foi constituída a Reserva de Incentivos Fiscais, em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, do valor referente a CRC .

De acordo com o art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2007, os valores relativos à subvenção governamental devem ser mantidos em Reserva para Incentivos Fiscais, não estando sujeitos a tributação e não integram a base de cálculo do dividendo obrigatório. (Vide nota explicativa nº 6.4.e, 9.2 e 9.3).

14. RECEITA/DESPESA FINANCEIRA

Os saldos compõe-se de:



Notas Explicativas
Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

RECEITA FINANCEIRA	CONSOLIDADO	
	2009	2008
Renda de Aplicações Financeiras	13.723	6.212
Acréscimo Moratório - Energia Vendida	37.765	38.790
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	43.790	32.662
Receitas Financeiras com Parcelamentos	10.874	8.533
Variação Monetária da CVA	561	2.522
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos	40.450	45.056
Variações Monetárias - Energia Comprada	21.264	3.596
Outras Receitas Financeiras	14.392	14.399
	182.819	151.770
	CONSOLIDADO	
	2009	2008
DESPESA FINANCEIRA		
Encargos de Dívidas	(22.824)	(22.562)
Despesas Financeiras com PAES	(28.310)	(2.075)
Despesas Financeiras com PEE/P&D/FNDCT/PLT	(7.349)	(7.064)
Despesas Financeiras com Consórcios	(4.729)	(6.030)
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos	(85.691)	(104.544)
Variações Monetárias - Energia Comprada	(3.699)	(12.529)
Correção Monetária e Juros	(14.541)	(3.596)
Outras Despesas Financeiras	(21.244)	(12.073)
	(188.387)	(170.473)
TOTAL RECEITA/DESPESA FINANCEIRA	(5.568)	(18.703)

15. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL.

Os saldos compõem-se de:



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONSOLIDADO			
	2009		2008	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido antes do IRPJ e da CSLL não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício	3.458.567	3.458.567	193.762	193.762
.....	(3.301.411)	(3.301.411)	36.785	36.785
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes	640	640	628	628
Receitas não tributáveis e outras exclusões permanentes	(29.883)	(29.883)	(11.049)	(11.049)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	127.913	127.913	220.126	220.126
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	(58.130)	(58.130)	(66.038)	(66.038)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social após as compensações	69.783	69.783	154.088	154.088
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	33.885	12.207	38.483	13.868
IRCS Diferido	(59.213)	(21.316)	-	-
Incentivo PAT = 4%	(814)	-	(925)	-
Incentivo Lei Rouanet (Patrocínio - Art. 18)	(814)	-	(775)	-
Contribuições FECA - CEDIC/RS = 1%	(203)	-	(233)	-
IR CS Diferido sobre Prejuízo Fiscal	-	-	3.418	1.632
IR CS - Ativo Regulatório	-	-	(1.110)	(400)
Incentivo a Lei do Esporte = 1%	(100)	-	-	-
Total IRPJ e CSLL	(27.259)	(9.109)	38.858	15.100

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1 Controladora

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR controla diretamente a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, visto que participa com 65,92% do capital social de cada controlada.

16.2 Consolidado

Foram realizadas transações com partes relacionadas incluindo compra e venda de energia elétrica e transações de financiamento, sendo que a energia elétrica vendida é baseada em tarifas aprovadas



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em condições de similaridade com o praticado no mercado.

(a) Relação de controle do Consolidado

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D sofrem o controle indireto do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que participa com 99,99% do capital da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR.

O montante transacionado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi de:

CONTAS PATRIMONIAIS	NOTA EXPLICATIVA	CONSOLIDADO	
		2009	2008
ATIVO CIRCULANTE			
SIAC / BANRISUL	4.1	114.455	5.043
Parcelamento - Venda de Energia Elétrica	4.3	13.778	-
Convênio SEINFRA/CEITEC	4.7	637	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
SIAC Especial / BANRISUL	4.1	18.941	22.166
Parcelamento - Venda de Energia Elétrica	4.3	4.768	24.546
Parcelamento - FAMURS	4.3	17.178	13.363
Total a Receber		169.757	65.118
		CONSOLIDADO	
		2009	2008
CONTAS DE RESULTADO			
Receitas Operacionais		34.409	31.927
Venda de Energia Elétrica		34.409	31.927
Receitas Financeiras		13.381	5.829
Rendimentos SIAC		13.381	5.829
Total		47.790	37.756

(b) Entidades com controle conjunto ou influência significativa sobre a entidade

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D sofrem influência significativa mutua, como também sofrem influência significativa da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS.

l) A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT é uma Sociedade Anônima que possui controlador comum com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, ou seja, é controlada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR.

O montante transacionado entre estas controladas foi eliminado no processo de consolidação, sendo seus saldos os seguintes:



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONSOLIDADO	
	2009	2008
CONTAS PATRIMONIAIS		
CIRCULANTE		
Conta Gráfica	-	1.115
Total a Receber	-	1.115
Conta Gráfica	2.105	-
Total a Pagar	2.105	-
CONTAS DE RESULTADO		
CONSOLIDADO		
2009		
2008		
Receitas Operacionais	58.552	48.576
Suprimento de Energia Elétrica	8.876	5.858
Disponib do Sist de Transmissão e Distribuição.....	49.676	42.718
Receitas Financeiras	160	715
Conta Gráfica	160	715
Contrato de Mútuo	232	-
Total	58.944	49.291

A Conta Gráfica é composta pelos saldos dos contratos de Compartilhamento das Atividades de Aplicação dos Recursos de Tecnologia da Informação (Ressarcimento de CTI) e Compartilhamento de Atividades e das Infra-estruturas de Rede Elétrica e de Telecomunicações, Desenvolvimento Implantação, Operação e Manutenção de Sistemas de Informação e Sistemas de Telecomunicações (TELECOM). O contrato de Ressarcimento de CTI estipula o pagamento por parte da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT de 25% dos custos apurados na CTI, sendo corrigido pela variação do IGPM, havendo a possibilidade de seus termos serem revistos em qualquer tempo em vista de necessidade de estabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do objeto contratado. O contrato TELECOM estipula o equilíbrio entre os compromissos assumidos quando houver contrapartida financeira, não podendo gerar crédito financeiro para as partes. Nestes contratos não são exigidas garantias bem como não são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada a estes saldos.

As operações de Suprimento de Energia Elétrica e Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição são realizados em conformidade com as tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sendo realizadas em condições de similaridade com o praticado no mercado.

II) A Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS participa com 32,59% de ambos capitais sociais das concessionárias Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, participando nas decisões financeiras e operacionais destas.

O montante transacionado com a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS foi de:



Notas Explicativas
Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

CONTAS PATRIMONIAIS	NOTA EXPLICATIVA	CONSOLIDADO	
		2009	2008
ATIVO CIRCULANTE			
Programa RELUZ	4.7	2.183	1.484
Empréstimo Compulsório ELETROBRÁS	4.7	-	4.633
Subvenção ELETROBRÁS CDE - PLT	4.7	3.438	23.361
Total a Receber		5.621	29.478
PASSIVO CIRCULANTE			
Empréstimos	8.2	26.923	49.562
Total a Pagar		26.923	49.562
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos	8.2	56.201	64.177
Total a Pagar		56.201	64.177
		CONSOLIDADO	
		2009	2008
CONTAS DE RESULTADO			
Receitas Financeiras			
Atualização Empréstimo Compulsório		-	3.028
Despesas Financeiras		(8.290)	(12.168)
Empréstimos		(8.290)	(12.168)
Total		(8.290)	(9.140)

Os valores transacionados com a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS são provenientes de diversos empréstimos, vide nota explicativa 8.2, sendo obtidos a taxas inferiores as do mercado.

(c) Coligadas

I) Jaguari Energética S/A

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém 10,50% do capital social da Jaguari Energética S/A (vide nota explicativa 6.6, a.2.c).

II) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém 10% do capital social da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A - ETAU (vide nota explicativa 6.6, a.2.d). Foi firmado contrato entre as empresas que apresenta como objeto a prestação por parte da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT à Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A - ETAU de todos os serviços de O&M, em conformidade com os Procedimentos de Rede, utilizando a mesma infra-estrutura e logística com as quais realiza a Operação e Manutenção das instalações e equipamentos que compõem as suas concessões de transmissão. O contrato é válido até o término do Contrato de Concessão.

Em 21 de julho de 2005 foi firmado contrato de mútuo entre as acionistas e a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A - ETAU para custear a realização do investimento. A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE não aportou recursos financeiros uma vez que as acionistas acordaram que a mesma integralizará sua participação mediante a compensação com os serviços de Operação e Manutenção.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

CONTAS PATRIMONIAIS	2009	2008
PASSIVO CIRCULANTE		
Contrato de Mútuo	-	759
Total a Pagar	-	759
CONTAS DE RESULTADO		
Receitas Operacionais	2.111	1.978
Renda da Prestação de Serviços	2.111	1.978
Despesas Financeiras	(41)	(398)
Contrato de Mútuo	(41)	(398)
Total	2.070	1.580

III) CERAN – Companhia Energética Rio das Antas

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém 30% do capital social da CERAN (vide nota explicativa 6.6, a.2.e). Em 2009 a Concessionária registrou R\$ 1.215 referente à receita de prestação de serviços.

IV) Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém 6,51% do capital social da Empresa Campos Novos Energia S/A – ENERCAN (vide nota explicativa 6.6, a.2.b).

V) Machadinho Energética S/A – MAESA

O saldo a pagar de R\$ 2.505 (R\$ 5.068 em 31 de dezembro de 2008) refere-se ao arrendamento da usina, sobre o qual não incide juros, multas ou outro tipo de atualização monetária.

(d) Outros Investimentos

I) Empreendimento Dona Francisca

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT possui investimento no Empreendimento Dona Francisca que garante participação em sua energia assegurada, vide nota explicativa 6.6, b.3. O montante transacionado entre as partes foi o seguinte:

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT tem contrato de operação e manutenção com Dona Francisca, firmado em 03 de janeiro de 2000, pelo qual recebeu no ano de 2009 R\$ 2.753.

II) Transmissora Porto Alegre Ltda

A Concessionária possui investimentos avaliados pelo custo na Transmissora Porto Alegre Ltda. Através de memorando entre as partes ficou sob responsabilidade da Concessionária a Operação e Manutenção do Empreendimento, sendo que no ano de 2009 não foram prestados serviços dessa natureza.

(e) Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

As empresas no consolidado consideram como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração e encargos dos Administradores para o exercício de 2009 foi de R\$ 1.021 (R\$ 398 em 31 de



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

dezembro de 2008) (vide Nota Explicativa 12). O estatuto da Fundação CEEE veda aos Diretores e Conselheiros das Patrocinadoras, sem vínculo empregatício com estas, a participação na ELETROCEEE. Para os empregados que exerçam cargo de Diretor ou Conselheiro, é respeitado o estabelecido no Regulamento do Plano de Benefício respectivo.

(f) Outras partes relacionadas

I) Fundação ELETROCEEE

As empresas no consolidado proporcionam a seus funcionários a opção de se associarem a um plano de benefícios pós-emprego, sendo que para os funcionários admitidos nas empresas até o ano de 2002 era oferecida a participação no plano de benefício definido denominado Plano Único, estando atualmente este plano em extinção. Após 2002 o plano de benefícios oferecido é o CEEPREV, que caracteriza-se por ser um plano de contribuição definida.

Os saldos existentes relacionados com a Fundação ELETROCEEE são os seguintes:

CONTAS PATRIMONIAIS	NOTA EXPLICATIVA	CONSOLIDADO	
		2009	2008
PASSIVO CIRCULANTE			
ELETROCEEE / Aluguel / Imóveis	8.2	5.703	5.369
Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE	7.4	7.051	7.620
Empréstimo Fundação ELETROCEEE Contr. 1254	7.4	27.537	30.480
Total a Pagar		40.291	43.469
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
ELETROCEEE / Aluguel / Imóveis	8.2	14.773	19.557
Empréstimo Fundação ELETROCEEE Contr. 1254	7.4	208.818	226.902
Total a Pagar		223.591	246.459
		CONSOLIDADO	
CONTAS DE RESULTADO		2009	2008
Despesas Operacionais - Pessoal		(102.014)	(87.675)
Contribuição		(63.482)	(40.396)
Empréstimo Fund. ELETROCEEE Contr. 1254		(31.832)	(40.895)
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos		(6.700)	(6.384)
Despesas Financeiras		(2.816)	(3.913)
Aquisição de bens		(2.816)	(3.913)
Total		(104.830)	(91.588)

II) Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul

As empresas no consolidado também reconhecem como partes relacionadas às empresas que possuem como acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, entretanto, são caracterizados como contratos de adesão, com cláusulas uniformes a todos os contratantes, conforme tarifas estipuladas pela respectiva Agência Reguladora.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM através da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 e Deliberações nº 550 de 17 de outubro de 2008 e nº 566 de 17 de dezembro de 2008, estabeleceu a divulgação de Instrumentos Financeiros em nota explicativa, reconhecidos ou não nas suas demonstrações financeiras.

A Companhia não possuiu operações com características de derivativos no período findo em 31 de dezembro de 2009, conforme definido na referida instrução.

Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, vinculados aos projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira, junto as instituições internacionais, assim como os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projetos, obtidos em moeda nacional, junto à Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS, à ELETROCEEE e FIDC estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio das empresas no consolidado são os seguintes:

a) Risco de Taxa de Câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT são afetados significativamente pelo fator risco de taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2009 a Concessionária possui empréstimos em moeda estrangeira no montante de R\$ 87.592. A Concessionária não mantém operações financeiras com finalidade de proteger-se dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de juros e cambiais.

b) Risco de Crédito

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT atua nos mercados de Geração e Transmissão de energia elétrica, por sua vez, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D atua no mercado de Distribuição de Energia Elétrica, ambas respeitando suas respectivas áreas de concessão, conforme previsto nos contratos de concessão assinados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Para amenizar os riscos decorrentes do fornecimento de energia na distribuição, a Concessionária tem o direito de interromper o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

c) Risco de Preço

Os preços referentes aos contratos de Geração, até 2004 eram autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a partir da realização do leilão 001/04 a geração passou a comercializar sua energia com um grande número de distribuidoras, a preços definidos pelo mercado. A Transmissão tem sua remuneração definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da receita permitida e corrigida pelo IGP-M. A área de Distribuição tem suas tarifas reguladas pela respectiva Agência Reguladora e, anualmente, são reajustadas pelas variações dos custos não gerenciáveis (denominado Parcela A) e pela variação do IGP-M para custos gerenciáveis (denominado Parcela B). O Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas.

Outro mecanismo de atualização das tarifas é a Revisão Tarifária Periódica que tem, como principal objetivo, analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

d) Risco de Mercado

A energia da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT foi comercializada através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) e através de Contratos Bilaterais no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT detém o risco de descontração de sua energia previstos na legislação citada acima.

Os montantes comercializados estão relacionados na tabela abaixo:

Tipo de Contratação	Produto	MWh	MW Médios	Participação(%) Energia
CCEARS	2005-2012	2.123.718	2909,15	52,12
	2006-2013	1.169.519	1739,18	28,70
	2007-2014	131.399	180,03	3,22
	2009-2016	78.839	108,11	1,93
ACL	2009	256.703	345,45	6,30
Sobras de energia	Mercado de Curto Prazo	314.282	432,73	7,71
Total		4.074.460	5.714,65	100,00

As sobras de energia foram vendidas no mercado de curto prazo e, portanto, sujeitos a variação dos preços deste mercado (nota explicativa nº 10.1.b).

(*) Dados em MWh não passíveis de exame pelo auditor independente.

A quantidade de energia comprada para atendimento à distribuidora está baseada na previsão de consumo para os próximos 5 anos. A legislação (Lei 10.848 de março de 2004 e Decreto 5.163 de julho de 2004) permite que a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D descontrate mensalmente a energia correspondente ao atendimento de consumidores livres, quando de sua saída. Também prevê a possibilidade de descontração de energia decorrente da entrada em operação de energia contratada anteriormente a 16 de março de 2004 e, anualmente, por variação de mercado até 4% da energia contratada nos leilões de energia existente.

Além do recurso de descontração, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D tem cobertura tarifária para uma sobrecontratação de até 3% do seu mercado.

Em dezembro de 2009, os contratos para suprimento de energia da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D estão relacionados na tabela abaixo, com sua correspondente participação no mercado.

Contratos de Suprimento (*)				
ORIGEM	TIPO	MWh	%	
CGTEE G	INICIAL	633.907,765	6,76%	
ACEI G	ITAIPU	1.871.331,512	19,96%	
AES URUGUAIANA G	BILATERAL	187.749,191	2,00%	
CERAN G	BILATERAL	420.262,762	4,48%	
JESA - JAGUARI G	BILATERAL	80.730,338	0,86%	
ENERCAN	BILATERAL	213.379,091	2,28%	
PROINFA	PROINFA	169.396,364	1,70%	
PIRATINI	GER DIST	37.100,861	0,40%	
LEILÃO - Produto 2005-2012	CCEAR com MCSD	1.945.471,471	20,75%	
LEILÃO - Produto 2006-2013	CCEAR com MCSD	805.258,128	8,59%	
LEILÃO - Produto 2007-2014	CCEAR com MCSD	382.405,806	4,08%	
LEILÃO - Produto 2008-2015	CCEAR com MCSD	282.235,019	3,01%	
LEILÃO - Produto 2007-2014 5º Leilão	CCEAR com MCSD	39.989,782	0,43%	
LEILÃO - Produto 2008-2037	CCEAR	62.729,238	0,67%	
LEILÃO - Produto 2009-2016	CCEAR com MCSD	137.477,746	1,47%	
LEILÃO - Produto 2009-2038	CCEAR	46.108,830	0,49%	
LEILÃO - Produto 2008-2022	CCEAR	325.050,180	3,47%	
LEILÃO - Produto 2009-2023	CCEAR	116.680,491	1,24%	
LEILÃO DE AJUSTE	LEILÃO	282.699,911	3,01%	
COMPRA NO CURTO PRAZO	SPOT	1.343.741,990	14,35%	
TOTAL		9.373.586,246	100%	

(*) Dados em MWh não passíveis de exame pelo Auditor Independente.

Em Janeiro de 2006, houve necessidade da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE D declarar sobras através do MCSD de 16,435 MW médios, por saída de consumidores



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

livres, tendo sido reduzidos os montantes dos CCEAR's de 11,1 MW médio no produto 2005 – 2012, 0,945 MW médios no produto 2006 – 2008 e 4,39.MW médios no produto 2006 – 2013.

O risco de mercado para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, no que se refere à contratação de energia, é relativamente baixo. O risco maior decorre da saída de consumidores, com demanda inferior à 3 MW e superiores a 500 kW, os quais podem adquirir energia de fontes alternativas, com desconto no pagamento dos encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão, sem a correspondente possibilidade de descontração.

e) Risco quanto à Escassez de Energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, já que a energia adquirida e vendida pela Concessionária é basicamente gerada por usinas hidrelétricas, que dependem do volume de água em seus reservatórios para funcionamento. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas devido à redução de receitas com eventual adoção de novo programa de racionamento.

Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos novo programa de racionamento.

f) Risco de não Renovação das Concessões

A Concessionária detém concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia.

A Lei nº 9.074/95 não prevê a renovação das concessões cujos contratos já foram prorrogados. Até o momento existem indefinições quanto à renovação dos contratos de concessão dos serviços de Distribuição que vencem em 2015 e dos serviços de Geração e Transmissão que vencem entre 2015 e 2031.

18. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO DE RESULTADOS

As empresas no consolidado possuem programa de participação dos empregados nos resultados tendo como objetivo incentivar a melhoria de qualidade, níveis de produtividade e resultados globais das empresas, através do comprometimento de todos os empregados. O montante contabilizado até dezembro de 2009 totalizou R\$ 7.822.

19. QUESTÕES AMBIENTAIS

19.a) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT trata as questões socioambientais de forma clara, objetiva e continuada, de maneira a minimizar impactos ambientais negativos e potencializar impactos ambientais positivos decorrentes de suas atividades.

Em 2009, dentre as ações voltadas à preservação de meio ambiente destacam-se:

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT fez o descarte de aproximadamente 6.941 lâmpadas, 11m³ de resíduos industriais, sendo realizados os descartes ecologicamente corretos.

O projeto Recicle é responsável pela coleta seletiva de lixo seco e orgânico, bem como recolhimento de pilhas e baterias de celulares nas dependências da Concessionária. Em 2009 foram doados a comunidades carentes 10,4 toneladas de resíduos entre lixo seco, papel e sucatas.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

Com o Programa de Repovoamento de Alevinos contemplou foram soltos 410.000 unidades de peixes nos reservatórios da CEEE - GT, devidamente autorizada pelo órgão ambiental. Os alevinos são originários do Posto de piscicultura localizado junto à UHE Ernestina, no município de Ernestina. Em dezembro de 2009 a empresa obteve a renovação da "Certificação Ambiental" da Usina Hidrelétrica de Canastra e da Sede da Divisão do Sistema Salto, com base na NBR ISO 14.001/2004. Com as oficinas de Eco Arte, em 2009 a Concessionária promoveu 28 eventos reunindo um público de 1.061 participantes. O projeto que busca através da arte valorizar os conceitos ligados ao meio ambiente e combate ao desperdício.

Nas linhas de transmissão foram promovidas atividades de monitoramento da avifauna, diagnóstico ambiental, incluindo avaliação arqueológica e aspectos bióticos, bem como o acompanhamento Técnico Ambiental.

Foi dada continuidade ao convênio firmado com a Prefeitura de Cachoeirinha para utilização das faixas de segurança de linhas de transmissão, em áreas urbanas, através de hortas comunitárias como forma de minimizar o intrusamento e proporcionar melhor qualidade de vida para as populações do entorno dos empreendimentos.

Foram realizados estudos para Obtenção de Licença de Operação para capina química em todas as áreas das 60 subestações.

RECURSOS APLICADOS

	2009	2008
Ativo.....	1.481	1.489
Resultado	1.836	1.518
	3.317	3.007

19.b) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Em 2009, dentre as ações voltadas à preservação do meio ambiente destacam-se:

a) Reciclagem e Descontaminação de Lâmpadas e Destinação de Resíduos Industriais

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D fez o descarte de aproximadamente 4.683 lâmpadas, 35m³ de resíduos industriais, contratando transporte, descontaminação e reciclagem.

b) Educação e Conscientização Ambiental

Em 2009 a concessionária promoveu oficinas de Eco Arte, projeto que busca através da arte valorizar os conceitos ligados ao meio ambiente e combate ao desperdício.

c) Programa Recicle

O projeto é responsável pela coleta seletiva de lixo seco e orgânico, bem como recolhimento de pilhas e baterias de celulares nas dependências da Concessionária. Em 2009 foram doados a comunidades carentes 15.6 toneladas de resíduos entre lixo seco, papel e sucatas.

d) Programa de Eficiência Energética – PEE

No ano de 2009, foi aplicado o montante de R\$ 1,72 milhões na conclusão de Projetos de Eficiência Energética com origem no ciclo 2006/2007 e 2008.



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

RECURSOS APLICADOS

	2009	2008
Ativo.....	5.253	7.655
Resultado	3.205	1.546
	8.458	9.201

20. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

20.1. Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

a) Geração – Comercialização de Energia (*)

A energia da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT foi comercializada nos Leilões de Energia Existente, realizados no Ambiente de Contratação Regulada a partir de Dezembro de 2004, através de Ofertas Públicas realizadas pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT e participação em chamadas públicas de compradores.

Em 12 de setembro de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT realizou a Oferta Pública de Venda de Energia 003/2007 para o Ambiente de Contratação Livre, na qual foi comercializada a cota de energia da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT do Consórcio MAESA (UHE Machadinho) e sobras de energia decorrentes da descontração de CCEARs.

A tabela a seguir apresenta os montantes de energia comercializados em cada leilão ou oferta e o período de encerramento do contrato. A redução entre os montantes inicialmente contratados e os valores atuais decorrem da aplicação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits - MCSD.

AMBIENTE	AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA (ACR)					AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL)		
	Leilão/Oferta	1º LEE		3º LEE	4º LEE	5º LEE	Contratos	Oferta 003/2007
Data	07/12/04		11/10/05	11/10/05	14/12/05	Bilaterais de	12/09/07	
Produto	2005-2012	2006-2013	2006-2008	2009-2016	2007-2014	Curto Prazo	2009-2014	
Montantes Iniciais	260,00	152,00	9,00	9,00	15,00			
2008	242,43	144,92	8,48	-	15,00	3,43	25,00	
2009	242,43	144,92	-	9,00	15,00	-	20,00	
2010	242,43	144,92	-	9,00	15,00	-	20,00	
2011	242,43	144,92	-	9,00	15,00	-	20,00	
2012	242,43	144,92	-	9,00	15,00	-	20,00	
2013	-	144,92	-	9,00	15,00	-	20,00	
2014	-	-	-	9,00	15,00	-	20,00	
2015	-	-	-	9,00	-	-	-	
2016	-	-	-	9,00	-	-	-	

(*) Dados em MWh não passíveis de exame pelo auditor independente.

b) Receita Anual Permitida da Transmissão

b.1) Revisão Tarifária Periódica



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com a Décima e a Décima Primeira Subcláusulas da Cláusula Sexta do Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/01, assinado entre a CEEE e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 1º de outubro de 2001, as Revisões Tarifárias Periódicas devem ocorrer de 4 em 4 anos sendo a primeira em 2005 e a segunda em 2009. A primeira Revisão Tarifária Periódica da parcela referente à RBNI - Rede Básica Novos Investimentos, componente da Receita Anual Permitida – RAP que deveria ter ocorrido em julho de 2005 só aconteceu em julho de 2007.

No ano de 2009 deveria ter ocorrido a 2ª Revisão Tarifária Periódica, que não aconteceu, pois a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL adiou a implantação para 2010, devido a fortes pressões das empresas de Transmissão. Esta revisão deverá acontecer em julho de 2010 com base nas obras que entraram em operação no período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2008.

b.2) Reajuste Tarifário - Transmissão

A Resolução Homologatória 843 de 25 de junho de 2009 e Nota Técnica 040/2009-SRT ANEEL de 22 de junho de 2009 determinaram os valores da Receita Anual Permitida das Concessionárias de transmissão de energia para o período de 2009/2010. Na Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, o impacto sobre a receita total (RBSE + RBNI) foi de 10,09% líquidos, com vigência a partir de 1º de julho de 2009.

A mesma resolução apurou o valor negativo líquido de tributos, de R\$ 16.779, referente à parcela de ajuste sobre a Receita Anual Permitida do período 2009/2010 que deverá ser compensado nas tarifas do período de julho de 2009 a junho de 2010. Tais valores foram registrados contabilmente na rubrica Passivo Regulatório no Passivo Circulante (Nota Explicativa 7.5).

b.3) Formação da Receita da Transmissão – RBNI

A primeira autorização de receita e, portanto, a primeira RBNI, aconteceu em 25/10/2000. Assim, a evolução da receita ao longo do primeiro período tarifário foi consequência exclusiva da aplicação do mecanismo de reajuste previsto no Contrato de Concessão, com atualização pelo do índice IGP-M. Conforme cláusula contratual, a primeira revisão tarifária periódica ocorrida em julho/2007, com base em junho/2005, destinou-se apenas às novas instalações, designadas de RBNI, autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a partir de 2000 mediante ato específico, com direito a uma receita anual permitida inicial. Este valor permaneceu fixo, sendo apenas reajustado anualmente, até a revisão tarifária subsequente, quando então a receita foi reposicionada a partir da base de remuneração e dos custos operacionais.

De acordo com a Nota Técnica nº 065/2006 – SRT/ANEEL, Anexo V da NT nº 068/2006 – SRT/ANEEL, de 18/04/2006, as obras que ainda não passaram pela revisão tarifária periódica (RBNI após julho/2005) terão o perfil de remuneração alterado de “degrau” para “plano” na próxima revisão da transmissão, prevista para julho/2009. A alteração da RAP, está fundamentada no item III.1.5, parágrafos 49 e 50 da referida Nota Técnica e foram transcritos abaixo:

Parágrafo 49. No caso de novas instalações autorizadas por meio de Resolução específica, deverão ser adotados os mesmos critérios propostos na remuneração das novas instalações para fins de revisão tarifária. Por se tratarem de equipamentos bem identificados e com data de entrada em operação e vida útil regulatória conhecidas, torna-se conveniente estabelecer a remuneração através de uma anuidade que será atribuída ao ativo, ou unidade modular, estabelecendo um perfil de remuneração plano.

Parágrafo 50. Essa receita deverá ser calculada considerando um fluxo de caixa durante toda a vida útil da instalação. Para atender ao princípio da continuidade do serviço público, quando o ativo tiver sido totalmente depreciado, o concessionário deverá substituí-lo para ter



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

o direito de permanecer com a mesma receita, evitando, assim, saltos tarifários entre gerações de usuários.”.

Assim, a receita das novas obras (RBNI) constante da RAP apresenta duas situações:

1. Obras da RBNI que foram objeto da revisão tarifária periódica em julho/2007- obras que entraram em operação comercial até junho/2005, tiveram sua receita alterada de degrau para plano;
2. Obras da RBNI que ainda não foram objeto de revisão tarifária periódica - a esta receita aplicam-se os critérios de reajuste e revisão previstos no contrato, ou seja, no cálculo da receita tem uma redução de 50% a partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, estendendo-se até o término do prazo da concessão fixado no contrato. Os impactos desta redução de receita são diluídos conforme contratos de concessão que tem vencimentos diferenciados.

b.4) Reforços Implantados

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT teve reconhecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a receita de reforços implantados que não estavam sendo remunerados na Subestação Porto Alegre 8 e na Linha de Transmissão de 230 kv Gravataí 2 x Porto Alegre 8. A empresa continua pleiteando junto a ANEEL a receita de reforços implantados nas subestações de Campo Bom, Livramento 2, Porto Alegre 10, Porto Alegre 13 e Pelotas 3.

b.5) Parcela Variável

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT teve uma redução de R\$ 993 relativos Parcela Variável, devido à indisponibilidade de Linhas de Transmissão e Equipamentos em Subestações.

c) Processo do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D ()*

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D, por saída de consumidores livres, alterações de mercado até 4% a partir do ano seguinte, e a entrada em operação da energia decorrente de contratos assinados até 16 de março de 2004, previstos pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, cujas regras foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 161 de julho de 2005 e homologadas pela Resolução ANEEL nº 211 de 03 de outubro de 2005, reduziram os montantes de energia e potência associada consideradas nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Em decorrência da aplicação do MCS D, ocorreram reduções contratuais para Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT de 17,57 MW médios do produto 2005-2012, 7,08 MW médios do produto 2006-2013 e 0,52 MW médios do produto 2006-2008 desde o início dos respectivos contratos. Esta energia descontratada foi comercializada novamente, nos leilões de energia do ACR e em ofertas realizadas pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, gerando a contratação de montantes apresentados na tabela anterior.

O saldo de energia descontratada está sendo comercializada através de ofertas públicas mensais ou liquidada no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação de Diferenças.

(*) Dados em MW não passíveis de exame pelo auditor independente.

20.2. Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

a-1) Revisão Tarifária

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 81, assinado em 25 de outubro de 1999 com o Poder Concedente, a Companhia Estadual



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

de Energia Elétrica - CEEE realizou sua primeira Revisão Tarifária Periódica – RTP em outubro de 2004 e a segunda em outubro de 2008.

A segunda RTP foi realizada conforme critérios e metodologias aplicáveis ao Segundo Ciclo de Revisões Tarifárias das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, de acordo com a proposta apresentada na Audiência Pública nº 052/2007, ocorrida em 05 de março de 2008.

A Concessionária teve um índice de reposição provisório de 2,49%, sendo 0,65% relativos ao reposicionamento tarifário e 1,84% relativos aos componentes financeiros externos a RTP, com vigência a partir de 25 de outubro de 2008. A metodologia utilizada e os resultados da segunda RTP da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D estão apresentados na Nota Técnica nº 315/2008 – SRE/ANEEL, de 15 de outubro de 2008 e homologado provisoriamente através da Resolução Homologatória nº 715, de 21/10/2008 em virtude das seguintes componentes:

- Perdas de Energia;
- Custos Operacionais Eficientes e
- Perdas de Receita Irrecuperáveis.

Nos termos da Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 ficou estabelecido o valor do componente Xe em 1,23%, a ser aplicado como redutor na Parcela B nos reajustes tarifários subsequentes.

Conforme o item 212 da Nota Técnica nº 315/2008-SRE/ANEEL, os resultados serão ajustados no ano de 2009 em função da definição das metodologias para estas variáveis, submetidas ao processo de Audiência Pública AP/52/2006, cujo resultado foi estabelecido através da Resolução Normativa ANEEL nº 338, de 25 de novembro de 2008 e as seguintes Notas Técnicas:

- NT 292/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Análise de Projeção de Mercado;
- NT 340/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Cálculo do Fator X;
- NT 342/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Tratamento Regulatório para Perdas Não Técnicas de Energia Elétrica;
- NT 343/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Cálculo dos Custos Operacionais (Detalhamento do Modelo de Empresa de Referência);
- NT 346/2008 - SRE/ANEEL - Aprimoramentos da Resolução nº 234/2006 - Adequações de texto;
- NT 352/2008 - SRE/ANEEL - Aperfeiçoamento da Metodologia de Cálculo do Fator X a ser aplicado no 2º Ciclo de RTP (especificamente quanto ao mecanismo de avaliação dos investimentos previstos) e
- NT 547/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia e Critérios Gerais para definição da BRR.

O resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica foi homologado através da Resolução Homologatória 881/2009 e Nota Técnica 320/2009, datada de 15/09/2009. A ANEEL decidiu aplicar um reposicionamento tarifário de -0,39% a ser aplicado nas tarifas de fornecimento de energia elétrica e nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), ao invés do reposicionamento de 0,65% definido preliminarmente. Para o componente Xe do Fator X foi definido um índice de 0% a ser considerado nos reajustes de 2008 até 2012. Inicialmente, a Agência havia decidido por um índice de 1,23%. Os investimentos considerados no período chegaram a R\$ 598 milhões. Além disso, definiu-se para as perdas técnicas um índice de 6,07% e para as perdas não-técnicas de 8,83%.

a-2) Investimento Remunerável

Em atendimento ao Ofício Circular nº 2.775/2008 e Despacho nº 4.722/2009 - SFF/ANEEL está sendo apresentado o Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

Homologatória ANEEL nº 715, de 21 de outubro de 2008, se atualizados pelo IGPM nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Componentes do Investimento Remunerável	R\$ Milhares	
	Reajuste out / 2009	Revisão out / 2008
a) Ativo Imobilizado em Serviço - AIS	2.839	2.888
b) (-) Depreciação Acumulada	1.473	1.498
c) (-) Obrigações Especiais	169	172
d) AIS Líquido	1.197	1.217
e) Almoxarifado em Operação	11	11
f) Investimento Remunerável	1.208	1.228
g) Bens 100% depreciados	274	279
h) Variação do IGPM	-1,69%	-
i) Cota de Depreciação - Taxa Média Anual	4,41%	4,41%

Dados não passíveis de exame pelo Auditor Independente

a-3) Reajuste Tarifário Anual

Em 2006 as tarifas de fornecimento de energia elétrica da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 380, de 18 de outubro de 2006, foram reajustadas a partir de 25 de outubro de 2006, em média -0,08%, sendo 6,96% relativo ao reajuste contratual (econômico) e -7,04% referente aos componentes financeiros. O item que mais contribuiu para a formação do índice financeiro foi a Devolução da RTE, no montante de R\$ 113.470 mil, que representou no índice o percentual de -7,13%. Este assunto encontra-se detalhado na Nota Técnica nº 256/2006-SRE/ANEEL, de 6 de outubro de 2006.

Em 2007, através da Resolução Homologatória nº 555, de 23 de outubro, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou o reajuste tarifário de 0,45% com vigência, a partir do dia 25 de outubro. Com a elevação da tarifa e o fim do desconto de 7,55% nas contas dos clientes nos últimos 12 meses, os consumidores de baixa tensão tiveram um acréscimo de 7,02% e os de alta tensão 8,38%.

Para 2008, o resultado provisório da RTP disposto pela Resolução Homologatória nº 715, de 21 de outubro, reajustou as tarifas em 2,49%, sendo 0,65% relativos ao reposicionamento tarifário e 1,84% referentes aos componentes financeiros externos a RTP. Em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro de -1,40%, que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o consumidor irá perceber no período de 25 de outubro de 2008 a 24 de outubro de 2009, uma variação média de 3,89%, sendo o efeito de 1,90% para a baixa tensão e 7,45% para a alta tensão.

Em 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através da Resolução Homologatória 895 de 20 de outubro de 2009 aprovou o reajuste tarifário anual Concessionária, cujo os novos valores das tarifas de energia dos consumidores pertencentes à área de concessão da distribuidora vigorarão a partir do dia 25/10/2009 e terão em média um reajuste negativo de -0,28%, que em cada grupo de consumidores terá um impacto diferenciado. A classe industrial terá o índice positivo mais elevado (1,14%), enquanto que nas tarifas para o grupo Baixa Tensão, incidirá o maior reajuste negativo (-0,76%).



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

No que compreende o impacto do reajuste tarifário para a Concessionária o reposicionamento do IRT (Índice de Reajuste Tarifário) Econômico – composto pelos custos não gerenciáveis, tais como encargos e tributos, custos de transporte e compra de energia e pelos custos gerenciáveis, tais como remuneração de capital, custos operacionais e reposição de ativos foi na ordem de 0,22%. Já o IRT Financeiro, composto de itens como subsídios Baixa Renda, Cooperativas, Irrigantes e Consumidores Livres, mais variação da parcela A – CVA, dentre outros foi de 2,61%, gerando um reajuste tarifário de 2,83% para a receita da Concessionária.

a-4) Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE:

Com base na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, aprovada pelo Congresso Nacional em 18 de abril de 2002 e convertida na Lei nº 10.438 em 26 de abril de 2002, através do art. 6º, e na Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, as concessionárias de distribuição de energia elétrica passaram a ter condições de recuperar as perdas financeiras ocorridas entre um reajuste tarifário e outro de itens da "Parcela A" (custos não gerenciáveis) do período de 01 de janeiro a 25 de outubro de 2001, acrescidas da respectiva remuneração financeira (taxa de juros SELIC). A Concessionária optou em registrar estas diferenças em 31 de dezembro de 2001 após adesão ao Acordo Geral do Setor Elétrico.

A compensação realizou-se a partir de 19 de abril de 2003, de acordo com a Resolução ANEEL nº 577, de 24 de outubro de 2002, mediante a aplicação nas tarifas de fornecimento de energia elétrica dos índices e critérios estabelecidos pela Lei nº 10.438/02 e pela Resolução da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE nº 91, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução nº 130, de 02 de maio de 2002, e pelo Decreto nº 4.359, de 05 de setembro de 2002.

Através da Resolução nº 482, de 29 de agosto de 2002, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou o montante de R\$ 56.829 mil relativos a "Parcela A" para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, valor este a preços de 25 de outubro de 2001 e, através da Resolução nº 484 da mesma data, estabeleceu o prazo máximo de 18 meses, a partir de outubro de 2002, de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 242, de 18 de outubro de 2006, art. 7º, fixou o montante de R\$ 86.551 a ser devolvido aos consumidores a partir de 1º de dezembro de 2004.

Considerando a discordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em relação ao procedimento tomado pela Concessionária quanto ao Acordo Geral do Setor Elétrico, conforme Resolução Homologatória nº 380, de 17 de outubro de 2006, essa Agência estabeleceu no reajuste tarifário de 25 de outubro de 2006, a devolução daquele valor que, considerando as devoluções realizadas pela Concessionária no período de dezembro de 2004 a abril de 2005 e corrigindo pela SELIC até outubro de 2006, resultou no montante de R\$ 113.470, significando uma redução de 7,31% na tarifa de 2006. A realização deste valor deu-se no reajuste de outubro de 2007.

Foram contabilizados, também, os valores referentes ao Imposto de Renda e a Contribuição Social, resultando em um crédito fiscal no montante de R\$ 37.538.

Atualmente, aguarda-se decisão judicial em sede de embargos declaratórios da decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que indeferiu o pedido da antecipação da tutela intentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decisão esta que poderá suspender os efeitos da tutela concedida ou manter a decisão que determinou a inclusão da RTE de forma diferida na tarifa de energia elétrica. Além disso, pende de julgamento o Agravo regimental interposto pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Processo do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD ()*

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, por saída de consumidores livres, alterações de mercado até 4% a partir do ano seguinte, e a entrada em operação da energia decorrente de contratos assinados até 16 de março de 2004, previstos pelo Decreto nº 5.163, de 30



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

de julho de 2004, cujas regras foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 161 de julho de 2005 e homologadas pela Resolução ANEEL nº 211 de 03 de outubro de 2005, alteram os montantes de energia e potência associada consideradas nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Estas regras levaram a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, por necessidade de aquisição adicional de energia, a efetuar uma compra adicional de 12,476 MW médios a partir de janeiro e 2,524 MW médios a partir de fevereiro de 2005 e descontratar em janeiro de 2006 16,435 MW médios por saída de consumidores livres. Em 2007, descontratamos 9,767 MW médios devido a sobra de energia na época. A partir desta data, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D não participou mais deste mecanismo.

(*) Dados não passíveis de revisão pelo Auditor Independente.

20.3. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

a) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Os saldos da CEEE-D compõem-se de:

	2009	2008
ATIVO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 4.2.c)	1	364
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
(*) Ressarcimento Acordo - CCEE (vide nota explicativa 6.1)	20.165	19.969
PASSIVO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 7.10)	(10.100)	(24.548)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo	(27.400)	(27.400)
Encargo do Serviço do Sistema	(13.207)	(13.207)
	(40.607)	(40.607)
Total	<u>(30.541)</u>	<u>(44.822)</u>

(*) Valor referente ao acordo de ressarcimento correspondente a despesas com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, denominada como "Energia Livre", realizadas durante o período de racionamento, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Este valor está sendo cobrado dos consumidores finais dos submercados sujeitos ao racionamento pelas respectivas distribuidoras e será repassado à Concessionária.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D realizou a contabilização da energia de Curto Prazo negociada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme contabilização definitiva elaborada por aquela entidade, porém impetrou ações judiciais nas seguintes bases:

b) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

Os saldos da CEEE-GT compõem-se de:



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

	2009	2008
ATIVO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo - CEEE (vide nota explicativa 4.2.a)	6.760	1.814
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
(*) Ressarcimento Acordo - CEEE (vide nota explicativa 5.1)	65.777	65.136
PASSIVO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo - CEEE (vide nota explicativa 6.11)	1	(583)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo	(73.058)	(73.058)
Total	(520)	(6.691)

(*) Valor referente ao acordo de ressarcimento correspondente a despesas com a compra de energia no âmbito do Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CEEE, denominada como “Energia Livre”, realizadas durante o período de racionamento, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Este valor está sendo cobrado dos consumidores finais dos submercados sujeitos ao racionamento pelas respectivas distribuidoras e será repassado à Concessionária.

PROCESSO CEEE Nº 3.494/02

OBJETO:

Ação Ordinária visando a nulidade do item IV do Despacho nº 288 da ANEEL, em face dos vícios formais e materiais desse ato administrativo e declaração de que a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE possuía o direito de não optar pelo alívio de exposição da energia elétrica oriunda de contrato de Itaipu nos exercícios de 2001 e 2002, de sorte a ter direito ao resultado dos riscos de exposição positiva no âmbito do mercado.

Houve requerimento de liminar de antecipação da tutela para que fosse a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ordenada a instruir a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CEEE, a recontabilizar os valores da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE relativos à comercialização da energia elétrica da cota-parte de Itaipu Binacional referentes ao exercício de 2001 e 2002, contabilizando e liquidando em favor da Concessionária a exposição positiva verificada em razão da não opção pelo alívio de exposição.

ANDAMENTO:

Ajuizada a demanda, o juízo concedeu à Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE a antecipação de tutela requerida determinando a suspensão da contabilização dos valores da energia produzida por Itaipu e referente à quota a que tem direito a Autora, a qual não foi objeto de registro nos exercícios de 2001 (total) e 2002 (parcial), até que fosse proferida decisão final quanto à validade do Despacho nº 288/02 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, tendo ainda sido determinado a vedação de qualquer exigência de valores decorrentes da contabilização eventualmente lançada e que foi liminarmente suspensa, até final julgamento da ação.

Da decisão que concedeu a antecipação de tutela, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL interpôs agravo de instrumento que foi autuado perante o Tribunal Regional Federal de Brasília em data de 17 de dezembro de 2002, sob o nº 2002.01.00.045107-3, ao qual não foi concedido o efeito suspensivo pleiteado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o recurso encontra-se aguardando inclusão em pauta para julgamento de mérito pela 6ª Turma do Tribunal.

Em data de 07 de dezembro de 2004 sobreveio despacho saneador nos autos principais em que o Juízo declara que a lide está sustentada em fatos que dependem de comprovação através de perícia técnica, manifestando a necessidade de realização da prova. A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE peticionou nos autos tecendo esclarecimentos sobre a lide e concordando com a realização da perícia técnica.

A perícia foi realizada e o laudo pericial foi considerado favorável pela área de Comercialização/CEEE-GT e pela área Jurídica, tendo sua concordância em juízo, impugnando



Notas Explicativas

Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

aspectos de menor importância em relação ao contexto geral. Houve também manifestação da outra parte. Em 17 de outubro de 2008 foi juntado aos autos cópia de decisão exarada na ação de objeto idêntico ajuizada pela AES Sul em face da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL com decisão favorável a Autora. A última movimentação do processo inclui a União no pólo passivo da ação, não tendo sido proferida ainda decisão de mérito do feito, estando os autos conclusos para decisão desde 30.04.2009.

PROCESSO CEEE Nº 3.555/2002

AÇÃO CAUTELAR

OBJETO:

Ação Cautelar Preparatória com pedido de liminar, para o fim de determinar que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE suspenda o andamento da liquidação financeira das transações de energia elétrica prevista para o dia 22 de novembro de 2002, relativamente à parte Autora.

ANDAMENTO:

Foi deferida a medida liminar para que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE suspenda o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para o dia 22 de novembro de 2002, relativamente à Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE (período de setembro de 2000 a setembro de 2002), até ulterior deliberação do Juízo. Após, houve despacho do Juízo esclarecendo que as liquidações futuras em relação às operações realizadas nos meses de outubro a dezembro de 2002 não estão abrangidas pela decisão liminar.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, interpôs agravo de instrumento autuado sob o nº 2002.03.00.051118-9 em data de 06 de dezembro de 2002, tendo sido indeferida a liminar de efeito suspensivo pleiteada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ante a ausência dos requisitos necessários ao acolhimento do pleito liminar, estando o processo concluso ao Desembargador Relator desde 10 de junho de 2004, restando este agravo de instrumento baixado desde agosto de 2006.

Os últimos andamentos processuais na ação cautelar são relativos à despacho do Juízo em data de 06 de agosto de 2004, determinando prosseguimento na ação principal, e juntada de petição em 16 de dezembro de 2004.

AÇÃO ORDINÁRIA

OBJETO:

Ação Declaratória com Pedido Condenatório objetivando a declaração de nulidade do Despacho ANEEL nº 346/02, por infração aos princípios da legalidade e segurança jurídica, bem como condenação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a liquidar as contabilizações do período de setembro de 2000 a outubro de 2002 somente mediante auditoria prévia dos programas computacionais utilizados pelo sistema de contabilização e liquidação, e das transferências de recursos entre os agentes participantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, atendendo estritamente aos termos da Convenção de Mercado aprovada pela Resolução ANEEL nº 102/02, que possibilite à Autora conferir e controlar a exata origem e o objeto do seu débito.

ANDAMENTO:

Ação Ordinária proposta em data de 19 de dezembro 2002 e autuada sob o nº 2002.61.00.029736-5. Em 10 de março de 2004 houve despacho do Juízo requerendo manifestação das partes sobre o pedido de ingresso no feito formulado por ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A E OUTROS como assistente da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE peticionou requerendo realização de prova pericial. Em 06 de agosto de 2004, houve despacho do Juízo determinando autuação em apenso das petições de impugnação à assistência simples, bem ainda determinando a apresentação de quesitos à prova pericial pela Autora, fins de aferir-se a pertinência da realização da



Notas Explicativas


Exercícios findos em Dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

prova pericial. A petição da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE com os quesitos foi apresentada em data de 13 de agosto de 2004. Em 29 de outubro de 2008 foram arbitrados pelo Juízo os valores referentes aos honorários periciais. Em 07 de novembro a Concessionária apresentou os quesitos para realização da perícia. A última movimentação processual foi a juntada de petição ocorrida no dia 13 de novembro de 2008. Atualmente a Concessionária está em tratativas para contratação do Assistente Pericial.





SÉRGIO CAMPS DE MORAIS
Diretor-Presidente

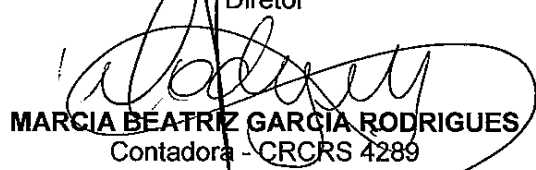

CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA
Diretor


SÉRGIO TADEN LADNIUK
Diretor até 08/02/2010


ROGÉRIO SELE DA SILVA
Diretor


JOSÉ FRANCISCO PEREIRA BRAGA
Diretor


SILVIO MARQUES DIAS NETO
Diretor


MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES
Contadora - CRCRS 4289



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES – SEM RESSALVA

Aos administradores e acionistas

Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR

Porto Alegre - RS

1 Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2009 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Conforme descrito na nota explicativa 20.3 “a” e “b” as controladas, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, em 31 de dezembro de 2009, tem registrado no ativo não circulante valores a receber nos montantes de R\$ 85.942, referentes ao reembolso a receber da Revisão Tarifária Extraordinária e R\$ 13.207 referentes a Encargos de Serviço do Sistema (ESS), e no passivo não circulante valores a pagar no montante de R\$ 100.458, relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE) ocorridas em exercícios anteriores. Esses valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e podem estar sujeitos à modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos pelas Companhias e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras do mercado em vigor para aquele período.

5 Conforme descrito na nota explicativa 7.8 “a” a controlada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, em 20 de novembro de 2009, aderiu ao novo programa de parcelamento de tributos federais estabelecido pela Lei nº 11.941 de 27 de Maio de 2009 (REFIS IV). As diferenças entre os valores registrados na contabilidade e os informados no sistema junto a Receita Federal, relativamente aos débitos existentes no Pedido de Parcelamento Especial – PAES até 30 de setembro de 2009 foram incluídas na composição do saldo do novo parcelamento. A Companhia aguarda a definição dos trâmites na Receita Federal relativos ao Processo Administrativo solicitando a homologação dos valores calculados, sendo que a contabilização e classificação das dívidas foram efetuadas de acordo com as condições estabelecidas nos programas. Conseqüentemente, a confirmação da totalidade das obrigações dependerá da finalização, pelas autoridades competentes, das análises das dívidas declaradas. Assim, somente após a conclusão desta análise será possível determinar os possíveis reflexos nas demonstrações, se houver.



CEEE
PARTICIPAÇÕES

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES – SEM RESSALVA

Aos administradores e acionistas

Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR

Porto Alegre - RS

6 Conforme descrito na nota explicativa 6.4 “e” as controladas, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, optaram por reconhecer em suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2009 o montante de R\$ 3.441.075 decorrente do trânsito em julgado em 31 de março de 2009 da decisão proferida nos autos da Ação Ordinária ajuizada em face da União Federal, onde as Companhias tiveram reconhecido o direito de computar na Conta de Resultados a Compensar (CRC) os valores pagos a título de complementação/suplementação de aposentadoria com os servidores ex-autárquicos que integravam seu quadro. As controladas aguardam designação do perito judicial para definição dos valores, no processo de liquidação de sentença, porém os montantes contabilizados estão suportados pelo cálculo realizado pelo perito assistente contratado pela Administração. Conseqüentemente, somente após a homologação dos cálculos do perito pelo juízo da liquidação será possível determinar os reflexos nas demonstrações contábeis, se houver, bem como a realização destes créditos, considerando que as formas de utilização do saldo credor da Conta de Resultados esta disciplinada em lei federal (Lei nº 8.631/93).

7 As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram por nós revisadas e o nosso parecer emitido em 13 de março de 2009, sem ressalvas e com parágrafos de ênfase sobre os mesmos assuntos dos parágrafos 4 e 5 e menção sobre a revisão tarifaria periódica concedida em caráter provisório em 21 de outubro de 2008, na controlada Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

Porto Alegre, 01 de março de 2010.

Paulo Ricardo Pinto Alaniz

Sócio-contador

CRC RS 042460/O-3

BDO Trevisan Auditores Independentes

CRC 2 SP013439/O-5 “S” RS




PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, BDO Trevisan Auditores Independentes, e Informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 01 de março de 2010.


Argeu de Souza Brum
Presidente


Fernando Magalhães Coronel
Conselheiro


Vicente Paulo M. de Brito Pereira
Conselheiro

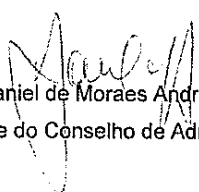

Moacir Bortolan Silva
Conselheiro



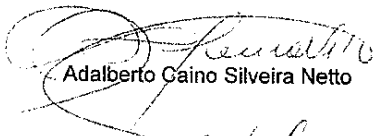
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, Manifestação sobre o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a demonstração do fluxo de caixa e respectivas Notas Explicativas referentes ao Exercício de 2009, encerrado em 31 de dezembro de 2009, documentos estes assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, e considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 1º de março de 2010.


Daniel de Moraes Andrade,
Presidente do Conselho de Administração.

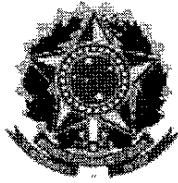

Sérgio Camps de Moraes


Adalberto Caino Silveira Netto


Ivan Gezar Bertuol


Márcio Baldino Karam


Cláudio Antônio Manfrói



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES DO AMARAL
REGISTRO.....	: RS-042897/O-5
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 318.743.200-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 11.03.2010 as 08:39:56.

Válido até: 07.09.2010.

Código de Controle: 76333.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Rio-grandense
de Artes Gráficas**

CORAG





Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas
CNPJ 87.161.501/1000-38



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, colocando-nos à sua disposição para prestar eventuais esclarecimentos necessários.

Porto Alegre, 24 de Março de 2010.

A DIRETORIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
I - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31/12/2009	31/12/2008	PASSIVO	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE	45.925.888,04	48.471.299,78	CIRCULANTE	8.878.981,99	11.236.348,55
Disponibilidades	20.322.531,21	26.795.101,93	Fornecedores	840.373,48	748.712,14
Caixa	13.129,26	22.798,31	Outras Obrigações	1.938.334,08	4.401.827,19
Bancos Conta Movimento	823.437,56	1.386.348,23	Impostos a Recolher	1.323.164,52	1.516.756,54
Aplicações no SIAC	19.485.967,39	25.385.967,39	Obrigações Sociais a Recolher	278.738,45	327.019,09
Provisões de Férias e Encargos			Provisões de Férias e Encargos	829.708,82	955.455,83
Créditos	22.991.428,61	19.141.595,85	Receitas Diferidas	162.354,20	189.591,32
Faturas a Receber	16.238.194,75	13.841.010,49	Dividendos, lucros e/ou Juros Remuneratórios a Pagar	2.967.604,80	2.118.899,72
Cheques a Receber	18.464,81	18.464,81	Provisão Para Contingências Trabalhistas	538.703,64	1.000.316,72
Adiantamentos a Funcionários	173.948,41	65.511,07	NÃO CIRCULANTE	183.089,31	239.574,87
Receitas Financeiras a Auferir	5.352.654,68	3.886.023,67	Provisão Para Contingências Trabalhistas	183.089,31	239.574,87
Impostos a Recuperar	581.449,84	573.244,98	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47.974.308,20	43.554.154,10
Outros Créditos	626.724,12	777.340,83	Capital Social	7.953.859,23	7.953.859,23
Estoque	2.602.676,93	1.752.020,55	Capital Social Autorizado	7.953.859,23	7.953.859,23
Matéria-Prima	2.074.007,10	1.344.590,46	Reservas de Capital	168.975,23	168.975,23
Materiais Diversos	181.081,15	99.062,04	Reserva de Incentivos Fiscais	168.975,23	168.975,23
Produtos Prontos	347.588,68	308.368,05	Reserva de Lucros	39.851.473,74	35.431.319,64
Despesas de Exercícios Seguintes	9.253,29	782.581,45	Reserva Legal	1.590.771,85	1.590.771,85
Prêmios de Seguros a Vencer	7.880,57	6.170,80	Reserva de Lucros a Realizar	38.260.701,89	33.840.547,79
Assinaturas e Anuidades a Vencer	1.372,72	776.410,65	TOTAL DO PASSIVO	R\$ 57.036.379,50	R\$ 55.030.077,52
NÃO CIRCULANTE	11.110.491,46	6.558.777,74			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	310.843,70	304.584,11			
Empréstimos Compulsórios	42.867,38	42.867,38			
Depósitos Judiciais	221.288,81	215.029,22			
Outros Créditos	46.687,51	46.687,51			
INVESTIMENTOS	110.043,24	110.043,24			
Participações em Outras Empresas	110.043,24	110.043,24			
IMOBILIZADO	10.689.604,52	8.144.150,39			
Custo Corrigido	18.703.380,56	13.867.166,43			
(-) Depreciações Acumuladas	8.013.776,04	5.723.016,04			
TOTAL DO ATIVO	R\$ 57.036.379,50	R\$ 55.030.077,52			

II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31/12/2009	31/12/2008
RECEITA BRUTA	39.586.302,36	38.876.505,45
Vendas de Produtos	428.358,78	520.166,54
Serviços Prestados	39.157.943,58	38.356.338,91
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	3.412.814,67	2.981.699,31
Vendas Canceladas	1.883.445,86	1.152.051,50
Impostos Sobre Vendas e Serviços	1.528.938,96	1.816.306,66
Descontos Concedidos	429,85	13.341,15
RECEITA LÍQUIDA	36.173.487,69	35.894.806,14
Custos dos Serviços Prestados e dos Produtos Vendidos	9.505.837,30	6.488.582,13
LUCRO BRUTO	26.667.650,39	29.406.224,01
Despesas Operacionais	13.670.562,83	13.391.757,93
Despesas com Vendas	7.223.732,21	5.186.245,92
Despesas Administrativas	12.292.615,72	9.825.185,15
Despesas Financeiras	188.321,61	98.897,26
Receitas Financeiras	1.534.106,71	1.718.570,40
LUCRO OPERACIONAL	12.997.087,56	16.014.466,08
Outras Despesas	12.709,28	51.186,95
Outras Receitas	88.771,66	356.430,97
LUCRO ANTES DA PROVISÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	13.073.149,94	16.319.710,10
Provisão da Contribuição Social	959.412,05	1.072.451,18
Provisão do Imposto de Renda	2.636.383,85	2.950.078,90
LUCRO DO EXERCÍCIO	R\$ 9.477.354,04	R\$ 12.297.180,02
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE 1000 AÇÕES	1,01	1,31

III - DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS ACUMULADOS

	31/12/2009	31/12/2008
SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	0,00	0,00
Lucro Líquido do Exercício	9.477.354,04	12.297.180,02
Ajustes de Exercícios Anteriores	(2.389.595,14)	(498.238,76)
Juros Remuneratórios s/Capital Próprio	(2.687.604,80)	(2.118.899,72)
SALDO ANTES DAS DESTINAÇÕES	4.420.154,10	10.180.311,30
Destinações propostas		
Reserva de Lucros a Realizar	4.420.154,10	10.180.311,30
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	0,00	0,00

IV - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2009	2008
ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.477.354,04	12.297.180,02
Lucro líquido do exercício	9.477.354,04	12.297.180,02
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício:		
Juros remuneratórios s/capital próprio	(2.667.604,80)	(2.118.899,72)
Ajustes de exercícios anteriores	(2.389.595,14)	(498.238,76)
Variações do circulante	4.420.154,10	9.682.071,54
Valores recebidos de clientes	(2.397.174,26)	5.283.934,35
Outros créditos a receber	(1.452.656,50)	(1.946.928,19)
Outros recebimentos líquidos	(77.328,22)	(417.831,83)
Valores pagos de contas a pagar	(34.085,67)	671.232,95
Valores pagos de salários e obrigações sociais	(2.463.293,11)	1.983.139,56
Pagamento de tributos e obrigações sociais	(241.872,66)	(755.426,58)
Pagamentos de contingências	(518.098,64)	(885.897,80)
Outros pagamentos líquidos	(2.124.106,84)	88.016,72
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Operações	(4.888.461,80)	16.029.163,88
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(5.036.214,13)	(1.312.681,36)
Pagamento pela compra de ativo imobilizado	(5.036.214,13)	(1.312.681,36)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00	260.150,00
Outros investimentos	484.500,41	(5.216,48)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	(4.551.713,72)	(1.057.747,84)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	2.967.604,80	(2.118.899,72)
Crédito de juros s/capital próprio	2.667.604,80	2.118.899,72
Lucros a distribuir a funcionários	300.000,00	0,00
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	2.967.604,80	(2.118.899,72)
Aumento/(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(6.472.570,72)	12.854.546,32
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	26.795.101,93	13.940.555,61
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	20.322.531,21	26.795.101,93

V - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por objetivo fundamental a execução de serviços gráficos em geral e o exercício de atividades correlatas, cabendo-lhe em especial a edição do Diário Oficial do Estado.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), incluindo as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e alterações posteriores (Lei nº 11.638/07, com as respectivas alterações pela Medida Provisória nº 449/08 e Lei nº 11.941/09).

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das Demonstrações Contábeis, ressaltamos:

- Despesas e Receitas - as despesas e as receitas foram apropriadas pelo regime de competência.
- Estoque - os estoques de matéria-prima e materiais diversos foram avaliados pelo custo médio de aquisição e não supram aos valores de mercado; estoques de produtos prontos e em elaboração, pelo custo de produção.
- Provisão para Contribuição Social - foi constituída à razão de 9% (nove por cento) sobre o Lucro Presumido do exercício, ajustado de acordo com a legislação em vigor.
- Provisão para Imposto de Renda - foi constituída à razão de 15% (quinze por cento) sobre o Lucro Presumido do exercício, com o acréscimo do adicional de 10% conforme legislação vigente.
- Regime de Caixa - nas apurações do Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PASEP, para os exercícios de 2000 a 2008 foram adotados o regime de caixa, conforme Arts. 407 a 409, Decreto 3000, de 26/03/1999.

